

Aires Gomes Fernandes

**OS CÓNEGOS REGRANTES DE SANTO
AGOSTINHO NO NORTE DE PORTUGAL EM
FINAIS DA IDADE MÉDIA:**

**DOS ALVORES DE TREZENTOS
À CONGREGAÇÃO DE SANTA CRUZ**

Dissertação de Doutoramento em Letras, área de História, especialidade de História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Saul António Gomes e da Professora Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha, apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do programa POCI 2010.

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2011

Índice

INTRÓITO	10
AGRADECIMENTOS:	13
1- OS CÓNEGOS REGRANTES EM PORTUGAL – BREVE HISTORIAL (DO SÉCULO XIV À CONGREGAÇÃO DE SANTA CRUZ)	15
1.1. Dos domínios de Deus ao dos homens	15
1.1.1. <i>O modelo canonical regrante</i>	15
1.1.2. <i>Um domínio terreno: os coutos</i>	17
1.2. A centúria de trezentos: um século de estabilidade	22
1.3. A fase de declínio (Sécs. XV-XVI)	30
1.3.1. - <i>Abusos e violências de padroeiros e poderosos:</i>	31
1.3.2. - <i>Inexistência de uma estrutura aglutinante e priorados vitalícios:</i>	35
1.3.3. - <i>O absentismo, os comendatários e a acumulação de benefícios</i>	36
1.3.4. - <i>As ingerências da Coroa</i>	39
1.3.5. - <i>Carência de religiosos</i>	42
1.3.6. - <i>O recrutamento de religiosos e a má preparação intelectual do clero</i>	42
1.3.7. - <i>Relaxação e desregramento da vida monástica</i>	45
1.3.7.1. - <i>Desconhecimento e incuprimento da Regra monástica</i>	45
1.3.7.2. - <i>O concubinato e a imoralidade</i>	47
1.3.7.3. - <i>A ausência dos mosteiros:</i>	50
1.4. - Do caos à criação da Congregação	51
2- AS CANÓNICAS REGRANTES DO NORTE DE PORTUGAL	56
2.1. Desfazendo alguns equívocos...	56
2.1.1. - <i>Santa Eulália de Rio Covo</i>	56
2.1.2. - <i>São Cristóvão de Rio Mau</i>	60
2.1.3. - <i>S. Pedro de Ferreira</i>	68
Carreando certezas...	72
2.2. Diocese de Braga	73
2.2.1. - <i>Santa Maria de Landim (c. Vila Nova de Famalicão)</i>	73
2.2.1.1. - <i>Igreja de Val-Cruoso</i>	76
2.2.1.2. - <i>Santa Maria de Guardizela</i>	76
2.2.1.3. - <i>Santa Marinha de Ceide / Santa Marinha de Landim / Santa Marinha do Couto de Landim / Santa Marinha de Riba de Pel</i>	77
2.2.1.4. - <i>Santo André de Sobradelo / Santo André do Sobrado</i>	77
2.2.1.5. - <i>Santo Estêvão de S. Fins / Sanfins de Riba de Ave</i>	77
2.2.1.6. - <i>São Bartolomeu de Vale Ervosa</i>	78
2.2.1.7. - <i>S. Martinho de Sequeiró</i>	78
2.2.1.8. - <i>São Miguel de Ceide</i>	78

2.2.1.9. - São Miguel de Lama / São Miguel de Landim	78
2.2.1.10. - São Salvador de Bente	79
2.2.2. - <i>Santa Maria de Oliveira (c. Vila Nova de Famalicão)</i>	79
2.2.2.1. - Santa Lucrécia de Astrufe/Santa Lucrécia da Veiga/Santa Lucrécia de Ponte de Louro	84
2.2.2.2. - Santa Maria de Vermoim	87
2.2.2.3. - São Mateus de Soalhães/São Mateus de Vermoim/São Mateus de Oliveira	87
2.2.2.4. - São Martinho de Leitões	88
2.2.2.5. - São Martinho de Pousada	89
2.2.2.6. - São Miguel de Vila Cova	89
2.2.2.7. - São Paio de Figueiredo	89
2.2.2.8. - São Tiago de Castelões	90
2.2.3. - <i>Santa Maria de Vila Nova de Muia (c. Ponte da Barca)</i>	91
2.2.3.1. - S. João de Vila Chã	93
2.2.3.2. - Santa Maria de Oliveira	93
2.2.3.3. - S. Jorge de Vale da Tora	94
2.2.3.4. - São Vicente de Germil	94
2.2.4. - <i>Santa Marinha da Costa (c. Guimarães)</i>	95
2.2.4.1. - Santa Cristina de Caide	100
2.2.4.2. - Santa Eulália a Antiga	100
2.2.4.3. - Santa Eulália de Barrosas	101
2.2.4.4. - Santa Maria de Atães	101
2.2.4.5. - Capela de Santa Marinha da Costa	101
2.2.4.6. - S. Lourenço de Calvos	102
2.2.5. - <i>São Martinho de Caramos (c. Felgueiras)</i>	103
2.2.5.1. - Constantim	105
2.2.5.2. - Santa Eulália de Arnozela	106
2.2.5.3. - Santa Leocádia de Macieira da Lixa	106
2.2.5.4. - Santa Maria de Borbela	107
2.2.5.5. - São Cristóvão de Candemil	107
2.2.5.6. - São Cristóvão de Lordelo	107
2.2.5.7. - S. João Baptista de Várzea	107
2.2.5.8. - S. Mamede de Arentei	108
2.2.5.9. - S. Tiago de Pinheiro	108
2.2.6. - <i>S. Martinho de Crasto (c. Ponte da Barca)</i>	109
2.2.6.1. - Santa Eulália de Ruivos	111
2.2.6.2. - Santo Adrião de Oleiros	111
2.2.6.3. - São Mamede de Cuide	111
2.2.6.4. - S. Miguel de Boivães	111
2.2.6.5. - S. Pedro de Vade	111
2.2.6.6. - S. Romão de Nogueira/S. Romão da Nóbrega	111
2.2.6.7. - S. Tiago de Sampriz	112
2.2.7. - <i>São Martinho de Mancelos (c. Amarante)</i>	113
2.2.7.1. - Santa Cristina de Figueiró	116
2.2.7.2. - Santa Maria de Almacave	116
2.2.7.3. - São João Baptista de Louredo	116
2.2.7.4. - S. Nicolau de Cabeceiras de Basto / S. Nicolau da Cabreira	116
2.2.7.5. - São Pedro da Ermida/São Pedro de Pinho da Ermida	116
2.2.8. - <i>São Miguel de Vilarinho (c. Santo Tirso)</i>	117
2.2.8.1 - Santiago da Carvalhosa	121
2.2.8.2 - São João de Eiriz	123
2.2.8.3 - Ermida de S. Roque	123
2.2.9. - <i>S. Pedro de Roriz (c. Santo Tirso)</i>	123
2.2.9.1 - São Lourenço de Romão	125
2.2.9.2 - S. Mamede de Vila Chã	126
2.2.9.3 - S. Martinho do Campo	126

2.2.9.4 - S. Paio de Casais	127
2.2.9.5 - S. Paio de Virões	127
2.2.9.6 - S. Pedro de Avioso	128
2.2.10. - <i>São Salvador de Banho (c. Barcelos)</i>	128
2.2.10.1. - Santa Eulália de Banho	129
2.2.10.2. - S. Julião de Paços	130
2.2.10.3. - S. Miguel de Gemeses	130
2.2.11. - <i>São Salvador de Bravães (c. Ponte da Barca)</i>	131
2.2.12. - <i>São Salvador de Freixo (c. Amarante)</i>	133
2.2.12.1. - Santa Cristina de Toutosa	135
2.2.12.2. - Santo André de Padornelo	135
2.2.12.3. - Santo Isidoro	135
2.2.12.4. - São Miguel de Freixo	136
2.2.13. - <i>São Salvador de Souto (c. Guimarães)</i>	136
2.2.13.1. - Santa Maria [de Souto]	139
2.2.13.2. - Santo Tirso de Prazins	140
2.2.13.3. - São Cláudio do Barco / São Cláudio de Riba de Ave / São Cláudio de Arguções	140
2.2.13.4. - São Félix de Gominhães	141
2.2.13.5. - São Martinho da Gândara	141
2.2.14. - <i>São Salvador de Valdreu (c. Vila Verde)</i>	141
2.2.14.1. - S. Mamede de Gondoriz	143
2.2.14.2. - S. Martinho de Valbom	144
2.2.15. - <i>São Silvestre de Requião (c. Vila Nova de Famalicão)</i>	144
2.2.15.1. - Santa Marinha de Ferreiró	146
2.2.16. - <i>São Simão da Junqueira (c. Vila do Conde)</i>	147
2.2.16.1. - São Cristóvão de Rates/ São Cristóvão de Rio Mau/ São Cristóvão de Faria/ São Cristóvão da Marinha	153
2.2.16.2. - São Martinho de Outeiro Maior	153
2.2.16.3. - Santo André de Parada	154
2.2.16.4. - Santa Marinha de Ferreiró	156
2.2.17. - <i>São Torcato de Guimarães (c. Guimarães)</i>	156
2.2.17.1. - Santa Comba de Monte Longo / Santa Comba de Fornelos	160
2.2.17.2. - Santa Lucrecia de Sixto / S. Romão de Sixto	160
2.2.17.3. - Santo Emilião	161
2.2.17.4. - São Cosme da Lobeira	161
2.2.17.5. - São Romão de Rendufe	163
2.3. Diocese de Lamego	165
2.3.1. - <i>Santa Maria de Cárquere (c. Resende)</i>	165
2.3.1.1. - Santa Cruz de Alvarenga	169
2.3.1.2. - Santa Cruz de Lumiares	169
2.3.1.3. - Santa Maria de Caria (c. Moimenta da Beira)	170
2.3.1.4. - Santa Maria de Moledo	170
2.3.1.5. - S. Martinho das Chãs	171
2.4. Diocese do Porto	172
2.4.1. - <i>Santa Maria de Vila Boa do Bispo (c. Marco de Canaveses)</i>	172
2.4.1.1. - Santa Marinha de Tropeço	174
2.4.1.2. - Santa Maria de Nidraes	174
2.4.1.3. - São Gens de Boelhe	175
2.4.1.4. - São Lourenço de Riba Douro	175
2.4.1.5. - S. Martinho da Várzea	175
2.4.1.6. - São Miguel de Bairros	176
2.4.1.7. - São Tiago de Paçô	176
2.4.1.8. - São Romão de Paredes	176

2.4.2. - <i>Santo André de Ancede (c. Baião)</i>	176
2.4.2.1.- Santa Maria de Gove	183
2.4.2.2. - Santa Leocádia	184
2.4.2.3 - Santo André de Medim	184
2.4.2.4. - São Bartolomeu de Baião / São Bartolomeu de Campelo	185
2.4.2.5. - S. Cipriano	187
2.4.2.6. - S. João Baptista de Miomães	188
2.4.2.7. - S. João da Ermida de Riba Douro	189
2.4.2.8. - S. João de Grilo	190
2.4.2.9. - S. Miguel de Oliveira	190
2.4.3. - <i>Santo Estêvão de Vilela (c. Paredes)</i>	190
2.4.3.1. - Santa Maria de duas Igrejas	193
2.4.3.2. - Santo André de Cristelos	193
2.4.3.3. - S. João de Nespereira	193
2.4.3.4. - S. Martinho do Campo	195
2.4.3.5. - S. Paio de Casais	195
2.4.3.6. - S. Pedro da Arreigada	195
2.4.3.7. - S. Pedro de Gondalães	195
2.4.4. - <i>S. Salvador de Grijó (c. Vila Nova de Gaia)</i>	196
2.4.4.1 – Santa Maria de Gulpilhares	202
2.4.4.2 – Santa Maria de Maladas	203
2.4.4.3. - Santa Maria de Vagos	203
2.4.4.4. - Santa Marinha de Cortegaça	204
2.4.4.5. - S. Cipriano de Paços de Brandão	205
2.4.4.6. - S. Jorge de Caldelas	205
2.4.4.7. - S. Mamede da Gândara	206
2.4.4.8 - S. Mamede de Serzedo	207
2.4.4.9 - S. Martinho de Anta	207
2.4.4.10 - S. Martinho de Argoncilhe	209
2.4.4.11. - S. Martinho de Mozelos	210
2.4.4.12. - S. Martinho de Travanca	211
2.4.4.13. - S. Miguel de Duas Igrejas	212
2.4.4.14. - S. Miguel de Arcozelo	212
2.4.4.15. - S. Miguel de Milheirós	213
2.4.4.16 - S. Miguel de Travassô	213
2.4.4.17. - S. Paio de Oleiros	214
2.4.4.18 - S. Paulo de Maças de Dona Maria	215
2.4.4.19 - S. Salvador de Perosinho	216
2.4.4.20 - S. Tiago de Silvalde	218
2.4.5. - <i>São Salvador de Lordelo (c. Paredes)</i>	218
2.4.5.1. - Parada de Lordelo	220
2.4.5.2. – S. Martinho de Frazão	220
2.4.6. - <i>S. Salvador de Moreira da Maia (c. Maia)</i>	220
2.4.6.1. - Santa Maria de Vila Nova	224
2.4.6.2. - Santa Marinha de Vilar de Porcos	226
2.4.6.3. - São Cosme de Gemunde	229
2.4.6.4. - São Mamede de Perafita	229
2.4.6.5. - São João Evangelista de Mindelo	231
2.4.6.6. – São Tiago de Labruge/São Tiago da Labruja	232
2.5. Diocese de Tui (Parte portuguesa)	235
2.5.1. - <i>Santa Maria de Refóios de Lima (c. Ponte de Lima)</i>	235
2.5.1.1. - Santa Eulália de Refóios de Lima	238
2.5.1.2. - S. João de Penas	239
2.5.2. - <i>São João de Longos Vales (c. Monção)</i>	239
2.5.2.1. - Santa Maria das Cales/Santa Maria de Longos Vales	244
2.5.2.2. - Santa Eugénia/Eulália de Barbeita	244

2.5.2.3. S. Facundo de Melgaço	245
2.5.2.4. - S. Salvador de Cambeses	246
2.5.2.5. - Santo André da Torre	246
2.5.2.6. - Capela de Santa Catarina	246
2.5.3. - <i>S. Salvador de Paderne (c. Melgaço)</i>	247
2.5.3.1. - Santa Maria de Paços	251
2.5.3.2. - São Tiago de Penso	251
3 - AS COMUNIDADES REGRANTES: COMPOSIÇÃO E RECRUTAMENTO	252
3.1. - A constituição das comunidades	252
3.2. - Proveniência/Área de recrutamento dos religiosos	267
4- RELAÇÕES E MOBILIDADE ENTRE CASAS REGRANTES	270
4.1. - As relações entre as diversas casas monásticas	270
4.1.1. - <i>Organizacionais</i>	271
4.1.2. - <i>Intervenção de carácter jurídico e disciplinar</i>	272
4.1.3. - <i>Culturais, materiais e cultuais</i>	274
4.1.4. - <i>Espirituais</i>	276
4.2. - Mobilidade dos agostinhos (priors e cónegos)	277
4.2.1. - <i>Transferência e permuta de religiosos</i>	279
4.2.2. - <i>Presença de regrantes em mosteiros da Ordem</i>	283
4.2.3. - <i>A presença noutros mosteiros e Ordens</i>	285
4.2.4. - <i>Presença de regrantes nas cúrias diocesanas</i>	286
4.2.4.1. - <i>Questões relacionadas com os mosteiros</i>	287
4.2.4.2. - <i>A obtenção de ordens sacras</i>	288
4.2.4.3. - <i>Participação nos sínodos diocesanos</i>	289
4.2.5. - <i>Deslocações em representação da instituição</i>	290
4.2.6. - <i>Intervenções em representação e defesa dos interesses de outros institutos da Ordem</i>	292
4.2.7. - <i>O serviço pastoral</i>	294
4.2.8. - <i>Saídas de carácter lúdico</i>	296
4.2.9. - <i>Ausência forçada</i>	297
CONCLUSÃO	299
BIBLIOGRAFIA E FONTES MANUSCRITAS	301
Fontes manuscritas	301
Fontes impressas e bibliografia	305
ANEXOS: PROSOPOGRAFIA	345
1- Priors	346
<u>1.1. Diocese de Braga</u>	348

1.1.1. - <i>Santa Maria de Landim (c. Vila Nova de Famalicão)</i>	348
1.1.2. - <i>Santa Maria de Oliveira (c. Vila Nova de Famalicão)</i>	359
1.1.3. - <i>Santa Maria de Vila Nova de Muia (c. Ponte da Barca)</i>	369
1.1.4. - <i>Santa Marinha da Costa (c. Guimarães)</i>	376
1.1.5. - <i>São Martinho de Caramos (c. Felgueiras)</i>	380
1.1.6. - <i>São Martinho de Crasto (c. Ponte da Barca)</i>	385
1.1.7. - <i>São Martinho de Mancelos (c. Amarante)</i>	390
1.1.8. - <i>São Miguel de Vilarinho (c. Santo Tirso)</i>	394
1.1.9. - <i>São Pedro de Roriz (c. Santo Tirso)</i>	405
1.1.10. - <i>São Salvador de Banho (c. Barcelos)</i>	412
1.1.11. - <i>São Salvador de Bravães (c. Ponte da Barca)</i>	413
1.1.12. - <i>São Salvador de Freixo (c. Amarante)</i>	414
1.1.13. - <i>São Salvador de Souto (c. Guimarães)</i>	418
1.1.14. - <i>São Salvador de Valdreu (c. Vila Verde)</i>	426
1.1.15. - <i>São Silvestre de Requião (c. Vila Nova de Famalicão)</i>	427
1.1.16. - <i>São Simão da Junqueira (c. Vila do Conde)</i>	429
1.1.17. - <i>São Torcato (c. Guimarães)</i>	448
<u>1.2. Diocese de Lamego</u>	455
1.2.1. - <i>Santa Maria de Cárquere (c. Resende)</i>	455
<u>1.3. Diocese do Porto</u>	468
1.3.1 - <i>Santa Maria de Vila Boa do Bispo (c. Marco de Canaveses)</i>	468
1.3.2. - <i>Santo André de Ancede (c. Baião)</i>	472
1.3.3. - <i>Santo Estêvão de Vilela (c. Paredes)</i>	478
1.3.4. - <i>S. Salvador de Grijó (c. Vila Nova de Gaia)</i>	483
1.3.5. - <i>São Salvador de Lordelo (c. Paredes)</i>	495
1.3.6. - <i>S. Salvador de Moreira da Maia (c. Maia)</i>	495
<u>1.4. Diocese de Tui (parte portuguesa)</u>	508
1.4.1. - <i>Santa Maria de Refóios de Lima (c. Ponte de Lima)</i>	508
1.4.2. - <i>São João de Longos Vales (c. Monção)</i>	517
1.4.3. - <i>S. Salvador de Paderne (c. Melgaço)</i>	523
2-Cónegos Regrantes	527
<u>2.1. Diocese de Braga</u>	528
2. 1.1. - <i>Santa Maria de Landim (c. Vila Nova de Famalicão)</i>	528
2.1.2. - <i>Santa Maria de Oliveira (c. Vila Nova de Famalicão)</i>	539
2.1.3. - <i>Santa Maria de Vila Nova de Muia (c. Ponte da Barca)</i>	546
2.1.4. - <i>Santa Marinha da Costa (c. Guimarães)</i>	550
2.1.5. - <i>São Martinho de Caramos (c. Felgueiras)</i>	556

2.1.6. - <i>S. Martinho de Crasto (c. Ponte da Barca)</i>	558
2.1.7. - <i>São Martinho de Mancelos (c. Amarante)</i>	562
2.1.8. - <i>São Miguel de Vilarinho (c. Santo Tirso)</i>	568
2.1.9. - <i>S. Pedro de Roriz (c. Santo Tirso)</i>	578
2.1.10. - <i>São Salvador de Banho (c. Barcelos)</i>	597
2.1.11. - <i>São Salvador de Bravães (c. Ponte da Barca)</i>	598
2.1.12. - <i>São Salvador de Freixo (c. Amarante)</i>	598
2.1.13. - <i>São Salvador de Souto (c. Guimarães)</i>	599
2.1.14. - <i>São Salvador de Valdreu (c. Vila Verde)</i>	608
2.1.15. - <i>São Silvestre de Requião (c. Vila Nova de Famalicão)</i>	608
2.1.16. - <i>São Simão da Junqueira (c. Vila do Conde)</i>	610
2.1.17. - <i>São Torcato de Guimarães (c. Guimarães)</i>	625
<u>2.2. Diocese de Lamego</u>	631
2.2.1. - <i>Santa Maria de Cárquere (c. Resende)</i>	631
<u>2.3. Diocese do Porto</u>	647
2.3.1. - <i>Santa Maria de Vila Boa do Bispo (c. Marco de Canaveses)</i>	647
2.3.2. - <i>Santo André de Ancede (c. Baião)</i>	649
2.3.3. - <i>Santo Estêvão de Vilela (c. Paredes)</i>	659
2.3.4. - <i>S. Salvador de Grijó (c. Vila Nova de Gaia)</i>	662
2.3.5. - <i>São Salvador de Lordelo (c. Paredes)</i>	691
2.3.6. - <i>S. Salvador de Moreira da Maia (c. Maia)</i>	691
<u>2.4. Diocese de Tui (parte portuguesa)</u>	704
2.4.1. - <i>Santa Maria de Refóios de Lima (c. Ponte de Lima)</i>	704
2.4.2. - <i>São João de Longos Vales (c. Monção)</i>	707
2.4.3. - <i>S. Salvador de Paderne (c. Melgaço)</i>	711

“A sabedoria e a ignorância são como os alimentos úteis ou nocivos. Podem-nos ser apresentadas com palavras polidas ou com rudeza de forma, como os bons e maus alimentos nos podem ser servidos em pratos finos ou grosseiros.”

Santo Agostinho, *Confissões*, Livro V

INTRÓITO

O presente trabalho centra-se no estudo das instituições de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, no Norte de Portugal, na Baixa Idade Média, abarcando os mosteiros localizados nas actuais dioceses de Lamego, Porto, Braga e Viana do Castelo, situando-se, no entanto, a generalidade desses institutos, no território do Entre Douro e Minho. O período cronológico abrangido é, essencialmente, o que medeia entre 1300 e 1500, embora se tenha também tentado tecer o historial dos cenóbios agostinhos que subsistiram ao conturbado século XV, acompanhando-os ao longo da sua caminhada para a reformação em plena atmosfera tridentina, com múltiplos destinos, conquanto a generalidade desses mosteiros tenha seguido um mesmo percurso: o da integração na Congregação de Santa Cruz de Coimbra, ao longo da segunda metade do séc. XVI.

A opção pelo tema em si e a abrangência cronológica e territorial do estudo tem inerentes dois grandes objectivos: em primeiro lugar a tentativa de colmatar, ou pelo menos atenuar, uma lacuna na historiografia portuguesa que se prende com o desconhecimento histórico quase total destas casas monásticas em Portugal, sobretudo nos séculos finais da Idade Média, e, por outro, tentar perceber as ligações entre esses mosteiros regrantes, desde logo o modelo organizacional, se era comum, ou se estamos perante gestões e modelos autonómicos, averiguando-se para isso a existência de relações entre essas instituições e a sua tipologia.

Quanto à opção geográfica pelo Norte de Portugal, ela assenta também em dois grandes vectores: por um lado o factor representatividade, uma vez que esta é a zona do país onde se implantaram a quase totalidade das canónicas regrantes, posto que não as de maior visibilidade histórica, como é o caso de Santa Cruz de Coimbra ou S. Vicente de Fora de Lisboa, o que à partida nos oferece um conjunto de estudo mais homogéneo e, por outro, a questão dimensional. Essa questão dimensional está relacionada não só com a dimensão física do mosteiro, a sua capacidade de albergar e sustentar mais ou menos religiosos, mas também com a própria projecção que tinham na Idade Média, e que de certa forma hoje em dia se continua a reflectir, mormente no tratamento

historiográfico dado a essas instituições, encontrando-se nestes casos específicos os já referenciados mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e S. Vicente de Fora.

Aliás, se exceptuarmos estas duas grandes instituições, e ao contrário do que sucede com os cistercienses ou os beneditinos, os cônegos regrantes não têm merecido a mesma atenção por parte da nossa comunidade historiográfica. É verdade que existem alguns valiosos e rigorosos estudos de caso versando sobre outras canónicas regrantes, mas esses, comparativamente com os dedicados às instituições seguidoras da Regra de S. Bento, são ínfimos.

Além do imprescindível enquadramento histórico das diversas instituições, traçando para cada uma delas um quadro geral da sua evolução, abarcando naturalmente, embora de forma sintética, aspectos de carácter organizacional, económico, espiritual, cultural, não olvidaremos também a componente social, mormente a questão relacional quer intra-muros, quer com o exterior, sobretudo as ligações com os diversos grupos de poder, laicos ou eclesiásticos. Tentaremos também abordar as relações entre as diversas canónicas regrantes no sentido de perceber a tipologia, os moldes e a profundidade desses vínculos, bem como a existência ou não de mobilidade dos religiosos entre as várias casas da Ordem.

Ao longo da nossa investigação dar-se-á primazia ao estudo da estrutura sociológica dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, ou seja ao conhecimento da composição dessas comunidades e das suas dinâmicas, não se descurando, desta forma, aspectos como as obrigações sacerdotais, tentando-se ainda, neste particular, inventariar e compilar elementos respeitantes e necessários ao conhecimento da rede paroquial regrante, onde os religiosos de cada uma das instituições assumiam papel primordial.

Entre os aspectos vivenciais dos mosteiros nortenhos tentaremos dar especial ênfase à composição específica das comunidades procedendo-se à inventariação e constituição de um “corpus” prosopográfico, o que permitirá demonstrar e perceber a preponderância do papel individual dos religiosos no funcionamento de todo o corpo orgânico monástico, quer seja na sua vertente administrativa, sacerdotal, ou jurídica, assumindo-se, neste particular, como procuradores ou representantes das instituições e dos seus interesses.

Nesse sentido tentaremos, e dentro das indeclináveis limitações que a documentação vai colocando, fazer a inventariação de todos os religiosos que pertenciam a essas comunidades regrantes. Com base nos dados fornecidos pelas fontes redigiremos uma pequena síntese biográfica de cada um desses indivíduos, o que nos

permitirá também ter uma ideia mais concreta do quantitativo humano de cada instituição.

De resto, o tratamento dado ao aspecto humano das instituições em causa é, talvez, o elemento que se pode considerar mais inovador neste trabalho. Interessa-nos não só saber o número de religiosos que num qualquer momento integravam uma determinada comunidade mas também quem eram.

Reconhecemos por isso que este trabalho assume uma forte dimensão prosopográfica, e apesar dessa componente e tentativa de recolha e sistematização de índole biográfica, este é, naturalmente, um estudo sempre inacabado, porque se, por um lado, do processo de crivagem das fontes nem sempre resultam os elementos necessários e desejados, por outro é inexequível o escrutínio de todas as possíveis fontes que poderão de alguma forma acrescentar novos dados ou complementar os existentes. Apesar de todos esses limites tentaremos reconstituir o efectivo humano das diversas comunidades regantes dos mosteiros do Norte de Portugal ao longo dos séculos XIV e XV e nalguns casos, em parte do XVI.

AGRADECIMENTOS:

Antes de mais um agradecimento pessoal à Fundação para a Ciência e a Tecnologia que me permitiu, na qualidade de bolseiro, e ao longo dos quatro anos do período de financiamento, ter o mínimo de condições para a prossecução do trabalho de investigação. O meu reconhecido bem-haja ao Doutor Saul Gomes que aceitou a orientação desta dissertação e sempre me aconselhou e apoiou de forma excepcional, partilhando e colocando à minha disposição o seu inesgotável manancial de conhecimento bem como os indispensáveis suportes bibliográficos. Por isso um duplo agradecimento ao professor e ao amigo. A minha grata lembrança também à Doutora Cristina Cunha da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, minha co-orientadora e que está indelevelmente ligada a esta minha opção “regrante” quando me orientou na dissertação de Mestrado.

Quero deixar também aqui uma palavra de agradecimento a todos os meus amigos e familiares que quase não me avistaram nestes últimos seis anos e ainda se lembram de mim! Nesta ocasião não posso deixar de recordar aqueles que de mais perto me têm acompanhado, sobretudo a Mila e o Martin.

As minhas desculpas e a grata compreensão a todos aqueles com quem tinha compromissos e que tive de abandonar ou adiar para me dedicar em exclusividade a esta investigação, mormente ao Jaime, à Isabel e ao Jorge Fragoso. Um agradecimento aos muitos técnicos e funcionários dos Arquivos e Bibliotecas por onde passei pela forma profissional e atenciosa com que me acolheram e simultaneamente um pedido de desculpa pelo inúmero trabalho que lhes dei, e neste particular um agradecimento à Dr.^a Zulmira.

Um obrigado à Sandrita pela ajuda informática na elaboração dos mapas. Uma palavra de carinho aos meus amigos da Oficina de Poesia a quem também tive de abandonar, fisicamente, em prol do bem científico, mas as “palavras outras” acompanham-nos sempre, por isso a minha lembrança aos companheiros do verso, sobretudo aos mais antigos, à Graça Capinha, ao Jorge, ao João Rasteiro, à Rita Grácio, à Conceição Riachos e à Ana B.

Neste momento quero também relembrar todos os professores que contribuíram para a minha formação e permitam-me aqui destacar aqueles que talvez mais influência tiveram, embora em diferentes momentos, nesta minha opção pela história eclesiástica: o Doutor José Antunes, a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho e o Doutor José

Marques. Todos eles com o seu humanismo e a sua incomensurável sabedoria ajudaram-me a seguir este caminho.

1- OS CÓNEGOS REGRANTES EM PORTUGAL – BREVE HISTORIAL (DO SÉCULO XIV À CONGREGAÇÃO DE SANTA CRUZ)

1.1. Dos domínios de Deus ao dos homens

1.1.1. O modelo canonical regrante

Aquele que todos nós conhecemos por Santo Agostinho nasceu a 13 de Novembro de 354, em Tagasta, no actual território da Argélia¹. Aurélio Agostinho converteu-se ao cristianismo aos 32 anos e foi baptizado por Santo Ambrósio em 387². Apesar de ter fundado um mosteiro, por volta de 388, aquando do seu regresso a África, e de aí ter vivido em comunidade durante cerca de três anos, os princípios ou normas que futuramente viriam a gerar a “Regra de Santo Agostinho” foram dados para reger um mosteiro de religiosas gerido pela sua irmã³. Agostinho, bispo de Hipona faleceu em 430, aos 76 anos de idade⁴ deixando uma grandiosa herança espiritual ao monaquismo ocidental baseada na caridade, na humildade, no amor ao próximo, no rigor, na moderação e na imitação da vivência espiritual dos próprios Apóstolos de Cristo⁵, princípios que serão reabilitados e corporizados por uma nova Ordem que ganha expressão no centro da Europa no séc. XI e em Portugal a partir do XII: os cónegos regrantes de Santo Agostinho⁶.

Os cónegos regrantes assumem uma nítida ruptura com o modelo, ou modelos tradicionais monásticos, apresentados até ao séc. XII, assentes no primado da contemplação espiritual e da clausura. Os regrantes, apesar da vivência e valorização do recolhimento, da intensa componente votiva a que se dedicavam, da glorificação do

¹ Rivaux, Padre, *Tratado de historia ecclesiastica*, traduzido da sexta edição consideravelmente aumentada e continuada até 1876 por Francisco Luiz de Seabra, Tomo 1, Porto-Braga, Livraria Internacional de Ernesto Chardron e Eugénio Chardron, 1876, p.328; Rops, Daniel, *História da Igreja de Cristo*, Vol II - *A Igreja dos tempos bárbaros*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1960, p.13; Franzen, August, *Breve storia della chiesa*, 5ª ed., Brescia, Editrice Queriniana, 1982, p.91; *Santo Agostinho: Vida, obra e pensamento*, (Colecção Grandes Pensadores-Vol.4), textos de Lourdes Bassols, Planeta De Agostini/Público, 2008, p.16.

² Rivaux, Padre, *Tratado de historia ecclesiastica*, Tomo 1, 1876, p.329; Rops, Daniel, *História da Igreja de Cristo*, Vol II, 1960, p.22.

³ Rivaux, Padre, *Tratado de historia ecclesiastica*, Tomo 1, 1876, p.397; Rops, Daniel, *História da Igreja de Cristo*, Vol II, 1960, pp.34-35; *Santo Agostinho: Vida, obra e pensamento*, 2008, pp.48-49.

⁴ Rivaux, Padre, *Tratado de historia ecclesiastica*, Tomo 1, 1876, p.328; Rops, Daniel, *História da Igreja de Cristo*, Vol II, 1960, p.12.

⁵ Rops, Daniel, Rops, Daniel, *História da Igreja de Cristo*, Vol II, 1960, pp.30-31; Francisco da Gama Caeiro, *Santo António de Lisboa*, Vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Colecção Estudos Gerais-Série Universitária, 1995, pp.22-23; Gomes, Saul António, *In Limine Conscriptioes: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra – Séculos XII a XV*, Viseu, Palimage Editores, 2007, p.75.

⁶ Gomes, Saul António, *In Limine Conscriptioes...*, 2007, pp.76-82.

canto, da dedicação ao ofício divino, e de seguirem os princípios da humildade, da pobreza e da castidade, tinham uma acção virada para a sociedade, e é aí que reside a sua grande força inovadora. A sua componente pastoral aliada a uma forte vertente assistencial diferenciam-nos das restantes propostas cenobíticas mais viradas para o mundo ascético⁷. Como relembra Léopold Genicot “o cónego não renuncia ao exercício dos ministérios”⁸, o cónego será o monge mas será também o sacerdote, é introspectivo no claustro mas espalha a palavra divina entre os fiéis. Sobre a acção pastoral dos cónegos regrantos debruçar-nos-emos de forma mais aprofundada num outro capítulo.

Quanto à questão assistencial, os cónegos regrantos revelam, a este nível, um papel preponderante, com a fundação de albergarias e hospitais e a assistência a peregrinos, pobres, doentes e viajantes⁹. Sabe-se que os hospitais medievais eram, usualmente, “instituições pequenas e com espaço para poucas camas”¹⁰, quando as aí havia, além de que o termo não tinha a significação restrita que se lhe dá actualmente, estando-lhe adstritas múltiplas valências. Competia, normalmente, a um cónego, auxiliado por um converso, cuidar, no hospital, dos pobres, pedintes e mesquinhos, considerando-se mesmo maior obra de caridade deixar bens ao hospital ou aí viver e servir os pobres do que renunciar à vida mundana para ir viver no mosteiro¹¹. Institutos como Santa Cruz de Coimbra,¹² S. Vicente de Fora¹³, S. Jorge de Coimbra¹⁴, ou mesmo

⁷ Gomes, Saul António, “Cónegos Regrantos de Santo Agostinho”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. I, dir. de Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, p.430; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp.600-601.

⁸ Genicot, Léopold, *Linhas de rumo da Idade Média*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1963, p.171.

⁹ Caeiro, Francisco da Gama, “A assistência em Portugal no séc. XIII e os cónegos regrantos de Santo Agostinho”, in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Actas das 1ª Jornadas Luso-espanholas de História Medieval, Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972, Tomo I, Lisboa, 1973, p.219; Mattoso, José, “Crúzios e cistercienses na formação de Portugal” in *Portugal Medieval - Novas interpretações*, 2ª ed., INIC, p.113; Neto, M. Lurdes Akola Meira do Carmo, “Assistência Pública” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, dir. de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, p.234; Gomes, Saul António, “A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural” in *História Religiosa de Portugal*, vol. I, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, dir. de Carlos Moreira de Azevedo, Círculo de Leitores, 2000, p.365; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, p.86.

¹⁰ Carvalho, Sérgio Luís de, *Assistência e medicina no Portugal medieval*, Edição do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, p.18).

¹¹ Martins, Mário, “O Livro da Ordem dos Cónegos Regrantos e Crasteiros” in *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, Livraria Cruz, 1956, pp. 230-231; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, pp.264-265.

¹² Coelho, Maria Helena da Cruz, “Os mosteiros medievais num tempo de hospedar e de caridade”, in *Codex Aquilarensis*, Cuadernos de Investigación de Santa Maria la Real, nº 6, Julho de 1992, Aguilar de Campoo, p.31; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, pp.261-264.

¹³ Caeiro, Francisco da Gama, “A assistência em Portugal...”, 1973, pp. 227-228.

¹⁴ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Lisboa, Na Officina de Joam da Costa, 1668, Livro VIII, Cap. XV, p.154, diz-nos que “...pelos annos de 1150, [...] hia crescendo o fervor de espirito, & de

S. Martinho de Mancelos detinham hospitais¹⁵. Neste último caso era pertença do mosteiro mas não funcionava nas suas instalações nem nas suas imediações, uma vez que se localiza em Vila Ruiva Malcabrão, com Mancelos a permutá-lo, em 1305, juntamente com outras propriedades situadas nessa localidade, com D. Dinis, pela igreja de S. Nicolau de Cabeceiras de Basto e casais que o monarca tinha no couto de Vilela¹⁶. Quanto às enfermarias, elas existiam em praticamente todas as canónicas regrentes, como são os casos de S. Salvador de Moreira da Maia¹⁷, Santa Maria de Oliveira¹⁸, Santa Maria de Cárquere¹⁹ ou S. Salvador de Souto²⁰. No campo da assistência aos peregrinos destaque para a acção desenvolvida pelo mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia, localizado num dos mais importantes itinerários medievais de Santiago, temendo o seu prior, em 1476, face às dificuldades económicas sentidas pela instituição, que não pudessem continuar a suportar a hospitalidade que davam aos peregrinos²¹.

1.1.2. Um domínio terreno: os coutos

É raro encontrar-se um mosteiro, agostinho ou beneditino, ao qual não esteja associado pelo menos um couto²², sendo que a maioria dessas instituições avoca a ancestralidade desse benefício, reportando-o, usualmente, aos governos de D. Henrique, D. Teresa e D. Afonso Henriques²³.

charidade nos Conegos daquelle Mosteiro, de maneira que fundação junto delle hum hospital pera curar pobres, & agazalhar peregrinos.” Esta afirmação é corroborada pela documentação onde aparecem várias referências ao hospital de S. Jorge, sendo a primeira, referente ao testamento de Salvador Viegas, datado de 1159: “Ad hospital Sancti Georgii, mando omnem meam hereditatem de Ladeia...” (cf. IAN/TT- S. Jorge, M. 2, doc. 19).

¹⁵ *O Livro das Lezírias D’El Rei Dom Dinis*, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 83-87.

¹⁶ *Idem*, pp. 83-87.

¹⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.12, Doc.19; M.13, Doc.25.

¹⁸ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico do Entre Douro e Minho em finais da Idade Média*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1996, p.94.

¹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°68.

²⁰ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos dos séculos XII-XV relativos ao mosteiro do Salvador de Souto*, Porto, 1896, pp. 38-39.

²¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.12.

²² Marreiros, Maria Rosa Ferreira, “Senhorios” in *Nova História de Portugal*, Vol. III (Portugal em Definição de Fronteiras – Do condado Portucalense à crise do século XIV), coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luis de Carvalho Homem, direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 588, contabiliza 149 senhorios detidos por mosteiros aquando das inquirições de D. Afonso IV, embora 60 deles estivessem em posse de 6 mosteiros. Note-se também, e como observa a Autora, apesar de os coutos serem os senhorios normalmente associados aos mosteiros e as honras à nobreza, tal não é exclusivo de cada um desses grupos sociais, uma vez que há mosteiros que detêm honras e nobres a senhorearem coutos (cf. Marreiros, Maria Rosa Ferreira, *Ibidem*, p.584).

²³ Tome-se como exemplo o caso de S. Salvador de Moreira da Maia, em que, aquando da inquirição de D. Afonso IV aí se indicava que o mosteiro “avya huum couto a redor de sy o qual dizia que lhy fora coutado per El Rey Dom Affonso filho do Conde Don Anrique” (cf. *Chancelarias Portuguesas - D. Afonso IV, Vol. III (1340-1344)*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto

Os coutos eram terras imunes, com a sua área devidamente delimitada por marcos e divisões, situação que, muitas vezes, não era suficiente para impedir o aparecimento de conflitos por causa das demarcações e confrontações, como sucedeu recorrentemente entre os mosteiros de Landim e Santo Tirso²⁴.

Em termos gerais, nessas terras imunes, o rei renunciava à cobrança de tributos e era vedada a entrada aos oficiais régios, exercendo aí o prior a sua autoridade sobre os homens que viviam no seu senhorio, cobrando-lhes prestações sobre serviços e bens²⁵. Apesar disso muitos preferiam submeter-se a estes senhorios de forma a fugirem aos impostos régios²⁶, como aconteceu com os lavradores de seis casais do lugar da Póvoa que se colocaram sob a protecção do mosteiro de Moreira²⁷. Um exemplo do exercício dessa autoridade jurisdicional é-nos dado por um instrumento de 2 de Fevereiro de 1375, respeitante a uma sentença a favor do mosteiro de S. Simão da Junqueira contra o mordomo Domingos Bom que tinha entrado em terras do couto do mosteiro e penhorado um caseiro, sendo obrigado a fazer a devolução da cobrança indevida, incluindo uma galinha, provando-se que nenhum mordomo régio, ou de outro senhor, poderia aí entrar²⁸.

Os moradores dos coutos conseguiam também alguns privilégios e isenções em relação às obrigações concelhias, como acontecia com os do couto do mosteiro de Roriz que estavam isentos do pagamento de talhas e peitas ao concelho de Refoios, situação que, em 1331, provocaria um conflito entre as partes, com o concelho a reclamar o pagamento dessas obrigações²⁹. De resto, e também por causa do pagamento de fintas e

Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992, p.97).

²⁴ Barroca, Mário Jorge, “A cruz do lugar das Marcas (Lousado), Vila Nova de Famalicão e o couto do mosteiro de Santo Tirso”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol.4, Organização do Departamento de Ciências e Técnicas do Património / Departamento de História, Porto, FLUP, 2006, p.149.

²⁵ Maurício, Maria Fernanda, *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*, Edições Colibri, Lisboa, 1997, p.225; Dias, Geraldo J. A. Coelho, “Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos. Generosidade régia e poder monástico”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Edição da Câmara Municipal de Guimarães e da Universidade do Minho, 1996, vol.4, p.337.

²⁶ Mattoso, José, “Senhorios monásticos do Norte de Portugal nos sécs. XI a XIII”, in *A nobreza medieval portuguesa - A família e o poder*, Circulo de Leitores, Vol.7, 2001, p.208.

²⁷ *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium* ...vol. I, Câmara Municipal do Porto, 1891, p.155. A passagem que contempla esta informação é a seguinte: “Item no logar que chamam apoboa soya aaver seis casaaes do Moesteyro de moreyra em que he provado que entrava omoordomo dellrey e pectavam voz e coymha e hermaronnos e poseram as cabeças dos casaaees no Couto de gemundy e lavram as herdades fora que sohiam alavrar. E esto fezerom por se deffenderem do moordomo.”

²⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.108vº-109vº.

²⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, Nº11. Um outro exemplo é o de Santa Maria de Vila Nova de Muia, embora para um período cronológico anterior, mas bem elucidativo desta situação, com D. Afonso III a ordenar às suas justiças que protegessem o mosteiro, bem como os seus coutos e herdades e se os

talhas gerou-se uma nova contenda entre o concelho e os moradores do couto, apoiados pelo mosteiro, acabando, neste caso, o rei D. Pedro por dar sentença favorável, a 7 de Dezembro de 1359, ao concelho de Refoios³⁰.

No couto havia um juiz, eleito pelos moradores do couto e depois confirmado pelo mosteiro³¹, ou directamente nomeado pelo prior da instituição³². Dependendo da jurisdição que os mosteiros detinham nos seus coutos, mas tendo em consideração que, a partir da lei dionisina de 1317, e com as inquirições de D. Afonso IV, a jurisdição criminal fica, praticamente, na exclusividade da alçada régia³³, esses juizes tinham a seu cargo a resolução de questões cíveis, como é exemplo o que sucedeu no couto do mosteiro de Roriz, onde, a 3 de Janeiro de 1362, Vasco Gonçalves, juiz do couto, deu sentença favorável a Aires Domingues do Outeiro e a seus irmãos, numa disputa referente a um terço de uma casa sita em Samoça³⁴.

Na década de trinta do séc. XIV grande parte das instituições monásticas nacionais ver-se-iam coarctadas nas jurisdições que exerciam nos seus coutos, na sequência das inquirições de D. Afonso IV que, perante a proliferação dos coutos, privilégios e imunidades senhorias, e numa nítida tentativa de centralização régia, mandou fazer *chamamento geeral per razom de todos aqueles que avyam villas ou castellos coutos ou*

seus privilégios confirmassem que de facto os homens dos seus coutos estavam isentos de prestar anúduva aos concelhos, incluindo às muralhas de Monção, que lhes fizessem respeitar tais privilégios, com D. João I a revalidar estes privilégios a 5 de Outubro de 1398 (cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo 3, Organização de João José Alves Dias, Transcrição de José Jorge Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp.73-74).

³⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°18.

³¹ Este parece ser o “modus operandi”, pelo menos em Moreira da Maia (cf. Carvalho, José Vieira de, *O Mosteiro de S. Salvador de Moreira – Instituição Valorizadora da Terra da Maia*, Maia, 1969, p.39. Uma inquirição de D. Dinis, de 1307, no que respeita a este mosteiro, é bastante clara dizendo-se aí: “Preguntado como he feito esse juiz disse que quando o priol queria fazer juiz no dito Couto que chamava os moradores do Couto. E que aquelle em que esses moradores se louvavam que lhe lo dava o priol por juiz” (cf. Tavares, Maria Otília Nunes, *Mosteiro de Moreira da Maia -Subsídios para a sua história*, Coimbra, 1957, p.41). Segundo Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico ...*, 1996, p.43, também era prática corrente no mosteiro agostinho de Santa Maria de Oliveira os moradores do couto elegerem o juiz e o prior confirmá-lo. Não sabemos com que periodicidade eram eleitos os novos juizes, no entanto essa eleição não era anual como se deduz da resposta de Artim André na Inquirição de 1307, respeitante a Moreira da Maia, em que “perguntado se som feitos estes juizes em cada hum ano, disse que nom” (cf. Tavares, Maria Otília Nunes, *Mosteiro de Moreira da Maia -Subsídios para a sua história*, Coimbra, 1957, p.37).

³² Esta situação também se verifica em S. Salvador de Moreira da Maia (cf. Azevedo, Padre Agostinho de, *A Terra da Maia*, 1939, vol.I, pp.188-189). Na inquirição de 1307, a que já aludimos, Artim André de Lágielas, questionado sobre a forma como se metia o juiz no couto, respondeu que “...vyo em tempo do priol Domingos de Deus fazer juiz no Couto chamando o dito prioll os moradores do Couto. E disse que lhes dava hi por juiz um homem que chamavam Miguel Domingues...” (cf. Tavares, Maria Otília Nunes, *Mosteiro de Moreira da Maia -Subsídios para a sua história*, Coimbra, 1957, p.37).

³³ Marques, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Vol. IV da Nova História de Portugal dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp.238-239.

³⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°19.

*onrras ou jurisdições*³⁵. Os mosteiros regrantes conheceram diferentes destinos e se alguns foram amplamente afectados como S. Salvador de Freixo³⁶, São Salvador de Moreira da Maia e São Simão da Junqueira que perderam toda a jurisdição que detinham nos seus coutos³⁷, já outros viram confirmados os seus privilégios, normalmente com a sua jurisdição a ser restringida ao cível, transitando a do crime para o rei, o que na prática nada, ou pouco alterava, uma vez que, e se na teoria os mosteiros detinham essa prerrogativa jurisdicional, pelo que transmitem as fontes, a maioria não a deveria exercer, ficando antes a cargo dos oficiais régios.

Nestas circunstâncias encontra-se o mosteiro de S. Martinho de Crasto, cuja confirmação das jurisdições foi dada por carta de 24 de Julho de 1335, com D. Afonso IV a autorizar a instituição a deter a jurisdição cível enquanto a do crime ficava sob a alçada régia³⁸, o mesmo sucedendo com o mosteiro de Santa Maria de Landim, que viu ser-lhe confirmada a jurisdição cível nos coutos de Landim e Palmeira, através de cartas de 4 e 8 de Fevereiro de 1336, provando-se que a jurisdição do crime era do rei, no caso específico da alçada directa do juiz de Vermoim³⁹. Idêntica decisão obteve o vizinho mosteiro de Santa Maria de Oliveira, com o monarca a reconhecer, a 27 de Fevereiro de 1336, que assistia toda a legitimidade à instituição para continuar a exercer a jurisdição

³⁵ *Chancelarias Portuguesas - D. Afonso IV*, Vol.III (1336-1340), 1992, p.97. Essas inquirições iniciaram-se em 1325 (cf. Caetano, Marcello, *História do direito português (sécs. XII-XIV)*, seguida de *Subsídios para a História das fontes do direito em Portugal no séc. XVI*, 4ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 2000, p.328).

³⁶ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV*, Vol. II (1336-1340), 1992, pp.149-151 (Doc.78)

³⁷ *Chancelarias Portuguesas - D. Afonso IV*, Vol.III (1336-1340), 1992, pp.97-99; Barros, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2ª edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1945, Tomo II, pp. 464-465; Marques, José, *D. Afonso IV e as Jurisdições Senhoriais*, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. 4, Porto, Centro de História da Universidade do Porto-INIC, 1990, p.28. S. Simão da Junqueira acabaria por recuperar a jurisdição cível. Já em relação a um outro cenóbio da diocese do Porto, o mosteiro agostinho de Santo Estêvão de Vilela, desconhecemos o resultado da inquirição, cuja data parece também não merecer consenso, existindo informações que apontam para 1339 (cf. Gonçalves, António Nogueira, “A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)”, *Separata da Lúmen*, Fasc. 5, Ano III, Maio 1939, p.6) e para 20 de Julho de 1340 (Ribeiro, João Pedro, *Reflexões Históricas*, Parte I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835, p.170; *Idem, Índice Chronologico...*, prefaciado e acrescentado com as actuais cotas por J. A. Pinto Ribeiro, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1951, p.32).

³⁸ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV*, Vol. II (1336-1340), edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992, pp.55-57 (Doc.27); Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto: Subsídios para a sua história na Idade Média”, in *Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca*, Vol.II, Ponte da Barca, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, pp.74-75 (Doc. 20 do Apêndice). Na transcrição da Chancelaria foi reconstituída a parte referente ao mês, surgindo aí a data de 24 de Outubro de 1335, pelo que nos parece mais indicado adoptar a data da transcrição de Maria Alegria Fernandes Marques.

³⁹ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV*, Vol. II (1336-1340), 1992, pp.12-15 (Doc.6); 164-166 (Doc.72); Marques, José, “D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais”, 1990, pp. 1538-1539.

cível no seu couto⁴⁰. Nesta mesma linha de acção surge a sentença régia proferida, a 7 de Maio de 1336, referente ao processo de inquirição sobre as jurisdições do mosteiro de Roriz, mantendo este a jurisdição cível, passando a do crime para a administração régia⁴¹. Ficou assim provado e reconhecido que o mosteiro tinha o direito de colocar juiz no couto, apelando o juiz para o prior e este para o rei, bem como a prerrogativa de colocar mordomo que fazia as chegadas, penhoras e entregas, assistindo-lhe também o direito de aí ter jurados e almotacés⁴².

Os mosteiros, na defesa dos privilégios e jurisdições nos seus coutos, além de se debaterem com as ofensivas da Coroa e dos concelhos, ainda tinham de enfrentar os poderosos, servindo aí, muitas vezes, o monarca como aliado e protector dos seus interesses. Assim, a 15 de Janeiro de 1390, D. João I, na sequência das queixas apresentadas pelo prior do mosteiro de Vilela contra alguns fidalgos e poderosos que pousavam no mosteiro e no seu couto e lhe roubavam alimentos e palha, ordenava às justiças que protegessem a instituição⁴³. De idêntico teor é a ordem expedida por este mesmo monarca, a 5 de Outubro de 1398, em que, perante as queixas do prior de Vila Nova de Muia, que acusava os fidalgos e outros de lhe devassarem o couto e de roubarem aos lavradores pão, vinho e palha e de pousarem nas suas casas, confirmou ao mosteiro as demarcações do couto e os seus privilégios⁴⁴. De 18 de Fevereiro 1466 data uma sentença contra Rui Pereira, fidalgo da Casa de el-rei, acusado por João Álvares, prior dos mosteiros de Grijó e Roriz, de cometer diversos abusos no couto do mosteiro de Roriz, tendo o fidalgo ordenado aos seus escudeiros que entrassem aí com armas e cavalos, tendo-se, inclusivamente, aposentando aí e ameaçando de violência os lavradores que tentavam impedi-los de tomarem os seus bens e os seus pastos⁴⁵.

⁴⁰ *Chancelarias Portuguesas - D. Afonso IV*, vol. II (1336-1340), 1992, pp. 22-25. Esta carta de D. Afonso IV encontra-se também publicada por Bastos, Maria Rosário da Costa, “Privilégios jurisdicionais...”, 1997, pp. 136-137.

⁴¹ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.69-72 (Doc. 32); Madahil, António Gomes da Rocha, “Uma certidão de Fernão Lopes passada ao mosteiro de Roriz em 1451”, in *Revista de Guimarães*, Vol. XLVII, Ns. 1-2 (Janeiro-Junho de 1937), Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1937, pp. 95-99.

⁴² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°199; *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV*, Vol. II (1336-1340), 1992, pp.69-72 (Doc. 32); Madahil, António Gomes da Rocha, “Uma certidão de Fernão Lopes ...”, 1937, pp. 95-99.

⁴³ *Chancelarias Portuguesas - D. João I*, Vol. II – Tomo I, 2005, p.32; Marques, José, *O estado dos mosteiros beneditinos da Arquidiocese de Braga, no século XV*, Braga, Separata da Revista *Bracara Augusta*, Vol. XXXV – Fasc. 79 (82) Janeiro-Dezembro de 1981, p.14; *Idem*, “Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna”, in *Actas do Ciclo de Conferências das Comemorações do 4º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória*, Arquivo Distrital do Porto, 1997, p.196.

⁴⁴ *Chancelarias Portuguesas - D. João I*, Vol. II – Tomo 3, 2005, pp.73-74.

⁴⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°199.

Por vezes são os próprios lavradores a transgredir, como é exemplo João Vaz, lavrador, morador em Pedrados, freguesia de S. Tomé de Negrelas, acusado de ter feito bouças nos coutos do mosteiro de Roriz, e de as ter cultivado, rompido e tapado à revelia do prior e convento, correndo demanda entre as partes a 29 de Novembro de 1497⁴⁶.

É nítida a preocupação dos priores dos mosteiros em preservarem as cartas de privilégio referentes aos seus coutos, aparecendo inúmeras situações em que são feitos traslados ou solicitadas cópias desses instrumentos, como é exemplo o caso de D. Miguel da Silva, comendatário de Santo Tirso e Landim, que em Abril de 1536, pede cópia dos documentos que se guardavam na Torre do Tombo, referentes aos coutos dos dois mosteiros⁴⁷.

1.2. A centúria de trezentos: um século de estabilidade

Numa visão muito simplista pode considerar-se que os séculos XII e XIII são de afirmação e crescimento da Ordem dos cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal, enquanto que o séc. XIV e parte do XV pode ser encarado como um período de alguma estabilidade, ao invés da segunda metade do século XV e XVI em que se entra num período de declínio.

No panorama monástico nacional os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho surgem logo atrás dos beneditinos com mais de três dezenas de casas na primeira metade do século XIV⁴⁸.

⁴⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°222.

⁴⁷ Correia, Fernando Carvalho, *O mosteiro de Santo Tirso: o perfil jurisdicional dos seus abades – Estudo e documentação*, s.d., pp.576-578.

⁴⁸ Marques, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, 1987, p.222, contabilizou 35 casas de Cónegos Regrantes em Portugal. Já no Guia das Ordens religiosas são identificadas 34 canónicas regrantes masculinas para os séculos XIV e XV (cf. *Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Dir. de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p.179). Além destas listagens existem pequenos artigos e sínteses referentes aos cónegos regrantes embora com cronologias anteriores ou até mais abrangentes e que dão para se ter uma ideia da presença regrante no nosso país e do seu acompanhamento até à extinção. Neste particular consulte-se Mattoso, José, “*Canonici Regolari di Santa Croce de Coimbra (Portogallo)*”, in *Dizionario Degli Istituti di Perfezioni*, vol. II, Roma, Edizioni Paoline, 1975, cols. 141-145; Gomes, Saul António, “*Cónegos Regrantes de Santo Agostinho*”, 2000, p.430; Chorão, Maria José Mexia Bigotte, “*Mosteiros*” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, dir. de Carlos A. Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Circulo de Leitores, 2001, p.276. Também Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 2003, p.990, aborda esta questão identificando 32 casas de observância regrante em Portugal em finais do século XII, período também estudado por Gomes, Saul António, *In Limine Conscriptioes: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra – Séculos XII a XV*, Viseu, Palimage Editores, 2007, pp.80-83, procedendo à inventariação dos mosteiros então existentes nessa época. Já Melo, António Maria; Sousa, José J. Rigaud de; Vasconcelos, Flório de, “*O mosteiro Santo Estêvão de Vilela em Paredes e os*

Mosteiros de Cónegos Regrantes em Portugal

Mosteiro	Diocese	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI
Santa Maria de Refoios de Lima	Tui ⁴⁹			
São João de Longos Vales				
São Salvador de Paderne				
Santa Maria de Landim	Braga			
Santa Maria de Oliveira				
Santa Maria de Vila Nova de Muia				
Santa Marinha da Costa				
S. Cristóvão/S. Silvestre de Requião				
S. Martinho de Caramos				
S. Martinho de Crasto				
S. Martinho de Mancelos				
S. Miguel de Vilarinho				
S. Pedro de Roriz				
S. Salvador de Banho				
S. Salvador de Bravães				
S. Salvador de Freixo				
S. Salvador de Souto				
S. Salvador de Valdreu				
S. Simão da Junqueira				
S. Torcato				
Santa Maria de Vila Boa do Bispo	Porto			
Santo André de Ancede				
Santo Estêvão de Vilela				
São Salvador da Serra do Pilar ⁵⁰				
São Salvador de Grijó				
São Salvador de Lordelo				
São Salvador de Moreira da Maia				
Santa Maria de Cárquere	Lamego			
Santa Cruz de Coimbra	Coimbra			
S. Jorge de Coimbra				
S. Pedro de Folques				
S. Vicente de Fora	Lisboa			
Legenda:		Existência		
		Inexistência		

Para o século XIV podemos contabilizar, em Portugal, seguramente, 31 mosteiros masculinos de Cónegos Regrantes da Ordem de Santo Agostinho, com uma distribuição geográfica pouco homogénea. Esses institutos localizam-se sobretudo no Norte do país, com 3 no Entre Lima e Minho⁵¹, ou seja em território sob a jurisdição da

Cónegos Regrantes de St.º Agostinho”, in *Maia, História Regional e Local (Actas do Congresso)*, Câmara Municipal da Maia, 1999, vol.II, pp.153,155, referenciam e cartografam 45 casas de Regrantes de Santo Agostinho, embora aí se incluam alguns mosteiros femininos e fundações da época moderna.

⁴⁹ Aqui vai referenciada a diocese de Tui porque era a que administrava o território português do Entre Minho e Lima, no séc. XIV, de qualquer modo note-se que ao longo dos dois séculos seguintes este território conheceu diversas alterações ao nível da sua administração eclesiástica, modificações essas que serão explanadas numa das próximas notas de pé de página.

⁵⁰ A presença deste mosteiro nesta listagem deve-se ao facto de ter sido concebido, no séc. XVI, para substituir o mosteiro de S. Salvador de Grijó, acabando, no entanto, por subsistir os dois.

⁵¹ Trata-se de Santa Maria de Refoios de Lima, São João de Longos Vales e São Salvador de Paderne.

diocese de Tui⁵², e com a grande maioria a surgirem na diocese de Braga⁵³, num total de 17 mosteiros⁵⁴, 6 na diocese do Porto⁵⁵, 1 na diocese de Lamego⁵⁶, 3 na diocese de Coimbra⁵⁷ e 1 na diocese de Lisboa, o mosteiro de S. Vicente de Fora. Não inserimos nesta contagem as comunidades paroquiais regidas por cónegos regrantes como sucede com os priorados crúzios de Arronches, Leiria ou S. Romão.

⁵² A diocese de Tui era a que administrava o território português do Entre Minho e Lima nos séculos XIV e em parte do XV. Mas tracemos aqui uma breve síntese da evolução e das alterações registadas na administração eclesiástica deste território ao longo dos séculos XIV, XV e XVI. Assim, no final do séc. XIV a parte portuguesa da diocese de Tui, mais concretamente em 1381, autonomizou-se da parte galega sendo gerida pela administração eclesiástica de Valença. Em 1444 seria unida à diocese de Ceuta, entretanto criada em 1420, mas como o processo sofreu diversos reveses, a sua integração efectiva só ocorreria no último quartel do séc. XV, durante o bispado de D. Justo Baldino, acabando depois por ser incorporada na diocese de Braga no início da segunda década do séc. XVI (cf. Jordão, Maria Levy, *Memoria Historica sobre os Bispados de Ceuta e Tanger*, Lisboa, Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858, pp.3-8; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”, in *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Vol.I, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, 1983, sobretudo pp.72-73, 132-133, 137-146; Reis, António Matos, “Viana do Castelo, diocese de” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. IV, dir. de Carlos A. Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Circulo de Leitores, 2001, p.336.

⁵³ Essas canónicas são: S. Cristóvão/S. Silvestre de Requião, Santa Maria de Landim, Santa Maria de Oliveira, Santa Maria de Vila Nova de Muia, Santa Marinha da Costa, S. Martinho de Caramos, S. Martinho de Crasto, S. Martinho de Mancelos, S. Miguel de Vilarinho, S. Pedro de Roriz, S. Salvador de Banho, S. Salvador de Bravães, S. Salvador de Freixo, S. Salvador de Souto, S. Salvador de Valdreu, S. Simão da Junqueira e S. Torcato.

⁵⁴ Já Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Braga, Arquidiocese de”, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Vol.3, Fasc. 27, dir. de Fernando Jasmins Pereira (planeada e iniciada por António Alberto Banha de Andrade), Lisboa, Editorial Resistência, pp.151-152, identifica 18 mosteiros como tendo adoptado a Regra de Santo Agostinho em meados do séc. XII, de resto as mesmas instituições que Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp.719-721, identifica no início do séc. XV, no entanto, e neste particular, somos da opinião que S. Cristóvão de Rio Mau já não tinha comunidade nessa altura, o que nos leva a reduzir para 17 casas a presença regrante na diocese bracarense.

⁵⁵ Esse grupo era constituído por Santa Maria de Vila Boa do Bispo, Santo André de Ancede, Santo Estêvão de Vilela, São Salvador de Grijó, São Salvador de Lordelo e São Salvador de Moreira da Maia.

⁵⁶ Trata-se do mosteiro de Santa Maria de Cárquere.

⁵⁷ Santa Cruz de Coimbra, S. Jorge de Coimbra e S. Pedro de Folques.

Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal – Séc. XIV



Mosteiros de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho

- 1 - Santa Maria de Cárquere (c. Resende);
- 2 - Santa Maria de Landim (c. Vila Nova de Famalicão);
- 3 - Santa Maria de Oliveira (c. Vila Nova de Famalicão);
- 4 - Santa Maria de Refóios de Lima (c. Ponte de Lima);
- 5 - Santa Maria de Vila Boa do Bispo (c. Marco de Canaveses);
- 6 - Santa Maria de Vila Nova de Muia (c. Ponte da Barca)
- 7 - Santa Marinha da Costa (c. Guimarães);
- 8 - Santo André de Ancede (c. Baião);
- 9 - Santo Estêvão de Vilela (c. Paredes);
- 10 - São Cristóvão/Silvestre de Requião (c. Vila Nova de Famalicão);
- 11 - São João de Longos Vales (c. Monção);
- 12 - São Martinho de Caramos (c. Felgueiras);
- 13 - São Martinho de Crasto (c. Ponte da Barca);
- 14 - São Martinho de Mancelos (c. Amarante);
- 15 - São Miguel de Vilarinho (c. Santo Tirso);
- 16 - São Pedro de Roriz (c. Santo Tirso);
- 17 - São Salvador de Banho (c. Barcelos);
- 18 - São Salvador de Bravães (c. Ponte da Barca);
- 19 - São Salvador de Freixo (c. Amarante);
- 20 - São Salvador de Grijó (c. Vila Nova de Gaia);
- 21 - São Salvador de Lordelo (c. Paredes);
- 22 - São Salvador de Moreira da Maia (c. Maia);
- 23 - São Salvador de Pademe (c. Melgaço);
- 24 - São Salvador de Valdeu (c. Vila Verde);
- 25 - São Salvador do Souto (c. Guimarães);
- 26 - São Simão da Junqueira (c. Vila do Conde);
- 27 - São Torcato (c. Guimarães);
- 28 - S. Pedro de Folques (c. Arganil);
- 29 - Santa Cruz (c. de Coimbra);
- 30 - S. Jorge (c. de Coimbra);
- 31 - S. Vicente (c. Lisboa).

Desta contabilização, e no que respeita ao âmbito deste trabalho, serão abordados os institutos das quatro primeiras dioceses, num total de 27 mosteiros a que acrescem outras três instituições que tentaremos provar, no entanto, que não eram de cónegos regrantes de Santo Agostinho. A totalidade destes mosteiros corresponde, grosso modo aos institutos que surgem identificados por José Marques para este período⁵⁸ e que recentemente foram inventariados no “Guia das Ordens Religiosas”, embora em relação a esta publicação tenhamos excluído três das instituições que são aí

⁵⁸ Marques, José, “A Igreja no Mundo do Infante D. Henrique”, in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. XII, Porto, 1995, pp. 195-196; Marques, José, “Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna”, 1997, pp. 185-186. Nestes trabalhos José Marques identifica para as dioceses de Tui (administração eclesiástica de Valença), Braga e Porto um total de 26 mosteiros, número com que concordamos embora a nossa distribuição divirja, uma vez que excluímos S. Cristóvão de Rio Mau e incluímos o de S. Salvador de Lordelo, da diocese do Porto, que não figura nessas listagens.

apresentadas. Trata-se de Santa Eulália de Rio Covo e São Cristóvão de Rio Mau, da diocese de Braga e São Pedro de Ferreira, do bispado do Porto, instituições que apesar de surgirem normalmente identificadas como canónicas regrantes, em nosso entendimento, e como demonstraremos adiante, não o eram, pelo menos para os séculos aqui considerados⁵⁹.

Quanto à invocação das canónicas regrantes, traduzindo horizontes de devoção religiosa ancestrais, nota-se uma predominância dos mosteiros de título de S. Salvador, quer na diocese de Braga, quer na do Porto, surgindo como padroeiro principal de 33,3% das instituições aqui retratadas. S. Salvador, celebrado a 6 de Agosto⁶⁰, aparece assim à frente da Virgem Maria (22,2%), contrastando com o panorama geral da diocese de Braga onde o culto à Mãe de Cristo Deus supera largamente todos os outros, incluindo, naturalmente o da Transfiguração do Senhor, tanto em número de freguesias como no de mosteiros em que é venerado⁶¹. De resto, o culto à virgem Maria era o preponderante no território português medieval, tendo o cónego Avelino Jesus da Costa identificado mais de mil templos e lugares dedicados a Nossa Senhora até finais do séc. XV⁶².

Entre os mosteiros agostinhos, a invocação a S. Martinho de Tours encontra alguma representatividade, surgindo em terceiro lugar, o correspondente a 11,1% do universo das canónicas aqui abordadas, embora circunscrevendo-se os institutos que acolheram este orago à diocese bracarense. Torna-se, aliás, curioso verificar que o culto a S. Martinho era, em termos devocionais absolutos, o terceiro mais representativo na diocese de Braga⁶³. De relevar ainda o facto de Santo Estêvão ser invocado como titular secundário de várias igrejas e mosteiros⁶⁴, surgindo, no entanto, entre os regrantes como orago principal do mosteiro de Vilela.

⁵⁹ Como veremos, os elementos disponíveis não são totalmente dissipadores de dúvidas quanto ao tipo de comunidades aí existentes, mas não indiciam a presença de cónegos regrantes nos séculos XIV, XV e XVI. As três instituições em causa são identificadas no guia das *Ordens Religiosas em Portugal ...*, 2005, pp.179, 189, 202, 206, como canónicas regrantes.

⁶⁰ Valero, Luís T. Melgar, *Os santos de cada dia*, Editorial Estampa, Lisboa, 2002, p.155.

⁶¹ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol.1, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959, pp.326-329, 337.

⁶² *Idem*, “A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média”, in *Lusitania Sacra – Revista do Centro de Estudos de Historia Ecclesiastica*, Tomo II, Lisboa, 1957, p.34.

⁶³ *Idem*, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol.1, 1959, pp.332-333.

⁶⁴ *Idem*, *Ibidem*, Vol.1, 1959, p.317.

Santos Padroeiros dos mosteiros

Orago/Invocação	Nº total de institutos	Diocese				Festa/Comemoração
		Braga	Lamego	Porto	Tui	
S. Salvador	9	5		3	1	6 de Agosto
Santa Maria	6	3	1	1	1	Diversas datas ⁶⁵
S. Martinho	3	3				11 de Novembro
S. Cristóvão	1	1				25 de Julho
Santo André	1			1		26 de Novembro
Santo Estêvão	1			1		26 de Dezembro
Santa Marinha	1	1				18 de Julho
S. João	1				1	24 de Junho
S. Miguel	1	1				29 de Setembro
S. Pedro	1	1				29 de Junho
S. Simão	1	1				28 de Outubro
S. Torcato	1	1				27 de Fevereiro

O conhecido catálogo das igrejas de 1320-1321 é um excelente barómetro para se avaliar a condição económica das diversas instituições eclesiásticas. Pelas taxas que foram aplicadas aos mosteiros regrantes conclui-se que a situação geral não era de grande desafogo económico, havendo mesmo mosteiros com rendimentos extremamente baixos, nomeadamente os de Lordelo e Vilela, ambos da Terra de Aguiar, taxados respectivamente em 60 e 150 libras⁶⁶, bem como o de Longos Vales, ao qual foi aplicada uma comparticipação de 100 libras e o de S. Salvador de Moreira da Maia, taxado em 170 libras⁶⁷.

Em posição inversa encontravam-se as canónicas de Grijó, Landim, Santa Marinha da Costa e Vila Boa do Bispo, todas elas com uma taxaço igual ou superior a

⁶⁵ Santa Maria de Vila Boa do Bispo é celebrada a 15 de Agosto, de resto num emprazamento efectuado pelo mosteiro em 1296, uma das obrigações dos foreiros era a entrega de “XV libras de cera por ano pela festa de Santa Maria de Agosto” (cf. IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.13). Num outro emprazamento deste mesmo mosteiro, datado de 1312, a renda a entregar pela festa de Santa Maria de Agosto incluía também, além de meio alqueire de mel e uma fogaça de quatro alqueires, cinco libras de cera (cf. IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.15). Em Refoios de Lima a padroeira é Santa Maria dos Anjos, festejada a 2 de Agosto, em Cárquere a festa de Nossa Senhora recai em Maio, por sua vez, em Landim é celebrada a Senhora das Candeias a 2 de Fevereiro enquanto que em Santa Maria de Oliveira a padroeira é a Senhora do Rosário, festejada a 7 de Maio. Sobre o culto mariano em Portugal na Idade Média consulte-se os trabalhos do Padre Avelino de Jesus da Costa: “A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média”, in *Lusitania Sacra* – Revista do Centro de Estudos de Historia Eclesiastica, Tomo II, Lisboa, 1957, pp.7-49; “O culto mariano em Portugal e, sobretudo, em Braga, Coimbra e Lisboa, nos sécs. XII a XV”, in *Actas do XIV Congresso Mariano Internacional*, (De cultu Mariano saeculis XII-XV, Acta Congressis Mariologici-Mariani Internationalis, Romae Anno 1975 Celebrati), Vol. III (De cultu Mariano in Nationibus et in Ordinibus Religiosis), Roma, Pontificia Academia Mariana Internacional, 1979, pp. 301-344. Neste último o Autor apresenta vários calendários litúrgicos medievais referentes à celebração da Virgem Maria (pp. 321-328).

⁶⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Porto-Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1971, p.95.

⁶⁷ *Idem, Ibidem*, vol. IV, 1971, pp.94,114.

mil libras, com S. Salvador de Grijó a encabeçar, de forma inequívoca, a listagem dos mosteiros regrantes nortenhos com mais rendimentos aplicando-se-lhe o valor de 3000 libras⁶⁸. Perante tal panorama, e à luz desses indicadores, seria admissível que a situação económica tivesse reflexos directos ao nível da constituição das comunidades, o que, como adiante veremos, parece não se verificar.

⁶⁸ *Idem, Ibidem*, vol. IV, pp. 93, 96, 103 e 108.

Taxas aplicadas aos mosteiros Agostinhos segundo o catálogo de 1320-1321⁶⁹

Mosteiro	Actual concelho	Circunscrição em 1320	Taxação (libras)
Santa Maria de Cárquere	Resende	Bispado de Lamego	900
Santa Maria de Landim	Vila Nova de Famalicão	Terra de Vermoim e de Susão	1435
Santa Maria de Oliveira	Vila Nova de Famalicão	Terra de Vermoim e de Susão	500
Santa Maria de Refóios de Lima	Ponte de Lima	Arcediagado de Labruja	700
Santa Maria de Vila Boa do Bispo	Marco de Canaveses	Terra de Gouveia e de “Benviver”	1500
Santa Maria de Vila Nova de Muia	Ponte da Barca	Terra de “Anóbrega”	700
Santa Marinha da Costa	Guimarães	Terra de Guimarães	1000
Santo André de Ancede	Baião	Terra de Baião	550
Santo Estêvão de Vilela	Paredes	Terra de Aguiar	150
São Silvestre de Requião	Vila Nova de Famalicão	Terra de Vermoim e de Susão	300
São João de Longos Vales	Monção	Arcediagado de Cerveira	100
São Martinho de Caramos	Felgueiras	Terra de Sousa	500
São Martinho de Crasto	Ponte da Barca	Terra de “Anóbrega”	500
São Martinho de Mancelos	Amarante	Terra de Sousa	600
São Miguel de Vilarinho	Santo Tirso	Terra de Negrelos	250
São Pedro de Roriz	Santo Tirso	Terra de Negrelos	600
São Salvador de Banho	Barcelos	Terra de Aguiar de Neiva	350
São Salvador de Bravães	Ponte da Barca	Terra de “Anóbrega”	300
São Salvador de Freixo	Amarante	Terra de Sousa	400
São Salvador de Grijó	Vila Nova de Gaia	Terra da Ordem de Cristo	3000
São Salvador de Lordelo	Paredes	Terra de Aguiar	60
São Salvador de Moreira da Maia	Maia	Terra da Maia	170
São Salvador de Paderne	Melgaço	Terra de Valadares	500
São Salvador de Valdreu	Vila Verde	Terra do Deado	430
São Salvador do Souto	Guimarães	Terra de Guimarães	300
São Simão da Junqueira	Vila do Conde	Terra de Vermoim e de Susão	400
São Torcato	Guimarães	Terra de Guimarães	300

⁶⁹ Os elementos constantes nesta listagem foram recolhidos do catálogo publicado por Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, pp.90-143. Tendo em conta que a fonte utilizada é a mesma não se justifica aqui a indicação concreta da fonte, o que levaria a uma repetição constante e inusitada, por isso a referência bibliográfica concreta a cada um dos elementos específicos do quadro far-se-á quando se tratar individualmente cada instituição. O critério de ordenação aqui utilizado é o alfabético.

1.3. A fase de declínio (Sécs. XV-XVI)

E se as questões económicas eram um forte entrave à boa gestão e funcionamento das instituições monásticas, muitos outros problemas as afectavam, sobretudo as questões de cariz espiritual e disciplinar, o que motivava a intervenção dos superiores das comunidades, dos bispos e até do próprio pontífice.

Uma dessas intervenções foi protagonizada, ainda na primeira metade do séc. XIV, pelo papa Bento XII (1335-1342) que, entre 1335 e 1339, levou a cabo uma ampla reforma das comunidades monásticas, com os cónegos regrantes de Santo Agostinho a serem também abrangidos⁷⁰. Em 1339, o papa incumbiu D. Francisco, prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra de iniciar a reforma dos agostinhos em Portugal, celebrando-se no ano seguinte, em Bragança o capítulo geral da Ordem⁷¹.

Esta reforma, ou melhor esta tentativa de reforma, todavia, parece não ter tido impacto visível nas canónicas portuguesas.

E, de resto, a situação repetir-se-ia pouco mais de um século depois. Uma bula do papa Nicolau V, datada de 28 de Junho de 1452, autorizava o prior de Santa Cruz de Coimbra, D. Gomes, a iniciar a reforma dos mosteiros agostinhos em Portugal⁷². Mas mais uma vez a reforma parece não ter reflexos visíveis, ao contrário do que sucedeu com institutos de outras ordens, caso do mosteiro beneditino de Paço de Sousa onde o abade Fr. João Álvares, incumbido pelo bispo do Porto, D. Luís Pires (1453-1464) efectuou uma profunda reformação⁷³, numa altura em que esse cenóbio enfrentava diversos problemas de relaxação, e que são enunciados na sua carta pastoral de 24 de Dezembro de 1467⁷⁴.

Por esta mesma época, também, o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra (1416-1467) ia tentando alterar o panorama vivido pelos mosteiros bracarenses,

⁷⁰ Marques, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, 1987, p.386.

⁷¹ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica...*, Segunda Parte, Livro IX, cap. XXI, pp. 239-240; Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Barcelos, Portucalense Editora, 1967, p.329. Esta tentativa reformista dos cónegos regrantes pelo papa Bento XII e o Capítulo Provincial de Bragança encontram-se devidamente explanados na obra de Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, sobretudo pp. 499-510.

⁷² Costa, António Domingues de Sousa, “D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”, in *Studia Monástica*, Vol.V-Fasc.1, Abadia de Montserrat, 1963, p.155. Esta bula encontra-se publicada no *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo XI, 1898, pp. 152-155, neste caso inserida ou trasladada numa outra bula de Leão X.

⁷³ Ribeiro, João Pedro, *Reflexões Históricas*, Parte I, 1835, p.69; Dias, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)* Tomo I – Vol. II, Coimbra, Publicações do Instituto de Estudos Filosóficos - Universidade de Coimbra, 1960, p.96.

⁷⁴ Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Tomo I, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1810, pp.358-359. Esta questão é sobretudo abordada na Carta II, às páginas referidas, mas o Autor publica as três cartas pastorais de Frei João Álvares (pp.352-357).

enveredando, no entanto, mais por uma reestruturação da orgânica diocesana do que propriamente pela reforma das instituições⁷⁵, transformando em igrejas paroquiais os mosteiros que não tinham condições de sobrevivência, ou anexando algumas igrejas a outros no sentido de lhes proporcionar mais réditos. Assim, no século XV, durante o seu governo, e no que respeita aos mosteiros regantes da diocese de Braga, foram extintos e convertidos em igrejas paroquiais os mosteiros de S. Salvador de Banho, Bravães, Requião, Souto e S. Torcato⁷⁶. Idêntico destino teve o mosteiro de Lordelo na diocese do Porto⁷⁷.

E se é inquestionável que as dificuldades económicas foram a causa directa, ou pelo menos, o germe para o descalabro destas instituições monásticas, outros factores houve, que contribuíram decisivamente, quer interligados quer isoladamente, para tal desfecho. É óbvio que não nos podemos esquecer que o contexto económico, político e social, com todas as suas evoluções e clivagens sentidas ao longo dos tempos, influenciou sobremaneira a vida destas instituições mas há outros factores decisivos que emergem da conjuntura.

Essas causas, na sua generalidade, foram já exemplarmente estudadas por José Marques pelo que procuraremos não nos determos excessivamente nelas, ainda que nalguns casos teremos que fazer crescer ao texto prole maior que a sua enunciação:

1.3.1. - Abusos e violências de padroeiros e poderosos:

Este é um problema constante e de grande transversalidade que atinge a generalidade das instituições monásticas ao longo dos sécs. XIV e XV, embora com menor incidência na segunda metade deste último. Além das pilhagens, roubos e usurpação de propriedades ainda tinham uma série de obrigações inerentes aos direitos

⁷⁵ Dias, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso ...*, Tomo I – Vol. II, 1960, p.96. Apesar de esta ser uma realidade, como nota Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.737, houve várias situações em que D. Fernando da Guerra persistiu em manter as comunidades, extinguindo-as apenas quando não havia possibilidades de sobrevivência, como é o caso de S. Torcato.

⁷⁶ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Braga, Arquidiocese de”, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Vol.3, Fasc. 27, dir. de Fernando Jasmins Pereira (planeada e iniciada por António Alberto Banha de Andrade), Lisboa, Editorial Resistência, p.152. Estes mesmos mosteiros são também identificados por José Marques que os retrata individualmente (cf. Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.722-737). Os Autores indicam também a extinção do mosteiro de Rio Mau, mas como já foi referido anteriormente, e quanto a nós, já não era mosteiro neste período. Nessa listagem aparece também integrado o mosteiro de Freixo mas este haveria de conseguir sobreviver ao século XV.

⁷⁷ Ferreira, Cónego José Augusto, *Memorias Archeologico-historicas da cidade do Porto (Fastos Episcopales e Politicos) Séc. VI-Sec. XX*, Tomo II, Braga, Cruz & Companhia-Editores, 1924, p.53 (nota 1).

patronais para com os naturais e padroeiros e que se iam multiplicando à medida que as gerações de padroeiros iam avançando⁷⁸.

Algumas dessas listagens de padroeiros, herdeiros e naturais de mosteiros regrantes são conhecidas, casos de Grijó, Mancelos, Moreira, Caramos e S. Simão da Junqueira⁷⁹. Houve mosteiros que chegaram a ter centenas de pessoas a reclamarem direitos de comedoria, cavalaria e casamento⁸⁰, situação que se tornou insustentável e que levou à necessidade de impor limites e regras face ao esbulhamento a que as instituições eram sujeitas.

O apelo ao monarca foi por isso a solução encontrada pela generalidade, conhecendo-se, no seguimento dessas solicitações a intervenção régia em relação aos mosteiros de Moreira e Grijó.

Assim, a 27 de Maio de 1363, D. Pedro ordenou aos juizes da Maia que não consentissem que os padroeiros e naturais penhorassem e tomassem para si os direitos, comedorias e coisas do mosteiro de Moreira⁸¹. Situação idêntica sucedeu em Grijó, com o rei a ordenar ao corregedor da Estremadura que se deslocasse ao mosteiro e aí apurasse os direitos devidos a esses padroeiros e naturais⁸², acabando D. Pedro, a 6 de Maio de 1365, e na sequência da solicitação do prior D. Afonso Esteves, por isentar o mosteiro de aposentar e dar comida aos naturais, substituindo tais obrigações por pensões monetárias⁸³.

⁷⁸ Sobre o regime de padroado veja-se São Payo, Luiz de Mello Vaz de, “Les établissements religieux portugais et la généalogie médiévale”, in Actas do 17º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica (Genealogica & Heraldica – Lisboa, 7 a 13 de Novembro de 1986), Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1989, sobretudo pp. 247-252.

⁷⁹ Pizarro, José Augusto P. de Sotto Mayor, *Os patronos do Mosteiro de Grijó (evolução e estruturação da família nobre séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Edições Carvalho de Basto, 1995; Alarcão, Jorge de; Amaral, Luís Carlos, *Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV) – Mosteiro de São Salvador de Grijó*, Gabinete de História e Arqueologia de V. N. de Gaia, Câmara de Vila Nova de Gaia, 1986; São Payo, Luiz de Mello Vaz de, “Os Naturais (Séc. XIII e XIV)”, in Raízes e Memórias, Nº 1, Julho de 1987, Associação Portuguesa de Genealogia, pp. 45-71; Fernandes, Maurício Antonino, *Felgueiras de ontem e de hoje*, Felgueiras, Câmara Municipal de Felgueiras, 1989; Freitas, Eugénio de André da Cunha e, “O mosteiro de S. Simão da Junqueira: Padroeiros, herdeiros e naturais. Uma nota à margem do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro: da verdadeira origem dos de Cunha”, in *Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Braga, Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia de Braga/ Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, Vol. I, pp. 679-688.

⁸⁰ Castro, Armando de, “Padroados” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, dir. de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, s/d, p.511; Torres, Ruy d’Abreu, “Padroeiros” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, dir. de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, s/d, pp.511-512.

⁸¹ IAN/TT- Convento de S. Salvador de Moreira da Maia, M. 12, n.6.

⁸² Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993, p.60; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. III, p.285.

⁸³ Alarcão, Jorge, “Tombo do Prior D. Afonso Esteves”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo IX, vol.I, 1964, F.L.U.C., pp. 118-119; Pizarro, José Augusto P. de Sotto Mayor, *Os patronos do Mosteiro de*

As questões dos abusos por parte dos padroeiros serão levadas às Cortes do Porto, de 1372, ordenando o rei que se cumprisse o já definido pelos seus antecessores, ou seja a obrigatoriedade de cada fidalgo apresentar os direitos que possuía no respectivo mosteiro ou igreja, o número de pessoas que podia levar e o mantimento que lhe deveria ser entregue. Destes capítulos, o monarca ordenou que se entregassem cartas aos mosteiros de Vila Boa, Landim, Cárquere e Sátão, portanto todos eles, à excepção deste último, de cónegos regrantes⁸⁴.

Esta mesma questão voltaria, pouco tempo depois, a ser levada às Cortes de Évora de 1391⁸⁵. De resto, já no início do ano anterior, mais concretamente a 15 de Janeiro de 1390, D. João I, na sequência das queixas apresentadas pelo prior do mosteiro de Vilela contra alguns fidalgos e poderosos que pousavam no cenóbio e no seu couto e lhe roubavam alimentos e palha, ordenava às justiças que protegessem este instituto⁸⁶.

Quanto aos abusos sem encapotamento legal perpetrados por poderosos nos mosteiros ou nos seus bens, o caso mais emblemático é talvez o de Grijó, situação a que também não é alheia a sua extensão patrimonial, por isso, pelo menos teoricamente, mais exposto ao suscitar de conflitos. As intromissões dos poderosos nas suas terras e igrejas eram frequentes, abundando entre a sua documentação instrumentos que testemunham conflitos e acordos com nobres locais, sobretudo do amplo território da Feira, como são exemplos os registados em 1332 e 1343 com o cavaleiro Gonçalo Anes de Guim⁸⁷, em 1363 com o escudeiro Lourenço Martins do Avelal⁸⁸ ou em 1467 com o cavaleiro Luís Coelho⁸⁹.

Essas constantes violações dos direitos, privilégios e bens monásticos vão levar à intervenção do arcebispo de Braga que, no sínodo diocesano de 2 de Abril de 1402,

Grijó ...”, 1995, pp.23,101; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. III, pp.285-286.

⁸⁴ *Cortes portuguesas: reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, Vol. I, organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p.119. Também Branco, Manuel Bernardes, *Historia das Ordens Monasticas em Portugal*, Vol. III, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, 1888, p.525, faz referência às queixas que os prelados do Entre Douro e Minho apresentaram ao rei D. Fernando.

⁸⁵ Ferreira, José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (séc. III- séc. XX)*, Tomo II, Famalicão, Edição da Mitra Bracarense, 1930, p.242; Sousa, Armindo de, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, vol. II, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1990, p.240.

⁸⁶ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo I, 2005, p.32; Marques, José, *O estado dos mosteiros beneditinos da Arquidiocese de Braga, no século XV*, 1981, p.14; *Idem*, “Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna”, 1997, p.196.

⁸⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.55vº-62vº.

⁸⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.48-48vº.

⁸⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.49-52vº.

promulga uma constituição, surgida no seguimento de letras apostólicas sobre a matéria, que punia os fidalgos e todos os poderosos que abusivamente, e por vezes de forma violenta, entravam e pousavam nos mosteiros e igrejas, proibindo também os abades e priores de os albergarem a eles e aos seus animais⁹⁰. O certo é que a execução prática destas medidas, quer da legislação régia quer da eclesiástica, revelava-se inócua, pelo que as denúncias, os abusos e as querelas persistiam.

Também os mosteiros da bacia do Lima apresentam queixas ao rei contra abusos de fidalgos como revelam instrumentos respeitantes a Vila Nova de Muia, de 5 de Outubro de 1398 e 11 de Janeiro de 1404, com D. João I a intervir e a ordenar às justiças para agirem em conformidade e zelarem pelo mosteiro, fazendo-lhe restituir os bens usurpados⁹¹. Na dobragem da primeira para a segunda metade do séc. XV há um novo agravar da violência nesta instituição, envolvendo inclusivamente oficiais régios, e as consequentes queixas do prior para Afonso V, registando-se a pronta intervenção do monarca em 1450 e 1452⁹². Cenário ainda mais negro foi o vivido pelo cenóbio de S. Martinho de Crasto que por finais de 1435 ou inícios de 1436 foi atacado por diversos indivíduos, que derrubaram e queimaram portas, saquearam o mosteiro e tentaram assassinar o prior⁹³.

Este género de conflitos parece abrandar na última metade da centúria de quatrocentos, situação a que certamente não será alheio o processo expansionista com muitos nobres a focalizarem-se em território extra-nacional. Apesar de diminuírem, o seu grau de violência não é aligeirado, como revela a contenda entre o prior de Ancede e os senhores de Baião, mormente João Fernandes de Sousa ao qual nem a intervenção régia, de 9 de Fevereiro de 1480, conseguiu pôr cobro⁹⁴.

⁹⁰ *Synodicon Hispanum, II-Portugal*, dirigido por Francisco Cantelar Rodriguez, Avelino de Jesus da Costa, Antonio Garcia y Garcia, António Gutierrez Rodriguez, Isaías da Rosa Pereira, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, pp.62-64; Marques, José, *O estado dos mosteiros beneditinos da Arquidiocese de Braga, no século XV*, 1981, pp.90-92. Nas pp. 12-17 deste mesmo estudo o professor José Marques aborda a questão dos abusos e violências nos mosteiros da diocese de Braga.

⁹¹ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo 3, 2005, pp.73-74, 295-296.

⁹² Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.743; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. IX, pp.314-315.

⁹³ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, fl.116vº; Livro 23, fls.77-77vº; *Valdevez Medieval- Documentos – II: 1300-1479 (Arquivos de Lisboa)*, coordenação de Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus; transcrições de Filipa Silva e João Luís Fontes, Edição da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2001, pp.171-172, 173-174 (Docs. 116, 118).

⁹⁴ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 32, fl.11vº; IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.20.

1.3.2. - Inexistência de uma estrutura aglutinante e priorados vitalícios:

O facto de os mosteiros de cónegos regrantes terem sido geridos, até à instituição da Congregação de Santa Cruz, de forma autónoma e sem uma estrutura aglomeradora tornou-os mais vulneráveis e fragilizou-os muitas vezes⁹⁵, deixando-os desamparados em situações de privação. Convém dizer que muitos dos casos de penúria e carestia extrema a que chegavam alguns institutos derivavam, maioritariamente, da incapacidade dos seus priores em gerirem correctamente os mosteiros, com a agravante, nestas situações, de estarmos perante cargos vitalícios⁹⁶. E se perante a ocorrência de gestões ruins é indiscutível que a perpetuidade do cargo se revelava um problema, não nos parece também que se possa estabelecer qualquer tipo de correlação entre o grau de eficiência administrativa e o tipo ou durabilidade dos priorados, pelo que esta questão dos priores vitalícios tem de ser devidamente enquadrada e analisada caso a caso, até porque, argumentativamente, também se pode contrapor com as vantagens e benefícios que uma boa gestão de um prior perpétuo trazia à instituição. De qualquer modo a questão da perenidade do cargo prioral parece-nos secundária até porque eles eram, geralmente, eleitos pelo convento e normalmente pessoas de grande experiência, com um trajecto interno que lhes permitia chegar ao priorado sem sobressaltos e com um amplo conhecimento no que concerne à vida administrativa e orgânica da instituição.

Não nos podemos esquecer que muitos deles, antes de atingirem a cúpula hierárquica, além de serem religiosos da instituição, passam pelo cargo de prior claustral, de que podemos tomar como exemplo Martim Peres, João Martins e Domingos Anes, três priores de Moreira da Maia no século XIV, ou D. João Anes e D. João Pires em Grijó, ou ainda Rodrigo Durães em Refoios de Lima⁹⁷.

Um outro aspecto relevante em muitos dos indivíduos em que se verifica a ascensão hierárquica nas comunidades é o facto desses religiosos adquirirem alguma preparação prática de gestão uma vez que aparecem frequentemente como procuradores dos mosteiros. É certo que nalguns casos a recorrente má gestão de um prior e a sua persistência em permanecer no cargo poderiam arruinar uma instituição. De qualquer modo, esses casos extremos só ocorriam se os cónegos revelassem passividade, porque quando as comunidades se mostravam fortes e tinham um prior claustral determinado e interventivo, essas situações dificilmente se verificavam, além de que os priores poderiam resignar voluntariamente ou serem forçados a resignar.

⁹⁵ Marques, José, “Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna”, 1997, p.199.

⁹⁶ *Idem, Ibidem*, p.199.

⁹⁷ Sobre estes priores consulte-se as respectivas biografias.

A este nível a questão mais sensível prende-se com a imposição de priores externos à comunidade mas mesmo nessas situações, e se o indigitado não fosse do agrado dos conventos, esses tomavam posição de força como é exemplo o mosteiro de S. Vicente de Fora⁹⁸. O regime dos priorados vitalícios vai perdurar até ao séc. XVI, alterando-se com a instituição da Congregação de Santa Cruz, estabelecendo-se então um organograma diferente com a obediência a um prior geral, que é o prior de Santa Cruz de Coimbra, e com os priores de cada mosteiro, até aí perpétuos, a passarem a trienais⁹⁹.

1.3.3. - O absentismo, os comendatários e a acumulação de benefícios

Sabe-se que era natural os priores ausentarem-se, por diversos motivos, das suas casas religiosas, quer por necessidade, quer por iniciativa pessoal ou no cumprimento dos interesses institucionais¹⁰⁰. Mas havia priores que viviam fora do mosteiro como é exemplo D. Afonso Lourenço, detentor do priorado de S. Salvador de Souto a partir do final da segunda década do séc. XV e pelo menos até grande parte da década de trinta, que residia em Guimarães¹⁰¹. Estas situações, apesar de pouco frequentes, já ocorrem entre os priores vitalícios, mas com a chegada dos comendatários vão tomar outras proporções, sendo vários os casos de comendatários que viviam ausentes dos mosteiros, ou passavam largas temporadas afastados dos cenóbios que titulavam. Um exemplo é o do prior de Cárquere, D. Diogo Coelho, que a 7 de Maio de 1498 efectuou emprazamentos na cidade de Lamego “nas pousadas do dito Senhor prior”¹⁰² e a 8 de Setembro de 1498 são feitos novos instrumentos de cariz enfitêutico, em Lamego, “nas cassas homde ho dicto Senhor prior poussa”¹⁰³. A 3 de Junho de 1513 João Fernandes Farto, prior do mosteiro de Roriz e administrador perpétuo do de Vilarinho encontrava-

⁹⁸ O mosteiro de S. Vicente de Fora rejeitou dois priores no final do séc. XIV e início do XV, o primeiro D. João Esteves, antigo prior do mosteiro de S. Martinho de Caramos e depois um prior proveniente de S. Jorge de Coimbra (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, Tomo III, 1960, pp.132-133; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 2003, p.906).

⁹⁹ *Histoire du clergé seculier et regulier, Des Congregations de Chanoines & de Clercs, & des Ordres Religieux de l'un & de l'autre sexe, qui ont été établis jusques à present...*, Nouvelle edition, Tome Premier, A Amsterdam chez Pierre Brunel, 1716, p.251; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, Tomo I, 1955, p.103; Dias, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso ...*, Tomo I, – Vol. II, 1960, p.110.

¹⁰⁰ Este assunto será retomado e devidamente tratado no capítulo dedicado à mobilidade dos religiosos, pelo que não teceremos aqui quaisquer desenvolvimentos sobre esta matéria.

¹⁰¹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.77; Cruz, António, “O mosteiro de Souto. Um cenóbio medieval de Guimarães ao serviço da terra e do homem”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Vol. III, 1981, p.102.

¹⁰² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°92.

¹⁰³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°98.

se nas suas casas da rua do Souto, na cidade do Porto onde efectua um contrato referente ao mosteiro¹⁰⁴. Nesta mesma cidade também se encontrava, a 24 de Janeiro de 1433, o comendatário de Ancede, D. Manuel de Sousa, nas suas casas, na Rua Nova de Santa Catarina das Flores, onde também efectuou um emprazamento respeitante ao mosteiro¹⁰⁵. Esse afastamento dos titulares em relação aos mosteiros que administravam acabavam por gerar situações extremas como a verificada em 1429 com João de Figueiredo, que tinha feito um contrato de emprazamento com o mosteiro de Roriz, deslocando-se a Lisboa, às casas de morada de Álvaro Ferreira que “stava ministrador do dicto moesteiro” para que este lhe validasse o emprazamento¹⁰⁶.

Assim, tratando-se, maioritariamente, de indivíduos externos às comunidades é natural que a sua presença nos mosteiros não fosse assídua, além de haver uma outra questão que poderá interferir decisivamente no relacionamento entre o convento e o comendatário que se prende com a sua aceitação por parte das próprias comunidades. Existem mesmo comendatários que se encontravam ausentes do reino como são os casos de D. Pedro da Costa¹⁰⁷, comendatário de Moreira da Maia e Santa Maria de Oliveira, e D. Miguel da Silva, detentor, entre outras da comenda de Landim, o primeiro em Castela, o segundo em Roma.

Um outro motivo que justifica e potencia essa ausência é a questão da acumulação de comendas, situação que por si só já impulsionava e implicava esse afastamento físico. Neste particular destacam-se como expoentes máximos do acumulado de comendas D. Jorge da Costa¹⁰⁸ e o cardeal D. Henrique, detentores de diversos priorados e abadias em sistema de comenda. Até ao último quartel do séc. XV esta situação, não sendo inédita, é relativamente esporádica. Podemos, aliás, ilustrá-la com o caso de D. João Álvares I, prior dos mosteiros de Grijó e Roriz. Já a partir do último quartel de Quatrocentos e início do séc. XVI, a referida acumulação de comendas torna-se extremamente comum, sendo demonstrativo o caso das canónicas do

¹⁰⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.3; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa – Da Produção Primitiva ao Século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001, p.301.

¹⁰⁵ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo: questões entre o Porto e o mosteiro de Ancede relativas à venda de vinhos na Idade Média”, in *Douro: Estudos & Documentos*, Vol. 3, Nº5, Porto, Edição do GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto), 1998, pp.84-87 (Doc.9).

¹⁰⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, Nº24.

¹⁰⁷ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, p.75.

¹⁰⁸ Pereira, Isaiás da Rosa, “A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos Sinodos medievais portugueses (séculos XIII-XV)”, in *Lusitania Sacra*, Tomo X, Lisboa, 1978, p.115.

Vale do Lima, com S. Martinho de Crasto, Vila Nova de Muía e Refóios de Lima a serem geridas pelo mesmo comendatário¹⁰⁹.

Esta questão da sobreposição e acumulação de benefícios eclesiásticos seria, de resto, uma das que mais contribuiriam para a crise espiritual dos finais do séc. XV e inícios do XVI¹¹⁰. À semelhança do que sucedia com os beneditinos “que quando veio o anno de Christo de 1500, já todos os mosteyros de São Bento de Portugal que não erao extinctos estavam em poder dos commendatarios, que ordinariamente tratavão mais de si que do espirital, & temporal dos mosteyros”¹¹¹, também as canónicas regrantes estavam entregues aos comendatários, cuja acção, em grande parte dos casos, se revelaria danosa para as instituições tanto económica como espiritualmente¹¹².

A proliferação dos priores comendatários acentua-se na segunda metade do séc. XV e desde logo surgem abusos perpetrados por alguns deles, o que leva D. Afonso V a solicitar a intervenção papal, tendo Nicolau V, por bula datada de 12 de Junho de 1452, proibido a entrega dos mosteiros beneditinos e agostinhos a comendatários destruidores, devendo ser antes entregues a pessoas sábias e que tenham professado nessas ordens¹¹³.

O certo é que na generalidade dos casos tal não se verificou, apesar de ser conhecido o episódio do mosteiro regrante de S. Vicente de Fora onde os seus cónegos escudados nesta bula recusaram, em 1465, obediência ao comendatário D. Nuno de Aguiar, vendo-se este forçado a professar para assumir o cargo¹¹⁴. A partir, sobretudo, do primeiro quartel do século XVI assiste-se a um processo de esbulhamento ainda mais

¹⁰⁹ Sobre estes priores e as suas gestões consulte-se as respectivas entradas biográficas que lhes são dedicadas.

¹¹⁰ Pereira, Isaiás da Rosa, “A vida do clero ...”, 1978, p.115.

¹¹¹ S. Tomás, Frei Leão de, *Benedictina Lusitana*, Tomo II, notas críticas de José Mattoso, IN-CM, Lisboa, 1974, p.411.

¹¹² Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, edição revista e actualizada pelo P. Artur Roque de Almeida, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.156; Macedo, José Adílio Barbosa, *O clero e a sua formação – De Jesus ao concílio de Trento*, Edição do Autor, Braga, 1997, p.76.

¹¹³ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, pp. 304-305. Mais de um século depois esta mesma questão continuava premente, é que em Setembro de 1561, com o falecimento do comendatário D. António da Silva, que trazia do cardeal Farnese, em sistema de arrendamento, os mosteiros de Landim e Santo Tirso, o rei pretendia que o papa lhe concedesse os dois mosteiros para aí colocar pessoas da sua confiança, entregando a resolução desse negócio a António Martins, representante do cardeal D. Henrique em Roma, para que este pudesse tratar do assunto em virtude de o embaixador Lourenço Pires de Távora se ir ausentar de Roma. A resposta de D. António Martins é extremamente curiosa e muito realista aconselhando-o rei a não dar o mosteiro em comenda, sobretudo a cardeais, que antes deixasse que fossem os religiosos de cada uma das instituições a eleger o seu superior para governar o mosteiro, pedindo a respectiva confirmação ao papa, aconselhando-o também e deixar essa questão para quando o Concílio estivesse terminado, e entretanto com a própria autorização régia esses mosteiros iam-se reformando e passavam a ter abades e priores trienais, solucionando-se assim toda a questão (cf. *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, pp.339, 378).

¹¹⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, p.523.

intenso preconizado por alguns dos mais altos dignitários da Igreja com o aval e a conivência da própria Santa Sé, com uma grande parte dos cardeais a deterem em comenda vários mosteiros, como é exemplo o cardeal Alexandre Farnese, detentor de Landim, Santo Tirso e S. Pedro das Águias. O problema é que os próprios pontífices acabavam por ficar reféns dessas situações e é curiosa a argumentação do papa Paulo III (1534-1549) na justificação dada, em 1546, para recusar a união do mosteiro de S. João de Longos Vales ao Colégio Jesuíta de Coimbra, afirmando que não podia prescindir dessas rendas porque a Santa Sé estava tão depauperada de rendimentos que já “nam tinha que dar aos cardeaes que morriam de fome”¹¹⁵.

Convém também salientar que apesar da imagem negativa que ao longo dos tempos foi perpassando, e de haver múltiplos exemplos de administrações ruinosas por parte dos comendatários, não se pode generalizar de forma simplista a sua acção, até porque há governos e gestões que foram modelares¹¹⁶. E se é indiscutível que a generalidade dos mosteiros regrantes definharam ou desapareceram por falta de recursos económicos, ou gestões danosas, essas más gestões tanto são imputáveis aos priores vitalícios como aos comendatários e não nos podemos esquecer dos inúmeros mosteiros que foram extintos em meados do séc. XV, numa altura em que grande parte destes institutos ainda não tinha experimentado esse modelo administrativo.

1.3.4. - As ingerências da Coroa

A interferência da Coroa na vida das diversas instituições monásticas faz-se sentir de diferentes formas, desde logo através da escolha dos titulares para os mosteiros do padroado régio, seja através da nomeação ou indicação de indivíduos para esses cargos, seja pela simples confirmação da eleição dos nomes apresentados pelas comunidades conventuais, podendo o monarca, inclusivamente, exonerar um prior¹¹⁷. E se estas competências se integram no regime de padroado e podem ser consideradas perfeitamente naturais, o mesmo já não sucede com a nomeação ou a imposição de

¹¹⁵ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VI, 1884, pp.24-25.

¹¹⁶ Já Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, pp.68-69, chama a atenção para esta questão, apresentando aí inclusivamente o exemplo das boas gestões de André Dias de Escobar, em Rendufe, e João Álvares, em Paço de Sousa, de resto o cronista beneditino Frei Leão de São Tomás reconhece a acção meritória deste comendatário ao dizer: “No anno pois de 1461 entrou por Abbade Commendatario hum por nome Dom João Alvares, o qual teve tanto zelo do bom governo do seu Mosteyro, & de seus subditos, que fez huas Constituições muyto bem ordenadas pera o espiritual, & temporal...” (cf. São Tomás, Frei Leão de, *Benedictina Lusitana*, notas críticas de José Mattoso, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p.265).

¹¹⁷ Ventura, Margarida Garcez, *Igreja e poder no séc. XV: Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*, Lisboa, Edições Colibri, 1997, pp.187-199.

comendatários e apaniguados para as comendas dos mosteiros quando estes passaram a ser geridos por priores comendatários, sem qualquer distinção entre aqueles que eram do padroado régio e os restantes.

Uma outra forma de interferência e que acaba por ter um forte impacto na vida das comunidades são os impostos de guerra ou para alimentar a guerra como aconteceu em 1320 e como sucederia novamente na segunda década do séc. XVI, só que desta feita muito mais restritivos em termos de tributados, mas detalhemos:

A 12 de Março de 1514 chegava a Roma a faustosa e exótica embaixada enviada por D. Manuel ao papa, encabeçada pelos embaixadores Tristão da Cunha, Diogo Pacheco e João de Faria, cujo grande objectivo seria coroado de sucesso, ao conseguir que Leão X (1513-1521) concedesse “as têrças e dizimas das rendas assinadas ao sustento dos clérigos e culto divino para as despesas da guerra que mantinha na mourama; converter em comendas boa quantia de igrejas e ainda as rendas de alguns mosteiros em utilidade dos cavaleiros das ordens militares; enviar bulas de perdões para os que quisessem ajudar com dinheiro a guerra de África”¹¹⁸.

Estas benesses para alimentar o espírito cruzadístico de D. Manuel, rei e mestre da Ordem de Cristo, foram oficializadas com a Bula “Redemptor Noster”¹¹⁹, de 29 de Abril de 1514, com Leão X a dar assim autorização para que o monarca português pudesse tirar de alguns mosteiros e igrejas vinte mil cruzados de renda, para com eles criar novas comendas da Ordem de Cristo¹²⁰. Foi nomeado executor da bula o núncio António Puccio com o processo a desencadear-se com grande celeridade¹²¹. Dos cerca de 60 mosteiros contemplados praticamente metade eram dos cónegos regrantes de

¹¹⁸ Osório, D. Jerónimo, *Da vida e feitos de el-rei D. Manuel*, Vol. II, edição prefaciada e actualizada por Joaquim Ferreira, Porto, Livraria Civilização - Editora, 1944, pp.127-130 (citação textual extraída da p.130).

¹¹⁹ Esta bula encontra-se publicada por Sousa, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo II, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1742, pp.264-270; *As gavetas da Torre do Tombo*, Vol. II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, pp. 472-478.

¹²⁰ Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras, termos e frases, que em Portugal se usaram e que hoje regularmente se ignoram...*, edição crítica por Mário Fiúza, Vol.2, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p.174; Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, nova edição preparada e dirigida por Damiano Peres, Porto-Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1968, p.114; Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, in *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória – Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão (5 a 8 de Dezembro de 1998)*, vol.II, Porto/Arouca, 2002, p.48.

¹²¹ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “A Igreja e a Ordem de Cristo no primeiro quartel do séc. XVI: a criação das comendas novas”, in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol.2, Porto, 2006, p.255. O executorial encontra-se publicado em *As gavetas da Torre do Tombo*, Vol. II, 1962, pp. 449-459

Santo Agostinho, e à excepção de Santa Cruz de Coimbra, todos os outros que mantinham comunidades foram abarcados, situação extensível a alguns que entretanto tinham sido convertidos em igrejas paroquiais e que também surgem integrados na listagem dos contribuintes¹²².

Em 1515, e dando sequência natural ao processo, D. Manuel constituiu emissários para visitar e aplicar as taxas aos mosteiros que integravam esse rol de fontes de receita, iniciando-se a recolha em S. Martinho de Crasto a 7 de Maio de 1515¹²³, função a cargo de Rui Fernandes, corregedor de Entre Douro e Minho, e Marçal Vasques, clérigo de Braga e notário público por autoridade apostólica, os dois delegados régios responsáveis pela aplicação da taxa aos mosteiros do Entre Douro e Minho¹²⁴. Alguns mosteiros não aceitaram de ânimo leve tal tributo, protestando, como são os casos dos regrantes de Landim, Refóios de Lima, Vilela, Santa Maria de Oliveira e Santa Marinha da Costa¹²⁵.

No compulsar de todo este processo concluiu-se facilmente que os mosteiros de cônegos regrantes foram os mais afectados, de qualquer modo, uma bula de Leão X, de 15 de Junho de 1517, e por solicitação de D. Manuel, viria a revogar e anular a taxa aplicada aos rendimentos dos mosteiros, passando tais réditos a recair sobre igrejas paroquiais¹²⁶, com a indicação de ressarcimento das quantias cobradas aos mosteiros¹²⁷, devolução que não sabemos se chegou a acontecer.

¹²² A listagem dos mosteiros encontra-se publicada por Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras...*, vol. 2, 1966, pp.174-175 (nota 1); Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, pp.114-115 (nota 4). Também Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, pp.62-65, publica a listagem dos mosteiros de Entre Douro e Minho, incluindo aí, entre outros dados, o montante das taxas a que foram sujeitos. Também Gomes, Saul António, “Os cônegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães (D. Manuel e a sua época)*, Vol.II, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p.275, apresenta uma listagem das taxações referentes aos mosteiros regrantes colectados.

¹²³ *As gavetas da Torre do Tombo*, Vol. II, 1962, p.505; Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, pp. 59,61-62.

¹²⁴ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, in *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória – Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão (5 a 8 de Dezembro de 1998)*, vol.II, 2002, pp. 59-61. Esta mesma Autora, num outro estudo, sintetiza a forma como era executado o processo (cf. Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “A Igreja e a Ordem de Cristo no primeiro quartel do séc. XVI: a criação das comendas novas”, in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol.2, Porto, 2006, pp.256-257).

¹²⁵ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.67; Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “A Igreja e a Ordem de Cristo no primeiro quartel do séc. XVI: a criação das comendas novas”, in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol.2, Porto, 2006, p.258 (nota42).

¹²⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.115. A bula encontra-se publicada no *Corpo Diplomático Português*, Tomo I, Lisboa, 1862, pp. 451-455.

¹²⁷ Gomes, Saul António, “Os cônegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.275.

Curiosamente nesse mesmo dia é também emitida uma outra bula que permitia a ingerência régia na vida monástica, com o papa a conceder a D. Manuel a nomeação dos priores e abades de todos os mosteiros e conventos do reino¹²⁸.

1.3.5. - Carência de religiosos

No dobrar do século XV muitas instituições apresentavam um número reduzido de religiosos não permitindo sequer a constituição de convento, para a qual era necessário um mínimo de três elementos, com todas as consequências daí inerentes, inviabilizando, por exemplo a eleição de prior¹²⁹.

Os cinco mosteiros da diocese de Braga que foram suprimidos, encontravam-se nestas circunstâncias, não tendo mais que um cônego e nalguns casos não tendo sequer prior¹³⁰. No sínodo diocesano do Porto, de 1496, o bispo D. Diogo de Sousa mostra preocupação com a constituição das comunidades monásticas, ordenando às abadias e mosteiros do bispado que “tenham tantos monjes e conegos que possam bem rezar e cantar as Horas e missa da Terça” elencando esses institutos, sendo os de cônegos regantes os mosteiros de Ancede, Vilela, Moreira e Vila Boa do Bispo¹³¹.

Uma visitação feita, em 1528, a alguns mosteiros da diocese de Braga, continua a revelar o problema da falta de religiosos mesmo em situações em que as instituições tinham rendimentos para manter três ou quatro cônegos, como eram os casos dos mosteiros de Vilarinho e Freixo¹³². Ainda mais flagrante era a situação de Santa Marinha da Costa que em 1527 tinha “tres Conigos tendo rendimento que pode bem sustentar vinte”¹³³.

1.3.6. - O recrutamento de religiosos e a má preparação intelectual do clero

A falta de rigor na admissão à vida eclesiástica e a falta de vocação de muitos dos religiosos que integravam os conventos pela simples fuga à vida civil ou por

¹²⁸ Paiva, José Pedro, “A igreja e o poder” in *História Religiosa de Portugal*, vol. II, dir. de Carlos Moreira Azevedo, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, 2000, p.149. A bula encontra-se publicada no *Corpo Diplomático Português*, Tomo I, Lisboa, 1862, pp. 449-451.

¹²⁹ Marques, José, “Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna”, 1997, pp. 193-194.

¹³⁰ *Idem*, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, pp.725-727,729-730,736; *Idem*, “Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna”, 1997, p.194; Gomes, Saul António, “Demografia eclesiástica”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. II, dir. de Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, p.46.

¹³¹ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.358.

¹³² Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, in *Bracara Augusta*, Vol. XLI, Ns. 91/92 (104/105), Anos de 1988-89, pp.110,128-129, 132.

¹³³ Castro, Domingos Leite de, “Convento da Costa: Extinção da Ordem de Santo Agostinho e sua substituição pela de S. Jeronymo”, in *Revista de Guimarães*, Vol. III - Nº 2 (Abril-Junho de 1886), p.107.

imposição e tradição da família acabavam por comprometer a disciplina e a orgânica interna das comunidades¹³⁴.

Também a débil preparação intelectual de grande parte dos elementos do clero acabava por resultar quer em causa quer em consequência da relaxação da vida religiosa, verificando-se a existência de um grande número de clérigos que mal sabiam ler e escrever, limitações que se acentuavam ainda mais no que respeitava ao conhecimento do latim¹³⁵.

A legislação sinodal tentava remediar este problema como se percebe do sínodo bracarense de D. Frei Telo, de 1281, em que é estabelecido que ninguém poderia ser ordenado subdiacono se não soubesse latim, ou pelo menos ler e cantar correctamente, excepção feita, no caso da aprendizagem do latim, àqueles que já tivessem mais de 30 anos¹³⁶, no entanto e apesar da existência de casos em que de facto a legislação é aplicada, surgem muitos clérigos que obtiveram benefícios eclesiásticos e que não tinham quaisquer conhecimentos de latim, e nem sequer sabiam ler ou escrever¹³⁷.

Entre os regrantes de Santo Agostinho o caso mais conhecido parece ser o de João Vasques, cónego do mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia que, a 28 de Abril de 1450, foi confirmado no priorado do mosteiro de São Miguel de Vilarinho tendo obtido a necessária dispensa para assumir o cargo uma vez que era analfabeto¹³⁸. Também Gil Martins, cónego do mosteiro de Roriz, foi confirmado, a 11 de Dezembro de 1425, como pároco da igreja de S. Paio de Virões, tendo para isso sido dispensado da “constituição da dicta Igreja de Bragaa na qual se contem que nenhuum nom possa seer recebido a regimento de capellas salvo se souber leer e cantar e entender ao menos quanto a letra”¹³⁹.

¹³⁴ Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 1994, p.156; Macedo, José Adílio Barbosa, *O clero e a sua formação...*, 1997, p.77.

¹³⁵ Pereira, Isaiás da Rosa, “A vida do clero ...”, 1978, pp.103-107; Macedo, José Adílio Barbosa, *O clero e a sua formação ...*, 1997, pp.77-78.

¹³⁶ *Synodicon Hispanum*, 1982, pp.11-12.

¹³⁷ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.999,1001, 1050-1052.

¹³⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10-A, M.2, N°36; Dias, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal ...*”, Tomo I – Vol. II, 1960, pp. 483-484; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.772, 1052; Janotti, Aldo, *Origens da Universidade: A singularidade do caso português*, 2ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1992, p.209.

¹³⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°167; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.193vº-194.

Um outro exemplo de analfabetismo, veiculado por João Pedro Ribeiro, é referente aos cónegos de Vila Boa do Bispo, em que o prior diz que só ele assina um contrato de emprazamento porque os cónegos não sabem escrever¹⁴⁰.

Apesar da frequência com que se encontram alguns destes casos parece-nos também que não são verdadeiramente representativos da realidade regante, uma vez que, e no que respeita ao nível cultural dos cónegos de Santo Agostinho, aquilo que a documentação deixa perpassar é que a generalidade dos religiosos tinha um domínio, no mínimo, satisfatório da escrita, surgindo constantemente a assinar cartas de emprazamento e alguns deles a redigir os próprios contratos.

Mas ilustremos com alguns exemplos: A 2 de Abril de 1433 Gonçalo Vasques, prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira redige um documento pelo qual são constituídos procuradores do mosteiro o clérigo João de Sá, o cónego Gil Afonso e o advogado Luís Afonso¹⁴¹. A 10 de Fevereiro de 1434 o prior de Roriz, João Álvares, faz um emprazamento ao seu prior claustral, assinando-o no final¹⁴². Também em Moreira da Maia o prior do mosteiro, D. Fernando Álvares e o cónego Pedro Martins validam um documento com as suas assinaturas¹⁴³. A 2 de Julho de 1393 três cónegos deste mesmo mosteiro de Moreira assinam, na qualidade de testemunhas, um contrato de emprazamento¹⁴⁴. A 6 de Fevereiro de 1473 Gonçalo Fernandes, cónego de Cárquere redige um contrato de emprazamento, aparecendo a restante comunidade a assiná-lo¹⁴⁵. Neste mesmo mosteiro surge, a 15 de Março de 1476, o cónego Gonçalo Martins também a elaborar um instrumento de emprazamento, intitulado-se “conego e notairo do mosteiro”¹⁴⁶, auto-designação extensível ao cónego Pedro Fernandes responsável pela lavra de um outro instrumento a 29 de Dezembro de 1479¹⁴⁷. Em Longos Vales é o comendatário, D. Vasco Marinho, quem surge a validar, a 19 de Abril 1513, através de

¹⁴⁰ Ribeiro, João Pedro, *Reflexões Históricas*, Parte I, 1835, p.45. Também referenciado por Couto, António, *Raízes histórico-culturais de Vila Boa do Bispo*, Edição do Autor, 1988, p.83 (nota 219); Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo: tradição e mudança*, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 1990, p.112. Apesar de João Pedro Ribeiro identificar o episódio como sendo do século XIV, deveria querer referir-se a um emprazamento do séc. XV, efectuado no mosteiro, em 1476 e ao qual também alude Sousa Viterbo (cf. Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras ...*, Vol.2, 1966, pp.42-43).

¹⁴¹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.14.

¹⁴² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°168v°.

¹⁴³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.20.

¹⁴⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.33.

¹⁴⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°64. O mesmo sucederá a 15 de Agosto de 1481, 10 de Agosto de 1482 e 10 de Fevereiro de 1483, identificando-se aí Gonçalo Fernandes como “conigo e notayro do dicto moesteyro” (cf. A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°70; Gav. 11, M.4, Ns. 72,73).

¹⁴⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°66.

¹⁴⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°68.

carta autografa, um empraçamento que tinha sido efectuado no mosteiro no dia 7 de Abril desse ano¹⁴⁸. Também no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra a assinatura dos regrantes nos contratos de empraçamento era frequente, o que, por si só, revela “níveis de literacia bastante aceitáveis”¹⁴⁹. Um caso curioso é também o de João Pinheiro, cónego do mosteiro de São João de Longos Vales, a quem Rui Fernandes da Costa, foreiro com quem o mosteiro celebrou um contrato de empraçamento, a 16 de Abril de 1520, na altura de apor a sua assinatura no contrato “mandou e rogou a ho dito Joham Pinheiro coneguo que asynasse” e este assinou “por elle por nom saber elle asynar”¹⁵⁰.

Um outro exemplo incontornável do domínio da escrita por parte dos regrantes são os actos de profissão, de que são um belíssimo exemplo os do mosteiro de Ancede, em que os religiosos redigem o respectivo voto de profissão acompanhado-os, por vezes, de assinatura autógrafa¹⁵¹.

1.3.7. - Relaxação e desregramento da vida monástica

A relaxação e o desregramento têm diversas vertentes, por um lado o incumprimento dos princípios basilares da vida religiosa dentro do mosteiro e por outro os comportamentos individuais desviantes de alguns religiosos. Esta questão vai preocupar sobremaneira a Igreja Católica nos séculos finais da Idade Média, acabando apenas por ser devidamente tratada e aprofundada no Concílio de Trento, no entanto convém recordar que o restabelecimento da disciplina eclesiástica foi uma das preocupações que norteou o Concílio de Viena (França) de 1311, debatendo-se entre outros aspectos a relaxação e a vida mundana do clero¹⁵².

1.3.7.1. - Desconhecimento e incuprimento da Regra monástica

Um indicador do avançado estado de relaxamento das comunidades monásticas é o incumprimento das regras que as orientam. Como facilmente se percebe da legislação

¹⁴⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14, Maço 3, n.º 48.

¹⁴⁹ Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.273 (nota 108).

¹⁵⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14, Maço 3, n.º 50.

¹⁵¹ Gomes, Saul António, “Trado me ipsum...” – Registos medievais de traditio monástica entre os cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol. IV, organização do Departamento de Ciências e Técnicas do Património / Departamento de História, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp.340-341.

¹⁵² *Dictionnaire Universel et complet des Conciles...*, Tome Second, Paris, 1847, pp.1263, 1267; *Historia de los concilios generales celebrados en la Cristiandad, y recopilacion de sus principales disposiciones* por Don Pio de La Sota, Tomo II, Madrid, Establecimiento Tipografico de Don Francisco de P. Mellado, 1858, pp. 59-62; Carvalho, J. Vaz de, *História breve dos concílios ecuménicos*, Lisboa, Editorial Verbo, 1962, pp.66-67; Macedo, José Adílio Barbosa, *O clero e a sua formação ...*, 1997, p.67.

sinodal essa foi uma luta travada ao longo dos séculos XIV, XV e XVI, desde logo o arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira, no sínodo diocesano de 1333 mandava que nos mosteiros todos os meses lessem, em cabido, a regra em língua vulgar¹⁵³. Em 1477, no sínodo bracarense, de D. Luís Pires, era tal o estado das comunidades que muitos não festejavam sequer o dia de Santo Agostinho, recordando-lhes o bispo que tal dia era celebrado a 28 de Agosto, ordenando ainda que pintassem e colocassem uma imagem do santo no mosteiro, incumbindo também os priores de mandarem trasladar a regra e que a fizessem ler frequentemente no capítulo e enquanto comessem à mesa, para que os religiosos saibam como proceder, da mesma forma que a regra devia ser dada logo a conhecer aos que pretendiam professar para que estes depois não alegassem que “se souberom a regla que tal era nunca entraram em ordem”¹⁵⁴.

Convém recordar que a a leitura fazia parte das tarefas diárias dos cónegos regrantes¹⁵⁵ e a própria Regra de Santo Agostinho determinava que a lessem *huua vez em na domaa*¹⁵⁶, o que não se verificava, a avaliar pelos múltiplos testemunhos que reflectem não o incumprimento dessa leitura mas o próprio desconhecimento da Regra. Esta questão do desconhecimento das Regras monásticas é também vivida na diocese do Porto como revelam as constituições do sínodo diocesano de D. Diogo de Sousa, de 1496¹⁵⁷. Constituições que, com a ida deste bispo para a diocese de Braga serão

¹⁵³ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.52;

¹⁵⁴ *Synodicon Hispanum*, 1982, pp.81-82;

¹⁵⁵ - Nascimento, Aires Augusto, “O Scriptorium de Santa Cruz de Coimbra: Momentos da sua História” in *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*, coord. de Aires Augusto Nascimento e José Francisco Meirinhos, BPMP, 1997, p. LXXVII.

¹⁵⁶ Pereira, Maria Albertina Neves da Silva, *Regra de Santo Agostinho*, Dissertação de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, 1952, vol.II, Caps. CXCI, CXCII, pp. 232-233; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 1996, p.151; Silva, Ilídio Jorge Costa Pereira da, *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas: os cónegos Regrantes de Santo Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834* (dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à FLUP), 1998, p.44.

¹⁵⁷ “Item, consirando como alguus abades, priores, monjes, conegos, nom sabem aquellas cousas a que sam obrigados per sua regra, a qual inorancia nom soomente nace da pouca dilligencia e cuidado que tem de a veerem e leerem em seus tempos, mas, o que pior hé procede de a nom teerem escrita, a qual cousa hé fundamento pera sua vida e obras serem desordenadas, nam menos ante o mundo que ante Deus...” (cf. *Synodicon Hispanum*, 1982, p.357). Apesar de estarmos apenas a dar relevância ao caso da Regra de S. Agostinho, note-se que a legislação e recomendações deste texto diocesano são também aplicadas aos mosteiros e abades que seguiam a Regra de S. Bento, cuja situação era idêntica (cf. Dias, Geraldo J. A. Coelho, “A Regra de S. Bento, Norma de Vida Monástica: sua problemática moderna e edições em Português”, in *Revista da Faculdade de Letras -História*, III série, Vol.3, Porto, Universidade do Porto, 2002, p.35). De resto, e no que respeita aos beneditinos, também Frei João Álvares quando encetou a reforma no mosteiro de Paço de Sousa, no início da segunda metade do séc. XV, se deparou com esta situação não havendo ai nenhum livro com a regra nem nenhum monge sabia nada dela, tendo efectuado a tradução da regra do latim para português como revela numa das suas cartas, que se encontra publicada em Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas ...*, Tomo I, Lisboa, 1810, pp.354-355.

transpostas, na sua generalidade, para a diocese bracarense, como se afere do sínodo de 1505 onde esta questão é novamente explanada na terceira constituição¹⁵⁸.

Apesar de todas estas recomendações havia mosteiros onde a situação pouco ou nada se alterara como revela uma visitação, de 1528, a alguns cenóbios da diocese de Braga, em que o visitador ordenou aos mosteiros de Freixo, Mancelos e Oliveira que traduzissem a Regra para linguagem vulgar para que todos a entendessem¹⁵⁹.

1.3.7.2. - O concubinato e a imoralidade

O problema da imoralidade e do concubinato foram dos que mais denegriram a imagem do clero ao longo da Idade Média¹⁶⁰. D. João I diz a propósito dos religiosos com barregãs que era grande escândalo entre os clérigos e os leigos e grande parte dos leigos perdiam devoção na Igreja e alguns já não se queriam confessar porque os clérigos eram “barregueiros” públicos¹⁶¹.

O arcebispo de Braga, D. Luís Pires referia-se-lhe, em 1477, como o “pestífero, maldicto e publico concubinato ao qual em este arcebispado muitas pessoas eclesiasticas per vinculo indisolubel som anexas e confederadas”¹⁶², de resto como demonstrou Carla Amorim Teixeira, a diocese de Braga era, na generalidade do séc. XV e início do XVI, a que apresentava “o maior número de eclesiásticos a ignorarem os votos de castidade”¹⁶³.

De resto a questão da moralidade e da boa conduta era retratada e exponenciada pelos tratados coevos como o *Horto do Esposo* em que se diz: “E bem assi aquele que seer pertencente pera trabalhar em serviço de Deus so o jugo da disciplina e da obediencia, nom deve curar das dileitações corporaes”¹⁶⁴.

¹⁵⁸ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.143.

¹⁵⁹ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, 1988-89, pp. 115, 129, 131, 132.

¹⁶⁰ Macedo, José Adílio Barbosa, *O clero e a sua formação ...*, 1997, p.78.

¹⁶¹ *Ordenações Afonsinas, Livro II*, 2ª ed. (Edição “fac-simile” da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra no ano de 1786), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984, Título XXII, pp.194-195.

¹⁶² *Synodicon Hispanum*, 1982, p.63.

¹⁶³ Teixeira, Carla Maria de Sousa Amorim, *Moralidade e costumes na sociedade Além-Douro: 1433-1521 (a partir das legitimações)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FLUP, 1996, pp.132.

¹⁶⁴ *Horto do Esposo*, edição de Irene Freire Nunes com colaboração de Margarida Santos Alpalhão, Paulo Alexandre Pereira e Joaquim Segura, coordenação de Hélder Godinho, estudos introdutórios de Ana Paiva Morais e Paulo Alexandre Pereira, Edições Colibri, 2007, p.321.

Na Idade Média, a mulher e o corpo feminino eram associadas à luxúria, à tentação, à vaidade, aos artifícios diabólicos¹⁶⁵, pelo que os pecados carnis, além da imoralidade que constituíam e do quebrar da regra de castidade ainda tinham essa repercussão intrínseca do pecado. E se os religiosos não se continham e não observavam a castidade e a abstinência, muitas mulheres suscitavam e preferiam este género de ligações ilícitas porque lhes permitia adquirirem algum estatuto social e económico, que o casamento com um leigo lhes não traria¹⁶⁶.

A legislação eclesiástica e civil prevê e contempla diversos enquadramentos e situações e pune o crime, mas pode considerar-se que todo o quadro jurídico é, de certo modo, brando e até protector para os religiosos prevaricadores. Desde logo, a legislação civil pune mais as barregãs do que propriamente os clérigos como revelam leis de D. João I e D. Duarte¹⁶⁷, situação que até é compreensível, tendo em consideração as naturais fronteiras entre o foro eclesiástico e o civil, e a esfera autónoma do primeiro em relação ao segundo. A legislação estabelecia que o frade que fosse apanhado com mulher solteira não fosse para a prisão civil mas sim entregue ao seu superior¹⁶⁸.

No que respeita à legislação eclesiástica, o concubinato é um tema recorrente nas constituições sinodais, o que por si só também revela a persistência do problema. No arcebispado de Braga pronunciam-se sobre tal questão os sínodos de D. Frei Telo, de 1281, de D. Gonçalo Pereira, de 1333, de D. Fernando da Guerra, de 1430, de D. Luís Pires, de 1477 e o de D. Diogo de Sousa, de 1505¹⁶⁹, cujas constituições sobre esta matéria tinham também sido aplicadas à diocese do Porto, em 1496, quando tutelada por este último prelado¹⁷⁰.

D. Diogo de Sousa, contempla e diferencia os casos dos clérigos menores e dos clérigos de ordens sacras com barregãs, estipulando que “todollos beneficiados, sacerdotes e religiosos, que nesta cidade e nosso arcebispado vivem ou ao deante viverem, os quaaes notoriamente tem mancebas ou tenerem, que logo as lancem fora de

¹⁶⁵ Ferreira, Jôsiel Santos, *Os frades menores na baixa Idade-Média: algumas reflexões sobre o pecado, tentações e imaginário diabólico*, Dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentada à FLUC, Coimbra, 2008, pp.103-106.

¹⁶⁶ Teixeira, Sónia Maria de Sousa Amorim, *A vida privada entre Douro e Tejo: estudo das legitimações: 1433-1521*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FLUP, 1996, p.188.

¹⁶⁷ *Ordenações Afonsinas, Livro II*, 1984, Título XXII, pp.194-204.

¹⁶⁸ *Ibidem, Livro V*, 2ª ed, 1984, Título XXI, pp.85-86. Este procedimento está de acordo com os artigos IX e X da Concordata celebrada em 1427, em Santarém, entre o clero e D. João I, e que se encontra publicada por Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.158. Esta concordata também integra as *Ordenações Afonsinas, Livro II*, 1984, Título VII, pp.101-103).

¹⁶⁹ *Synodicon Hispanum*, 1982, pp.12, 50, 66, 133-134, 149-150.

¹⁷⁰ *Ibidem*, pp.364-365.

suas casas e vezinhança e freiguesia e nom tornem mais pera ellas nem pera acerqua de si, e tampouco as tenham e governem em cassa alheas, nem proprias dellas, nem hindo a suas casas, nem tomem outras de novo”¹⁷¹.

Na visitação feita a alguns mosteiros da diocese de Braga, em 1528, o problema do amancebamento não é referenciado entre os mosteiros agostinhos visitados, sendo apenas detectado nos mosteiros beneditinos de S. Miguel de Refoios de Basto e no de Travanca, ordenando o visitador, em relação ao primeiro que os monges deviam ser castigados pela fama que têm de conversar com mulheres e no segundo recomenda que sejam expulsas as mulheres “sospeitosas dos ditos momjes” dos coutos do mosteiro¹⁷².

De facto as sanções canónicas previam uma série de castigos e punições para os dissolutos, a suspensão dos ofícios e benefícios, a proibição da administração dos sacramentos, a excomunhão¹⁷³, mas a primazia ia para a aplicação de penas pecuniárias, determinadas de acordo com o grau de reincidência¹⁷⁴, o que por si só revela a macieza com que se lidava com a questão.

É difícil fazer uma estimativa da quantidade de religiosos que não cumpriam com o voto de castidade uma vez que quando não existiam filhos dificilmente ficaram provas dessas ligações proibidas, e mesmo nos casos em que os houve convém dizer que nem todos eram legitimados e o melhor indicador para se avaliar do grau de amancebamento são justamente as legitimações, e no final da Idade Média o clero era quem mais legitimava¹⁷⁵.

São múltiplos os exemplos de cónegos e priores que legitimam os filhos dos quais daremos aqui apenas alguns exemplos: a 8 de Outubro de 1394 são legitimados três filhos de Afonso Domingues, cónego do mosteiro de Banho, fruto de uma relação que manteve com Joana Esteves¹⁷⁶; em Abril de 1415 são legitimados dois filhos que D. Paio Rodrigues, prior de Vila Nova de Muia, teve com Margarida Anes¹⁷⁷.

¹⁷¹ *Ibidem*, pp.149-150.

¹⁷² Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528, 1988-89, pp.116-117, 126, 131.

¹⁷³ Teixeira, Sónia Maria de Sousa Amorim, *A vida privada entre Douro e Tejo ...*, 1996, p.188. D. Gonçalo Pereira estabelece para os religiosos que tenham barregã pública o aprisionamento no cárcere até ser analisada a gravidade do pecado, enquanto que se fossem capelães, raçoeiros ou outro género de clérigos limitavam-se a pagar um marco de prata (cf. *Synodicon Hispanum*, 1982, p.50).

¹⁷⁴ *Ibidem*, pp. 50, 149-150, 364-365.

¹⁷⁵ Teixeira, Carla Maria de Sousa Amorim, *Moralidade e costumes...*, 1996, pp.129.

¹⁷⁶ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo I, 2006, p.173; Viegas, Valentino, *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*, Heuris, 1984, pp. 53, 56.

¹⁷⁷ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 3, 2006, p.96.

Já Frei Gonçalo Gonçalves, prior do mosteiro de Vilela, a 13 de Novembro de 1433, viu o rei D. Duarte legitimar-lhe um filho de nome João Gonçalves, que teve com Catarina Gonçalves¹⁷⁸. Também Frei Gonçalo Nunes de Barros, prior do mosteiro de São Martinho de Crasto, teve três filhos com Isabel de Castro, todos legitimados por D. Afonso V, a 19 de Abril de 1453¹⁷⁹.

De realçar que em todos estes casos as mulheres eram solteiras à altura do nascimento das crianças, do mesmo modo que a mãe é comum aos que tiveram mais que um filho. No entanto havia situações em que o prior tinha descendência de diferentes mulheres como acontece com D. João Anes, prior do mosteiro de S. Salvador de Bravães, no primeiro quartel do séc. XV, a quem foram legitimados três filhos, todos de mulheres diferentes¹⁸⁰.

1.3.7.3. - A ausência dos mosteiros:

E se já tivemos oportunidade de abordar a ausência dos mosteiros ao nível das cúpulas hierárquicas fa-lo-emos agora, de forma sintética, ao nível dos religiosos onde tal situação também é recorrente. A citada visitação efectuada a alguns mosteiros da diocese de Braga, de 1528, revela, a este nível, um panorama extremamente preocupante, deixando o visitador a indicação que os cónegos se ausentavam sem autorização e quando queriam dos seus mosteiros. Advertências estas comuns a Roriz, Oliveira, Junqueira, Mancelos e Caramos¹⁸¹, ordenando, neste último, aos “coneguos que resiadam no moesteiro «que» não andem vaguamdo per fora senão pera cousas lycitas e onestas e mui necessarias”¹⁸². Esta ausência dos mosteiros afectava todas as canónicas, sendo um dos expoentes máximos o caso de um cónego regrante e prior claustral de Santa Cruz de Coimbra, em 1514, que raramente se apresentava no coro, e

¹⁷⁸ IAN/TT- Legitimações, Livro 2, fl.210vº; *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo I (1433-1435), edição organizada por João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos - Universidade Nova de Lisboa, 1998, p.71 (Doc.98). Esta legitimação é também referenciada por Teixeira, Carla Maria de Sousa Amorim, *Moralidade e costumes...*, 1996, p.89.

¹⁷⁹ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 3, fl.47; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, pp.929 (nota 531), 1014.

¹⁸⁰ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 3, 2006, pp.33, 34; *Idem*, Vol. IV – Tomo 2, 2006, p.69, Viegas, Valentino, *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*, Heuris, 1984, p.120. Um exemplo ainda mais extremo que o do citado D. João Anes é, apesar de não se tratar de uma canónica regrante, o de D. Martinho Domingues, abade do mosteiro de S. Pedro de Canedo, no início do séc. XIV, que tinha mais de meia dúzia de concubinas, como se pode ler em Baubeta, Patricia Anne Odber de, *Igreja, pecado e sátira social na Idade Média Portuguesa*, tradução de Maria Teresa Rebelo da Silva, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, pp. 86-87.

¹⁸¹ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, 1988-89, pp.116-117, 128, 129, 130, 132,134.

¹⁸² Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, 1988-89, p.134.

quando o fazia era dos últimos a chegar e no fim das refeições saía para a cidade e só regressava à noite¹⁸³.

1.4. - Do caos à criação da Congregação

Apesar dos múltiplos problemas de que padeciam as canónicas regrantes, sobretudo na segunda metade do séc. XV e início da centúria de Quinhentos, parece-nos não restarem grandes dúvidas que a relaxação e o desregramento foram os principais motivos que conduziriam à enfermidade ou mesmo ao óbito de algumas canónicas.

O estado em que se encontravam as casas religiosas da arquidiocese de Braga levaria o arcebispo D. Diogo de Sousa a intervir, dando conta ao rei dos diversos problemas aí vividos, agradecendo-lhe D. Manuel, por carta datada de 3 de Maio de 1509, essa preocupação e dizendo que ia remeter a suplicação dele para o papa¹⁸⁴. De facto uma das questões remetidas por D. Manuel ao papa através dos seus embaixadores, em 1514, foi a de “que dessem talho os sacerdotes ao luxo de suas vidas e licença de seus costumes, cingindo-se à disciplina da castidade e santa modéstia”¹⁸⁵. O estado do clero em geral, mas sobretudo do regular era, no mínimo, perturbante, situação extensível aos cónegos regrantes, que não seriam de todo esquecidos pelo sumo pontífice, à altura Leão X (1513-1521), que a 13 de Abril de 1517 renovava ao prior de Santa Cruz de Coimbra os poderes que haviam sido concedidos ao seu predecessor, em 1452, pelo papa Clemente V, para que este pudesse visitar, corrigir, reformar e punir os mosteiros e religiosos de Santo Agostinho¹⁸⁶. O problema, como veremos, é que o próprio mosteiro de Santa Cruz não era nenhum exemplo em termos de disciplina e vivência religiosa, encontrando-se enleado nos mesmos problemas que afectavam a generalidade das instituições monásticas. Desses problemas dá conta, em 1531, novamente, o arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, a D. João III solicitando-lhe que lhe faça mercê de *socorrer a necessidade das casas da religiam desta comarqua e asy ha inoramcia da clerizia della que he cometido o carreguo e cura de tamtas mill almas*¹⁸⁷.

¹⁸³ Dias, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal ...*, Tomo I – Vol. II, 1960, p.105 (nota3).

¹⁸⁴ IAN/TT- Corpo Cronológico, I Parte, M.8, n.1; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “D. Diogo de Sousa: novo fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura”, in *Homenagem à Arquidiocese Primaz de Braga nos 900 anos da dedicação da Catedral* (Braga, 4-5 de Maio de 1990), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993, pp. 59-60.

¹⁸⁵ Osório, D. Jerónimo, *Da vida e feitos de el-rei D. Manuel*, Vol. II, 1944, p.129.

¹⁸⁶ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo XI, 1898, pp. 152-156.

¹⁸⁷ IAN/TT- Corpo Cronológico, I Parte, M.50, n.63. Esta carta encontra-se publicada por Costa, Padre Avelino de Jesus da, “D. Diogo de Sousa: novo fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura”, in

Um olhar pelas Constituições diocesanas deixa a nu as muitas chagas abertas no corpo monástico. Multiplicam-se os relatos sobre a relaxação em que incorriam os religiosos, sendo uma questão transversal ao monaquismo português. Mas olhemos a forma contundente e abrasiva como Alexandre Herculano nos descreve este período:

“Se acreditarmos D. João III ou os que falavam em seu nome, a imoralidade pululava por toda a parte, sobretudo entre o clero e especialmente entre o regular, que ele tanto favorecia. Os eclesiásticos, por exemplo, da vasta diocese de Braga eram um tipo acabado de dissolução. Os párocos abandonavam as suas igrejas, e o povo não recebia a necessária educação religiosa, faltando castigo para tantos desconcertos. Os mosteiros ofereciam os mesmos documentos de profunda corrupção, distinguindo-se entre eles o de Longovares, da Ordem de Santo Agostinho, e os de Seiça e Tarouca, da Ordem de Cister, ou antes nenhum dos mosteiros cistercienses se distinguia; porque em todos eles os abusos eram intoleráveis. Os abades, que, segundo a regra, ocupavam o cargo vitaliciamente, faziam recordar no seu modo de viver os devassos barões da Idade Média. A opulência manifestavam-na em custosas e nédias cavalgadas, em aves e cães de caça e numa numerosa clientela, completando alguns essa existência de luxo com mancebas e filhos, que mantinham à custa do mosteiro.”¹⁸⁸

E se este era o panorama geral atente-se agora em dois exemplos concretos de mosteiros regrantes que, curiosamente, transitariam para outras Ordens religiosas e foram extintos face ao elevado grau de degradação e relaxação aí apresentados. Um é justamente o mosteiro de S. João de Longos Vales que D. João III pretendia, em 1543, unir ao Colégio dos Jesuítas de Coimbra para sustentação dos padres aí residentes, “no qual mosteiro ao presente, e de muitos annos a esta parte, se nao guarda a dita hordem e regra dos conegos regulares de Santo Agostinho, e ha muito poucos conegos, e os que ha vivem muy dessolutamente, em modo que dão muy maa exemplo ao povo e o escandalizam com seu maa viver”¹⁸⁹.

O outro era o de Santa Marinha da Costa que apresentava situação idêntica como atesta, de forma bastante elucidativa, o relato que se segue:

Homenagem à Arquidiocese Primaz de Braga nos 900 anos da dedicação da Catedral (Braga, 4-5 de Maio de 1990), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993, pp.92-93 (doc.17).

¹⁸⁸ Herculano, Alexandre, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Vol. II (Volume 19 de “As melhores obras de Alexandre Herculano”), Círculo de Leitores, 1987, p.65. Também Frei Timóteo do Mártires se pronuncia sobre este período dizendo que os cônegos regrantes “ainda que regulares vivão como homens proprietários, e com pouca, ou nenhuma observancia da regra que professavão” (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo I, 1955, p.103).

¹⁸⁹ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo V, 1874, p.246.

“Vagando o Priorado por morte deste Illustrissimo Bispo, o Duque D. Jaime, sem apresentar novo Prior Comendatario, fes hua supplica ao Pontifice Clemente VII, em que lhe pedia, que vista a relaxação, e escandalo em que vivião os dittos Conegos, e não lhe ser possível reforma-los, nem dar o ditto Moesteiro a outros Conegos da mesma Ordem, por viverem comummente neste tempo em Portugal, igualmente esquecidos do seu estado, e sem aquelle fervor, que devião ter no serviço, culto, e honra de Deos, mandasse extinguir delle os tais Conegos, que erão já mui poucos em numero, e não fazião mais que consumir entre sy as rendas do ditto Mosteiro, e desse licença para se entregar á Ordem de São Jeronymo, ou outra qualquer reformada”¹⁹⁰.

Efectivamente este mosteiro passou para a Ordem de S. Jerónimo, tomando posse de Santa Marinha da Costa Frei António de Lisboa a 27 de Janeiro de 1528¹⁹¹. Tenhamos presente que Frei António de Lisboa foi também um reformador da Ordem de Cristo tendo ainda exercido acção reformadora nalguns mosteiros cistercienses e regrantes, mormente Cárquere, Santa Cruz de Coimbra e S. Vicente de Fora¹⁹². De resto, D. João III, no final de 1527 incumbiu alguns Jerónimos, nomeadamente Frei António de Lisboa, Frei Brás de Braga e Frei Jorge de Évora de reformar a comunidade regrante de Santa Cruz de Coimbra, numa altura em que era comendatário D. Henrique¹⁹³.

A reforma no mosteiro conimbricense já havia sido iniciado pelo prior claustral Brás Lopes que por carta de 27 de Janeiro de 1527 dá conta ao rei de alguns dos actos de indisciplina, relaxação e conflituosidade entre os cónegos e das dificuldades que estava a sentir na sua reforma¹⁹⁴.

Em 1556 Paulo IV (1555-1559) instituiu oficialmente a Congregação dos Cónegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra¹⁹⁵, altura em que já integravam a

¹⁹⁰ Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Piores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, redigido em 1748 e publicado in *Boletim de Trabalhos Históricos*- Publicação do Arquivo Municipal “Alfredo Pimenta”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, pp.155-156.

¹⁹¹ *Idem, ibidem*, p.159; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, pp.756-757.

¹⁹² Santos, Cândido Augusto Dias dos, “António de Lisboa”, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Vol.1, dir. de Fernando Jasmins Pereira (planeada e iniciada por António Alberto Banha de Andrade), Lisboa, Editorial Resistência, 1980, p.392.

¹⁹³ *Histoire du clergé seculier et regulier...*, Tome Premier, 1716, p.250; Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.140; Coelho, Maria Helena da Cruz, “Receitas e despesas do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 1534-1535” in *Homens, Espaços e Poderes (sécs. XI-XVI)* -vol. II – *Domínio Senhorial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p.93; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, pp.277-278.

¹⁹⁴ Corpo Cronológico, Parte I, Maço 35, N.º 66, fls.10-11vº.

¹⁹⁵ Costa, António Domingues de Sousa “Cónegos Regrantes” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, dir. de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, s/d, p.151; Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 1994, p.158; Gomes, Saul António, “Cónegos Regulares de Santa Cruz”, in

Congregação os mosteiros de Santa Cruz, Grijó e Serra do Pilar, com os restantes a serem reformados e a aderirem à Congregação ao longo da segunda metade do século XVI e inícios do XVII¹⁹⁶, sendo constituída, em 1630, por 20 mosteiros¹⁹⁷.

Dicionário de História Religiosa de Portugal, Vol. I, dir. de Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, p.436.

¹⁹⁶ Gomes, Saul António, “Cónegos Regulares de Santa Cruz”, 2000, p.438.

¹⁹⁷ Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 1994, p.158; Costa, António Domingues de Sousa “Cónegos Rebrantes” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, dir. de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, s/d, p.151.

Adesão dos Mosteiros à Congregação de Santa Cruz de Coimbra¹⁹⁸

Mosteiro	Entrada dos Reformadores	Data da confirmação Papal	Tomada de posse real
Santa Cruz de Coimbra	1527		
S. Vicente de Lisboa	1537	1538	1538
Colégio de Santo Agostinho	1538		
São Salvador de Grijó	1539 ¹⁹⁹	1539	1539
Santo Agostinho da Serra do Pilar	1542		
São Salvador de Moreira da Maia	1563 ²⁰⁰	1567	1567
Santa Maria de Landim	1563 ²⁰¹	1567	1567
Santa Maria de Refóios de Lima	1564 ²⁰²	1567	1567
S. Jorge de Coimbra	1563	1567	1567
São Martinho de Caramos	1587	1594	1595
Santo Estêvão de Vilela	1590	1594	1595
Santa Maria de Vila Nova de Muia	1594	1594	1595
São Salvador de Paderne	1593	1594	1595
São Simão da Junqueira	1595	1594	1595
S. Pedro de Folques	1591	1594	1595
Santa Maria de Oliveira	1595	1594	1599
Santa Maria de Vila Boa do Bispo	1595 ²⁰³	1594	1605
São Miguel de Vilarinho	1595		1610
São Martinho de Crasto	1595		1615
S. Teotónio de Viana do Castelo	1630		

¹⁹⁸ A ordem seguida neste quadro é a cronológica. Foram realçados a “negrito” os mosteiros que integram este trabalho. Na sua elaboração utilizaram-se as seguintes fontes: Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*; Gomes, Saul António, “Cónegos Regulares de Santa Cruz”, 2000, p.438. Também Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.140, aborda a questão da integração dos mosteiros na Congregação mas segue a cronologia apresentada por Frei Nicolau de Santa Maria. Advertir também para o facto de as datas aqui apresentadas divergirem muitas vezes entre os Autores não por falhas que lhes sejam imputáveis mas porque se trata de questões processuais longas com sobreposição de orientações pela própria documentação pontifícia.

¹⁹⁹ Embora esta seja a data apontada por Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, Tomo II, 1958, p.153, já Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, 1668, Primeira Parte, Livro VI, cap. III, p.286, afirma que os reformadores entraram no Mosteiro de Grijó apenas em 1540, datando deste ano também a emissão da Bula de União.

²⁰⁰ Esta é a data apontada por Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.27. Já Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, primeira Parte, Livro VI, cap. II, p.277, refere a entrada dos reformadores já no ano de 1562.

²⁰¹ Esta é a data adiantada por Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.46, sendo que para Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VII, p.303, o padre D. Filipe entrou no Mosteiro e foi eleito primeiro prior trienal no ano de 1562.

²⁰² Embora Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.65 e 66, refira que apenas em 1567 foi eleito o primeiro prior trienal, Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VIII, p.311, refere que tal eleição ocorreu em 1564.

²⁰³ Esta é a data apontada por Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.162 e 163. Já Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. IV, p.289, refere que o Breve de Clemente VIII aqui em causa foi passado em 1593.

2- AS CANÓNICAS REGRANTES DO NORTE DE PORTUGAL²⁰⁴

2.1. Desfazendo alguns equívocos...

Tal como já indicado anteriormente, e tendo em consideração a análise dos dados até agora conhecidos, é nossa convicção, que não eram mosteiros de cónegos regrantes de Santo Agostinho, nos sécs. XIV, XV e XVI, três institutos que costumam ser referenciados como tal, designadamente Santa Eulália de Rio Covo e São Cristóvão de Rio Mau, da diocese de Braga e São Pedro de Ferreira, do bispado do Porto.

2.1.1. - Santa Eulália de Rio Covo

Apesar de no recente guia das “Ordens Religiosas em Portugal” surgir a referência ao mosteiro de Santa Eulália de Rio Covo como um dos institutos integrantes da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal²⁰⁵, tal “catalogação” merece-nos muitas reservas. E se a prudência aconselha a que não se elimine liminarmente tal possibilidade, o certo é que para o período concreto do nosso estudo, ou seja séculos XIV e XV, as provas documentais infirmam tal hipótese. É que as referências documentais a Santa Eulália de Rio Covo, e no que respeita a estes séculos medievos, não parecem indiciar a existência de uma comunidade religiosa nessa localidade, sendo sim inequívoca a existência de uma igreja paroquial²⁰⁶, embora com

²⁰⁴ Os critérios utilizados na enunciação dos mosteiros são os seguintes:

- 1- As canónicas aqui apresentadas encontram-se agrupadas por diocese, seguindo o critério alfabético na sua enunciação, o mesmo sucedendo com a ordem utilizada na apresentação dos diversos mosteiros, surgindo a entrada não pela localidade mas sim pelo padroeiro ou invocação a que a casa religiosa estava sujeita. O mesmo critério é seguido para as igrejas onde os mosteiros detinham direitos de padroado.
- 2- No caso das igrejas paroquiais onde surge apenas o nome da localidade e não o seu orago, o mesmo foi-lhe acrescentado desde que o tenhamos conseguido documentar para a época em estudo.
- 3- Quando se revelou impossível encontrar ou confirmar um determinado orago, a entrada aparece pelo nome da localidade que surge na documentação.
- 4- Os nomes das paróquias/freguesias referenciadas são transpostos para a grafia actual.
- 5- Nos casos em que as freguesias mudaram de nome, a entrada é feita pela designação medieval, sendo referenciado no texto ou em nota de pé de página a respectiva alteração.
- 6- Por uma questão de sistematização e para uma melhor percepção/visualização espacial colocamos, sempre que foi possível a sua identificação, junto de cada igreja ou ermida a indicação da actual circunscrição administrativa a que pertence. Tome-se como exemplo: S. Martinho de Argoncilhe (c. Santa Maria da Feira).
- 7- Para uma melhor clarificação e enquadramento cronológico junto dos bispos ou papas referenciados ao longo do texto surgem as datas indicativas do respectivo governo, sendo que a fonte utilizada, salvo quando se fizer menção em contrário, é a listagem publicada em Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 1994, pp. 285-321.

²⁰⁵ *Ordens Religiosas em Portugal ...*, 2005, p.202.

²⁰⁶ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol.2, 1959, p.23. Curiosamente, o professor Luís Carlos Amaral ao proceder à análise da documentação mais antiga referente a Santa Eulália de Rio Covo (o primeiro instrumento é de 906) concluiu que nada indica a existência de um cenóbio nos seus tempos fundacionais (cf. Amaral, Luís Carlos, *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séculos IX-1137)*,

elevados rendimentos, mesmo muito superiores aos de alguns mosteiros como se depreende da taxaço de 500 libras que lhe foi aplicada em 1320²⁰⁷.

O certo é que em termos concretos, e da documentação com que nos confrontamos, nunca há a indicação ao mosteiro ou à vida religiosa comunitária²⁰⁸. Essa documentação permite-nos, inclusivamente, conhecer alguns dos seus abades e reitores, o que reforça as nossas suspeitas.

Sabemos assim que em Setembro de 1303 o reitor de Santa Eulália era Vasco Fernandes²⁰⁹, tendo sido seu coadjutor Egas Lourenço, indicado como tal em 1291²¹⁰ e 1298²¹¹, e que viria a ser cónego e chantre de Braga na década de 20 do século XIV. Ainda na primeira metade do século XIV temos referência a um novo reitor, desta feita o cónego bracarense Martim Anes Carta que surge como reitor de Santa Eulália de Rio Covo, em Setembro de 1342²¹². O seu sucessor foi o seu sobrinho, e também cónego de Braga, Afonso Domingues²¹³, que se deverá ter mantido no cargo até 1373, ano do seu falecimento. Curiosamente a 7 de Agosto de 1387 foi legitimado um seu filho, de nome Diogo Afonso, abade de S. João de Gamil²¹⁴, numa altura em que o abade de “Sancta Ovaya de Rio Covo” já era Gonçalo Nunes de Faria a quem foram também legitimados três filhos a 29 de Maio de 1387²¹⁵.

Dissertação de Doutoramento em História (Hist. da Idade Média) apresentada à FLUP, Porto, 2007, p.736 (nota 6).

²⁰⁷ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.98.

²⁰⁸ Na chancelaria de D. Afonso IV encontra-se uma referência, em 1340, ao couto de “Sancta Vaya de Rio Covo” que confrontava com o couto do mosteiro de S. Salvador da Várzea (cf. *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV*, Vol.III (1336-1340), 1992, p.39 (Doc. 271), mas trata-se apenas de uma referência à terra coutada sem indicação específica do seu detentor.

²⁰⁹ Almeida, Dina Carla Ferreira de Sousa de, *O mosteiro cisterciense de Arouca: Comunidade e Património (1300-1317)*, vol. II, Dissertação de Mestrado em Idade Média apresentada à FLUC, Coimbra, 2003, p.64 (Doc. 41 do Apêndice Documental). Vasco Fernandes teve uma filha, chamada Maria, que foi protegida pelo cónego Egas Lourenço (cf. Rodrigues, Ana Maria S. A., “Para uma prosopografia dos cónegos de Braga”, in *Elites e redes clientelares na Idade Média*, Edições Colibri, 2001, p.163; Rodrigues, Ana Maria S. A.; Ribeiro, João Carlos Taveira; Costa, Maria Antonieta Moreira da; Maciel, Maria Justiniana Pinheiro, *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p.81. Doravante esta obra será apenas referenciada por: *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*, 2005.

²¹⁰ *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*, 2005, p.83.

²¹¹ Rodrigues, Ana Maria S. A., “Para uma prosopografia dos cónegos de Braga”, 2001, p.164.

²¹² *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*, 2005, p.217.

²¹³ Costa, Maria Antonieta Moreira da, “Nepotismo e poder na arquidiocese de Braga (1245-1374)”, in *Lusitania Sacra - Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, Tomo XVII, 2ª Série, Lisboa, 2005, p.125; *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*, 2005, p.266.

²¹⁴ *Chancelarias Portuguesas - D. João I*, Vol. II - Tomo 2, 2005, p.236. De facto o documento não deixa dúvidas de que Afonso Domingues já tinha falecido ao referir-se-lhe como “abade que foe de Rio Covo”.

²¹⁵ *Ibidem*, Vol. I - Tomo 3, 2005, p.243; Viegas, Valentino, *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*, Heuris, 1984, pp. 33-34. Gonçalo Nunes de Faria era, segundo António Carvalho da Costa, filho de Nuno Gonçalves de Faria e D. Teresa de Meira e irmão de Álvaro Garcia de Faria (cf.

Na década de vinte do século XV, mais concretamente a 2 de Julho de 1425, surge André Gonçalves, reitor da igreja de S. Tiago de Murça, da diocese de Braga, a solicitar ao papa Martinho V a igreja paroquial de Santa Eulália de Rio Covo, vaga por morte do seu último titular, justamente Gonçalo Nunes²¹⁶. Por esta altura inicia-se um diferendo entre alguns moradores de Rio Covo e freguesias limítrofes com o arcebispo de Braga, por causa do direito de padroado nesta igreja, acabando com desfecho favorável ao arcebispo por sentença de 21 de Abril de 1428, em virtude dos pretensos titulares não terem provado os direitos de padroado que alegavam²¹⁷.

A 20 de Dezembro de 1466 o abade da igreja de Santa Eulália de Rio Covo já era Antão Gonçalves, dia em que foi promovido às ordens menores²¹⁸. A 18 de Agosto de 1514 era abade de Rio Covo Dionísio Gonçalves de Sequeira que, na sua imprensa, editou o “Breviário de Rio Covo”²¹⁹. Parece-nos muito provável, mesmo considerando a diferença do sobrenome, que este Dionísio seja o mesmo Dionísio Gonçalves Pereira que Felgueiras Gaio dá como filho bastardo do abade Antão Gonçalves Pereira e que, segundo este linhagista, após ter enviuvado, se tornou abade da igreja de Santa Eulália

Costa, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Tomo I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, pp.312-313). Gonçalo Nunes deverá ter sido empossado como pároco de Santa Eulália de Rio Covo em 1373 ou 1374, sendo também muito provável que esteja ligado à edificação do Paço ou Solar da Boavista, em Rio Covo (cf. Araújo, Laurinda Fernandes de Carvalho, *Monografia de Santa Eulália de Rio Covo – Barcelos*, S. Julião de Freixo – Ponte de Lima, 1984, p.26). A este propósito Felgueiras Gaio diz que foi Antão Gonçalves Pereira quem fez a quinta da Boavista (cf. Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 22, Impressão diplomática do original manuscrito, existente na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, Propriedade e edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araujo Affonso, Braga, 1940, p.177)

²¹⁶ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV (Súplicas do pontificado de Martinho V), Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, Braga, Livraria Editorial Franciscana, 1970, pp. 48-49.

²¹⁷ Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, p.1093.

²¹⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 11, fl. 9. D. Antão Gonçalves Pereira, era filho de D. Álvaro Pereira, marechal de D. João I, e de Mécia Vasques Pimentel, fidalgo, comendador e capitão-mor do descobrimento da Guiné, tornando-se depois clérigo, tendo sido abade de diversas igrejas, entre as quais, Santa Eulália de Rio Covo (cf. Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 22, 1940, p.177; Henriques, Nuno Gorjão; Henriques, Miguel Gorjão, *Gorjão Henriques*, vol. I, Lisboa, Dislivro, 2006, pp.504-505). Esta Mécia Vasques Pimentel é filha de Vasco Martins Pimentel, o Patinho, e de Teresa Gil Zote (cf. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Portugaliae Monumenta Historica - Nova Série, vol.II/1, ed. crítica por José Mattoso, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1980, pp. 259, 401, 486; Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 22, 1940, p.177; Sousa, Bernardo Vasconcelos e, *Os Pimentéis: Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000, p.226).

²¹⁹ Júnior, Arménio Alves da Costa, *O mosteiro de Rio Covo à luz do Breviário de 1514 – Estudo analítico do temporal*, Coimbra, FLUC, 1992, p.7.

de Rio Covo²²⁰. Dionísio Gonçalves mantinha-se como reitor da igreja de Santa Eulália de Rio Covo a 25 de Maio de 1515²²¹.

Um outro indício, e mesmo sem uma investigação minuciosa para o período posterior ao séc. XV, que vai no sentido de corroborar a ideia da inexistência do mosteiro de Santa Eulália de Rio Covo, é a total ausência de referências nos memoriais setecentistas²²². Ao contrário do que sucede com o mosteiro de S. Salvador de Banho que, à altura, apesar de extinto e integrado em Comenda da Ordem de Cristo, é amplamente recordado como mosteiro de cónegos regrantes²²³. Mesmo sem o necessário aprofundamento para se apurarem os abades que tiveram a seu cargo a igreja de Santa Eulália de Rio Covo, fica aqui um quadro síntese com a lista dos elementos identificados:

Abade/Reitor	Abaciado / Ref. Cronológica
Vasco Fernandes	1303
Martinho Anes Carta	1342-1348
Afonso Domingues	1348-1373
Gonçalo Nunes de Faria	1373(?)-1425
André Gonçalves	1425-?
Antão Gonçalves	1466
Dionísio Gonçalves de Sequeira ²²⁴	1514,1515

Também Santa Eulália de Rio Covo passaria a comenda da Ordem de Cristo²²⁵, conhecendo-se alguns dos seus comendatários, nomeadamente Afonso Rodrigues do

²²⁰ Gayo, Felgueiras, Nobiliário de Famílias de Portugal, Tomo 22, 1940, p.177; Henriques, Nuno Gorjão; Henriques, Miguel Gorjão, *Gorjão Henriques*, vol. I, 2006, p.505). Este Dionísio ou Dinis Gonçalves Pereira era filho do abade Antão Gonçalves e de Beringária Pereira ou de Branca da Cunha, casando-se com D. Violante Ferreira, filha de Estêvão Pinheiro e de sua mulher, D. Ana Ferreira. Felgueiras Gaio ainda fala de um outro Dinis Gonçalves Pereira, filho homónimo deste abade e que foi também abade de Santa Eulália de Rio Covo, tendo sido legitimado por D. João III, em 1535 (cf. Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 22, 1940, pp. 177, 230). Como não tivemos ainda oportunidade de confirmar esta informação, não o incluímos nesta listagem de abades, ficando aqui apenas a indicação a título informativo.

²²¹ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.66.

²²² *Barcelos nas Memórias Paroquiais de 1758*, Estudo introdutório, leitura, e fixação de textos de José Viriato Capela e Rogério Borralheiro, Câmara Municipal de Barcelos, 1998, pp. 185-186.

²²³ Costa, António Carvalho da, *Corografia ...*, Tomo I, 1706, p.303; Cardoso, P. Luiz, *Diccionario Geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas...*, Tomo II, Lisboa, na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1751, p.28.

²²⁴ Poderá ser Dionísio Gonçalves Pereira como já referimos atrás.

²²⁵ Costa, António Carvalho da, *Corografia ...*, Tomo I, 1ª ed., 1706, p.320.

Amaral, que além de comendador foi alcaide-mor de Bragança²²⁶, tendo acompanhado o duque D. Jaime na tomada de Azamor em 1513²²⁷. De resto, este foi, muito provavelmente, o seu primeiro comendatário. Em 1607 era comendatário Simão do Amaral tendo a comenda sido avaliada, em 1605, em 200\$00 réis²²⁸. Também Cid de Almeida, desembargador do Paço e conselheiro de Estado em Madrid, bem como o seu filho, Luís de Almeida da Silva, foram comendadores de Santa Eulália de Rio Covo²²⁹.

2.1.2. - São Cristóvão de Rio Mau

“O duodecimo Mosteiro de nossos Conegos, foi o de S. Christovão de Rio mao, distante meya legoa do Mosteiro de S. Simão da Junqueira, a quem hoje esta unido in perpetuum. O qual Mosteiro estava já fundado no anno de 1122 & tinha já seu prior, & Conegos, como consta de hũa doação que lhe fez no dito anno hũa senhora por nome Dona Ousenda Soarez de hũa herdade, & casal que tinha junto ao Rio Ave por sua alma, & de seu pay Sueiro Mendez. No anno de 1418 unio este Mosteiro ao de S. Simão da Junqueira o Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra por Breve do Papa Martinho V com condição que estivessem sempre no Mosteiro de S. Christovão dous Conegos, mas hoje està somente hum Reytor ou Vigario Secular apresentado pello mesmo Mosteiro de S. Simão.”²³⁰

Estas são as palavras de Frei Nicolau de Santa Maria vertidas, no séc. XVII, na sua Crónica dos Cónegos Regrantes, e grandemente responsáveis por tudo o que se tem dito e escrito sobre São Cristóvão de Rio Mau.

No final da primeira década do século XX, portanto há um século atrás, o labor e a sagacidade do cónego José Augusto Ferreira permitiu, reconstituir e reformular, pelo menos em parte, a história desta instituição, repondo assim a veracidade à factologia da sua fundação, e primeiros tempos, numa investigação que se corporizou nas páginas do *Arqueólogo Português*.

²²⁶ Silva, Manuel de Souza da, *Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho*, vol. II, Ponte de Lima, Edições Carvalho de Basto, 2000, p.117.

²²⁷ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 8, 1938, p.142.

²²⁸ *Livro em que se contém a fazenda e real patrimonio dos reinos de Portugal, India e ilhas adjacentes e outras particularidades*, ordenado por Luiz de Figueiredo Falcão, secretario de el-rei Filippe II copiado fielmente do manuscrito original e impresso por ordem do Governo de Sua Magestade, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p.214.

²²⁹ Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana: nobiliário de famílias de Portugal*, Tomo II-Vol. I, publicado por Alexandre António Pereira de Miranda Vasconcellos, António Augusto Ferreira da Cruz, Eugénio Eduardo Andrea da Cunha e Freitas, Porto, Livraria Fernando Machado, 1944, pp.133-134.

²³⁰ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XIII, p.335-336.

O Autor provou aí, valendo-se de um testemunho epigráfico, que a igreja de S. Cristóvão foi fundada ou pelo menos reedificada, em 1151 pelo presbítero Pedro Dias, provando ainda que a doação de Ousenda Soares, referenciada por Frei Nicolau de Santa Maria, ocorreu não em 1122 mas sim em 1161, doação essa feita ao “Monasterium Sancti Christophori”²³¹.

Esta indicação ao mosteiro não significa, por si só, a existência de uma comunidade. Convém sempre relembrar, como de resto já avisava Viterbo, que o termo nessa época assumia um significado muito mais abrangente do que aquele que lhe damos hoje, pelo que “não nos deve logo admirar uma multidão assim grande de mosteiros”²³² em tempos medievos.

Não sendo a nossa prioridade escarpelizar aqui a questão da existência ou não de uma comunidade em S. Cristóvão no séc. XII, importa frisar que não conhecemos quaisquer indicações documentais que comprovem aí a presença de cónegos regrantes de Santo Agostinho, de resto a titulação de abade atribuída ao seu responsável máximo no último quartel do séc. XII vai em linha antagónica²³³.

De qualquer modo e sendo essa uma possibilidade em aberto, e a provar-se que S. Cristóvão de Rio Mau foi uma canónica regrante no séc. XII, tudo indicia que tal existência foi extremamente fugaz, uma vez que já nas Inquirições de 1220 não há indicação ao mosteiro mas sim à igreja de S. Cristóvão²³⁴. Partindo do pressuposto da existência de uma comunidade teríamos de admitir que o mosteiro já estaria reduzido a igreja secular por esta altura. Os dados extraídos destas inquirições não nos adiantam muito mais informações a este respeito apenas que “Johannes Fernandi abbas” era seu titular e que o rei não tinha direitos de padroado na igreja²³⁵.

Também as inquirições de D. Afonso III, de 1258, apesar de pouco mais acrescentarem, contribuem para a clarificação desta questão. Na respectiva inquirição da

²³¹ Ferreira, Monsenhor José Augusto, “A igreja de S. Cristovam de Rio Mau”, in *O Archeologo Português*, Vol. XIV (Janeiro a Agosto de 1909 – Ns. 1 a 8), Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, pp. 80-82. Também Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol.2, 1959, p.16, faz referência a estes documentos. Quanto à questão de em 1151 se tratar de uma fundação/edificação ou de uma reconstrução de um templo pré-existente os estudiosos têm-se mostrado mais inclinados para a segunda hipótese (veja-se Costa, Marisa, “A igreja de São Cristóvão de Rio Mau”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, Nova série, Ns. 15/16 (Dezembro de 1995), pp. 8-9)

²³² Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras...*, vol. 2, 1966, p.429.

²³³ Em 1179 surge identificado como abade de S. Cristóvão Vermudo Godinho (cf. Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol.2, 1959, p.16).

²³⁴ *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, Vol, I, Fasc. I e II, Lisboa, Academia das Ciências, 1888, pp.135, 187, 234; Ferreira, Monsenhor José Augusto, “A igreja de S. Cristovam de Rio Mau”, 1909, p.82.

²³⁵ *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, Vol, I, Fasc. I e II, 1888, pp.135, 187, 234.

paróquia não se menciona a existência de mosteiro, surgindo novamente a referência à igreja de S. Cristóvão, tendo sido aí interrogado o clérigo Pedro Peres, face à ausência do abade da igreja²³⁶, no entanto ao efectuar-se a inquirição em Touguinhó é dito que o “monasterium Sancti Christophori” possuía casais em Froiã²³⁷. Partindo do princípio que o mosteiro aí referenciado é o de Rio Mau, e tudo o indica, até pela proximidade geográfica, mais uma vez se prova a significação dual da expressão.

Curiosamente, o único documento que poderia lançar alguma confusão e que, aparentemente, contraria aquilo que vimos dizendo, surge-nos no último quartel do séc. XIII e trata-se de um instrumento lavrado em Rates, e datado de 20 de Maio de 1284, que refere o mosteiro de S. Cristóvão e o seu abade Pedro Peres²³⁸. Aí surge a auto-intitulação: “Ego Petrus Petri abas monasterii Sancti Christofori” numa doação a Maria Martins, irmã de Martim Martins, clérigo nesse lugar, de todos os herdamentos que este clérigo possuía em Ferreiró, com a condição de as propriedades reverterem para S. Cristóvão à morte de Maria Martins²³⁹. Além do abade e do clérigo Martim Martins aparecem mencionados, entre as testemunhas, outros três clérigos do “mosteiro”: Domingos Domingues, Domingos Esteves e Simão Peres²⁴⁰.

Numa primeira análise, ou numa perspectiva isolada de análise seríamos certamente impelidos a julgar que estamos perante uma comunidade monástica, com o respectivo superior hierárquico e quatro religiosos. Tal não parece suceder, e mais inviável ainda seria o facto de estarmos perante uma canónica regente, desde logo estranhar-se-ia a intitulação, até porque a tratar-se de uma comunidade agostinha seria prior e não abade. Então como justificar a intitulação bem como a presença de tantos eclesiásticos numa igreja paroquial? Quanto à questão de Pedro Peres se auto-designar abade do mosteiro parece-nos justificável por essa utilização indiscriminada do vocábulo assente até numa certa tradição que já vinha associada à igreja.

Quanto aos múltiplos clérigos aí presentes, reconhecendo que não sendo uma situação muito usual, apenas se pode considerar extraordinária pelos números, porque a presença de mais que um eclesiástico numa paróquia não é caso único por estas

²³⁶ *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, Vol, I, Parte II, Fasc. IX, Lisboa, 1977, p.1422.

²³⁷ *Ibidem*, Vol, I, Parte II, Fasc. IX, Lisboa, 1977, p.1418.

²³⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl. 68-69. Este documento é também referenciado por Ferreira, Monsenhor José Augusto, “A igreja de S. Cristovam de Rio Mau”, 1909, p.82.

²³⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl. 68-69. Este documento é também referenciado por Ferreira, Monsenhor José Augusto, “A igreja de S. Cristovam de Rio Mau”, 1909, p.82.

²⁴⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl. 68vº.

paragens, como acontece por exemplo com Santo André de Parada, surgindo identificados a 1 de Março de 1294 dois elementos dessa igreja: o abade João Domingues e o clérigo Pedro Domingues²⁴¹. De resto esta situação encontrará paralelismo numa outra vivenciada nessa mesma igreja de S. Cristóvão de Rio Mau, na primeira metade do séc. XIV, em que surgem identificados dois clérigos²⁴² aos quais acresceria certamente o abade. Perante o exposto, e até ao aparecimento de dados que possam apontar um outro caminho, tudo sugere que estamos perante o titular da paróquia e três coadjutores.

Uma fonte imprescindível para a clarificação e dissipação de eventuais dúvidas que pudessem subsistir é o catálogo das igrejas e mosteiros elaborado em 1320-21, onde, como seria expectável, não se detecta o mosteiro de S. Cristóvão de Rio Mau, aparecendo apenas a indicação à igreja de São Cristóvão, localizada na Terra de Faria, e que surge taxada em 80 libras²⁴³

Por esta altura era abade da igreja de S. Cristóvão de Faria, Domingos Peres que, a 8 de Agosto de 1320, obteve sentença favorável de Estêvão Vicente, vigário geral da diocese de Braga, a propósito da demanda que trazia com o cavaleiro Martim Afonso da Quintã e Estevainha Rodrigues, sua mulher, sobre direitos nessa igreja, mormente de padroado, pousadoria, cavalaria e casamento, tendo os cavaleiros sido julgados à revelia, determinando-se que não tinham quaisquer direitos de padroado na igreja²⁴⁴. A 1 de Novembro de 1320 Domingos Peres mantinha-se como abade desta igreja, surgindo também referência a Domingos Martins, capelão da igreja de S. Cristóvão, que nesse mesmo dia testemunha um instrumento lavrado no corpo da igreja de S. Cristóvão²⁴⁵. Desconhecemos o início do seu abaciado mas a 27 de Setembro de 1311 Domingos Peres já aparece identificado como reitor da igreja de S. Cristóvão de Faria, dia em que empraça a João Gil e à sua mulher, Domingas Domingues, metade do casal de Rio Mau de Galinhas²⁴⁶.

²⁴¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro: doações, testamentos e compras, fls.79vº-80vº.

²⁴² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 90vº-91. Trata-se de um instrumento datado de 8 de Julho de 1333. Curiosamente os dois clérigos têm o mesmo nome: Estêvão Durães. Entre as testemunhas desse instrumento surge também um “Joham Perez Priol” mas sem a indicação do mosteiro a que pertencia.

²⁴³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.98.

²⁴⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 86vº-87.

²⁴⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 86vº-87vº.

²⁴⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.68-69.

Ao falar-se em S. Cristóvão de Faria não se julgue que se trata de equívoco porque este é um dos nomes pelos quais esta igreja é mencionada na Idade Média, e se nos sécs. XII e XIII aparece, normalmente, identificada pelo referencial hagiográfico, isto é surgindo apenas a indicação à igreja ou ao mosteiro de S. Cristóvão, a partir do séc. XIV encontra-se identificada de forma indiferenciada como São Cristóvão de Rates, São Cristóvão de Rio Mau, São Cristóvão de Faria e São Cristóvão da Marinha.

Entre 1357 e 1362 a igreja de Rio Mau deverá ter sido reedificada²⁴⁷.

A 10 de Fevereiro de 1375 Afonso Martins era o abade de S. Cristóvão de Rio Mau, envolvendo-se numa contenda, por causa de casais em Moldes, juntamente com o escudeiro Estêvão Ferreira, e moradores desses casais, contra o mosteiro da Junqueira.²⁴⁸ Afonso Martins aparece novamente identificado como abade da igreja de S. Cristóvão de Faria, a 9 de Maio de 1376, dia em que, por carta de Lourenço Pais, abade de Bornes e vigário geral do arcebispo de Braga, D. Lourenço (1374-1397), é incumbido, juntamente com Martim Domingues, abade de Paradela, de proceder à justa partição de casais que o prior da Junqueira e o escudeiro Estêvão Ferreira pretendiam fazer em Vilar do Mato, Chantada, Casal Gontinho, Corvos e Póvoa²⁴⁹. De 11 de Fevereiro de 1378 data outro instrumento que confirma que Afonso Martins era o abade da igreja de S. Cristóvão, surgindo também aí referenciado “Martim Annes creligo da dita Igreja”²⁵⁰. Ao longo da década de noventa Afonso Martins ainda surge mencionado como abade de S. Cristóvão, mormente a 28 de Maio de 1390²⁵¹, a 28 de Outubro de 1392, aparecendo, nesta data, identificado como “abbade da Eigreja de Sam Christovam da Marinha do julgado de Faria”²⁵², e finalmente a 26 de Fevereiro de 1399, dia em que

²⁴⁷ Esta informação merece-nos as maiores reservas até porque é veiculada por Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho, *Portugal antigo e moderno, dictionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, biographico e etymologico*, vol.8, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1878, p.208, encontrando-se também em Alves, M., “Rio Mau”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 16, Lisboa, Editorial Verbo, 1974, p.643, mas é presumível que a fonte seguida por este Autor tenha sido Pinho Leal que diz: “O abbade do mosteiro da Junqueira, mandou reedificar esta egreja, no reinado de D. Pedro I (1357 a 1362)”. De concreto, e em termos documentais não dispomos de quaisquer elementos que sustentem esta informação.

²⁴⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 139-140.

²⁴⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 125vº-126.

²⁵⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl.109vº. Este documento é também referenciado por Ferreira, Monsenhor José Augusto, “A igreja de S. Cristovam de Rio Mau”, 1909, p.83. Curiosamente, Martim Anes continua a ser mencionado como clérigo de S. Cristóvão de Rio Mau em instrumento de 9 de Janeiro de 1381, surgindo aí como procurador do abade Afonso Martins (cf. IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.145-146vº).

²⁵¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 135-135vº.

²⁵² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 138vº-140.

testemunha uma procuração feita no mosteiro de S. Simão da Junqueira²⁵³. É provável que ainda se mantenha no cargo no início do século XV mas não temos dados que o comprovem, de concreto apenas sabemos que já não era o titular dessa igreja a 24 de Julho de 1405, dia em que o abade de S. Cristóvão é Fernão Gonçalves²⁵⁴. O abaciado deste clérigo parece ter sido bastante prolongado, sendo referenciado como abade de S. Cristóvão de Faria a 17 de Junho de 1419²⁵⁵, mantendo-se ainda no cargo na década de trinta. Efectivamente, a 26 de Setembro de 1435 Fernão Gonçalves, na qualidade de juiz alvidro, num processo que opunha o prior e o mosteiro de S. Simão da Junqueira contra Álvaro Vasques, abade de Gresufes, por causa da posse de um moinho, proferiu, após a inquirição de diversas testemunhas sentença favorável ao mosteiro²⁵⁶.

A 26 de Novembro de 1443, o arcebispo D. Fernando da Guerra anexou a igreja de São Cristóvão de Rates ao mosteiro da Junqueira, para fazer face às dificuldades económicas da instituição e simultaneamente melhorar o serviço pastoral nessa paróquia²⁵⁷. Esta questão da anexação, ou melhor, o processo conducente à anexação que, segundo alguns Autores, implicou a extinção do mosteiro, não tem gerado unanimidade.

Como se pode aferir da citação de entrada, D. Nicolau de Santa Maria diz que o mosteiro de S. Cristóvão de Rio Mau foi unido ao mosteiro de S. Simão da Junqueira por D. Fernando da Guerra, em 1418, por breve do papa Martinho V (1417-1431),

²⁵³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 137. O abade Afonso Martins surge ainda a testemunhar um instrumento efectuado em Rates, a 22 de Maio de 1399 (cf. IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.165vº).

²⁵⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 138vº-141. Apesar de nos parecer extremamente remota existe a possibilidade de ao abade Fernão Gonçalves ter sucedido Pedro Afonso, uma vez que a 8 de Julho de 1437 D. Duarte legitima Afonso, filho de Leonor Rodrigues e de Pedro Afonso, prior de S. Cristóvão (cf. *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo 2 (1435-1438), 1998, p.431 (Doc.1229), de qualquer modo como aí surge apenas a referência ao orago sem qualquer outra indicação complementar, Rio Mau poderá ser uma hipótese a considerar, de entre as muitas igrejas, mosteiros e colegiadas com esta intitulação.

²⁵⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.145-146vº. Neste instrumento aparece identificado como Fernão Rodrigues mas deverá tratar-se, certamente, de erro na transcrição do traslado, até porque Fernão Gonçalves é, posteriormente, referenciado no cargo.

²⁵⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.189-192.

²⁵⁷ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.797-798, 811. Também Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1913, pp.92-93; Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, Edição da Mitra Bracarense, 1930, p.253 (nota 4) aponta esta data. Trata-se de uma provisão dada em Évora a 26 de Novembro de 1443, data em que de facto o prelado bracarense se encontrava nessa cidade (cf. Marques, José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467)*, Separata da “Revista de História”, Vol. I, Centro de História da Universidade do Porto, 1978, p.64).

embora com a condição de estarem sempre dois cônegos nesse mosteiro²⁵⁸. Também Monsenhor José Augusto Ferreira fala do breve deste papa que autorizou o arcebispo bracarense a extinguir o mosteiro e a uni-lo a S. Simão, colocando, no entanto, tal realização em 1443²⁵⁹.

Sobre este breve pontifício e o seu conteúdo não nos podemos pronunciar porque não tivemos oportunidade de o confrontar mas é perfeitamente admissível que a autorização ou a indicação papal para a anexação seja de 1418 ocorrendo a sua execução somente a 26 de Novembro de 1443²⁶⁰.

Ainda a propósito da questão da extinção do mosteiro José Marques já tinha demonstrado a impossibilidade de esta ter ocorrido em simultâneo com a anexação a S. Simão da Junqueira, uma vez que em Março de 1442 S. Cristóvão de Rio Mau já tinha sido reduzido a igreja paroquial, altura em que o arcebispo D. Fernando da Guerra ordenou que confirmassem no priorado de S. Simão da Junqueira o abade de S. Cristóvão de Rio Mau²⁶¹.

José Augusto Ferreira deverá ter sido incorrectamente induzido por Nicolau de Santa Maria quando se refere à união do mosteiro e pela confusão provocada pela inexactidão terminológica que vimos falando, até porque já anteriormente, e tendo como suporte um documento de 1378 que refere o abade Afonso Martins, o Autor afirma: “Portanto S. Christovam de Rio Mau já antes de 1378 tinha deixado de ser mosteiro, assim no-lo confirma este documento”²⁶².

E tinha-o efectivamente, pelo menos disso estamos convictos, tendo em considerção tudo o que vimos aduzindo, e face aos elementos apresentados, parece-nos que fica provado que já há muito tempo que Rio Mau era igreja paroquial e não mosteiro, que a sê-lo só mesmo nos seus primórdios, embora esta seja uma questão a necessitar de exame apurado, mas sem grande relevância prática para esta discussão.

²⁵⁸ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XIII, pp.335-336. Pinho Leal parece seguir Frei Nicolau de Santa Maria, embora no seu texto se diga que foi anexada por breve do papa Martinho V em 1488, certamente um erro tipográfico (cf. Leal, Augusto Soares d’Azevedo de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno...*, vol.8, 1878, p.208).

²⁵⁹ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado ...*, 1913, pp.92-93.

²⁶⁰ De resto as palavras de José Augusto Ferreira parecem apontar nesse sentido ao dizer: “O arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra, auctorizado por letras apostolicas de Martinho V extinguiu o mosteiro de S. Christovão de Rio Mau, de Conegos regrantes de Santo Agostinho, e uniu-o e incorporou-o *in perpetuum* no de S. Simão da Junqueira, seu visinho” (cf. Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado ...*, 1913, pp.92-93).

²⁶¹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.732, 796-797; A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.109vº.

²⁶² Ferreira, Monsenhor José Augusto, “A igreja de S. Cristovam de Rio Mau”, 1909, p.83.

A 31 de Julho de 1486 o convento e o prior de S. Simão da Junqueira escambam entre si alguns bens, incluindo um casal que o prior possuía na aldeia de Moldes, freguesia de S. Miguel de Arcos, casal esse que pertencia à igreja de S. Cristóvão, e que passou para a mesa conventual²⁶³.

Ao longo do séc. XVI a igreja de S. Cristóvão continua a ser referenciada como sendo do padroado de S. Simão da Junqueira e anexa ao mosteiro. Assim, na delimitação e demarcação que se faz do mosteiro da Junqueira a 23 de Maio de 1508 diz-se: “parte ho dito mosteiro com S. Cristovam sua anexa”²⁶⁴. Também no rol das igrejas elaborado no arcebispado de D. Diogo de Sousa (1505-1532) aparece como sendo da apresentação do mosteiro de “Sam Simão da terra de Vermoim de Susão”²⁶⁵, o mesmo sucedendo em 1528²⁶⁶ e 1568 estando, nesta altura, integrada nos rendimentos da mesa abacial²⁶⁷.

²⁶³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo: doações, testamentos e Provizoes Reaes, 1743, fl.131-132vº.

²⁶⁴ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado ...*, 1913, pp.124-126 (doc.7); Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha e, “Memórias para a história das freguesias de S. Simão da Junqueira e de Santo André de Parada”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, Nova Série, Nº 13, Junho de 1994, p.26.

²⁶⁵ Pimenta, Rodrigo, “Para a história do arcebispado de Braga”, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. VI, Guimarães, Publicação do Arquivo Municipal de Guimarães, 1941, p.105.

²⁶⁶ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.16.

²⁶⁷ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros na arquidiocese de Braga sob D. Fr. Bartolomeu dos Mártires”, in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1987, p.174.

Eclesiásticos de S. Cristóvão de Rio Mau

Data	Designação		
	Abade/Reitor	Clérigo(s)	Capelão
1179	Vermudo Godinho		
1220	João Fernandes		
1258	? ²⁶⁸	Pedro Peres	
1284	Pedro Peres	Domingos Domingues Domingos Esteves Simão Peres Martim Martins	
1311 1320	Domingos Peres		Domingos Martins
1333		Estêvão Durães Estêvão Durães	
1375 1378 1381 1390 1392 1399	Afonso Martins		
		Martim Anes	
		Martim Anes	
1405 1435	Fernão Gonçalves		

2.1.3. - S. Pedro de Ferreira

Sobre S. Pedro de Ferreira têm-se gerado alguns equívocos. Frei Nicolau de Santa Maria diz que foi mosteiro de cónegos regrantes até 1475, altura em que o papa o anexou e uniu à mesa pontifical da Sé do Porto²⁶⁹. Esta tem sido, de uma forma geral, a opinião aceite e veiculada pelos mais diversos autores em relação a esta instituição. Na base dessa tese está o facto de este instituto surgir recorrentemente indicado na documentação como mosteiro, incluindo o documento que dá conta da anexação à Mitra do Porto. Examinemos então os dados de que dispomos sobre esta comunidade:

Em 1293 foi feito um contrato entre o bispo do Porto, D. Vicente Mendes (1261-1295), e o abade de S. Pedro de Ferreira, D. Durando Pais, que em conjunto com os restantes clérigos desse mosteiro cedeu ao bispo os direitos de padroado da igreja de Santa Maria de Válega em troca da isenção de pagamento de direitos e réditos que o bispo tinha a receber de algumas igrejas de S. Pedro de Ferreira²⁷⁰. E se esta simples referência ao abade levanta logo dúvidas por não ser esse o tratamento dado ao superior hierárquico das comunidades de cónegos regrantes de Santo Agostinho, o facto de em

²⁶⁸ A igreja tinha abade mas este encontrava-se ausente.

²⁶⁹ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XIII, p.335.

²⁷⁰ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, pp. 249-251,350,632; Real, Manuel Luís, “A igreja de S. Pedro de Ferreira: um invulgar exemplo de convergência estilística”, in *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*, Vol. I, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, p.252.

1294 surgir a referência a um cônego deste mosteiro²⁷¹ poderia, aparentemente, resfriar essas dúvidas quanto ao tipo de comunidade em presença.

Estas indicações, isoladamente, não são, por si só, suficientes para esclarecer se já era uma colegiada ou ainda um mosteiro com vida comunitária, embora os indícios já apontem para a primeira hipótese. Em 1302 D. Beringeira ou Beringária Aires, uma descendente dos padroeiros de S. Pedro de Ferreira, fez doação ao bispo do Porto, D. Geraldo (1300-1308), de todos os direitos e jurisdições que aí detinha²⁷² e não doação do mosteiro como por vezes, erroneamente, se tem escrito.

Mas a dúvida persiste, ainda havia comunidade monástica? Ter-se-á mantido até finais do século XIII ou inícios do séc. XIV e sido extinto o cenóbio e convertido em simples igreja secular ou numa colegiada? Na listagem das igrejas do reino taxadas em 1320 não há qualquer indicação ao mosteiro de S. Pedro de Ferreira mas sim à igreja que foi taxada em 200 libras e o comum dos seus raçoeiros em 100 libras²⁷³ pelo que daqui se depreende que já era uma abadia e colegiada.

A inquirição afonsina parece corroborar esta possibilidade uma vez que a 5 de Outubro de 1336 D. Afonso IV confirmava a jurisdição cível que Pedro Anes, abade da igreja de Ferreira, no julgado de Aguiar de Sousa, detinha no couto que havia em redor dessa igreja²⁷⁴.

Este documento, mais uma vez não faz qualquer alusão ao mosteiro. O mesmo Pedro Anes, a 18 de Março de 1342, continua a ser identificado como “abbade de Ferreyra”²⁷⁵, aparecendo num outro documento do Censual com a mesma intitulação e a indicação de que era cônego da Sé do Porto²⁷⁶. A 16 de Maio de 1351 era reitor da igreja paroquial de S. Pedro de Ferreira Diogo Afonso a quem o papa Clemente VI prometia o lugar de Rodrigo Gonçalves na igreja colegiada de S. Martinho de Cedofeita,

²⁷¹ Trata-se de Pedro Martins, identificado como cônego do mosteiro de Ferreira a 18 de Janeiro de 1294, dia em que é apresentado por Fernão Peres de Barbosa para a igreja de Lovegilde, que entretanto, vagara, num processo complexo de copadroeiros envolvendo também o mosteiro de Arouca (cf. Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, 1942, pp.176-177). Do dia 23 desse mesmo ano e mês conhece-se uma outra referência a “Pero Martiz coonigo do moesteiro de Ferreira” (cf. Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.26vº).

²⁷² *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp. 332-642; Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto – Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do concílio de Trento*, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1973, pp. 127-128; Mattoso, José; Krus, Luís; Andrade, Amélia Aguiar, “Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias”, in *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*, Vol. I, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, p.220; Real, Manuel Luís, “A igreja de S. Pedro de Ferreira ...”, 1986, p.253.

²⁷³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.95.

²⁷⁴ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV*, Vol. II (1336-1340), 1992, pp.109-111 (Doc.53).

²⁷⁵ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, p.460.

²⁷⁶ Ai se diz “Petrus Ihoannis Abbas Monasterii de fferraria et canonicus noster” (cf. *ibidem*, p.513).

assim que vagasse²⁷⁷. A 23 de Março de 1379 Gonçalo Domingues era abade secular da igreja da colegiada de S. Pedro de Ferreira²⁷⁸. A 9 de Fevereiro de 1422 há uma súplica dirigida a Martinho V por João Rodrigues do Casal, porcionário perpétuo da igreja secular de S. Pedro de Ferreira e filho de um presbítero da Ordem de Santo Agostinho e de mulher solteira, que solicita ao papa dispensa para ser provido em ordens sacras e obter benefícios eclesiásticos, solicitando a igreja de S. Félix de Belinho da diocese de Braga²⁷⁹.

Em documento datado de 9 de Janeiro de 1434 há referência a 2 casais do “moesteyro de Ferreira” localizados na região de Viseu²⁸⁰, surgindo aqui mais uma vez a referência ao “mosteiro” mas que tem de ser entendida como uma força terminológica e não um elemento inequívoco da existência de um mosteiro com comunidade conventual²⁸¹. A 1 de Dezembro de 1434 João Beliágua era abade da “collegiate ecclesie Sancti Petri de Ferreira Portugalensis diocesis”²⁸², cargo que ainda ocupava a 10 de Outubro de 1435, embora pretendesse por súplica desse mesmo dia um canonicato na Sé da Guarda o que fez com que se posicionasse logo João do Sem, doutor em Leis e clérigo de Lisboa, solicitando para si a futura vaga da colegiada de S. Pedro de Ferreira²⁸³. O certo é que não deverá ter obtido resposta renovando essa solicitação a 21 de Agosto de 1437²⁸⁴, pedido que foi prontamente atendido por Eugénio IV (1431-1447) que nesse mesmo dia expediu a bula atribuindo-lhe o deado da Guarda²⁸⁵, sendo até essa altura abade da Colegiada de S. Pedro de Ferreira. De 18 de

²⁷⁷ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. I (1288-1377), Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1966, p.194 (doc.181).

²⁷⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.41.

²⁷⁹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. III (1409-1430), 1969, pp.222-223 (doc.780); *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp.449-450 (doc.628). A 10 de Março de 1423 este mesmo João Rodrigues do Casal volta a solicitar benefícios eclesiásticos (cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. III (1409-1430), 1969, p.251 (doc.800).

²⁸⁰ *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo I (1433-1435), 1998, p.223 (Doc.453).

²⁸¹ Conhecemos vários exemplos em que tal ocorre. Desde logo um caso muito semelhante, e como já tivemos oportunidade de verificar, é o de S. Cristóvão de Rio Mau também frequentemente referenciado como mosteiro quando, efectivamente, não o era, pelo menos à luz dos nossos padrões de avaliação. Outros casos que poderão servir para exemplificar esta situação são os dos mosteiros de Requião e de Banho. Quanto ao mosteiro regente de Requião, apesar de extinto na primeira metade do séc. XV ainda surge a referência a 12 de Dezembro de 1511 à “freyguesya do mosteyro de Ryquiam termo de Barcellos” (cf. Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.197), enquanto que o de Banho, extinto em 1441 continua a ser identificado como mosteiro ao longo da segunda metade do séc. XV (cf. Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.728).

²⁸² *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. IV (1431-1445), 1970, p.78 (doc.1004).

²⁸³ *Idem*, Vol. IV (1431-1445), 1970, pp.100-102 (docs.1027-1028).

²⁸⁴ *Idem*, Vol. IV (1431-1445), 1970, pp.168-169 (doc.1088).

²⁸⁵ *Idem*, Vol. IV (1431-1445), 1970, p.169 (doc.1089).

Setembro de 1459 temos uma súplica de Afonso Lourenço, sacerdote de Évora e bacharel em Teologia, sobre a igreja da colegiada de S. Pedro de Ferreira²⁸⁶.

Em 1475, por solicitação do bispo do Porto, D. João de Azevedo (1465-1495), foi passada bula pelo papa Sixto IV (1471-1484) que extinguiu o “mosteiro” de S. Pedro de Ferreira, anexando-o à mesa pontifical do Porto²⁸⁷. Mais uma vez aqui a utilização da expressão acabou por ser geradora de equívocos a propósito da história da instituição, parecendo-nos, inquestionável que durante os séculos XIV e XV S. Pedro de Ferreira não foi uma canónica regrante, mas sim colegiada. Tal não obsta que em momento anterior não tenha sido um mosteiro de cónegos Regrantes de Santo Agostinho, de resto a tradição parece apontar nesse sentido, mormente no século XIII, muito provavelmente entre 1258 e 1293²⁸⁸.

Igrejas da jurisdição de S. Pedro de Ferreira

S. Pedro de Ferreira teve a seu cargo o padroado das igrejas de S. Tiago de Modelos e parte do padroado da igreja de S. Salvador de Penamaior a quem foi anexada, no século XVI, a igreja de S. Salvador de Meixomil²⁸⁹ e a de Santa Eulália de Soverosa²⁹⁰.

²⁸⁶ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. VI (1456-1470), 1974, p.135 (doc.1907).

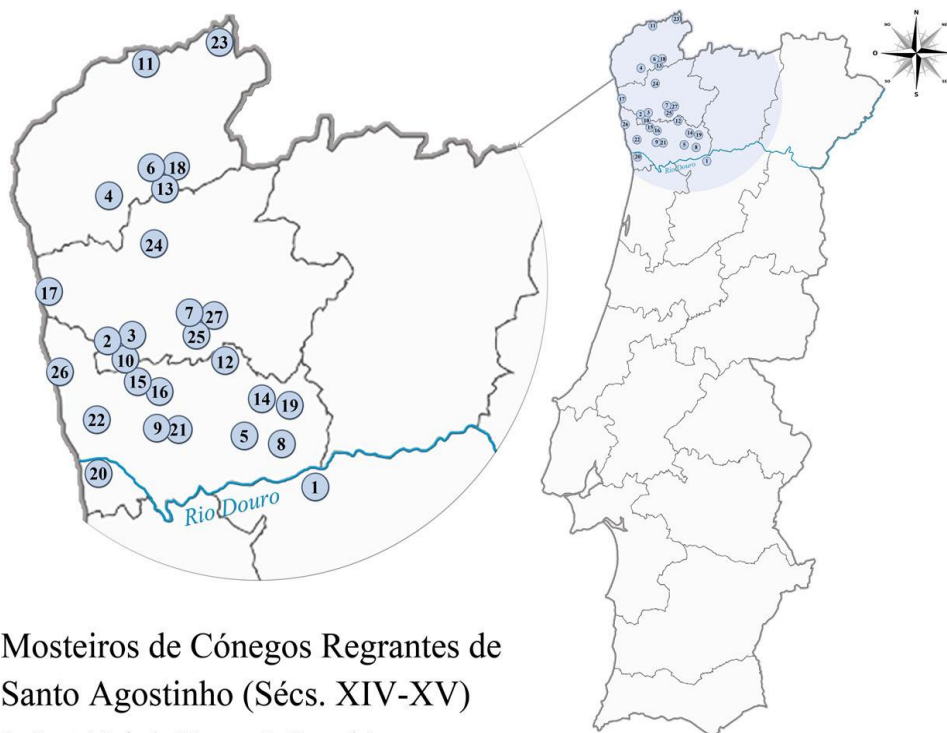
²⁸⁷ Cunha, D. Rodrigo da, *Catálogo e Historia dos Bispos do Porto*, Porto, 1623, II parte, p.179, p. 266; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XIII, p.335; Florez, Fr. Henrique, *Espana Sagrada*, Tomo XXI, 2ª ed., Madrid, En la Oficina de La Viuda é Hijo De Marin, 1797, pp.168-169; Ferreira, Cónego José Augusto, *Memorias Archeologico-historicas ...*, Tomo II, 1924, p.52; *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Vol. VII – A igreja de S. Pedro de Ferreira*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1937, pp.16-17; Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censal da Mitra do Porto ...*, 1973, p.128; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XIII, p.335; Florez, Fr. Henrique, *Espana Sagrada*, Tomo XXI, 2ª ed., Madrid, 1797, pp.168-169.

²⁸⁸ *Ordens Religiosas em Portugal ...*, 2005, p.202. Esta questão, bem como o historial da instituição, é também explanada no *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Vol. VII – A igreja de S. Pedro de Ferreira*, 1937, pp.9-17, embora aí seja veiculada uma visão diferente da que temos e que se insere na perspectiva da tese tradicional de estarmos perante um mosteiro de cónegos regrantes até 1475, no entanto a argumentação aí utilizada apresenta algumas inexactidões e tem de ser analisada com cuidado.

²⁸⁹ Mattoso, José; Krus, Luís; Andrade, Amélia Aguiar, “Paços de Ferreira na Idade Média...”, Vol. I, 1986, p.228.

²⁹⁰ Real, Manuel Luís, “A igreja de S. Pedro de Ferreira ...”, 1986, p.252.

Carreando certezas...



Mosteiros de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (Sécs. XIV-XV)

- 1 - Santa Maria de Cárquere (c. Resende);
- 2 - Santa Maria de Landim (c. Vila Nova de Famalicão);
- 3 - Santa Maria de Oliveira (c. Vila Nova de Famalicão);
- 4 - Santa Maria de Refóios de Lima (c. Ponte de Lima);
- 5 - Santa Maria de Vila Boa do Bispo (c. Marco de Canaveses);
- 6 - Santa Maria de Vila Nova de Muia (c. Ponte da Barca)
- 7 - Santa Marinha da Costa (c. Guimarães);
- 8 - Santo André de Ancede (c. Baião);
- 9 - Santo Estêvão de Vilela (c. Paredes);
- 10 - São Cristóvão/Silvestre de Requião (c. Vila Nova de Famalicão);
- 11 - São João de Longos Vales (c. Monção);
- 12 - São Martinho de Caramos (c. Felgueiras);
- 13 - São Martinho de Crasto (c. Ponte da Barca);
- 14 - São Martinho de Mancelos (c. Amarante);
- 15 - São Miguel de Vilarinho (c. Santo Tirso);
- 16 - São Pedro de Roriz (c. Santo Tirso);
- 17 - São Salvador de Banho (c. Barcelos);
- 18 - São Salvador de Bravães (c. Ponte da Barca);
- 19 - São Salvador de Freixo (c. Amarante);
- 20 - São Salvador de Grijó (c. Vila Nova de Gaia);
- 21 - São Salvador de Lordelo (c. Paredes);
- 22 - São Salvador de Moreira da Maia (c. Maia);
- 23 - São Salvador de Paderne (c. Melgaço);
- 24 - São Salvador de Valdreu (c. Vila Verde);
- 25 - São Salvador do Souto (c. Guimarães);
- 26 - São Simão da Junqueira (c. Vila do Conde);
- 27 - São Torcato (c. Guimarães);

2.2. Diocese de Braga

2.2.1. - Santa Maria de Landim (c. Vila Nova de Famalicão)

Landim foi, entre as canónicas regrantes, e no período medieval, indiscutivelmente, um dos mosteiros mais importantes da diocese de Braga.

Um desses indicadores é-nos dado pelo facto de o seu património ser dos poucos que tem uma implantação supra local. Através das inquirições de 1284 detectam-se casais de Landim a sul do Douro, na aldeia de Chã de Jusã e Junqueira de Jusã, na aldeia de Padrastos, freguesia de Santa Maria de Macieira, na aldeia de Lordelo e na aldeia de Armental e Codal, da freguesia de Santiago de Codal, tudo localidades situadas numa região de influência geográfica de mosteiros como Grijó, Paço de Sousa, Arouca, Pedroso e S. Martinho de Cucujães²⁹¹.

Um outro indicativo que ajuda a avaliar a grandeza e o reconhecimento devotado à instituição é, naturalmente, o volume de doações que o mosteiro recebe e a proveniência social dos beneméritos, e neste particular pode dar-se como exemplo o facto de Landim ter sido contemplado no testamento do bispo do Porto, D. Sancho Pires (1296-1300), lavrado a 21 de Dezembro de 1288, com 105 morabitinos, dos quais 100 velhos, sendo os restantes cinco para dizer missas pela sua alma bem como uma de aniversário²⁹².

A possessão de um vasto património fundiário aliado a uma inevitável boa gestão faziam com que Landim fosse dos mosteiros regrantes do Norte do país com melhor situação económica no primeiro quartel do séc. XIV como facilmente se depreende da taxação de 1435 libras que lhe foram aplicadas em 1320²⁹³.

Não sabemos se dentro dessa linha de gestão e como medida preventiva contra a interferência de poderosos, ou se em consequência de abusos praticados no couto do mosteiro, o meirinho de Entre Douro e Minho, Fernão Rodrigues, surge a 21 de Março de 1315, a solicitar a Geraldo Esteves, tabelião de Guimarães o traslado de duas cartas

²⁹¹ *Portugaliae Monumenta Histórica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita, Nova Série. Vol.III: Inquisitiones - Inquirições Gerais de D. Dinis (1284)*, introdução, leitura e índices por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2007, pp.28,45-46.

²⁹² *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp. 439, 666. Na transcrição do documento a data que aparece é “XII Kalendas Decembris Era M^a CCC^a II^o” (p.442), o que daria 21 de Dezembro de 1294, data que seria anacrónica uma vez que D. Sancho Pires nessa altura ainda não era bispo do Porto e no testamento intitula-se como tal. De qualquer modo deverá ter sido uma falha tipográfica uma vez que no “Índex” é indicada a Era de 1336 (p.666), ou seja ano de 1298.

²⁹³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

referentes à doação e renúncia de vários indivíduos a quaisquer direitos de bens do couto do mosteiro, a primeira celebrada em 1177 e a segunda em 1225²⁹⁴.

Ainda a propósito dos coutos do mosteiro existem duas sentenças régias de Fevereiro de 1336, uma do dia 4 e outra do dia 8, ambas do mesmo teor e proferidas por D. Afonso IV²⁹⁵, respeitantes à inquirição efectuada aos coutos de Landim e Palmeira, pertencentes ao mosteiro de Santa Maria de Landim, provando-se que a jurisdição do crime era do rei, no caso específico da alçada directa do juiz de Vermoim, enquanto que a jurisdição cível se manteve em posse do mosteiro²⁹⁶. De resto a questão dos limites do couto de Landim provocou, ao longo do tempo, várias divergências com o mosteiro de Santo Tirso²⁹⁷. Curiosamente, já no séc. XVI e sendo D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, o comendatário de Santo Tirso e Landim, vai solicitar cópia dos documentos que se guardavam na Torre do Tombo, referentes aos coutos dos dois mosteiros²⁹⁸.

A 28 de Outubro de 1360 D. Pedro confirma os privilégios do mosteiro de Landim²⁹⁹. D. João I também confirmou, a 12 de Novembro de 1385, todos os privilégios, foros liberdades e bons costumes de que sempre o mosteiro usara³⁰⁰. O priorado de Landim, por força desses mesmos rendimentos, era bastante apeteçível, surgindo o clérigo João Peres, da diocese de Braga, escolar em Gramática a solicitar a Clemente VII, a 18 de Novembro de 1378, a reserva do priorado do mosteiro landinense³⁰¹.

Pouco tempo depois, em Dezembro de 1378 é João, reitor dos estudantes do Estudo Geral de Lisboa, quem solicita ao antipapa Clemente VII diversos benefícios

²⁹⁴ IAN/TT – Gaveta I, M.1, Doc.8.

²⁹⁵ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV*, Vol. II (1336-1340), 1992, pp.12-15 (Doc.6); 164-166 (Doc.72). Apesar de algumas variações os textos dos dois documentos são muito idênticos.

²⁹⁶ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV*, Vol. II (1336-1340), 1992, pp.12-15 (Doc.6); 164-166 (Doc.72); Marques, José, “D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais”, 1990, pp. 1538-1539.

²⁹⁷ Barroca, Mário Jorge, “A cruz do lugar das Marcas ...”, 2006, p.149.

²⁹⁸ Correia, Fernando Carvalho, *O mosteiro de Santo Tirso: o perfil jurisdicional dos seus abades*, pp.576-578.

²⁹⁹ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, p.188 (Doc. 476).

³⁰⁰ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. I – Tomo 3, 2005, p.78. Esta carta de confirmação encontra-se publicada por Correia, Fernando Carvalho, *O mosteiro de Santo Tirso: o perfil jurisdicional dos seus abades*, p.578, com a vantagem em relação à que figura na *Chancelaria* por ter o texto completo e dispondo de todos os dados da data, enquanto a outra se conserva apenas sob forma abreviada.

³⁰¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.27. A solicitação da reserva do priorado bem como a postura do clérigo têm de ser devidamente entendidas e enquadradas na questão do Cisma, tratando-se de um assumir de partido e de demarcação de posições, neste caso a favor do antipapa, acabado de ser eleito a 20 de Setembro de 1378 (sobre esta questão do Cisma e as suas repercussões em Portugal veja-se o estudo de Costa, António Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-1 (*A península ibérica e o cisma do Ocidente: Repercussão do cisma na nacionalidade portuguesa do século XIV e XV*), Editorial Franciscana, 1982, ou a síntese de Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 1994, pp.92-94).

para os estudantes incluindo-se nesse rol João Peres, o tal clérigo da diocese de Braga e escolar em gramática, para quem pede benefício em Santa Maria de Landim³⁰².

A 2 de Março de 1405 o arcebispo de Braga, D. Martinho Afonso (1398-1416), encontrava-se no mosteiro de Landim de onde expediu a carta de confirmação de Rodrigo Diogo para pároco de Santa Maria de Ribeiros, da terra de Monte Longo, aí apresentado face ao falecimento do seu último reitor, Vicente Esteves³⁰³.

No dia 21 de Agosto de 1418 o mosteiro de Landim acolheria novo arcebispo³⁰⁴, desta feita, D. Fernando da Guerra que aí reuniu com o clero de Ambas as Aves³⁰⁵.

De entre os mosteiros de cónegos regantes de Santo Agostinho, o de Santa Maria de Landim foi dos que mais tempo conseguiu resistir à entrada de comendatários, sendo o primeiro, pelo menos documentalmentemente confirmável, D. Diogo de Azevedo, de quem já há notícia a 27 de Fevereiro de 1501³⁰⁶, sendo que o seu ingresso no priorado não deverá ter ocorrido em data muito anterior. Além deste detiveram a comenda D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, o seu sobrinho, D. António da Silva e ainda o cardeal Alexandre Farnese³⁰⁷.

Com o falecimento do comendatário arrendatário D. António da Silva, em Setembro de 1561, o rei, ou melhor, aqueles que em seu nome governavam³⁰⁸, pretendiam que os mosteiros de Landim e Santo Tirso ficassem livres de forma a dar continuidade às reformas entretanto iniciadas e proverem aí pessoas da sua confiança³⁰⁹. O problema é que o comendatário que detinha as duas instituições, o cardeal D. Alexandre Farnese ou Farnésio, não pretendia renunciar à comenda seguindo-se por isso em finais de 1561 e início de 1562 um arrastar do processo que esbarrava nas pretensões intransigentes das partes, por isso sem grandes desenvolvimentos³¹⁰.

Em 1562 um cónego do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Filipe Pegado, encontrando-se em Roma, conseguiu convencer o cardeal comendatário de Landim,

³⁰² *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. II (1377-1408), 1968, p.49 (doc.314).

³⁰³ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.4.

³⁰⁴ Marques José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra ...*, 1978, p.34.

³⁰⁵ Sá, Padre Augusto Carneiro de, “O mosteiro de Santa Maria de Landim”, in *Boletim Cultural*, Nº2 (Junho de 1981), Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p.98.

³⁰⁶ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.11; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, pp.69-70.

³⁰⁷ Sobre estes priores consulte-se as respectivas notas biográficas que lhe são dedicadas, e que se encontram em Anexo, onde se aborda de forma mais aprofundada a sua acção à frente da instituição.

³⁰⁸ Convém não esquecer que D. Sebastião nasceu em 1554, e com o falecimento de D. João III, em 1557, e face à sua menoridade, ficou a governar D. Catarina, assumido posteriormente a regência (em 1562) o cardeal D. Henrique.

³⁰⁹ *Corpo Diplomático Portuguez...*, Tomo IX, 1886, p.339.

³¹⁰ *Ibidem*, Tomo IX, 1886, pp.383-384, pp.405-406.

Alexandre Farnésio, a renunciar à comenda de forma a integrar o mosteiro na Congregação de Santa Cruz³¹¹. O próprio Filipe Pegado assumiu o priorado do mosteiro entre 1563 e 1567 ano em que Pio V emitiu o breve da união de Landim à Congregação, tomando posse corporal do mosteiro o prior geral da Congregação D. Jorge Barbosa a 6 de Agosto de 1567³¹². Curiosamente, os cônegos aí existentes, senão a totalidade, pelo menos cinco deles, não aceitaram a reforma, sendo-lhes atribuída uma pensão anual como revela o texto da visitação aí efectuada em 1568³¹³.

Igrejas do padroado do mosteiro de Landim:

2.2.1.1. - Igreja de Val-Cruoso – O mosteiro de Landim exercia o direito de padroado nesta igreja, localizada na Terra de Refóios, como revela o catálogo das igrejas de 1320-1321, informando ainda que lhe foi aplicada uma taxaço de 10 libras³¹⁴.

2.2.1.2. - Santa Maria de Guardizela (c. Guimarães) – Igreja do padroado do mosteiro de Landim. Trata-se de uma igreja com bons rendimentos, isto a avaliar pelas 75 libras que lhe foram aplicadas em 1320-132, como revela o inventário das igrejas³¹⁵. A 20 de Setembro de 1479 era abade de “Gradisella” João Afonso³¹⁶. Trata-se de um cônego da Colegiada de Santa Maria de Oliveira, que já tinha falecido a 19 de Agosto de 1493, revelando-se aí que vivia na Rua Nova do Muro e que tinha feito uma doação verbal aos clérigos do coro da Colegiada de 150 reais por ano com obrigação de celebração perpétua de três missas³¹⁷.

João Fernandes, cônego de Landim, também foi abade de Guardizela, pelo menos na primeira parte da década de cinquenta do século XVI tendo renunciado em data anterior a 6 de Março de 1555, dia em que o papa Paulo IV (1555-1559) confirmou no cargo Mateus Fernandes, estudante em Salamanca, provisão que o pontífice concedia apenas dessa vez em virtude da reserva à Sé Apostólica de todos os benefícios curados e não curados, uma vez que a apresentação pertencia ao mosteiro de Landim³¹⁸.

³¹¹ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VII, p.303; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.45; Sá, Padre Augusto Carneiro de, “O mosteiro de Santa Maria de Landim”..., p.108; Castro, Maria de Fátima, *O mosteiro de Landim: contributos para o estudo da propriedade eclesiástica*, Edição da Autora, 1995, p.78.

³¹² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.46.

³¹³ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquerito à vida dos mosteiros ...”, 1987, p.172.

³¹⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.95.

³¹⁵ *Idem, Ibidem*, vol. IV, 1971, p.104.

³¹⁶ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°318.

³¹⁷ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°337.

³¹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14-A, M.4, N°76.

2.2.1.3. - Santa Marinha de Ceide / Santa Marinha de Landim / Santa Marinha do Couto de Landim / Santa Marinha de Riba de Pel³¹⁹ - Igreja do padroado do mosteiro de Landim. O catálogo das igrejas de 1320-1321 revela que esta igreja estava sujeita ao mosteiro de Landim, tendo-lhe sido aplicada uma taxaço de 10 libras³²⁰. A 6 de Setembro de 1427 foi confirmado como pároco da igreja de Santa Marinha de Ceide o cónego e prior claustral de Landim³²¹. Esta igreja acabou por ser anexada ao mosteiro de Landim como revelam registos de 1528 e 1551³²².

2.2.1.4. - Santo André de Sobradelo / Santo André do Sobrado³²³ (fr. Aves, c. Santo Tirso) - Igreja do padroado do mosteiro de Landim. A taxaço estipulada para esta igreja no arrolamento de 1320-1321 saldou-se nas 30 libras³²⁴. A 7 de Maio de 1401 foi confirmado como pároco da igreja de Santo André de Sobradelo Frei Bartolomeu Esteves, cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim³²⁵. A 20 de Julho de 1462 foi anexada a Landim a igreja de Santo André de Sobrado por ser pobre, não ter abade e ter poucos fregueses³²⁶.

2.2.1.5. - Santo Estêvão de S. Fins / Sanfins de Riba de Ave³²⁷ (c. Vila Nova de Famalicão) – Igreja do padroado do mosteiro de Landim. Em 1400 o abade desta igreja

³¹⁹ Trata-se de uma freguesia que foi incorporada na de Landim e era conhecida na Idade Média sob estas diferentes formas como revela Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, pp.36, 621.

³²⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

³²¹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.43; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.740.

³²² Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.36.

³²³ Esta freguesia foi incorporada na da Vila das Aves tendo anteriormente pertencido ao concelho de Barcelos, de resto Leal, Augusto Soares d'Azevedo de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno...*, vol.9, 1880, p.409, confirma os direitos de padroado de Landim nesta igreja ao dizer que "O prior do mosteiro dos conegos regrantes de Santo Agostinho (cruzios) de Landim, apresentava o cura, que tinha 30\$000 réis de congrua e o pé d'altar".

³²⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.104.

³²⁵ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.740.

³²⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.226; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.279; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.86.

³²⁷ Esta freguesia foi fundida com a de Santo Estêvão de Natal e, posteriormente, incorporadas na freguesia de S. Pedro do Bairro, do actual concelho de Famalicão (cf. Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, pp.34, 40).

era um cónego de Santa Maria de Landim³²⁸. A 31 de Julho de 1430 foi confirmado nesta igreja o cónego Vicente Martins do mosteiro de Landim³²⁹.

2.2.1.6. - São Bartolomeu de Vale Ervosa³³⁰ (c. Vila Nova de Famalicão) – Igreja do padroado do mosteiro de Landim. A 16 de Janeiro de 1264 o mosteiro, representado pelo prior D. Pedro, e o bispo do Porto, D. Vicente Mendes (1261-1296), chegam a acordo quanto à forma de apresentação de pároco nesta igreja, cabendo ao prior de Landim apresentar aí um cónego regrante do seu mosteiro, e ao bispo a respectiva confirmação³³¹. A igreja de S. Bartolomeu surge taxada, no ano de 1320, em 25 libras³³² e, em 1568, ainda é referenciada, enquanto igreja de S. Bartolomeu da Lagoncinha, como estando anexa à mesa abacial do mosteiro de Landim³³³.

2.2.1.7. - S. Martinho de Sequeiró (c. Santo Tirso) – Igreja do padroado do mosteiro de Landim. Esta igreja foi taxada, em 1320, em 25 libras³³⁴. A 4 de Abril de 1494 era abade da igreja de Sequeiró Afonso Anes, cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim³³⁵.

2.2.1.8. - São Miguel de Ceide (c. Vila Nova de Famalicão) – Igreja do padroado do mosteiro de Landim. Em 1320 a igreja de S. Miguel de Ceide foi taxada em 20 libras³³⁶. Aí não lhe é feita qualquer menção como sendo do padroado de Landim, de qualquer modo é de admitir que já o integrasse nessa data.

2.2.1.9. - São Miguel de Lama / São Miguel de Landim (c. Santo Tirso) – Igreja do padroado do mosteiro de Landim. Segundo o catálogo das igrejas de 1320-1321 foi-lhe

³²⁸ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.34.

³²⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.27; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.738,740; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.97.

³³⁰ A paróquia de S. Bartolomeu de Ervosa mudou de nome em 1542 para S. Bartolomeu da Lagoncinha, acabando por se extinguir ainda no séc. XVI (cf. Barroca, Mário Jorge, “A cruz do lugar das Marcas ...”, Vol. 4, 2006, pp.149-150 (nota 42).

³³¹ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp. 344-345; Ferreira, Cónego José Augusto, *Memorias Archeologico-historicas da cidade do Porto (Fastos Episcopales e Politicos) Séc. VI-Sec. XX*, Tomo I, Braga, Livraria Cruz, 1923, p.252.

³³² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.104.

³³³ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros...”, 1987, p.172.

³³⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

³³⁵ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.8.

³³⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

aplicada uma taxa de 50 libras³³⁷. A 4 de Abril de 1461 o seu abade era João Fernandes, cónego regente do mosteiro de Landim³³⁸. Em 1475 João Fernandes ainda se mantinha à frente desta igreja³³⁹. Em 1528 esta igreja continua a ser referenciada como sendo da apresentação do mosteiro de Landim³⁴⁰.

2.2.1.10. - São Salvador de Bente (c. Vila Nova de Famalicão) - Igreja do padroado do mosteiro de Landim. Era do padroado de Landim pelo menos no primeiro quartel do séc. XIII³⁴¹. Desconhecemos a situação posterior, de qualquer forma o catálogo das igrejas de 1320-1321 não adianta qualquer informação a este respeito, indicando apenas que foi taxada em 45 libras³⁴². A 9 de Junho de 1390 o abade de “Beente” era Gonçalo Pires³⁴³. A 27 de Setembro de 1481 era abade da igreja de Bente, Frei Fernando³⁴⁴ que supomos ser cónego do mosteiro de Landim.

2.2.2. - Santa Maria de Oliveira (c. Vila Nova de Famalicão)

O mosteiro de Santa Maria de Oliveira localizava-se numa zona de forte implantação monástica, partilhando espacialmente o seu território de influência com diversos institutos religiosos, nomeadamente Santo Tirso, Vilarinho, Roriz, Requião e Landim, situando-se o seu património essencialmente na faixa Norte da bacia do rio Ave com uma maior concentração nas freguesias contíguas ao mosteiro³⁴⁵.

Não significa isso que Santa Maria de Oliveira não detivesse património em zonas mais distantes, de resto a 10 de Abril de 1299, Pedro Anes Coelho e D. Margarida, doaram ao mosteiro e ao seu prior, Fernão Peres Coelho, a quem os unia laços familiares, três casais em terra de Vieira, para remissão das suas almas³⁴⁶. O mosteiro

³³⁷ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.104.

³³⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 4, fl.12; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas dos Ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588)*, Tomo I, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 2002, p.331.

³³⁹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.949 (nota 892).

³⁴⁰ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.35.

³⁴¹ Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, pp.86-87.

³⁴² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

³⁴³ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, Nº175.

³⁴⁴ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.7.

³⁴⁵ Bastos, Maria Rosário da Costa *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, pp.87,89-91.

³⁴⁶ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, Doc.3; Maria, Frei Nicolau de Santa, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.317; Costa, António Carvalho da, *Corografia ...*, Tomo I, 2ª ed., 1868, p.291; Leal, Augusto Soares d’Azevedo de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno...*, vol.6, 1875, p.254; Bastos, Maria Rosário da Costa *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, pp. 54-55.

chegou a possuir, inclusivamente, património em Leiria, que acabaria por vender a 5 de Julho de 1315³⁴⁷. Ainda fora desse perímetro local encontram-se os bens localizados nos actuais concelhos de Ribeira de Pena, Guimarães, Barcelos, Maia e Vila do Conde³⁴⁸, de resto nesta última localidade contavam-se, entre as suas propriedades, casas, as quais o foral manuelino de Vila do Conde, datado de 1516, isenta do pagamento de ferrolho³⁴⁹, imposto que recaía sobre esses bens.

No início do século XIV o mosteiro apresenta uma relativa saúde económica, uma vez que em 1320 foi taxado em 500 libras³⁵⁰. Contributo sempre importante para a robustez económica dos mosteiros eram as doações e Santa Maria de Oliveira foi contemplado com importantes dádivas ao longo da primeira metade da centúria, nomeadamente em 1330³⁵¹, cerca de 1340³⁵² e 1348³⁵³.

A 27 de Fevereiro de 1336, e no seguimento da inquirição que D. Afonso IV mandou fazer sobre o couto do mosteiro, o rei reconhecia que a instituição deveria continuar a exercer a jurisdição cível no seu couto³⁵⁴. De resto, Santa Maria de Oliveira exerceria essa jurisdição cível até ao reinado de D. João III³⁵⁵, mesmo depois de já D. Manuel I, em 1507, ter feito uma tentativa para retirar essa prerrogativa à instituição³⁵⁶.

E se as relações com o poder régio parecem não ter sido marcadas por grandes atribuições, já com a Sé de Braga nem sempre foram pacíficas é que por volta de 1380, houve um grave conflito entre o bispo de Braga, D. Lourenço Vicente (1374-1397), e o prior de Oliveira, D. João Esteves, vendo o mosteiro as rendas da mesa prioral serem confiscadas durante um ano, tudo porque o prior não cumpriu o estabelecido nas

³⁴⁷ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, n.7.

³⁴⁸ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, pp.88-89.

³⁴⁹ Neves, Joaquim Pacheco, *O mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1982, p.250 (doc.5).

³⁵⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

³⁵¹ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.59.

³⁵² Trata-se de uma doação que Domingos Martins, abade de Castelões, fez ao mosteiro da sua quinta de Vila Pouca e dos campos de Real que deverá ter ocorrido por volta de 1340 (cf. Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.318; Leal, Augusto Soares d’Azevedo de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno...*, vol.6, 1875, p.254).

³⁵³ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, n.11.

³⁵⁴ *Chancelarias Portuguesas - D. Afonso IV*, vol. II (1336-1340), 1992, pp. 22-25. Esta carta de D. Afonso IV encontra-se também publicada por Bastos, Maria Rosário da Costa, “Privilégios jurisdicionais...”, 1997, pp. 136-137. O documento publicado por esta Autora é proveniente do cartório de Santa Cruz de Coimbra e apresenta pequenas variações em relação ao que integra a *Chancelaria* de D. Afonso IV, sendo a mais significativa o facto de no texto da Chancelaria o representante do mosteiro ser Vicente Anes, cónego regente de Oliveira enquanto que no documento transcrito por Maria Rosário da Costa Bastos, aparece Vicente Luís, cónego do mosteiro de Landim.

³⁵⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.143; Bastos, Maria Rosário da Costa, “Privilégios jurisdicionais...”, 1997, p.134.

³⁵⁶ Bastos, Maria Rosário da Costa, “Privilégios jurisdicionais...”, 1997, pp. 133, 139-140.

constituições sinodais de 1374³⁵⁷. Após este desentendimento tudo se normalizou entre as instituições. De resto o seu sucessor, o prior Afonso Esteves deslocou-se a Braga para assistir ao sínodo diocesano de D. Martinho Afonso Pires da Charneca (1398-1416) que teve lugar a 15 de Novembro de 1398³⁵⁸. Parece verificar-se, inclusivamente, um estreitamento das relações entre a Sé e o mosteiro como indica o facto de, a 22 de Agosto de 1425, o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, se encontrar no mosteiro de Oliveira³⁵⁹, onde confirmou Vicente Anes cónego desse cenóbio, na igreja de S. Pedro de Pedome (c.Famalicão), igreja cuja apresentação competia ao bispo de Braga³⁶⁰.

A esta aproximação não serão certamente alheias as disputas entre D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga e D. Afonso, conde de Barcelos e futuro duque de Bragança³⁶¹. E convém não esquecer que Santa Maria de Oliveira localizava-se justamente no julgado de Vermoim, território que integrava o condado de Barcelos e que D. João I tinha dado ao referido D. Afonso, a 8 de Novembro de 1401³⁶². De resto e por força dessa situação o prior Gonçalo Anes solicitou e conseguiu que D. Afonso, conde de Barcelos, lhe reconhecesse e desembargasse, a 7 de Outubro de 1412, a jurisdição que o mosteiro tinha no seu couto, com D. Martim Gomes, ouvidor do conde, a dar conta dessa decisão aos juizes de Barcelos, entidades perante as quais este mesmo prior compareceria a 15 de Março de 1414 para solicitar traslado desse instrumento bem como da sentença de D. Afonso IV também respeitante às jurisdições que o mosteiro detinha no seu couto³⁶³. Importa recordar que, não raras vezes, a clerezia das terras do conde de Barcelos tomou o partido deste incorrendo em atitudes de desobediência e rebelião para com o arcebispo, como sucedeu em 1439³⁶⁴ e em 1450 com a recusa em pagar ao bispo de Braga subsídios aprovados em Sínodo³⁶⁵.

O referido arcebispo de Braga parece ter tido sempre uma atenção especial para com este mosteiro, de resto isso manifesta-se na atitude que teve, em 1456, certamente no seguimento de queixas apresentadas pelo prior de Oliveira e motivadas pela cobrança da colheita ao mosteiro, com D. Fernando da Guerra a reconhecer o direito de isenção

³⁵⁷ Bastos, Maria Rosário da Costa *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, pp. 61-63.

³⁵⁸ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.59.

³⁵⁹ Marques, José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra ...*, 1978, p.37.

³⁶⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.9.

³⁶¹ As relações entre estes dois protagonistas, marcadamente tensas ao longo de várias décadas, foram já estudadas por Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.1101-1111.

³⁶² Bastos, Maria Rosário da Costa, "Privilégios jurisdicionais...", 1997, p.134.

³⁶³ *Idem, Ibidem*, pp. 134,138.

³⁶⁴ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1103.

³⁶⁵ Ferreira, José Augusto, *Fastos Episcopales...*, Tomo II, 1930, pp. 270-273; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1104.

de colheita de que gozava Santa Maria de Oliveira, ordenando aos seus vigários que libertassem o mosteiro para sempre desse tributo³⁶⁶.

Também as relações com o poder régio parecem ter decorrido de forma exemplar. A 5 de Março de 1434 D. Duarte confirma os privilégios do mosteiro de Santa Maria de Oliveira³⁶⁷ e, a 30 de Novembro de 1436, este mesmo monarca, após queixa de D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga e sobrinho d'el rei, ordenou a Aires Gomes da Silva, regedor das justiças de Entre Douro e Minho, que não se devassassem os coutos das igrejas e mosteiros do arcebispado de Braga³⁶⁸, onde se incluía naturalmente o cenóbio de Santa Maria de Oliveira.

A 1 de Dezembro de 1449 o rei, D. Afonso V, confirmou ao mosteiro de Oliveira todos os privilégios, liberdades, graças e mercês que lhe tinham sido dadas, outorgadas e confirmadas pelos seus antecessores³⁶⁹.

Mais tarde, a 15 de Janeiro de 1485 o prior de Santa Maria de Oliveira anuiu ao pedido de D. João II para que fosse apresentado na igreja de Santa Lucrécia de Ponte de Louro Diogo Pinheiro Lobo³⁷⁰.

Apesar das boas relações externas a instituição revela fragilidades e debilidade a nível da gestão interna, marcada por uma certa incúria, em que a própria administração dos bens do mosteiro parece ter sido descuidada, ou pelo menos indevidamente acompanhada pelos seus priores, como se infere de um instrumento de 1457, coincidente com o final do priorado de Vasco Afonso, onde se revela que os foreiros já não pagam as rendas referentes às propriedades que trazem em Joane e Santa Maria de Mogege há seis anos e uma outra que era do abade de Ronfe há nove anos³⁷¹. Naturalmente que o incumprimento das rendas por parte dos foreiros contribuía sobremaneira para o agudizar dos problemas económicos da instituição, problemas já sentidos no segundo quartel do século XV e que levaram o arcebispo de Braga a anexar ao mosteiro a igreja de S. Mateus face à “mingoa do dicto moesteiro”³⁷².

³⁶⁶ Martins, Armando Alberto, “Entre Braga e Coimbra: breve memória de três arcebispos nos textos medievais dos regrantes de Santa Cruz de Coimbra”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol.1, 2006, p.366.

³⁶⁷ *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo I (1433-1435), 1998, p.261 (Doc.492).

³⁶⁸ Ferreira, José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (séc. III- séc. XX)*, Tomo II, Famalicão, Edição da Mitra Bracarense, 1930, p.263.

³⁶⁹ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.45; *Idem*, “Sixto da Cunha e a comenda do mosteiro de Santa Maria de Oliveira”..., 1999, pp. 12-13.

³⁷⁰ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.72.

³⁷¹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, n.20.

³⁷² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, n.19.

De resto o mosteiro parece entrar numa fase de decadência económica e espiritual, sobretudo a partir da segunda metade de quatrocentos, apenas parcialmente retardada pela gestão do prior Pedro Gonçalves no último quartel do séc. XV³⁷³, mas logo reatada e até reforçada pelo comendatário Sixto da Cunha³⁷⁴, nunca mais se reerguendo. De facto Santa Maria de Oliveira passava por grandes dificuldades no início do segundo quartel do séc. XVI, aquando da visita feita por Baltasar Álvares, ordenada pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), em 1528³⁷⁵. Para o agravamento da situação económica da instituição poderão ter contribuído algumas obras prementes como a da sala do capítulo ou a reedificação do claustro que já deveria estar concluído em 1559³⁷⁶. Apesar do esforço económico dispendido com estes melhoramentos nos edifícios monásticos, cerca de uma década depois, continuavam a verificar-se enormes debilidades ao nível das instalações, sendo que em 1568 as celas dos monges não passavam de pequenas casas arruinadas junto ao mosteiro, situação extensível às do comendatário que eram velhas e minúsculas³⁷⁷. Manuel Coelho, visitante nomeado por D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1581) para dar cumprimento à solicitação do cardeal D. Henrique, após visita a Santa Maria de Oliveira, a 29 de Agosto de 1568, aconselhava a extinção do mosteiro e a repartição das suas rendas por outras casas da mesma Ordem³⁷⁸. O certo é que apesar destas orientações o mosteiro de Santa Maria de Oliveira manteve-se praticamente até ao final do séc. XVI

³⁷³ Não se conhecem com precisão as datas limite do seu priorado, mas a documentação permite-nos dizer que a 30 de Março de 1474 já ocupava o priorado de Santa Maria de Oliveira (cf. IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, n.22; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp. 745-746), desempenhando ainda essas funções ao longo da década de oitenta e inícios da de noventa (cf. Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, pp. 49, 67-68).

³⁷⁴ Bastos, Maria Rosário da Costa, “Privilégios jurisdicionais...”, 1997, p.134.

³⁷⁵ O bispo recomenda ao comendatário que conserte a sala do capítulo, a cubra com madeira e telha e lhe faça assentos de madeira em redor e um altar ao meio com um crucifixo de madeira pintado na parede e trasladem para português a Regra de Santo Agostinho para que a possam entender (cf. Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, 1988-1989, p.129; Marques, José, “A igreja no Mundo do Infante D. Henrique”, 1995, p.206; *Idem*, “Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna”, 1997, p.197).

³⁷⁶ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.317; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp. 144-145; Silva, Ilídio Jorge Costa Pereira da, *A significação dos espaços privados...*, 1998, p.69. Aquando da visita que se fez ao mosteiro, a 29 de Agosto de 1568, já é referido o novo claustro (cf. Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros...”, p.176).

³⁷⁷ *Idem*, *Ibidem*, p.176.

³⁷⁸ *Idem*, *Ibidem*, p.176). A própria comunidade era, por esta altura, bastante reduzida, e a acreditarmos em João de Barros, num determinado momento do séc. XVI, provavelmente por volta das décadas de quarenta ou cinquenta, o mosteiro chegou mesmo a não ter cónegos, uma vez que o autor se refere ao mosteiro de Santa Maria de Oliveira dizendo “que parece pelo edefício que foi em outro tempo grande, e hora não tem frades, e val ao prior trezentos mil reis” (cf. Barros, João de, “Geographia d’Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes”..., 1919, p.53).

debaixo do mesmo sistema organizacional, ou seja, a ser gerido por priores comendatários.

Em 1595 chegaram as letras apostólicas que confirmavam a união do mosteiro à Congregação, e a 17 de Fevereiro desse ano o prior geral D. Cristóvão de Cristo, com o devido consentimento do comendatário tomou posse do mosteiro elegendo-se no dia seguinte D. Bernardo da Piedade como primeiro prior trienal da instituição³⁷⁹.

Com o falecimento de Cristóvão da Costa Brandão, em 1599, o mosteiro passou plenamente para a Congregação de Santa Cruz de Coimbra, acabando em 1612, através de bula de Paulo V (1605-1621), por ser unido ao mosteiro de S. Vicente de Fora³⁸⁰.

Igrejas do padroado de Santa Maria de Oliveira

Santa Maria de Oliveira trazia anexas, em 1504, as igrejas de São Mateus, S. Tiago de Castelões, Santa Maria de Vermoim, S. Martinho de Leitões, S. Paio de Figueiredo e S. Miguel de Vila Cova³⁸¹, situação que se mantinha em 1568, sendo certo que a estas, pertencentes à mesa abacial, acrescia a igreja de S. Martinho de Pousada, anexa à mesa conventual, detendo ainda o mosteiro a apresentação, em copadroado com o duque de Bragança, na igreja de Santa Logriça³⁸². Não dispomos de dados que nos permitam afirmar que durante os sécs. XIV e XV todas estas igrejas integravam o padroado de Oliveira. De qualquer modo seguem os elementos conhecidos:

2.2.2.1. - Santa Lucrécia de Astrufe/Santa Lucrécia da Veiga/Santa Lucrécia de Ponte de Louro³⁸³ (c. Famalicão) - Igreja da apresentação do mosteiro de Santa Maria

³⁷⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.145-146. Também Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.318, aborda a passagem deste mosteiro para a Congregação.

³⁸⁰ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.75. Frei Timóteo dos Mártires diz que no capítulo geral celebrado a 26 de Abril de 1599 foi unido e anexado “in perpetuum” o mosteiro de Santa Maria de Oliveira ao de S. Vicente de Fora, solicitando-se a necessária autorização ao papa Clemente VIII (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.146).

³⁸¹ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.97.

³⁸² Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros...”, 1987, p.175.

³⁸³ Actualmente Santa Lucrécia de Louro. Nos sécs. XIII e XIV aparece, normalmente, designada apenas por “Santa Logriça” (cf. Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.50), de resto no rol de 1320 surge apenas identificada como “Santa Lucrécia” (cf. Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103), embora por esta altura também surja designada por Santa Lucrécia de Astrufe (cf. IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, Doc.2).

de Oliveira³⁸⁴. A 19 de Abril de 1313 Rodrigo ou Rui Garcia de Castro foi confirmado como abade de Santa Lucrécia³⁸⁵. Em 1320 esta igreja foi taxada em 40 libras³⁸⁶.

Neste mesmo ano de 1320, o abade Rui Garcia andava em contenda com Estêvão Pires, prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, sendo sentenciado, a 16 de Maio de 1320, a entregar ao prior a colheita anual dessa igreja³⁸⁷. Em 1334, Rui Garcia continua à frente da igreja de Santa Lucrécia de Astrufre, sucedendo-lhe, depois, Gil Vicente Latrão³⁸⁸.

Só voltamos a ter indicação de abades desta igreja na década de vinte do século XV, altura em que nos surge aí Álvaro Afonso, prior da igreja de Santa Lucrécia e cónego da Sé de Braga³⁸⁹ que, a 5 de Abril de 1429, obtém autorização de Vasco Rodrigues, chantre da Sé bracarense, comissariado pelo arcebispo para a resolução deste assunto, para trocar os seus benefícios com Vasco Martins, prior da igreja de Miranda, no bispado de Coimbra³⁹⁰. Volvidos cerca de cinco anos, este mesmo Vasco Martins está envolvido em nova permuta, desta feita com um outro Vasco Martins, prior do mosteiro de Vilarinho³⁹¹, assumindo o priorado dessa canónica a 5 de Novembro de 1434³⁹², dia em que o antigo prior de Vilarinho era confirmado como abade de Santa Lucrécia da Veiga³⁹³, passando a integrar a comunidade de Santa Maria de Oliveira³⁹⁴.

Convém salientar que nesta altura o direito de padroado na igreja de Santa Lucrécia era repartido, em partes iguais, entre o mosteiro de Oliveira e D. Afonso,

³⁸⁴ A partir do início do século XV passa a ser em copadroado com o Duque de Bragança.

³⁸⁵ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.4.

³⁸⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

³⁸⁷ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.8; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.60.

³⁸⁸ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.5; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.60.

³⁸⁹ Surge aí identificado como “Alvaro Afonso conigo da dicta Egreja de Bragaa e abbade da egreja de Sancta Logriça terra de Vermuym do dicto arcebispado” (cf. A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.47vº).

³⁹⁰ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, Doc.13; ADB- Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.47v; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.64.

³⁹¹ Este Vasco Martins foi confirmado no priorado de Vilarinho a 16 de Março de 1430, substituindo Vasco Afonso que renunciara ao cargo (cf. A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.46 vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771).

³⁹² IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.34; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 259-261; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771.

³⁹³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.56 vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771.

³⁹⁴ *Idem, Ibidem*, p.771.

conde de Barcelos e duque de Bragança³⁹⁵, cabendo-lhes como padroeiros a inerente apresentação do pároco, a ser feita alternadamente, embora nem sempre isso se tenha verificado³⁹⁶. Certamente como forma de compensação por ter deixado o priorado de Vilarinho, o bispo de Braga anexou à igreja de Santa Lucrécia a de S. Martinho de Cavalões, mas apenas durante o período em que Vasco Martins fosse seu abade³⁹⁷.

A 15 de Janeiro de 1485 o prior de Santa Maria de Oliveira responde favoravelmente ao rei D. João II a propósito do pedido do monarca para que o prior apresentasse Diogo Pinheiro Lobo, filho de Álvaro Pinheiro, fidalgo da Casa Real, na igreja de Santa Lucrécia de Ponte de Louro³⁹⁸. A 4 de Dezembro de 1500 Diogo Pinheiro ainda se mantinha à frente desta igreja, numa altura em que se registava um desentendimento com Diogo Gomes de Barros, abade de Santiago de Outiz, que pretendia a anexação de Cavalões à sua igreja, defendendo Diogo Pinheiro que a igreja de Cavalões estava anexa “in perpetuum” à igreja de Santa Lucrécia, causa e argumentação em que este abade foi apoiado pelo prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira³⁹⁹.

No entanto, e se não houve alteração àquilo que tinha sido estabelecido em 1434, a igreja já não estava anexa à de Santa Lucrécia em virtude do falecimento de Vasco Martins. A 29 de Novembro de 1561 foi confirmado como reitor de “Santa Logrica do Louro da Ponte” Gaspar Velho, capelão do duque de Bragança, aí apresentado pelo próprio duque que como vimos detinha, alternadamente, com o mosteiro de Oliveira, o direito de apresentação, sucedendo nessa igreja a D. António da Costa, entretanto

³⁹⁵ *Idem, Ibidem*, p.1086; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.64; Sá, António Costa e, “Por terras de Vermoim...”, 1996, p.5; Brandão, Maria Angelina de Castro Mendes de Pinho, *D. Jorge da Costa na Arquidiocese de Braga (1486 a 1501)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, pp. 61,63.

³⁹⁶ *Item que logo a dicta Egreja de Sancta Logriça ao dicto Vasco Martinz a apresentaçom do Senhor Dom Afonso conde de Barcellos filho del rei im solido por esta vez ficamdo goardado ao senhor conde o seu direito de pera apresentar outra vez aa dicta egreja outra que o prior e convento do moesteiro d’Ulveira porquanto o dicto prior e convento apresentaram a dicta egreja duas vezes e o dicto Senhor conde nom apresentou despois mais que esta vez* (cf. ADB- Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.47v).

³⁹⁷ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp. 771-772.

³⁹⁸ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.72). O Autor diz-nos aí que Diogo Pinheiro Lobo era também abade de Mouquim. Ainda a propósito da apresentação de Diogo Pinheiro para a igreja de Santa Lucrécia importa dizer que o padre Carvalho da Costa fez uma outra interpretação, dizendo que esta igreja foi durante algum tempo do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, mas por solicitação de el-rei D. João II, foi dada pelo prior do mosteiro a Diogo Pinheiro Lobo (cf. Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa...*, Tomo I, 2ª ed., 1868, p.287), situação que como sabemos não corresponde de todo à verdade, uma vez que o mosteiro não alheou os seus direitos de padroado nesta igreja, limitando-se a aceder ao pedido do monarca no favorecimento de um seu protegido.

³⁹⁹ A.D.B. - Registo Geral 331, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Jorge da Costa*, fls.178vº-179; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.68.

falecido⁴⁰⁰. De resto esta situação de copadroadado mantinha-se em 1568 com o mosteiro a deter, em alternativa “com o senhor duque de Bragança a igreja de S. Logriça de ponte de Louro”⁴⁰¹.

2.2.2.2. - Santa Maria de Vermoim (c. Vila Nova de Famalicão) - Igreja do padroado do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. A 24 de Julho de 1318 Miguel Domingues, antigo chaveiro do mosteiro de Santa Maria de Oliveira era “abbade de Vermuy”⁴⁰². Em 1320 foi taxada em 60 libras⁴⁰³. A 19 de Novembro de 1359 surge em Braga Gonçalo Lourenço “clérigo de Vermoy”⁴⁰⁴ mas não sabemos se esta é apenas uma indicação à origem do clérigo ou se a palavra é empregue no sentido de pároco.

Por um instrumento de 1477 depreende-se que a igreja de Santa Maria de Vermoim tinha sido anexada, desanexada e entretanto novamente anexada ao mosteiro, uma vez que o prior Pedro Gonçalves andava em conflito com os cónegos por causa da distribuição das rendas das igrejas de S. Paio de Figueiredo e suas anexas e de Santa Maria de Vermoim “que novamente foram anexadas ao dicto moesteiro” acabando por chegar a acordo a 13 de Setembro de 1477⁴⁰⁵.

Ao longo do século XVI o vínculo desta igreja em relação ao mosteiro de Oliveira vai manter-se inalterado, continuando, em 1504, anexa ao mosteiro, detendo, entre o seu património diversos casais⁴⁰⁶. A mesma situação é detectável em 1528⁴⁰⁷ e 1568⁴⁰⁸ mantendo-se como anexa ao mosteiro regrente de Oliveira.

2.2.2.3. - São Mateus de Soalhães/São Mateus de Vermoim/São Mateus de Oliveira
(c. Vila Nova de Famalicão) - Igreja anexa ao mosteiro de Santa Maria de Oliveira em

⁴⁰⁰ Rosário, Frei António do, “Registro das Confirmações [I] do Ilustrissimo Senhor Dom Frei Bartolomeu dos Mártires”, in *Cartório Dominicano Português, Século XVI, Fasc. 1* (Bartholomeana Monumenta I), Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português/Movimento Bartolomeano, 1972, pp.25,26.

⁴⁰¹ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros...”, 1987, p.175). Mesmo com a anexação do mosteiro de Oliveira ao de S. Vicente de Fora, essa situação não se alteraria como confirmam as memórias paroquiais de 1758, uma vez que o abade da igreja de Santa Lucrecia de Louro era *apresentado em alternativa por ha каза de Bragança e o prior crusio de S. Vicente de Fora de Lisboa* (cf. Capela, José Viriato; Silva, António Joaquim Pinto da, *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*, Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001, p.196).

⁴⁰² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.9.

⁴⁰³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

⁴⁰⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°17.

⁴⁰⁵ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.23.

⁴⁰⁶ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.97.

⁴⁰⁷ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.33.

⁴⁰⁸ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros...”, 1987, p.175.

19 de Dezembro de 1437⁴⁰⁹. Em relação a esta igreja sabe-se que em 1320 foi taxada em 30 libras⁴¹⁰. A 9 de Abril de 1425 o arcebispo de Braga confirmou a igreja de “Sam Mateu terra de Vermuim de Susaao” a João Lourenço, clérigo de missa da diocese de Braga, por renúncia que fez Afonso Martins, último reitor e abade dela, através do prior de Santa Maria de Oliveira, seu procurador⁴¹¹.

O facto do prior do mosteiro de Oliveira surgir como procurador do abade renunciante poderá indiciar a existência de interesses do mosteiro nesta igreja ainda antes da anexação. De resto esta suspeição parece-nos ainda ganhar contornos mais sólidos perante o facto de a 3 de Abril de 1433 João de Sá ser abade de S. Mateus a quem, nesse mesmo dia, o mosteiro de Santa Maria de Oliveira emprazou o casal do Carvalho com todas as suas pertenças, localizado na freguesia de Santa Maria de Oliveira⁴¹². É que João de Sá era clérigo, criado do prior, e procurador do mosteiro de Oliveira⁴¹³. Esta deverá ter sido uma situação temporária uma vez que em 1437, aquando da anexação da igreja ao mosteiro, ela encontrava-se vaga por renúncia de João Lourenço⁴¹⁴, portanto o abade aí confirmado em 1425.

Em 1504 a igreja de S. Mateus continuava anexa a Santa Maria de Oliveira⁴¹⁵, situação que se manterá pelo decurso do século XVI como confirmam registos documentais de 1528⁴¹⁶ e 1568⁴¹⁷.

2.2.2.4. - São Martinho de Leitões (c. Guimarães) - Igreja da apresentação do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Em 1320 foi taxada em 60 libras, embora desse montante apenas 15 libras pertencessem ao reitor, sendo o restante valor levado pelos padroeiros e naturais⁴¹⁸. A 15 de Junho de 1426, Fernando Álvares, estudante de direito canónico e reitor da igreja de S. Miguel de Vila Cova (actual Morreira) solicita ao papa que lhe seja unida a vizinha igreja de S. Martinho de Leitões, de forma a poder usufruir dos seus

⁴⁰⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.84vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.811.

⁴¹⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

⁴¹¹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.6.

⁴¹² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.14.

⁴¹³ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Docs.14, 15.

⁴¹⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.84vº.

⁴¹⁵ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.97.

⁴¹⁶ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.31.

⁴¹⁷ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquerito à vida dos mosteiros...”, 1987, p.175.

⁴¹⁸ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

proventos⁴¹⁹. No início do séc. XVI, e de acordo com o Censual de D. Diogo de Sousa, a igreja de S. Martinho de Leitões estava anexa ao mosteiro de Santa Maria de Oliveira⁴²⁰.

2.2.2.5. - São Martinho de Pousada⁴²¹ (c. Vila Nova de Famalicão) - Igreja do padroado do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Não sabemos quando integrou o padroado do mosteiro mas nas inquirições de 1258 já é referenciada como eremitério do mosteiro de Santa Maria de Oliveira⁴²². Em 1320 a igreja de Pousada foi taxada em 30 libras⁴²³. Em 1504 não se encontra entre as igrejas anexas ao mosteiro de Oliveira⁴²⁴ mas em 1568 esta igreja estava “anexa in perpetuum” à mesa conventual do mosteiro de Santa Maria de Oliveira⁴²⁵.

2.2.2.6. - São Miguel de Vila Cova⁴²⁶ (c. Braga) – Igreja da apresentação do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Em 1320 foi taxada em 50 libras⁴²⁷. A 15 de Junho de 1426 Fernando Álvares, estudante de Direito Canónico, era o reitor da igreja de Vila Cova, dia em que solicita ao papa Martinho V a união da igreja de S. Martinho de Leitões à de S. Miguel de Vila Cova, de forma a receber os seus rendimentos⁴²⁸. No início do séc. XVI esta igreja mantinha-se unida ao mosteiro “d’Oliveira terra de Vermoim de Susão”⁴²⁹.

2.2.2.7. - São Paio de Figueiredo (c. Guimarães) - Igreja da apresentação do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Em 1320 foi taxada em 50 libras⁴³⁰. Em data que

⁴¹⁹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. III (1409-1430), 1969, p.323 (doc.859); *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.128.

⁴²⁰ Pimenta, Rodrigo, “Para a história do arcebispado de Braga”, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. VI, 1941, p.123.

⁴²¹ Actualmente S. Martinho de Pousada de Saramagos, freguesia do concelho de Vila Nova de Famalicão.

⁴²² *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, Vol. I, Parte II, Fasc. IX, Lisboa, 1977, p.1466.

⁴²³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

⁴²⁴ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.97.

⁴²⁵ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros...”, 1987, p.175.

⁴²⁶ Actualmente esta freguesia mantém como seu orago S. Miguel mas denomina-se Morreira.

⁴²⁷ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.97.

⁴²⁸ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. III (1409-1430), 1969, p.323 (doc.859); *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.128 (doc.994).

⁴²⁹ Pimenta, Rodrigo, “Para a história do arcebispado de Braga”, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. VI, 1941, p.100. Esta igreja já é referenciada como anexa de Oliveira em 1504 (cf. Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.97), o mesmo sucedendo em 1528 (cf. Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol.2, 1959, p.66).

⁴³⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

desconhecemos foi anexada ao mosteiro de Oliveira e posteriormente desanexada, para voltar a ser anexada no final do séc. XV como se depreende de um instrumento de 1477 que revela a existência de um conflito entre o prior Pedro Gonçalves e os cónegos Diogo Pires e Álvaro Rodrigues “por razom da Igreja de Sam Paayo de Figueiredo com suas anexas e da Igreja de Santa Maria de Vermoim que novamente foram anexadas ao dicto moesteiro”⁴³¹.

O desentendimento entre as partes devia-se à falta de consenso quanto à distribuição das rendas destas igrejas entre a mesa prioral e a conventual, acabando os contendores por chegar a entendimento a 13 de Setembro de 1477 ficando os cónegos com a terça parte dos réditos⁴³². Ao falar-se nas anexas de S. Paio de Figueiredo é provável que se refiram às igrejas de S. Martinho de Leitões e de S. Miguel de Vila Cova, igrejas geograficamente próximas desta e que integravam o padroado monástico de Oliveira, mas que em 1504 já andavam anexadas ao mosteiro de Oliveira⁴³³. De qualquer modo esta é uma questão totalmente em aberto e que levanta várias interrogações. Desde logo impõe-se perguntar se teriam sido unidas as igrejas de Leitões e Vila Cova como pretendia o abade desta última em 1426? E a sê-lo teriam entretanto sido anexadas à igreja paroquial de Figueiredo, e posteriormente desanexadas e anexadas ao mosteiro de Oliveira? Não sabemos e até ao momento ainda não conseguimos encontrar respostas que ajudem a clarificar este processo.

2.2.2.8. - São Tiago de Castelões (c. Vila Nova de Famalicão) - Igreja anexa ao mosteiro de Santa Maria de Oliveira. O mosteiro já detinha direitos de padroado nesta igreja desde a primeira metade do século XII⁴³⁴. A 31 de Agosto de 1308, o arcebispo de Braga, D. Martinho de Oliveira (1295-1313), anexou a Santa Maria de Oliveira a igreja de Castelões, em troca de dois casais que o mosteiro tinha na localidade de

⁴³¹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.23.

⁴³² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.23.

⁴³³ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.97). Estas igrejas continuam a ser referenciadas como anexas ao mosteiro em 1568 (cf. Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros...”, 1987, p.175). Já Leal, Augusto Soares d’Azevedo de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno...*, vol.6, 1875, p.254; Costa, Américo, *Diccionario Chorographico...*, vol. VIII, p.750, dizem que estiveram anexas a Santa Maria de Oliveira as igrejas de “S. Thiago, de Figueiredo, e de S. Martinho dos Leitões”.

⁴³⁴ Foi-lhe doada em 1033 (cf. *Portugaliae Monumenta Historica - Diplomata et Chartae*, 1868, doc. CCLXXVIII, p.170; Araújo, José Carlos Mendes, *São Tiago de Castelões: apontamentos para a sua história*, Edições Quasi, 2005, p.8.

Quintães, freguesia de Santa Maria de Vermoim⁴³⁵, e do padroado das igrejas de Pedome e S. Veríssimo de Ramade⁴³⁶. A 24 de Julho de 1318 era “abbade de Castellaos” Domingos Martins, que foi um dos juizes na contenda entre o convento e o prior de Santa Maria de Oliveira, sobre as rações que cabiam a cada uma das partes e o modo de as dividir e entregar⁴³⁷. Domingos Martins, segundo Frei Nicolau de Santa Maria, doou, por volta de 1340, ao mosteiro de Santa Maria de Oliveira a sua quinta de Vila Pouca e os campos de Real, vindo a falecer em 1346 tendo sido sepultado no mosteiro de Oliveira⁴³⁸. Esta igreja tinha rendimentos razoáveis sendo, em 1320, taxada em 70 libras⁴³⁹.

A 21 de Agosto de 1453, Afonso Pimenta doou ao mosteiro o prazo que trazia da igreja de Santiago de Castelões juntamente com duas cubas que aí tinha, uma de ter pão e outra de ter vinho⁴⁴⁰.

Ao longo do século XVI a igreja de Castelões vai manter-se anexada ao mosteiro de Oliveira como provam registos documentais de 1504⁴⁴¹, 1528⁴⁴², 1568⁴⁴³ e 1590⁴⁴⁴, acabando por acompanhar o mosteiro quando este foi anexado ao de S. Vicente de Fora, em 1599⁴⁴⁵.

2.2.3. - Santa Maria de Vila Nova de Muia (c. Ponte da Barca)

⁴³⁵ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, p.107; Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.32.

⁴³⁶ Bastos, Maria Rosário da Costa, “Sixto da Cunha e a comenda do mosteiro de Santa Maria de Oliveira”, in *Boletim Cultural* da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, N.º 16, 1999, p.18 (nota 40). A data apresentada pela Autora para a anexação de Castelões é 29 de Agosto de 1308, adiantando ainda que o arcebispo, além de ter anexado a igreja ao mosteiro, cedeu-lhe também os votos de S. Tiago referentes a essa mesma igreja de Castelões (cf. Idem, *Ibidem*).

⁴³⁷ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.9.

⁴³⁸ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.318. A informação respeitante à doação é também reproduzida por Leal, Augusto Soares d’Azevedo de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno...*, vol.6, 1875, p.254.

⁴³⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

⁴⁴⁰ IAN/TT - Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, n.19.

⁴⁴¹ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.97.

⁴⁴² Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.32.

⁴⁴³ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros...”, 1987, p.175.

⁴⁴⁴ Araújo, José Carlos Mendes, *São Tiago de Castelões...*, 2005, p.13.

⁴⁴⁵ Aquando das memórias paroquiais de 1758 a apresentação na igreja era feita pelo mosteiro de S. Vicente de Fora (cf. Capela, José Viriato; Silva, António Joaquim Pinto da, *Vila Nova de Famalicão...*, 2001, p.136), o que significa que acompanhou os bens e direitos do mosteiro de Oliveira na transacção para o de S. Vicente de Fora ao qual foi unido e anexado *in perpetuum* em 1599 (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.146; Costa, Américo, *Diccionario Chorographico...*, vol. VIII, p.750; Silva, Ilídio Jorge Costa Pereira da, *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas ...*, 1998, p.58).

É muito provável que D. Afonso IV tenha visitado este mosteiro a 31 de Julho de 1330, pelo menos a chancelaria régia revela que nesse dia foi outorgado um contrato de emprazamento “en Villa Nova de Muynha”⁴⁴⁶.

Vários documentos régios se reportam à defesa dos privilégios do mosteiro. D. Afonso III ordenou às justiças que ninguém fizesse força nem mal ao prior e frades do mosteiro de Vila Nova de Muia, bem como nos seus coutos e herdades e se os seus privilégios confirmassem que os homens dos seus coutos estavam isentos de prestar anúduva aos concelhos, excepto às muralhas de Monção, que lhos respeitassem⁴⁴⁷.

A 5 de Outubro de 1398, D. João I confirmou ao mosteiro de Vila Nova de Muia as demarcações do couto e os seus privilégios, mormente os do rio que atravessava o couto, uma vez que o prior acusava os fidalgos e outros de lhe devassarem o couto e de roubarem aos lavradores pão, vinho e palha e de pousarem nas suas casas⁴⁴⁸.

Apesar das determinações régias os abusos contra o mosteiro prosseguiram levando o prior Rui Rodrigues a queixar-se novamente ao monarca, desta vez por intermédio de Rodrigo Afonso de Melo, camareiro do rei⁴⁴⁹. No seguimento da queixa D. João, por carta de 11 de Janeiro de 1404, tomou o mosteiro sob a sua guarda, encomenda e defesa, ordenando a Gil Afonso de Magalhães e a quaisquer outros, independentemente da condição social, que não fizessem mal nem dano ao prior e mosteiro de Vila Nova de Muia, instruindo as justiças para zelarem por este e agirem em conformidade, fazendo restituir os bens⁴⁵⁰.

Em 1424 o papa passa bula de confirmação ao mosteiro de “Villa Nova de Muya” cometida ao bispo de Lamego, D. Garcia (1421-1446)⁴⁵¹. Em Novembro de 1433 D. Duarte confirma os privilégios e costumes do mosteiro⁴⁵². A 30 de Julho de 1444 é o seu filho, D. Afonso V, quem confirma ao mosteiro de “Vilanova de Moynha” todas as graças, privilégios, liberdades e mercês outorgadas e confirmadas pelos reis antecessores⁴⁵³.

⁴⁴⁶ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. I (1325-1336)*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, pp.206-207 (Doc.192).

⁴⁴⁷ *Chancelarias Portuguesas – D. João I, Vol. II – Tomo 3, 2005, p.73.*

⁴⁴⁸ *Idem, Vol. II – Tomo 3, 2005, pp.73-74.*

⁴⁴⁹ *Idem, Vol. II – Tomo 3, 2005, pp. 295-296.* O cronista agostiniano Frei Nicolau de Santa Maria também reproduz esta carta (cf. Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. IX, p.314)

⁴⁵⁰ *Chancelarias Portuguesas – D. João I, Vol. II – Tomo 3, 2005, pp. 295-296.*

⁴⁵¹ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, N° 703, fl.450.

⁴⁵² *Chancelarias portuguesas - D. Duarte, Vol. I – Tomo I, 1998, p.84 (Doc.220).*

⁴⁵³ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 25, fl.48v°.

O crónico problema da violência e abusos contra o mosteiro vai ter novas réplicas ao longo do séc. XV. Em 1449, o prior Gil Lourenço queixa-se a D. Afonso V que, por carta de 12 de Janeiro de 1450, o coloca sob protecção régia⁴⁵⁴. Tal protecção não trouxe qualquer vantagem em termos práticos sendo os próprios oficiais régios acusados de incorrerem em ofensas contra a instituição, mormente o juiz e o meirinho da Terra da Nóbrega que efectuaram penhoras no couto do mosteiro acabando por ser condenados em 1452 por Lopo Afonso, ouvidor na Correição de Entre Douro e Minho⁴⁵⁵.

Na segunda metade do século XVI efectuaram-se importantes obras na igreja por ordem do prior comendatário, o Doutor António Martins⁴⁵⁶.

O mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia uniu-se à Congregação em 1594, após o falecimento do seu último prior comendatário, Dr. António Martins, tomando posse do mosteiro o Prior Geral D. Cristóvão de Cristo, a 2 de Fevereiro de 1595⁴⁵⁷.

Igrejas do padroado de Vila Nova de Muia:

2.2.3.1. - S. João de Vila Chã (c. Ponte da Barca) – Igreja do padroado do mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia. Em 1320 foi taxada em 60 libras⁴⁵⁸. A 25 de Janeiro de 1445 foi confirmado na igreja de S. João de Vila Chã o cônego Gonçalo Anes, da comunidade regrante de Vila Nova de Muia⁴⁵⁹, surgindo nova confirmação deste religioso como pároco desta igreja a 20 de Novembro de 1458⁴⁶⁰.

2.2.3.2. - Santa Maria de Oliveira (c. Arcos de Valdevez) – Igreja em copadroado do mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia. O mosteiro detinha metade do direito

⁴⁵⁴ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.743.

⁴⁵⁵ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, Primeira Parte, 1668, Livro VI, cap. IX, pp.314-315).

⁴⁵⁶ Sousa, José João Rigaud de; Meneres, António, “Notas sobre o mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia (concelho de Ponte da Barca)”, in *Mínia*, 2ª Série, 3(4), Braga, 1980, p.171.

⁴⁵⁷ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, 1668, Primeira Parte, Livro VI, cap. IX, p.315; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.120; Sousa, José João Rigaud de; Meneres, António, “Notas sobre o mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia...”, 1980, p.162. Também Barreiros, Padre Manuel D’Aguiar, *Igrejas e capelas românicas da Ribeira Lima*, Porto, Ed. Marques de Abreu, 1926, p.67, considera o Dr. António Martins como último comendatário mas coloca o seu falecimento em 1597.

⁴⁵⁸ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.101.

⁴⁵⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.128vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.744.

⁴⁶⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.203; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.744.

de padroado nesta igreja⁴⁶¹. Em 1320 foi taxada em 30 libras⁴⁶². No Censual de Frei Baltasar Limpo (1550-1558), elaborado no início da segunda metade do século XVI a igreja de Santa Maria de Oliveira continua a ser referenciada como sendo do padroado do mosteiro de Muia⁴⁶³.

2.2.3.3. - S. Jorge de Vale da Tora⁴⁶⁴ (c. Arcos de Valdevez) – Igreja em copadroado do mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia. Além do mosteiro esta igreja tinha como padroeiros diversos particulares, mormente Teresa Anes de Quintela⁴⁶⁵, certamente da vizinha Casa de Quintela. A 12 de Abril de 1454 era abade desta igreja Lopo Gonçalves, que nesse dia recebeu, em Braga, ordens de Epístola⁴⁶⁶. A 21 de Abril de 1454 e a 15 de Junho desse mesmo ano ser-lhe-iam conferidas as respectivas ordens de Evangelho e Missa, surgindo aí apenas identificado como “abade de Sam Jorge de Vall de Tora do bispado de Tuy da parte de Purtugall”⁴⁶⁷. No início da segunda metade do séc.XVI surge referenciada como “Val da Tora”, altura em que o padroado leigo sem apresentação de cura estava nas mãos do visconde de Vila Nova de Cerveira, detendo o mosteiro de Vila Nova de Muia o direito de apresentação⁴⁶⁸.

2.2.3.4. - São Vicente de Germil (c. Ponte da Barca) – Provável igreja do padroado do mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia. Em 1320 a igreja de “S. Vicente de Gilmir” foi taxada em 15 libras⁴⁶⁹. É provável que o mosteiro de Muia aí exercesse o direito de padroado mas de concreto apenas sabemos que no século XVI esta igreja

⁴⁶¹ Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514: Antecedentes e evolução da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2002, p.196.

⁴⁶² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.115; Costa, Padre Avelino de Jesus da, *A comarca eclesiástica de Valença do Minho*, in *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Vol.I, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, 1983, p.166.

⁴⁶³ A.D.B. – Registo Geral, Livro 335 (Censual de D. Frei Baltasar Limpo), fl. 157vº; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.237.

⁴⁶⁴ Actualmente designada apenas de S. Jorge, embora, e em termos toponímicos subsistam ainda os sítios com a designação de Tora e Vale.

⁴⁶⁵ Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.196.

⁴⁶⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 29, fl.3; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.219.

⁴⁶⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 30, fls.4,10; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, pp.224,227.

⁴⁶⁸ A.D.B. – Registo Geral, Livro 335 (Censual de D. Frei Baltasar Limpo), fl. 157vº; Costa, “Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.238.

⁴⁶⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.101.

estava anexa a este mosteiro regante como consta dos Censuais de D. Diogo de Sousa⁴⁷⁰ e de Frei Baltasar Limpo⁴⁷¹.

2.2.4. - Santa Marinha da Costa (c. Guimarães)

Segundo os memorialistas o mosteiro da Costa foi fundado pela rainha D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques, e por ela doado aos cónegos regantes de Santo Agostinho⁴⁷².

A documentação deixa transparecer uma relação de grande proximidade entre os monarcas e este mosteiro agostinho, ao que não será certamente alheio o facto de se tratar de um mosteiro de padroado régio⁴⁷³. Exemplo disso é o caso de D. Dinis que a 8 de Junho de 1280 ordenou às suas justiças de Guimarães que protegessem e guardassem aos cónegos deste mosteiro todos os seus privilégios⁴⁷⁴. Essa forte ligação é também visível no facto de o prior de Santa Marinha da Costa, D. Pedro Martins, ser um dos três inquiridores responsáveis pelas inquirições gerais ordenadas por D. Dinis, em 1288⁴⁷⁵, surgindo constantemente entre a documentação a natural referência às inquirições feitas

⁴⁷⁰ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Terra da Nóbrega e Concelho de Ponte da Barca - Subsídios para a sua história”, in *Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca*, Vol.I, Ponte da Barca, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, p.176 (Doc. 18 do Apêndice).

⁴⁷¹ *Idem, Ibidem*, pp.178-179 (Doc. 19 do Apêndice).

⁴⁷² Azevedo, Padre Torquato Peixoto D’, *Memorias resuscitadas da antiga Guimarães*, Porto, Typographia da Revista, 1845, p.356.

⁴⁷³ Esse estatuto já é evidenciado pelas inquirições de 1220 que revelam que o rei “de monasterio de Sancte Marine de Costa est patronus” (cf. *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, Vol, I, Fasc. I e II, 1888, p.173). A este propósito veja-se também Coelho, Maria Helena da Cruz, “A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII” in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada (850º aniversário da batalha de S. Mamede (1128-1978))*, Vol. III, Guimarães, 1981, p.511 (posteriormente este mesmo texto, pelo menos na sua generalidade, foi também integrado e reeditado na colectânea *Homens, Espaços e Poderes (sécs. XI-XVI) -vol. I- Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 139-169, sendo que a referência à informação em causa é consultável na p.154.

⁴⁷⁴ *Vimaranis Monumenta Historica : a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*, Parte 2, coordenação da Sociedade Martins Sarmento; com introdução e compilação de João Gomes de Oliveira Guimarães, Guimarães, Tipografia de A. L. da Silva Dantas, 1931, p.343 (doc. 272); Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.326; Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.154.

⁴⁷⁵ Amaral, António Caetano do, *Para a História da Legislação e Costumes de Portugal, Memória V*, Edição preparada por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Porto, Livraria Civilização, 1945, p.148. Curiosamente muitas das decisões e das inquirições tomadas pelos três inquiridores, incluindo naturalmente “Petro Martiins priol da Costa”, são posteriormente revogadas como acontece no caso do mosteiro de Arouca, com o rei a aceder aos pedidos dessa comunidade e a revogar decisões em 1292,1293 e 1294 (cf. Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco: A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Edições Magno, 2003, pp. 148,388,389,391 (docs.91,92,94).

por “Gonçalo Rodriguez Moreira e per o priol da Costa e per Domingos Paaez de Braga”⁴⁷⁶.

Este mesmo monarca no seu testamento, feito a 31 de Dezembro de 1324, não se esqueceu de contemplar o mosteiro de Santa Marinha da Costa, legando-lhe 200 libras⁴⁷⁷. E ao contrário do empolamento que faz o cronista Rui de Pina ao dizer que este rei “hordenou muitas e grandes esmollas repartidas por todollos mosteiros, espritais e casas piedosas do Reyno”⁴⁷⁸ o mosteiro da Costa é a única canónica regante a Norte do rio Mondego a figurar nas disposições testamentárias do monarca, integrando, inclusivamente, os três textos testamentários que D. Dinis fez ao longo sua vida⁴⁷⁹.

A 20 de Setembro de 1350 o infante D. Pedro instituiu como seu procurador D. Pedro Geraldês, prior da Costa, para que este pudesse receber e tratar dos negócios respeitantes à Quinta e Casa de Oriz que tinha sido doada ao infante por João Peres, mestre da Ordem de Avis⁴⁸⁰. Assim que assume a governação do reino D. Pedro, num acto meramente administrativo embora com toda a carga simbólica da presença régia procede às habituais confirmações, entre as quais se encontra o mosteiro de Santa Marinha da Costa, ao qual confirma, a 2 de Setembro de 1357, todos os seus privilégios⁴⁸¹. Mais incisiva é a doação que o monarca faz ao mosteiro do padroado da igreja de Santa Eulália, ocorrida a 18 de Outubro de 1360⁴⁸². A 26 de Setembro de 1363 o rei confirmou e ratificou a eleição do cônego João Paulo, proveniente desta mesma comunidade agostinha vimaranense, para prior de Santa Marinha da Costa⁴⁸³. O próprio monarca detinha propriedades na freguesia de Santa Marinha da Costa, efectuando a 21 de Novembro de 1364, um emprazamento, em três vidas, do casal da Ponça que,

⁴⁷⁶ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, p.359 (Doc.233).

⁴⁷⁷ Brandão, Frei Francisco, *Monarquia Lusitana-Parte Sexta*, Ed. Fac-similada da Edição de 1672, Introdução de A. da Silva Rego e notas de A. A. Banha de Andrade, A. Dias Farinha, Eduardo dos Santos e M. Santos Alves, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, pp. 426, 585. Curiosamente esta mesma quantia de 200 libras destinadas a Santa Marinha da Costa também já figurava no 2º testamento de D. Dinis, feito a 20 de Junho de 1322, (cf. Sousa, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Livro I, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida - Livraria Editora, 1946, p.127) bem como no seu primeiro testamento, de Abril de 1299 (cf. Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor, *D. Dinis*, (Colecção Reis de Portugal – VI), Rio de Mouro, Círculo de Leitores - Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 208-209).

⁴⁷⁸ Pina, Rui de, *Crónica de D. Dinis*, segundo o códice inédito N° 891 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, seguida de versão actualizada da Edição Ferreiriana de 1726, Porto, Livraria Civilização – Editora, 1945, pp. 151, 319.

⁴⁷⁹ Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor, *D. Dinis*, 2005, pp. 208-211.

⁴⁸⁰ Cunha, Maria Cristina Almeida, *A comenda de Oriz da Ordem de Avis*, Separata da Revista “Bracara Augusta”, Vol. XL, Braga, 1989, pp. 61-62.

⁴⁸¹ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, Doc. 194, p.73.

⁴⁸² *Idem*, 1984, pp.183-185 (Doc. 468).

⁴⁸³ *Idem*, 1984, p.382 (Doc. 838).

curiosamente, partia numa das extremas com uma seara do mosteiro⁴⁸⁴. De resto e como seria de esperar os bens do mosteiro situavam-se sobretudo na região de Guimarães⁴⁸⁵, embora entre as suas propriedades se encontrassem também casas em Vila do Conde, como revela o foral manuelino dessa vila, datado de 1516, que as isenta do pagamento de ferrolho⁴⁸⁶, imposto que recaía sobre esses bens imóveis.

Apesar das boas relações com os reis portugueses, Santa Marinha da Costa também registou alguns desentendimentos, desde logo o célebre episódio relatado nas inquirições de 1258, em que ao questionarem as testemunhas em relação a Castro, no julgado de Montelongo, é dito que há duas devesas régias onde os homens do rei não ousam entrar porque o prior da Costa os expulsa⁴⁸⁷. Também a 11 de Fevereiro de 1419 D. João I deu sentença contra o mosteiro da Costa e a Colegiada de Guimarães por estas instituições incentivarem os moradores da freguesia de Caide a não pagarem fossadeira ao rei⁴⁸⁸.

A 25 de Setembro de 1431 o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, encontrava-se no mosteiro da Costa, surgindo aí poucos dias depois de ter efectuado visita ao mosteiro de Souto⁴⁸⁹. De resto foi aí que nesse dia o arcebispo, em contenda com o prior da Colegiada de Guimarães, aguardou pelo desenrolar da visita que tinha ordenado a esta Colegiada e que o prior D. Rui da Cunha impediria com recurso a homens armados, situação que fez com que alguns cónegos da Colegiada se deslocassem ao mosteiro da Costa para estarem com o bispo⁴⁹⁰. Pouco mais de um ano

⁴⁸⁴ *Idem*, 1984, p.443 (Doc. 955).

⁴⁸⁵ A distribuição geográfica da propriedade não deverá ter sofrido grandes alterações ao longo dos séculos XIV e XV, por isso o panorama deveria ser muito idêntico ao verificado ao longo do séc. XIII onde o mosteiro de Santa Marinha da Costa era um dos que mais casais possuía na região de Guimarães (cf. Coelho, Maria Helena da Cruz, “A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII”, 1990, p.152.). Também Andrade, Maria Filomena, “O património dos mosteiros agostinhos segundo as Inquirições de 1220” in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. VI, Edição da Câmara Municipal de Guimarães e da Universidade do Minho, 1996, pp. 135,142 nos dá uma imagem da localização do património deste mosteiro em 1220.

⁴⁸⁶ Neves, Joaquim Pacheco, *O mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, 1982, p.250 (doc.5). A este propósito realçar que também na vila de Guimarães, e à semelhança do vizinho mosteiro de S. Torcato, Santa Marinha da Costa detinha vários prédios urbanos (cf. Ferreira, Maria da Conceição Falcão, *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães, Edição da Câmara Municipal de Guimarães em colaboração com a Sociedade Martins Sarmento, 1989, p.121).

⁴⁸⁷ *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, Vol, I, Fasc. IV e V, 1897, p.616; Gonçalves, Sandra, “O julgado de Monte Longo nas Inquirições (1220 e 1258)”, in *Dom Fafes – Revista Cultural*, N.º 8/9, Ano VIII (2002), Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 2002, p. 21.

⁴⁸⁸ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.756.

⁴⁸⁹ *Idem*, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra ...*, 1978, pp.13,44.

⁴⁹⁰ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, pp.273-274; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.754; Baubeta, Patricia Anne Odber de, *Igreja, pecado e sátira social ...*, 1997, pp. 95-96.

volvido D. Fernando da Guerra voltava ao mosteiro de Santa Marinha estanciando aí nos dias 9 e 10 de Novembro de 1432⁴⁹¹.

A 2 de Outubro de 1448 D. Afonso V doou aos Jerónimos todo o direito de padroado, eleição, ou qualquer outro que detivesse no mosteiro de Santa Marinha de Guimarães⁴⁹². Tal medida parece não ter tido qualquer consequência efectiva, com os reis a continuarem a avocar o direito de padroado, como revela o facto de D. João II apresentar, a 2 de Agosto de 1490, o seu capelão, Leonel de Oliveira, para o priorado de Santa Marinha da Costa⁴⁹³, onde viria a ser confirmado pela autoridade diocesana a 10 de Janeiro do ano seguinte⁴⁹⁴.

O próprio D. Manuel, que a 10 de Junho de 1496 confirmou ao mosteiro de Santa Marinha da Costa todos os privilégios que lhe tinham sido concedidos por D. Afonso II⁴⁹⁵, ainda se considerava padroeiro do mosteiro de Santa Marinha da Costa a 5 de Agosto de 1517⁴⁹⁶. De qualquer modo nesta altura o padroado estava em posse de D. Jaime, 4º duque de Bragança e 2º de Guimarães, a quem competia a nomeação do prior, de resto foi nessa qualidade que nomeou o padre Mestre Frei João de Chaves como prior comendatário da instituição, um franciscano que tentou implementar a reforma no mosteiro, embora sem sucesso⁴⁹⁷, e que chegou a ser bispo de Viseu⁴⁹⁸ (1524-1525?).

Quando o priorado vagou por falecimento de Frei João de Chaves, D. Jaime não nomeou novo comendatário dirigindo antes uma súplica ao papa Clemente VII (1523-1534) para este autorizar a extinção do mosteiro e a sua integração numa outra Ordem “vista a relaxação, e escandalo em que vivião os dittos Conegos, e não lhe ser possivel reforma-los, nem dar o ditto Moesteiro a outros Conegos da mesma Ordem, por viverem

⁴⁹¹ Marques José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra ...*, 1978, p.46.

⁴⁹² *Idem*, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.757.

⁴⁹³ IAN/TT- Chancelaria de D. João II, Livro 16, fl.57.

⁴⁹⁴ A.D.B.- Registo Geral nº 331, fl. 46; Marques José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.928 (nota 509).

⁴⁹⁵ IAN/TT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 16, fl.242.

⁴⁹⁶ *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. X, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1974, p.24.

⁴⁹⁷ São elucidativas as palavras de Fernando Cabral, procurador do Duque de Bragança, que diz no processo de extinção do mosteiro “que sendo vago o dito Moesteiro desejando o dito Senhor Duque de se reformar, e ser reduzido a observancia regular apresentou a elle Frei Joam de Chaves Mestre em Theologia da Ordem dos Menores de São Francisco, que delle foi provido por authoridade apostolica ho quall o nom reformou mas o deixou assi fora da Regra, como o achou, sem nelle fazer cousa alguma” (cf. Castro, Domingos Leite de, “Convento da Costa...”, 1886, p.107).

⁴⁹⁸ Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, 1957, pp.154-156; Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.661; Machado, J. T. Montalvão, “Um frade de Chaves, em Guimarães”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada (850º aniversário da batalha de S. Mamede (1128-1978))*, Vol. III, Guimarães, 1981, p.275.

comummente neste tempo em Portugal, igualmente esquecidos do seu estado, e sem aquelle fervor, que devião ter no serviço, culto, e honra de Deos”⁴⁹⁹.

A resposta do papa foi célere e por bula de 2 de Março de 1525 nomeou 3 juizes executores para que se certificassem de que de facto eram verdadeiras as razões alegadas para o pedido de extinção e a verificarem-se que o extinguissem⁵⁰⁰. Feitas as necessárias diligências o prior da Colegiada de Guimarães, D. Sebastião Lopes deu sentença, em Vila Viçosa, a 23 de Novembro de 1527, para se extinguirem os cónegos regrantes no mosteiro, unindo-o à Ordem de S. Jerónimo⁵⁰¹ tendo sido acertado entre o prior claustral, D. João de Braga, e o padre Frei Jorge, na condição de procurador dos Jerónimos, o montante a pagar aos três cónegos que se encontravam em Santa Marinha da Costa, estipulando-se um total de 34 mil reis para se sustentarem na sua saída⁵⁰². Pouco tempo depois, a 27 de Janeiro de 1528 foi o Padre Frei António de Lisboa tomar posse do mosteiro⁵⁰³.

Igrejas do Padroado do mosteiro de Santa Marinha da Costa

Para os séculos XIV e XV há indicações seguras de que este mosteiro vimaranense deteve o direito de padroado em cinco igrejas, além da cura da capela do próprio mosteiro que aqui individualizámos uma vez que surgem elementos que confirmam a nomeação de alguns dos seus capelães. Quanto às igrejas, à excepção das de S. Lourenço de Calvos e Santa Eulália de Barrosas onde o mosteiro apenas detinha o direito de apresentação, todas as outras são mencionadas como anexas ao mosteiro no século XV, nomeadamente Santa Cristina de Caide, Santa Maria de Atães e Santa Eulália.

⁴⁹⁹ Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, 1957, pp.155-156.

⁵⁰⁰ Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, 1957, p.157. Os documentos referentes ao processo de extinção do mosteiro encontram-se publicados por Castro, Domingos Leite de, “Convento da Costa...”, 1886, pp.108-109.

⁵⁰¹ *Idem, ibidem*, 1886, pp.102-112.

⁵⁰² Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, 1957, p.158.

⁵⁰³ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.326; Castro, Domingos Leite de, “Convento da Costa...”, 1886, pp.109-112; Bellino, Albano, *Archeologia Christã: descrição histórica de todas as igrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*, Lisboa, Empreza da História de Portugal - Sociedade Editora, 1900, p.203; Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, 1957, p.159; Caldas, Padre António José Ferreira, *Guimarães: apontamentos para a sua história*, 2ª ed., Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/Sociedade Martins Sarmiento, 1996, p.363; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.756-757.

2.2.4.1. - Santa Cristina de Caide⁵⁰⁴ (c. Guimarães) – Igreja do padroado do mosteiro de Santa Marinha da Costa. O Censual do Cabido de Braga, datável de 1369-1380, já identifica a igreja de “Sancta Christinha de Queyide” como anexa ao mosteiro da Costa, vínculo que se mantém inalterado ainda em 1419⁵⁰⁵. A 29 de Setembro de 1455 o cónego Bartolomeu Vasques foi confirmado como pároco de Santa Cristina de Caide com sua anexa de Santa Maria de Atães⁵⁰⁶. A 3 de Agosto de 1481 a igreja de Santa Cristina de Caide continua a ser referenciada como anexa ao mosteiro de Santa Marinha da Costa⁵⁰⁷.

2.2.4.2. - Santa Eulália a Antiga (c. Fafe) – Igreja do padroado do mosteiro da Costa. A 18 de Outubro de 1360 o rei D. Pedro doou ao mosteiro de Santa Marinha da Costa o padroado e demais direitos da igreja de “Santa Ovaya a antiiga”⁵⁰⁸, localizada no julgado de Freitas⁵⁰⁹, no arcebispado de Braga. Competia ao mosteiro colocar um cónego na Igreja de Santa Eulália, de forma a servi-la devidamente, recebendo algum benefício por esse trabalho, embora o grosso das rendas da igreja fosse aplicado para mantimento do prior e cónegos de Santa Marinha da Costa, ficando estes obrigados a rezar diversas missas quer em vida do monarca quer após o seu falecimento, com a curiosidade de terem também de rezar uma missa pela alma de D. Inês de Castro⁵¹⁰.

⁵⁰⁴ Freguesia extinta e incorporada na de Atães, no actual concelho de Guimarães (cf. Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.244).

⁵⁰⁵ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, pp.285, 478 (doc.123). O documento onde se encontra a referência a 1419 encontra-se também publicado por Oliveira, A. Lopes de, *Fafe e o seu concelho*, Edição da Câmara Municipal de Fafe, s.d, pp.29-34.

⁵⁰⁶ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.928 (nota 512).

⁵⁰⁷ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.495 (doc.128). Este documento encontra-se também reproduzido por Oliveira, A. Lopes de, *Fafe e o seu concelho*, pp.34-38. Aí aparece Santa Eulália de Caide mas é erro.

⁵⁰⁸ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.184 (Doc. 468). Trata-se do orago da actual freguesia e concelho de Fafe (cf. Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, 1959, Vol. II, pp.250-251; Gonçalves, Sandra, “O julgado de Monte Longo nas Inquirições (1220 e 1258)”, 2002, p.106; Coimbra, Artur Ferreira, *Fafe: Apointamentos de História Local*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 2003, p.17).

⁵⁰⁹ O documento identifica-a no Julgado de Freitas mas normalmente surge referenciada como pertencente ao vizinho Julgado de Monte-Longo, de resto no próprio “Catálogo das Igrejas de 1320-1321” integra as Igrejas da Terra de Monte-Longo (cf. Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.109).

⁵¹⁰ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.184 (Doc. 468). Desconhecemos quem foi o cónego aí indigitado, mas é provável que na altura em que D. Pedro doou a igreja ao mosteiro o abade fosse Vasco Gonçalves, pelo menos é ele que surge referenciado como “abade de Santa Ovaya Antiga” a 4 de Janeiro de 1352 (cf. Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), “Arquivo da Collegiada de Guimarães”, in *Revista de Guimarães*, Vol. XXIII - Nº 3-4 (Julho-Dezembro de 1906), p.139).

Esta igreja tinha rendimentos bastante apetecíveis, isto se considerarmos que em 1320 foi taxada em 90 libras⁵¹¹. Em 1419 esta igreja encontrava-se anexa ao mosteiro de Santa Marinha da Costa⁵¹². A 9 de Abril de 1437 Frei Diogo Martins foi confirmado como pároco da igreja de Santa Eulália a Antiga numa altura em que a igreja andava aforada a Inês Gomes, que além de dar ao pároco alimentação, tinha de lhe dar 30 libras, colocando ainda à disposição do religioso a casa maior da igreja⁵¹³. Em 1481 a igreja de “Sancta Ovaya Antigua” continua a ser referenciada como anexa ao mosteiro de Santa Marinha⁵¹⁴.

2.2.4.3. - Santa Eulália de Barrosas (c. Vizela) – Igreja do padroado do mosteiro de Santa Marinha da Costa. A 9 de Abril de 1437 Bartolomeu Vasques, cónego regrante de Santa Marinha da Costa foi confirmado como capelão da igreja de Santa Eulália de Barrosas⁵¹⁵.

2.2.4.4. - Santa Maria de Atães (c. Guimarães) – Igreja do padroado de Santa Marinha da Costa. Em 1419, esta igreja encontrava-se anexa ao mosteiro de Santa Marinha da Costa⁵¹⁶, vínculo que já remontava pelo menos ao último quartel do século XIV⁵¹⁷. Curiosamente, em 1455, é identificada como sendo anexa de Santa Cristina de Caide⁵¹⁸, mas em 1481 surge apenas a indicação de que estava anexa do mosteiro de Santa Marinha⁵¹⁹.

2.2.4.5. - Capela de Santa Marinha da Costa (c. Guimarães) – Capela curada do mosteiro de Santa Marinha da Costa. A 5 de Agosto de 1432 foi confirmado como cura da capela do mosteiro de Santa Marinha da Costa, o cónego Gil Lourenço, numa altura

⁵¹¹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.109.

⁵¹² Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.478 (doc.123).

⁵¹³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.73vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.755-756.

⁵¹⁴ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.495 (doc.128); Oliveira, A. Lopes de, *Fafe e o seu concelho*, p.35.

⁵¹⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.73vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.756.

⁵¹⁶ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.478 (doc.123). Este mesmo documento encontra-se também publicado por Oliveira, A. Lopes de, *Fafe e o seu concelho*, pp.29-34.

⁵¹⁷ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.285.

⁵¹⁸ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.928 (nota 512).

⁵¹⁹ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.495 (doc.128).

em que era o prior claustral desta comunidade regrante⁵²⁰. Um outro responsável por esta capela foi Lopo Afonso, cónego de Santa Marinha da Costa, que acabou por renunciar em 1463⁵²¹, sendo aí confirmado, a 2 de Outubro desse ano, outro religioso do mosteiro, de nome Martinho Afonso⁵²².

2.2.4.6. - S. Lourenço de Calvos (c. Guimarães) – Igreja do padroado do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Esta igreja tinha rendimentos bastante apetecíveis, isto se considerarmos que em 1320 foi taxada em 100 libras⁵²³. Pedro Domingues era o abade de Calvos a 7 de Junho de 1353 surgindo como testemunha de um emprazamento que o prior da Costa, D. Pedro Geraldês, fez, na qualidade de procurador do infante D. Pedro, a Domingos Domingues de um casal na aldeia de Tieiro, propriedade pertencente à Comenda de Oriz⁵²⁴. Em Agosto de 1419 era seu abade João Vasques⁵²⁵ que ainda aí se mantinha a 13 de Maio de 1425, dia em que solicitou autorização papal para acumular benefícios eclesiásticos⁵²⁶. A 11 de Julho de 1428 há a indicação de que João Vasques tencionava resignar à igreja de S. Lourenço de Calvos posicionando-se Rodrigo Vicente, clérigo da diocese de Lisboa, para ocupar essa igreja, solicitando o cargo ao papa Martinho V⁵²⁷. A 6 de Junho de 1434 é Frei Álvaro Gil quem é confirmado como pároco de S. Lourenço de Calvos⁵²⁸, no entanto a sua acção pastoral nesta igreja seria, em termos temporais, extremamente curta, isto se considerarmos que a 9 de Março de 1435 o abade de S. Lourenço de Calvos já era Fernando Afonso⁵²⁹.

⁵²⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.36; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.755.

⁵²¹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.231; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.756.

⁵²² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.231; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.756.

⁵²³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.108.

⁵²⁴ Cunha, Maria Cristina Almeida, *A comenda de Oriz da Ordem de Avis...*, 1989, pp. 61-62.

⁵²⁵ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.479 (doc.123).

⁵²⁶ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.8 (doc.827). Este documento invalida, à partida, a informação veiculada por uma súplica, datada de 27 de Dezembro de 1424, pela qual Vicente Peres, clérigo de Lisboa, solicita a igreja de S. Lourenço de Calvos “vacante per obitum quondam Johannis Valasci, ultimi rectoris eiusdem” (cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.22 (doc. 848). De resto, à luz quer deste documento de 1425 quer de outros posteriores, onde surge referenciado João Vasques, temos naturalmente que considerar duas possibilidades: ou esta data está incorrecta, ou então estamos perante dois homónimos que ocuparam o cargo em datas sequenciais.

⁵²⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp.318-319 (doc.1256).

⁵²⁸ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.53; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.755.

⁵²⁹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°255.

2.2.5. - São Martinho de Caramos (c. Felgueiras)

No final da centúria de duzentos esta casa monástica atravessava grandes dificuldades, levando à intervenção do arcebispo bracarense que, para ajudar a reabilitar as depauperadas finanças de Caramos, anexou-lhe, a 17 de Julho de 1287, três igrejas, e o direito de colocar um religioso do mosteiro numa outra⁵³⁰, acção em que, cerca de um decénio depois, foi secundado pelo próprio rei⁵³¹.

Numa análise muito simplista parece-nos que se pode concluir que estas intervenções foram extremamente benéficas para a instituição, isto se tivermos em conta que, em 1320, São Martinho de Caramos foi taxado em 500 libras⁵³², um valor que deixa antever alguma saúde económica. Face a esta taxação que lhe foi aplicada tudo leva a crer que o mosteiro era possuidor de um bom domínio patrimonial.

Também em termos comunitários é de admitir que fosse composto por cerca de uma dezena de religiosos, para fazerem face aos desafios pastorais isto se tivermos em conta o alargado rol de igrejas onde o mosteiro apresentava pároco, embora, e como adiante veremos, não tenhamos dados que permitam radiografar convenientemente esse quadro paroquial, pelo menos ao ponto de nos permitir afirmar que o mosteiro deteve o direito de padroado sobre todas essas igrejas em simultâneo.

Mas se, aparentemente, no século XIV esta canónica apresenta alguma estabilidade, já à entrada para a segunda metade do século XV os problemas são indesmentíveis, havendo grande dificuldade em constituir convento, ao ponto de, em Fevereiro de 1449, o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, ordenar ao seu vigário geral para confirmar no priorado do mosteiro um dos cónegos da comunidade em virtude de não haver elementos suficientes para elegerem prior⁵³³.

Na última década de quatrocentos Caramos já se encontrava sob a gestão de comendatários sendo muito provavelmente o primeiro Pedro de Barros que faleceu em 1492 com o rei a nomear então Diogo Lopes, o capelão da rainha⁵³⁴.

⁵³⁰ Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, pp. 11-12 (Doc.4).

⁵³¹ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol.2, 1959, p.263.

⁵³² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.106.

⁵³³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.147; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.758.

⁵³⁴ *Idem, Ibidem*, 1988, p.759.

A situação vivida pela instituição no início do século XVI não era muito auspiciosa. Uma visitação aí efectuada no final de 1528 revela que o “moesteiro e mal servido no espirituall e peor repayrado no temporal”⁵³⁵. Entre as recomendações deixadas pelo visitador destaque para a necessidade de várias obras urgentes, nomeadamente a colocação de telha nova e arranjos na sala do capítulo, incluindo a colocação de bancos, bem como a reparação nas partes superiores das paredes porque chovia dentro. Obras extensíveis à torre sineira cujo andaime apresentava tal estado de perigo que o visitador ordenou que se deixassem de tocar os sinos, alertando ainda para a necessidade de proverem à colocação de paramentos e objectos necessários ao culto⁵³⁶.

Durante cerca de um século S. Martinho de Caramos foi gerido sob regime de comenda, tendo sido seu último comendatário D. João Pinto que, segundo Carvalho da Costa, renunciou à comenda do mosteiro de Caramos nas mãos do papa Sixto V (1585-1590) para que este o unisse à Congregação de Santa Cruz de Coimbra⁵³⁷ mas tal união só sucederia em 1594 por letras de Clemente VIII (1592-1605) de 23 de Maio⁵³⁸, tomando posse efectiva do mosteiro a 12 de Fevereiro de 1595⁵³⁹. Nesta altura era D. Cristóvão de Cristo o prior geral da Congregação, elegendo-se a 14 de Fevereiro como primeiro prior trienal de Caramos D. João das Neves⁵⁴⁰.

Igrejas do padroado de S. Martinho de Caramos

A 17 de Junho de 1287 o arcebispo de Braga, D. Frei Telo (1279-1292), anexa ao mosteiro de Caramos as igrejas de S. João de Várzea, S. Mamede de Arenteiro e Santa

⁵³⁵ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528, 1988-89, p.133.

⁵³⁶ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”..., 1988-89, p.133.

⁵³⁷ Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Tomo I, 1706, p.122.

⁵³⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.134; Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa ...*, Tomo I, 1706, p.122; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VI, p.300.

⁵³⁹ Cardoso, Jorge, *Agiolégio Lusitano*, Tomo III, (Edição fac-similada da de 1666), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p.249; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.134; Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa ...*, Tomo I, 1706, p.122; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VI, p.300.

⁵⁴⁰ Cardoso, Jorge, *Agiolégio Lusitano*, Tomo III, 2002, p.249; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.134. Quando o mosteiro foi integrado na Congregação era seu gestor o Padre D. Manuel de S. João, que entretanto acabava de ser eleito como primeiro prior trienal do mosteiro de S. Simão da Junqueira (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.134; Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado ...*, 1913, pp. 99, 148-152 (doc.16).

Eulália de Arnozela, concedendo-lhe também o direito de apresentar e colocar na igreja de Santa Leocádia de Macieira um cônego regular em substituição do capelão secular que a administrava, situação a ocorrer mal esta vagasse⁵⁴¹. Ainda no final do século XIII, e desta feita, através de doação régia, o mosteiro vê crescer ao seu padroado o da igreja de Constantim⁵⁴².

Através do catálogo das igrejas de 1320-1321 obtemos a confirmação da posse de algumas destas igrejas por parte de Caramos, dizendo-se aí que as igrejas de Várzea e Caramos são do mosteiro de São Martinho de Caramos tal como as de Arnozela e Santa Leocádia⁵⁴³. Também a igreja de Santa Maria de Borbela andava anexa ao mosteiro e era do seu padroado, estendendo-se os direitos de apresentação do mosteiro às igrejas de Candemil e S. Cristóvão de Lordelo⁵⁴⁴. Não temos dados que nos permitam afirmar que o mosteiro deteve o padroado de todas estas igrejas nos séculos finais da Idade Média, mas é muito provável que tal tenha acontecido, de resto, o facto de em meados do séc. XVII S. Martinho de Caramos ainda trazer anexas 8 igrejas⁵⁴⁵ parece-nos um dado, senão inquestionável, pelo menos fortemente indiciador da permanência desse alargado número de igrejas sob a sua jurisdição⁵⁴⁶.

2.2.5.1. - Constantim⁵⁴⁷ (c. Vila Real) – Igreja do padroado do mosteiro de Caramos. D. Dinis fez doação ao mosteiro de S. Martinho de Caramos desta igreja e seu respectivo padroado em 1297⁵⁴⁸. Em 1320, no catálogo das igrejas e mosteiros sujeitos a taxaço, e incluída na Terra de Panóias, diz-se que “a igreja de Constantim é do mosteiro de

⁵⁴¹ Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, 1983, pp. 11-12 (Doc.4).

⁵⁴² Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol.2, 1959, p.263; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VI, p.298.

⁵⁴³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.106.

⁵⁴⁴ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.757.

⁵⁴⁵ Cardoso, Jorge, *Agiolégio Lusitano*, Tomo III, 2002, p.249. Também Fernandes, Maurício Antonino, *Felgueiras de ontem e de hoje*, 1989, p.63, indica como constitutivas do padroado de Caramos as igrejas de Macieira da Lixa, Santiago do Pinheiro, Alentem, Arnosela, Borbela, Candemil e Constantim, paróquias nas quais a instituição apresentava os respectivos párocos.

⁵⁴⁶ Também Fernandes, Maurício Antonino, *Felgueiras de ontem e de hoje*, 1989, p.63, indica como constitutivas do padroado de Caramos as igrejas de Macieira da Lixa, Santiago do Pinheiro, Alentem, Arnosela, Borbela, Candemil e Constantim, paróquias nas quais a instituição apresentava os respectivos párocos.

⁵⁴⁷ O orago actual é Santa Maria da Feira (cf. *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 3, Matosinhos, MinhaTerra, 1997, p.595).

⁵⁴⁸ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol.2, 1959, p.263. Também Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VI, p.298, faz referência a esta igreja dizendo que ela foi doada ao mosteiro de Caramos por D. Afonso Henriques em 1154 e confirmada por D. Dinis em 1321.

Caramaros”⁵⁴⁹. Segundo D. Nicolau de Santa Maria em 1503, sendo vigário desta igreja o cônego D. Pedro Rodrigues, tentou retirá-la da sujeição de Caramos e torná-la reitoria independente, gerando-se o inevitável conflito com o prior de Caramos, havendo sentença favorável ao mosteiro, dada em Guimarães a 15 de Outubro de 1503, e posteriormente confirmada, em 1507, pelo papa Júlio II⁵⁵⁰ (1503-1513).

2.2.5.2. - Santa Eulália de Arnozela (c. Fafe) – Igreja do padroado do mosteiro de Caramos. Trata-se de uma das igrejas que, a 17 de Junho de 1287, o arcebispo de Braga, D. Frei Telo (1279-1292), anexou ao mosteiro regente de Caramos⁵⁵¹. No catálogo das igrejas e mosteiros elaborado em 1320-1321 diz-se que “a igreja de Arnosela é do mosteiro de Caramoros”⁵⁵².

2.2.5.3. - Santa Leocádia de Macieira da Lixa (c. Felgueiras) – Igreja de apresentação padroado do mosteiro de Caramos. Como já referenciado acima trata-se da igreja que, a 17 de Junho de 1287, o arcebispo de Braga, D. Frei Telo (1279-1292), concedeu o direito de apresentar e colocar um cônego⁵⁵³. Em 1320, “Santa Leocádia” é referenciada como sendo do mosteiro de Caramos⁵⁵⁴ embora não apareça aí qualquer outro elemento identificativo mas parece-nos muito provável que tal referência diga respeito a Santa Leocádia de Macieira da Lixa, onde o mosteiro de Caramos exerceu direito de padroado⁵⁵⁵. Não sabemos se antes da doação do arcebispo o mosteiro já detinha alguns direitos de padroado nesta igreja mas é possível que estejamos perante a mesma igreja onde a instituição adquiriu direitos de padroado em 1171 embora nessa altura surja

⁵⁴⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.111.

⁵⁵⁰ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VI, pp.298-299, faz referência a esta igreja dizendo que ela foi doada ao mosteiro de Caramos por D. Afonso Henriques em 1154 e confirmada por D. Dinis em 1321.

⁵⁵¹ Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, 1983, pp. 11-12 (Doc.4).

⁵⁵² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.106. Também Oliveira, A. Lopes de, *Fafe e o seu concelho*, p.52, identifica esta igreja como sendo do padroado de Caramos, informação que também consta no *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, p.93.

⁵⁵³ Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, 1983, pp. 11-12 (Doc.4).

⁵⁵⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.106.

⁵⁵⁵ *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, pp.222-223. Ainda no início do séc. XVIII era da vigairaria do mosteiro de Caramos (cf. Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa ...*, Tomo I, 1706, p.143)

identificada como Santa Leocádia de Moreira⁵⁵⁶. A 11 de Janeiro de 1428 o cónego Gonçalo Lourenço foi confirmado nesta igreja⁵⁵⁷.

2.2.5.4. - Santa Maria de Borbela (c. Vila Real) – Igreja do padroado do mosteiro de Caramos. Segundo as inquirições de D. Afonso III a igreja de Borbela era do padroado do mosteiro de Caramos tendo o cenóbio obtido metade de D. Mendo Pires de Aguiar e comprando a outra metade a D. Mendo Garcia de Cabreira⁵⁵⁸. A 28 de Maio de 1417, a igreja de Santa Maria de Borbela já andava anexa ao mosteiro de S. Martinho de Caramos, altura em que era paroquiada pelo cónego Frei João Aparício⁵⁵⁹. A 24 de Abril de 1454 foi investido como capelão desta igreja João Anes⁵⁶⁰.

2.2.5.5. - São Cristóvão de Candemil (c. Amarante) – Igreja do padroado do mosteiro de Caramos. A 23 de Abril de 1461, o cónego do mosteiro de Caramos, Frei João de Paris, foi instituído como pároco da igreja de S. Cristóvão de Candemil, sucedendo aí a Rui Gomes, destituído pelo arcebispo por não fazer residência na freguesia⁵⁶¹.

2.2.5.6. - São Cristóvão de Lordelo (c. Felgueiras) – Igreja do padroado do mosteiro de Caramos. A 11 de Maio de 1467 Frei Francisco Anes, cónego do mosteiro de Caramos, foi confirmado como pároco da igreja de S. Cristóvão de Lordelo que tinha anexa a de Santa Maria de Vilar Torno, na Terra de Sousa⁵⁶².

2.2.5.7. - S. João Baptista de Várzea (c. Amarante) – Igreja do padroado do mosteiro de Caramos. A 17 de Junho de 1287 o arcebispo de Braga, D. Frei Telo (1279-1292),

⁵⁵⁶ Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas ...*, Tomo II, Lisboa, 1811, p.75. Poderá também tratar-se da igreja de Santa Leocádia de Moreiras, do concelho de Chaves, que também surge identificada nas inquirições ducentistas (cf. Maurício, Maria Fernanda, *Entre Douro e Tâmega ...*, 1997, pp.202,318).

⁵⁵⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.43vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1036.

⁵⁵⁸ *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, Vol I, Pars II, Fasciculus VIII, 1961, p.1214.

⁵⁵⁹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.757.

⁵⁶⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.183; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1037.

⁵⁶¹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.215vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.759.

⁵⁶² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.[253vº]; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.759. Actualmente a freguesia de Vilar de Torno denomina-se Vilar do Torno e Alentem e pertence ao concelho de Lousada (*Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, p.257).

anexou ao mosteiro regrente de Caramos a igreja de “Sancti Johannis de Varçena”⁵⁶³. Em 1320 apenas se diz que “as igrejas da Varzea e de Caramoros são do mosteiro de Caramaros”⁵⁶⁴.

2.2.5.8. - S. Mamede de Arente⁵⁶⁵ (c. Lousada) – Igreja do padroado do mosteiro de Caramos. A 17 de Junho de 1287 o arcebispo de Braga, D. Frei Telo (1279-1292), anexou ao mosteiro regrente de Caramos a igreja de “Sancti Mametis de Arente”⁵⁶⁶. Temos poucas informações sobre esta igreja, não aparecendo sequer entre as da “Terra de Sousa” que são referenciadas no catálogo de 1320-1321⁵⁶⁷, de qualquer modo é inegável que o mosteiro aqui exerceu o direito de padroado nos séculos finais da Idade Média e mesmo posteriormente, uma vez que em 1706 ainda era vigairaria do convento de Caramos, embora aí surja identificada como “Santa Maria de Arentey”⁵⁶⁸.

2.2.5.9. - S. Tiago de Pinheiro (c. Amarante) – Igreja do padroado do mosteiro de Caramos. Foi doada ao mosteiro de Caramos em 1161⁵⁶⁹.

⁵⁶³ Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, 1983, pp. 11-12 (Doc.4).

⁵⁶⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.104. Apesar de aí se ocultar o orago aparece a indicação de que se trata de uma igreja do mosteiro de Caramos o que não deixa quaisquer dúvidas que estamos perante S. João da Várzea. Importa, no entanto, alertar que perante a ausência destes elementos se torna difícil a identificação, podendo-se confundir com a igreja de S. Jorge de Várzea do actual concelho de Felgueiras, paróquia essa do padroado do mosteiro de Pombeiro (cf. *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, p.236. Ainda no início do séc. XVIII era da vigairaria do convento de Pombeiro (cf. Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa ...*, Tomo I, 1706, p.123). No *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, p.208 também se diz que S. João Baptista de Várzea era da apresentação de Caramos.

⁵⁶⁵ Faz parte integrante da actual freguesia de Vilar do Torno e Alentem. A freguesia de Arente ou Alentem manteve a sua autonomia até à primeira metade do séc. XIX, tendo sido, em 1834, anexada à de Vilar do Torno (cf. Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho, *Portugal antigo e moderno, dictionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, biographico e etymologico*, vol.XI, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1886, pp.1284-1285; Oliveira, Ana Maria, “Torre de Vilar: uma residência senhorial do Vale do Sousa”, in *OPPIDUM -Revista de Arqueologia, História e Património da Câmara Municipal de Lousada*, Nº 1, 2006, p.144).

⁵⁶⁶ Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, 1983, pp. 11-12 (Doc.4).

⁵⁶⁷ Entre as igrejas pertencentes à Terra de Sousa a única que detectámos cujo orago é S. Mamede é a de Vila Verde (cf. Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.106) mas essa deveria ser do padroado do mosteiro de Pombeiro como deixa perceber o facto de a 28 de Janeiro de 1427 ser aí apresentado Frei João Vicente, do mosteiro de Pombeiro (cf. Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1035).

⁵⁶⁸ Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Tomo I, 1706, p.128. Também Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho, *Portugal antigo e moderno...*, vol.XI, 1886, p.1284, faz referência a este facto, tendo por base Carvalho da Costa, identificando como seu orago S. Mamede.

⁵⁶⁹ Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas...*, Tomo II, 1811, p.75; *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, p.225.

2.2.6. - S. Martinho de Crasto (c. Ponte da Barca)

Fundado por D. Onerico Soeiro, senhor de Crasto e doado, em 1142, aos cónegos regrantes de Santo Agostinho, desde logo conheceu um forte desenvolvimento, procedendo-se ainda nesse século à ampliação da igreja que seria sagrada em 1182 pelo arcebispo D. Godinho⁵⁷⁰ (1175-1188). O mosteiro de S. Martinho de Crasto aparece contemplado no testamento de Estêvão Eanes, chanceler de D. Afonso III, feito em 1279, recebendo anualmente 30 “moios” de trigo⁵⁷¹. A 24 de Julho de 1335⁵⁷² D. Afonso IV deu sentença referente à jurisdição que o mosteiro de S. Martinho de Crasto tinha no seu couto, localizado nas imediações do mosteiro, autorizando a instituição a deter a jurisdição cível enquanto a do crime ficava sob a alçada régia, provando-se que o porteiro do julgado da Terra da Nóbrega entrava no couto do mosteiro⁵⁷³.

No início do séc. XV aparenta alguma estabilidade, sendo a sua comunidade formada por cerca de uma dezena de elementos. Pelo menos assim o indicia um documento de 14 de Julho de 1419, onde são identificados, além do prior, o prior claustral e mais sete cónegos. Esse documento revela-nos também a preocupação de evitar que a sua casa monástica caísse em mãos de pessoas que se apropriassem do património do mosteiro e colocassem em causa a segurança dos próprios religiosos. Temendo ficarem à mercê da rapina de poderosos, caso o seu prior falecesse ou resignasse, e para se precaverem de tais situações e abusos, delegam no deão de Braga, Álvaro Martins, plenos poderes para que este os represente na eleição do futuro prior⁵⁷⁴.

Tais temores não seriam certamente inocentes, previsivelmente motivados por disputas, pressões ou violências exercidas por poderosos locais, mas se o não eram, acabaram por ser premonitórios, uma vez que por finais de 1435 ou inícios de 1436 o

⁵⁷⁰ Barreiros, Padre Manuel D’Aguiar, *Igrejas e capelas românicas da Ribeira Lima*, 1926, p.61.

⁵⁷¹ Sá-Nogueira, Bernardo, “O testamento de Estêvão Eanes, chanceler d’el rei D. Afonso III”, in *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Loulé, 1989, p.74, 82.

⁵⁷² No documento transcrito em *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.55-57 (Doc.27), e face às dificuldades de leitura, aparece reconstituído na data o mês de Outubro mas tendo em conta que o documento foi emitido na Guarda parece-nos de facto muito mais provável tratar-se de Julho, uma vez que nessa altura, bem como no mês seguinte há documentos emanados da Guarda (cf. *Ibidem, Vol. I (1315-1336)*, 1990, doc. 377; *Vol. II (1336-1340)*, 1992, docs. 26, 48), sendo certo que entre 12 e 25 de Setembro o rei já se encontrava em Coimbra (cf. *Ibidem, Vol. I (1315-1336)*, 1990, docs. 387, 375; *Vol. II*, doc. 54) cidade de onde surgem novos registos entre 15 e 16 de Novembro (cf. *Ibidem, Vol. II (1336-1340)*, 1992, docs. 22,68,69) sendo por isso presumível que entre Setembro e Dezembro o monarca tenha estado nesta cidade.

⁵⁷³ *Idem, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.55-57 (Doc.27); Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.74-75 (Doc. 20 do Apêndice).

⁵⁷⁴ A.D.B. - Coleção Cronológica, Caixa 21; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.760; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.77-80 (Doc. 23 do Apêndice).

mosteiro foi atacado por diversos indivíduos, incluindo um tabelião de Ponte de Lima, que derrubaram e queimaram portas, saquearam o mosteiro e tentaram matar o prior⁵⁷⁵. Em 1468, o mosteiro atravessava visíveis dificuldades, sendo-lhe anexada a igreja de S. Romão de Nogueira⁵⁷⁶.

Ainda no século XV e durante o século XVI, e à semelhança dos restantes mosteiros regrantes portugueses, também o mosteiro de Crasto acabaria por ser gerido por comendatários, andando o seu historial ligado às gestões dos mosteiros de Refóios de Lima e Vila Nova de Muia, uma vez que os detentores das comendas foram, maioritariamente, comuns às três instituições.

De resto, em 1558 o rei escreve ao cardeal Mignanelo dando-lhe conta de que os mosteiros de S. Martinho de Crasto, Muia e Refóios vagaram pelo falecimento de D. Pedro de Melo, solicitando-lhe que a troco de uma pensão justa aceitasse as pessoas que ele nomeasse para esses mosteiros de forma a evitarem-se demandas e litígios⁵⁷⁷.

O mosteiro de S. Martinho de Crasto foi o último a ser unido à Congregação de Santa Cruz, sendo que após a autorização da união pelo papa Clemente VIII (1592-1605) deu-se a tomada de posse por D. Cristóvão de Cristo e seus colegas, em 1595, numa altura em que era prior comendatário Sebastião Rodrigues da Fonseca, confirmando-se a posse real apenas com o falecimento do comendatário, em 1615, tomando então posse do mosteiro o prior geral D. Jerónimo da Cruz, quando havia apenas dois cónegos na instituição⁵⁷⁸.

Igrejas do padroado do mosteiro de S. Martinho de Crasto

Em Abril de 1190 o mosteiro de São Martinho de Crasto recebeu, por doação, o direito de padroado de 5 igrejas todas elas situadas no actual concelho de Ponte da Barca: Santo Adrião de Oleiros, Santa Eulália de Ruivos, S. Miguel de Boivães, S. Tiago de Sampriz e S. Romão de Nogueira⁵⁷⁹. À excepção das duas últimas, e no que concerne ao século XIV, não dispomos de quaisquer informações que nos permitam

⁵⁷⁵ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, fl.116vº; Livro 23, fls.77-77vº; *Valdevez Medieval- Documentos – II: 1300-1479 (Arquivos de Lisboa)*, coordenação de Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus; transcrições de Filipa Silva e João Luís Fontes, Edição da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2001, pp.171-172, 173-174 (Docs. 116, 118).

⁵⁷⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.107; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.761.

⁵⁷⁷ *Corpo Diplomático Portuguez...*, Tomo VIII, 1884, p.60.

⁵⁷⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.175-176.

⁵⁷⁹ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. IX, p.316; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, p.30.

comprovar a ligação destas igrejas ao mosteiro de S. Martinho de Crasto, o que não invalida que durante esse período se tenham mantido dentro do padroado do mosteiro. Outra igreja que não integra esta lista mas onde, pelo menos no séc. XV o mosteiro deteve direito de padroado é a de S. Pedro de Vade.

2.2.6.1. - Santa Eulália de Ruivos (c. Ponte da Barca) – Igreja do padroado do mosteiro de S. Martinho de Crasto. Em 1320 foi taxada em 20 libras⁵⁸⁰.

2.2.6.2. - Santo Adrião de Oleiros (c. Ponte da Barca) – Igreja do padroado do mosteiro de S. Martinho de Crasto. Em 1320 foi taxada em 80 libras⁵⁸¹.

2.2.6.3. - São Mamede de Cuide (c. Ponte da Barca) – Igreja do padroado do mosteiro de S. Martinho de Crasto. No Censual de D. Diogo de Sousa já aparece como anexa ao mosteiro de S. Martinho de Crasto⁵⁸², situação que se mantém em 1551⁵⁸³.

2.2.6.4. - S. Miguel de Boivães (c. Ponte da Barca) – Igreja do padroado do mosteiro de S. Martinho de Crasto. Em 1320 foi taxada em 50 libras⁵⁸⁴. Em 1528 S. Miguel de Boivães estava anexa a Ruivos⁵⁸⁵.

2.2.6.5. - S. Pedro de Vade (c. Ponte da Barca) Igreja do padroado do mosteiro de S. Martinho de Crasto. Em 1320 a igreja de “S. Pedro do Vado” foi taxada em 40 libras⁵⁸⁶. A 1 de Maio de 1439 é indicada como sendo anexa de S. Martinho de Crasto⁵⁸⁷.

2.2.6.6. - S. Romão de Nogueira/S. Romão da Nóbrega (c. Ponte da Barca) – Igreja do padroado do mosteiro de S. Martinho de Crasto. Em 1320 foi taxada em 40 libras⁵⁸⁸. A 21 de Agosto de 1428 é confirmado no priorado desta igreja o cónego Rui Gonçalves,

⁵⁸⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.101.

⁵⁸¹ *Idem, Ibidem*, vol. IV, 1971, p.101.

⁵⁸² Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Terra da Nóbrega e Concelho de Ponte da Barca - Subsídios para a sua história”..., 1998, p.177 (Doc. 18 do Apêndice)

⁵⁸³ *Idem, Ibidem*, p.179 (Doc. 19 do Apêndice).

⁵⁸⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.101.

⁵⁸⁵ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.195.

⁵⁸⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.101.

⁵⁸⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.93; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.811.

⁵⁸⁸ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.101.

religioso do vizinho mosteiro de Vila Nova de Muia⁵⁸⁹. Não sendo caso único a nomeação de cônegos de outras comunidades para as igrejas de determinado mosteiro, este facto leva-nos a equacionar a hipótese de o padroado da igreja ter entretanto transitado para o mosteiro de Vila Nova de Muia. No entanto não encontramos qualquer prova documental ou sequer outro indício que valide tal possibilidade. Deverá ter-se tratado apenas de uma situação pontual e talvez justificável pelo elevado número de igrejas onde o mosteiro de Crasto detinha direitos de apresentação, necessitando de recorrer a elementos extra-comunidade para o exercício pastoral nessas paróquias.

Em 1445, mais concretamente a 22 de Maio desse ano, já aparece referenciado como abade desta igreja Álvaro Anes, dia em que lhe são concedidas, em Braga, ordens de Epístola⁵⁹⁰. No ano seguinte, durante o primeiro semestre, ser-lhe-iam impostas as ordens de Evangelho e Missa continuando a ser identificado como “Abade de Sam Romao de Novrega”⁵⁹¹. Aí se deverá ter mantido por cerca de mais nove anos, uma vez que a 10 de Abril de 1455 é confirmado como pároco de S. Romão da Nóbrega Gonçalo Domingues⁵⁹², antigo cônego do mosteiro de Bravães.

Na segunda metade do séc. XV e para tentar fazer face às dificuldades económicas que S. Martinho de Crasto atravessava foi-lhe anexada esta igreja, em 1468⁵⁹³. Em 1528 continua anexada a S. Martinho de Crasto⁵⁹⁴.

2.2.6.7. - S. Tiago de Sampriz (c. Ponte da Barca) – Igreja do padroado do mosteiro de S. Martinho de Crasto. Em 1320 a igreja de “S. Prisco” foi taxada em 60 libras⁵⁹⁵. Em Outubro de 1451 o prior de S. Martinho de Crasto apresentou um clérigo para esta igreja, embora não seja revelada a sua identidade⁵⁹⁶.

⁵⁸⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.44v°; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp. 743-744.

⁵⁹⁰ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 9, fl.2; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.62.

⁵⁹¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fls.6,9; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, pp.68,71.

⁵⁹² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.191; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.725.

⁵⁹³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.107; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.761.

⁵⁹⁴ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.197.

⁵⁹⁵ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.101.

⁵⁹⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.165; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.761.

2.2.7. - São Martinho de Mancelos (c. Amarante)

O mosteiro de Mancelos, sob a tutela do seu prior, Martim Lourenço, realizou, a 31 de Agosto de 1305, uma permuta de bens com o rei D. Dinis, abrindo mão dos herdamentos e do hospital que tinham em Vila Ruiva de Malcabrão, em troca de dois casais que o rei possuía no couto de Vilela e da igreja de S. Nicolau de Cabeceiras de Basto⁵⁹⁷. Pouco antes o mosteiro havia sido contemplado no testamento de Vasco Domingues, cónego da Sé de Coimbra, feito a 9 de Janeiro de 1299, onde confessa que deve e manda entregar duas libras ao mosteiro de Mancelos pela alma de D. Teresa, sua avó⁵⁹⁸.

O início do séc. XIV parece revelar algum dinamismo por parte desta instituição e dos seus responsáveis máximos, com reflexo directo na boa saúde financeira que o mosteiro de São Martinho de Mancelos apresenta em 1320, tendo sido taxado em 600 libras⁵⁹⁹. Também a nível demográfico Mancelos apresenta invulgar vigor, sendo a sua comunidade, no início da década de 60 do século XIV, composta por uma dúzia de religiosos⁶⁰⁰.

No final do séc. XIV há registo de um conflito entre o mosteiro e o arcebispo de Braga, D. Martinho (1295-1313) a quem o mosteiro recusava o pagamento das dízimas das searas, dos votos de Santiago e de outros direitos exigidos pelo prelado bracarense, alegando o mosteiro que nunca nenhum arcebispo de Braga aí recebeu as dízimas, acabando as partes por chegar a um entendimento, a 19 de Abril de 1399, comprometendo-se o mosteiro a pagar 35 maravedis velhos pela Páscoa⁶⁰¹.

No segundo quartel do séc. XV, o mosteiro vai viver situações atribuladas a nível interno, desde logo com uma luta pelo priorado que se vai arrastar durante vários anos, opondo Gonçalo Peres, prior eleito pelos cónegos do mosteiro de S. Martinho de Mancelos a Gil Afonso, cónego de Santa Maria de Oliveira, contenda que já decorria a 30 de Dezembro de 1426⁶⁰². Na origem do conflito está o facto de os cónegos de Mancelos terem delegado a responsabilidade de eleger o prior da instituição a Vasco Rodrigues, chantre de Braga, situação que se verificou após o falecimento do prior João

⁵⁹⁷ *O Livro das Lezírias D'El Rei Dom Dinis*, 2003, pp. 83-87.

⁵⁹⁸ Gomes, Saul António, "As ordens mendicantes na Coimbra Medieval: notas e documentos", in *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, Tomo X, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa-Universidade Católica Portuguesa, 1998, p.206.

⁵⁹⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.107.

⁶⁰⁰ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.400.

⁶⁰¹ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, p.248; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.762.

⁶⁰² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 162-164.

Gonçalves, com o chantre a nomear para o cargo Gil Afonso, um cónego do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, o problema é que entretanto os religiosos de Mancelos elegeram canonicamente Gonçalo Peres⁶⁰³. Como nem o eleito nem o indigitado pretendiam abdicar do priorado a situação arrastou-se pelo menos até à década de trinta, com interposições para a Santa Sé, com esta a nomear o arcebispo de Braga e o seu vigário geral, como seus juizes apostólicos para a resolução do conflito, acabando Gil Afonso por sair vitorioso da contenda⁶⁰⁴. Desconhece-se a altura em que Gil Afonso assumiu o priorado de Mancelos, mas tendo em consideração que entre os cónegos de Oliveira é identificado um Gil Afonso em Julho de 1442⁶⁰⁵, parece-nos que a sua ida para Mancelos é posterior a esta data.

No decurso deste período conturbado, mais concretamente a 2 de Março de 1434 D. Duarte confirma ao mosteiro de Mancelos todos os privilégios que usufruíam o prior e o convento⁶⁰⁶. Independentemente de quem ocupava a cadeira prioral nessa altura o certo é que Mancelos parece atravessar dificuldades sérias com D. Fernando da Guerra a efectuar diversas visitas a este mosteiro, permanecendo aí, inclusivamente, algumas temporadas, o que por si só parece ser sintomático dos problemas vividos pela instituição. A presença do arcebispo é registada neste cenóbio entre 21 e 30 de Março de 1432⁶⁰⁷, a 12 de Novembro de 1432, no período que medeia entre 8 e 27 de Março de 1433, e nova presença entre 9 e 20 de Agosto desse mesmo ano de 1433⁶⁰⁸. D. Fernando da Guerra passará ainda, na sua quase totalidade, o mês de Maio de 1436 neste mosteiro, sendo certo que aqui esteve entre os dias 8 e 28⁶⁰⁹. O mesmo sucederá entre 23 de Julho e 29 de Agosto de 1437, com o arcebispo a fazer aqui um interregno para se deslocar a Braga, regressando a Mancelos a 9 de Setembro estendendo-se aí a sua presença até pelo menos ao dia 19 de Outubro⁶¹⁰. Voltará a S. Martinho de Mancelos em 1439 detectando-se a sua presença no mosteiro a partir de 28 de Maio, sendo muito provável que aí tenha permanecido durante os meses de Junho, Julho e Agosto, e muito provavelmente Setembro uma vez que ainda aí estava no dia 3⁶¹¹. Entre 8 e 30 de

⁶⁰³ *Ibidem*, Vol. IV, 1970, pp. 162-164; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.762-763.

⁶⁰⁴ A.D.B., Coleção Cronológica, Caixa 22, s.n.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.763-764.

⁶⁰⁵ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.18.

⁶⁰⁶ *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo I (1433-1435), 1998, p.254 (Doc.478).

⁶⁰⁷ Marques José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra ...*, 1978, p.45.

⁶⁰⁸ *Idem, Ibidem*, pp.46-47.

⁶⁰⁹ *Idem, Ibidem*, p.52.

⁶¹⁰ *Idem, Ibidem*, p.54.

⁶¹¹ *Idem, Ibidem*, p.58.

Novembro de 1442 D. Fernando da Guerra instalou-se novamente no mosteiro de Mancelos⁶¹².

Uma súplica datada de 13 de Março de 1453, pela qual Gil Afonso resigna ao priorado do mosteiro, concedendo-o então o papa Nicolau IV ao arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra⁶¹³, revela que a instituição sofria diversas violências perpetradas sobretudo pelo cavaleiro Vasco Martins de Ancede⁶¹⁴. E se já anteriormente a presença do arcebispo se fizera sentir de forma constante neste cenóbio, agora, na sua qualidade de detentor do mosteiro retoma e reforça essa assiduidade, permanecendo aí entre 18 e 29 de Julho de 1459⁶¹⁵, o mesmo sucedendo, talvez de forma ininterrupta entre 30 de Abril e 18 de Junho de 1460⁶¹⁶. D. Fernando da Guerra regressaria novamente a esta casa monástica em 1462, local onde se manteria entre 7 e 14 de Agosto⁶¹⁷.

Uma visitação feita em 1528 revela alguns dos problemas com que se debatia a instituição, recomendando o visitador que os cónegos rezassem juntos no coro e não nos seus aposentos, e que lessem diariamente, em cabido, um capítulo da Regra de Santo Agostinho, ordenando ao comendatário que mandasse traduzir a Regra para português de forma a que a pudessem entender melhor⁶¹⁸. Ordenou também que fosse colocado um noviço no mosteiro para ajudar a servir a sacristia e tocar os sinos, da mesma forma que o comendatário devia entregar as rações a que os cónegos tinham direito e não se imiscuir nos assuntos da mesa conventual, dando apenas a sua anuência aos emprazamentos que deveriam ser feitos com a supervisão da Sé de Braga⁶¹⁹. Registo ainda para as obras de reparação que o comendatário deveria fazer no claustro e no corpo do mosteiro, que incluíam emadeiramento e telhados⁶²⁰.

Mancelos transitou, em 1559, para a Ordem dominicana, para auxiliar as rendas conventuais de S. Domingos de Amarante e S. Domingos de Vila Real⁶²¹.

⁶¹² *Idem, Ibidem*, p.62.

⁶¹³ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. V (1446-1455), 1972, pp. 341-342; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.764.

⁶¹⁴ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. V (1446-1455), 1972, pp. 341-342; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.764.

⁶¹⁵ Marques José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra ...*, 1978, p.85.

⁶¹⁶ *Idem, Ibidem*, p.87.

⁶¹⁷ *Idem, Ibidem*, p.90.

⁶¹⁸ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”..., 1988-89, p.131.

⁶¹⁹ *Idem, Ibidem*, p.132.

⁶²⁰ *Idem, Ibidem*, p.132.

⁶²¹ *Terceira parte da Historia de S. Domingos Particular do Reino e conquistas de Portugal por Fr. Luís Cagegas da mesma Ordem e Provincia, e chronista d'ella Reformada em estilo e ordem, e amplificada em sucessos e particularidades por Fr. Luís de Sousa, filho do convento de Bemfica*, 3ª ed., Vol. IV, Lisboa, Typ. do Panorama, 1866, pp.235-236.

Igrejas do padroado do mosteiro de Mancelos:

2.2.7.1. - Santa Cristina de Figueiró (c. Amarante) – Igreja anexa ao mosteiro de Mancelos. A igreja de Santa Cristina de Figueiró foi anexada ao mosteiro de Mancelos a 30 de Abril de 1460⁶²².

2.2.7.2. - Santa Maria de Almacave (c. Lamego) – Igreja do padroado de Mancelos. Por súplica de 27 de Fevereiro de 1422 sabe-se que o direito de padroado da igreja de Santa Maria de Almacave de Lamego era do mosteiro de Mancelos⁶²³.

2.2.7.3. - São João Baptista de Louredo (c. Amarante) – Igreja anexa ao mosteiro de Mancelos. A igreja de São João de Louredo foi anexada ao mosteiro de Mancelos a 18 de Julho de 1469⁶²⁴.

2.2.7.4. - S. Nicolau de Cabeceiras de Basto / S. Nicolau da Cabreira (c. Cabeceiras de Basto) – Igreja do padroado de Mancelos. Trata-se de uma igreja que pertencia ao padroado régio, tendo o mosteiro de S. Martinho de Mancelos ficado em sua posse a 31 de Agosto de 1305, fruto de uma permuta que o mosteiro fez com o rei D. Dinis, em que além desta igreja e do seu respectivo padroado ficou também com dois casais que o rei tinha no couto de Vilela, dando em troca as propriedades e o hospital que possuíam em Vila Ruiva de Malcabrão⁶²⁵. Era uma igreja de amplos rendimentos como revela o catálogo das igrejas de 1320-1321, onde S. Nicolau da Cabreira aparece taxada em 200 libras⁶²⁶.

A 17 de Novembro de 1378 o bispo de Lisboa, D. Martinho (1379-1383), solicitou para Gonçalo Anes, clérigo da diocese de Évora, bacharel em decretos e estudante de direito civil, a igreja de S. Nicolau de Cabeceiras de Basto⁶²⁷.

2.2.7.5. – São Pedro da Ermida/São Pedro de Pinho da Ermida⁶²⁸ (fr. Oliveira do Douro, c. Cinfães) – Igreja em co-padroado do mosteiro de Mancelos. O Censual da Sé

⁶²² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.211vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.811.

⁶²³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 454-455.

⁶²⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.206vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.811.

⁶²⁵ *O Livro das Lezírias D'El Rei Dom Dinis*, 2003, pp. 83-87.

⁶²⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.107.

⁶²⁷ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. II (1377-1408), 1968, p.34 (doc.312).

de Lamego, datável da primeira metade do séc. XVI, revela-nos que a igreja da Ermida “he d’apresentaçao do mosteiro de Mançelos e do Senhor da Quintam de Resende” alternadamente⁶²⁹. Em 1321 a igreja de São Pedro de Pinho da Ermida foi taxada em 40 libras⁶³⁰. No início do séc. XVI a igreja da Ermida era paroquizada por José Martins⁶³¹, sendo que, em 1537, o seu abade já era Manuel de Noronha⁶³².

2.2.8. - São Miguel de Vilarinho (c. Santo Tirso)

O mosteiro de S. Miguel de Vilarinho permite-nos, face à interessante quantidade de documentos medievais que se preservaram, conhecer e restituir com alguma segurança o percurso vivencial dessa canónica e dos elementos que a corporizaram. Apesar dessa riqueza documental este mosteiro é um daqueles em que tanto Nicolau de Santa Maria como Frei Timóteo dos Mártires praticamente se não detiveram, dedicando-lhe breves linhas⁶³³.

Daquilo que a documentação nos permite observar podemos concluir que, em dois séculos e meio, a comunidade não sofreu grandes alterações ao nível da sua constituição humana, rondado, sempre, os cinco elementos. Um documento de 21 de Outubro de 1287 revela-nos a constituição da comunidade de S. Miguel de Vilarinho à entrada para o século XIV, surgindo aí, além de Martim Peres, prior do mosteiro, quatro religiosos, a saber: Lourenço Soares, prior crasteiro, e os cónegos João Lourenço, Mateus Martins e Martim Domingues, referenciando-se ainda o capelão João Martins⁶³⁴.

De qualquer forma registam-se no final do séc. XIII e início do XIV alguns problemas a nível das relações internas com registos de 1280 e 1312 a darem conta de contendas entre o prior e o convento por causa das rações que deveriam ser distribuídas aos cónegos⁶³⁵.

⁶²⁸ Actualmente S. Pedro da Ermida do Douro.

⁶²⁹ *Censual da Sé de Lamego (Século XVI)*, leitura, transcrição e notas de A. de Almeida Fernandes, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense/Câmara Municipal de Lamego, 1999, p.28.

⁶³⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.117.

⁶³¹ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.553.

⁶³² *Idem, Ibidem*, Vol.II, 1979, p.369.

⁶³³ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, pp. 318-319; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp. 170-172.

⁶³⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.24; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 146-147.

⁶³⁵ Amaral, António Caetano do, *Para a História da Legislação e Costumes de Portugal, Memória V*, 1945, pp.82-83. Este foi um assunto que já tivemos oportunidade de abordar num outro trabalho (cf. Fernandes, Aires Gomes, “Guerras de pão e vinho em mosteiros medievais” in *Crenças, Religiões e Poderes: Dos indivíduos às sociabilidades*, org. de Vítor Oliveira Jorge e José M. Costa Macedo, Porto, Edições Afrontamento, 2008, p.359).

A 4 de Julho de 1342 Afonso Domingues, corregedor de Entre Douro e Minho, envia uma carta ao mosteiro de S. Miguel de Vilarinho dizendo que o mosteiro estava a incorrer em infracção ao contrariar as indicações régias para que não se dessem quaisquer préstimos das igrejas e mosteiros a ninguém, nem que nenhum fidalgo comesse nesse mosteiro, devendo antes canalizar-se todas as rendas para a boa manutenção espiritual e temporal das casas religiosas. Apesar dessas instruções, o corregedor diz ter sido informado por alguns fidalgos, que eram naturais desse mosteiro, que o prior pagava os direitos a esses fidalgos, revelando que intercedeu em sua defesa, dizendo que só o faziam por serem constrangidos pelos vigários da Sé de Braga⁶³⁶. No seguimento desta carta, Domingos Vicente, cónego do mosteiro de Vilarinho, deslocase a Braga onde, a dez de Julho de 1342, dá a conhecer a D. João Vicente, cónego de Braga e vigário geral do arcebispo D. Gonçalo Pereira, o teor da missiva, comprometendo-se este a respeitar as determinações régias⁶³⁷.

Normalmente os procuradores do mosteiro são religiosos da própria comunidade mas é curioso verificar que o mosteiro de Vilarinho passa procuração a 12 de Fevereiro de 1356 a Afonso Gil, morador em Guimarães e familiar do mosteiro, para que este os represente, surgindo este procurador a emprazar, em 24 de Fevereiro de 1324, o casal de Rebordelo que o mosteiro tinha em Santa Eulália de Barrosas⁶³⁸.

Por documento de quitação passado pelo tabelião de Braga, Pedro Lourenço, datado de 17 de Julho de 1364 sabe-se que o mosteiro de Vilarinho pagou ao arcebispo de Braga de colheita (respeitante ao ano em andamento, com início no S. João Baptista e até ao S. João Baptista de 1365), 30 libras⁶³⁹.

Por uma carta de quitação datada de 27 de Setembro de 1376 João Fernandes, camareiro do arcebispo de Braga, D. Lourenço (1374-1397), reconheceu que recebeu de Gil Eanes, homem de João Gonçalves, prior de Vilarinho, 15 maravedis referentes a préstimos respeitantes aos anos de 1371, 1372 e 1373⁶⁴⁰.

⁶³⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.2; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 201-202.

⁶³⁷ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.3; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 203-204.

⁶³⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.9; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 211-213.

⁶³⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.16; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.217.

⁶⁴⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.29; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.225.

A comunidade agostinha de Vilarinho parece viver por esta altura um período bastante positivo sob a égide do prior João Gonçalves realizando-se, inclusivamente, obras de monta no mosteiro, mormente a edificação da torre sineira em 1379⁶⁴¹. A 16 de Junho de 1381 Vasco Lourenço, monge de Pombeiro, em representação de D. Martim Geraldês, abade desse mosteiro e recebedor das dízimas que o papa Clemente VII concedeu ao rei D. Fernando, no arcebispado de Braga⁶⁴², reconheceu que recebeu do prior de Vilarinho, através de Pedro Garcia, abade de S. Martinho do Campo, doze libras e meia, referentes ao ano de 1381⁶⁴³.

Em Agosto de 1383, o mosteiro de Vilarinho pagou ao arcebispo de Braga doze maravedis velhos e vinte dinheiros referentes aos vodos do ano de 1382 bem como cinco maravedis de préstimos respeitantes ao mesmo ano⁶⁴⁴. A 14 de Julho de 1388 temos notícia de nova entrega de dinheiro ao arcebispo de Braga, desta feita é o cónego do mosteiro de Vilarinho, João Lourenço, quem entrega a Lopo Gil, recebedor do bispo de Braga, 30 libras por serviço do prior de Vilarinho, João Gonçalves, referente ao período que venceu na véspera de S. João Baptista de 1388⁶⁴⁵. Mesmo não aparecendo especificado este serviço⁶⁴⁶, e tendo em conta o valor em causa e anteriores contribuições pagas pelo mosteiro parece-nos que é respeitante à colheita ou jantar⁶⁴⁷.

Sendo esta uma altura de grande conturbação política e social no reino e face às guerras com Castela os mosteiros também foram contemplados com impostos especiais de guerra. No caso do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho pagou, referente à primeira

⁶⁴¹ Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422*, Vol 2: Tomo 2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 2000, pp.1870-1872.

⁶⁴² Recorde-se que D. Fernando tomou a jurisdição da cidade de Braga para si após diversas queixas contra o arcebispo D. Lourenço Vicente que foi suspenso, a 9 de Outubro de 1377, pelos visitantes nomeados pelo papa, regressando à legítima posse do arcebispado, somente após a sentença de 14 de Fevereiro de 1379, no entanto o rei só restituiu ao arcebispo de Braga a jurisdição da cidade e dos seus coutos a 7 de Setembro de 1382 (cf. Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, pp. 183-185). A atribuição destas dízimas podem ser entendidas como uma contrapartida natural da posição assumida pelo rei português, que em Janeiro de 1380 tomou o partido do papa de Avinhão, Clemente VII (cf. Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 1994, p.92).

⁶⁴³ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.32; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.230.

⁶⁴⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.36; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.231.

⁶⁴⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.43; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.234.

⁶⁴⁶ O serviço, como informa Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras...*, vol. 2, 1966, pp. 558-559, pode ter várias significações, podendo respeitar a pensões usuais e que por isso não havia necessidade de especificar, ou mesmo ao jantar, ou até a um simples presente sem qualquer carácter de obrigatoriedade e de iniciativa própria.

⁶⁴⁷ Esse foi também o valor que o mosteiro pagou de colheita, em 1364, ao arcebispo de Braga (cf. IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.16; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.217).

prestação, 12 libras e meia no dia 9 de Julho de 1385, sendo que o prazo inicialmente estipulado para o vencimento dessa taxa tinha sido a festa de S. João Baptista⁶⁴⁸. A 26 de Julho de 1389 este mesmo mosteiro pagava nova taxa para imposto de guerra⁶⁴⁹. De 28 de Julho de 1390 data uma nova carta de quitação, desta vez referente a 100 libras que Gil Eanes, cónego de Vilarinho, entregou a Lopo Gil, procurador e recebedor do arcebispo de Braga, dinheiro respeitante aos vodos de cinco almudes de vinho que o mosteiro tinha vendido⁶⁵⁰.

A 3 de Setembro de 1397, o arcebispo de Braga declara que recebeu do prior de Vilarinho 732 libras e 12 soldos pela venda de pão e vinho referente ao período iniciado no dia de S. João Baptista de 1396 e terminado na véspera desse mesmo dia do ano seguinte⁶⁵¹.

No dia 8 de Junho de 1410, o prior e o convento do mosteiro de Vilarinho, por documento feito nesse mosteiro, estabelecem como seus procuradores gerais e verdadeiros os cónegos de Vilarinho, Gil Eanes e Álvaro Fernandes; Lourenço Afonso, procurador na Audiência de Braga; Martim Ferreira cónego de Braga; João Peres, tercenário e abade de S. Martinho de Campo; Gil Peres, procurador em Guimarães; Afonso Gonçalves do Canto de Guimarães; Martim Afonso, homem do prior de Vilarinho e João da Ribeira, morador na Ramada⁶⁵².

Em 14 de Abril de 1450, D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga, anexa a igreja de Santiago da Carvalhosa, da Terra de Ferreira, ao mosteiro de Vilarinho que *em outro tempo foe de grandes rendas das quaes ao presente he minguido*⁶⁵³. Esta anexação é indiciadora das dificuldades atravessadas pelo mosteiro.

Uma visitação feita ao mosteiro, em 1528, revela a existência de conflitos entre o prior e o convento por causa dos bens da mesa prioral e conventual, ordenando o visitador que o prior deixasse a aldeia de Vila Boa ao convento porque pertencia aos

⁶⁴⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.37; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, p.770.*

⁶⁴⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.45; Marques, José, “Braga na crise de 1383-1385”, in *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média, Fundação Calouste Gulbenkian-JNICT, 1994, p.252.*

⁶⁵⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.49; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.235.

⁶⁵¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.48; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.236.

⁶⁵² IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.20; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 248-249.

⁶⁵³ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.1; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.269.

cónegos⁶⁵⁴. Por essa mesma visitação consta que o rendimento do mosteiro permitia colocar mais religiosos do que aqueles que existiam, ordenando o visitador ao prior que ponha no mosteiro três cónegos⁶⁵⁵, deixando assim perceber que os problemas económicos sentidos na viragem para a segunda metade do séc. XV tinham sido ultrapassados.

Nesta visitação de 1528 não é indicado o número de religiosos presentes na instituição mas, pelas recomendações, presume-se que seria exíguo, de qualquer modo é crível que o prior tenha dado cumprimento às indicações como se poderá inferir de um contrato de empraçamento, datado de 8 de Outubro de 1540, numa altura em que são identificados quatro religiosos, embora nesse documento que descreve todo o processo de vedoria anterior à efectivação do contrato constem apenas três nomes: o do prior, Luís de Almeida e o dos cónegos Francisco Fernandes e Manuel Jorge⁶⁵⁶ devendo, contudo, faltar o cónego Gonçalo Anes que era o capelão da igreja de S. Tiago de Carvalhosa. De resto estes quatro elementos são mencionados num outro instrumento celebrado, a 6 de Fevereiro de 1545, com João Gonçalves e sua mulher, Apolónia Fernandes, respeitante ao casal de Godim, localizado na freguesia de São João de Codeços⁶⁵⁷.

O mosteiro de Vilarinho foi dos últimos a ser unido à Congregação de Santa Cruz, sendo que após a autorização da união pelo papa Clemente VIII deu-se a tomada de posse por D. Cristóvão de Cristo e seus colegas a 16 de Fevereiro de 1595 numa altura em que era prior comendatário D. Luís de Azevedo, confirmando-se a posse real apenas com o falecimento do prior, em 1610⁶⁵⁸.

Igrejas do padroado do mosteiro de Vilarinho:

2.2.8.1 - Santiago da Carvalhosa (c. Paços de Ferreira) - Foi unida ao mosteiro de Vilarinho a 14 de Abril de 1450⁶⁵⁹ pelo arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, que

⁶⁵⁴ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”..., 1988-89, p.128.

⁶⁵⁵ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”..., 1988-89, p.128.

⁶⁵⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.25; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 319-326.

⁶⁵⁷ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.29; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 327-334.

⁶⁵⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.171-172.

⁶⁵⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.1; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.269-270; Mattoso, José; Krus, Luís; Andrade, Amélia Aguiar, “Paços de Ferreira na Idade Média...”, Vol. I, 1986, p.226.

aí detinha a apresentação *in solidum*, e com o natural consentimento do cabido da Sé, numa tentativa de melhorar os rendimentos do mosteiro, uma vez que a sua saúde financeira era, por essa altura, bastante débil. De qualquer forma a própria igreja estava *minguada e de poucas rendas per azo das guerras e pestenenças ameude em estes regnos*⁶⁶⁰.

Mesmo tendo em conta essas contrariedades as suas rendas deveriam, ainda assim, ser apreciáveis, pelo menos se tivermos como indicador de referência o catálogo de 1320-1321 em que esta igreja aparece taxada em 70 libras⁶⁶¹. A 1 de Janeiro de 1404 surge identificado como abade da Carvalhosa João Domingues⁶⁶². A 5 de Novembro de 1434 a igreja da Carvalhosa é anexada ao mosteiro de Vilarinho mas apenas enquanto durasse o priorado de Vasco Martins de Pombeiro⁶⁶³.

O cumprimento de tal requisito acabou por não se verificar uma vez que, e como vimos acima, há registo de confirmação de nova anexação a 14 de Abril de 1450⁶⁶⁴, sendo novamente referenciada como igreja anexa do mosteiro de Vilarinho em 1468⁶⁶⁵. A 26 de Janeiro de 1489 João Coelho era o capelão da igreja de Carvalhosa⁶⁶⁶. A 22 de Agosto de 1496 esta igreja estava a cargo de Afonso Nunes, clérigo de missa e capelão da igreja de Carvalhosa, informação que nos é dada através de um emprazamento do mosteiro de Vilarinho, feito em Guimarães, nesse dia, tendo Afonso Nunes sido nomeado vedor e atestando que o contrato era em proveito do mosteiro⁶⁶⁷.

A 6 de Maio de 1514, surge-nos João Fernandes, prior de Roriz e perpétuo administrador de Vilarinho, identificado como abade e reitor da igreja de Santiago de Carvalhosa⁶⁶⁸. Nesse dia estabelece, no mosteiro de Roriz, um acordo com Gonçalo Anes, lavrador e morador na freguesia de São João de Portela, do julgado de Aguiar de Sousa, respeitante ao censo e foro de 4 alqueires de milho que este lavrador deveria pagar anualmente à igreja de Carvalhosa relativo ao casal do Telhado, e que estava em

⁶⁶⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.1; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.269.

⁶⁶¹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.105.

⁶⁶² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°182.

⁶⁶³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.56v°; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.811.

⁶⁶⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.157.

⁶⁶⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.257v°; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.772-773.

⁶⁶⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°214.

⁶⁶⁷ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.20; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 290-291.

⁶⁶⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.7; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.303.

incumprimento, perdoando-lhe o prior as dívidas dos anos anteriores e comprometendo-se Gonçalo Anes a cumprir com os pagamentos a partir dessa altura⁶⁶⁹.

A 12 de Fevereiro de 1538 o capelão da igreja de Santiago de Carvalhosa era Gonçalo Anes, um cónego do mosteiro de Vilarinho⁶⁷⁰. A 27 de Novembro de 1600 era vigário da Carvalhosa Cosme Carneiro⁶⁷¹.

2.2.8.2 - São João de Eiriz (c. Paços de Ferreira) – Igreja anexa ao mosteiro de Vilarinho. Foi anexada ao mosteiro de Vilarinho a 28 de Outubro de 1453⁶⁷². A 2 de Dezembro de 1396 era “abbade de Sanh’Oane de Eiriz” Gonçalo Ferreira, que surge identificado como tal entre as testemunhas do testamento de Maria Domingues, moradora na freguesia do mosteiro de Roriz⁶⁷³. A 21 de Dezembro de 1399 mantinha-se à frente desta igreja⁶⁷⁴.

2.2.8.3 - Ermida de S. Roque (fr. de Santiago da Carvalhosa, c. Paços de Ferreira) – Localizada no lugar das Cabreiras, actualmente Carreiras, foi reconstruída no final do séc. XVI, tomando posse dela a 3 de Novembro de 1599 Pedro Gonçalves, procurador de D. Luís de Azevedo, comendatário de S. Miguel de Vilarinho⁶⁷⁵.

2.2.9. - S. Pedro de Roriz (c. Santo Tirso)

O mosteiro de Roriz apresentava uma boa saúde financeira no primeiro quartel do séc. XIV como revela a taxação de 600 libras que lhe foi aplicada em 1320-1321, muito superior à que reverteu sobre o vizinho mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, cifrando-se em apenas 250 libras⁶⁷⁶.

A década de trinta fica marcada por questões relacionadas com o couto do mosteiro, envolvendo-se primeiramente numa contenda com o concelho de Refoios,

⁶⁶⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.7; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 303-304.

⁶⁷⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.22; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 316-318.

⁶⁷¹ Dinis, Manuel Vieira, *Ermidas e capelas de Paços de Ferreira*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1985, p.30.

⁶⁷² Mattoso, José; Krus, Luís; Andrade, Amélia Aguiar, “Paços de Ferreira na Idade Média...”, Vol. I, 1986, p.226.

⁶⁷³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°23.

⁶⁷⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°28.

⁶⁷⁵ Dinis, Manuel Vieira, *Ermidas e capelas de Paços de Ferreira*, 1985, pp.26-32.

⁶⁷⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.107.

contencioso de que há notícia a 6 de Agosto de 1331 sendo Vicente Martins o juiz do couto do mosteiro de Roriz⁶⁷⁷ e, posteriormente, com o rei no processo de averiguação das jurisdições. Neste último caso foi dada, a 7 de Maio de 1336, a sentença régia referente ao processo de inquirição sobre as jurisdições do mosteiro, mantendo esta a jurisdição cível, passando a do crime para a administração régia. Ficou assim provado e reconhecido que o mosteiro tinha o direito de colocar juiz no couto, apelando o juiz para o prior e este para o rei, bem como a prerrogativa de colocar mordomo que fazia as chegadas, penhoras e entregas, assistindo-lhe também o direito de aí ter jurados e almotacés⁶⁷⁸.

D. João I confirmou, a 26 de Janeiro de 1387, todos os privilégios, foros liberdades e bons costumes de que sempre o mosteiro usara⁶⁷⁹.

O mosteiro de Roriz é, de entre os de cónegos regrantes, e tanto quanto nos foi possível dado a observar, o primeiro a ser gerido por um comendatário, surgindo em 1426, Álvaro Ferreira, protonotário apostólico, identificado como administrador perpétuo da instituição⁶⁸⁰. D. João Álvares, o seu sucessor em Roriz vai, a partir de 1443, acumular também o priorado do mosteiro de Grijó⁶⁸¹ e é nessa qualidade de detentor dos dois priorados que solicita ao rei, na década de quarenta, o traslado de documentos referentes aos seus mosteiros de Roriz e Grijó, com D. Afonso V a dar despacho ao pedido em Junho de 1449 tendo, no entanto, sido feitas cópias respeitantes apenas ao primeiro⁶⁸².

A 1 de Julho de 1458 este prior comparece perante Vasco Martins de Resende, regedor da justiça na correição de Entre Douro e Minho, apresentando queixa contra João de Virões, foreiro a quem tinham sido emprazados dois casais em Virões, a 27 de Dezembro de 1450, que estava em incumprimento do respectivo contrato⁶⁸³. Ao prior João Álvares sucedeu um homónimo que foi comendatário dos mosteiros de Roriz e S. Jorge de Coimbra, que viria igualmente a deter o mosteiro de Grijó e que seria eleito bispo de Silves, resignando entretanto ao priorado de Roriz em 1477, a favor do seu

⁶⁷⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°11.

⁶⁷⁸ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.69-72 (Doc. 32); Madahil, António Gomes da Rocha, “Uma certidão de Fernão Lopes ...”, 1937, pp. 95-99.

⁶⁷⁹ *Chancelarias Portuguesas – D. João I, Vol. I – Tomo 3*, 2005, p.150.

⁶⁸⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°22.

⁶⁸¹ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993, pp. 71-72.

⁶⁸² Madahil, António Gomes da Rocha, “Uma certidão de Fernão Lopes ...”, 1936, pp. 203-204.

⁶⁸³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°183-183v°.

irmão Rodrigo Álvares⁶⁸⁴. O provável sucessor de D. Rodrigo é João Fernandes, que surge no início do séc. XVI como prior comendatário dos mosteiros de São Pedro de Roriz e Vilarinho⁶⁸⁵.

Uma visitação, feita em 1528, revela que, e ao contrário do panorama verificado na generalidade das instituições monásticas neste período, o mosteiro estava muito bem servido no espiritual⁶⁸⁶. De entre as poucas recomendações deixadas pelo visitador relevam-se a indicação para o prior mandar fazer um coro novo e a advertência aos monges para que usassem cabelo mais curto e coroas maiores⁶⁸⁷.

O último comendatário do mosteiro é Luís Fernandes que no ano de 1532 andava envolvido em contenda por causa da igreja de S. Martinho do Campo⁶⁸⁸. Com o seu falecimento, em 1572, a comunidade monástica é extinta, passando, em 1573, por ordem do cardeal D. Henrique, o edifício para a administração dos jesuítas do colégio de S. Paulo de Braga⁶⁸⁹.

Igrejas do padroado do mosteiro de Roriz:

Pelo tombo de 1543 são referidas como do seu padroado as igrejas de S. Pedro de Avioso, S. Mamede de Vila Chã, S. Paio de Casais, S. Lourenço de Romão, S. Paio de Virões⁶⁹⁰, localizando-se três dessas igrejas no bispado do Porto, no entanto o mosteiro de Roriz apenas era padroeiro na total plenitude em duas delas sendo compadroeiro com o mosteiro de Vilela na igreja de S. Paio de Casais⁶⁹¹.

2.2.9.1 - São Lourenço de Romão (fr. Aves, c. Santo Tirso) – Igreja unida ao mosteiro de Roriz desde o séc. XIII⁶⁹². Aquando da elaboração do catálogo das igrejas de 1320-

⁶⁸⁴ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, pp.78-79.

⁶⁸⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°199; Gomes, Saul António, “Os cônegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.264.

⁶⁸⁶ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”..., 1988-89, p.128.

⁶⁸⁷ *Idem, Ibidem*, p.128.

⁶⁸⁸ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.193.

⁶⁸⁹ Correia, Francisco Carvalho, *O mosteiro de Roriz*, (Coleção de Guias do Património Cultural do Concelho de Santo Tirso – 2), Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso e do Museu Municipal Abade Pedrosa, 1997, pp.3-4; Madahil, António Gomes da Rocha, “Uma certidão de Fernão Lopes ...”, 1936, p.195.

⁶⁹⁰ Correia, Francisco Carvalho, *O mosteiro de Roriz*, 1997, p.4. Pouco mais de dois séculos depois o panorama não se tinha alterado muito, uma vez que em 1774 andavam anexas a Roriz as igrejas de São Tomé de Negrelos e São Lourenço de Romão, detendo ainda os dízimos das igrejas de Santa Maria de Vila Chã e São Pedro de Avioso no concelho da Maia (cf. Madahil, António Gomes da Rocha, “Uma certidão de Fernão Lopes ...”, 1936, p.195).

⁶⁹¹ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O Censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.112.

⁶⁹² Correia, Francisco Carvalho, *O mosteiro de Roriz*, 1997, p.27.

1321 era uma igreja com poucos rendimentos como se depreende do facto de lhe ter sido aplicada uma taxaço de 10 libras⁶⁹³. A 26 de Junho de 1444 era “abbade de Sam Lourenço de Romom” João Gil cónego regrante do mosteiro de Roriz⁶⁹⁴.

2.2.9.2 - S. Mamede de Vila Chã (c. Vila do Conde) - O mosteiro de Roriz exercia o direito de padroado na igreja de S. Mamede. No catálogo das igrejas de 1320-1321 foi-lhe aplicada uma taxaço de 20 libras⁶⁹⁵, valor que ainda se mantinha no séc. XVI, aquando da elaboração do Censual da Mitra do Porto⁶⁹⁶. A 6 de Agosto de 1331 era “capelam de Sam Mamede” Martim Anes, que acreditámos ser cónego do mosteiro de Roriz, até porque surge nesse mesmo dia elencado entre as testemunhas de um instrumento lavrado no mosteiro e onde constam os nomes dos diversos religiosos da instituição⁶⁹⁷. A 2 de Maio de 1385 era abade de Vila Chã Antoninho Martins que recebeu do abade de Santo Tirso 108 libras respeitantes à colheita devida ao rei e que o monarca, à semelhança do que aconteceu com os restantes mosteiros da diocese do Porto, transferiu nesse ano para Fernão Rodrigues Vilela por serviços que lhe prestara⁶⁹⁸. A 10 de Janeiro de 1425, Gonçalo Ferreira era o “abbade de Sam Mamede”⁶⁹⁹.

2.2.9.3 - S. Martinho do Campo (c. Santo Tirso) – Igreja anexa ao mosteiro de Roriz. A 1 de Dezembro de 1491 Sebastião Lopes, provisor e vigário geral da diocese de Braga pelo arcebispo D. Jorge da Costa, e em seu nome e por sua ordem, anexou a igreja de S. Martinho do Campo, da Terra de Negrelos, do arcebispado de Braga, ao mosteiro de Roriz mas apenas enquanto Rodrigo Álvares fosse prior desse mosteiro⁷⁰⁰. Assim que vagasse o mosteiro e falecesse Rodrigo Álvares, a igreja ficava novamente à “desposiçam do dito Senhor arcebispo pera della despoer ssegundo que o derreito quer”⁷⁰¹. O certo é que após o falecimento de D. Rodrigo, o seu sucessor, o prior João Fernandes, conseguiu que o papa Júlio II (1503-1513) unisse e anexasse, em 1504, esta igreja ao mosteiro, gerando-se então uma querela com Pedro Álvares, reitor da igreja de

⁶⁹³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.104.

⁶⁹⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.19; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.41.

⁶⁹⁵ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.94.

⁶⁹⁶ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O Censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.206.

⁶⁹⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°11.

⁶⁹⁸ Correia, Francisco Carvalho, *O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588*, Vol. II (Apêndices), Câmara Municipal de Santo Tirso, 2009, pp.262-263.

⁶⁹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°166.

⁷⁰⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, Ns. 216,217.

⁷⁰¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°216.

S. Paulo de Maçãs que reivindicava uma pensão na igreja de S. Martinho do Campo⁷⁰². João Fernandes encontrando-se em Roma conseguiu que o papa lhe confirmasse essa igreja enviando procuração a 27 de Janeiro de 1505 para o cavaleiro João de Barros e para Fernando Anes, cónego regente do mosteiro de Roriz, para que estes tomassem, em seu nome, posse da igreja de S. Martinho do Campo⁷⁰³. Curiosamente Luís Fernandes, o sucessor de João Fernandes à frente do mosteiro também se envolveria, em 1532, numa disputa por causa da igreja de S. Martinho do Campo, desta feita com um chantre da colegiada de Guimarães⁷⁰⁴.

2.2.9.4 - S. Paio de Casais (c. Lousada) - O mosteiro de Roriz exercia, em regime de copadroadado com o mosteiro de Vilela o direito de apresentação na igreja de Casais. No Censual da Mitra do Porto esta igreja aparece taxada em 60 libras⁷⁰⁵, taxaçaõ essa que já lhe tinha sido aplicada em 1320⁷⁰⁶.

2.2.9.5 - S. Paio de Virões (fr. Roriz, c. Santo Tirso)⁷⁰⁷ – A capelania de S. Paio de Virões era da “apresentaçom dos religiosos prioll e convento do moesteiro de Sam Pedro de Rooriz da Ordem de Sancto Agostinho do dicto arcebispado cujo o padroado da dicta capellania he in solido”⁷⁰⁸. Não encontrámos qualquer referência a esta igreja no Catálogo de 1320-21, mormente entre as da Terra de Negrelos⁷⁰⁹. De concreto sabemos que a 2 de Dezembro de 1396 João Martins, cónego de Roriz, era o abade de Virões⁷¹⁰. Este cónego tinha aí um coadjutor, o clérigo Domingos, “clerigo de Viraaes” a quem Maria Domingues deixou, por testamento, a herdade de Alvorninha, estipulando-se aí que à morte dele a herdade transitava para o mosteiro de Roriz⁷¹¹.

⁷⁰² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°206.

⁷⁰³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°209.

⁷⁰⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 18, M.13, Ns.247.

⁷⁰⁵ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O Censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.214.

⁷⁰⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.95.

⁷⁰⁷ Tanto quanto nos foi possível apurar trata-se de uma antiga localidade nas proximidades do mosteiro de Roriz, agora englobada na própria freguesia de Roriz. Curiosamente, no Inquérito Paroquial de 1842 respeitante à freguesia de Santiago de Lordelo faz-se referência à aldeia de Virais de Roriz, situada na margem esquerda do rio Vizela (cf. *Revista de Guimarães*, Vol. 108, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, 1998, p.378).

⁷⁰⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°167.

⁷⁰⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, pp.107-108.

⁷¹⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°23

⁷¹¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°23

A 11 de Dezembro de 1425 é confirmado como capelão de S. Paio de Virões Gil Martins, um outro cónego do mosteiro de Roriz⁷¹². Curiosamente o documento referente a esta confirmação revela-nos também o nome do anterior titular da capelania, justamente o cónego João Martins “que della foy prestumeiro capellam”, entretanto falecido, motivo pelo qual esta capelania, de cariz perpétuo, se encontrava vaga⁷¹³. A 30 de Maio de 1427 Gil Martins continua a ser identificado como “abbade de Viraaes”⁷¹⁴.

2.2.9.6 - S. Pedro de Avioso (c. Maia) – O mosteiro de Roriz exercia o direito de apresentação na igreja de S. Pedro de Avioso. Em 1320 esta igreja foi taxada em 40 libras⁷¹⁵, de resto a mesma taxaço que apresentava em 1542⁷¹⁶. A 6 de Agosto de 1331 o abade de S. Pedro de Avioso era Pedro Lourenço⁷¹⁷. O seu provável sucessor é outro cónego de Roriz, Marcos Peres, referenciado a 16 de Setembro de 1354 como “abade de Sam Pero d’Aveoso”⁷¹⁸.

2.2.10. - São Salvador de Banho (c. Barcelos)

Para os séculos XIV e XV dispomos de poucas informações em relação a este mosteiro.

Os seus rendimentos, e a avaliar pela taxaço de 350 libras que lhe foi aplicada em 1320⁷¹⁹, depreende-se que não seriam muito elevados, mas mesmo assim eram superiores aos apresentados por muitos outros cenóbios agostinhos da diocese de Braga, e deixam perceber que São Salvador de Banho atravessava um período de alguma robustez económica. De resto o mosteiro possuía bastante património fundiário, espalhado sobretudo pelas freguesias limítrofes, como também se percebe dos inventários de propriedades de algumas igrejas vizinhas, como são os casos dos Tombos de Santa Maria de Abade de Neiva e São Vicente de Fragoso, que apesar de remontarem

⁷¹² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°167; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.193v°-194.

⁷¹³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°167.

⁷¹⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°23

⁷¹⁵ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.94.

⁷¹⁶ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O Censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.206.

⁷¹⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°11.

⁷¹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°14.

⁷¹⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.99.

à última década do séc. XV, fazem referência a diversas terras que confrontavam com as do Banho⁷²⁰.

O mosteiro de S. Salvador de Banho foi extinto a 1 de Maio de 1441⁷²¹. De qualquer forma nessa altura a instituição já estava sem comunidade como revela a nomeação de Pedro Lourenço, anterior comendatário do mosteiro de S. Pedro de Lomar e abade da igreja de S. Salvador da Lagoa, para comendatário de Banho⁷²². Com o falecimento deste comendatário, o arcebispo de Braga reduziu o mosteiro a igreja paroquial sendo aí empossado João Fernandes, bacharel em Degredos e vigário-geral⁷²³. João Fernandes teve de enfrentar a contestação do benefício em que tinha sido provido solicitando ao papa a confirmação desse cargo bem como a da redução do mosteiro a igreja, obtendo decisão pontifícia favorável a 21 de Abril de 1453⁷²⁴. No séc. XVI, e como adianta Frei Nicolau de Santa Maria, o mosteiro de Banho passou para a Ordem de Cristo⁷²⁵, integrando as comendas novas, sendo que, em 1595, essa comenda foi avaliada em 400\$000 réis⁷²⁶.

Igrejas do padroado do mosteiro de Banho:

O mosteiro de Banho detinha direitos de padroado, pelo menos, em três igrejas, nomeadamente, Santa Eulália de Banho, S. João de Paços⁷²⁷ e S. Miguel de Gemeses embora nesta última em copadroado com os mosteiros de Vilar de Frades e Várzea⁷²⁸

2.2.10.1. - Santa Eulália de Banho (c. Marco de Canaveses) – Igreja da apresentação do mosteiro de S. Salvador de Banho. O Catálogo das igrejas de 1320-1321 diz-nos que

⁷²⁰ *Tombos de Santa Maria de Abade de Neiva e São Vicente de Fragoso (concelho de Barcelos)*, organização de Iria Gonçalves e Maria da Conceição Falcão Ferreira, transcrição de Joana Balsa de Pinho, Lisboa, Centro de estudos Históricos-Universidade Nova de Lisboa, 2003. O tomo de São Vicente de Fragoso encontra-se também transcrito e publicado por Saleiro, José Joaquim, *Tombo das igrejas de Fragoso*, Fragoso-Barcelos, Edição do Autor, 2008, pp. 105-132.

⁷²¹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.726.

⁷²² *Chartularium Universitatis*, Vol. IV, p.34; Vol. V, p.345; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.726-727.

⁷²³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.104vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.727.

⁷²⁴ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. V, 1972, pp.345-346; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.727.

⁷²⁵ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XIII, p.332.

⁷²⁶ *Livro em que se contém a fazenda e real patrimonio dos reinos de Portugal...*, 1859, p.216. É provável que nessa altura o comendatário já fosse o conde de Redondo, pelo menos era-o em 1607 como é referenciado na obra a que aludimos.

⁷²⁷ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.106.

⁷²⁸ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.728.

esta igreja era do mosteiro de Banho mas não indica o seu rendimento⁷²⁹. Em momento que desconhecemos deverá ter transitado para o mosteiro de Travanca, surgindo no início do séc. XVIII como vigairaria deste mosteiro⁷³⁰.

2.2.10.2. - S. Julião de Paços (c. Braga ?)⁷³¹ – Igreja do padroado do mosteiro de S. Salvador de Banho. Tal como a igreja de Santa Eulália também neste caso o “Catálogo das igrejas de 1320-1321” apenas nos diz que esta igreja era do mosteiro de Banho não indicando a taxa que lhe foi aplicada⁷³², no entanto e a tratar-se da igreja do actual concelho de Braga, foi-lhe aplicada uma taxação de sessenta libras⁷³³.

2.2.10.3. - S. Miguel de Gemeses (c. Esposende) – Igreja de apresentação do mosteiro de S. Salvador de Banho. Em 1320 a igreja de S. Miguel de “Iomecez” foi taxada em sessenta libras⁷³⁴. Não dispomos de grandes informações sobre esta igreja, de resto é possível que no séc. XIV o direito de apresentação do mosteiro do Banho fosse em copadroado com os mosteiros de Vilar de Frades e Várzea, situação de que parece haver reminiscências na segunda metade do séc. XV⁷³⁵, como revelam as confirmações de párocos para essa igreja a 17 de Julho de 1462 e 21 de Fevereiro de 1467 onde se refere que a apresentação era da competência destas três instituições⁷³⁶.

⁷²⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.106.

⁷³⁰ Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa...*, Tomo I, 2ª ed., Braga, 1868, p.116.

⁷³¹ A localização desta freguesia levanta-nos algumas dúvidas, é que tendo em conta a proximidade geográfica faria sentido tratar-se da actual freguesia de S. Julião de Passos do actual concelho de Braga (cf. Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, pp.76-77), no entanto esta igreja, pelo menos a partir de determinada altura do séc. XV, era do padroado da Mitra de Braga (cf. Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1079; Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho, *Portugal antigo e moderno...*, vol.VI, 1875, p.393). Além disso a referência que lhe é feita no catálogo de 1320-1321 surge enquadrada na secção das “Igrejas da Terra de Sousa”, o que naturalmente não corresponde à localização geográfica da de Braga. Persiste a dúvida.

⁷³² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.106.

⁷³³ *Idem, Ibidem*, vol. IV, 1971, p.97.

⁷³⁴ *Idem, Ibidem*, vol. IV, 1971, p.100.

⁷³⁵ De recordar que nesta altura e apesar de continuar a ser referenciado como mosteiro S. Salvador de Banho já tinha sido reduzido a igreja paroquial (cf. Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.727). Importa dizer também que o mosteiro de S. Bento da Várzea foi anexado ao de Vilar de Frades em 1425 sob o arcebispado de D. Fernando da Guerra (cf. Vinhas, Joaquim Alves, *A igreja e o convento de Vilar de Frades: das origens da Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista (Lóios) à extinção do convento (1425-1834)*, Barcelos, 1998, p.29).

⁷³⁶ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.728.

2.2.11. - São Salvador de Bravães (c. Ponte da Barca)

São Salvador de Bravães é um dos quatro mosteiros agostinhos localizados nas imediações do rio Lima, tendo por vizinhos relativamente próximos Santa Maria de Vila Nova de Muia, S. Martinho de Crasto e Santa Maria de Refóios. Esta era, aliás uma zona de grande implantação monástica, não só agostinha mas também beneditina. De resto o próprio mosteiro de S. Salvador de Bravães parece ter sido inicialmente de observância beneditina⁷³⁷, embora, em 1140 ou 1141, pareça já seguir a regra de Santo Agostinho, uma vez que o seu superior, D. Egas, é referenciado como prior na carta de couto do mosteiro de Vila Nova de Muia⁷³⁸. É muito provavelmente o mesmo prior D. Egas que faleceu em 1187 e que foi um dos responsáveis pela edificação da nova igreja de Bravães⁷³⁹.

Talvez o esforço económico dispendido nessas obras, que parecem prolongar-se pelo séc. XIII, por uma comunidade recém-estabelecida, aliado à grande densidade de ocupação territorial por institutos religiosos, com o inevitável reflexo no espartilhar de propriedades e rendimentos, ajude a explicar o facto de S. Salvador de Bravães parecer nunca ter atingido nem grande projecção nem elevada pujança económica. De resto isso parece visível na taxa que lhe foi aplicada em 1320, um montante de 300 libras⁷⁴⁰, o que não sendo propriamente um valor baixo é, em termos comparativos, uma cifra bem inferior às 500 libras aplicadas ao mosteiro de Crasto⁷⁴¹ e muito longe das 700 libras em que foram taxados os cenóbios de Muia⁷⁴² e o de Refóios⁷⁴³.

Por sentença régia datada de 29 de Agosto de 1336, e após um longo processo, onde há registo da intervenção de três procuradores diferentes por parte do mosteiro, D. Afonso IV autorizou o mosteiro de Bravães a manter a jurisdição cível no seu couto, não detendo aí quaisquer outros direitos jurisdicionais⁷⁴⁴.

O rei D. João I, encontrando-se em Guimarães, por carta de 30 de Janeiro de 1401, e face às queixas apresentadas pelo prior de S. Salvador de Bravães, ordenou que

⁷³⁷ Almeida, Maria José Pérez Homem de, “San Salvador de Bravães: una encrucijada en el romanico português”, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, Ministério da Cultura/Delegação R. do Norte, 1984, p.319.

⁷³⁸ *Documentos Medievais Portugueses - Documentos Régios*, texto, introdução diplomática e notas por Rui Pinto de Azevedo, vol. I, Tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, p.214 (doc.175); Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.197.

⁷³⁹ Almeida, Maria José Pérez Homem de, “San Salvador de Bravães”, 1984, p.320.

⁷⁴⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.101.

⁷⁴¹ *Idem, Ibidem*, p.101.

⁷⁴² *Idem, Ibidem*, p.101.

⁷⁴³ *Idem, Ibidem*, p.114.

⁷⁴⁴ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.105-107 (Doc.49).

fossem defendidos os privilégios que o mosteiro detinha no seu couto e que lhe tinham sido confirmados por D. Afonso IV⁷⁴⁵. A 19 de Maio de 1434 é D. Duarte quem confirma os privilégios do prior e convento do mosteiro de Bravães⁷⁴⁶, numa altura em que o mosteiro já tinha sido extinto.

De facto os abusos de que era alvo por parte dos poderosos, os poucos recursos económicos e a incapacidade de recrutamento de novos elementos fazem com que o mosteiro achesse grandes dificuldades de sobrevivência nas primeiras décadas do séc. XV, ao ponto de no início de 1434 a comunidade monástica parecer restringir-se apenas ao prior e a um cônego. O prior era D. João de Mato que acabou por apresentar a renúncia ao priorado do mosteiro, tendo, a 9 de Fevereiro de 1434, nomeado um representante para esse efeito, curiosamente um criado de Gonçalo Barros, nobre da região que detinha direitos de padroado em S. Salvador de Bravães, e que, aparentemente pretendia seguir carreira eclesiástica, tendo, à altura, já sido investido em ordens menores⁷⁴⁷. O pedido do prior foi aceite a 13 de Fevereiro de 1434, extinguindo-se assim a vida monástica neste mosteiro, sendo reduzido a igreja secular⁷⁴⁸. Com a extinção do mosteiro e a sua redução a igreja secular ficou a apresentação do pároco a cargo do arcebispo de Braga⁷⁴⁹ que confirmou, no mesmo dia 13, Gonçalo de Barros como seu titular⁷⁵⁰. Importa também ressaltar que o confirmado não estava

⁷⁴⁵ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo I, 2006, pp. 95-96.

⁷⁴⁶ *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo I (1433-1435), 1998, p.287 (Doc.521).

⁷⁴⁷ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.725; Bessa, Paula Virginia de Azevedo, *Pintura mural do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna no Norte de Portugal*, Dissertação de Doutoramento em História – Área de Conhecimento de História da Arte, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2007, p.84, Idem, “D. Diogo de Sousa e a pintura mural na capela-mor da Igreja de S. Salvador de Bravães”, in *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, Série I, Vol. II, Porto, 2003, pp.757-758;

⁷⁴⁸ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.49v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.724-725; Bessa, Paula Virginia de Azevedo, *Pintura mural ...*, 2007, p.84, Idem, “D. Diogo de Sousa e a pintura mural na capela-mor da Igreja de S. Salvador de Bravães” ..., 2003, pp.757-758. Já Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, Coimbra, 1959, p.198; Ribeiro, Félix, “Bravães”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 4, Lisboa, Editorial Verbo, 1966, p.11, apontam o dia 12 de Fevereiro de 1434 como a da redução do mosteiro a igreja secular. Uma outra data também veiculada por alguns Autores foi a de 1420 (cf. Barreiros, Padre Manuel D’Aguiar, *Igrejas e capelas românicas da Ribeira Lima*, 1926, p.53; *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Vol. XLIX – Igreja de Bravães*, Ministério das Obras Públicas, 1947, p.9, data que à luz dos dados actualmente disponíveis, não está correcta. Quanto aos cronistas agostinianos praticamente não fazem referência a este mosteiro, apenas Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XIII, p.336, lhe dedica umas linhas, um tanto ou quanto lacónicas, dizendo: “O decimo tercio Mosteiro de nossos Conegos foi o de S. Salvador de Barbar, que o sobredito Arcebispo Dom Fernando converteo de regular, em secular”.

⁷⁴⁹ *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Vol. XLIX – Igreja de Bravães*, 1947, p.9.

⁷⁵⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.49v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.724-725; Bessa, Paula Virginia de

devidamente capacitado para o cargo, exigindo-se-lhe por isso o cumprimento das determinações canónicas ou seja que no ano subsequente fosse ordenado presbítero, obrigação e compromisso que não concretizaria, mantendo-se assim de forma irregular à frente da igreja até 10 de Abril de 1455, dia em que foi destituído⁷⁵¹.

2.2.12. - São Salvador de Freixo (c. Amarante)

No início do século XIV regista-se uma contenda com o mosteiro de Arouca a propósito de metade de um casal nas Quintãs, freguesia de Freixo, acabando o mosteiro e o seu procurador por perderem a causa e serem julgados à revelia por não comparecerem na data agendada perante os ouvidores do bispo do Porto, sendo então empossado o mosteiro de Arouca nesse meio casal a 8 de Março de 1306⁷⁵².

Segundo o catálogo de 1320-1321 foi aplicada ao mosteiro de São Salvador de Freixo uma taxação de 400 libras⁷⁵³, o que não sendo propriamente sintoma de desafogo económico também não parece revelador de grandes dificuldades.

Situação adversa para a instituição ocorreu a 16 de Janeiro de 1337, dia em que, no seguimento da inquirição ordenada por D. Afonso IV, é dada a sentença definitiva pela qual S. Salvador de Freixo perde toda a jurisdição que detinha no seu couto⁷⁵⁴.

A 1 de Março de 1402 o mosteiro recebeu a visita do arcebispo de Braga⁷⁵⁵.

Na segunda metade do séc. XV o mosteiro aparenta viver algumas dificuldades, tendo, inclusivamente, sido colocado como seu prior o abade da freguesia de Santo Isidro, João Afonso, aí confirmado a 7 de Agosto de 1466⁷⁵⁶.

Uma visitação, feita em 1528, dá-nos uma radiografia muito realista da situação aí vivida, realçando-se a incompreensível falta de monges, quando a instituição possuía rendas para manter quatro religiosos, daí que o visitador ordene ao comendatário que

Azevedo, *Pintura mural ...*, 2007, p.84, *Idem*, “D. Diogo de Sousa e a pintura mural na capela-mor da Igreja de S. Salvador de Bravães”..., 2003, pp.757-758.

⁷⁵¹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.191; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.725; Bessa, Paula Virginia de Azevedo, *Pintura mura l...*, 2007, p.84, *Idem*, “D. Diogo de Sousa e a pintura mural na capela-mor da Igreja de S. Salvador de Bravães”..., 2003, p.758.

⁷⁵² Almeida, Dina Carla Ferreira de Sousa de, *O mosteiro cisterciense de Arouca*, 2003, vol. I, p.71; vol. II, pp. 119-121 (Doc. Nº 77 do Apêndice Documental).

⁷⁵³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.106.

⁷⁵⁴ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.149-151 (Doc.78)

⁷⁵⁵ A.D.B. - Coleção Cronológica, cx.20,s.n.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.733.

⁷⁵⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.248; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.733.

coloque aí três cónegos e um prior claustral⁷⁵⁷. Outra das recomendações deixadas era para que os cónegos rezassem juntos no coro, e que lessem diariamente, uma parte da Regra de Santo Agostinho, Regra essa que deveria ser em “linguagem” e que o comendatário colocaria no mosteiro, juntamente com dois breviários de Santo Agostinho⁷⁵⁸. Ordenou ainda que se efectuassem algumas obras, nomeadamente três casas dentro da cerca do mosteiro para acomodação conveniente dos cónegos, a reparação da sala do capítulo, pondo-lhe telhado e colocando-lhe bancos de madeira e um altar na parede com um crucifixo pintado, e que retirasse das dependências directas para o claustro, as cortes dos porcos e as estrebarias, fechando essas portas de ligação⁷⁵⁹.

O mosteiro de Freixo manteve-se como canónica regrante até ao início da segunda metade do séc. XVI, altura em que passou para a Ordem de S. Domingos, embora a data dessa transição não seja consensual⁷⁶⁰. De concreto sabe-se que em 1551 D. João III impetra à Santa Sé a união do mosteiro de Freixo ao de S. Gonçalo de Amarante, numa altura em que era comendatário da instituição o italiano Bartolomeu Gostodingo, que renunciou para que se fizesse a união⁷⁶¹. No entanto o processo arrastar-se-ia como revela uma carta de D. Afonso, comendatário mor, para o rei, datada de 13 de Fevereiro de 1552, em que diz que tal união ainda se não tinha concretizado, depositando no entanto o comendador esperança na realização desse negócio, embora tal se não afigurasse fácil⁷⁶². A 17 de Dezembro de 1552 era ordenado que se desse a posse real do mosteiro aos dominicanos de S. Gonçalo⁷⁶³. Apesar de se poder considerar esta a data oficial da passagem para os dominicanos, o certo é que esse processo de união se prolongou por quase duas décadas, com os frades dominicanos a ocuparem o mosteiro apenas em 1569, altura em que vagou o priorado de S. Salvador de Freixo por morte do seu último comendatário, D. Afonso de Lencastre, mestre da Ordem de Cristo,

⁷⁵⁷ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”..., 1988-89, p.132. Desta recomendação deduz-se, naturalmente, que o mosteiro estava, à altura, sem religiosos.

⁷⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p.132.

⁷⁵⁹ *Idem, Ibidem*, p.132.

⁷⁶⁰ É normalmente apontando o ano de 1552 como o da anexação deste mosteiro a S. Gonçalo de Amarante (cf. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Vol. 92 – Igreja de Freixo de Baixo - Amarante*, Ministério das Obras Públicas, 1958, p.27; Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol 2: Tomo 2, 2000, p.1870). Já segundo Frei Nicolau de Santa Maria a extinção do mosteiro regrante de S. Salvador de Freixo ocorreu em 1540, por doação de D. João III aos dominicanos de Amarante, posteriormente confirmada pelo papa Paulo III, em 1542 (cf. Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.326. Esta mesma versão surge expressa no *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, p.197).

⁷⁶¹ *Segunda parte da Historia de S. Domingos...*, 3ª ed., Vol. III, 1866, p.224.

⁷⁶² *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VII, 1884, p.120.

⁷⁶³ *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Vol. 92 – Igreja de Freixo de Baixo - Amarante*, Ministério das Obras Públicas, 1958, p.27.

unindo-se assim, de forma efectiva, e à semelhança do vizinho cenóbio de Mancelos, à Ordem de S. Domingos⁷⁶⁴.

Igrejas do padroado do mosteiro de Freixo:

2.2.12.1. - Santa Cristina de Toutosa (c. Marco de Canaveses) – Igreja da apresentação do mosteiro de Freixo. Em 1320 foi taxada em 10 libras⁷⁶⁵. A 4 de Julho de 1430 foi confirmado como prior desta igreja Estêvão Gonçalves, embora o prior e o mosteiro de Freixo não tenham apresentado o pároco no período legal⁷⁶⁶. Manteve-se à frente desta paróquia até 1447, altura do seu falecimento, tendo-lhe sucedido, por apresentação do mosteiro de Freixo, Frei Fernando, aí confirmado por D. Fernando da Guerra, a 6 de Abril desse ano⁷⁶⁷.

2.2.12.2. - Santo André de Padornelo⁷⁶⁸ (c. Amarante) – Igreja anexa ao mosteiro de Freixo. Esta igreja juntamente com a de S. Miguel de Freixo, esteve anexa ao mosteiro regante de S. Salvador de Freixo⁷⁶⁹. Com a união ao mosteiro dominicano de S. Gonçalo passou a ser um curato da apresentação desse mosteiro⁷⁷⁰.

2.2.12.3. - Santo Isidoro (c. Amarante)⁷⁷¹ – Eventual igreja da apresentação do mosteiro de Freixo. Em 1320 foi taxada, em conjunto com os seus raçoeiros, em 65 libras⁷⁷². A 24 de Abril de 1324 surge arrolado entre as testemunhas de uma sentença Domingos Domingues, “abbade de Santo Isidro”⁷⁷³ que não sabemos se é desta igreja

⁷⁶⁴ *Terceira parte da Historia de S. Domingos...*, 3ª ed., Vol. IV, 1866, pp.235-236; *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* – Vol. 92 – *Igreja de Freixo de Baixo - Amarante*, 1958, p.28.

⁷⁶⁵ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.106.

⁷⁶⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.26vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.733.

⁷⁶⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.139; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.733.

⁷⁶⁸ Actualmente Padronelo.

⁷⁶⁹ *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* – Vol. 92 – *Igreja de Freixo de Baixo - Amarante*, 1958, p.14.

⁷⁷⁰ Niza, Paulo Dias de, *Portugal Sacro-Profano...*, Parte III, Lisboa, 1768, p.111 Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho, *Portugal antigo e moderno...*, vol.VI, 1875, p.403; *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, p.203.

⁷⁷¹ Não temos dados que nos permitam efectuar uma localização geográfica com o grau de certeza desejável, mas é muito provável que se trate da actual freguesia de Sanche, no concelho de Amarante, cujo orago é Santo Isidoro.

⁷⁷² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.106.

⁷⁷³ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°79.

ou de uma outra qualquer que tenha esta invocação. Um abade desta igreja foi provido no mosteiro de Freixo a 7 de Agosto de 1466⁷⁷⁴.

2.2.12.4. - São Miguel de Freixo⁷⁷⁵ (c. Amarante) – Igreja da apresentação do mosteiro de Freixo. O mosteiro obteve o padroado desta igreja por permuta que fez com o arcebispo de Braga, D. Martinho de Oliveira (1295-1313), cedendo-lhe a 24 de Agosto de 1301 a igreja de S. Salvador de Vila Garcia em troca da de S. Miguel de Freixo⁷⁷⁶. Em 1320 foi taxada em 70 libras⁷⁷⁷. Em 1401 foi confirmado como prior da igreja João Anes de Barroso, embora o prior de Freixo não tenha efectuado a apresentação no tempo adequado⁷⁷⁸. No final do séc. XV e início do XVI esta igreja mantinha-se unida ao mosteiro de S. Salvador de Freixo como revelam registos dos arcebispados de D. Jorge da Costa⁷⁷⁹ e D. Diogo de Sousa⁷⁸⁰.

2.2.13. - São Salvador de Souto (c. Guimarães)

S. Salvador de Souto apesar de deter património significativo, sobretudo nas proximidades do mosteiro, embora se lhe conheçam bens em Leiria⁷⁸¹, não apresenta no início do séc. XIV grande pujança económica, isto se tivermos em consideração que em 1320-1321 foi taxado em 300 libras⁷⁸². De qualquer modo as finanças da instituição parecem controladas até porque em 1328 decorriam obras de grande envergadura no mosteiro, com o prior a entrar em confronto com alguns indivíduos que se tinham comprometido a partir pedra para as obras da casa da adega e da casa da enfermaria e não estavam a entregar a pedra que o mestre de obras necessitava, revelando-se aí também que além de dinheiro esses trabalhadores recebiam um puçal de vinho⁷⁸³.

⁷⁷⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.248; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.733.

⁷⁷⁵ Actualmente esta freguesia mantém como seu orago S. Miguel, mas denomina-se Freixo de Cima.

⁷⁷⁶ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, p.106 (nota 2). A igreja de Vila Garcia já pertencia, por inteiro, ao padroado de S. Salvador de Freixo em 1258 (cf. Marques, Maria Alegria Fernandes, “Alguns aspectos do padroado nas igrejas e mosteiros da diocese de Braga”, in *Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Braga, Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia de Braga/ Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, Vol. II/1, p. 381).

⁷⁷⁷ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.106.

⁷⁷⁸ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.733.

⁷⁷⁹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.734.

⁷⁸⁰ Pimenta, Rodrigo, “Para a história do arcebispado de Braga”..., 1941, p.140.

⁷⁸¹ Cruz, António, “O mosteiro de Souto...”, 1981, pp.97-98.

⁷⁸² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.108.

⁷⁸³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 38-39.

A partir de 1328 e ao longo da década de trinta e início da de quarenta do séc. XIV assiste-se a um processo generalizado de renúncia dos direitos de padroado que diversos naturais e padroeiros detinham quer no mosteiro de Souto⁷⁸⁴ quer na igreja de S. Cláudio de Barco e nas ermidas anexas de São Martinho da Gândara e Santa Maria, a favor da instituição, mormente em 1332 e 1341⁷⁸⁵, numa altura em que era prior D. Domingos Domingues, cuja acção governativa se revelaria muito proveitosa para a instituição.

Em Outubro de 1358 o rei D. Pedro confirma os privilégios do mosteiro de Souto⁷⁸⁶. A 21 de Outubro de 1397 foi efectuada uma composição entre o prior D. Estêvão Peres e o sapateiro Afonso Domingues por causa de umas casas em Guimarães⁷⁸⁷. Este mesmo prior esteve presente no sínodo diocesano de Braga, de D. Martinho Afonso Pires da Charneca, realizado a 15 de Novembro de 1398⁷⁸⁸.

A 3 de Fevereiro de 1419, o prior e o mosteiro de Souto pedem ao papa que confirme a anexação das igrejas de Santo Tirso de Prazins e de S. Félix de Gominhães, anexadas ao mosteiro, na segunda metade do século XIV, respectivamente, pelos bispos D. Guilherme e D. Martinho⁷⁸⁹.

No dia 19 de Setembro de 1431, o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, encontrava-se no mosteiro de Souto⁷⁹⁰, onde esteve hospedado seguindo depois para o de Santa Marinha da Costa onde também se instalou, demorando-se pela região da Guimarães enquanto aguardava o resultado da visitação que tinha ordenado à Colegiada de Santa Maria de Oliveira e que Rui da Cunha, seu prior, impediu.

O prior do mosteiro de São Salvador de Souto participou no sínodo diocesano de Braga, do arcebispo D. Fernando da Guerra, realizado a 12 de Dezembro de 1435, mas não é identificado⁷⁹¹, embora seja, presumivelmente, D. Afonso Lourenço⁷⁹². O mosteiro em meados do séc. XV enfrentava diversos problemas, com os foreiros a

⁷⁸⁴ Esta doação de 1328 bem como uma de 1333 é referente a direitos de padroado que alguns naturais detinham no mosteiro de Souto (cf. *Idem, Ibidem*, pp. 102-103,109-112).

⁷⁸⁵ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto (Homenagem ao abade Tagilde)”, in *Estudos de Cronologia-Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1993, pp.270-285.

⁷⁸⁶ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.131 (Doc. 335).

⁷⁸⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.66-67; Cruz, António, “O mosteiro de Souto...”, 1981, p.98.

⁷⁸⁸ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.60.

⁷⁸⁹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 140-141.

⁷⁹⁰ Marques José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra...*, 1978, p.44.

⁷⁹¹ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.73.

⁷⁹² A 12 de Fevereiro de 1435 ainda era prior do mosteiro (cf. Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.77).

recusarem-se ao pagamento das suas obrigações, registando-se uma acentuada e crónica falta de religiosos que inviabilizava a eleição do prior, obrigando ao constante recrutamento de priores fora da instituição, priores esses que acabavam por não resistir às inúmeras dificuldades, registando-se a passagem de três priores em cerca de uma década, sendo que no início de 1450 o prior era Luís Domingues, sucedendo-lhe mais dois até 1454⁷⁹³. O agravamento da situação mormente com a falta de regeneração da comunidade e os problemas económicos fizeram com que o arcebispo D. Fernando da Guerra extinguisse o mosteiro a 27 de Junho de 1454 e o reduzisse a igreja secular apresentando, no dia seguinte, para seu abade o seu capelão-mor, D. Afonso Vicente⁷⁹⁴.

Estes factos, revelados em primeira-mão por José Marques no seu trabalho sobre a diocese de Braga, permitem corrigir a tese veiculada por Frei Nicolau de Santa Maria, segundo a qual o mosteiro tinha sido reduzido a igreja secular, em 1552, pelo arcebispo de Braga D. Frei Baltasar Limpo (1550-1558), provendo aí o clérigo Martim Rebelo de Macedo que conseguiu do papa Pio IV (1559-1565) a possibilidade de o dar em comenda, entregando-o, sob esse estatuto, ao seu sobrinho Rui Drago, cavaleiro da Ordem de Cristo, acabando o mosteiro por ficar sob o domínio desta Ordem⁷⁹⁵.

Apesar de reduzido a igreja secular São Salvador de Souto foi alvo da cobiça de vários pretendentes, tendo inclusivamente visto os seus rendimentos acrescidos uma vez que o arcebispo D. Fernando da Guerra lhe anexou, a 20 de Outubro de 1461, a igreja de S. Salvador de Louredo⁷⁹⁶.

D. João II pretendia unir o “mosteiro” de Souto à Colegiada de Guimarães, intenção, essa, que é revelada em carta régia de 9 de Maio de 1486, altura em que era seu comendatário D. Afonso de Portugal⁷⁹⁷.

Igrejas do padroado do mosteiro de S. Salvador de Souto:

O mosteiro durante os sécs. XIV e XV, ou em períodos específicos abrangidos por essas centúrias, deteve direitos de padroado na igreja de São Cláudio do Barco e nas

⁷⁹³ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.729-730.

⁷⁹⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.184; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.730.

⁷⁹⁵ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XIII, p.335.

⁷⁹⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.220vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.731.

⁷⁹⁷ Cruz, António, “O mosteiro de Souto...”, 1981, p.103. D. Afonso de Portugal era filho bastardo de D. Afonso, 1º marquês de Valença, neto de D. Afonso, primeiro duque de Bragança e bisneto de D. João I, tendo sido nomeado, em 1485, bispo de Évora (cf. Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, p.507).

suas capelas anexas de São Martinho da Gândara e Santa Maria, bem como nas igrejas de Gominhões e Santo Tirso de Prazins que andaram anexas ao mosteiro. Como vimos também a igreja de S. Salvador de Louredo foi anexada a S. Salvador de Souto, mas numa data já posterior à extinção do mosteiro, por isso não será integrada nesta listagem.

2.2.13.1. - Santa Maria [de Souto]? (c. Guimarães) – Capela anexa à de S. Cláudio do Barco da apresentação do mosteiro de Souto. O mosteiro de Souto detinha, entre o seu padroado, a capela ou ermida de Santa Maria em virtude dos direitos de padroado que lhe foram doados na primeira metade do séc. XIV, aquando da renúncia que vários naturais e herdeiros fizeram ao mosteiro da igreja de São Cláudio e das suas anexas de São Martinho da Gândara e Santa Maria⁷⁹⁸. O problema é que nunca aparece qualquer outro topónimo, apenas o do orago, pelo que assumimos, até derivado à proximidade geográfica, tratar-se de Santa Maria de Souto, o que não invalida que se trate de uma qualquer outra localidade com este orago, mas por agora trabalharemos a partir dessa hipótese. A obstar a este nosso raciocínio estão os rendimentos apresentados por Santa Maria de Souto em 1320, ano em que foi taxada em 150 libras, portanto em metade do valor aplicado ao próprio mosteiro de S. Salvador de Souto⁷⁹⁹. Em 17 de Março de 1310, o capelão da igreja de Santa Maria de Souto era Martim Lourenço, que se encontrava em Braga, onde testemunha o contrato de emprazamento que o mosteiro de Souto fez do seu casal de S. Salvador de Donim, a Pedro Peres de Donim, à sua esposa e a uma terceira pessoa a nomear pelo “prestumeiro”⁸⁰⁰. No dia 1 de Novembro de 1324, o abade de Santa Maria de Souto era Martim Alvelo⁸⁰¹. Quase três décadas depois, mais concretamente a 29 de Junho de 1351, era abade de Santa Maria de Souto Domingos de Longos⁸⁰². A 2 de Novembro de 1379, o abade desta igreja era Pedro Peres, figurando entre as testemunhas elencadas no testamento do cavaleiro Álvaro Lourenço de Mariz, morador na freguesia de Santa Maria de Souto, datado desse mesmo dia⁸⁰³. Em 11 de

⁷⁹⁸ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...”, 1993, pp.270-285.

⁷⁹⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.108.

⁸⁰⁰ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 16-17.

⁸⁰¹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.31.

⁸⁰² Ferreira, Maria da Conceição Falcão, *Guimarães “Duas Vilas, Um Só Povo”*. *Estudo De História Urbana (1250-1389)*, Braga, co-edição do CITCEM e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2010, p.472.

⁸⁰³ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...”, 1993, pp.286-287.

Agosto de 1419, era abade da igreja de Santa Maria de Souto João Afonso⁸⁰⁴. A partir de determinada altura, a igreja de Santa Maria de Souto passou para a apresentação da Colegiada de Guimarães⁸⁰⁵ mas desconhecemos a data em que tal ocorreu. De qualquer modo é possível que tal se tenha verificado após a extinção do mosteiro de S. Salvador de Souto, mas só uma investigação mais aprofundada poderá dar respostas concretas.

2.2.13.2. - Santo Tirso de Prazins (c. Guimarães) – Igreja da apresentação do mosteiro de S. Salvador de Souto. A 9 de Outubro de 1360 o arcebispo D. Guilherme (1349-1361) anexou a igreja de Santo Tirso de Prazins ao mosteiro de S. Salvador do Souto⁸⁰⁶. Em 1419, era abade de Santo Tirso de Prazins Fernão Vasques⁸⁰⁷. A 3 de Maio de 1424 o reitor da igreja era Rodrigo Martins, dia em que Gonçalo Anes, clérigo da diocese de Braga pede a igreja de S. Tiago de Mouquim que Rodrigo Martins aceitara após a resignação de João Luís, embora sem obter a dispensa de ilegitimidade, uma vez que era filho de presbítero e mulher solteira⁸⁰⁸. Em Maio de 1475 o abade de Santo Tirso de Prazins era Pedro Afonso⁸⁰⁹, surgindo ainda como titular dessa igreja a 3 de Agosto de 1481⁸¹⁰.

2.2.13.3. - São Cláudio do Barco / São Cláudio de Riba de Ave / São Cláudio de Arguçães⁸¹¹ (c. Guimarães) – Igreja do padroado do mosteiro de S. Salvador de Souto. A igreja de S. Cláudio foi taxada, em 1320, em 25 libras⁸¹². Desconhecemos desde que altura é que o mosteiro de Souto passou a deter direitos de padroado nesta igreja, de qualquer modo em 1332 e 1341 vários naturais e padroeiros da igreja de S. Cláudio de Barco e das suas capelas anexas de São Martinho da Gândara e Santa Maria renunciaram

⁸⁰⁴ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.479 (doc.123).

⁸⁰⁵ Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa...*, Tomo I, Lisboa, 1706, p.44.

⁸⁰⁶ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, p.165.

⁸⁰⁷ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.479 (doc.123).

⁸⁰⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.579.

⁸⁰⁹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.165. Curiosamente em documento também publicado pelo Autor nesta mesma obra e datado de 16 de Janeiro de 1476 é novamente referenciado o abade de Prazins como vedor do emprazamento, mas aí aparece identificado como Pedro Anes (*Idem*, p.166), mas é, certamente, falha na transcrição.

⁸¹⁰ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.495 (doc.128).

⁸¹¹ Na Idade Média surge sob estas diferentes designações (cf. Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.58).

⁸¹² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

a favor da instituição⁸¹³. A 24 de Agosto de 1422 António Gonçalves era o abade de São Cádio⁸¹⁴. Em 1528 a igreja de S. Cláudio do Barco estava anexa à de Santa Cristina de Longos⁸¹⁵.

2.2.13.4. - São Félix de Gominhães⁸¹⁶ (c. Guimarães) – Igreja anexa ao mosteiro de Souto. Em 1419 esta igreja encontrava-se anexa ao mosteiro de S. Salvador de Souto⁸¹⁷.

2.2.13.5. - São Martinho da Gândara⁸¹⁸ (c. Esposende) – Capela anexa à de S. Cláudio do Barco da apresentação do mosteiro de Souto. A capela ou ermida de São Martinho da Gândara andava, na primeira metade do séc. XIV, anexada à igreja de S. Cláudio do Barco, obtendo o mosteiro os direitos de padroado desta capela quando vários padroeiros, herdeiros e naturais da igreja de S. Cláudio renunciaram a seu favor⁸¹⁹.

2.2.14. - São Salvador de Valdreu (c. Vila Verde)

Em 1320 o mosteiro de São Salvador de Valdreu foi taxado em 430 libras⁸²⁰, pelo que se depreende que tinha uma razoável situação financeira, isto se tivermos apenas como factor comparativo os montantes aplicados à generalidade dos mosteiros agostinhos da diocese de Braga.

Por carta régia, datada de 27 de Junho de 1336 D. Afonso IV confirmou ao mosteiro a jurisdição cível no seu couto, ficando provado que o mosteiro tinha direito de aí colocar juiz e mordomo, pertencendo a jurisdição do crime ao rei⁸²¹. A 23 de Junho

⁸¹³ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...”, 1993, pp.270-285. Os instrumentos de renúncia seguem mais ou menos este teor: “doamos e outorgamos pera todo ssempre ao moesteiro de Sam Salvador de Souto e passamos no dito moesteiro todo o dereito do padroado e da posse do dereito de presentar que nós avemos na dita eigreia de Sam Croyo e todolos outros e cada huuns dereitos que avemos e de dereito aver devemos tambem per nós come per aqueles de quem descendemos tambem na dita eigreia de Sam Croyo come nas ssas hermidas de Sam Martjnho de Gandara e de Santa Maria” (*Idem*, p.282).

⁸¹⁴ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°214.

⁸¹⁵ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.58.

⁸¹⁶ Actualmente São Pedro Fins de Gominhães.

⁸¹⁷ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.478 (doc.123).

⁸¹⁸ Actualmente São Martinho de Gandra.

⁸¹⁹ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...”, 1993, pp.270-285.

⁸²⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.102.

⁸²¹ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.88-89 (Doc.41).

de 1394 é D. João I quem confirma ao mosteiro de Valdreu todos os seus privilégios, foros e liberdades⁸²².

O prior do mosteiro de Valdreu participou no sínodo diocesano de Braga, realizado a 15 de Novembro de 1398 sob patrocínio do arcebispo D. Martinho Afonso Pires da Charneca⁸²³, mas não é aí identificado. À semelhança da generalidade dos mosteiros bracarenses também Valdreu atravessou algumas dificuldades ao longo do séc. XV, levando à intervenção do arcebispo D. Fernando da Guerra, que a 15 de Fevereiro de 1427 lhe anexou a igreja de S. Mamede de Gondoriz, doação a entrar em vigência apenas após a morte de Fernão Martins, abade que então a paroquiava⁸²⁴.

Segundo alguns Autores o mosteiro de Valdreu foi extinto por D. Fernando da Guerra e convertido em igreja secular no seguimento de um breve do papa Pio V (1417-1431)⁸²⁵, o que efectivamente não aconteceu como de resto já foi provado por José Marques⁸²⁶, verificando-se o provimento e confirmação de priores ainda ao longo da segunda metade do século XV⁸²⁷ bem como a confirmação dos privilégios da instituição pelos diversos monarcas. Desde logo no reinado D. Afonso V por carta de 7 de Abril de 1439⁸²⁸ e posteriormente, numa altura em que já assumira efectivamente a administração do reino, através de carta de 20 de Abril de 1450 pela qual confirmou todos os “privilegios e liberdades do prior e convento do mosteiro de Sam Salvador de Vall de Rey da hordem de Sant’Agostinho do bispado de Braaga”⁸²⁹.

Também D. João II concedeu privilégios a Valdreu isentando os lavradores e moradores do couto do seu mosteiro de darem aposentadoria e serviço de carro de bois a fidalgos⁸³⁰.

A 18 de Maio de 1496 foi D. Manuel quem confirmou ao mosteiro de Valdreu todos os seus privilégios⁸³¹. É admissível que nesta altura o mosteiro já fosse governado por comendatários, e muito provavelmente D. Francisco da Fonseca Coutinho, de resto

⁸²² *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo 2, 2005, p.55.

⁸²³ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.60.

⁸²⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.15vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.795.

⁸²⁵ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XIII, p.336; Cardoso, P. Luiz, *Diccionario Geográfico...*, Tomo II, 1751, p.20.

⁸²⁶ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.795.

⁸²⁷ Consulte-se a secção sobre os priores deste mosteiro.

⁸²⁸ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 19, fl.4vº.

⁸²⁹ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 34, fl.178.

⁸³⁰ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.795.

⁸³¹ IAN/TT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 43, fl.40vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.795-796.

um dos três comendatários de que temos notícia para Valdreu⁸³², sendo os outros D. Carlos da Guarda e o seu filho D. João da Guarda, que faleceu em 1549, numa altura em que a comenda do mosteiro andava avaliada em 120 mil reais⁸³³.

No século XVI, em data que desconhecemos, o mosteiro passou para a Ordem de Cristo, tendo sido seu comendador D. Diogo Forjaz Pereira, 4º conde da Feira, que faleceu em 1595⁸³⁴. Apesar de ignorarmos a data dessa mudança é perspectivável que tal tenha ocorrido logo após o falecimento de D. Carlos da Guarda, até porque a 10 de Março de 1550 o mosteiro ainda se encontrava vago, dia em que o papa enviou um breve a D. João III a dar-lhe conta da vinda do bispo Pompeu e a pedir-lhe que desse todo o crédito ao que este lhe dissesse sobre os mosteiros de Santa Maria de Bouro e S. Salvador de Valdreu⁸³⁵.

Igrejas do padroado de Valdreu:

São muito escassas as informações referentes a este capítulo, sendo certo que em termos documentais apenas temos conhecimento de duas igrejas que estavam sob a jurisdição do mosteiro de Valdreu: Gondoriz e Valbom, embora no séc. XII o mosteiro tenha tido em copadroado com o de S. Martinho de Castro a igreja de S. Miguel de Boivães⁸³⁶, como revelam as inquirições de 1220, de qualquer modo como não temos nenhuma outra referência a esta igreja para os séculos XIV e XV e em 1528 já surge anexada à igreja de Ruivos não a tomámos em consideração⁸³⁷.

2.2.14.1. - S. Mamede de Gondoriz (c. Terras de Bouro) – Igreja anexa ao mosteiro de Valdreu. Foi-lhe anexada por D. Fernando da Guerra a 15 de Fevereiro de 1427, embora com a condição de só entrar na posse do mosteiro após o falecimento de Fernão Martins,

⁸³² Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 10, 1938, p.33; Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Tomo III-Vol. 2, 1945, p.155 (nota A); Vaz, António Luís, *O cabido de Braga: 1071 a 1971 – factos notáveis do país ligados à sua história*, Braga, 1971, p.155.

⁸³³ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo VI, 1884, p.334.

⁸³⁴ *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. II, direcção, coordenação e compilação de Afonso Eduardo Martins Zuquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960, p.585; Sousa, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Vol. V, (Edição fac-similada da edição de 1948), Academia Portuguesa da História/QuidNovi, 2007, p.169.

⁸³⁵ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo VI, 1884, p.358.

⁸³⁶ *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, Vol. I, Fasc. I e II, 1888, p.236; Andrade, Maria Filomena, “Entre Braga e Tui: uma fronteira diocesana de duzentos (o testemunho das inquirições)”, in *Revista da Faculdade de Letras - História*, Série II, Vol. XV – Tomo II, Porto, 1998, p.86.

⁸³⁷ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.195.

à altura seu abade titular⁸³⁸. Os rendimentos desta igreja também não eram propriamente avultados, isto tendo em conta a taxa de quarenta libras que lhe foi aplicada em 1320⁸³⁹. Em 1528 a igreja de S. Mamede de Gondoriz ainda se encontrava anexa ao mosteiro de Valdreu⁸⁴⁰.

2.2.14.2. - S. Martinho de Valbom (c. Vila Verde) – Igreja anexa ao mosteiro de Valdreu. Desconhecemos a data da anexação, apenas sabemos que em 1528 a igreja de Valbom ainda se encontrava anexa ao mosteiro de Valdreu⁸⁴¹.

2.2.15. - São Silvestre de Requião⁸⁴² (c. Vila Nova de Famalicão)

O mosteiro de Requião foi um dos muitos mosteiros do Entre Douro e Minho vítima de abusos por parte de padroeiros, naturais e herdeiros, com várias intervenções de D. Dinis no primeiro quartel no séc. XIV⁸⁴³.

De resto a situação da instituição não seria muito pujante, isto a avaliar pelas 300 libras em que São Cristóvão de Requião foi taxado em 1320⁸⁴⁴. O século XIV é, à semelhança do que acontece com outras instituições monásticas, preenchido por um incontornável vazio documental. Apesar da míngua de dados são perspectiváveis as dificuldades de sobrevivência desta instituição que acabará por não conseguir resistir à primeira metade do século XV, não obstante um certo dinamismo evidenciado pelos superiores da comunidade e até uma certa aproximação à própria Sé bracarense.

Assim, a 18 de Agosto de 1421, D. Rodrigo Esteves, prior do mosteiro de Requião, executou a sentença pontifical, de 27 de Fevereiro de 1421, que permitia a redução de conezias na Sé de Braga de 44 para 30 conforme a solicitação do arcebispo

⁸³⁸ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.15vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.795.

⁸³⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.102.

⁸⁴⁰ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.193; Nevada, Serra, *Terra de Regalados: Pergaminhos históricos - Documentos Medievais II*, Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 2003, p.17.

⁸⁴¹ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.192.

⁸⁴² Inicialmente o seu orago principal seria S. Cristóvão (cf. Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.723; Amaral, Luís Carlos, *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séculos IX-1137)*, 2007, pp.742-743 (nota69), no entanto e para os séculos XIV e XV as fontes identificam-no como S. Silvestre.

⁸⁴³ Amaral, António Caetano do, *Para a História da Legislação e Costumes de Portugal, Memória V*, 1945, p.84.

⁸⁴⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

D. Fernando da Guerra ao papa Martinho V⁸⁴⁵. Para a década de vinte temos ainda conhecimento de um outro prior, D. Gonçalo Vasques que aparece também nomeado pelo papa para tratar de assuntos relacionados com a Sé de Braga⁸⁴⁶.

A 15 de Agosto de 1430, o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, encontrava-se no mosteiro de Requião⁸⁴⁷, voltando o prelado bracarense a esta instituição em 12 de Agosto de 1432⁸⁴⁸, visitas que poderão ser interpretadas como um notório sinal de que algo de anormal se passava com esta instituição, ou então diligências que já perspectivavam a redução do mosteiro a igreja secular. Efectivamente, a 8 de Março de 1433, o mosteiro de Requião era oficialmente extinto e convertido em igreja secular⁸⁴⁹. No período subsequente ao decretar da extinção voltamos a ver o arcebispo de Braga a dirigir-se constantemente a Requião, havendo registo da sua presença neste antigo cenóbio em diversas datas de Maio de 1433, nomeadamente a 5 e 22, devendo ter aí permanecido no período que medeia entre estas datas, bem como a 27 e 28⁸⁵⁰, visitas certamente relacionadas com o processo de extinção⁸⁵¹. Pelo mesmo decreto que extingue o mosteiro o bispo confirma também como abade da igreja João Lourenço, clérigo de missa e capelão do conde de Barcelos⁸⁵².

Curiosamente, a 1 de Setembro de 1434, D. Duarte confirmou ao “convento e moesteyro de Requiam todos seus privilegios foros liberdades e boons costumes”⁸⁵³, o que significa que a chancelaria régia ainda não estava a par das alterações ocorridas no último ano nesta instituição, embora, e como o documento assume aquele protótipo lacónico das confirmações não revelando quaisquer outros elementos identificativos, se possa admitir a possibilidade desta carta ser dirigida ao mosteiro de S. Jorge de Recião, de Lamego, o que nos parece muito pouco provável.

⁸⁴⁵ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, pp. 254-255; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.723.

⁸⁴⁶ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.723.

⁸⁴⁷ *Idem*, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra ...*, 1978, p.42.

⁸⁴⁸ *Idem*, *Ibidem*, p.45.

⁸⁴⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.38vº; Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.38; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.724. Também Cunha, D. Rodrigo da, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Reprodução Fac-similada com nota de apresentação de José Marques, Braga, 1999, vol. 2, p.226; Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, p.499, dão conta da extinção deste mosteiro. Esta questão é também abordada por Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XIII, p.334, embora coloque a extinção de S. Silvestre de Requião em 1418.

⁸⁵⁰ Marques José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra ...*, 1978, p.47.

⁸⁵¹ *Idem*, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.724.

⁸⁵² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.38vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.724.

⁸⁵³ *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo I (1433-1435), 1998, p.137 (Doc.290).

Igrejas do padroado de Requião:

Documentalmente apenas temos comprovação do mosteiro de Requião deter, em copadroado, com o mosteiro de S. Simão da Junqueira, a igreja de Ferreiró.

2.2.15.1. - Santa Marinha de Ferreiró (c. Vila do Conde) – Igreja da apresentação do mosteiro de S. Silvestre de Requião e de S. Simão da Junqueira. A documentação permite-nos traçar com alguma segurança o historial desta paróquia através do quadro evolutivo dos seus titulares. Em finais do séc. XIII, mais concretamente a 14 de Janeiro de 1296, a igreja de Ferreiró era paroquiada por João Pais⁸⁵⁴, pároco que deveria ter assumido o cargo recentemente, isto se tivermos em conta que a 1 de Junho de 1295 o abade de Santa Marinha de Ferreiró era Lourenço Pires⁸⁵⁵.

Em Janeiro de 1316 era abade de Santa Marinha de Ferreiró Gil Eanes que se queixou ao rei “que a dita sa Egreja he sufranha dos Moesteiros de Requiam e de Sam Simhom da Junqueira” e que cavaleiros, donas e escudeiros iam aí comer e penhoravam bens indevidamente, uma vez que eram naturais desses mosteiros e não da igreja que era apenas sufragânea deles⁸⁵⁶. Na sequência desta queixa, D. Dinis, por carta emitida em Santarém, a 19 de Janeiro de 1316, ordenou a Fernão Rodrigues, meirinho mor de Além Douro que defendesse o abade e a igreja de Ferreiró e que impedisse a penhora de bens e obrigasse à sua restituição no caso de tal ter ocorrido⁸⁵⁷.

A 20 de Fevereiro de 1316 Gil Eanes já tinha falecido, apresentando o prior e o convento do mosteiro de Requião o cónego Julião Martins para reitor da igreja de Santa Marinha de Ferreiró⁸⁵⁸, no entanto a sua confirmação no cargo só ocorreria a 26 de Fevereiro de 1317⁸⁵⁹.

Em 1320 a igreja de Ferreiró foi taxada em 35 libras⁸⁶⁰. A 9 de Dezembro de 1329 o arcebispo de Braga, D. Gonçalo, confirma Martim Anes como reitor da igreja de Santa Marinha de Ferreiró⁸⁶¹.

A 27 de Abril de 1356 o abade de Ferreiró já é Estêvão Anes, que surge como vedor num emprazamento⁸⁶².

⁸⁵⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 77-77v°.

⁸⁵⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 50v°.

⁸⁵⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.74v°.

⁸⁵⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.74v°.

⁸⁵⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 75-75v°.

⁸⁵⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 77-78.

⁸⁶⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.104.

⁸⁶¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.99-99v°.

O seu sucessor deverá ter sido Domingos Miguéis que faleceu em 1367, confirmando-se então nesta igreja, por apresentação dos mosteiros de Requião e da Junqueira, Estêvão Domingues, cónego de S. Simão da Junqueira, a 4 de Outubro de 1367, justamente “per obitum Dominici Michaelis ultimi e immediate rectoris”⁸⁶³. Segundo Viterbo, em 1367, o arcebispo de Braga confirmou aí um pároco que não entendia o que havia de ler ou cantar⁸⁶⁴, data que corresponde à colação de Estêvão Domingues, embora a afirmação de estarmos perante um abade iletrado nos levante sérias dúvidas, até porque a 6 de Março de 1375, é constituído procurador do mosteiro da Junqueira⁸⁶⁵. No ano seguinte, mais concretamente a 14 de Maio de 1376, Estêvão Domingues continua a ser mencionado como abade de Ferreiró⁸⁶⁶, cargo que ainda ocupava a 10 de Fevereiro de 1379⁸⁶⁷.

A 28 de Junho de 1387 é confirmado como abade desta igreja João Afonso, após resignação apresentada por João Peres, seu último titular, sendo que João Afonso era reitor da igreja de São Pedro da Portela, da diocese de Braga, à qual resignou para assumir a de Ferreiró⁸⁶⁸.

O seu abaciado também não foi muito prolongado uma vez que a 26 de Fevereiro de 1399 o abade de Ferreiró já é Aparício Domingues, que testemunha, nesse dia, uma procuração feita no mosteiro de S. Simão da Junqueira⁸⁶⁹. Em 1400 a igreja de Ferreiró aparece referenciada como sendo do padroado do mosteiro de S. Simão da Junqueira⁸⁷⁰. Em Fevereiro de 1418 o abade de Ferreiró era Aparício Domingues⁸⁷¹.

2.2.16. - São Simão da Junqueira (c. Vila do Conde)

O mosteiro de S. Simão da Junqueira parece ter vivido algumas contrariedades ao longo da primeira metade do século XIV. Se no domínio das relações com outros senhores eclesiásticos tudo aparenta ter decorrido dentro da normalidade, como se

⁸⁶² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.124-125vº.

⁸⁶³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.135-135vº.

⁸⁶⁴ Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras...*, Vol.2, 1966, p.42.

⁸⁶⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 126vº-127vº.

⁸⁶⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 125vº-128vº.

⁸⁶⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl.112vº-113.

⁸⁶⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.149-150vº.

⁸⁶⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 137.

⁸⁷⁰ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.49.

⁸⁷¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.184. Aí aparece É aí identificado como “Apariço Dominguez abbade de Ferreiroo familiar do dito moesteiro”.

depreende até do facto de, em Março de 1319, o prior de S. Simão da Junqueira, juntamente com o abade de Pendorada, ter sido nomeado juiz numa contenda entre o arcebispo de Braga e o cabido a propósito da herança deixada pelo chantre de Braga, Mestre João, acabando a sentença por ser desfavorável ao bispo⁸⁷², já em termos de relações seculares se registavam alguns problemas.

Um dos principais, e extensível a muitos outros mosteiros portugueses, era a questão dos abusos por parte dos poderosos, sobretudo os naturais e padroeiros das instituições, levando o prior a queixar-se ao rei “que cavaleiros e donas e scudeiros e outros homeens lhis filham sem derecho e como nom devem nos seus casaes e herdamentos e nos logares do dito seu moesteiro o pan e o vinho e os dereitos e as directuras e as geiras e as luituosas e as outras cousas”⁸⁷³. O monarca perante tais queixas emitiu resposta favorável ao mosteiro, a 22 de Setembro de 1317, ordenando às suas justiças que o protegessem.

No entanto os abusos deveriam persistir uma vez que a 15 de Maio de 1322, um cônego de S. Simão da Junqueira apresentou-se perante o juiz de Faria com a carta régia a solicitar a protecção do mosteiro⁸⁷⁴. Esta acção protectora de D. Dinis à instituição já tinha episódios antecedentes, uma vez que a 10 de Maio de 1296 e após queixa apresentada pelo prior a propósito de penhoras e constrangimentos provocados aos moradores, mancebos e sargentos do couto do mosteiro, o monarca ordenou que não lhes fizessem quaisquer penhoras e que devolvessem o dinheiro que lhe tinha sido indevidamente cobrado por razão da hoste da cidade⁸⁷⁵.

Em 1320, o mosteiro de São Simão da Junqueira foi taxado, em 400 libras⁸⁷⁶, situação que não sendo propriamente evidenciadora de grandes dificuldades económicas, deixa percepção-las. A confirmação de que a instituição enfrentava dificuldades económicas chega-nos pouco depois, com o arcebispo de Braga, D. João, a autorizar a 27 de Outubro de 1321, que D. Domingos, prior de S. Simão da Junqueira, alheasse bens do mosteiro de forma a perfazer 100 morabitinos, em virtude de o mosteiro estar “emdevidado per razom de dividas que a Nos deve tambem de colheitas come doutras

⁸⁷² Maciel, Maria Justiniana Pinheiro, *O cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*, Cascais, Patrimonia Historica, 2003, p.96.

⁸⁷³ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado ...*, 1913, p.123 (doc.5).

⁸⁷⁴ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado ...*, 1913, pp. 92, 123, 124 (docs. 5,6).

⁸⁷⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.72-72vº.

⁸⁷⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

cousas e outrosi porque nos disserom que a nos compria daverdes de vestir e mantimentos para vos e para os frades e para esse vosso mosteiro”⁸⁷⁷.

A situação era de tal gravidade que o prior escreveu ao rei queixando-se que o mosteiro era muito pobre e de parcas rendas que não conseguia sustentar os inúmeros naturais e padroeiros que aí detinham comedorias, começando a desaparecer temporal e espiritualmente⁸⁷⁸.

Perante estas queixas, D. Dinis enviou carta, a 6 de Abril de 1323, a Mem Rodrigues de Vasconcelos, meirinho-mor de Entre Douro e Minho, ordenando-lhe que efectuasse uma inquirição de forma a avaliar a verdadeira situação do mosteiro⁸⁷⁹. No seguimento dessa inquirição, exarada em instrumento de 8 de Março de 1324, apurou-se que os rendimentos do mosteiro ascendiam a cerca de 400 libras e que de facto o grande número de naturais depauperava por completo os rendimentos do mosteiro, ordenando-se aí que passassem a usufruír das comedorias uma única vez por ano, em dia de S. Miguel⁸⁸⁰.

Na década seguinte o mosteiro sofreria um rude golpe ao nível das suas jurisdições. A 11 de Janeiro de 1336, e na sequência da inquirição sobre o couto de S. Simão da Junqueira, onde o mosteiro se fez representar por Mateus Domingues, D. Afonso IV coarctou-lhes toda a jurisdição que aí detinha⁸⁸¹. Por esta altura persistiam os problemas económicos da instituição como revela a visitação que D. Fernando Peres, prior de Santa Cruz de Coimbra, fez ao mosteiro de S. Simão da Junqueira, a 20 de Fevereiro de 1342, numa altura em que a comunidade era composta por seis cónegos e um prior, quando os rendimentos não permitiam a existência de mais de quatro cónegos⁸⁸².

Já a segunda metade da centúria de trezentos é, aparentemente, mais tranquila. E se a nefasta perda da jurisdição no couto poderia despontar alguma animosidade nas relações com a Coroa, o certo é que, aparentemente, tal não se verifica, de resto a própria Coroa reverteria essa sentença, devolvendo a jurisdição cível à instituição. Também com a nobreza local parece haver uma excelente ligação, como se percebe

⁸⁷⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.86-86vº.

⁸⁷⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.88.

⁸⁷⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.88.

⁸⁸⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.87vº-89.

⁸⁸¹ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV*, Vol.III (1336-1340), 1992, pp.80-83 (Doc.287).

⁸⁸² Gomes, Saul António, “A relevância do monaquismo vilacondense na história das ordens religiosas em Portugal” in *Actas do 2º Encontro de História de Vila do Conde* (Vila do Conde: 1050 anos de História – A memória dos séculos monásticos), Câmara Municipal de Vila do Conde, 2004, pp. 117, 136-142.

quer pela desistência a favor do mosteiro dos direitos de padroado que muitos poderosos aí detinham⁸⁸³ quer através dos vários legados com que S. Simão da Junqueira foi sendo contemplado, sobretudo por parte dos cavaleiros da Quinta do Casal, como se depreende do testamento de Estêvão Ferreira que mandou instituir capela dedicada a Santa Maria Madalena no claustro do mosteiro⁸⁸⁴, mandando inclusivamente rezar missa pela alma dos priores D. Aparício Pais e D. Estêvão Anes, dos quais recebera boas obras⁸⁸⁵.

Já no século anterior, Martim Pires, um outro cavaleiro do Casal, tinha instituído a capela de Santa Maria no mosteiro de S. Simão da Junqueira, como revela no seu testamento de 1289⁸⁸⁶. Há, de resto, uma ligação muito forte com importantes famílias nobres, sobretudo com os Cunhas, ligação, essa, que remonta à própria fundação da instituição uma vez que Paio Guterres foi o fundador do mosteiro da Junqueira, indivíduo a quem o Conde D. Pedro atribui também a fundação dos mosteiros de S. Salvador do Souto e Vilela⁸⁸⁷.

A 2 de Fevereiro de 1375, Gonçalo Vasques, almoxarife por D. Gonçalo Teles, Conde de Neiva e Senhor de Faria, na sequência de petição apresentada pelo prior Estêvão Anes e pelo convento de S. Simão da Junqueira contra Domingos Bom, mordomo da vila das Aves, por este ter entrado no couto do mosteiro e ter feito penhoras a um caseiro de nome Simão, dá razão ao mosteiro, obrigando o mordomo à devolução do penhor, provando-se também que o rei não tinha qualquer casal nem reguengo no couto do mosteiro⁸⁸⁸.

A 26 de Agosto de 1398, D. João I, concede privilégio ao prior e convento de S. Simão da Junqueira, curiosamente mercê solicitada através do arcebispo de Santiago de Compostela, para que até 25 moradores do couto do mosteiro fiquem isentos de servirem nas obras dos concelhos, proibindo também, o monarca, que ninguém pose

⁸⁸³ Sobre esta questão veja-se Freitas, Eugénio Andrea da Cunha e, “As comedorias de S. Simão da Junqueira nos séculos XIII e XIV”, in *Actas do 17º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica*, Instituto Português de Heráldica, 1989, pp. 108-111.

⁸⁸⁴ Freitas, Eugénio Andrea da Cunha e, *Gerações Medievais portuguesas: cavaleiros e escudeiros do Casal*, Separata dos “Anais”, II Série, Vol. 12, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1962, p.206.

⁸⁸⁵ Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Tomo IV-Vol. I, 1946, p.202 (nota A).

⁸⁸⁶ Freitas, Eugénio Andrea da Cunha e, *Gerações Medievais portuguesas: cavaleiros e escudeiros do Casal...*, 1962, p.200. Este documento encontra-se transcrito por Lira, Sérgio, *O mosteiro de S. Simão da Junqueira*, Vol. II (Coleção Documental), Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2002, pp.310-315 (doc.300).

⁸⁸⁷ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 1980, p.71; Mattoso, José, *Identificação de um país – Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, Vol. I (Oposição), 5ª ed. revista e actualizada, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 143,179. Sobre as relações entre os patronos do mosteiro e a instituição bem como as suas ligações genealógicas veja-se, sobretudo para os séculos XII e XIII, o trabalho de Lira, Sérgio, *O mosteiro de S. Simão da Junqueira*, Vol. I, 2002, pp.74-93.

⁸⁸⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.108vº-109vº.

nas suas casas e pratique abusos ou tome vinho, pão, gados, roupa, palha ou outros bens⁸⁸⁹. Tal privilégio acabaria por sofrer constantes atropelos com os priores da instituição a relembrarem frequentemente às justiças esses mesmos direitos. Tal sucede, por exemplo, a 15 de Setembro de 1430, com o prior a queixar-se a Álvaro Esteves, juiz de Barcelos, de que os lavradores, caseiros e moradores no couto do mosteiro tinham sido penhorados por causa dos dinheiros da talha lançada para a construção do paço do concelho de Barcelos, ordenando o juiz que fosse respeitada a carta régia e alvará dado por Martim Gomes, ouvidor do Conde⁸⁹⁰.

A 4 de Janeiro de 1434, D. Duarte confirma os privilégios, graças, mercês, e liberdades do prior e mosteiro de S. Simão da Junqueira⁸⁹¹.

Também com os arcebispos de Braga não parecem registar-se grandes conflitos, sendo talvez o mais forte o que opôs o prior Estêvão Anes ao arcebispo por causa da posse do mosteiro e que levou o prior a recorrer para Roma, a 12 de Julho de 1367⁸⁹². Ultrapassada essa questão as relações normalizaram-se, de resto o arcebispo D. Martinho (1398-1416) encontrava-se no mosteiro de S. Simão da Junqueira a 29 de Outubro de 1403, tendo aí dado o aval a um emprazamento que o prior Estêvão Domingues e o convento fizeram⁸⁹³.

Em meados do século XV, a situação económica desta casa monástica apresentava-se bastante débil, levando o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, a anexar, a 26 de Dezembro de 1441, a igreja de Parada que já era da apresentação do mosteiro. Cerca de dois anos depois, mais concretamente a 26 de Novembro de 1443, o arcebispo de Braga anexou ao mosteiro da Junqueira a igreja de São Cristóvão de Rates⁸⁹⁴. A 29 de Janeiro de 1444 o regente D. Pedro, face à menoridade de D. Afonso V, confirmou todos os privilégios, graças, liberdades e mercês que os seus antecessores

⁸⁸⁹ Gomes, Saul António, *Documentos medievais de Santa Cruz de Coimbra: I- Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Separata de “Estudos Medievais”, Porto, Centro de Estudos Humanísticos – Secretaria de Estado da Cultura – Delegação Regional do Norte, 1988, pp.162-163 (doc.77). Este mesmo documento encontra-se entre os que no séc. XVIII foram trasladados nos Tombos do Mosteiro (cf. IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.121vº-122vº).

⁸⁹⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.125-125vº.

⁸⁹¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.128-128vº. Esta mesma confirmação régia é também sumariada na Chancelaria de D. Duarte, embora entre diversas confirmações datadas de 25 de Dezembro de 1433 (cf. *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo I (1433-1435), 1998, p.200 (Doc.381).

⁸⁹² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.136-136vº. O arcebispo de Braga era, por esta altura, D. João Cardaillac (1361-1371).

⁸⁹³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.169-169vº.

⁸⁹⁴ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.797; Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado ...*, 1913, pp.92-93. Como já ficou exposto em capítulo anterior este Autor fala desta anexação mas referenciando-a e identificando-a não como igreja mas sim como mosteiro de Rates.

tinham dado ao mosteiro de “Sam Simom da Junceira da Hordem de Santo Agostinho da terra de Faria e termo de Barcelos”⁸⁹⁵.

A 18 de Março de 1501, por seu turno, o rei D. Manuel confirma todos os privilégios do mosteiro de S. Simão da Junqueira⁸⁹⁶. A 13 de Agosto de 1507, e na sequência de uma queixa apresentada pelo Procurador dos feitos de el-rei contra o prior D. João Gonçalves por este usar da jurisdição cível no couto do mosteiro, colocando aí juízes e porteiro e da pronta defesa do prior apresentando carta de D. Afonso Henriques, dada em 1136, referente aos privilégios deste cenóbio agostinho, o rei ordenou que o prior e o mosteiro usassem apenas das jurisdições que lhe tinham sido concedidas por D. Afonso Henriques⁸⁹⁷. Um outro privilégio, outorgado por D. Manuel, a 18 de Setembro de 1517, embora abrangendo apenas parte dos caseiros do mosteiro da Junqueira, é a ordem para que as suas justiças não obriguem os moradores da vila e termo de Barcelos a irem às procissões da Visitação de Nossa Senhora e à do Anjo, desde que as tenham ou façam em igrejas e mosteiros mais próximos das suas localidades⁸⁹⁸.

O século XVI vai ficar marcado pelo governo dos comendatários nesta instituição, que chega a ter um carácter quase dinástico uma vez que à sua frente vão estar diversos elementos da família Pinheiro, domínio apenas intercalado pelo esporádico governo do bispo de Viseu, D. Miguel da Silva⁸⁹⁹. Foi seu último prior comendatário D. Martinho Pinheiro que deixou grande benfeitoria no mosteiro sendo o responsável por diversas obras de melhoria e embelezamento aí efectuadas⁹⁰⁰.

Durante o seu priorado o infante D. Henrique deu, em 1569, execução a uma bula do papa Pio V (1566-1572) pela qual se ordenava a extinção do mosteiro e a entrega dos seus bens à Ordem de S. Domingos, o que mereceria a pronta e eficaz contestação do prior, fazendo vingar a sua posição permanecendo a instituição nos moldes em que até aí se governara⁹⁰¹. Com o falecimento de D. Martinho Pinheiro o mosteiro ficou em posse de gestores provisórios, nomeados para períodos de meio ano,

⁸⁹⁵ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 24, fl. 9vº; IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.128vº-129.

⁸⁹⁶ IAN/TT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 17, fl.22.

⁸⁹⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.133-134.

⁸⁹⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.135vº-136.

⁸⁹⁹ Sobre a acção destes comendatários e respectivos elementos biográficos consulte-se as entradas que lhe são dedicadas em Apêndice.

⁹⁰⁰ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros...”, 1987, p.174; Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.78; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, 1668, Primeira Parte, Livro VI, cap. XI, p.322; Costa, António Carvalho da, *Corografia portugueza...*, Tomo I, 1706, p.321.

⁹⁰¹ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado ...*, 1913, pp. 96, 128- 134 (docs. 10-11).

enquanto se aguardava a união à Congregação de Santa Cruz de Coimbra, tomando posse efectiva do mosteiro o prior geral D. Cristóvão de Cristo, a 7 de Fevereiro de 1595 elegendo-se nesse mesmo dia o Padre D. Manuel, comendatário do mosteiro de Caramos, como primeiro prior trienal do mosteiro⁹⁰².

Igrejas do padroado de S. Simão da Junqueira:

Este cenóbio exerceu direito de padroado sobre algumas das igrejas do actual concelho de Vila do Conde, ou seja dentro da sua área geográfica de influência mais próxima, sendo certo que na segunda metade do século XV detinha pelo menos quatro igrejas: Parada, Ferreiró, S. Martinho e S. Cristóvão de Rio Mau, embora convenha alertar que a de Ferreiró, pelo menos no séc. XIV, foi em sistema de copadroado com o mosteiro de Requião.

2.2.16.1. - São Cristóvão de Rates/ São Cristóvão de Rio Mau/ São Cristóvão de Faria/ São Cristóvão da Marinha (c. Vila do Conde) – Igreja anexa ao mosteiro de S. Simão da Junqueira. Na documentação medieval, aparece sob as quatro designações acima mencionadas. A 26 de Novembro de 1443 o arcebispo D. Fernando da Guerra anexou a igreja de São Cristóvão de Rates ao mosteiro da Junqueira, para fazer face às dificuldades económicas da instituição e simultaneamente melhorar o serviço pastoral nessa paróquia⁹⁰³. Sobre esta igreja, e para que não haja uma duplicação de elementos, remetemos para o texto que dedicámos a S. Cristóvão de Rio Mau.

2.2.16.2. - São Martinho de Outeiro Maior (c. Vila do Conde) – Igreja da apresentação do mosteiro de S. Simão da Junqueira. Nas inquirições de Afonso III, de 1258, a igreja de S. Martinho de Outeiro Maior já surge referenciada como sendo do

⁹⁰² Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado ...*, 1913, pp. 97-99, 134-137, 148-152 (docs. 12-14,16); Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XI, p.322; Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa ...*, Tomo I, 1706, p.321. Já Frei Timóteo dos Mártires que é bem mais incisivo do que Frei Nicolau de Santa Maria no que diz respeito a este período da história de S. Simão da Junqueira, indicando os presidentes, comendatários a prazo ou gestores que estiveram à frente da instituição entre o falecimento de D. Martinho Pinheiro e a entrada na Congregação, mas coloca a tomada de posse e a eleição do padre D. Manuel a 1 de Maio de 1595 (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.153).

⁹⁰³ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.797-798, 811. Também Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado ...*, 1913, pp.92-93; *Idem, Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, p.253 (nota 4).

mosteiro de S. Simão da Junqueira⁹⁰⁴. Em 1320 a vigairaria da igreja de S. Martinho de Outeiro, sujeita ao mosteiro da Junqueira, foi taxada em 50 libras⁹⁰⁵.

A 21 de Setembro de 1321, o mosteiro de S. Simão da Junqueira já tinha apresentado o cónego Martim Geraldês para esta vigairaria⁹⁰⁶. No entanto a confirmação definitiva deste religioso como vigário perpétuo da igreja de S. Martinho de Outeiro só ocorre a 29 de Outubro de 1323, com a colação a ser feita pelo Mestre Bartolomeu, chantre de Braga, Estêvão Vicente, porcionário da Sé de Braga, e D. Gonçalo, bispo de Lisboa e coadjutor do arcebispo de Braga, D. João⁹⁰⁷. A 10 de Junho de 1336 o papa Bento XII (1334-1342) confirma o cónego Martim Geraldês, como vigário perpétuo da igreja de S. Martinho de Outeiro⁹⁰⁸.

Em 1342 esta igreja em conjunto com um casal que lhe andava associado rendia 60 libras⁹⁰⁹. Um documento de 15 de Setembro de 1427 revela que os rendimentos desta igreja integravam a ovença da vestimenta dos cónegos⁹¹⁰. A 9 de Agosto de 1456 foi dada sentença contra João de Lisboa, prior de S. Simão da Junqueira por não ter pago ao arcediogo de Vermoim, João Gomes, a colheita da igreja de S. Martinho de Outeiro⁹¹¹.

Em 1528 S. Martinho de Outeiro continuava anexa ao mosteiro de S. Simão da Junqueira⁹¹².

2.2.16.3. - Santo André de Parada (c. Vila do Conde) – Igreja da apresentação do mosteiro da Junqueira. Esta igreja foi doada por D. Afonso Henriques ao mosteiro da Junqueira⁹¹³. A 24 de Janeiro de 1311 era abade de Santo André de Parada João Domingues⁹¹⁴. A 20 de Janeiro de 1316, continua a ser referenciado como “abade de Samtandre de Parada”⁹¹⁵, situação que é também atestada por instrumento de 21 de Maio de 1316 e que nos confirma “Johanni Dominici Rectori Ecclesia de Parada”⁹¹⁶.

⁹⁰⁴ *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, Vol. I, Parte II, Fasc. IX, Lisboa, 1977, p.1420.

⁹⁰⁵ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.103.

⁹⁰⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.90vº-91.

⁹⁰⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.90vº-92.

⁹⁰⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.111vº-112. Aí consta: “Martino Geraldî perpetuo vicario Ecclesia Sancti Martini de Outeiro Bracharensis Diocesis”.

⁹⁰⁹ Gomes, Saul António, “A relevância do monaquismo vilacondense ...”, 2004, pp. 118, 141.

⁹¹⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.115.

⁹¹¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.119vº-120vº.

⁹¹² Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.48.

⁹¹³ *Idem, Ibidem*, Vol. II, 1959, p.505.

⁹¹⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.75.

⁹¹⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.78.

⁹¹⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.120.

Em 1320 a igreja de Parada foi taxada em 50 libras⁹¹⁷. A 9 de Maio de 1326, Pedro do Sem e Vasco Peres, executores do rei D. Afonso IV lançam uma inquirição sobre o destino de diversas propriedades da igreja Santo André de Parada, restituindo-as e entregando-as a Estêvão Domingues, cónego regrantado do mosteiro de S. Simão da Junqueira e abade de Santo André de Parada⁹¹⁸. Um instrumento de 10 de Abril de 1332 revela que o cónego Estêvão Domingues, continua a ser o abade de Parada, tendo-se envolvido num grave contencioso com Aparício Peres, prior do mosteiro da Junqueira, que nessa data acabaria por ser absolvido de excomunhão por D. Estêvão Pais, cónego de Braga e vigário geral pelo arcebispo D. Gonçalo⁹¹⁹. A 19 de Dezembro de 1332, há notícia de nova contenda entre estes mesmos protagonistas, desta feita por causa de moinhos e pesqueiras em Águas Juntas, no rio Ave, levando novamente à intervenção da Sé de Braga⁹²⁰.

Em 27 de Maio de 1333, Estêvão Martins de Ferreiró e sua mulher, Maria Miguéis, doaram a “Stevam Domingiz abade de Parada”, uma leira de vinha⁹²¹. A 17 de Fevereiro de 1340 Estêvão Domingues continua a ser referenciado como abade de Parada⁹²². No dia 27 de Novembro de 1341, e por mediação do cónego Domingos Martins e de Domingos Pais da Cunha, juízes alvitros na questão que opunha Estêvão Domingues, abade de Santo André de Parada, a Martim Anes e sua mulher, Senhorinha Lourença, por causa das águas da enxurrada que o abade se queixava que eles encaminhavam para a seara da igreja de Parada, foi conseguido um acordo entre as partes⁹²³.

Mais tarde, em 8 de Março de 1348 surge-nos um novo titular desta igreja: “Domingos Domingiz dito Cingaez abbade de Santandre de Parada” que deu em préstimo a Vasco Pereira um casal situado em Santo André de Parada, concessão feita pelo bem e defendimento que este fazia a essa igreja, mormente através da entrega de cem libras para a dívida ao Papa e para aproveitamento da igreja⁹²⁴. Domingos Domingues Cingães, entretanto, deverá ter falecido ou resignado uma vez que, a 22 de Julho de 1348, o abade de Santo André de Parada já é Martim Esteves, que nesse dia solicitou ao juiz de Vermoim, João Martins, que ordenasse ao tabelião Martim Anes que

⁹¹⁷ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.104.

⁹¹⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.94-95vº.

⁹¹⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.104-104vº.

⁹²⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.108-110vº.

⁹²¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.97vº.

⁹²² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.97-98.

⁹²³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.117vº-118.

⁹²⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 114-114vº.

lhe desse um instrumento do préstimo que o seu antecessor havia feito a Vasco Pereira, para ter na igreja⁹²⁵. Martim Esteves deverá ter ocupado o reitorado desta igreja também durante um período de tempo relativamente curto uma vez que a 31 de Maio de 1350 Guilherme Pilote, licenciado em Leis e Raimundo Toulouse, cónego da Sé de Lisboa e vigários gerais do arcebispo de Braga, D. Guilherme (1349-1361), confirmam Lourenço Martins, clérigo da diocese de Braga como reitor da igreja de Santo André de Parada, em virtude do falecimento do seu último reitor⁹²⁶. A 15 de Agosto de 1365 Lourenço Martins mantinha-se como abade de Parada⁹²⁷.

A 26 de Dezembro de 1441 o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, anexava a igreja de Parada ao mosteiro de S. Simão da Junqueira⁹²⁸. Em 1551 continuava anexa ao mosteiro da Junqueira⁹²⁹, situação que se mantinha em 1568, estando integrada nos rendimentos da mesa abacial⁹³⁰.

2.2.16.4. - Santa Marinha de Ferreiró (c. Vila do Conde) – Igreja da apresentação do mosteiro da Junqueira e de S. Silvestre de Requião. Sobre esta igreja e para evitar a necessária duplicação de informação veja-se o que foi dito na respectiva entrada que lhe dedicamos ao abordarmos as igrejas do padroado do mosteiro de Requião.

2.2.17 - São Torcato de Guimarães (c. Guimarães)

S. Torcato foi, desde o seu início, e ao longo dos séculos XII e XIII, alvo de contínua protecção régia recebendo, desde logo, privilégios de D. Afonso Henriques em 1173⁹³¹, surgindo contemplado no testamento de D. Afonso II com 100 morabitinos⁹³² e vendo constantemente os seus direitos e privilégios renovados quer por D. Sancho II em 1229⁹³³, quer por D. Afonso III em 1262⁹³⁴. Idêntica protecção lhe consagrou o papa

⁹²⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 114-114vº.

⁹²⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.121-122vº.

⁹²⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.131vº.

⁹²⁸ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.108vº; Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, p.253 (nota 4). Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.811.

⁹²⁹ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.49.

⁹³⁰ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros...”, 1987, p.174.

⁹³¹ *Vimaranis Monumenta Historica*, Parte 2, 1931, pp.94-95 (doc. 111); Abiah Elisabeth Reuter, *Chancelarias Medievais Portuguesas - Vol. I - Documentos da Chancelaria de D. Afonso Henriques*, Coimbra, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1938, pp.345-346 (doc. 229);

⁹³² *Vimaranis Monumenta Historica*, Parte 2, 1931, p.187 (doc. 196).

⁹³³ *Ibidem*, Parte 2, 1931, p.200 (doc. 216).

Inocência V (1276) que confirmou, por bula pontifícia de 15 de Maio de 1276, os seus bens e privilégios⁹³⁵.

A 13 de Novembro de 1310, o rei D. Dinis confirmou ao cenóbio torcatense todos os privilégios que lhe haviam sido concedidos por D. Sancho II⁹³⁶, renovando e reafirmando a protecção ao mosteiro, seu prior, religiosos, herdades e bens por carta de 10 de Agosto de 1314⁹³⁷. Em 1336 o rei D. Afonso IV confirmou ao mosteiro a jurisdição cível no seu couto, pertencendo a do crime à justiça régia⁹³⁸. No processo de averiguação dos direitos jurisdicionais sobre o couto o mosteiro fez-se representar por um procurador de nome Domingos Gonçalves, argumentando que o couto do mosteiro lhes fora dado por D. Afonso Henriques e confirmado por D. Sancho, D. Afonso e D. Dinis, no qual metiam, anualmente, um juiz que dirimia os feitos cíveis e no caso de haver recurso das suas sentenças esse era para o prior e deste para o rei. Além disso tinham também um mordomo a quem competia fazer cumprir as penas, prender os degredados e malfeitores que se encontrassem no couto, levando-os à presença do juiz, e caso fossem questões de crime eram entregues a um cabo do couto do mosteiro e enviadas aos juizes de Guimarães. Entre as suas funções estava ainda a incumbência de zelar pela tapagem das vinhas e searas, condenando os que o não quisessem fazer⁹³⁹.

À semelhança do que sucedeu com o vizinho mosteiro de Santa Marinha da Costa, D. Pedro emitiu, a 21 de Outubro de 1357, carta de confirmação de todos os foros, privilégios e liberdades outorgadas e confirmadas pelos monarcas anteriores ao mosteiro de S. Torcato⁹⁴⁰, privilégios que o monarca lhe renova a 2 de Maio de 1362⁹⁴¹.

Por esta altura a instituição parece viver algumas dificuldades económicas o que leva o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente (1374-1397), a anexar ao mosteiro de S.

⁹³⁴ *Ibidem*, Parte 2, 1931, p. 337 (doc. 262).

⁹³⁵ *Ibidem*, Parte 2, 1931, pp.340-342 (doc. 269); Marques, Maria Alegria Fernandes, *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, p.286.

⁹³⁶ *Vimaranis Monumenta Historica*, Parte 2, 1931, p.391 (doc. 292); Costa, Avelino de Jesus da, “Documentos da Colegiada de Guimarães”, in *Revista Portuguesa de História*, Nº 3, Coimbra, 1947, p.573.

⁹³⁷ *Vimaranis Monumenta Historica*, Parte 2, 1931, p.392 (doc. 294); Costa, Avelino de Jesus da, “Documentos da Colegiada de Guimarães”..., 1947, p.573.

⁹³⁸ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.27-29 (Doc.13); *Vimaranis Monumenta Historica*, Parte 2, 1931, pp. 401-402 (doc. 310).

⁹³⁹ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.27-28.

⁹⁴⁰ *Vimaranis Monumenta Historica*, Parte 2, 1931, p.406 (doc. 318); Costa, Avelino de Jesus da, “Documentos da Colegiada de Guimarães”..., 1947, p.577; *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.73 (Doc. 195). Fica aqui apenas uma chamada de atenção porque na chancelaria aparece integrada num rol de confirmações onde a data que as encabeça é 2 de Setembro de 1357.

⁹⁴¹ Costa, Avelino de Jesus da, “Documentos da Colegiada de Guimarães”..., 1947, p.577.

Torcato, a 18 de Outubro de 1374, as igrejas de S. Cosme da Lobeira e S. Romão de Rendufe⁹⁴². Seriam essas dificuldades reflexo da instável situação económica, política e social do reino, ou adviriam, ou seriam agravadas por algumas despesas extraordinárias que o mosteiro fez? É que tudo indica que na segunda metade do século XIV foram efectuadas obras no mosteiro, pelo menos parece-nos essa a leitura que se pode fazer a partir de uma indicação que surge num documento datado de 2 de Agosto de 1395, uma carta de quitação passada a Martim Anes, “estromento fecto e outorgado no dicto moesteiro na casa nova”⁹⁴³.

Semelhante gesto de boa vontade, embora neste caso mais simbólico do que palpável, foi também levado a cabo por D. João I que confirmou, a 24 de Dezembro de 1387, todos os privilégios, foros liberdades e bons costumes de que sempre o mosteiro usara⁹⁴⁴. Também Lourenço Anes, a quem o uniam laços familiares uma vez que deveria ser irmão de um cônego de S. Torcato, de nome Martim Anes, contemplou no seu testamento o cenóbio torcatense, onde mandou enterrar o seu corpo, ordenando também a entrega de 10 libras para os cônegos, devendo estes rezar-lhe missas, incluindo uma oficiada por dia da sua sepultura⁹⁴⁵

A 31 de Março de 1390, o mosteiro recebeu a visita pastoral do arcebispo D. Lourenço, o mesmo ocorrendo com o seu sucessor no episcopado bracarense, D. Martinho (1398-1416), que visitou “pessoalmente o mosteyro de San Torquade da hordem de Sant’Agostinho” a 26 de Abril de 1410⁹⁴⁶. Na linha do verificado com os seus predecessores também o arcebispo D. Fernando da Guerra (1416-1467) visitou o mosteiro, encontrando-se aí a 21 de Janeiro de 1424⁹⁴⁷.

A 27 de Novembro de 1433 D. Duarte confirmou os privilégios do mosteiro de S. Torcato⁹⁴⁸. O mosteiro já deveria atravessar grandes dificuldades de sobrevivência nesta altura e não apenas a nível económico, também em termos de recursos humanos, não havendo capacidade de renovação da comunidade ao ponto de, em Fevereiro 1450, após o falecimento do prior D. Álvaro Martins só restar um religioso na instituição, o cônego

⁹⁴² Costa, Avelino de Jesus da, “Documentos da Colegiada de Guimarães”..., 1947, p.579; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.734-735.

⁹⁴³ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°183-b.

⁹⁴⁴ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. I – Tomo 3, 2005, p.143; Costa, Avelino de Jesus da, “Documentos da Colegiada de Guimarães”..., 1947, p.580.

⁹⁴⁵ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°183-c.

⁹⁴⁶ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°172; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.735-736.

⁹⁴⁷ Marques José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra...*, 1978, p.35.

⁹⁴⁸ *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo 2 (1435-1438), 1998, p.81 (Doc.808); Costa, Avelino de Jesus da, “Documentos da Colegiada de Guimarães”..., 1947, p.580.

Frei Luís Domingues⁹⁴⁹. Apesar das tentativas do arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, no sentido de viabilizar a existência do mosteiro, primeiro colocando à sua frente o cônego sobrevivente e depois recorrendo a um cônego de S. Simão da Junqueira e, posteriormente, a um outro, de Santa Cruz de Coimbra⁹⁵⁰ para o priorado deste cenóbio vimaranense, não foi possível manter aí a vida religiosa comunitária.

Essa tentativa de reanimação falhou em grande parte pelo facto de os priores aí colocados terem ocupado o cargo durante diminutos períodos temporais uma vez que faleceram pouco tempo após a provisão no priorado, ou por desistência como sucedeu com João Afonso. De facto João Afonso, o tal prior proveniente de Santa Cruz de Coimbra e que veio ocupar a cadeira prioral em 1453, acabou por resignar, levando o papa Pio II (1458-1464) a entregar o mosteiro, em 1459, a João de Barros, tesoureiro e cônego da Sé de Braga⁹⁵¹.

O papa Sixto IV (1471-1484), a 6 de Julho de 1474, e face à ausência de comunidade monástica acabou por extinguir e unir o mosteiro de S. Torcato à Colegiada de Guimarães⁹⁵². No dia 2 de Novembro de 1474 Afonso Pires de Freitas, cônego e tesoureiro da Colegiada de Guimarães, na qualidade de seu procurador, “tomou pose cível reall corporall e auctuall do dicto moesteiro em nome do dicto Cabidoo per poder e auctoridade da dicta letra apostolica do dicto nosso muy Sancto Padre papa Sixto quarto”⁹⁵³.

Igrejas do padroado do mosteiro de S. Torcato:

Ao longo da generalidade do século XIV e até à união do mosteiro à Colegiada de Guimarães, em 1474, S. Torcato deteve o padroado de pelo menos quatro igrejas: Santa Lucrécia, Rendufe, S. Cosme da Lobeira e Santo Emilião e muito provavelmente o de Santa Comba de Monte Longo, embora neste caso apenas saibamos que foi anexada ao mosteiro no séc. XV.

⁹⁴⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.152^a v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.736.

⁹⁵⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fls.165,178v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.736-737, 799.

⁹⁵¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.CCCV.

⁹⁵² Ferreira, Monsenhor Cônego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, p.300 (nota 1); Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.737.

⁹⁵³ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°313; Faria, João Lopes de, “Archivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, p.45.

2.2.17.1 - Santa Comba de Monte Longo / Santa Comba de Fornelos (c. Fafe) –

Igreja anexa ao mosteiro de S. Torcato. O arcebispo D. Fernando da Guerra anexou ao mosteiro de S. Torcato a “egreja de Sancta Coonba”, a 22 de Janeiro de 1424, mas apenas enquanto durasse o priorado de Álvaro Martins⁹⁵⁴. Tendo em consideração que esta igreja, em 1320, foi taxada em 70 libras⁹⁵⁵, tratava-se de uma interessante fonte de rendimento para o mosteiro. Apesar de anexa ao cenóbio torcatense em 1424 é muito provável que já fosse do padroado do mosteiro, isto se considerarmos que em Agosto de 1419 o abade da igreja de Santa Comba já era Álvaro Martins⁹⁵⁶, situação que parece manter-se até 1427, datando de 21 de Abril desse ano uma súplica de Artur Gonçalves solicitando essa igreja em virtude de o seu anterior titular ter sido promovido no priorado de S. Torcato⁹⁵⁷. No entanto o abaciado de Álvaro Martins foi intercalado uma vez que aquando da anexação ao mosteiro, em 1424, diz-se que tal anexação ocorre em virtude da renúncia que dela fez Paio Rodrigues que tinha sido confirmado nesta igreja⁹⁵⁸.

A 17 de Julho de 1492 Pedro Antão, abade de Santa Comba, juntamente com Pedro Braz, abade de Santo Adrião e Gonçalo Beitiz, lavrador e morador em Santa Comba, surge referenciado como vedor de um casal que o prior do mosteiro de Roriz e Vilarinho emprazou⁹⁵⁹. Apesar de não termos mais elementos pressupomos que se trate da mesma igreja.

2.2.17.2. - Santa Lucrecia de Sixto / S. Romão de Sixto⁹⁶⁰ – Igreja do padroado do mosteiro de S. Torcato. Em 1320 a igreja de “Santa Lucrecia de Sixte” foi taxada em 20 libras⁹⁶¹. A 19 de Setembro de 1345 era abade de Santa Logriça Gil Vicente⁹⁶². Em

⁹⁵⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.1. O professor José Marques também referencia esta anexação (cf. Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.811) no entanto a data aí apresentada é de 21 de Fevereiro de 1424. Como só nos apercebemos da incoerência destas datas numa fase final de releitura do trabalho já não tivemos oportunidade de confrontar novamente a fonte e confirmar a data, pelo que é perfeitamente admissível que a nossa leitura esteja incorrecta.

⁹⁵⁵ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.108.

⁹⁵⁶ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.479.

⁹⁵⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.222.

⁹⁵⁸ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.1.

⁹⁵⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.18; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.289.

⁹⁶⁰ Esta freguesia também aparece referenciada como S. Romão de Sixto, tendo entretanto sido extinta e integrada na de S. Torcato, do actual concelho de Guimarães (cf. Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.256).

⁹⁶¹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.108.

⁹⁶² AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°123.

1419 esta igreja encontrava-se anexa ao mosteiro de S. Torcato⁹⁶³, situação que já remontava pelo menos ao último quartel do século XIV⁹⁶⁴. Uma inquirição realizada a 11 de Novembro de 1506 pela Colegiada de Guimarães, provou que a igreja de S. Romão de Sixto era anexa do mosteiro de S. Torcato, mosteiro esse entretanto integrado na Colegiada⁹⁶⁵.

2.2.17.3. - Santo Emilião (c. Póvoa de Lanhoso) – Igreja do padroado do mosteiro de S. Torcato. A 15 de Maio de 1276 o papa Inocência V (1276) confirmou ao mosteiro vimaranense esta igreja⁹⁶⁶. A igreja de Santo Emilião, da Terra de Pedralva, foi taxada, em 1320, em 18 libras⁹⁶⁷. Uma inquirição realizada a 11 de Novembro de 1506 pelo cabido da Colegiada de Guimarães provou “que a igreja de Sam Romaa Rendufe e de Sam Romaa de Sisto e de Sam Milhaao sam annexas ao moesteiro de Sam Torcade que he do dito cabydo”⁹⁶⁸. Desconhecemos é a data em que se efectuou a anexação desta igreja ao mosteiro.

2.2.17.4. - São Cosme da Lobeira (fr. Atães, c. Guimarães) – Igreja do padroado do mosteiro de S. Torcato. O mosteiro fica em posse do padroado desta igreja em 1349 com a doação dos direitos de padroado que diversos particulares lhe fazem a 2 e 9 de Fevereiro desse ano⁹⁶⁹. Em 1320 a igreja da Lobeira tinha sido taxada em 50 libras, o que deixa antever rendimentos interessantes⁹⁷⁰, e dos quais o mosteiro viria a usufruir a partir de 1349 ou de inícios da década de cinquenta⁹⁷¹. Esta anexação da igreja da

⁹⁶³ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.478 (doc.123).

⁹⁶⁴ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.285.

⁹⁶⁵ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°370, fls. 9-11.

⁹⁶⁶ *Vimaranis Monumenta Historica*, Parte 2, 1931, pp.340-342 (doc. 269); Marques, Maria Alegria Fernandes, *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, 1990, p.286.

⁹⁶⁷ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.105.

⁹⁶⁸ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°370, fl.9.

⁹⁶⁹ Costa, Avelino de Jesus da, “Documentos da Colegiada de Guimarães”..., 1947, pp.576-577. Aquando das Inquirições de 1258 esta igreja era de padroado particular, detendo-a diversos padroeiros (cf. Coelho, Maria Helena da Cruz, “A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII”, 1990, p.155).

⁹⁷⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.108.

⁹⁷¹ Costa, Avelino de Jesus da, “Documentos da Colegiada de Guimarães”..., 1947, p.577, faz referência a um documento de 16 de Fevereiro de 1349 que confirma a igreja da Lobeira como anexa a S. Torcato. Como ainda não tivemos oportunidade de confrontar o documento mas partindo da simples leitura desse sumário, e a avaliar pelo teor da carta de sentença de 1425, a favor da anexação da igreja da Lobeira a S. Torcato, há aqui matéria a necessitar de clarificação. É que nesse instrumento de 1425 diz-se que ela foi anexada ao mosteiro por D. Guilherme Pelote, vigário geral do arcebispo D. Guilherme (cf. AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°224). Assim sendo a anexação não se pode

Lobeira, bem como da de Rendufe, ao mosteiro de S. Torcato será confirmada a 18 de Outubro de 1374, pelo arcebispo D. Lourenço Vicente (1374-1397)⁹⁷². Em 1386 já era abade de S. Cosme da Lobeira João Rodrigues⁹⁷³, que a 11 de Julho de 1395 continua a ser referenciado no cargo, dia em que, e em representação do arcebispo de Braga, empossou Martim Anes, cónego regrante do mosteiro de São Torcato como vigário da igreja de S. Romão de Rendufe⁹⁷⁴.

De referir que, em 1419, entre as igrejas de Guimarães e Montelongo, S. Cosme da Lobeira não surge referenciada como sendo anexa de S. Torcato, aparecendo mencionadas sob esse estatuto apenas as de Rendufe e Santa Logriça de Sixto, numa altura em que o abade de S. Cosme da Lobeira era Gil Esteves⁹⁷⁵. Tal facto justifica-se pela dubiedade destas situações e dos próprios vínculos jurídicos, por vezes, pouco claros, bem como alguma ineficácia ou desorganização por parte dos cartórios.

De resto esta questão vai ser despoletada em meados da década de 20 depois do falecimento de Gil Esteves e só após D. Fernando ter confirmado João Anes Albernaz como novo abade da igreja da Lobeira, provavelmente em 1425, sendo que nessa altura “Alvaro Martinz prior pareceo depois outra vez perante nos e nos disse que ell achara hua anexaçom que fora facta ao dicto moesteiro per dom Guilherme Pellote vigairo jerall que fora do arcebispo dom Guilhelme”, dizendo também que essa anexação foi posteriormente confirmada e ratificada pelo bispo D. Lourenço⁹⁷⁶.

Perante estes factos o bispo ordenou uma inquirição provando-se que a igreja estivera, de facto, anexa a S. Torcato “seendo entom prior do dicto moesteiro dom Lourenço Martinz levando della os frutos e rendas e direitos pera o dicto moesteiro”

reportar a Fevereiro de 1349 uma vez que só a 25 de Outubro de 1349 D. Guilherme Pelote ou Piloto foi nomeado vigário geral (cf. Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, p.163 (nota 2). Sobre esta personalidade veja-se o trabalho de Rodrigues, Ana Maria S. A.; Ribeiro, João Carlos Taveira; Costa, Maria Antonieta Moreira da; Maciel, Maria Justiniana Pinheiro, *Os capitulares bracarense (1245-1374): notícias biográficas*, 2005, p.257, onde Guilherme Piloto surge documentado como cónego de Braga entre 1350 e 1361 e identificado como vigário geral do arcebispo D. Guilherme de La Garde (1349-1361) em 1353.

⁹⁷² Faria, João Lopes de, “Archivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, p.33; Costa, Avelino de Jesus da, “Documentos da Colegiada de Guimarães”..., 1947, p.577; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.734-735. Estes dois últimos Autores apresentam esta data de 1574 como a da anexação das igrejas ao mosteiro, embora nos pareça que se trate apenas de uma simples confirmação dessa união, situação a que não seria alheio o facto de estarmos perante a chegada de um novo arcebispo, com o mosteiro a querer fazer valer-se dos seus direitos e a precaver-se de quaisquer eventualidades.

⁹⁷³ Ferreira, Maria da Conceição Falcão, *Guimarães “Duas Vilas, Um Só Povo”*, 2010, p.539.

⁹⁷⁴ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°183-a.

⁹⁷⁵ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, pp.478-479 (doc.123); Oliveira, A. Lopes de, *Fafe e o seu concelho*, pp.29-30.

⁹⁷⁶ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°224.

mas como o bispo já não podia “amover o dicto Johanne Annes Alvernaz asi em ella per nos confirmado” ordenou, a 24 de Abril de 1425, que assim que vagasse a igreja fosse novamente anexada ao mosteiro⁹⁷⁷. João Anes Alvernaz manteve-se no cargo até ao início de 1432, data em que ocorreu a sua transferência para outra igreja⁹⁷⁸. Nessa altura, mais concretamente a 8 de Fevereiro de 1432 o prior de S. Torcato, Álvaro Martins, toma posse da igreja de S. Cosme da Lobeira dando sequência à sentença do arcebispo de Braga⁹⁷⁹.

A partir daqui a situação desta igreja deverá ter-se mantido inalterada até porque em 1481 surge também entre as do padroado da Colegiada de Guimarães⁹⁸⁰, pelo que se deduz que tenha sido aí integrada aquando da anexação do mosteiro torcatense pela Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães.

2.2.17.5. - São Romão de Rendufe (c. Guimarães) – Igreja do padroado do mosteiro de S. Torcato. O padroado desta igreja foi doado ao mosteiro, a 9 de Fevereiro de 1349, juntamente com o da igreja da Lobeira⁹⁸¹. Os rendimentos desta igreja, a avaliar pela quantia em que foi taxada em 1320, não eram muito avultados, sendo-lhe, nessa altura aplicada uma taxa de 30 libras⁹⁸². A 18 de Outubro de 1374 o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente (1374-1397), uniu as igrejas de Rendufe e S. Cosme de Lobeira ao mosteiro de S. Torcato⁹⁸³. A 22 de Maio de 1395 o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente (1374-1397), após a devida apresentação do prior e convento do mosteiro de S. Torcato, confirmou Martim Anes como vigário perpétuo da igreja de S. Romão de Rendufe⁹⁸⁴. Só a 11 de Julho seguinte é que “Martim Annes conigo reglante do moesteiro de Sam Trocade” foi corporalmente empossado nesta igreja, investindo-o aí o abade de S. Cosme da Lobeira em representação do arcebispo, impossibilitado de aí se

⁹⁷⁷ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°224; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.736.

⁹⁷⁸ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°251.

⁹⁷⁹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°251. Neste documento é indicado o dia 20 de Abril de 1425 como data da sentença do arcebispo D. Fernando que anexava a igreja de S. Cosme da Lobeira a S. Torcato, mas é uma nítida omissão de parte da data, provavelmente provocado por algum descuido ao fazer-se o traslado.

⁹⁸⁰ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.495 (doc.128); Oliveira, A. Lopes de, *Fafe e o seu concelho*, pp.34-35.

⁹⁸¹ *Vimaranis Monumenta Historica*, Parte 2, 1931, p.288 (nota 1). Costa, Avelino de Jesus da, “Documentos da Colegiada de Guimarães”..., 1947, p.577.

⁹⁸² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.108.

⁹⁸³ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos da Colegiada de Guimarães”..., 1947, p.579; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.734-735.

⁹⁸⁴ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°182.

deslocar por causa de outros negócios da diocese⁹⁸⁵. Um emprazamento do mosteiro de Souto, feito em Braga, a 25 de Abril de 1413 revela que Bernardo Anes, cónego regrante de S. Torcato era o abade da igreja de “Sam Romaa de Randufe”⁹⁸⁶. Em 1419 a igreja de Rendufe continuava anexa ao mosteiro de S. Torcato⁹⁸⁷. Com a passagem deste cenóbio para a Colegiada de Guimarães esta igreja também transitou para a Colegiada, onde ainda se mantinha em 1481⁹⁸⁸.

⁹⁸⁵ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°183-a.

⁹⁸⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.151.

⁹⁸⁷ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.478 (doc.123); Oliveira, A. Lopes de, *Fafe e o seu concelho*, p.29.

⁹⁸⁸ Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.495 (doc.128); Oliveira, A. Lopes de, *Fafe e o seu concelho*, pp.34-35.

2.3. Diocese de Lamego

2.3.1. - Santa Maria de Cárquere (c. Resende)

A convivência desta instituição com outros mosteiros vizinhos nem sempre se revelou pacífica, como demonstram os conflitos com o mosteiro cisterciense de Arouca. Na década de sessenta do séc. XIII há registo de duas contendas entre estas duas instituições e que obrigaram à intervenção do bispo de Lamego⁹⁸⁹. Já no final da centúria de duzentos, mais concretamente em Abril de 1288 corria uma nova contenda envolvendo o prior de Cárquere com a abadessa, a monja Fruilhe Lourenço e o convento do mosteiro de Arouca por causa do casal de Vale da Ponte, no termo de Alvarenga⁹⁹⁰.

Segundo Augusto Dias, por esta altura, ou seja em finais do séc. XIII ou inícios do XIV, teriam decorrido importantes obras no mosteiro de Santa Maria de Cárquere, sendo, de acordo com este Autor, datável desse período a capela-mor da igreja conventual⁹⁹¹.

Em 1321 o mosteiro de Santa Maria de Cárquere foi taxado em 900 libras⁹⁹², um dos valores mais altos no cômputo geral das canónicas regantes, o que é indiciador dos rendimentos desta casa monástica. Entre os bens da instituição encontrava-se uma casa de pousada do prior na cidade de Lamego, junto à porta do castelo e que foi poupada à demolição ordenada por D. Dinis que não queria que senhores aí se instalassem⁹⁹³.

A 27 de Dezembro de 1337, o bispo de Lamego proibiu Lourenço Geraldês, abade da igreja de Freigil, de pagar a colheita ao mosteiro de Cárquere, em virtude de terem cedido o padroado dessa igreja ao bispado⁹⁹⁴. E se nos chegam notícias de alguma animosidade com outros senhorios eclesiásticos já as relações com os senhores laicos parecem ter sido, ao longo da primeira metade do século XIV, bastante pacíficas, ao ponto de o prior do mosteiro, D. Gonçalo Esteves, ter emprestado ao conde D. Pedro mil maravedis⁹⁹⁵.

⁹⁸⁹ Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco ...*, 2003, p.35 (nota 21).

⁹⁹⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 147,318-319 (doc.38).

⁹⁹¹ Dias, Augusto, *Santa Maria de Cárquere*, Porto, Edições “Beira e Douro”, 1976, pp.23-24.

⁹⁹² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.117.

⁹⁹³ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I, 1977, p.321.

⁹⁹⁴ *Idem, Ibidem*, Vol.II, 1979, pp.336-337.

⁹⁹⁵ Sousa, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Livro I, 1946, p.177; Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, 1979, p.83.

O século XV parece ficar marcado por uma nítida estratégia dos regentes na tentativa de afirmação e valorização do santuário mariano de Cárquere através da veiculação da aproximação e ligação de D. Afonso Henriques ao mosteiro e a Egas Moniz seu patrono como se poderá depreender da Crónica de 1419⁹⁹⁶.

A 17 de Novembro de 1455 D. Afonso V toma sob sua guarda e encomenda o prior e o mosteiro de Santa Maria de Cárquere⁹⁹⁷.

Em 17 de Abril de 1486 D. João II coloca o mosteiro sob a sua protecção⁹⁹⁸. Em 1500 foi erguida no claustro do mosteiro a capela da Senhora da Piedade, a expensas de D. Maria de Castro, capela que serviria de panteão aos Resendes⁹⁹⁹, dando assim cumprimento às suas próprias disposições testamentárias, vontade que constava do testamento que havia lavrado em 1473, embora viesse a falecer apenas em 1517¹⁰⁰⁰. É curioso verificar, sobretudo a partir da segunda metade do séc. XV e até à década de trinta do séc. XVI uma forte ligação, disputa e tentativa de dominação das principais famílias nobres, com implantação na região, ao mosteiro de Cárquere alcançando, nesse período, o priorado desta canónica representantes dos FONSECAS, CARDOSOS, COELHOS e CASTROS, mormente através dos priores Rui Vasques da Fonseca, Lucas Cardoso, Diogo Coelho, João de Castro e Francisco Coelho¹⁰⁰¹.

O início do século XVI fica marcado por diversas obras levadas a cabo no mosteiro, devendo ter terminado por volta de 1519¹⁰⁰².

Este período, à semelhança do que sucedeu com outras canónicas regentes, fica também marcado pela presença dos priores comendatários à frente da sua gestão. Entre esses poderemos destacar os cerca de vinte anos em que Francisco Juzarte deteve o priorado, transitando depois a comenda para o bispo D. Diogo Ortiz de Vilhegas que foi

⁹⁹⁶ Esta mesma ideia foi ainda recentemente reafirmada por José Mattoso (cf. Martins, Luís Almeida, “D. Afonso Henriques: 900 anos de mitos”, in *Visão*, Nº 859 (13 a 19 de Agosto de 2009), p.71). O relato dessa ligação de D. Afonso Henriques a Egas Moniz e a Cárquere surge no 2º capítulo da Crónica de D. Afonso Henriques (cf. “Crónica de D. Afonso Henriques” in *Crónica de cinco reis de Portugal seguida da Crónica Geral de Espanha que insere as Histórias dos reis de Portugal*, Vol. I, Edição diplomática e prólogo de A. de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1945, pp. 48-50).

⁹⁹⁷ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, fl.45vº. Curiosamente nesta carta, e ao colocar a instituição sob a sua protecção, acaba por se referir ao superior hierárquico do mosteiro como seu “abade”. Esta é uma situação que não sendo muito usual, também não é inédita e deriva naturalmente do desconhecimento ou confusão provocada pela diferente terminologia aplicada aos superiores das casas monásticas.

⁹⁹⁸ IAN/TT- Chancelaria de D. João II, Livro 1, fl.110.

⁹⁹⁹ Dias, Augusto, *Santa Maria de Cárquere*, 1976, p.47.

¹⁰⁰⁰ Pinto, Joaquim Caetano, *Resende - Monografia do seu concelho*, Braga, 1982, p.105.

¹⁰⁰¹ Sobre estes priores e a sua acção governativa consulte-se as respectivas entradas que lhes são dedicadas no Anexo prosopográfico.

¹⁰⁰² Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.IV (Renascimento II), Lamego, 1984, p.349.

provido no cargo em 1532 mas, provavelmente, só confirmado em 1534¹⁰⁰³. Em 1540 seria provido como comendatário desta canónica regante D. Duarte¹⁰⁰⁴.

Em 1541, D. João III, equacionava fazer de Cárquere a primeira morada dos Jesuítas em Portugal, cedendo ao Padre Simão Rodrigues esse mosteiro, no entanto o jesuíta preferia instalar-se em Lisboa, ficando então aí com a casa dos cónegos de Santo Antão, que era comenda de D. Ambrósio Pereira, bispo de Rusiona, de quem D. João III conseguiu a renúncia em troca da comenda do mosteiro de Cárquere, à altura, em posse do infante D. Duarte¹⁰⁰⁵, seu filho e arcebispo de Braga (1542-1543).

A este respeito o embaixador Baltasar de Faria dava conta ao secretário do rei, Pedro de Alcáçova Carneiro, por carta de 4 de Outubro de 1542, que o bispo D. Ambrósio já lhe tinha enviado as procurações para resignar a Santo Antão, faltando as procurações de D. Duarte referentes a Cárquere, sem as quais “se nom pode fazer nada”¹⁰⁰⁶. O certo é que D. Ambrósio assumiu a comenda, mantendo-se como comendatário da instituição até ao início da segunda metade da década de cinquenta altura em que resignou, previsivelmente a pedido ou por pressão dos regentes de Santa Cruz de Coimbra que tencionavam integrar o mosteiro de Cárquere na Congregação, como se infere pelo facto de o substituto de D. Ambrósio ser António Nogueira, um cónego proveniente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra¹⁰⁰⁷.

Apesar das diversas diligências subsequentes, a situação manteve-se inalterada até ao final da década de cinquenta, altura em que, e apesar do empenho de D. Francisco, prior geral da Congregação de Santa Cruz, junto da rainha D. Catarina no sentido de unir Cárquere à Congregação, dando seguimento às intenções do falecido D. João III, a decisão régia, aparentemente influenciada pelo cardeal D. Henrique, foi desfavorável às pretensões dos crúzios, com D. Catarina a solicitar, em 1558 autorização à Santa Sé

¹⁰⁰³ *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*, ordenado e composto pelo Visconde de Santarem, continuado e dirigido pelo sócio da Academia Real das Sciencias de Lisboa Luiz Augusto Rebello da Silva, Tomo X – Secção XVII (Relações políticas e diplomaticas entre Portugal e a Curia de Roma), Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1866, p.383; Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, 1979, p.544.

¹⁰⁰⁴ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo XI, 1898, pp. 452-455.

¹⁰⁰⁵ Tellez, M. Balthazar, *Chronica da Companhia de Jesu...*, Primeira Parte, Livro Primeiro, Cap. XVI, Lisboa, 1645, pp.77-81; Nemésio, Vitorino, *O campo de São Paulo: A companhia de Jesus e o plano português do Brasil (1528-1563)*, Vol. XXIII das Obras Completas de Vitorino Nemésio, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, pp. 155-156; Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, 1979, p.545; Pinto, Joaquim Caetano, *Resende - Monografia do seu concelho*, 1982, p.136.

¹⁰⁰⁶ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo V, 1874, p.120.

¹⁰⁰⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, Nº.137.

para dar o mosteiro à Companhia de Jesus¹⁰⁰⁸. Em 1560 a situação do mosteiro encontrava-se enredada num certo impasse tendo-se reunido o Capítulo Geral da Congregação de Santa Cruz para decidir a entrega ou não à rainha de cartas enviadas de Roma por cónegos crúzios referentes à anexação do mosteiro de Cárquere aos jesuítas¹⁰⁰⁹.

A 27 de Outubro de 1561 Lourenço Pires de Távora, embaixador em Roma, dava conta ao rei que para pagar a composição da união do mosteiro de Cárquere ao da Companhia de Jesus pediu um empréstimo de 970 ducados à família Cavalcante, solicitando ao monarca que mandasse saldar essa dívida¹⁰¹⁰.

Ultrapassadas todas estas questões, o papa Pio IV (1559-1565), em Abril de 1562, emitia a bula que colocava Cárquere sob a gestão do Colégio de Jesus de Coimbra embora com a salvaguarda de se manterem os cónegos regrantes e a vida conventual, o que parece ter acontecido até 15 de Março de 1576, altura em que Gregório XIII (1572-1585) suprime a mesa conventual passando a Companhia de Jesus a deter o pleno domínio sobre o mosteiro de Cárquere¹⁰¹¹.

Igrejas do padroado do mosteiro de Cárquere:

Apesar dos regrantes de Cárquere possuírem direitos em diversas igrejas da diocese de Lamego, como revela a bula pontifícia de Nicolau III (1277-1280), datada de 17 de Novembro de 1279, mormente nas igrejas de Santa Cruz de Lumiares, S. Martinho das Chãs, S. Salvador de Resende, Santa Maria de Freigil, Santa Maria de Caria, S. João de Figueira e Santo André de Rapa¹⁰¹², o certo é que o mosteiro apenas deteve a plenitude dos direitos de padroado, ao longo dos séculos XIV e XV, na igreja de Alvarenga.

Importa também relembrar que até ao início do séc. XIV Cárquere exerceu o direito de padroado na igreja de Santa Maria de Freigil (c. Resende), direito que cedeu ao bispo de Lamego em data anterior a 1337¹⁰¹³. No século XVI, aquando da passagem de Cárquere para a Companhia de Jesus, foram-lhe anexadas as igrejas de Santa Cruz de Lumiares (fr. S. Martinho das Chãs, c. Armamar) e S. Martinho das Chãs (c. Armamar),

¹⁰⁰⁸ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, 1979, p.545.

¹⁰⁰⁹ *Actas dos Capítulos do mosteiro de Santa Cruz*, publicadas por Mário Brandão, Coimbra, Publicações do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1946, pp. 57-58 (doc. XLVII).

¹⁰¹⁰ *Corpo Diplomático Portuguez...*, Tomo IX, 1886, pp.388-389.

¹⁰¹¹ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, 1979, pp.545-546.

¹⁰¹² Marques, Maria Alegria Fernandes, *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, 1990, p.286.

¹⁰¹³ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, 1979, pp.336-337.

até aí do padroado régio¹⁰¹⁴, mas que, como exposto acima, pelo menos na segunda metade do séc. XIII integravam o padroado do mosteiro.

Cárquere detinha ainda direito de apresentação, embora em regime de compadroado com a Sé de Viseu, na igreja de Santa Maria de Moledo.

2.3.1.1. - Santa Cruz de Alvarenga (c. Arouca.) – Igreja do padroado do mosteiro de Cárquere. O mosteiro apresentava aí o pároco e recolhia os dízimos¹⁰¹⁵. Em 1321 esta igreja foi taxada em trinta libras¹⁰¹⁶. Por carta de legitimação passada a 16 de Março de 1453 ficamos a saber que Álvaro Afonso, prior claustral do mosteiro de Cárquere era também abade da igreja de Alvarenga¹⁰¹⁷. A 31 de Julho de 1496 “Joham d’Azevedo abade d’Alvarengua” encontrava-se no mosteiro de Cárquere, surgindo entre as testemunhas de um emprazamento aí efectuado¹⁰¹⁸. Este mesmo João de Azevedo surge a testemunhar novos emprazamentos feitos no mosteiro de Cárquere a 22 e 27 de Janeiro de 1497, continuando a ser aí identificado como abade de Alvarenga¹⁰¹⁹. No século XVI esta igreja ainda se mantinha no padroado do mosteiro de Cárquere¹⁰²⁰, cabendo a confirmação do pároco ao bispo de Lamego, taxada em um marco¹⁰²¹. Para essa centúria, e de entre os seus titulares, conhece-se Jorge Lourenço, cónego da Sé de Braga, que a deteve na segunda metade de quinhentos¹⁰²².

2.3.1.2. - Santa Cruz de Lumiares (fr. S. Martinho das Chãs, c. Armamar) – Igreja do padroado do mosteiro de Cárquere. Em 1279 já era do padroado do mosteiro¹⁰²³. Em 1321 a igreja de Santa Cruz do couto de Lumiares foi taxada em trinta libras¹⁰²⁴. No século XVI, por volta de 1550, ainda é referenciada como sendo do padroado do mosteiro de Cárquere¹⁰²⁵. Com a passagem do mosteiro para a Companhia de Jesus esta

¹⁰¹⁴ *Idem, Ibidem*, Vol.II, 1979, p.174.

¹⁰¹⁵ *Idem, Ibidem*, Vol.II, 1979, p.382.

¹⁰¹⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.117.

¹⁰¹⁷ IAN/TT- Legitimações, Livro 2, fl.32; Teixeira, Sónia Maria de Sousa Amorim, *A vida privada entre Douro e Tejo ...*, 1996, p.232.

¹⁰¹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°85.

¹⁰¹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, Ns. 88, 89.

¹⁰²⁰ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I, 1977, p.287.

¹⁰²¹ *Censual da Sé de Lamego (Século XVI)*, 1999, p.23.

¹⁰²² Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.IV, 1984, p.432.

¹⁰²³ Marques, Maria Alegria Fernandes, *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, 1990, p.286.

¹⁰²⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.117.

¹⁰²⁵ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I, 1977, p.287.

igreja foi anexada a Cárquere bem como a de S. Martinho das Chãs, embora nessa altura, e segundo parece, estava no padroado régio¹⁰²⁶.

2.3.1.3. - Santa Maria de Caria (c. Moimenta da Beira) – Igreja do padroado do mosteiro de Cárquere. Em 1321 a igreja de Santa Maria de Caria foi taxada em 300 libras¹⁰²⁷. Os seus altos rendimentos deverão ter despertado diversos interesses. O certo é que no início da segunda metade do séc. XIV já integrava o padroado régio, acabando D. João I por uni-la, em 1411-1412, aos Estudos Gerais de Lisboa, em virtude da concessão papal para que pudesse canalizar os rendimentos de uma igreja de cada diocese para os Estudos Gerais¹⁰²⁸. Desconhecemos, em concreto, até que data Caria se manteve debaixo do padroado de Cárquere, e sendo de admitir que tal vínculo se tenha prolongado pela primeira metade do séc. XIV, os elementos de que dispomos, e como já vimos acima, apenas nos permitem confirmá-lo para o séc. XIII. De resto, em 1290 o bispo de Lamego, D. João (1285-1296), confirmou para a igreja de Caria o clérigo Rodrigo Domingues aí apresentado pelo prior e convento do mosteiro de Cárquere¹⁰²⁹.

2.3.1.4. - Santa Maria de Moledo (c. Castro Daire) – Igreja do padroado do mosteiro de Cárquere e do cabido da Sé de Viseu. Em 1321 esta igreja foi taxada em noventa libras¹⁰³⁰. Não temos grandes informações sobre esta igreja mas à luz de dois documentos da segunda metade do séc. XV tudo indica que nessa altura o direito de apresentação era repartido por Cárquere e pelo cabido da Sé de Viseu, é que a 3 de Fevereiro de 1469 o bispo de Viseu, D. João Gomes de Abreu (1464-1482), “a nossa colaçom e apresentaçom e da nossa Igreja de Vyseu estatuyamos e confirmamos” Gonçalo Martins, clérigo de missa, como abade da igreja de Santa Maria de Moledo, igreja que se encontrava vaga por morte de Pedro Nunes, seu último abade¹⁰³¹. A 14 de Fevereiro de 1477, o bispo viseense, D. João de Abreu, confirma João Vaz (ou João Vasques) “creliguo dordees d’epistola” para abade da igreja de Santa Maria de Moledo

¹⁰²⁶ *Idem, Ibidem*, Vol.II, 1979, p.174.

¹⁰²⁷ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.118.

¹⁰²⁸ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, 1979, p.137; Marques, A. H. de Oliveira, Portugal na crise dos séculos XIV e XV, 1987, p.411. A certidão da anexação da igreja de Caria à Universidade de Lisboa, é de 26 de Agosto de 1430 (cf. Sá, A. Moreira de, *O infante D. Henrique e a Universidade*, Coleção Henriquina-11, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, p.101).

¹⁰²⁹ IAN/TT - Cabido da Sé de Lamego, Papéis avulsos, caixa 10, maço.1, n.º 5.

¹⁰³⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.119.

¹⁰³¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º61.

por “apresentação do prior e conegos do mosteiro de Carquere” em virtude da igreja se encontrar vaga pela renúncia que Gonçalo Martins, seu último abade, fizera dela no dia 12 de Fevereiro através do seu procurador João Vaz de Moledo¹⁰³². É muito provável que este procurador seja o novo abade provido na igreja, de resto é também curioso verificar a presença de Gonçalo Fernandes, cónego de Cárquere, entre as testemunhas da procuração de renúncia¹⁰³³, e que poderá ter duas interpretações, por um lado pode considerar-se uma situação natural, relacionada com a defesa dos interesses do mosteiro uma vez que se trata de uma igreja do seu padroado, portanto uma situação simples de acompanhamento do processo, por outro é expectável que tenha havido alguma pressão por parte de Cárquere para que Gonçalo Martins renunciasse.

2.3.1.5. - S. Martinho das Chãs (c. Armamar) – Igreja do padroado do mosteiro de Cárquere. Em 1279 é referenciada como sendo do padroado do mosteiro¹⁰³⁴. No século XVI ainda se mantinha entre as igrejas sob jurisdição de Cárquere¹⁰³⁵, tendo-lhe mesmo sido anexada, após a passagem deste instituto regrante para a Companhia de Jesus¹⁰³⁶.

¹⁰³² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°67; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.173.

¹⁰³³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°67.

¹⁰³⁴ Marques, Maria Alegria Fernandes, *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, 1990, p.286.

¹⁰³⁵ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I, 1977, p.287.

¹⁰³⁶ *Idem, Ibidem*, Vol.II, 1979, p.174.

2.4. Diocese do Porto

2.4.1. - Santa Maria de Vila Boa do Bispo (c. Marco de Canaveses)

Em 1297, o papa Bonifácio VIII (1295-1303) confirmou a Regra de Santo Agostinho ao mosteiro de Vila Boa¹⁰³⁷.

Entre os seus padroeiros encontrava-se D. Beringária Aires que também possuía direitos de padroado nos mosteiros agostinhos de Vilarinho, Vilela, Freixo e Ancede sendo que, a 12 de Agosto de 1302, doou ao bispo do Porto, D. Geraldo (1300-1308), os direitos e jurisdições que detinha nessas casas monásticas, à exceção dos mosteiros de Vila Boa e Ancede¹⁰³⁸. De resto D. Beringária e o seu marido, D. Rodrigo Garcia de Paiva, tinham doado, em Outubro de 1286, ao mosteiro de Vila Boa, a sua quinta de Cortegaça com três casais que aí possuíam e ainda um casal em Louredo¹⁰³⁹.

A avaliar pela taxaço de 1500 libras que lhe foi aplicada em 1320-1321¹⁰⁴⁰, Santa Maria de Vila Boa do Bispo detinha uma excelente saúde financeira, sendo, aparentemente, e tendo em consideração este indicador, dos mosteiros agostinhos com mais robustez económica. Da documentação coeva que nos chega nota-se algum dinamismo dos responsáveis da instituição na gestão do património com a realização de diversos contratos enfiteúticos¹⁰⁴¹.

As relações do mosteiro com os senhores locais parecem pacíficas, de resto D. Nicolau Martins, que ocupou o priorado de Vila Boa do Bispo praticamente nos últimos dois terços da primeira metade do séc. XIV, era proveniente dessa nobreza local¹⁰⁴².

Ao longo do séc. XIV os priores de Vila Boa revelam-se bastante interventivos, não sendo de estranhar que o responsável máximo desta instituição seja um dos signatários, juntamente com os abades de Pedroso, Pendorada e Paço de Sousa, do pedido de rectificação das constituições sínodais do Porto, de 20 de Fevereiro de 1360¹⁰⁴³. O prior de Vila Boa foi também um dos que participou na assembleia de 24 de

¹⁰³⁷ Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo...*, 1990, p.85.

¹⁰³⁸ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp. 332-333, 642.

¹⁰³⁹ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.10.

¹⁰⁴⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.96.

¹⁰⁴¹ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Docs.12, 13, 14, 15, 16.

¹⁰⁴² Veja-se, entre outros, Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Lisboa, 1668, Livro VI, cap. IV, p.289; António, *Raízes histórico-culturais de Vila Boa do Bispo*, Edição do Autor, 1988, p.100.

¹⁰⁴³ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N°704, fl.780; Cruz, António, *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Dissertação de licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1938, p.62.

Agosto de 1387, pela qual se instituiu a celebração de sufrágios entre os diversos mosteiros agostinhos e beneditinos das dioceses do Porto e de Braga aí presentes¹⁰⁴⁴.

A 25 de Dezembro de 1433 D. Duarte confirmou os privilégios do mosteiro¹⁰⁴⁵. O século XV, à semelhança do que sucede com a generalidade dos outros mosteiros fica marcado pela entrada dos comendatários, situação que ocorre na segunda metade do séc. XV e que se prolongará até à integração desta canónica de invocação mariana na Congregação de Santa Cruz. Foi seu último prior comendatário D. Miguel de Almeida que deteve a comenda entre 1565 e a entrada do mosteiro na Congregação de Santa Cruz, na década de noventa do século XVI¹⁰⁴⁶. A 23 de Maio de 1594, o papa Clemente VIII (1592-1605) passou as letras de união e reformação de vários mosteiros, incluindo o de Vila Boa, que seria, corporalmente, integrado na Congregação a 10 de Fevereiro de 1595¹⁰⁴⁷. No entanto e apesar das tentativas reformistas e do esforço no sentido da integração plena na Congregação de Santa Cruz houve grande oposição por parte de D. Miguel de Almeida seu prior comendatário¹⁰⁴⁸, que viria a falecer em 1605, altura em que a Congregação assume a plena posse do mosteiro¹⁰⁴⁹.

Igrejas do padroado do mosteiro de Vila Boa do Bispo:

O mosteiro detinha o direito de padroado nas paróquias de Santa Maria de Lidrais, São Lourenço de Riba Douro, São Gens de Boelhe, S. Tiago de Passô, São Romão de Paredes, S. Miguel de Bairros e em copadroado as igrejas de Santa Marinha de Tropeço e S. Martinho de Várzea do Douro, esta última em alternância com S. João de Alpendorada¹⁰⁵⁰.

¹⁰⁴⁴ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N°703, fls. 246-250; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas* ..., Tomo II, Lisboa, 1811, pp. 255-257.

¹⁰⁴⁵ *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo I (1433-1435), 1998, p.196 (Doc.342).

¹⁰⁴⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica* ..., Primeira Parte, Livro VI, cap. IV, p.289.

¹⁰⁴⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.162-163. Já Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica* ..., Primeira Parte, Livro VI, cap. IV, p.289, aponta o ano de 1605 para essa inclusão e data o breve de Clemente VIII, de 1593, teses em que foi seguido por Couto, António, *Raízes histórico-culturais de Vila Boa do Bispo*, 1988, p.84.

¹⁰⁴⁸ Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo* ..., 1990, pp.482-483.

¹⁰⁴⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.162-163; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica* ..., Primeira Parte, Livro VI, cap. IV, p.289; Couto, António, *Raízes histórico-culturais de Vila Boa do Bispo*, 1988, p.84.

¹⁰⁵⁰ Há algumas igrejas enunciadas por outros Autores como integrantes do padroado monástico de Vila Boa do Bispo mas que para o período medieval de que nos ocupámos ainda não encontramos o necessário suporte documental. De um modo geral as igrejas aqui enunciadas são as apresentadas por Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo* ..., 1990, p.90, que diz que o mosteiro detinha o direito de padroado nas paróquias de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, Santa Maria de Lidrais (Marco de Canaveses), São Lourenço de Riba Douro (Marco de Canaveses), São Gens de Boelhe (Penafiel) e São Miguel de Paredes, Paredes de Viadores (Marco de Canaveses) e em alternância com S. João de Alpendorada a igreja de S.

2.4.1.1. - Santa Marinha de Tropeço (c. Arouca) – Igreja do padroado dos mosteiros de Vila Boa e Paço de Sousa. O mosteiro exercia assim, alternadamente, o direito de apresentação com o mosteiro de Paço de Sousa, remontando esse acordo a Janeiro de 1272, altura em que D. Domingos Martinho, prior do mosteiro de Vila Boa celebrou uma composição com D. Rodrigo, abade de Paço de Sousa, para a alternância de apresentação nessa igreja¹⁰⁵¹. Frei Pedro Anes foi seu pároco no final do século XIII e provavelmente início do XIV¹⁰⁵². A 1 de Junho de 1306 João Pais surge identificado como capelão de Santa Marinha de Tropeço¹⁰⁵³. Em 1321 esta igreja foi taxada em 70 libras¹⁰⁵⁴.

No início da década de 60 do século XV o reitor desta igreja, da diocese de Lamego, era Gonçalo Anes que por bula de Pio II, de 18 de Maio de 1463, foi nomeado para o abaciado do mosteiro de Rendufe¹⁰⁵⁵. Em 1537 era seu abade Jorge Gonçalves¹⁰⁵⁶.

2.4.1.2. - Santa Maria de Nidraes (c. Marco de Canaveses) – Igreja do padroado do mosteiro de Vila Boa. Esta igreja situava-se dentro do couto do mosteiro, tendo-lhe sido anexada, a 16 de Janeiro de 1260, pelo bispo do Porto, D. Julião Fernandes (1247-1260), acordando-se também a forma como passaria a ser feita a apresentação do pároco, ficando essa apresentação a cargo do prior que aí deveria colocar um cônego da

Martinho de Várzea do Douro (Marco de Canaveses) S. Tiago de Passo e Sever no bispado de Lamego, parte do de Santa Marinha de Tropeço e o de S. Miguel de Bairros, in solidum, da diocese de Lamego. Já Couto, António, *Raízes histórico-culturais de Vila Boa do Bispo*, 1988, p.83, faz referência apenas às paróquias de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, Santa Maria de Lidrais, São Lourenço de Riba Douro, São Gens de Boelhe e São Miguel de Paredes. A generalidade dos direitos do mosteiro sobre estas paróquias ainda se mantinha no início do séc. XVIII adiantando o Padre António Carvalho da Costa que o mosteiro de Vila Boa tinha direito a dois terços da renda da igreja de S. Romão de Paredes, enquanto que na de S. Miguel de Bairros apresentavam vigário e tinham direito aos dízimos, já em Santiago de Paços beneficiavam de um terço da renda, o mesmo sucedendo em S. Miguel de Pacinhos, apresentando ainda nas abadias de S. Martinho da Várzea, alternadamente com Pendorada, S. Lourenço do Douro e S. Gens de Boelhe (cf. Costa, António Carvalho da, *Corografia ...*, Tomo I, 1706, pp.399-400).

¹⁰⁵¹ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Paço de Sousa*, publicadas e prefaciadas por Alfredo Pimenta, Lisboa, Academia Portuguesa da História (Publicações Comemorativas do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal), 1942, pp. 22, 90, 161; Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco ...*, 2003, p.141 (nota 30).

¹⁰⁵² Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, 1979, p.405.

¹⁰⁵³ Almeida, Dina Carla Ferreira de Sousa de, *O mosteiro cisterciense de Arouca*, vol. II, 2003, p.125 (Doc. Nº 80 do Apêndice Documental).

¹⁰⁵⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.117.

¹⁰⁵⁵ Mattoso, José, “O mosteiro de Rendufe (1090-1570)”, in *Religião e cultura na Idade Média Portuguesa*, 2ª ed., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, pp. 236, 269.

¹⁰⁵⁶ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, 1979, p.405.

instituição¹⁰⁵⁷. A igreja de Santa Maria de Nidraes ou Lidrais deverá ter sido extinta entre 1514 e 1542¹⁰⁵⁸.

2.4.1.3. - São Gens de Boelhe (c. Penafiel) - Igreja do padroado do mosteiro de Vila Boa. Desconhecemos a data ou datas em que esta igreja integrou o padroado monástico de Vila Boa, até porque o padroado de S. Gens tinha sido doado, em finais do séc. XI, ao mosteiro de Paço de Sousa¹⁰⁵⁹. Independentemente das necessárias averiguações e aprofundamento desta questão, o certo é que a apresentação do pároco desta igreja, nos séculos finais da Idade Média, era da competência do mosteiro de Vila Boa¹⁰⁶⁰, situação que ainda se mantinha no início do séc. XVIII¹⁰⁶¹.

2.4.1.4. - São Lourenço de Riba Douro (c. Marco de Canaveses)¹⁰⁶² – Igreja do padroado do mosteiro de Vila Boa. A 16 de Janeiro de 1260 o mosteiro e o bispo do Porto, D. Julião Fernandes (1247-1260), chegam a acordo quanto à forma de apresentação de pároco nesta igreja, ficando a cargo do prior de Vila Boa a apresentação do pároco¹⁰⁶³. Em 1320 a igreja de S. Lourenço foi taxada em 45 libras¹⁰⁶⁴.

2.4.1.5. - S. Martinho da Várzea¹⁰⁶⁵ (c. Marco de Canaveses). Igreja da apresentação de Vila Boa em alternância com S. João de Alpendorada. Instrumentos de 1266 e 1277 revelam que esta igreja era do padroado dos dois mosteiros¹⁰⁶⁶, convivência que nem sempre foi pacífica, registando-se um contencioso entre as duas instituições a 3 de Abril de 1320 por causa da apresentação do pároco para essa igreja¹⁰⁶⁷. Neste mesmo ano de

¹⁰⁵⁷ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp.356-358, 648; Ferreira, Cónego José Augusto, *Memorias Archeologico-historicas ...*, Tomo I, 1923, pp.247-248; Oliveira, Padre Miguel de Oliveira, *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*, Lisboa, 1950, p.151. As datas apresentadas por Monsenhor José Augusto Ferreira e a do texto do Censual não são coincidentes, pelo que seguimos a primeira porque a do “Censual” não foi correctamente transcrita, sendo mesmo anacrónica em relação ao bispado em causa. Esta igreja teve também padroeiros laicos (cf. Maurício, Maria Fernanda, *Entre Douro e Tâmega ...*”, 1997, p.186).

¹⁰⁵⁸ Couto, António, *Raízes histórico-culturais de Vila Boa do Bispo*, 1988, pp.44,87.

¹⁰⁵⁹ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Paço de Sousa*, 1942, p.6.

¹⁰⁶⁰ Couto, António, *Raízes histórico-culturais de Vila Boa do Bispo*, 1988, p.83; Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo ...*, 1990, p.90; *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, p.309.

¹⁰⁶¹ Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa ...*, Tomo I, 1706, p.400.

¹⁰⁶² Pressupomos tratar-se da actual freguesia de S. Lourenço do Douro, do concelho de Marco de Canaveses.

¹⁰⁶³ Ferreira, Cónego José Augusto, *Memorias Archeologico-historicas ...*, Tomo I, 1923, pp.247-248; *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp.356-358, 648.

¹⁰⁶⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.96.

¹⁰⁶⁵ Actualmente S. Martinho de Várzea do Douro.

¹⁰⁶⁶ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Docs.8, 11.

¹⁰⁶⁷ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.17.

1320 a igreja de S. Martinho da Várzea, da Terra de Gouveia e Benviver, foi taxada em 50 libras¹⁰⁶⁸.

2.4.1.6. - São Miguel de Bairros (c. Castelo de Paiva) – Igreja do padroado do mosteiro de Vila Boa do Bispo. Aquando das inquirições de 1258 esta igreja já se encontrava integrada no padroado de Vila Boa do Bispo. No século XVI o mosteiro ainda aí exercia o direito de padroado¹⁰⁶⁹.

2.4.1.7. - São Tiago de Paçô – Igreja do padroado do mosteiro de Vila Boa. Exerceu aí o direito de padroado “in solidum” até inícios do século XVI, passando depois a ser em alternativa com o papa e o bispo de Lamego¹⁰⁷⁰. Em 1537 era seu abade o Padre Lucas da Horta¹⁰⁷¹.

2.4.1.8. - São Romão de Paredes¹⁰⁷² (c. Marco de Canaveses) – Igreja do padroado do mosteiro de Vila Boa do Bispo. Em 1320 a igreja de Paredes foi taxada em 80 libras¹⁰⁷³. A 4 de Março de 1466, por bula de Paulo II (1464-1471), a igreja de São Romão de Paredes foi anexada à mesa conventual do mosteiro de Vila Boa¹⁰⁷⁴.

2.4.2. - Santo André de Ancede (c. Baião)

As origens do mosteiro de Ancede, ou pelo menos os seus primeiros tempos, estão intimamente ligados ao nosso primeiro rei, realidade que também perpassa na fábula¹⁰⁷⁵. Efectivamente, D. Afonso Henriques beneficiou os regrantes de Ancede,

¹⁰⁶⁸ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.96.

¹⁰⁶⁹ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, Lamego, 1979, p.14.

¹⁰⁷⁰ *Idem, Ibidem*, Vol.II, 1979, p.154.

¹⁰⁷¹ *Idem, Ibidem*, Vol.II, 1979, p.154.

¹⁰⁷² Actualmente S. Romão de Paredes de Viadores.

¹⁰⁷³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.96.

¹⁰⁷⁴ Amado, José de Sousa, *Historia da Egreja Catholica em Portugal, no Brasil e nas possessões portuguezas*, Tomo VI (Desde Eugénio IV-1431, até Alexandre VI-1503), Lisboa, Typographia de G. M. Martins, 1874, p.50.

¹⁰⁷⁵ É por demais conhecida a lenda associada ao nome deste mosteiro e que passamos a reproduzir: “Como aquele sítio era muito falto de água para beber, trataram os cônegos de mudar o Mosteiro, para o lugar onde hoje está por ser abundante de águas, de que deram conta a el-rei Dom Afonso Henriques para lhe dar alguma ajuda para o novo Mosteiro, o que ouvindo o grande Rei disse: - Suposto que os cônegos ham Sede, mudem o Mosteiro, que eu os ajudarei. E deste dito de el-rei ficou chamado o Mosteiro de Ancede.” (cf. Braga, Teófilo, *Contos tradicionais do povo português*, vol.1, 2ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1994, p.254; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.327).

atribuindo-lhes carta de couto a 24 de Abril de 1141¹⁰⁷⁶. De resto, aquando da inquirição de 1258, e quando D. Diogo, o prior de Ancede à altura, foi questionado sobre o couto do mosteiro disse que tinha sido coutado pelo rei e mostrou o documento aos inquiridores¹⁰⁷⁷. A adopção da regra dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho por parte dos religiosos de Ancede remonta também aos inícios do governo do nosso primeiro monarca, tudo indicando que em 1141 já tinha sido aí adoptada¹⁰⁷⁸, sendo referenciado nessa altura como seu prior D. Adufo¹⁰⁷⁹.

Não são muitos os dados que nos permitem reconstituir a história desta comunidade agostinha, sobretudo para o século XIV, embora o mosteiro pareça ter uma situação económica relativamente estável nas primeiras décadas dessa centúria, tendo sido, em 1320, taxado em 550 libras¹⁰⁸⁰.

A 9 de Fevereiro de 1365 D. Pedro I confirma ao prior e convento do mosteiro de Ancede todos os privilégios, foros, liberdades e bons costumes de que sempre usaram¹⁰⁸¹. Estes mesmos privilégios e foros são reconfirmados ao mosteiro por D. Fernando, a 22 de Março de 1367¹⁰⁸².

Em 1374 o prior Vasco Martins, juntamente com o convento de Ancede, arrenda a Domingos Pires e a sua mulher as casas que tinham na ribeira de Gaia, casas essas que permitiam ao mosteiro adquirir o estatuto de vizinho da cidade, usufruindo assim dos privilégios dados aos moradores do Porto¹⁰⁸³, uma situação que acabaria por gerar múltiplas questões com o concelho do Porto. O destino final das queixas dos regrantes de Ancede era o monarca e o móbil da questão é sempre o mesmo: o impedimento da venda e escoamento do vinho. Assim, ainda na segunda metade da década de setenta o prior de Ancede queixa-se que os vereadores do Porto não o deixam aí vender todos os vinhos da colheita como qualquer vizinho da cidade, fazendo-se sentir a intervenção régia a 25 de Janeiro de 1377 com D. Fernando a enviar carta às autoridades do Porto para que permitam que o prior e o mosteiro de Ancede aí vendam o seu vinho na

¹⁰⁷⁶ Reuter, Abiah Elisabeth, *Chancelarias Medievais Portuguesas - Vol. I - Documentos da Chancelaria de D. Afonso Henriques*, Coimbra, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1938, pp.151-153 (doc. 107).

¹⁰⁷⁷ *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, Vol I, Pars II, Fasciculus VIII, 1961, p.1186.

¹⁰⁷⁸ Mattoso, José, “O Monaquismo Ibérico e Cluny”, in *Obras Completas de José Mattoso (vol. 12)*, tradução de João Luís Fontes, Círculo de Leitores, 2002, p.14.

¹⁰⁷⁹ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.6; *Documentos Medievais Portugueses - Documentos Régios*, vol. I, Tomo I1958, p.231 (doc.187).

¹⁰⁸⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.96.

¹⁰⁸¹ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.461 (Doc.985).

¹⁰⁸² IAN/TT- Chancelaria de D. Fernando, Livro 1, fl.37vº.

¹⁰⁸³ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.53, 67-68 (Doc.1 do Apêndice).

qualidade de vizinhos que eram da cidade¹⁰⁸⁴. Apesar de D. Vasco Martins ter obtido esta sentença favorável contra o concelho, atestando a sua vizinhança da cidade, a 16 de Março de 1378 mantinha-se o embargo aos vinhos de Ancede, com novas queixas para a Coroa e nova sentença favorável¹⁰⁸⁵.

Também D. João I, encontrando-se no Porto, por carta de 7 de Outubro de 1385, e face às queixas apresentadas pelo prior de Ancede, ordenou que fossem defendidos os privilégios e casas que o mosteiro possuía no Porto e em Vila Nova de Gaia¹⁰⁸⁶.

A 4 de Novembro de 1393 em reunião da vereação da Câmara do Porto foi decidido que alguns abades e priores, detentores do estatuto de vizinhos da cidade, teriam de emprestar dinheiro, sob pena de perderem tal regalia, para assegurar as despesas com a ida de Gil Vicente e Vasco Martins à Corte, suportadas na aquisição de mulas e gastos com os acompanhantes, sendo que ao prior de Ancede eram requeridas trezentas libras¹⁰⁸⁷.

A 15 de Outubro de 1395, D. João I confirmou todos os privilégios ao cenóbio de Ancede¹⁰⁸⁸ e a 28 de Setembro de 1414 o monarca proferiu nova sentença favorável ao prior e mosteiro de Ancede contra o procurador do concelho do Porto por impedirem que o vinho dos regantes fosse vendido na cidade, obrigando-os a vendê-lo na barca do mosteiro que estava no rio Douro, como se não fossem vizinhos da cidade¹⁰⁸⁹.

Em 22 de Março de 1428, D. João I ordena a Rui Fernandes, corregedor na Comarca de Entre Douro e Minho, e a todas as restantes autoridades, que façam cumprir a sua sentença dada no seguimento da contenda entre o prior de Ancede e o concelho da cidade do Porto, em virtude de no mês de Junho de 1427, o procurador do concelho, João Domingues e o alcaide João Gonçalves terem ido à casa da Pedra em Gaia, onde o mosteiro tinha sete tonéis de vinho tinto armazenados, destinados a venda noutros lados, e terem entrado nessas casas e levado o vinho, ascendendo o prejuízo do mosteiro a 8400 reais brancos, solicitando o prior o devido ressarcimento pelo roubo, bem como pela desonra e injúria provocadas¹⁰⁹⁰. A justiça régia acabou por ser branda com o

¹⁰⁸⁴ *Idem, Ibidem*, 1998, p.55, 68-69 (Doc.2 do Apêndice).

¹⁰⁸⁵ *Idem, Ibidem*, 1998, pp.57-58.

¹⁰⁸⁶ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo I, 2005, pp. 158-159.

¹⁰⁸⁷ *Vereações: Anos de 1390-1395 – O mais antigo dos Livro de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*, com comentário e notas de A. de Magalhães Basto, Publicações da Câmara Municipal do Porto, s.d, pp.208-210; Este documento também se encontra publicado em Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.69-70 (Doc.3).

¹⁰⁸⁸ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo 2, 2005, p.154.

¹⁰⁸⁹ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp. 59, 75-77 (Doc.5).

¹⁰⁹⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 61, 70-71 (Doc.4). Este documento encontra-se também sumariado por Lencastre, José de, *A vitivinicultura através de alguns documentos medievais de arquivos portugueses (sécs. XI a XV)*

concelho do Porto ordenando a restituição dos tonéis de vinho, de igual qualidade, ou o pagamento do respectivo valor em numerário, além do pagamento de 2601 reais brancos referentes a custas do processo com deslocações, estadia e certidões¹⁰⁹¹.

Em Novembro de 1433, é D. Duarte quem confirma os privilégios ao mosteiro e convento de Ancede¹⁰⁹².

Em 1438 há registo de novo conflito entre o concelho do Porto e o mosteiro de Ancede com a barca a ficar retida no porto da cidade perante a intransigência das autoridades concelhias a não permitirem sequer que descarregassem a mercadoria nas casas de Gaia, surgindo mais uma vez, na sequência deste desentendimento, sentença régia favorável às pretensões do mosteiro, a 12 de Agosto de 1439¹⁰⁹³.

D. Afonso V também concedeu privilégios ao prior de Ancede, autorizando-o, após pedido do duque de Bragança, a comprar bens de raiz até um montante máximo de cem coroas¹⁰⁹⁴.

À entrada para a segunda metade do século XV parece haver alguma renovação em termos humanos no mosteiro de Ancede, como se depreende dos diversos actos de profissão aí efectuados perante o prior D. João, que julgamos tratar-se de João Fernandes, prior do mosteiro nessa época, como parecem reforçar outros elementos que nos permitem enquadrar cronologicamente alguns desses professos com este prior, caso dos cónegos Gonçalo Afonso, João Vasques e Gonçalo Anes.

De resto, o priorado de D. João Fernandes vai estender-se por mais de três décadas ficando marcado por graves conflitos com os senhores de Baião, mormente Luís Álvares de Sousa¹⁰⁹⁵, e o seu neto João Fernandes de Sousa, que vai obrigar à intervenção do monarca, embora algo superficial, optando por uma atitude mais pedagógica do que correctiva, aconselhando, a 9 de Fevereiro de 1480, o ouvidor régio da Fazenda do Porto e seu conselheiro, bem como o seu neto para não entrarem em confronto com o prior de Ancede¹⁰⁹⁶. Na base desses conflitos estavam questões de jurisdições uma vez que a jurisdição criminal no mosteiro pertencia aos senhores de

– *Subsídios para um estudo*, Anais do Instituto do Vinho do Porto, Edição do Instituto do Vinho do Porto, 1953, p.139.

¹⁰⁹¹ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.71-72 (Doc.4).

¹⁰⁹² *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo I (1433-1435), 1998, p.87 (Doc.243).

¹⁰⁹³ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.64-65, 72-75 (Doc.5).

¹⁰⁹⁴ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 25, fl.23vº.

¹⁰⁹⁵ Este Luís Álvares de Sousa é aquele a quem D. João I confirmou, a 23 de Outubro de 1412, como senhor das terras de Baião, Lágua e São Salvador (cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 3, 2006, p.51).

¹⁰⁹⁶ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 32, fl.11vº.

Baião enquanto a cível estava a cargo do prior. O certo é que apesar das recomendações régias o fidalgo João Fernandes de Sousa cometeu diversas atrocidades contra o prior de Ancede¹⁰⁹⁷.

A 29 de Janeiro de 1484, o concelho de Gaia passou carta de vizinhança, válida por um ano, ao prior D. João, ao mosteiro e seus representantes, para que pudessem usufruir das isenções e regalias desse estatuto nas transacções comerciais que efectuassem quer no reino quer fora dele¹⁰⁹⁸. Ainda relacionado com esta questão da navegação, e em concreto da circulação no rio Douro, encontrava-se entre os privilégios do mosteiro a isenção de pagamento de taxas da sua barca, à semelhança das dos mosteiros de Tarouca e Salzedas, em carregamentos de sal, como revela o foral de Ferreiros de Tendais¹⁰⁹⁹. Por outro lado, em Porto Manso o mosteiro de Ancede cobrava portagem de todas as barcas que viessem do Porto, sendo que as que trouxessem 10 tonéis pagariam dois alqueires de sal¹¹⁰⁰.

A gestão de Ancede caiu também nas mãos dos comendatários, tendo sido seu último comendatário D. Sancho, que já tinha falecido a 12 de Julho de 1556¹¹⁰¹. Segundo Frei Nicolau de Santa Maria, D. João III incumbiu, em 1557, D. Francisco de Mendanha de efectuar a reforma neste mosteiro, agregando-o à Congregação de Santa Cruz, tendo inclusivamente levado consigo quatro cónegos de Coimbra, numa altura em que a comunidade de Ancede era constituída por cinco elementos¹¹⁰². No entanto e face à morte do monarca este processo sofreu um revés, e tendo por base as informações de

¹⁰⁹⁷ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.20.

¹⁰⁹⁸ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp. 63, 78-79 (Doc.6).

¹⁰⁹⁹ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I, 1977, p.527.

¹¹⁰⁰ Barros, Amândio Jorge Morais, “Tombo do mosteiro de Ancede [séc. XIV]”, in *Douro: Estudos & Documentos*, Ano 8, Nº16, Porto, Edição do GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto), 2003, fl.28, 2003, p.295. Doravante, sempre que nos referirmos a esta fonte, e tratando-se da transcrição de uma fonte primária, indicá-la-emos apenas por *Tombo do mosteiro de Ancede*, sendo que nos estamos a reportar sempre ao texto transcrito e publicado por Barros, Amândio Jorge Morais que aqui seguimos e utilizámos e não ao original/originais do ADP, e que o Autor usou.

¹¹⁰¹ IAN/TT- Corpo Cronológico, Parte I, M. 98, N. 133. Este documento contraria assim a informação de Frei Nicolau de Santa Maria que diz que este comendatário faleceu no início de 1557 (cf. Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.327).

¹¹⁰² Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.327; Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ancede (c. Baião): Breves Notas para a História dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, in *Habent Sua Fata Libelli - Colectânea de Estudos em Homenagem ao Académico de Número, Doutor Fernando Guedes no seu 75º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, p.189. Segundo o cronista agostiniano após a união de Ancede ao mosteiro de S. Domingos, os “Conegos bem magoados se tornãrão pera o seu mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (cf. Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.328), no entanto não temos qualquer confirmação da presença destes religiosos em Ancede, de resto quando em 1560 o mosteiro é entregue aos dominicanos são aí registados os nomes dos cinco elementos que constituíam a comunidade de Ancede (cf. IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.21), sendo que a sua maioria já aí se encontrava em 1557, não constando entre esses elementos nenhum dos nomes indicados por Frei Nicolau de Santa Maria como provenientes de Coimbra.

Nicolau de Santa Maria, tal sucedeu graças à influência de Frei Luís de Granada que convenceu o cardeal D. Henrique a unir este mosteiro ao de S. Domingos¹¹⁰³.

De facto a regente D. Catarina, em nome do seu neto D. Sebastião, solicitou ao papa a sua anexação ao mosteiro de São Domingos de Lisboa¹¹⁰⁴, alegando que era mais vantajoso “dar-se a dita casa, que estar, como até qui esteve, com cinco ou seis Religiosos por forma, e a mais renda comel-a hum Commendatario”¹¹⁰⁵.

Certo é que o processo se prolongou nas altas esferas da Cúria Romana como se comprova pela correspondência trocada entre a Coroa e os seus embaixadores e representantes. Assim, a 8 de Novembro de 1558 o rei escreve ao seu sobrinho e comendador mor, D. Afonso, sobre os mosteiros de Ancede e de Pedroso revelando aí as dificuldades que este tinha passado para os obter do cardeal Carrafa de quem já os tinha conseguido a 18 de Julho de 1558 com uma pensão de quinhentos cruzados, sendo que o de Ancede era de maiores rendimentos, fixando-se por isso em 300 cruzados contra 200 de Pedroso¹¹⁰⁶. O rei pedia-lhe também para diligenciar junto do papa no sentido de efectuar a união desses institutos a outras Ordens, o de Ancede ao mosteiro de S. Domingos e o de Pedroso à Companhia de Jesus e que fosse colocado à frente de Ancede o padre Frei Estêvão Leitão, professo de S. Domingos¹¹⁰⁷. Em Abril de 1559 o rei envia nova carta ao comendador a dar-lhe indicações para, caso não se resolva o negócio de Ancede antes de este deixar Roma, que faça então procuração no embaixador Lourenço Pires de Távora de forma a que este possa, em nome do comendador mor, renunciar ao mosteiro¹¹⁰⁸. Desse mesmo mês é expedida uma nova missiva do monarca dirigida a Lourenço Pires de Távora para diligenciar junto do papa a união dos mosteiros de Ancede e Pedroso, entretanto vagos por morte de D. Sancho, sobre os quais o cardeal Carrafa tinha concedido ao comendador mor autorização para que o rei nomeasse quem entendesse¹¹⁰⁹. A 5 de Julho de 1559 é o comendador D. Afonso quem escreve ao rei dando conta que por ele se fará a união de Ancede ao mosteiro de S. Domingos, bastando para isso a autorização do papa¹¹¹⁰. Finalmente a 16 de Janeiro de 1560 é D. Catarina quem solicita ao cardeal Carrafa que renuncie ao

¹¹⁰³ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.327.

¹¹⁰⁴ *Historia de S. Domingos...*, 3ª ed., 1866, Primeira Parte, Vol. I, p.443 e Terceira parte, Vol. IV, p.452.

¹¹⁰⁵ *Primeira Parte da Historia de S. Domingos...*, 3ª ed., Vol. I, 1866, p.444.

¹¹⁰⁶ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VIII, 1884, p.65.

¹¹⁰⁷ *Ibidem*, Tomo VIII, 1884, pp.65-66.

¹¹⁰⁸ *Ibidem*, Tomo VIII, 1884, pp.133-134.

¹¹⁰⁹ *Ibidem*, Tomo VIII, 1884, pp.124-125.

¹¹¹⁰ *Ibidem*, Tomo VIII, 1884, pp.167-168.

mosteiro de Ancede para que o possa unir à Ordem de S. Domingos, como é, há muito, sua vontade¹¹¹¹.

Por carta de 26 de Julho de 1560, a Lourenço Pires de Távora, embaixador em Roma, o rei dá conta da recepção das “bullas da uniam do mosteiro d’Amsedede ao de Sam Domyngos”, agradecendo ao embaixador todo o cuidado posto na conclusão desse processo”¹¹¹².

Pouco depois, a 11 de Agosto de 1560, Frei Estêvão Leitão, professo de S. Domingos de Lisboa, em representação do seu mosteiro, tomou posse corporal de Santo André de Ancede¹¹¹³, dando assim cumprimento às letras apostólicas de Pio IV (1560-1565), que o uniam a S. Domingos de Lisboa¹¹¹⁴.

Igrejas do padroado de Ancede:

O mosteiro de Ancede detinha direitos de padroado sobre diversas igrejas que se localizavam dentro da sua área de implantação e influência, embora divididas, em termos eclesiásticos, pelos bispados do Porto e de Lamego.

Em 1233, o papa Gregório IX colocou o mosteiro de Ancede sob a sua protecção bem como as suas igrejas dependentes de S. Miguel de Oliveira, S. Cipriano, S. Miguel de Gobe, S. João de Grilo, S. Mamede e Santo André de Medim¹¹¹⁵. De resto algumas destas igrejas ainda eram da apresentação do mosteiro no século XVII, constando da elencagem apresentada por Frei Nicolau de Santa Maria as seguintes: São Bartolomeu de Campelo, Santa Leocádia, Santo André de Medim, S. João de Grilo e São Miguel de Oliveira¹¹¹⁶. Para o nosso período de estudo, essencialmente séculos XIV e XV, importa dizer que o mosteiro deteve, embora não em simultâneo, o padroado de São Bartolomeu de Campelo, S. Cipriano, S. Miguel de Oliveira, S. Miguel de Gobe, Santo André de Medim e Santa Leocádia, embora, e como adiante veremos, tenhamos poucas informações sobre algumas delas. Além destas igrejas onde detinha o direito de padroado “in solido” o mosteiro de Santo André de Ancede ainda tinha em copadroado a igreja de S. João de Miomães e a ermida de S. João de Riba Douro, esta última em

¹¹¹¹ *Ibidem*, Tomo VIII, 1884, p.294.

¹¹¹² *Ibidem*, Tomo IX, 1886, p.24.

¹¹¹³ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.21.

¹¹¹⁴ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.21; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.328.

¹¹¹⁵ Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansedede (c. Baião) ...”, 2004, p.184.

¹¹¹⁶ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.327.

conjunto com o mosteiro de Arnoia¹¹¹⁷, bem como a de S. João de Grilo, cujo direito de apresentação era partilhado com o mosteiro de Tabuado¹¹¹⁸.

2.4.2.1.- Santa Maria de Gove (c. Baião) – Igreja do padroado do mosteiro de Ancede.

Em 1308, por sentença do meirinho-mor de Entre Douro e Minho é declarado que a igreja de Gove era do mosteiro de Ancede, no entanto os direitos de padroado de leigos nesta igreja só viria a terminar, a 7 de Março de 1335, com a renúncia desses beneficiários a favor do mosteiro de Ancede¹¹¹⁹. Esta igreja apresentava um rendimento apreciável, tendo sido taxada, em 1320, em 50 libras¹¹²⁰.

A 11 de Julho de 1363, o bispo do Porto, D. Afonso (1359-1372), cofirma João Martins como reitor de Santa Maria de Gove¹¹²¹. A 6 de Julho de 1375 o seu sucessor no bispado, D. João (1373-1389), reafirma que o direito de apresentação de clérigo na reitoria de Santa Maria de Gove é da competência do prior de Ancede¹¹²².

Na década de vinte do século XV foi seu reitor o clérigo Diogo Martins¹¹²³ que transitou depois para a igreja de S. Bartolomeu de Campelo, onde já se encontrava a 1 de Abril de 1437¹¹²⁴. Na igreja de Gove deve-lhe ter sucedido Afonso Anes que a 28 de Outubro de 1428 já tinha resignado, surgindo nesse dia, João Anes, clérigo da diocese do Porto a solicitar esse benefício para si¹¹²⁵. Este mesmo clérigo renovou essa mesma súplica a 3 de Dezembro de 1428¹¹²⁶ e a 16 de Dezembro desse mesmo ano, uma vez que as duas anteriores continham informações incorrectas, sendo que na de 3 de Dezembro tinha colocado Santa Maria de Bebe em vez de Gove¹¹²⁷.

No séc. XVI o mosteiro mantinha o padroado desta igreja, como revela o Censual da Mitra do Porto que diz que a igreja de Santa Maria de Gove estava unida ao mosteiro de Ancede e tinha reitoria, andando taxada em cinquenta libras¹¹²⁸.

¹¹¹⁷ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.18.

¹¹¹⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Domingos de Lisboa, Livro 26, fl.432.

¹¹¹⁹ Reuter, Abiah Elisabeth, *Chancelarias Medievais Portuguesas - Vol. I - Documentos da Chancelaria de D. Afonso Henriques*, 1938, p.334.

¹¹²⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.96.

¹¹²¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Domingos de Lisboa, Livro 44, fls.22-23.

¹¹²² IAN/TT- Mosteiro de S. Domingos de Lisboa, Livro 44, fls.19v^o-20.

¹¹²³ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.20.

¹¹²⁴ *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo 2 (1435-1438), 1998, pp.120-121 (Doc.833).

¹¹²⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.349 (doc.1299).

¹¹²⁶ *Idem*, Vol. IV, 1970, p.361 (doc.1312).

¹¹²⁷ *Idem*, Vol. IV, 1970, p.363 (doc.1315).

¹¹²⁸ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, pp.57, 226.

2.4.2.2. - Santa Leocádia (c. Baião) - Igreja do padroado do mosteiro de Ancede. Os cónegos regrantes deveriam exercer aí o direito de padroado em conjunto com alguns particulares, mormente os senhores de Baião, isto se tivermos em consideração que no século XIV Santo André de Ancede vai receber, de vários netos e bisnetos de Ponço Afonso de Baião, os direitos que estes detinham nessa igreja de Santa Leocádia de Lágea¹¹²⁹ como sucede com D. Branca Lourenço de Valadares, em 1354¹¹³⁰, e com Aldonça Lourenço de Valadares, em 1360¹¹³¹. Em 1320 esta igreja foi taxada em 60 libras¹¹³². Este mesmo montante continua a ser-lhe aplicado na primeira metade do séc. XVI, altura em que o mosteiro de Ancede mantinha aí o direito de apresentação¹¹³³.

2.4.2.3 - Santo André de Medim¹¹³⁴ – Igreja de apresentação do mosteiro de Ancede em copadroado¹¹³⁵. Em 1320 surge taxada em 30 libras¹¹³⁶. A 2 de Dezembro de 1387 o abade de Medim era Afonso Lourenço¹¹³⁷. Um tombo de Ancede, atribuível ao final do séc. XIV, revela-nos a forma como se distribuía os direitos de padroado na igreja de “Sam Joham de Medim a que chamam Sancto Andre”, pertencendo uma terça parte ao mosteiro de Ancede, um terço era do rei e a outra terça parte era do bispo do Porto e de particulares, sendo que neste terço o mosteiro também tinha representatividade em virtude dos direitos que lhe foram doados por Urraca Sanches, filha de Sancho Nunes¹¹³⁸.

Em 1456, o bispo do Porto, D. Luís Pires confirma ao prior e mosteiro de Ancede a apresentação do reitor da igreja de Santo André de Medim¹¹³⁹. Em 1505, esta igreja encontrava-se novamente vaga, sendo aí apresentado um novo pároco e

¹¹²⁹ Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas - genealogias e estratégias (1279-1325)*, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, Porto, 1999, vol. 1, p.301 (nota 21).

¹¹³⁰ Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas...*, 1999, vol. 1, pp. 250-251 (nota 41).

¹¹³¹ Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas...*, 1999, vol. 2, p.199.

¹¹³² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.96.

¹¹³³ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.225.

¹¹³⁴ Talvez se trate da actual freguesia de Santo André de Sanhoane, no concelho de Santa Marta de Penaguião.

¹¹³⁵ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.110.

¹¹³⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.96.

¹¹³⁷ *Tombo do mosteiro de Ancede*, fl.23vº, 2003, p.272.

¹¹³⁸ *Tombo do mosteiro de Ancede*, fl.24vº, 2003, p.278.

¹¹³⁹ Cunha, D. Rodrigo da, *Catálogo e Historia dos Bispos do Porto*, 1623, II parte, p.260; Florez, Fr. Henrique, *Espana Sagrada*, Tomo XXI, 2ª ed., Madrid, 1797, p.167; Ferreira, Cónego José Augusto, *Memorias Archeologico-historicas ...*, Tomo II, 1924, p.39.

confirmando pelo cónego Pedro Anes Machucho, vigário geral do bispo do Porto¹¹⁴⁰. Também no Censual da Mitra do Porto consta que esta igreja era da “apresentação do mosteiro de Amsede e padroeiros”, andando taxada em 30 libras¹¹⁴¹. O mesmo Censual revela que essa igreja antes se chamava S. João de Medim, passando depois a designar-se de Santo André de Medim¹¹⁴².

2.4.2.4. - São Bartolomeu de Baião / São Bartolomeu de Campelo (c. Baião) – Igreja de apresentação do mosteiro de Ancede em copadroadado com leigos. Na documentação medieval aparece sob estas duas designações mas trata-se da mesma igreja. Nas inquirições de D. Afonso III é identificado como abade da igreja de “Sam Bertholameu de Bayam” Pedro Filho dizendo que a igreja tinha sido dada a seu avô, Egas Ramires pelo rei D. Afonso, o Velho¹¹⁴³. Tinha rendimentos consideráveis, tendo sido taxada, em 1320, em 90 libras¹¹⁴⁴.

É natural que tais rendimentos provocassem a sua disputa, com a agravante de existirem diversos senhores com direitos nessa igreja. Torna-se por isso um pouco difícil perceber com clareza a posição de Ancede. Tudo parece indicar que o direito de apresentação do mosteiro nesta igreja era alternado, dando a ideia de que houve períodos em que o mosteiro se viu alheado de tal prerrogativa. Deste modo, e à falta do necessário aprofundamento da questão, mas partindo dos dados que de momento temos disponíveis, parece-nos que o mosteiro só exerceu aí o seu direito de padroado em finais do séc. XIV, sendo depois interrompido e novamente retomado na segunda metade do séc. XV. A 27 de Outubro de 1341 era abade da igreja de Campelo “Magistro Iohane dicto Ffogaça rectore ecclesiae parochialis de Bayam”¹¹⁴⁵.

Este mesmo mestre João Fogaça encontra-se novamente documentado no cargo no início do ano seguinte, surgindo a 18 e 19 Janeiro de 1342 a testemunhar dois instrumentos de doação de direitos de padroado da igreja de S. João de Ovil à Sé do Porto¹¹⁴⁶.

¹¹⁴⁰ Cunha, D. Rodrigo da, *Catálogo e Historia dos Bispos do Porto*, 1623, II parte, p.281; Ferreira, Cónego José Augusto, *Memorias Archeologico-historicas ...*, Tomo II, 1924, p.71.

¹¹⁴¹ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.228.

¹¹⁴² *Idem, Ibidem*, p.228.

¹¹⁴³ *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, Vol I, Pars II, Fasciculus VIII, 1961, p.1188.

¹¹⁴⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.96.

¹¹⁴⁵ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, p.268.

¹¹⁴⁶ *Ibidem*, pp.180-181. Há vários exemplos de ligações e relações entre as instituições da região, de resto o mosteiro de Ancede tinha direito a um maravadi num casal em Merelhe de Gouveia em virtude da manda que no séc. XIV, Gonçalo Rodrigues, abade de S. João de Ovil lhe fez (cf. *Tombo do mosteiro de Ancede*, fl. 15, 2003, p.251).

Um instrumento guardado no cartório do mosteiro de Ancede, datado de 4 de Agosto de 1369, revela-nos que nessa altura a igreja se encontrava vaga por falecimento do abade Martim, surgindo aí Martim Peres de Penaventosa, padroeiro verdadeiro da igreja por “aqueles que <hy> direito aviam que a ele era doado”, e, temendo que alguns poderosos lha quisessem usurpar, solicita instrumentos que lhe permitissem comprovar perante o rei ou as justiças da comarca de Entre Douro e Minho os seus direitos¹¹⁴⁷. Curiosamente, a 1 de Novembro de 1469 o mosteiro obtém, por doação, os direitos da igreja de S. Bartolomeu de Baião, após a resignação de cerca de quatro dezenas de padroeiros, cujo procurador era o já referido Martim Peres de Penaventosa¹¹⁴⁸. A 16 de Março de 1370 o bispo do Porto, D. Afonso (1359-1372) após inquirição, suscitada pela contenda entre os vários particulares que se afirmavam padroeiros da igreja de S. Bartolomeu e o mosteiro de Ancede, deu sentença favorável aos regrantes de Ancede¹¹⁴⁹.

Apesar desta renúncia colectiva e da sentença a favor do mosteiro, a igreja, ou volta à dependência de leigos, ou não chega mesmo a sair dela, mantendo-se, pelo menos em grande parte da primeira metade do séc. XV sob a jurisdição dos senhores de Baião, como se deprende de um documento de 7 de Agosto de 1493. Trata-se de uma sentença emanada da Cúria bracarense revelando-nos a existência de uma disputa pelo padroado desta igreja entre o mosteiro de Ancede e João Fernandes de Sousa¹¹⁵⁰, surgindo ambas as partes a reivindicar o direito de apresentação, tendo inclusivamente cada um dos litigantes indicado clérigo aquando da última vacância da igreja¹¹⁵¹.

Demonstrou-se que a razão assistia ao mosteiro de Ancede e ao seu apresentado, o clérigo de ordens menores, Rui Pires, provando-se a existência de diversos abusos e violências por parte do Senhor de Baião ao ponto de ter sido excomungado. Esta sentença integra um longo processo que nos permite conhecer um pouco do historial desta igreja ao longo do séc. XV.

¹¹⁴⁷ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.19.

¹¹⁴⁸ Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, pp. 530-532 (nota 104).

¹¹⁴⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Domingos de Lisboa, Livro 18, fl.472.

¹¹⁵⁰ João Fernandes de Sousa foi o 4º Senhor de Baião e era, ao que tudo indica, filho de Fernão Martins de Sousa e neto de Luís Álvares de Sousa (cf. Freire, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 3ª ed., Vol. I, apresentação e apêndices de Luís Bivar Guerra, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p.235).

¹¹⁵¹ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.20. Estas disputas eram frequentes, de resto, os senhores de Baião já no século XIII se tinham vistos envolvidos numa contenda com o mosteiro de Travanca a propósito da igreja de Santa Marinha do Zêzere acabando D. Afonso III, a 22 de Novembro de 1263, por ordenar a entrega dessa igreja ao mosteiro amarantino (cf. Ventura, Leontina; Oliveira, António Resende de, *Chancelaria de D. Afonso III, Livro I, Vol. I*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp.347-349).

A contenda tinha alguma razão de ser porque, efectivamente, os antecessores de João Fernandes de Sousa chegaram a apresentar pároco na igreja, nomeadamente Luís Álvares de Sousa, 3º senhor de Baião¹¹⁵², e seu avô, que aí apresentou, em 1425, Afonso Anes. Segundo a defesa de João Fernandes de Sousa, após o falecimento de Afonso Anes, Luís Álvares de Sousa apresentou aí, em 1428, Jorge Dias, seu criado,¹¹⁵³. Aqui as versões das partes contradizem-se e merece-nos muito mais crédito a versão apresentada pelo mosteiro de Ancede que diz que Afonso Anes renunciou a esta igreja em mãos do bispo do Porto, D. António (1424-1447)¹¹⁵⁴, permutando com Diogo Martins, abade da igreja de Santa Maria de Gove¹¹⁵⁵. A atestar a credibilidade desta informação está o facto de Diogo Martins ser “abade de Sam Bertolameu de Bayam” em Abril de 1437¹¹⁵⁶.

Já no séc. XVI o Censual da Mitra do Porto diz que a igreja de São Bartolomeu de Campelo era da apresentação de padroeiros, sendo-lhe aplicada uma taxaço de noventa libras¹¹⁵⁷.

2.4.2.5. - S. Cipriano (c. Resende) – Igreja do padroado do mosteiro de Ancede. A igreja de S. Cipriano, da diocese de Lamego, foi doada ao mosteiro de Ancede em 1202, sendo prior D. Diogo Mendes¹¹⁵⁸. No final do séc. XIV ou primeiros anos do XV o mosteiro detinha a plenitude do padroado desta igreja como revela um tombo coevo: “a Igreja de Sam Cibraao he toda ja do mosteiro ca Johana Lourença ja mandou a sa parte por sua alma¹¹⁵⁹”.

A 5 de Junho de 1405, o pároco de S. Cipriano era Afonso Martins que nesse dia entregou 50 libras de anata para a Santa Sé respeitantes à sua igreja¹¹⁶⁰. O seu sucessor

¹¹⁵² Luís Álvares de Sousa era escudeiro da casa do infante D. Duarte, casou com D. Filipa Coutinho e foi provedor da fazenda do Porto, cargo que já desempenhava em 1451, e era detentor do senhorio de Baião desde 4 de Novembro de 1434 (cf. Freire, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 3ª ed., Vol. I, 1996, pp. 235, 357).

¹¹⁵³ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.20.

¹¹⁵⁴ Trata-se de D. António ou D. Antão Martins de Chaves (cf. Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 1994, p.309). Antes de ser bispo do Porto era deão da Sé de Évora (cf. Ferreira, Cónego José Augusto, *Memórias Archeologico-historicas ...*, Tomo II, 1924, p.23).

¹¹⁵⁵ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.20.

¹¹⁵⁶ *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo 2 (1435-1438), 1998, pp.120-121 (Doc.833).

¹¹⁵⁷ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.226.

¹¹⁵⁸ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.15.

¹¹⁵⁹ *Tombo do mosteiro de Ancede*, fl.25vº, 2003, p.281.

¹¹⁶⁰ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I, 1977, p.438.

foi, provavelmente, Luís Gonçalves que, em 1419 e 1421, obtinha autorização para acumular benefícios eclesiásticos apesar de já trazer a igreja de S. Cipriano¹¹⁶¹.

No dia 27 de Junho de 1498 surge referenciado como abade de “Sam Cibraam” Duarte Lopes que testemunha em Lamego, nas casas do deão da Sé, um instrumento respeitante ao mosteiro de Cárquere¹¹⁶². Não sabemos se estamos na presença do abade desta paróquia ou de uma outra com o mesmo orago, de qualquer modo e dada a proximidade geográfica é uma possibilidade que nos parece bastante forte. De resto este mesmo Duarte Lopes encontrava-se novamente em Lamego, nas casas do prior de Cárquere a 8 de Setembro de 1498, onde voltou a testemunhar contratos de empraçamento do mosteiro de Cárquere¹¹⁶³.

Em 9 de Fevereiro de 1502, o titular da igreja de S. Cipriano era Francisco Coelho, cónego regrante do mosteiro de Cárquere¹¹⁶⁴. Mais tarde, a 4 de Dezembro de 1507, surge identificado como capelão da igreja de S. Cipriano João Peres, também capelão do bispo de Lamego¹¹⁶⁵.

Quem também abaciou esta igreja, em período que desconhecemos, mas seguramente situável nas primeiras décadas do séc. XVI, foi João Correia que estimava a renda da igreja em sessenta mil reis¹¹⁶⁶.

O Censual da Mitra de Lamego, datável da primeira metade do séc. XVI, confirma a manutenção deste padroado dizendo-se aí que a igreja de “Sam Çibriam” é da “apresentaçao do mosteiro d’Anssede” e a confirmação cabia ao bispo de Lamego, da qual pagavam um marco, dando ainda de visitação 250 reis¹¹⁶⁷.

Na segunda metade do século XVI, e mesmo com a transição do mosteiro de Ancede para os dominicanos, a jurisdição da igreja de S. Cipriano continuava a ser tutelada por esse mosteiro que pagava de censória à Mitra de Lamego 40 alqueires de centeio, 20 almudes de vinho 7 varas de bragal e 1200 reis de cera amarela¹¹⁶⁸.

2.4.2.6. - S. João Baptista de Miomães (c. Resende) – Igreja em copadroado do mosteiro de Ancede. Trata-se de uma igreja cujo padroado pertencia à Ordem do

¹¹⁶¹ *Idem, Ibidem*, Vol.I, 1977, p.532.

¹¹⁶² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°93.

¹¹⁶³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°98.

¹¹⁶⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N°98.

¹¹⁶⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N°118.

¹¹⁶⁶ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, 1979, p.337.

¹¹⁶⁷ *Censual da Sé de Lamego (Século XVI)*, 1999, p.28.

¹¹⁶⁸ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I, 1979, p.337.

Templo e à própria Coroa, que em 1311 detinha apenas ¼ dessa igreja¹¹⁶⁹. Não sabemos em que data é que o mosteiro de Ancede se tornou padroeiro desta igreja mas é presumível que tenha sido nas primeiras décadas do séc. XIV, muito provavelmente após a extinção dos Templários.

Em 1318 foi apresentado, pelo rei, para pároco da igreja de Miomães, João Pires¹¹⁷⁰, sobrinho do prior do mosteiro de Cárquere, que aí sucedia a Domingos Mendes¹¹⁷¹, anterior abade. Em 1321 esta igreja foi taxada em 20 libras¹¹⁷². A 5 de Maio de 1376 era reitor desta igreja Gonçalo Gonçalves¹¹⁷³, bacharel em decretos e futuro bispo de Lamego (1393-1419), que em Novembro de 1378 ainda trazia a igreja de Miomães¹¹⁷⁴. No século XVI, e como revela o *Censual da Sé de Lamego*, o mosteiro de Santo André de Ancede ainda aí detinha direitos de padroado¹¹⁷⁵, sendo seu abade, em 1537, Gonçalo Anes¹¹⁷⁶.

2.4.2.7. - S. João da Ermida de Riba Douro (fr. Santa Marinha do Zêzere, c. Baião)?¹¹⁷⁷ – Igreja do padroado dos mosteiros de Ancede e de Arnoia. A 19 de Março de 1285, o bispo do Porto, D. Vicente (1261-1296), encontrando-se no “moesteyro de Anssedi”, e após inquirição que foi feita à ermida de Riba Douro, pela qual se concluiu que esta não era freguesia, nem local de sepultura nem nunca fora abadada ou confirmada ou sequer pago qualquer tributo à Sé do Porto, tendo sempre os mosteiros

¹¹⁶⁹ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I, 1977, p.290. Esta mesma informação consta do *Livro das Igrejas e capelas do padroado dos reis de Portugal – 1574*, com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1971, p.29, onde se diz: “S. Joam de Meomais – apresenta ElRey ao quarto da igreja porque ho mais he do templo”.

¹¹⁷⁰ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I, p.292; Vol.II, p.338. Neste segundo volume aparece João Martins em vez de João Pires.

¹¹⁷¹ *Idem, Ibidem*, Vol.II, 1979, p.338.

¹¹⁷² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.118.

¹¹⁷³ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. I, 1966, pp.310-311 (doc.291); Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I, 1977, p.185.

¹¹⁷⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, pp.40, 71-72.

¹¹⁷⁵ Segundo este Censual, cuja informação em causa é datável da primeira metade do séc. XVI, a igreja de “Muimaes he d’apresentaçam do mosteiro d’Ansedê”, cabendo a respectiva confirmação ao bispo de Lamego (cf. *Censual da Sé de Lamego (Século XVI)*, 1999, p.28).

¹¹⁷⁶ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, 1979, p.339.

¹¹⁷⁷ Apesar de não termos a certeza, parece-nos bem possível que se trate da ermida junto ao Douro, localizada na actual freguesia de Santa Marinha do Zêzere (cf. *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, p.215).

Ancede e de Arnoia estado em sua posse, dando-a em préstamo a quem entendiam, confirma como abade dessa ermida Pedro Adriano¹¹⁷⁸.

2.4.2.8. - S. João de Grilo (c. Baião) - Igreja em copadroadado dos mosteiros de Ancede e Tabuado. A 10 de Julho de 1301, e na sequência da apresentação feita pelos mosteiros de Ancede e Tabuado, Martinho Soares, cônego da Sé do Porto e vigário pelo bispo D. Geraldo (1300-1308) confirma Pedro Miguéis para reitor da igreja de S. João de Grilo¹¹⁷⁹. Em 1320 esta igreja foi taxada em 15 libras¹¹⁸⁰. Também no Censual da Mitra do Porto surge a referência a esse montante, no entanto, nessa altura (Séc. XVI), é aí indicada como sendo apenas da apresentação de Tabuado¹¹⁸¹.

2.4.2.9. - S. Miguel de Oliveira¹¹⁸² (c. Cinfães) - Igreja do padroado do mosteiro de Ancede. Em 1321 foi taxada em 50 libras¹¹⁸³. Um tombo do mosteiro de Ancede, dos finais do séc. XIV, diz “a eigreja de Ulveira he toda em solido” do mosteiro, devendo o convento receber 40 libras e o prior 22 colheitas, um porco e um maravedi, entre outras coisas¹¹⁸⁴. Em meados do século XVI, Oliveira ainda é referenciada como igreja do padroado do mosteiro de Ancede¹¹⁸⁵ dizendo-se no *Censual da Mitra de Lamego* que a igreja de S. Miguel de Oliveira “he d’apresentaçom do mosteiro d’Anssede” com a confirmação a ser da competência do bispo de Lamego, para a qual dispendiam meio marco, tendo ainda de pagar 250 reis por visitaçã¹¹⁸⁶. Em 1537 era seu abade, Diogo Fernandes Madureira¹¹⁸⁷.

2.4.3. - Santo Estêvão de Vilela (c. Paredes)

À entrada para o séc. XIV Santo Estêvão de Vilela recebe, em legado, os herdamentos de Afonso, com a condição de o testador ser enterrado no mosteiro. A

¹¹⁷⁸ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.18; Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansede (c. Baião)...”, 2004, p.185. Este documento encontra-se publicado por Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.144.

¹¹⁷⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Domingos de Lisboa, Livro 26, fl.432.

¹¹⁸⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.96.

¹¹⁸¹ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, pp. 115, 225.

¹¹⁸² Trata-se da actual freguesia de Oliveira do Douro, no concelho de Cinfães (cf. *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 2, 1997, p.564).

¹¹⁸³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.117.

¹¹⁸⁴ *Tombo do mosteiro de Ancede*, fl.24, 2003, p.277.

¹¹⁸⁵ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I, 1977, p.290.

¹¹⁸⁶ *Censual da Sé de Lamego (Século XVI)*, 1999, p.28.

¹¹⁸⁷ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, 1979, p.368.

doação deveria representar um importante acréscimo para os rendimentos da instituição, pelo menos parece-nos essa a explicação mais plausível para o facto de, além do prior, terem estado presentes três cónegos de Vilela a testemunhar a feitura do testamento, datado de 25 de Julho de 1289¹¹⁸⁸.

O certo é que as finanças desta canónica regrante deveriam estar bastante depauperadas no início do séc. XIV, como facilmente se depreende pelas 170 libras em que o mosteiro de Santo Estêvão de Vilela foi taxado em 1320-1321¹¹⁸⁹, um dos valores mais baixos entre os mosteiros regrantes.

A 20 de Julho de 1340, João Anes Melão e Domingos Pais, ouvidores dos feitos de el-rei, enviam petição dirigida a Vasco Anes, meirinho mor de Entre Douro e Minho, para se inquirir por parte do rei e do mosteiro de Vilela sobre os limites do couto desse mesmo mosteiro¹¹⁹⁰.

Em 15 de Janeiro de 1390, D. João I, ordenava às justiças que zelassem pelo mosteiro de Vilela, em virtude das queixas apresentadas pelo prior da instituição e, simultaneamente, capelão do rei que se queixava que, além das grandes perdas e danos sofridos em resultado das recentes guerras luso-castelhanas, alguns fidalgos e poderosos pousavam no mosteiro e no seu couto e lhe roubavam palha e alimentos¹¹⁹¹.

Em 1401 foi feita a divisão das rendas entre o prior e os cónegos¹¹⁹², autonomizando-se assim a mesa prioral e a conventual. Também no início do séc. XV decorreram obras no mosteiro erigindo-se aí, em 1403, por ordem de D. Gil, bispo do Porto (1398-1407), uma capela dedicada a Santa Maria, com o bispo a conceder oitenta dias de perdão a todos os que contribuíssem com esmolos para a sua construção¹¹⁹³.

O prior de Vilela participou, a 22 de Dezembro de 1426, na qualidade de representante do clero da diocese do Porto, numa reunião patrocinada por D. Fernando da Guerra contra as afrontas de que o clero era vítima por parte do rei¹¹⁹⁴, conflito que

¹¹⁸⁸ Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, 1983, pp. 12-13 (Doc.5); Gouveia, Jaime Ricardo Teixeira, *Subsídios para a História de Leomil: "A-presentation" e "Re-presentation"*, Leomil, Câmara Municipal de Moimenta da Beira e Casa do Povo de Leomil, 2004, pp. 335-336.

¹¹⁸⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.95.

¹¹⁹⁰ Ribeiro, João Pedro, *Reflexões Históricas*, Parte I, 1835, p.170.

¹¹⁹¹ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo I, 2005, p.32.

¹¹⁹² Gonçalves, António Nogueira, "A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)", 1939, p.6.

¹¹⁹³ *Idem, Ibidem*, p.2.

¹¹⁹⁴ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, pp. 259-260.

culminaria com a concordata celebrada em Santarém, em 1427, entre D. João I e o clero¹¹⁹⁵.

Na década de sessenta do séc. XV há registo de desentendimentos entre o mosteiro de Vilela e o de Bustelo por causa do direito de apresentação na igreja de Nespereira, onde eram copadroeiros¹¹⁹⁶.

No final do séc. XV ou início do XVI o mosteiro passou a ser gerido por priores comendatários.

Em 1542 Santo Estêvão de Vilela pagava, em taxas e direitos, pertencentes ao bispo, 2573,50 reais¹¹⁹⁷.

Com o falecimento do comendatário D. António Brandão, em 1590¹¹⁹⁸, o prior geral da Congregação de Santa Cruz, D. Acúrcio tomou posse do mosteiro enquanto se aguardava a vinda das letras papais autorizando a união¹¹⁹⁹. Em 1594, por bula de Clemente VIII, o mosteiro de Vilela foi unido à Congregação de Santo Agostinho, bula essa que seria executada a 9 de Fevereiro de 1595 com a tomada de posse pelo prior geral D. Cristóvão¹²⁰⁰, tendo sido eleito Gaspar dos Reis como primeiro prior trienal do mosteiro¹²⁰¹.

Pouco tempo depois, em 1612, o mosteiro de Vilela foi anexado ao Mosteiro de Santo Agostinho da Serra¹²⁰², transitado para aí os religiosos da comunidade, os bens e rendas do mosteiro, bem como os direitos de apresentação que detinham.

Igrejas do padroado do mosteiro de Vilela:

¹¹⁹⁵ Essa concordata encontra-se publicada por Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, pp.156-172.

¹¹⁹⁶ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Bustelo*, com introdução, fixação do texto e índice por Fr. Geraldo J. A. Coelho Dias, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, 2007, p.95.

¹¹⁹⁷ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.263.

¹¹⁹⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.126; Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho, *Portugal antigo e moderno...*, vol.XI, 1876, p.1423; Melo, António Maria; Sousa, José J. Rigaud de; Vasconcelos, Flório de, “O mosteiro Santo Estêvão de Vilela em Paredes ...”, 1999, vol.II, p.161.

¹¹⁹⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.126.

¹²⁰⁰ *Idem, Ibidem*, p.126; Gonçalves, António Nogueira, “A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)”, 1939, p.7; Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho, *Portugal antigo e moderno...*, vol.XI, 1876, p.1423; Melo, António Maria; Sousa, José J. Rigaud de; Vasconcelos, Flório de, “O mosteiro Santo Estêvão de Vilela em Paredes ...”, 1999, p.161.

¹²⁰¹ *Galeria das Ordens religiosas e militares*, Tomo I, Porto, 1843, p.98; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.127.

¹²⁰² Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho, *Portugal antigo e moderno...*, vol.XI, 1876, p.1423; Gonçalves, António Nogueira, “A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)”, 1939, pp.7-8; Alves, M., “Vilela” in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol.18, Lisboa, Editorial Verbo, 1976, p.1211.

Segundo o Censual da Mitra do Porto o mosteiro de Vilela detinha o padroado das igrejas de S. Martinho do Campo, Santa Maria de duas Igrejas, e Cristelo, exercendo ainda os direitos de copadroado nas igrejas de Gondalães, Casais e Nespereira¹²⁰³. A estas pode acrescentar-se seguramente a de S. Pedro da Arreigada.

2.4.3.1. - Santa Maria de duas Igrejas (c. Paredes) – Igreja do padroado do mosteiro de Vilela¹²⁰⁴. As inquirições do séc. XIII revelam que esta igreja era do mosteiro de Vilela e de padroeiros particulares¹²⁰⁵. Segundo o Censual da Mitra do Porto esta igreja andava taxada em 50 libras¹²⁰⁶.

2.4.3.2. - Santo André de Cristelos (c. Lousada) - Igreja do padroado do mosteiro de Vilela¹²⁰⁷. Segundo o Censual da Mitra do Porto, do séc. XVI, esta igreja andava taxada em 40 libras¹²⁰⁸, a mesma taxaçaõ que já lhe havia sido aplicada em 1320, aparecendo integrada na Terra de Meinedo¹²⁰⁹.

Num instrumento datado de 4 de Fevereiro de 1461, lavrado na agra de Pomadelo, da freguesia do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, surge entre as testemunhas João Anes, abade de “Crestellos”¹²¹⁰, mas sem a indicação do respectivo orago que nos permita confirmar que se trata, efectivamente, desta freguesia de Cristelos, de qualquer modo fica essa possibilidade.

2.4.3.3. - S. João de Nespereira (c. Lousada) – O mosteiro de Vilela exercia em conjunto com o mosteiro de Bustelo o direito de padroado na igreja de S. João de Nespereira¹²¹¹. No catálogo das igrejas de 1320-1321 foi-lhe aplicada uma taxaçaõ de

¹²⁰³ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.113. Esta mesma listagem aparece reproduzida num manuscrito dos finais do séc. XVIII ou inícios do XIX conforme nos dá conhecimento e resume Gonçalves, António Nogueira, “A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)”, 1939, p.6. As igrejas que constituíam o padroado de Vilela são também referenciadas por Melo, António Maria; Sousa, José J. Rigaud de; Vasconcelos, Flórido de – “O mosteiro Santo Estêvão de Vilela em Paredes ...”, 1999, vol.II, p.164.

¹²⁰⁴ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, pp.113, 212.

¹²⁰⁵ *Índices e sumários...do Arquivo Municipal do Porto*, 1916, p.64.

¹²⁰⁶ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.212.

¹²⁰⁷ *Idem, Ibidem*, pp.113, 221.

¹²⁰⁸ *Idem, Ibidem*, p.221.

¹²⁰⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.96.

¹²¹⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.10; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.274.

¹²¹¹ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, pp.113, 214; *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, p.253.

50 libras¹²¹². A 26 de Novembro de 1348 João de Ponte, vigário geral, confirma Pedro João na igreja de Nespereira, após a natural indicação dos padroeiros¹²¹³.

Desconhecemos até quando parou esta freguesia, do mesmo modo que não podemos avançar, com indiscutível certeza, o nome do seu sucessor embora seja conjecturável que se trate de João Amado, referenciado num registo de apresentação de 1393, aquando da confirmação, pelo bispo do Porto, em 14 de Abril desse ano, de Gonçalo Afonso para a igreja de S. João de Nespereira, entretanto vaga, justamente, por falecimento de João Amado, seu titular¹²¹⁴. Em Junho de 1400 a igreja de Nespereira encontrava-se novamente vaga, apresentando o prior de Vilela, D. Martinho Pedro, e o abade de Bustelo, D. João Domingues, o religioso João Lourenço, que é confirmado pelo bispo do Porto, D. Gil Alma (1398-1407)¹²¹⁵, a 20 de Junho de 1400¹²¹⁶.

E se estas indigações se revelaram pacíficas, já em meados da década de sessenta do séc. XV vão surgir desavenças entre os dois mosteiros relacionadas com a apresentação para esta igreja. A 28 de Maio de 1466 D. Diogo Martins, prior de Vilela, indica ao bispo do Porto o nome de três clérigos, para a igreja que entretanto vagara, dizendo que o seu mosteiro detinha o direito de apresentação “in solidum”¹²¹⁷.

Entretanto D. João Domingues, abade de Bustelo, apresenta um monge da sua comunidade, Frei Fernando, o que acaba por merecer a anuência do prior de Vilela e a própria confirmação episcopal a 25 de Junho de 1466¹²¹⁸. O problema é que segundo Frei António da Assunção Meireles, desde esta data e até 20 de Março de 1632, altura em que o bispo do Porto, D. Fr. João de Valadares (1627-1635)¹²¹⁹, profere sentença em que restitui o direito de copadroadado aos dois mosteiros, não existe no cartório de Bustelo qualquer registo referente à apresentação da igreja de Nespereira¹²²⁰. De qualquer modo, e independentemente desta indicação, convém notar que os registos da diocese do Porto parecem não reflectir quaisquer alterações, como se infere do próprio Censual quinhentista da Mitra do Porto que indica as duas casas monásticas como

¹²¹² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.95.

¹²¹³ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Bustelo*, 2007, p.74.

¹²¹⁴ *Idem, Ibidem*, p.63.

¹²¹⁵ Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 1994, p.309.

¹²¹⁶ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Bustelo*, 2007, p.64.

¹²¹⁷ *Idem, Ibidem*, p.95.

¹²¹⁸ *Idem, Ibidem*, p.95.

¹²¹⁹ Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 1994, p.310.

¹²²⁰ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Bustelo*, 2007, p.144.

detentoras do direito de apresentação nesta igreja¹²²¹. Informa-nos também esta fonte que a igreja de Nespereira andava taxada em 50 libras¹²²²

2.4.3.4. - S. Martinho do Campo (c. de Santo Tirso) - O mosteiro de Vilela exercia aí o direito de padroado¹²²³. Segundo o Censual da Mitra do Porto esta igreja andava taxada em 40 libras¹²²⁴.

2.4.3.5. - S. Paio de Casais (c. Lousada) - O mosteiro de Vilela detinha, em conjunto com o mosteiro de Roriz, o direito de padroado na igreja de Casais. Frei António da Assunção Meireles informa, sem identificar os padroeiros, que o mosteiro de regrantes de Santo Agostinho exercia o direito de padroado na paróquia de S. Paio de Casais, da comarca de Penafiel, que depois passou a copadroado com os jesuítas do colégio de S. Paulo de Braga¹²²⁵.

Segundo o Censual da Mitra do Porto esta igreja andava taxada em 60 libras¹²²⁶, taxaçaõ essa que já lhe tinha sido aplicada em 1320¹²²⁷.

2.4.3.6. - S. Pedro da Arreigada (c. Paços de Ferreira) – A igreja de S. Pedro da Arreigada estava anexada ao convento do mosteiro de Vilela¹²²⁸, não sendo taxada pela Mitra do Porto¹²²⁹. O mosteiro detinha o padroado desta igreja desde os finais do século XIII¹²³⁰.

2.4.3.7. - S. Pedro de Gondalães (c. Paredes) – Igreja da apresentação dos mosteiros de Vilela e Ferreira, cabendo ao mosteiro de Vilela o direito de apresentar duas vezes por cada uma que o de S. Pedro de Ferreira apresentasse¹²³¹. A 15 de Julho de 1293 era abade de Gondalães Pedro Anes, sendo nesse mesmo dia inquirido pelo prior de Vilela

¹²²¹ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.214.

¹²²² *Idem, Ibidem*, p.214.

¹²²³ *Idem, Ibidem*, pp.113, 211.

¹²²⁴ *Idem, Ibidem*, p.211.

¹²²⁵ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Paço de Sousa*, 1942, p.97.

¹²²⁶ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.214.

¹²²⁷ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.95.

¹²²⁸ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, pp.55, 213; *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, p.290.

¹²²⁹ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.213.

¹²³⁰ Mattoso, José; Krus, Luís; Andrade, Amélia Aguiar, “Paços de Ferreira na Idade Média...”, Vol. I, 1986, p.226.

¹²³¹ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.214. Já nas Inquirições de 1258 se diz que esta igreja era 3 partes do mosteiro de Vilela e 1 do mosteiro de S. Pedro de Ferreira (cf. *Índices e sumários...do Arquivo Municipal do Porto*, 1916, p.59).

sobre o instrumento que o confirmara nessa mesma igreja e a forma como tinha sido aí apresentando, respondendo o pároco que há muito que era abade e que tinha sido aí apresentado pelas três partes de Vilela e pela quarta parte do mosteiro de Ferreira¹²³². A igreja de S. Pedro de Gondalães andava taxada em 31 libras¹²³³.

2.4.4. - S. Salvador de Grijó (c. Vila Nova de Gaia)

Ponderando os elementos até agora analisados pode considerar-se que São Salvador de Grijó era, no período em estudo, a maior canónica do Norte do país. Concorrem para tal primazia considerandos de ordem vária, desde logo o facto de ser a instituição que mais religiosos comportava, pelo menos aquela que parece manter uma comunidade numerosa com maior estabilidade. Além disso, e como veremos, era o mosteiro que detinha maior número de igrejas sob a sua jurisdição, sendo também, indiscutivelmente, o instituto regente nortenho de maiores rendimentos tendo-lhe sido aplicado, em 1320, uma taxação de 3000 libras, montante do qual se excluíam os rendimentos das igrejas que tinha no bispado de Coimbra¹²³⁴.

O seu poder, projecção, influência e importância têm reflexo directo no próprio género de produção documental que nos chega, quer emanado da instituição quer com ela relacionado, revelando, desde logo, o seu cartório inúmeros diplomas régios e pontifícios, bem como instrumentos respeitantes às múltiplas facetas da convivência com os poderes nobiliárquico, episcopal e concelhio.

Do final de 1309 há uma bula do papa Clemente V (1305-1314) dirigida ao rei D. Dinis em que lhe pede para favorecer o prior e o mosteiro de Grijó¹²³⁵.

A 6 de Outubro de 1322, D. Dinis ordena e instrui o almoxarife e o escrivão do Porto para tomarem conta de metade de uma herdade da Ínsua, no julgado da Feira, de que o mosteiro de Grijó se havia apropriado e da qual reclamava a legitimidade da posse, contenda que não era nova e cujas reminiscências remontavam ao século anterior, originando um conflito persistente, primeiro com D. Afonso III e depois com o próprio D. Dinis, sempre com decisão favorável à Coroa¹²³⁶.

¹²³² Vasconcellos, J. Leite de, *Opúsculos*, Vol. 1: *Filologia* (Parte I), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, pp. 302-304.

¹²³³ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censal da Mitra do Porto...*, 1973, p.214.

¹²³⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

¹²³⁵ *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal...*, Tomo IX, 1864, p.440.

¹²³⁶ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.16.

Em 6 de Maio de 1325, o rei D. Afonso IV confirma ao mosteiro de Grijó cartas que lhe foram apresentadas pelo prior referentes aos coutos do mosteiro, uma respeitante à doação do couto, junto ao mosteiro, por D. Teresa, datada de 1138, uma segunda referente à doação do couto de Tarouquela, em 1142, por D. Afonso Henriques e uma outra de D. Afonso III, datada de 1261, em que abdica de metade da colheita que o mosteiro lhe deveria dar¹²³⁷. De facto, a 11 de Janeiro de 1261, D. Afonso III entregou, em seu nome, e no dos seus sucessores metade da colheita que deveria receber do mosteiro, benesse a título de remissão dos seus pecados e do seu tio, D. Rodrigo Sanches, sepultado nesse mosteiro agostinho¹²³⁸.

Em 1335 Grijó mantinha uma contenda com D. Afonso IV a propósito da posse de metade do lugar de Ínsua, no julgado da Feira, sendo que o desfecho foi, novamente, favorável ao monarca, surgindo a 18 de Abril de 1335, o representante régio a ser empossado nesses direitos¹²³⁹. Curiosamente a disputa entre o mosteiro e o poder régio pela posse de metade desta localidade já remonta aos reinados anteriores, com registo de sentenças favoráveis a D. Afonso III, de 7 de Março de 1264, e a D. Dinis, de 6 de Outubro de 1322¹²⁴⁰.

Uma outra pendência que opôs o monarca ao mosteiro foi a questão das jurisdições nos coutos de Grijó, acabando D. Afonso por dar sentença favorável à instituição a 3 de Junho de 1339, reconhecendo-lhe como válidas as jurisdições de que aí usufruíam¹²⁴¹.

A 17 de Julho de 1357, o rei D. Pedro proferiu sentença favorável a Grijó, num processo suscitado pelos juízes de Gaia, em que o prior e o convento eram acusados de colocarem, indevidamente, almotacés e jurados no couto situado em redor do mosteiro¹²⁴². O monarca, ou melhor, a justiça régia, assentando o seu parecer na inquirição de D. Afonso IV, pronunciou-se a favor do mosteiro, defendendo que o juiz

¹²³⁷ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.37vº.

¹²³⁸ Ventura, Leontina; Oliveira, António Resende de, *Chancelaria de D. Afonso III, Livro I, Vol. I*, 2006, pp.255-256.

¹²³⁹ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.15vº-16vº.

¹²⁴⁰ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.15vº-16vº.

¹²⁴¹ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.1vº, 5; *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.266-269 (Doc.166); *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, pp.26-28 (Doc. 62). Este documento encontra-se também referenciado e sumariado nos *Índices e sumários...do Arquivo Municipal do Porto*, 1916, p.115.

¹²⁴² IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.4vº-5; *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, pp. 25-28 (Doc. 62). Este mesmo documento também foi transcrito por Moreirinhas, Regina Araújo Cerqueira, *Documentos da chancelaria de D. Pedro I - 1357-1359: leitura e alguns comentários*, Tese de licenciatura em História apresentada à FLUC, Coimbra, 1964, pp. 41-46 (doc.74).

do couto poderia aí colocar almotacés e jurados uma vez que o mosteiro detinha a jurisdição cível nesse couto, bem como nos de Brito e Tarouquela¹²⁴³.

Ainda nesse mesmo ano há uma nova querela entre S. Salvador de Grijó e a justiça régia, motivada pelos direitos jurisdicionais que o mosteiro alegava deter no couto da Abrunheira e Verride, termo de Montemor-o-Velho. Aqui o resultado final da contenda revelou-se desfavorável às pretensões dos regrantes de Grijó, com o rei a ordenar, a 4 de Novembro de 1357, que as suas justiças assumissem todas as jurisdições e prerrogativas que o mosteiro usara até aí (os moradores do couto elegiam um juiz para ouvir os feitos cíveis, que era confirmado pelo prior. Esse mesmo juiz colocava jurados que o ajudavam a prender os malfeitores, e ainda almotacés e porteiro no couto)¹²⁴⁴. Em Outubro de 1358 D. Pedro confirma os privilégios do mosteiro de Grijó¹²⁴⁵.

As questões e contenciosos com os padroeiros e os naturais do mosteiro que aí detinham direitos de comedoria, cavalaria e casamento, obrigaram também à intervenção régia, com D. Pedro a ordenar a Geraldo Anes, corregedor da Estremadura, para que se dirigisse ao mosteiro a fim de fazer apurar os direitos devidos a esses padroeiros e naturais¹²⁴⁶, situação que levou à elencagem das propriedades de Grijó e respectivas rendas. D. Pedro, a 6 de Maio de 1365, a solicitação do prior D. Afonso Esteves isenta esse mosteiro de aposentar e dar comida aos naturais, substituindo essas obrigações por determinadas pensões¹²⁴⁷.

Em 1366 é feita uma composição entre o prior, o prior claustral e o pitanceiro pondo-se cobro aos desentendimentos internos sobre as ovenças da pitança das festas celebradas ao longo do ano¹²⁴⁸.

Por carta de 5 de Novembro de 1373, e após queixas do mosteiro contra os nobres que lhes faziam maldades e lhes tomavam as herdades no “julgado da Feyra, e de Coymbra e de Vouga e de Cabanoes”, onde possuía a maior parte das suas

¹²⁴³ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.266-269 (Doc.166); *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, pp. 25-28 (Doc. 62).

¹²⁴⁴ *Idem*, 1984, pp. 67-69 (Doc. 177); Coelho, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, p.461; Pimenta, Cristina, *D. Pedro I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p.126.

¹²⁴⁵ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.131 (Doc. 336).

¹²⁴⁶ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, Grijó, 1993, p.60; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. III, p.285.

¹²⁴⁷ Alarcão, Jorge, “Tombo do Prior D. Afonso Esteves”, 1964, pp. 118-119; Pizarro, José Augusto P. de Sotto Mayor, *Os patronos do Mosteiro de Grijó ...*, 1995, pp.23,101; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. III, pp.285-286.

¹²⁴⁸ Costa, Francisco Barbosa da, *Notícia histórica da freguesia de S. Mamede de Serzedo*, Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia/Junta de Freguesia de Serzedo, 2000, p.47.

propriedades, o rei D. Fernando ordenou aos juizes da cidade do Porto para que julgassem essas arbitrariedades¹²⁴⁹.

A 22 de Agosto de 1379, D. Fernando deu autorização favorável ao prior do mosteiro de Grijó para que pudessem utilizar um caminho alternativo e mais perto para se deslocarem do mosteiro ao Porto sem terem que passar em Gaia, alegando para tal concessão o facto de muitas vezes o mosteiro não ter provisões suficientes para alimentar as diversas pessoas que aí chegavam, havendo por isso necessidade de se abastecerem rapidamente no Porto¹²⁵⁰. D. João I renovou-lhes este mesmo privilégio por carta de 3 de Outubro de 1385¹²⁵¹, ao que, porventura, não terá sido alheio o facto de o rei aí ter pousado há poucos dias, mais concretamente a 23 de Setembro¹²⁵².

A 15 de Setembro de 1386, o rei autorizou o mosteiro e o prior a terem três azémolas para transportar pão, vinho, pescado e outros mantimentos ou coisas necessárias ao mosteiro, ordenando às justiças para que nenhum fidalgo ou poderoso lhas roubassem ou utilizassem¹²⁵³. D. João I também confirmou, a 25 de Setembro de 1386, todos os privilégios do prior e do mosteiro de São Salvador de Grijó¹²⁵⁴. Do mesmo dia data uma outra carta que confirma ao prior e convento de Grijó as determinações dadas pelo rei D. Fernando a propósito da protecção dos bens que o mosteiro tinha nos julgados da Feira, Cambra, Vouga e Cabanões, onde possuíam a maioria das suas propriedades, regiões onde o mosteiro sentiu ameaças e abusos de alguns fidalgos e poderosos¹²⁵⁵. Em 17 de Fevereiro de 1389, D. João I, ordenava que nenhum poderoso pousasse no mosteiro de Grijó, nem nas suas casas do Porto nem na igreja de Serzedelo, do julgado da Feira¹²⁵⁶.

¹²⁴⁹ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.4.

¹²⁵⁰ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.4vº. Este documento encontra-se transcrito e publicado por Oliveira, Padre Miguel de, “De Talábriga a Lancóbriga pela via militar romana” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. IX, Nº33, 1943, pp.60-61. Esta carta régia é também referenciada por Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.63, embora a data aí apresentada seja 2 de Agosto de 1379, sendo também referenciada na obra *Vereações: Anos de 1390-1395 – O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto...*, s.d, pp.426-427.

¹²⁵¹ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. I – Tomo 2, 2005, pp.12-13; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.63.

¹²⁵² *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. I – Tomo 3, 2005, p.20; Moreno, Humberto Baquero, *Os itinerários de el-rei Dom João I*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação, 1988, pp. 20, 233.

¹²⁵³ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. I – Tomo 3, 2005, p.130; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.63.

¹²⁵⁴ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. I – Tomo 3, 2005, p.164.

¹²⁵⁵ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.4; *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. I – Tomo 3, 2005, p.167; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.63. Como é perceptível pelo excerto que transcrevemos acima, no “Livro Preto” aparece Coimbra e não Cambra.

¹²⁵⁶ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo I, 2005, pp. 62-63.

Este mesmo monarca, encontrando-se no Porto, ordenou, por carta de 13 de Junho de 1394, e face às queixas apresentadas pelo prior e convento do mosteiro de Grijó, que ninguém pousasse no mosteiro nem no seu couto, nem roubassem aí pão, vinho, bestas, gados, roupa, palha ou qualquer outra coisa desse mosteiro ou dos seus caseiros e lavradores¹²⁵⁷. Nesse mesmo mês de Junho o prior e convento de Grijó queixam-se novamente ao rei, desta feita acusando os corregedores, ouvidores e outros oficiais régios de constrangerem os lavradores dos coutos do mosteiro a levarem ao Porto e a outros lugares onde estanciava o monarca, pão, cevada, gados, galinhas e outros mantimentos, desobrigando-os D. João I de tais obrigações por carta de 30 de Junho de 1394 e esclarecendo que tais deveres são aplicáveis apenas aos dias em que o rei pouse no mosteiro¹²⁵⁸.

Também a Santa Sé assumia um papel proteccionista, com o papa Bonifácio IX a colocar, em 1395, sob a sua protecção os bens da instituição¹²⁵⁹. Apesar da dimensão, projecção e poderio que S. Salvador de Grijó tinha, e não obstante todos os privilégios que lhe iam sendo concedidos, o certo é que esta canónica regrante, ao longo da segunda metade do séc. XIV, teve de enfrentar diversos abusos, e além dos conflitos em que se viu envolvida debateu-se também com algumas dificuldades económicas¹²⁶⁰.

A 25 de Dezembro de 1433, D. Duarte confirma os privilégios do mosteiro de Grijó¹²⁶¹. D. Afonso V, por carta de 28 de Dezembro de 1450 também confirmou ao prior e convento de Grijó todos os privilégios, liberdades, foros e costumes¹²⁶².

Em 11 de Abril de 1447, o mosteiro recebeu a visita, do arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, em trânsito para Sul¹²⁶³.

A 28 de Dezembro de 1450, D. Afonso V confirma ao prior, convento e moradores do mosteiro de Grijó todos os privilégios que lhes foram concedidos pelos monarcas anteriores e dos quais usufruíam¹²⁶⁴. A 6 de Janeiro de 1451 e no seguimento de queixas apresentada pelo prior e convento do mosteiro de Grijó contra os

¹²⁵⁷ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.35vº-36; *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo 2, 2005, p.105; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.64.

¹²⁵⁸ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.35-35vº; *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo 2, 2005, p.129; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, pp. 64-65 Costa, Francisco Barbosa da, *Notícia histórica da freguesia de S. Mamede de Serzedo*, 2000, p.47.

¹²⁵⁹ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, pp. 55-56.

¹²⁶⁰ Marques, A. H. de Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 2ª ed., Edição Cosmos, Lisboa, 1968, p.58.

¹²⁶¹ *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo I (1433-1435), 1998, p.199 (Doc.370).

¹²⁶² Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.65.

¹²⁶³ Marques José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra ...*, 1978, p.68.

¹²⁶⁴ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 34, fl.91.

corregedores e ouvidores régios D. Afonso V ordena às suas justiças que não constanjam os moradores e lavradores dos coutos do mosteiro de Grijó a levarem pão, cevadas, gado nem quaisquer outros mantimentos quando a Corte se encontrasse na cidade do Porto ou noutros lugares¹²⁶⁵. A 1 de Agosto de 1451, o monarca concedia autorização ao prior D. João e a dois acompanhantes para que se pudessem deslocar por todo o reino em bestas muares de sela e ferros¹²⁶⁶. A 18 de Junho de 1452, o prior obtinha através de Vasco Anes, cónego do mosteiro e seu procurador, o traslado de sentenças, cartas régias e inquirições respeitantes a S. Salvador de Grijó¹²⁶⁷.

Em 1 de Junho de 1461, o papa Pio II (1458-1464) incumbiu o prior de Grijó, o abade de Santo Tirso e o arcediogo da Sé do Porto de resolverem uma contenda que opunha o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, aos moradores de Viana¹²⁶⁸.

No século XVI dá-se o processo de mudança do mosteiro, de Grijó para a Serra do Pilar. Segundo Frei Nicolau de Santa Maria, dada a sua antiguidade, o mosteiro encontrava-se arruinado e danificado, além de que os cônegos tinham problemas de saúde face à localização do mosteiro, num sítio baixo e húmido¹²⁶⁹. A iniciativa da mudança do convento foi do prior D. Bento Abrantes que contou com o apoio do papa Paulo III, do rei e do bispo do Porto¹²⁷⁰. O próprio bispo D. Frei Baltasar Limpo (1536-1550) deu provisão a 12 de Dezembro de 1537 para a passagem de Grijó “para o monte de S. Nicolau que se chama da Meigoeira” isentando-os da jurisdição episcopal¹²⁷¹. A

¹²⁶⁵ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 11, fl.45vº.

¹²⁶⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 46, 15vº. Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.65. A legislação proibia os clérigos de andar em besta muar com sela, havendo indicações para, sempre que se verificasse tal situação, serem tomados os animais aos infractores, medida que, como adianta Margarida Garcez Ventura, se insere no plano geral de defesa do reino, com a obrigatoriedade de possuir cavalos (cf. Ventura, Margarida Garcez, *Igreja e poder no séc. XV ...*, 1997, p.455).

¹²⁶⁷ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.37vº.

¹²⁶⁸ Marques José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra...*, 1978, p.30.

¹²⁶⁹ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XV, pp.340-341.

¹²⁷⁰ Moreno, Humberto Baquero, “Aspectos do governo de Frei Baltasar Limpo, bispo do Porto”, in *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória – Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão (5 a 8 de Dezembro de 1998)*, vol.I, Porto/Arouca, 2002, p.12; Gomes, J. Pinharanda, “O episcopado portuense (1536-1550) de D. Frei Baltazar Limpo, O. Carm.”, in *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória – Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão (5 a 8 de Dezembro de 1998)*, vol.II, Porto/Arouca, 2002, p.434. Sobre todo este processo veja-se Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, pp.91-94.

¹²⁷¹ Moreno, Humberto Baquero, “Aspectos do governo de Frei Baltasar Limpo, bispo do Porto”, 2002, p.12; Gomes, J. Pinharanda, “O episcopado portuense ...”, 2002, p.434.

mudança ocorreu em 1542¹²⁷². Com a inadaptação de alguns cónegos, e reclamações de outros, o papa Pio V (1566-1572) haveria de conceder a bula de separação em 1566¹²⁷³.

Igrejas do padroado do mosteiro de Grijó

A 30 de Outubro de 1299 é celebrada uma composição entre o mosteiro de Grijó e o bispo do Porto, ficando o mosteiro com isenção de todos os direitos episcopais nas igrejas de Santa Maria de Crasto e Santa Marinha de Silgueiros com a condição de as anexar à igreja de S. Salvador de Perosinho, isenção episcopal que se estendia a esta igreja de Perosinho e às igrejas de S. Martinho de Argoncilhe e S. Mamede de Serzedo, cedendo o mosteiro ao bispo, em troca destes privilégios, o padroado das igrejas de São Tiago de Lobão e São Pedro do Paraíso¹²⁷⁴.

Esta composição surge na sequência de dúvidas levantadas pela Sé do Porto sobre os direitos de isenção episcopal a que tinha direito o mosteiro e algumas das suas igrejas, privilégio que já vinha do século XII, com o papa Inocêncio II (1130-1143) a confirmar, a 27 de Abril de 1139, ao mosteiro e às suas igrejas de S. Martinho de Argoncilhe, S. Salvador de Perosinho e S. Mamede de Serzedo a isenção episcopal¹²⁷⁵. Contabilizando e incluindo as designadas igrejas do isento de Grijó, o mosteiro detinha direitos de padroado numa vintena de igrejas.

2.4.4.1 – Santa Maria de Gulpilhares (c. Vila Nova de Gaia) – Em 1320 foi taxada em 50 libras¹²⁷⁶. Segundo o “Livro das Campainhas”, o mosteiro de Grijó detinha o direito de padroado desta igreja, a qual pagava de colheita seis libras¹²⁷⁷. A 27 de Novembro de 1429 surge João Vicente, acólito da diocese do Porto a solicitar a igreja de Gulpilhares, à qual estava na disposição de resignar o seu reitor, o presbítero Martinho Anes¹²⁷⁸. A 27 de Outubro de 1430 João Vicente já era o reitor da igreja, dia em que pede autorização para receber de qualquer bispo católico que se encontre na Cúria Romana as

¹²⁷² Moreno, Humberto Baquero, “Aspectos do governo de Frei Baltasar Limpo, bispo do Porto”, 2002, p.12; Gomes, J. Pinharanda, “O episcopado portuense ...”, 2002, p.434.

¹²⁷³ Moreno, Humberto Baquero, “Aspectos do governo de Frei Baltasar Limpo, bispo do Porto”, 2002, p.12.

¹²⁷⁴ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp. 305-312, 637-638; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas...*, Tomo V, 1836, pp. 58-59.

¹²⁷⁵ *Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XI-XIII siècles)*, introduction et notes de Robert Durand, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1971, pp.3-4 (doc.1); Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.26; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. III, p.282.

¹²⁷⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

¹²⁷⁷ *Livro das Campainhas...*, 1986, p.40.

¹²⁷⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.182.

ordens sacras de subdiácono, diácono e presbítero¹²⁷⁹. A 17 de Dezembro de 1457 o abade de Santa Maria de Gulpilhares já era Fernão Anes, que nesse dia recebe, em Braga, ordens de Evangelho¹²⁸⁰, sendo-lhe ministradas, nessa mesma cidade, no início do ano seguinte, as Ordens de Missa¹²⁸¹.

2.4.4.2 – Santa Maria de Maladas (fr. Mozelos, c. Santa Maria da Feira)¹²⁸² – Ermida do padroado do mosteiro de Grijó. Os seus rendimentos eram muito modestos, surgindo, em 1320, taxada em 10 libras¹²⁸³. Em 1365 o mosteiro de Grijó recebia desta ermida 1 fogaça de alqueire e meio de trigo, dois capões e uma cabaça de vinho¹²⁸⁴.

2.4.4.3. - Santa Maria de Vagos (c. Vagos) – Ermida cuja apresentação pertencia ao mosteiro de Grijó. A 6 de Abril de 1254 D. Afonso III ordenou a Domingos Anes e a Pedro Gil, respectivamente almoxarife e escrivão de Coimbra, a entrega da ermida de Vagos ao prior e mosteiro de Grijó¹²⁸⁵. Os seus rendimentos, para uma ermida eram relativamente consideráveis, como facilmente se depreende das 50 libras em que foi taxada “a ermitania de Vagos” em 1321¹²⁸⁶.

Segundo o Livro das Campanhas esta ermida tinha a obrigação de pagar colheita ao prior de Grijó, avaliada em seis libras, e entregar de censo cem restes de alhos e cera para a ovença da Sacristia¹²⁸⁷. A 9 de Janeiro de 1399 o cónego Vasco Martins é referenciado como “comendador da nossa ermida de Santa Maria de Vaagos”¹²⁸⁸. Na década de sessenta do séc. XV e pelo menos até 7 de Julho de 1467, dia em que Pedro Gil, cónego do mosteiro de Grijó, remeteu súplica ao papa, para ser provido na ermida

¹²⁷⁹ *Ibidem*, Vol. IV, 1970, p.182.

¹²⁸⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.75vº; Fernandes, M. Antonino, *Matriculas...*, Tomo I, 2002, p.308.

¹²⁸¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 1, fl.5; Fernandes, M. Antonino, *Matriculas...*, Tomo I, 2002, p.316.

¹²⁸² Trata-se de uma antiga freguesia denominada de Santa Maria de Meladas, segundo parece extinta nos finais do século XV e que hoje é apenas um lugar da freguesia de Mozelos (cf. Oliveira, Padre Miguel de, “Igrejas na Terra de Santa Maria no ano de 1320” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol.VI, Nº24, 1940, p.288). Esta ermida parece ter alguma ligação com a actual capela da quinta de Meladas na freguesia de Mozelos em Santa Maria da Feira (cf. *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 2, 1997, p.114). No catálogo das igrejas de 1320-1321 o orago é omitido, aparecendo apenas “Maladas” (cf. Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93).

¹²⁸³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

¹²⁸⁴ *Livro das Campanhas...*, 1986, p.28.

¹²⁸⁵ Ventura, Leontina; Oliveira, António Resende de, *Chancelaria de D. Afonso III, Livro I, Vol. I*, 2006, p.55.

¹²⁸⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.123.

¹²⁸⁷ *Livro das Campanhas...*, 1986, p.60.

¹²⁸⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.127vº-128.

de Santa Maria de Vagos, ela foi administrada por João Lourenço, reitor paroquial da igreja de Vouga e arcepreste de Aveiro, situação que segundo o religioso de Grijó, era ilegítima em virtude de caber a um cônego do mosteiro a sua administração¹²⁸⁹.

O certo é que tal prerrogativa parece ter sido definitivamente alterada, isto se tivermos em conta que no segundo semestre de 1499 o prior do mosteiro, D. Fernando de Sequeira, colocou à frente desta ermida um sacerdote de Coimbra, Gonçalo Gil, que enviara súplica ao papa no sentido de obter o governo de Santa Maria de Vagos, situação que viria a confirmar-se, substituindo assim o anterior titular do cargo, o cônego de Grijó, Diogo Barreto¹²⁹⁰. Tal situação só foi possível devido ao facto de o prior de Grijó colocar alternadamente à frente de Santa Maria de Vagos um cônego regular e um elemento do clero secular¹²⁹¹.

2.4.4.4. - Santa Marinha de Cortegaça (c. Ovar) – Igreja do padroado do mosteiro de Grijó. A sua jurisdição sobre esta igreja remonta ao séc. XII, sendo que em Setembro de 1163 Garcia Gonçalves doou ao mosteiro de Grijó os direitos de padroado que tinha na “ecclesia de Cortegaza”¹²⁹². Em Janeiro de 1300 foi confirmado como reitor desta igreja Martim Esteves que se manteve no cargo, pelo menos, até 1315¹²⁹³. Em 1320 foi taxada em 20 libras¹²⁹⁴. Em 1365 dava ao prior do mosteiro de Grijó, de colheita, seis libras¹²⁹⁵. Em 1376 Gonçalo Gonçalves foi destituído pelo bispo do Porto desta paróquia e substituído por Vasco Gonçalves¹²⁹⁶. A 17 de Janeiro de 1401 o bispo do Porto nomeou para reitor da igreja de Cortegaça João Martins, natural da diocese de Braga¹²⁹⁷.

Sabemos que em Abril de 1454, o abade de Santa Marinha de Cortegaça era João Pires, que nesse mesmo mês recebe, em Braga, no dia 12 as Ordens de Evangelho¹²⁹⁸ e no dia 21 as de Missa¹²⁹⁹.

¹²⁸⁹ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.74.

¹²⁹⁰ *Idem, Ibidem*, pp.39, 83.

¹²⁹¹ *Idem, Ibidem*, p.39.

¹²⁹² *Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó...*, 1971, p.55 (doc.44).

¹²⁹³ Oliveira, Padre Miguel de, “Cortegaça e a “Ribeirinha” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol.IX, Nº36, 1943, p.270.

¹²⁹⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

¹²⁹⁵ *Livro das Campainhas...*, 1986, p.33.

¹²⁹⁶ Oliveira, Padre Miguel de, “Cortegaça e a “Ribeirinha”...”, 1943, p.270.

¹²⁹⁷ Oliveira, Padre Miguel de, “Cortegaça e a “Ribeirinha”...”, 1943, p.270.

¹²⁹⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 29, fl.4vº; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.221.

¹²⁹⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 30, fl.5; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.225.

2.4.4.5. - S. Cipriano de Paços de Brandão (c. Santa Maria da Feira) – Em 1320 foi taxada em 35 libras¹³⁰⁰. O mosteiro de Grijó era co-padroeiro desta igreja, detendo metade do padroado e o prior recebia de colheita seis libras¹³⁰¹. O restante direito de padroado pertencia à Ordem de Malta ou do Hospital¹³⁰². Entre os párocos desta igreja conta-se Afonso Anes que faleceu em 1457, sucedendo-lhe João Anes, investido e confirmado na paróquia pelo bispo do Porto, D. Luís Pires (1453-1464), a 15 de Junho de 1457¹³⁰³. O clérigo de missa João Anes resignaria a esta igreja, em 1499, renúncia de que foi portador Álvaro Anes, abade de Paramos, constituído legítimo procurador de João Anes por instrumento lavrado por Luís Tavares, tabelião da Feira¹³⁰⁴. A 28 de Junho de 1499 foi confirmado para abade de Paços de Brandão Afonso Martins, cónego regrante de Santa Cruz de Coimbra¹³⁰⁵.

No século XVI os párocos de S. Cipriano passam a ser apresentados pelo comendatário de Rio Meão e pelas freiras de Santa Clara do Porto, fruto da permuta feita com o mosteiro de Grijó, que ficou com o direito de padroado na igreja de S. Cristóvão de Mafamude, até aí em posse das freiras clarissas, passando Paços de Brandão e a igreja de S. Jorge com a capela anexa de S. Silvestre de Duas Igrejas para o padroado de Santa Clara¹³⁰⁶.

2.4.4.6. - S. Jorge de Caldelas¹³⁰⁷ (c. Santa Maria da Feira) – A igreja era de apresentação do mosteiro de Grijó e tinha de dar colheita ao prior¹³⁰⁸. Em 1320 foi taxada em 40 libras¹³⁰⁹. A 27 de Novembro de 1367, e na sequência de um pedido feito

¹³⁰⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

¹³⁰¹ *Livro das Campanhas...*, 1986, p.31.

¹³⁰² Rocha, Padre Joaquim Correia da, *Recordar 900 anos de Paços de Brandão* – I volume, Junta de Freguesia de Paços de Brandão, 1995, pp.225, 228.

¹³⁰³ Rocha, Padre Joaquim Correia da, *Recordar 900 anos de Paços de Brandão*, volume I, 1995, pp. 225, 228-229.

¹³⁰⁴ Rocha, Padre Joaquim Correia da, *Recordar 900 anos de Paços de Brandão*, volume I, 1995, pp.230-231, transcreve neste seu trabalho monográfico o documento referente a esta renúncia e à confirmação do cónego Afonso Martins, embora algumas falhas na transcrição, pelo menos perceptíveis na confrontação que é possível fazer-se com o respectivo extracto documental que o Autor reproduz na p.232, acabem por induzi-lo em conclusões que não nos parecem corresponder, de todo, à leitura que é possível fazer-se, pelo menos da parte aí exposta, embora também não nos tenha sido possível consultar o original, de qualquer modo e socorrendo-nos da imagem, que em boa hora o Autor aí reproduziu, dá para estabelecer, com segurança, esta sequência de abades ou reitores.

¹³⁰⁵ Rocha, Padre Joaquim Correia da, *Recordar 900 anos de Paços de Brandão* – volume I, 1995, pp.226-228.

¹³⁰⁶ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, pp.191,193-194, 198-199; Rocha, Padre Joaquim Correia da, *Recordar 900 anos de Paços de Brandão*, volume I, 1995, pp. 202, 237.

¹³⁰⁷ Trata-se da actual freguesia de Caldas de S. Jorge.

¹³⁰⁸ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.52.

¹³⁰⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

por D. Afonso Esteves, prior de Grijó, o bispo do Porto, D. Afonso (1359-1372), uniu a esta igreja a de S. Miguel de Duas Igrejas¹³¹⁰. Na década de noventa, pelo menos na sua primeira metade, o abade de S. Jorge era Domingos Martins como revelam instrumentos de 21 de Abril de 1390¹³¹¹ e 22 de Junho de 1394¹³¹².

2.4.4.7. - S. Mamede da Gândara (fr. Anta, c. Espinho)¹³¹³ – Igreja do padroado do mosteiro de Grijó. Em 1365 dava de colheita seis libras¹³¹⁴. A 18 de Fevereiro de 1512 Diogo Teixeira, cónego regrante de Grijó, foi instituído como reitor das igrejas de S. Mamede da Gândara e S. Martinho de Anta¹³¹⁵, igrejas que alcançou por permuta com o cónego Fernando Anes, até aí responsável por estas duas paróquias¹³¹⁶. O Censual da Mitra do Porto, de 1542, diz que a “igreja de Sam Mamede de Gandra taxada em vimte e çinquo livras he de apreSENTAÇÃO do mosteiro de Grijoo”¹³¹⁷. O certo é que nesta data concreta já não o era, de resto por esta mesma altura a igreja da Gândara já tinha sido unida à de S. Martinho de Anta¹³¹⁸. O Censual diz ainda que estas igrejas passaram para o padroado régio, por permuta com o mosteiro de Grijó, que ficou com o padroado de S. Cristóvão de Mafamude¹³¹⁹. Efectivamente, o bispo D. Baltasar Limpo dá o seu consentimento a esta troca por carta de 16 de Maio de 1539, no seguimento da solicitação de Frei Brás de Braga, reformador e governador dos mosteiros de Santa Cruz, Grijó e S. Vicente, que na qualidade de procurador dos cónegos apresentou ao bispo do Porto um alvará régio em que dava a igreja de Mafamude ao mosteiro em troca de uma

¹³¹⁰ Silva, Maria João Oliveira e, *A Escrita na Catedral...*, 2010, p.363.

¹³¹¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fl.165vº.

¹³¹² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fl.157vº.

¹³¹³ Na grafia trecentista do “Livro das Campainhas” surge como “Gandra”. A existência de diversas localidades com este topónimo faz com que a sua localização levante algumas dúvidas embora nos pareça tratar-se da localidade identificada por Sousa, Arlindo de “O concelho de Espinho - Notas do seu passado medieval (séculos IX-XVI)” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol.XXIX, Nº113, 1963,p.16, como sendo do concelho de Espinho. Já Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.50, diz tratar-se, muito provavelmente, de uma igreja situada no actual concelho de Vila Nova de Gaia, adiantando como possibilidades as localidades das freguesias de Vila Chã da Gândara ou Madalena.

¹³¹⁴ *Livro das Campainhas...*, 1986, p.26.

¹³¹⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.4, Doc.3; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.86.

¹³¹⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.129vº-130vº.

¹³¹⁷ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.199.

¹³¹⁸ *Idem, Ibidem*, pp.250, 311.

¹³¹⁹ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.191. De facto a igreja de S. Cristóvão de Mafamude aparece referenciada como sendo do padroado real (cf. Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto ...*, 1973, p.108), dizendo-se também aí que foi posteriormente doada ao mosteiro de Santa Clara do Porto (*Idem, Ibidem*, p.541) numa permuta em que acabou por reverter para o padroado régio as igrejas de S. Mamede de Gândara e de S. Martinho da Anta, entretanto unidas numa só (*Idem, ibidem*, p.199).

de semelhante rendimento¹³²⁰. A concretização da permuta parece ter ocorrido apenas em 1541¹³²¹.

2.4.4.8 - S. Mamede de Serzedo (c. Vila Nova de Gaia) – Igreja da apresentação de Grijó. A 27 de Abril de 1139 o papa Inocêncio II (1130-1143) confirmou ao mosteiro de Grijó o direito de padroado na igreja de “Sancti Mametis de Cerzedo”, acção repetida a 30 de Abril de 1144, pelo pontífice Lúcio II (1144-1145)¹³²². Curiosamente, alguns anos depois, mais concretamente em Abril de 1154, o mosteiro comprava a parte e direitos que Nuno Gonçalves possuía nesta igreja¹³²³.

Por uma composição feita, em 1299, entre o mosteiro de Grijó e o bispo do Porto, esta igreja ficou isenta de todos os direitos episcopais¹³²⁴. Na década de sessenta do séc. XIV pagava de censo 50 libras ao mosteiro e colheita ao prior, além de manter dois frades, fora os encargos com a sua manutenção temporal e espiritual, de qualquer forma os seus rendimentos permitiam-lhe entregar 100 libras de rendimento livres ao mosteiro¹³²⁵. A 17 de Fevereiro de 1389, e face aos abusos cometidos por alguns nobres, D. João I ordenava que nenhum poderoso pousasse no mosteiro de Grijó, nem nas suas casas do Porto nem na igreja de *Cerzedo*¹³²⁶.

2.4.4.9 - S. Martinho de Anta (c. Espinho) – Metade do padroado desta igreja era do mosteiro de Grijó. Esses mesmos direitos advêm-lhe, muito provavelmente, já desde o séc. XII, uma vez que em Setembro de 1163 Garcia Gonçalves doou ao mosteiro de Grijó os direitos de padroado bem como as herdades que tinha dessa igreja¹³²⁷. Em 1320 foi taxada em 40 libras¹³²⁸. Em 1365 dava ao mosteiro uma fogaça, de alqueire e meio de trigo pela medida nova e dois patos¹³²⁹.

¹³²⁰ Moreno, Humberto Baquero, “Aspectos do governo de Frei Baltasar Limpo, bispo do Porto”, 2002, pp.13, 20.

¹³²¹ *Livro das Igrejas e capelas do padroado dos reis de Portugal – 1574*, 1971, p.60.

¹³²² *Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó...*, 1971, pp.3-7 (docs.1-2).

¹³²³ *Ibidem*, pp.163-164 (doc.172).

¹³²⁴ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp. 305-312, 637-638.

¹³²⁵ *Livro das Campainhas...*, 1986, p.46.

¹³²⁶ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo I, 2005, pp. 62-63.

¹³²⁷ *Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó...*, 1971, pp.54-55 (docs.43-44).

¹³²⁸ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

¹³²⁹ *Livro das Campainhas...*, 1986, p.24.

A 18 de Fevereiro de 1512 Diogo Teixeira, cónego regente de Grijó, foi instituído como reitor das igrejas de S. Martinho de Anta e S. Mamede da Gândara¹³³⁰, que tinham estado em posse do cónego Fernando Anes até Fevereiro de 1511, altura em que estes dois religiosos de Grijó, com o devido consentimento do prior da instituição, à altura D. Fernando de Sequeira, permutaram entre si os respectivos benefícios¹³³¹. O Censual da Mitra do Porto, de 1542, diz que a “igreja de Sam Martinho de Amta taxada em coremta livras he de apresentação do mosteiro de Grijoo”¹³³², revelando também que a igreja da Gândara estava unida à de S. Martinho de Anta¹³³³.

Com a construção do novo mosteiro de S. Salvador da Serra do Pilar para albergar os cónegos de Grijó, e face à proximidade da igreja de S. Cristóvão de Mafamude deste novo mosteiro, o rei, por carta de 25 de Agosto de 1538, predispôs-se a dá-la aos cónegos em troca de uma de semelhantes rendimentos¹³³⁴. Na sequência do processo os regentes de Grijó propuseram a permuta com a igreja de S. Martinho de Anta e sua anexa de S. Mamede, surgindo Frei Brás de Braga, na qualidade de procurador dos cónegos, perante o bispo do Porto, D. Frei Baltasar Limpo (1536-1550), a solicitar a autorização para a permuta, consentimento que lhes foi concedido por carta de 16 de Maio de 1539¹³³⁵. A concretização da permuta parece ter ocorrido apenas em 1541, pelo menos é essa a informação vertida no *Livro das Igrejas e capelas do padroado dos reis de Portugal*, que atesta que as igrejas de S. Martinho de Anta e S. Mamede de Gandara são do padroado régio por “escaimbo que Elrei dom João 3º fez no anno de 1541 com o mosteiro de S. Salvador, per que o dito Senhor deu a igreja de S. Christovam de Mafamude pela igreja de S. Martinho d’anta, e S. Mamede de Gandara sua annexa situadas em terra da Feira”¹³³⁶.

¹³³⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.4, Doc.3; IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.129vº-130vº; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.86.

¹³³¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.129vº-130vº.

¹³³² Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.199.

¹³³³ *Idem, Ibidem*, pp.250, 311. Desconhecemos a data concreta da união da igreja de Gândara à de Anta mas é provável que tal tenha ocorrido no final do séc. XV, ou início do XVI, sendo que, como já tivemos oportunidade de ver, essa união é anterior a 1511, de qualquer modo e pelo que consta do “Censual” infere-se que seria relativamente recente, uma vez que aí se diz: “Item a igreja de Sam Martinho de Amta e Gandra que sofam de ser duas igrejas e agora he hua soo e paga o que pagavam ambas” (cf. Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, pp.250).

¹³³⁴ Moreno, Humberto Baquero, “Aspectos do governo de Frei Baltasar Limpo, bispo do Porto”, 2002, pp.13, 20 (nesta última página encontra-se a transcrição do documento).

¹³³⁵ *Idem, Ibidem*, pp.13, 20.

¹³³⁶ *Livro das Igrejas e capelas do padroado dos reis de Portugal – 1574*, 1971, p.60.

2.4.4.10 - S. Martinho de Argoncilhe (c. Santa Maria da Feira) – A 27 de Abril de 1139, o papa Inocêncio II (1130-1143) confirmou, ao mosteiro de Grijó, o direito de padroado na igreja de “Sancti Martini de Dragoncelli”, confirmação reafirmada a 30 de Abril de 1144 pelo papa Lúcio II (1144-1145)¹³³⁷. Em 1299 e em virtude das dúvidas levantadas pela Sé do Porto sobre os direitos de isenção episcopal a que tinha direito o mosteiro e algumas das suas igrejas, incluindo a de Argoncilhe, o mosteiro de Grijó fez uma composição com o bispo desta diocese, resultando desse acordo a isenção de direitos episcopais nesta igreja¹³³⁸.

Aquando da taxaçaõ aplicada às igrejas do reino em 1320 é expresso que a “igreja de S. Martinho de Dragoncelhe” é do mosteiro de Grijó¹³³⁹. Segundo o Livro das Campainhas, a igreja de Argoncilhe era do mosteiro de Grijó e dava de censo ao mosteiro setenta libras e ainda a colheita no montante de seis libras¹³⁴⁰. A 30 de Maio de 1361 Martim Gonçalves, freire cavaleiro da Ordem de Cristo e Gonçalo Martins doaram à igreja de Argoncilhe o casal do Monte com a condição de o reitor dessa igreja assegurar a celebração anual de um aniversário no primeiro dia de Dezembro na presença de cinco cónegos de Grijó, que devem dizer as vésperas e horas dos passados e cinco missas pela alma de Maria Fernandes e seus familiares, numa altura em que Gonçalo Ferreira era o prior da igreja de São Martinho de Argoncilhe¹³⁴¹. Este cónego regrante de Grijó manter-se-ia como titular desta igreja até ao início de 1363, altura em que assumiu o priorado da igreja de S. Salvador de Perosinho¹³⁴². Cerca de um ano depois, mais concretamente a 5 de Abril de 1364 é provido nesta igreja o cónego Vasco Peres¹³⁴³. Neste período intermédio o priorado de Argoncilhe deverá ter sido ocupado pelo cónego Domingos Gonçalves, que surge referenciado como titular da igreja nesse ano¹³⁴⁴.

A 26 de Abril de 1400 foi indicado e confirmado pelo prior de Grijó o cónego João Rodrigues para reitor da igreja de S. Martinho de Argoncilhe¹³⁴⁵. Da segunda metade do século XV temos conhecimento de dois cónegos de Grijó que

¹³³⁷ *Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó...*, 1971, pp.3-7 (docs.1-2).

¹³³⁸ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp. 305-312, 637-638.

¹³³⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

¹³⁴⁰ *Livro das Campainhas...*, 1986, p.47.

¹³⁴¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.75-76.

¹³⁴² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.429.

¹³⁴³ *Ibidem*, Vol. I, 1968, p.475.

¹³⁴⁴ Amaral, Luís Carlos, *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p.54 (nota c).

¹³⁴⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.1-2.

estiveram à frente desta igreja. Trata-se de João Gonçalves e de Gomes Anes, que sucedeu ao primeiro, surgindo em súplica de 1 de Janeiro de 1486 a solicitar dispensa para acumular esta igreja com a de S. Miguel de Arcozelo para a qual o prior o havia nomeado reitor¹³⁴⁶. Em Fevereiro de 1496 Gomes Anes mantinha-se como prior da igreja de S. Martinho de Argoncilhe¹³⁴⁷ e é muito provável que aí tenha permanecido, de forma ininterrupta, até 1517, ano em que renuncia a favor do cónego Jorge Correia¹³⁴⁸. No entanto este cónego só viria a ser empossado em Argoncilhe a 11 de Janeiro de 1518 por Afonso de Melres, notário apostólico¹³⁴⁹, embora a bula papal a autorizar a sua confirmação nessa igreja tenha sido expedida a 2 de Setembro de 1517¹³⁵⁰. Jorge Correia manteve-se à frente desta igreja até 1536 altura em que apresentou a resignação, confirmando o papa Paulo III (1534-1549), por letras apostólicas de 2 de Junho de 1536, no cargo o cónego da Sé de Lamego, Carlos Foubert, filho de João Foubert, cónego da Sé do Porto¹³⁵¹. Esta situação acabaria por gerar uma contenda entre o mosteiro e o novo reitor que só obteria resolução em 1545, numa altura em que o mosteiro já integrava a Congregação de Santa Cruz, com a elaboração de uma composição entre as partes a 21 de Outubro desse ano, ficando a igreja novamente livre para apresentação do mosteiro e sem ingerência externa¹³⁵². De qualquer modo Carlos Foubert manteve-se como prior da igreja resignando apenas a 12 de Março de 1571, encontrando-se entre as testemunhas da renúncia Gonçalo Correia, capelão da igreja de S. Martinho de Argoncilhe¹³⁵³.

2.4.4.11. - S. Martinho de Mozelos (c. Santa Maria da Feira) – Igreja da apresentação do mosteiro de Grijó. A 22 de Junho de 1311 Pedro Domingues era o “abade de Moozelos”¹³⁵⁴, mantendo-se ainda como titular desta igreja a 8 de Junho de 1318¹³⁵⁵. Em 1320 esta igreja foi taxada em 25 libras¹³⁵⁶. A 7 de Julho de 1338 Domingos Martins já era o abade da igreja de S. Martinho de Mozelos, dia em que D. Afonso IV, no seguimento de queixa apresentada por este abade contra herdeiros e naturais que se

¹³⁴⁶ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.80.

¹³⁴⁷ IAN/TT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 32, fl.99vº.

¹³⁴⁸ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.87.

¹³⁴⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.4vº,7vº-8.

¹³⁵⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fl.2-4vº.

¹³⁵¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.8-10.

¹³⁵² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.14-16vº.

¹³⁵³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.24-25.

¹³⁵⁴ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 5vº-6.

¹³⁵⁵ IAN/TT- Colecção Costa Basto, Nº6, fl.142.

¹³⁵⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

diziam dessa igreja, e que aí pousavam e exigiam comedoria e direitos, ordenou às suas justiças que defendessem a igreja e que esses naturais apenas podiam exigir tais direitos ao mosteiro de Grijó, em virtude de Mozelos ser sua sufragânea, situação extensível a todas as igrejas sufragâneas de mosteiros¹³⁵⁷. Domingos Martins ainda se mantinha à frente da igreja de Mozelos em 9 de Julho de 1351¹³⁵⁸. A 23 de Dezembro de 1357 o bispo do Porto, D. Afonso (1343-1357), confirma Lourenço Martins, cónego do mosteiro de Grijó, como reitor da igreja de S. Martinho de Mozelos, após apresentação do prior e convento de Grijó¹³⁵⁹. O Livro das Campainhas confirma que esta igreja era do padroado de Grijó e dava de colheita seis libras¹³⁶⁰. A 19 de Julho de 1508 foi instituído como seu reitor Jorge Correia¹³⁶¹, cónego do mosteiro de Grijó, ainda identificado como seu titular a 21 de Maio de 1516¹³⁶². De resto, este religioso conservá-la-ia até 1517, altura em que renuncia a favor de Simão Sanches, também cónego de Grijó, mantendo, no entanto, para si os proventos desta igreja¹³⁶³.

2.4.4.12. - S. Martinho de Travanca (c. Oliveira de Azeméis) – Igreja da apresentação do mosteiro de Grijó. A 30 de Abril de 1144 o papa Lúcio II (1144-1145) confirmou o direito de padroado do mosteiro de Grijó na igreja de “Sancti Martini de Travanca”¹³⁶⁴. A 25 de Agosto 1301 Domingos Lourenço era o abade de Travanca¹³⁶⁵. Em 1321 a igreja de Travanca foi taxada em 80 libras¹³⁶⁶. Em 1365 esta igreja entregava ao mosteiro, de colheita, seis libras¹³⁶⁷. A 21 de Dezembro de 1400 é empossado na igreja de S. Martinho de Travanca o clérigo João Nicolas, aí apresentado e confirmado pelo prior D. Gonçalo e pelo convento do mosteiro, em virtude do falecimento de João Domingues, seu último titular¹³⁶⁸.

Por volta de 1472 e até 1474 o prior de Grijó, D. João Álvares, estava em posse desta igreja, embora, e segundo súplica apresentada por Pedro Vasques, cónego regente

¹³⁵⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.104vº-105vº. Esta carta de D. Afonso IV foi trasladada a 13 de Março de 1339 por Fernão Vasques, tabelião da infanta D. Branca na vila da Feira, por solicitação do abade Domingos Martins perante Afonso Pires, juiz da Feira.

¹³⁵⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fl.73.

¹³⁵⁹ Silva, Maria João Oliveira e, *A Escrita na Catedral...*, 2010, p.361.

¹³⁶⁰ *Livro das Campainhas...*, 1986, p.29.

¹³⁶¹ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.84.

¹³⁶² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.101vº.

¹³⁶³ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.87.

¹³⁶⁴ *Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó...*, 1971, p.5 (doc.2).

¹³⁶⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.87vº.

¹³⁶⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.123.

¹³⁶⁷ *Livro das Campainhas...*, 1986, p.56.

¹³⁶⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.67vº-68.

de Grijó, tal situação era ilegítima¹³⁶⁹. O certo é que Pedro Vasques, em Maio de 1474, solicita esta igreja para si e vê os seus intentos coroados de êxito ao obter a confirmação papal acumulando assim a sua administração com a de Perosinho¹³⁷⁰.

2.4.4.13. - S. Miguel de Duas Igrejas¹³⁷¹ (fr. Romariz, c. Santa Maria da Feira) – Igreja do padroado do mosteiro de Grijó. Em 1320 foi taxada em 15 libras¹³⁷². A 7 de Agosto de 1351 o bispo do Porto, D. Pedro (1343-1357), institui o presbítero Afonso Pires, como reitor de S. Miguel de Duas Igrejas, por apresentação do mosteiro de Grijó¹³⁷³. Em 1365 dava de serviço ao prior de Grijó dois patos, uma broa de alqueire e uma cabaça de vinho¹³⁷⁴. A 27 de Novembro de 1367 o bispo do Porto, D. Afonso (1359-1372), une a igreja de S. Miguel de Duas Igrejas à de S. Jorge, dando cumprimento à solicitação feita por D. Afonso Esteves, prior de Grijó¹³⁷⁵.

2.4.4.14. - S. Miguel de Arcozelo (c. Vila Nova de Gaia) – Igreja do padroado do mosteiro de Grijó. Em 1320 foi taxada em 80 libras¹³⁷⁶. Em 1364 dava ao prior de Grijó, de colheita, seis libras¹³⁷⁷. A 29 de Dezembro de 1346 o cardeal D. Guilherme solicita a igreja de S. Miguel de Arcozelo para Martinho Pires, clérigo da diocese de Burgos¹³⁷⁸. A 15 de Outubro de 1485 encontrava-se à frente desta igreja o cónego de Grijó Gomes Anes, que solicitava, por súplica de 15 de Outubro de 1485, a confirmação da validade da sua eleição para reitor desta igreja em virtude de haver dúvidas referentes à sua apresentação, relacionadas com o facto de este cónego já deter a igreja de S. Martinho de Argoncilhe¹³⁷⁹. A 18 de Março de 1487 este cónego surge referenciado como prior das igrejas de S. Miguel de Arcozelo e S. Martinho de Argoncilhe¹³⁸⁰, solicitando, por

¹³⁶⁹ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.75.

¹³⁷⁰ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.74.

¹³⁷¹ Ao longo do tempo esta freguesia conheceu três oragos, sucessivamente Santa Maria, São Miguel e São Silvestre (cf. Sá, Padre Manuel F. de, “Subsídios para a História de “Duas Igrejas” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol.VII, Nº27, 1941, p.204) sendo que para os últimos séculos da Idade Média o padroeiro seja S. Miguel.

¹³⁷² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

¹³⁷³ Silva, Maria João Oliveira e, *A Escrita na Catedral...*, 2010, p.360.

¹³⁷⁴ *Livro das Campanhas...*, 1986, p.51.

¹³⁷⁵ Silva, Maria João Oliveira e, *A Escrita na Catedral...*, 2010, p.363.

¹³⁷⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

¹³⁷⁷ *Livro das Campanhas...*, 1986, p.38.

¹³⁷⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, pp.116-117.

¹³⁷⁹ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.80.

¹³⁸⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.3, Docs.9,10; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.81.

súplica de 19 de Abril de 1487, a detenção vitalícia da igreja de S. Miguel de Arcozelo, anteriormente em posse de João Álvares Rongel¹³⁸¹.

2.4.4.15. - S. Miguel de Milheirós¹³⁸² (c. Santa Maria da Feira) – Igreja do padroado do mosteiro de Grijó. A sua jurisdição sobre esta igreja remonta ao séc. XII, sendo que em Outubro de 1160 Paio Aires e a sua esposa, Godinha Vermoiz, renunciaram a favor do mosteiro de Grijó a sua parte e direitos de padroado que tinham na igreja de Milheirós¹³⁸³.

Em 1320 foi taxada, juntamente com a de Gaiate em 120 libras¹³⁸⁴. Em 1365 dava ao prior de Grijó, referente a colheita, seis libras¹³⁸⁵. A 1 de Abril de 1370 o bispo do Porto, D. Afonso Pires (1359-1372), instituiu Gonçalo Eanes como reitor de S. Miguel de Milheiros, após apresentação dos mosteiros de Grijó, Pedroso e Vila Cova¹³⁸⁶, o que significa que o padroado era compartilhado por essas três instituições, situação que não sabemos quando se originou.

Em Setembro de 1445 Lourenço Vasques é referenciado como abade de S. Miguel de Milheirós recebendo, nesse mês, em Braga, ordens de Epístola¹³⁸⁷, cidade onde voltaria em Dezembro seguinte, e novamente em Março de 1446, para lhe serem consagradas as ordens de Evangelho e Missa¹³⁸⁸.

2.4.4.16 - S. Miguel de Travassô (c. Águeda) – Igreja do padroado do mosteiro de Grijó. A 30 de Abril de 1144 o papa Lúcio II (1144-1145) confirmava o direito de padroado do mosteiro de Grijó sobre a “ecclesiam Sancti Michaelis de Travazolo”¹³⁸⁹. Em 1321 foi taxada em 60 libras¹³⁹⁰. No Livro das Campainhas surge referenciada como igreja da apresentação do mosteiro de Grijó, dando de censo ao mosteiro oitenta libras e de colheita ao prior seis libras¹³⁹¹. A 24 de Novembro de 1378, o bispo de

¹³⁸¹ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993, p.81.

¹³⁸² Trata-se da actual freguesia de S. Miguel de Milheirós de Poiães.

¹³⁸³ *Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó...*, 1971, pp.150-151 (doc.137).

¹³⁸⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

¹³⁸⁵ *Livro das Campainhas...*, 1986, p.51.

¹³⁸⁶ Silva, Maria João Oliveira e, *A Escrita na Catedral...*, 2010, p.363.

¹³⁸⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 10, fl.2; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.63.

¹³⁸⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fls.3,7; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, pp.66,69.

¹³⁸⁹ *Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó...*, 1971, p.5 (doc.2).

¹³⁹⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.123.

¹³⁹¹ *Livro das Campainhas...*, 1986, p.59.

Coimbra, D. João (1378-1384) reconhece razão ao mosteiro de Grijó e nula uma citação feita pelo arcepreste do Vouga a dois moradores da freguesia de S. Miguel de Travassô, uma vez que esta igreja era da jurisdição e isento de Grijó¹³⁹².

A 2 de Março de 1394 era prior da igreja de Travassô Vasco Martins¹³⁹³. O seu sucessor deverá ter sido o cônego Gil Afonso aí confirmado a 9 de Janeiro de 1399¹³⁹⁴. Pelo menos entre 1447 e 1451 o reitor de S. Miguel de Travassô foi Pedro Gonçalves, altura em que se envolveu activamente num processo contra o bispo de Coimbra D. Luís Coutinho (1444-1452) e os seus vigários a propósito da jurisdição da capela de Santa Eulália de Eirol, processo sobre o qual foi dada sentença favorável a Pedro Gonçalves e ao mosteiro de Grijó, por João Anes, abade de Bustelo¹³⁹⁵. Esta foi apenas mais uma das muitas contendas que envolveu Grijó e a diocese de Coimbra sobre a disputa da capela de Eirol, que estava na directa dependência de S. Miguel de Travassô, contencioso que remonta pelo menos à primeira metade do séc. XIV¹³⁹⁶.

Por documento pontifício de 3 de Outubro de 1511 foi provido em Travassô o prior crasteiro de Grijó, D. Fernando Anes¹³⁹⁷, no seguimento de uma permuta feita, em Fevereiro de 1511, com o cônego Diogo Teixeira, anterior titular desta igreja e da sua anexa de Eirol¹³⁹⁸. Fernando Anes manteve-se à frente de Travassô até 1529, altura em que resignou, ficando a receber uma pensão, com o núncio apostólico em Portugal, em representação do papa Clemente VII (1523-1534) a confirmar como seu sucessor na igreja de Travassô António Fernandes, um clérigo da diocese de Coimbra¹³⁹⁹.

A partir de 1539 esta igreja seria paroquiada pelo padre D. Isidoro, um cônego regrante de Grijó, aí apresentado e confirmado por D. Tomé, prior do mosteiro, tomando posse da igreja de Travassô a 19 de Outubro de 1539¹⁴⁰⁰.

2.4.4.17. - S. Paio de Oleiros (c. Santa Maria da Feira) – Em 1320 foi taxada em 40 libras¹⁴⁰¹. Segundo o Livro das Campainhas o mosteiro de Grijó detinha o direito de

¹³⁹² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.124vº-125.

¹³⁹³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 45, fls.112vº-113vº.

¹³⁹⁴ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.127vº-128.

¹³⁹⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.174-179vº.

¹³⁹⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.170-172.

¹³⁹⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.130vº-132vº; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.86.

¹³⁹⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.129vº-130vº.

¹³⁹⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.133-141vº. Inicialmente foi confirmado Domingos Rodrigues, também clérigo da diocese de Coimbra (cf. IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.133-133vº), mas, por um qualquer motivo que desconhecemos, não chegou a assumir a igreja.

¹⁴⁰⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls. 141vº-142vº; 179vº-180vº.

padroado desta igreja, a qual pagava de colheita seis libras¹⁴⁰². A 17 de Março de 1453 João Gonçalves “abbade de Sam Paayo de Oleiros do bispado do Porto” recebeu, em Braga ordens de Epístola¹⁴⁰³, sendo-lhe também aí conferidas, nesse mesmo mês de Março e em Maio seguinte as ordens de Evangelho¹⁴⁰⁴ e Missa¹⁴⁰⁵.

2.4.4.18 - S. Paulo de Maçãs de Dona Maria (c. Alvaiázere) – O mosteiro de Grijó apresentava um cónego da instituição para reger esta igreja, cabendo a confirmação desse cónego ao bispo de Coimbra, uma vez que esta se situava na área de jurisdição da diocese conimbricense. Em 1321 foi taxada em 100 libras¹⁴⁰⁶. Segundo o Livro das Campainhas, a igreja de “Maçaas de Dona Maria” entregava anualmente de censo ao mosteiro de Grijó 10 libras e tinha a obrigação de dar colheita ao prior sempre que este aí se deslocasse¹⁴⁰⁷.

No início da década de trinta do século XV o conde D. Pedro de Meneses reivindicava, entre outros bens, a posse da localidade de Maçãs de Dona Maria¹⁴⁰⁸, terra que acaba por alcançar uma vez que lhe é confirmada por D. Duarte a 17 de Janeiro de 1434¹⁴⁰⁹, sendo-lhe concedidos outros privilégios referentes à sua administração em Abril seguinte¹⁴¹⁰. Naturalmente que o facto de a localidade integrar o seu património não implicava necessariamente o usufruto de quaisquer direitos de padroado. No entanto esta nossa dúvida prende-se com o facto de a 8 de Março de 1431 D. Pedro de Meneses entregar, a D. Fernando de Noronha, como penhora pela dívida respeitante ao dote de casamento da sua filha, D. Beatriz, várias localidades onde constava Maçãs de D. Maria, excluindo dessa penhora os padroados das igrejas¹⁴¹¹. Independentemente da eventual mudança do direito de padroado, e a ter acontecido foi uma situação pontual, uma vez que em Outubro de 1466 esta igreja encontrava-se em posse de Pedro Álvares, sacerdote

¹⁴⁰¹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

¹⁴⁰² *Livro das Campainhas...*, 1986, p.27.

¹⁴⁰³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 24, fl.38; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.200.

¹⁴⁰⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 25, fl.4; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.204.

¹⁴⁰⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 26, fl.4; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.209.

¹⁴⁰⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.125.

¹⁴⁰⁷ *Livro das Campainhas...*, 1986, p.61.

¹⁴⁰⁸ Campos, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-EU, 2004, p.110.

¹⁴⁰⁹ *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo I (1433-1435), 1998, p.215 (Doc.445).

¹⁴¹⁰ *Idem*, pp. 305-306 (Doc.553).

¹⁴¹¹ Campos, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, 2004, p.150, Anexos (Quadro V).

da diocese de Braga, que por súplica datada do dia sete desse mês duvidava da legalidade da sua titularidade, uma vez que essa igreja deveria ser administrada por cónegos de S. Salvador de Grijó¹⁴¹². Por súplica de 18 de Julho de 1506 o prior de Grijó, D. Fernando de Sequeira, obteve esta igreja para si¹⁴¹³. Em 1509 regista-se uma permuta entre D. Pedro Vaz, prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e bispo da Guarda, e D. Fernando de Sequeira, prior de Grijó e simultaneamente bispo de Safim, onde se incluíam as propriedades que o mosteiro de Grijó detinha nesta localidade¹⁴¹⁴, contudo a apresentação desta igreja continuava a ser do mosteiro de Grijó¹⁴¹⁵. Em 1510 Pedro Afonso Malheiro suplica e obtém os direitos sobre esta igreja¹⁴¹⁶. Em 1514 já é Diogo Vasques de Castelo Branco o reitor de S. Paulo de Maças de Dona Maria¹⁴¹⁷.

2.4.4.19 - S. Salvador de Perosinho (c. Vila Nova de Gaia) – Igreja da apresentação do mosteiro de Grijó. Na primeira metade do séc. XII já o mosteiro de Grijó aí detinha o direito de padroado, sendo que o papa Inocêncio II (1130-1143), a 27 de Abril de 1139, confirmou a S. Salvador de Grijó esse mesmo direito de padroado na igreja de S. Martinho de Perosinho, confirmação reiterada a 30 de Abril de 1144 pelo papa Lúcio II (1144-1145)¹⁴¹⁸. Em virtude de uma composição feita, em 1299, entre o mosteiro de Grijó e o bispo do Porto, esta igreja ficou isenta de todos os direitos episcopais tendolhe, por esse mesmo acordo, sido anexadas as igrejas de Santa Maria de Crasto e Santa Marinha de Silgueiros¹⁴¹⁹. Em 1317, Martim da Costa, cónego do mosteiro de Grijó era o prior de “Pedrozinho”¹⁴²⁰. Situação perfeitamente enquadrável nas prerrogativas do direito de padroado, de resto, em 1320 a igreja de Perosinho surge referenciada como anexa ao mosteiro de Grijó¹⁴²¹.

¹⁴¹² Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.73.

¹⁴¹³ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.83.

¹⁴¹⁴ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, pp. 56-57, 84-85.

¹⁴¹⁵ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.85.

¹⁴¹⁶ Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.262.

¹⁴¹⁷ Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.262.

¹⁴¹⁸ *Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó...*, 1971, pp.3-7 (docs.1-2).

¹⁴¹⁹ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp. 305-312, 637-638.

¹⁴²⁰ IAN/TT- Colecção Costa Basto, N°6, fl.140.

¹⁴²¹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

Segundo Frei Marcos da Cruz, a 31 de Janeiro de 1333 foi apresentado para pároco de Perosinho o cónego João Anes¹⁴²². Manteve-se no cargo até ao início da década de quarenta tendo resignado, como revela a súplica de 2 de Março de 1344, com a intenção de efectuar permuta com Martinho Vicente, prior do mosteiro de Grijó¹⁴²³. De facto Martinho Vicente viria a ser reitor desta igreja mantendo-se nela certamente até início de Maio de 1350, altura em que a igreja vagou por falecimento deste reitor, com o mosteiro de Grijó a apresentar para ela Afonso Esteves, cónego professo do mosteiro, aí confirmado a 31 de Julho de 1351¹⁴²⁴. Este religioso manter-se-ia à frente desta paróquia até finais de 1362 ou inícios de 1363, altura em que assumiu o priorado de Grijó, sucedendo-lhe no priorado da igreja de Perosinho o cónego Gonçalo Pires, anteriormente pároco da igreja de S. Martinho de Argoncilhe¹⁴²⁵. Em 1365 a igreja de S. Salvador de Perosinho pagava de censo 50 libras que eram o correspondente às 500 peixotas que anteriormente entregavam, bem como a colheita ao prior, avaliada em seis libras¹⁴²⁶. A 5 de Outubro de 1429, surge o cónego de Grijó, João Gonçalves, a solicitar a igreja de S. Salvador de Perosinho, que se encontrava vaga por morte de Vasco Martins, seu último possessor¹⁴²⁷. A 7 de Maio de 1474 Pedro Vasques, cónego do mosteiro de Grijó, solicitava ao papa a igreja de S. Salvador de Perosinho, até aí governada por Aires Gonçalves, um outro cónego de Grijó, acusado de a ter possuído de forma ilegítima uma vez que também detinha a igreja de Castelo Viegas¹⁴²⁸. A 22 de Outubro de 1485 Aires Gonçalves surge novamente como reitor da igreja paroquial de S. Salvador de Perosinho, solicitando ao papa a concessão vitalícia dessa igreja, permissão que lhe seria confirmada a 22 de Outubro de 1486¹⁴²⁹. Este mesmo cónego surge ainda como prior de Perosinho a 24 de Setembro de 1491¹⁴³⁰. O seu sucessor deverá ter sido Pedro Gomes, que viria a renunciar na primeira década do século XVI, com Fernando de Sequeira, bispo de Safim e prior do mosteiro de Grijó, a confirmar como reitor da igreja de S. Salvador de Perosinho, a 1 de Dezembro de 1506, o cónego regrante Diogo

¹⁴²² BGUC - Manuscrito 640, fl.140; Costa, Francisco Barbosa da, *Notícia histórica da freguesia de S. Salvador de Perosinho*, 2000, p.27.

¹⁴²³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.31.

¹⁴²⁴ *Ibidem*, Vol. I, Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, Roma-Porto, Livraria Editorial Franciscana, 1968, p.232. Esta confirmação é reafirmada a 23 de Novembro de 1351 (cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.238).

¹⁴²⁵ *Ibidem*, Vol. I, 1968, p.429.

¹⁴²⁶ *Livro das Campainhas...*, 1986, p.43.

¹⁴²⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 454-455.

¹⁴²⁸ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.74.

¹⁴²⁹ *Idem, Ibidem*, 1993, pp.79-80.

¹⁴³⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.3, Doc.11; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.82.

Barreto¹⁴³¹. A 17 de Julho de 1551 o capelão da igreja de S. Salvador de Perosinho era Fernão Gomes, altura em que também estava em posse da igreja de S. Martinho de Travanca¹⁴³².

2.4.4.20 - S. Tiago de Silvalde (c. Espinho) – Em 1320 foi taxada em 70 libras¹⁴³³. Segundo o Livro das Campainhas o mosteiro de Grijó detinha o direito de padroado desta igreja, a qual pagava de colheita seis libras¹⁴³⁴. De resto, os direitos de padroado do cenóbio gaiense nesta igreja remontam ao séc. XII, uma vez que em Setembro de 1163 Garcia Gonçalves doou ao mosteiro de Grijó os direitos de padroado que tinha na “ecclesia de Sisvaldi”¹⁴³⁵. No último quartel do séc. XIV foi pároco de Silvalde Gonçalo Gonçalves que tinha sido destituído, pelo bispo do Porto, em 1376, da paróquia de Santa Marinha de Cortegaça¹⁴³⁶. A 7 de Março de 1444 era abade da igreja de Silvalde João Martins que, nesse dia, recebeu ordens de Epístola, em Braga¹⁴³⁷. A 28 de Março são-lhe conferidas ordens de Evangelho¹⁴³⁸ e a 11 de Abril de 1444 as ordens de Missa¹⁴³⁹.

2.4.5. - São Salvador de Lordelo (c. Paredes)

São poucos os dados que nos permitem reconstituir a história e a vivência da comunidade deste cenóbio. Trata-se de uma instituição com poucos rendimentos, de resto já no século XII, S. Salvador de Lordelo era um mosteiro sem grande pujança económica¹⁴⁴⁰. A tal realidade não é alheio o facto de o mosteiro ser de fundação mais recente que outros já com grande implantação na região, tendo de ombrear com institutos monásticos como Vilela, S. Pedro de Ferreira, Vandoma, Santo Tirso, Cete e Paço de Sousa, todos com interesses no vale de Ferreira¹⁴⁴¹. Nem o facto de ter como

¹⁴³¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.4vº-5vº.

¹⁴³² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.101-101vº.

¹⁴³³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.93.

¹⁴³⁴ *Livro das Campainhas...*, 1986, p.25.

¹⁴³⁵ *Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó...*, 1971, p.55 (doc.44).

¹⁴³⁶ Oliveira, Padre Miguel de, “Cortegaça e a “Ribeirinha”...”, 1943, p.270.

¹⁴³⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.2vº; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.30.

¹⁴³⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.9; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.34.

¹⁴³⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.14; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.38.

¹⁴⁴⁰ Mattoso, José, “O Monaquismo Ibérico e Cluny”, in *Obras Completas de José Mattoso (vol. 12)*, tradução de João Luís Fontes, Círculo de Leitores, 2002, p.135.

¹⁴⁴¹ Mattoso, José, Krus, Luís; Bettencourt, Olga, “As inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza – o julgado de Aguiar de Sousa, in *Revista de História Económica e Social*, Nº 9 (Janeiro-Junho

patronos e protectores os Brandões¹⁴⁴², uma importante família da nobreza local lhe permitiu atingir um patamar de grande relevo.

Na taxação que foi aplicada às igrejas e mosteiros, iniciada em 1320, o mosteiro de Lordelo foi taxado em 60 libras¹⁴⁴³, um valor manifestamente baixo e que deixa perceber a precariedade em que vivia a instituição. Apesar dessas dificuldades económicas este mosteiro parece ter sobrevivido pelo menos até ao último quartel do século XV. É que em 1478, Pedro Anes Machucho¹⁴⁴⁴, vigário geral do bispo do Porto, autorizou o prior do mosteiro, D. Diogo Rodrigues, a estabelecer uma composição com João Gonçalves do Couto respeitante aos casais do Sirro¹⁴⁴⁵. Monsenhor José Augusto Ferreira diz que pouco depois de 1476 foi extinto e convertido em abadia secular¹⁴⁴⁶, data que, como vimos, terá que ser posterior a 1478, de qualquer modo em 1547 já o mosteiro tinha sido extinto¹⁴⁴⁷. De facto no “Censual da Mitra do Porto” a igreja de S. Salvador de Lordelo já surge como sendo da apresentação “in solido” do bispo do Porto¹⁴⁴⁸, embora se continue a fazer referência ao mosteiro, que pagava ao bispo vinte alqueires de milho¹⁴⁴⁹, todavia tal alusão, à semelhança de outros casos que já vimos, não passa de uma mera força de expressão, um compreensível vício de linguagem vertido do prolongamento da reminiscência, uma vez que no mesmo Censual aparece a indicação explícita ao “mosteiro ou igreja de Sam Salvador de Lordelo”¹⁴⁵⁰.

1982), p.31. Em relação à fundação do mosteiro de Lordelo não se conhece a data da sua construção, no entanto é estimável que tenha ocorrido já no século XII (cf. *Ordens Religiosas em Portugal ...*, 2005, p.188), sendo inequívoco que nesse século já aí existia vida comunitária (Mattoso, José, *O monaquismo ibérico e Cluny*, 2002.p.135.

¹⁴⁴² Mattoso, José, Krus, Luís; Bettencourt, Olga, “As inquirições de 1258 ...”, 1982, p.45; Oliveira, Ana Maria, “Ocupação senhorial do Vale do Sousa: dois exemplos em estudo”, in *OPPIDUM -Revista de Arqueologia, História e Património da Câmara Municipal de Lousada – Número especial* (Actas do Iº Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa, que decorreu entre os dias 23 e 24 de Novembro de 2007), 2008, p.156.

¹⁴⁴³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.95.

¹⁴⁴⁴ Pedro Anes Machucho foi vigário geral dos bispos D. João de Azevedo (1465-1495) e D. Diogo de Sousa (1496-1505), tendo sido, além de cónego também chantre da Sé do Porto, estando documentada a sua presença no Cabido do Porto pelo menos entre 1478 e 1502 (cf. Pinto, António Ferreira, *O Cabido da Sé do Porto*, 1940, p.119).

¹⁴⁴⁵ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XIII, p.335. Além do cronista regente são vários os Autores que dão conta da existência de vida comunitária em Lordelo, em 1478, mormente: Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa...*, Tomo I, 1706, p.399; Florez, Fr. Henrique, *Espana Sagrada*, Tomo XXI, 2ª ed., Madrid, 1797, p.169; Oliveira, Ana Maria, “Ocupação senhorial do Vale do Sousa: dois exemplos em estudo” ..., 2008, p.156.

¹⁴⁴⁶ Ferreira, Cónego José Augusto, *Memorias Archeologico-historicas...*, Tomo II, 1924, p.53 (nota 1).

¹⁴⁴⁷ Ribeiro, Félix, “Lordelo”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 12, Lisboa, Editorial Verbo, 1971, p.507

¹⁴⁴⁸ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.535.

¹⁴⁴⁹ *Idem, Ibidem*, p.300.

¹⁴⁵⁰ *Idem, Ibidem*, p.263.

Igrejas do padroado do Mosteiro de Lordelo:

Ao longo dos séculos XIV e XV e na qualidade de detentor permanente de direitos de padroado apenas lhe conhecemos uma: Parada de Lordelo, no entanto e até 1312 o mosteiro exerceu em copadroado com o mosteiro de Santo Tirso o direito de apresentação na igreja de Frazão e na sua anexa de Seroa, acabando por abdicar dos direitos que aí detinha a favor de Santo Tirso por troca de propriedades.

2.4.5.1. - Parada de Lordelo – Igreja do padroado do mosteiro de Lordelo. A igreja de Parada de Lordelo foi, em 1320, taxada em 40 libras¹⁴⁵¹. No século XVI esta freguesia já se encontrava incorporada em S. Salvador de Lordelo, cuja apresentação cabia ao bispo do Porto¹⁴⁵².

2.4.5.2. – S. Martinho de Frazão (c. Paços de Ferreira) - Igreja da apresentação dos mosteiros de Lordelo e Santo Tirso. A 3 de Julho de 1292 o abade de Santo Tirso, D. Martim Pires, e o prior de Lordelo, D. Martim Pais, apresentaram para abade de Frazão Pedro Mendes, pároco que aí seria confirmado pelo bispo do Porto, D. Vicente, a 5 de Julho desse ano¹⁴⁵³. Em 1320 a igreja de Frazão foi taxada em 50 libras¹⁴⁵⁴.

2.4.6. - S. Salvador de Moreira da Maia (c. Maia)

O mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia parece iniciar o séc. XIV envolto em grandes dificuldades económicas levando o prior Martim Peres a contrair, em 1309, um empréstimo de cento e vinte e quatro libras e doze soldos, perante Vicente Domingos, chantre do Porto¹⁴⁵⁵. Essa debilidade económica deverá estar directamente relacionada com o esforço financeiro despendido com as obras aí efectuadas, à entrada para a última década do séc. XIII¹⁴⁵⁶.

¹⁴⁵¹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.95.

¹⁴⁵² Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censal da Mitra do Porto...*, 1973, p.212.

¹⁴⁵³ Correia, Francisco Carvalho, *O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588*, Vol. II, 2009, p.211.

¹⁴⁵⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.95.

¹⁴⁵⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.5. Sobre este e outros aspectos referentes à vida desta instituição monástica, no séc. XIV, já tivemos oportunidade de nos debruçarmos de forma mais aprofundada num outro estudo (cf. Fernandes, Aires Gomes, *S. Salvador de Moreira da Maia: venturas e desventuras de um mosteiro no século XIV*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004).

¹⁴⁵⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 9, Doc.45; Azevedo, Padre Agostinho de, *A Terra da Maia*, 1939, vol.I, p.194; Carvalho, José Vieira de, *O Mosteiro de S. Salvador de Moreira ...*, 1969, p.33.

Um outro sinal revelador das dificuldades atravessadas por Moreira é o reduzido montante em que o mosteiro foi taxado em 1320, apenas 170 libras¹⁴⁵⁷, um dos valores mais baixos aplicados às casas monásticas da diocese do Porto. Durante este priorado registaram-se diversas contendas, incluindo com o abade de Santo Tirso em 1318¹⁴⁵⁸ e com o próprio bispo do Porto, Fernando Ramires, e que levou à intervenção régia, com D. Dinis a ordenar, por carta de 4 de Abril de 1321, a Mem Rodrigues de Vasconcelos, meirinho mor de Além Douro, que conservasse e defendesse Martim Peres como prior do mosteiro de Moreira até ser determinada a apelação que o prior tinha feito para a Igreja de Braga, para que o bispo do Porto e os seus vigários o não destituíssem¹⁴⁵⁹.

Em 1335 e na sequência das inquirições gerais levadas a cabo por D. Afonso IV o mosteiro viu-se alheado das jurisdições que detinha no couto de Moreira¹⁴⁶⁰.

Do reinado de D. Pedro temos conhecimento de uma intervenção a 27 de Maio de 1363. Nesse dia o monarca ordenou aos juízes da Maia que não consentissem que os padroeiros e naturais do mosteiro de Moreira penhorassem e tomassem para si os direitos, comeduras e coisas do mosteiro¹⁴⁶¹. Esta decisão vem no seguimento de uma denúncia apresentada ao rei pelo prior Domingos Anes, que se queixava *que os naturaaes e padroeiros desse moesteiro penhoravam e faziam tomada nos gaados e bestas e panos e roupas e ornamentos e outras cousas desse moesteiro*¹⁴⁶². Acusava-os também de não quererem fazer nos seus testamentos “tomada e legados”, contrariando assim aquilo que tinha sido determinado por D. Dinis¹⁴⁶³.

Em relação à segunda metade do século XIV, e apesar das atribulações vividas em Portugal, o mosteiro parece não ter passado por grandes sobressaltos, ao que também não será alheio o facto de ter tido à sua frente o mesmo prior durante mais de três décadas. Aliás, neste aspecto o cenóbio maiato apresenta alguma estabilidade governativa, havendo registo de apenas sete priores durante a centúria de trezentos, com a particularidade de só existirem dois na segunda metade do século.

A história desta instituição, ao longo da primeira metade do séc. XV, está inegavelmente ligada ao prior Fernão Martins uma vez que foi o principal responsável pelos destinos do mosteiro na quase totalidade desse longo período.

¹⁴⁵⁷ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.94; Tavares, Maria Otilia Nunes, *Mosteiro de Moreira da Maia - Subsídios para a sua história*, Coimbra, 1957, p.67.

¹⁴⁵⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.16 A-1.

¹⁴⁵⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, n.20.

¹⁴⁶⁰ *Chancelarias Portuguesas - D. Afonso IV*, vol. III (1340-1344), 1992, pp. 97-99.

¹⁴⁶¹ IAN/TT - Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, n.6.

¹⁴⁶² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, n.6.

¹⁴⁶³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, n.6.

Em 1457, o bispo do Porto, D. Luís Pires (1453-1464), em conflito com a Câmara da cidade retirou-se para o mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia, onde se encontrava a 6 de Setembro¹⁴⁶⁴.

Em 1476 o mosteiro passava por notórias dificuldades económicas queixando-se o prior e o convento que “o seu mosteiro he tanto desfallecido das rendas per que seus predecessores razoadamente soiiem aver pera seu mantiimento e pera soportamento da hospitalidade que lhes convem manter por o dicto seu mosteiro ser situado na estrada per que vao pera a casa do glorioso apostolo Santiago de Compostella...”¹⁴⁶⁵.

Tais dificuldades tinham reflexo directo na comunidade, muito reduzida em 1480, sendo aí referenciados o prior e três cónegos¹⁴⁶⁶, e mesmo admitindo a existência de mais dois ou três religiosos, em serviço paroquial, estava indiscutivelmente debilitada. A situação era tal que o prior se queixava que os cónegos que cantavam as horas no mosteiro e diziam as missas chegavam a desmaiar face à fraqueza em que estavam os seus corpos¹⁴⁶⁷.

Apesar de todas as contrariedades o mosteiro sobreviveu, acabando, já na segunda metade do séc. XVI, por ser integrado na Congregação, numa altura em que era prior comendatário D. Fulgêncio de Bragança, que aceitou largar a comenda a troco de uma pensão anual de trezentos e cinquenta mil reis como revela a acta do capítulo de Santa Cruz de Coimbra de 10 de Julho de 1566¹⁴⁶⁸. Seria unido à Congregação por bulas de 1567 sendo eleito primeiro prior trienal do mosteiro o Padre D. Jorge a 27 de Julho desse ano¹⁴⁶⁹.

Igrejas do Padroados de S. Salvador de Moreira da Maia

¹⁴⁶⁴ Cunha, D. Rodrigo da, *Catálogo e Historia dos Bispos do Porto*, 1623, II parte, pp.262-263; Ferreira, Cónego José Augusto, *Memorias Archeologico-historicas ...*, Tomo II, 1924, p.42. Também Florez, Fr. Henrique, *Espana Sagrada*, Tomo XXI, 2ª ed., Madrid, 1797, pp.167-168, referencia este episódio.

¹⁴⁶⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.12.

¹⁴⁶⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.15a.

¹⁴⁶⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.12.

¹⁴⁶⁸ *Actas dos Capítulos do Mosteiro de Santa Cruz*, 1946, pp.71-72.

¹⁴⁶⁹ Cardoso, Jorge, *Agiolégio Lusitano*, Tomo II, 2002, p.453. Já Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.27, e apesar da irrelevância do pormenor, dá-o como eleito a 23 de Julho de 1567. Segundo Dias, Geraldo J. A. Coelho, “O Mosteiro de São Salvador...”, 2000, p.35, a bula de união é de 1564, sendo o primeiro prior trienal D. Filipe Pegado. Como este assunto requer algum aprofundamento para que possa ser devidamente esclarecido e como ainda não tivemos oportunidade de o fazer fica aqui apenas a indicação, de qualquer modo estes processos de passagem dos mosteiros para a Congregação eram complexos com as datas de união e das tomadas de posse, muitas vezes primeiramente simbólicas e só posteriormente reais, a serem muito díspares. No caso de Moreira já em 1563 D. Lourenço Leite, prior de Santa Cruz, e por inerência, geral da Congregação, se apresentava no mosteiro com os seus companheiros para iniciar a reforma (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.27; Dias, Geraldo J. A. Coelho, “O Mosteiro de São Salvador...”, 2000, p.35).

Ao longo da sua história, o mosteiro de Moreira exerceu direito de apresentação em nove igrejas¹⁴⁷⁰: São Félix da Marinha, Santa Maria de Retorta, São Silvestre do Couço, São Cosme de Gemunde, São Tiago de Labruge, São João de Mindelo, São Mamede de Perafita, Santa Maria de Vila Nova e Santa Marinha de Vilar do Pinheiro. No que respeita aos sécs. XIV e XV, o mosteiro apresentava párocos apenas nas últimas seis igrejas atrás enunciadas¹⁴⁷¹, uma vez que S. Silvestre do Couço só foi anexada ao mosteiro em 1567¹⁴⁷² e o direito de apresentação das duas primeiras que encabeçam a lista foi cedido, em 1298, ao bispo do Porto¹⁴⁷³. De facto, a 5 de Julho desse ano¹⁴⁷⁴ foi celebrada uma convenção entre o bispo do Porto, D. Sancho Pires (1296-1300), e o prior de Moreira e seu sobrinho, D. João Pires¹⁴⁷⁵, onde ficou estipulado que o mosteiro de Moreira ficava com a apresentação, *in sollidum*¹⁴⁷⁶, das igrejas de Perafita, Santa

¹⁴⁷⁰ Dias, Geraldo J. A. Coelho, “O Mosteiro de São Salvador: Os Crúzios em Moreira da Maia: História e Arte” in *O Mosteiro Crúzio de Moreira-História, Arte e Música*, Paróquia de Moreira da Maia, 2000, p. 32; Carvalho, José Vieira de, *O Mosteiro de S. Salvador de Moreira...*, 1969, pp. 43,44.

¹⁴⁷¹ Não é um número muito elevado se compararmos com o que se passava com o vizinho mosteiro beneditino de Santo Tirso que, no século XIV, tinha direito de apresentação em 24 igrejas (cf. Sousa, Armindo de, “O Mosteiro de Santo Tirso no Século XV”, in *Estudos Medievais*, nº 1, Centro de Estudos Humanísticos, Secretaria de Estado da Cultura, Porto, 1981, p.108). Já o vizinho mosteiro de Vairão tinha, em meados do séc. XIV, direito de apresentação em sete igrejas (cf. Martins, Alcina Manuela de Oliveira, *O mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média: O percurso de uma comunidade feminina*, Universidade Portucalense - Infante D. Henrique, Porto, 2001, p.193). No entanto, e se quisermos estabelecer um paralelismo com os mosteiros agostinhos da diocese de Braga, embora para o séc. XV, que certamente não diferiria muito do panorama do século anterior, conclui-se facilmente que Moreira da Maia possuía direito de apresentação em muito mais igrejas que os congéneres bracarenses (cf. Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.812).

¹⁴⁷² Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O Censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.63; Marques, José Augusto Maia, *Moreira da Maia no séc. XIX – Segundo o manuscrito do padre Joaquim Antunes de Azevedo*; Câmara Municipal da Maia, 1998, p.66.

¹⁴⁷³ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp. 343,621.

¹⁴⁷⁴ A.U.C – Pergaminhos, Gav. 7-A, Maço 1, nº 29; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas...*, Tomo V, Lisboa, 1836, p.24.

¹⁴⁷⁵ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. II, p.276; Tavares, Maria Otília Nunes, *Mosteiro de Moreira da Maia -Subsídios para a sua história*, Coimbra, 1957, p.24. Poderá tratar-se de uma simples coincidência mas parecem existir indícios fortes que a existência de laços de parentesco entre elementos da comunidade monástica de Moreira e alguns bispos do Porto, estão intimamente ligados com alguns benefícios conseguidos. É interessante verificarmos que além do prior João Pires ser sobrinho do bispo Sancho Pires, este é por sua vez sobrinho ou sobrinho neto do bispo Julião Fernandes (cf. Ventura, Leontina, *A nobreza de Corte de D. Afonso III* (dissertação de doutoramento apresentada à FLUC), Coimbra 1992, vol.II, p.756), portanto os dois bispos que mais beneficiaram o mosteiro de S. Salvador de Moreira no séc. XIII). Mas independentemente das ligações familiares entre o bispo D. Sancho Pires e o prior de Moreira, não se pode afirmar que houve um tratamento de favorecimento em relação ao mosteiro maiato, até porque no ano seguinte (1299) este mesmo bispo cedeu ao mosteiro de Grijó a generalidade dos direitos que tinha em três paróquias (cf. Ribeiro, João Pedro, *-Dissertações chronologicas...*, Tomo V, Lisboa, 1836, pp. 58-59; Oliveira, P. Miguel de, *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*, Lisboa, 1950, p.151; Ferreira, José Augusto, *Memorias archeologico historicas da cidade do Porto*, Livraria Cruz, 1923, p.280).

¹⁴⁷⁶ Significa isto que a apresentação é feita apenas por um titular, quer se tratasse de indivíduo ou instituição (cf. Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1074).

Maria de Vila Nova, S. Cosme de Gemunde e S. João de Mindelo¹⁴⁷⁷, com a condição de aí colocar cónegos do mosteiro, cedendo ao bispo as igrejas de S. Félix¹⁴⁷⁸ e Santa Marinha de Retorta¹⁴⁷⁹.

2.4.6.1. - Santa Maria de Vila Nova¹⁴⁸⁰ (c. Maia) – Igreja do padroado do mosteiro de Moreira da Maia.

Esta igreja entrou em posse do mosteiro no final do século XIII sendo uma das quatro que o bispo D. Sancho Pires (1296-1300) cedeu ao mosteiro por permuta com as de S. Félix da Marinha e Santa Maria de Retorta¹⁴⁸¹. Esta igreja não deveria possuir grandes rendimentos porque em 1320 foi taxada em 25 libras¹⁴⁸², uma soma um pouco abaixo da apresentada pela generalidade das igrejas da Terra da Maia.

A 27 de Março de 1327 era abade de Vila Nova Pedro dos Santos, cónego de Moreira, que nesse dia empossa Domingos Martins Carvalhido, frade de Moreira e provedor da pitaça, na herdade de Cabanelas que foi doada ao mosteiro por Silvestre Anes¹⁴⁸³. A 27 de Outubro de 1330 este mesmo Pedro dos Santos encontra-se no mosteiro de Moreira surgindo o seu nome entre o das testemunhas de um instrumento aí realizado, sendo identificado como abade de Vila Nova¹⁴⁸⁴.

A 6 de Junho de 1350, o abade de Vila Nova já era Geraldo Salvadores, aparecendo no mosteiro de Moreira a testemunhar um emprazamento¹⁴⁸⁵. Seis dias depois este abade pede a Martim Abril de Vila Nova, três dias da água das Covas na Ribeira do Forno. O prior de Moreira autoriza Martim Abril a ceder os três dias de água, comprometendo-se o abade a dar, a ele ou a quem vier a morar no casal, por São Miguel de Setembro, um búzio de pão e um par de capões¹⁴⁸⁶. A partir desta data e ao longo da década de cinquenta este abade aparece frequentemente no mosteiro de S. Salvador de

¹⁴⁷⁷ Cunha, D. Rodrigo da, *Catálogo e Historia dos Bispos do Porto*, 1623, II parte, p.109, não cita Santa Maria de Vila Nova nesta transferência.

¹⁴⁷⁸ Segundo Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas...*, Tomo V, Lisboa, 1836, p.24, a igreja de São Félix foi instituída à apresentação do Mosteiro de Moreira, sem prejuízo dos mais que fossem padroeiros, em 1259, ainda durante o bispado de D. Julião Fernandes.

¹⁴⁷⁹ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. II, pp. 276, 278; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas...*, Tomo V, Lisboa, 1836, p.24.

¹⁴⁸⁰ Actualmente Vila Nova da Telha.

¹⁴⁸¹ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp.223-225.

¹⁴⁸² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol IV, 1971, p.94.

¹⁴⁸³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.27.

¹⁴⁸⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.30.

¹⁴⁸⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.12.

¹⁴⁸⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 11, Doc.10.

Moreira da Maia onde testemunha diversos emprazamentos¹⁴⁸⁷. Neste período a igreja também é contemplada com algumas doações. A 26 de Julho de 1353 Florença Anes, mulher de Martim André, moradores em Lagielas, manda dizer duas missas de sobre altar ao abade da igreja de Santa Maria de Vila Nova, por aniversário da sua alma e de seus filhos, dando para isso três quartos de trigo por dia de Santa Maria de Vila Nova das herdades que tem nas freguesias de São Salvador de Lavra e de Santa Maria de Vila Nova¹⁴⁸⁸. No dia 5 de Agosto de 1355 Domingas André compromete-se a dar, anualmente, para a igreja de Vila Nova pela sua alma, de suas filhas e de seu falecido marido, três maravedis velhos da herdade que lhe ficou de Pedro Malheiro para que lhe digam uma missa em dia de São Mamede¹⁴⁸⁹.

Geraldo Salvadores faleceu, provavelmente, em finais de Agosto ou inícios de Setembro de 1356, isto se considerarmos que a 4 de Setembro a igreja já se encontrava vaga, embora ainda não tivessem expirado os dez dias que o mosteiro de Moreira tinha para fazer aí a apresentação do abade¹⁴⁹⁰. A vacatura desta igreja acabou por originar um conflito entre o prior de Moreira e o bispo do Porto que se intrometeu no processo de apresentação¹⁴⁹¹, que a 27 de Setembro de 1356, já estava sanado, pois o bispo D. Pedro Afonso confirma ao mosteiro de Moreira a apresentação do cónego Domingos Cibrães na igreja de Vila Nova¹⁴⁹².

Só voltamos a ter referências à igreja de Vila Nova no final do séc. XIV, altura em que o cónego Leonardo Martins a paroquiava, religioso que deverá ter falecido no início do mês de Setembro de 1400, uma vez que a 15 de Setembro de 1400 o bispo do Porto confirma Gil Peres, cónego de Moreira, como abade da igreja de Vila Nova¹⁴⁹³,

¹⁴⁸⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 11, Docs. 21,22,19,34; M. 12, Doc.30.

¹⁴⁸⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 11, Doc.27.

¹⁴⁸⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 11, Doc.38.

¹⁴⁹⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 11, Doc.39. “O concílio de Trento determinou que o bispo e o padroeiro, dentro de dez dias, ou noutro prazo fixado pelo bispo, nomeassem para governar a igreja alguns clérigos idóneos” (cf. Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Vol. II, 1968, p.79). Já na Idade Média esta parece ser a prática corrente, verificando-se algumas exceções, porque se Moreira da Maia tinha dez dias para apresentação do pároco já o mosteiro de Santo Tirso, dispunha, em 1318, de 20 dias para comparecer na igreja de S. Estêvão da Maia, onde era padroeiro (cf. Cruz, António, *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, 1938, p.192).

¹⁴⁹¹ Uma situação análoga já tinha ocorrido em 1318, altura em que o bispo do Porto apresentou um pároco na igreja de Santo Estêvão da Maia, quando o direito de padroado pertencia ao mosteiro de Santo Tirso (cf. *Idem, Ibidem*, 1938, p.192).

¹⁴⁹² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 10, Doc.17. Segundo Ramos, António Francisco, *Lavra, apontamentos para a sua monografia*, Propriedade do Cartório Paroquial de Lavra, 2ª ed., 1992, p.178, Setembro era um dos “quatro meses eclesiásticos que os padroeiros tinham para poderem apresentar”. Os outros três eram Março, Junho, e Dezembro.

¹⁴⁹³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.35. O direito de apresentação nesta igreja *cui presentatio dictae ecclesiae pertinet in solidum* era uma exclusividade do prior e mosteiro de Moreira, como é lembrado pelo bispo D. Gil Alma (1398-1407) nesta confirmação.

paróquia onde este abade ainda se mantinha a 24 de Janeiro de 1403¹⁴⁹⁴, surgindo, nesse dia, a testemunhar um emprazamento efectuado no mosteiro.

A 16 de Setembro de 1484, Estêvão Anes, cónego da Sé do Porto e vigário-geral do bispo portuense, D. João Azevedo, confirmou, na igreja de Santa Maria de Vila Nova, João do Porto, clérigo de ordens menores como seu abade e reitor, sucedendo assim a Pedro Gonçalves, seu anterior abade que entretanto faleceu¹⁴⁹⁵.

A 10 de Dezembro de 1496 é confirmado Francisco Vieira na igreja de Vila Nova após ter renunciado à de Santa Maria de Veiriz, na diocese de Braga, de forma a permutar com Diogo Álvares, anterior detentor da igreja de Santa Maria de Vila Nova¹⁴⁹⁶.

Em 1542, como revela o “Censual da Mitra do Porto”, a igreja de Santa Maria de Vila Nova continuava a ser da apresentação do mosteiro de Moreira, sendo taxada em 25 libras¹⁴⁹⁷.

2.4.6.2. - Santa Marinha de Vilar de Porcos¹⁴⁹⁸ (c. de Vila do Conde) – Igreja do padroado do mosteiro de Moreira da Maia.

Na documentação trecentista de Moreira a primeira referência a esta igreja surge-nos a 4 de Janeiro de 1311¹⁴⁹⁹, dia em que Estêvão Soares, meirinho-mor Entre Douro e Minho, procede à inquirição pedida por D. Dinis à igreja de Santa Marinha de Vilar de Porcos relativamente aos cinco casais que ela possuía inquirindo, entre outros Martim do Vale e o seu irmão Afonso do Vale, ambos naturais dessa igreja¹⁵⁰⁰. Uma das conclusões desta inquirição é que a igreja é meia sufragânea do mosteiro de Moreira da Maia¹⁵⁰¹, estipulando-se que os naturais dessa igreja deveriam receber, anualmente, as seguintes quantias: rico homem – oito soldos; infanção – quatro soldos, cavaleiro – dois soldos e infanção – um soldo¹⁵⁰².

¹⁴⁹⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 13, Doc.1.

¹⁴⁹⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.18.

¹⁴⁹⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.29.

¹⁴⁹⁷ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.206.

¹⁴⁹⁸ Actualmente, e desde finais do século XVI, designada de Vilar do Pinheiro.

¹⁴⁹⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.9.

¹⁵⁰⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.9.

¹⁵⁰¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.9; Amaral, António Caetano do, *Para a História da Legislação e Costumes de Portugal, Memória V*, 1945, p.189. Já aquando da Inquirição de D. Afonso III, em 1258, Domingos Pais, pároco da igreja de Vilar de Porcos, respondeu que metade da igreja pertencia ao mosteiro de Moreira (cf. Marçal, Horácio, *Vilar do Pinheiro - Subsídios para a sua monografia*, Edição da Junta de Província do Douro Litoral, Porto, 1950, p.57).

¹⁵⁰² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 10, Doc.9.

Vários senhores possuíam aí direitos, ao que não deveria ser alheio o facto dessa igreja ser uma das igrejas da Terra da Maia que mais rendimentos apresentava, tendo sido taxada, em 1320, em 75 libras¹⁵⁰³. Um deles era certamente o bispo do Porto, uma vez que, a 12 de Agosto de 1302, D. Beringária Aires doou ao bispo do Porto, à altura D. Geraldo (1300-1308), inúmeros direitos de padroado que tinha em diversas igrejas e mosteiros, onde se incluía a igreja de Santa Marinha de Vilar de Porcos¹⁵⁰⁴. Um outro desses senhores era Rui Gomes de Azevedo identificado como natural de Vilar de Porcos em 1329¹⁵⁰⁵. Também Martim Rodrigues, cavaleiro de Canelas, aí detinha direitos, renunciando, em Agosto de 1332, ao padroado da igreja de Vilar de Porcos, padroado esse que trazia usurpado¹⁵⁰⁶. A 16 de Novembro de 1341 era abade de Vilar de Porcos Estêvão Domingues que testemunha um documento feito no mosteiro de Moreira¹⁵⁰⁷. A 4 de Janeiro de 1360 já era abade Nicolau Esteves, que nesse dia testemunha, na vila de Guimarães, um instrumento de empraçamento¹⁵⁰⁸.

Só voltamos a ter referências a esta igreja na última vintena do século XIV, sendo seu abade Martim Peres, aparecendo identificado como tal a 8 de Abril de 1386, dia em que testemunha a doação que Afonso Vasques e sua mulher fazem ao mosteiro de Moreira das herdades e bens que tinham em Refonteira e Couso¹⁵⁰⁹. Cerca de quatro anos depois vamos encontrá-lo, na Igreja de Santa Marinha de Vilar de Porcos, onde comparecem Gonçalo Geraldês de Couso e João Ruivo de Vilar de Porcos perante o tabelião Gonçalo Peres, dizendo que eram testamentários de Margarida Esteves, viúva de Pedro Vicente de Cabanelas¹⁵¹⁰. Martim Pires aparece mais duas vezes a testemunhar documentos feitos no mosteiro de Moreira, a 25 de Abril de 1391¹⁵¹¹ e a 17 de Novembro de 1392¹⁵¹².

¹⁵⁰³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.94.

¹⁵⁰⁴ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp. 332, 642.

¹⁵⁰⁵ Pizarro, José Augusto P. de Sotto Mayor, *Os patronos do Mosteiro de Grijó...*, 1995, p.164. Outros padroeiros e naturais desta igreja são também mencionados por este Autor, nesta mesma obra (pp.165,166,168,169,190-191,192,194).

¹⁵⁰⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 10, Doc.32. De resto esta situação de usurpação de direitos de padroado era muito frequente (cf. Marques, Maria Alegria Fernandes, “Alguns aspectos do padroado nas igrejas e mosteiros da diocese de Braga”, 1990, Vol. II/1, pp. 370,381).

¹⁵⁰⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 10, Doc.41.

¹⁵⁰⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), “Archivo da Collegiada de Guimarães”, in *Revista de Guimarães*, Vol. XXV - Nº 1 (Janeiro-Março de 1908), p.14.

¹⁵⁰⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 12, Doc.25.

¹⁵¹⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 12, Doc.29.

¹⁵¹¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 12, Doc.30.

¹⁵¹² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 12, Doc.32.

A 26 de Setembro de 1435 João Mateus era o abade da igreja de Santa Marinha de Vilar de Porcos¹⁵¹³. A 10 de Novembro de 1472 o abade de Vilar de Porcos era Lopo Rodrigues que surge nessa data a testemunhar um emprazamento efectuado no mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde¹⁵¹⁴. A 17 de Março de 1477 Estêvão Anes, cónego da Sé do Porto e vigário geral do bispo D. João de Azevedo, confirmou na igreja de Santa Marinha de Vilar de Porcos Afonso André, clérigo de missa do bispado do Porto¹⁵¹⁵. A apresentação deste reitor coube ao mosteiro de Moreira, na sequência da vacatura da igreja por falecimento do já referenciado Lopo Rodrigues, seu anterior abade¹⁵¹⁶. De salientar que, a 4 de Março de 1480, aparece indicado como abade de Vilar de Porcos João Pires, irmão do prior de Moreira da Maia, que nesse mesmo dia testemunha dois emprazamentos efectuados no mosteiro de S. Salvador de Moreira¹⁵¹⁷. Este mesmo João Pires surge referenciado a 18 de Fevereiro de 1486 como comendador de Vilar de Porcos¹⁵¹⁸.

Após o falecimento de João Pires a igreja foi dada, pelo bispo do Porto, em comenda, a Diogo Álvares, abade de Veiriz¹⁵¹⁹, que a ela renunciou, tendo então o prior de Moreira apresentado para seu abade o cónego do mosteiro, Pedro Martins, aí confirmado pelo prelado portuense a 29 de Setembro de 1498¹⁵²⁰. O certo é que o abaciado deste cónego regrante não chegou a durar meio ano, tendo o bispo do Porto, D. Diogo de Sousa, confirmado, a 5 de Março de 1499 como abade de Vilar de Porcos Diogo Álvares, clérigo de missa e abade de Veiriz, que detinha autoridade papal para acumular os dois benefícios¹⁵²¹. Um instrumento de 27 de Março de 1504 continua a referenciar “Diego Alvarez abade de Vyllar de Porcos”¹⁵²², de resto, Diogo Álvares manteve-se à frente da igreja de Vilar de Porcos até 1528, altura em que renunciou a favor do mosteiro de Vairão¹⁵²³. De facto em 1542 o “Censual da Mitra do Porto”

¹⁵¹³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.191.

¹⁵¹⁴ Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, 1983, p.27 (Doc.12).

¹⁵¹⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.14.

¹⁵¹⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.14.

¹⁵¹⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.15a; 16.

¹⁵¹⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.18A.

¹⁵¹⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.30. Diogo Álvares era abade de Veiriz desde Dezembro de 1496 (cf. IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.29).

¹⁵²⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.30.

¹⁵²¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.31.

¹⁵²² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°205.

¹⁵²³ Azevedo, Padre Agostinho de, *A Terra da Maia*, 1939, Vol.I, p.192; Marçal, Horácio, *Vilar do Pinheiro ...*, 1950, p.79; Tavares, Maria Otília Nunes, *Mosteiro de Moreira da Maia...*, 1957, p.34.

confirma que a igreja de Santa Marinha tinha sido unida ao mosteiro de Vairão embora a apresentação do abade continuasse a pertencer ao mosteiro de Moreira¹⁵²⁴.

2.4.6.3. - São Cosme de Gemunde (c. Maia) – Igreja do padroado do mosteiro de Moreira da Maia.

Foi uma das igrejas anexadas ao mosteiro em 1298, conforme a composição celebrada entre o prior de Moreira e o bispo D. Sancho Pires¹⁵²⁵. De qualquer modo importa dizer que o mosteiro já detinha direitos de padroado nesta igreja, de resto a 6 de Agosto de 1297, e por apresentação do mosteiro de S. Salvador de Moreira, o chantre do Porto, Vicente Domingues, confirmou Domingos Anes como reitor da igreja de S. Cosme de Gemunde¹⁵²⁶.

Os seus rendimentos eram bastante satisfatórios, tendo sido, em 1320, taxada em sessenta libras¹⁵²⁷.

A 2 de Abril de 1481 o bispo do Porto, D. João de Azevedo, encontrando-se no mosteiro de S. João de Pendorada, confirmou Diogo Vasques, clérigo de missa e cónego regente de S. Salvador de Moreira da Maia como abade e reitor da igreja de S. Cosme de Gemunde, sucedendo a João dos Banhos, seu último abade, entretanto falecido¹⁵²⁸. Em 1542 a igreja de Gemunde estava anexa ao mosteiro de Moreira, a quem competia a apresentação, continuando os seus rendimentos estimados em 60 libras, rendimentos a repartir, equitativamente, entre a mesa prioral e a conventual do mosteiro¹⁵²⁹.

2.4.6.4. - São Mamede de Perafita (c. Matosinhos) – Igreja do padroado do mosteiro de Moreira da Maia.

É uma das igrejas anexadas, no final do séc. XIII, ao mosteiro de Moreira na sequência da composição celebrada em 1298, entre o prior de Moreira e o bispo do Porto¹⁵³⁰, contudo os direitos de padroado do mosteiro nesta igreja são anteriores, aliás a 8 de Julho de 1285 o bispo do Porto D. Vicente (1261-1296) confirma Estêvão Anes

¹⁵²⁴ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.204.

¹⁵²⁵ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp.223-225; Tavares, Maria Otilia Nunes, *Mosteiro de Moreira da Maia - Subsídios para a sua história*, Coimbra, 1957, p.31.

¹⁵²⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.9, Doc.51.

¹⁵²⁷ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.94.

¹⁵²⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.17.

¹⁵²⁹ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.204.

¹⁵³⁰ *Censual do Cabido da Sé do Porto...*, 1924, pp.223-225; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações cronológicas...*, Tomo V, p.24; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. II, pp. 276, 278; Cunha, D. Rodrigo da, *Catálogo e Historia dos Bispos do Porto*, 1623, II parte, p.109; Carvalho, José Vieira de, *O Mosteiro de S. Salvador de Moreira...*, 1969, p.43.

como reitor da igreja de Perafita, de resto, um simples acto de validação da confirmação já anteriormente feita pelo bispo D. Julião Fernandes (1247-1260) após apresentação pelo prior de Moreira¹⁵³¹. A 11 de Dezembro de 1293 já era seu reitor Miguel Peres¹⁵³². A 28 de Janeiro de 1304 é confirmado como reitor da igreja de São Mamede de Perafita Martim Geraldês, cónego de Moreira da Maia¹⁵³³.

Os seus rendimentos eram de considerável valia, tendo sido taxada, em 1320, em sessenta libras¹⁵³⁴.

Na restante documentação são muito poucas as referências à igreja de Perafita e aos seus abades. A primeira que encontramos é de 5 de Maio de 1380, aparecendo o abade de Perafita como testemunha, numa contenda que opunha o abade de Mindelo ao prior e convento de Moreira¹⁵³⁵. Apesar de o abade não aparecer identificado é provável que se trate de Martim Domingues pároco de Perafita a 17 de Julho de 1390¹⁵³⁶.

A 10 de Setembro de 1425 o sacerdote Afonso Anes era o reitor da igreja de S. Mamede de Perafita¹⁵³⁷, surgindo entre esta data e 10 de Janeiro de 1426¹⁵³⁸ várias súplicas suas a solicitar a acumulação de benefícios eclesiásticos¹⁵³⁹, encontrando-se inclusivamente, a 26 de Setembro de 1425, na Cúria Romana onde renovou este mesmo pedido¹⁵⁴⁰. A não ser que se trate de um homónimo, a sua presença à frente desta igreja parece ter-se prolongado por mais cerca de cinquenta anos, uma vez que a 18 de Fevereiro de 1474 Estêvão Anes, vigário geral do bispo do Porto, confirmou na igreja de S. Mamede de Perafita Pedro Martins, cónego do mosteiro de Moreira, que sucedeu a Afonso Anes seu anterior abade que renunciou, exercendo aí o mosteiro então o seu direito de apresentação “in solido”¹⁵⁴¹. Em 1542 a igreja de Perafita continuava a ser da apresentação do mosteiro de Moreira¹⁵⁴², numa altura em que deveria estar a cargo de Manuel dos Santos, que viria a ser comendatário de Moreira da Maia e que, segundo

¹⁵³¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.9, Doc.33.

¹⁵³² *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, p.251.

¹⁵³³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.2.

¹⁵³⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Vol. IV, 1971, p.94. Neste catálogo publicado por Fortunato de Almeida, e à semelhança do que acontece com muitas outras localidades, também o nome que aí consta não está correcto e pode induzir em erro, uma vez que surge aí sob a designação de “S. Mamede da Pedra-Seca”.

¹⁵³⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 9-A, Maço 5, nº 232.

¹⁵³⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 12, Doc.29.

¹⁵³⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.72.

¹⁵³⁸ *Ibidem*, Vol. IV, 1970, p.102.

¹⁵³⁹ *Ibidem*, Vol. IV, 1970, pp. 77, 80.

¹⁵⁴⁰ *Ibidem*, Vol. IV, 1970, p.81.

¹⁵⁴¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.11.

¹⁵⁴² Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censal da Mitra do Porto...*, 1973, p.207.

informação de Frei Timóteo dos Mártires, também foi abade de Perafita, embora não indique a cronologia desse abaciado, mas que a verificar-se deveria ser neste período¹⁵⁴³.

2.4.6.5. - São João Evangelista de Mindelo (c. de Vila do Conde) – Igreja do padroado do mosteiro de Moreira da Maia. A igreja de “Santi Johannis de Amideelo” foi uma das que o mosteiro de Moreira recebeu na permuta que fez com o bispo do Porto, em 1298, altura em que lhe foi anexada¹⁵⁴⁴. A 16 de Maio de 1304 o cavaleiro João Esteves Botelho e a sua mulher, Sancha Fernandes, doaram todos os direitos e jurisdições que detinham nesta igreja ao mosteiro de S. Salvador da Maia¹⁵⁴⁵.

Sabemos que por volta de 1318 esta igreja deve ter vagado porque a 11 de Novembro de 1318 Martim Domingues comparece na Sé do Porto, reconhecendo e confessando que recebeu, em nome de Martim do Monte¹⁵⁴⁶, chantre do Porto e recebedor das quantias a que o papa tem direito pelas igrejas vagantes do bispado do Porto, trinta e cinco libras de João Domingues Aveia, relativas à igreja de Mindelo¹⁵⁴⁷. Os seus rendimentos eram, no entanto, bastante modestos, tendo sido taxada, em 1320, em vinte libras¹⁵⁴⁸. Através de um documento de 5 de Maio de 1380 ficámos a saber que nessa altura o abade de Mindelo era João de Bouças, cónego do mosteiro de Moreira, que se envolve numa contenda com o mosteiro, por causa da vinha do convento¹⁵⁴⁹.

¹⁵⁴³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.26.

¹⁵⁴⁴ Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas...*, Tomo V, p.24; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. II, pp. 276, 278; Cunha, D. Rodrigo da, *Catálogo e Historia dos Bispos do Porto*, 1623, II parte, p.109; Carvalho, José Vieira de, *O Mosteiro de S. Salvador de Moreira...*, 1969, p.43.

¹⁵⁴⁵ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.211. Esta data parece não ser consensual, até porque Azevedo, Padre Agostinho de, *A Terra da Maia*, 1939, Vol.I, p.192; Tavares, Maria Otília Nunes, *Mosteiro de Moreira da Maia...*, 1957, pp. 32-33, colocam essa doação em 1274, o que não sendo impossível, parece não fazer muito sentido se tivermos em conta que o mosteiro ainda não era detentor do direito de padroado nessa igreja. Como ainda não tivemos oportunidade de confrontar o documento original não nos é, obviamente, possível clarificar essa situação. Quanto aos intervenientes importa dizer que os genealogistas não referenciam esta Sancha Fernandes, de qualquer modo e de acordo com as indicações de Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 7, 1938, p.117, seria filha do primeiro casamento de Alda Martins Botelho com Fernão Raimundo de Canedo, uma vez que este Autor dá João Esteves Botelho da Maia a casar com uma filha não identificada desta ligação. Também o nobiliário do Conde D. Pedro não identifica Sancha Fernandes entre os filhos de Alda Martins Botelho (cf. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, 1980, p.305). Esta Alda Martins Botelho casaria uma segunda vez com João Pires Tenro (cf. *Ibidem*, p.306; Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas...*, 1999, vol. 2, p.15).

¹⁵⁴⁶ Segundo Pinto, António Ferreira, *O Cabido da Sé do Porto*, 1940, p.118, Martinho ou Martin do Monte sucedeu a Sancho Pires no chantrado. Curiosamente este chantre aparece como testemunha neste documento.

¹⁵⁴⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, M. 10, Doc.18.

¹⁵⁴⁸ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Vol. IV, 1971, p.94.

¹⁵⁴⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 9-A, Maço 5, nº 232.

Em 1450 a igreja de Mindelo foi anexada ao mosteiro de Moreira da Maia¹⁵⁵⁰, situação que se mantinha em 1509, altura em que “a igreja de Mindello era anexa ao dicto seu mosteiro de Moreyra”¹⁵⁵¹. Em 1542 a igreja de “Sam Joham de Mindelo taxada em vinte libras” continuava a ser da apresentação do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia¹⁵⁵².

2.4.6.6. – São Tiago de Labruge/São Tiago da Labruja¹⁵⁵³ (c. de Vila do Conde) – Igreja do padroado do mosteiro de Moreira da Maia.

A anexação da igreja de Labruge, uma das muitas do Norte do país que adoptou São Tiago como seu orago¹⁵⁵⁴, ao mosteiro de Moreira parece ter ocorrido só em 1476, no entanto, aquando das inquirições de 1258, o mosteiro já era seu padroeiro¹⁵⁵⁵.

Em 1320 foi taxada em trinta libras¹⁵⁵⁶. Apesar dos seus rendimentos não serem, aparentemente, apelativos, nem por isso deixou de motivar disputas em seu torno.

São certamente questões relacionadas com os direitos de padroado que fazem despontar uma contenda entre o prior de Moreira, Martim Geraldês, e o abade de Labruge, Lourenço Esteves, possivelmente nos inícios da década de trinta do séc. XIV¹⁵⁵⁷. O prior apela para Roma da decisão dos vigários de Braga, deslocando-se ao Porto onde entrega, a carta de apelação e suplicação, a um caminheiro que se dirigia para a Cúria Romana. O caminheiro em causa era Afonso Domingues, clérigo do coro da igreja do Porto, que se viu forçado a regressar devido à insegurança que reinava nos caminhos de Castela¹⁵⁵⁸, não tendo, pois, chegado ao seu destino.

Desconhecemos o desfecho desta apelação mas a julgar por um documento de 8 de Novembro de 1348¹⁵⁵⁹ deverá ter sido favorável ao mosteiro. É que nesse dia João de Ponte, vigário geral do bispo do Porto, confirma a apresentação feita pelo mosteiro de

¹⁵⁵⁰ Azevedo, Padre Agostinho de, *A Terra da Maia*, 1939, Vol.I, p.192.

¹⁵⁵¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.37.

¹⁵⁵² Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.206.

¹⁵⁵³ Na documentação aparece indistintamente “Labruge” e “Labruja”.

¹⁵⁵⁴ Marques, José, “O culto de S. Tiago no Norte de Portugal”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, Tomo 4, 1992, p.143.

¹⁵⁵⁵ Azevedo, Padre Agostinho de, *A Terra da Maia*, 1939, vol.I, p.188; Marques, José Augusto Maia, “Mosteiro de Moreira: uma centralidade irradiante”, in *O Mosteiro Crúzio de Moreira-História, Arte e Música*, Paróquia de Moreira da Maia, 2000, p.21.

¹⁵⁵⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Vol. IV, 1971, p.94. É aí identificada como “Louriga”.

¹⁵⁵⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.34.

¹⁵⁵⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.35.

¹⁵⁵⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.7.

Moreira para a igreja de São Tiago de Labruge, do pároco Afonso Esteves, em virtude do falecimento do anterior titular, Gil Lourenço¹⁵⁶⁰.

As últimas referências que temos, para o séc. XIV, em relação à igreja de Labruge são provenientes do testamento de Francisco Esteves, feito em Igarei, a 24 de Fevereiro de 1396. Aí estipula, entre outras coisas, que o seu corpo seja enterrado nessa igreja de Labruge, deixando quer à igreja quer ao abade, Álvaro Pires, vários bens para que lhe rezem duas missas por ano em dia de São Tiago¹⁵⁶¹.

A 2 de Julho de 1425 era reitor da igreja de Santiago da Labruja Diogo Anes, dia em que este clérigo apresenta súplica ao papa Martinho V, a solicitar a igreja de Rio de Moinhos, vacante em virtude do prior de Freixo, Vasco Afonso, não ter referido, na sua solicitação, o facto de esta igreja ser de padroado leigo¹⁵⁶².

A 19 de Dezembro de 1472 era abade de Santiago de Labruja Martim Afonso, bacharel da Sé do Porto, tendo nesse dia feito um empraçamento a António Anes de Moreiró referente a quebradas e propriedades pertencentes à igreja e sobre as quais andou em contenda com o mesmo António Anes¹⁵⁶³. “Martim Afonso que muytos annos foy rector della” faleceu em 1475¹⁵⁶⁴. A 30 de Maio de 1476 a igreja encontrava-se em posse de Afonso André, que estava prestes a resignar, como revela a petição dirigida ao bispo do Porto pelo prior do mosteiro para que lhe anexassem e incorporassem para sempre a igreja da Labruja, usufruindo assim das suas rendas, para ajudar a superar as dificuldades económicas vividas pelo mosteiro¹⁵⁶⁵. O bispo acedeu ao pedido do prior de Moreira da Maia, não obstante o direito de apresentação nessa igreja já pertencer, “in sollido”¹⁵⁶⁶, dando seguimento ao processo o bacharel Diogo Anes, abade e reitor da igreja de S. Cristóvão de Refóios de Ave, concessão da qual foi passado registo pelo notário apostólico João do Couto a 13 de Agosto de 1476¹⁵⁶⁷. Apesar de estes últimos abades serem pessoas directamente ligadas à Sé do Porto, o certo é que a igreja de

¹⁵⁶⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.7.

¹⁵⁶¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.34.

¹⁵⁶² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.36.

¹⁵⁶³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.10; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.277-279.

¹⁵⁶⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.12.

¹⁵⁶⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.12. Esta renúncia é também referenciada por Azevedo, Padre Agostinho de, *A Terra da Maia*, 1939, Vol.I, p.190, embora a leitura paleográfica do Autor dirija ligeiramente da nossa, identificando como abade Afonso Anes, conquanto nos pareça ser Afonso André. Também Frei Nicolau de Santa Maria refere esta renúncia e a anexação ao mosteiro em 1476, sendo bispo do Porto D. João de Azevedo, apontando também Afonso Anes como o reitor renunciante (cf. Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap.II, p.278).

¹⁵⁶⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.12.

¹⁵⁶⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.13.

“Santiago de Alabruja” vai manter-se unida ao mosteiro de Moreira pelo menos ao longo da primeira metade do século XVI, como confirma o “Censual” de 1542, que adianta também que o direito de apresentação era ainda do mosteiro maiato¹⁵⁶⁸.

¹⁵⁶⁸ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.206.

2.5. Diocese de Tui (Parte portuguesa)

2.5.1. - Santa Maria de Refóios de Lima (c. Ponte de Lima)

O mosteiro de Refóios de Lima, a avaliar pela taxaço de 700 libras que lhe foi aplicada em 1320¹⁵⁶⁹ respirava bastante saúde económica.

A 25 de Janeiro de 1340 D. Afonso IV dá sentença contra o mosteiro de Refoios, proibindo o uso de qualquer jurisdição no couto. Trata-se de um processo um tanto ou quanto atribulado em que o mosteiro é julgado à revelia¹⁵⁷⁰. Posteriormente há um retrocesso no processo com o próprio prior de Refoios a recorrer da decisão régia e a ver-lhe, por sentença de 31 de Agosto de 1441, reconhecido o direito de colocar mordomo e chegador no couto do mosteiro, bem como a prerrogativa de eleger anualmente um juiz com jurisdição sobre os feitos cíveis e criminais mas que tem de prestar juramento e ser confirmado no cargo pelo almoxarife de Valença¹⁵⁷¹.

Por bula papal de Clemente VI, datada de 22 de Abril de 1345, são confirmados ao mosteiro os privilégios e doações dos reis de Portugal¹⁵⁷².

A 30 de Abril de 1388 D. João I concede ao concelho de Ponte de Lima o couto do mosteiro de Refoios de Lima, situação que ia ao encontro dos interesses do prior do mosteiro e dos moradores do couto¹⁵⁷³. A 7 de Fevereiro de 1390 o rei consagra ao mosteiro o privilégio de ninguém pousar nas casas que este possuía em Guimarães, na rua do Sabugal¹⁵⁷⁴.

¹⁵⁶⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.114.

¹⁵⁷⁰ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. III (1340-1344)*, 1992, pp.83-86 (Doc. 288); *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp. 80-83 (Doc. 35).

¹⁵⁷¹ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. III (1340-1344)*, 1992, pp.150-154 (Doc. 323); *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp. 83-87 (Doc. 36); Amaral, António Caetano do, *Para a História da Legislação e Costumes de Portugal, Memória V*, 1945, p.60.

¹⁵⁷² *Valdevez Medieval- Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp. 88-89 (Doc. 38); Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.61.

¹⁵⁷³ *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, p.111 (Doc. 61).

¹⁵⁷⁴ *Chancelarias Portuguesas – D. João I, Vol. II – Tomo I*, 2005, pp. 30-31; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.111-112 (Doc. 62). A carta é dirigida ao “abade e convento do moesteyro de Refoyos”, intitulação que naturalmente não corresponde aos superiores dos mosteiros agostinhos, remetendo antes para uma terminologia tipicamente beneditina, e que poderá levantar a legítima suspeita de se tratar do homónimo mosteiro de Refoios de Basto. Equacionada essa possibilidade interessa perceber o seu grau de viabilidade. De facto para um período anterior, mormente entre 1374 a 1376 o abade do mosteiro de Refóios, Fernão Gonçalves, tinha casas em Guimarães (cf. Ferreira, Maria da Conceição Falcão, *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães, Edição da Câmara Municipal de Guimarães em colaboração com a Sociedade Martins Sarmento, 1989, p. 200), mas na rua de Santa Maria, na qual desembocava a do Sabugal (sobre a organização e distribuição topográfica de Guimarães medieval veja-se Ferreira, Maria da Conceição Falcão, *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, 1989, p.50; *Idem*, “Guimarães”, in *Atlas de cidades medievais portuguesas (sécs. XII-XV)*, Vol. I, coordenação de A. H. Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova

A 25 de Agosto de 1417, o prior e o convento do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima reúnem-se em cabido para emprazarem, a Lourenço Durão, a sua mulher, Margarida Martins, e a uma terceira pessoa a nomear pelo último dos dois, um casal localizado na freguesia do mosteiro. Tal documento tem a particularidade de encerrar em si a identificação dos elementos constituintes da comunidade, sendo mencionados, além do prior Gil Rodrigues, cinco cónegos: João Afonso, Estêvão Lourenço da Arada, Rodrigo Esteves, Álvaro Anes e Gonçalo Afonso¹⁵⁷⁵.

Um emprazamento feito a 11 de Setembro de 1440, parece indiciar que a comunidade era, por essa altura, bastante reduzida. Além do prior são aí identificados três cónegos: Rodrigo Esteves, Gonçalo Afonso e João Afonso¹⁵⁷⁶. Além de diminuta parece ser também envelhecida, isto se tivermos em conta que pelo menos dois dos cónegos de Refoios de Lima que aparecem em 1440 já eram religiosos do mosteiro em 1417¹⁵⁷⁷.

De resto as dificuldades sucediam-se. A 30 de Julho de 1446 D. Afonso V doa a Afonso Malheiro, escudeiro da casa do Infante D. Pedro os bens de raiz que Gonçalo Afonso, cónego do mosteiro de Refoios, tinha adquirido a Vasco Rodrigues, mercador de Ponte de Lima, por volta de 1436¹⁵⁷⁸, e dos quais nunca usufruía, por impedimento

de Lisboa, 1990, pp. 15-18. É admissível que se trate desse mesmo abade, que ainda deveria ser o titular do cargo em 1390, de resto essa factologia insere-se dentro da cronologia indicada pelo cronista beneditino, Frei Leão de S. Tomás, que dá João Gonçalves à frente do abaciado de Refoios de Basto entre 1385 e 1405 (cf. Tomás, Frei Leão de S., *Benedictina Lusitana*, Tomo I, Introdução e notas críticas de José Mattoso, Lisboa, IN-CM, 1974, p.497), sucedendo-lhe em 1405 o abade Afonso Anes. Tendo em consideração os dados atrás enunciados o início do seu abaciado tem, naturalmente, de recuar-se pelo menos até 1374, do mesmo modo que a verificar-se esta sequência indicada por Frei Leão de S. Tomás importa também esclarecer que a ascensão de Afonso Anes ao abaciado de Refoios de Basto ocorreu em data anterior à que é apontada pelo cronista, uma vez que a 15 de Novembro de 1398 já participa como abade de Refoios no sínodo diocesano de Braga, convocado por D. Martinho Afonso Pires da Charneca (cf. *Synodicon Hispanum*, 1982, p.59). E se a possibilidade de estarmos perante o abade de Refoios de Basto parece bastante forte, e até que a documentação no-lo demonstre inequivocamente, não poderemos também excluir a hipótese de se tratar, efectivamente, do prior de Refoios de Lima, situação que não seria de estranhar até porque este género de confusões com os títulos dos superiores religiosos das casas monásticas era bastante frequente, sobretudo em documentação emanada da chancelaria régia, quer por descuido ou por simples desconhecimento da intitulação desses superiores por parte dos escrivães e oficiais. De resto, no caso concreto de Refoios de Lima, esta situação repete-se novamente em 1392 a propósito da legitimação de 3 filhos do “abade de Refoios”.

¹⁵⁷⁵ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv.14, fl.119; *Valdevez Medieval- Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp. 196-198 (Doc. 141). Em relação a este documento apenas uma chamada de atenção para dizer que nesta publicação a data que se encontra no sumário está incorrecta, uma vez que não foi feita a devida conversão da Era de César para a do Nascimento de Cristo, figurando por isso o ano de 1455 quando o documento se reporta ao de 1417.

¹⁵⁷⁶ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv. 18, fls.87-88vº; *Valdevez Medieval- Documentos – II: 1300-1479*, 2001, p.168 (Doc. 112).

¹⁵⁷⁷ Referimo-nos concretamente a Rodrigo Esteves e a Gonçalo Afonso. A este propósito consulte-se a secção das biografias dos cónegos de Santa Maria de Refoios de Lima.

¹⁵⁷⁸ *Valdevez Medieval- Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.178-179 (Doc. 124).

legislativo O monarca valendo-se da lei resgatou-os para si, dispondo deles a seu bel-prazer.

A 3 de Junho de 1466 o prior do mosteiro de Refóios de Lima, D. Gomes Anes estabelece uma composição amigável com os moradores do couto do mosteiro a propósito de alguns direitos devidos ao cenóbio, sobretudo relacionados com dias de serviço e pastagens. Tal convenção surge no seguimento de uma contenda que existia entre a instituição e os moradores do seu couto e que tinha chegado à Sé de Braga, tendo a decisão sido favorável ao mosteiro mas extremamente desajustada aos interesses dos moradores, daí o tal acordo entre as partes que é validado pelo juiz ordinário de Ponte de Lima, a 29 de Abril de 1467¹⁵⁷⁹.

Ainda no último quartel do séc. XV, o mosteiro passaria a ser governado por priores comendatários, tendo sido o primeiro D. Gomes da Rocha, benefício que, segundo Frei Timóteo dos Mártires, lhe foi atribuído por D. Afonso V, em 1468, sendo também administrador perpétuo do mosteiro de S. Martinho de Crasto e prior comendatário do de Vila Nova de Muia¹⁵⁸⁰. Documentalmente a sua presença à frente de Refoios de Lima é comprovada a 20 de Junho de 1476, dia em que empraça, no mosteiro, o casal da Granja, situado no seu couto¹⁵⁸¹.

Uma bula de Júlio II, datada de 1508, confirma ao mosteiro os seus privilégios, incluindo o de isenção, de que o mosteiro sempre gozara¹⁵⁸², e do qual o prior D. Pedro se arrogou para, a 27 de Janeiro de 1512, não permitir a visitação que João Rodrigues, provisor e vigário do bispo de Ceuta, D. Frei Henrique (1505-1532), aí queria fazer¹⁵⁸³. Na segunda metade da década de quarenta do século XVI os rendimentos do mosteiro em conjunto com as suas anexas foram avaliados em trezentos mil reais, numa altura em que a comunidade era constituída pelo prior claustral e três cónegos¹⁵⁸⁴.

¹⁵⁷⁹ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv.13, fls.152-154; *Valdevez Medieval- Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.223-227 (Doc. 166).

¹⁵⁸⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.64.

¹⁵⁸¹ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv.15, fls.347-347v; *Valdevez Medieval- Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.271-273 (Doc. 198). Frei Timóteo dos Mártires aponta o ano de 1472 como o do falecimento deste prior (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.64), data que é, naturalmente, inviabilizada por este documento.

¹⁵⁸² Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VIII, p.309; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.61.

¹⁵⁸³ Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.176.

¹⁵⁸⁴ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330, fl. 340; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”, in *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Vol.I, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, 1983, pp. 120,205; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.176.

Em 1551, o mosteiro de Refoios era da apresentação do arcebispo de Braga, trazendo como anexas as igrejas de Santa Eulália e a de S. Paio de Portela de Nogueira¹⁵⁸⁵. A 26 de Julho de 1564 o prior comendatário de Refóios de Lima, D. Julião de Alva, bispo de Miranda, autorizava o prior de Santa Cruz de Coimbra a iniciar aí a Reforma enquanto se aguardava pela autorização papal para a integração na Congregação de Santa Cruz¹⁵⁸⁶, o que só aconteceria por bula de 23 de Junho de 1572¹⁵⁸⁷.

2.5.1.1. - Santa Eulália de Refóios de Lima (fr. Refóios do Lima, c. Ponte de Lima) – Igreja anexa ao mosteiro de Refóios. Em 1292 era abade da igreja de Santa Eulália de Refóios Estêvão Lourenço que aí erigiu túmulo¹⁵⁸⁸. Em 1320 a igreja de Santa Eulália de Refóios de Lima foi taxada em 100 libras¹⁵⁸⁹. A 11 de Outubro de 1420 João Rodrigues, filho de um cônego regular da Ordem de Santo Agostinho e de mulher solteira, suplica ao papa Martinho V a igreja de Santa Eulália de Refóios de Lima¹⁵⁹⁰. A 2 de Maio de 1421, “Johani Roderici rectori parochialis ecclesie sancte Eolalie de Refoyos Tudensis diocesis” vê o papa Martinho V conceder-lhe novos benefícios eclesiásticos¹⁵⁹¹.

A 12 de Setembro de 1427 já aparece João Gonçalves, clérigo de missa, como abade de Santa Eulália, dia em que lhe foi legitimado Gonçalo Anes de Sequeiros, fruto da sua ligação com Margarida Gonçalves¹⁵⁹². O documento apenas refere “Sancta Ovaya” não especificando que se trata de Refoios de Lima de qualquer modo e tendo em conta que o legitimado é de “Sequeiros da par de Ponte de Lima” parece-nos haver grandes probabilidades de se tratar da igreja de Santa Eulália¹⁵⁹³. A 17 de Julho de 1432 temos notícia de um novo abade em Santa Eulália de Refoios de Lima: Estêvão

¹⁵⁸⁵ A.D.B. – Registo Geral, Livro 335 (Censual de D. Frei Baltasar Limpo), fl. 150vº; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, pp. 120,205.

¹⁵⁸⁶ Cardoso, Jorge, *Agiológico Lusitano*, Tomo I, 2002, p.134; Reis, António Matos, “O património artístico do mosteiro de Refoios do Lima”, in *Subsídios para a história do convento de Refoios*, Ponte de Lima, Instituto Politécnico de Viana do Castelo-Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, p.37; Costa, “Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, pp. 120,205.

¹⁵⁸⁷ Reis, António Matos, “O património artístico do mosteiro de Refoios do Lima”..., p.37; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, pp. 120,205.

¹⁵⁸⁸ Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa*..., Vol 2: Tomo 1, 2000, pp.1088-1089.

¹⁵⁸⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.114.

¹⁵⁹⁰ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. III (1409-1430), 1969, p.190 (doc.748); *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 290-291 (Doc.422); *Valdevez Medieval- Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.292-293 (Doc.A13).

¹⁵⁹¹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. III (1409-1430), 1969, p.206 (doc.764); *Valdevez Medieval- Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.294-295 (Doc.A15).

¹⁵⁹² *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. IV – Tomo 2, 2006, p.149.

¹⁵⁹³ *Idem*, Vol. IV – Tomo 2, 2006, p.149.

Lourenço¹⁵⁹⁴. No início da segunda metade do séc. XVI, no Censual de D. Baltasar Limpo continua a ser identificada como anexa ao mosteiro de Refóios¹⁵⁹⁵.

2.5.1.2. - S. João de Penas – Ermida anexa ao mosteiro de Refóios. A informação de que esta ermida estava anexa ao mosteiro de Santa Maria de Refóios é-nos dada por Jorge Cardoso, no “Agiolégio Lusitano”, onde revela que aí viveu o pregador B. Romeu que faleceu em 1466, tendo os seus restos mortais sido trasladados para o mosteiro em 1582¹⁵⁹⁶.

2.5.2. - São João de Longos Vales (c. Monção)

Mosteiro português sob administração eclesiástica da diocese de Tui. Trata-se de um mosteiro de parques rendimentos, isto a avaliar pelas 100 libras em que foi taxado em 1320¹⁵⁹⁷.

Uma das explicações que poderá ajudar a justificar os baixos réditos desta canónica regrante é o facto de estar implantada numa área geográfica em que tinha de enfrentar a concorrência de outras instituições monásticas como é o caso do mosteiro de S. Fins de Friestas com quem travou uma disputa judicial, que culminaria com a intervenção régia¹⁵⁹⁸. Na génese de toda a questão está o facto de o abade do mosteiro de Friestas, Lourenço Esteves, exigir de Maria Anes, moradora num casal em Luzio, termo de Monção, o pagamento de três dias de geira para trazer madeira para as vinhas do mosteiro, um corazil de porco, um cabrito e um frangão, obrigações que os moradores do couto de Luzio tinham, anualmente, para com o mosteiro de Friestas.

O problema é que Maria Anes alegava que o casal onde morava era do prior do mosteiro de S. João de Longos Vales, surgindo então o prior em defesa de Maria Anes. A questão acabou por chegar à Corte, ordenando o rei a Pedro Afonso, corregedor do Entre Douro e Minho, que cumprisse a sentença que era favorável ao mosteiro de Longos Vales, representado no processo pelo procurador Afonso Gonçalves,

¹⁵⁹⁴ *Idem*, Vol. IV – Tomo 2, 2006, p.270.

¹⁵⁹⁵ A.D.B. – Registo Geral, Livro 335 (Censual de D. Frei Baltasar Limpo), fl. 150vº; Costa, “Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”...”, 1983, p.231.

¹⁵⁹⁶ Cardoso, Jorge, *Agiolégio Lusitano*, Tomo II, 2002, pp.507-508.

¹⁵⁹⁷ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.114; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”...”, 1983, p.118; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.173.

¹⁵⁹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, Nº4.

concluindo-se que não se provava que o casal pertencesse ao couto de Luzio e por inerência ao mosteiro de Sanfins.

O rei condenou também as partes nas respectivas custas do processo de modo a que “o dicto priol do dicto mosteiro de Samnohane aja seis libras e quinze soldos e nove dinheiros de custas em que eu comdaney da hida e desta carta e escreturas factas perante mym”¹⁵⁹⁹. E se esta questão poderá trespassar a ideia de existir alguma animosidade com os senhores locais, tal não parece verificar-se, antes pelo contrário, existe uma relação de proximidade, pelo menos, com a nobreza local, como prova o facto de Gomes Lourenço Vilarinho, que é contemporâneo dos reinados de D. Pedro e D. Fernando, ter instituído a capela de S. Brás no mosteiro de Longos Vales, onde se fez sepultar¹⁶⁰⁰. Também neste mosteiro foi sepultado Vasco Gomes de Abreu, alcaide de Melgaço e de Castro Laboreiro que obteve diversas benesses de D. Fernando, e que posteriormente as perderia às mãos de D. João I, uma vez que aquando da crise sucessória de 1383-85, seguiu o partido de D. Beatriz¹⁶⁰¹.

A 31 de Outubro de 1357, encontrando-se o rei D. Pedro em Arganil, e “querendo fazer graça e mercee ao priol e convento do mosteiro de Sam Johane de Longovares”, outorgou-lhe e confirmou-lhe todos os privilégios, foros, liberdades que lhes foram dados, outorgados e confirmados por todos os reis anteriores¹⁶⁰². Há registo de nova confirmação régia a 13 de Janeiro de 1371, desta feita com D. Fernando a confirmar e outorgar todos os privilégios, foros liberdades e bons costumes aos “mosteiros de Sam Pero de Merufê e de Sanhoane de Longavares”¹⁶⁰³.

A 14 de Outubro de 1409 D. João I, encontrando-se em Paço de Sousa, confirmou ao mosteiro de Longos Vales todos os seus privilégios, foros e liberdades¹⁶⁰⁴.

Em 1428, o mosteiro de S. João de Longos Vales era da apresentação do papa¹⁶⁰⁵. Face às dificuldades económicas enfrentadas e comuns à generalidade das casas

¹⁵⁹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°4.

¹⁶⁰⁰ Silva, Manuel de Souza da, *Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho*, vol. II, 2000, p.96.

¹⁶⁰¹ Silva, Manuel de Souza da, *Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho*, vol. II, 2000, pp.70-71. Esta ligação dos Abreus ao mosteiro de Longos Vales já vinha desde o século XII, nomeadamente com Gomes de Abreu que viveu em finais do reinado de D. Afonso Henriques (cf. Silva, Manuel de Souza da, *Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho*, vol. II, 2000, p.69).

¹⁶⁰² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°5.

¹⁶⁰³ IAN/TT- Chancelaria de D. Fernando, Livro 1, fl.69. Este mesmo documento encontra-se transcrito por Bártole, Maria Regina Antunes, *Documentos da chancelaria de D. Fernando – 1370-1372 – Transcrição: Subsídios para o estudo da época fernandina*, Coimbra, Dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas apresentada à FLUC, 1966, p.473 (doc.132).

¹⁶⁰⁴ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 2, 2006, p.194; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.173.

monásticas portuguesas foi-lhe anexada, para sempre, a igreja de Santa Eulália de Barbeita¹⁶⁰⁶, embora a 11 de Outubro de 1487, e por resolução do bispo de Ceuta, D. Frei Justo Baldino (1478-1493) tal decisão tenha sido anulada, desanexando-lhe então esta igreja¹⁶⁰⁷. O facto é que tal anulação ou não foi consumada ou houve um novo reverter de posições uma vez que por volta de 1520 o mosteiro de S. João de Longos Vales tinha anexas as igrejas de Santa Eulália de Barbeita e Santa Maria de Cales, numa altura em que a instituição monástica continuava a ser da apresentação do papa¹⁶⁰⁸, sendo comendatários do mosteiro D. Vasco Marinho e o seu filho, Pedro Marinho. Em 1540 o papa Paulo III (1534-1549) concedeu o priorado ao infante D. Duarte¹⁶⁰⁹, filho de D. João III, e futuro arcebispo de Braga (1542-1543), que entretanto viria a falecer a 11 de Novembro de 1543¹⁶¹⁰. Por carta de D. João III a Baltasar de Faria, datada de 17 de Novembro de 1543, o rei informa o embaixador que com o falecimento do seu filho o mosteiro de Longos Vales vagara, sendo sua intenção uni-lo ao colégio da Companhia de Jesus de Coimbra, onde já estavam 30 padres mas que não tinham rendas para se sustentarem, por isso dava instruções a Baltasar de Faria para agir no sentido de se conseguir a união ao Colégio jesuíta, quer desse mosteiro quer do de Sanfns de Friestas¹⁶¹¹. Por esta altura São João de Longos Vales apresentava um rendimento anual de cerca de cento e cinquenta mil reis, sendo que o argumento a que se recorreu para justificar a extinção foi o da vida dissoluta dos religiosos da instituição, situação que apesar de real deverá ter sido convenientemente empolada, pedindo-se por isso ao papa que “o dito moesteiro se anexe ao dito colegio e rendas delle, das quaes se sustentarão os coneguos que ora sam vivos e estão no dito moesteiro, e per seus falecimentos se não tomarão outros e se extinguirão as porções dos ditos conegos, e todas as rendas se apricarám ao dito colegio, ficando huum vigairo cleriguo secular na egreja do dito moesteiro de São Johão de Longuovares, o qual dirá missa e ministrará os sacramentos

¹⁶⁰⁵ A.D.B. - Registo Geral, Livro 313, fl. 84vº; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.173.

¹⁶⁰⁶ A.D.B. - Registo Geral, Livro 313, fl. 145vº; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.173.

¹⁶⁰⁷ A.D.B. - Registo Geral, Livro 313, fls. 170; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.246.

¹⁶⁰⁸ A.D.B. - Registo Geral, Livro 330 (Censual de D. Diogo de Sousa), fl. 464vº; Costa, “Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”...”, 1983, p.119; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.173.

¹⁶⁰⁹ A.U.C. - Pergaminhos, Gav.14, M.3, Nº56; *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IV, 1870, pp.440-443. Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”...”, 1983, pp.119; Caldas, João Afonso, *Monografia de S. João de Longos Vales – Monção*, Braga, 1975, pp.45,66.

¹⁶¹⁰ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.330; *Galeria das Ordens religiosas e militares*, Tomo I, Porto, 1843, p.98.

¹⁶¹¹ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo V, 1874, pp.232, 246.

aos fregueses e parochianos, se os hi ouver, a que o dito mosteiro de São João de Longuovares seja obrigado a menistrar os santos sacramentos e officios divinos”¹⁶¹².

Apesar das intenções do monarca o processo não foi célere, tendo inclusivamente a comenda do mosteiro transitado para o cardeal D. Henrique uma vez que a 4 de Maio de 1548 D. Paulo Pereira, comendatário do mosteiro de Paço de Sousa, dava instruções a Gaspar de Faria, fidalgo da casa real e cónego de Lisboa, residente em Roma, para, no caso de o infante cardeal renunciar à comenda de S. João de Longos Vales, conseguir obter uma qualquer pensão ou benefício para si¹⁶¹³.

Uma carta de Baltasar de Faria, de 30 de Novembro de 1545, enviada ao monarca, diz que face a negócios mais prementes não tinha tido possibilidades de se dedicar às questões de alguns mosteiros, encontrando-se entre eles o de Longos Vales¹⁶¹⁴. O embaixador em nova missiva, datada de 20 de Fevereiro de 1546, revela o impasse em que se mantinha o negócio da união deste mosteiro ao Colégio de Jesus, dando conta a D. João III das dificuldades que o próprio papa colocava ao êxito dessa empresa uma vez que não era vontade do pontífice conceder a união, alegando que não podia prescindir dessas rendas, até porque já não tinha como sustentar os cardeais¹⁶¹⁵. Nesse mesmo ano de 1546 os benefícios do mosteiro de S. João de Longos Vales, juntamente com a sua anexa de Santa Eulália de Barbeita, foram avaliados em cento e oitenta mil reais, valor já liberto das custas com os encargos e sustento dos quatro cónegos e do seu prior que então aí viviam¹⁶¹⁶. Por carta de 2 de Agosto de 1546 D. João III escreve a Baltasar de Faria, seu representante em Roma dizendo-lhe que o papa lhe tinha concedido todas as igrejas e mosteiros que tivessem vagado pela morte do seu filho D. Duarte, encontrando-se nessas circunstâncias o “mosteiro de Sam Joham de Longuavales de conigos regrantes da ordem de Sancto Aguostinho da diocesi do arcebispado de

¹⁶¹² *Ibidem*, Tomo V, 1874, pp.246-247.

¹⁶¹³ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Paço de Sousa*, 1942, p.53. Frei Nicolau de Santa Maria diz que D. Duarte foi o último comendatário do mosteiro (Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.330), no entanto e de acordo com as informações do cronista beneditino, aqui transpostas, ainda houve pelo menos mais um comendatário.

¹⁶¹⁴ *Corpo Diplomático Portuguez...*, Tomo V, 1874, pp.500-501.

¹⁶¹⁵ Afiram-se as palavras do embaixador: “Eu continuei sempre no requerimento de Ceiça e Tarouca pera os reduzir a obediencia dos dom priores de Tomar, e que Refoios se unise ao collegio dos Jeronimos, e Longovares ao dos Theatinos, como Vossa Alteza ordenava, mas o papa he tam dificultoso nisto que nunca se macaba de resolver dizendo me que a Se Apostolica estava oje em dia tam esbulhada de toda sua provisam que ja nam tinha que prover, e isto a requerimento dos principes: que nam tinha que dar aos cardeaes que morriam de fame: e que se destes poucos mosteiros que ficavam sacabase de privar com reduzir hunos e anexar e unir outros que lhe nam ficaria nada” (cf. *Corpo Diplomático Portuguez...*, Tomo VI, 1884, pp.24-25).

¹⁶¹⁶ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330, fl. 338v”; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, pp.118, 201; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.173.

Bragua”, ordenando o rei ao seu capelão Bartolomeu Fernandes de Araújo que tomasse posse desse mosteiro em seu nome¹⁶¹⁷. No entanto, e no cumprimento dessa missão, o procurador régio foi surpreendido pelo facto de Afonso Esteves, prior claustral de Longos Vales, se ter feito eleger prior mor do mosteiro, alegando que o papa lhe tinha concedido o priorado e tendo conseguido de um juiz apostólico em Tui a confirmação no cargo¹⁶¹⁸. Era o braço de ferro entre o rei e o papa, uma guerra silenciosa, em que o prior claustral acabou por ser envolvido.

A 23 de Novembro de 1547, Bartolomeu Fernandes de Araújo, representante do rei, dava conta ao monarca das últimas notícias referentes ao mosteiro, relembrando a insistência do rei em saber das novidades, e das dificuldades que tinha encontrado no cumprimento do encargo, dando-lhe, no entanto, conta do contrato que tinha alcançado com Afonso Esteves, prior claustral do mosteiro¹⁶¹⁹. Esse contrato tinha sido enviado ao juiz, aguardando o representante régio a resposta de D. João III para “logo se levantar o amtre dicto e o mais em toda parte e se celebrarem os divinos ofícios porque ha muitos anos que estamos asy e alguas pessoas se enterrom no mosteiro”¹⁶²⁰. Desconhecemos as razões objectivas deste Interdicto e não sabemos se foi lançado pelo papa, ou se foi pelo arcebispo, que poderá ter tomado o partido do monarca, e interdito o mosteiro face ao incumprimento e desobediência do mosteiro às ordens e intenções régias. Curiosamente, pouco tempo depois, mais concretamente a 8 de Fevereiro de 1548 é o próprio prior quem envia uma missiva ao monarca a dar conta da estadia do bacharel Bartolomeu Fernandes de Araújo e de que tinham sido levadas as bulas ao corregedor e tudo feito de acordo com o que mandava o rei, não deixando no entanto o prior de manifestar o seu desagrado e lamento por todo o processo¹⁶²¹.

Por influência do cardeal D. Henrique e após solicitação de D. João III, o papa Júlio III (1550-1555) passa, em 1551, as letras apostólicas pelas quais o mosteiro de S. João de Longos Vales é, finalmente, anexado ao Colégio de Jesus de Coimbra¹⁶²².

¹⁶¹⁷ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VI, 1884, p.59.

¹⁶¹⁸ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VI, 1884, p.59.

¹⁶¹⁹ IAN/TT - Corpo Cronológico, Parte I, Maço 79, Doc. 128.

¹⁶²⁰ IAN/TT - Corpo Cronológico, Parte I, Maço 79, Doc. 128.

¹⁶²¹ IAN/TT - Corpo Cronológico, Parte I, Maço 80, Doc. 29.

¹⁶²² Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.330; *Galeria das Ordens religiosas e militares*, Tomo I, Porto, 1843, p.98; Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho, *Portugal antigo e moderno...*, vol.IV, 1874, p.437; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, pp.119; Caldas, João Afonso, *Monografia de S. João de Longos Vales – Monção*, Braga, 1975, pp.46,66; Cardoso, Jorge, *Agiologio Lusitano*, Tomo I, 2002, p.75.

Apesar da concretização da união o mosteiro continuava a suscitar disputas e questões que se prolongaram pela década de cinquenta, com o monarca, por carta de 26 de Julho de 1560, enviada a Lourenço Pires de Távora, embaixador em Roma, a revelar “muyto contentamento (...) de se atalharem as demandas sobre o mosteiro de Longovares”¹⁶²³.

Igrejas do padroado do mosteiro de Longos Vales:

2.5.2.1. - Santa Maria das Cales/Santa Maria de Longos Vales¹⁶²⁴ – Igreja do padroado do mosteiro de S. João de Longos Vales. De salientar que, ou por lapso, ou por um qualquer outro motivo, esta igreja não integra o rol das igrejas taxadas em 1320¹⁶²⁵.

No Censual do arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), os rendimentos desta igreja são avaliados em 126 reais¹⁶²⁶. Na segunda metade da década de quarenta do séc. XVI esta igreja já tinha como sua anexa a de Santo André da Torre, sendo o conjunto dos seus rendimentos avaliados em 40 mil reais¹⁶²⁷. No Censual de D. Frei Baltasar Limpo esta igreja surge referenciada como sendo do padroado de São João de Longos Vales, a quem cabia a apresentação “in solidum” mas não estava anexa ao mosteiro, como faziam crer alguns registos¹⁶²⁸.

2.5.2.2. - Santa Eugénia/Eulália de Barbeita¹⁶²⁹ (c. Monção) – Igreja anexa ao mosteiro de S. João de Longos Vales. Aparece sob estas duas designações. Em 1320 a igreja de Santa Eugénia de Barbeita foi taxada em 30 libras¹⁶³⁰. Além do mosteiro esta igreja tinha também padroeiros particulares como é o caso, no século XIV, de Diogo Gomes Abreu que detinha 2/3 do padroado embora sem direito à apresentação de

¹⁶²³ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, p.24.

¹⁶²⁴ Também aparece designada por Santa Maria das Canles (cf. Caldas, João Afonso, *Monografia de S. João de Longos Vales – Monção*, Braga, 1975, p.133).

¹⁶²⁵ Não a conseguimos detectar entre as igrejas do Arcediagado de Cerveira nem entre as da Terra de Valadares (veja-se a relação destas igrejas publicada por Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, pp.113-114,116). Também Caldas, João Afonso, *Monografia de S. João de Longos Vales – Monção*, Braga, 1975, p.134, dá conta da sua ausência.

¹⁶²⁶ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330 (Censual de D. Diogo de Sousa), fl. 481; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.188.

¹⁶²⁷ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330, fl. 338vº; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.201.

¹⁶²⁸ A.D.B. – Registo Geral, Livro 335 (Censual de D. Frei Baltasar Limpo), fls. 132,133; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.214.

¹⁶²⁹ A freguesia de Santa Eugénia de Barbeita fundiu-se com a de Santo André da Torre, no século XVI, originando a actual freguesia de Bela, do concelho de Monção (cf. *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, p.447).

¹⁶³⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.114.

cura¹⁶³¹. O bispo D. Frei Justo Baldino (1478-1493)¹⁶³² desanexou, a 11 de Outubro de 1487, a igreja de Santa Eulália de Barbeita ao mosteiro de S. João de Longos Vales¹⁶³³, mas como já tivemos oportunidade de ver anteriormente, tal decisão não deverá ter tido aplicabilidade, encontrando-se a igreja ainda anexa ao mosteiro ao longo da primeira metade do século XVI¹⁶³⁴. No Censual do arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), a avaliação dos rendimentos desta igreja é de 83 reais¹⁶³⁵. Em 1546 os benefícios desta igreja são avaliados em conjunto com os do mosteiro de S. João de Longos Vales, num montante de cento e oitenta mil reais¹⁶³⁶. No Censual de Frei Baltasar Limpo (1550-1558) é referenciada como Santa Luzia de Barbeita, fazendo-se aí referência à confusão detectada nos registos dos arcebispos anteriores sobre a anexação e desanexação a que terá sido sujeita, concluindo-se, por auscultação do vigário da comarca, que de facto era anexa ao mosteiro de Longos Vales¹⁶³⁷.

2.5.2.3. S. Facundo de Melgaço (c. Melgaço) – Igreja em copadroado do mosteiro de S. João de Longos Vales. O mosteiro de Longos Vales era possuidor apenas de metade do padroado desta igreja¹⁶³⁸. Em 1320 esta igreja surge taxada em 30 libras¹⁶³⁹. Na segunda década do século XVI, os rendimentos desta igreja são avaliados em 274 reais e 6 pretos¹⁶⁴⁰. Em 1551, ano em que o mosteiro de Longos Vales passou a integrar a Companhia de Jesus, a igreja de S. Facundo já surge integrada na Câmara do Arcebispo¹⁶⁴¹.

¹⁶³¹ Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.198.

¹⁶³² Na obra de Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 1994, p.314, a cronologia deste bispo é de (1479-1493) mas o seu bispado iniciou-se, efectivamente, em 1478 como provam Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.139; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.213.

¹⁶³³ A.D.B. – Registo Geral, Livro 313, fls. 170; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.246.

¹⁶³⁴ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330, fls. 338vº, 464vº; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, pp.118, 119, 201; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.173.

¹⁶³⁵ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330 (Censual de D. Diogo de Sousa), fl. 481; Costa, “Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.188.

¹⁶³⁶ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330, fl. 338vº; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, pp.118, 201; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.173.

¹⁶³⁷ A.D.B. – Registo Geral, Livro 335 (Censual de D. Frei Baltasar Limpo), fl. 125; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.208.

¹⁶³⁸ Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.195.

¹⁶³⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.116.

¹⁶⁴⁰ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330 (Censual de D. Diogo de Sousa), fl. 481; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.189.

¹⁶⁴¹ A.D.B. – Registo Geral, Livro 335 (Censual de D. Frei Baltasar Limpo), fl. 125; Costa, “Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.208.

2.5.2.4. - S. Salvador de Cambeses (c. Monção) – Igreja anexa ao mosteiro de Longos Vales. Apenas sabemos que esta igreja foi unida ao mosteiro de S. João de Longos Vales em 1461, por bula do papa Pio II (1458-1464), datada de 11 de Julho, atendendo assim o pontífice à solicitação do comendatário D. João Gomes de Abreu¹⁶⁴².

2.5.2.5. - Santo André da Torre¹⁶⁴³ (c. Monção) – Igreja do padroado do mosteiro de S. João de Longos Vales. Em 1320 esta igreja foi taxada em 20 libras¹⁶⁴⁴. Além do mosteiro esta igreja tinha também padroeiros particulares como é o caso de Diogo Gomes Abreu¹⁶⁴⁵. Na segunda década do século XVI os rendimentos desta igreja são avaliados em 34 reais e meio¹⁶⁴⁶. No final da década de quarenta do séc. XVI esta igreja aparece anexa à de Santa Maria das Cales¹⁶⁴⁷ situação que se mantém no início da década seguinte¹⁶⁴⁸.

2.5.2.6. - Capela de Santa Catarina – Trata-se de uma capela localizada no próprio mosteiro para a qual era nomeado capelão próprio, estando-lhe adstritos bens específicos, mormente uma herdade, designada por herdade da capela que andava junta com o curral da Froia e as herdades de Trás do Ameal e a do “Raal”¹⁶⁴⁹. Temos referência a dois religiosos do mosteiro que detiveram esta capelania no século XV: João Rodrigues que era capelão da capela de Santa Catarina em Outubro de 1453 e Gonçalo Lourenço seu antecessor¹⁶⁵⁰. Um outro seu titular, embora já para o século XVI, foi o próprio comendatário D. Vasco Marinho, identificado como abade da capela de Santa Catarina em Abril de 1520¹⁶⁵¹.

¹⁶⁴² A.U.C. – Pergaminhos, Gav.10, M.1, N°34.

¹⁶⁴³ A freguesia de Santo André da Torre e a de Santa Eugénia de Barbeita fundiram-se numa só no século XVI dando origem à actual freguesia de Bela, do concelho de Monção (cf. *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, p.447).

¹⁶⁴⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.114.

¹⁶⁴⁵ Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.198.

¹⁶⁴⁶ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330 (Censual de D. Diogo de Sousa), fl. 481; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.189.

¹⁶⁴⁷ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330, fl. 338v°; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.201.

¹⁶⁴⁸ A.D.B. – Registo Geral, Livro 335 (Censual de D. Frei Baltasar Limpo), fl. 132; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.214.

¹⁶⁴⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav.10, M.1, N°33.

¹⁶⁵⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav.10, M.1, N°33.

¹⁶⁵¹ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.170v°.

2.5.3. - S. Salvador de Paderne (c. Melgaço)

Mosteiro inicialmente beneditino passou para a Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho pelo menos no primeiro quartel do séc. XIII¹⁶⁵². A 6 de Agosto de 1264 o bispo de Tui, D. Gil, sagrou a nova igreja do mosteiro sendo seu prior D. João Peres¹⁶⁵³. Nesta segunda metade do século XIII são reportados abusos praticados por alguns nobres sobre o mosteiro levando D. Afonso III a intervir, dirigindo carta, a 22 de Março de 1273, ao seu meirinho-mor, ou a quem por ele andasse na Terra de Valadares, no sentido de proibir os abusos e constrangimentos que os nobres provocavam aos moradores do couto do mosteiro a quem exigiam, indevidamente, serviços e foros¹⁶⁵⁴. O monarca proibia também os fidalgos de darem os seus filhos para serem criados no couto e herdades do mosteiro¹⁶⁵⁵. A 3 de Maio de 1289 é D. Dinis quem confirma estas mesmas prerrogativas ao mosteiro de Paderne, ordenado a Gonçalo Fernandes, seu meirinho-mor que zelasse e fizesse cumprir tais disposições¹⁶⁵⁶.

O mosteiro de Paderne apresenta no início do século XIV algum desafogo económico, tendo sido taxado, em 1320, em quinhentas libras¹⁶⁵⁷.

A 4 de Março de 1334 Afonso IV autoriza o prior de Paderne a manter as herdades foreiras que o mosteiro tinha nos concelhos de Monção e Melgaço, isentando-os assim da aplicabilidade da legislação que proibia os clérigos e as ordens religiosas de comprar ou receber herdades reguengas e foreiras¹⁶⁵⁸.

¹⁶⁵² Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.119.

¹⁶⁵³ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. IX, p.313; Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.109; Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa...*, Tomo I, Lisboa, 1706, p.258; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, p.119; Reis, António Matos, “O bispo D. Gil Peres de Cerveira, D. Afonso III e os municípios do Alto Minho”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol.1, 2006, p.301.

¹⁶⁵⁴ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 31, fl.16. A carta é dirigida ao meirinho-mor Nuno Martins, também conhecido por Nuno Martins de Chacim, que ocupou o meirinhado-mor do Reino entre 1264 e 1276 (cf. Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas...*, Vol. 2, 1999, p.633)

¹⁶⁵⁵ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 31, fl.16.

¹⁶⁵⁶ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 31, fl.16. O Gonçalo Fernandes aqui referenciado é Gonçalo Fernandes Chancinho, meirinho-mor do Reino, cargo no qual o Professor José Augusto Pizarro já o tinha detectado entre 1290 e 1292 (cf. Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas...*, Vol. 2, 1999, p.633).

¹⁶⁵⁷ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.116; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, pp.119, 168; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.174.

¹⁶⁵⁸ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. I (1325-1336)*, 1990, pp.361-362 (Doc. 350).

D. Afonso IV também isentou os moradores do mosteiro, do couto e limites dele, de prestarem serventia aos concelhos, mormente de roldar, velar e guardar as portas¹⁶⁵⁹, privilégio concedido em data anterior a 27 de Dezembro de 1343¹⁶⁶⁰.

A 10 de Novembro de 1357 o rei D. Pedro outorgou e confirmou todos os privilégios, foros e liberdades que tinham sido concedidos pelos monarcas anteriores ao prior e convento do mosteiro de Paderne¹⁶⁶¹.

A 23 de Julho de 1365, e após queixa do prior e mosteiro de Paderne, o rei ordena que restituam ao mosteiro todas as herdades e posses que tinham na vila de Melgaço e que tinham sido embargadas por Domingos Anes, procurador dos feitos na Comarca de Entre Douro e Minho¹⁶⁶². Entre esses bens estavam umas casas que o mosteiro possuía na vila de Melgaço, que tinham pertencido a Rodrigo Anes, e serviam para aí armazenar pão e vinho, possessões que o mosteiro não podia deter segundo as leis do reino, mas que o rei autorizou que mantivessem¹⁶⁶³. Nesse mesmo dia o monarca acedeu também ao pedido do mosteiro de Paderne no sentido de se manterem como foreiros régios, o que, mais uma vez, ia contra a legislação em vigor que proibia que os clérigos, ordens e fidalgos comprassem, ganhassem herdades nem possessões nos reguengos nem que fossem foreiros régios. O monarca autorizou que o mosteiro mantivesse as herdades e bens que o rei lhes tinha aforado em Monção e Melgaço¹⁶⁶⁴. Esta atenção dos nossos monarcas em relação ao mosteiro de Paderne não será certamente alheia ao seu importante papel na zona fronteiriça. De resto e segundo

¹⁶⁵⁹ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 31, fls.15vº-16.

¹⁶⁶⁰ A indicação a este documento e ao teor de que se compunha é-nos dada pela Chancelaria de D. Afonso V a quem foi apresentado, tratando-se de um instrumento público, todo em latim, a dar conta dos privilégios concedidos por D. Afonso IV ao mosteiro, instrumento esse feito a 27 de Dezembro de 1343 e assinado por Rui Pires, João Rodrigues e Estêvão Gonçalves, tabeliães públicos da vila de Monção (IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 31, fl.15vº).

¹⁶⁶¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Paderne, M.1, Doc.2. Trata-se de uma carta régia dada em Coimbra, de resto o monarca passaria praticamente todo o mês de Novembro desse ano na cidade mondeguina (cf. Machado, J. T. Montalvão, *Itinerários de El-Rei D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978, pp. 47-49). É muito provável que esta confirmação seja a de que há registo na Chancelaria de D. Pedro, embora aí apareça apenas um registo simples indicando a confirmação de privilégios, de resto um brevíssimo sumário que se encontra integrado num rol de confirmações que, à partida, datariam de 11 de Dezembro de 1357 (cf. *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.75 (Doc. 206).

¹⁶⁶² *Idem*, 1984, p.485 (Doc. 1024).

¹⁶⁶³ *Idem*, 1984, pp.484-485 (Doc. 1023); Almeida, Carlos A. Brochado de, “A “couraça nova” da vila de Melgaço: resultado de uma intervenção arqueológica na Praça da República”, in *Portugalia*, Nova Série, Vol. XXIV, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património-Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p.168.

¹⁶⁶⁴ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.486 (Doc. 1025).

documento visto e transcrito, em parte, por Sousa Viterbo, no século XV o mosteiro de Fiães devia ao mosteiro de Paderne 205 libras alfonsinas de guerra¹⁶⁶⁵.

Também D. Fernando, a 27 de Março de 1370, confirmou e outorgou todos os privilégios, liberdades, foros e bons costumes ao concelho, homens bons, e mosteiro de São Salvador de Paderne¹⁶⁶⁶.

Para a primeira metade do séc. XV praticamente não encontrámos referências acerca do mosteiro. Sabemos apenas que o prior de S. Salvador de Paderne foi comissionado por D. Afonso, chantre da diocese de Tui, no sentido de lançar e publicar a excomunhão sobre os cobradores régios castelhanos que taxavam e cobravam indevidamente réditos sobre os bens da Igreja, usurpando assim os seus direitos, situação que tinha sido levada perante o papa tendo sido nomeado Juiz da Causa o referido chantre da Diocese de Tui, dando o prior de Paderne cumprimento a essa ordem a 16 de Julho de 1440¹⁶⁶⁷. Já para a segunda metade aparecem-nos algumas indicações que nos ajudam a perceber melhor o percurso desta instituição, informações que resultam de diversos documentos referentes à intervenção régia, com especial realce para a acção de D. Afonso V.

Assim, em 1469, no início do mês de Março, encontrando-se o monarca em Avis, e após requerimento de D. Vasco Rodrigues, prior de Paderne, passa duas cartas de confirmação de privilégios ao mosteiro melgacense. A primeira, datada do primeiro dia desse mês, é referente à confirmação da isenção dos moradores deste mosteiro de prestarem quaisquer encargos e serviços concelhios, conforme privilégio concedido por D. Afonso IV e D. Pedro¹⁶⁶⁸. A segunda, feita a 10 de Março, é respeitante à confirmação dos privilégios dados por D. Afonso III e D. Dinis, pelos quais se garantia a protecção dos homens do couto do mosteiro em relação às exigências e arbitrariedades de alguns fidalgos, de forma a evitar que esses moradores fossem coagidos a prestar

¹⁶⁶⁵ Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras...*, Vol.2, 1966, p.366.

¹⁶⁶⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Paderne, M.1, Doc.3; IAN/TT – Chancelaria de D. Fernando, Livro I, fl.55. Este mesmo documento é referenciado e transcrito por Bártolo, Maria Regina Antunes, *Documentos da chancelaria de D. Fernando...*, 1966, p.365 (doc.47); Neves, João António Mendes, *A “formosa” chancelaria – Estudo dos originais da Chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentada à FLUC), pp. 71, 202-203 (doc.41). Também Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.175, tencionava referenciar esta confirmação como se induz da nota de rodapé, com a correcta referência à fonte, e até do próprio sentido do texto embora, e por uma qualquer falha, apareça no texto final: “Em 27 de Março de 1360 D. Pedro confirmou e outorgou a este mosteiro...”.

¹⁶⁶⁷ Florez, Fr. Henrique, *Espana Sagrada*, Tomo XVII, Madrid, En la Oficina de Antonio Marin, 1763, p.154.

¹⁶⁶⁸ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 31, fls.15vº-16.

serviços, impedindo também que fossem criados filhos de nobres no couto do mosteiro¹⁶⁶⁹.

A 26 de Abril de 1475 D. Afonso V confirma os privilégios já concedidos pelos seus antecessores e ratificados por ele próprio a 1 de Março de 1469, passando nova carta por terem perdido a original, isentando assim os moradores do mosteiro e do seu termo de servirem nos encargos dos concelhos, e especificamente das obrigações de roldar, velar e guardar as portas¹⁶⁷⁰.

Também D. Manuel, a 8 de Setembro de 1497, confirmou e outorgou a esta canónica regrante todos os privilégios até aí concedidos pelos seus antecessores¹⁶⁷¹. Ainda durante o reinado do “Venturoso” surgiram dúvidas sobre as jurisdições do couto do mosteiro, levando o prior D. Estêvão Rodrigues a solicitar a intervenção régia, terminando o processo com o esclarecimento e confirmação dos privilégios da instituição, por carta datada de 11 de Agosto de 1517, passada pelo Doutor Francisco Cardoso, juiz dos feitos de D. Manuel¹⁶⁷².

Em 1546 os benefícios do mosteiro de Paderne, juntamente com os da sua anexa de São Tiago de Penso, foram avaliados em duzentos e setenta mil reais, valor já livre das despesas com os encargos e sustento dos cinco religiosos que compunham a comunidade nessa altura (quatro cónegos e o prior claustral)¹⁶⁷³. A 17 de Dezembro de 1561, e por ordem régia, apresenta-se em Paderne, Manuel de Almeida, com o intuito de tomar o mosteiro¹⁶⁷⁴. Apesar do emissário régio e os seus acompanhantes terem sido aí recebidos num clima de grande tensão, com diversos homens armados a aguardá-los, a situação acabou por se resolver pacificamente e no dia seguinte o comendatário, Pedro de Sousa, entregou o mosteiro ao emissário que, por sua vez, o deixou à guarda de

¹⁶⁶⁹ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 31, fls.16-16vº.

¹⁶⁷⁰ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 30, fl.71; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.175.

¹⁶⁷¹ IAN/TT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 28, fl.34; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...* 2002, p.175. O cronista agostiniano Frei Timóteo dos Mártires também diz, embora sem grandes especificações, que o mosteiro e o seu couto foram privilegiados pelos diversos monarcas, nomeadamente D. Dinis, D. Pedro, D. Fernando, D. João I, D. Afonso V e D. Manuel (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.109).

¹⁶⁷² Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. IX, p.313; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.109.

¹⁶⁷³ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330, fl. 339; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”..., 1983, pp.119, 202; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.174.

¹⁶⁷⁴ IAN/TT – Corpo Cronológico, Parte I, M.104, Doc.74.

Jerónimo Moniz e de quatro homens que o acompanhavam, e que ficaram “no mosteiro com os conegos delle muito paciffico”¹⁶⁷⁵.

No final do século XVI integrou a Congregação de Santa Cruz de Coimbra, dando-lhe o papa Clemente VIII (1592-1605) as letras de união e reformação a 23 de Maio de 1594, tomando posse do mosteiro o prior geral, D. Cristóvão de Cristo, a 29 de Janeiro de 1595, elegendose logo no dia seguinte o primeiro prior trienal do mosteiro: D. Nicolau dos Santos¹⁶⁷⁶.

Igrejas do padroado do mosteiro de Paderne:

2.5.3.1. - Santa Maria de Paços¹⁶⁷⁷ (c. Melgaço) – Igreja anexa ao mosteiro de Paderne. Em 1320 esta igreja foi taxada em 25 libras¹⁶⁷⁸. No Censual do arcebispo D. Frei Baltasar Limpo, da segunda metade do séc. XVI, continua a ser referenciada como integrante do padroado do mosteiro de Paderne, embora já não conste como anexa¹⁶⁷⁹. Em Maio de 1565 era vigário da igreja de Santa Maria de Paços João Lopes¹⁶⁸⁰.

2.5.3.2. - São Tiago de Penso (c. Melgaço) – Igreja do padroado do mosteiro de Paderne. Em 1320 foi taxada em 62 libras¹⁶⁸¹. Em 1546 os rendimentos desta igreja foram avaliados em 40 mil reais¹⁶⁸². A 14 de Maio de 1565 o arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, confirmou Estêvão Mouro, clérigo de missa, como vigário da “egreja de Santyaguo de Penso annexa in perpetuum ao moesteyro de Sam Salvador de Paderne da Comarca de Valença”¹⁶⁸³.

¹⁶⁷⁵ IAN/TT – Corpo Cronológico, Parte I, M.104, Doc.74.

¹⁶⁷⁶ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. IX, p.313; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.110.

¹⁶⁷⁷ Actualmente o orago desta freguesia é Santa Ana (cf. *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 1, 1997, p.434).

¹⁶⁷⁸ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.116.

¹⁶⁷⁹ A.D.B. – Registo Geral, Livro 335 (Censual de D. Frei Baltasar Limpo), fl. 126v°; Costa, “Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”...”, 1983, p.209.

¹⁶⁸⁰ João Lopes encontrava-se em Braga a 14 de Maio de 1465 onde testemunha a carta de confirmação de Estêvão Mouro como vigário de São Tiago de Penso, onde é identificado como titular da igreja de Paços (cf. IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Paderne, M.1, Doc.5). Nesse mesmo dia aparece também, juntamente com Estêvão Mouro, como testemunha na carta de confirmação de Francisco Ramalho como abade e reitor da igreja de Santa Maria da Pedreira, aparecendo ambos, nesse mesmo documento, apenas identificados como “clerigos de missa da comarca de Valença” (cf. Rosário, Frei António do, “Registo das Confirmações ...”, 1972, p.85).

¹⁶⁸¹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971, p.116.

¹⁶⁸² A.D.B. – Registo Geral, Livro 330, fl. 339; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”...”, 1983, pp.119, 202; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514...*, 2002, p.174.

¹⁶⁸³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Paderne, M.1, Doc.5.

3 - AS COMUNIDADES REGRANTES: COMPOSIÇÃO E RECRUTAMENTO

3.1. - A constituição das comunidades

A tarefa de reconstituir o efectivo humano das diversas comunidades torna-se, por vezes, bastante complexa. Desde logo porque as fontes nem sempre nos permitem fazê-lo com a desejada segurança, e se é certo que, ocasionalmente, é possível obter o número e até os nomes dos religiosos de um qualquer mosteiro, também é incontestável que esse género de informação não é tão frequente como gostaríamos e reporta-se, normalmente, a momentos cronológicos isolados revelando-se por isso, objectivamente, pouco consequente para a recriação quantitativa das comunidades. Apesar dessa segmentação e das limitações inerentes há casos em que os dados disponíveis se mostram suficientemente indiciadores e até padronizáveis.

Para a reconstrução do quadro humano dessas instituições temos de recorrer ao mais diversificado tipo de fontes embora as mais comuns e produtivas sejam, além da diversa documentação respeitante ao cartório de cada instituto (há que ressaltar aqui o agravante facto de a documentação de muitos mosteiros não ter chegado aos nossos dias, ou ter chegado espartilhada, ou em cópias que poderão sempre colocar o problema da fidedignidade), os registos de matrículas de ordens, os necrológios¹⁶⁸⁴, as cartas de legitimação, os registos da chancelaria régia e a documentação da Cúria Pontifícia. É, naturalmente, um trabalho de busca muito moroso e com resultados sempre parcelares e por isso inacabado.

A própria documentação monástica que se preservou e que chegou até nós é maioritariamente constituída por contratos enfiteúticos, o que significa que também não é muito fértil neste tipo específico de informação, embora haja algumas indicações aos procuradores do mosteiro, em muito casos cónegos da instituição, ou mesmo aos elementos que constituíram convento para a prossecução do acto, mas essas referências aos religiosos surgem, na maioria das vezes, através da sua presença como testemunhas. Mesmo nestas situações deparamo-nos, constantemente, com problemas de validação da

¹⁶⁸⁴ Neste particular as próprias fontes apresentam algumas limitações intrínsecas, decorrentes da própria especificidade da suas funções e utilização, uma vez que os obituários e livros de aniversário normalmente só apontam o dia em que é celebrado o finado, raramente surgindo o ano do óbito, e mesmo o dia aí apresentado poderá não corresponder ao dia exacto do falecimento uma vez que a informação relativa ao falecimento de um religioso de uma outra casa poderia levar dias, meses ou até anos a chegar e a ser incorporada (cf. Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora: A comemoração dos que passaram deste Mundo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História (Colecção Documentos Medievais Portugueses – Série II), 2008, p.34).

identidade desses indivíduos, isto se considerarmos a frequência com que surgem arroladas as testemunhas apenas pelos nomes e sem quaisquer outra indicação que nos permita a sua correcta identificação.

Em tais circunstâncias e mesmo recorrendo ao natural confronto das fontes, raramente se consegue ultrapassar a fronteira da probabilidade. O ideal seria naturalmente a pesquisa em todos os fundos documentais que abrangem o período medieval em estudo, o que é humanamente, pelo menos em termos individuais, impossível.

As comunidades de cónegos agostinianos eram geralmente reduzidas não ultrapassando os doze cónegos e um prior¹⁶⁸⁵. Curiosamente é esse número, carregado de simbolismo, o que se atribui aos religiosos fundadores de Santa Cruz de Coimbra¹⁶⁸⁶. É certo que o número de religiosos da instituição aumentou consideravelmente, estimando Armando Alberto Martins que a média de cónegos de Santa Cruz, entre 1132 e 1412, ronde os 42 ou 43 elementos¹⁶⁸⁷, números que Carlos Guardado da Silva prevê como possíveis para o mosteiro de S. Vicente de Fora¹⁶⁸⁸ nesse mesmo período cronológico. A realidade das canónicas do Norte do país mostra-nos, na sua generalidade, números bastante mais humildes, mas vejamos através de exemplos concretos o panorama regente português em finais da Idade Média e no início da “Modernidade”.

O cenóbio de Santo Estêvão de Vilela, tinha, à entrada para a centúria de Trezentos pelo menos quatro elementos, assim no-lo revela um documento de 25 de Julho de 1289, sendo aí referenciados o prior, Domingos Viegas, e três cónegos: Geraldo Peres, Geraldo Vicente e Martim Gonçalves¹⁶⁸⁹. Tendo em conta que o documento não foi elaborado no mosteiro, tendo-se por isso deslocado os religiosos, é perfeitamente admissível que a comunidade fosse composta por mais alguns elementos. Situação semelhante é a verificada no mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, cujos

¹⁶⁸⁵ “Agostinianos, cónegos” in *Dicionário da Idade Média*, organizado por Henry R. Loyn, 2ª ed., tradução de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1997, p.9.

¹⁶⁸⁶ *Vida do Admirável Padre S. Theotónio...*, traduzida e ampliada com aditamentos do Padre D. Joaquim da Encarnação, 2ª edição correcta, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1855, Parte II, Cap. I, p.77; *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*, edição crítica de textos latinos, tradução, estudo introdutório e notas de comentário de Aires Augusto Nascimento, Lisboa, Edições Colibri, 1988, p.165.

¹⁶⁸⁷ Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, p.769.

¹⁶⁸⁸ Silva, Carlos Guardado da, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora... – A comunidade regente e o património rural (séculos XII-XIII)*, Edições Colibri, 2002, pp.73-74.

¹⁶⁸⁹ Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, 1983, pp. 12-13 (Doc.5); Gouveia, Jaime Ricardo Teixeira, *Subsídios para a História de Leomil ...*, 2004, pp. 335-336.

elementos da sua comunidade surgem identificados em instrumento de 21 de Outubro de 1287, constando aí, além de Martim Peres, prior do mosteiro, quatro religiosos, a saber: Lourenço Soares, prior crasteiro, e os cónegos João Lourenço, Mateus Martins e Martim Domingues, referenciando-se ainda o capelão João Martins¹⁶⁹⁰.

Números idênticos surgem-nos para S. Simão da Junqueira que em instrumento de 5 de Novembro de 1302 apresenta meia dezena de religiosos, sendo aí referenciados o prior Domingos Gomes e os cónegos Estêvão Domingues, Domingos Fernandes, Martim Geraldês e Domingos Pires¹⁶⁹¹.

Já a canónica de Vila Boa do Bispo, no início de Trezentos, parece albergar seis religiosos, como se depreende de dois instrumentos redigidos nesse mosteiro em Dezembro de 1306¹⁶⁹² e Setembro de 1312¹⁶⁹³, sendo aí indicados o prior e cinco confirmantes que supomos corresponderem a cinco cónegos da comunidade.

Número ligeiramente superior detinha, nesta altura, o não muito longínquo mosteiro de Cárquere, sendo possível identificar aí, no final de Setembro e início de Outubro de 1305, além do prior Gonçalo Esteves, seis cónegos: Pedro Durão, Pedro Anes, Martim Domingues, Bartolomeu Pais, Pedro Domingues e Domingos Peres¹⁶⁹⁴.

Situação parecida é a detectada em Santa Maria de Oliveira que tinha, em Dezembro de 1311, além do prior-mor, pelo menos seis cónegos¹⁶⁹⁵. Neste período, e em termos de efectivos humanos, estas canónicas deveriam ser apenas superadas pela de Grijó, para a qual um instrumento de 4 de Maio de 1312 identifica sete elementos da comunidade conventual, nomeadamente João da Costa, prior claustral, Martim da Costa, preposto, e Estêvão Anes, Francisco Geraldês, Vicente Domingues, Vicente Esteves e João Martins¹⁶⁹⁶.

A 15 de Fevereiro de 1329 o mosteiro de S. Pedro de Roriz contava com pelo menos 4 religiosos, nomeadamente João Lourenço, Martim Gonçalves, Afonso Peres e Estêvão Gonçalves¹⁶⁹⁷, estando excluído desta listagem o superior hierárquico da comunidade. Algo similar parece ser o quadro humano do mosteiro de São Silvestre de Requião, para o qual um instrumento, datado de 7 de Dezembro de 1336, atesta a

¹⁶⁹⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.24; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 146-147.

¹⁶⁹¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 54vº-55.

¹⁶⁹² IAN/TT - Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.14.

¹⁶⁹³ IAN/TT - Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.15.

¹⁶⁹⁴ Sobre estes religiosos consulte-se as respectivas entradas.

¹⁶⁹⁵ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico ...*, 1996, p.57.

¹⁶⁹⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.68-69.

¹⁶⁹⁷ A.U.C. - Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, Nº10.

presença do prior mor e três religiosos (Afonso Martins, Domingos Anes Rebelo e João Candoso)¹⁶⁹⁸.

Aparentemente, mais elevado é o número de religiosos (seis cónegos e o respectivo prior-mor) que se encontravam em S. Simão da Junqueira, a 20 de Fevereiro de 1342, embora os rendimentos do mosteiro não aconselhassem a que o convento tivesse mais de quatro elementos¹⁶⁹⁹. Tal ordem de números parece também corresponder a S. Salvador de Souto, comunidade que a 21 de Novembro de 1355 contava com pelo menos seis elementos. Além do prior, D. Domingos Domingues, são referenciados os cónegos Pedro Lágea, André Domingues, Gonçalo Peres, João Anes e Vasco Domingues¹⁷⁰⁰.

Por esta mesma altura o vizinho mosteiro de S. Torcato deveria ter à sua guarda cinco elementos como se depreende por um documento de 2 de Novembro de 1362 em que são referenciados apenas quatro cónegos: Estêvão Anes, Lourenço Gomes, Martim Anes e João Martins, sendo este último eleito para prior da comunidade em virtude de o seu anterior superior hierárquico ter sido transferido para o mosteiro de S. Salvador de Souto¹⁷⁰¹. Já o cenóbio de Moreira da Maia, também neste período, deveria apresentar um número mais elevado de religiosos, isto se tivermos em conta que, a 5 de Outubro de 1360, além do prior Domingos Anes, são aí referenciados cinco cónegos (Domingos Domingues, Bento Pires, João Domingues, João Domingues de Vilar e Vasco Anes) embora esse documento não seja muito incisivo no que respeita à quantificação dos religiosos dessa comunidade uma vez que o prior os constitui como procuradores do mosteiro¹⁷⁰², deixando percepcionar assim a existência de mais religiosos.

Algo surpreendente e que foge dos parâmetros que temos observado é o caso da comunidade regrante de Mancelos que, a 24 de Agosto de 1361, era composta por uma dúzia de religiosos. Além de Gonçalo Lourenço, prior claustral, o convento era constituído pelos cónegos João Martins, João Durães, Domingos Anes, Gonçalo Peres, Vasco Martins, Afonso Anes, João Afonso, João Anes, Martinho Gonçalves, Afonso Martins e Martinho Martins¹⁷⁰³. Em termos de componente humana parece só encontrar-se algum paralelismo com Santo André de Ancede que, em 1364, tinha dez

¹⁶⁹⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.114-114vº.

¹⁶⁹⁹ Gomes, Saul António, “A relevância do monaquismo vilacondense ...”, 2004, pp. 117-118, 141-142.

¹⁷⁰⁰ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.138.

¹⁷⁰¹ *Idem, Ibidem*, p.143; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, pp.734, 925 (nota 591).

¹⁷⁰² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.2.

¹⁷⁰³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, pp. 399-401.

religiosos¹⁷⁰⁴, incluindo-se nesta contabilidade o prior-mor e S. Salvador de Grijó cuja comunidade era também, por esta altura, composta por mais de uma dezena de religiosos como facilmente se infere do *Livro das Campainhas*, onde se diz que são necessários o número suficiente de religiosos para celebrarem as onze missas diárias que se diziam no mosteiro, a que acresciam seis religiosos colocados em igrejas de apresentação desta canónica¹⁷⁰⁵, o que daria um universo de pelo menos 17 indivíduos.

Já mais modesta, e retomando a normalidade do panorama observado quanto à composição da generalidade das comunidades regrantes, S. Simão da Junqueira tinha, a 15 de Agosto de 1365, apenas quatro cónegos (Estêvão Anes, Martim Fernandes, Estêvão Domingues e Domingos Domingues, sendo este último eleito, nesse dia, prior do mosteiro da Junqueira)¹⁷⁰⁶. Tal situação parece assim reflectir o cumprimento das recomendações da visitação de 1342, verificando-se uma diminuição e reajustamento no quantitativo conventual. De resto este mosteiro não deverá ter sofrido grandes flutuações no que respeita aos seus efectivos humanos ao longo do resto da centúria de trezentos, sendo que em instrumento de 6 de Março de 1391, são mencionados quatro religiosos da instituição: o prior Estêvão Domingues e os cónegos Martim Fernandes, Gonçalo Fernandes e Afonso Anes¹⁷⁰⁷.

À entrada para a última década do séc. XIV, e tendo por base instrumentos de 1392 e 1393, o mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia apresenta além do seu prior, Domingos Cibrães, três cónegos: João Anes Delgado, Pedro Domingues e Vasco Anes¹⁷⁰⁸, embora nessa altura existissem outros religiosos dessa canónica com funções paroquiais em igrejas da apresentação do mosteiro que não surgem aí referenciados, como parecem ser os casos de Leonardo Martins e provavelmente João de Bouças.

De qualquer modo na segunda metade do século XIV e também consequência directa e indirecta dos problemas de carácter económico, político e social que o reino enfrentou compreende-se que haja uma retracção no número de elementos das

¹⁷⁰⁴ Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansedo (c. Baião) ...”, 2004, pp.193, 204-205 (Doc.3); Idem, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. I, dir. de Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, p.432; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 2003, p.528 (nota 96).

¹⁷⁰⁵ Alarcão, Jorge de; Amaral, Luís Carlos, *Livro das Campainhas ...*, 1986, pp.68-69; Amaral, Luís Carlos, *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV*, 1994, pp. 148-149. Por esta altura, o número de religiosos em Grijó não deveria diferir muito da realidade apresentada nas vésperas do séc. XIV, uma vez que em 1292 já havia 11 cónegos com presença contínua no mosteiro (cf. Gomes, Saul António, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, 2000, p.432).

¹⁷⁰⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.131-132.

¹⁷⁰⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.157.

¹⁷⁰⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Docs.32, 33.

comunidades. De resto o próprio mosteiro de Grijó, inquestionavelmente uma das maiores canónicas regrantas portuguesas foi abalado nos seus efectivos humanos, com os cónegos a queixarem-se no final desse século do excesso de horas e missas que tinham de rezar bem como dos sacramentos que tinham de dar quando eram agora menos religiosos do que antigamente¹⁷⁰⁹.

Já o mosteiro de S. Torcato contava, no último semestre de 1395, com seis elementos, sendo identificados, em instrumento de 2 de Agosto de 1395, o prior Lourenço Martins e os cónegos Estêvão Anes, Afonso Martins, Bernardo Anes e Martim Anes, cónego regrante de S. Torcato e abade de S. Romão de Rendufe¹⁷¹⁰, religiosos a que podemos acrescentar o cónego João Rodrigues que era, por esta altura abade da igreja de S. Cosme da Lobeira, igreja da apresentação do mosteiro de S. Torcato¹⁷¹¹.

Em S. Pedro de Roriz temos a confirmação da existência de cinco religiosos no final do século XIV, designadamente, o prior João Peres e os cónegos professos Estêvão Martins, João Martins, Martim Anes e Domingos Martins, todos identificados em instrumento de 19 de Fevereiro de 1399¹⁷¹².

A 24 de Janeiro de 1403, num emprazamento efectuado no mosteiro de Moreira, são referenciados quatro elementos: o prior Domingos Cibrães, os cónegos João Anes, Pedro Domingues e Estêvão Domingues¹⁷¹³, mas mais uma vez parecem não constar aí os religiosos que exerciam funções paroquiais, surgindo, inclusivamente, nesse mesmo instrumento, entre as testemunhas Gil Pires, abade de Vila Nova¹⁷¹⁴, igreja da apresentação do mosteiro. Cerca de cinco anos depois, mais concretamente a 25 de Fevereiro de 1408, este mesmo mosteiro albergava cinco elementos: o prior Fernão Martins, e os cónegos João Anes, Pedro Domingues, Álvaro Martins e Estêvão Domingues¹⁷¹⁵. Inferior é a composição apresentada por S. Simão da Junqueira, que com o falecimento do prior Estêvão Domingues ficou reduzida a três cónegos: Gonçalo Fernandes, Mateus Martins e Afonso Anes, reunindo-se estes religiosos em convento,

¹⁷⁰⁹ Marques, A. H. de Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 1968, pp.57-58.

¹⁷¹⁰ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°183-b. A esta listagem poderá acrescentar-se, com alguma segurança, um outro cónego, João Rodrigues, que era pároco da igreja de S. Cosme da Lobeira.

¹⁷¹¹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, Ns.183-a, 224.

¹⁷¹² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°173.

¹⁷¹³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 13, Doc.3. Estes mesmos religiosos voltam a ser referenciados num outro emprazamento também efectuado no mosteiro de Moreira da Maia, a 21 de Março de 1403 (cf. IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.2).

¹⁷¹⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 13, Doc.3.

¹⁷¹⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.2A.

no último dia de Fevereiro de 1418, para elegerem canonicamente o novo prior, eleição que recaiu no cónego Gonçalo Fernandes¹⁷¹⁶. Para este mesmo período detecta-se um número bem superior na comunidade regante de S. Martinho de Crasto, onde um instrumento de 14 de Julho de 1419 identifica o prior mor, o prior claustral e sete cónegos¹⁷¹⁷. Mais pequena era a vizinha comunidade de Santa Maria de Vila Nova de Muia que, em Janeiro de 1425 era constituída por cinco religiosos¹⁷¹⁸ (o prior Vasco Lourenço e os cónegos Afonso Pires, Fernando Esteves, Gonçalo Esteves e Gonçalo Anes).

E se ao longo do século XIV e mesmo no início da centúria de quatrocentos não se registam grandes oscilações ao nível das comunidades para as quais temos elementos comparativos, já o panorama do restante século XV é bastante diferente. Ao longo desse século assiste-se à extinção de diversas casas monásticas ou à sua adstringente conversão em simples igrejas paroquiais.

Na base dessas alterações estavam muitas vezes, além da precariedade económica, a escassez de recursos humanos que inviabilizavam a sua sobrevivência. O arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, em 1443, anexou a igreja de S. Cristóvão de Rio Mau ao mosteiro de S. Salvador da Junqueira, numa altura em que havia três ou quatro cónegos no mosteiro, sendo um dos objectivos dessa anexação o gerar receitas para que houvesse sempre aí, no mínimo, os quatro cónegos necessários para o serviço religioso e legalmente exigidos para a existência de “convento”¹⁷¹⁹, ou seja, os elementos requeridos e indispensáveis para validarem decisões e eleger prior.

De resto esta questão dos parcos rendimentos da instituição já tinha levado a que a 15 de Setembro de 1427 o prior e o convento da Junqueira fizessem uma composição tendo em vista o aumento das rendas da mesa conventual e das rações a distribuir aos cónegos¹⁷²⁰, dizendo-se aí “que era verdade que de tempo antigo foram sempre no dito Moesteiro quatro Coonigos Regrantes” mas a míngua das rendas não permitia a sobrevivência de tal número, levando a que “o dito Moesteiro no Espiritual nom era

¹⁷¹⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.183-184.

¹⁷¹⁷ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.760.

¹⁷¹⁸ *Idem, Ibidem*, pp.742; Marques, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, 1987, p.225.

¹⁷¹⁹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.797-798; *Idem*, “O tempo religioso de Gil Vicente”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Ferreira de Brito*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp.229 (nota 26).

¹⁷²⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo: doações, testamentos e Provizoes Reaes, 1743, fl.114-116.

perfeitamente servido por minga dos ditos Coonigos”¹⁷²¹. Aquando da elaboração desse instrumento de composição reuniram-se em cabido apenas o prior Gonçalo Fernandes e os cónegos Mateus Martins e Afonso Anes¹⁷²², e pelo teor da composição é de considerar a inexistência de mais elementos, pelo menos em plenitude canónica. Curiosamente, a 19 de Fevereiro de 1429, além do prior Gonçalo Fernandes são aí referenciados “Affonso Annes e Vaasco Martinz e Vaasco Affonso coonigos do dito Moesteiro” de S. Simão da Junqueira¹⁷²³. Também em Santa Maria de Oliveira o panorama não deveria ser muito diferente, sendo certo que em Julho de 1441, existiam aí, além do prior D. Rodrigo Esteves, pelo menos três cónegos (Gil Afonso, António Geraldês e Vicente Anes)¹⁷²⁴. A escassez de religiosos era um problema generalizado, e se os exemplos acabados de enunciar deixam antever tal realidade, as situações vivenciadas noutros mosteiros, sobretudo da diocese de Braga demonstram-na inequivocamente.

Assim, em S. Salvador de Bravães, em 1434, ano da sua extinção parece existir apenas o prior mor e um cónego¹⁷²⁵. Outro caso extremo é o do mosteiro de S. Salvador de Banho que, a 1 de Maio de 1441, já estava sem comunidade, restando apenas o prior¹⁷²⁶. Situação complicada é também a registada em S. Torcato, onde, em Fevereiro de 1450, aquando do falecimento do prior Frei Álvaro Martins não havia qualquer cónego, sendo nomeado para o priorado vago Luís Rodrigues, transformando-se assim no único religioso da instituição¹⁷²⁷. Também o vizinho mosteiro de S. Salvador apresentava, no início da década de cinquenta, grande carência de religiosos sendo esse um dos motivos que levou à sua redução a igreja secular¹⁷²⁸.

Em pleno contraste com as canónicas regrantes nortenhas e para termos uma visão mais global e comparativa do panorama nacional podemos, para este período, olhar para

¹⁷²¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo: doações, testamentos e Provizoes Reaes, 1743, fl.114-114vº.

¹⁷²² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo: doações, testamentos e Provizoes Reaes, 1743, fl.114.

¹⁷²³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo: doações, testamentos e Provizoes Reaes, 1743, fl.118vº.

¹⁷²⁴ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.17.

¹⁷²⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.49vº; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, p.725; Marques, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, 1987, p.225; Bessa, Paula Virginia de Azevedo, *Pintura mural ...*, 2007, p.84;

¹⁷²⁶ Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, p.726; Marques, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, 1987, p.225.

¹⁷²⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.152ª v.º; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, p.736; Marques, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, 1987, p.225.

¹⁷²⁸ Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, pp.730-731.

o que se passava com Santa Cruz e S. Vicente de Fora. Assim no primeiro trimestre de 1457 dois documentos respeitantes ao mosteiro agostinho de S. Vicente de Fora revelam a constituição da comunidade, surgindo aí devidamente elencados o prior mor, o prior crasteiro e onze cónegos¹⁷²⁹. Já em Santa Cruz de Coimbra, indiscutivelmente a maior canónica regrante em Portugal existiam, e isto tendo por base o “Livro das Lembranças”, entre 1463 e 1473, decénio do priorado de D. João da Costa, 32 cónegos¹⁷³⁰.

Num período um pouco posterior, mas respeitante ao mosteiro lisboeta de S. Vicente de Fora, surge a identificação, num emprazamento aí feito e datado de 26 de Abril de 1475, de onze elementos: o prior mor, o prior claustral e nove cónegos, número que não corresponde à totalidade dos religiosos do mosteiro nessa altura como indica o próprio documento¹⁷³¹. De resto, estes números enquadram-se naquilo que já tinha observado o professor Oliveira Marques, ao verificar que no período que medeia entre 1457 e 1475 S. Vicente de Fora apresentava entre 10 a 15 religiosos¹⁷³².

Por esta mesma altura a comunidade regrante de Santa Maria de Cárquere era composta, pelo menos, por cinco cónegos e o respectivo prior, surgindo referenciados em instrumento de 6 de Fevereiro de 1473 o prior Rui Vasques da Fonseca e os cónegos João Fernandes, Gonçalo Martins, João Anes, Lucas Cardoso e Gonçalo Fernandes¹⁷³³.

Já a generalidade dos mosteiros do Entre Minho e Douro, como temos observado, apresentava contingentes humanos inferiores. Assim em Santa Maria de Oliveira, a 13 de Setembro de 1477, além do prior da comunidade, à altura Pedro Gonçalves, parece haver apenas dois cónegos (Diogo Pires e Álvaro Rodrigues)¹⁷³⁴.

Mais bem composta surge-nos a canónica de S. Salvador de Moreira da Maia, embora, e ao longo da segunda metade do séc. XV, pareça nunca ter ultrapassado a meia dezena de elementos como deixa transparecer um documento de 4 de Março de 1480, onde são mencionados “dom Fernand’ Alvarez priolle do dicto mosteiro e Pedro

¹⁷²⁹ Monumenta Henricina, Vol. XIII, Direcção, organização e anotação crítica de António Joaquim Dias Dinis, Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1972, pp. 85, 88.

¹⁷³⁰ “Livro das Lembranças”, in *Anais, Crónicas e Memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, textos publicados com uma introdução por António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968, p.129; Gomes, Saul António, “D. Gomes Eanes e a capela de Santo André e dos Cinco Mártires de Marrocos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”, in *Arquivo Coimbrão – Boletim da Biblioteca Municipal*, Vol. XXXV, Coimbra, 2002, p.455 (nota 82).

¹⁷³¹ Monumenta Henricina, Vol. XV, Direcção, organização e anotação crítica de António Joaquim Dias Dinis, Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1974, p.68

¹⁷³² Marques, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, 1987, p.222; Gomes, Saul António, “Demografia eclesiástica”, 2000, p.46.

¹⁷³³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°64.

¹⁷³⁴ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.23.

Martinz e Andre Fernandez e Dyego Vasquiz conigos regrantes do dicto mosteiro”¹⁷³⁵, portanto quatro elementos, incluindo o prior.

No início da década de oitenta o cenóbio de Santa Maria de Cárquere continuava a manter um interessante quadro humano sendo referenciados, em instrumentos de 10 de Agosto de 1482, 10 de Fevereiro de 1483, 10 de Junho de 1483 e Janeiro de 1484, os mesmos elementos detectados uma década antes, ou seja o prior Rui Vasques e os cónegos João Fernandes, Gonçalo Martins, Lucas Cardoso, João Anes, e Gonçalo Fernandes¹⁷³⁶, a que se pode acrescentar o cónego Pedro Fernandes que apesar de não aparecer aí arrolado era cónego de Cárquere por esta altura, sendo provável que a sua ausência esteja relacionada com o facto de lhe estar adstrita alguma igreja paroquial, de resto este elemento surgirá identificado com os restantes já mencionados, à excepção de João Anes, a 16 de Outubro de 1484¹⁷³⁷. No início da segunda metade deste mesmo decénio a comunidade maiata parece não ter sofrido alterações surgindo novamente mencionados os 4 religiosos já identificados em 1480¹⁷³⁸, nomes que se repetem nos restantes registos do séc. XV, nomeadamente em instrumentos de 19 de Março de 1489¹⁷³⁹, 15 de Janeiro de 1490¹⁷⁴⁰, 1 de Março de 1493¹⁷⁴¹ e 8 de Agosto de 1495, embora nesta altura o prior já seja D. João do Porto¹⁷⁴².

Já a comunidade conventual de S. Pedro de Roriz parece, por esta altura apresentar, no mínimo, meia dúzia de elementos, é que se um instrumento datado de 27 de Dezembro de 1495, nos atesta a existência de quatro cónegos: João Coelho, João Anes, Gonçalo Lourenço e João Peres¹⁷⁴³, depreende-se facilmente através dos nomes que vão aparecendo, para esta época, entre a documentação do cartório do mosteiro, que havia mais religiosos nesta canónica. Só para exemplificarmos, num instrumento, datado de 26 de Fevereiro de 1495, são mencionados três religiosos que já não surgem referenciados no final do ano, nomeadamente, João Pais, Afonso Fernandes e Afonso Martins¹⁷⁴⁴.

¹⁷³⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.15a.

¹⁷³⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, Ns.72, 73, 74, 75.

¹⁷³⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º.76.

¹⁷³⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.18A.

¹⁷³⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.22.

¹⁷⁴⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.23.

¹⁷⁴¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.24.

¹⁷⁴² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.25,26.

¹⁷⁴³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N.º218.

¹⁷⁴⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N.º220.

No início do século XVI, mais concretamente a 12 de Novembro de 1501, o mosteiro de Santa Maria de Cárquere apresenta seis elementos, nomeadamente o prior Diogo Coelho e os cónegos Gonçalo Fernandes, Francisco Coelho, Pedro Coelho, Pedro Gonçalves e João de Braga¹⁷⁴⁵, de resto, os mesmos religiosos que voltarão a ser identificados em instrumento lavrado a 14 de Dezembro de 1503 no mosteiro mariano de Cárquere¹⁷⁴⁶, embora para este período tenhamos detectado a existência segura de, pelo menos, mais dois cónegos, mas cuja intermitência e ausência entre os registos do mosteiro certamente se justificará com as obrigações paroquiais que teriam. Quadro algo semelhante é o vivenciado por esta altura em Moreira da Maia onde são referenciados cinco elementos, contando assim com um novo indivíduo em relação ao panorama geral da segunda metade do séc. XV, surgindo em emprazamentos de 1502 e 1503 o prior João do Porto e os cónegos Pedro Martins, André Fernandes, Diogo Vasques e Pedro Álvares¹⁷⁴⁷.

Em Santa Maria de Landim, em meados da década de noventa do século XV, a comunidade também não ultrapassava os cinco elementos, incluindo o prior mor, isto crendo nas importantes informações de um documento de 4 de Abril de 1494. Por essa altura, além de Fernando Anes, prior do mosteiro, encontravam-se aí os cónegos Pedro Martins, Luís Afonso, Afonso Anes, abade de Sequeiró, e Baltasar Correia¹⁷⁴⁸.

Em documento de S. Salvador de Grijó de 27 de Abril de 1504 são referenciados o prior claustral e sete cónegos¹⁷⁴⁹.

Ao longo do século XVI, o panorama geral parece não sofrer grandes alterações com as principais canónicas regantes a apresentarem-se relativamente bem compostas e as restantes a manterem um número bastante mais modesto de religiosos, não ultrapassando os três ou quatro elementos. Assim e no grupo das grandes canónicas temos naturalmente Santa Cruz de Coimbra onde, em Abril de 1517, são identificados pelo menos dezanove cónegos¹⁷⁵⁰, e a de Grijó que em 1536, à altura da sua mudança, apresentava 10 religiosos: Fernando Anes, prior claustral, e os cónegos Rodrigo Garcia,

¹⁷⁴⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º 98.

¹⁷⁴⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.107.

¹⁷⁴⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.34,35.

¹⁷⁴⁸ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.8.

¹⁷⁴⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.3, Doc.19; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993, p.83.

¹⁷⁵⁰ Gomes, Saul, António, “Os cónegos regantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.273 (nota 108).

Fernando Rodrigues Pedrosa, Sebastião Pires, João Pinto, Manuel Rebelo, Sebastião Lopes, António Pinto, Francisco Correia e António de Almeida¹⁷⁵¹.

Já as restantes canónicas nortenhas tentavam subsistir com o número mínimo de religiosos que lhes permitisse formar convento, embora isso nem sempre acontecesse, como é o caso de São João de Longos Vales onde há registo, a 2 de Outubro de 1520, de apenas dois religiosos¹⁷⁵², chegando-se no ano seguinte, mais concretamente a 11 de Novembro de 1521, ao extremo, de estar reduzido ao prior claustral, que nesse dia efectuou, conjuntamente com Pedro Marinho, comendatário do mosteiro, um emprazamento “por ao presente no dicto mosteiro nom aver outros monges nem convento”¹⁷⁵³.

Maior número de professos comportava o vizinho mosteiro de Paderne, cuja comunidade conventual era composta, a 26 de Agosto de 1525, por três elementos¹⁷⁵⁴. A visitação de Baltasar Álvares a alguns mosteiros da diocese de Braga, em finais de 1528, revela-nos o cenário esperado em termos de componente humana, assim em S. Salvador da Junqueira estavam nessa altura três cónegos e um noviço, sendo que recentemente tinha saído um cónego¹⁷⁵⁵, registando-se o mesmo número de religiosos em S. Martinho de Caramos¹⁷⁵⁶. Já para Santa Maria de Oliveira, Roriz e Vilarinho, não há indicação específica do número de religiosos de qualquer modo tinham mais elementos do que os anteriores, embora em Vilarinho o visitador ordene ao prior que coloque três cónegos no mosteiro¹⁷⁵⁷. Situação idêntica ocorre em S. Salvador de Freixo onde o comendatário também é instruído a colocar três cónegos e um prior claustral, uma vez que as rendas do mosteiro eram suficientes para tal, percebendo-se assim

¹⁷⁵¹ “Uma chronica inedita”, in *O Instituto: Jornal Científico e litterario*, Vol. XIII, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866, p.289. No texto são referenciados 11 cónegos mas parece-nos que há um nítido erro de leitura em que “Casteiro” foi separado de prior e tido como nome próprio. Um instrumento de escambo, datado de 7 de Dezembro de 1531, identifica sete cónegos de Grijó, nomeadamente Jorge Correia, Fernando Anes, Gonçalo Rodrigues, Sebastião Pires, Manuel Rebelo, Bastião Gonçalves e António de Almeida (cf. IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.105vº-106).

¹⁷⁵² A.U.C. - Universidade de Coimbra, Fazenda, Documentos Relativos ao Mosteiro de S. João de Longos Vales, Dep. IV, Secção 1ª E, Estante 23, Tab. 4, nº 4.

¹⁷⁵³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14, Maço 3, nº 51; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.173.

¹⁷⁵⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Paderne, M.1, Doc.4.

¹⁷⁵⁵ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, 1988-89, p.130.

¹⁷⁵⁶ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, 1988-89, p.133.

¹⁷⁵⁷ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, 1988-89, pp.128-129.

que no momento da visitação o mosteiro não tinha religiosos¹⁷⁵⁸, pelo menos nas suas instalações.

A 23 de Novembro de 1527 aquando da sentença de extinção da canónica de Santa Marinha da Costa e da sua transição para a Ordem de S. Jerónimo restavam três cónegos regrantes no mosteiro vimaranense¹⁷⁵⁹.

Já Santa Maria de Cárquere parece ter mantido uma certa estabilidade em termos de componente humana uma vez que em instrumento de 17 de Julho de 1531 são identificados cinco religiosos: Francisco Coelho, prior eleito, Filipe Coelho, prior claustral e os cónegos Diogo Coelho, Gil Coelho e Belchior de Sequeira¹⁷⁶⁰. De resto este mesmo número manter-se-ia a 14 de Outubro de 1536¹⁷⁶¹, embora os cinco cónegos novamente aí identificados não sejam os mesmos, surgindo por exemplo aí João de Braga, cónego que já se encontrava na instituição no início do séc. XVI e que não é referenciado em 1531, o que mais uma vez comprova aquilo que vimos dizendo em relação à dificuldade de estabelecer com rigor o número de indivíduos que compõem as diversas comunidades. Ao longo da primeira metade do séc. XVI também a comunidade de Landim não sofreu grandes alterações, registando 6 elementos. Comprova-o instrumento de 25 de Setembro de 1543, onde são identificados o prior claustral, Fernão Peres, e os cónegos Francisco Álvares, João Ramalho, Manuel Pires, João Fernandes e Pedro de Banho¹⁷⁶². De resto este deveria ser o número de religiosos existentes no mosteiro na década de sessenta, altura em que Landim foi integrado na Congregação de Santa Cruz de Coimbra, sendo que em termos concretos apenas podemos afirmar que pelo menos cinco existiam, que foram os que não aceitaram a reforma¹⁷⁶³.

Interessante é a recuperação de São João de Longos Vales que, como vimos atrás, estava, em 1521, reduzida ao prior crasteiro, e a 23 de Abril de 1535 já apresenta quatro religiosos¹⁷⁶⁴.

¹⁷⁵⁸ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528, 1988-89, p.132.

¹⁷⁵⁹ Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.158; Castro, Domingos Leite de, “Convento da Costa...”, 1886, p.107; Caldas, Padre António José Ferreira, *Guimarães: apontamentos para a sua história*, 1996, p.362.

¹⁷⁶⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N°.132.

¹⁷⁶¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N°.107b.

¹⁷⁶² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.26.

¹⁷⁶³ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros ...”, 1987, p.172.

¹⁷⁶⁴ A.D.B. - Fundo Monástico Conventual, Societas Jesu - Colégio das Artes e Universidade de Coimbra, Pasta 37, Doc. 994.

A 28 de Fevereiro de 1543 o mosteiro de S. Pedro de Roriz tinha quatro cónegos¹⁷⁶⁵, situação que se mantinha inalterada dez anos depois, uma vez que a 18 de Julho de 1553 são aí mencionados os cónegos Gonçalo Gonçalves, Fernão Peres, Pedro Gonçalves e António Gonçalves¹⁷⁶⁶.

Idêntico número de religiosos apresentava o mosteiro de São João de Longos Vales nesta altura, contando, em 1546, com quatro cónegos e o prior claustral¹⁷⁶⁷. De resto este é o mesmo número e distribuição de religiosos existente no vizinho mosteiro de Paderne¹⁷⁶⁸, mesmo assim e em termos de quantitativo humano, superior ao que se registava nessa mesma altura em Santa Maria de Refoios de Lima, cuja comunidade claustral era constituída pelo prior crasteiro e três cónegos¹⁷⁶⁹. Cerca de duas décadas depois, mais concretamente em 1564, a canónica regrante mariana das margens do Lima, continuava a ser constituída por quatro religiosos¹⁷⁷⁰.

Já a comunidade conventual do mosteiro de Santo André de Ancede aquando da sua passagem para a Ordem de S. Domingos, a 11 de Agosto de 1560, tinha cinco religiosos: Diogo Monteiro, prior claustral, e os cónegos Pedro Anes, Sebastião Afonso, António Domingues e João Francisco¹⁷⁷¹.

A 27 de Agosto de 1568 o mosteiro de Landim contava com sete religiosos, numa altura em que já tinha sido reformado, sendo que a sua comunidade antes da reforma, e como dito acima, era constituída pelo menos por cinco cónegos¹⁷⁷². Estes dados são-nos fornecidos através do registo da visitação aí efectuada por Manuel Coelho, cónego da Sé de Braga, que foi encarregue de visitar os mosteiros beneditinos e agostinhos da diocese de Braga, por ordem do arcebispo Frei Bartolomeu dos Mártires e

¹⁷⁶⁵ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.199vº. Surge a indicação de que “O mosteiro de Roriz há ao presente quatro conigos os quaes tem suas cellas e dormitorio ham da mesa do prior em cada hum anno cada huum sasenta alqueires de pam terçado e trinta almudes de vinho cozido...”

¹⁷⁶⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, Nº199-A.

¹⁷⁶⁷ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330, fl. 338vº; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”, in *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Vol.I, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, 1983, pp.118, 201; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514 ...*, 2002, p.173.

¹⁷⁶⁸ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330, fl. 339; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”, in *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Vol.I, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, 1983, pp.119, 202; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514 ...*, 2002, p.175.

¹⁷⁶⁹ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330, fl. 340; Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”, in *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Vol.I, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, 1983, pp. 120, 205; Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514 ...*, 2002, p.176.

¹⁷⁷⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.65.

¹⁷⁷¹ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.21.

¹⁷⁷² Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros ...”, 1987, p.172.

no seguimento da solicitação feita pelo Cardeal D. Henrique¹⁷⁷³. Essa visitação decorreu no final do mês de Agosto e ao longo do de Setembro de 1568 e fornece-nos diversos tipos de elementos, incluindo o número de religiosos de cada instituição, o que nos permite ter uma ideia bastante concreta do panorama regente nas canónicas minhotas por esta altura. Assim, e de acordo com esta fonte, nesse segundo semestre de 1568, os mosteiros de S. Simão da Junqueira, Santa Maria de Oliveira, S. Pedro de Roriz e Santa Maria de Vila Nova de Muia tinham 4 cónegos¹⁷⁷⁴. Esse era também o número de religiosos efectivos de S. Salvador de Paderne, embora antes tivesse cinco cónegos, mas um deles tinha sido degredado, no entanto e em termos de serviço pastoral e para as demais funções só eram três uma vez que o cónego Henrique Pinto estava entravado¹⁷⁷⁵.

Dos mosteiros agostinhos visitados os que maiores efectivos humanos apresentam são os de S. Martinho de Caramos e S. Martinho de Mancelos com cinco cónegos¹⁷⁷⁶, enquanto no sentido inverso, ou seja os mais depauperados, são os de S. Miguel de Vilarinho, S. Martinho de Crasto e Santa Maria de Refoios de Lima, que tinham apenas três religiosos¹⁷⁷⁷, embora este último, e como revela a acta da visitação, tivesse tido até há muito pouco quatro elementos¹⁷⁷⁸.

Em S. Simão da Junqueira aquando da integração do mosteiro na Congregação de Santa Cruz de Coimbra são referenciados quatro religiosos (Pedro Álvares, prior claustral e os cónegos Manuel Pires, Domingos Lopes e Fernando Rodrigues)¹⁷⁷⁹.

Perante tais dados pode concluir-se que a generalidade dos mosteiros agostinhos nortenhos apresenta efectivos humanos na ordem dos quatro a seis elementos, à excepção de Grijó, cuja componente humana se cifrava à volta de uma dezena de religiosos. Verifica-se também que apesar de algumas oscilações, quase sempre ligeiras, exceptuando os picos de Ancede e Mancelos no séc. XIV, estes números apresentam alguma constância, embora convenha não esquecer a ambivalência destes dados. É que, como vimos, a tipologia, especificidades e limitações das fontes raramente nos permitem uma contabilização segura, pelo que os valores apresentados têm de ser sempre vistos como indicadores e não números concretos e definitivos. Além disso as informações que nos chegam baseiam-se, normalmente, nos cónegos residentes, o que

¹⁷⁷³ *Idem, Ibidem*, pp.161-162, 171.

¹⁷⁷⁴ *Idem, Ibidem*, pp.174,175,177,184.

¹⁷⁷⁵ *Idem, Ibidem*, p.185.

¹⁷⁷⁶ *Idem, Ibidem*, pp.180,181.

¹⁷⁷⁷ *Idem, Ibidem*, pp.179,183,187.

¹⁷⁷⁸ *Idem, Ibidem*, p.187.

¹⁷⁷⁹ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado ...*, 1913, pp.148-152 (doc.16).

significa que são sempre dados parciais face aos cónegos que têm vínculo à instituição mas cuja colocação em igrejas da apresentação dos respectivos mosteiros os coloca numa situação de volatilidade, tornando-se por isso difícil a sua real contabilização.

3.2. - Proveniência/Área de recrutamento dos religiosos

A documentação não é muito profícua no que respeita a este género de informações, de resto, e como já foi observado por Alberto Martins e Carlos Guardado da Silva, torna-se, por vezes, muito difícil identificar a proveniência quer social quer geográfica de grande parte dos religiosos uma vez que os referenciais toponímicos e patronímicos são normalmente excluídos da identificação até como forma e prova de humildade difundida pelo princípio da regra monástica, sobrepondo-se assim o comum ao indivíduo¹⁷⁸⁰.

Após um ano de noviciado era acrescentado o título de “Dom” ao nome próprio, sendo essa a forma de intitulação e tratamento utilizada¹⁷⁸¹, o que não significa que por vezes não surjam outro género de indicações complementares. De resto, e no que respeita às canónicas nortenas a omissão do patronímico não é a regra dominante, e se de facto existem muitos religiosos que são identificados apenas pelo nome próprio, regista-se uma elevada percentagem de indivíduos em que o nome próprio é complementado por outros elementos identificativos.

O facto de uma grande parte dos cónegos regrantes estarem habilitados a desempenhar o sacerdócio permite-nos, através das ordens de matrículas, obter alguns dados referentes à filiação e à sua origem geográfica, concluindo-se facilmente, embora se deva ter sempre em consideração o facto de estarmos perante amostras segmentarias, o que não permite a obtenção de valores consistentes, que os cónegos regrantes eram maioritariamente originários da área geográfica dos respectivos mosteiros.

Tomemos como exemplo os cónegos Pedro e Martim Afonso, do mosteiro de Santa Marinha da Costa, cujos pais eram moradores na freguesia de Santa Marinha da Costa¹⁷⁸². De igual modo o cónego Lopo Fernandes, do mosteiro de Santo Estêvão de

¹⁷⁸⁰ Silva, Carlos Guardado da, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora – A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*, Edições Colibri, 2002, p.72; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, p.769.

¹⁷⁸¹ Silva, Carlos Guardado da, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora ...*, 2002, p.72.

¹⁷⁸² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 4, fl.12; Pasta III, Caderno 6, fl. 21; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.332.

Vilela, era originário dessa freguesia¹⁷⁸³, o mesmo sucedendo com Álvaro Anes, regrante de Santa Maria de Refóios de Lima, freguesia onde viviam os seus progenitores¹⁷⁸⁴.

Existem também casos de cónegos regrantes que têm filhos, com estes a integrarem essas mesmas comunidades como parece acontecer com Gonçalo Gonçalves, do mosteiro de Vila Nova de Muia filho do cónego Gonçalo Anes¹⁷⁸⁵, ou Diogo Gil da canónica de Santa Maria de Oliveira, e filho do cónego Gil Afonso¹⁷⁸⁶. E se estes exemplos nos demonstram o recrutamento feito a partir de uma base local, há também casos que se inserem neste quadro de proximidade embora já com um carácter mais regional. Encontram-se nesta situação, os cónegos Gonçalo Fernandes, do mosteiro de Mancelos, proveniente de Resende¹⁷⁸⁷ e João Vasques, cónego de Santa Maria de Cárquere, filho de Vasco Afonso e de Maria Anes, da freguesia de S. Miguel de Anreade, bispado de Lamego¹⁷⁸⁸.

Os apodos toponímicos presentes na identificação de alguns religiosos também nos confirmam a sua proveniência, sendo neste particular o mosteiro de Moreira da Maia o mais rico neste género de informações, encontrando-se nessa instituição Domingos Martins Carvalho¹⁷⁸⁹, Salvador Gerales de Refonteira¹⁷⁹⁰, Martim de Arões¹⁷⁹¹, Martim Domingues do Couso(?)¹⁷⁹², Domingos Domingues dito Gontão¹⁷⁹³, João de Vilar¹⁷⁹⁴, João de Bouças¹⁷⁹⁵, João Domingues, dito de Vilar¹⁷⁹⁶ e Fernando de Gemunde¹⁷⁹⁷. Para o mosteiro de São João de Longos conhecemos dois casos, o dos

¹⁷⁸³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.29v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.159.

¹⁷⁸⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 2, fl.1; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, 2002, p.319.

¹⁷⁸⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.3v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, 2002, p.141.

¹⁷⁸⁶ ADB- Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.198; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, pp. 744; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico ...*, 1996, p.66.

¹⁷⁸⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.36.

¹⁷⁸⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 30, fl.17; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, 2002, p.230.

¹⁷⁸⁹ IAN/TT- Convento de S. Salvador de Moreira da Maia, M. 10, n.21.

¹⁷⁹⁰ IAN/TT- Convento de S. Salvador de Moreira da Maia, M. 10, n.33.

¹⁷⁹¹ IAN/TT- Convento de S. Salvador de Moreira da Maia, M. 11, n.11.

¹⁷⁹² IAN/TT- Convento de S. Salvador de Moreira da Maia, M. 11, n.2.

¹⁷⁹³ IAN/TT- Convento de S. Salvador de Moreira da Maia, M. 11, n.2.

¹⁷⁹⁴ IAN/TT- Convento de S. Salvador de Moreira da Maia, M. 11, n.40.

¹⁷⁹⁵ IAN/TT- Convento de S. Salvador de Moreira da Maia, M. 12, n.9.

¹⁷⁹⁶ IAN/TT- Convento de S. Salvador de Moreira da Maia, M. 12, n.2.

¹⁷⁹⁷ IAN/TT- Convento de S. Salvador de Moreira da Maia, M. 12, n.23.

cónegos João Martins de Paradela¹⁷⁹⁸ e Estêvão Anes de Moulães¹⁷⁹⁹, portanto uma localidade da freguesia de Longos Vales e uma freguesia do concelho de Monção. João de Tougues, que nos parece ser cónego de S. Simão da Junqueira, é um outro exemplo dessa proximidade¹⁸⁰⁰. Em Santa Marinha da Costa encontra-se um cónego identificado como D. João de Braga¹⁸⁰¹, o que nos remete para a cidade dos arcebispos, geograficamente próxima de Guimarães. Uma outra indicação, embora de carácter hidrográfico, que nos permite fazer uma associação de proximidade geográfica é o caso de D. Pedro Pel, provável cónego de Santa Maria de Landim¹⁸⁰², cuja proveniência parece enquadrar-se na região face à existência do rio Pel.

Perante os dados de que dispomos conclui-se que a base de recrutamento é maioritariamente local e regional, de resto uma situação já verificada para Santa Cruz de Coimbra e S. Vicente de Fora, sendo que no primeiro caso os religiosos cuja proveniência foi possível apurar são da zona de Coimbra, Viseu e Leiria¹⁸⁰³, enquanto que os de S. Vicente de Fora eram também provenientes da área de influência administrativa do mosteiro¹⁸⁰⁴, portanto também relacionados com uma base regional de recrutamento. De resto, nos séculos finais da Idade Média, o recrutamento religioso em Portugal parece ter uma base essencialmente local e regional, panorama extensível a outras ordens e a casas de grande dimensão, como é exemplo o mosteiro de Alcobaça em que apesar de se detectarem monges provenientes de todo o país, a sua maioria é de procedência local e regional¹⁸⁰⁵, o mesmo acontecendo com o mosteiro de S. Paulo de Almaziva¹⁸⁰⁶.

¹⁷⁹⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.52.

¹⁷⁹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14, Maço 3, nº 45.

¹⁸⁰⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo: doações, testamentos e Provizoes Reaes, 1743, fl.114-116.

¹⁸⁰¹ Castro, Domingos Leite de, “Convento da Costa...”, 1886, pp.107-112; Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.158.

¹⁸⁰² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.63.

¹⁸⁰³ Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 2003, p.767.

¹⁸⁰⁴ Silva, Carlos Guardado da, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora ...*, 2002, p.72.

¹⁸⁰⁵ Gomes, Saul António, “Demografia eclesiástica”, 2000, p.46. Uma situação inversa verifica-se com o mosteiro dominicano da Batalha onde se encontra uma grande diversidade de proveniências, registando-se também um forte contingente de oriundos de localidades próximas da instituição mas a predominância do recrutamento situa-se numa área geográfica superior a 50 km do mosteiro (cf. *Idem*, *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, 1ª ed., Instituto de História da Arte – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, pp.279-281; *Idem*, “Demografia eclesiástica”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. II, dir. de Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, p.46), embora o carácter específico desta Ordem e a volatilidade dos seus religiosos fazem com que não seja o melhor termo de comparação.

¹⁸⁰⁶ Santos, Maria José Azevedo, *Vida e morte de um mosteiro cisterciense: S. Paulo de Almaziva - Séculos XIII-XVI*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp.95-96.

Situações muito esporádicas são aquelas em que existem indícios de religiosos de proveniências longínquas, casos de João de Coimbra, cónego do mosteiro de Vila Nova de Muia¹⁸⁰⁷, certamente proveniente da cidade mondeguna, ou até do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e João de Paris cónego do mosteiro de Caramos¹⁸⁰⁸, cujo apodo parece indicar que a sua proveniência era francesa ou que pelo menos calcorreou terras gaulesas.

4- RELACÕES E MOBILIDADE ENTRE CASAS REGRANTES

4.1. - As relações entre as diversas casas monásticas

Nenhum mosteiro poderia subsistir isoladamente, por isso há uma série de factores que contribuía para a necessidade de abertura ao século e até da obrigatoriedade do contacto com outras comunidades e mesmo aqueles que estavam mais fechados sobre si próprios, quer pelo isolamento geográfico quer por um maior grau de ascetismo, estavam abertos ao mundo¹⁸⁰⁹.

Não nos podemos esquecer também do incontornável papel de cariz social que os mosteiros desempenharam, que ia muito além do plano espiritual e assistencial, funcionando como pólos aglomeradores da vivência das comunidades leigas, recorrendo aí pessoas de diferentes estratos sociais para celebrarem contratos jurídicos quer com a instituição quer de carácter particular. Tal abertura era extensível a outras comunidades monásticas, motivada por questões de índole económica, judicial e espiritual¹⁸¹⁰.

¹⁸⁰⁷ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, vol.II, 2002, p.62.

¹⁸⁰⁸ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.215vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.759.

¹⁸⁰⁹ A este propósito peguemos num exemplo concreto, o do mosteiro beneditino de Pendorada, sobre o qual o Doutor José Mattoso traça o quadro das relações com outras comunidades religiosas, e apesar desse estudo ser respeitante aos finais do século XI e, grosso modo, primeira metade do XII torna-se bastante elucidativo e representativo do género de vínculos existentes (cf. Mattoso, José, *A abadia de Pendorada: das origens a 1160*, (Colecção Obras Completas de José Mattoso – Vol. 11), tradução de João Luís Fontes, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002, pp. 115-116. Na versão original encontra-se nas pp. 131-134 (cf. “L’Abbaye de Pendorada des origines à 1160” in *Revista Portuguesa de História*, Tomo VII (homenagem ao Prof. Pierre David - Vol. II), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra-Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1957). O mesmo Autor volta a abordar esta questão das relações entre as casas monásticas para o século XIII e início do XIV embora restringindo-se às relações entre mosteiros beneditinos (cf. Mattoso, José, “A vida religiosa dos beneditinos portugueses durante o século XIII”, in *Religião e cultura na Idade Média Portuguesa*, 2ª ed., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, pp. 180-186).

¹⁸¹⁰ Esta questão das relações dos mosteiros com o exterior, nas suas diversas cambiantes foi já bem retratada por diversos autores, de entre os quais poderemos destacar Mattoso, José, *O monaquismo ibérico e Cluny*, (Colecção Obras Completas de José Mattoso – Vol. 12), tradução de João Luís Fontes, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002, pp. 272-291. Na versão original encontra-se nas pp. 358-372 (cf.

Essas ligações entre as casas monásticas, a sua tipologia e intensidade eram naturalmente ditadas por diversos factores, desde logo os de carácter físico, inerentes à proximidade geográfica, depois os de cariz espiritual, quer resultantes da comunhão da mesma regra monástica, ou dos laços de familiaridade estabelecidos entre as diversas instituições, não esquecendo naturalmente as questões económicas, convivendo espacialmente, em termos patrimoniais, com inevitáveis convergências e divergências, e permutando muitas vezes bens entre si de forma a obterem uma melhor gestão dos seus recursos.

Dentro dessas ligações existem, obviamente, diversas facetas, aspectos positivos e negativos, múltiplos antagonismos, maiores ou menores afinidades, solidariedade e litígios. Esses contactos, pontuais ou assíduos, sendo predominantemente de carácter institucional, tinham muitas vezes um cariz pessoal tornando-se, por vezes, difíceis de destringir.

4.1.1. - Organizacionais

Como bem relembra Armando Martins, ao longo da Idade Média as canónicas regrantas portuguesas, apesar de unidas por diversos laços, não tinham qualquer relação de dependência entre si nem com Santa Cruz de Coimbra¹⁸¹¹. Esta autonomia foi também já realçada por Saul Gomes, situação que não impedia a existência de “conexões espirituais e culturais entre todos”¹⁸¹². É certo que Santa Cruz de Coimbra não tendo um peso efectivo de domínio, supremacia e orientação na vida das canónicas regrantas portuguesas tinha, até pelo seu papel de eclosão e difusão dos cónegos regrantas em Portugal¹⁸¹³, o ónus da simbologia e da tradição¹⁸¹⁴, funcionando também como uma referência institucional¹⁸¹⁵. Não existia um organograma estabelecido, uma hierarquia constituída, o que não significa que não tenha havido tentativas de reforma e de organização nesse sentido mas que não surtiram efeito, pelo menos perdurável.

“*Le Monachisme ibérique et Cluny- Les monastères du diocèse de Porto de l’an mille à 1200*, Recueil de Travaux D’Histoire et de Philologie, 4 Série, Fasc. 39, Louvain, Publications Universitaires de Louvain, 1968).

¹⁸¹¹ Martins, Armando Alberto, “Entre Braga e Coimbra ...”, 2006, p.359.

¹⁸¹² Gomes, Saul António, “Cónegos Regrantas de Santo Agostinho”, 2000, p.430.

¹⁸¹³ *Idem*, *In Limine Conscriptioes ...*, 2007, pp.159-160.

¹⁸¹⁴ A este propósito tome-se o exemplo do que sucede no Sínodo diocesano de Braga de 1477, presidido por D. Luís Pires, em que a propósito da forma como deveriam vestir os cónegos regrantas dessa diocese se dá o exemplo dos cónegos de S. Vicente de Fora e de Santa Cruz de Coimbra (cf. *Synodicon Hispanum*, 1982, p.80).

¹⁸¹⁵ Gomes, Saul António, “A religião dos clérigos ...”, 2000, p.363.

Uma dessas tentativas conheceu um passo decisivo a 4 de Setembro de 1340, dia em que se realizou um capítulo provincial dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, em Bragança, no mosteiro de S. Francisco, capítulo presidido pelo prior de Santa Cruz de Coimbra e pelo abade de Santo Isidoro de Leão, estando presentes os priores de S. Jorge de Coimbra, Landim, Mancelos e Freixo, e cónegos de S. Vicente de Fora e S. Miguel de Vilarinho¹⁸¹⁶. De resto, nesta altura é empreendida uma reforma nas casas de cónegos regrantes, ordenada pelo papa Bento XII (1335-1342), sendo encarregue o prior de Santa Cruz de Coimbra, D. Francisco Peres, de efectuar visitação geral aos mosteiros da Ordem de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho¹⁸¹⁷. Desconhece-se a amplitude da visitação, mas é de admitir que tenha sido integralmente cumprida, isto a avaliar pelo facto de D. Francisco Peres ter visitado o mosteiro de S. Simão da Junqueira a 20 de Fevereiro de 1342¹⁸¹⁸.

Já no século XV, e por solicitação de D Afonso V, o papa Nicolau V (1447-1455), através de uma bula datada de 28 de Junho de 1452, “concedeu ao prior de Santa Cruz de Coimbra faculdade e jurisdição ampla de visitar todos os mosteiros de religiosos e religiosas da ordem de S. Agostinho, existentes no reino de Portugal”¹⁸¹⁹.

Desconhecemos se de facto tal visitação se concretizou nalgum mosteiro, mas independentemente disso, o certo é que tal reforma não teve qualquer efeito. Aliás, as comunidades regrantes só no século XVI, com a criação da Congregação de Santa Cruz, é que se foram paulatinamente incorporando, dando estrutura a um corpo organizacional assente num sistema piramidal, encabeçado por Santa Cruz de Coimbra.

4.1.2. - Intervenção de carácter jurídico e disciplinar

Dos dados compulsados verifica-se que para os séculos XIV e XV não se detecta a intervenção directa de priores regrantes noutras comunidades da mesma Ordem, sendo

¹⁸¹⁶ Maria, Frei Nicolau de Santa, *Chronica ...*, Segunda Parte, Livro IX, cap. XXI, pp. 239-240; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 1996, Apêndice Documental (sem paginação); Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 2003, p.510.

¹⁸¹⁷ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Segunda Parte, Livro IX, cap. XXI, p.239; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo I, 1955, pp.70-71; Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, p.329; Gomes, Saul António, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, 2000, p.432; Vilar, Hermínia Vasconcelos, “A vivência de uma regra entre o mosteiro e o século: Os cónegos regrantes” in *História Religiosa de Portugal*, vol. I, dir. de Carlos Moreira Azevedo, coordenação de Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Circulo de Leitores, 2000, p.228; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 2003, pp. 509, 905-906; Gomes, Saul António, “A relevância do monaquismo vilacondense ...”, 2004, pp. 117, 142 (nota 82).

¹⁸¹⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 117, 136-142.

¹⁸¹⁹ Abranches, Joaquim dos Santos, *Fontes do direito ecclesiastico portuguez: I – Summa do Bullario Portuguez*, Coimbra, F. França Amado Editor, 1895, p.42.

a resolução de conflitos internos, ou envolvendo cónegos regrantes, normalmente, solucionados com a intervenção episcopal ou até mesmo pontifícia.

Excepções, embora sem envolver qualquer canónica regrante, podem considerar-se as intervenções dos priores de Requião, D. Rodrigo Esteves e Gonçalo Vasques que no início da década de vinte do séc. XV, surgem como executores de bulas papais relacionadas com a Sé de Braga¹⁸²⁰. A 1 de Junho de 1461 o prior de Grijó foi um dos elementos a quem o papa Pio II (1458-1464) recorreu para a resolução de uma contenda entre o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, e os moradores de Viana¹⁸²¹.

Também D. Leonel de Oliveira, prior de Santa Marinha da Costa, a 14 de Janeiro de 1491 surge como executor de uma bula do papa Inocêncio VIII (1484-1492) pela qual se suprimiram três conezias na colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães¹⁸²².

Uma outra situação aqui enquadrável, embora já no primeiro quartel do séc. XVI, mas que envolve elementos de duas canónicas regrantes, é a do comendatário de S. Salvador de Freixo, Pedro Rodrigues, que surge como executor de uma bula apostólica de Leão X, datada de 2 de Setembro de 1517, para prover Jorge Correia, cónego regrante do mosteiro de Grijó, na igreja de S. Martinho de Argoncilhe, embora aqui esta sua acção tenha um outro enquadramento uma vez que Pedro Rodrigues, além de comendatário de Freixo, era também vigário geral de D. Pedro da Costa (1507-1535), bispo do Porto¹⁸²³.

E se, nestes casos, os priores surgem como executores papais, o historial mostra uma intervenção de proximidade de priores agostinhos na resolução de conflitos envolvendo elementos de outros mosteiros, quer de outras Ordens quer de cónegos regrantes. Pegue-se no exemplo de D. Diogo Mendes, prior de Ancede, que em 1235 surge como mediador, juntamente com o ex abade de Bustelo, Martinho de Pedro, na composição estabelecida no mosteiro de Paço de Sousa referente à divisão das rendas da mesa conventual e abacial, sendo aí abade D. Paio Pais¹⁸²⁴. Um caso que não podemos

¹⁸²⁰ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, pp. 254-255; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.723.

¹⁸²¹ Marques José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra...*, 1978, p.30.

¹⁸²² *Colleçam dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza ...*, Lisboa, 1726, p.53.

¹⁸²³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.2-8.

¹⁸²⁴ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, 1942, p.21; *Idem, Memórias do mosteiro de Bustelo*, 2007, p.45; Mattoso, José, "A vida religiosa dos beneditinos portugueses durante o século XIII", 1997, p.182.

deixar de referir é o do monge de Pedroso que se queixa ao prior de Grijó por ter sido expulso da sua comunidade pelo abade acabando posteriormente, por ser acolhido pelos monges de Paço de Sousa¹⁸²⁵.

Quanto à intervenção de cariz jurídico ou disciplinar de priores regrantes noutros mosteiros da Ordem, se escasseiam as informações deste teor para os finais da Idade Média, o mesmo não se aplica ao séc. XIII, onde se podem recolher bastantes exemplos. No início da segunda metade do séc. XIII há registo de uma contenda entre o mosteiro de S. Simão da Junqueira e Gonçalo Domingues, cónego de Mancelos que vai levar à intervenção do prior de Santa Cruz de Coimbra que proferiu sentença favorável ao prior da Junqueira, decisão que não foi aceite pelo cónego, levando o prior de S. Simão da Junqueira a requerer para o Papa, obtendo sentença favorável de Alexandre IV (1254-1261), a 27 de Junho de 1259, mandando executar a sentença já dada pelo prior de Santa Cruz¹⁸²⁶.

Nova questão de foro disciplinar vai obrigar à intervenção do prior de Santa Cruz de Coimbra, desta feita, sendo incumbido por bula de Clemente IV, de 12 de Outubro de 1265, de obrigar, com censura, Durando Froilaz e outros cónegos do mosteiro de S. Vicente de Lisboa a prestarem a obediência que recusavam ao prior do seu mosteiro¹⁸²⁷.

Tendo como protagonistas os regrantes de S. Vicente há uma nova bula de Clemente IV, datada de 13 de Junho de 1266, para o prior de Santa Cruz de Coimbra publicar por excomungados Pedro Domingues, Domingos Escacho, Nicolau Sardinha e outros cónegos do mosteiro de S. Vicente de Fora que tinham exercido violência, até à efusão de sangue, sobre Gonçalo Afonso, prior claustral da instituição, que governava na ausência do prior mor¹⁸²⁸.

4.1.3. - Culturais, materiais e cultuais

Apesar de não nos chegarem grandes testemunhos de trocas, doações e empréstimos de livros, objectos de culto e profanos envolvendo instituições de cónegos regrantes sabe-se que elas existiam. Em finais da década de 30 do século XII cónegos de

¹⁸²⁵ *Idem, Ibidem*, p.183.

¹⁸²⁶ Marques, Maria Alegria Fernandes, *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, 1990, p.285. Este documento encontra-se também sumariado por Lira, Sérgio, *O mosteiro de S. Simão da Junqueira*, Vol. II, 2002, p.215 (doc.222).

¹⁸²⁷ Abranches, Joaquim dos Santos, *Fontes do direito ecclesiastico portuguez*, 1895, p.26.

¹⁸²⁸ *Idem, Ibidem*, 1895, p.27.

Santa Cruz de Coimbra deslocaram-se a Santiago de Compostela para copiar manuscritos necessários à biblioteca do mosteiro¹⁸²⁹.

Em pormenores e gestos do quotidiano essa solidariedade também se manifesta. Num documento de 1288 apresentado pelos juizes da contenda que opunha o mosteiro de Arouca ao de Cárquere e lavrado pelo tabelião de S. Martinho de Mouros foi aposto o selo do prior do mosteiro de Ancede porque “o taballiom de Sam Martino de Mouros nom avia saelo pose hy o saelo do priol d’Ansandi a rogo”¹⁸³⁰. Situação semelhante ocorreu em Fevereiro de 1325, não propriamente entre mosteiros regrantes, mas envolvendo-os activamente, é que o abade de Tabuado, não conseguindo arranjar tabelião pediu aos priores de Ancede e de Vila Boa do Bispo que colocassem os respectivos selos, de forma a validarem-lhe um diploma¹⁸³¹. A 2 de Novembro de 1362 foi Pedro Geraldês, prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa, quem após o seu selo na acta de eleição do prior de S. Torcato, de forma a que o instrumento tivesse “maioem firmitudinem”¹⁸³².

No século XVI essas trocas intensificam-se. Assim são exemplos as relíquias do Santo Lenho encontradas no mosteiro de Moreira da Maia das quais foram cedidas partículas, em 1560, para os mosteiros de Landim e Refoios¹⁸³³.

A 11 de Maio de 1584 o padre geral, D. Simão, propôs que se trouxesse para Santa Cruz de Coimbra uma estante de bronze que estava no mosteiro de Santa Maria de Landim “a troco de outra cousa de pouca valia”¹⁸³⁴. Nesse mesmo dia, também em capítulo do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra decidiu-se entregar uma relíquia de S. Teotónio a cada um dos mosteiros da Congregação de Santa Cruz¹⁸³⁵.

Por assentimento do capítulo reunido a 11 de Janeiro de 1589 saiu também de Santa Cruz de Coimbra uma relíquia dos Santos Mártires de Marrocos para o mosteiro de Grijó¹⁸³⁶. Finalmente, refira-se que por solicitação do prior do mosteiro de Paderne o convento de Santa Cruz de Coimbra, reunido em cabido, a 26 de Abril de 1595, cedeu a esse mosteiro o relógio velho¹⁸³⁷.

¹⁸²⁹ Gomes, Saul António, “Coimbra e Santiago de Compostela: aspectos de um inter-relacionamento nos séculos medievos”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXIV, Coimbra, 2000, p.469.

¹⁸³⁰ Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco ...*, 2003, pp. 318-319 (doc.38).

¹⁸³¹ Silva, Maria João Oliveira e, *A Escrita na Catedral...*, 2010, p.156.

¹⁸³² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.143.

¹⁸³³ Azevedo, Padre Agostinho de, *A Terra da Maia*, 1939, Vol.I, p.182; Tavares, Maria Otília Nunes, *Mosteiro de Moreira da Maia...*, 1957, p.85.

¹⁸³⁴ *Actas dos Capítulos do Mosteiro de Santa Cruz*, 1946, p.133.

¹⁸³⁵ *idem*, 1946, p.133.

¹⁸³⁶ *idem*, 1946, pp.146-147.

¹⁸³⁷ *idem*, 1946, pp.160-161.

4.1.4. - Espirituais

Uma outra forma de ligação entre as diferentes canónicas é também facilmente percepcionável através dos diversos obituários medievais, alguns deles já para os sécs. XII e XIII¹⁸³⁸, sendo de salientar o facto de, entre os mais antigos, estarem produções agostinianas¹⁸³⁹. Esses obituários incluem, além dos registos dos religiosos referentes às casas a que respeitam, nomes de religiosos de mosteiros geograficamente bastante distantes e até de orientações diversas¹⁸⁴⁰. Esta é, aliás, uma prática estabelecida desde a implantação dos regrantes em Portugal, tendo-se mesmo firmado um pacto de oração entre Santa Cruz de Coimbra e o mosteiro de Claraval, com celebração de ofício anual entre as duas instituições¹⁸⁴¹.

De resto a celebração de sufrágios e pacto de familiaridade envolvendo os regrantes conimbricenses acabaria por se ampliar e estender a mais de oitenta casas monásticas, quer do reino quer estrangeiras e de regras diversas¹⁸⁴². O próprio cronista beneditino, Frei Leão de S. Tomás reforça a ideia destas ligações ao dizer: “Tiverão os Abades de Pendorada grande amizade, & correspondencia com os Religiosos do Mosteyro de Villa Boa do Bispo, & com outros Conventos dos mesmos Conegos Regrantes; Porque todos fiserão entre si compromisso, & carta de irmandade, pera que quando algum Religioso morresse em seus Mosteyros, nos mais que entravão nesta irmandade, lhe fisessem certo numero de Missas por sua alma”¹⁸⁴³.

Ainda relacionado com a criação de “obituários gerais” temos conhecimento, para o séc. XIV, de um compromisso de sufrágios celebrado a 24 de Agosto de 1387 entre dezoito mosteiros beneditinos e agostinhos das dioceses do Porto e de Braga, onde se reuniram os representantes máximos das comunidades de Santo Tirso, Paço de Sousa,

¹⁸³⁸ Gomes, Saul António, *Fragmentos codicológicos de um obituário primitivo do mosteiro de Santa Cruz*, Separata da Revista *Humanitas*, 56, 2004, sobretudo pp.386-389.

¹⁸³⁹ *Idem*, “A memória dos fiéis defuntos no obituário da Sé de Lamego”, in *Biblos*, Vol. LXXII, 1996, pp.154-155.

¹⁸⁴⁰ A este propósito vejam-se os trabalhos de Gomes, Saul António, *Fragmentos codicológicos de um obituário primitivo do mosteiro de Santa Cruz*, Separata da Revista *Humanitas*, 56, 2004, pp.383-399; *Idem*, “A chancelaria do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa nos séculos XII e XIII: subsídio para o seu conhecimento”, in *Summus philologus necnon verborum imperator – Colectânea de estudos em homenagem ao Académico de Mérito Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90º aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, sobretudo pp.195-196; Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora ...*, 2008, pp.34-38.

¹⁸⁴¹ *Vida do Admiravel Padre S. Theotónio...*, 1855, p.177-178; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 2003, p.739.

¹⁸⁴² *Vida do Admiravel Padre S. Theotónio...*, 1855, p.179-182; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 2003, p.739.

¹⁸⁴³ São Tomás, Frei Leão de, *Benedictina Lusitana*, 1974, p.229.

São João de Alpendurada, Bustelo, Cete, Pedroso, Grijó, Ancede, Vila Boa do Bispo, Vilela, Travanca, Pombeiro, Mancelos, Freixo, Caramos, Roriz, Vilarinho e Santa Marinha da Costa, não figurando entre os signatários S. Salvador de Moreira da Maia¹⁸⁴⁴.

Também algumas inscrições tumulares parecem indiciar esta ligação. Uma inscrição no mosteiro de Santa Marinha da Costa dava conta do falecimento de D. Pedro Nunes, prior de S. Torcato, a 7 de Fevereiro de 1274¹⁸⁴⁵, e no mosteiro de Santa Maria de Landim encontra-se a tampa tumular de Lourenço Rodrigues, falecido em 1329¹⁸⁴⁶, que foi, muito provavelmente, cónego de Santa Maria de Oliveira. Já no século XV João Vasques, um cónego de Cárquere, foi sepultado no mosteiro de S. Vicente de Fora¹⁸⁴⁷.

4.2. - Mobilidade dos agostinhos (prios e cónegos)

Ao abordarmos a questão da mobilidade dos religiosos estamos forçosamente a tocar num dos princípios basilares do monaquismo: a clausura. A esse respeito o sínodo diocesano de D. Diogo de Sousa, de 1496, é muito claro na sua sétima constituição:

“Sabendo quam priigosa cousa hé aos religiosos o sair fora da crasta, a qual hé fundamento pera se melhor guardar a obediência, que antre os outros votos das religiões é o principal, ordenamos e mandamos a todollos religiosos assi monjes como conegos de nosso bispado que vivam e estem continuamente em seus mosteiros, nas crastas e cellas pera sua vida ordenadas e que nom saiam dos ditos mosteiros sem necessidade e licença de seus maiores aos quaes mandamos que lha nom dem senom pera cousa justa e necessaria”¹⁸⁴⁸.

Esta questão da saída dos religiosos preocupava sobremaneira os responsáveis eclesiásticos. Já D. João de Azambuja, bispo de Lisboa, no seu sínodo diocesano de 1403 estatui que todos os cónegos do mosteiro de S. Vicente de Fora que fossem

¹⁸⁴⁴ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N°703, fls. 246-250; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas ...*, Tomo II, Lisboa, 1811, pp. 255-257

¹⁸⁴⁵ Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.176.

¹⁸⁴⁶ Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.50. Também Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol 2: Tomo 2, 2000, pp.1529-1531.

¹⁸⁴⁷ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.102.

¹⁸⁴⁸ *que fez ho Senhor Dom Dioguo de Sousa B[is]po do Porto*, edição em fac-símile do incunábulo da Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa da Fundação da Casa de Bragança, com prólogo de Manuel Cadafaz de Matos, introdução de Antonio García y García, leitura diplomática e aparato crítico de Isaias da Rosa Pereira, Lisboa, Edições Távola Redonda/Centro de Estudos de História do Livro e da Edição, 1997, p.50; *Synodicon Hispanum*, 1982, p.359. Estas mesmas constituições sinodais de D. Diogo de Sousa, e esta em particular, encontra-se também publicada em fac-símile na revista “Bibliotheca Portucalensis” – Colectânea de estudos da Biblioteca Municipal do Porto, Porto, Vol. I, 1957, p.[89].

ordenados e professos não se deslocassem à cidade nem a outros locais sem a companhia de outro cônego e quando o fizessem que levassem capas ou mantões franzidos ou abertos de modo a permitir que se vissem as sobrepelizes e o hábito para que pudessem ser devidamente identificados como cônegos, além de que não se podiam ausentar por mais de um mês para celebrarem nem para estarem como capelães em igrejas seculares¹⁸⁴⁹.

Apesar das próprias regras monásticas e demais ditames de cariz orientador preverem, defenderem e zelarem pela clausura¹⁸⁵⁰, o certo é que os religiosos tinham necessidade de se ausentarem dos mosteiros¹⁸⁵¹, e neste particular, os cônegos regantes, uma indispensabilidade desde logo inerente à sua “obra pastoral pluriforme e activa”¹⁸⁵².

Como teremos oportunidade de analisar de seguida, múltiplas eram as razões que levavam os cônegos e priores a ausentarem-se dos seus mosteiros, quer por iniciativa própria quer por imposição ou obrigação, incluindo-se aqui a transferência e permuta dos religiosos entre as casas agostinhas. Verifica-se também que da pluralidade dessas saídas a maioria se relaciona com as obrigações eclesiásticas e a representatividade dos mosteiros nas suas mais diversas cambiantes.

Um caso evidente, embora configurando um certo carácter de extremismo é o que acontece com o prior de Santa Cruz de Coimbra que, a 12 de Janeiro de 1346, supplica ao papa que lhe conceda o privilégio de se fazer acompanhar de altar portátil em virtude dos inúmeros constrangimentos que o obrigavam a ausentar-se do mosteiro, mormente a resolução de negócios da instituição e o facto de ter de acompanhar o rei e a rainha de Portugal¹⁸⁵³.

¹⁸⁴⁹ *Synodicon Hispanum*, 1982, pp.337-338; Marques, José, “Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna”, 1997, pp.201-202.

¹⁸⁵⁰ Esta é uma questão abordada no sinodo diocesano de Braga de 1333, presidido por D. Gonçalo Pereira e que consta da sua décima constituição: “Item porque achamos que os frades de Sam Beeito e de Sancto Augustinho nom viviam en sas crastas assi como deviam e andavam fora delas sem licença...” (cf. *Synodicon Hispanum*, 1982, p.51).

¹⁸⁵¹ A própria regra de S. Bento contempla estas situações da ausência dos religiosos do mosteiro, nos seus capítulos L e LI: “Dos irmãos que trabalham longe do mosteiro ou vão de viagem”, “Dos irmãos que saem não para muito longe” (cf. *Regra do Glorioso Patriarca S. Bento*, traduzida do latim e anotada pelos monges de Singeverga seguida do *Manual dos Oblatos*, Mosteiro de Singeverga, Edições “Ora & Labora”, 1951, pp. 62-63).

¹⁸⁵² Mattoso, José, “Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal” in Portugal Medieval - Novas interpretações, 2ª ed., INIC, 1992, p.113.

¹⁸⁵³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, pp. 81-82. Recordar que este prior era D. Francisco Pires (cf. Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Segunda Parte, Livro IX, cap. XXI, p.238-241; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo I, 1955, pp.70-71; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 2003, p.511).

4.2.1. - Transferência e permuta de religiosos

A transição de religiosos de Santo Agostinho entre as diversas casas era uma realidade. Naturalmente que os registos que nos chegam não mostram o livre arbítrio nessas mudanças mas sim uma imposição superior, movimentações que são mais visíveis ao nível das cúpulas administrativas, até porque são respeitantes a essas transferências a generalidade das provas que nos chegaram. Isso não significa que ao nível das comunidades conventuais também não existisse mobilidade como é exemplo o cônego Bento Salvador que se transferiu do mosteiro de S. Vicente de Fora para o de Grijó¹⁸⁵⁴. De qualquer forma é muito difícil detectar essas mudanças e quase impossível prová-las.

Efectivamente, a situação mais usual era o recurso a religiosos de casas da Ordem para ocuparem priorados de canónicas regrantas entretanto vagas. Múltiplos são os relatos veiculados pelas crónicas agostinianas, e independentemente do crivo crítico a que tais informações têm necessariamente que ser sujeitas, importa-nos aqui não escarpelizar a sua veracidade, mas apenas olhá-las como meras informações ilustrativas dessa mobilidade, detectando-se na fase de implementação e expansão da Ordem no século XII a saída de inúmeros religiosos de Santa Cruz de Coimbra¹⁸⁵⁵.

Dessa fase primordial há vários registos de movimentações de religiosos, como é o caso de David, “hum cônego regrante do mosteyro de Grijó, o qual por negócios de seo mosteyro se achava em Lisboa foi nomeado superior do convento”¹⁸⁵⁶ de S. Vicente de Fora. Também nesse mesmo século e nessa fase inicial do mosteiro lisboeta D. Godinho, cônego originário de Santa Cruz de Coimbra que se encontrava no mosteiro

¹⁸⁵⁴ Cardoso, Jorge, *Agiolégio Lusitano*, Tomo II, 2002, p.338.

¹⁸⁵⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo I, 1955, pp.23-26; *Vida do Admiravel Padre S. Theotónio...*, 1855, Parte II, Cap. IV, pp. 95-102; Gomes, Saul António, *In Limine Conscriptioes ...*, 2007, p.163. Além dos diversos cônegos regrantas que alegadamente saíram de Santa Cruz de Coimbra para ocupar os priorados de canónicas da Ordem há também religiosos que foram nomeados para bispos, desde logo D. João Peculiar (primeiro bispo do Porto (1136-1138) e depois de Braga (1138-1175), D. Estêvão Soares da Silva (1212-1228) ou D. João Galvão que na década de oitenta do séc. XIV foi eleito arcebispo de Braga mas não chegou a assumir o arcebispado (cf. Martins, Armando Alberto, “Entre Braga e Coimbra ...”, 2006, pp.360-361).

¹⁸⁵⁶ *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa*, Tomo I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, p.9; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Segunda Parte, Livro VIII, cap.V, p.122. Curiosamente a Crónica da fundação do mosteiro de S. Vicente não o indica como sendo cônego de Grijó, apenas diz: “E entom vendo el rey que o abbade Galtero se fora e leixara o dito moesteyro fez delle prior hum conego que hy era de outra terra e avia nome David” (cf. *Crónica da fundaçam do moesteyro de Sam Vicente dos conegos regrantas: da hordem do aurelio doctor Sancto Augustinho em a cidade de Lixboa* (reprodução fac-simile da edição ordenada por D. João III e impressa em Coimbra em 1538), Porto, Imprensa Portuguesa, 1873, s.p.). O mesmo sucede com Frei Timóteo dos Mártires que também não identifica o cônego David como sendo do mosteiro de Grijó (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, pp.82-83).

de S. Salvador do Banho, a efectuar a reformação dessa casa, transitou daí para o priorado de S. Vicente de Fora, fazendo-se acompanhar de 12 cónegos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra¹⁸⁵⁷. Curiosamente, os seus sucessores, D. Mendo e D. Paio, eram também provenientes do mosteiro de Banho¹⁸⁵⁸.

Essa prática mobilista foi-se mantendo ao longo dos séculos seguintes e é, muitas vezes, um barómetro para se medir a saúde interna desses mosteiros uma vez que o recurso a religiosos externos às comunidades para a sua gestão é, normalmente, um sintoma de incapacidade de regeneração ou um forte indício da existência de problemas sérios nessas instituições. Aqui há que diferenciar dois géneros de situações, por um lado aquelas em que são os próprios religiosos da instituição a eleger ou a apresentar um cónego de outra comunidade e, por outro, aquelas em que esses elementos estranhos ao convento são aí colocados e que constituem as situações mais frequentes. Muitas vezes tratava-se de simples nomeações que acabavam por degenerar em resultados adversos aos pretendidos.

A imposição de indivíduos externos não sendo a norma é relativamente comum quer seja devido à carestia de elementos ou para fazer face a problemas de indisciplina e desregramento ou pura e simplesmente para beneficiar um qualquer protegido. No primeiro caso temos o exemplo de D. Afonso Martins que foi eleito prior-mor de Santa Cruz de Coimbra por pressão da Coroa, e era diácono e clérigo secular, recebendo então ordens de missa e professando em Santa Cruz de Coimbra¹⁸⁵⁹. Há casos em que há uma grande resistência e mesmo oposição aos elementos estranhos à comunidade como sucedeu em S. Vicente de Fora cujo convento não aceitou a permuta do prior D. João Esteves anterior prior do mosteiro de Caramos, com D. Rodrigo Esteves, seu tio e titular de S. Vicente, efectuada a 8 de Maio de 1378, levando à eleição de novo prior¹⁸⁶⁰. Em 1403 ou 1404 esta situação voltaria a repetir-se neste mesmo mosteiro, discordando o

¹⁸⁵⁷ *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa*, 1950, p.9-10; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Segunda Parte, Livro VIII, cap.VI, p.123; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.87. As fontes documentais parecem não corroborar estas indicações das crónicas como nos mostra Silva, Carlos Guardado da, *O mosteiro de S. Vicente de Fora: a comunidade regrante e o património rural (séculos XII e XIII)*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p.63.

¹⁸⁵⁸ *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa*, 1950, pp.10,12; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Segunda Parte, Livro VIII, caps.VII-VIII, pp.125,128; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, pp.88-89. Apesar das referências dos cronistas a estes dois priores, documentalmente, e segundo o estudo de Silva, Carlos Guardado da, *O mosteiro de S. Vicente de Fora: a comunidade regrante e o património rural (séculos XII e XIII)*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, pp.65,68, apenas é possível comprovar a presença de D. Paio no priorado de S. Vicente.

¹⁸⁵⁹ Gomes, Saul António, "D. Gomes Eanes e a capela de Santo André ...", 2002, p.446.

¹⁸⁶⁰ Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 2003, p.906. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.132-133 coloca a permuta entre estes dois priores em 1376.

convento vicentino da eleição do prior de S. Jorge de Coimbra para o priorado da canónica lisboeta¹⁸⁶¹.

O facto de alguns mosteiros serem de padroado régio também tinha como consequência a apresentação ou pelo menos a anuência do monarca quanto ao nome apresentado, como sucede com o caso de Vasco Martins, do mosteiro de Ancede, para prior do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, tendo essa eleição sido confirmada por D. Pedro a 6 de Maio de 1362¹⁸⁶². Também a 14 de Janeiro de 1378 D. Fernando apresenta para prior do mosteiro de S. Jorge de Coimbra D. Gomes Domingues, cónego do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra¹⁸⁶³.

A verdade é que são muitos os casos conhecidos de religiosos que assumem os priorados de outras comunidades, alguns já priores nos mosteiros de origem, outros apenas cónegos.

D. Francisco Miguel foi investido a 15 de Setembro de 1356 como prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, cargo que já tinha ocupado no mosteiro de Santa Maria de Landim¹⁸⁶⁴.

Em 1362 Lourenço Martins deixou o priorado do mosteiro de Souto para assumir o do vizinho mosteiro de São Torcato¹⁸⁶⁵, embora pareça retomar o priorado desta última canónica ainda na década de sessenta, onde surge identificado como prior a 4 de Junho de 1368¹⁸⁶⁶.

D. Vasco Gonçalves, professo do mosteiro de Santa Cruz e seu prior claustral tomou posse do priorado de Ancede em 1414¹⁸⁶⁷. Frei Gonçalo Gonçalves, cónego do

¹⁸⁶¹ Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 2003, p.906.

¹⁸⁶² *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.298 (Doc. 640). Apesar desta confirmação D. Vasco parece não ter assumido a canónica conimbricense, como adiantámos na respectiva entrada biográfica que lhe é dedicada.

¹⁸⁶³ Santos, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana – Parte oitava*, (Edição fac-similada da edição de 1727), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p.238.

¹⁸⁶⁴ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, p.164; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico do ...*, 1996, p.61; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.97. Segundo Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.145-146, Francisco Miguel era cónego de Santa Cruz de Coimbra, de resto proveniência comum à de um outro cónego, denominado Pedro Mendes que também alcançou o priorado de Santa Maria de Oliveira.

¹⁸⁶⁵ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.142-144.

¹⁸⁶⁶ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, 1942, p.86.

¹⁸⁶⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo I, 1955, pp.71-73; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 2003, p.906.

mosteiro de S. Martinho de Caramos solicita, a 26 de Fevereiro de 1428, o priorado do mosteiro de Santo Estêvão de Vilela¹⁸⁶⁸.

De Santa Maria de Oliveira saiu, em 1426, um cónego para o priorado de S. Martinho de Mancelos, de nome Gil Afonso, que se envolveria num longo e conturbado processo de luta pelo poder¹⁸⁶⁹.

João Álvares, um cónego proveniente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, assume na década de 30, do séc. XV, o priorado de Roriz¹⁸⁷⁰.

Lourenço Esteves, antigo prior do mosteiro de São Martinho de Crasto foi confirmado, a 3 de Outubro de 1435, como prior do mosteiro de Vila Nova de Muia, após solicitação do prior crasteiro e convento do mosteiro de Muia¹⁸⁷¹. Lourenço Esteves ia assim substituir o prior de Vila Nova de Muia, Rodrigo Esteves que, curiosamente, tinha sido transferido para o priorado de Santa Maria de Oliveira¹⁸⁷².

Já Fernando Afonso, um cónego proveniente do mosteiro agostinho de Vilela é investido no priorado de S. Simão da Junqueira a 30 de Setembro de 1442¹⁸⁷³.

D. Frei Luís Domingues, prior de S. Salvador de Souto, foi provido como prior de S. Torcato pelo arcebispo de Braga, em 28 de Fevereiro de 1450, após o falecimento de Frei Álvaro Martins¹⁸⁷⁴. Também o seu sucessor, Frei Vasco Afonso, era de proveniência externa à comunidade, tratando-se de um cónego que o arcebispo de Braga foi recrutar ao mosteiro de S. Simão da Junqueira, confirmando-o como prior de S. Torcato a 9 de Setembro de 1451¹⁸⁷⁵. Situação análoga se passa com João Vasques, cónego proveniente do mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia, que é confirmado como prior do mosteiro de São Miguel de Vilarinho a 28 de Abril de

¹⁸⁶⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 284-285; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, p.758.

¹⁸⁶⁹ Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, pp. 762-764; *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, docs. 1045, 1047, 1054, pp.162-164, 164-165,169-170.

¹⁸⁷⁰ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.523.

¹⁸⁷¹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.63v.; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, p.761; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, p.80 (Doc. 24 do Apêndice).

¹⁸⁷² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.63; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, pp.742, 744; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, p.80 (Doc. 24 do Apêndice).

¹⁸⁷³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.112; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, p.797.

¹⁸⁷⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.152^a v.º; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, pp.729,736.

¹⁸⁷⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.165; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, pp.736-737, 799.

1450¹⁸⁷⁶. Também Gonçalo Pires que a 17 de Setembro de 1450 é confirmado como prior de Santa Marinha da Costa é proveniente de uma outra canónica agostinha, neste caso de de Santa Maria de Landim¹⁸⁷⁷.

Há situações, embora não sejam muito comuns, em que os priores trocam o priorado do mosteiro pela reitoria de uma igreja, como é exemplo Martinho Vicente, prior de Grijó que em 1344 permutaria o priorado do mosteiro com João Anes, cónego de Grijó e reitor de S. Salvador de Perosinho¹⁸⁷⁸. Outro caso é o de Vasco Martins que trocou, em 1434, o priorado do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho pela reitoria da igreja de Santa Lucrecia, ingressando como cónego no mosteiro de Santa Maria de Oliveira¹⁸⁷⁹.

4.2.2. – Presença de regrantes em mosteiros da Ordem

As movimentações entre as casas monásticas regrantes eram uma realidade. E se no século XII em virtude do aparecimento e expansão das canónicas regrantes em território nacional esse é um fenómeno que deverá ter assumido alguma intensidade, já no século XIII essas movimentações se mantêm como prova o facto de em Fevereiro de 1202 se encontrar entre as testemunhas que integram a carta de doação da igreja de S. Cipriano, da diocese de Lamego, ao mosteiro de Ancede, Pedro Mendes, um cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa¹⁸⁸⁰.

Já no que diz à nossa cronologia ou seus limites vemos Lourenço Fernandes, um cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa, juntamente com o prior da sua comunidade, D. Pedro Martins, testemunharem, a 17 de Agosto de 1290, uma composição amigável estabelecida entre o prior de S. Torcato e os herdeiros de Martim Dias, pessoa que tinha deixado bens a D. Pedro Nunes, antigo prior de S. Torcato¹⁸⁸¹. Já João Martins, cónego do mosteiro de Mancelos encontrava-se, a 13 de Fevereiro de

¹⁸⁷⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10-A, M.2, N°36; Dias, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso ...*, Tomo I – Vol. II, 1960, pp. 483-484; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, p.772.

¹⁸⁷⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.159; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, p.755.

¹⁸⁷⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.31.

¹⁸⁷⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.34; A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.55 vº,56 vº; Marques, José, A Arquidiocese de Braga no séc. XV, 1988, p.771; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.259.

¹⁸⁸⁰ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.15.

¹⁸⁸¹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°48.

1294, no mosteiro de S. Simão da Junqueira onde testemunhou um empraçamento aí efectuado¹⁸⁸².

A 2 de Julho de 1299, o prior de Vilarinho, D. Martim Peres, encontrava-se no vizinho mosteiro de S. Pedro de Roriz, onde é efectuado um acto notarial respeitante ao mosteiro de Vilarinho sem que o mosteiro de Roriz tivesse qualquer intervenção directa, servindo apenas de acolhimento às partes¹⁸⁸³. Já D. Durando Anes, prior do mosteiro de São Torcato, surge a 27 de Dezembro de 1300 no vizinho mosteiro de Souto onde foi testemunha de uma procuração que o prior e o convento de S. Salvador de Souto fizeram a dois dos seus cónegos¹⁸⁸⁴.

A 26 de Fevereiro de 1317 detectamos D. Estêvão Peres, prior de Santa Maria de Oliveira, no vizinho mosteiro de S. Silvestre de Requião, onde testemunhou a confirmação de Julião Martins, cónego desse mosteiro para reitor da igreja de Santa Marinha de Ferreiró¹⁸⁸⁵. Estêvão Anes, um cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa, aparece, a 30 de Maio de 1333, a testemunhar um instrumento lavrado no mosteiro de S. Salvador de Souto¹⁸⁸⁶. Também João Domingues de Vilar, cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia, a 29 de Novembro de 1355, surge entre as testemunhas de uma procuração feita no vizinho mosteiro de S. Simão da Junqueira¹⁸⁸⁷. Situação inversa regista-se a 10 de Agosto de 1360 com um religioso de S. Simão da Junqueira, o cónego Domingos Domingues, presente no mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia onde testemunhou dois empraçamentos aí efectuados¹⁸⁸⁸. Também Afonso Esteves, cónego de Vila Boa do Bispo, testemunhou em Coimbra, nas casas de Martim Lourenço, deão da Sé, a 14 de Abril de 1373, um empraçamento que o mosteiro de S. Jorge celebrou com Fernão Martins¹⁸⁸⁹.

A 18 de Agosto de 1401, Lourenço Peres, cónego regente de S. Pedro de Folques encontrava-se no mosteiro de S. Jorge de Coimbra¹⁸⁹⁰. O mesmo sucede com Pedro Afonso, cónego do mosteiro de São Salvador de Grijó, que a 13 de Maio de 1478 é referenciado neste mosteiro conimbricense, figurando como testemunha num

¹⁸⁸² Lira, Sérgio, *O mosteiro de S. Simão da Junqueira*, Vol. II, 2002, p.325 (doc.308).

¹⁸⁸³ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.39; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 161-162.

¹⁸⁸⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 92-93.

¹⁸⁸⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 77-78.

¹⁸⁸⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.112.

¹⁸⁸⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.124-125.

¹⁸⁸⁸ - IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia, M. 11, Doc.41; M. 12, Doc.1.

¹⁸⁸⁹ IAN/TT- São Jorge de Coimbra, M. 9, n.º 39.

¹⁸⁹⁰ IAN/TT- São Jorge de Coimbra, M. 11, n.º 38.

aforamento¹⁸⁹¹. No dia 26 de Maio de 1423 Afonso Lourenço, prior do mosteiro de Souto, bem como João Rodrigues e Vasco Gonçalves cónegos dessa mesma canónica, encontravam-se no mosteiro de S. Torcato onde também assumem o papel de testemunhas num contrato de emprazamento¹⁸⁹². A 6 de Agosto de 1527, António Anes, cónego do mosteiro de Ancede, estava presente no mosteiro de Cárquere, onde foi testemunha num instrumento de emprazamento¹⁸⁹³.

Dos exemplos aqui deixados transparece desde logo um denominador comum: o factor proximidade. E se exceptuarmos a presença do cónego de Grijó em S. Jorge de Coimbra, situação certamente explicável, ou pelo menos potenciável, pelo facto de as duas canónicas serem, nesta altura, governadas pelo mesmo prior, os restantes casos verificam-se em canónicas, geograficamente próximas. E sendo este o quadro padrão, não deixam de existir, obviamente, casos de religiosos que se encontram bastante afastados das suas comunidades de origem, como é exemplo Martim Afonso, cónego de S. Vicente de Fora, que surge, a 4 de Maio de 1370, no mosteiro de S. Jorge de Coimbra¹⁸⁹⁴. De resto o carácter ultra periférico de S. Vicente de Lisboa em relação aos restantes mosteiros de cónegos regantes proporcionava, inevitavelmente, estas situações.

4.2.3. – A presença noutros mosteiros e Ordens

A 15 de Janeiro de 1292, Domingos Domingues, cónego do mosteiro de São Torcato encontrava-se no mosteiro de Arouca, onde serviu de testemunha no testamento de Ouroana Pais¹⁸⁹⁵. A sua presença nesta instituição parece ser de carácter pessoal e não institucional, e é, aparentemente, justificável pelo facto de ter acompanhado o seu pai Domingos Anes, ou por pura e simplesmente o ter ido visitar, isto se tivermos em conta que ele era alfaiate em Arouca¹⁸⁹⁶.

Também o prior de Vila Boa do Bispo, D. Domingos, e o cónego Nicolau Martins aparecem, em Novembro de 1302, no vizinho mosteiro feminino de Tuias a testemunhar um instrumento¹⁸⁹⁷. A 12 de Agosto de 1308 Martim Geraldês, um cónego

¹⁸⁹¹ Queirós, Abílio, “Catálogo dos Pergaminhos do Mosteiro de S. Jorge de Coimbra (1264-1578)”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Vols. XXIII e XXIV (2003-2004; 2005-2007), Coimbra, 2007, p.55.

¹⁸⁹² AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°216.

¹⁸⁹³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N°128.

¹⁸⁹⁴ IAN/TT- São Jorge de Coimbra, M. 9, n.º 34.

¹⁸⁹⁵ Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco ...*, 2003, pp. 379-380 (doc.84).

¹⁸⁹⁶ Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco ...*, 2003, pp.380-381 (docs.84,85).

¹⁸⁹⁷ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, p.175.

de Vila Boa do Bispo surge no mosteiro de Arouca onde aparece arrolado como testemunha num instrumento aí lavrado¹⁸⁹⁸. Neste mesmo mosteiro surge também, a 9 de Setembro de 1310 Martim Martins, cônego de Mancelos, que aí testemunha o acordo feito entre D. Maria Esteves, abadessa de Arouca, e Vasco Gonçalves e sua esposa, a propósito dos bens que ficaram ao mosteiro da parte da monja D. Sancha Gomes¹⁸⁹⁹.

Naturalmente que estas situações são mais propensas quando há proximidade geográfica, de resto estes últimos exemplos enquadram-se nesse âmbito. Uma outra situação que demonstra isso é a ocorrida com o prior de S. Jorge de Coimbra, Frei João Verba, que a 3 de Fevereiro de 1429 se encontrava no mosteiro de Celas¹⁹⁰⁰.

O inverso também sucede, ou seja a presença de religiosos de outras instituições de diferente orientação espiritual em casas regantes ou a testemunhar actos referentes a instituições regantes como poderemos exemplificar com D. Rodrigo Vasques, abade de Bustelo e Estêvão Domingues, monge desse mesmo mosteiro que se encontravam, a 29 de Outubro de 1286, no mosteiro de Vila Boa do Bispo¹⁹⁰¹, ou Afonso Anes, frade de Manhente que, a 21 de Fevereiro de 1332, surge entre as testemunhas de um instrumento de S. Simão da Junqueira¹⁹⁰².

4.2.4. - Presença de regantes nas cúrias diocesanas

A presença de regantes de Santo Agostinho, sobretudo cônegos, nas sedes episcopais ocorre com alguma frequência, contribuindo para tal dois grandes factores, por um lado as questões directamente relacionadas com os religiosos ou com os seus mosteiros e por outro a necessidade de contrair as diversas ordens sacras, e tendo em consideração que estas eram ministradas pelos bispos, a generalidade das ordenações ocorriam nas Sés, nos paços episcopais, ou nas suas imediações. Também os sínodos diocesanos obrigavam à presença dos representantes das instituições, embora neste particular fossem os priores a participarem nesses conclaves eclesiásticos.

¹⁸⁹⁸ Almeida, Dina Carla Ferreira de Sousa de, *O mosteiro cisterciense de Arouca*, vol. II, 2003, p.170 (Doc. Nº 106 do Apêndice Documental).

¹⁸⁹⁹ *Idem, ibidem*, p.230 (Doc. Nº 135 do Apêndice Documental).

¹⁹⁰⁰ Morujão, Maria do Rosário Barbosa, *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (século XIII a XV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001, p.635 (doc.277).

¹⁹⁰¹ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.10.

¹⁹⁰² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 86-87.

4.2.4.1. - Questões relacionadas com os mosteiros

A generalidade dos cónegos e priores agostinhos aí referenciados surgem-nos normalmente arrolados entre as testemunhas, o que significa que na maioria dos casos desconhecemos o motivo da sua presença, embora não persistam quaisquer dúvidas que essas deslocações à Sé eram maioritariamente para tratar de negócios relacionados com os respectivos mosteiros. Não nos podemos esquecer que os contratos enfiteúticos deveriam ter o aval da respectiva diocese o que implicava a deslocação de representantes da instituição à sede diocesana, procuradores que por vezes eram leigos mas que em grande parte dos casos eram religiosos. É também usual encontrar-se mais do que um religioso da instituição, deslocando-se assim na companhia de outros elementos afectos ao mosteiro, religiosos ou não, surgindo por isso, não raras vezes o prior, ou até alguns cónegos na companhia de um ou mais criados, os “homens do prior”, ou até de representantes da instituição.

O prior de Lordelo, Fernando Soares, surge a testemunhar diversos documentos no paço episcopal do Porto ao longo de 1242¹⁹⁰³, o mesmo sucedendo com os cónegos regantes do mosteiro de Grijó, Rodrigo Mendes e Gonçalo Peres, que surgem também em Dezembro de 1243 no paço episcopal do Porto a testemunhar um instrumento¹⁹⁰⁴.

Três religiosos de diferentes instituições, mormente Fernando Soares, prior de Lordelo, Gonçalo Peres, cónego de Roriz e Domingos Mendes, cónego de Rates, encontravam-se ausentes dos seus cenóbios, surgindo entre as testemunhas do instrumento de autorização que o bispo da Guarda concedeu, em Dezembro de 1242, ao bispo do Porto para deter a igreja de S. Pedro de Germelo da diocese egitanense¹⁹⁰⁵.

Martim Pais, cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto encontrava-se, a 11 de Setembro de 1293, em Braga onde testemunhou a composição efectuada, sob a arbitragem da cúria bracarense, entre o prior do mosteiro de S. Torcato e alguns moradores da freguesia desse mosteiro por causa da água da represa do Carvalho e do seu rego, estando aí presentes o prior de S. Torcato e o cónego Paio Anes, desse mesmo mosteiro¹⁹⁰⁶. Também D. Lourenço Viegas, prior de Landim, juntamente com Silvestre Martins e João Vicente, ambos cónegos do mosteiro landinense, se encontravam na cúria bracarense onde testemunharam, a 19 de Novembro de 1359, o emprazamento que o mosteiro de Roriz aí celebrou perante D. Martim Domingues, mestre-escola e vigário

¹⁹⁰³ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, pp. 58-60.

¹⁹⁰⁴ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, p.62.

¹⁹⁰⁵ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, 1924, p.335.

¹⁹⁰⁶ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°53.

geral da Arquidiocese de Braga pelo bispo D. Guilherme, fazendo-se representar para o efeito o mosteiro de Roriz por Vasco Martins, cônego e procurador da instituição¹⁹⁰⁷.

4.2.4.2. - A obtenção de ordens sacras

As deslocações dos religiosos para obterem as ordens eclesiásticas eram também uma realidade, inclusivamente extra diocesana¹⁹⁰⁸ e não só entre dioceses portuguesas com religiosos vinculados às dioceses de Tui e Santiago de Compostela a deslocarem-se a Braga¹⁹⁰⁹ ou a Coimbra¹⁹¹⁰. Nestas situações tinham de ter a devida autorização do seu superior hierárquico ou do bispo da diocese, no caso dos clérigos seculares¹⁹¹¹, e só quando portadores de carta demissória ou de respectiva autorização é que poderiam ser ordenados, caso contrário se um bispo recebesse e ordenasse um clérigo vindo de outra diocese sem a respectiva autorização, essas ordens seriam nulas como determina o cânone XVI do I Concílio de Niceia (325)¹⁹¹². Exemplifiquemos com dois casos, o de Pedro Afonso, cônego regrante do mosteiro de Cárquere, do bispado de Lamego, que recebeu ordens de Evangelho em Braga, a 13 de Março de 1456, tendo para isso “leceça do seu prelado”¹⁹¹³ e o de Lopo Fernandes, cônego professo do mosteiro de Santo Estêvão de Vilela, da diocese do Porto, que a 16 de Abril de 1457, obteve ordens de missa, em Braga, com “leceça de seu prelado”¹⁹¹⁴. A ausência das dioceses pelos

¹⁹⁰⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°17.

¹⁹⁰⁸ Marques, José, “Relações entre as dioceses do Porto e de Braga, na Idade Média: alguns aspectos”, in *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória – Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão* (5 a 8 de Dezembro de 1998), vol. I, Porto/Arouca, 2002, pp. 41-42. Sobre a circulação inter-diocesana de clérigos motivada pela tomada de ordens sacras vejam-se os estudos de Gomes, Saul António, “Diocesanos Bracarenses de Quatrocentos nas Matrículas de Ordens Sacras da Sé de Coimbra”, in *Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Congresso Internacional, Braga, Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano de Braga, Vol. 2/1, 1990, pp. 557-587; *Idem*, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, in *Lusitania Sacra – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, Tomo XVII, 2ª Série, Lisboa, 2005, pp. 183-225, onde esta questão é devidamente aprofundada e excelentemente documentada.

¹⁹⁰⁹ A este propósito veja-se Marques, José, “Relações Galaico-Bracarenses, no século XV, segundo as matrículas de ordens do Arquivo distrital de Braga”, in *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian-JNICT, 1994, pp.325-347

¹⁹¹⁰ Gomes, Saul António, “Coimbra e Santiago de Compostela ...”, 2000, pp.478-481, 484-490.

¹⁹¹¹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.996. A este propósito no Censual da Sé de Lamego, atribuível, na sua generalidade ao final do primeiro quartel do séc. XVI, diz-se no título referente às taxas da chancelaria que “De carta pera tomar ordens fora do bispado nam paga já nada” (cf. *Censual da Sé de Lamego (Século XVI)*, p.42).

¹⁹¹² Dictionnaire Universel et complet des Conciles..., Tome Second, Paris, 1847, p.87; *Documentos dos primeiros oito concílios ecuménicos*, tradução de Monsenhor Otto Skrzypczack, Porto Alegre, Edipucrs, 1999, p.24.

¹⁹¹³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.25; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, 2002, p.266.

¹⁹¹⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.57; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, 2002, p.295.

clérigos sem a respectiva autorização era proibida¹⁹¹⁵, de resto a legislação diocesana é também muito clara na reafirmação desse aspecto como se vê nos sínodos de Braga, de 1281¹⁹¹⁶ e nos do Porto, de 1371¹⁹¹⁷ e 1496, sendo que este último, presidido pelo bispo D. Diogo de Sousa é, a esse respeito, bastante incisivo na sua décima primeira constituição:

“Item mandamos que nenhum clerigo de nosso bispado, beneficiado ou nom, vaa fora delle sem nossa carta de licença ou demissooria, posto que tenha caussa legitima e onesta pera se partir.”¹⁹¹⁸.

4.2.4.3. - Participação nos sínodos diocesanos

Os sínodos diocesanos juntavam ou pretendiam juntar, naturalmente, todos os representantes do clero secular e regular da respectiva diocese, o que implicava a deslocação massiva da clerezia para o local onde tivesse sido convocado. E se na generalidade dos casos não são mencionados os nomes dos priores aí presentes, ou pelo menos os de alguns deles, há outros que nos dão indicações muito concretas sobre os participantes, identificando-os individualmente. Curiosamente nos Sínodos de Braga de D. Gonçalo Pereira, de 1329 e 1330, encontrámos, e no que diz respeito aos agostinhos, praticamente os mesmos mosteiros representados. No primeiro, realizado a 7 de Outubro de 1329, estiveram presentes Martim Domingues, prior do mosteiro de Santa Maria de Landim, Estêvão Peres, prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira e Julião Peres, prior do mosteiro de Requião¹⁹¹⁹.

No sínodo seguinte, que decorreu no dia 14 de Novembro de 1330, também sob orientação de D. Gonçalo Pereira, constam os nomes de Martim Domingues, prior do mosteiro de Santa Maria de Landim, Estêvão Peres, prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira e Vicente Martins, prior de Santa Maria de Vila Nova de Muia¹⁹²⁰. Já no sínodo diocesano de Braga, de D. Martinho Afonso Pires da Charneca, realizado a 15 de

¹⁹¹⁵ Dictionnaire Universel et complet des Conciles..., Tome Second, Paris, 1847, p.87; *Documentos dos primeiros oito concílios ecuménicos*, 1999, p.24; Rivaux, Padre, *Tratado de historia ecclesiastica*, Tomo I, Porto-Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardron e Eugénio Chardron, 1876, p.252.

¹⁹¹⁶ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.15.

¹⁹¹⁷ *Idem*, p.349.

¹⁹¹⁸ *Constituições que fez ho Senhor Dom Dioguo de Sousa B[is]po do Porto...*, 1997, p.53; *Synodicon Hispanum*, 1982, p.362. Com a passagem de D. Diogo para arcebispo de Braga e com a realização do sínodo de 1505 esta mesma constituição será transposta para a diocese de Braga sob a nona constituição (cf. *Synodicon Hispanum*, 1982, p.147).

¹⁹¹⁹ *Idem*, p.45.

¹⁹²⁰ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.46.

Novembro de 1398, estiveram presentes Gonçalo Domingues, prior de Landim; João Rolos, prior da Costa; Afonso Esteves, prior de Oliveira; Rui Gonçalves, prior de Vila Nova de Muia; Gonçalo Eanes, prior de S. Martinho de Crasto; João do Mato, prior de Bravães; João Durães, prior de Caramos; Luís Afonso, prior de Freixo; João Gonçalves, prior de Mancelos, Estêvão Peres, prior de Souto e ainda o prior de Valdreu, cujo nome não é referenciado¹⁹²¹.

4.2.5. - Deslocações em representação da instituição

A grande maioria dos cónegos e priores que detectámos fora do seu mosteiro encontram-se, normalmente, em representação da respectiva instituição, embora haja casos em que não dispomos de qualquer indicação que nos permita identificar o motivo dessa saída, como são os exemplos de Paio Rodrigues, cónego do mosteiro de São Salvador de Freixo que a 26 de Novembro de 1286 surge em Coimbra, no couto de S. Martinho do Bispo, entre as testemunhas de um instrumento de partilhas que envolve o mosteiro de Arouca¹⁹²², ou o de Bartolomeu Pais, um cónego regrante do mosteiro de Cárquere que a 22 de Agosto de 1322 também se encontrava em Coimbra, tendo servido de testemunha, no átrio da igreja de São Tiago, ao traslado de cláusulas do testamento de D. Pedro Martins, chantre da Sé de Coimbra, tocantes ao mosteiro de Celas¹⁹²³.

Se nestes dois casos apenas sabemos que os cónegos estavam deslocados da instituição de origem e a uma distância considerável, a generalidade dessas ausências eram por curtos períodos de tempo uma vez que tinham como destino localidades do aro de acção dos respectivos mosteiros, tratando-se por isso, maioritariamente, de deslocações rápidas, normalmente com a finalidade de efectuar contratos de carácter jurídico para a instituição, compras, vendas, emprazamentos, arrendamentos, ou servindo apenas como emissários ou representantes dos mosteiros para testemunhar doações, legados e testamentos que incorporavam a instituição como beneficiária directa e por isso surgiam aí como observadores e zeladores uma vez que eram parte interessada. Independentemente das motivações e do diverso teor dos instrumentos em que nos surgem esses elementos parece-nos apropriado englobá-los nas deslocações.

Exemplifiquemos com alguns casos.

¹⁹²¹ *Synodicon Hispanum*, 1982, pp.59-60.

¹⁹²² Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco ...*, 2003, p.261 (doc.7).

¹⁹²³ Morujão, Maria do Rosário Barbosa, *Um mosteiro cisterciense feminino ...*, 2001, p.417 (doc.170).

Três religiosos de Santo Estêvão de Vilela deslocaram-se, juntamente com o seu prior, para testemunharem o testamento de Afonso, lavrado a 25 de Julho de 1289, pelo qual deixou bens ao mosteiro¹⁹²⁴.

A 30 de Agosto de 1317 Lourenço Geraldês, cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim encontrava-se em Santa Maria de Viatodos¹⁹²⁵.

A 3 de Maio de 1318 Estêvão Domingues, frade do mosteiro da Junqueira e seu procurador, comparece em Vila do Conde, perante o tabelião Estêvão Anes, para tratar de assuntos referentes à instituição¹⁹²⁶. A 21 de Agosto de 1327 D. Aparício Peres, prior de S. Simão da Junqueira encontrava-se em Veiriz onde foi lavrado o testamento do cavaleiro Fernão da Veiga¹⁹²⁷. A 8 de Julho de 1333 Pedro Geraldês, cónego da Junqueira encontrava-se na igreja de S. Cristóvão de Rates, surgindo entre as testemunhas de um instrumento de venda aí lavrado¹⁹²⁸. A 15 de Setembro de 1334, o prior do mosteiro de Requião, D. Aparício Peres, compareceu em Rates, perante Vicente Esteves, sacador das dívidas por el-rei nos mosteiros e igrejas, entregando-lhe 19 libras referentes à dízima do mosteiro de S. Simão da Junqueira¹⁹²⁹. A 18 de Setembro de 1342 o cónego Domingos Domingues, de S. Simão da Junqueira, encontrava-se em Guimarães, em representação do seu mosteiro, procedendo, perante Vasco Domingues, almoxarife de Guimarães, à liquidação da colheita desse ano que o mosteiro devia pela vinda régia Aquém-Douro¹⁹³⁰.

O facto de alguns mosteiros deterem património em locais longínquos da instituição obrigava a deslocações e viagens bem mais longas e por isso mais demoradas, como sucedeu com Pedro Peres, cónego do mosteiro de Santa Maria de Oliveira que, a 5 de Julho de 1315 se encontrava em Leiria, surgindo entre as testemunhas de um contrato de arrendamento respeitante aos bens que o mosteiro possuía em Leiria e no seu termo¹⁹³¹. Já D. João Esteves, prior de S. Simão da Junqueira, surge a 7 de Outubro

¹⁹²⁴ Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, 1983, pp. 12-13 (Doc.5); Gouveia, Jaime Ricardo Teixeira, *Subsídios para a História de Leomil ...*, 2004, pp. 335-336.

¹⁹²⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo: doações, testamentos e Provizoes Reaes, 1743, fl. 75vº-76.

¹⁹²⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 81vº-82.

¹⁹²⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo: doações, testamentos e Provizoes Reaes, 1743, fl. 90vº-91.

¹⁹²⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 86-87.

¹⁹²⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 92vº.

¹⁹³⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 104vº.

¹⁹³¹ IAN/TT - Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.7.

de 1317 no Burgo de Vouga também em representação do seu mosteiro¹⁹³². O mesmo sucede com D. Estêvão Gonçalves, prior do mosteiro de Roriz que juntamente com Vasco Martins, cónego do mosteiro e procurador do convento, se encontravam, a 16 de Setembro de 1354, na aldeia de Romariz, em Santa Maria da Feira, a tratar de assuntos referentes à instituição¹⁹³³. Bem mais morosa foi a viagem e missão de Germão Fernandes, cónego de Santa Cruz de Coimbra que, em Junho de 1534, foi à Corte levar cartas ao rei e ao infante D. Henrique demorando-se por lá 39 dias¹⁹³⁴.

4.2.6. - Intervenções em representação e defesa dos interesses de outros institutos da Ordem

A 6 de Março de 1300 o prior do mosteiro de São Salvador de Freixo, D. João Martins, surge no vizinho mosteiro beneditino de Gondar, em representação e defesa dos interesses do mosteiro agostinho de Roriz, obtendo a confirmação de uma doação que D. Teresa Anes, abadessa de Gondar fizera ao mosteiro de Roriz de toda a herdade que tinha no couto do mosteiro rorizense¹⁹³⁵. É certo que o documento não o indica como representante, de qualquer modo isso parece-nos implícito. Curiosamente o prior de Freixo faz-se acompanhar, nessa deslocação, de Lourenço Gonçalves, cónego desse cenóbio, bem como de Pedro Martins, “homem do priol de Freixo”¹⁹³⁶.

Também Lourenço Martins, prior do mosteiro de São Torcato surge, a 24 de Outubro de 1352, em nome de D. Domingos Domingues, prior de S. Salvador de Souto, a tomar posse de uma propriedade no lugar de Paço, freguesia de Santa Maria de Souto¹⁹³⁷. Este mesmo prior aparece novamente como representante do prior do Souto, a 11 de Julho de 1356, mostrando uma carta régia perante João Peres que o proibia de usurpar bens e direitos desse mosteiro¹⁹³⁸.

Ainda nesta linha, embora num nível diferente de representatividade pode considerar-se a acção de D. Domingos Aires, prior do mosteiro de Santa Maria de

¹⁹³² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo: doações, testamentos e Provizoes Reaes, 1743, fl.78vº-79vº.

¹⁹³³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, Nº14.

¹⁹³⁴ Coelho, Maria Helena da Cruz, “Receitas e despesas do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...”, 1990, pp.100-101. Ainda mais longa e demorada foi a viagem que uma delegação de Santa Cruz de Coimbra, que integrava três elementos, incluindo dois religiosos desse mosteiro crúzio, efectuou a Roma, saindo do mosteiro conimbricense a 16 de Setembro de 1558 e chegando a Roma a 16 de Dezembro desse ano (cf. Coelho, Maria Helena da Cruz; Santos, Maria José Azevedo, *De Coimbra a Roma uma viagem em meados de quinhentos*, Coimbra Editora, Limitada, 1990, p.8).

¹⁹³⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, Nº8; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.196vº.

¹⁹³⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, Nº8.

¹⁹³⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.55.

¹⁹³⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.142.

Landim, que aparece recorrentemente como vedor nos emprazamentos do mosteiro de S. Simão da Junqueira praticamente ao longo de todo o último quartel do séc. XIII¹⁹³⁹. E se é certo que é a Cúria bracarense quem nomeia os avaliadores, não deixa de ser significativo o facto deste religioso aparecer constantemente nessas funções.

¹⁹³⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fls. 38vº-45vº, 46vº-49vº; Lira, Sérgio, *O mosteiro de S. Simão da Junqueira*, Vol. II, 2002, pp. 324,328 (docs.308,311).

4.2.7. - O serviço pastoral

Rede paroquial das canónicas nortenhas

Mosteiro	Actual concelho	Número de curatos paroquiais ¹⁹⁴⁰
Santa Maria de Cárquere	Resende	5
Santa Maria de Landim	Vila Nova de Famalicão	10
Santa Maria de Oliveira	Vila Nova de Famalicão	8
Santa Maria de Refóios de Lima	Ponte de Lima	2
Santa Maria de Vila Boa do Bispo	Marco de Canaveses	8
Santa Maria de Vila Nova de Muia	Ponte da Barca	4
Santa Marinha da Costa	Guimarães	6
Santo André de Ancede	Baião	9
Santo Estêvão de Vilela	Paredes	7
São Silvestre de Requião	Vila Nova de Famalicão	1
São João de Longos Vales	Monção	6
São Martinho de Caramos	Felgueiras	8
São Martinho de Crasto	Ponte da Barca	7
São Martinho de Mancelos	Amarante	5
São Miguel de Vilarinho	Santo Tirso	3
São Pedro de Roriz	Santo Tirso	6
São Salvador de Banho	Barcelos	3
São Salvador de Bravães	Ponte da Barca	0
São Salvador de Freixo	Amarante	4
São Salvador de Grijó	Vila Nova de Gaia	20
São Salvador de Lordelo	Paredes	2
São Salvador de Moreira da Maia	Maia	6
São Salvador de Paderne	Melgaço	2
São Salvador de Valdreu	Vila Verde	2
São Salvador do Souto	Guimarães	5
São Simão da Junqueira	Vila do Conde	4
São Torcato	Guimarães	5

Aos cónegos de Santo Agostinho estava adstrita a celebração pastoral, uma especificidade própria que colide ou contrasta, por exemplo, com o mundo mais fechado e dedicado “ao fervor do divino” que se regista nos cistercienses¹⁹⁴¹, o que não invalida a valorização da clausura pelos regrantes¹⁹⁴². E se o serviço pastoral está mais arriegado

¹⁹⁴⁰ A contabilização apresentada tem de ser vista como um mero indicador, é que atendendo ao alargado âmbito cronológico deste estudo, ao carácter volátil dos direitos de padroado em algumas das igrejas referidas e à indefinição a que muitas vezes se chegou na identificação dos titulares de tais direitos, dificilmente os números apresentados podem constituir um dado definitivo. Foram também aqui incluídas algumas igrejas que apenas foram anexadas aos mosteiros temporariamente, não sendo o mosteiro o detentor dos respectivos direitos de apresentação.

¹⁹⁴¹ Gomes, Saul António, “O papado e as Ordens religiosas no Portugal Medieval – breves notas de investigação”, in *Poder Espiritual/Poder temporal: As relações Igreja-Estado no tempo da Monarquia (1179-1909)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2009, p.227.

¹⁹⁴² Atente-se no caso de São Teotónio, como revela a passagem da sua vida, em que indignado com o facto de D. Afonso Henriques e seus companheiros, em consequência das campanhas bélicas, terem feito

ao estatuto dos cónegos regrantes, não se julgue no entanto que esta era uma exclusividade sua, antes pelo contrário, é que na Baixa Idade Média, e apesar de algumas tentativas para alterar esta situação¹⁹⁴³, a prática comum era os monges assumirem funções paroquiais nas igrejas unidas ou da apresentação dos respectivos mosteiros¹⁹⁴⁴, independentemente de pertencerem à Ordem de Santo Agostinho ou à de S. Bento¹⁹⁴⁵. Essa componente sacerdotal obrigava naturalmente a um contacto sistemático com as populações e à ausência do mosteiro, mais ou menos prolongada¹⁹⁴⁶, embora haja situações em que é necessária a presença de todos os religiosos, como revela um “Costumeiro dos Conegos Regrantes” onde se diz que “Finado ho prelado logo alguuns coonegos se estam fora do mosteiro sejam chamados se venham a seu mosteiro e todo ho convento emleja antre si...”¹⁹⁴⁷.

De resto a questão das paróquias levantava um problema extra aos próprios cónegos regrantes uma vez que era exigida a obrigatoriedade de residência aos párocos com cura de almas, como estipulou o arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira no sínodo diocesano de 1333. Fê-lo para obstar ao estado de abandono e degradação de muitas igrejas, legislando também no sentido daqueles que tivessem igrejas curadas não pudessem beneficiar de rações noutras igrejas, a não ser com a sua autorização especial¹⁹⁴⁸, encontrando assim uma forma de obrigar à fixação dos párocos. De igual modo procedeu D. Fernando da Guerra, decretando por carta de 18 de Maio de 1461

escravos “a uns certos christãos, que em vulgar se chamam muzarabes” viu-se obrigado a sair do mosteiro, para ir ao seu encontro, ele “que nunca havia sahido do claustro, nem chegado á porta exterior do mosteiro” (cf. *Vida do Admiravel Padre S. Theotónio...*, 1855, pp. 140-141. De resto, durante 30 anos S. Teotónio deverá ter saído do mosteiro apenas três vezes (cf. Bonvin, Padre João-Marco, “A espiritualidade da Ordem de Santa Cruz”, in *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX*, p.179; *Vida do Admiravel Padre S. Theotónio...*, 1855, pp. 170-171).

¹⁹⁴³ Barros, Henrique da Gama, *História da Administração Pública ...*, 1945, Tomo II, pp. 173-174.

¹⁹⁴⁴ Marques, José, “Vida Interna do Mosteiro de Santo Tirso em 1437”, in *Actas do Colóquio de História Local e Regional*, Santo Tirso, 17 e 18 de Março de 1979, edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, Santo Tirso, 1982, p.217; Oliveira, P. Miguel de, *As paróquias rurais portuguesas...*, 1950, p.151; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 2003, pp. 600,609. Já no séc. XI era prática corrente que os monges beneditinos fossem ordenados sacerdotes (cf. Lawrence, C.H., *El monacato medieval: formas de vida religiosa en Europa occidental durante la Edad Media*, version espanhola de Javier Miguélez Garcia, Editorial Gredos – Monografias Históricas, Madrid, 1999, p.203).

¹⁹⁴⁵ Um exemplo concreto é o que se passa na diocese de Braga, em que dos 72 religiosos que foram ordenados presbíteros, entre 1430 e 1468, 30 eram beneditinos e 23 eram cónegos regrantes (cf. Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp. 712-717, 814-816, 967). Já na diocese de Coimbra, para o período compreendido entre 1399 e 1491, são conferidas ordens de missa a 24 cónegos regrantes contra 25 religiosos seguidores da Regra de S. Bento, dos quais 19 cistercienses e 6 beneditinos (cf. Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.203).

¹⁹⁴⁶ Há inclusivamente casos em que os cónegos, face à distância entre a capela, igreja ou paróquia que serviam e o mosteiro, residiam fora da comunidade monástica (cf. Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra ...*, 2003, p.701).

¹⁹⁴⁷ BPMP, Santa Cruz de Coimbra- Ms. 75, fl.57vº.

¹⁹⁴⁸ *Synodicon Hispanum*, 1982, pp.47-49; Pereira, Isaiás da Rosa, “A vida do clero ...”, 1978, p.115, 117,118,121.

que todos os párocos, num prazo de dois meses, residissem nos seus benefícios sob pena de excomunhão e de se verem privados deles¹⁹⁴⁹. Também nos Sínodos diocesanos de Braga, de D. Luís Pires, de 1477, e de D. Diogo de Sousa, de 1505, a questão da residência obrigatória do abade ou qualquer outro beneficiado na paróquia é reafirmada¹⁹⁵⁰. E se é certo que muitas vezes tal exigência não era cumprida, também há casos em que os prevaricadores eram punidos, como aconteceu com Rui Gomes, pároco da igreja de S. Cristóvão de Candemil, que em 1461 foi destituído pelo arcebispo por não fazer residência na freguesia¹⁹⁵¹.

Um caso a referir é também o de Francisco Vasques cónego de São Martinho de Caramos, que detinha uma vigairaria em 1528, como revela uma visitação feita ao mosteiro nesse ano, ordenando-lhe Baltasar Álvares, o visitador, que deixasse o mosteiro para residir na sua vigairaria, de forma a não ocupar o lugar que outro cónego poderia fazer com muito mais proveito para o mosteiro¹⁹⁵². Aliás, nesta visitação Baltasar Álvares deixa claro em Mancelos e Freixo, onde existiam cónegos que tinham a seu cargo capelas, que em primeiro lugar estavam as obrigações do mosteiro¹⁹⁵³, de resto estas mesmas orientações eram também observadas na diocese do Porto, tendo sido emanadas do sínodo diocesano de 1496, em que D. Diogo de Sousa estabelece que “nos mosteiros e igrejas em que há conegos e beneficiados que aos Domingos e festas se nam partam de seus mosteiros e igrejas a que principalmente som obrigados¹⁹⁵⁴.

4.2.8. - Saídas de carácter lúdico

Não se julgue que apenas as obrigações espirituais ou negócios das instituições arrebatavam os cónegos aos claustros, também a simples diversão era responsável pela sua saída, como é o caso do Carnaval¹⁹⁵⁵. Essa festa originou inclusivamente alguma

¹⁹⁴⁹ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, p.300.

¹⁹⁵⁰ *Synodicon Hispanum*, 1982, pp. 75-77, 150-151.

¹⁹⁵¹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.215vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.759.

¹⁹⁵² Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528, 1988-89, p.133.

¹⁹⁵³ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, 1988-89, pp.118, 129, 131. O visitador diz “e o conego que tiver capella tenha maneira como primeiro cumpra com ha obrigação do moestiro” (p.129).

¹⁹⁵⁴ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.358.

¹⁹⁵⁵ Sobre a convivência e a comunhão entre o lúdico e o sagrado e as diversas festividades em que se dilui as fronteiras que separam o mundo profano do religioso veja-se Heers, Jacques, *Festas de loucos e carnavais*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, s.d.,.

discórdia entre a comunidade religiosa de Grijó, atendendo que era costume “hir fora folgar nos dias proximos a quarta Feyra de Sinza” o prior claustral defendia que não era correcto atribuir-se as mesmas pitaças aos que andavam a recrear-se fora do mosteiro e aos que se encontravam no claustro, acabando D. João Pascoal, o prior-mor, por estatuir, a 24 de Fevereiro de 1332, que todos os que tivessem a devida autorização para sair nos dias de Entrudo tinham direito às pitaças¹⁹⁵⁶. E se este género de diversões era permitido não se pense, contudo, que os excessos e falhas praticados pelos religiosos não eram devidamente punidos pelo superior hierárquico, com os prevaricadores a serem “prezos em sa prizom por alguns feitos que fazem que nom devem”¹⁹⁵⁷. Nessa linha de actuação encontra-se o pedido do prior de Grijó ao rei D. João I, para que este ordene às suas justiças que prendam os cónegos e frades que andam por vagabundos, e que, por alguns erros cometidos, saíram ou saem do mosteiro sem licença, e encontram protecção por parte de poderosos, não os conseguindo assim fazer regressar e punir no cárcere¹⁹⁵⁸.

Como já tivemos oportunidade de ver, quando foi abordada a questão da relaxação e do desregramento, a ausência dos religiosos dos mosteiros sem a respectiva autorização era uma questão muito frequente e presente em mosteiros como Roriz, Oliveira, Junqueira, Mancelos e Caramos¹⁹⁵⁹, como revela a visitação de 1528, em que é ordenado aos “coneguos sob penna d’excomunhão que não sayam fora do dito moesteiro e cercuyto delle sem liceemça do prior a qual lhes nam dara senão pera cousas onestas e necessarias”¹⁹⁶⁰.

4.2.9. - Ausência forçada

Essa mesma ausência poderia ser forçada, motivada por situações extremas como a guerra, ou a iminência dela, que obrigava as comunidades, sobretudo as que se situavam em locais mais desprotegidos, a abandonar os claustros e a refugiarem-se dentro das muralhas das cidades. Tal parece ser o caso dos cónegos regantes de S. Simão da Junqueira que, à semelhança dos beneditinos do vizinho mosteiro de Santo

¹⁹⁵⁶ BGUC - Manuscrito 640, fl.209vº.

¹⁹⁵⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 46, fls. 8vº-9.

¹⁹⁵⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 46, fls.9-9vº.

¹⁹⁵⁹ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, 1988-89, pp.116-117, 128, 129, 130, 132,134.

¹⁹⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p.130.

Tirso¹⁹⁶¹, devem ter procurado abrigo na cidade do Porto, de resto parecem-nos fortes indícios o facto de a 22 de Maio de 1383 o prior de S. Simão da Junqueira, D. Estêvão Domingues, se encontrar na cidade do Porto¹⁹⁶², e a 23 de Julho de 1385, Gonçalo Fernandes, um cónego de S. Simão da Junqueira estar nessa mesma cidade, em representação do prior Estêvão Domingues¹⁹⁶³.

¹⁹⁶¹ Cruz, António, *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, 1938, p.208 (doc.CLIV), Sousa, Armindo de, “Benedictinos e Mendicantes em Portugal nos finais da Idade Média (uma questão de prestígio)”, in *Actas do Ciclo de Conferências das Comemorações do 4º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória*, Arquivo Distrital do Porto, 1997, p.167. Entre os cónegos regrantes e por força da guerra é conhecido o abandono do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, de resto, já tivemos, num pequeno estudo, a oportunidade de abordar esta questão do abandono quer desta comunidade quer das de outros mosteiros face às guerras luso-castelhanas da segunda metade do séc. XIV (cf. Fernandes, Aires Gomes, “No interromper da oração ou o perturbante reflexo da guerra nalguns mosteiros”, in *A guerra e a Sociedade na Idade Média – VI Jornadas Luso-espanholas de estudos Medievais*, Vol. I, 2009, pp.313-316).

¹⁹⁶² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 130vº-132.

¹⁹⁶³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 132vº-134.

CONCLUSÃO

Ao longo deste percurso, em que fomos acompanhando a evolução das canónicas regrantas do Norte de Portugal nos séculos finais da Idade Média e início da modernidade, foi possível confirmar alguns pressupostos, desde logo, a sua dimensão em termos de efectivos humanos, em que a generalidade dos conventos não ultrapassava os cinco ou seis elementos. Comprovou-se também que, apesar da autonomia de cada instituição e da inexistência de um modelo congregador, havia interacção entre as diversas casas, relações sob múltiplos aspectos, registando-se a presença e circulação de religiosos entre os cenóbios agostinhos, não variadas vezes com o recurso e recrutamento de cónegos e priores de outros mosteiros da Ordem para gerirem essas casas monásticas.

Tentamos dar uma panorâmica, conquanto que abreviada, da vida de cada uma destas instituições, procurando relevar alguns dos aspectos mais marcantes da sua existência, inserindo-as também no contexto evolutivo da própria Ordem em Portugal.

O carácter globalizante deste estudo permitiu-nos demonstrar o papel preponderante dos regrantas de Santo Agostinho na organização paroquial e na superintendência do múnus pastoral, numa relação de proximidade e catequização das populações. Foi possível identificar grande parte dessa activa rede paroquial e perceber que os mosteiros não só exerciam direitos de padroado na generalidade dessas igrejas, de entre os quais competia, normalmente, a apresentação do respectivo pároco, como também, em muitos casos, essas paróquias eram de facto assumidas por cónegos da instituição tuteladora.

A análise da documentação possibilitou-nos ainda perceber a orgânica interna das comunidades, descortinar alguns dos seus religiosos e registar algumas das suas acções, fossem cónegos, priores-mores, ou priores comendatários, porque foram eles que deram vida a esses mosteiros e que os conduziram, com diferentes graus de perfeição e sabedoria, ao longo de décadas em direcções diversas.

Foi possível identificar muitos desses protagonistas, registando-se para um período que medeia, grosso modo, entre 1300 e 1550, cerca de 1200 fichas biográficas, que não têm correspondência directa com o mesmo número de indivíduos retratados, uma vez que muitos cónegos ascendem aos priorados monásticos, transitam de instituição ou detêm mais que um priorado, situação esta que, como vimos, ocorre com mais frequência com a chegada dos comendatários.

E se conseguimos resgatar algumas identidades e reconstituir com substancial profundidade determinados percursos vivenciais e documentar momentos importantes do trajecto monástico e eclesiástico de alguns cónegos, é também indiscutível que de muitos religiosos apenas conhecemos breves referências, e muitos outros permanecem e ficarão, inevitavelmente, omissos, mas há também aqueles que apenas aguardam que alguém faça emergir os seus nomes das fontes.

Dos vinte e sete institutos de Cónegos Regrantes do Norte do país, existentes no início do séc. XIV, apenas cerca de metade integraram a Congregação de Santa Cruz de Coimbra, sendo que S. Salvador de Requião, Banho, Bravães, Souto, S. Torcato e Lordelo foram extintos e convertidos em igrejas paroquiais no século XV, enquanto Santa Marinha da Costa, Longos Vales, Roriz, Cárquere, Mancelos, Freixo, e Ancede passariam, no séc. XVI, para outras Congregações, com Santa Marinha a transitar para os Jerónimos, Cárquere, Roriz e Longos Vales para os Jesuítas, ao passo que Mancelos, Freixo, e Ancede seriam integrados na Ordem de S. Domingos, com as restantes catorze canónicas a serem incorporadas na Congregação de Santa Cruz ao longo da segunda metade do séc. XVI e inícios do XVII.

Cientes das falhas deixadas e do muito trabalho que há ainda a fazer, pese todas as obstruções, limites e grilhões que este género de investigação enfrenta e enfrentará, porque não comporta nem se compadece com os rigores dos prazos dos homens e com a mercantilização do conhecimento, procuramos dar um pequeno contributo para que aqueles que, por necessidade, curiosidade, descuido ou constrangimento, não consigam ou não queiram manter estas páginas cerradas, possam saber um pouco mais sobre os cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal no anoitecer da medievalidade.

Finitus est

Domingo, mais um dia em que me não devotei ao descanso, 28 dias andados do mês de Agosto do ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de 2011, dia do glorioso Padre Santo Agostinho.

BIBLIOGRAFIA E FONTES MANUSCRITAS

Fontes manuscritas

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

Pergaminhos, Gav. 7, Maço Único, nº. 19
Pergaminhos, Gav. 7-A, Maço 1, nº 29;
Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, Ns.1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28
Pergaminhos, Gav. 9-A, Maço 5, nº 232
Pergaminhos, Gav.10, M.1, Ns.31, 32, 33, 34
Pergaminhos, Gav. 10-A, M.2; Nº.36
Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, Ns. 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70
Pergaminhos, Gav. 11, M.4, Ns. 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102
Pergaminhos, Gav. 12, M.6, Ns. 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 182, 183, 185, 195, 198
Pergaminhos, Gav. 12A, M.7, Ns. 201, 204, 206, 210, 214, 215, 218, 220, 222, 223
Pergaminhos, Gav. 12, M.7, Ns. 202, 203
Pergaminhos, Gav. 14, Maço 3, Ns. 45, 48, 50, 51, 56
Pergaminhos, Gav. 14-A, M.4, Nº76.
Pergaminhos, Gav. 15, M.6, Ns. 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111.
Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, Ns. 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 127, 128, 129, 130, 132, 135, 137.
Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, Ns. 198, 199, 200, 205, 209, 216, 218, 221
Universidade de Coimbra, Fazenda, Dep. IV, Secção 1ª E, Estante 23, Tab. 4, nº 4

Arquivo Distrital de Braga (ADB)

Livros de Matrículas de Ordens - Pastas I, II, III
Livro 1 de Mostras
Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*
Registo Geral 330, Censual de D. Diogo de Sousa
Registo Geral 331, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Jorge da Costa*,
Registo Geral 335, Censual de D. Frei Baltasar Limpo

Bulas

Caixa 3, Docs. 78, 78A
Caixa 4, s.n.

Colecção Cronológica

Pastas/Caixas 8, 21, 22,

Fundo monástico/conventual

Societas Jesu - Colégio das Artes e Universidade de Coimbra: Pasta 29, Doc. 429; Pasta 30, Doc. 447; Pasta 37, Doc. 994;

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães) – (AMAP)

Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira

Pergaminhos Ns. 34, 48, 53, 55, 56, 61, 67, 79, 94, 123, 133, 138, 172, 175, 182, 183, 197, 199, 214, 216, 224, 250, 251, 255, 256, 262, 264, 305, 313, 318, 337, 370, 375

Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa) – (BNP)

- Secção de Reservados, N° 215

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC)

- Manuscrito 636 (“Extractos para servirem a ordenar-se o glosario Latino-Portuguez e Archeologico Portuguez contendo tãobem algumas noticias historicas por João Pedro Ribeiro”)

- Manuscrito 640

- Manuscrito 703

- Manuscrito 704

Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP)

- Santa Cruz de Coimbra - N° 75 (Códice 874) - *Costumeiro da Ordem dos Conegos Regrantes;*

- Santa Cruz de Coimbra - N° 81 (Códice 422) – *Obituario do mosteiro de S. Jorge de Coimbra;*

- Santa Cruz de Coimbra - N° 84 (Códice 707) – *Obituario do mosteiro de Santa Cruz;*

Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo (Lisboa) – (IAN/TT)

Chancelaria de D. Fernando

Livro 1

Chancelaria de D. Afonso V

Livros 2, 3, 4, 11, 12, 15, 16, 19, 22, 23,24, 25, 27, 30, 31, 32, 34, 35

Chancelaria de D. João II

Livros 1, 2, 15, 16, 32

Chancelaria de D. Manuel I

Livro 16, 17, 22, 28, 32, 38, 43

Colecção Costa Basto

Livro 6

Corpo Cronológico

Parte I - M.8, n.1; M.35, n.66; M.50, n.63; M.66, n.61; M.79, n.128; M.80, n.29; M. 98, n.133; M.104, n.74;

Parte II - M.30, N.201

Gavetas

Gaveta I, M.1, Doc.8.

Gaveta II, M. 5, Docs. 24, 26

Gaveta X, M.9, Doc.14

Gaveta XIV, M.6, Doc.6.

Gaveta XV, M.12, Doc.38

Leitura Nova

Legitimações - Livros 1 e 2

Cabido da Sé de Lamego

Papéis avulsos, caixa 10, maço.1, n.º 5.

Conventos de Viana do Castelo

Livros 13, 14, 15, 18

Mosteiro de Ancede

Maço 1 - Docs.12, 15,17,18,19, 20, 21;

Mosteiro de Santa Maria de Landim

Maço 1- Docs.4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28

Mosteiro de Santa Maria de Oliveira

Maço 1- Docs. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25

Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo

Maço 1 - Ns. 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17

Mosteiro de S. Domingos de Lisboa

Livros 18, 26, 44

Mosteiro de São Jorge de Coimbra

Maço 9 - Ns. 12, 13, 34, 39

Maço 11 - N.º 38

Maço 12 - Ns. 2, 4, 6

Maço 13 - N.º 12

Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho

Maço 2 - Ns. 24, 28, 31, 34, 35, 39, 40

Maço 3 - Ns. 6, 7, 22, 26, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 42

Maço 4 - Ns. 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 20, 23, 24, 25, 26, 29, 32, 36, 37, 43, 45, 48, 49, 52, 55

Maço 5 - Ns.14, 20, 34, 36, 38, 40

Maço 6 - Ns. 1, 3, 10, 11, 12, 13, 16, 18, 20, 21, 24, 28, 30

Maço 7 - Ns. 3, 7, 8A, 11, 18, 22, 25, 29

Mosteiro de S. Salvador de Grijó

Maço 1 - Ns. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 12, 13, 15, 17, 18, 20, 22

Maço 2 - Ns. 3, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 15

Maço 3 - Ns. 7, 8, 9, 10, 11, 12, 19

Maço 4 -Ns. 3, 8, 10

Maço 6 -Ns. 9

- Livro Preto de Grijó;

- Livros: 43, 44, 45, 46, 47, 48

Mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia

Maço 9 – Docs. 33, 45, 50, 51, 55

Maço 10 – Docs. 1, 2, 4, 5, 8, 9, 11, 12, 13, 16, 16-A, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41

Maço 11 – Docs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 19, 21, 22, 27, 34, 38, 40, 41
12, 13, 14, 15, 16, 16-A, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 34, 35, 36, 37, 40,
41

Maço 12 – Docs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24,
25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35

Maço 13 – Docs. 1, 2, 2A, 3, 7A, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15A, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24,
25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39

Mosteiro de S. Salvador de Paderne

Maço 1 - Docs. 1, 2, 3, 4, 5

Mosteiro de S. Simão da Junqueira

Tombos de escrituras:

Livros, 8, 9, 10, 11, 12 (Livro Primeiro; Livro Segundo; Livro Terceiro; Livro Quarto;
Livro Quinto)

Fontes impressas e bibliografia

- Abranches, Joaquim dos Santos, *Fontes do direito ecclesiastico portuguez: I – Summa do Bullario Portuguez*, Coimbra, F. França Amado Editor, 1895;
- Actas dos Capítulos do mosteiro de Santa Cruz*, publicadas por Mário Brandão, Coimbra, Publicações do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1946;
- Affonso, Domingos de Araújo, “Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo”, in *Hidalguia – La revista de Genealogia, Nobleza y Armas*, Ano VII, Nº 32 (Enero-Febrero) 1959, Madrid, pp.113-136;
- Alarcão, Jorge, “Tombo do Prior D. Afonso Esteves”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo IX, vol.I, 1964, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp.115-143;
- Alarcão, Jorge de; Amaral, Luís Carlos, *Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV) – Mosteiro de São Salvador de Grijó*, Gabinete de História e Arqueologia de V. N. de Gaia, Câmara de Vila Nova de Gaia, 1986;
- Alexandre Herculano: um homem e uma ideologia na construção de Portugal – Antologia*, organização, prefácio e notas de Cândido Beirante e Jorge Custódio, Amadora, Livraria Bertrand, 1978;
- Almeida, Carlos A. Brochado de, “A “couraça nova” da vila de Melgaço: resultado de uma intervenção arqueológica na Praça da República”, in *Portugalia*, Nova Série, Vol. XXIV, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património-Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, pp.165-200;
- Almeida, Dina Carla Ferreira de Sousa de, *O mosteiro cisterciense de Arouca: Comunidade e Património (1300-1317)*, 2 vols., Dissertação de Mestrado em Idade Média apresentada à FLUC, Coimbra, 2003;
- Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 4 vols., nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Barcelos/Porto-Lisboa, Portucalense Editora/Livraria Civilização Editora, 1967-1971;
- Almeida, Maria José Pérez Homem de, “San Salvador de Bravães: una encrucijada en el romanico português”, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, Ministério da Cultura/Delegação R. do Norte, 1984, pp.316-339;
- Alves, Lourenço, *Arquitectura religiosa do Alto Minho: Igrejas e capelas no Alto Minho do séc. XII ao séc. XVII*, Viana do Castelo, 1987;
- Alves, M., “Rio Mau”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 16, Lisboa, Editorial Verbo, 1974, p.643;

- Alves, M., “Vilela”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol.18, Lisboa, Editorial Verbo, 1976, p.1211;
- Amado, José de Sousa, *Historia da Igreja Catholica em Portugal, no Brasil e nas possessões portuguezas*, Tomo VI (Desde Eugénio IV-1431, até Alexandre VI-1503), Lisboa, Typographia de G. M. Martins, 1874;
- Amaral, António Caetano do, *Para a História da Legislação e Costumes de Portugal, Memória V*, Edição preparada por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Porto, Livraria Civilização, 1945;
- Amaral, Luís Carlos, *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séculos IX-1137)*, Dissertação de Doutoramento em História (Hist. da Idade Média) apresentada à FLUP, Porto, 2007;
- Amaral, Luís Carlos, *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994;
- Amaral, Luís Carlos; Alarcão, Jorge de, *Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV) – Mosteiro de São Salvador de Grijó*, Gabinete de História e Arqueologia de V. N. de Gaia, Câmara de Vila Nova de Gaia, 1986;
- Anais, Crónicas e Memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, textos publicados com uma introdução por António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968;
- Andrade, Amélia Aguiar, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990;
- Andrade, Amélia Aguiar; Mattoso, José; Krus, Luís; “Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias”, in *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*, Vol. I, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, pp.173-243;
- Andrade, Maria Filomena, “Entre Braga e Tui: uma fronteira diocesana de duzentos (o testemunho das inquirições)”, in *Revista da Faculdade de Letras - História*, Série II, Vol. XV – Tomo II, Porto, 1998, pp.77-98;
- Andrade, Maria Filomena, “O património dos mosteiros agostinhos segundo as Inquirições de 1220” in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. VI, Edição da Câmara Municipal de Guimarães e da Universidade do Minho, 1996, pp. 132-145;
- Aniceto, Maria Emília; Pereira, Fernando Jasmins; Ferro, Maria José Pimenta, “Assistência na Idade Média”, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Vol.1, dir. de Fernando Jasmins Pereira (planeada e iniciada por António Alberto Banha de Andrade), Lisboa, Editorial Resistência, 1980, pp. 635-661;
- Araújo, José Carlos Mendes, *São Tiago de Castelões: apontamentos para a sua história*, Edições Quasi, 2005;

- Araújo, Laurinda Fernandes de Carvalho, *Monografia de Santa Eulália de Rio Covo – Barcelos*, S. Julião de Freixo – Ponte de Lima, Edição da Autora em colaboração com o Centro de Estudos Regionais de Viana do Castelo, 1984;
- Armorial Lusitano*, direcção e coordenação de Afonso Eduardo Martins Zuquete com colaboração de António Machado Faria, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961;
- Argote, D. Jeronymo Contador de, *Memorias para a Historia ecclesiastica do arcebispado de Braga primaz das Hespanhas* dedicadas a el rey D. Joao V nosso senhor aprovadas pela Academia Real escritas pelo padre D. Jeronymo Contador de Argote clérigo Regular, Académico da mesma Academia, Título I da Geografia do Arcebispado Primaz de Braga, e da Geografia antiga da Provincia Bracarense, Tomo Segundo, Lisboa Occidental, na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, MDCCXXXIV;
- As Gavetas da Torre do Tombo*, 12 vols., prefácio de A. da Silva Rego, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977;
- Assumpção, Lino d', *Histórias de frades*, 1ª ed., Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1900;
- Atlas de cidades medievais portuguesas (sécs. XII-XV)*, Vol. I, coordenação de A. H. Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Série História Medieval - 1, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990;
- Azevedo, Carlos A. Moreira, “Bibliografia para a História da Igreja em Portugal (1961-1963)” in *Humanística e Teologia*, Tomo II, Fasc. 1, Janeiro - Abril de 1981, Instituto de Ciências Humanas e Teológicas do Porto, Braga, Oficinas Gráficas da Livraria Cruz, pp. 91-112;
- Azevedo, Carlos A. Moreira, “Porto, Diocese do” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. IV, dir. de Carlos A. Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Circulo de Leitores, 2001, pp. 5-56;
- Azevedo, Padre Agostinho de, *A Terra da Maia*, vol. I, 1939;
- Azevedo, Padre Torquato Peixoto d', *Memorias resuscitadas da antiga Guimarães* (manuscrito inédito do Autor datado de 1692), Porto, Typographia da Revista, 1845;
- Barreiros, Padre Manuel D'Aguiar, *Igrejas e capelas românicas da Ribeira Lima*, Porto, Ed. Marques de Abreu, 1926;
- Barroca, Mário Jorge, “A cruz do lugar das Marcas (Lousado), Vila Nova de Famalicão e o couto do mosteiro de Santo Tirso”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol.4, Organização do Departamento de Ciências e Técnicas do Património / Departamento de História, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp.137-160;

- Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422 - Corpus epigráfico medieval português*, 3 volumes (divididos em 4 Tomos), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 2000;
- Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”: questões entre o Porto e o mosteiro de Ancede relativas à venda de vinhos na Idade Média”, in *Douro: Estudos & Documentos*, Vol. 3, Nº5, Porto, Edição do GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto), 1998, pp.49-87;
- Barros, Amândio Jorge Morais, “Tombo do mosteiro de Ancede [séc. XIV]”, in *Douro: Estudos & Documentos*, Ano 8, Nº16, Porto, Edição do GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto), 2003, pp.217-308 (Ao longo do trabalho citado de forma abreviada por *Tombo do mosteiro de Ancede*);
- Barros, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Tomo II, 2ª edição dirigida por Soares, Torquato de Sousa, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1945;
- Barros, João de, *Geographia d’Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes - Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa*, V, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Tipografia Progresso de Domingos Augusto da Silva, 1919.
- Bártolo, Maria Regina Antunes, *Documentos da chancelaria de D. Fernando – 1370-1372 – Transcrição: Subsídios para o estudo da época fernandina*, Coimbra, Dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas apresentada à FLUC, 1966;
- Bastos, Maria Rosário da Costa, “Privilégios jurisdicionais do mosteiro de Santa Maria de Oliveira: um exemplo de resistência face às intimidações laicas em tempos medievos”, in *Revista de Ciências Históricas*, vol. XII, Porto, Universidade Portucalense, 1997, pp. 129-140;
- Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico do Entre Douro e Minho em finais da Idade Média*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1996;
- Bastos, Maria Rosário da Costa, “Sixto da Cunha e a comenda do mosteiro de Santa Maria de Oliveira”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, N.º 16, 1999, pp.11-19;
- Baubeta, Patricia Anne Odber de, *Igreja, pecado e sátira social na Idade Média Portuguesa*, tradução de Maria Teresa Rebelo da Silva, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997;
- Bellino, Albano, *Archeologia Christã: descrição histórica de todas as igrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*, (Publicação commemorativa do jubileu Universal do Ano Santo), Lisboa, Empreza da História de Portugal - Sociedade Editora, 1900;

- Bessa, Paula Virginia de Azevedo, *Pintura mural do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna no Norte de Portugal*, Dissertação de Doutoramento em História – Área de Conhecimento de História da Arte, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2007;
- Bessa, Paula Virginia de Azevedo, “D. Diogo de Sousa e a pintura mural na capela-mor da Igreja de S. Salvador de Bravães”, in *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, Série I, Vol. II, Porto, 2003, pp.757-781;
- Bessa-Luís, Agustina, *O mosteiro*, Lisboa, Guimarães & C.^a Editores, 1980;
- Bettencourt, Olga; Mattoso, José; Krus, Luís, “As inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza – o julgado de Aguiar de Sousa, in *Revista de História Económica e Social*, Nº 9 (Janeiro-Junho 1982), Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, pp. 17-74;
- Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Vol. VII – A igreja de S. Pedro de Ferreira*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1937;
- Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Vol. XV – S. Salvador de Travanca*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1939;
- Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Vol. XLIX – Igreja de Bravães*, Ministério das Obras Públicas, 1947;
- Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Vol. 92 – Igreja de Freixo de Baixo - Amarante*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1958;
- Bonvin, Padre João-Marco, “A espiritualidade da Ordem de Santa Cruz”, in *Santa Cruz de Coimbra do Século XI ao Século XX - Estudos no IX Centenário do nascimento de S. Teotónio (1182-1982)*, Apresentação de António Cruz, Coimbra, 1984, pp.175-184;
- Braga, Alberto Vieira, “Curiosidades de Guimarães – VIII: Mortórios”, in *Revista de Guimarães*, Vol.52, fasc.3-4 (Jul.-Dez.), 1942, pp.155-226;
- Braga, Teófilo, *Contos tradicionais do povo português*, vol.1, 2^a ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1994;
- Branco, Manuel Bernardes, *Historia das Ordens Monasticas em Portugal*, 3 Volumes, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, 1888;
- Brandão, Domingos de Pinho – “Teologia, Filosofia e Direito na Diocese do Porto, nos Sécs. XIV e XV - Alguns Subsídios Para o Seu Estudo”, in *Studium Generale*, Boletim do Centro de Estudos Humanísticos, vol.VII (número especial dedicado ao infante D. Henrique), Porto, 1960, pp.242-354;
- Brandão, Frei Francisco, *Monarquia Lusitana-Parte Sexta*, Ed. Fac-similada da Edição de 1672, Introdução de A. da Silva Rego e notas de A. A. Banha de Andrade, A.

- Dias Farinha, Eduardo dos Santos e M. Santos Alves, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980;
- Brandão, Maria Angelina de Castro Mendes de Pinho, *D. Jorge da Costa na Arquidiocese de Braga (1486 a 1501)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996;
- Brandão, Mário, “Cartas de Frei Brás de Braga para os Piores do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”, in *Estudos Vários*, vol.1, Coleção Acta Universitatis Conimbricensis, Universidade de Coimbra, 1972, pp.211-276;
- Caeiro, Francisco da Gama, “A assistência em Portugal no séc. XIII e os cónegos regrantes de Santo Agostinho”, in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Actas das 1ª Jornadas Luso-espanholas de História Medieval, Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972, Tomo I, Lisboa, 1973, pp.219-229;
- Caeiro, Francisco da Gama, *Santo António de Lisboa*, 2 volumes, Coleção Estudos Gerais-Série Universitária, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995;
- Caetano, Marcello, *História do direito português (sécs. XII-XIV)*, seguida de *Subsídios para a História das fontes do direito em Portugal no séc. XVI*, 4ª ed., com textos introdutórios e notas de Nuno Espinosa Gomes da Silva, Lisboa, Editorial Verbo, 2000;
- Caldas, João Afonso, *Monografia de S. João de Longos Vales – Monção*, Braga, 1975;
- Caldas, Padre António José Ferreira, *Guimarães: apontamentos para a sua história*, 2ª ed., Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães/Sociedade Martins Sarmiento, 1996;
- Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Piores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, redigido em 1748 e publicado in *Boletim de Trabalhos Históricos*- Publicação do Arquivo Municipal “Alfredo Pimenta”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, pp.146-182;
- Campos, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Edições Colibri/Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2004;
- Capela, José Viriato; Silva, António Joaquim Pinto da, *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*, Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001;
- Cardoso, P. Luiz, *Diccionario Geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, 2 Tomos, Lisboa, na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747-1751;

- Cardoso, Jorge, *Agiológio Lusitano*, 4 Tomos, Edição fac-similada da primeira edição (1652-1666), com estudo e índices de Maria de Lurdes Correia Fernandes, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002;
- Carneiro, Bernardino Joaquim da Silva, *Documentos comprovantes de alguns pontos de doutrina dos elementos do direito ecclesiastico portuguez*, 3ª ed. revista e melhorada pelo Dr. José Pereira da Paiva Pitta, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896;
- Carvalho, José Vieira de, *O Mosteiro de S. Salvador de Moreira – Instituição Valorizadora da Terra da Maia*, Maia, 1969;
- Carvalho, J. Vaz de, “Agostinho (Regra de Santo)”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. I, Lisboa, Editorial Verbo, 1963, pp.702-703;
- Carvalho, J. Vaz de, *História breve dos concílios ecuménicos*, Lisboa, Editorial Verbo, 1962;
- Carvalho, Sérgio Luís de, *Assistência e medicina no Portugal medieval*, Edição do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995;
- Castro, Armando de, “Padroados” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, dir. de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, s/d, p.511
- Castro, Domingos Leite de, “Convento da Costa: Extinção da Ordem de Santo Agostinho e sua substituição pela de S. Jeronymo”, in *Revista de Guimarães*, Vol. III - Nº 2 (Abril-Junho de 1886), Sociedade Martins Sarmiento, pp.102-112;
- Castro, Maria de Fátima, *O mosteiro de Landim: contributos para o estudo da propriedade eclesiástica*, Edição da Autora, 1995;
- Castro, Padre José de, *Bragança e Miranda (Bispado)*, 4 volumes, Porto, 1946;
- Castro, Padre José de, *Portugal em Roma*, 2 vols., Lisboa, União Gráfica, 1939;
- Castro, Padre José de, *Portugal no Concílio de Trento*, vol. I, Lisboa, União Gráfica, 1944;
- Catálogo do Leilão “Biblioteca Eugénio da Cunha e Freitas- Parte II”*, organização de Pedro de Azevedo, leitura paleográfica de Susana Tavares Pedro, Lisboa, 2010;
- Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*, coord. de Aires Augusto Nascimento e José Francisco Meirinhos, BPMP, 1997;
- Censual do Cabido da Sé do Porto*, (Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto), introdução de João Grave, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924;

- Censual da Sé de Lamego (Século XVI)*, leitura, transcrição e notas de A. de Almeida Fernandes, Arouca, Associação da Defesa do Património Arouquense/Câmara Municipal de Lamego, 1999;
- Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984;
- Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV*, 3 vols., edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990-1992;
- Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo I (1433-1435) e Tomo 2 (1435-1438), edição organizada por João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos - Universidade Nova de Lisboa, 1998;
- Chancelarias Portuguesas – D. João I*, 4 Volumes, Organização de João José Alves Dias, Transcrição de José Jorge Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006;
- Chartularium Universitatis Portugalensis*, 12 volumes, Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá/Francisco da Gama Caeiro, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1966 - 1995;
- Chorão, Maria José Mexia Bigotte, “Mosteiros” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, dir. de Carlos A. Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Circulo de Leitores, 2001, pp.274-279;
- Chronica do muyto alto e muyto poderoso rey destes reynos de Portugal Dom João o III deste nome* dirigida ha C.R.M. D’El Rey Dom Filippe o III, composta por Francisco D’Andrada do seu Conselho e seu chronista mor – 4 Partes, 2ª ed., Coimbra, Na Real Officina da Universidade, 1796;
- Coelho, Maria Helena da Cruz, “A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII” in *Homens, Espaços e Poderes (sécs. XI-XVI)*- vol. I - *Notas do Viver Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp.139-169 e também in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada (850º aniversário da batalha de S. Mamede (1128-1978))*, Vol. III, Guimarães, 1981, pp.493-523;
- Coelho, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, (Coleção Estudos Gerais- Série Universitária), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2 vols., 1989;
- Coelho, Maria Helena da Cruz, “Os mosteiros medievais num tempo de hospedar e de caridade”, in *Codex Aquilarensis*, Cuadernos de Investigación de Santa Maria la Real, nº 6, Julho de 1992, Aguilar de Campoo;

- Coelho, Maria Helena da Cruz, “Receitas e despesas do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 1534-1535” in *Homens, Espaços e Poderes (sécs. XI-XVI)* -vol. II – *Domínio Senhorial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp.93-171;
- Coelho, Maria Helena da Cruz, “S. João de Tarouca em tempo de quinhentos” in *Homens, Espaços e Poderes (sécs. XI-XVI)* -vol. II – *Domínio Senhorial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp.173-220;
- Coelho, Maria Helena da Cruz; Santos, Maria José Azevedo, *De Coimbra a Roma uma viagem em meados de quinhentos*, Coimbra Editora, Limitada, 1990;
- Coimbra, Artur Ferreira, *Fafe: Apontamentos de História Local*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 2003;
- Collecçam dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza que neste anno de 1726 se compuzerão e se imprimirão por ordem dos seus censores, dedicada a El Rey Nosso Senhor, seu Augustissimo protector, e ordenada pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, secretario da mesma Academia, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1726;*
- Constituições que fez ho Senhor Dom Dioguo de Sousa Bispo do Porto. As quais foram publicadas no Sínodo que celebrou na dita cidade a vinte e quatro de Agosto de mil e quatrocentos e noventa e seis anos*, in “Bibliotheca Portucalensis” – Colectânea de Estudos da Biblioteca Municipal do Porto, direcção de António Cruz, Porto, Vol. I, 1957;
- Constituições que fez ho Senhor Dom Dioguo de Sousa B[is]po do Porto*, edição em fac-símile do incunábulo da Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa da Fundação da Casa de Bragança, com prólogo de Manuel Cadafaz de Matos, introdução de Antonio García y García, leitura diplomática e aparato crítico de Isaias da Rosa Pereira, Lisboa, Edições Távola Redonda/Centro de Estudos de História do Livro e da Edição, 1997;
- Cordeiro, Padre António, *Historia Insulana das ilhas a Portugal sugeitas no Oceano Occidental*, Vol.I, Lisboa, Typ. do Panorama, 1866;
- Corpo Diplomatico Portuguez contendo os actos e relações politicas e diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o seculo XVI ate aos nossos dias*, publicado de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, por Luiz Augusto Rebello da Silva/Jayme Constantino de Freitas Moniz, 12 Tomos, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1862-1902;
- Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissorum iussu curiae municipalis editum. Diplomata et Inquisitiones, volumen I, Portucale Typis Portugalensibus, MDCCCXCI (1891);*

- Correia, Francisco Carvalho, *O mosteiro de Roriz*, (Coleção de Guias do Património Cultural do Concelho de Santo Tirso – 2), Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso e do Museu Municipal Abade Pedrosa, 1997;
- Correia, Francisco Carvalho, *O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588*, 2 Vols (Vol. I- Estudo; Vol. II-Apêndices), Câmara Municipal de Santo Tirso, 2009;
- Correia, Fernando Carvalho, *O mosteiro de Santo Tirso: o perfil jurisdicional dos seus abades – Estudo e documentação*, Dissertação de pós-doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, s.d. (2009?);
- Cortes portuguesas: reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, 2 volumes, organização de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990-1993;
- Cortesão, Jaime, *Portugal: a terra e o homem*, Coleção Biblioteca de Autores Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987;
- Costa, Américo, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular, - Hydrographico, historico, orographico, biographico, archeologico, heraldico, etymologico*, Vol. VIII, Porto, Livraria Civilização, 1943;
- Costa, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, 3 Tomos, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712;
- Costa, António Domingues de Sousa, *Cónegos Regrantes* in “Dicionário de História de Portugal”, vol. II, dir. de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, s/d, pp.149-151.
- Costa, António Domingues de Sousa, “D. Gomes, reformador da abadia de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”, in *Studia Monastica*, Vol.V-Fasc.1, Abadia de Montserrat, 1963, pp. 59-164;
- Costa, António Domingues de Sousa, *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa: (do início do reinado de D. Duarte até à morte do Infante Santo)*, Braga, Editorial Franciscana, 1960;
- Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993;
- Costa, Padre Avelino de Jesus da, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesa*, Vol I - Estampas, 5ª ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Instituto de Paleografia e Diplomática, 1990;
- Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho (Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo)”, in *I Colóquio Galaico-Minhoto* (1 a 5 de Setembro de 1981), Vol. I, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, 1983, pp. 69-240;

- Costa, Padre Avelino de Jesus da, “A Virgem Maria Padroeira de Portugal na Idade Média”, in *Lusitania Sacra – Revista do Centro de Estudos de Historia Ecclesiastica*, Tomo II, Lisboa, 1957, pp.7-49;
- Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Braga, Arquidiocese de”, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Vol.3, Fascículos 26-28, dir. de Fernando Jasmins Pereira (obra planeada e iniciada por António Alberto Banha de Andrade), Lisboa, Editorial Resistência, 1984, pp.128-200;
- Costa, Padre Avelino de Jesus da, “D. Diogo de Sousa: novo fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura”, in *Homenagem à Arquidiocese Primaz de Braga nos 900 anos da dedicação da Catedral* (Braga, 4-5 de Maio de 1990), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993, pp. 15-117;
- Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos da Colegiada de Guimarães”, in *Revista Portuguesa de História*, Nº 3, Coimbra, 1947;
- Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto (Homenagem ao abade Tagilde)”, in *Estudos de Cronologia-Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1993, pp.270-285;
- Costa, Padre Avelino de Jesus da, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3ª ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra-Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993;
- Costa, Padre Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1959;
- Costa, Padre Avelino de Jesus da, "O culto mariano em Portugal e, sobretudo, em Braga, Coimbra e Lisboa, nos sécs. XII a XV", in *Actas do XIV Congresso Mariano Internacional*, (De cultu Mariano saeculis XII-XV, Acta Congressus Mariologici-Mariani Internationalis, Romae Anno 1975 Celebrati), Vol. III (De cultu Mariano in Nationibus et in Ordinibus Religiosis), Roma, Pontificia Academia Mariana Internacional, 1979, pp. 301-344;
- Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Terra da Nóbrega e Concelho de Ponte da Barca - Subsídios para a sua história”, in *Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca*, Vol. I, Ponte da Barca, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998;
- Costa, Francisco Barbosa da, *Notícia histórica da freguesia de S. Mamede de Serzedo*, Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia/Junta de Freguesia de Serzedo, 2000;
- Costa, Francisco Barbosa da, *Notícia histórica da freguesia de S. Salvador de Perosinho*, Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia/Junta de Freguesia de Perosinho, 2000;

- Costa, Francisco Barbosa da, *S. Félix da Marinha: Notas monográficas*, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia-Junta de Freguesia de S. Félix da Marinha, 2000;
- Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vols. 1 a 4 (Vol. I - Idade Média: A Mitra e o Município; Vol. II - Idade Média: paróquias e conventos; Vol. III - Renascimento I; Vol. IV - Renascimento II, Lamego), 1977-1984;
- Costa, Maria Antonieta Moreira da, “Nepotismo e poder na arquidiocese de Braga (1245-1374)”, in *Lusitania Sacra – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, Tomo XVII, 2ª Série, Lisboa, 2005, pp.117-140;
- Costa, Maria Antonieta Moreira da; Ribeiro, João Carlos Taveira; Rodrigues, Ana Maria S. A.; Maciel, Maria Justiniana Pinheiro, *Os capitulares bracarense (1245-1374): notícias biográficas*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005;
- Costa, Marisa, “A igreja de São Cristóvão de Rio Mau”, in (Separata do) *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, Nova série, Ns. 15/16 (Dezembro de 1995), pp. 1-20;
- Coutinho, B. Xavier, *Ensaio IV – Apontamentos de História Moderna e Contemporânea*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1976;
- Couto, António, *Raízes histórico-culturais de Vila Boa do Bispo*, Edição do Autor, 1988;
- Crasbeck, Francisco Xavier da Serra, “Catalogo dos Religiosíssimos DD. Abbades do antigo Mosteiro de S. Maria de Guimaraens de Religiosos, e Religiosas de S. Bento, e dos illustrissimos DD. Priores do mesmo Mosteiro, e da insigne, antiga, e Real Collegiada desta Villa, conservada com o titulo, de N. S. da Oliveira. Feito Pelos documentos, que se achão no Cartorio da dita Collegiada, e com as memorias do illustrissimo Senhor D. Manoel Caetano de Sousa, Pro-Commissario geral Apostolico da Bulla da Cruzada, do Conselho de Sua Magestade, e Censor da Academia Real, pelo Bacharel Francisco Xavier da Serra Crasbeck, sendo Corregedor da Comarca de Guimaraens, e Academico Supranumerario no anno de 1725” in *Collecçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, que neste anno de 1726 se compuzerão, e se imprimirão por ordem dos seus Censores, dedicada a el Rey Nosso Senhor, seu Augustissimo Protector, e ordenada pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva, Secretario da mesma Academia, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, MDCCXXVI;
- Cronica da fundaçam do moesteyro de Sam Vicente dos conegos regrantas: da hordem do aurelio doctor Sancto Augustinho em a cidade de Lixboa* (reprodução facsimile da edição ordenada por D. João III e impressa em Coimbra em 1538), Porto, Imprensa Portuguesa, 1873;

- Crónica de cinco reis de Portugal seguida da parte da Crónica Geral de Espanha que insere as Histórias dos reis de Portugal*, Vol. I, Edição diplomática e prólogo de A. de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1945;
- Cruz, António, *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1938;
- Cruz, António, “O mosteiro de Souto. Um cenóbio medieval de Guimarães ao serviço da terra e do homem”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada (850 aniversário da batalha de S. Mamede (1128-1978))*, Guimarães, Vol. III, 1981, pp. 85-104;
- Cunha, Maria Cristina Almeida, *A comenda de Oriz da Ordem de Avis*, Separata da Revista “Bracara Augusta”, Vol. XL, Braga, 1989;
- Cunha, Maria Cristina Almeida, “Da “capsa” à “biblioteca”: a localização dos livros na biblioteca medieval” in *Da Memória do Mundo*, Vol.I, Porto, Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, pp.115-119;
- Cunha, D. Rodrigo da, *Catálogo e Historia dos Bispos do Porto*, João Rodriguez impressor, Porto, 1623;
- Cunha, D. Rodrigo da, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Reprodução Fac-similada com nota de apresentação de José Marques, 2 volumes, Braga, 1999;
- Dias, Augusto, *Santa Maria de Cárquere*, Porto, Edições “Beira e Douro”, 1976;
- Dias, Geraldo José Amadeu Coelho, “A Regra de S. Bento, Norma de Vida Monástica: sua problemática moderna e edições em Português”, in *Revista da Faculdade de Letras -História*, III série, Vol.3, Porto, Universidade do Porto, 2002, pp.9-48;
- Dias, Geraldo José Amadeu Coelho, “Na variedade dos foros, a singularidade dos coutos beneditinos. Generosidade régia e poder monástico”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães (D. Afonso Henriques e a sua época)*, Edição da Câmara Municipal de Guimarães e da Universidade do Minho, 1996, vol. IV, pp. 331-345;
- Dias, Geraldo José Amadeu Coelho, “O Mosteiro de São Salvador: Os Crúzios em Moreira da Maia: História e Arte” in *O Mosteiro Crúzio de Moreira -História, Arte e Música*, Paróquia de Moreira da Maia, 2000, pp. 25-48;
- Dias, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal, (Séculos XVI a XVIII)*, 2 Vols., Coimbra, Publicações do Instituto de Estudos Filosóficos - Universidade de Coimbra, 1960;
- Dictionnaire Universel et complet des Conciles tant généraux que particuliers, des principaux Synodes Diocésains, des autres Assemblées Ecclésiastiques les plus remarquables, composé sur les grandes collections de Conciles les plus estimees, et a l'aide des travaux de D. Ceillier, Du P. Richard, des Auteurs de l'histoire*

de l'église gallicane, et des autres Histoires de l'église les plus célèbres, soit anciennes soit modernes, soit françaises soit étrangères; rédigé par M. l'abbé Ad.-Ch. Peltier auteur de M. Lamennais réfuté par lui-même, et de la défense de l'ordre surnaturel; publié par M. l'abbé Migne, Éditeur de la Bibliothèque Universelle du Clergé, ou des cours complets sur chaque branche de la Science Ecclésiastique, 2 Volumes, Paris, 1847;

Dicionário da Idade Média, organizado por Henry R. Loyn, 2ª ed., tradução de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1997;

Dicionário enciclopédico das freguesias, volumes 1 a 3, Matosinhos, Minha Terra, 1997;

Dinis, Manuel Vieira, *Ermidas e capelas de Paços de Ferreira*, 1ª ed, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1985;

Documentos dos primeiros oito concílios ecuménicos, tradução de Monsenhor Otto Skrzypczack, introdução de Urbano Zilles, Coleção Teologia -19, Porto Alegre, Edipucrs, 1999;

Documentos Medievais Portugueses - Documentos Régios (A.D. 1095-1185), texto, introdução diplomática e notas por Rui Pinto de Azevedo, vol. I, Tomo I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958;

Duarte, Luís Miguel, *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999;

Faria, Emília Nóvoa; Martins, António, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, Edição dos Autores, 2002;

Faria, João Lopes de, "Arquivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos", in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913;

Fernandes, Aires Gomes, "As relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge de Coimbra em tempos medievos", in *Lusitania Sacra*, 2ª série, Tomo XVII, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 331-376.

Fernandes, Aires Gomes, "Guerras de pão e vinho em mosteiros medievais" in *Crenças, Religiões e Poderes: Dos indivíduos às sociabilidades*, org. de Vítor Oliveira Jorge e José M. Costa Macedo, Porto, Edições Afrontamento, 2008, pp.357-365;

Fernandes, Aires Gomes, "No interromper da oração ou o perturbante reflexo da guerra nalguns mosteiros", in *A guerra e a Sociedade na Idade Média – Actas das VI Jornadas Luso-espanholas de estudos Medievais*, Vol. I, organização da SPEM (Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais), coordenação da Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, Doutor Saul António Gomes e Doutor António Manuel Ribeiro Rebelo, Campo Militar de S. Jorge -Porto de Mós – Alcobaça - Batalha, 2009, pp.309-321;

- Fernandes, Aires Gomes, *S. Salvador de Moreira da Maia: venturas e desventuras de um mosteiro no século XIV*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004;
- Fernandes, M. Antonino, *Matrículas dos Ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588)*, Tomo I, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 2002;
- Fernandes, Maurício Antonino, *Felgueiras de ontem e de hoje*, Felgueiras, Câmara Municipal de Felgueiras, 1989;
- Ferreira, Maria da Conceição Falcão, *Guimarães “Duas Vilas, Um Só Povo”*. *Estudo De História Urbana (1250-1389)*, prefácio de Humberto Baquero Moreno, Braga, co-edição do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória) e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho com o apoio do CCHS/NARQ, 2010;
- Ferreira, Maria da Conceição Falcão, *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães, Edição da Câmara Municipal de Guimarães em colaboração com a Sociedade Martins Sarmiento, 1989;
- Ferreira, Cónego José Augusto, *Memorias Archeologico-historicas da cidade do Porto (Fastos Episcopales e Politicos) Séc. VI-Sec. XX*, 2 Tomos, Braga, Cruz & Companhia-Editores / Livraria Cruz, 1923-1924;
- Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira (Em comemoração do XVI centenário da promulgação do Edicto de Milão)*, Collecção “Ciência e Religião” – Vol. LXXX, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora de José Pereira de Castro, 1913;
- Ferreira, Monsenhor José Augusto, “A igreja de S. Cristovam de Rio Mau”, in *O Archeologo Português: Collecção Illustrada de Materiaes e Noticias publicada pelo Museu Ethnologico Português*, Vol. XIV (Janeiro a Agosto de 1909 – Ns. 1 a 8), Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, pp.73-84;
- Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III - Séc. XX)*, Tomo II, Edição da Mitra Bracarense, 1930;
- Ferreira, Monsenhor José Augusto, *Origens do christianismo na Peninsula Hispanica – A villa de Rates, sua igreja e seu mosteiro*, Colecção “Sciencia e Religião” – LXXVI, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora de José Pereira de Castro, 1912;
- Ferreira, Jôsiel Santos, *Os frades menores na baixa Idade-Média: algumas reflexões sobre o pecado, tentações e imaginário diabólico*, Dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentada à FLUC, Coimbra, 2008;
- Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros na arquidiocese de Braga sob D. Fr. Bartolomeu dos Mártires”, in *Actas do II Encontro sobre*

- História Dominicana*, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1987, pp.161-206;
- Ferro, Maria José Pimenta; Pereira, Fernando Jasmins; Aniceto, Maria Emília, “Assistência na Idade Média”, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Vol.1, dir. de Fernando Jasmins Pereira (planeada e iniciada por António Alberto Banha de Andrade), Lisboa, Editorial Resistência, 1980, pp. 635-661;
- Florez, Fr. Henrique, *Espana Sagrada: Theatro Geographico Historico de la Iglesia de Espana – origen, divisiones, y limites de todas sus provincias, antiguedad, traslaciones y estado antiguo, y presente de sus Sillas con algunas dissertaciones criticas*, Tomo XXI (contiene la Iglesia de Porto, de la Galicia antigua, desde su origen hasta hoy), 2ª ed., Madrid, En la Oficina de La Viuda é Hijo De Marin, 1797;
- Florez, Fr. Henrique, *Espana Sagrada: Theatro Geographico Historico de la Iglesia de Espana – origen, divisiones, y limites de todas sus provincias, antiguedad, traslaciones y estado antiguo, y presente de sus Sillas con varias dissertaciones criticas*, Tomo XVII: *De la Santa Iglesia de Orense en su estado antiguo y presente*, Madrid, En la Oficina de Antonio Marin, 1763;
- Franco, Isabel Maria M. Alves Pedrosa, *Antroponímia e sociabilidade através dos “pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto (século XIV)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2006;
- Franzen, August, *Breve storia della chiesa*, 5ª ed., Brescia, Editrice Queriniana, 1982;
- Freire, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 3ª ed. (Edição fac-similada da 2ª, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921-1930), 3 vols., apresentação e apêndices de Luís Bívar Guerra, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996;
- Freitas, Eugénio Andrea da Cunha e, “As comedorias de S. Simão da Junqueira nos séculos XIII e XIV”, in *Actas do 17º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica* (Genealogica & Heraldica – Lisboa, 7 a 13 de Novembro de 1986), Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1989, pp. 107-111;
- Freitas, Eugénio Andrea da Cunha e, *Gerações Medievais portuguesas: cavaleiros e escudeiros do Casal*, Separata dos “Anais”, II Série, Vol. 12, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1962, pp. 199-207;
- Freitas, Eugénio Andrea da Cunha e, “Memórias para a história das freguesias de S. Simão da Junqueira e de Santo André de Parada”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, Nova Série, Nº 13, Junho de 1994, pp.25-31;
- Freitas, Eugénio de Andrêa da Cunha e, “O mosteiro de S. Simão da Junqueira: Padroeiros, herdeiros e naturais. Uma nota à margem do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro: da verdadeira origem dos de Cunha”, in *Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Braga, Universidade Católica

Portuguesa/ Faculdade de Teologia de Braga/ Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, Vol. I, pp. 679-688;

Galeria das Ordens religiosas e militares, Tomo I, Porto, 1843;

Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomos 1 a 28, Impressão diplomática do original manuscrito, existente na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, Propriedade e edição de Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araujo Affonso, Braga, 1938-1941;

Genicot, Léopold, *Linhas de rumo da Idade Média*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1963;

Gomes, J. Pinharanda, “O episcopado portuense (1536-1550) de D. Frei Baltazar Limpo, O. Carm.”, in *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória – Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão (5 a 8 de Dezembro de 1998)*, vol.I, Porto/Arouca, 2002, pp.431-450;

Gomes, Saul António, “A chancelaria de um ínclito infante português de quatrocentos: D. Fernando (+1443)”, in *Estudos – Revista do Centro Académico de Democracia Cristã*, Coimbra, Nova série, Nº8-9, 2007, pp.249-291;

Gomes, Saul António, “A chancelaria do mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa nos séculos XII e XIII: subsídio para o seu conhecimento”, in *Summus philologus necnon verborum imperator – Colectânea de estudos em homenagem ao Académico de Mérito Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90º aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, pp.163-213;

Gomes, Saul António, “A memória dos fiéis defuntos no obituário da Sé de Lamego”, in *Biblos*, Vol. LXXII, 1996, pp.149-174;

Gomes, Saul António, “A relevância do monaquismo vilacondense na história das ordens religiosas em Portugal” in *Actas do 2º Encontro de História de Vila do Conde (Vila do Conde: 1050 anos de História – A memória dos séculos monásticos)*, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2004, pp.113-145;

Gomes, Saul António, “A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural - Os cónegos regrantes de Santo Agostinho” in *História Religiosa de Portugal*, vol. I, dir. de Carlos Moreira Azevedo, coordenação de Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Circulo de Leitores, 2000, pp.362-366;

Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansede (c. Baião): Breves Notas para a História dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, in *Habent Sua Fata Libelli - Colectânea de Estudos em Homenagem ao Académico de Número, Doutor Fernando Guedes no seu 75º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004;

- Gomes, Saul António, “As ordens mendicantes na Coimbra Medieval: notas e documentos”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, Tomo X, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa-Universidade Católica Portuguesa, 1998, pp. 149-215;
- Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, in *Lusitânia Sacra – Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, Tomo XVII, 2ª Série, Lisboa, 2005, pp. 183-225;
- Gomes, Saul António, “Cónegos Regrantes de Santo Agostinho”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. I, dir. de Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, pp.429-434;
- Gomes, Saul António, “Cónegos Regulares de Santa Cruz”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. I, dir. de Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, pp.435-438;
- Gomes, Saul António, “Coimbra e Santiago de Compostela: aspectos de um inter-relacionamento nos séculos medievos”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXIV, Coimbra, 2000, pp.453-490;
- Gomes, Saul António, “D. Gomes Eanes e a capela de Santo André e dos Cinco Mártires de Marrocos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra”, in *Arquivo Coimbrão – Boletim da Biblioteca Municipal*, Vol. XXXV, Coimbra, 2002, pp. 439-540;
- Gomes, Saul António, “Demografia eclesiástica, I – Idade Média”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. II, dir. de Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, pp.43-47;
- Gomes, Saul António, "Diocesanos Bracarenses de Quatrocentos nas Matrículas de Ordens Sacras da Sé de Coimbra", in *Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Congresso Internacional, Braga, Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano de Braga, Vol. 2/1, 1990, pp. 557-587;
- Gomes, Saul António, *Documentos medievais de Santa Cruz de Coimbra: I- Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Separata de “Estudos Medievais”, Porto, Centro de Estudos Humanísticos / Secretaria de Estado da Cultura – Delegação Regional do Norte, 1988;
- Gomes, Saul António, “Embaixadores de Portugal junto da Santa Sé”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. II, dir. de Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, pp. 103-110;
- Gomes, Saul António, “Fragmentos codicológicos de um obituário primitivo do mosteiro de Santa Cruz”, in *Humanitas*, Vol. 56, 2004, pp.383-399;
- Gomes, Saul António, *In Limine Conscriptioes: documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra – Séculos XII a XV*, Viseu, Palimage Editores, 2007

- Gomes, Saul António, “O papado e as Ordens religiosas no Portugal Medieval – breves notas de investigação, in *Poder Espiritual/Poder temporal: As relações Igreja-Estado no tempo da Monarquia (1179-1909)* – Actas do Colóquio, coordenação da Prof.^a Doutora Maria de Fátima Reis, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2009, pp.213-242;
- Gomes, Saul António, *O mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Série Subsídios para a História da Arte Portuguesa – XXXIII, Coimbra, Instituto de História da Arte – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990;
- Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães (D. Manuel e a sua época - realizado entre 24 e 27 de Outubro de 2001)*, Vol.II, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp.255-281;
- Gomes, Saul António, “Trado me ipsum...” – Registos medievais de traditio monástica entre os cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol. IV, organização do Departamento de Ciências e Técnicas do Património / Departamento de História, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 329-348;
- Gonçalves, António Nogueira, “A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)”, Separata da *Lúmen*, Fasc. 5, Ano III, Maio 1939 (artigo também compilado em *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, Epartur – Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1980, pp. 143-151);
- Gonçalves, Sandra, “O julgado de Monte Longo nas Inquirições (1220 e 1258)”, in *Dom Fafes – Revista Cultural*, N.º 8/9, Ano VIII (2002), Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 2002, pp. 11-126;
- Gouveia, Jaime Ricardo Teixeira, *Subsídios para a História de Leomil: “A-presentação” e “Re-presentation”*, Leomil, Câmara Municipal de Moimenta da Beira e Casa do Povo de Leomil, 2004;
- Guia de Portugal, Vol- IV – Entre Douro e Minho, Tomo II: Minho*, 3ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1996;
- Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), “Arquivo da Collegiada de Guimarães”, in *Revista de Guimarães*, Vol. XXII - Nº 3-4 (Julho-Dezembro de 1905), pp.135-152; Vol. XXIII - Nº 3-4 (Julho-Dezembro de 1906), pp.133-142; Vol. XXV - Nº 1 (Janeiro-Março de 1908), pp.5-29
- Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos dos séculos XII-XV relativos ao mosteiro do Salvador de Souto*, Porto, 1896;
- Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra: Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*, edição crítica de textos latinos, tradução, estudo introdutório

- e notas de comentário de Aires Augusto Nascimento, Lisboa, Edições Colibri, 1988;
- Heers, Jacques, *Festas de loucos e carnavais*, Coleção Anais - Biblioteca de História, Nº6, Lisboa, Publicações Dom Quixote, s.d.;
- Henriques, Nuno Gorjão; Henriques, Miguel Gorjão, *Gorjão Henriques*, vol. I, Lisboa, Dislivro, 2006;
- Herculano, Alexandre, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, 2 Vols. (Volumes 18 e 19 da coleção “As melhores obras de Alexandre Herculano”), Círculo de Leitores, 1987;
- Historia de los concilios generales celebrados en la Cristiandad, y recopilacion de sus principales disposiciones* por Don Pio de La Sota, Tomo II, Madrid, Establecimiento Tipografico de Don Francisco de P. Mellado, 1858;
- Historia de S. Domingos Particular do Reino e conquistas de Portugal por Fr. Luís Cagegas da mesma Ordem e Provincia, e chronista d’ella Reformada em estilo e ordem, e amplificada em sucessos e particularidades por Fr. Luis de Sousa, filho do convento de Bemfica*, 3ª ed., 6 volumes, Lisboa, Typ. do Panorama, 1866;
- História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa*, Tomo I, introdução de Durval Pires de Lima, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950;
- Histoire du clergé seculier et regulier, Des Congregations de Chanoines & de Clercs, & des Ordres Religieux de l’un & de l’autre sexe, qui ont été établis jusques à present...*, Nouvelle edition, Tome Premier, A Amsterdam chez Pierre Brunel, 1716;
- Homem, Armando Luís de Carvalho, “Dionisius et Alfonsus, Dei Gratia Reges et Communis Utilitatis Gratias Legiferi” in *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, Vol. XI, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, pp. 11-110;
- Horto do Esposo*, edição de Irene Freire Nunes com colaboração de Margarida Santos Alpalhão, Paulo Alexandre Pereira e Joaquim Segura, coordenação de Hélder Godinho, estudos introdutórios de Ana Paiva Morais e Paulo Alexandre Pereira, Edições Colibri, 2007;
- Índice e sumários por ordem cronológica de todos os documentos de interesse geral histórico, desde os mais antigos, até o ano de 1847, existentes no Arquivo Municipal do Pôrto* (Mandados organizar em sessão da Câmara Municipal, de 8 de dezembro de 1915, sob proposta do Exmo. Vereador Joaquim Gomes de Macedo), Porto, Tipografia da “Renascença Portuguesa”, 1916;
- “Inquérito Paroquial de 1842” in *Revista de Guimarães*, Vol. 108, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, 1998;

- Janotti, Aldo, *Origens da Universidade: A singularidade do caso português*, 2ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1992;
- Jordão, Maria Levy, *Memoria Historica sobre os Bispados de Ceuta e Tanger*, Lisboa, Na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1858;
- Jordão, Levy Maria (Visconde de Paiva Manso), *Historia Ecclesiastica Ultramarina, Tomo I – Africa Septentrional: Bispados de Ceuta, Tanger, Safim e Marrocos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872;
- Júnior, Arménio Alves da Costa, *O mosteiro de Rio Covo à luz do Breviário de 1514 – Estudo analítico do temporal*, (Dissertação de Mestrado em Ciências Musicais), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992;
- Krus, Luís; Bettencourt, Olga; Mattoso, José, “As inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza – o julgado de Aguiar de Sousa, in *Revista de História Económica e Social*, Nº 9 (Janeiro-Junho 1982), Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, pp. 17-74;
- Krus, Luís; Andrade, Amélia Aguiar; Mattoso, José, “Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias”, in *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*, Vol. I, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, pp.173-243;
- Lawrence, C.H., *El monacato medieval: formas de vida religiosa en Europa occidental durante la Edad Media*, version espanhola de Javier Miguélez Garcia, Editorial Gredos – Monografias Históricas, Madrid, 1999;
- Le Cartulaire Baio-Ferrado du monastère de Grijó (XI-XIII siècles)*, introduction et notes de Robert Durand, (Coleção Fontes Documentais Portuguesas – II), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1971;
- Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho, *Portugal antigo e moderno, diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, biographico e etymologico*, 12 vols., Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1873-1890;
- Leite, António I. L. Lobo, “Sentença do padroado de Santa Comba, de 1596, a favor de António Ribeiro, Maria da Costa, Catarina da Costa e Ana da Costa (Peixoto)” in *Dom Fafes - Revista Cultural*, Ano VI, Nº 6, Câmara Municipal de Fafe, 1999, pp.89-95;
- Leite, António I. L. Lobo, “Mais documentação (Sécs.: XVII e XVIII referente à igreja paroquial de Santa Comba de Fornelos e ao seu padroado leigo hereditário”, in *Dom Fafes- Revista Cultural*, Ano VII, Nº 7, 2000, Câmara Municipal de Fafe, pp.91-114;
- Lencastre, José de, *A vitivinicultura através de alguns documentos medievais de arquivos portugueses (sécs. XI a XV) – Subsídios para um estudo*, Anais do Instituto do Vinho do Porto, Edição do Instituto do Vinho do Porto, 1953;

- Lira, Sérgio, “O mosteiro de S. Simão da Junqueira de Vila do Conde”, in *Actas do 2º Encontro de História de Vila do Conde* (Vila do Conde: 1050 anos de História – A memória dos séculos monásticos), Câmara Municipal de Vila do Conde, 2004, pp.161-174;
- Lira, Sérgio, *O mosteiro de S. Simão da Junqueira*, 2 Vols., Coleção História local – Ns. 8 e 9, Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2002;
- Livro das constituicoens e costumes que se guardam em os Moesteyros da congregacam de sancta Cruz de coimbra, dos Canonicos regulares da ordem de nosso Padre sancto Augustinho*, 1544;
- Livro das Leis e Posturas*, Prefácio de Nuno Espinosa Gomes da Silva, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971;
- Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Portugaliae Monumenta Historica - Nova Série, 2 vols., ed. crítica por José Mattoso, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1980;
- Livro das Igrejas e Capelas do Padroado dos Reis de Portugal: 1574*, introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Coleção Fontes Documentais Portuguesas – III, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1971;
- Livro em que se contém a fazenda e real patrimonio dos reinos de Portugal, India e ilhas adjacentes e outras particularidades*, ordenado por Luiz de Figueiredo Falcão, secretario de el-rei Filippe II copiado fielmente do manuscripto original e impresso por ordem do Governo de Sua Magestade, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859;
- Livros Velhos de Linhagens*, Portugaliae Monumenta Historica - Nova Série, Vol. I, edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980;
- Livro Verde da Universidade de Coimbra*, apresentação de Manuel Augusto Rodrigues, nota prévia, transcrição e índices de Maria Teresa Nobre Veloso, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992;
- Macedo, José Adílio Barbosa, *O clero e a sua formação – De Jesus ao concílio de Trento*, Edição do Autor, Braga, 1997;
- Maciel, Maria Justiniana Pinheiro, *O cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*, Cascais, Patrimonia Historica, 2003;
- Maciel, Maria Justiniana Pinheiro; Rodrigues, Ana Maria S. A.; Ribeiro, João Carlos Taveira; Costa, Maria Antonieta Moreira da, *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005;

- Machado, Diogo Barbosa de, *Bibliotheca Lusitana historica, critica, cronologica, na qual se comprehende a noticia dos Autores Portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente*, Tomo III, Lisboa, Na Officina de Ignacio Rodrigues, 1752;
- Machado, J. T. Montalvão, *Itinerários de El-Rei D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978;
- Machado, J. T. Montalvão, “Um frade de Chaves, em Guimarães”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada (850º aniversário da batalha de S. Mamede (1128-1978))*, Vol. III, Guimarães, 1981, pp.263-276;
- Madahil, António Gomes da Rocha, “Uma certidão de Fernão Lopes passada ao mosteiro de Roriz em 1451”, in *Revista de Guimarães*, Vol. XLVI, Ns. 3-4 (Julho-Dezembro de 1936), pp.184-204; Vol. XLVII, Ns. 1-2 (Janeiro-Junho de 1937), pp. 95-99; Vol. XLVII, Ns. 3-4 (Julho-Dezembro de 1937), pp.241-256; Vol. XLVIII, Ns. 1-2 (Janeiro-Setembro de 1938), pp. 43-63; Vol. XLVIII, N. 4 (Outubro-Dezembro de 1938), pp. 245-276, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento;
- Marçal, Horácio, *Vilar do Pinheiro - Subsídios para a sua monografia*, Porto, Edição da Junta de Província do Douro Litoral, 1950;
- Marques, A. H. de Oliveira, *Introdução à História da Agricultura em Portugal – A questão cerealífera durante a Idade Média*, 2ª ed., Lisboa, Edição Cosmos, 1968;
- Marques, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Vol. IV da *Nova História de Portugal* dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987;
- Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988;
- Marques, José, “A Igreja no Mundo do Infante D. Henrique”, in *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. XII, Porto, 1995, pp. 195-196;
- Marques, José, *A propósito dos recomendados de D. Luís da Guerra [1434]*, Separata da Revista “Bracara Augusta”, Tomo XXXI, Fasc. 71-72 (83-84), Janeiro-Dezembro de 1977, Braga, 1977;
- Marques, José, “D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. 4, Porto, Centro de História da Universidade do Porto-Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 1527-1566;
- Marques, José, “O culto de S. Tiago no Norte de Portugal”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, Tomo 4, 1992;

- Marques, José, *O estado dos mosteiros beneditinos da Arquidiocese de Braga, no século XV*, Braga, Separata da Revista *Bracara Augusta*, Vol. XXXV – Fasc. 79 (82) Janeiro-Dezembro de 1981;
- Marques, José, “O tempo religioso de Gil Vicente”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Ferreira de Brito*, Porto, Organização da Secção de Estudos Franceses/Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp.221-247;
- Marques, José, “O testamento de D. Fernando da Guerra”, in *Bracara Augusta*, Vol. XXXIII (Fascículos 75-76 (87-88) de Janeiro-Dezembro de 1979), Braga, 1979, pp.175-206;
- Marques, José, “O testamento de D. Lourenço Vicente e as suas capelas na Sé de Braga e na Lourinhã”, in *Homenagem à Arquidiocese Primaz de Braga nos 900 anos da dedicação da Catedral* (Braga, 4-5 de Maio de 1990), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993, pp. 183-239;
- Marques, José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467)*, (Separata da “Revista de História”, Vol. I, Centro de História da Universidade do Porto, 1978), Porto, 1978;
- Marques, José, “Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna”, in *Actas do Ciclo de Conferências das Comemorações do 4º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória*, Arquivo Distrital do Porto, 1997, pp.173-207;
- Marques, José, “Relações entre as dioceses do Porto e de Braga, na Idade Média: alguns aspectos”, in *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória – Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão (5 a 8 de Dezembro de 1998)*, vol. I, Porto/Arouca, 2002, pp.21-56;
- Marques, José, *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Coleção Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994;
- Marques, José, “Vida Interna do Mosteiro de Santo Tirso em 1437”, in *Actas do Colóquio de História Local e Regional*, Santo Tirso, 17 e 18 de Março de 1979, edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, Santo Tirso, 1982;
- Marques, José Augusto Maia, *Moreira da Maia no séc. XIX – Segundo o manuscrito do padre Joaquim Antunes de Azevedo*; Câmara Municipal da Maia, 1998;
- Marques, José Augusto Maia, “Mosteiro de Moreira: uma centralidade irradiante”, in *O Mosteiro Cruzio de Moreira-História, Arte e Música*, Paróquia de Moreira da Maia, 2000, p.21;
- Marques, Maria Alegria Fernandes, “Alguns aspectos do padroado nas igrejas e mosteiros da diocese de Braga”, in *Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Braga, Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia de

- Braga/ Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, Vol. II/1, pp. 359 - 387;
- Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto: Subsídios para a sua história na Idade Média”, in *Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca*, Vol. II, Ponte da Barca, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, pp.27-85;
- Marques, Maria Alegria Fernandes, *O Papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279)*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990;
- Marreiros, Maria Rosa Ferreira, “Senhorios” in *Nova História de Portugal, Vol. III (Portugal em Definição de Fronteiras – Do condado Portucalense à crise do século XIV)*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luis de Carvalho Homem, direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 584-602.
- Martins, Alcina Manuela de Oliveira, *O mosteiro de S. Salvador de Vairão na Idade Média: O percurso de uma comunidade feminina*, Universidade Portucalense - Infante D. Henrique, Porto, 2001;
- Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa – Da Produção Primitiva ao Século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2001;
- Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, Edição dos Autores, 2002;
- Martins, Armando Alberto, “Entre Braga e Coimbra: breve memória de três arcebispos nos textos medievais dos regrantes de Santa Cruz de Coimbra”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol.1, Organização do Departamento de Ciências e Técnicas do Património / Departamento de História, Porto, FLUP, 2006, pp.357-367;
- Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII-XV - História e Instituição*, 2 Tomos, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996;
- Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Coleção Textos Universitários-2, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003;
- Martins, Luís Almeida, “D. Afonso Henriques: 900 anos de mitos”, in *Visão*, Nº 859 (13 a 19 de Agosto de 2009), pp.68-76;
- Martins, Mário, “O Livro da Ordem dos Cónegos Regrantes e Crasteiros” in *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, Livraria Cruz, 1956;
- Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 3 Tomos, 1955-1960.

- Mata, Joel Silva Ferreira, “A comunidade feminina da Ordem de Santiago: A comenda de Santos em finais do século XV e no século XVI, Um estudo religioso, económico e social”, in *Militarum Ordinum Analecta: Fontes para o estudo das Ordens Religioso-Militares*, Nº 9, coordenação de Luís Adão da Fonseca, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2007;
- Mattoso, José, *A abadia de Pendorada: das origens a 1160*, (Coleção Obras Completas de José Mattoso – Vol. 11), tradução de João Luís Fontes, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002;
- Mattoso, José, “A nobreza medieval portuguesa. As correntes monásticas dos séculos XI e XII” in *Portugal Medieval I- Novas interpretações*, 2ª ed., 1992, INIC, pp.197-223;
- Mattoso, José, “A vida religiosa dos beneditinos portugueses durante o século XIII”, in *Religião e cultura na Idade Média Portuguesa*, 2ª ed., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997;
- Mattoso, José, “Canonici Regolari di Santa Croce de Coimbra (Portogallo)”, in *Dizionario Degli Istituti di Perfezioni*, vol. II, Roma, Edizioni Paoline, 1975, cols. 141-145;
- Mattoso, José, “Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal” in *Portugal Medieval - Novas interpretações*, 2ª ed., INIC, 1992, pp.101-121;
- Mattoso, José, *Identificação de um país – Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols., 5ª ed. revista e actualizada, Lisboa, Editorial Estampa, 1995;
- Mattoso, José, “L’Abbaye de Pendorada des origines à 1160” in *Revista Portuguesa de História*, Tomo VII (homenagem ao Prof. Pierre David - Vol. II), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra-Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1957;
- Mattoso, José, *Le Monachisme ibérique et Cluny- Les monastères du diocèse de Porto de l’an mille à 1200*, Recueil de Travaux D’Histoire et de Philologie, 4 Série, Fasc. 39, Louvain, Publications Universitaires de Louvain, 1968;
- Mattoso, José, “Monaquismo” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, dir. de Carlos A. Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 255-258;
- Mattoso, José, *O monaquismo ibérico e Cluny*, (Coleção Obras Completas de José Mattoso – Vol. 12), tradução de João Luís Fontes, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002;
- Mattoso, José, “O mosteiro de Rendufe (1090-1570)”, in *Religião e cultura na Idade Média Portuguesa*, 2ª ed., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997;

- Mattoso, José, “Padroado”, in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, Publicações Alfa, 1993, pp.70-71;
- Mattoso, José, “Premonstratenses”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 15, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, pp. 1002-1003;
- Mattoso, José, *Religião e cultura na Idade Média Portuguesa*, 2ª ed., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997;
- Mattoso, José, *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros, a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, 2ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1985;
- Mattoso, José, “Senhorios monásticos do Norte de Portugal nos sécs. XI a XIII”, in *A nobreza medieval portuguesa - A família e o poder*, Círculo de Leitores, Vol.7, 2001;
- Mattoso, José, Krus, Luís; Bettencourt, Olga, “As inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza – o julgado de Aguiar de Sousa, in *Revista de História Económica e Social*, Nº 9 (Janeiro-Junho 1982), Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, pp. 17-74;
- Mattoso, José; Andrade, Amélia Aguiar; Krus, Luís; “Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias”, in *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*, Vol. I, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, pp.173-243;
- Maurício, Maria Fernanda, *Entre Douro e Tâmega e as inquirições afonsinas e dionisinas*, Lisboa, Edições Colibri, 1997;
- Melo, António Maria; Sousa, José J. Rigaud de; Vasconcelos, Flório de – “O mosteiro Santo Estêvão de Vilela em Paredes e os Cónegos Regrantes de St.º Agostinho”, in *Maia, História Regional e Local (Actas do Congresso)*, vol.II, Câmara Municipal da Maia, 1999, pp. 133-173;
- Menéres, António; Sousa, José João Rigaud de, “Notas sobre o mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia (concelho de Ponte da Barca)”, in *Mínia*, 2ª Série, 3(4), Braga, 1980, pp.157-179;
- Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Bustelo*, com introdução, fixação do texto e índice por Fr. Geraldo J. A. Coelho Dias, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel (Série Documentos e Estudos – 2), 2007;
- Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Paço de Sousa*, publicadas e prefaciadas por Alfredo Pimenta, Lisboa, Academia Portuguesa da História (Publicações Comemorativas do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal), 1942;
- Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, seguido de *Leituário da Sé de Lamego* publicado por Alfredo Pimenta, Lisboa, Academia Portuguesa da História (Publicações

- Comemorativas do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal), 1942;
- “Memorias das noticias pertencentes a este mosteiro de Santa Marinha da Costa tiradas do seu Cartorio pello R.mo P. M. D.or Fr. Cristóvão da Crus...”, in *Revista de Guimarães*, Vol. 27, 1910;
- Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo: tradição e mudança*, 1ª ed., Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 1990;
- Monumenta Henricina, Vols. XIII e XV, Direcção, organização e anotação crítica de António Joaquim Dias Dinis, Coimbra, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1972/1974;
- Monumenta Portugaliae Vaticana*, 5 vols. (Vol. I - Súplicas dos pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V; Vol. II - Súplicas dos pontificados dos papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do papa de Roma Bonifácio IX; Vol. III-1 (A Península Ibérica e o Cisma do Ocidente: Repercussão do Cisma na nacionalidade portuguesa do século XIV e XV – Introdução aos vol. III-2 e IV de Súplicas do pontificado de Martinho V); Vol. III-2 (Súplicas do pontificado de Martinho V); Vol. IV - Súplicas do pontificado de Martinho V), Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, Roma-Porto, Livraria Editorial Franciscana, 1968-1982;
- Moreno, Humberto Baquero, “Aspectos do governo de Frei Baltasar Limpo, bispo do Porto”, in *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória – Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão (5 a 8 de Dezembro de 1998)*, vol. I, Porto/Arouca, 2002, pp.11-20;
- Moreno, Humberto Baquero, “Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela Coroa”, in *Os municípios portugueses nos séculos XII a XVI - Estudos de história*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp.93-138;
- Moreno, Humberto Baquero, *Os itinerários de el-rei Dom João I*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação, 1988;
- Moreirinhas, Regina Araújo Cerqueira, *Documentos da chancelaria de D. Pedro I - 1357-1359: leitura e alguns comentários*, Tese de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1964;
- Morujão, Maria do Rosário Barbosa, *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (século XIII a XV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001;
- Nemésio, Vitorino, *O campo de São Paulo: A companhia de Jesus e o plano português do Brasil (1528-1563)*, Vol. XXIII das Obras Completas de Vitorino Nemésio, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001;
- Nevada, Serra, *Terra de Regalados: Pergaminhos históricos - Documentos Medievais*, 2 vols., (Colecção Vila Verde: Fontes da sua história – Vols. XIII-XIV), Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 2002-2003;

- Neves, João António Mendes, *A “formosa” chancelaria – Estudo dos originais da Chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentada à FLUC);
- Neves, Joaquim Pacheco, *O mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1982;
- Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3 Vols., direcção, coordenação e compilação de Afonso Eduardo Martins Zuquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960-1961;
- Noronha, Henrique Henriques de, *Memórias seculares e eclesiásticas para a composição da história da diocese do Funchal na ilha da Madeira*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996;
- Portugal Sacro-Profano ou Catalogo alfabetico de todas as freguezias dos Reinos de Portugal, e Algarve...*, 3 Partes (3 tomos), composto e ordenado por Paulo Dias de Niza, Lisboa, Officina de Miguel Menescal da Costa, impressor do Santo Officio, 1767-1768
- O Livro das Lezírias D’El Rei Dom Dinis*, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003;
- Oliveira, A. Lopes de, *Fafe e o seu concelho*, Edição da Câmara Municipal de Fafe, s.d.;
- Oliveira, Ana Maria, “Ocupação senhorial do Vale do Sousa: dois exemplos em estudo”, in *OPPIDUM -Revista de Arqueologia, História e Património da Câmara Municipal de Lousada* – Número especial (Actas do Iº Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa, que decorreu entre os dias 23 e 24 de Novembro de 2007), 2008, pp.151-164;
- Oliveira, Ana Maria, “ Torre de Vilar: uma residência senhorial do Vale do Sousa”, in *OPPIDUM - Revista de Arqueologia, História e Património da Câmara Municipal de Lousada* – Nº 1, 2006, pp.141-163.
- Oliveira, António Resende de; Ventura, Leontina, *Chancelaria de D. Afonso III, Livro I, Vol. I*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006;
- Oliveira, Luís Filipe, “O Arquivo dos Condes de Marialva num inventário do século XVI”, in *Elites e redes clientelares na Idade Média: Problemas metodológicos*, ed. de Filipe Themudo Barata, Lisboa, Edições Colibri/Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2001, p.221-260;
- Oliveira, Padre Miguel de, “A vila de Ovar – Subsídios para a sua história até o século XVI” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. II, Nº6, 1936, pp.111-118; Vol.III, Nº10, 1937, pp.125-132;

- Oliveira, Padre Miguel de, *As paróquias rurais portuguesas, sua origem e formação*, Lisboa, União Gráfica, 1950;
- Oliveira, Padre Miguel de, “Cortegaça e a “Ribeirinha” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. IX, Nº36, 1943, pp.266-272;
- Oliveira, Padre Miguel de, “De Talábriga a Lancóbriga pela via militar romana” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol.IX, Nº33, 1943, pp.44-68;
- Oliveira, Padre Miguel de, “Igrejas na Terra de Santa Maria no ano de 1320” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol.VI, Nº24, 1940, pp. 284-288;
- Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, edição revista e actualizada pelo P. Artur Roque de Almeida, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994;
- Ordenações Afonsinas*, 5 Livros, 2ª ed. (Edição “fac-simile” da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra no ano de 1792), nota de apresentação de Mário Júlio Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998;
- Ordenações Del-Rei Dom Duarte*, Edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988;
- Ordens Religiosas em Portugal: Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Dir. de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Livros Horizonte, 2005;
- Osório, D. Jerónimo, *Da vida e feitos de el-rei D. Manuel*, 2 Vols., edição prefaciada e actualizada por Joaquim Ferreira, Colecção Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil – Série Régia (colecção dirigida pelo Visconde de Lagoa), Porto, Livraria Civilização - Editora, 1944;
- Paiva, José Pedro, “A igreja e o poder”, in *História Religiosa de Portugal*, vol. II, dir. de Carlos Moreira Azevedo, coordenação de João Francisco Marques e António Camões Gouveia, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 135-185;
- Paiva, José Pedro, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1577*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006;
- Paiva, José Pedro, “Os mentores”, in *História Religiosa de Portugal*, Vol. 2 (Humanismos e Reformas), dir. de Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, pp.201-237;
- Passos, Estela Ângela Leite de Barros Vilela, *A casa de Paço de Vides: História da Família – Os Vilela Passos*, Edição da Autora com apoio da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, 2005;
- Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana: nobiliário de famílias de Portugal*, 6 tomos, publicada por Alexandre António Pereira de Miranda Vasconcellos,

António Augusto Ferreira da Cruz, Eugénio Eduardo Andrea da Cunha e Freitas, Porto, Livraria Fernando Machado, 1943-1948;

O Sacrosanto, e Ecumenico Concilio de Trento em Latim, e Portuguez dedica e consagra aos Excell. e Rev. Senhores Arcebispos e Bispos da Igreja Lusitana, João Baptista Reycend, Lisboa, Na Officina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno, 2 tomos, 1781-1786;

Pereira, Fernando Jasmins; Aniceto; Maria Emília; Ferro, Maria José Pimenta, “Assistência na Idade Média”, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Vol.1, dir. de Fernando Jasmins Pereira (planeada e iniciada por António Alberto Banha de Andrade), Lisboa, Editorial Resistência, 1980, pp. 635-661;

Pereira, Isaías da Rosa, “A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos Sínodos medievais portugueses (séculos XIII-XV)”, in *Lusitania Sacra*, Tomo X, Lisboa, 1978, pp. 103-141;

Pereira, Isaías da Rosa, *Matrícula da diocese de Évora (1480-1483) – Qual dos dois Vascos da Gama foi à Índia em 1497*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990;

Pereira, Maria Albertina Neves da Silva, *Regra de Santo Agostinho*, vol. II, Dissertação de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, 1952,

Pimenta, Cristina, *D. Pedro I*, (Colecção Reis de Portugal – VIII), Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005;

Pimenta, Rodrigo “Para a história do arcebispado de Braga”, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Vol. VI, Guimarães, Publicação do Arquivo Municipal de Guimarães, 1941, pp.97-178;

Pina, Rui de, *Crónica de D. Dinis*, segundo o códice inédito N° 891 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, seguida de versão actualizada da Edição Ferreiriana de 1726, Porto, Livraria Civilização – Editora, 1945;

Pinto, Cónego António Ferreira, *O Cabido da Sé do Porto: Subsídios para a sua história*, (Colecção Documentos e Memórias para a História do Porto – VI), Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade, 1940;

Pinto, Joaquim Caetano, *Resende - Monografia do seu concelho*, Braga, 1982;

Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor, *D. Dinis*, (Colecção Reis de Portugal – VI), Rio de Mouro, Círculo de Leitores - Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2005;

Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor, “A nobreza do julgado de Braga nas Inquirições do reinado de D. Dinis”, Separata das *Actas do IX Centenário da Dedicção da*

Sé de Braga, Braga, Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia de Braga/ Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp.185-248;

Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas - genealogias e estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família - Universidade Moderna, 1999;

Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor, *Os patronos do Mosteiro de Grijó (evolução e estruturação da família nobre séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 1995;

Polónia, Amélia, *D. Henrique: O cardeal-rei*, (Coleção Reis de Portugal – XVII), Rio de Mouro, Círculo de Leitores - Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2005;

Portugaliae Monumenta Historica - Diplomata et Chartae, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Typis Academicis, 1868;

Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones, 7 Fascículos, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1888-1936;

Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones, a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum, iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita, Vol I, Pars II, Fasciculus VIII, Olisipone, Ex Typographia Nationalis, MDCCCCLXI;

Portugaliae Monumenta Histórica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita, Nova Série. Vol.III: Inquisitiones - Inquirições Gerais de D. Dinis (1284), introdução, leitura e índices por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2007;

Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias, ordenado e composto pelo Visconde de Santarem (Das Academias Reaes das Sciencias de Lisboa, Berlin, Madrid, Napoles, Turim, Bruxellas, e do Instituto de França, etc.), Tomo VIII, Impresso por ordem do Governo Portuguez, Paris, Em Casa de J. P. Aillaud, 1853;

Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o principio da monarquia portugueza até aos nossos dias, ordenado e composto pelo Visconde de Santarem, continuado e dirigido pelo sócio da Academia Real das Sciencias de Lisboa Luiz Augusto Rebello da Silva, Tomos IX-X, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1864-1866;

Queirós, Abílio, “Catálogo dos Pergaminhos do Mosteiro de S. Jorge de Coimbra (1264-1578)”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Vols. XXIII e XXIV (2003-2004; 2005-2007), Coimbra, 2007, pp. 9-85;

- Ramos, António Francisco, *Lavra, apontamentos para a sua monografia*, Propriedade do Cartório Paroquial de Lavra, 2ª ed., 1992;
- Real, Manuel Luís, “A igreja de S. Pedro de Ferreira: um invulgar exemplo de convergência estilística”, in *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*, Vol. I, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, p.252.
- Regra do Glorioso Patriarca S. Bento*, traduzida do latim e anotada pelos monges de Singeverga seguida do *Manual dos Oblatos*, Mosteiro de Singeverga, Edições “Ora & Labora”, 1951;
- Reis, António Matos, “O bispo D. Gil Peres de Cerveira, D. Afonso III e os municípios do Alto Minho”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol.1, Organização do Departamento de Ciências e Técnicas do Património / Departamento de História, Porto, FLUP, 2006, pp.299-314;
- Reis, António Matos, “O património artístico do mosteiro de Refoios do Lima”, in *Subsídios para a história do convento de Refoios*, Ponte de Lima, Instituto Politécnico de Viana do Castelo-Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, pp.37-58;
- Reis, António Matos, “Viana do Castelo, diocese de” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. IV, dir. de Carlos A. Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Circulo de Leitores, 2001, pp.336-339;
- Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco: A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria, Edições Magno, 2003;
- Reuter, Abiah Elisabeth, *Chancelarias Medievais Portuguesas - Vol. I - Documentos da Chancelaria de D. Afonso Henriques*, Coimbra, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1938;
- Ribeiro, Félix, “Lordelo”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 12, Lisboa, Editorial Verbo, 1971, pp.507-508;
- Ribeiro, Félix, “Bravães”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 4, Lisboa, Editorial Verbo, 1966, p.11;
- Ribeiro, João Carlos Taveira; Rodrigues, Ana Maria S. A.; Costa, Maria Antonieta Moreira da; Maciel, Maria Justiniana Pinheiro, *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005;
- Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia eclesiastica e civil de Portugal*, 5 Tomos, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1810-1836;

- Ribeiro, João Pedro, *Índice Chronologico dos documentos que se achavão no archivo da illustríssima Câmara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o conselheiro João Pedro Ribeiro natural da mesma cidade*, prefaciado e acrescentado com as actuais cotas por J. A. Pinto Ribeiro, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1951;
- Ribeiro, João Pedro, *Reflexões Históricas*, Parte I e Parte II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835-1836;
- Ribeiro, Victor, “Preciosidades archeologicas – I Epigraphia lapidar”, in *O Archeologo Português*, Série 1, Vol. 9, Ns. 1-2 (Janeiro-Fevereiro 1904), Lisboa, Museu Ethnographico Português, pp. 16-23;
- Rivaux, Padre, *Tratado de historia ecclesiastica*, traduzido da sexta edição consideravelmente augmentada e continuada até 1876 por Francisco Luiz de Seabra, 2 Tomos, Porto-Braga, Livraria Internacional de Ernesto Chardron e Eugénio Chardron, 1876-1877;
- Rocha, Padre Joaquim Correia da, *Recordar 900 anos de Paços de Brandão – I volume*, Junta de Freguesia de Paços de Brandão, 1995;
- Rodrigues, Ana Maria S. A., “Para uma prosopografia dos cónegos de Braga” in *Elites e redes clientelares na Idade Média: Problemas metodológicos*, ed. de Filipe Themudo Barata, Lisboa, Edições Colibri/Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2001, pp.141-168;
- Rodrigues, Ana Maria S. A.; Ribeiro, João Carlos Taveira; Costa, Maria Antonieta Moreira da; Maciel, Maria Justiniana Pinheiro, *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005;
- Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514: Antecedentes e evolução da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2002;
- Rops, Daniel, *História da Igreja de Cristo, Vol II - A Igreja dos tempos bárbaros*, tradução de Eduardo Pinheiro, Porto, Livraria Tavares Martins, 1960;
- Rosário, Frei António do, “Registro das Confirmações do Ilustrissimo Senhor Dom Frei Bartolomeu dos Mártires”, 2 fascículos (Fasc. 1 - Bartholomeana Monumenta I; Fasc. 6 - Bartholomeana Monumenta V) ,in *Cartório Dominicano Português*, Século XVI, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português/Movimento Bartolomeano, 1972/1974;
- Sá, António Costa e, “Por terras de Vermoim (actual concelho famalicense)”, Separata do *Boletim Cultural* da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, N.º 14, 1996;
- Sá, A. Moreira de, *O infante D. Henrique e a Universidade*, Colecção Henriquina-11, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960;

- Sá-Nogueira, Bernardo, “O testamento de Estêvão Eanes, chanceler d’el rei D. Afonso III”, in *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, vol. organizado por A. H de Oliveira Marques e João José Alves Dias, Câmara Municipal de Loulé, 1989, pp.71-91;
- Sá, Padre Augusto Carneiro de, “O mosteiro de Santa Maria de Landim”, in *Boletim Cultural*, Nº2 (Junho de 1981), Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp.91-115;
- Sá, Padre Manuel F. de, “Subsídios para a História de “Duas Igrejas” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol.VII, Nº27, 1941, pp.203-207;
- Saleiro, José Joaquim, *Tombo das igrejas de Fragoso*, Fragoso-Barcelos, Edição do Autor, 2008;
- Sampaio, Jorge de Faria Machado Vieira de, “Subsídios para a genealogia dos Farias Machados”, in *Arquivo Histórico de Portugal*, vol.3;
- Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Sancto Agostinho*, 2 tomos, Lisboa, Na Officina de Joam da Costa, 1668;
- Santo Agostinho, *Confissões*, 13ª ed., totalmente revista (revisão do texto por Lúcio Craveira da Silva e Elias Couto), Braga, Livraria Apostolado da Imprensa, 1999;
- Santo Agostinho: Vida, obra e pensamento*, (Coleção Grandes Pensadores-Vol.4), textos de Lourdes Bassols, Planeta De Agostini/Público, 2008;
- Santos, Cândido Augusto Dias dos, “António de Lisboa”, in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, Vol.1, dir. de Fernando Jasmins Pereira (planeada e iniciada por António Alberto Banha de Andrade), Lisboa, Editorial Resistência, 1980, pp.392-393;
- Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto – Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do concílio de Trento*, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto (Coleção Documentos e Memórias Para a História do Porto – XXIX), 1973;
- Santos, D. Luciano Afonso dos, “D. Egas Lourenço chantre do cabido de Braga”, in *Homenagem à Arquidiocese Primaz de Braga nos 900 anos da dedicação da Catedral* (Braga, 4-5 de Maio de 1990), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993, pp. 273-283;
- Santos, Frei Manuel dos, *Monarquia Lusitana – Parte oitava*, (Edição fac-similada da edição de 1727), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988;
- Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora: A comemoração dos que passaram deste Mundo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História (Coleção Documentos Medievais Portugueses – Série II), 2008;

- Santos, Maria José Azevedo, *Vida e morte de um mosteiro cisterciense: S. Paulo de Almaziva - Séculos XIII-XVI*, Lisboa, Edições Colibri, 1998;
- Santos, Maria José Azevedo; Coelho, Maria Helena da Cruz, *De Coimbra a Roma uma viagem em meados de quinhentos*, Coimbra Editora, Limitada, 1990;
- Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983;
- São Payo, Luiz de Mello Vaz de, “Les établissements religieux portugais et la généalogie médiévale”, in *Actas do 17º Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica* (Genealogica & Heraldica – Lisboa, 7 a 13 de Novembro de 1986), Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1989, pp. 243-265;
- São Payo, Luiz de Mello Vaz de, “Os Naturais (Séc. XIII e XIV)”, in *Raízes e Memórias*, Nº 1, Julho de 1987, Associação Portuguesa de Genealogia, pp. 45-71;
- São Tomás, Frei Leão de, *Benedictina Lusitana*, introdução e notas críticas de José Mattoso, 2 Tomos, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974;
- Saraiva, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Colecção História e Arte-11, Leiria, Edições Magno, 2003;
- Silva, Armando Barreiros Malheiro da, *O mosteiro de S. Salvador de Paderne em demanda com os senhores da Quinta de Pontiselas (século XVII): Subsídios para a Genealogia dos “Mogueimas y Fajardo”*, Separata do livro *I Colóquio Galaico Minhoto*, Câmara Municipal de Melgaço, 1983;
- Silva, Carlos Guardado da, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora – A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*, Edições Colibri, 2002;
- Silva, Ilídio Jorge Costa Pereira da, *A significação dos espaços privados nas comunidades cenobíticas: os cônegos Regrantes de Santo Agostinho da Congregação de Santa Cruz de Coimbra entre 1527 e 1640 e até 1834* (dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à FLUP), Porto, 1998;
- Silva, Isabel Morgado de Sousa e, “A Igreja e a Ordem de Cristo no primeiro quartel do séc. XVI: a criação das comendas novas”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol.2, Organização do Departamento de Ciências e Técnicas do Património / Departamento de História, Porto, FLUP, 2006, pp.249-261;
- Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, in *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória – Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão* (5 a 8 de Dezembro de 1998), vol. II, Porto/Arouca, 2002, pp.43-71;

- Silva, António Joaquim Pinto da; Capela, José Viriato, *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*, Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001;
- Silva, Manuel de Souza da, *Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho*, 2 volumes, apresentação por M. Antonino Fernandes, Ponte de Lima, Edições Carvalho de Basto, 2000;
- Silva, Maria João Oliveira e, *A Escrita na Catedral: A Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média (Estudo Diplomático e Paleográfico)*, Porto, Dissertação de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010;
- Soares, Franquelim Neiva, “O infante D. Henrique reformador da Sé de Braga: a visitação de 1537 e a confraria eucarística de 1540”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol.2, Organização do Departamento de Ciências e Técnicas do Património / Departamento de História, Porto, FLUP, 2006, pp.117-137;
- Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, in *Bracara Augusta (Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga)*, Vol. XLI, Ns. 91/92 (104/105), Anos de 1988-89, pp.101-138;
- Sousa, Arlindo de “O concelho de Espinho - Notas do seu passado medieval (séculos IX-XVI)” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol.XXIX, Nº113, 1963, pp.3-26;
- Sousa, Armindo de, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, 2 volumes, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1990;
- Sousa, Armindo de, “Benedictinos e Mendicantes em Portugal nos finais da Idade Média (uma questão de prestígio)”, in *Actas do Ciclo de Conferências das Comemorações do 4º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória*, Arquivo Distrital do Porto, 1997, pp. 153-172;
- “O Mosteiro de Santo Tirso no Século XV”, in *Estudos Medievais*, nº 1, Centro de Estudos Humanísticos, Secretaria de Estado da Cultura, Porto, 1981, pp. 95-156;
- Sousa, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Vol. V, (Edição fac-similada da edição de 1948), Academia Portuguesa da História/QuidNovi, 2007,
- Sousa, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo II, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1742;

- Sousa, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Livro II, Nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida-Livraria Editora, 1946;
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e, *Os Pimentéis: Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000;
- Sousa, José João Rigaud de; Meneres, António, “Notas sobre o mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia (concelho de Ponte da Barca)”, in *Mínia*, 2ª Série, 3(4), Braga, 1980, pp.157-179;
- Sousa, José J. Rigaud de; Melo, António Maria; Vasconcelos, Flório de – “O mosteiro Santo Estêvão de Vilela em Paredes e os Cónegos Regrantes de St.º Agostinho”, in *Maia, História Regional e Local (Actas do Congresso)*, Câmara Municipal da Maia, 1999, vol.II, pp. 133-173;
- Soveral, Manuel Abranches de, *Ascendências Viseenses: Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu – Séculos XIV a XVII*, 2 vols., Porto, 2004;
- Sousa, Manuel de, *Reis e Rainhas de Portugal*, 4ª ed., Mem Martins, Sporpress, 2001;
- Synodicon Hispanum, Vol. II - Portugal*, dirigido por Francisco Cantelar Rodriguez, Avelino de Jesus da Costa, Antonio Garcia y Garcia, António Gutierrez Rodriguez, Isaías da Rosa Pereira, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982;
- Tavares, Maria Otília Nunes, *Mosteiro de Moreira da Maia -Subsídios para a sua história*, Coimbra, 1957;
- Teixeira, Carla Maria de Sousa Amorim, *Moralidade e costumes na sociedade Além-Douro: 1433-1521 (a partir das legitimações)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FLUP, 1996;
- Teixeira, Sónia Maria de Sousa Amorim, *A vida privada entre Douro e Tejo: estudo das legitimações: 1433-1521*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FLUP, 1996;
- Tellez, M. Balthazar, *Chronica da Companhia de Jesu na Provincia de Portugal e do que fizeram nas conquistas d’este Reyno os Religiosos que na mesma Provincia entraram nos annos em que viveo S. Ignacio de Loyola nosso Fundador – Primeira Parte na qual se contem os princípios d’esta provincia no tempo em que a fundou & governou o P. M. Simam Rodrigues com sua sancta vida & morte*, Lisboa, Por Paulo Craesbeeck, 1645;
- Tomás, Frei Leão de São, *Benedictina Lusitana*, 2 Tomos, Introdução e notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974;
- Tombos de Santa Maria de Abade de Neiva e São Vicente de Fragoso (concelho de Barcelos)*, organização de Iria Gonçalves e Maria da Conceição Falcão Ferreira,

- transcrição de Joana Balsa de Pinho, Lisboa, Centro de estudos Históricos-Universidade Nova de Lisboa, 2003;
- Torres, Ruy d'Abreu, “Padroeiros” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, dir. de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, s/d, pp.511-512.
- “Uma chronica inedita”, in *O Instituto: Jornal Científico e litterario*, Vol. XIII, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1866;
- Vale, Manuel Gonçalves, “Os arquivos do mosteiro de Refoios”, in *Subsídios para a história do convento de Refoios*, Ponte de Lima, Instituto Politécnico de Viana do Castelo-Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, pp.101-116;
- Valero, Luís T. Melgar, *Os santos de cada dia*, tradução de Maria Antónia Abrantes da Fonseca, Editorial Estampa, Lisboa, 2002;
- Valdevez Medieval – Documentos*, 2 vols. (Vol. I – 950-1299; Vol. II: 1300-1479), coordenação de Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus; transcrições de Filomena Melo; Filipa Silva e João Luís Fontes, Edição da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2000-2001;
- Vasconcelos, António de, *Rainha Santa Isabel*, Vol. 30 da colecção Biografias da História de Portugal, coordenação de José Hermano Saraiva, Matosinhos, Quidnovi, 2004, p.26;
- Vasconcellos, J. Leite de, *Opúsculos*, Vol. 1: *Filologia* (Parte I), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928;
- Vasconcelos, Flório de; Melo, António Maria; Sousa, José J. Rigaud de – “O mosteiro Santo Estêvão de Vilela em Paredes e os Cónegos Regrantes de St.º Agostinho”, in *Maia, História Regional e Local (Actas do Congresso)*, Câmara Municipal da Maia, 1999, vol.II, pp. 133-173;
- Vaz, António Luís, *O cabido de Braga: 1071 a 1971 – factos notáveis do país ligados à sua história*, Braga, Edição de J. Dias de Castro, 1971;
- Veloso, Maria Teresa; Santos, Maria José Azevedo, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983;
- Ventura, Leontina, *A nobreza de Corte de D. Afonso III* (dissertação de doutoramento apresentada à FLUC), Coimbra 1992, vol. II;
- Ventura, Leontina; Oliveira, António Resende de, *Chancelaria de D. Afonso III, Livro I, Vol. I*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006;
- Ventura, Margarida Garcez, *Igreja e poder no séc. XV: Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*, Lisboa, Edições Colibri, 1997;

- Vereações: Anos de 1390-1395 – O mais antigo dos Livro de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*, com comentário e notas de A. de Magalhães Basto, reedição da edição de 1937, Colecção Documentos e Memórias para a História da Cidade do Porto - II, Publicações da Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, s.d.;
- Vida do Admiravel Padre S. Theotónio conego regular e primeiro prior do Real Mosteiro de Sancta Cruz de Coimbra: Antigo prior e protector prodigioso da antiquíssima, ilustríssima e real cidade de Viseu: Delicias e gloria de Portugal e de toda a Igreja. Escripção em latim por seu discipulo anonymo*. Traduzida e ampliada com aditamentos do Padre D. Joaquim da Encarnação, 2ª edição correcta, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1855;
- Viegas, Valentino, *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*, Heuris, 1984;
- Vigário, Rafael Marques, *O mosteiro de Arouca no século XV (1400-1437) – “A comunidade e o património”*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007;
- Vilar, Hermínia Vasconcelos, *As dimensões de um poder: A diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999;
- Vilar, Hermínia Vasconcelos, “A vivência de uma regra entre o mosteiro e o século: Os cônegos regrantes” in *História Religiosa de Portugal*, vol. I, dir. de Carlos Moreira Azevedo, coordenação de Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 222-228;
- Vimaranis Monumenta Historica: a sæculo nono post Christum usque ad vicesimum*, Partes 1 e 2, coordenação da Sociedade Martins Sarmento; com introdução e compilação de João Gomes de Oliveira Guimarães, Guimarães, Tipografia de A. L. da Silva Dantas, 1929-1931;
- Vinhas, Joaquim Alves, *A igreja e o convento de Vilar de Frade: das origens da Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista (Lóios) à extinção do convento (1425-1834)*, Barcelos, 1998;
- Visconde de Paiva Manso (Levy Maria Jordão), *Historia Ecclesiastica Ultramarina, Tomo I – Africa Septentrional: Bispados de Ceuta, Tanger, Safim e Marrocos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872;
- Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras, termos e frases, que em Portugal se usaram e que hoje regularmente se ignoram...*, edição crítica por Mário Fiúza, 2 vols., Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966;

Anexos

Prosopografía

Anexo 1

Biografias dos Piores

Alguns princípios metodológicos:

Por uma questão de metodologia e para uma melhor percepção, compreensão e utilização das sínteses biográficas, serão adoptados os seguintes critérios:

- 1- Esta secção prosopográfica é constituída por dois grandes grupos, um englobando somente os priores e outro respeitante aos cónegos regantes correspondendo, respectivamente, ao Anexo 1 e Anexo 2.
- 2- A ordem seguida na elencação dos mosteiros é a utilizada no corpo do trabalho, ou seja puramente alfabética, primeiro por diocese, agrupando-se aí os mosteiros que se encontravam sob a sua jurisdição, ordenados pelo respectivo padroeiro ou invocação de cada uma dessas casas monásticas.
- 3- Já a ordem seguida na enunciação dos membros de cada uma das comunidades é a da primeira referência cronológica;
- 4- Sempre que existirem cónegos que pela ascensão natural na hierarquia religiosa das casas regantes atinjam o priorado de uma qualquer comunidade, ou que, eventualmente, tenham ingressado num outro mosteiro, terão uma entrada em cada uma das respectivas secções, podendo haver aí compartimentação dos dados biográficos ou apenas uma síntese, fazendo-se a remissão para a outra entrada biográfica, de forma a evitar-se a constante repetição de informação.
- 5- Quando os dados não permitirem uma identificação correcta de um qualquer religioso mas haja indícios da sua ligação a determinada casa monástica, suscitados pela sua proveniência geográfica ou por quaisquer outros elementos indiciadores, ele será aí associado sempre com a devida indicação de: “provável cónego do mosteiro de...”.
- 6- Na elencação dos religiosos sempre que se detectar a existência de homónimos num mesmo mosteiro e de forma a diferenciá-los e a evitar problemas de identificação utilizar-se-á, a partir do segundo indivíduo a numeração romana para os identificar surgindo por exemplo na primeira entrada Afonso Anes; sendo o próximo indivíduo identificado como Afonso Anes II.
- 7- Sempre que não seja possível enquadrar cronologicamente com algum grau de certeza um determinado religioso, e sobre o qual não persistam dúvidas em relação à sua filiação monástica, será colocado no final da listagem dos biografados dessa instituição. Neste particular encontram-se alguns nomes provenientes de Obituários em que, normalmente não lhe estão associados elementos cronológicos precisos, de qualquer modo foi feita uma análise prévia dessas fontes, de forma a que os nomes dos religiosos referenciados nessas circunstâncias sejam apenas os de cónegos que nos pareçam enquadráveis no período retratado (sécs. XIV-XVI), embora essa crivagem da informação seja sempre passível de falhas.
- 8- Todos aqueles que são comprovadamente cónegos regantes de Santo Agostinho mas cuja casa monástica é omitida na documentação e para os quais não foi possível estabelecer qualquer ligação, surgirão no final da listagem, sendo aí enunciados, caso os dados o permitam, por ordem cronológica, e na ausência destes, por ordem alfabética.

1.1. Diocese de Braga

1.1.1. - Santa Maria de Landim (c. Vila Nova de Famalicão)

D. Domingos Aires – Prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. O cronista agostiniano Frei Timóteo dos Mártires coloca o priorado de D. Domingos Aires entre 1286 e 1295¹⁹⁶⁴. De facto há abundante prova documental que confirma “Domingos Ayres priol de Nandim”¹⁹⁶⁵ por esta altura, podendo recuar-se o seu priorado, com toda a segurança, pelo menos, até 1 de Abril de 1275¹⁹⁶⁶ surgindo mencionado em diversos instrumentos do mosteiro de S. Simão da Junqueira, ao longo das duas décadas seguintes, sendo que a última referência que aí lhe conhecemos é de Fevereiro de 1295¹⁹⁶⁷. Desconhecemos a data do fim do seu priorado mas ocorreu, inevitavelmente, no final da última década do séc. XIII ou nos primeiros anos do séc. XIV.

D. Geraldo Pais – Prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. A 20 de Março de 1305 faz-se representar no mosteiro de Arouca pelo clérigo Domingos Eanes, seu procurador, a propósito de uns herdamentos que o mosteiro de Landim vendeu em Cambra a Beringuela Peres, monja de Arouca¹⁹⁶⁸. O cronista agostiniano Timóteo dos Mártires também referencia este prior, colocando-o no ano de 1344¹⁹⁶⁹, o que parece evidenciar que o Autor se esqueceu de fazer a conversão da data da Era de César para a de Cristo, o que, a ter acontecido, colocá-lo-ia em 1306, cronologia consentânea com o seu priorado. O obituário de S. Vicente de Fora regista o óbito de “Geraldus Pelagii prior Sancte Marie de Nandym” a 20 de Abril (XII Kalendas Maii)¹⁹⁷⁰ mas sem a habitual indicação do ano.

Martinho Domingues/Martim Domingues – Prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. O seu priorado iniciou-se em 1322. Aliás, a 14 de Maio de 1322, o cónego de Braga, Pedro Lourenço Ferraz, foi nomeado procurador, pelo deão e pelo capítulo da Mitra bracarense, justamente para confirmar a eleição do prior de Landim, D. Martinho Domingues¹⁹⁷¹. É ainda nessa qualidade que participa, pelo menos, em dois sínodos

¹⁹⁶⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.43.

¹⁹⁶⁵ É assim referenciado em instrumento datado de 13 de Fevereiro de 1294, respeitante a um emprazamento efectuado pelo mosteiro de S. Simão da Junqueira em que o prior de Landim foi dado como vedor pelo arcebispo de Braga, D. Frei Telo (cf. IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.48vº-49) Este documento encontra-se transcrito e publicado por Lira, Sérgio, *O mosteiro de S. Simão da Junqueira*, Vol. II (Colecção Documental), Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2002, pp.324-325 (doc.308).

¹⁹⁶⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.35-35vº.

¹⁹⁶⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.49-49vº.

¹⁹⁶⁸ Almeida, Almeida, Dina Carla Ferreira de Sousa de, *O mosteiro cisterciense de Arouca*, vol. II, 2003, pp. 90-91 (Doc. Nº 56 do Apêndice Documental).

¹⁹⁶⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.43.

¹⁹⁷⁰ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora: A comemoração dos que passaram deste Mundo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História (Colecção Documentos Medievais Portugueses – Série II), 2008, p.81.

¹⁹⁷¹ A.D.B. – Colecção Cronológica, Pasta 8, nº 355; Maciel, Maria Justiniana Pinheiro, *O cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*, Cascais, Patrimonia Historica, 2003, p.83; Rodrigues, Ana Maria S. A.; Ribeiro, João Carlos Taveira; Costa, Maria Antonieta Moreira da; Maciel, Maria Justiniana Pinheiro, *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p.222.

diocesanos de Braga, do arcebispo D. Gonçalo Pereira, o primeiro realizado a 7 de Outubro de 1329¹⁹⁷² e o segundo a 14 de Novembro de 1330¹⁹⁷³.

D. Geraldo Pais – Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. A única referência que lhe conhecemos é-nos dada pelo cronista Frei Timóteo dos Mártires que o identifica como prior da instituição em 1334, indicando também que faleceu a 23 de Janeiro, sem que se saiba o ano¹⁹⁷⁴. Apesar de viável, trata-se de uma informação a necessitar de validação documental.

Estêvão Pires – Prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. Esteve presente, a 4 de Setembro de 1340, no capítulo provincial dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, realizado em Bragança, no mosteiro de S. Francisco¹⁹⁷⁵.

D. Francisco Miguel – Prior do mosteiro de Landim e futuro prior de Santa Maria de Oliveira. É certamente o sucessor de Estêvão Pires à frente do mosteiro de Landim. Desconhecemos em que data se iniciou o seu priorado, mas é certo que abandonou a canónica de Landim para assumir o priorado do vizinho mosteiro de Santa Maria de Oliveira, onde foi investido pelo arcebispo de Braga, D. Guilherme (1349-1361), a 15 de Setembro de 1356¹⁹⁷⁶. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, D. Francisco Miguel era cônego do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra¹⁹⁷⁷, possibilidade que não sendo de excluir, teria de reportar-se a data anterior ao seu ingresso em Landim, situação que o cronista não esclarece.

D. Domingos Afonso – Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. Frei Timóteo dos Mártires menciona-o como sendo “Prior môr pellos annos de 1359”, adiantando também que faleceu a 23 de Janeiro, sem indicação do ano do óbito¹⁹⁷⁸. Tendo em consideração que, pelo menos, a partir da segunda quinzena de Novembro de 1359 o prior de Landim já é Lourenço Viegas, o priorado de D. Domingos Afonso, a ser real e a recair nesta altura, teria, obviamente, de terminar em período anterior a esta data.

Lourenço Viegas – Prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. A 19 de Novembro de 1359 o “religioso dom Lourenço Vehegas prior de Nandim” encontrava-se em Braga nas “poussadas” de D. Martim Domingues, mestre-escola e vigário geral da

¹⁹⁷² *Synodicon Hispanum*, 1982, 1982, p.45. Da presença deste prior no sínodo de 1329, embora os Autores o situem em 1328, dá-nos também conta Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.43; Cunha, D. Rodrigo da, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Reprodução Fac-similada com nota de apresentação de José Marques, Braga, 1999, vol. 2, p.182. O texto desta fonte, no que respeita à elencagem dos presentes nesse Sínodo, encontra-se também reproduzido por Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.110 (nota 9).

¹⁹⁷³ *Synodicon Hispanum*, 1982, pp. 45-46.

¹⁹⁷⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, 1960, Tomo III, 1960, p.43.

¹⁹⁷⁵ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Segunda Parte, Livro IX, cap. XXI, p.240; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII-XV - História e Instituição*, Tomo II, Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996, Apêndice Documental (sem paginação).

¹⁹⁷⁶ Ferreira, Monsenhor Cônego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, p.164; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.61; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.97.

¹⁹⁷⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.145.

¹⁹⁷⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.43.

Arquidiocese de Braga, testemunhando aí um contrato de empraçamento feito pelo mosteiro de Roriz¹⁹⁷⁹.

Gonçalo Domingues – Prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. Trata-se, muito provavelmente, do prior “Dom Gonçalo” que Frei Timóteo dos Mártires diz achar-se memória pelos anos de 1371¹⁹⁸⁰, situação perfeitamente admissível, no entanto não conseguimos confirmar documentalmente essa informação. Podemos apenas afirmar que esteve presente no sínodo diocesano de Braga, presidido pelo arcebispo D. Martinho Afonso Pires da Charneca, realizado a 15 de Novembro de 1398¹⁹⁸¹. De qualquer forma, e a ser o prior a que Frei Timóteo dos Mártires alude, isso inviabilizaria a existência do priorado de Pedro Garcia que o cronista agostiniano coloca em 1383¹⁹⁸².

Pedro Garcia – Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. A indicação da existência deste prior é-nos dada, como referimos, por Frei Timóteo dos Mártires, mas até ao momento não encontramos qualquer registo documental que o confirme no cargo¹⁹⁸³. A data de 1383 apontada pelo cronista agostinho, referente à sua presença à frente da comunidade, levanta também grandes dúvidas porque, como vimos, tudo indica que nessa altura o prior seria D. Gonçalo Domingues, situação que, a confirmar-se, implicará certamente o reajustamento da cronologia deste prior, se é que, de facto, alguma vez assumiu o priorado de Landim. Frei Timóteo dos Mártires indica o dia 16 de Setembro como o da ocorrência do seu óbito, sem que se saiba o ano¹⁹⁸⁴. Não será de excluir que se trate de confusão com o prior Pedro Garcia que foi prior de Landim no último quartel do séc. XII e que faleceu em 1198, como o próprio cronista refere¹⁹⁸⁵ e ainda hoje é possível comprovar através da observação e leitura da sua lápide funerária que se encontra nas antigas instalações do mosteiro.

D. Geraldo – Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. Também não conhecemos nenhum documento que o referencie como prior mor de Landim. De qualquer modo é bastante provável que o tenha sido, até porque para 1400, data em que Frei Timóteo dos Mártires o coloca como responsável da canónica landinense¹⁹⁸⁶, não temos elementos que nos permitam identificar o respectivo prior. Este mesmo cronista aponta o dia 4 de Dezembro como o do seu falecimento, sem que haja indicação do ano¹⁹⁸⁷.

D. Domingos Carneiro – Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. É indicado por Frei Timóteo dos Mártires como sendo o sucessor de D. Geraldo mas o cronista não lhe atribui qualquer referencial cronológico, dizendo apenas que faleceu a 23 de Setembro, sem qualquer notícia do ano¹⁹⁸⁸.

Afonso Esteves – Prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. A confirmar-se a sequencialidade da relação de priores apresentada por Frei Timóteo dos Mártires,

¹⁹⁷⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°17.

¹⁹⁸⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.43.

¹⁹⁸¹ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.59.

¹⁹⁸² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.43.

¹⁹⁸³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.43.

¹⁹⁸⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.43.

¹⁹⁸⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.42.

¹⁹⁸⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.43.

¹⁹⁸⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.43.

¹⁹⁸⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.43.

Afonso Esteves, que é aí omitido pelo cronista, será certamente o sucessor de D. Geraldo ou de Domingos Carneiro, embora, como já vimos, o último prior cuja existência de facto conseguimos comprovar é Gonçalo Domingues. Em termos concretos, a primeira indicação que temos a “Dom Afonso Stevez prior do mosteiro de Landim” data de 25 de Janeiro de 1416, dia em que lhe é legitimado um filho, de nome Fernando Afonso, fruto da sua ligação com Guiomar Afonso, mulher solteira à altura do nascimento da criança¹⁹⁸⁹.

Sem termos referências concretas que nos permitam delimitar cronologicamente o seu priorado, e mesmo afastando a dubialidade da existência dos priores que, à partida, o antecedem, podemos afirmar que, apegando-nos à concretude dos elementos disponíveis sobre o prior Gonçalo Domingues e daqueles que lhe sucederam, e ainda atentando na sequencialidade desses priorados, nesta casa monástica, é estimável que a sua governação se tenha estendido, grosso modo, pelas duas primeiras décadas do século XV.

Martim/Martinho Gonçalves Taveira – Prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. A primeira referência que se lhe conhece data de 31 de Julho de 1430, dia em que foi confirmado um cônego do mosteiro de Landim, na igreja de Santo Estêvão de S. Fins¹⁹⁹⁰. Como adianta José Marques o início do seu priorado deverá ser anterior a Novembro de 1423, altura em que se iniciam os registos de D. Fernando da Guerra no *Livro das Confirmações*¹⁹⁹¹, uma vez que não se lhe conhece aí qualquer referência à sua eleição ou confirmação. Esteve presente no sínodo diocesano de Braga, do arcebispo D. Fernando da Guerra, realizado a 12 de Dezembro de 1435, sendo aí também referenciado como criado do conde de Barcelos¹⁹⁹². Surge notícia da sua passagem no priorado do mosteiro de Santa Maria de Landim aquando da colação de ordens menores ao seu filho Fernão Martins Taveira, a 29 de Junho de 1461¹⁹⁹³. A 1 de Julho de 1444 já tinha resignado ao priorado do mosteiro, dia em que D. Fernando da Guerra, encontrando-se em Lisboa, autoriza Gil Afonso Leitão a confirmar no priorado de Landim o camareiro do duque de Bragança¹⁹⁹⁴. A 7 de Dezembro de 1465 foi-lhe legitimado Fernão Martins Taveira, fruto de uma relação com Maria Anes, mulher solteira¹⁹⁹⁵.

Fernão Martins Taveira – Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Landim da Ordem de Santo Agostinho. Com a resignação de Martim Gonçalves Taveira, o arcebispo de Braga deu indicações para que se confirmasse no priorado o camareiro do duque de Bragança, cujo nome não é aí revelado, sendo que uma das condições exigidas para que fosse provido no cargo era a de que professasse na Ordem e fosse eleito pelos

¹⁹⁸⁹ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 3, 2006, pp.114-115.

¹⁹⁹⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.27; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.738; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.97.

¹⁹⁹¹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.738.

¹⁹⁹² *Synodicon Hispanum*, 1982, p.73.

¹⁹⁹³ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 5, fl.8v.; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.339.

¹⁹⁹⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.121vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.739; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.97.

¹⁹⁹⁵ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1015.

cónegos¹⁹⁹⁶. Há autores que defendem tratar-se de Fernão Martins Taveira, filho do anterior prior¹⁹⁹⁷, que virá a receber ordens menores a 29 de Junho de 1461¹⁹⁹⁸. De qualquer modo e sendo uma hipótese admissível, o certo é que a sua passagem pelo cargo foi extremamente curta, se é que o seu nome mereceu a aprovação do convento e este prior chegou mesmo a ser empossado!

D. João Martins - Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. Segundo Frei Timóteo dos Mártires há notícias do prior João Martins no cargo em 1445¹⁹⁹⁹. Apesar de não termos elementos que nos permitam confirmar esta indicação, ela parece plausível, isto se tivermos em conta que, em 1444, Martim Gonçalves Taveira resignou e que, pelo menos em Março de 1446, Álvaro Afonso já é prior de Landim, podendo nesse hiato temporal a gestão do mosteiro ter ficado a cargo de D. João Martins. Significa isto também que o seu priorado foi muito curto, uma situação de transição que nos leva a equacionar a hipótese de estarmos na presença do prior claustral e não do prior-mor, mas só o surgimento de novos dados poderá esclarecer esta questão. De resto, há um outro elemento que poderá querer apontar nesse sentido: é que num obituário de S. Jorge de Coimbra, surge identificado um “Johanes Martinii canonicus de Nandim” registando-se aí o seu falecimento a 12 de Fevereiro, mas sem a indicação do ano em que ocorreu o óbito. De qualquer modo, e apesar de não termos elementos que nos permitam afirmar que estamos perante a mesma pessoa, não deixa de ser um indício a considerar²⁰⁰⁰.

Álvaro Afonso – Prior do mosteiro de Santa Maria de Landim da Ordem de Santo Agostinho. A 12 de Março de 1446, recebe ordens de Epístola, em Braga²⁰⁰¹, onde já surge referenciado como prior do mosteiro de “Santa Maria de Nandim” e a 16 de Abril do mesmo ano recebe ordens de Evangelho, também em Braga²⁰⁰². Logo em 11 de Junho recebe ordens de Missa na mesma diocese²⁰⁰³ e no dia 22 de Abril de 1462 ainda é referenciado como responsável máximo da instituição, desta feita através de um contrato de emprazamento efectuado pelo escudeiro João Vasques “criado de dom Alvaro Afonso prior do mosteiro de Santa Maria de Nandim”²⁰⁰⁴. A 4 de Setembro de 1472, o rei legitimou-lhe quatro filhas, todas fruto de uma relação que manteve com

¹⁹⁹⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.121v°; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.739; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.98.

¹⁹⁹⁷ Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, pp.97-98.

¹⁹⁹⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 5, fl.8v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.339; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.739.

¹⁹⁹⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.43.

²⁰⁰⁰ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.37.

²⁰⁰¹ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.5v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.68. Tendo em conta estes dados a informação de Frei Timóteo dos Mártires acerca da existência de um prior de nome Lourenço Egas em 1465 não parece ter sentido, de qualquer modo o cronista agostiniano também faz referência a D. Álvaro Afonso, encontrando notícia da sua passagem por Landim em 1475, esta sim uma informação que merece credibilidade (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1960, Tomo III, 1960, p.44).

²⁰⁰² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.10v.; Marques, José, Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.74.

²⁰⁰³ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.13; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.78.

²⁰⁰⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°195.

Isabel Álvares²⁰⁰⁵. Um documento passado pela Cúria Bracarense, datado de 27 de Setembro de 1481, dando autorização para que o mosteiro empraze um casal que tem na freguesia de São Paio de Ceide, revela-nos que Álvaro Afonso ainda era o prior de Santa Maria de Landim²⁰⁰⁶. Não sabemos em concreto até quando se manteve à frente desta comunidade regrante do vale do Ave, de qualquer modo, e a tomarmos como verdadeiras as informações de Frei Timóteo dos Mártires, o mosteiro de Landim em 1482 passaria a ser governado pelo prior D. Pedro²⁰⁰⁷. É, de facto, possível mas trata-se de informação carece de ser confirmada. É que, face à falta de mais elementos, a dúvida terá que persistir, até porque este cronista menciona dois outros priores para o ciclo governativo de Álvaro Afonso, que indica como prior por volta de 1475: Frei Timóteo dos Mártires indica como prior-mor do mosteiro, em 1459, D. Henrique Gonçalves, e, em 1465²⁰⁰⁸, D. Lourenço Egas, mas trata-se de datas que são, aparentemente, repudiadas pela documentação. E se é certo que existiram priorados intercalados, não temos indicadores que tenha sido este o caso, parecendo-nos mais provável que estes dois indivíduos sejam priores claustrais mas se de facto atingiram o priorado mor a sua acção terá de reportar-se necessariamente a outra época.

D. Pedro - Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. Segundo Frei Timóteo dos Mártires D. Pedro foi prior em 1482, adiantando também que este prior faleceu a 28 de Novembro, mas cujo ano não é revelado²⁰⁰⁹. Apesar de ainda não termos encontrado elementos que nos permitam validar esta informação do cronista, ela parece-nos credível tendo em conta que a última indicação que conhecemos a Álvaro Afonso é de 1481, numa altura em que o seu priorado já se estendia por mais de três décadas.

D. André - Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. Frei Timóteo dos Mártires identifica-o como prior de Landim “pellos annos 1490” revelando também que o seu falecimento ocorreu a 21 de Outubro, de ano incógnito²⁰¹⁰. Em relação a este prior também não temos dados que confirmem a sua presença à frente do mosteiro, mas é uma possibilidade perfeitamente credível. O mesmo não sucede com a informação que o mesmo cronista nos dá dizendo que este foi o último prior-mor eleito²⁰¹¹. É que, à luz dos dados de que dispomos, o último terá sido D. Fernando Anes, o seu previsível sucessor.

Fernando Anes – Prior do mosteiro de Santa Maria de Landim. A primeira indicação documental que o coloca no principal cargo desta comunidade regrante data de 4 de Abril de 1495, dia em que, em conjunto com o convento do mosteiro, empraza a Fernão de Ponte, sapateiro, morador em Braga, à sua mulher, Isabel Afonso, e a um filho deles, a quintã da Lama²⁰¹².

²⁰⁰⁵ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 29, fl.147. Estas legitimações são também referenciadas por Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.739,1015; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.98.

²⁰⁰⁶ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.7.

²⁰⁰⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.44.

²⁰⁰⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.44.

²⁰⁰⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.44.

²⁰¹⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.44.

²⁰¹¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.44.

²⁰¹² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.8.

D. Jorge da Costa (cardeal de Alpedrinha) – Provável prior comendatário de Santa Maria de Landim. António Martins e Emília Nóvoa Faria adiantam essa possibilidade, sustentando-se em informações de Fortunato de Almeida e num documento de 1498 que referencia D. Jorge da Costa²⁰¹³. Do contacto que tivemos com a documentação podemos dizer que ou não vimos o documento em causa, ou então não retivemos essa informação²⁰¹⁴, e como não encontrámos nenhuma outra prova inequívoca da ligação deste comendatário a Santa Maria de Landim, parece-nos mais prudente manter-mo-nos apenas no campo das hipóteses.

D. Diogo de Azevedo – Prior comendatário de Santa Maria de Landim. Segundo Alão de Moraes trata-se de um filho do bispo D. João de Azevedo e de Catarina Aranha²⁰¹⁵. A primeira referência que lhe conhecemos, no priorado, data de 27 de Fevereiro de 1501, dia em que são emprazados, a Pedro Gomes e a duas outras pessoas, quatro casais na aldeia de Durão, no concelho da Maia²⁰¹⁶, o que invalida automaticamente a data apontada por Frei Timóteo dos Mártires que adianta que D. Diogo de Azevedo foi prior comendatário nomeado por D. Manuel em 1518²⁰¹⁷.

A partir de 1501 e até 1523 aparece documentado como prior de Landim, celebrando diversos contratos de cariz económico, mormente emprazamentos²⁰¹⁸. Da análise da documentação depreende-se que D. Diogo teve bastante preocupação com a gestão do mosteiro acautelando inclusivamente a preservação dos seus privilégios e interesses, como revela o pedido que fez ao rei D. Manuel para que lhe enviassem traslado das cartas que se guardavam na Torre do Tombo referentes ao couto do mosteiro e que Rui de Pina, guarda-mor da Torre do Tombo, trasladou a 8 de Novembro de 1511²⁰¹⁹. A 26 de Maio de 1515, D. Diogo de Azevedo encontrava-se no mosteiro, recebendo aí os emissários régios que foram aplicar a taxaço a que Landim tinha sido sujeito para as comendas novas da Ordem de Cristo, cifrada em 235 ducados de ouro anuais²⁰²⁰.

O último acto em que este prior é interveniente, isto tendo por base, naturalmente, as fontes documentais que se conhecem, é um emprazamento feito a João

²⁰¹³ Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, pp.92, 99.

²⁰¹⁴ Como os Autores não identificam a fonte é provável que se trate de algum documento que não chegámos a consultar, de qualquer modo entre a documentação do mosteiro à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo encontram-se dois documentos datados de 1498, um de 13 de Julho e outro de 22 de Outubro (cf. IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Docs.9,10), por isso é também admissível que se trate de um destes instrumentos que, oportunamente, teremos de voltar a analisar no sentido de tentar averiguar essa informação. Não será também de excluir que, no documento a que aludem os Autores, o nome de D. Jorge da Costa surja na qualidade de arcebispo de Braga (1486-1501), e não nos podemos esquecer que competia à Sé bracarense a validação dos emprazamentos do mosteiro.

²⁰¹⁵ Moraes, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Vol. I, 1943, pp.75,81.

²⁰¹⁶ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.11; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, pp.69-70.

²⁰¹⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.44.

²⁰¹⁸ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Docs.11, 12,16, 17, 19, 22.

²⁰¹⁹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.15. Este documento encontra-se transcrito e publicado por Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, pp.158-162.

²⁰²⁰ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, in *Actas do I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória – Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão (5 a 8 de Dezembro de 1998)*, vol.II, Porto/Arouca, 2002, p.64.

Tomé e a Maria Anes, sua mulher, e a uma terceira pessoa, do casal de Lousado, na freguesia de Santa Marinha de Lousado, no dia 25 de Fevereiro de 1523²⁰²¹.

D. Miguel da Silva – Prior comendatário de Santa Maria de Landim e São Simão da Junqueira²⁰²². Nasceu por volta de 1480 e era filho de D. Diogo da Silva Meneses, 1º conde de Portalegre e de D. Maria Aiala²⁰²³. Entre 1515 e 1526 foi embaixador português junto da Santa Sé²⁰²⁴, tendo sido um dos representantes portugueses no 5º Concílio de Latrão²⁰²⁵ (1512-1518). Foi bispo da Guarda (1516-1519) na menoridade do infante D. Afonso²⁰²⁶, bispo de Viseu (1526-1547) e escrivão da puridade de D. João III²⁰²⁷. De resto, a intitulação de um emprazamento efectuado no mosteiro de Landim, a 11 de Fevereiro de 1529, é bem elucidativa: “Dom Miguel da Silva Bispo elleito da cidade de Viseu e do Conselho de d’el rei nosso Senhor e escrivão da Puridade e perpetuo administrador dos mosteiros de Santo Tirso de Riba D’Ave do bispado do Porto e do mosteiro de Nandim do arcebispado de Braga...”²⁰²⁸. O papa Paulo III (1534-1549) fê-lo cardeal em 1539²⁰²⁹, o que provocou um corte de relações entre o rei e D. Miguel, com este a fugir, a 22 de Julho de 1540, de Viseu para Roma, onde viria a falecer a 5 de Junho de 1556, sem nunca merecer o perdão de D. João III, que lhe retirou todos os bens, privilégios e honras que possuía no Reino²⁰³⁰, decretando-lhe

²⁰²¹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.22; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.75.

²⁰²² Além destas comendas de mosteiros agostinhos D. Miguel da Silva ainda deteve as dos mosteiros de Santo Tirso e S. Pedro das Águias (cf. Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.663), embora em documento de Fevereiro de 1529 o próprio bispo apenas faça referência às comendas de Santo Tirso e Landim (cf. IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.24). Segundo São Tomás, Frei Leão de, *Benedictina Lusitana*, notas críticas de José Mattoso, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, pp.37, 411, D. Miguel foi provido como comendatário do mosteiro de Santo Tirso em 1528, embora, e a avaliar por um documento que integra o *Corpo Diplomático Português...*, Tomo XI, 1898, pp. 222-224, D. Miguel já era comendatário deste mosteiro beneditino a 4 de Abril de 1520.

²⁰²³ *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. III, direcção, coordenação e compilação de Afonso Eduardo Martins Zuquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961, pp.165-166.

²⁰²⁴ Sá, Padre Augusto Carneiro de, “O mosteiro de Santa Maria de Landim”, in *Boletim Cultural*, Nº2 (Junho de 1981), Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p.102.

²⁰²⁵ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, pp.661-662; Castro, Padre José de, *Portugal em Roma*, vol. II, Lisboa, União Gráfica, 1939, p.343.

²⁰²⁶ D. Afonso sucedeu na diocese da Guarda ao bispo D. Pedro Vaz Gavião (1496-1516), sendo eleito a 9 de Setembro de 1516, ficando, e face à sua menoridade, como seu vigário D. Miguel da Silva (cf. Castro, Padre José de, *Portugal no Concílio de Trento*, vol. I, Lisboa, União Gráfica, 1944, p.89).

²⁰²⁷ *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. III, direcção, coordenação e compilação de Afonso Eduardo Martins Zuquete, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961, p.166; Sá, Padre Augusto Carneiro de, “O mosteiro de Santa Maria de Landim”, in *Boletim Cultural*, Nº2 (Junho de 1981), Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p.102. D. Miguel da Silva foi nomeado escrivão da puridade por carta de 16 de Novembro de 1525 (cf. Freire, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. II, 3ª ed, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p.26).

²⁰²⁸ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.24. Este documento encontra-se transcrito e publicado por Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, pp.149-150.

²⁰²⁹ Castro, Padre José de, *Portugal em Roma*, vol. II, Lisboa, União Gráfica, 1939, p.343.

²⁰³⁰ Cardoso, Jorge, *Agiológico Lusitano*, Tomo II, (Edição fac-similada da de 1657), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p.761; Freire, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. II, 3ª ed, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p.26; Herculano, Alexandre, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Vol. II (Volume 19 de “As melhores obras de Alexandre Herculano”), Círculo de Leitores, 1987, pp.28-34, 84-90. A propósito da data do seu falecimento, apenas dizer que um obituário do mosteiro de Moreira da Maia regista o falecimento de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu e prior do mosteiro de Landim a 13 de Junho de Junho de 1556 (cf. BNL – Secção de Reservados, Nº 215 (“Treslado do livro dos obitos do mosteiro de S. Salvador de Moreira”, s. p.).

inclusivamente a desnaturalização por carta de 23 de Janeiro de 1542²⁰³¹. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, D. Miguel da Silva renunciou ao priorado na década de trinta quando voltou a Roma, na qualidade de embaixador, dando a comenda de Landim ao seu sobrinho D. António da Silva²⁰³², desconhecemos, no entanto, as condições dessa passagem e se, efectivamente, ocorreu. As provas documentais não parecem corroborar tal situação, mas poderá dar-se o caso de ser identificado como comendatário perpétuo e estar o seu sobrinho à frente da comenda como seu representante. De concreto, há registos de que D. Miguel da Silva ainda era comendatário de Landim a 9 de Março de 1536²⁰³³. De resto, por esta altura, Fernão de Pina, guarda-mor da Torre do Tombo dá despacho ao requerimento de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, membro do Conselho régio, e escrivão da Puridade, para que lhe fossem entregues cópias dos documentos que se guardavam na Torre do Tombo respeitantes aos coutos dos mosteiros de Santo Tirso e Landim, tendo-lhe sido remetidos, no que respeita a Landim, a 3 de Abril de 1536, traslados de documentos de D. Afonso IV e D. João I²⁰³⁴.

Também Jorge Cardoso o indica como prior comendatário em 1537, ano em que mandou abrir o túmulo de D. Pedro Garcia, antigo prior, muito venerado no mosteiro²⁰³⁵. Ainda em 1543, é identificado enquanto detentor da comenda como revela uma carta enviada por Baltasar de Faria a D. João III, datada de 18 de Maio de 1544, em que o embaixador dá conta ao rei que era necessário pagar ao camareiro do papa, o marquês António Maria, 100 cruzados de pensão referentes ao mosteiro de Landim, dos quais 50 no Natal e a outra metade pelo S. João, sendo que ainda se lhe devia o ano de 1443, mas “que por ser de Dom Miguel se lhe nam paga”²⁰³⁶. Uma carta de Lourenço Pires de Távora para o rei, datada de 27 de Outubro de 1561, vem, aparentemente, esclarecer toda esta questão uma vez que aí se diz que o cardeal Farnese tinha direito de regresso nos mosteiros de Landim e Santo Tirso em virtude da transferência da comenda que se fizera de D. Miguel da Silva para ele²⁰³⁷.

D. António da Silva – Prior comendatário de Santa Maria de Landim. Em relação à cronologia deste prior persistem inúmeras dúvidas. É possível que tenha ocupado a comenda de Santa Maria de Landim a partir do final da década de trinta, ou no primeiro semestre de 1540, comenda que lhe terá sido entregue pelo seu tio em regime transitório, com a condição de a retomar no seu regresso de Roma²⁰³⁸, o que, como é sabido, não

²⁰³¹ Trata-se de uma carta violentíssima que se encontra transcrita na Crónica de D. João III e da qual reproduzimos aqui um excerto: “... e por tanto eu como seu rey e senhor o privo do officio de escrivão da puridade que de mim tinha, e de todas as jurisdições, rendas, tenças, moradias, mantimentos, e ordenados, privilegios, liberdades, honras, graças, e mercês que tinha, e lhe tenho feitas, e mando que seja riscado de meus livros, e o ey por não natural, e desnaturado de meus reynos, e mando que lhe não sejam guardados, nem possa usar, gozar de nenhuns privilégios, liberdades, immuniades, graças, exemptions, mercês, honras e franquezas, nem preeminências que os naturais delles usão, gozão e podem gozar, e gouvir, antes o ei como se em elles nunca nacera, e bem assy ey por não naturais, e desnaturado todos meus suditos vassallos e naturais que com elle estiverem, ou para elle se forem, da notificação desta em diante...” (cf. *Chronica do muyto alto e muyto poderoso rey destes reynos de Portugal Dom João o III deste nome* dirigida ha C.R.M. D’El Rey Dom Filippe o III composta por Francisco D’Andrada do seu Conselho e seu chronista mor, Parte III, 2ª ed., Coimbra, Na Real Officina da Universidade, 1796, Cap. LXXXII, p.378).

²⁰³² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, 1960, Tomo III, 1960, p.44.

²⁰³³ Castro, Maria de Fátima, *O mosteiro de Landim: contributos para o estudo da propriedade eclesiástica*, Edição da Autora, 1995, p.73.

²⁰³⁴ Correia, Fernando Carvalho, *O mosteiro de Santo Tirso: o perfil jurisdiccional dos seus abades – Estudo e documentação*, s.d., pp.576-578.

²⁰³⁵ Cardoso, Jorge, *Agiolégio Lusitano*, Tomo II, 2002, pp.5-6.

²⁰³⁶ IAN/TT – Gaveta II, M. 5, Doc.24.

²⁰³⁷ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, pp.383-384.

²⁰³⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.44.

sucederia. A confirmar-se esta hipótese, é muito provável que D. Miguel tenha passado a comenda para o sobrinho numa data situada entre 12 de Dezembro de 1539, altura da sua nomeação para cardeal e 22 de Julho de 1540, data da sua saída de Portugal²⁰³⁹. Tal hipótese parece ganhar ainda mais força se tivermos em conta que a comenda do mosteiro de Santo Tirso transitou também para D. António da Silva em 1540²⁰⁴⁰. O certo é que não dispomos de documentos que comprovem a presença de D. António da Silva à frente do mosteiro de Landim nas décadas de trinta e quarenta, embora haja indicações de que em 1548 era o prior comendatário desse mosteiro²⁰⁴¹. Tendo em consideração que, a 24 de Março de 1548, o cardeal Alexandre Farnésio assumia as comendas dos mosteiros de Landim, Santo Tirso e S. Pedro das Águias que tinham sido do bispo D. Miguel²⁰⁴² não sabemos se não chegou a abandonar a comenda, pagando a correspondente renda ao cardeal Farnese, ou se foi posteriormente empossado. Segundo Frei Timóteo dos Mártires este prior faleceu antes do seu tio²⁰⁴³ portanto, em data anterior a Junho de 1556, informação que é incorrecta, uma vez que este comendatário faleceu em 1561, muito provavelmente no início de Setembro, como prova a carta enviada, nesse mesmo mês, pelo rei, ao cardeal Santa Flor, dando-lhe conta que tivera conhecimento do falecimento de D. António da Silva em Sevilha “onde se estava curando de certa ymfirmidade”²⁰⁴⁴, ficando assim vagos os mosteiros de Landim e Santo Tirso. Cartas de 27 de Outubro de 1561 e 9 de Novembro de 1561 atestam essa informação, confirmando o falecimento de D. António da Silva e a vacância dos mosteiros de Landim e Santo Tirso²⁰⁴⁵.

D. Alexandre Farnésio – Prior comendatário de Santa Maria de Landim. Segundo Frei Timóteo dos Mártires após a morte do prior mor comendatário D. Fernando o cardeal Alexandre Farnésio pediu ao papa Paulo IV (1555-1559) a comenda do mosteiro de Landim, que lhe foi concedida²⁰⁴⁶. Este D. Fernando aqui referenciado é D. Fernando Anes, um dos dois priores comendatários que o cronista agostiniano coloca de permeio

²⁰³⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, pp.663-664; Freire, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. II, 3ª ed, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p.26.

²⁰⁴⁰ Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.101. Já Frei Leão de São Tomás indica o ano de 1536 como o do início do governo do mosteiro beneditino por parte de D. António da Silva (cf. São Tomás, Frei Leão de, *Benedictina Lusitana*, notas críticas de José Mattoso, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p.38).

²⁰⁴¹ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VII, p.302; Sá, Padre Augusto Carneiro de, “O mosteiro de Santa Maria de Landim”, in *Boletim Cultural*, Nº2 (Junho de 1981), Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p.107.

²⁰⁴² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, pp.669-670. Também Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.101, indicam o ano de 1548 como o do início da comenda de D. Alexandre Farnésio em Landim.

²⁰⁴³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.44. Já Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VII, p.303 indica o ano de 1560 como o do óbito de D. António da Silva enquanto Sá, Padre Augusto Carneiro de, “O mosteiro de Santa Maria de Landim”, in *Boletim Cultural*, Nº2 (Junho de 1981), Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p.107, diz que este prior comendatário faleceu em 1561.

²⁰⁴⁴ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo IX, 1886, p.339.

²⁰⁴⁵ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo IX, 1886, pp.383-384; pp.405-406.

²⁰⁴⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.45; Sá, Padre Augusto Carneiro de, “O mosteiro de Santa Maria de Landim”, in *Boletim Cultural*, Nº2 (Junho de 1981), Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p.107. D. Alexandre Farnésio após a morte de D. António da Silva foi também comendatário do mosteiro de Santo Tirso (cf. São Tomás, Frei Leão de, *Benedictina Lusitana*, notas críticas de José Mattoso, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p.39).

entre D. António da Silva e D. Alexandre Farnésio, sendo o outro D. Álvaro Correia²⁰⁴⁷, mas é quase certo que pelo menos o primeiro foi apenas prior claustral do mosteiro²⁰⁴⁸, embora essa situação nos pareça que possa ser também extensível ao segundo, configurando-se como o provável prior claustral que antecedeu D. Fernando Anes²⁰⁴⁹. Quanto ao cardeal Alexandre Farnésio foi o antecessor e o sucessor de D. António da Silva. Este cardeal, com o título de São Lourenço in Dâmaso, era vice-chanceler da Santa Sé, filho do duque de Parma²⁰⁵⁰ e neto do papa Paulo III²⁰⁵¹ (1534-1549). A 22 de Abril de 1547, foi nomeado comendatário do bispado de Viseu e, a 24 de Março de 1548, D. Farnésio assumia as comendas dos mosteiros de Landim, Santo Tirso e S. Pedro das Águias, as quais tinham sido do bispo D. Miguel bem como o direito de apresentação nas igrejas pertencentes ao padroado desses mosteiros, comprometendo-se aí a colocar apenas clérigos portugueses embora reservasse pensões para os seus familiares²⁰⁵². De facto, a 29 de Junho de 1558, faz-se referência ao cardeal Farnésio, comendatário perpétuo do mosteiro de Landim, a propósito de um emprazamento efectuado pelo mosteiro a Pantalhão Gonçalves, seu familiar²⁰⁵³. Face à distância física do cardeal, o mosteiro era governado por um seu representante de nome Ângelo Caríssimo²⁰⁵⁴. Significa isto que, apesar de D. António da Silva ser comendatário arrendatário, o cardeal Farnese interferia na gestão do mosteiro. Com o falecimento de D. António da Silva, em Setembro de 1561, o rei escreve ao cardeal Santa Flor solicitando-lhe que intercedesse junto do papa para que este lhe concedesse os mosteiros de Landim e Santo Tirso, de forma a dar continuidade às reformas já aí iniciadas e prover aí pessoa da sua confiança²⁰⁵⁵. A 27 de Outubro de 1561, Lourenço Pires de Távora dava conta ao rei que as suas cartas, que levavam a notícia da vacância dos mosteiros de Landim e Santo Tirso, por falecimento de António da Silva, tinham chegado a 13 de Outubro, sendo que o cardeal Farnese tinha direito de regresso em ambos os mosteiros por translação do cardeal D. Miguel da Silva²⁰⁵⁶. O embaixador advertia também que este cardeal era muito manhoso e de pouca confiança²⁰⁵⁷, voltando a reiterar essa ideia em missiva de 9 de Novembro de 1561, dizendo que “este cardeal he assaz manhoso e cuida que com palavras entretera e fara o que lhe cumpre, e não lhe

²⁰⁴⁷ Segundo Frei Timóteo dos Mártires D. Álvaro Correia assumiu a comenda do mosteiro de Landim após a morte de D. António da Silva, sucedendo-lhe depois D. Fernando Anes em 1556 (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.45).

²⁰⁴⁸ A este propósito consulte-se a entrada biográfica que lhe dedicamos na secção dos cónegos regrantes. Poderá, eventualmente, dar-se o caso de Frei Timóteo dos Mártires ter também feito confusão com o prior mor D. Fernando Anes que surge documentado como titular da instituição no final do séc. XV.

²⁰⁴⁹ Em relação a Álvaro Correia não lhe encontramos qualquer referência documental, embora não seja de excluir que se trate do cónego que identificámos como Baltasar Correia e que integra a comunidade de Landim, pelo menos, entre 1495 e 1515, embora também nunca o tenhamos encontrado referenciado como prior claustral, o que obviamente não impede que o tenha sido. De qualquer modo, e a confirmar-se que se trata do mesmo indivíduo, essa cronologia revelar-se-ia consentânea com a sequência apresentada por Frei Timóteo dos Mártires uma vez que o cónego Fernando Anes é detectado em Landim nas décadas de vinte e trinta do séc. XVI.

²⁰⁵⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.45.

²⁰⁵¹ Herculano, Alexandre, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Vol. II, p.203.

²⁰⁵² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, pp.669-670. Também Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.101, indicam o ano de 1548 como o do início da comenda de D. Alexandre Farnésio em Landim.

²⁰⁵³ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.28.

²⁰⁵⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.45.

²⁰⁵⁵ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, p.339.

²⁰⁵⁶ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, pp.383-384.

²⁰⁵⁷ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, pp.384.

faltarão invenções p[er] a dilação²⁰⁵⁸. Nesse mesmo dia, Lourenço Pires de Távora informa o monarca que um criado do cardeal Farnese virá a Portugal tratar dos negócios dos mosteiros que tinham vagado por falecimento de D. António da Silva²⁰⁵⁹. Da correspondência trocada entre os representantes em Roma e a Coroa, a imagem que transparece do cardeal Alexandre Farnese é extremamente negativa, ele que era por esta altura, indiscutivelmente, um dos maiores beneficiários dos réditos eclesiásticos em Portugal, avaliando-se em cerca de quarenta mil cruzados, já deduzidos de encargos, os rendimentos que obtinha com os três mosteiros de que era comendatário, a que acrescia os do bispado de Viseu e os que lhe advinham da apresentação em diversas igrejas²⁰⁶⁰.

A resistência do cardeal em resignar à comenda de Santa Maria de Landim não foi quebrada, nem pelo monarca, nem pelos embaixadores, mas sim por Filipe Pegado, cónego do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que se encontrou em Roma com o cardeal, em 1562, conseguindo convencê-lo a renunciar à comenda de forma a integrar o mosteiro na Congregação de Santa Cruz, assumindo ele próprio o priorado da instituição enquanto se não concretizava a união²⁰⁶¹.

Priores cuja cronologia não foi possível precisar:

Pedro Anes – Prior do mosteiro de Landim. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o “obiit domnus Petrus Johannis prior monasterii Sancte Marie de Nandim” a 30 de Setembro mas não apresenta aí qualquer referência ao ano do falecimento²⁰⁶². Frei Timóteo dos Mártires não identifica nenhum Pedro Anes para o mosteiro de Landim, apenas identifica um prior Pedro para o final do séc. XV²⁰⁶³. Estaremos na presença desse religioso?

1.1.2. - Santa Maria de Oliveira (c. Vila Nova de Famalicão)

Fernão Pires Coelho - Prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Por instrumento de 10 de Abril de 1299, sabemos que “FERNAM PIREZ” já era o prior de Oliveira já que, nesse mesmo dia, Pedro Anes Coelho e D. Margarida, sua esposa, dão ao mosteiro e ao

²⁰⁵⁸ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, p.406.

²⁰⁵⁹ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, pp.405-406.

²⁰⁶⁰ Herculano, Alexandre, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Vol. II, 1987, p.202. Esta parte da obra de Alexandre Herculano onde colhemos esta informação encontra-se também transposta em *Alexandre Herculano: um homem e uma ideologia na construção de Portugal – Antologia*, organização, prefácio e notas de Cândido Beirante e Jorge Custódio, Amadora, Livraria Bertrand, 1978, p.263.

²⁰⁶¹ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VII, p.303; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.45; Sá, Padre Augusto Carneiro de, “O mosteiro de Santa Maria de Landim”, in *Boletim Cultural*, Nº2 (Junho de 1981), Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, p.108. Este D. Filipe Pegado além de prior de Landim, viria também a ser prior trienal do mosteiro de Refoios de Lima, eleito a 18 de Agosto de 1576 e confirmado no cargo no dia 24 desse mês, tendo falecido no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 1578 (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.44-45, 66-67). De facto um Obituário de Moreira da Maia regista o falecimento de D. Filipe, presbítero, cónego de Santa Cruz e prior de Refoios, às 17 Kalendas de Junho de 1578 ou seja a 15 de Maio de 1578). Também indicado no *Obituário de S. Vicente de Fora*, fl.20, embora aí recaia no dia 17 de Maio o registo do “obiit D. Philippus presbyter canonicus Sancte Crucis anno 1578”.

²⁰⁶² Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.148.

²⁰⁶³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.44.

seu prior, três casais na terra de Vieira, para remissão das suas almas²⁰⁶⁴. De notar que este Pedro Anes Coelho era irmão do prior. Fernão Pires Coelho resignou ao priorado em data que desconhecemos, mas muito provavelmente ainda no decurso da primeira década do séc. XIV, e seguramente antes de Dezembro de 1311, uma vez que nessa altura o prior já é Martim Domingues²⁰⁶⁵. Após a resignação, deverá ter-se mantido no mosteiro, onde faleceu e foi sepultado, registando-se o óbito do “Venerabilis Pater Domnus Ferdinandus Petri Prior de Oliveira” a 18 de Janeiro de 1340²⁰⁶⁶. A este prior é atribuída grande fama de santidade tendo, segundo alguns textos cronísticos, sido encontrado o seu corpo incorrupto em 1556, quando se procedia a obras para edificação de um novo claustro²⁰⁶⁷.

Martim Domingues/Martinho Domingues – Prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. O seu priorado, que não deverá ter sido muito longo, fica marcado por um conflito entre o prior e os cónegos da comunidade, acusando estes o prior de se ter apoderado indevidamente do seu selo conventual, utilizando-o à revelia e contra a vontade e os interesses dos religiosos²⁰⁶⁸. Em Julho de 1315, Martim Domingues já tinha falecido ou resignado, uma vez que nessa altura há indicação de um novo prior²⁰⁶⁹. Um obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Martinus Dominici priol Ulivaria” a 28 de Janeiro, mas sem referência ao ano²⁰⁷⁰.

Estêvão Pires – Prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. A primeira indicação que conhecemos a “Stevam Perez priol do moesteiro de Sancta Maria d’Ulveyra de Riba d’Ave” data de 5 de Julho de 1315, dia em que o mosteiro arrenda os bens que tem em Leiria e seu termo²⁰⁷¹. “Stephano Petri Priore Monasterii de Olivaria” encontrava-se no mosteiro de S. Silvestre de Requião, a 26 de Fevereiro de 1317, testemunhando a confirmação de um cónego desta casa agostinha para reitor da igreja de Santa Marinha de Ferreiro²⁰⁷². A 24 de Julho de 1318, foi dada sentença por Domingos Martins, abade de Castelões e Fernão Anes, abade de Vermoim, juízes designados para julgarem a contenda que opunha o convento ao prior por causa da distribuição das rações a que

²⁰⁶⁴ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, Doc.3; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.317; Costa, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal com as noticias das fundações...*, Tomo I, 2ª ed., Braga, Typografia de Domingos Gonçalves Gouveia, 1868, p.291; Leal, Augusto Soares d’Azevedo de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno...*, vol.6, 1875, p.254; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, pp. 54-55.

²⁰⁶⁵ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.56.

²⁰⁶⁶ Cardoso, Jorge, *Agiolégio Lusitano*, Tomo III, 2002, pp. 734,741; Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.317; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.144; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.55; Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol 2: Tomo 2, 2000, pp.1614-1615. Um obituário do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia também lhe atribui o falecimento neste dia (BNL – Secção de Reservados, Nº 215 “Treslado do livro dos obitos do mosteiro de S. Salvador de Moreira”, s.p.).

²⁰⁶⁷ Cardoso, Jorge, *Agiolégio Lusitano*, Tomo III, 2002, pp. 734, 741; Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.317; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.144.

²⁰⁶⁸ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, pp.56-57.

²⁰⁶⁹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.7.

²⁰⁷⁰ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.35.

²⁰⁷¹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.7.

²⁰⁷² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 77-78.

tinham direito²⁰⁷³. Em 1320 D. Estêvão Pires andava envolvido em nova contenda, desta feita com Rui Garcia prior de Santa Lucrécia, dando a Cúria bracarense, a 16 de Maio desse ano, sentença favorável ao prior obrigando o abade a pagar colheita anual dessa igreja²⁰⁷⁴. A 7 de Outubro de 1329, “Stephano Petri de Ulvaria” participou no sínodo diocesano presidido por D. Gonçalo Pereira²⁰⁷⁵. Em 1330 Estêvão Pires ainda era prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, remontando a esse ano os dois últimos registos documentais que comprovam a sua presença à frente da comunidade: o primeiro é uma doação feita ao mosteiro em Março²⁰⁷⁶ e o segundo é o registo da sua presença no sínodo episcopal de D. Gonçalo Pereira, que teve lugar a 14 de Novembro²⁰⁷⁷. A partir daqui não voltámos a ter informações sobre este prior, por isso, não sabemos, em concreto, até quando se prolongou o seu priorado.

Lourenço Viegas – Prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Foi, muito provavelmente, o sucessor de D. Estêvão Pires, mas desconhecemos quando se iniciou o seu governo. O único dado concreto que temos é que, a 25 de Junho de 1350, Lourenço Viegas era o prior-mor de Santa Maria de Oliveira, dia em que solicitou ao tabelião de Braga, Vasco Fernandes, o traslado de documentos referentes à igreja de Santa Lucrécia²⁰⁷⁸.

D. Francisco Miguel – Prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Foi investido no priorado de Santa Maria de Oliveira a 15 de Setembro de 1356, pelo arcebispo de Braga, D. Guilherme (1349-1361), sendo que já tinha ocupado essas mesmas funções no mosteiro de Landim²⁰⁷⁹. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, D. Francisco Miguel era cónego do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra²⁰⁸⁰, possibilidade que não sendo de excluir, teria de reportar-se a data anterior ao seu ingresso em Landim, da qual não dá notícia o cronista. O obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Franciscus Michaelis prior monasteri Sancte Marie de Ulvayria” a 15 de Março, não sendo aí referenciado o ano²⁰⁸¹.

D. João Esteves – Prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Não temos muitas informações sobre este prior cujo priorado ficou marcado pelo grave conflito em que se viu envolvido com o arcebispo D. Lourenço Vicente (1374-1397), sendo acusado pelo arcebispo de não cumprir as suas obrigações pastorais e de desrespeitar as determinações sinodais de 1374, levando o bispo a ordenar o congelamento das rendas e

²⁰⁷³ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.9; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.57.

²⁰⁷⁴ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.8; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.60.

²⁰⁷⁵ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.45.

²⁰⁷⁶ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.10; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.59.

²⁰⁷⁷ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.46.

²⁰⁷⁸ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.5; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.60.

²⁰⁷⁹ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, p.164; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.61; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.97.

²⁰⁸⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.145.

²⁰⁸¹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.10. Frei Timóteo dos Mártires, certamente com base num outro obituário, diz que D. Francisco faleceu a 11 de Maio, embora sem que se saiba o ano (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.145).

bens a que o prior tinha direito, recorrendo para a execução de tal medida ao juiz de Vermoim, Vasco Gonçalves²⁰⁸². O problema é que o juiz absolveu o prior das acusações que lhe eram feitas, arrastando-se o processo com a interposição de recursos para a justiça régia²⁰⁸³. Também Clemente VII, papa avionense, intervém, considerando, por bula de 28 de Maio de 1381, todos os processos intentados por D. Lourenço, incluindo o que pendia sobre o prior de Oliveira, D. João Esteves, nulos, ordenando a Pedro Lourenço, cónego de Braga, que julgasse tais contendas e que não obedecesse a D. Lourenço Vicente, bispo a quem já tinha ordenado a transferência para a diocese de Trani²⁰⁸⁴. Com o desenrolar da complexa situação política portuguesa em meados da década de oitenta e a inversão de algumas posições ao nível das disputas internas na diocese de Braga, a crescer à grande aproximação de D. Lourenço Vicente a D. João I, não sabemos o que aconteceu com João Esteves, mas admitindo todo um cenário desfavorável a este prior, é muito provável que tenha resignado.

Afonso Esteves – Prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Tal como em relação ao seu antecessor também não dispomos de dados que nos permitam delimitar cronologicamente o seu priorado ou conhecer elementos da sua acção governativa. Apenas sabemos que assistiu ao sínodo diocesano de Braga, de D. Martinho Afonso Pires da Charneca (1398-1416), que teve lugar a 15 de Novembro de 1398²⁰⁸⁵.

Gonçalo Anes – Prior do mosteiro de Oliveira. A 27 de Dezembro de 1409, já surge mencionado como prior do mosteiro. Nesse dia fez um emprazamento, em três vidas, a Gonçalo Vasques, à sua mulher, Domingas Esteves, moradores em S. Tiago de Castelões, e a uma terceira pessoa a nomear pelo postumeiro, de uma cortinha nessa mesma localidade²⁰⁸⁶. A 15 de Março de 1414, “o religioso frey Gonçal’Eannes prioll do mosteiro d’Ulveira da terra de Vermoim” compareceu perante Fernão Álvares, juiz da vila de Barcelos, mostrando-lhe dois instrumentos referentes às jurisdições que o mosteiro detinha nos seus coutos, uma do rei D. Afonso IV, e outra do ouvidor de D. Afonso, conde de Barcelos, feita em Guimarães, a 7 de Outubro de 1412, pela qual era reconhecido e permitido que o mosteiro usasse da jurisdição no seu couto, solicitando o prior ao juiz o traslado desses instrumentos²⁰⁸⁷.

Gonçalo Vasques/Gonçalo Vaz – Prior do mosteiro de Oliveira. Gonçalo Vasques era proveniente do mosteiro de S. Silvestre de Requião²⁰⁸⁸. A 9 de Abril de 1425 “Gonçalo Vaaz prior do mosteiro de Sancta Maria d’Oliveira” surge como procurador do abade da igreja de S. Mateus, que em seu nome apresentou a renúncia a essa igreja perante o arcebispo de Braga²⁰⁸⁹. Só encontrámos nova referência a Gonçalo Vasques como prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira a 2 de Abril de 1433²⁰⁹⁰, dia em que foi feita

²⁰⁸² Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, pp.61-63.

²⁰⁸³ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.62.

²⁰⁸⁴ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, pp.191-192.

²⁰⁸⁵ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.59.

²⁰⁸⁶ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.12; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.64.

²⁰⁸⁷ Bastos, Maria Rosário da Costa, “Privilégios jurisdicionais do mosteiro de Santa Maria de Oliveira...”, 1997, pp. 134, 138 (o trecho documental aqui reproduzido é extraído do documento transcrito pela Autora (p.138)).

²⁰⁸⁸ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.723.

²⁰⁸⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.6.

²⁰⁹⁰ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, Docs.14,15; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.64.

uma procuração “scripta em papell e sobscripta per maa de dom Gonçallo Vaasquiz priol do dicto moesteiro” e por dois cónegos do mosteiro a nomearem seus procuradores o clérigo João de Sá, o cónego Gil Afonso e o advogado Luís Afonso²⁰⁹¹, surgindo no dia seguinte o cónego Gil Afonso a efectuar emprazamentos em nome do mosteiro²⁰⁹². Estes são de resto os únicos registos que conhecemos da sua presença nesta comunidade. De qualquer modo, o seu priorado também foi relativamente curto uma vez que faleceu em Janeiro de 1435²⁰⁹³.

João Afonso – Prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Trata-se de um cónego regrante proveniente do mosteiro de Mancelos, sendo provido no priorado de Santa Maria de Oliveira a 20 de Janeiro de 1435²⁰⁹⁴. O seu governo acabaria por ser extremamente curto uma vez que, a 29 de Setembro desse mesmo ano, já tinha resignado, sendo então empossado Rodrigo Esteves, proveniente do mosteiro de Vila Nova de Muia²⁰⁹⁵. Não sabemos o que sucedeu com João Afonso após ter renunciado a este priorado mas é muito provável que tenha regressado ao mosteiro de Mancelos, pelo menos não detectamos o seu nome entre a documentação subsequente de Santa Maria de Oliveira.

D. Rodrigo Esteves – Prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. D. Rodrigo Esteves é proveniente do mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia, onde já ocupava o priorado mor dessa canónica²⁰⁹⁶, sendo confirmado no priorado de Oliveira a 29 de Setembro 1435²⁰⁹⁷. A 13 de Julho de 1441 os “religiosos dom Rodrigo Estevez prior do moesteiro de Sancta Maria d’Ulveira do dicto arcebispado e Antonio Giraldez e Vicente Anes coonygos e convento do dicto moesteiro per Gill Afonso outrosy coonigo do dicto moesteiro e seu procurador” emprazaram a Álvaro Vicente, criado de Vicente Anes, e a duas pessoas a nomear posteriormente, a Quinta da Bouça e o casal e devesa da aldeia da Ponte, que o mosteiro tinha na freguesia de Pedome²⁰⁹⁸. Deverá ter falecido em Julho de 1442, como se deprende da confirmação da eleição do seu sucessor, datada de 31 desse mês, onde se diz que o mosteiro “vagou per morte de Rodrigo Stevez ultimo prioll delle”²⁰⁹⁹.

Em 1450, D. Afonso V legitimava dois filhos de Rodrigo Esteves “prior que foy do moesteiro d’Olveira do arcebispado de Bragaa”²¹⁰⁰. Trata-se de Gonçalo Rodrigues, legitimado a 25 de Maio de 1450, e de Diogo de Oliveira, a 13 de Agosto desse mesmo

²⁰⁹¹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.14.

²⁰⁹² IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, Docs.14,15.

²⁰⁹³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.58vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.723.

²⁰⁹⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.58vº; Marques, José, Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.744; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.65.

²⁰⁹⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.63; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.744; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.65.

²⁰⁹⁶ Já tinha sido também prior mor do mosteiro de S. Silvestre de Requião. A este propósito e para evitar a desnecessária duplicação de referências bibliográficas veja-se as entradas que lhe são dedicadas.

²⁰⁹⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.63; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.723,742,744; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.65.

²⁰⁹⁸ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.17.

²⁰⁹⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.110vº. Também Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III,1960, p.145, faz referência ao óbito de Rodrigo Esteves em 1442.

²¹⁰⁰ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 34, fl. 84vº.

ano, ambos filhos de Catarina Pires, mulher solteira aquando do nascimento das crianças²¹⁰¹.

Vasco Afonso – Prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Vasco Afonso foi o sucessor de D. Rodrigo Esteves, tendo sido eleito pelos seus pares e confirmado no priorado do mosteiro pelo arcebispo de Braga, a 31 de Julho de 1442²¹⁰². Essa confirmação revela que “Vallascum Alfonssi” era “canonicum professi dicti monasterii de Ulveira” mas apesar de ser cônego regrante da instituição não o detectamos em qualquer documento anterior ao da sua confirmação. De resto, num emprazamento feito a 13 de Julho de 1441, respeitante a bens que o mosteiro tinha na freguesia de Pedome, são referenciados alguns religiosos de Santa Maria de Oliveira, nomeadamente o prior e três cônegos, mas Vasco Afonso não consta dessa lista²¹⁰³. Não sabemos quando é que ingressou no mosteiro, do mesmo modo que os elementos documentais conhecidos não nos permitem delimitar com clareza o final do seu priorado, mas podemos asseverar que ainda se encontrava à frente da instituição em 1453²¹⁰⁴. Tudo indica que o seu priorado tenha terminado em 1457. É que, a 20 de Janeiro desse ano, o arcebispo D. Fernando da Guerra, encontrando-se em Torres Vedras²¹⁰⁵, delega no chantre da Sé de Braga a confirmação do filho de Gil Afonso para prior de Santa Maria de Oliveira²¹⁰⁶, assim que renuncie o prioll do mosteiro d’Ulveira o dicto seu mosteiro²¹⁰⁷. Nas indicações do bispo não é mencionado o nome desse prior, embora tudo indique tratar-se de Vasco Afonso, da mesma forma que as instruções de D. Fernando da Guerra são para que se confirme o prior quando o presente titular do cargo renunciasse. Não sabemos quando aconteceu essa renúncia, mas é de admitir que tenha ocorrido ainda durante esse ano de 1457. De resto as indicações do arcebispo só fariam sentido num contexto em que se verificassem fortes indícios de abdicação por parte do prior de Santa Maria de Oliveira. Um documento que poderia ajudar a clarificar tal mistério é uma composição entre o mosteiro e dois foreiros, relacionada com um litígio por causa de rendas em falta, datada de 17 de Maio de 1457, no entanto o nome do prior do mosteiro é aí omitido²¹⁰⁸.

Diogo Gil – Prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Como ficou dito acima, a 20 de Janeiro 1457, o arcebispo D. Fernando da Guerra dava instruções ao chantre da Sé de

²¹⁰¹ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 34, fls. 84vº, 120; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1014; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.65.

²¹⁰² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.18; A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.110vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.744. O cronista agostiniano Frei Timóteo dos Mártires também refere a eleição de D. Vasco Afonso como tendo ocorrido em 1442 (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.145).

²¹⁰³ São aí identificados *Dom Rodrigo Estevez prior do mosteiro de Sancta Maria d’Ulveira do dicto arcebispado e Antoninho Giraldez e Vicente Anes coonygos e convento do dicto mosteiro per Gill Afonso outrosy coonigo do dicto mosteiro d’Ulveira e seu procurador* (cf. IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, n.17).

²¹⁰⁴ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, n.19.

²¹⁰⁵ À luz dos seus itinerários, tudo indica que o arcebispo de Braga esteve ausente da diocese entre Setembro de 1454 e Abril de 1459 (cf. Marques, José, “Itinerários do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467)”, in *Revista de História*, vol. I, Porto, Centro de História da Universidade do Porto – Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978, pp. 163-168).

²¹⁰⁶ ADB- Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.198; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp. 744; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.66.

²¹⁰⁷ ADB- Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.198.

²¹⁰⁸ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, n.20.

Braga para que confirmasse no priorado de Santa Maria de Oliveira o filho do cónego Gil Afonso, quando o prior Vasco Afonso renunciasse²¹⁰⁹. O nome do beneficiado era aí omitido uma vez que se tratava de um filho ilegítimo desse religioso regrant, mas sabe-se que a pessoa em causa era Diogo Gil²¹¹⁰. O seu provimento no cargo parece resultar mais de uma simpatia em relação ao cónego Gil Afonso, do que propriamente o corolário do seu mérito pessoal, pelo menos a avaliar pela sua administração, é que ao contrário do meritório trabalho do pai em prol da instituição²¹¹¹, a acção de Diogo Gil ficaria marcada por uma gestão danosa à frente de Santa Maria de Oliveira²¹¹². São, aliás, os testemunhos da época que o revelam, como se comprova por um instrumento datado de 13 de Setembro de 1477, numa altura em que corria uma contenda interna entre o seu sucessor, o prior D. Pedro Gonçalves, e o convento, por causa das rendas a que a mesa conventual tinha direito e que o prior não estava a cumprir, acabando os cónegos por mostrar alguma cedência nas suas reivindicações “por seerem em conhecimento das grandes dividas que ao dicto prior ficaram de Diego Gill seu antecessor prior que foy do dicto moesteiro e por corregimentos do dicto moesteiro e outros trabalhos que lhes sobrevieram”²¹¹³. Desconhecemos até que data se manteve no priorado mas é admissível que tenha ocupado o cargo até ao início da década de setenta, altura em que já há notícia do prior Pedro Gonçalves.

Pedro Gonçalves - Prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. A 2 de Setembro de 1472 já ocupava o priorado uma vez que nesse dia “Pero Gonçallvez prior do moesteiro d’Oliveira” recebeu a autorização de D. Afonso V para adquirir bens de raiz até um valor de 14 mil reais para “soportamento e governança da sua velhice”, autorização necessária pois enquanto “clerigo religioso nom podia fazer sem nossa licença” tais aquisições “por razam das nossas lex e hordenações”²¹¹⁴. A 30 de Março de 1474, o prior Pedro Gonçalves, compareceu perante o notário de Guimarães para emprazar a André Afonso, à sua mulher Ana Álvares e a uma terceira pessoa a nomear pelo

²¹⁰⁹ ADB- Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.198; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp. 744; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.66.

²¹¹⁰ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp. 744-745; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.67.

²¹¹¹ O cónego Gil Afonso era frequentemente credenciado para representar o mosteiro aparecendo como seu procurador em 1433, ainda durante o priorado de Gonçalo Vasques (cf. IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, n.14; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.64), sendo ainda investido em tais funções em 1457 (cf. IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, n.20). Além de procurador do mosteiro também deverá ter ocupado o cargo de prior crasteiro (cf. IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, n.18), hierarquicamente, o segundo mais importante dentro das comunidades agostinhas. A biografia deste religioso encontra-se mais desenvolvida na respectiva entrada que lhe dedicamos na secção prosopográfica.

²¹¹² Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.745.

²¹¹³ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, n.23.

²¹¹⁴ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 29, fl.130vº. A lei em causa que proíbe as Ordens religiosas e os clérigos de comprarem bens de raiz foi promulgada por D. Dinis a 10 de Julho de 1286 (cf. *Ordenações Afonsinas, Livro II*, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, Título XIII, pp.174-176), e integra-se nas chamadas leis de desamortização decretadas por D. Dinis sobre este tipo de matéria, mas sobre esta legislação e a abrangência da sua aplicação veja-se o estudo de Barros, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2ª edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1945, Tomo II, pp. 272-274; ou os artigos de Marques, A. H. Oliveira, “Desamortização, Leis de ” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, dir. de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, pp.287-288; Silveira, Luís Nuno Espinha da, “Desamortização” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, dir. de Carlos A. Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Circulo de Leitores, 2001, pp. 59-62.

postumeiro, o casal da Agrela situado no couto do mosteiro²¹¹⁵. Em 1477 Pedro Gonçalves e os cónegos Diogo Pires e Álvaro Rodrigues andavam em contenda “por razom da Igreja de Sam Paayo de Figueiredo com suas anexas e da Igreja de Santa Maria de Vermoim que novamente foram anexas ao dicto moesteiro”²¹¹⁶. O desentendimento entre as partes devia-se à falta de consenso quanto à distribuição das rendas destas igrejas entre a mesa prioral e a conventual, acabando as partes por chegar a entendimento, a 13 de Setembro de 1477, ficando os cónegos com a terça parte dos réditos²¹¹⁷. Não sabemos até quando se prolongou o seu priorado, de qualquer forma, em 1492, ainda se mantinha como titular do cargo²¹¹⁸. O cronista agostiniano Frei Timóteo dos Mártires também inclui o prior D. Pedro Gonçalves entre os detentores da cadeira prioral de Santa Maria de Oliveira, detectando-o no cargo em 1491²¹¹⁹, data qu, como vimos, se coaduna com o seu governo.

Afonso Ribeiro - Prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Apenas se sabe que era prior do mosteiro a 4 de Dezembro de 1500, dia em que tomou partido a favor de Diogo Pinheiro que dizia que a igreja de Cavalões era anexa à de Santa Lucrécia, contra a intenção de Diogo Gomes de Barros, abade de Santiago de Outiz, que pretendia a anexação de Cavalões à sua igreja²¹²⁰.

D. Sixto da Cunha - Prior comendatário do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. D. Sixto da Cunha era familiar do cardeal Alpedrinha, localidade de onde também era natural, tendo seguido carreira eclesiástica secular, recebendo ordens menores em Braga, em 1502, chegando mesmo a ser abade de São Pedro de Gens²¹²¹. Em 1504 já era prior comendatário do mosteiro de Santa Maria de Oliveira tendo ordenado, nesse ano, a elaboração de um tomo para averiguar da relação das propriedades da instituição e respectivas rendas²¹²². Em 1507 “Sisto da Cunha dom abaade do moesteiro sobredito d’Oliveira” foi constituído réu num processo em que era acusado de usar indevidamente da jurisdição cível no couto do mosteiro, numa clara tentativa de D. Manuel I fazer reverter para a Coroa a jurisdição do couto de Oliveira, conseguindo, no entanto, o comendatário que o monarca recusasse nos seus intentos e reconhecesse, a 4 de Agosto de 1507, que o mosteiro era detentor dessa jurisdição, tendo sido decisivo para tal desfecho a apresentação de uma prova irrefutável: a sentença de D. Afonso IV sobre essa matéria²¹²³. E se estas acções parecem revelar algum dinamismo do comendatário, o certo é que a instituição na terceira década do séc. XVI apresenta enormes dificuldades, quer a nível material, quer espiritual como revela a visitação feita por Baltasar Álvares, em 1528²¹²⁴. A própria conduta moral de D. Sixto era reprovável,

²¹¹⁵ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.22.

²¹¹⁶ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.23.

²¹¹⁷ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.23; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.745; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.67.

²¹¹⁸ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc. 32.

²¹¹⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.145.

²¹²⁰ A.D.B. - Registo Geral 331, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Jorge da Costa*, fls.178vº-179; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.68.

²¹²¹ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, pp.70-71.

²¹²² Bastos, Maria Rosário da Costa, “Sixto da Cunha e a comenda do mosteiro...”, 1999, pp.11-12.

²¹²³ Bastos, Maria Rosário da Costa, “Privilégios jurisdicionais do mosteiro de Santa Maria de Oliveira...”, 1997, pp. 133, 139-140.

²¹²⁴ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, in *Bracara Augusta*, Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga, vol. XLI, fascs. 91-92 (104-105), 1988-1989, p.129; Marques, José, “A igreja no Mundo do Infante D. Henrique”, in *Revista da Faculdade de Letras*,

revelando egoísmo e avareza, não dando aos cônegos as rações a que estes tinham direito e usurpava “as emtras e luytosas dos casães e cousas que pertemce ao comvento”²¹²⁵. De resto, o seu perfil moral, pouco condizente com a vida religiosa, já tinha ficado bem vincado décadas antes ao ter raptado uma freira chamada Maria de Araújo, que professara depois de enviudar de Rodrigo Neto, mantendo-a cativa no mosteiro de Oliveira, de quem teve dez filhos, dos quais os primeiros sete foram legitimados por D. Manuel I, a 1 de Abril de 1516²¹²⁶. O próprio comendatário haveria ainda de conceder a um dos seus filhos, D. Estêvão da Cunha, uma pensão anual de 20 mil reais às custas do mosteiro, e tentou que um outro seu filho, Calisto da Cunha, fosse empossado na comenda, só que como era filho ilegítimo não podia herdar benefícios eclesiásticos, pelo que a fórmula engendrada por D. Sixto da Cunha foi renunciar a favor do bispo D. Pedro da Costa, também seu familiar, para que a comenda transitasse posteriormente para D. Calisto, só que, entretanto, este último acabou por falecer na viagem para Roma quando ia solicitar a posse do mosteiro²¹²⁷.

D. Pedro da Costa - Prior comendatário do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Bispo do Porto (1507-1535) e depois de Osma, era capelão-mor da imperatriz D. Isabel, filha de D. Manuel I, e foi prior comendatário de Oliveira²¹²⁸ por renúncia que nele fez D. Sixto da Cunha, o que deverá ter ocorrido por volta de 1552²¹²⁹. Apesar de ser o comendatário, encontrava-se em Castela pelo que D. Sixto da Cunha assume a gestão do mosteiro aparecendo como seu procurador e feitor²¹³⁰. D. Pedro da Costa já tinha sido comendatário do mosteiro de Paço de Sousa, ainda antes de ser bispo do Porto²¹³¹ e também comendatário do mosteiro de Moreira da Maia entre 1524 e 1544²¹³². Foi durante o seu governo que se erigiu o novo claustro de Santa Maria de Oliveira²¹³³,

Porto, 2ª Série, vol. XII, 1995, p.206; *Idem*, “Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna”, in *Actas do Ciclo de Conferências das Comemorações do 4º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória*, Arquivo Distrital do Porto, 1997, p.197; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, pp.72; *Idem*, “Sixto da Cunha e a comenda do mosteiro...”, 1999, pp.13.

²¹²⁵ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, in *Bracara Augusta*, Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga, vol. XLI, fascs. 91-92 (104-105), 1988-1989, p.129; Bastos, Maria Rosário da Costa, “Sixto da Cunha e a comenda do mosteiro...”, 1999, p.15.

²¹²⁶ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, pp.72-73; *Idem*, “Sixto da Cunha e a comenda do mosteiro...”, 1999, p.13.

²¹²⁷ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.75.

²¹²⁸ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.317; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.145.

²¹²⁹ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.75.

²¹³⁰ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.75. Recorde-se que D. Pedro da Costa capelão-mor das infantas, acompanhou em 1526 a imperatriz D. Isabel para Castela quando esta casou com Carlos V no final de 1526, regressando a Portugal apenas em 1534, voltando definitivamente para Espanha ainda no final desse ano, tendo tomado posse do bispado de Leão a 2 de Maio de 1535, transitando em 1538 para a diocese de Osma (cf. Ferreira, Cónego José Augusto, *Memorias Archeologico-historicas da cidade do Porto (Fastos Episcopales e Politicos) Séc. VI-Sec. XX*, Tomo II, Braga, Cruz & Companhia-Editores, 1924, pp.87-88).

²¹³¹ Ferreira, Cónego José Augusto, *Memorias Archeologico-historicas da cidade do Porto (Fastos Episcopales e Politicos) Séc. VI-Sec. XX*, Tomo II, Braga, Cruz & Companhia-Editores, 1924, p.79.

²¹³² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp. 25,26, 145.

²¹³³ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.317. É durante o decurso destas obras para a construção do novo claustro que, segundo vários Autores, o prior claustral, Afonso Rodrigues, encontrou, incorrupto, o corpo de Fernão Pires Coelho, antigo prior do mosteiro (cf. Cardoso, Jorge, *Agiológico Lusitano*, Tomo III, 2002, pp. 734, 741; Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.317; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.144).

cuja obra já decorriam em 1556, encontrando-se concluídas em 1559²¹³⁴. De resto, no inquérito de 1568, alude-se a esta obra dizendo-se que o mosteiro tem “hua claustra que se fes nova ha pouco tempo”²¹³⁵. D. Pedro da Costa faleceu em Osma a 20 de Fevereiro de 1563, depois de ter detido este bispado por cerca de 24 anos²¹³⁶.

D. Cristóvão da Costa Brandão - Prior comendatário do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Assumiu a comenda deste mosteiro em 1563 após o falecimento de D. Pedro da Costa²¹³⁷. A 29 de Agosto de 1568 continua a ser identificado como comendatário do mosteiro, numa altura em que era seu representante na instituição Manuel de Góis²¹³⁸. O seu priorado estender-se-ia por cerca de quarenta anos, acompanhando o obscurecer do século. É que, segundo um obituário de Moreira da Maia, “Christophorus da Costa Brandam ultimus Prior Commendatarius de Oliveira” faleceu a 15 de Maio de 1599²¹³⁹. Com o seu óbito o mosteiro passou para a Congregação de Santa Cruz de forma efectiva, embora o prior geral, D. Cristóvão de Cristo, já tivesse tomado posse do mosteiro a 17 de Fevereiro de 1595, com a devida autorização do comendatário e no seguimento da confirmação da bula de união de diversos mosteiros à Congregação que o papa Clemente VIII (1592-1605) passara a 23 de Maio de 1594²¹⁴⁰.

Priores cuja cronologia não foi possível estabelecer:

D. Martim/D. Martinho – Prior do mosteiro de Oliveira. Um obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Donus Martini prior de Ulvarie” a 19 de Fevereiro mas sem referenciar o ano do óbito²¹⁴¹. Poderá, eventualmente, tratar-se do prior Martim Domingues que identificámos para o início do séc. XIV mas tendo em consideração que neste mesmo obituário de S. Jorge há um registo para esse prior e como este obituário parece ser bastante preciso e não lhe detectamos outros casos de duplicação de registos, assumimos que estamos perante dois priores homónimos, embora não tenhamos elementos que nos permitam enquadrar cronologicamente este D. Martim.

Martim Domingues(?) II/Martinho Domingues(?) – Prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. Um obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Martinus Dominici(?) prior monasterii Sancte Marie Ulvaria” a 24 de Julho, mas sem qualquer indicação ao respectivo ano²¹⁴². A leitura do sobrenome

²¹³⁴ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.317; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.144-145.

²¹³⁵ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros na arquidiocese de Braga sob D. Fr. Bartolomeu dos Mártires”, in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, 1987, p.176.

²¹³⁶ Cunha, D. Rodrigo da, *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, 2ª ed., II parte, Porto, p.198; Ferreira, Cónego José Augusto, *Memórias Archeologico-historicas da cidade do Porto (Fastos Episcopales e Politicos) Séc. VI-Sec. XX*, Tomo II, Braga, Cruz & Companhia-Editores, 1924, p.88.

²¹³⁷ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.76. Já Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.145, apresenta uma outra versão, adiantando que D. Cristóvão Brandão tomou posse do mosteiro por renúncia que o seu tio e comendatário D. Pedro da Costa fizera nele.

²¹³⁸ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros ...”, 1987, p.175.

²¹³⁹ BNL – Secção de Reservados, Nº 215 (“Treslado do livro dos obitos do mosteiro de S. Salvador de Moreira”). 15 de Maio de 1599 é também a data apontada pelos cronistas agostinianos para o falecimento deste comendatário (cf. Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.318; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.145).

²¹⁴⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.145.

²¹⁴¹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.38.

²¹⁴² BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.25.

apresenta dificuldade, por isso, não podemos ter a certeza que seja “Dominici” embora nos pareça. Partindo do princípio que a leitura está correcta, estamos perante mais um Martim ou Martinho para o priorado de Oliveira. Apesar de crermos que estamos perante um homónimo do prior já identificado na segunda década do século XIV, não se pode excluir a possibilidade de se tratar do mesmo indivíduo. É que poderá dar-se o caso de algum destes religiosos ser identificado como prior e tratar-se apenas do prior claustral, mas não sabemos. Também neste aspecto os cónegos que identificámos não nos permitem colocar possibilidades de trabalho uma vez que, entre os regrantes do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, apenas identificámos um Martim Domingues, mencionado a 13 de Dezembro de 1311²¹⁴³ e que poderá ter sido um destes priores do mosteiro, o que dada a proximidade cronológica seria, à partida, o Martim Domingues I. Infelizmente ainda não conseguimos preencher alguns hiatos temporais na sequência cronológica dos priores da instituição, pelo que até ao aparecimento de dados que permitam acrescentar novas informações e debelar tais lacunas, permanecerão as dúvidas.

D. Pedro(?) Fernandes – Prior do mosteiro de Oliveira. Entre os registos que integram o obituário de S. Jorge de Coimbra encontra-se o de “Donus Petrus(?) Fernandi priol de Ulvarie”, anotando-se aí o seu falecimento a 15 de Fevereiro mas sem qualquer indicação do ano do óbito²¹⁴⁴. No documento o nome próprio encontra-se algo apagado, o que inviabiliza uma leitura precisa, mas a palavra sugere-nos “Petrus”, de qualquer modo poderá ser um outro nome. O certo é que, entre os priores deste mosteiro, não detectámos nenhum que seja portador desta identificação, de resto tal figurino é extensível ao próprio sobrenome.

1.1.3. - Santa Maria de Vila Nova de Muia (c. Ponte da Barca)

Lourenço Martins – Prior do mosteiro de Vila Nova de Muia. A 22 de Abril de 1283 surge em nome do arcebispo de Braga a ordenar ao prior do mosteiro de S. Martinho de Crasto, D. Pedro Martins, a entrega de duas quartas partes da quinta de Reborido ao cavaleiro de Vieira, Afonso Rodrigues²¹⁴⁵. Não sabemos se o seu priorado se estendeu ou não pelo início do séc. XIV.

Vicente Martins – Prior do mosteiro de Vila Nova de Muia. Não sabemos em concreto a data da sua eleição. A notícia que temos, da sua passagem pelo priorado de Muia, advém da sua presença no sínodo diocesano de Braga, do arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348), realizado a 14 de Novembro de 1330²¹⁴⁶.

D. Paio Rodrigues – Prior de Vila Nova de Muia. Apenas sabemos da sua ligação ao priorado deste mosteiro agostinho de forma indirecta. Essa informação chega-nos através de duas cartas de legitimação, passadas em Lisboa, a 21 e 22 de Abril de 1415, pelas quais foram, respectivamente, legitimados Álvaro Pais e Fernão Rodrigues, filhos de Margarida Anes, mulher solteira ao tempo do nascimento e de “Dom Paay Rodriguez prior que foe do moesteiro de Sancta Maria de Vila Nova de Munha”²¹⁴⁷. Em termos

²¹⁴³ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.57.

²¹⁴⁴ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.37vº.

²¹⁴⁵ Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.71-72.

²¹⁴⁶ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.46.

²¹⁴⁷ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 3, 2006, p.96.

cronológicos não podemos precisar o período pelo qual se estendeu o seu governo mas à luz destes dados é estimável que D. Paio tenha sido o prior de Muia em grande parte do último quartel do século XIV e certamente o antecessor de D. Rodrigo Gonçalves.

Rui Gonçalves/Rodrigo Gonçalves/Rodrigo Gonçalves de Melo – Prior de Vila Nova de Muia. Rodrigo Gonçalves de Melo, como é identificado por Frei Timóteo dos Mártires²¹⁴⁸, já era o prior de Muia a 5 de Outubro de 1398, dia em que D. João I confirmou ao mosteiro as demarcações do couto e os seus privilégios²¹⁴⁹. No mês seguinte, esteve presente no sínodo diocesano de Braga, presidido pelo arcebispo D. Martinho Afonso Pires da Charneca, assembleia eclesiástica que teve lugar a 15 de Novembro de 1398²¹⁵⁰.

D. Rodrigo viu-se envolvido em vários conflitos com nobres locais por causa dos abusos e violências que estes praticavam quer no mosteiro quer nas suas propriedades, acusando-os de desrespeitarem o couto do mosteiro e de roubarem aos lavradores pão, vinho e palha e de pousarem nas suas casas²¹⁵¹. O prior chegou a usar da própria influência e amizades que tinha na Corte, como se depreende de documento de Janeiro de 1404, recorrendo ao seu irmão, Rodrigo Afonso de Melo, camareiro do rei, de forma a obter a intervenção e protecção régias a favor do mosteiro²¹⁵². A 30 de Janeiro de 1415, é-lhe legitimado um filho de nome Álvaro Rodrigues, fruto do envolvimento que teve com Branca Anes, mulher solteira à altura do nascimento da criança²¹⁵³. Em 1419 D. Rodrigo ainda se encontrava à frente do priorado de Santa Maria de Vila Nova de Muia²¹⁵⁴, no entanto, em finais de 1423, já tinha falecido, surgindo, a 20 de Dezembro de 1423, o infante D. Fernando a pedir o priorado do mosteiro para o cónego Vasco Lourenço em virtude de este se encontrar “vacante ad tempus per obitum Roderici Gunsalvi”²¹⁵⁵. A utilização da preposição “ad” sugere um tempo curto, o que significa que deveria ter falecido por essa altura.

Vasco Lourenço – Prior do mosteiro de Vila Nova de Muia. Foi o sucessor de Rodrigo Gonçalves. Foi eleito pela comunidade, muito provavelmente em 1423, mas essa eleição foi considerada nula, como se percebe pela bula de Martinho V (1417-1431), datada de 20 de Dezembro de 1423²¹⁵⁶, uma vez que tinha sido infringida a reserva da provisão apostólica de todos os abaciados e priorados, conforme decisão do Concílio de Constança, incumbindo o papa, através dessas letras apostólicas, o bispo de Lamego, D. Garcia (1421-1446), de solucionar a questão jurídica e confirmar no cargo, caso o achasse capacitado, o cónego Vasco Lourenço²¹⁵⁷. De notar que também data de 20 de Dezembro de 1423, a súplica do infante D. Fernando a pedir o priorado do mosteiro para o cónego Vasco Lourenço em virtude do mosteiro se encontrar vago e este ter sido

²¹⁴⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.120.

²¹⁴⁹ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo 3, 2005, pp.73-74.

²¹⁵⁰ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.59.

²¹⁵¹ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo 3, 2005, pp.73-74.

²¹⁵² *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo 3, 2005, pp. 295-296; Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Lisboa, 1668, Livro VI, cap. IX, p.314. Também Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.120, diz que “Dom Rodrigo Gonsalves de Mello” sendo prior mor do mosteiro obteve de D. João I a confirmação do couto do mosteiro em 1404.

²¹⁵³ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 3, 2006, p.196.

²¹⁵⁴ Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.210.

²¹⁵⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.562.

²¹⁵⁶ A. D. B. – Bulas, cx. 3, Doc. 78; A. D. B. – Bulas, cx. 4, s.n.

²¹⁵⁷ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.741.

eleito pela maioria do convento²¹⁵⁸. Seria esta uma acção concertada? Apesar de tudo querer indicar que o cônego foi promovido no priorado, a situação de impasse parece ter-se prolongando pelo ano de 1424, aparecendo Estêvão Martins, a 24 de Agosto de 1424 a solicitar ao papa o priorado de Vila Nova de Muia²¹⁵⁹, dizendo que o seu último possessor tinha sido Rodrigo Gonçalves, o que em termos legais significa que Vasco Lourenço continuava sem ser reconhecido como prior do mosteiro. Independentemente de toda a envolvente jurídica, é certo que o priorado de Vasco Lourenço não foi muito longo, embora ainda em 1425 estivesse à frente do mosteiro como revela um documento datado de 16 de Janeiro desse ano²¹⁶⁰.

Estêvão Martins – Prior do mosteiro de Vila Nova de Muia. Não sabemos ao certo quando se iniciou o seu priorado, de qualquer modo é presumível que tenha sido no início da segunda metade da década de vinte, embora o seu interesse remonte a 1424, datando de 24 de Agosto desse ano a súplica que Estêvão Martins dirigiu ao papa, Martinho V, solicitando o priorado da canónica mariana de Muia²¹⁶¹. O seu priorado também se revelaria muito curto, resignando em inícios de 1430 como revela a confirmação do seu sucessor, D. Rodrigo Esteves, datada de 26 de Julho de 1430²¹⁶².

D. Rodrigo Esteves – Prior do mosteiro de Vila Nova de Muia e futuro prior de Oliveira. Este prior era proveniente do mosteiro de S. Silvestre de Requião, onde surge referenciado à frente dessa comunidade agostinha a 18 de Agosto de 1421²¹⁶³. A sua eleição para o priorado de Vila Nova de Muia deverá ter ocorrido em Julho de 1430, tendo sido confirmada por D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga, a 26 desse mês²¹⁶⁴. Em 1435 D. Rodrigo Esteves foi transferido para o priorado de Santa Maria de Oliveira²¹⁶⁵.

Lourenço Esteves – Prior do mosteiro de Vila Nova de Muia. Sucedeu a D. Rodrigo Esteves. Proveniente do mosteiro de S. Martinho de Crasto foi confirmado, pelo arcebispo de Braga, como prior de Vila Nova de Muia a 3 de Outubro de 1435²¹⁶⁶. Deverá ter-se mantido nessas funções até à sua morte, provavelmente no início de 1444, isto se tivermos em conta que, em Março desse ano, o mosteiro estava sem prior²¹⁶⁷.

²¹⁵⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.562; Gomes, Saul António, “A chancelaria de um ínclito infante português de quatrocentos: D. Fernando (+1443)” in *Estudos – Revista do Centro Académico de Democracia Cristã*, Coimbra, Nova série, Nº8-9, 2007, p.262.

²¹⁵⁹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.586.

²¹⁶⁰ A. D. B. – Colecção Cronológica, cx. 22, s.n.

²¹⁶¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.586.

²¹⁶² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.48; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.742.

²¹⁶³ Ferreira, Monsenhor Cônego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, pp. 254-255; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.723.

²¹⁶⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.48; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.723,742.

²¹⁶⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.63; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.723,742,744.

²¹⁶⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.63v.º; Marques, José, Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp. 742, 761; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, p.80 (Doc. 24 do Apêndice).

²¹⁶⁷ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp. 743.

D. Frei Gil Lourenço – Prior do mosteiro de Vila Nova de Muia. Em Abril de 1450 autorizou um cónego da sua comunidade, João Gonçalves, a abandonar o mosteiro para ocupar o priorado do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, onde foi confirmado a 28 de Abril de 1450²¹⁶⁸. Um dos problemas com que este prior se debateu foram as violências exercidas contra o mosteiro e que o obrigaram, em 1449, a solicitar a protecção régia, que lhe seria concedida, por carta de 12 de Janeiro de 1450²¹⁶⁹. Apesar desse amparo, mais ideológico do que efectivo, por parte da Coroa, a situação pouco se alteraria, sendo certo que, por vezes, eram os próprios oficiais régios a atentarem contra os interesses do mosteiro, tendo o prior acusado o juiz e o meirinho da Terra da Nóbrega de efectuarem, indevidamente, penhoras no couto de Vila Nova de Muia, acabando provadas as acusações e os prevaricadores condenados, em 1452²¹⁷⁰. Desconhecemos até quando se manteve este prior à frente do mosteiro, de qualquer modo, a 5 de Junho de 1455, ainda se encontrava no cargo²¹⁷¹.

D. Gomes da Rocha – Provável prior comendatário do mosteiro de Vila Nova de Muia, comendatário de Refóios de Lima e administrador perpétuo do mosteiro de S. Martinho de Crasto. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, D. Gomes da Rocha foi prior comendatário destes três mosteiros por mercê concedida por D. Afonso V, em 1468²¹⁷². Ao percorrermos a chancelaria de D. Afonso V não chegámos a encontrar esse documento, pelo que não temos dados que comprovem o provimento nessas comendas, mas parece-nos perfeitamente viável a factologia do cronista agostiniano. D. Gomes da Rocha era bispo de Tipoli e foi também comendatário do mosteiro de Pombeiro²¹⁷³. Já quanto ao final do seu priorado, a data apresentada por Timóteo dos Mártires não está correcta, uma vez que coloca o seu falecimento em 1472²¹⁷⁴, havendo um instrumento de 1476 que ainda o identifica como comendatário dos mosteiros de Refóios e Crasto, não aparecendo aí mencionado como titular do mosteiro de Muia²¹⁷⁵. De resto, o seu falecimento nunca poderá ser inferior a 15 de Novembro de 1497, uma vez que, nesse dia e na qualidade de comendatário de Pombeiro, ainda apresentou um clérigo para a igreja de Santa Marinha de Ardegão²¹⁷⁶.

D. Rodrigo de Melo e Lima – Prior comendatário do mosteiro de Vila Nova de Muia, Refóios de Lima e São Martinho de Crasto. Era filho de D. Leonel de Lima, 1º visconde de Vila Nova de Cerveira e de D. Filipa da Cunha. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, D. Rodrigo de Lima era abade de Lanheses e arcebispo de Vila Nova de Cerveira²¹⁷⁷. D. Rodrigo de Melo alcançou a comenda de Refóios de Lima através de permuta que fez com a do mosteiro de Pombeiro²¹⁷⁸, o que ocorreu num período situável entre 1478 e

²¹⁶⁸ Silva, José Sebastião da, *Correntes do sentimento religioso em Portugal, (Séculos XVI a XVIII)*, Tomo I - Vol.II, Coimbra, 1960, pp. 483; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.772.

²¹⁶⁹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.743.

²¹⁷⁰ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Lisboa, 1668, Livro VI, cap. IX, pp.314-315); Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.120.

²¹⁷¹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.92; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.743.

²¹⁷² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.64, 120, 175.

²¹⁷³ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, 1942, pp. 38-39.

²¹⁷⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.64, 120, 175.

²¹⁷⁵ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refóios de Lima, Lv.15, fls.347-347v; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.271-273 (Doc. 198).

²¹⁷⁶ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, 1942, p.39.

²¹⁷⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.64.

²¹⁷⁸ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 17, 1939, p.123.

1482²¹⁷⁹, o que, em princípio, inviabiliza a data de 1468, apontada por Frei Timóteo dos Mártires, como sendo a do seu provimento no mosteiro de Refoios, Crasto e Muia, por concessão de D. Afonso V²¹⁸⁰. De facto D. Rodrigo de Melo é identificado como comendatário de Pombeiro em 1478, sendo que D. Gomes da Rocha já aparece como titular da abadia beneditina em 1482²¹⁸¹, por isso a permuta entre os comendatários reporta-se ao período que medeia entre essas datas, situação que é reforçada pelo facto de a 3 de Junho de 1483 D. Rodrigo de Melo já ser prior comendatário de Refóios de Lima, dia em que casou nesse mosteiro a sua filha, Joana de Melo, com João Gomes de Abreu, fidalgo da casa do duque de Viseu²¹⁸². Note-se que, segundo Felgueiras Gayo, a 27 de Junho de 1487, o rei legitimou-lhe D. Joana de Melo, filha bastarda, que casou com João Gomes de Abreu²¹⁸³, cronologia que não conseguimos confirmar mas que também não parece fazer qualquer sentido tendo em consideração a data do casamento. Efectivamente, em 1487, o rei legitima-lhe uma filha, mas aí identificada como Filipa de Melo, da ligação de D. Rodrigo com Catarina Gonçalves²¹⁸⁴. De resto, D. João II legitimar-lhe-ia uma outra filha, a 2 de Abril de 1489, de uma outra relação, desta feita com Branca Dias, mulher solteira à altura do nascimento de Teresa da Silva, a legitimada em causa²¹⁸⁵. Por esta altura, a sua presença à frente mosteiro é-nos confirmada por documentos de 1489 e 1493²¹⁸⁶. Ao que tudo indica, D. Rodrigo de Melo seria comendatário até 1497, ano em que renunciou à comenda a favor do seu filho, D. Pedro de Melo²¹⁸⁷.

D. Pedro de Lima e Melo/D. Pedro de Melo²¹⁸⁸ – Prior comendatário do mosteiro de Vila Nova de Muia, São Martinho de Crasto e Refoios de Lima. Era filho de D. Rodrigo

²¹⁷⁹ D. Rodrigo de Melo surge identificado como comendatário de Pombeiro em 1478, sendo que D. Gomes da Rocha já aparece como comendatário titular desse mesmo mosteiro em 1482 (cf. Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, 1942, p.39), ocorrendo por isso a troca neste espaço de tempo.

²¹⁸⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.64, 120, 175.

²¹⁸¹ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, 1942, p.39.

²¹⁸² Carneiro, Bernardino Joaquim da Silva, *Documentos comprovantes de alguns pontos de doutrina dos elementos do direito ecclesiastico portuguez*, 3ª ed. revista e melhorada pelo Dr. José Pereira da Paiva Pitta, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896, pp. 10-11. Aí se diz: “estando presente o senhor D. Rodrigo de Mello, filho do senhor visconde, arcebispo de Cerveira e prior do dito mosteiro de Refojos, e disse que a Deos prazendo, elle tinha tratado de casar Joana de Mello, sua filha com João Gomes d’Abreu, fidalgo da casa do Senhor duque de Viseo...”.

²¹⁸³ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 1, 1938, p.63.

²¹⁸⁴ IAN/TT- Legitimações, Livro 1, fl.223vº-224; Teixeira, Carla Maria de Sousa Amorim, *Moralidade e costumes...*, 1996, p.141. Esta carta de legitimação encontra-se sumariada, transcrita e publicada in *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.130-131 (Doc. 82), no entanto a data aí apresentada está incorrecta tanto na transcrição como no sumário, surgindo respectivamente 1444 e 1406, discrepância que se percebe pelo facto de o documento falar em D. João, e apesar de na datação do texto do instrumento ser referenciado o Ano de Cristo, de facto ao retirar-se os 38 anos a data recai no reinado de D. João I, mas trata-se efectivamente de D. João II, de resto existem elementos internos que permitem eliminar quaisquer dúvidas a esse respeito, desde logo a indicação ao chanceler-mor Rui Boto.

²¹⁸⁵ IAN/TT- Legitimações, Livro 2, fl.53; Teixeira, Carla Maria de Sousa Amorim, *Moralidade e costumes...*, 1996, p.141. Esta carta de legitimação também se encontra publicada nesse importante repositório de fontes intitulado *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.131-132 (Doc.83), mas à semelhança da anterior apresenta incorrecção na data aí indicada.

²¹⁸⁶ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl. 138vº; Gomes, Saul António, “Os cônegos regantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães (D. Manuel e a sua época)*, Vol.II, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p.262.

²¹⁸⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.175.

²¹⁸⁸ A biografia deste prior comendatário será alvo de maior desenvolvimento quando o abordarmos na entrada que lhe dedicaremos na secção dos priores de Santa Maria de Refoios de Lima.

de Melo a quem sucedeu na comenda, tendo, segundo Frei Timóteo dos Mártires, sido nomeado em 1497, pelo rei D. Manuel, comendatário dos mosteiros de Crasto, Refóios e Vila Nova de Muia, mantendo-se no cargo até 1547, altura em que faleceu²¹⁸⁹. O Censual de D. Diogo de Sousa refere Pedro de Melo como comendatário do mosteiro de Vila Nova de Muia²¹⁹⁰.

Cardeal D. Henrique – Provável prior comendatário dos mosteiros de Vila Nova de Muia, São Martinho de Crasto e Refóios de Lima. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, o cardeal D. Henrique foi comendatário destes três mosteiros regrantes, a partir de 1547, por nomeação de D. João III²¹⁹¹. É certo que o cardeal D. Henrique foi comendatário de inúmeros mosteiros mas não temos dados que permitam afirmar que o de Muia foi um deles.

Domingos de Torres – Prior comendatário dos mosteiros de Vila Nova de Muia, Refóios de Lima e Crasto. A 13 de Fevereiro de 1552, D. Afonso, comendador-mor, enviou carta ao rei em que diz que os mosteiros que D. Pedro de Melo tinha em comenda estavam em posse de Domingos de Torres²¹⁹², por isso, pressupomos que Muia estivesse englobado nesse lote. Nova carta de D. Afonso, datada de 11 de Abril de 1552, dá conta da existência de uma contenda entre Domingos de Torres e o cardeal de Mignanello, cunhado do cardeal São Jorge, a quem este largara a comenda vacante de Pedro de Melo, fazendo notar ao rei que Domingos de Torres lhe prometera ceder um dos mosteiros para o seu filho, dizendo inclusivamente que já havia uma sentença a propósito da demanda entre as partes mas que ele próprio tinha conseguido que o papa suspendesse a declaração dessa decisão, aguardando a chegada do correio com instruções régias sobre o assunto²¹⁹³. Desconhecemos o desfecho do processo, e qual a situação em concreto em que ficou Santa Maria de Vila Nova de Muia.

D. Paulo Emílio Ribeiro – Prior comendatário do mosteiro de Vila Nova de Muia. Era comendatário de Muia a 19 de Outubro de 1566, dia em que o arcebispo, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1581), confirmou Fernando Álvares como abade da igreja de S. Jorge de Valdevez, da apresentação do mosteiro de Vila Nova de Muia²¹⁹⁴. A 26 de Abril de 1567, Paulo Emílio Ribeiro já tinha falecido, estando vago o benefício

²¹⁸⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp. 64,175. Felgueiras Gayo também diz que D. Pedro foi comendatário destes três mosteiros (cf. Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 17, 1939, p.124). Quanto ao facto de que foi comendatário destas três canónicas, não restam quaisquer dúvidas (cf. *Corpo Diplomático Português...*, Tomo VIII, 1884, p.60), não conseguimos, porém, averiguar se a data apresentada por Frei Timóteo dos Mártires respeitante ao seu provimento nas comendas está correcta.

²¹⁹⁰ A.D.B. – Registo Geral, Livro 330 (Censual de D. Diogo de Sousa), fl. 95vº; Costa, Avelino Jesus da, “Terra da Nóbrega e Concelho de Ponte da Barca - Subsídios para a sua história”, in *Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca*, Vol.I, Ponte da Barca, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, p.176 (Doc. 18 do Apêndice).

²¹⁹¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp. 64-65, 120, 175.

²¹⁹² *Corpo Diplomático Português...*, Tomo VII, 1884, p.116.

²¹⁹³ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo XI, 1898, pp.547-548.

²¹⁹⁴ Rosário, Frei António do, “Registo das Confirmações [II] de D. Frei Bartolomeu dos Mártires”, in *Cartório Dominicano Português*, Século XVI, Fasc. 6 (Bartholomeana Monumenta V), Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português/Movimento Bartolomeano, 1974, p.16.

simples que trazia sem capelania da igreja de S. Geraldo na Sé de Braga e a sua anexa de Santa Maria da Aveleda, do couto de Vimieiro²¹⁹⁵.

Doutor António Martins – Prior comendatário do mosteiro de Vila Nova de Muia. Foi o último prior comendatário de Muia. Segundo os cronistas, António Martins encontrava-se em Roma quando vagou o priorado de Muia, solicitando logo ao papa Júlio III (1550-1555) o seu provimento nessa comenda²¹⁹⁶. Efectivamente, António Martins esteve em Roma mas em 1560-1561²¹⁹⁷. De qualquer modo, a sua entrada na comenda deverá ser posterior a esta data, e até ao aparecimento de elementos que o desdigam ou rectifiquem, parece-nos que se pode fixar o início do seu priorado em 1567, como sucessor de Paulo Emílio Ribeiro. Durante o seu priorado, e por sua ordem, efectuaram-se importantes obras na igreja do mosteiro, com a remodelação da fachada²¹⁹⁸. Faleceu, segundo D. Nicolau de Santa Maria e Frei Timóteo dos Mártires, em 1594²¹⁹⁹, mas de acordo com a inscrição da sua lápide funerária, o seu óbito ocorreu a 2 de Dezembro de 1592²²⁰⁰.

Priores cuja cronologia não foi possível determinar:

D. Xisto Figueira / Sisto Figueira – Provável prior comendatário do mosteiro de Vila Nova de Muia. Alão de Morais identifica “Xisto Figueira Comendatario de Villanova de Muya”²²⁰¹, dando-o como filho de Lopo de Heguera e de D. Isabel Dias Tamaio, no que é corroborado por Domingos de Araújo Afonso²²⁰², embora nenhum dos Autores indique as datas em que deteve a comenda. De qualquer modo, e a confirmar-se que foi comendatário, o mais provável é que tal tenha ocorrido no final do séc. XV ou início do XVI, provavelmente antes de D. Pedro de Lima alcançar a comenda, embora se possa dar o caso de ter sido arrendatário deste.

²¹⁹⁵ Rosário, Frei António do, “Registro das Confirmações [II] de D. Frei Bartolomeu dos Mártires”, in *Cartório Dominicano Português*, Século XVI, Fasc. 6 (Bartholomeana Monumenta V), Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português/Movimento Bartolomeano, 1974, p.25.

²¹⁹⁶ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Lisboa, 1668, Livro VI, cap. IX, p.315; *Galeria das Ordens religiosas e militares*, Tomo I, Porto, 1843, p.95; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.120.

²¹⁹⁷ Gomes, Saul António, “Embaixadores de Portugal junto da Santa Sé”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. II, dir. de Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, p.108.

²¹⁹⁸ Sousa, José João Rigaud de; Meneres, António, “Notas sobre o mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia (concelho de Ponte da Barca)”, in *Mínia*, 2ª Série, 3(4), Braga, 1980, p.171.

²¹⁹⁹ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Lisboa, 1668, Livro VI, cap. IX, p.315; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.120. Esta é também a data que surge na *Galeria das Ordens religiosas e militares*, Tomo I, Porto, 1843, p.95.

²²⁰⁰ Sousa, José João Rigaud de; Meneres, António, “Notas sobre o mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia (concelho de Ponte da Barca)”, in *Mínia*, 2ª Série, 3(4), Braga, 1980, p.171.

²²⁰¹ Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Tomo IV-Vol. 1, 1946, p.95.

²²⁰² Affonso, Domingos de Araújo, “Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo”, in *Hidalguia – La revista de Genealogia, Nobleza y Armas*, Ano VII, Nº 32 (Enero-Febrero) 1959, Madrid, pp.114-115. Neste estudo o Autor revela alguns elementos biográficos sobre D. Xisto e que passamos a reproduzir: “O reverendo Xisto Figueira, que recebeu ordens menores em Braga, em 1499 e ordens de epístola em 1511. Foi tercenário da Sé de Braga de que tomou posse a 8.VI.1502, abade de São Tiago de Vilela a 3.XII.1507, nomeado pelo bispo D. Diogo de Sousa que o mandou a Roma tratar de negócios da diocese. Também foi comendatario de Vila Nova de Muia e Fidalgo da Casa do Senhor D. Jaime, duque de Bragança. Escreveu: “Arte de versar Bracharense”. Faleceu em Roma”.

1.1.4. - Santa Marinha da Costa (c. Guimarães)

D. Pedro Martins - Prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Foi um dos três elementos responsáveis pelas inquirições gerais ordenadas por D. Dinis, em 1288²²⁰³. A 17 de Agosto de 1290, “Pedro Martynz priol da Costa” surge entre as testemunhas de uma composição amigável realizada entre o prior de S. Torcato e os herdeiros de Martim Dias, pessoa que tinha deixado bens a D. Pedro Nunes, antigo prior de S. Torcato²²⁰⁴. Desconhecemos o término do seu priorado, de qualquer modo, este prolongou-se pelo início do séc. XIV, uma vez que, em 1301, Pedro Martins ainda era o prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa, altura em que doou ao cabido da Sé de Braga o padroado da igreja de S. Jorge de Soure, como forma de agradecimento dos vários serviços que havia recebido e continuava a receber desse cabido²²⁰⁵. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Petrus Martini prior Sancte Marina de Costa” a 29 de Setembro mas sem referência ao ano do óbito²²⁰⁶.

D. Pedro Geraldês - Prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Por carta de 20 de Setembro de 1350, o infante D. Pedro instituiu D. Pedro Geraldês, prior da Costa, como seu procurador para que este pudesse receber e tratar dos negócios respeitantes à Quinta e Casa de Oriz que tinha sido doada ao infante por João Peres, mestre da Ordem de Avis e pelo seu convento²²⁰⁷. A 24 de Outubro de 1352, surge no lugar de Paço, freguesia de Santa Maria de Souto, onde testemunhou o empossamento e entrega desse lugar a D. Domingos Domingues, prior de S. Salvador de Souto, aí representado por D. Lourenço Martins, prior de S. Torcato²²⁰⁸. A 7 de Junho de 1353, e no exercício das suas funções de procurador do infante D. Pedro, emprazou a Domingos Domingues um casal na aldeia de Tieiro, propriedade da Comenda de Oriz²²⁰⁹. A 2 de Novembro de 1362, Pedro Geraldês ainda surge como prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa, apondo o seu selo na acta de eleição do prior de S. Torcato, validando dessa forma tal acto eleitoral²²¹⁰. Deverá ter falecido no segundo semestre de 1363, uma vez que em finais de Setembro desse ano é confirmado novo prior à frente da canónica vimaranense.

João Paulo - Prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Era cónego de Santa Marinha da Costa, tendo sido eleito pelos seus pares para prior da comunidade. A sua

²²⁰³ Amaral, António Caetano do, *Para a História da Legislação e Costumes de Portugal, Memória V*, Edição preparada por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Porto, Livraria Civilização, 1945, p.148. Muitas das decisões e das inquirições tomadas pelos três inquiridores, incluindo naturalmente “Petro Martiins priol da Costa”, são posteriormente revogadas como acontece no caso do mosteiro de Arouca, com o rei a aceder aos pedidos dessa comunidade e a revogar decisões em 1292,1293 e 1294 (cf. Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco*, Leiria, Edições Magno, 2003, pp. 148,388,389,391 (docs.91,92,94). Além de Pedro Martins, cuja identificação aparece normalmente omitida surgindo apenas a referência ao prior da Costa, eram também inquiridores Gonçalo Rodrigues Moreira e Domingos Pais de Braga (os três aparecem identificados por exemplo em *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. IV – Tomo 2, 2006, p.54).

²²⁰⁴ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°48.

²²⁰⁵ A.D.B. – Gaveta 1 das Igrejas, n° 131; Maciel, Maria Justiniana Pinheiro, *O cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*, Cascais, Patrimonia Historica, 2003, p.136.

²²⁰⁶ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.148.

²²⁰⁷ Cunha, Maria Cristina Almeida, *A comenda de Oriz da Ordem de Avis*, Separata da Revista “Bracara Augusta”, Vol. XL, Braga, 1989, pp. 61-62.

²²⁰⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.55.

²²⁰⁹ Cunha, Maria Cristina Almeida, *A comenda de Oriz da Ordem de Avis*, Separata da Revista “Bracara Augusta”, Vol. XL, Braga, 1989, pp. 61-62.

²²¹⁰ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.143.

eleição para o cargo foi confirmada pelo rei a 26 de Setembro de 1363²²¹¹. Foi um dos signatários do compromisso assumido, no dia 24 de Agosto de 1387, em Alpendurada, entre diversos mosteiros agostinhos e beneditinos das dioceses do Porto e de Braga, para a realização de sufrágios²²¹².

D. Gonçalo Domingues - Prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Surge identificado como prior do mosteiro em 1371²²¹³.

João Rolos – Prior do mosteiro da Costa. Marcou presença no sínodo diocesano de Braga, realizado a 15 de Novembro de 1398, sob a presidência do arcebispo D. Martinho Afonso Pires da Charneca²²¹⁴.

Gil Domingues – Prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa. A 11 de Agosto de 1419 encontrava-se em Braga em representação do seu mosteiro, onde foi celebrada uma composição entre o Cabido de Braga e alguns mosteiros de Guimarães e Montelongo por causa das rendas e obrigações devidas à Sé de Braga²²¹⁵. A 18 de Dezembro de 1445 D. Gil Domingues, na qualidade de juiz comissário apostólico, deu sentença desfavorável às intenções dos paroquianos de S. João de Ponte que ficavam obrigados a pagar metade do custo do sino e do campanário da igreja de S. João de Ponte. D. Gil deverá ter falecido em Setembro de 1450, uma vez que, no dia 17 desse mês, é confirmado, como prior de Santa Marinha, Gonçalo Pires²²¹⁶.

Gonçalo Pires - Prior de Santa Marinha da Costa. Trata-se de um cônego proveniente do mosteiro de Santa Maria de Landim, onde já aparece referenciado a 16 de Abril de 1446²²¹⁷, e que é eleito para prior de Santa Marinha da Costa e aí confirmado pelo arcebispo de Braga a 17 de Setembro de 1450²²¹⁸. O seu priorado foi extremamente curto, uma vez que em Março seguinte, ou seja cerca de seis meses depois, já temos indicação de um novo prior no mosteiro da Costa²²¹⁹.

D. Pedro Esteves - Prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa, da Ordem de Santo Agostinho, da diocese de Braga. A 19 de Março de 1451, recebe ordens de Epístola em

²²¹¹ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.382 (Doc. 838); Pimenta, Pimenta, *D. Pedro I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p.126.

²²¹² BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N°703, fls. 246-250; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1811, pp. 255-257

²²¹³ Braga, Alberto Vieira, “Curiosidades de Guimarães – VIII: Mortórios”, in *Revista de Guimarães*, Vol.52, fasc.3-4 (Jul.-Dez.) 1942, p.172.

²²¹⁴ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.59.

²²¹⁵ Costa, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.478 (doc.123); Oliveira, A. Lopes de, *Fafe e o seu concelho*, Edição da Câmara Municipal de Fafe, s.d, p.29.

²²¹⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.159; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.755.

²²¹⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.5v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas dos Ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588)*, Tomo I, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 2002, p.75.

²²¹⁸ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.159; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.755.

²²¹⁹ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.41; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.755,815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.167.

Braga²²²⁰. A 19 de Junho de 1451, recebe ordens de Evangelho, nessa mesma cidade²²²¹, onde lhe são também concedidas ordens de Missa, a 18 de Dezembro de 1451²²²². D. Pedro Esteves ainda era o prior do mosteiro de Santa Marinha a 3 de Agosto de 1481, dia em que surge em Braga, em representação do seu mosteiro, celebrando em conjunto com a Colegiada de Guimarães e outras igrejas e mosteiros da terra de Guimarães e Montelongo uma composição com o Cabido bracarense para pagamento dos direitos aí havidos²²²³. Deverá ter-se mantido no priorado até final de Julho de 1490, uma vez que, a 2 de Agosto de 1490, o rei apresenta Leonel de Oliveira para o priorado de Santa Marinha da Costa²²²⁴, o qual foi aí confirmado a 10 de Janeiro de 1491, fazendo-se referência ao falecimento do prior anterior, justamente Pedro Esteves²²²⁵.

D. Leonel de Oliveira/D. Leonel de Lima - Prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa. A 2 de Agosto de 1490, D. João II apresenta, embora quase sob forma de imposição, o seu capelão Leonel de Oliveira na igreja de Santa Marinha da Costa²²²⁶. A confirmação deste prior é feita a 10 de Janeiro de 1491²²²⁷. D. Leonel de Oliveira era também Mestre-escola da Colegiada de Barcelos, cargo em que tinha sido instituído pelo rei, a 20 de Maio de 1488²²²⁸. A 14 de Janeiro de 1491, surge como executor de uma bula do papa Inocêncio VIII (1484-1492) pela qual se suprimiram três conezias na colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães²²²⁹. A 19 de Dezembro de 1500, sendo prior D. Leonel de Oliveira, foram encontradas relíquias no altar de S. Vicente²²³⁰. A 22 de Maio de 1511, João de Coimbra, Doutor em “Degredos” e vigário geral do arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), autoriza e confirma o emprazamento feito em três vidas por “dom Lionele d’Oliveira dom prior do moesteiro de Santa Marinha da Costa” referente ao casal do Souto das Paredes, sito na freguesia da Costa²²³¹. A 31 de Maio de 1515, D. Leonel de Oliveira ainda é referenciado como prior de Santa Marinha da Costa, dia em que aí compareceram os emissários régios para aplicarem a taxaçaõ a que o mosteiro tinha sido sujeito para as comendas novas da Ordem de Cristo, cifrada em 175 ducados de ouro anuais²²³².

²²²⁰ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.20; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.154.

²²²¹ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.41; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.167.

²²²² A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.53; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.177.

²²²³ Costa, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.495 (doc.128).

²²²⁴ IAN/TT- Chancelaria de D. João II, Livro 16, fl.57.

²²²⁵ A.D.B.- Registo Geral nº 331, fl. 46; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.928 (nota 509).

²²²⁶ IAN/TT- Chancelaria de D. João II, Livro 16, fl.57.

²²²⁷ A.D.B.- Registo Geral nº 331, fl. 46; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.928 (nota 509).

²²²⁸ IAN/TT- Chancelaria de D. João II, Livro 15, fl.1.

²²²⁹ *Collecçam dos documentos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa, 1726, p.53.

²²³⁰ “Memorias das noticias pertencentes a este mosteiro de Santa Marinha da Costa tiradas do seu Cartorio pello R.mo P. M. D.or Fr. Cristóvão da Crus...”, in *Revista de Guimarães*, Vol. 27, 1910, pp.65-66.

²²³¹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, Nº375.

²²³² Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.64.

Frei João de Chaves - Prior comendatário do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Frei João de Chaves veio do convento franciscano da Veiga, junto a Chaves, para o de S. Francisco de Guimarães, onde atingiu renome, alcançando o estatuto de Mestre e Professor de Teologia nesse convento, tendo também travado grande amizade com o duque de Bragança, de quem se tornaria confessor²²³³. De resto, foi nomeado prior comendatário de Santa Marinha da Costa por D. Jaime, 4º duque de Bragança e 2º de Guimarães, que detinha o padroado desse mosteiro²²³⁴, em 1513, logo após o regresso da expedição bélica à praça de Azamor em que ambos participaram²²³⁵. De qualquer modo, Frei João só deverá ter assumido o priorado em data posterior, isto tendo em consideração que, a 31 de Maio de 1515, D. Leonel de Oliveira ainda é identificado como prior de Santa Marinha da Costa²²³⁶. Frei João de Chaves era Mestre Provincial dos Franciscanos e foi reformador dessa Ordem em Portugal²²³⁷, princípios reformistas que tentou incutir também no mosteiro da Costa, enclaustrando-se inclusivamente com os cónegos regrantes²²³⁸, embora sem o êxito pretendido, o que acabou por levar o franciscano a abandonar essa intenção e a própria instituição, continuando, no entanto, a usufruir da comenda do mosteiro²²³⁹. Frei João Chaves, numa altura em que já tinha mais de setenta anos, foi ainda nomeado bispo de Viseu, em 9 de Setembro de 1524, cargo em que se manteria até ao seu falecimento em finais de 1525 ou 1526²²⁴⁰.

Priores cuja cronologia não foi possível estabelecer:

D. Vicente - Prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Um obituário de S. Salvador de Moreira da Maia refere o seu falecimento a 13 de Agosto mas sem qualquer indicação do ano²²⁴¹, no entanto o registo que antecede o seu é do final do séc. XIII, pelo que é expectável que este D. Vicente tenha sido prior de Santa Marinha da Costa num (in)determinado período do séc. XIV.

²²³³ Machado, J. T. Montalvão, “Um frade de Chaves, em Guimarães”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada (850º aniversário da batalha de S. Mamede (1128-1978))*, Vol. III, Guimarães, 1981, pp.264-268, 271-272.

²²³⁴ Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, redigido em 1748 e publicado in *Boletim de Trabalhos Históricos*- Publicação do Arquivo Municipal “Alfredo Pimenta”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.154.

²²³⁵ Machado, J. T. Montalvão, “Um frade de Chaves, em Guimarães”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada (850º aniversário da batalha de S. Mamede (1128-1978))*, Vol. III, Guimarães, 1981, pp.273-274.

²²³⁶ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.64.

²²³⁷ Branco, Manuel Bernardes, *Historia das Ordens Monasticas em Portugal*, Vol. II, Lisboa, Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, 1888, pp.206-207; Machado, J. T. Montalvão, “Um frade de Chaves, em Guimarães”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada (850º aniversário da batalha de S. Mamede (1128-1978))*, Vol. III, Guimarães, 1981, p.272.

²²³⁸ Machado, J. T. Montalvão, “Um frade de Chaves, em Guimarães”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada (850º aniversário da batalha de S. Mamede (1128-1978))*, Vol. III, Guimarães, 1981, p.275.

²²³⁹ Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, redigido em 1748 e publicado in *Boletim de Trabalhos Históricos*- Publicação do Arquivo Municipal “Alfredo Pimenta”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.155.

²²⁴⁰ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.661; Machado, J. T. Montalvão, “Um frade de Chaves, em Guimarães”, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e Sua Colegiada (850º aniversário da batalha de S. Mamede (1128-1978))*, Vol. III, Guimarães, 1981, p.275.

²²⁴¹ BNL – Secção de Reservados, Nº 215 (“Treslado do livro dos obitos do mosteiro de S. Salvador de Moreira”).

1.1.5. - São Martinho de Caramos (c. Felgueiras)

D. João Esteves – Prior do mosteiro de Caramos. Segundo Frei Timóteo dos Mártires D. João Esteves foi cónego do mosteiro de Santa Cruz e prior do mosteiro de S. Martinho de Caramos tendo efectuado permuta com o prior de S. Vicente de Fora, seu tio²²⁴², troca ocorrida a 8 de Maio de 1378 e que não foi do agrado do convento do mosteiro lisboeta, levando à eleição de novo prior²²⁴³.

D. Rodrigo Esteves – Prior do mosteiro de Caramos. Anterior prior de S. Vicente de Fora e médico de D. Fernando que veio para S. Martinho de Caramos por permuta de priorado com o seu sobrinho D. João Esteves²²⁴⁴. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, essa permuta efectuou-se em 1376, tendo D. Rodrigo permanecido como prior de Caramos cerca de um ano, falecendo a 2 de Dezembro de 1377²²⁴⁵. Como prova Alberto Martins, as datas apresentadas pelo citado cronista em relação a este prior não podem estar correctas uma vez que essa troca só aconteceu a 8 de Maio de 1378²²⁴⁶.

João Durães – Prior do mosteiro de Caramos. É um dos signatários do compromisso de celebração de sufrágios, estabelecido entre diversos mosteiros beneditinos e agostinhos das dioceses do Porto e de Braga, no dia 24 de Agosto de 1387, no mosteiro de Alpendurada²²⁴⁷. Esteve também presente no sínodo diocesano de Braga, presidido pelo arcebispo D. Martinho Afonso Pires da Charneca, realizado a 15 de Novembro de 1398²²⁴⁸.

João Afonso – Prior do mosteiro de São Martinho de Caramos. A 28 de Maio de 1417 já é referenciado como prior de Caramos, dia em que foi dada sentença em Braga, pelo cónego e vigário geral da diocese, Gomes Fernandes, pela qual se confirma que a igreja de Santa Maria de Borbela, anexa a S. Martinho de Caramos, era do padroado do mosteiro²²⁴⁹. A 12 de Abril de 1420, D. João I legitima-lhe Martim Anes, filho que teve de Catarina Domingues, mulher solteira à altura do nascimento da criança²²⁵⁰.

Pedro Afonso – Prior do mosteiro de São Martinho de Caramos. O seu priorado deverá ter sido muito curto, uma vez que deve ter sido nomeado prior do mosteiro em data pouco posterior a 19 de Fevereiro de 1449, isto se atendermos a que, nesse dia, D. Fernando da Guerra, arcebispo de Braga, instruíu o seu vigário geral para indicar um cónego da comunidade de Caramos para o priorado do mosteiro em virtude de este estar vago e não haver religiosos suficientes para formarem convento²²⁵¹, tendo falecido em

²²⁴² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.132.

²²⁴³ Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, p.906. Já o cronista Frei Timóteo dos Mártires coloca a permuta entre estes dois priores em 1376 (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.96; Tomo III, 1960, pp.132-133).

²²⁴⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.132.

²²⁴⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.132-133.

²²⁴⁶ Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, p.906.

²²⁴⁷ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N^o703, fls. 246-250; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia eclesiastica e civil de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1811, pp. 255-257.

²²⁴⁸ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.60.

²²⁴⁹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.757.

²²⁵⁰ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. IV – Tomo 1, 2006, p.78.

²²⁵¹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.147; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.758.

Dezembro de 1450 uma vez que a 1 de Janeiro de 1451 João Aparício já tinha sido eleito prior do mosteiro²²⁵².

Frei João Aparício – Prior do mosteiro de São Martinho de Caramos. Trata-se de um religioso da comunidade que ascende ao priorado, encontrando-se já referenciado como cónego do mosteiro de Caramos e pároco da igreja de Santa Maria de Borbela a 28 de Maio de 1417²²⁵³. Foi eleito pela comunidade certamente em Dezembro de 1450 uma vez que, a 1 de Janeiro de 1451, o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, dava instruções a Luís Afonso, mestre-escola, para confirmar o já eleito João Aparício no priorado de Caramos²²⁵⁴. É provável que se tenha conservado no priorado até ao final da década de cinquenta.

Gonçalo Afonso – Prior do mosteiro de São Martinho de Caramos, da Ordem de Santo Agostinho, da diocese de Braga. “O religioso Gonçalo Afonso prioll do mosteiro de Sam Martinho de Caramoros” recebe ordens de Missa no dia 28 de Fevereiro de 1461, em Braga²²⁵⁵. E se nesta altura Gonçalo Afonso já era prior de Caramos, há já algum tempo que se perspectivava a sua inclusão neste priorado. É que já em Fevereiro de 1449 se havia perfilado Gonçalo Afonso para o priorado deste mosteiro, com o arcebispo de Braga a ordenar ao seu vigário geral para confirmar no priorado do mosteiro um dos cónegos da comunidade em virtude de não haver elementos suficientes para elegerem prior, e caso esse prior viesse a renunciar para colocar no cargo Gonçalo Afonso, criado do arcebispo²²⁵⁶. Aquando da eleição de João Aparício aparece nova referência a Gonçalo Afonso, embora desta vez fosse indicado para substituir na igreja de Vale de Nogueira, Martim Anes, o qual por sua vez iria para prior de Caramos na eventualidade de João Aparício renunciar²²⁵⁷.

Pedro de Barros – Prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Caramos. Foi comendatário do mosteiro de Caramos no final do século XV tendo falecido antes de 29 de Fevereiro de 1492²²⁵⁸.

Diogo Lopes/Diogo Lopes de Mariz – Prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Caramos. A 29 de Fevereiro de 1492, D. João II apresentou ao arcebispo de Braga, D. Jorge da Costa, para comendatário de Caramos, Diogo Lopes, capelão da rainha²²⁵⁹. João Pedro Ribeiro, nas suas “Reflexões Históricas”, também referencia um documento em que é interveniente “Diogo Lopez, capellão da Rainha, Prior de Caramolos, e Comissário da Madre Sancta Cruzada”, respeitante à venda de umas casas na cidade do Porto²²⁶⁰. Em tal venda participou o “Priol de Quaramollos” e, de acordo

²²⁵² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.160vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.758.

²²⁵³ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.757.

²²⁵⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.160vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.758.

²²⁵⁵ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 2, fl.6v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.322.

²²⁵⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.147; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.758.

²²⁵⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.160vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.758.

²²⁵⁸ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.759.

²²⁵⁹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.759.

²²⁶⁰ Ribeiro, João Pedro, *Reflexões Históricas*, Parte II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1836, p.84.

com o que é adiantado por Sousa Viterbo, ocorreu em 1493²²⁶¹. Diogo Lopes era também prior de Pedroso²²⁶², tratando-se, por isso, de Diogo Lopes de Mariz²²⁶³, também comendatário de Paderne, filho de Lopo de Mariz Lobo e de Catarina Mariz Pinheiro, tendo, entre os seus irmãos, João de Mariz Pinheiro, comendatário de S. Romão de Neiva²²⁶⁴.

D. Pedro Almadave - Provável prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Caramos. Segundo D. Nicolau de Santa Maria, “Dom Pedro Almadavi” era prior de Caramos em 1502, altura em que Pedro Rodrigues, vigário de Constantim, pretendia retirar essa igreja da jurisdição do mosteiro de Caramos, sendo o contencioso sentenciado em Guimarães, em Outubro de 1503, com a decisão favorável ao mosteiro a ser confirmada, em 1507, pelo papa Júlio II (1503-1513), ano em que D. Pedro ainda figurava como prior da instituição²²⁶⁵.

D. Gonçalo Ribeiro - Provável prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Caramos. Segundo Felgueiras Gaio, D. Gonçalo Ribeiro, filho de Rui Vasques Ribeiro ou Rui Vaz Ribeiro de Vasconcelos e de Violante de Sousa, foi comendatário de Caramos²²⁶⁶.

D. João de Melo - Prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Caramos. Segundo Frei António da Assunção Meireles, D. João de Melo era Fidalgo da Casa de el-rei e foi comendatário dos mosteiros de Caramos e Pombeiro, funções que já deveria ocupar no final da primeira década do século XVI²²⁶⁷. Desconhecemos até quando se manteve à frente deste mosteiro regente, de qualquer forma, e tendo como referencial a comenda do mosteiro de Pombeiro, é presumível que ainda fosse o comendatário da instituição em 1525, data em que ainda é detectado à frente do mosteiro beneditino²²⁶⁸.

Cardeal Francisco de Santa Cruz – Prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Caramos. O cardeal Francisco, do título de Santa Cruz em Jerusalém, foi provido no mosteiro de São Martinho de Caramos e na igreja de S. Bartolomeu de Vila Flor, a 23 de Dezembro de 1534, por bula pontifícia de Paulo III (1534-1549)²²⁶⁹. Manteve-se no cargo até 1538, ano em que lhe sucede na comenda o cardeal D. Henrique²²⁷⁰.

Cardeal Infante D. Henrique – Prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Caramos. D. Henrique foi provido “per priorem soliti gubernari Sancti Martini de Caramoros, ordinis Sancti Augustini Canonicorum regularium, Bracharensis diocesis”

²²⁶¹ Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras...*, Vol.2, 1966, p.503.

²²⁶² IAN/TT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 22, fl.18. O “Reverendo Diogo Lopez de Mouriz” é identificado como administrador de Pedroso em instrumentos de 22 de Novembro de 1497, 14 de Setembro de 1501, 28 de Junho de 1505, 28 de Fevereiro de 1508 e 28 de Outubro de 1509 (cf. BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N^o636, fls. 148v^o, 171v^o).

²²⁶³ Sampaio, Jorge de Faria Machado Vieira de, “Subsídios para a genealogia dos Farias Machados”, in *Arquivo Histórico de Portugal*, vol.3, p.324.

²²⁶⁴ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 19, 1939, p.141.

²²⁶⁵ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VI, pp.298-299.

²²⁶⁶ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 28, 1941, pp. 98-99, 109. Segundo este genealogista D. Gonçalo era irmão de D. João Ribeiro de Vasconcelos, comendatário de Freixo.

²²⁶⁷ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p.39.

²²⁶⁸ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, 1942, p.40.

²²⁶⁹ IAN/TT – Gaveta XIV, M.6, Doc.6.

²²⁷⁰ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo III, 1868, pp.439-442.

²²⁷¹ por bula de Paulo III (1534-1549), de 31 de Maio de 1538²²⁷², o que contraria a informação de Frei Timóteo dos Mártires de que D. Henrique deteve a comenda deste mosteiro por alguns anos, por mercê do seu irmão D. João III, em quem renunciou em 1538²²⁷³. Além do mosteiro de Caramos, D. Henrique foi também administrador dos mosteiros agostinhos de Santa Cruz e S. Jorge de Coimbra, bem como do de Moreira, detendo também várias instituições beneditinas e cistercienses como Alcobaça, S. Cristóvão de Lafões, Bustelo, Paço de Sousa, Pedroso e São Salvador de Travanca²²⁷⁴.

Infante D. Duarte – Prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Caramos. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, D. Duarte deteve a comenda de S. Martinho de Caramos entre 1538 e 1543, ano do seu falecimento, tendo sido também comendatário de Santa Cruz de Coimbra, S. João de Longos Vales, S. Miguel de Refóios de Basto e arcebispo de Braga²²⁷⁵. A estes benefícios podemos acrescentar a comenda do mosteiro de Cárquere²²⁷⁶ e as coadjutorias dos mosteiros de Tibães, Carvoeiro e Salzedas²²⁷⁷. O infante D. Duarte faleceu a 11 de Novembro de 1543²²⁷⁸.

D. Gonçalo Pinheiro – Prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Caramos. Era também comendatário dos mosteiros de Travanca e Bustelo²²⁷⁹. Foi bispo de Safim (1537-1542), Tânger (1542-1557)²²⁸⁰ e de Viseu (1552-1557). Segundo Frei Timóteo dos Mártires, foi investido como comendatário de Caramos por D João III, em 1543²²⁸¹. No dia 1 de Outubro de 1548 passou alvará a Frei Francisco de Portilho, prior claustral do mosteiro de Travanca, para, em seu nome, e em conjunto com os respectivos conventos, assinar prazos respeitantes aos seus mosteiros de Bustelo, Caramos e Travanca²²⁸². Deverá ter falecido em finais de 1567, uma vez que, a 6 de Dezembro

²²⁷¹ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo III, 1868, p.439.

²²⁷² *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo III, 1868, pp.439-442; Polónia, Amélia, *D. Henrique: O cardeal-rei*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2005, p.83.

²²⁷³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.133.

²²⁷⁴ Polónia, Amélia, *D. Henrique: O cardeal-rei*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2005, pp.42,82-83.

²²⁷⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.133; Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, redigido em 1748 e publicado in *Boletim de Trabalhos Históricos*- Publicação do Arquivo Municipal “Alfredo Pimenta”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.178.

²²⁷⁶ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.545.

²²⁷⁷ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.599.

²²⁷⁸ Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, redigido em 1748 e publicado in *Boletim de Trabalhos Históricos*- Publicação do Arquivo Municipal “Alfredo Pimenta”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.178; Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.599.

²²⁷⁹ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Bustelo*, com introdução, fixação do texto e índice por Fr. Geraldo J. A. Coelho Dias, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, 2007, pp.104-105.

²²⁸⁰ Esta é a cronologia apresentada em Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, actualizada pelo P. Artur Roque de Almeida, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.315, no entanto D. Gonçalo Pinheiro foi nomeado bispo de Viseu a 27 de Junho de 1552 pelo papa Júlio III (cf. Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.670).

²²⁸¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.133.

²²⁸² Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Bustelo*, com introdução, fixação do texto e índice por Fr. Geraldo J. A. Coelho Dias, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, 2007, pp.104-105.

desse ano, era confirmado novo prior no mosteiro de Caramos “vago por morte natural de dom Goncallo Pinheiro ultimo comendatario”²²⁸³.

D. Teotónio Monte Ruivo – Prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Caramos. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, D. Teotónio era cônego do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e entrou como administrador do mosteiro de Caramos em 1567, estando aí apenas um ano²²⁸⁴. De facto, D. Teotónio foi confirmado por D. Bartolomeu dos Mártires (1559-1581) como prior comendatário de Caramos, a 6 de Dezembro 1567, por um período de seis meses²²⁸⁵. Este mesmo registo de confirmação deixa perceber que D. Teotónio já era prior claustral do mosteiro de Caramos, o que contraria a informação de Frei Timóteo dos Mártires, de que era proveniente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Não sendo de excluir a possibilidade de se tratar de um cônego oriundo de Santa Cruz de Coimbra, pelo menos no período imediatamente anterior à sua eleição, já se encontrava em Caramos e tratando-se do prior claustral é presumível que tivesse ingressado já há bastantes anos nessa instituição.

D. Francisco de Amorim – Provável prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Caramos. Frei Timóteo dos Mártires não o cita mas segundo António Carvalho da Costa, D. Francisco de Amorim era cavaleiro da casa do infante D. Henrique que o nomeou para administrador do mosteiro de S. Martinho de Caramos enquanto o não entregou a D. João Pinto, nomeação que teria tido lugar por volta de 1542²²⁸⁶, tese que, pelo menos na sua globalidade, não pode corresponder à verdade.

D. João Pinto – Prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Caramos. Segundo D. Nicolau de Santa Maria, D. João Pinto sucedeu no mosteiro de Caramos ao comendatário D. Gonçalo Pinheiro²²⁸⁷, o que a confirmar-se eliminaria automaticamente os nomes de permeio que são indicados por Timóteo dos Mártires e Carvalho da Costa. D. João era cônego e lente de Teologia no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e sobrinho de Frei Diogo de Múrcia, que era religioso da Ordem de S. Jerónimo e reitor da Universidade de Coimbra²²⁸⁸. D. João Pinto foi também abade comendatário do mosteiro de S. Miguel de Refóios de Basto, conseguindo a comenda de Caramos justamente em compensação de ter deixado a de Refóios, por solicitação do cardeal D. Henrique, em 1568²²⁸⁹, mantendo-se à frente deste mosteiro regente até 5 de Junho de 1587, data do seu falecimento²²⁹⁰.

²²⁸³ Rosário, Frei António do, “Registro das Confirmações [II] de D. Frei Bartolomeu dos Mártires”, in *Cartório Dominicano Português*, Século XVI, Fasc. 6 (Bartholomeana Monumenta V), Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português/Movimento Bartolomeano, 1974, p.30.

²²⁸⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.133.

²²⁸⁵ Rosário, Frei António do, “Registro das Confirmações [II] de D. Frei Bartolomeu dos Mártires”, in *Cartório Dominicano Português*, Século XVI, Fasc. 6 (Bartholomeana Monumenta V), Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português/Movimento Bartolomeano, 1974, p.30.

²²⁸⁶ Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Tomo I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.122.

²²⁸⁷ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VI, p.300.

²²⁸⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.133-134; Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Tomo I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.122; Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VI, p.300.

²²⁸⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.133. Já Carvalho da Costa diz que D. João Pinto foi para o mosteiro de Caramos em 1564 (cf. Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Tomo I, Lisboa, Na Officina de

1.1.6. - São Martinho de Crasto (c. Ponte da Barca)

Pedro Domingues – Prior do mosteiro de São Martinho de Crasto. É muito provável que o seu priorado se tenha prolongado pelo início do séc. XIV, embora não tenhamos documentação que o comprove. Tal possibilidade assenta no facto de Pedro Domingues surgir como prior do mosteiro a 16 de Fevereiro de 1289²²⁹¹, sucedendo a Pedro Martins que ainda ocupava o cargo em 1283²²⁹². Mesmo desconhecendo o início do seu priorado e admitindo, inclusive, a hipótese teórica de se ter iniciado em 1283, não nos parece abusivo pressupor a sua presença à frente da instituição nos primeiros anos de trezentos.

Afonso Martins – Prior do mosteiro de São Martinho de Crasto. Marcou presença no sínodo diocesano de Braga, do arcebispo D. Gonçalo Pereira, realizado a 14 de Novembro de 1330²²⁹³.

D. Bartolomeu Esteves – Prior do mosteiro de São Martinho de Crasto. A 15 de Outubro de 1346, empraça, em conjunto com o convento, a Estêvão Martins de Rio Frio e a sua mulher, Maria Anes, as propriedades que o mosteiro tinha no lugar de Currais, na freguesia de Santa Marinha de Prozelos (c. de Arcos de Valdevez)²²⁹⁴.

Gonçalo Anes – Prior do mosteiro de São Martinho de Crasto. Segundo um documento do “Livro de Mostras”, presente no Arquivo Distrital de Braga, este prior apresentou uma carta papal que o provia no priorado de Crasto, no entanto apenas surge a indicação de que foi feita aos “VII idus Maii pontificatus nostri anno septimo”²²⁹⁵, sem mencionar o papa, levando-nos a admitir que se trate do dia 9 de Maio de 1384, o que corresponderia ao início do sétimo ano do pontificado de Urbano VI (Abr. 1378-Out.

Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.122). Esta é também a versão de Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VI, p.300.

²²⁹⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.134. Também Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Tomo I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.122 aponta como data do seu falecimento o dia 5 de Junho de 1587. Esta informação é, de resto, atestada por um obituário do mosteiro de Moreira da Maia que regista o falecimento de João Pinto às “nonas de Junho” de 1587 (cf. BNL – Secção de Reservados, Nº 215 (“Treslado do livro dos obitos do mosteiro de S. Salvador de Moreira”).

²²⁹¹ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, M. 2, N. 442; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.72-73 (Doc. 19 do Apêndice).

²²⁹² IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, M. 2, N. 442; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.71-72 (Doc. 18 do Apêndice). Desconhecemos também a data de início do priorado de Pedro Martins, no entanto a sua acção como prior do mosteiro surge amplamente documentada em 1282 num processo referente à lezíria da Atalaia em Santarém (cf. *O Livro das Lezírias D’El Rei Dom Dinis*, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 125-143; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.64-70.

²²⁹³ *Synodicon Hispanum*, 1982, pp. 45-47.

²²⁹⁴ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, M. 2, N. 442; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.76-77 (Doc. 21 do Apêndice); *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp. 89-90 (Doc. 39).

²²⁹⁵ A.D.B. – Livro 1º de Mostras, fl.60. Este documento encontra-se transcrito e publicado por Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, p.77 (Doc. 22 do Apêndice), no entanto a data crítica apresentada pela Autora (1396 e 1413) correspondendo, respectivamente, aos pontificados de Bonifácio IX e Gregório XII, deixa, à luz dos novos elementos aqui apresentados, de ter qualquer viabilidade.

1389)²²⁹⁶. Não sendo de excluir uma data anterior para o início do seu priorado, esta é aquela que, à luz da conjugação dos dados documentais conhecidos, nos permite situar com relativa segurança a sua presença nesse cargo, até porque a 11 de Outubro de 1391, uma quarta-feira, *Gonçallo Annes pryoll de Sam Martinho de Crasto* se encontrava na Sé de Braga, figurando entre as testemunhas que assistiram à entrega do arcebispo, D. Lourenço Vicente, de 2000 libras para a capela que aí mandara instituir²²⁹⁷. O relacionamento entre o arcebispo de Braga e o prior de Crasto deveria ser excelente, como parece confirmar um outro documento, a que alude Frei António da Assunção Meireles, referente a uma sentença do citado arcebispo, datada de 28 de Fevereiro de 1394, em que um dos signatários é justamente Gonçalo Anes²²⁹⁸. De referir que a última informação que recolhemos deste prior também está relacionada com a arquidiocese bracarense, e é respeitante à sua presença no sínodo diocesano de Braga, realizado a 15 de Novembro de 1398, e presidido já pelo arcebispo D. Martinho Afonso Pires da Charneca²²⁹⁹. Face ao exposto, é perfeitamente admissível que o seu priorado se tenha iniciado em meados da década de oitenta, estendendo-se ainda pelos primórdios de quatrocentos, mas aguardemos por novas provas documentais que o possam atestar ou infirmar.

João Anes – Prior do mosteiro de São Martinho de Crasto. É certamente o sucessor de Gonçalo Anes. Documentalmente, e até ao momento, não lhe encontramos qualquer referência para a primeira quinzena do século XIV. A primeira referência que lhe conhecemos, data de 6 de Abril de 1415, dia em que foi legitimado João Anes, filho de Maria Geraldês e “Johan’Eannes prior do moesteiro de Sam Martinho de Crasto”²³⁰⁰. A 14 de Julho de 1419 ainda ocupava tais funções, no entanto, por essa mesma altura, já deveria ser de idade avançada. De resto, o temor que a comunidade tinha de que ele falecesse brevemente ou de que resignasse ao cargo, fez com que elaborassem uma procuração em que constituíam o deão de Braga, Álvaro Martins, seu legítimo representante na eleição do futuro prior, precavendo-se assim que o mosteiro caísse em mãos de pessoas pouco escrupulosas²³⁰¹.

João do Mato – Provável prior do mosteiro de S. Martinho de Crasto. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o “obiit Johannes de Mato prior Sancti Martini” a 4 de Novembro, mas sem referência ao respectivo ano do óbito²³⁰². Apesar de se aludir aí apenas ao orago, parece-nos que há grandes possibilidades de o mosteiro em causa ser o de Crasto até porque em relação aos mosteiros de Caramos e Mancelos, as outras possibilidades regrantas com esta invocação, não detectámos no Obituário de S. Vicente de Fora qualquer registo, ao contrário do que sucede com a canónica da terra da

²²⁹⁶ Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, actualizada pelo P. Artur Roque de Almeida, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.289.

²²⁹⁷ A.D.B. – Coleção Cronológica, Pasta 18, s/nº. Este documento encontra-se transcrito, acompanhado inclusivamente de reprodução fac-similada, por Marques, José, “O testamento de D. Lourenço Vicente e as suas capelas na Sé de Braga e na Lourinhã”, in *Homenagem à Arquidiocese Primaz de Braga nos 900 anos da dedicação da Catedral* (Braga, 4-5 de Maio de 1990), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1993, pp. 212, 234.

²²⁹⁸ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p.30.

²²⁹⁹ *Synodicon Hispanum*, 1982, pp.59-60.

²³⁰⁰ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 3, 2006, p.197.

²³⁰¹ A.D.B., Coleção Cronológica, Caixa 21; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.760; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.77-80 (Doc. 23 do Apêndice).

²³⁰² Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.166.

Nóbrega. Quanto à cronologia deste prior, e apesar de aí não surgirem elementos que nos auxiliem, é provável que estejamos perante o mesmo religioso, ou um dos religiosos que já identificámos quando abordamos os priores de S. Salvador de Bravães, portanto, situável na primeira metade do séc. XV. Em Bravães detectamos um ou dois priores designados João do Mato. Colocámos também a possibilidade de o João Anes que aí surge a intercalar o priorado ou priorados de João do Mato não ser mais que a abreviação do nome de João Anes do Mato. Esta possibilidade de estarmos perante o mesmo indivíduo parece-nos agora ganhar ainda mais consistência pelo simples facto do prior de S. Martinho de Crasto, identificado na segunda década de quatrocentos, se chamar João Anes e o seu priorado ser, cronologicamente, coincidente com o de João Anes do mosteiro de Bravães. Perante isto abrem-se três perspectivas de análise: ou estamos, de facto, perante o mesmo indivíduo que governaria os dois mosteiros, mais ou menos, a partir de 1400 e até cerca de 1435, ou estamos perante indivíduos diferentes que detiveram em simultâneo os governos dos mosteiros de Crasto e Bravães nas primeiras décadas do séc. XV, ou então encontrámo-nos perante uma enormíssima coincidência com identidades autónomas mas homonímia e cronologia concomitantes. Face a este último cenário, abrir-se-ia uma outra possibilidade que era a de João do Mato, com a extinção do mosteiro de Bravães a 13 de Fevereiro de 1434²³⁰³, ter transitado para o priorado de S. Martinho de Crasto, mantendo-se aí até ao seu falecimento que ocorreria então, e isto dando credibilidade ao assento do obituário, a 4 de Novembro de 1434, uma vez que em 1435 o prior é Lourenço Esteves. Uma outra hipótese, e isto tendo por base a possibilidade de estarmos perante pessoas diferentes, é a de o priorado de João do Mato ser anterior ao de João Anes e aí a sua cronologia enquadrar-se-ia na primeira quinzena do séc. XV e seria, assim, o provável sucessor de Gonçalo Anes.

Lourenço Esteves – Prior do mosteiro de São Martinho de Crasto. Foi, muito provavelmente, o sucessor ou de João Anes ou de João do Mato. De qualquer forma, e a verificar-se que o priorado de Crasto foi assumido por João do Mato, o seu governo à frente da comunidade de S. Martinho de Crasto foi, seguramente, curto uma vez que a 3 de Outubro de 1435 foi confirmado, pelo arcebispo de Braga, como prior do vizinho mosteiro de Vila Nova de Muia²³⁰⁴.

Frei Gonçalo Nunes de Barros – Prior do mosteiro de São Martinho de Crasto. Era cônego do mosteiro de Crasto, tornando-se prior, por eleição da comunidade, sendo confirmado pelo bispo bracarense, D. Fernando da Guerra, a 6 de Outubro de 1435, sucedendo assim ao prior Lourenço Esteves²³⁰⁵. O início do seu priorado foi bastante conturbado como se infere da leitura de quatro cartas de perdão dadas por D. Afonso V, duas passadas a 13 de Maio de 1441, respectivamente, a João Lourenço tabelião de Ponte de Lima e a Estêvão Gonçalves, morador em Ponte da Barca²³⁰⁶, uma terceira

²³⁰³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.49v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.724-725.

²³⁰⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.63v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.761; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, p.80 (Doc. 24 do Apêndice).

²³⁰⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.63v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.761; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, p.80 (Doc. 25 do Apêndice).

²³⁰⁶ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, fl.116vº.

passada, a 30 de Outubro de 1441, a Gonçalo Esteves²³⁰⁷ e uma outra a João de Vinhal dos Arcos de Valdevez, datada de 11 de Outubro de 1442²³⁰⁸. Segundo o testemunho destes foragidos ou “amorados”, sobretudo pelos relatos de João Lourenço e Gonçalo Esteves, fica-se a saber que o prior Gonçalo Nunes de Barros apresentou queixa por eles e outros terem ido de noite ao mosteiro para o matarem, e lhe terem roubado o tesouro do mosteiro e queimado as portas²³⁰⁹, além de terem destruído diversas armas que aí estavam e só não o assassinaram porque ele se refugiou numa torre, onde se pôde defender²³¹⁰, reportando-se tais actos ao final do ano de 1435 ou início de 1436²³¹¹. Em Outubro de 1451 ainda continuava à frente dos destinos desta comunidade regrante, apresentando um clérigo para a igreja de Sampriz²³¹². O seu falecimento deverá ter ocorrido no final de 1453, uma vez que, em Dezembro desse ano, é confirmado D. Frei Vasco Gomes como prior de Crasto²³¹³. Teve vários filhos de uma relação que manteve com Isabel de Castro, mulher solteira, todos legitimados, por D. Afonso V, a 19 de Abril de 1453²³¹⁴.

Vasco Gomes – Prior do mosteiro de São Martinho de Crasto. Tal como o seu antecessor, foi cónego do mosteiro, ascendendo ao priorado após falecimento de Gonçalo Nunes de Barros, sendo eleito pela comunidade e confirmado no cargo pelo arcebispo de Braga, a 22 de Dezembro de 1453²³¹⁵.

²³⁰⁷ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, fl.77; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.171-172 (Doc. 116).

²³⁰⁸ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, fl.77vº; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.173-174 (Doc. 118).

²³⁰⁹ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 23, fl.77; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.171-172 (Doc. 116).

²³¹⁰ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 2, fl.116vº.

²³¹¹ Neste aspecto os testemunhos são muito divergentes, enquanto Gonçalo Esteves reporta esses actos de violência para cerca de dez anos antes, ou seja 1431, o que como sabemos não tem qualquer fundamento, porque Gonçalo Nunes de Barros ainda não era prior do mosteiro, já as indicações de João Lourenço e João de Vinhal se revelam mais rigorosas uma vez que situam esses acontecimentos a uma distância de cinco ou seis anos, ou seja 1435 ou 1436. Como os documentos dizem que o perdão só é aplicável a crimes cometidos antes de Janeiro de 1436, e sendo o cumprimento de tais requisitos efectivo, isso significaria que os crimes teriam ocorrido em 1435, embora não seja de excluir uma data mais recente se considerarmos que os malfeitores, ao pretenderem obter o perdão régio, poderão ter recuado a perpetração dos crimes para uma data legalmente abrangível. Estas cartas de perdão inserem-se no perdão geral decretado por D. Afonso V para fazer face ao despovoamento de inúmeros locais, de resto neste período são criados diversos coutos de homiziados, casos de Mirandela, Monforte, Mourão, Vilar Maior, Celorico de Basto e Palma (cf. Moreno, Humberto Baquero, “Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela Coroa”, in *Os municípios portugueses nos séculos XII a XVI - Estudos de história*, Lisboa, 1986, Editorial Presença, pp. 97, 120-122). As cartas de perdão vulgarizam-se no reinado de D. Afonso V, estimando Luís Miguel Duarte que tenham sido emitidas durante o seu reinado cerca de 15 mil cartas deste teor (cf. Duarte, Luís Miguel, *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999, pp. 461-462).

²³¹² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.165; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.761.

²³¹³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.180-180v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.761; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, p.81 (Doc. 26 do Apêndice).

²³¹⁴ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 3, fl.47; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.929 (nota 531), 1014.

²³¹⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.180-180v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.761; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, p.81 (Doc. 26 do Apêndice).

D. Gomes da Rocha – Prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Crasto. Segundo Frei Timóteo dos Mártires foi comendatário dos mosteiros de Crasto, Refóios de Lima e Vila Nova de Muía, benefício concedido, em 1468, por D. Afonso V²³¹⁶. Sobre este prior consulte-se as entradas que lhe são dedicadas nos mosteiros de Muia e Refoios de Lima, onde a sua biografia é mais detalhada.

D. Rodrigo de Melo e Lima – Prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Crasto. Era filho de D. Leonel de Lima, 1º visconde de Vila Nova de Cerveira. Segundo Felgueiras Gaio, D. Rodrigo de Melo foi padroeiro da capela de S. Sebastião, futuramente capela de Nossa Senhora do Rosário, do convento de Santo António de Ponte de Lima e comendatário do mosteiro de Pombeiro, comenda que trocou pela do mosteiro de Refóios de Lima²³¹⁷. Tal como o seu antecessor também D. Rodrigo de Melo foi comendatário dos mosteiros de Crasto, Refóios de Lima e Vila Nova de Muía, benefício que, segundo Frei Timóteo dos Mártires, lhe foi concedido em 1472, por D. Afonso V²³¹⁸, mas que, e como já dissemos, ao retratar os priores de Muia, não parece corresponder à verdade, uma vez que este comendatário alcançou a comenda através de permuta e essa deverá ter ocorrido apenas em finais da década de setenta ou início da de oitenta. Renunciou em 1497²³¹⁹.

D. Pedro de Lima e Melo – Prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Crasto. Era filho de D. Rodrigo de Melo²³²⁰. Foi nomeado, em 1497, pelo rei D. Manuel, comendatário dos mosteiros de Crasto, Refóios e Vila Nova de Muía, mantendo-se no cargo até 1547, altura em que faleceu²³²¹. O Censual de D. Diogo de Sousa refere “Pero de Meello” como comendatário deste mosteiro²³²².

Cardeal D. Henrique – Prior comendatário dos mosteiros de São Martinho de Crasto e Vila Nova de Muia e Refóios de Lima. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, o cardeal D. Henrique foi comendatário dos mosteiros de Crasto, Refóios e Muia, em 1547, por nomeação de D. João III²³²³.

Doutor António Martins – Prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Crasto e Santa Maria de Vila Nova de Muia. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, este comendatário deteve a posse destes dois mosteiros, tendo renunciado à comenda em 1562, a troco de uma pensão²³²⁴.

D. Sebastião Rodrigues da Fonseca – Prior comendatário do mosteiro de São Martinho de Crasto. Natural da cidade de Braga, foi o último comendatário do

²³¹⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.175.

²³¹⁷ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 17, 1939, p.123.

²³¹⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.175.

²³¹⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.175.

²³²⁰ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 17, 1939, pp.123-124; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.175.

²³²¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.175. Felgueiras Gayo também diz que D. Pedro foi comendatário destes três mosteiros (cf. Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 17, 1939, p.124).

²³²² A.D.B. – Registo Geral 330 (Censual de D. Diogo de Sousa), fl.96; Costa, Avelino Jesus da, “Terra da Nóbrega e Concelho de Ponte da Barca - Subsídios para a sua história”, in *Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca*, Vol.I, Ponte da Barca, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, p.178 (Doc. 18 do Apêndice).

²³²³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.175.

²³²⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.175.

mosteiro²³²⁵, tendo sido durante o seu priorado e com a sua autorização que o mosteiro foi unido à Congregação de Santa Cruz, após o breve da união pelo papa Clemente VIII (1592-1605), com D. Cristóvão de Cristo a tomar posse, para a Congregação, em 1595, embora a posse real e efectiva apenas tenha ocorrido em 1615, com o falecimento deste comendatário²³²⁶.

1.1.7. - São Martinho de Mancelos (c. Amarante)

Martim Lourenço - Prior do mosteiro de Mancelos. A 31 de Agosto de 1305 efectuou uma permuta de bens com D. Dinis, cedendo o mosteiro os herdamentos e o hospital que tinham em Vila Ruiva de Malcabrão, no bispado de Évora, em troca de dois casais que o rei possuía no couto de Vilela e da igreja de S. Nicolau de Cabeceiras de Basto²³²⁷. Esta importante troca já vinha sendo delineada ao longo de 1305, tendo o prior e o convento lavrado procuração, a 27 de Abril de 1305, a estabelecer os cônegos Pedro Martins e Martim Pires como seus legítimos representantes nesse negócio²³²⁸. Esta troca parece revelar alguma argúcia deste prior no que respeita à boa gestão dos bens da instituição, alheando património situado em locais muito distantes, em troca de bens geograficamente muito mais perto do raio de acção do mosteiro.

Domingos João / Domingos Anes – Prior do mosteiro de Mancelos. Participou no capítulo provincial dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho realizado a 4 de Setembro de 1340, no mosteiro de S. Francisco, em Bragança²³²⁹.

Afonso Lourenço²³³⁰ – Prior do mosteiro de Mancelos. Faleceu a 4 de Agosto de 1361 sucedendo-lhe, por nomeação de Gomes Pais, cônego da Sé de Braga, a quem o convento tinha incumbido de apresentar o prior, um religioso da comunidade de Mancelos chamado João Anes²³³¹.

D. João Anes – Prior de Mancelos. Sucedeu a Afonso Lourenço no priorado de Mancelos. Trata-se de um cônego da comunidade, indigitado no cargo por Gomes Pais, cônego da Sé de Braga, registando-se, a 24 de Agosto de 1361, o pedido do prior claustral, ao papa Inocêncio VI, no sentido de obter a confirmação do novo prior²³³². A confirmação apostólica é de 14 de Novembro de 1361 e foi enviada a Guillaume de

²³²⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.175.

²³²⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.175-176.

²³²⁷ *O Livro das Lezírias D'El Rei Dom Dinis*, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 83-87.

²³²⁸ *O Livro das Lezírias D'El Rei Dom Dinis*, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 84-85.

²³²⁹ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Segunda Parte, Livro IX, cap. XXI, p.240; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII-XV - História e Instituição*, Tomo II, 1996, Apêndice Documental (sem paginação).

²³³⁰ Aparece identificado como Afonso Martins na confirmação apostólica de D. João Anes como prior de Mancelos (cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.401), embora deva ser uma simples falha porque em todo o processo este prior é designado de Afonso Lourenço.

²³³¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, pp.399-401. O cônego Gomes Pais encarregue da indigitação é muito provavelmente o cônego Gomes Pais de Azevedo identificado na obra *Os capitulares bracarense (1245-1374): notícias biográficas*, 2005, p.260.

²³³² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, pp.399-401.

Pilote²³³³, colector de Roma em Portugal, a 14 de Janeiro de 1362²³³⁴. Este prior esteve presente em Alpendurada, no dia 24 de Agosto de 1387, onde se definiu um compromisso de celebração de sufrágios entre diversos mosteiros beneditinos e agostinhos das dioceses do Porto e de Braga²³³⁵.

João Gonçalves – Prior do mosteiro de Mancelos. Esteve presente no sínodo diocesano de Braga, realizado a 15 de Novembro de 1398 sob patrocínio do arcebispo D. Martinho Afonso Pires da Charneca²³³⁶. A 9 de Abril de 1399 encontrava-se de novo em Braga, onde, nos Paços do Arcebispo, testemunhou a composição feita entre D. Martinho e D. Frei Vasco Lourenço, abade do mosteiro de Pombeiro, a propósito de dízimas que o mosteiro beneditino se tinha recusado a pagar à Sé de Braga²³³⁷. Dez dias depois é celebrada composição entre o Arcebispo de Braga e o próprio João Gonçalves referente às dízimas das searas e votos de Santiago que o mosteiro de Mancelos se recusava a pagar²³³⁸. A 12 de Novembro de 1415 ainda era prior de Mancelos, dia em que foram legitimados Pedro Anes e Gomes Anes, ambos seus filhos, fruto da ligação deste religioso a Isabel Vasques²³³⁹. Não sabemos em concreto até quando se prolongou o seu priorado, no entanto a 30 de Dezembro de 1426 já tinha falecido, uma vez que o prior do mosteiro já é Gonçalo Peres²³⁴⁰.

Gonçalo Peres – Prior do mosteiro de S. Martinho de Mancelos. Foi o sucessor de João Gonçalves. Apesar de ter sido eleito pela comunidade teve de enfrentar um longo litígio com Gil Afonso, cónego de Santa Maria de Oliveira, contenda que já decorria a 30 de Dezembro de 1426²³⁴¹. É que os cónegos de Mancelos tinham, anteriormente, delegado a responsabilidade de eleger o prior do mosteiro a Vasco Rodrigues, chantre de Braga. Após o falecimento do prior João Gonçalves, o chantre indicou para o cargo Gil Afonso, um cónego do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, sucedendo que os religiosos de Mancelos elegeram por sua própria iniciativa Gonçalo Peres, o que provocou o conflito²³⁴². Documentos de 4 e 7 de Janeiro de 1427 mostram Gil Afonso empenhado em alcançar o priorado de Mancelos, argumentando com a ilegitimidade do processo de eleição e confirmação de Gonçalo Peres no cargo²³⁴³. A contenda foi-se arrastando, acabando a Cúria Romana por nomear o arcebispo de Braga e o seu vigário geral, como seus juizes apostólicos para a resolução do conflito²³⁴⁴. Tendo em conta que D. Fernando da Guerra era juiz em causa própria, é natural que a sentença tenha pendido a

²³³³ Alguns elementos biográficos sobre este colector apostólico encontram-se compilados em *Os capitulares bracarense (1245-1374): notícias biográficas*, 2005, pp. 257-258.

²³³⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.401.

²³³⁵ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N°703, fls. 246-250; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1811, pp. 255-257

²³³⁶ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.60.

²³³⁷ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, pp.146-147.

²³³⁸ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, p.762.

²³³⁹ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 3, 2006, p.195.

²³⁴⁰ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 162-163; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.762.

²³⁴¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 162-164.

²³⁴² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 162-164; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.762-763.

²³⁴³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 164-165, 169-170.

²³⁴⁴ A.D.B., Coleção Cronológica, Caixa 22, s.n.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.763-764.

favor de Gil Afonso, que em data desconhecida, embora, muito provavelmente, em inícios da década de trinta, alcançou os seus intentos, sendo conduzido no priorado do mosteiro de S. Martinho de Mancelos.

Gil Afonso – Prior do mosteiro de S. Martinho de Mancelos. Antigo cônego do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, foi colocado no priorado de Mancelos, como vimos, por Vasco Rodrigues, chantre da Sé de Braga, que tinha sido incumbido pelos cônegos de Mancelos para indicar o prior da comunidade²³⁴⁵. A escolha do capitular bracarense recaiu sobre Gil Afonso, no entanto os cônegos elegeram um prior da comunidade, de nome Gonçalo Peres, o que acabou por degenerar num conflito aberto e como nenhum dos dois priores pretendia abdicar do cargo, a situação de conflituosidade arrastou-se, acabando Gil Afonso, provavelmente na primeira metade da década de trinta, por ser empossado no priorado de Mancelos²³⁴⁶. Não será contudo de excluir que Gil Afonso tenha alcançado o priorado apenas no início da década de quarenta, isto tendo em consideração que detectamos um cônego de nome Gil Afonso em Santa Maria de Oliveira em Abril de 1433²³⁴⁷, Julho de 1441²³⁴⁸, Julho de 1442²³⁴⁹ e Agosto de 1453²³⁵⁰. Perante tais factos, ou estamos na presença de um homónimo, ou então Gil Afonso assumiu o priorado de Mancelos em data posterior a Julho de 1442, regressando ao mosteiro de Oliveira em 1453, situação que à luz dos documentos conhecidos é perfeitamente viável, uma vez que Gil Afonso ocupou o priorado de Mancelos até ao início da década de cinquenta, sendo que a 13 de Março de 1453 “per liberam resignationem dilecti filii Egidii Alfonsi” já tinha renunciado ao cargo, através de Pedro Afonso, clérigo de Coimbra presente na Cúria romana, dando o papa, Nicolau IV, o mosteiro ao arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra²³⁵¹. Um outro indício que nos parece querer dar alguma sustentabilidade à tese de que Gil Afonso apenas assumiu o priorado de Mancelos na primeira metade da década de quarenta é justamente a presença assídua, e por vezes prolongada, de D. Fernando da Guerra neste mosteiro, entre Março de 1432 e Novembro de 1442²³⁵², o que pode ser interpretado como resultado das dificuldades na resolução do problema²³⁵³. De qualquer modo, e até novas provas, persistirá a dúvida sobre a identidade deste prior.

D. Fernando da Guerra – Prior comendatário do mosteiro de S. Martinho de Mancelos. A 13 de Março de 1453 “per liberam resignationem dilecti filii Egidii Alfonsi” já tinha renunciado ao cargo, através de Pedro Afonso, clérigo de Coimbra presente na Cúria

²³⁴⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 162-164, 169-170.

²³⁴⁶ A propósito de todo este processo veja-se o que ficou dito na entrada anterior.

²³⁴⁷ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Docs.14,15

²³⁴⁸ Surge referenciado nessas funções em Julho de 1441 (cf. IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.17), sendo também o procurador do mosteiro num emprazamento feito, em conjunto com o abade de Pedome, ao sapateiro Álvaro Anes e a sua mulher, Margarida Gonçalves, de umas casas situadas em Guimarães na Rua Nova de Muro, que pertenciam em partes iguais ao mosteiro de Oliveira e à igreja de Pedome (cf. IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.16).

²³⁴⁹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.18.

²³⁵⁰ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.19.

²³⁵¹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. V (1446-1455), 1972, pp. 341-342; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.764.

²³⁵² Marques José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra ...*, pp.46-47, 52, 54, 58, 62. De resto a constância da presença de D. Fernando da Guerra no mosteiro de Mancelos é também assinalada e realçada por Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.764.

²³⁵³ Esta possibilidade foi também avançada por Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.764, ao dizer que “não é de excluir a hipótese de que intuítos paificadores estivessem subjacentes às longas estadias do arcebispo neste Mosteiro”.

romana, dando o papa, Nicolau IV, o mosteiro ao arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra²³⁵⁴.

Fernando Garcês – Prior comendatário do mosteiro de Mancelos. Já surge identificado como prior de Mancelos a 20 de Fevereiro de 1485, dia em que D. João II concedeu a este mosteiro o privilégio de isenção de aposentadorias²³⁵⁵. É muito provável que tenha sucedido ao arcebispo D. Fernando da Guerra, falecido em 26 de Setembro de 1467, sendo até possível que tenha sido indicado por ele, como indiciam as ligações entre a família Garcês eo arcebispo, uma vez que, e como revela José Marques, Fernando Garcês era filho do Doutor João Garcês, físico do arcebispo e escolhido por este para ser um dos seus testamenteiros²³⁵⁶.

Lourenço Afonso – Prior comendatário do mosteiro de Mancelos. Trata-se de um criado da Casa de el-rei que já se encontrava como prior de Mancelos em 1495, apresentando várias queixas ao monarca contra abusos de poderosos, com D. João II a renovar-lhe os privilégios para protecção e defesa do mosteiro²³⁵⁷.

D. João de Castro – Prior comendatário do mosteiro de Mancelos e de Cárquere. A 12 de Setembro de 1509 já aparece identificado como abade de Travanca e administrador perpétuo dos mosteiros de Mancelos e Cárquere²³⁵⁸.

Cardeal D. Luís de Aragão – Prior comendatário do mosteiro de Mancelos. O cardeal Aloísio, ou D. Luís de Aragão, sucedeu a D. João de Castro como comendatário de Mancelos, mantendo-se nele até 1516, altura em que renunciou²³⁵⁹.

João Bravo – Prior comendatário do mosteiro de Mancelos. Após a renúncia da comenda do mosteiro de Mancelos por D. Luís de Aragão o papa concedeu-a a João Bravo, Doutor em Decretos, a 5 de Dezembro de 1516²³⁶⁰.

D. António de Azevedo Coutinho – Prior comendatário do mosteiro de Mancelos. Em 1523 D. António de Azevedo, Doutor em Direito Canónico e Civil e clérigo de Braga suplica a comenda do mosteiro de Mancelos²³⁶¹. No ano seguinte solicitou a união de diversas igrejas ao mosteiro de Mancelos²³⁶², o que mereceu a contestação de Álvaro

²³⁵⁴ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. V (1446-1455), 1972, pp. 341-342; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.764. Na súplica surge identificado como Gil Afonso em vez de Gil Rodrigues.

²³⁵⁵ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.765.

²³⁵⁶ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.930 (nota 544).

²³⁵⁷ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.765.

²³⁵⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.123; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.148vº; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.264.

²³⁵⁹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. XI, Lisboa, 1993, pp. 431-432; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.263.

²³⁶⁰ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. XI, 1993, pp. 431-432; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.263.

²³⁶¹ Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.264.

²³⁶² Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.264.

Teixeira em relação às igrejas a que o cônego regrante D. Sebastião Esteves tinha renunciado²³⁶³.

1.1.8. - São Miguel de Vilarinho (c. Santo Tirso)

D. Martim Peres – Prior de Vilarinho. Em 1287 já se encontrava à frente da instituição²³⁶⁴, prolongando-se o seu priorado pelo início da centúria de trezentos, embora a documentação não o mencione de forma directa, sendo evasiva em relação à identificação do prior. De qualquer forma, a 2 de Julho de 1299 ainda era o prior de Vilarinho, dia em que foi lavrado um instrumento, no mosteiro de Roriz, pelo qual o cavaleiro Gonçalo Martins Porro se comprometia a restituir ao mosteiro de Vilarinho um meio casal na Lagoa, termo das Caldas, de que se apossara indevidamente, ganhando esse compromisso exequibilidade à sua morte²³⁶⁵.

João Anes – Prior do mosteiro de Vilarinho. Parece ter acedido ao priorado de Vilarinho ainda na primeira década do século XIV, registando-se, a 12 de Setembro de 1308, a doação do padroado de diversas igrejas (Tresmires, S. Tiago de Vila Nova²³⁶⁶, Santa Maria de Sanfins²³⁶⁷ e Santa Maria de Paços²³⁶⁸), ao arcebispo de Braga²³⁶⁹, D. Martinho de Oliveira (1295-1313). A 20 de Novembro de 1328 João Anes aparece referenciado como prior do mosteiro e seu procurador numa demanda que opunha a instituição a Martim Peres e Gonçalo Peres, filhos de Pedro Anes Fafião e D. Sancha Gil, sendo testamentários desta última, reconhecendo que não estavam a cumprir as disposições testamentárias para com o mosteiro de Vilarinho²³⁷⁰. De resto, esta contenda vai estender-se até 8 de Abril de 1329, dia em que é dada sentença favorável ao mosteiro de Vilarinho²³⁷¹.

D. Martim Vila Nova – Prior do mosteiro de Vilarinho. A sua passagem pelo priorado de Vilarinho parece ter sido fugaz. Aparece documentado apenas a 4 de Janeiro de 1339, dia em que o mosteiro chega a acordo com o escudeiro João Rodrigues Ferraz a propósito das herdades da quinta da Ramada que pertenciam a cada uma das partes,

²³⁶³ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. XII, 1995, pp. 388-389; Gomes, Saul António, “Os cônegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.264.

²³⁶⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.24; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 146-147.

²³⁶⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.39; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 161-162.

²³⁶⁶ Actualmente S. Tiago de Folhadela, no concelho de Vila Real. Já em 1300 o mosteiro de Pombeiro tinha doado à Mitra de Braga o direito de padroado que tinha na igreja de S. Tiago de Vila Nova de Panóias (cf. Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p.137; Costa, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.260).

²³⁶⁷ Também designada de “Tres Minas”, é actualmente a freguesia de S. Miguel de Três Minas no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

²³⁶⁸ Actualmente S. José de Paços, no concelho de Sabrosa (cf. *Dicionário enciclopédico das freguesias*, Vol. 3, Matosinhos, MinhaTerra, 1997, p.547).

²³⁶⁹ Ferreira, Monsenhor Cônego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, pp.107-108.

²³⁷⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.33; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.188-190.

²³⁷¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.35; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.192-194.

sendo que as rendas do mosteiro não estavam a ser pagas²³⁷². Posteriormente, há uma outra informação indirecta a este prior. Trata-se de um documento elaborado já no priorado de Lourenço Esteves²³⁷³, respeitante a uma sentença, pelo qual ficamos a saber que Martim Vila Nova tinha metade de umas casas na rua do Gado, em Guimarães²³⁷⁴. Um obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Domnus Martinus Vila Nova priol de Vilarinho” a 22 de Julho, não sendo aí referenciado o ano²³⁷⁵. No entanto, e partindo do pressuposto que o terminus do seu priorado coincidiu com o seu falecimento, tal facto ocorreu seguramente ou a 22 de Julho de 1339 ou de 1340, uma vez que em Setembro deste último ano o mosteiro já tem outro prior.

Lourenço Esteves – Prior do mosteiro de Vilarinho. Trata-se de um cónego da comunidade que consegue ascender ao priorado desta canónica regrante. A primeira referência que lhe conhecemos é datada de 4 de Setembro de 1340, dia em que participou no capítulo provincial dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, realizado em Bragança, no mosteiro de S. Francisco²³⁷⁶. Aparece aí referenciado como cónego de Vilarinho embora nos pareça muito razoável admitir que, por essa altura, ocupasse o cargo de prior castreiro, provavelmente o de maior representatividade na instituição, isto se admitirmos, que então o priorado se encontrava vago, podendo dar-se também o caso de o estado de saúde do prior-mor não permitir uma deslocação tão longa. Independentemente do âmbito conjectural destas considerações, o certo é que a, 28 de Novembro de 1341, Lourenço Esteves já era o prior do mosteiro de Vilarinho. Nesse dia deslocou-se à quinta da Ramada, juntamente com Domingos Domingues, cónego do mosteiro e seu procurador, onde recebeu de Pedro Esteves, representante de Afonso Domingues, corregedor de Entre Douro e Minho, as herdades que o mosteiro possuía na quinta da Ramada²³⁷⁷. Durante a década de cinquenta, Lourenço Esteves continua à frente do mosteiro de Vilarinho, destacando-se, de entre a documentação que o refere, uma contenda que opôs o mosteiro a Domingos Martins de Paradela que se recusava a dar dois homens do casal da Quelha, de Paradela, para adubar as vinhas do mosteiro, pronunciando o juiz, a 14 de Agosto de 1357, sentença favorável às pretensões do mosteiro²³⁷⁸. A última referência que temos de Lourenço Esteves é de 10 de Janeiro de 1364, e é respeitante a uma querela que o movia contra o seu convento a propósito da qualidade e quantidade das rações a que os cónegos tinham direito, datando desse dia sentença do arcebispo de Braga, D. João de Cardillac (1361-1371), que obriga o prior a

²³⁷² IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.42; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.197-199.

²³⁷³ Não se conhece com segurança a data do documento uma vez que parte desta se encontra ilegível de qualquer forma reporta-se ao priorado de D. Lourenço Esteves, ou seja, grosso modo, entre 1341 e 1364. Tendo em conta a leitura que é possível fazer e tendo como balizas esse período cronológico podemos mesmo indicar duas possibilidades: 27 de Fevereiro de 1349 ou 27 de Fevereiro de 1359. A data de catalogação do IAN/TT que reporta o documento a 1289 está naturalmente incorrecta. De resto a confrontação com as testemunhas presentes no documento permite-nos situá-lo dentro da delimitação cronológica avançada, sendo que por exemplo Vasco Lourenço, tabelião de Guimarães, aí referenciado, surge indicado como tabelião de Guimarães em documento de 14 de Agosto de 1357 (cf. IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.10).

²³⁷⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.28; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.150.

²³⁷⁵ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.25.

²³⁷⁶ Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII-XV - História e Instituição*, Tomo II, 1996, Apêndice Documental (sem paginação).

²³⁷⁷ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.1; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.200.

²³⁷⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.10; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.214.

dar as rações de pão, vinho e pescado aos monges na forma em que sempre dera²³⁷⁹. O obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Laurentius Stephani prior monastery Sancty Michaelis de Vilarino” a 15 de Março²³⁸⁰, não sendo aí referenciado o ano.

D. João Gonçalves/João Gonçalves da Câmara²³⁸¹ – Prior de Vilarinho. A primeira vez que aparece mencionado na documentação, é logo como prior-mor, e como não o detectamos anteriormente entre os religiosos de Vilarinho, temos de considerar as duas possibilidades em relação ao seu percurso religioso, ou seja admitir que pudesse ser cónego regente desse mosteiro, da mesma forma que não podemos excluir a hipótese de ser proveniente de uma outra comunidade agostinha. Aparece referenciado no cargo no dia 7 de Dezembro de 1370, data de uma sentença proferida por Fagundo Peres, juiz das Caldas, em que condenou Francisco Martins de Paradela a dar ao mosteiro de Vilarinho um feixe de palha malhadiça, após demanda movida pelo prior²³⁸². De 10 de Abril de 1376 data outra sentença favorável ao mosteiro, referente a uma contenda que envolvia Martim Domingues da Ramada, que trazia um casal na quinta da Ramada, e o prior de Vilarinho, sendo o prior acusado de se ter apoderado de uma vaca preta e da sua cria. O juiz acabou por dar razão ao prior que dizia que tinha ficado com os animais como penhora, uma vez que Martim Domingues não dera os cinco homens a que estava obrigado para trabalhar na vinha da quinta da Ramada²³⁸³. A 24 de Agosto de 1387 esteve presente em Alpendurada, na assembleia que reuniu representantes de diversos mosteiros beneditinos e agostinhos das dioceses de Braga e do Porto, e onde se determinou a celebração de sufrágios entre os cenóbios presentes²³⁸⁴. Deverá ter-se mantido como prior de Vilarinho até meados da década de noventa, tendo falecido, muito provavelmente, no final de 1396. Um documento de 11 de Janeiro de 1397 atesta o seu óbito referindo-se a *Joham Gonçallvez priol que foy do moesteiro de Villarinho ja finado*²³⁸⁵, de qualquer forma e pelo teor do documento percebe-se que o seu falecimento tinha sido recente, sendo suficiente para invalidar, pelo menos em parte, a informação de Frei Nicolau de Santa Maria, assente num letreiro que existia no mosteiro dando conta que João Gonçalves mandara fazer a torre sineira, segundo leitura do cronista, em 1405²³⁸⁶. Como vimos, cronologicamente, tal não é viável, o que, por si só,

²³⁷⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.25; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 215-216; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp. 767-768.

²³⁸⁰ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.10. Este obituário apresenta um outro registo referente a “Domnus Laurencius priol de Vilarinho” (folha 16) mas como não detectámos qualquer outro prior de nome Lourenço para o período em estudo, supomos que se trate ou de um prior que de facto não identificámos, ou então de um prior de Vilarinho anterior ao séc. XIV, não sendo de excluir também a possibilidade de estarmos perante o mesmo indivíduo, surgindo o seu registo em datas diferentes.

²³⁸¹ Assim o denominam os cronistas agostinianos (cf. Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.319; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.171).

²³⁸² IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.23; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 223-224.

²³⁸³ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.26; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 226-227.

²³⁸⁴ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N°703, fls. 246-250; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações cronológicas e críticas sobre a Historia e jurisprudencia eclesiastica e civil de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1811, pp. 255-257

²³⁸⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.52; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.237.

²³⁸⁶ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.319. Frei Timóteo dos Mártires, certamente baseado na mesma fonte, também coloca a existência deste prior no ano de 1405 (cf.

não significa que esta informação seja, na sua totalidade, desprovida de veracidade. Efectivamente, foi o prior D. João Gonçalves o responsável pela edificação do campanário mas a data da sua construção é 1379, e não 1405 como, erradamente, informa Frei Nicolau de Santa Maria, fruto da incorrecta leitura epigráfica que fizera do letreiro²³⁸⁷.

Vasco Afonso - Prior do mosteiro de São Miguel de Vilarinho. Era filho de Afonso Anes do Ribeiro²³⁸⁸ e sucedeu no priorado a D. João Gonçalves. A 11 de Janeiro de 1397 é indicado como *emleito do dicto moesteiro de Villarinho*²³⁸⁹, o que poderá dar azo a duas leituras distintas. Por um lado, poderá ser entendível como uma mera força de expressão, um simples reflexo da sua recente eleição canónica, mas por outro poderá fazer pressupor que a sua eleição ainda não tinha sido confirmada pelo bispo, e, por esse motivo, se mantinha no estado de eleito.

Instrumentos de Abril de 1399 e Janeiro de 1307 confirmam-no como titular máximo da comunidade regrante de Vilarinho²³⁹⁰. A 2 de Junho de 1411, dia em que foi sentenciada, em Braga, a contenda que opunha o mosteiro a Afonso Rodrigues Peixoto, escudeiro, e a sua mulher, Maria Fernandes, condenados por se apoderarem das rendas dos casais que o mosteiro tinha na aldeia de Lagoas, continua a ser referenciado como prior de Vilarinho²³⁹¹. Uma outra contenda, envolvendo o mosteiro e João Gomes da Silva, por causa de casais em S. João das Caldas, levou o prior a solicitar ao rei o traslado de documentos existentes na “torre do castello da cidade de Lixboa”, de forma a comprovar os direitos do mosteiro²³⁹². O traslado foi tirado por Fernão Lopes e entregue a Gil Afonso, procurador do mosteiro e casado com uma criada do prior²³⁹³. Vasco Afonso manteve-se à frente da comunidade regrante de Vilarinho até Março de 1429, resignando nessa altura a favor de Vasco Martins, cónego regrante de Vilarinho²³⁹⁴. Apesar de ter renunciado manteve-se no mosteiro onde, a 6 de Janeiro de 1437, reconhece que mandou comprar ao seu pai, o casal de Godim, na freguesia de S. João da Portela, e o casal da Bouça, na freguesia de Santiago de Lustosa, tendo esses casais sido adquiridos com dinheiro do mosteiro na altura em que ele ainda era prior²³⁹⁵.

Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.171). José Marques, com base nas provas documentais que atestam a presença de Vasco Afonso como prior do mosteiro no final do séc. XIV, já tinha chamado a atenção para este anacronismo presente na obra de Frei Nicolau de Santa Maria (cf. Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.768).

²³⁸⁷ Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol 2: Tomo 2, 2000, p.1871.

²³⁸⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.36; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.262.

²³⁸⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.52; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.238.

²³⁹⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc. 55; M.5, Doc.14; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.768.

²³⁹¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.20; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 248-252.

²³⁹² Documento reproduzido por Costa, Padre Avelino de Jesus da, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesa*, Vol I - Estampas, 5ª ed., Coimbra, FLUC - Instituto de Paleografia e Diplomática, 1990, Estampa Nº108.

²³⁹³ Documento reproduzido por Costa, Padre Avelino de Jesus da, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesa*, Vol I - Estampas, 5ª ed., Coimbra, FLUC - Instituto de Paleografia e Diplomática, 1990, Estampa Nº108.

²³⁹⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.21; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771.

²³⁹⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.36; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.262-263. Naturalmente que existe aqui uma discrepância temporal entre a altura em que o ex-prior diz terem sido adquiridos esses bens e a sua efectiva compra. Ele reporta essa aquisição

Reconhecendo a sua falha e para descargo da sua consciência e sendo já *desposado e velho e em tal hydade que lhe compria de todo em todo por remedy de sua alma deixar encaminhado como o dicto moesteiro nom haja briga nem contenda*, ordenava que colocassem em posse desses casais o novo prior (Vasco Martins de Pombeiro) conquanto lhe deixassem usufruir das suas rendas enquanto fosse vivo²³⁹⁶.

Vasco Martins - Prior do mosteiro de São Miguel de Vilarinho. Trata-se de um cônego regrante do mosteiro que, como vimos, alcançou o priorado após renúncia do prior D. Vasco Afonso, ocorrida na primeira quinzena de Março de 1429²³⁹⁷, tendo sido confirmado no cargo a 16 de Março de 1429²³⁹⁸. A 19 de Dezembro de 1432 “Dom Vasco Martiinz prioll do moesteiro de Sam Migell de Vilarinho do arcebispado de Braga” juntamente com um cônego também designado Vasco, empraça a Afonso Anes, à sua mulher e a um filho ou filha de entre ambos, os três casais que o prior e o mosteiro tinham no lugar de Fontão, freguesia de Carvalhosa²³⁹⁹. O seu governo acabou por ser breve, renunciando ao priorado como consta na carta de confirmação do seu homónimo e sucessor²⁴⁰⁰, com a singularidade de ter trocado o mosteiro de Vilarinho pela igreja de Santa Lucrécia da Veiga²⁴⁰¹, em permuta directa com Vasco Martins de Pombeiro que haveria de tomar posse do priorado de Vilarinho, assim que professasse sob o hábito dos cônegos regrantes de Santo Agostinho²⁴⁰². Não conhecemos os reais motivos que levaram o prior a resignar, de qualquer forma Vasco Martins acabaria por se manter ligado aos cônegos regrantes de Santo Agostinho, ingressando no mosteiro de Santa Maria de Oliveira²⁴⁰³.

Vasco Martins ou Vasco Martins de Pombeiro - Prior do mosteiro de São Miguel de Vilarinho. A sua confirmação no priorado de Vilarinho ocorreu a 5 de Novembro de 1434²⁴⁰⁴, no mosteiro de Castro de Avelãs, onde se encontrava o arcebispo de Braga. Felizmente, esse documento conservou-se até aos nossos dias e é extremamente rico para o conhecimento de todo o processo de confirmação dos priores nas canónicas agostinhas. Vasco Martins era cônego da Sé de Braga, atingindo o priorado de Vilarinho por permuta com o anterior prior desta casa regrante, cedendo-lhe o abaciado da igreja de Santa Lucrécia da Veiga²⁴⁰⁵, como foi referido. Uma das condições para que pudesse exercer esse cargo era a de tomar o hábito dos cônegos regrantes, o que veio a acontecer.

a Agosto ou Setembro de 1435 (mais ou menos 16 ou 17 meses antes), mas por essa altura o prior já era Vasco Martins de Pombeiro.

²³⁹⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.36; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.263.

²³⁹⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.21; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771.

²³⁹⁸ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.46 vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771.

²³⁹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10-A, M.2, Nº35.

²⁴⁰⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.34; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.261.

²⁴⁰¹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.55 vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771.

²⁴⁰² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.55 vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771.

²⁴⁰³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.56 vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771.

²⁴⁰⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.34; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 259-261; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771.

²⁴⁰⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.55 vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771.

Apesar de exterior à comunidade, surgindo a sua confirmação em *virtude da enliçom e expressos votos dos coonigos reglantes e convento do dicto moesteiro que em ell concordarom*²⁴⁰⁶. Concluída a cerimónia de confirmação, o prior regressou ao mosteiro mas só foi corporalmente investido pelo cónego Gil Eanes dois meses depois, a 5 de Janeiro de 1435, aparecendo aí indicado como Vasco Martins de Pombeiro²⁴⁰⁷, um recurso ao apodo toponímico, certamente a forma encontrada para o diferenciarem do anterior prior. No final desse ano de 1435, participou no sínodo diocesano de Braga, do arcebispo D. Fernando da Guerra, realizado no dia 12 de Dezembro²⁴⁰⁸. A 23 de Janeiro de 1437, encontrámo-lo em Godim, na freguesia de S. João da Portela, onde toma posse de casais que tinham sido adquiridos de forma sub-reptícia por um anterior prior²⁴⁰⁹. A sua presença no priorado de Vilarinho é confirmada por documentos de 1441²⁴¹⁰, 1446²⁴¹¹ e 1447²⁴¹², mas só deverá ter abandonado o cargo em Abril de 1450, também por renúncia²⁴¹³.

Vasco Gonçalves - Prior do mosteiro de São Miguel de Vilarinho. Tudo indica tratar-se do mesmo Vasco Gonçalves que já surge identificado como cónego regrante do mosteiro de Vilarinho a 24 de Setembro de 1441²⁴¹⁴, situação que consigna mais um exemplo típico da escalada interna frequentemente verificada nestas casas monásticas. Da sua acção como prior não temos qualquer registo. De resto, a única informação que nos permite atestar a sua passagem pelo priorado do mosteiro é referente à confirmação do seu sucessor, o prior João Vasques que foi aí confirmado por o mosteiro se encontrar vago em virtude da “renunciaçom que delle sinprezmente fez (...) Vasco Gonçallvez que delle foi postumeiro prior e rector”²⁴¹⁵. Tendo em conta que esta confirmação ocorreu a 28 de Abril de 1450 e que, a 26 de Agosto de 1447 ainda era prior da instituição Vasco Martins²⁴¹⁶, o governo de Vasco Gonçalves fica, obviamente, balizado por estas datas, embora, em termos concretos, não tenhamos quaisquer outros elementos que nos permitam delimitá-lo com mais precisão.

João Vasques - Prior do mosteiro de São Miguel de Vilarinho. A sua confirmação ocorreu no dia 28 de Abril de 1450²⁴¹⁷. Trata-se de um cónego proveniente do mosteiro

²⁴⁰⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.34; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.261.

²⁴⁰⁷ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.34; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.259.

²⁴⁰⁸ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.73.

²⁴⁰⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.36; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.262-264.

²⁴¹⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.38.

²⁴¹¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.3.

²⁴¹² IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.40.

²⁴¹³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.157 vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.772.

²⁴¹⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.38; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.265-266.

²⁴¹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10-A, M.2, Nº36; Dias, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal, (Séculos XVI a XVIII)*, Tomo I – Vol. II, Coimbra, Publicações do Instituto de Estudos Filosóficos - Universidade de Coimbra, 1960, p.483.

²⁴¹⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.40; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.772.

²⁴¹⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10-A, M.2, Nº36. Este mesmo documento encontra-se transcrito por Dias, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal, (Séculos XVI a XVIII)*, Tomo I – Vol. II, Coimbra, Publicações do Instituto de Estudos Filosóficos - Universidade de Coimbra, 1960, pp. 483-484. Também Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.772, faz

de Santa Maria de Vila Nova de Muia, apresentado pelo prior e convento do mosteiro de Vilarinho, tendo tido necessidade de obter a necessária dispensa para assumir o cargo uma vez que era analfabeto²⁴¹⁸. Da documentação que nos chegou até hoje, ou pelo menos aquela que conhecemos, não nos permite tecer considerações sobre os seus primeiros anos de priorado, estando o seu nome omissa, contrastando com o que se passa entre 1458 e 1467, período em que nos chegam vários testemunhos da sua intervenção, mormente ao nível dos diversos emprazamentos que o mosteiro efectua. É justamente um emprazamento, datado de 5 de Dezembro de 1467, o último documento a referenciá-lo. Nesse dia o mosteiro, através de Fernão Carneiro, abade de S. Martinho de Candoso e cônego da Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães, emprazou o casal que tinha na freguesia de Santiago da Lustosa a João Anes e à sua mulher Catarina Peres, e a uma terceira pessoa a nomear à morte do postumeiro²⁴¹⁹. O falecimento deste prior deverá ter ocorrido em Fevereiro de 1468²⁴²⁰. A 17 de Abril de 1468 o priorado ainda se encontrava vago como revela a súplica de Pedro Gil, cônego do mosteiro de Grijó, que solicitava o priorado do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, entretanto vago por falecimento de “Johanes Valasci”²⁴²¹. Desconhecemos se este religioso foi ou não provido no cargo, da mesma forma que são escassas as informações sobre o que sucedeu nas duas décadas subsequentes que fez com que o mosteiro de Vilarinho fosse gerido pelo prior de Roriz, D. Rodrigo Álvares.

Pedro Gil – Provável prior do mosteiro de São Miguel de Vilarinho. Trata-se de um cônego regrante do mosteiro de Grijó, já identificado nessa comunidade monástica a 2 de Abril de 1446²⁴²². Com a vacância do mosteiro de Vilarinho por falecimento do prior João Vasques surge “Petrum Egidii canonicum monasterii de Igrijo” a solicitar ao papa este benefício eclesiástico, com resposta favorável do pontífice, através de bula de 17 de Abril de 1468, a qual ordenou que fosse investido no priorado²⁴²³. Não sabemos se foi efectivamente conduzido no cargo e se assumiu o priorado. De concreto, só sabemos que a 16 de Novembro de 1486 Pedro Gil se encontrava entre a comunidade regrante de Grijó²⁴²⁴.

D. Rodrigo Álvares – Prior comendatário dos mosteiros de São Miguel de Vilarinho e São Pedro de Roriz. Antes de conseguir a comenda de Vilarinho, D. Rodrigo Álvares já

referência a esta eleição, embora aí, por um qualquer descuido ou até por possível falha alheia ao Autor, até porque o Doutor José Marques refere estas mesmas fontes, surja identificado como João Gonçalves.

²⁴¹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10-A, M.2, N°36; Dias, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal, (Séculos XVI a XVIII)*, Tomo I – Vol. II, Coimbra, Publicações do Instituto de Estudos Filosóficos - Universidade de Coimbra, 1960, p. 483; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.772; Janotti, Aldo, *Origens da Universidade: A singularidade do caso português*, 2ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1992, p.209.

²⁴¹⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.11; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 275-276; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.772. João Vasques já tinha intervindo numa contenda envolvendo a Colegiada de Guimarães e Afonso Antão, morador na freguesia de S. João de Calvos (cf. AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°305).

²⁴²⁰ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.772-773.

²⁴²¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10-A, M.2, N°37; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993, p.74.

²⁴²² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.7v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.70.

²⁴²³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10-A, M.2, N°37; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.74.

²⁴²⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.3, Doc.9; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.81.

tinha obtido o priorado de Roriz. De resto, na procuração que o prior faz em Roma, a instituir como seus legítimos procuradores D. João Álvares, prior de S. Jorge, e seu irmão e ainda Sebastião Lobo ou Lopes, doutor em Cânones e arcediogo de Lamego, para que, em seu nome, tomassem posse do mosteiro de Vilarinho, revela que o papa lhe tinha concedido a união desse mosteiro ao de Roriz, de que já era comendatário²⁴²⁵. Essa procuração encontra-se incorrectamente datada, apresentando a data de 14 de Janeiro de 1488, quando na realidade deverá ser de 1480, até porque aí aparece a indicação de se tratar do nono ano do pontificado de Sixto IV (Ag.1471-Ag.1484). De qualquer modo, aparecem nas costas desse pergaminho dois documentos respeitantes à tomada de posse por parte dos representantes de D. Rodrigo, neste caso concreto Luís Álvares, cidadão do Porto, e João Álvares, actos ocorridos em Junho e Julho de 1481²⁴²⁶. O mesmo sucedeu em Roriz, praticamente nas mesmas datas, com a segunda tomada de posse a ter como protagonista D. João Álvares, prior de Grijó, e seu irmão, servindo apenas como confirmação da primeira e dando-lhe maior relevo por este ser o procurador principal de D. Rodrigo, tudo indicando que, à semelhança do que aconteceu em Roriz, também aqui se tenha efectuado todo o cerimonial de empossamento e incorporação, pelo menos era essa a intenção do prior. D. João Álvares tomou posse do mosteiro de Roriz a 10 de Julho e, no dia 12 do mesmo mês foi empossado em Vilarinho²⁴²⁷.

O regresso de D. Rodrigo Álvares a Portugal ocorreu entre esta última data e 12 de Novembro de 1482, dia em que o prior já se encontrava no mosteiro de Roriz onde efectuou um emprazamento²⁴²⁸. Tudo indica que Rodrigo Álvares vivesse no mosteiro de Roriz, até porque são muito mais frequentes os contratos celebrados nesse mosteiro do que no de Vilarinho. De resto, a própria intitulação não deixa lugar para dúvidas em relação à primazia de Roriz, mesmo quando os instrumentos são directamente relacionados com a administração de Vilarinho, como sucede, por exemplo, a 30 de Agosto de 1486, em dois emprazamentos, ambos em três vidas, respeitantes ao casal da Carreira, na freguesia de Tagilde²⁴²⁹, e ao casal de Arcozelo, localizado no couto de Pombeiro²⁴³⁰, intitulando-se aí “Rodrigo Allvarez priol do mosteyro de Rooriz e ministrador do mosteyro de Vilarinho”²⁴³¹. Rodrigo Álvares governou os dois mosteiros ao longo da década de oitenta e, comprovadamente, a quase totalidade da de noventa. Ainda não conseguimos averiguar a data correspondente ao final do priorado de D. Rodrigo Álvares, que coincidirá, cremos, com o seu falecimento, embora também se possa colocar a hipótese de ter renunciado ao cargo, ou resignado a favor do sucessor. Partindo do pressuposto de que o fim do priorado corresponde ao seu óbito, tal facto registou-se, seguramente, nos últimos anos do séc. XV, isto se tivermos em conta que, a 29 de Novembro de 1497, D. Rodrigo ainda era vivo, altura em que corria uma contenda entre o prior e o mosteiro de Roriz contra João Vaz, lavrador,

²⁴²⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°212.

²⁴²⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°212v°.

²⁴²⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, Ns.204, 212.

²⁴²⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°206.

²⁴²⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.12; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 284-285.

²⁴³⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.13; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.773.

²⁴³¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Docs.12,13. Apesar de nos terem chegado diversos emprazamentos do mosteiro, para o período cronológico que corresponde à administração de D. Rodrigo Álvares, a generalidade desses contratos chegam-nos a partir da validação da Sé de Braga, referindo apenas que foram feitos pelo prior e pelo mosteiro, acabando por omitir a sua identidade e a formulação pessoal (cf. IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Docs.16, 18, 20, 21)

morador em Pedrados, freguesia de S. Tomé de Negrelos, que era acusado de ter feito bouças nos coutos do mosteiro de Roriz sem a devida autorização do prior e convento²⁴³². Por outro lado um breve do papa Alexandre VI (1492-1503), de Novembro de 1500, já referencia João Fernandes como prior²⁴³³, por isso D. Rodrigo terá falecido neste período.

João Fernandes/João Fernandes Farto – Administrador perpétuo de Vilarinho e prior do mosteiro de Roriz. Deverá ter sucedido a D. Rodrigo Álvares. Como foi dito atrás, um breve do papa Alexandre VI (1492-1503), de Novembro de 1500, já referencia João Fernandes como prior de Roriz e comendatário de Vilarinho, numa altura em que o sumo pontífice estava preocupado com a situação económica em que se encontravam, designando três auditores para que examinassem e tomassem conhecimento das propriedades, bens e direitos que os priores dos mosteiros de Roriz e Vilarinho tinham alheado e destruído e que tentassem recuperar o que fosse possível para esses mosteiros²⁴³⁴. Excluindo esta indicação, a primeira vez em que o detectamos na posse da comenda dos dois mosteiros data de 7 de Fevereiro de 1502, dia em que o “senhor Joam Fernandez Farto dom prioll do dicto mosteyro de Roryz e Vyllarinho” encontrando-se no cabido do mosteiro de S. Pedro de Roriz, emprazou, juntamente com o convento desse mosteiro, um pardieiro de casas na Rua do Souto, dentro da cidade do Porto²⁴³⁵. À semelhança do seu antecessor também é, normalmente, referenciado como prior do mosteiro de Roriz e administrador perpétuo do mosteiro de São Miguel de Vilarinho²⁴³⁶, ou simplesmente “dom pryoll do mosteyro de Roriz e Vyllarinho”²⁴³⁷, raramente aparecendo identificado como comendatário. De resto, só a documentação pontifícia se lhe refere nesses termos²⁴³⁸. Apesar de não termos qualquer elemento documental que o comprove, parece-nos que é de admitir, a possibilidade deste ser o mesmo João Fernandes, cônego de Roriz, que identificámos nessa comunidade monástica entre 1476²⁴³⁹ e 1386²⁴⁴⁰. Do seu percurso familiar também não dispomos de grandes elementos, embora saibamos que era cunhado de Diogo Álvares, ou Diogo Almeida, cavaleiro da casa de el-rei que, em 1510, 1511 e 1514, testemunha documentos feitos nos mosteiros de Roriz e Vilarinho²⁴⁴¹, o mesmo sucedendo com um seu sobrinho, chamado Luís de Oliveira, que também aparece como confirmante em

²⁴³² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°222.

²⁴³³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°198.

²⁴³⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°198.

²⁴³⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°199.

²⁴³⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Docs.28, 30; M.7, Docs.3,5,7,8; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.773; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, pp.297,301,303,305.

²⁴³⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, Ns. 199, 205.

²⁴³⁸ Trata-se de um breve de 1506, do papa Julio II, onde se diz: “dilecti filii Johannes Fernandi prior Sancti Petri de Roriz et perpetuus comendatarius Sancti Michaelis de Villarinho ordinis Sancti Augustini Bracharensis diocesis” (cf. A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°210; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.196v°).

²⁴³⁹ Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.212.

²⁴⁴⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°210v°.

²⁴⁴¹ “Diogo Alvarez cavaleiro cunhado do dicto prior” aparece assim referenciado entre as testemunhas de instrumentos datados de 17 de Fevereiro de 1510 e 6 de Maio de 1514 (cf. A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°218; IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.7; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.304. Um documento de 11 de Fevereiro de 1511 confirma que este cavaleiro que aí surge também identificado como Diogo Alvarez, era casado com Leonor Fernandes, irmã de D. João, prior do mosteiro de Roriz (cf. Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.197). A 28 de Fevereiro de 1513 aparece mencionado como “Diogo Alvarez cavaleiro outrora dell rey nosso Senhor” (cf. A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 18, M.13, N°222).

instrumento feito no mosteiro de Roriz, a 15 de Setembro de 1509²⁴⁴². Sabe-se também que era irmão de Leonor Fernandes Farta, casada, justamente, com o já referenciado D. Diogo Almeida. De resto, este cavaleiro tinha acompanhado o prior João Fernandes Farto na sua viagem de regresso de Roma a Portugal, no ano de 1500²⁴⁴³. Entre o seu património podem destacar-se casas que tinha na cidade do Porto, na rua do Souto²⁴⁴⁴. A 3 de Junho de 1514, além de prior de Roriz e perpétuo administrador de Vilarinho, é também identificado como abade e reitor da igreja de Santiago de Carvalhosa²⁴⁴⁵. De resto, já em 1505 o prior João Fernandes tinha conseguido outro benefício eclesiástico, ao ser provido na igreja de S. Martinho do Campo²⁴⁴⁶. A sua acção na administração das duas canónicas regrantes está bem documentada aparecendo referenciado, amiudadamente, em instrumentos de diverso teor, do Cartório de Vilarinho e de Roriz, pelo menos, até ao início da década de vinte, surgindo, ainda, a 30 de Maio de 1522 nessas funções²⁴⁴⁷. Em 1528, o prior de Vilarinho já era Luís de Almeida. Sendo administrador perpétuo, seria de supor que João Fernandes tivesse falecido em data anterior à da ascensão ao cargo pelo novo administrador, no entanto tal possibilidade parece pouco plausível. É que, a acreditar na inscrição de uma sepultura do mosteiro de Roriz, pertencente a João Fernandes Farto, que o refere como cónego desse mosteiro e prior de Vilarinho, indicando o seu óbito a 1 de Outubro de 1533²⁴⁴⁸, parece-nos que a sua morte poderá ser reportada a esta última data. Em concreto, não sabemos os motivos que o terão levado a resignar, mas é crível que tenha simplesmente resignado em favor do sobrinho. De qualquer forma, Frei Timóteo dos Mártires parece lançar uma outra luz sobre esta questão dizendo que “Dom João Fernandes de Almeida, dos condes de Abrantes, Prior comendatario de Villarinho, renunciou por troca com Villa Boa”²⁴⁴⁹. A ser assim porque não há referência nessa inscrição a Vila Boa? Independentemente de alguma obscuridade em que andam enredados os seus últimos anos de vida, a sua obra no mosteiro de Vilarinho parece ter sido relevante. Segundo Frei Nicolau de Santa Maria, o prior João Fernandes de Almeida foi o responsável pela edificação do retábulo do Altar-mor, tendo também mandado fazer uma imagem de S. Miguel Arcanjo, em bronze, para colocar nesse mesmo altar²⁴⁵⁰. O facto de os cronistas agostinianos o tratarem por João Fernandes de Almeida, e não pelo seu verdadeiro nome, como consta da inscrição fúnebre, parece-nos justificável pelo distanciamento cronológico dos diferentes registos. É que, na altura em que as crónicas foram feitas, seria certamente muito difícil dissociar o nome dos Almeidas de algumas comendas de canónicas regrantes, sendo também certo que João Fernandes, não sendo dessa linhagem, tinha laços familiares que a ela o ligavam.

²⁴⁴² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°212.

²⁴⁴³ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 2, 1938, p.81.

²⁴⁴⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.3; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.301.

²⁴⁴⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.7; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.303.

²⁴⁴⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°209.

²⁴⁴⁷ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.8A; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 305-307.

²⁴⁴⁸ Madahil, António Gomes da Rocha, “Uma certidão de Fernão Lopes passada ao mosteiro de Roriz em 1451”, in *Revista de Guimarães*, Vol. XLVI, Ns. 3-4 (Julho-Dezembro de 1936), Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1936, p.194.

²⁴⁴⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.171.

²⁴⁵⁰ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.319. Já Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa...*, Tomo I, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.111, diz que o prior João Fernandes Farto deverá ter levado de Roriz para Vilarinho o retábulo da capela-mor deste último mosteiro.

D. Luís de Almeida – Prior comendatário do mosteiro de São Miguel de Vilarinho. Filho de D. Diogo Álvares ou D. Diogo Fernandes de Almeida e de Leonor Fernandes Farta, irmã do prior de Roriz e Vilarinho, João Fernandes Farto²⁴⁵¹, por isso, e como adianta Frei Nicolau de Santa Maria, sobrinho do seu antecessor no referido priorado²⁴⁵². Manteve uma “amizade ilícita” com Maria Álvares Freire, de quem teve seis filhos, incluindo Miguel de Almeida, seu primogénito, que viria a ser comendador de Vila Boa do Bispo²⁴⁵³. A 15 de Maio de 1528, D. Luís de Almeida já era prior do mosteiro de Vilarinho, tendo, nesse dia, emprazado dois casais que a instituição tinha na aldeia de Paradela, da freguesia de S. Miguel de Vilarinho²⁴⁵⁴. Em 1558, em conjunto com o prior de S. Pedro de Roriz, dá cumprimento a uma sentença do papa a favor de Gonçalo Coelho, Senhor de Felgueiras e Vieira, para que possua por mais três vidas os casais de Caraminhos, pertencentes ao mosteiro de Pombeiro²⁴⁵⁵. Faleceu a 23 de Abril de 1565, tendo sido sepultado no mosteiro de Vilarinho²⁴⁵⁶.

Luís de Azevedo – Prior comendatário do mosteiro de São Miguel de Vilarinho. Foi o último comendatário da instituição. Era filho de D. Manuel de Azevedo, comendatário de S. João de Alpendorada, Vila Boa do Bispo e Bustelo, e neto de D. João de Azevedo, bispo do Porto, contando-se entre os irmãos deste prior D. Inácio de Azevedo, o famoso mártir e provincial da Companhia de Jesus no Brasil, D. Francisco de Azevedo, senhor da quinta de Barbosa, e D. Jerónimo de Azevedo, vice-rei da Índia²⁴⁵⁷. Faleceu a 23 de Julho de 1610²⁴⁵⁸.

Priores cuja cronologia não foi possível estabelecer:

D. Lourenço Anes - Prior do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho. Um obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Domnus Laurencius Johanis prioris monastery Sancty Mycaelis de Vilarinho” a 30 de Junho, não sendo aí referenciado o ano²⁴⁵⁹. Esta mesma fonte insere um outro assento, referente ao óbito de “Laurencius Johanis priol de Vilarinho”, datado de 25 de Janeiro²⁴⁶⁰. Haverá uma duplicação do registo, ou estaremos na presença de dois priores diferentes? Como não detectámos nenhum prior com este nome, e até ao aparecimento de prova documental ou de fortes indícios que permitam validá-lo, parece-nos mais sensato admitir que estamos perante o mesmo indivíduo.

²⁴⁵¹ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 2, 1938, p.81.

²⁴⁵² Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.319.

²⁴⁵³ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 2, 1938, p.95.

²⁴⁵⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.11; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 308-311.

²⁴⁵⁵ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p.41.

²⁴⁵⁶ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.319; Já Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa...*, Tomo I, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.111; Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 2, 1938, p.95.

²⁴⁵⁷ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.319; Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa...*, Tomo I, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.111; Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 3, 1938, p.118.

²⁴⁵⁸ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.319. Também Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.172, indica o ano de 1610 como o do seu óbito, embora lhe não indique dia e mês.

²⁴⁵⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.23.

²⁴⁶⁰ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.35.

D. Lourenço - Prior do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho. Um obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Domnus Laurencius priol de Vilarinho” a 1de Maio, mas sem indicação do ano do óbito²⁴⁶¹.

1.1.9. - São Pedro de Roriz (c. Santo Tirso)

Estêvão Pais – Prior do mosteiro de Roriz. A 27 de Março de 1295 já é referenciado como prior de Roriz, dia em que efectuou, em conjunto com o convento do seu mosteiro, uma composição com Lourenço Fernandes e sua mulher, Dórdia Pires, respeitante a diversas propriedades sobre as quais andavam em litígio²⁴⁶². Surge novamente referenciado como prior do mosteiro a 27 de Março de 1295²⁴⁶³. Desconhecemos até quando se prolongou o seu priorado, de qualquer modo, é muito provável que tenha sido coadjuvado na administração do mosteiro pelo cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa, Paio Domingues, que é referenciado nesse cargo em finais de 1297 e início de 1298²⁴⁶⁴. Um obituário de S. Jorge de Coimbra fixa o óbito do “priol Don Stevan Paez de Rooriz” a 31 de Janeiro, mas sem que seja referenciado o ano do falecimento²⁴⁶⁵. Já um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Stephanus Pelagii prior monasterii de Rooris” a 7 de Junho mas sem a respectiva menção ao ano do óbito²⁴⁶⁶.

D. João Afonso – Prior do mosteiro de Roriz. Apenas temos conhecimento da sua passagem pelo priorado de Roriz através de uma referência que lhe é feita num instrumento datado de 18 de Março de 1354, respeitante a uma procuração que Berengária Nunes fez, nesse dia, a Fernão Gonçalves de São Tomé de Negrelos para que este empossasse o mosteiro nos três casais de Framil que trazia Rui Gonçalves, marido de Berengária Nunes, entretanto falecido, casais esses que lhe tinham sido dados “em presstemo do dicto moesteiro em sa vida e que lhos dera em presstemo dom Jhoam Affonso priol que fora do dicto moesteiro”²⁴⁶⁷. Apesar de não termos outros elementos sobre este religioso, e tendo em conta estes dados, podemos estabelecer a sua cronologia, com alguma segurança, para o primeiro quartel de trezentos, sendo muito provável que fosse o prior da instituição, pelo menos, durante a década de vinte do século XIV.

D. Martim Esteves – Prior do mosteiro de Roriz. A 6 de Agosto de 1331 era “Dom Martim Estevez priol de Rooriz”, dia em que testemunha uma carta lavrada no mosteiro de Roriz pela qual Vicente Martins, juiz do couto do mosteiro, estabelece como seus procuradores Domingos Peres e Estêvão Pais, para que estes possam representar os interesses do couto na contenda que lhes era movida pelo concelho de Refoios²⁴⁶⁸. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Martinus Stephani prior de Rooriz” a 9 de Outubro mas sem referência ao ano do óbito²⁴⁶⁹.

²⁴⁶¹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.16.

²⁴⁶² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7, Maço Único, nº 19vº.

²⁴⁶³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7, Maço Único, nº 19.

²⁴⁶⁴ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.195.

²⁴⁶⁵ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.35vº.

²⁴⁶⁶ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.100.

²⁴⁶⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, Nº15.

²⁴⁶⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, Nº11.

²⁴⁶⁹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.154.

D. Estêvão Gonçalves – Prior do mosteiro de Roriz. A 16 de Setembro de 1354 “dom Stevham Gonçalvez priol” de Roriz desloca-se à aldeia de Romariz (c. de Santa Maria da Feira), na companhia de Vasco Martins, cónego do mosteiro e procurador do convento, onde empossam Domingos Domingues no casal que aí tinham, lavrando o instrumento de empossamento o tabelião da Feira, Pedro Domingues²⁴⁷⁰. Apesar de esta ser a primeira referência que lhe conhecemos, como prior da instituição, é muito provável que estejamos perante mais um caso de ascensão interna, parecendo-nos, nesta linha de pensamento, bastante crível que este Estêvão Gonçalves seja o mesmo que surge identificado como cónego do mosteiro a 15 de Fevereiro de 1329²⁴⁷¹.

A 24 de Julho de 1358 Estêvão Gonçalves ainda era o prior da instituição, figurando como tal em cópia tirada da sentença dada por D. Afonso IV sobre as jurisdições no couto do mosteiro, trasladada, nesse dia, no mosteiro de Roriz por Antoninho Afonso, tabelião de Aguiar de Sousa e Refoios²⁴⁷².

D. Martim Gonçalves – Prior do mosteiro de Roriz. “Dom Martim Gonçalvez” surge identificado como prior da instituição em registos de 27 de Outubro de 1359 e 19 de Novembro de 1359²⁴⁷³. É possível que se trate do mesmo religioso que já aparece referenciado como frade de Roriz a 7 de Janeiro de 1328²⁴⁷⁴. A 27 de Abril de 1371 D. Martim Gonçalves ainda se mantinha à frente do priorado, dia em que, juntamente com o convento, instituíram como seus procuradores Vasco Gil, abade de S. Tiago de Lordelo, e João Peres de Barrosas, cónego do mosteiro de Roriz²⁴⁷⁵. Um obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Martinus Gonsalvus prior de Roriz” no fim do mês de Fevereiro, mas sem qualquer indicação do ano²⁴⁷⁶.

D. Martim Anes – Prior de Roriz. Esteve presente em Alpendurada, no dia 24 de Agosto de 1387, onde se definiu, como já acima referimos, um compromisso de celebração de sufrágios entre diversos mosteiros beneditinos e agostinhos das dioceses do Porto e de Braga²⁴⁷⁷.

D. João Peres/D. João Pires/João Peres Barrosas/João Pires Barrosas – Prior do mosteiro de Roriz. A 24 de Dezembro de 1394 “Dom Joham Perez priol e convento do mosteyro de Rooriiz da Ordem de Sant’Agostinho do arrçabispado de Bragaa”, juntamente com o convento do mosteiro, empraça a João Domingues, à sua mulher, Clara Anes, e a uma terceira pessoa a nomear pelo postumeiro, o casal das Quintãs, que pertencia à vestimenta, situado em Virões, à excepção da vinha de Almonde²⁴⁷⁸. Trata-se de um religioso da instituição que ascende ao priorado, surgindo João Peres Barrosas identificado como cónego de Roriz a 27 de Abril de 1371²⁴⁷⁹. A sua identificação só é possível graças a um instrumento, datado de 4 de Agosto de 1406, surgindo aí a

²⁴⁷⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°14.

²⁴⁷¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°10.

²⁴⁷² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°16.

²⁴⁷³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°17.

²⁴⁷⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°9.

²⁴⁷⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°21.

²⁴⁷⁶ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.39. A comemoração do seu aniversário recai às 3 kalendas de Março, o que significa que poderá ter falecido a 27 ou 28 de Fevereiro.

²⁴⁷⁷ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N°703, fls. 246-250; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1811, pp. 255-257.

²⁴⁷⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°25.

²⁴⁷⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°21.

indicação a “Joham Perez Barosas priol do mosteiro de Rooriz”²⁴⁸⁰ porquanto na restante documentação é sempre identificado, apenas, por João Peres.

A 19 de Fevereiro de 1399 “Dom Joham Perez priol do mosteiro de Rooriz da Hordem de Santo Agostinho do arcebispado de Bragaa”, juntamente com os cónegos Estêvão Martins, João Martins, Martim Anes e Domingos Martins, constituem como seus legítimos procuradores Martim Ferreira, cónego da Sé de Braga, e João Domingues, frade leigo do mosteiro de Roriz²⁴⁸¹. João Peres aparece novamente mencionado como prior da instituição em instrumento de 20 de Dezembro de 1399²⁴⁸². A 17 de Maio de 1401 o prior João Peres encontrava-se no Porto, onde recebeu, por doação, para si e para o mosteiro, as casas que Gonçalo Gonçalves e a sua mulher, Aldonça Domingues, tinham na rua do Souto com todas as suas pertenças, com a condição do prior e o convento lhe dizerem uma missa cantada de requiem, anualmente, pelo dia de Todos os Santos e uma outra missa cantada no dia de Santa Maria de Março²⁴⁸³. Um registo de 1 de Janeiro de 1404 confirma a presença de “Dom Joham Perez priol do mosteiro de Rooriz da hordem de Sancto Agostinho do arcebispado de Bragua” no cargo²⁴⁸⁴. Este prior tinha uma filha, como facilmente se depreende pelas testemunhas que são citadas neste último documento, surgindo aí João Domingues “jenrro do prioll”²⁴⁸⁵. A 4 de Agosto de 1406 o prior de Roriz, juntamente com João Afonso, tabelião do julgado de Refóios, na qualidade de testamenteiros de Vasco Fernandes de Entre Ambas as Aves, empossa João Rodrigues, morador na cidade do Porto, no casal de Virões, freguesia de S. Paio de Virões²⁴⁸⁶. Instrumentos de 1413 continuam a certificá-lo no priorado de Roriz²⁴⁸⁷, mas entre a documentação consultada, não voltámos a encontrar qualquer indicação ao prior João Peres para data posterior.

Álvaro Ferreira – Prior comendatário do mosteiro de Roriz. A primeira indicação documental que lhe conhecemos é respeitante a 10 de Janeiro de 1425, dia em que estando no “Joham Alvares Ferreira protonotario do papa e aministrador perpetuu do dicto mosteiro” juntamente com Martim Anes, prior claustral e os cónegos Estêvão Martins e João Martins, emprazaram a Lopo Fernandes de Paços e a Catarina Lourenço, sua mulher, e a uma terceira pessoa a nomear, o lugar de Paços, onde já morava Lopo Fernandes²⁴⁸⁸. Documentalmente, esta é a única vez em que se comprova que o administrador esteve presente no mosteiro, delegando depois a sua representatividade em Diogo Afonso, seu sobrinho. Esta presença poderá querer indicar que o comendatário foi tomar posse da comenda. A 23 de Maio de 1426, estando presente no mosteiro de Roriz o tabelião Lopo Fernandes, tabelião por el rei no julgado de Refóios, e estando aí, Diogo Afonso “sobrynho d’Alvaro Ferreira [proto] notairo do papa e ministrador perpetuu do dicto mosteiro e seu procurador subficiente” foi emprazado o lugar de Sendim, situado no couto do mosteiro, a Álvaro Gil da Costa, à sua mulher, Leonor Esteves, e a filho ou filha destes, ou não havendo, a uma 3ª pessoa²⁴⁸⁹. Este comendatário estava ausente, tendo colocado no mosteiro de Roriz o seu sobrinho Diogo Afonso, que continua a ser identificado como procurador “d’Alvaro Ferreira

²⁴⁸⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°179.

²⁴⁸¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°173.

²⁴⁸² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°28.

²⁴⁸³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°177.

²⁴⁸⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°182; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.197v°.

²⁴⁸⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°182; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.197v°.

²⁴⁸⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°179.

²⁴⁸⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, Ns.185.

²⁴⁸⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°166.

²⁴⁸⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°22.

protonotayro do papa e adayam d'Evora e mynistrador do moesteiro de Rooriz”, a 18 de Julho de 1429, dia em que, conjuntamente com o convento, emprazou dois lugares em Ruivães²⁴⁹⁰, um dos quais trazia João Afonso (“em os quaes morou e soía de trazer huum deles Joham Afomso que ora he frade leigo do dicto moesteiro”), morando, no outro, João de Sousa. Álvaro Ferreira é novamente identificado, a 27 de Setembro de 1428, como “protonotairo do papa e aministrador perpetuu do moesteiro de Rooriz”²⁴⁹¹. A 27 de Setembro de 1428 o comendatário Álvaro Ferreira encontrava-se no Porto, local onde também se deslocou Diogo Afonso, para assistir ao contrato de emprazamento de um lugar que pertencia ao mosteiro de Roriz, que Álvaro Ferreira fez a Fernão Afonso, clérigo e criado de Diogo Afonso, após renúncia ao emprazamento, por parte de Vasco Domingues, morador no Porto, alegando que estava já velho e cansado para desistir do prazo²⁴⁹².

João Álvares – Prior do mosteiro de Roriz e Grijó. Trata-se de um cónego proveniente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que a 22 de Março de 1430, já se encontrava investido nas ordens de presbítero, altura em que pediu a prorrogação de tempo para a expedição das letras apostólicas referentes à provisão do priorado de Roriz, em virtude de a diocese de Coimbra se encontrar em vacância devido ao facto do bispo ter sido promovido²⁴⁹³. O certo é que, em Junho de 1430, já se encontrava à frente do mosteiro de S. Pedro de Roriz²⁴⁹⁴. A 10 de Fevereiro de 1434 o prior de Roriz, João Álvares, faz um emprazamento ao seu prior claustral, assinando-o no final²⁴⁹⁵. “Dom Joham Alvarez prioll do moesteiro de Sam Pedro de Rooriz que he da Hordem de Santo Agostinho do arcebispado de Bragaa”²⁴⁹⁶ vai sendo referenciado com alguma frequência entre a documentação do cartório de Roriz.

A partir de 1443 vai também acumular o priorado do mosteiro de Grijó²⁴⁹⁷, situação que não o impede de continuar a marcar presença em Roriz, como sucede a 27 de Dezembro de 1450, “estando hy no dicto logo e crasta dom Joham Alvarez prioll do moesteyro de Eygrejoo e ministrador perpetuu do dicto moesteyro de Rooriz e prioll e convento da Hordem de Santo Agostinho”²⁴⁹⁸. Em Junho de 1449 D. Afonso V dá despacho ao pedido deste prior para que lhe trasladassem os documentos referentes aos seus mosteiros de Roriz e Grijó, tendo sido feitas cópias respeitantes apenas ao primeiro²⁴⁹⁹. Refira-se que os litígios sucediam-se, como revela um instrumento lavrado no Porto, a 1 de Julho de 1458, apresentando-se o prior perante Vasco Martins de Resende, regedor da justiça na correição de Entre Douro e Minho, queixando-se de João de Virões que não cumpria o acordado no contrato estabelecido entre as partes a 27 de Dezembro de 1450²⁵⁰⁰. A sua acção surge-nos, como seria de esperar, muito mais bem

²⁴⁹⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°24.

²⁴⁹¹ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.196.

²⁴⁹² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°169

²⁴⁹³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.523.

²⁴⁹⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.CCLIX.

²⁴⁹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°168v°.

²⁴⁹⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°171.

²⁴⁹⁷ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, pp. 71-72.

²⁴⁹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°183.

²⁴⁹⁹ Madahil, António Gomes da Rocha, “Uma certidão de Fernão Lopes passada ao mosteiro de Roriz em 1451”, in *Revista de Guimarães*, Vol. XLVI, Ns. 3-4 (Julho-Dezembro de 1936), Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1936, pp. 203-204.

²⁵⁰⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°183-183v°. Trata-se do emprazamento de dois casais localizados em Virões (designados Fundo de Vila, e de Cima), feito por “Joham Alvarez prioll do moesteyro de Eygejoo e ministrador perpetuu do dicto moesteyro de Rooriz e prioll e convento da Hordem de Santo Agostinho todos juntos en cabydoo como he de costume” a João Gonçalves, filho de

documentada para Grijó do que para Roriz, no entanto vai aparecendo identificado como “prior do moesteyro de Higrijoo e administrador perpetuu do mosteiro de Sam Pedro de Rooriz”²⁵⁰¹. É muito provável que João Álvares tenha conservado os dois priorados até falecer, o que aconteceria em Agosto de 1476 mas, pelo menos, o de Grijó sabe-se que o manteve até essa data²⁵⁰².

D. João Álvares II – Prior comendatário dos mosteiros de Roriz e S. Jorge de Coimbra. João Álvares era bacharel em Decretos e clérigo da diocese de Braga, tendo-lhe sido atribuída a comenda do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, a 16 de Março de 1475²⁵⁰³. Deteve também, em comenda, o priorado do mosteiro de S. Pedro de Roriz, embora por muito pouco tempo uma vez que abdicou, em 1477, a favor do seu irmão Rodrigo Álvares, ficando a receber uma pensão anual de quarenta florins de ouro a sair das rendas do mosteiro de Roriz²⁵⁰⁴. Este João Álvares viria a ser também prior de Grijó e bispo de Silves²⁵⁰⁵.

D. Rodrigo Álvares – Prior comendatário dos mosteiros de São Pedro de Roriz e São Miguel de Vilarinho. A 7 de Agosto de 1477, sendo estudante de direito canónico em Siena, apresentou súplica ao papa para obtenção da comenda do mosteiro de S. Pedro de Roriz, que lhe foi apreciada favoravelmente²⁵⁰⁶, comenda da qual abdicara o seu irmão João Álvares²⁵⁰⁷, à altura também comendatário do mosteiro agostinho de S. Jorge de Coimbra, emitindo-se a bula de posse a 22 de Outubro de 1477²⁵⁰⁸. Uma das condições para o empossamento era a de tomar o hábito dos cônegos regrantes, mas volvidos cerca de dois anos Rodrigo Álvares ainda não tinha tomado posse uma vez que, a 13 de Novembro de 1479, o papa prolongava-lhe, por mais meio ano, o prazo para tomar posse do mosteiro, de forma a não ter que interromper os estudos, lembrando-lhe aí a condição de se tornar cônego professo da Ordem de Santo Agostinho²⁵⁰⁹. A 26 de Junho de 1481 apresentava-se, no mosteiro de Roriz, Luís Álvares de Madureira, cidadão do Porto, munido de procuração do “honrrado Joham Alvarez comendatario do mosteiro de Igrijoo”, feita em Grijó, a 22 de Junho de 1481, pela qual tomava posse do mosteiro em nome de Rodrigo Álvares²⁵¹⁰. A 10 de Julho seguinte, é o próprio irmão, João Álvares, quem se desloca a Roriz e, na qualidade de procurador principal de Rodrigo Álvares, ratifica a tomada de posse anterior, pedindo ao cônego João Fernandes que o investisse e incorporasse na posse do mosteiro de Roriz e Vilarinho, seu anexo, pelos actos e insígnias acostumadas, sendo assim empossado pessoal e corporalmente em

Gonçalo de Covas, e à sua futura esposa e a um filho ou filha de ambos ou em alternativa, e na ausência de filhos, a pessoa a nomear pelo sobrevivente.

²⁵⁰¹ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.196. Este excerto é proveniente de um documento datado de 25 de Fevereiro de 1464.

²⁵⁰² Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.76.

²⁵⁰³ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.78.

²⁵⁰⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.7, Ns. 202,203; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.79.

²⁵⁰⁵ A passagem deste prior por Grijó e a sua nomeação para bispo de Safim bem como a generalidade dos seus dados biográficos são mais aprofundados na entrada que lhe dedicamos ao retratarmos os priores de S. Salvador de Grijó.

²⁵⁰⁶ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. VII (1471-1481), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1978, p.439; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.773.

²⁵⁰⁷ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.79.

²⁵⁰⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.7, N°203.

²⁵⁰⁹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. VII (1471-1481), 1978, pp.501-502; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.773.

²⁵¹⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°204.

nome de Rodrigo Álvares²⁵¹¹. Por esta tomada de posse se vê que o mosteiro de Vilarinho, encontrando-se anexo ao de Roriz, era também tutelado pelo comendatário, situação que ainda se mantinha a 30 de Agosto de 1486, dia em que Rodrigo Álvares aparece novamente identificado como administrador do mosteiro de Vilarinho, efectuando nesse dia, dois emprazamentos respeitantes a esse cenóbio, ambos em três vidas, referentes ao casal da Carreira, na freguesia de Tagilde²⁵¹², e ao casal de Arcozelo, sito no couto de Pombeiro²⁵¹³. A 12 de Novembro de 1482 Rodrigo Álvares encontrava-se, pessoalmente, no mosteiro de Roriz onde efectuou um emprazamento a Álvaro Gonçalves de Virões e à sua mulher, Catarina Gonçalves, referente ao casal da Rola²⁵¹⁴. A documentação permite-nos concluir que o “honrrado rellegioso Rodrigo Alvarez priol do dicto moesteyro e ministrador do mosteyro de Vilarinho”²⁵¹⁵ desenvolveu uma actividade bastante intensa, efectuando inúmeros emprazamentos ao longo das décadas de oitenta e noventa.

Desconhecemos se D. Rodrigo Álvares faleceu ou renunciou ao cargo, embora esta última hipótese nos pareça menos palusível. De qualquer modo, a sua administração terminou numa data situada entre Novembro de 1497 e Novembro de 1500, datas extremas, em termos documentais, respeitantes ao final do seu priorado e início do de João Fernandes, seu provável sucessor. Efectivamente, nesta última data João Fernandes já era o prior²⁵¹⁶ e a 29 de Novembro de 1497 ainda vivia, correndo uma contenda entre Rodrigo Álvares e o mosteiro de Roriz contra João Vaz, lavrador, morador em Pedrados, freguesia de S. Tomé de Negrelos, que era acusado de ter feito bouças nos coutos do mosteiro de Roriz, e de as ter cultivado, rompido e tapado à revelia do prior e convento²⁵¹⁷. Numa avaliação global, e tendo em consideração os dados que a documentação nos transmitiu, a gestão de D. Rodrigo Álvares parece ter sido muito proveitosa para a instituição, revelando enorme dinamismo e preocupação com o património do mosteiro, sendo que, nas cerca de duas décadas em que geriu a instituição, parece ter havido uma constante preocupação de renovação da comunidade. Contudo, esta visão que a documentação nos transmite parece ser completamente enganadora pois, a avaliar pelos registos contemporâneos, a sua gestão foi ruínosa, depauperando os mosteiros de Vilarinho e Roriz, o que, inclusivamente, levaria à intervenção do papa Alexandre VI (1492-1503), que ordena, por breve de Novembro de 1500, que se examinem e registem todas as propriedades, bens e direitos que os priores dos mosteiros de Roriz e Vilarinho tinham alheado e destruído e se recupere o que for possível²⁵¹⁸.

João Fernandes/João Fernandes Farto – Prior comendatário do mosteiro de São Pedro de Roriz e Vilarinho. Deverá ter sucedido a D. Rodrigo Álvares. A primeira referência que lhe conhecemos, na qualidade de detentor da comenda dos dois mosteiros, data de Novembro de 1500²⁵¹⁹. Um outro facto atinente com esta cronologia é o seu regresso a Portugal. É que D. João Fernandes estava em Roma, regressando ao reino,

²⁵¹¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°204.

²⁵¹² IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.12; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 284-285.

²⁵¹³ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.13; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.773.

²⁵¹⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°206.

²⁵¹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°215.

²⁵¹⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°198.

²⁵¹⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°222.

²⁵¹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°198.

²⁵¹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°198.

nesse mesmo ano de 1550²⁵²⁰, certamente para assumir estes dois priorados. Estes dados parecem conjugar-se no sentido de confirmarem a assunção efectiva destes mosteiros nesse ano, no entanto, documentalmente, e até ao momento, o primeiro acto de gestão que lhe conhecemos data de 7 de Fevereiro de 1502, dia em que o “senhor Joam Fernandez Farto dom prioll do dicto mosteyro de Roryz e Vyllarinho” emprazou, juntamente com o convento de Roriz, um pardieiro de casas que o mosteiro tinha na Rua do Souto, dentro da cidade do Porto²⁵²¹. D. João Fernandes além de prior de Roriz e perpétuo administrador de Vilarinho, onde a documentação o confirma, pelo menos, até à década de vinte²⁵²², foi também abade e reitor das igrejas de S. Martinho do Campo²⁵²³ e Santiago de Carvalhosa²⁵²⁴. A 17 de Fevereiro de 1510, o prior e o convento andavam em contenda com lavradores da freguesia de Monte Córdova, por causa da herdade da Costa²⁵²⁵. Deste mesmo ano há um outro registo de querelas entre o mosteiro e foreiros, neste caso, Inês Álvares, por causa do casal de Romão, desentendimento de que há notícia a 18 de Dezembro, chegando as partes a acordo nesse dia²⁵²⁶. A 30 de Outubro de 1512, D. João Fernandes comprou a Maria Peres, viúva e primeira mulher de Gregório Martins de Leiras, moradora na aldeia de Leiras, freguesia de São Tomé de Negrelos, metade das suas herdades de Vila Nova, situadas nessa freguesia de S. Tomé, por 8 mil reis brancos com sua revora²⁵²⁷. Note-se que esta não é uma aquisição para a instituição, mas sim uma aquisição pessoal, como se nota pela carta de venda desses bens, que é feita ao “Reverendo Senhor dom Joham prior do mosteiro de Roriz pera elle e pera todos seus erdeyros leiguos e subcesores”²⁵²⁸. A 8 de Junho de 1515, João Fernandes recebeu, no mosteiro de Roriz, os emissários régios, que aí se deslocaram, para aplicar a taxação a que este mosteiro tinha sido sujeito, referente às comendas novas da Ordem de Cristo, taxa essa cifrada em 280 ducados de ouro anuais²⁵²⁹. A 30 de Maio de 1522, continua a ser identificado como prior de Roriz e administrador de S. Miguel de Vilarinho²⁵³⁰. João Fernandes Farto deverá ter falecido a 1 de Outubro de 1533²⁵³¹.

Luís Fernandes – Prior comendatário do mosteiro de São Pedro de Roriz. Trata-se do último prior comendatário desta comunidade. Em 1532 já surge referenciado como prior do mosteiro, aparecendo “Ludovicus Ferdinandi prior monasterii Sancti Petri Roriz

²⁵²⁰ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 2, 1938, p.81.

²⁵²¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°199.

²⁵²² Só respeitantes à sua administração guardam-se, felizmente, no Arquivo da Universidade de Coimbra, entre originais e traslados cerca de meia centena de documentos, e que nos permitem seguir com algum detalhe, grande parte do seu percurso à frente dessas duas instituições. Também entre os manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra há referências a este prior (cf. Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.197) que já foi também identificado por Gomes, Saul António, “Os cônegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.264.

²⁵²³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°209.

²⁵²⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.7; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.303.

²⁵²⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°218.

²⁵²⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°216.

²⁵²⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°221.

²⁵²⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°221.

²⁵²⁹ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.65.

²⁵³⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.8A; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 305-307.

²⁵³¹ Madahil, António Gomes da Rocha, “Uma certidão de Fernão Lopes passada ao mosteiro de Roriz em 1451”, in *Revista de Guimarães*, Vol. XLVI, Ns. 3-4 (Julho-Dezembro de 1936), Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1936, p.194.

ordinis Sancti Augustini Bracharensis diocesis” envolvido numa questão por causa da igreja de S. Martinho do Campo²⁵³².

A 18 de Julho de 1553, surge “ho senhor Lois Fernandez dom prior do dito mosteiro de Sam Pedro de Roris”, juntamente com o convento, a efectuar um empraçamento em três vidas²⁵³³. Em 1558, juntamente com o prior de Vilarinho, dá seguimento a uma sentença do papa Paulo III, a favor de Gonçalo Coelho, Senhor de Felgueiras e Vieira, para que este possua, por mais três vidas, os casais de Caraminhos, pertencentes ao mosteiro de Pombeiro²⁵³⁴. Faleceu em 1572, e com a sua morte, a comunidade regrante de S. Pedro de Roriz foi também extinta, passando, no ano seguinte, a administração do edifício monástico para os jesuítas do colégio de S. Paulo de Braga²⁵³⁵.

Priores cuja cronologia não foi possível estabelecer:

Martim(?) Gonçalves II/ Martinho(?) Gonçalves – Prior do mosteiro de Roriz. Um obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra indica o “obiit Martinus(?) Gonsalvi canonicus Roriz que fuit prior” a 1 de Agosto, sem qualquer menção ao ano do falecimento²⁵³⁶. Estamos, portanto, e numa análise simplista, na presença de um prior que deverá ter resignado ao cargo. A leitura do nome próprio levanta-nos grandes dúvidas mas, partindo do pressuposto que estamos perante um Martim Gonçalves, temos de nos questionar se este registo não será respeitante ao prior Martim Gonçalves que surge como titular do mosteiro na década de cinquenta do séc. XIV. É, de facto, uma possibilidade, da mesma forma que o é a de estarmos na presença de um outro Martim Gonçalves, também cónego do mosteiro de Roriz, e que em Fevereiro de 1434 ocupava o cargo de prior claustral²⁵³⁷. Pode dar-se inclusivamente o caso do religioso em causa nunca ter sido prior-mor, sendo somente prior crasteiro, o que ajudaria a explicar o facto de surgir designado como cónego e não apenas como prior.

1.1.10. - São Salvador de Banho (c. Barcelos)

Rodrigo Anes – Prior do mosteiro de Banho. Foi confirmado pelo arcebispo D. Lourenço Vicente em 1388 como prior do mosteiro²⁵³⁸.

Pedro Lourenço – Prior comendatário do mosteiro de Banho. Era abade da igreja de S. Salvador da Lagoa e comendatário do mosteiro de S. Pedro de Lomar, sendo que, a 24 de Novembro de 1431, esta comenda já se encontrava vaga “per liberam resignationem dilecti filii Petri Laurentii”²⁵³⁹, renúncia que Pedro Lourenço fez certamente para

²⁵³² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 18, M.13, N°247; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.193.

²⁵³³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°199-A.

²⁵³⁴ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p.41. Aí é também indicado que Luís Fernandes, à semelhança do prior de Vilarinho, Luís de Almeida, era cónego regrante.

²⁵³⁵ Correia, Francisco Carvalho, *O mosteiro de Roriz*, (Coleção de Guias do Património Cultural do Concelho de Santo Tirso – 2), Edição da Câmara Municipal de Santo Tirso e do Museu Municipal Abade Pedrosa, 1997, pp. 3-4.

²⁵³⁶ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.26v°.

²⁵³⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°168v°.

²⁵³⁸ A.D.B. – *Livro de Mostras*, N°1, fl.144v°; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.726.

²⁵³⁹ *Chartularium Universitatis*, Vol. IV, p.35.

assumir a comenda do mosteiro de Banho, estipulando-se, por isso, o segundo semestre de 1431 como o da assunção do priorado do Banho por este comendatário, numa altura em que a instituição já estava sem comunidade²⁵⁴⁰. Deverá ter falecido em Abril de 1441, uma vez que o arcebispo de Braga confirma, a 1 de Maio de 1441, o seu criado, Lopo Álvares, na igreja de S. Salvador da Lagoa, por falecimento Pedro Lourenço, seu anterior titular²⁵⁴¹.

João Fernandes – Prior comendatário do mosteiro de Banho. Com o falecimento de Pedro Lourenço, o arcebispo de Braga reduziu o mosteiro a igreja paroquial, sendo aí empossado João Fernandes, bacharel em Degredos e vigário-geral²⁵⁴². Apesar de não surgir aí a data da confirmação, José Marques apresenta provas que apontam o dia 1 de Maio de 1441 para que tal tenha acontecido²⁵⁴³. João Fernandes teve de enfrentar a contestação do benefício em que tinha sido provido, solicitando ao papa a confirmação desse cargo, bem como a da redução do mosteiro a igreja, obtendo decisão pontifícia favorável a 21 de Abril de 1453²⁵⁴⁴. Este mesmo documento revela-nos que a comunidade ficou apenas com o prior, sem convento, antes de ser entregue em comenda²⁵⁴⁵.

D. Jorge da Costa – Prior comendatário do mosteiro de Banho. Segundo Lino de Assunção, a comenda do mosteiro do Banho foi uma das que pertenceu a D. Jorge da Costa que, de entre os mosteiros de cónegos regrantes, deteve também os priorados de Grijó, S. Jorge, Roriz, Caramos, Junqueira, Landim, Oliveira, Mancelos e Longos Vales²⁵⁴⁶.

Prior cuja cronologia não foi possível estabelecer:

D. Lúcio – Prior do mosteiro de Banho. Um obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “domnus Luzus prior de Balneo” a 1 de Maio, mas sem especificar o ano do falecimento²⁵⁴⁷.

1.1.11. - São Salvador de Bravães (c. Ponte da Barca)

João do Mato – Prior do mosteiro de Bravães. Esteve presente no sínodo diocesano de Braga, que ocorreu a 15 de Novembro de 1398, presidido pelo arcebispo D. Martinho Afonso Pires da Charneca²⁵⁴⁸.

²⁵⁴⁰ Chartularium Universitatis, Vol. V, p.345; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.726-727.

²⁵⁴¹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.727.

²⁵⁴² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.104vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.727.

²⁵⁴³ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.727.

²⁵⁴⁴ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. V (1446-1455), 1972, pp.345-346; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.727.

²⁵⁴⁵ Chartularium Universitatis, Vol. V, p.345; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.726.

²⁵⁴⁶ Assumpção, Lino d', *Histórias de frades*, 1ª ed., Lisboa, Parceria António Maria Pereira – 1900, pp. 67-68 (nota 1); Cortesão, Jaime, *Portugal: a terra e o homem*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p.137. A estes já enunciados por Lino de Assunção, Jaime Cortesão acrescenta o mosteiro de Banho.

²⁵⁴⁷ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.16.

²⁵⁴⁸ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.60.

D. João Anes - Prior do mosteiro de S. Salvador de Bravães. A 23 de Janeiro de 1412, é-lhe legitimado um filho, de nome Gomes Eanes, filho de Maria Pires²⁵⁴⁹. Do dia seguinte há registo de outra carta de legitimação, envolvendo novamente o prior de Bravães, desta feita referente à legitimação de Margarida Anes, fruto de uma relação entre o religioso e Mécia Vasques, mulher solteira à altura do nascimento da criança²⁵⁵⁰. A 14 de Agosto de 1425 ainda se mantinha à frente da instituição uma vez que, nesse dia, foi legitimada uma outra sua descendente: Maria Anes, filha de Margarida Gomes e de “Johan’Eannes prior de Barbaaes”²⁵⁵¹.

João do Mato II – Prior do mosteiro de Bravães. É muito provável que se trate do mesmo indivíduo que já presidia à comunidade em 1398, mas a sê-lo como se explica a presença de D. João Anes ou Eanes à frente do mosteiro? Seria João Anes apenas prior claustral, aparecendo identificado de forma indiferenciada nas cartas de legitimação? Chamar-se-ia o prior João Anes do Mato e as cartas de legitimação omitiram o apodo? Estaremos perante dois indivíduos diferentes, possivelmente contemporâneos, que além de serem homónimos, foram ambos priores do mosteiro de Bravães? À luz dos elementos que possuímos, não foi possível clarificar tais dúvidas. Caso estejamos perante a mesma pessoa, é de admitir que, em 1434, já tivesse alguma idade, embora esse não pareça ser o motivo pelo qual apresentou a renúncia ao priorado do mosteiro de Bravães, tendo nomeado, para o efeito, um procurador, a 9 de Fevereiro de 1434²⁵⁵². O pedido do prior foi aceite, a 13 de Fevereiro de 1434, extinguindo-se assim a vida monástica no mosteiro de Bravães, sendo reduzido a igreja secular²⁵⁵³.

1.1.12. - São Salvador de Freixo (c. Amarante)

João Martins – Prior do mosteiro de São Salvador de Freixo. A 4 de Junho de 1287 “Joham Martiinz priol do moesteyro de Freixeo”, juntamente com o cónego Paio Rodrigues, na qualidade de testamenteiros de Maria Martins de Ataíde, passam procuração ao clérigo Paulo Peres, para que este entregue ao mosteiro de Arouca os bens que Maria Martins Ataíde lhe deixara²⁵⁵⁴. A 6 de Março de 1300 surge “o religioso barom e honesto Dom Joham Martinz priol do moesteyro de Sam Salvador de Freixeo da Ordem de Sant’Agostinho do arcebispado de Bragaa” no mosteiro de Gondar, onde o

²⁵⁴⁹ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 3, 2006, p.33; Viegas, Valentino, *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*, Heuris, 1984, p.120.

²⁵⁵⁰ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 3, 2006, p.34; Viegas, Valentino, *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*, Heuris, 1984, p.120.

²⁵⁵¹ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. IV – Tomo 2, 2006, p.69.

²⁵⁵² Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.725; Bessa, Paula Virginia de Azevedo; *Pintura mural do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna no Norte de Portugal*, Dissertação de Doutoramento em História – Área de Conhecimento de História da Arte, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2007, p.84, *Idem*, D. Diogo de Sousa e a pintura mural na capela-mor da Igreja de S. Salvador de Bravães, in *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, Série I, Vol. II, Porto, 2003, p.757.

²⁵⁵³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.49v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.724-725; Bessa, Paula Virginia de Azevedo; *Pintura mural do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna no Norte de Portugal*, Dissertação de Doutoramento em História – Área de Conhecimento de História da Arte, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2007, p.84, *Idem*, D. Diogo de Sousa e a pintura mural na capela-mor da Igreja de S. Salvador de Bravães, in *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, Série I, Vol. II, Porto, 2003, pp.757-758.

²⁵⁵⁴ Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco*, Leiria, Edições Magno, 2003, pp.307-309 (doc.84).

tabelião Lourenço Gonçalves lhe lavrou um instrumento pelo qual a abadessa dessa instituição, D. Teresa Anes, reconheceu e confirmou, para sempre, a doação que tinha feito ao mosteiro de Roriz de toda a herdade que possuía no couto do mosteiro de Roriz, nomeadamente, nos lugares de Paio e Barro²⁵⁵⁵. Desconhecemos o término do priorado de D. João Martins.

Lourenço Geraldês – Prior do mosteiro de São Salvador de Freixo. Participou, a 4 de Setembro de 1340, no capítulo provincial dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que decorreu no mosteiro de S. Francisco de Bragança²⁵⁵⁶.

D. Afonso – Prior do mosteiro de São Salvador de Freixo. Não dispomos de elementos sobre o seu priorado, mas é de admitir que seja o sucessor do prior Lourenço Geraldês. De concreto, apenas sabemos que foi prior do mosteiro graças a uma inscrição funerária referente ao seu óbito, ocorrido na era de 1417, ou seja, ano de 1379²⁵⁵⁷.

Luís Afonso – Prior do mosteiro de Freixo. “Loix Afonso” foi um dos priores que participou, no dia 24 de Agosto de 1387, na assembleia realizada no mosteiro de S. João de Alpendurada, e que reuniu representantes de diversos mosteiros beneditinos e agostinhos das dioceses do Porto e de Braga, e da qual, como foi referido supra, resultou um compromisso de celebração de sufrágios entre as instituições representadas²⁵⁵⁸. Volvida pouco mais de uma década, continuava à frente da comunidade monástica de Freixo, uma vez que marcou presença no sínodo diocesano de Braga, de D. Martinho Afonso Pires da Charneca, realizado a 15 de Novembro de 1398²⁵⁵⁹.

Luís Esteves – Provável prior do mosteiro de Freixo. A 2 de Junho de 1393 é legitimado Afonso Dinis, filho de Luís Esteves, clérigo de missa e prior de Freixo, e de Joana Domingues, mulher solteira à altura do nascimento²⁵⁶⁰. A confirmar-se que se trata efectivamente do mosteiro de S. Salvador de Freixo, como à partida parece, é quase certo que este Luís Esteves seja o prior Luís Afonso, pelo que o nome poderá ter sido incorrectamente anotado na chancelaria, ou mal transcrito, podendo também dar-se o caso do prior Luís Afonso ser tratado desta forma. Poderá admitir-se, ainda, uma outra hipótese que é a possibilidade de estarmos perante o prior claustral.

²⁵⁵⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°8. Esta confirmação ia de encontro a duas outras cartas de doação, deste mesmo teor, que a abadessa já tinha feito em 1270 e em Fevereiro de 1300 e que o prior de Freixo mostrou ao tabelião e perante o qual “leer fez duas cartas abertas seeladas de senhos seelos pendentes per dante a relegiosa dona Tareyja Anes abadessa do moesteiro de Gundar nas quaes cartas era conteudo que a dicta dona Tareyja Anes dera em doaçom ao moesteiro de Rooriz quanta herdade ela avia e de dereito devia a aver no couto do dicto moesteiro...”. Este mesmo documento foi referenciado por João Pedro Ribeiro, do qual transcreveu alguns excertos (cf. *Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.196vº*).

²⁵⁵⁶ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Segunda Parte, Livro IX, cap. XXI, p.240; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII-XV - História e Instituição*, Tomo II, 1996, Apêndice Documental (sem paginação).

²⁵⁵⁷ Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol 2: Tomo 2, 2000, p.1869.

²⁵⁵⁸ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N°703, fls. 246-250; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1811, pp. 255-257.

²⁵⁵⁹ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.60.

²⁵⁶⁰ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo 2, 2005, p.96.

Frei Gonçalo Anes de Matos – Prior do mosteiro de Freixo. A 4 de Outubro de 1400, o arcebispo D. Martinho Pires da Charneca confirma Frei Gonçalo Anes como prior de Freixo²⁵⁶¹.

João Afonso – Prior do mosteiro de Freixo. É muito provavelmente o sucessor de Gonçalo Anes de Matos, mas apenas temos conhecimento da sua passagem como titular máximo da instituição, porque a 26 de Abril de 1419, corria litígio entre Vasco Afonso e João Afonso, por causa do priorado do mosteiro de Freixo, solicitando Vasco Afonso, prior à altura, a reintegração de todos os direitos no priorado após a morte de João Afonso²⁵⁶².

Vasco Afonso – Prior do mosteiro de Freixo. Antes de assumir o priorado de Freixo foi cónego do mosteiro de S. Torcato de Guimarães²⁵⁶³. A 26 de Abril de 1419 já aparece identificado como “priorum prioratus sancti Salvatoris de Freyxeo Bracharensis diocesis”, altura em que pede ao papa, Martinho V, para que lhe sejam restituídos todos os direitos no priorado após a morte de João Afonso, com quem andava em litígio²⁵⁶⁴. Neste mesmo documento é revelado que trazia em seu poder a igreja de Rio de Moinhos, da diocese do Porto, da qual, o prior de Freixo, e segundo petição dirigida ao papa, a 19 de Setembro de 1421, por Pedro Anes, clérigo do Porto, que a solicitava para si, era acusado de se ter apoderado dela indevidamente, pertencendo o seu padroado ao mosteiro de Paço de Sousa e a padroado leigo²⁵⁶⁵. O certo é que Vasco Afonso ficou em posse da comenda da igreja de S. Martinho de Rio de Moinhos por um período de dez anos, em virtude de Gonçalo Afonso, titular do benefício, ter falecido em Roma²⁵⁶⁶. A documentação revela uma luta acesa pela posse dessa igreja. A 29 de Janeiro de 1425 surge Vicente Peres, clérigo de Lisboa, a solicitar o benefício para si²⁵⁶⁷. Uma das acusações recorrentemente feitas a Vasco Afonso era a de que ele tinha omitido na sua súplica, o facto de a igreja ser também de padroado leigo, motivo pelo qual lhe deveria ser retirado esse benefício. Perfilam-se diversos candidatos: a 2 de Julho de 1425 é Diogo Anes, reitor da igreja de Labruge, da diocese do Porto, quem solicita a igreja paroquial de Rio de Moinhos²⁵⁶⁸ e a 25 de Julho é Gonçalo Martins Soveral, clérigo da diocese de Viseu quem o faz²⁵⁶⁹. A 23 de Fevereiro de 1429 surge novamente Pedro Anes, clérigo do Porto, a solicitar a igreja de S. Martinho de Rio de Moinhos para si²⁵⁷⁰. A 9 de Junho de 1429 o prior de S. Salvador de Freixo já tinha renunciado à comenda, encontrando-se na sua posse João Álvares, um clérigo da diocese do Porto²⁵⁷¹ que, a 13 de Fevereiro de 1430, andava em contenda com Vicente Peres, clérigo de Lisboa, que também pretendia o benefício dessa igreja²⁵⁷². A 12 de Maio de 1438 é legitimado Estêvão Vasques, filho de Margarida Esteves e de “dom Vasco Afonso prior do

²⁵⁶¹ A.D.B. - *Livro de Mostras, N.º1, fl.163v.º*; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.732.

²⁵⁶² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 165-166.

²⁵⁶³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.13.

²⁵⁶⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 165-166.

²⁵⁶⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 392-393, 425-426.

²⁵⁶⁶ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.13.

²⁵⁶⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.13.

²⁵⁶⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.36.

²⁵⁶⁹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 47-48.

²⁵⁷⁰ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.380.

²⁵⁷¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 417-418.

²⁵⁷² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.516.

moesteyro de Freixo”²⁵⁷³. Esta é, de resto, a última referência documental que lhe conhecemos.

João Afonso – Prior do mosteiro de Freixo. Era abade da freguesia de Santo Isidro, tendo sido provido no mosteiro de Freixo a 7 de Agosto de 1466²⁵⁷⁴.

Francisco Anes – Prior do mosteiro de Freixo. Surge identificado como prior de Freixo a 18 de Dezembro de 1492, altura em que renunciou à paróquia de S. Cristóvão de Lordelo²⁵⁷⁵. Trata-se de um antigo cónego do mosteiro de Caramos, identificado nessa comunidade a 19 de Dezembro de 1461²⁵⁷⁶, tendo sido provido na igreja de Lordelo a 11 de Maio de 1467²⁵⁷⁷. Não sabemos quando transitou de casa monástica, mas é muito provável que tenha saído directamente para ocupar a cadeira prioral de Freixo. Este prior renunciou ao priorado do mosteiro, em 1503, a favor de Pedro Rodrigues²⁵⁷⁸.

D. Pedro Rodrigues – Prior comendatário de Freixo. Este prior obteve a comenda de S. Salvador de Freixo, em 1503, por renúncia de Francisco Anes²⁵⁷⁹. Pedro Rodrigues era bacharel em Decretos e clérigo de Braga, e solicitou a revalidação da comenda de Freixo, a 11 de Fevereiro de 1505²⁵⁸⁰. A 21 de Abril de 1509 solicita ao papa autorização para acumular benefícios eclesiásticos²⁵⁸¹. Era chantre da Sé do Porto, provisor e vigário geral do bispo D. Pedro da Costa. De resto, é assim mencionado na qualidade de executor de uma bula apostólica de Leão X, datada de 2 de Setembro de 1517, para que se procedesse à confirmação de Jorge Correia, cónego regrante do mosteiro de Grijó na igreja de S. Martinho de Argoncilhe²⁵⁸². Em 1523 continua a ser documentado como comendatário de Freixo²⁵⁸³, cargo que ainda ocupava a 16 de Abril de 1525, dia em que passou sentença a favor do mosteiro de Paço de Sousa, contra caseiros dessa instituição que não tinham pago as rendas²⁵⁸⁴.

²⁵⁷³ *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo 2 (1435-1438), 1998, p.462 (Doc.1290).

²⁵⁷⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.248; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.733.

²⁵⁷⁵ A.D.B. - Registo Geral 330, *Censual de D. Jorge da Costa*, fl.82; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.734.

²⁵⁷⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 6, fl.23; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.354.

²⁵⁷⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.[253v°]; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.759.

²⁵⁷⁸ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. XI, Lisboa, 1993, pp.62-63; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.262.

²⁵⁷⁹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. XI, Lisboa, 1993, pp.62-63; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.262.

²⁵⁸⁰ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. X, Lisboa, 1991, pp.123; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.262.

²⁵⁸¹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. X, Lisboa, 1991, pp.394-395; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.262.

²⁵⁸² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.2-8. Aí surge com a seguinte intitulação: “Petrus Roderici Decretorum Doctor comendatarius Monasterii de Freixo, cantor Ecclesia Portugalensis necnon vicarius et officialis generalis in spiritualibus et temporalibus Reverendi in Christo Patris et Domini Domini Petri de Costa Eppiscopi Portugalensis...” (fls.2-2v°)

²⁵⁸³ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. XII, Lisboa, 1995, pp.366-368; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.262.

²⁵⁸⁴ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p.284.

D. João Ribeiro de Vasconcelos - Provável prior comendatário do mosteiro de São Salvador de Freixo. Segundo Felgueiras Gaio, D. João Ribeiro foi comendatário de Freixo e era irmão de D. Gonçalo Ribeiro, comendatário de Caramos, e filho de Rui Vasques Ribeiro ou Rui Vaz Ribeiro de Vasconcelos e de Violante de Sousa²⁵⁸⁵. A confirmar-se esta informação, é provável que tenha sido o sucessor de D. Pedro Rodrigues.

D. Francisco de Quiro Ribeiro - Provável prior comendatário do mosteiro de São Salvador de Freixo. Segundo Felgueiras Gaio, D. Francisco era filho de Pedro de Sousa Vasconcelos e sobrinho do comendatário D. João Ribeiro de Vasconcelos, assumindo a comenda justamente por renúncia que o seu tio fizera a seu favor²⁵⁸⁶.

D. Marcos Vigério - Comendatário do mosteiro de São Salvador de Freixo. É identificado como comendatário do mosteiro de S. Salvador de Freixo a 5 de Novembro de 1535²⁵⁸⁷. Trata-se do bispo-conde de Sinigalia que foi legado pontifício em Portugal, entre 1532 e 1536²⁵⁸⁸.

D. Bartolomeu Gostodingo - Prior comendatário do mosteiro de São Salvador de Freixo. O italiano Bartolomeu Gostodingo era o comendatário do mosteiro de Freixo em 1551 altura em que D. João III solicita à Santa Sé a união deste mosteiro regente ao de S. Gonçalo de Amarante, com o comendatário a renunciar nesse mesmo ano para que se fizesse a união²⁵⁸⁹, situação que só mais tarde se concretizaria.

D. Afonso de Lencastre - Prior comendatário do mosteiro de São Salvador de Freixo. D. Afonso de Lencastre era filho de D. Dinis de Portugal, conde de Lemos e de D. Beatriz de Castro²⁵⁹⁰. Trata-se do último comendatário do mosteiro. Faleceu em 1569, altura em que o mosteiro foi definitivamente unido à Ordem de S. Domingos²⁵⁹¹.

1.1.13. - São Salvador de Souto (c. Guimarães)

D. Martim Anes – Prior do mosteiro de S. Salvador de Souto. Em Dezembro de 1300, ocupava o priorado de Souto, como confirma um documento referente à permuta de bens com o reitor da igreja de Vila Nova, Martim Anes, pela qual o mosteiro cedia os bens que tinha na freguesia de Santa Cristina de Longos em troca das propriedades que a igreja de Vila Nova possuía na freguesia de S. Salvador de Souto²⁵⁹².

Domingos Peres – Provável Prior do mosteiro de S. Salvador de Souto. Aparece mencionado, como prior do Souto, numa sentença do arcebispo de Braga, datada de 13 de Dezembro de 1303, a qual estabelecia o modo como o prior deveria dar o vinho aos

²⁵⁸⁵ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 28, 1941, pp. 98-99.

²⁵⁸⁶ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 28, 1941, p.113.

²⁵⁸⁷ *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* – Vol. 92 – *Igreja de Freixo de Baixo - Amarante*, 1958, p.14.

²⁵⁸⁸ Castro, Padre José de, *Portugal em Roma*, vol. II, Lisboa, União Gráfica, 1939, p.349; Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, 1994, p.293.

²⁵⁸⁹ *Segunda parte da Historia de S. Domingos...*, 3ª ed., Vol. III, 1866, p.224.

²⁵⁹⁰ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 17, 1939, p.92.

²⁵⁹¹ *Terceira parte da Historia de S. Domingos...*, 3ª ed., Vol. IV, 1866, pp.235-236.

²⁵⁹² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 91-93.

frades do mosteiro que, em visitação feita à instituição, se tinham queixado ao arcebispo das rações de vinho que lhes eram fornecidas²⁵⁹³. A designação de prior nesse documento poderá reportar-se ao cargo de prior claustral, embora não nos pareça de descartar a possibilidade de se tratar, efectivamente, do prior-mor da comunidade. Partindo deste pressuposto e apesar de não termos documentação que o confirme liminarmente, tudo indica tratar-se de mais um caso de ascensão na hierarquia religiosa de uma canónica regrante, uma vez que acreditamos que este Domingos Peres é o mesmo religioso que surge já mencionado como cónego do mosteiro na década de 70 do séc. XIII²⁵⁹⁴, de quem temos novas referências em 1294²⁵⁹⁵ e em Dezembro de 1300, surgindo nesta última data identificado como cónego e procurador do mosteiro²⁵⁹⁶. Desconhecemos até quando se prolongou o seu governo mas é provável que tenha sido até finais de 1307, ou inícios de 1308, uma vez que, em Março de 1308, o prior já é Martim Domingues.

Martim Domingues – Prior do mosteiro de S. Salvador de Souto. A primeira referência documental que o coloca como detentor do cargo remonta a 12 de Novembro de 1306, dia em que o prior e o convento do mosteiro instituem os cónegos Martim Martins e Martim Peres como procuradores do mosteiro de Souto²⁵⁹⁷. A 4 de Março de 1308, em nova procuração que estabelece como representantes do mosteiro os mesmos procuradores atrás referenciados, surge novamente indicado como prior do mosteiro²⁵⁹⁸. Nesse mesmo ano de 1308 encontra-se envolvido numa contenda com o cavaleiro Martim Rodrigues e sua mulher, Sancha Gomes²⁵⁹⁹. A 17 de Março de 1310 é novamente indicado como prior do mosteiro, dia em que um procurador de S. Salvador de Souto empra o casal que o mosteiro tinha em S. Salvador de Donim²⁶⁰⁰. Aparece novamente mencionado como prior do Souto numa sentença da Sé de Braga, de 13 de Abril de 1314, num processo movido por Lourenço Miguéis, clérigo do mosteiro de S. Salvador de Souto, onde se determina a forma como deveria ser sustentado esse clérigo no que respeita à alimentação e ao vestuário²⁶⁰¹. A 19 de Outubro de 1317 ainda surge à frente do mosteiro, dia em que é empra o casal de Estrufe de Paços, a Pedro Anes de Estrufe e a sua mulher, Maria Martins²⁶⁰², casal que pertencia ao clérigo Lourenço Miguéis. Há um período do priorado de Martim Domingues que, aparentemente, não é muito claro. É a própria documentação que faz suscitar algumas dúvidas, isto se tivermos em conta que há um documento que indica Domingos Domingues como prior em 1310 e depois só novamente na década de vinte. Poderá por isso admitir-se que estas referências ao prior sejam alusivas às suas funções de prior crasteiro embora pudesse estar a exercer as funções de prior mor na sua plenitude em substituição do titular²⁶⁰³, que poderia encontrar-se ausente ou com um qualquer impedimento. A reforçar tal teoria está o facto de a documentação omitir o nome de Domingos Domingues por um hiato de tempo bastante considerável (cerca de quinze anos), por isso o seu

²⁵⁹³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 93-94.

²⁵⁹⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.84.

²⁵⁹⁵ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, 1896, p.13.

²⁵⁹⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.91.

²⁵⁹⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 25-26.

²⁵⁹⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 15-17.

²⁵⁹⁹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 25-27.

²⁶⁰⁰ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.15-17.

²⁶⁰¹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 97-98.

²⁶⁰² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 99-101.

²⁶⁰³ Esta problemática bem como estas possibilidades foram já avançadas por Costa, Padre Avelino de Jesus da, "Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...", 1993, p.261.

aparecimento na condição de prior parece-nos ser uma situação pontual, motivada por um qualquer impedimento de Martim Domingues.

D. Domingos Domingues – Prior do mosteiro de Souto. A 11 de Agosto de 1310, emprazou, em conjunto com o convento, a João Domingos da Batoca e Maria Anes, sua esposa, e a uma terceira pessoa a nomear por estes, o casal da Batoca²⁶⁰⁴, na freguesia de S. Torcato. Trata-se, eventualmente, do mesmo Domingos Domingues que, no dia cinco de Julho de 1310, comprou herdamentos nas freguesias de Santo Tirso de Prazins e São Salvador de Souto, o que, a verificar-se, nos dá um elemento de carácter biográfico: o nome da mãe, Sancha Godins²⁶⁰⁵. A partir desta altura deixa de aparecer na documentação, ressurgindo apenas na década de vinte, um prior chamado Domingos Domingues. Teremos forçosamente de equacionar a possibilidade de não se tratar do mesmo indivíduo, e antes de um homónimo. De qualquer forma, e até ao surgimento de novos elementos que permitam clarificar decisivamente tais dúvidas, vamos assumir que estamos perante a mesma pessoa.

A 2 de Outubro de 1324 já aparece mencionado como prior do mosteiro de Souto, dia em que, por vontade do prior claustral e do convento, foi instituído como procurador do mosteiro, com a particularidade de lhe terem pedido, em virtude de o convento não possuir selo próprio, que colocasse o seu selo na carta de procuração, de forma a conferir-lhe maior validade, o que efectivamente sucedeu²⁶⁰⁶. Um instrumento datado de 1 de Novembro de 1324 confirma a presença de Domingos Domingues na titularidade do cargo²⁶⁰⁷. A 16 de Janeiro de 1326, surge a entregar 50 libras a João Pais do Sabugal, parte respeitante a uma dívida de 150 libras²⁶⁰⁸. A partir desta altura vai surgindo, amiudadamente, entre a documentação. A 16 de Março de 1326, é constituído como procurador do mosteiro para emprazar a Gonçalo Esteves e a sua mulher, Maria Geraldês, a herdade que o mosteiro tinha no lugar de Outeiro, emprazamento que foi efectuado 10 dias depois, em Braga²⁶⁰⁹. A 7 de Janeiro de 1327, o ouvidor de Guimarães, João Bordão, em substituição de Vasco Pereira, meirinho-mor de Entre Douro e Minho, deu sentença favorável ao prior de Souto numa contenda que o opunha a Lourenço Fernandes, acusado de ter roubado ao prior uns bois da sua herdade de Sandinhães²⁶¹⁰. A partir de 1328, assiste-se a um processo generalizado de renúncia dos direitos de padroado que diversos naturais detinham no mosteiro a favor da instituição, bem como dos direitos que tinham na igreja de S. Cláudio e nas ermidas anexas de São Martinho da Gândara e Santa Maria, datando a primeira renúncia de 14 de Outubro de 1328, efectuada pelo escudeiro Álvaro Dias do Rego, e respeitante a direitos no mosteiro²⁶¹¹. Seguem-se outras em 1332²⁶¹², 1333²⁶¹³ e 1341²⁶¹⁴. Estas renúncias revelam uma certa proximidade entre a nobreza local e S. Salvador de Souto, o que se deve naturalmente às iniciativas do prior. Mas este aparente bom relacionamento era, de

²⁶⁰⁴ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...”, 1993, p.267.

²⁶⁰⁵ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 94-95.

²⁶⁰⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.33.

²⁶⁰⁷ Guimarães, J. G. Oliveira (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.31.

²⁶⁰⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.101.

²⁶⁰⁹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.18-19.

²⁶¹⁰ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 101-102.

²⁶¹¹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 102-103.

²⁶¹² Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...”, 1993, pp.270-274.

²⁶¹³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 109-112.

²⁶¹⁴ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...”, 1993, pp.275-285.

vez em quando, entrecortado por algumas querelas, como a que opôs D. Domingos Domingues ao cavaleiro Lourenço Rodrigues do Cernado, que roubou um alqueire de centeio do seu casal de Sesulfe, tendo sido condenado por sentença de 14 de Setembro de 1334²⁶¹⁵. Este prior surge documentado até 1356, altura em que já deveria ter uma idade considerável, e é conjecturável que o seu estado de saúde não lhe permitia sair do mosteiro²⁶¹⁶, como se poderá deduzir de três documentos: o primeiro de 24 de Outubro de 1352, em que o prior de S. Torcato surge em Paço, freguesia de Santa Maria de Souto, em representação de D. Domingos Domingues²⁶¹⁷; um segundo, de 21 de Novembro de 1355, em que o documento é lavrado na câmara do prior²⁶¹⁸, o que não sendo inédito nem conclusivo poderá indiciar algumas limitações físicas do religioso e o terceiro, de 11 de Julho de 1356, em que, num acto celebrado em Guimarães, aparece novamente representado por Lourenço Martins, prior de S. Torcato²⁶¹⁹. O seu falecimento deverá ter ocorrido em inícios de 1358, isto se tivermos em conta que, a 13 de Maio de 1358, o mosteiro se encontrava “vacante per obitum ultimi prioris”²⁶²⁰, dia em que o cavaleiro B. de Gardia solicita ao papa, Inocêncio VI, o priorado de S. Salvador de Souto para João de Chaneac, capelão e chanceler do arcebispo de Braga²⁶²¹.

A diversa documentação alusiva ao seu priorado permite-nos conhecer algumas das suas ligações familiares: D. Domingos Domingues era irmão de Maria Domingues, casada com João Peres das Quintãs, pais de Domingos Anes que comprou, no dia 20 de Julho de 1338, a Gonçalo de Prado, mercador de Guimarães, a herdade da lobeira, na freguesia de S. Cosme da Lobeira, por três libras e meia²⁶²². Também era irmão de Domingos Martins de Soutelo, pai de Geraldo Domingues, chaveiro do mosteiro de Souto²⁶²³. A documentação revela-nos ainda que o prior tinha um filho, de nome Martim Anes, surgindo a testemunhar dois documentos datados de 20 de Julho de 1338²⁶²⁴. Tendo em conta estas informações, e se considerarmos que, em 1310, já ocupava importantes funções no mosteiro, parece-nos que deverá ter falecido com cerca de 80 anos, idade de facto assinalável para a época.

João de Chaneac – Prior do mosteiro de Souto. Eventual sucessor de D. Domingos Domingues. Como vimos, a 13 de Maio de 1358 o cavaleiro B. de Gardia solicita ao papa, Inocêncio VI, o priorado de S. Salvador de Souto para João de Chaneac, monge do mosteiro de Poivre, capelão e chanceler do arcebispo de Braga²⁶²⁵, pedido que recebe aprovação pontifícia²⁶²⁶. Chegou, efectivamente, a assumir o priorado de Souto, como no-lo prova o emprazamento feito a João Martins, de um casal na freguesia de São

²⁶¹⁵ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.113.

²⁶¹⁶ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...”, 1993, p.261.

²⁶¹⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.55.

²⁶¹⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.138.

²⁶¹⁹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.142.

²⁶²⁰ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol I, 1968, p.337.

²⁶²¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol I, 1968, p.336.

²⁶²² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 44-45.

²⁶²³ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.8; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.209-210.

²⁶²⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 44-45.

²⁶²⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.336; Marques, A. H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Vol. IV da Nova História de Portugal dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p.228.

²⁶²⁶ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I (Súplicas dos pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V), Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, Roma-Porto, Livraria Editorial Franciscana, 1968, p.337.

Miguel de Gonça, contrato celebrado no mosteiro de Souto, a 4 de Outubro de 1360, por “Joham de Chaneac prior de Souto Vigario geral do honrrado padre e Senhor Dom Guilherme”²⁶²⁷. De qualquer modo, o seu governo também foi passageiro, uma vez que, em finais de 1362, o priorado já era ocupado por Lourenço Martins.

Lourenço Martins – Prior do mosteiro de Souto. Proveniente do vizinho mosteiro de São Torcato, cujo priorado deixou para assumir o de Souto. Essa informação é-nos dada pelo registo da eleição do novo prior de S. Torcato, ocorrida a 2 de Novembro de 1362²⁶²⁸, o que significa que a entrada de Lourenço Martins no mosteiro de Souto poderá reportar-se a finais de Outubro de 1362. Regista-se que a sua ligação a este mosteiro já remonta a anos transactos, surgindo, a 24 de Outubro de 1352 e a 11 de Julho de 1356, em representação do prior do Souto, D. Domingos Domingues, a tratar de assuntos referentes ao mosteiro²⁶²⁹. Tudo indica que tenha reassumido o priorado de S. Torcato, pelo menos, é como detentor desse cargo que surge como emissário do Vigário Geral de Braga, a 4 de Junho de 1368, confirmando o clérigo secular Afonso Peres na igreja de Santo Estêvão das Regadas²⁶³⁰. Não sabemos se esse seu regresso à direcção da canónica de origem é coincidente com a sua saída do priorado de S. Salvador de Souto. De qualquer modo, parece-nos muito possível que tenha havido uma permuta de priorados, com João Martins a deixar o mosteiro de S. Torcato, para ingressar no de Souto e Lourenço Martins a ir novamente para S. Torcato. O certo é que as suas funções de gestão à frente do mosteiro agostinho de Souto já tinham cessado em Dezembro de 1364, uma vez que, nessa altura, já surge João Martins como prior da instituição²⁶³¹. Esta passagem fugaz de Lourenço Martins pelo priorado de S. Salvador de Souto poderá levar-nos a admitir que a sua missão era justamente de transitoriedade, assegurando apenas o priorado até estarem criadas condições para a eleição, ou para a chegada, de um novo prior. A eventual permuta não surpreende, antes pelo contrário. Parece enquadrar-se num clima de bom relacionamento entre as duas canónicas, mais a mais, numa altura em que se registavam alguns problemas a nível interno. De resto, a própria indigitação de um prior externo à comunidade, nomeado e que lhes foi imposto como João de Charneac parece já indiciar esses problemas de regeneração governativa a nível interno e que foram, certamente, solucionados com o recurso aos religiosos de S. Torcato.

João Martins – Prior do mosteiro de Souto. Como já foi avançado anteriormente, parece-nos que João Martins é proveniente do mosteiro de S. Torcato, alcançando o de Souto por troca directa com Lourenço Martins. Desconhecemos a data dessa possível permuta, bem como os motivos que a originaram. De qualquer modo, a 1 de Dezembro de 1364, João Martins já se encontrava à frente deste cenóbio²⁶³². Naturalmente que não podemos descartar a possibilidade de estarmos na presença de um homónimo mas, neste caso específico, parece-nos uma hipótese muito remota.

Uma carta de quitação, datada de 9 de Setembro de 1366, referente a treze maravedis que o prior de Souto mandou entregar ao Cabido da Sé de Braga, confirma

²⁶²⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 60-61. Não conseguimos detectar a sua ficha biográfica na utilíssima obra sobre os capitulares bracarenses (cf. *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*, 2005).

²⁶²⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.142-144.

²⁶²⁹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 55, 142.

²⁶³⁰ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p.86.

²⁶³¹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.61.

²⁶³² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 61-62.

João Martins como prior do mosteiro²⁶³³. Surge, novamente, referenciado no cargo a 8 de Abril de 1370, dia em que Geraldo Domingues, sapateiro de Guimarães, e sua mulher, Catarina Domingues, doaram ao mosteiro de Souto, em virtude das boas obras que o prior lhes tinha feito, o seu casal de Santa Cruz, localizado na freguesia de S. Salvador de Souto²⁶³⁴. Documentos de 1375²⁶³⁵ continuam a revelar a sua presença à frente do mosteiro, sendo tal presença documentalmente comprovada até finais de 1379. Deste último ano, conhecemos-lhe duas intervenções: a primeira de 2 de Novembro de 1379, integrando o rol de testemunhas presentes na feitura do testamento do cavaleiro Álvaro Lourenço de Mariz, morador na freguesia de Santa Maria de Souto, que pede para ser enterrado no mosteiro, deixando diversos bens à instituição, figurando, inclusivamente, o prior João Martins, como seu testamenteiro²⁶³⁶; a segunda é um contrato de emprazamento, feito a 19 de Novembro de 1379, a Vasco Domingues, abade de Santa Eufémia, e a duas outras pessoas a nomear²⁶³⁷. Presumivelmente, o seu priorado prolongou-se pela década de 80 e até, provavelmente, pelos primeiros anos da de 90, mas não temos registos documentais que o comprovem.

Estêvão Peres – Prior do mosteiro de Souto. É provável que seja o sucessor de João Martins à frente de S. Salvador de Souto. A 26 de Julho de 1394 já era prior do mosteiro de Souto de Riba de Ave, embora aí seja identificado apenas como “dom Stevom”²⁶³⁸, dia em que entregou a Domingos Gonçalves, abade de Santa Eulália de Revelhe, do julgado de Montelongo, todas as coisas respeitantes à referida igreja de Santa Eulália, que tinha sido abaciada por ele entre 1393 e o S. João Baptista de 1394²⁶³⁹. Caso não tenha acumulado ambos os cargos, e tendo em conta que não detectamos o seu nome entre os religiosos de Souto e que esta igreja não pertencia ao padroado do mosteiro, significa que deverá ter sido indigitado para o priorado deste cenóbio agostinho em finais de Junho ou inícios de Julho de 1394. Parece, por isso, ser mais um prior externo à comunidade, embora desconhecamos a sua proveniência concreta. A 21 de Maio de 1397 encontrava-se em Guimarães onde o prior e o mosteiro chegaram a acordo com Afonso Domingues, sapateiro de Guimarães, por causa de umas casas que ambos disputavam nessa vila, ficando o mosteiro em posse dos prédios²⁶⁴⁰. Estêvão Peres marcou presença no sínodo diocesano de Braga, de D. Martinho Afonso Pires da Charneca, realizado a 15 de Novembro de 1398²⁶⁴¹. A documentação proveniente do cartório de Souto mostra-nos que este prior se manteve à frente do mosteiro ao longo da primeira década do século XV e inícios da segunda. Assim, é referenciado como prior do mosteiro em documentos de 1400²⁶⁴², 1402²⁶⁴³, 1403²⁶⁴⁴, 1404²⁶⁴⁵, 1410 e 1413²⁶⁴⁶, quase todos referentes a contendas em que o prior e o mosteiro se viram envolvidos. A

²⁶³³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.62.

²⁶³⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.146.

²⁶³⁵ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 63-65.

²⁶³⁶ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...”, 1993, pp.286-287.

²⁶³⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.65.

²⁶³⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.66.

²⁶³⁹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.65-66.

²⁶⁴⁰ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.66-67; Cruz, António, “O mosteiro de Souto...”, 1981, p.98.

²⁶⁴¹ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.60.

²⁶⁴² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.67-71.

²⁶⁴³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.71-73.

²⁶⁴⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.146-149.

²⁶⁴⁵ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.75.

²⁶⁴⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.149-151.

última referência documental, que conhecemos, em que Estêvão Peres é mencionado como prior de Souto, data de 25 de Abril de 1413, dia em que o cónego Vasco Gonçalves, procurador do mosteiro de Souto, compareceu perante o arcebispo D. Martinho, tendo aí emprazado a Gervaz Geraldês, ao seu filho Domingos Gervaz e à sua futura esposa, o casal de Real, que o mosteiro tinha na freguesia de S. Romão de Sixto²⁶⁴⁷.

D. Afonso Lourenço – Prior do mosteiro de São Salvador de Souto. A composição celebrada entre o Cabido de Braga, a colegiada de Guimarães e alguns mosteiros e igrejas de Guimarães e Montelongo, a 11 de Agosto de 1419, envolvendo rendas, identificam-no como prior do mosteiro²⁶⁴⁸. Um documento datado de 8 de Fevereiro de 1422, referente ao emprazamento que o mosteiro fez de uma herdade e casas que tinha na freguesia de Salamonde, reafirma a presença de Afonso Lourenço à frente do priorado²⁶⁴⁹. No dia 26 de Maio de 1423 encontrava-se no mosteiro de S. Torcato, onde, na companhia de dois outros religiosos de Souto, testemunha uma nota referente a um emprazamento efectuado nesse mosteiro²⁶⁵⁰. A 21 de Novembro de 1426, é estabelecido um acordo entre o prior Afonso Lourenço, nomeado pelo convento como legítimo procurador do mosteiro, e Diogo Domingues, solucionando assim uma contenda que corria entre as partes, relacionada com os direitos de passagem de pessoas e da água da presa do Lugar em regos e terras de Diogo Domingues, para servir terras e caseiros do mosteiro²⁶⁵¹. Um emprazamento feito em 1432²⁶⁵² e um escambo datado de 3 de Julho de 1434 revelam que D. Afonso Lourenço continuava a ser o prior da instituição²⁶⁵³. A 12 de Fevereiro de 1435, Afonso Lourenço continuava à frente do priorado de S. Salvador de Souto mas encontrava-se nas suas pousadas na rua da Infesta, em Guimarães, recebendo aí Martim Anes, morador no lugar do Bairro, freguesia de S. Vicente de Paços, comprometendo-se a emprazar-lhe o lugar do Bairro onde ele vivia²⁶⁵⁴. A 10 de Janeiro de 1440 a Confraria de Santa Maria empraza um terço de uma casa situada dentro da cerca velha do castelo a Afonso Lourenço, prior do Souto, e ao seu convento, por uma renda de vinte soldos²⁶⁵⁵. Desconhecemos o ano de “terminus” do seu priorado, sendo admissível que se tenha prolongado pela década de quarenta, mas este é o último registo que nos confirma inequivocamente a sua presença no priorado. Como se depreende das constantes querelas em que o mosteiro andava envolvido e do facto de o prior, aparentemente, viver em Guimarães²⁶⁵⁶, a situação da instituição começava a assumir alguns contornos de gravidade.

²⁶⁴⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.149-151.

²⁶⁴⁸ Costa, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.478 (doc.123); Oliveira, A. Lopes de, *Fafe e o seu concelho*, Edição da Câmara Municipal de Fafe, s.d, p.29.

²⁶⁴⁹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.152-154.

²⁶⁵⁰ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, Nº216.

²⁶⁵¹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 154-156.

²⁶⁵² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 156-159.

²⁶⁵³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 159-160.

²⁶⁵⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.77.

²⁶⁵⁵ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, Nº262.

²⁶⁵⁶ Os documentos indiciam isso mesmo, de resto também Cruz, António, “O mosteiro de Souto...”, 1981, p.102, é dessa opinião.

D. Luís Domingues – Prior do mosteiro de São Salvador de Souto. Foi eleito pela comunidade mas era um “criado do senhor duque de Bragança”²⁶⁵⁷. A 28 de Fevereiro de 1450 foi transferido, pelo arcebispo de Braga, para o mosteiro de S. Torcato²⁶⁵⁸.

Pedro Nogueira/Martim Nogueira – Prior do mosteiro de São Salvador de Souto. Pedro Nogueira vai ocupar o lugar deixado por Luís Domingues, sendo indigitado e confirmado no priorado desta canónica regrante, a 12 de Março de 1450, pelo arcebispo de Braga, em virtude de não haver elementos suficientes para constituir convento e eleger o prior²⁶⁵⁹. Pedro Nogueira ou Martim Nogueira, como também é referenciado em duas súplicas²⁶⁶⁰, manteve-se como prior de S. Salvador de Souto até ao seu falecimento, que deverá ter ocorrido em Abril de 1454, uma vez que, no dia 17 desse mês e ano, D. Fernando da Guerra nomeou Gonçalo Vasques, cónego do mosteiro de Mancelos, para prior de Souto, mais uma vez, por aí não haver “coonigos e convento pera poderem emleger como se de derecho require”²⁶⁶¹.

Gonçalo Vasques – Prior do mosteiro de São Salvador de Souto. Era cónego regrante do mosteiro de Mancelos, tendo sido colocado e confirmado, a 17 de Abril de 1454, no mosteiro de Souto pelo arcebispo de Braga, por este se encontrar vago por morte do seu último prior, Pedro Nogueira²⁶⁶². A sua presença à frente deste mosteiro foi efémera, renunciando ao cargo, cerca de um mês depois, por não ter cónegos nem forma de os sustentar se os aí tivesse²⁶⁶³. Perante tal situação, D. Fernando da Guerra, a 27 de Junho de 1454, reduziu o mosteiro a igreja secular²⁶⁶⁴, nomeando, no dia seguinte o seu capelão-mor, Afonso Vicente, para a paróquia²⁶⁶⁵. De qualquer modo, a sua permanência nesta igreja também foi extremamente fugaz, uma vez que, a 10 de Setembro de 1454, o papa Nicolau V (1447-1455) deu-a em comenda a Álvaro Vasques, cónego de Braga e bacharel em Decretos, embora a comenda seja aí referenciada como mosteiro e se faça alusão ao prior Martim Nogueira, como último detentor do priorado²⁶⁶⁶. Quanto a Gonçalo Vasques desconhecemos o seu paradeiro mas é muito provável que tenha regressado ao mosteiro de Mancelos.

²⁶⁵⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.118v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.729.

²⁶⁵⁸ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.152, 153v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.729.

²⁶⁵⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.153v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.729.

²⁶⁶⁰ Numa súplica de 10 de Setembro de 1454 alude-se a este prior, aparecendo aí identificado como “Martinus Nogueyra” (cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. V (1446-1455), 1972, pp.383-384), situação que se volta a verificar numa súplica do duque de Bragança de 10 de Maio de 1458 em que este prior volta a ser referenciado como “Martini Nogueyra” (cf. *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. VI (1456-1470), 1972, pp.74-75).

²⁶⁶¹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.183; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.730.

²⁶⁶² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.183; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.730.

²⁶⁶³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.184; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.730.

²⁶⁶⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.184; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.730.

²⁶⁶⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.184; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.731.

²⁶⁶⁶ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. V (1446-1455), 1972, pp.383-384; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.731.

1.1.14. - São Salvador de Valdreu (c. Vila Verde)

Nuno Fernandes – Prior do mosteiro de Valdreu. “Nunus Fernandi” já surge identificado como prior de Valdreu em 1258²⁶⁶⁷. Desconhecemos até quando governou o mosteiro e, mesmo admitindo que dificilmente o seu priorado se prolongaria até ao início do século XIV, essa é, no entanto, uma hipótese que não podemos excluir. É que, segundo o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, “Nuno Fernandez, que foi priol de Baldreu” era filho de Fernão Origues e Marinha Viegas e pai de Rui Nunes, privado de D. Dinis e ouvidor da justiça²⁶⁶⁸, que se diz ainda viver em tempo do rei D. Pedro²⁶⁶⁹, dado este que, a ser verídico, nos leva a admitir que a longevidade de Nuno Fernandes tenha ainda conhecido a aurora da centúria de trezentos.

?? - Existe notícia de um prior do mosteiro de Valdreu que participou no sínodo diocesano de Braga, presidido pelo arcebispo D. Martinho Afonso Pires da Charneca, realizado a 15 de Novembro de 1398²⁶⁷⁰ mas, infelizmente, não é aí identificado.

Lourenço Anes – Prior do mosteiro de Valdreu. Foi-lhe legitimado um filho, de nome Ascêncio Lourenço, por carta de 9 de Setembro de 1451, fruto de uma relação do religioso com Maria Afonso²⁶⁷¹. Manteve-se no priorado até 1466, tendo falecido, muito provavelmente, em finais de Julho ou início de Agosto desse ano, uma vez que, a 27 de Agosto de 1466, foi aí confirmado novo prior, vagando o mosteiro por falecimento de Lourenço Anes²⁶⁷².

Gonçalo Anes – Prior do mosteiro de Valdreu. Cónego professo da Ordem de Santo Agostinho, foi confirmado no priorado de S. Salvador de Valdreu a 27 de Agosto de 1466²⁶⁷³. A 14 de Junho de 1467 “Gonçalo Annes prior do moesteiro de Baldreu” encontrava-se em Braga no paço episcopal onde testemunhou a adenda e autenticação do testamento de D. Fernando da Guerra²⁶⁷⁴. A 26 de Março de 1468 o prior de Valdreu

²⁶⁶⁷ *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones*, Vol, I, Fasc. III, Lisboa, Academia das Ciências, 1891, p.431.

²⁶⁶⁸ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, *Portugaliae Monumenta Historica - Nova Série*, vol.II/1, ed. crítica por José Mattoso, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1980, p.421; *Livros Velhos de Linhagens (Livro do Deão)*, *Portugaliae Monumenta Historica - Nova Série*, vol.I, ed. crítica por Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1980, p.144. Este Rui Nunes poderá ser, eventualmente, o mesmo que aparece a testemunhar um documento régio em Janeiro de 1312 (cf. *Livro das Leis e Posturas*, Prefácio de Nuno Espinosa Gomes da Silva, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971, p.190; Homem, Armando Luís de Carvalho, “Dionisius et Alfonsus, Dei Gratia Reges et communis Utilitatis Gratias Legiferi” in *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, Vol. XI, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1994, pp. 57-58).

²⁶⁶⁹ *Armorial Lusitano*, direcção e coordenação de Afonso Eduardo Martins Zuquete com colaboração de António Machado Faria, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961, p.25.

²⁶⁷⁰ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.60.

²⁶⁷¹ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 11, fl.142vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1014. O pedido de legitimação foi requerido pelo prior através do envio de instrumento próprio feito e assinado por Vicente Martins, tabelião de Braga.

²⁶⁷² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.248vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.795.

²⁶⁷³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.248vº; Marques, José, Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.795.

²⁶⁷⁴ Marques, José, “O testamento de D. Fernando da Guerra”, in *Bracara Augusta*, Vol. XXXIII (Fascículos 75-76 (87-88) de Janeiro-Dezembro de 1979), Braga, 1979, p.195.

pronunciou-se favoravelmente em relação ao mosteiro de Pombeiro, numa contenda que esta instituição mantinha com Vasco Leite, por causa do padroado da Igreja de São Tomé de Feriande e da sua anexa de Santo André²⁶⁷⁵, e, apesar da sua identidade não ser aí revelada, deverá tratar-se de Gonçalo Anes.

D. Francisco da Fonseca Coutinho – Prior comendatário do mosteiro de Valdreu. Filho de Diogo da Fonseca Coutinho e D. Brites Godins²⁶⁷⁶. Além de comendatário de Valdreu, teve também as comendas dos mosteiros de Bouro e Maceira Dão, e foi mestre-escola da Sé de Lisboa, arcediogo de Fonte Arcada, e bispo de Trípoli²⁶⁷⁷. D. Francisco Coutinho foi também bispo coadjutor de Braga entre 1498 e 1516²⁶⁷⁸. Não sabemos quando foi provido na comenda mas é presumível que tal tenha acontecido na última década do séc. XV ou na primeira do XVI.

D. João da Guarda e D. Carlos da Guarda – Priores comendatários do mosteiro de Valdreu. Em 1525 D. João da Guarda, clérigo da diocese da Guarda e protonotário apostólico, era comendatário de Valdreu, comenda que lhe foi dada a si, e ao seu filho, Carlos da Guarda²⁶⁷⁹. Por carta, datada de 4 de Setembro de 1549, Baltasar de Faria dava conta a el-rei do falecimento de D. João da Guarda²⁶⁸⁰.

1.1.15. - São Silvestre de Requião (c. Vila Nova de Famalicão)

Martim Martins/Martinho Martins – Prior do mosteiro de Requião. “Martinus Martini” era prior do mosteiro de S. Silvestre de Requião, a 20 de Fevereiro de 1316, dia em que este prior e o convento do mosteiro propuseram para reitor da igreja de Santa Marinha de Ferreiró, Julião Martins, cônego de Requião²⁶⁸¹.

Julião Nunes – Prior do mosteiro de Requião. Temos notícia da sua presença, a 7 de Outubro de 1329, no sínodo diocesano de Braga, presidido pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira²⁶⁸².

D. Aparício Peres – Prior do mosteiro de Requião e provável prior de S. Simão da Junqueira. A primeira referência a “Pariço Perez Prior do Moesteiro de Requam” data de 15 de Setembro de 1334, dia em que Vicente Esteves, sacador das dívidas por el-rei nos mosteiros e igrejas, reconhece que recebeu de Aparício Peres, prior do mosteiro de

²⁶⁷⁵ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p.93.

²⁶⁷⁶ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 10, 1938, p.33.

²⁶⁷⁷ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 10, 1938, p.33; Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Tomo III-Vol. 2, 1945, p.155 (nota A).

²⁶⁷⁸ Vaz, António Luís, *O cabido de Braga: 1071 a 1971 – factos notáveis do país ligados à sua história*, Braga, 1971, p.155.

²⁶⁷⁹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. XII, Lisboa, 1995, pp. 523-524; Gomes, Saul António, “Os cônegos regantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.264.

²⁶⁸⁰ *Corpo Diplomático Portuguez...*, Tomo VI, 1884, p.334.

²⁶⁸¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 75-75vº.

²⁶⁸² *Synodicon Hispanum*, 1982, p.45. D. Rodrigo da Cunha na sua *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Reprodução Fac-similada com nota de apresentação de José Marques, Braga, 1999, vol. 2, p.182, identifica-o como João Nunes, nome que é também reproduzido por Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, p.465.

Requião, 19 libras referentes à dízima do mosteiro de S. Simão da Junqueira²⁶⁸³. A 7 de Dezembro de 1336, o arcebispo D. Gonçalo absolveu de excomunhão “Domnum Aparitium Petri Priorem Monasterii Sancti Simeonis de Requam”, em processo em que havia sido julgado contumaz²⁶⁸⁴. “Apariço Perez Priol do Moesteiro de Requam” data de 17 de Janeiro de 1338, dia em que o prior é nomeado testamenteiro de Pedro Trochem, por instrumento lavrado nas casas do testador, em Água Levada, freguesia de Santa Eulália de Fradelos, por Vicente Domingues, tabelião da infanta D. Branca em Vermoim²⁶⁸⁵. O curioso deste documento é que nos revela que Aparício Peres era filho de Pedro Trochem e de Margarida Afonso, também nomeada testamenteira²⁶⁸⁶. O pai deverá ter falecido em finais de Janeiro ou início de Fevereiro, uma vez que a 3 de Fevereiro de 1338 já tinha ocorrido o seu óbito, dia em que o prior chegou a acordo com as suas irmãs Sancha Peres, Senhorinha Peres, Maria Peres e seu marido Domingos Ascêncio, e ainda o seu irmão João Peres, sobre a forma como deveriam ser guardados os bens móveis de Pedro Trochem até que fossem feitas as partilhas com a sua mãe, Margarida Afonso, acordando entre si que as chaves das casas ficariam à guarda desta última²⁶⁸⁷. Estamos certamente na presença do mesmo D. Aparicio Peres que surge por esta altura à frente do priorado de S. Simão da Junqueira. Concorrem para esta dedução dois pressupostos incontornáveis. Desde logo, a circunstância de este documento se encontrar no cartório do mosteiro da Junqueira, parecendo-nos ainda mais relevante o facto de, entre as testemunhas deste último instrumento, constarem dois cónegos desse mosteiro agostinho. Não sabemos se exerceu cumulativamente os dois priorados.

D. Rodrigo Esteves – Prior do mosteiro de Requião e futuro prior de Muia e Oliveira. A 18 de Agosto de 1421 D. Rodrigo Esteves já era prior do mosteiro de Requião, dia em que deu execução à sentença pontifical, de 27 de Fevereiro de 1421, que permitia a redução dos canonicatos da Sé de Braga de 44 para 30²⁶⁸⁸. É muito provável que tenha abandonado o mosteiro de Requião uma vez que vai surgir um outro prior à frente do mosteiro. Desconhecemos os motivos da sua saída, bem como o seu percurso até 1430, altura em que foi eleito prior do mosteiro de Vila Nova de Muia, eleição confirmada pelo arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, a 26 de Julho de 1430²⁶⁸⁹. Cerca de cinco anos depois voltaria a mudar de priorado, sendo transferido, em 1435, para o mosteiro de Santa Maria de Oliveira²⁶⁹⁰.

Gonçalo Vasques – Prior do mosteiro de Requião e futuro prior de Oliveira. Sucede a D. Rodrigo Esteves à frente do mosteiro, sendo, tal como o seu antecessor, nomeado pelo papa para sentenciar assuntos relacionados com a Sé de Braga, dando provimento à anexação das igrejas de S. Miguel de Marinhãs e Argivai ao Cabido bracarense²⁶⁹¹. Gonçalo Vasques ocupou a cadeira prioral de Requião durante muito pouco tempo, uma

²⁶⁸³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl.92vº.

²⁶⁸⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.114-114vº.

²⁶⁸⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 97vº.

²⁶⁸⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 97vº.

²⁶⁸⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 98-98vº.

²⁶⁸⁸ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, pp. 254-255; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.723.

²⁶⁸⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.48; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.723,742.

²⁶⁹⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.63vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.723,742.

²⁶⁹¹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.723.

vez que, a 9 de Abril de 1425, “Gomçalo Vaaz” já aparece identificado como prior do mosteiro de Santa Maria de Oliveira²⁶⁹², surgindo, entretanto, um hiato temporal de oito anos em que não temos notícias deste religioso, só aparecendo novamente documentado, já como prior de Oliveira, a 2 de Abril de 1433, dia em que passa procuração a um cônego desse mosteiro para efectuar dois empraçamentos, que são concretizados no dia seguinte²⁶⁹³.

Priores cuja cronologia não foi possível estabelecer:

D. Martim Peres - Prior de Requião. Um obituário do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia regista o falecimento de D. Martim Peres, prior de Requião e cônego de Landim, a 17 de Novembro, mas sem indicação do respectivo ano²⁶⁹⁴.

1.1.16. - São Simão da Junqueira (c. Vila do Conde)

D. Domingos Gomes – Prior de S. Simão da Junqueira. Frei Timóteo dos Mártires regista a presença de Domingos Gomes como prior-mor do mosteiro da Junqueira entre 1294 e 1314²⁶⁹⁵. De facto, tudo indica que o seu priorado se tenha iniciado em 1294²⁶⁹⁶, embora exista um documento de Maio de 1295 que identifica ainda Gonçalo Domingues como prior de S. Simão da Junqueira²⁶⁹⁷. Estamos perante mais um caso de ascensão hierárquica de um religioso da instituição, uma vez que tudo leva a crer que este D. Domingos Gomes é o cônego que surge entre as testemunhas de um instrumento de 28 de Novembro de 1286²⁶⁹⁸. A 25 de Outubro de 1294, Maria Peres e os seus 4 filhos escambam com “Domingos Gomez priol do moesteiro de Sam Simhom” uma casa que tinham em Vila do Conde, cedendo o prior uma casa que tinha em Miragaia²⁶⁹⁹. Por instrumentos de 25 de Julho de 1297²⁷⁰⁰, 6 de Março de 1298²⁷⁰¹, Maio de 1299²⁷⁰², 5 de Fevereiro de 1301²⁷⁰³, 15 de Abril de 1302²⁷⁰⁴, 5 de Novembro de 1302²⁷⁰⁵, 10 de Agosto de 1305²⁷⁰⁶ e 6 de Maio de 1306²⁷⁰⁷, Domingos Gomes aparece identificado como prior de S. Simão da Junqueira. A 3 de Janeiro de 1308 “Domno Dominico Gometii Priori Monasterii Sancti Symeonis” e o convento do mosteiro recebem do cavaleiro João Esteves Botelho todo o direito de padroado que este aí detinha²⁷⁰⁸. Instrumentos de 1 de Julho de 1308²⁷⁰⁹, 8 de Julho de 1309²⁷¹⁰, 2 de Maio de 1310²⁷¹¹, 5

²⁶⁹² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.6.

²⁶⁹³ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, Docs.14,15.

²⁶⁹⁴ BNL – Secção de Reservados, N° 215 (“Treslado do livro dos obitos do mosteiro de S. Salvador de Moreira”, s. p.).

²⁶⁹⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.151.

²⁶⁹⁶ Lira, Sérgio, “O mosteiro de S. Simão da Junqueira de Vila do Conde”, in *Actas do 2º Encontro de História de Vila do Conde* (Vila do Conde: 1050 anos de História – A memória dos séculos monásticos), Câmara Municipal de Vila do Conde, 2004, p.167.

²⁶⁹⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 68vº-69.

²⁶⁹⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl. 69-69vº

²⁶⁹⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 80vº-81.

²⁷⁰⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 51-51vº.

²⁷⁰¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 78-78vº.

²⁷⁰² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.52vº-53.

²⁷⁰³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 52-52vº, 53-53vº.

²⁷⁰⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 56vº-57.

²⁷⁰⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 54vº-55.

²⁷⁰⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 80-80vº.

²⁷⁰⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 65.

²⁷⁰⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 36-37.

²⁷⁰⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 58-58vº.

de Maio de 1310²⁷¹², 15 de Novembro de 1310²⁷¹³, 19 de Dezembro de 1310²⁷¹⁴, Dia de Ramos de 1312²⁷¹⁵ e 21 de Dezembro de 1312²⁷¹⁶, confirmam-no no cargo. A 3 de Maio de 1313 deslocou-se a Braga para, na diocese efectuar emprazamentos de casais do mosteiro, encontrando-se devidamente munido de procuração do convento, feita no dia anterior, para proceder a tais negócios²⁷¹⁷.

D. João Esteves – Prior de S. Simão da Junqueira. Frei Timóteo dos Mártires detecta a presença de João Esteves entre 1314 e 1319²⁷¹⁸. Documentalmente o seu priorado é comprovável neste período, ou pelo menos em parte dele, uma vez que, a de 21 de Maio de 1316, já aparece identificado “Johannes Stephani Prior dicti Monasterii Sancti Simonis”²⁷¹⁹. Um instrumento datado de 3 de Novembro de 1316 menciona, novamente, “Joham Esteves” como prior do mosteiro, dia em que surge o cónego Estêvão Domingues, na qualidade de procurador do prior e do convento, a efectuar um emprazamento em três vidas²⁷²⁰. A 2 de Maio de 1317 o prior João Esteves encontrava-se em Braga, onde perante o tabelião Domingos Paulo, foi feito um instrumento em que João Peres do Casal de Pedro confessava que tinha alheado uma leira de um meio casal que trazia do mosteiro, para o cavaleiro Mem Gonçalves, filho de Gonçalo Martins Camelo, aí fazer casa²⁷²¹. “Domni Johannis Stephani” surge novamente referenciado como prior do mosteiro da Junqueira em instrumento de 26 de Setembro de 1317²⁷²². “Johanne Steveez priol do moesteiro de Sam Simom de Riba da Est do Arcebispado de Bragaa”, em 7 de Outubro de 1317, aparece perante o juiz do julgado do Vouga, empossando uma carta régia que ordenava às justiças desse julgado que defendessem os casais e herdamentos que o mosteiro possuía no julgado de Vouga, sobretudo em Figueira²⁷²³. A 28 de Abril de 1319, D. João ainda se mantinha no priorado de S. Simão da Junqueira²⁷²⁴.

D. Domingos Pires / D. Domingos de Covas – Prior de S. Simão da Junqueira. Frei Timóteo dos Mártires regista a presença de Domingos Pires à frente da instituição entre 1319 e 1325²⁷²⁵. A 6 de Setembro de 1321 “Domingos Perez Priol do Moesteiro de Sam Simhom” empraça, juntamente com o convento, a Martim Miguéis do Cerqueiral e a seu irmão, João Miguéis, o lugar da Lágea, com a obrigação de aí fazerem um moinho²⁷²⁶. Efectivamente, já era prior a 27 de Outubro de 1321, dia em que o arcebispo de Braga, D. João, autorizou “Domingos Perez prior do Moesteiro de Sam Simhom da Ordim de Sant’Agostinho” a penhorar bens do mosteiro até um valor de 100 morabitanos para fazer face às despesas correntes do mosteiro, assegurar mantimentos e

²⁷¹⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 59.

²⁷¹¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 59vº-60.

²⁷¹² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 60-61vº.

²⁷¹³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 64vº-67.

²⁷¹⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 67vº-68.

²⁷¹⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 70-70vº.

²⁷¹⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 70vº-71.

²⁷¹⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 71vº-72vº.

²⁷¹⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.151.

²⁷¹⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.120.

²⁷²⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, fl. 44vº-45vº.

²⁷²¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 71-71vº.

²⁷²² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 73-73vº.

²⁷²³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.78vº-79vº.

²⁷²⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.85-86.

²⁷²⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.151.

²⁷²⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.89vº-90.

vestes para o prior e monges, e pagar as dívidas referentes às obrigações que tinham para com o arcebispo de Braga, incluindo a colheita²⁷²⁷. A 5 de Setembro de 1322, o prior Domingos Peres, em representação do convento, apresentou-se em Rates fazendo aí, perante o tabelião João Peres, uma composição com Gonçalo Rodrigues de Negreiros, a quem o mosteiro acusava de roubar capões, galinhas, patos e cevada dos casais de Cadilhe²⁷²⁸. Em 1323, ainda continuava à frente do priorado, como se infere de uma carta de D. Dinis, datada de 6 de Abril de 1323, e endereçada a Mem Rodrigues de Vasconcelos, meirinho-mor de Entre Douro e Minho, dando conta de que “Domingos de Covas priol de Sam Simhom de Riba de Est” se queixou que “o seu Moesteiro he tam pobre e tam pequeno e de pequenas rendas e a tantos naturaes e tam grandes que os nom pode sofrer e que desperece no temporal e no esperitual”, ordenando-lhe que faça inquirição sobre a real situação do mosteiro²⁷²⁹. A 25 de Julho de 1324 o prior D. Domingos encontrava-se em Rates, onde recebeu de Lucas Martins e de sua mulher, Maria Domingues, e de Pascoal Martins e sua mulher, Clara Domingues, a quintã do Ribeiro, em reconhecimento do emprazamento que o mosteiro lhes fez do casal onde moravam²⁷³⁰. Apesar de neste documento régio o prior surgir identificado como Domingos de Covas, tudo indica estarmos na presença de Domingos Pires ou Peres, sendo Covas o referencial toponímico da origem do prior. Em instrumentos de 22 de Maio de 1324²⁷³¹, Domingos Peres continua a ser identificado como prior do mosteiro de S. Simão da Junqueira. Aparentemente, face aos elementos que conhecemos, tudo indica que este prior terá abdicado do cargo pois, a 8 de Agosto de 1328, surge mencionado como cônego entre as testemunhas de dois instrumentos, um lavrado na quintã de Casal de Pedro, no couto do mosteiro²⁷³², e o outro no próprio mosteiro²⁷³³.

D. Aparicio Peres – Prior de S. Simão da Junqueira. Frei Timóteo dos Mártires identifica o seu priorado entre 1326 e 1330²⁷³⁴. A documentação permite-nos, no entanto, antecipar a cronologia proposta pelo cronista agostinho, uma vez que a primeira referência que encontramos a “Pariço Pirez priol” de S. Simão da Junqueira data de 15 de Janeiro de 1324²⁷³⁵. Uma composição feita a 7 de Abril de 1324 entre “Apariço Perez Priol do Moesteiro de Sam Simhom dantre Ave e Este” e o cavaleiro Martim Vasques da Cunha, por causa do lugar de Vilar do Mato, situado no couto do mosteiro, confirma a sua presença à frente da instituição por esta altura²⁷³⁶. De referir um documento, de 19 de Janeiro de 1326, em que “Pariço Perez Prior do Moesteiro de Sam Simhom dantre Ave e Este” estabelece um compromisso com o convento do mosteiro, acordando-se que à morte de cada prior ou frade da instituição se conserve a ração e os réditos da vestimenta durante um ano e um dia, para fazer serviço pela alma do finado²⁷³⁷. Em 8 de Julho de 1327, Estêvão Anes de Outiz reconheceu e confessou que trazia um quinhão de um casal, na freguesia de Santiago de Outiz, que pertencia ao mosteiro da Junqueira e trazia-o de mão “da Pariço Perez Priol do dito Moesteiro”²⁷³⁸. A 5 de Agosto de 1327

²⁷²⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.86-86vº.

²⁷²⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 85vº-86.

²⁷²⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.88.

²⁷³⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, 1743, fl. 46vº.

²⁷³¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.92-92vº.

²⁷³² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.93.

²⁷³³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 55vº-56.

²⁷³⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁷³⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 82-83.

²⁷³⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 83-83vº.

²⁷³⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 47-47vº.

²⁷³⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.89vº-90.

este prior, juntamente com o convento escamba propriedades com o cavaleiro Mem Gonçalves Camelo e sua mulher, Inês Rodrigues²⁷³⁹. A 21 de Agosto de 1327 D. Aparício encontrava-se em Veiriz, onde assistiu à feitura do testamento do cavaleiro Fernão da Veiga, onde fica expressa a vontade deste ser enterrado no mosteiro de S. Simão, além de reconhecer e confessar que trazia, usurpada do mosteiro, uma arroteia em Sisto, termo de Pigeiros, da qual abria mão e entregava ao prior do mosteiro, que aí mesmo o perdoou²⁷⁴⁰. A 1 de Janeiro de 1328 continua a ser referenciado como prior da instituição²⁷⁴¹ e, em 11 de Junho de 1328, encontrava-se na igreja de Santa Marinha de Ferreiró, onde solicita um instrumento referente à confissão e reconhecimento feito por João Anes, capelão dessa igreja, que confessa e reconhece que Lourenço Peres, morador nessa freguesia, tinha mandado dar pela sua alma 4 soldos anuais da sua vinha da Praçaria da Regueira ao mosteiro de S. Simão da Junqueira²⁷⁴². De 8 de Agosto de 1328 conhecemos dois instrumentos em que D. Aparício é interveniente: um referente ao emprazamento do casal de Cadilhe, na freguesia de Santiago de Amorim²⁷⁴³, e um outro em que recebe, para o mosteiro, todos os bens que João Peres de Casal de Pedro e Luzia Fagundes, sua mulher, tinham no couto do mosteiro²⁷⁴⁴. A 5 de Abril de 1329 o prior encontrava-se em Chantada, em casa de Rodrigo Anes, que aí efectuou o seu testamento, pedindo ao prior que ajudasse a cumprir as disposições testamentárias, entre as quais se encontrava a vontade de ser enterrado no mosteiro de S. Simão da Junqueira, reconhecendo também que devia ao mosteiro 30 libras, dinheiro referente a um rocim que tinha comprado a Domingos Gomes²⁷⁴⁵, muito provavelmente o antigo prior do mosteiro. A 11 de Julho de 1329 “e porque os outros Priores e Convento nom tinham apartado condotaria” de pão, carne, pescado, alhos, manteiga e azeite, D. Aparício Peres e o convento estabelecem a divisão entre as mesas prioral e conventual²⁷⁴⁶. Continua a ser referenciado como prior do mosteiro em instrumentos de 17 de Abril de 1330²⁷⁴⁷ e 10 de Junho de 1330²⁷⁴⁸. A 26 de Julho de 1330 “Pariço Peres Priol do dito Moesteiro” recebeu em Casal Gontinho, couto de S. Simão da Junqueira, todos os bens que Pedro Afonso e Marinha Anes, sua mulher, moradores nesse casal, tinham no couto da Junqueira²⁷⁴⁹. A 23 de Setembro de 1330, “Dom Apariço Perez Priol do moesteiro de Sam Simhom” surge entre as testemunhas do instrumento de partilhas dos bens de Casal de Pedro, que tinham sido de Domingos Peres, correndo litígio entre Maria Peres e os seus herdeiros contra o mosteiro²⁷⁵⁰. A 15 de Dezembro de 1330²⁷⁵¹, 22 de Dezembro de 1330²⁷⁵², 31 de Dezembro de 1330²⁷⁵³ continua a ser identificado como prior do mosteiro. A 5 de Janeiro de 1331, Aparício Peres, prior do mosteiro de S. Simão da Junqueira, compareceu perante o juiz de Faria, Martim Anes, estabelecendo-se uma

²⁷³⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl.93vº-96.

²⁷⁴⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl. 90vº-91.

²⁷⁴¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.95vº-96.

²⁷⁴² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.92-92vº.

²⁷⁴³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.98-98vº.

²⁷⁴⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 55vº-56.

²⁷⁴⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 59vº-60vº.

²⁷⁴⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.93vº-94.

²⁷⁴⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.94vº-95.

²⁷⁴⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.99vº-100vº.

²⁷⁴⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 56vº-59. Aldonça Rodrigues é aí representada pelo seu marido e procurador, o escudeiro Lourenço Anes (cf. IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 62vº-63).

²⁷⁵⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 64vº-66vº.

²⁷⁵¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.101vº-102.

²⁷⁵² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.102-102vº.

²⁷⁵³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.100vº-101vº.

composição entre o prior e várias pessoas a propósito da demanda que traziam por causa da casa de Sobre a Fonte e da leira de Novais²⁷⁵⁴. A 21 de Fevereiro de 1332²⁷⁵⁵, 10 de Abril de 1332²⁷⁵⁶, e a 10 de Junho de 1332²⁷⁵⁷ continua a ser identificado como prior do mosteiro, o mesmo sucedendo a 24 de Julho de 1332, surgindo entre as testemunhas de uma carta de venda, feita em S. Martinho do Outeiro²⁷⁵⁸. Um instrumento datado de 1 de Setembro de 1332 revela que “o Religiozo Barom Dom Apariço Perez Priol do moesteiro de Sam Simhom dantre Ave e Este”, em seu nome e no do convento, de quem era procurador, andava em contenda com o cavaleiro Fernão da Veiga, e seus familiares directos, por causa do casal do Barro, sito em Veiriz²⁷⁵⁹. A 15 de Novembro de 1332 é dada sentença favorável ao mosteiro nessa contenda, com o prior Aparício Peres a ser empossado, nesse mesmo dia, no casal em causa²⁷⁶⁰. A 19 de Dezembro de 1332 “Apparitium Petri Priorem Monasterii Sancti Simeonis de Ripa Alista” andava em contenda com Estêvão Domingues, cónego do mosteiro e abade de Santo André de Parada por causa de moinhos e pesqueiras de Águas Juntas, no Rio Ave²⁷⁶¹. De resto, os desentendimentos do prior com este religioso já tinham conhecido um capítulo anterior, em Abril de 1332²⁷⁶². A 11 de Janeiro de 1333 “Dom Apariço Perez priol do moesteiro de Sam Simhom” surge entre as testemunhas de um instrumento de compra²⁷⁶³. A 16 de Março de 1333 recebe, por renúncia de João Vilar e sua mulher, Maria Martins, o emprazamento que estes traziam do mosteiro junto da igreja de Santa Maria de Bagunte²⁷⁶⁴. A 27 de Junho de 1333 ainda se mantinha como prior do mosteiro, encontrando-se em Bagunte onde, no Adro da igreja, foi lavrado um instrumento pelo qual Bartolomeu Peres e sua mulher, Maria Domingues, fizeram doação, ao mosteiro da Junqueira, de todos os herdamentos que tinham em Vilar de Anta, freguesia de Santa Maria de Bagunte²⁷⁶⁵. Na qualidade de superior hierárquico da comunidade de S. Simão da Junqueira, só voltámos a ter notícias de D. Aparício Peres na década de 40, pelo que será necessário questionarmos se estaremos perante o mesmo indivíduo, ou se será um homónimo. Neste caso concreto, parece-nos não existir muitas dúvidas de que se trata do mesmo prior. Por um lado, temos a circunstância do seu nome não ser propriamente comum e, por outro, a sua curta permanência à frente do priorado. A ausência do seu nome na documentação parece justificar-se pelo facto de, este prior, ter assumido o priorado do vizinho mosteiro de São Silvestre de Requião, retornando a S. Simão da Junqueira em finais da década de 30, ou mesmo no início de 40, hiato temporal em que deverá ter sido substituído por Martim de Cerzedelo. O certo é que, a 1 de Abril de 1340, “Apariço Perez Priol do Moesteiro de Sam Simhom” e o convento do mosteiro emprazam a Domingos Durães e a sua mulher, Esteva Martins, o meio casal que o mosteiro tinha em Vilar do Sovereiro e no qual eles já moravam²⁷⁶⁶. A 6 de Dezembro de 1341 “Apariço Pires Priol do Mosteiro de Sam Simhom” encontrava-se, juntamente

²⁷⁵⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 87vº-88vº.

²⁷⁵⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 86-87.

²⁷⁵⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.104-104vº.

²⁷⁵⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.103-103vº.

²⁷⁵⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 89vº-90. Neste documento, e certamente por falha ao fazer-se o traslado do original, aparece identificado como Aparício Esteves.

²⁷⁵⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.104vº-105vº.

²⁷⁶⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.105vº-107vº.

²⁷⁶¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.108-110vº.

²⁷⁶² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.104-104vº.

²⁷⁶³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.98vº-99.

²⁷⁶⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 92vº-93.

²⁷⁶⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.98-99vº.

²⁷⁶⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.116vº-117vº.

com o cónego Martim Geraldês, em Rates, perante o juiz de Faria, Estêvão Peres, por causa da contenda que corria entre o mosteiro e Pedro Esteves do Casal, aí representado por Vasco Rodrigues, seu procurador, por causa da bouça da Pedra de Couto de Pousadoiro, em S. Martinho do Outeiro, acabando por chegar as partes a entendimento, no dia 14 de Dezembro de 1341²⁷⁶⁷. A 20 de Setembro de 1345 “Aparição Perez Priol do Mosteiro de Sam Simhom” e o convento do mosteiro emprazam a Afonso Anes, à sua primeira mulher legítima e a um filho de ambos um casal que o mosteiro tinha na freguesia de Santa Marinha de Ferreiró²⁷⁶⁸. A 3 de Maio de 1346 “Aparição Perez Priol do Mosteiro de Sam Simhom da Hordem de Sant’Agostinho do Arcebispaço de Bragaa” e o convento do mosteiro emprazam a Estêvão Domingues, à sua mulher, Maria Geraldês, e a um filho a nomear pelo postumeiro, as quebradas que o mosteiro tinha no Vale de São Tomé, freguesia de São Tomé, julgado de Refoios²⁷⁶⁹. Instrumentos de 29 de Novembro de 1355²⁷⁷⁰ e de 27 de Abril de 1356²⁷⁷¹ continuam a referenciar Aparício Peres como prior do mosteiro de S. Simão da Junqueira. Em documento datado de 22 de Outubro de 1358, surge-nos novamente referenciado “Aparição Perez Priol do Mosteiro de Sam Simhom da Junqueira” que, nesse dia, e com autorização dos cónegos Domingos Domingues e Estêvão Anes, estabelece um acordo com Pedro Domingues e sua mulher, Maria Peres, sobre a quintã de “Cençom”, assegurando para o mosteiro, à morte destes últimos, a metade que eles aí detinham, uma vez que a outra metade já era do mosteiro²⁷⁷². Um instrumento datado de 14 de Abril de 1361 ainda identifica “Aparição Perez Priol do Mosteiro de Sam Simhom”²⁷⁷³. Os últimos registos documentais, de que temos conhecimento, onde há intervenção directa do prior Aparício Peres, datam de 6 de Maio de 1365 e são referentes a dois emprazamentos, efectuados nesse mesmo dia, no mosteiro de S. Simão da Junqueira²⁷⁷⁴. Deverá ter falecido na primeira quinzena de Agosto de 1365, isto se tivermos em conta que, no dia 15 desse mês, foi eleito o novo prior do mosteiro, D. Domingos Domingues, em virtude do falecimento de “Domni Aparitii Petri ultimi et immediati Priores ejusdem”²⁷⁷⁵. Esta cronologia levanta-nos algumas dúvidas mas os cónegos integravam, de facto, o convento da Junqueira por esta altura. Será o mesmo prior que temos vindo a referenciar ou estaremos na presença de um novo prior? É, muito provavelmente, o prior que surge referenciado como “Patrício Paes” no testamento de Estêvão Ferreira, cavaleiro do Casal, datado de 1393, em que manda dizer uma missa pela alma deste religioso, bem como pela do prior Estêvão Anes, em virtude das boas obras que estes priores lhe tinham feito²⁷⁷⁶.

Martim Cerzedelo - Prior de S. Simão da Junqueira. A 19 de Abril de 1336 “Dom Martim Cerzedelo Priol do Mosteiro de Sam Simhom dante Ave e Este”, juntamente com o convento, constituem seu procurador o cónego Pedro Geraldês²⁷⁷⁷. A 22 de Março de 1337 “Martim Serzedelo Priol do Mosteiro de Sam Simhom” e o convento

²⁷⁶⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 102-103.

²⁷⁶⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.118vº-119.

²⁷⁶⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.119vº-120.

²⁷⁷⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.124-125.

²⁷⁷¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.124-125vº.

²⁷⁷² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 121vº-122vº.

²⁷⁷³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.126-126vº.

²⁷⁷⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.128vº-129vº; 129vº-131.

²⁷⁷⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.131-132.

²⁷⁷⁶ Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Tomo IV-Vol. I, 1946, p.202 (nota A).

²⁷⁷⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.112vº-113.

do mosteiro emprazam a Pedro Anes e a sua mulher, Esteva Miguéis, e a um filho destes, a nomear à morte do postumeiro, o terço de dois casais que o mosteiro tem na freguesia de S. Mamede de Vila Chã, no julgado da Maia²⁷⁷⁸. A 15 de Fevereiro de 1339 “Martim Cerzedelo Priol do Moesteiro de Sam Simhom”, juntamente com o convento, instituem Domingos Domingues como procurador do mosteiro para que este procurasse e recebesse todas as dívidas de que o mosteiro era credor²⁷⁷⁹.

D. Afonso – Prior de S. Simão da Junqueira. Frei Timóteo dos Mártires identifica-o como prior da Junqueira entre 1342 e 1348²⁷⁸⁰. É muito provável que tenha sido durante o seu priorado que o prior de Santa Cruz de Coimbra, D. Francisco Peres, dando seguimento às instruções do papa Bento XII (1335-1342), para levar a cabo visitaçãõ geral aos mosteiros da Ordem de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, se deslocou a S. Simão da Junqueira, onde se lavrou acta da visitaçãõ, a 20 de Fevereiro de 1342²⁷⁸¹.

D. Estêvão Anes – Prior de S. Simão da Junqueira. A 27 de Julho de 1363 “Dom Steve Annes Priol” de S. Simão da Junqueira surge em Rates, perante Afonso Martins, juiz de Faria, a propósito de uma demanda com o escudeiro Rodrigo Garcia do Casal, por causa de geiras e direitos que o mosteiro tinha no casal em Corvos e no casal em S. Martinho do Outeiro²⁷⁸². Tendo em consideraçãõ que tudo indica que nesta altura o prior ainda é Aparício Peres é muito provável que estejamos na presença do prior claustral da comunidade, admitindo-se também a possibilidade, e face face até à expectável idade avançada do titular, que Estêvão Anes gerisse a instituiçãõ por impedimento de D. Aparício. De qualquer modo devemos estar na presença do mesmo religioso que já se encontra entre a comunidade regrante na década de cinquenta²⁷⁸³, e muito provavelmente o mesmo Estêvão Anes que aparece documentado à frente do priorado da Junqueira no final desta mesma década de sessenta²⁷⁸⁴. Desconhecemos a forma como tudo se processou mas ao que tudo indica Estêvão Anes envolveu-se numa luta pelo priorado da Junqueira como se infere por uma carta de apelaçãõ para a Corte de Roma, enviada através de Estêvão Domingues, abade de Santiagãõs, a 12 de Julho de 1367, queixando-se “Steve Annes Priol do moesteiro de Sam Simhom da Junqueira” que o arcebispo de Braga o demandavam pela razãõ da vaga do mosteiro da Junqueira, tendo já sido penhorados bens e frutos do mosteiro²⁷⁸⁵. O curioso é que Estêvão Anes tinha sido um dos cónegos que a 15 de Agosto de 1365 participou na eleiçãõ de Domingos Domingues para prior do mosteiro²⁷⁸⁶. Terá sido o seu nome proposto e preterido?

D. Domingos Domingues / D. Domingos Domingues Tenório – Prior de S. Simão da Junqueira. Trata-se de um cónego da comunidade que atinge o priorado, e cuja presença entre os regrantes de S. Simão da Junqueira remonta à década de trinta. Frei Timóteo

²⁷⁷⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.114vº-115.

²⁷⁷⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 100vº-101.

²⁷⁸⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁷⁸¹ Gomes, Saul António, “A relevância do monaquismo vilacondense na história das ordens religiosas em Portugal” in *Actas do 2º Encontro de História de Vila do Conde* (Vila do Conde: 1050 anos de História – A memória dos séculos monásticos), Câmara Municipal de Vila do Conde, 2004, pp. 117, 136-142.

²⁷⁸² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.126vº-127.

²⁷⁸³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.124-125.

²⁷⁸⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.136-136vº.

²⁷⁸⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.136-136vº.

²⁷⁸⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.131-132.

dos Mártires regista-o como prior do mosteiro em 1365²⁷⁸⁷. Efectivamente, a 15 de Agosto de 1365 o “venerabili et Religioso viro Domno Dominico Dominici Canonico Regulari et Professo et Presbytero dicti Monasterii” foi eleito pela comunidade conventual para prior principal do mosteiro de S. Simão da Junqueira, entretanto vago pelo falecimento do prior Aparício Peres²⁷⁸⁸. A 4 de Abril de 1367, o prior D. Domingos Domingues e o convento escambaram com Geraldo Domingues e sua mulher, Domingas Domingues, moradores em Vilar de Soveiro, herdades que tinham nessa localidade, recebendo em troca todas as herdades que Geraldo Domingues e sua mulher tinham em Casal de Pedro e seu termo²⁷⁸⁹. A 13 de Junho de 1368, este prior, juntamente com o convento do mosteiro, escamba propriedades com Martim Lucas e sua mulher, Clara Peres, moradores em Friande, couto do mosteiro²⁷⁹⁰.

D. Estêvão Anes – Prior de S. Simão da Junqueira. Frei Timóteo dos Mártires regista a presença deste prior em 1377²⁷⁹¹, ano que é, de facto, abarcado pela cronologia do seu priorado, cujo início se poderá estabelecer para o final da década de sessenta. Como já vimos D. Estêvão Anes intitula-se, a 12 de Julho de 1367, prior da Junqueira, altura em que decorria contenda com a arquidiocese de Braga sobre a posse do mosteiro, tendo o prior apelado para a Corte de Roma²⁷⁹². A 30 de Agosto de 1371 o juiz de Faria, Vicente Peres, dá sentença favorável ao prior Estêvão Anes e ao mosteiro da Junqueira numa contenda que opunha o cenóbio ao escudeiro Lourenço Pais por causa do foro de quatro patos referente a casais que o mosteiro tinha em Cadilhe, freguesia de S. Tiago de Amorim, termo do julgado de Faria²⁷⁹³. A 10 de Julho de 1374 “Steve Annes Priol do moesteiro de São Simhom da Junqueira” compareceu perante Álvaro Gonçalves, juiz do julgado de Faria, solicitando o traslado de uma carta de 8 de Julho de 1374, dada no Porto, por Lopo Gomes, Meirinho de Entre Douro e Minho, que, por ser de papel, era, como se diz no documento, fútil e podia romper-se e perder-se²⁷⁹⁴. Essa carta inseria um traslado de uma outra, datada de 1 de Julho de 1371, dada por Vasco Martins, ouvidor de Domingos Peres, Corregedor Entre Douro e Minho, referente aos privilégios que os moradores do couto de S. Simão da Junqueira tinham no que respeitava ao acompanhamento e transporte dos presos que iam de Rates para a cidade do Porto pela estrada pública, os quais, os moradores de Rates entregavam aos moradores da Ponte de Arcos²⁷⁹⁵. A 2 de Fevereiro de 1375, na sequência de petição apresentada pelo prior Estêvão Anes e pelo convento de S. Simão da Junqueira contra o mordomo Domingos Bom, por este ter entrado no couto do mosteiro e ter feito penhoras a um caseiro de nome Simão, Gonçalo Vasques almoxarife por D. Gonçalo Teles, Conde de Neiva e Senhor de Faria, dá sentença favorável ao mosteiro²⁷⁹⁶. De 6 de Março de 1375 data uma procuração que o prior e o convento fizeram aos cónegos Estêvão Domingues e Martim Fernandes para que estes pudessem representar a instituição em diversas situações²⁷⁹⁷. A 19 de Maio de 1376 “Stevam Annes priol do moesteiro de Sam Simhom da Junqueira” escamba, juntamente com o convento, propriedades com Domingos

²⁷⁸⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁷⁸⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.131-132.

²⁷⁸⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 124-124vº.

²⁷⁹⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 120vº-121vº.

²⁷⁹¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁷⁹² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.136-136vº.

²⁷⁹³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.138-138vº.

²⁷⁹⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.104-105vº.

²⁷⁹⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.104vº-105.

²⁷⁹⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.108vº-109vº.

²⁷⁹⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 126vº-127vº.

Domingues e sua mulher, Júlia Domingues, moradores no Castelo, freguesia de São Miguel de Arcos²⁷⁹⁸. Em 21 de Outubro de 1376 o prior Estêvão Anes desloca-se a Rates para pedir um novo traslado ao juiz de Faria, por esta altura Afonso Martins²⁷⁹⁹. Em instrumentos datados de 10 de Fevereiro de 1379²⁸⁰⁰ e 23 de Agosto de 1379²⁸⁰¹ Estêvão Anes continua a ser identificado como prior do mosteiro. Em instrumento feito em S. Simão da Junqueira, a 19 de Agosto de 1381, surge aí novamente identificado o prior “Stevam Annes”²⁸⁰². A 8 de Junho de 1382 “Stevam Dominguez coonigo do Moesteiro de Sam Simhom”, desloca-se a Rates, assumindo-se como procurador do prior Estêvão Anes, onde pede ao juiz de Faria o traslado de uma sentença²⁸⁰³. Trata-se da última indicação que lhe conhecemos pelo que deverá ter falecido entre esta data e Maio de 1383, uma vez que nesta altura o mosteiro já é governado por D. Estêvão Domingues²⁸⁰⁴. Estêvão Anes é lembrado no testamento de Estêvão Ferreira, cavaleiro do Casal, feito a 3 de Janeiro de 1393, que manda dizer uma missa pela sua alma pelas boas obras que este prior lhe tinha feito²⁸⁰⁵.

D. Estêvão Domingues – Prior de S. Simão da Junqueira. Frei Timóteo dos Mártires diz que Estêvão Domingues foi prior do mosteiro da Junqueira entre 1393 e 1404²⁸⁰⁶. D. Nicolau de Santa Maria também referencia D. Estêvão Domingues como prior de S. Simão pelos anos de 1393²⁸⁰⁷, informação ainda partilhada por Carvalho da Costa²⁸⁰⁸. É, no entanto, possível recuar o início do seu priorado à primeira metade da penúltima década do séc. XIV, uma vez que “Stevam Dominguez Priol do Moesteiro de Sam Simhom da Junqueira dantre Ave e Este do Arcebispado de Braga” encontrava-se, a 22 de Maio de 1383, na cidade do Porto, onde constituiu seus procuradores, com legitimidade para tratar também de assuntos relativos ao mosteiro, Mateus Martins, cônego de S. Simão da Junqueira e Rui Ferreira, seu sobrinho²⁸⁰⁹. Neste mesmo ano de 1383, mais concretamente a 18 de Outubro, é sentenciado o conflito entre o prior Estêvão Domingues e o mosteiro da Junqueira contra o mordomo Martim Domingues Felcato que penhorou uma galinha e pedida de um casal em Moldes²⁸¹⁰. Em instrumento de 23 de Julho de 1385, Estêvão Domingues continua a ser referenciado como prior de S. Simão da Junqueira²⁸¹¹. A 15 de Setembro de 1386 aparece novamente “Stevam Domingez Priol do dito Moesteiro de Sam Simhom da Junqueira” a efectuar, em conjunto com o convento, um escambo com Beringela Fernandes, abadessa de Santa Clara de Vila do Conde, e respectivo convento, trocando o casal que tinham em Fromariz pela quintã de Chantada²⁸¹². A confirmar a sua presença à frente da instituição,

²⁷⁹⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 124vº-125.

²⁷⁹⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.106.

²⁸⁰⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 128vº-130.

²⁸⁰¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl.112vº-114vº.

²⁸⁰² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.110-110vº.

²⁸⁰³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.107vº-108.

²⁸⁰⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 130vº-132.

²⁸⁰⁵ Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Tomo IV-Vol. I, 1946, p.202 (nota A).

²⁸⁰⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁸⁰⁷ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XI, p.322.

²⁸⁰⁸ Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Tomo I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.321.

²⁸⁰⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 130vº-132.

²⁸¹⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 148-149.

²⁸¹¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl.134.

²⁸¹² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 132-133. De resto, neste mesmo dia e na presença do tabelião de Faria, Gonçalo Anes, o prior da Junqueira é empossado na quintã de Chantada por Gonçalo Martins, procurador do mosteiro de Santa Clara, devidamente mandatado

existe ainda uma sentença régia desfavorável a “Stevam Domingez Priol do dito logo de Sam Simhom”, datada de 12 de Novembro de 1386, no seguimento da acusação feita por Álvaro Martins, morador em Lavadores, no julgado de Faria, que acusava o prior de se ter apoderado de casas, vinhas, pomares e herdades que trazia emprazadas do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, e localizadas em Chantada, freguesia de Vila do Conde²⁸¹³. Idêntica sentença é dada no dia seguinte, desta feita contra o prior do mosteiro e o abade de Bagunte, acusados por Senhorinha Anes de lhe terem retirado a herdade do Sobreiro, também na localidade de Chantada²⁸¹⁴. A 15 de Dezembro de 1387, o prior Estêvão Domingues e o convento escambam bens com João Martins e sua mulher, Júlia Peres, moradores em Vila Verde, no julgado de Faria²⁸¹⁵. A 7 de Março de 1390, “Dom Stevam Dominges Priol do Moesteiro de São Simom da Junqueira” comparece em Rates perante Afonso Lourenço, juiz do julgado de Faria, queixando-se que os moradores do concelho de Rates entregavam os presos que vinham de Barcelos aos caseiros do mosteiro logo na ponte de Arcos enquanto os referidos caseiros eram obrigados a levá-los ao Porto e a outros lugares²⁸¹⁶. Perante estas queixas o juiz ordenou a Salvador, carcereiro no julgado de Faria, que se certificasse que os caseiros do prior fossem iguados aos restantes moradores do julgado no transporte dos presos²⁸¹⁷. A 10 de Julho de 1394 o arcebispo de Braga, D. Lourenço, profere sentença favorável ao prior e mosteiro de S. Simão da Junqueira a propósito da contenda que estes tinham com o cavaleiro Pedro Afonso do Soveral, respeitante ao casal da Povoação, na freguesia de Santa Eulália de Fradelos, sendo o cavaleiro julgado à revelia, por não comparecer à audiência, ordenando-se, inclusivamente, que o prior e o mosteiro fossem investidos na posse do casal, o que se viria a efectivar²⁸¹⁸. Na segunda metade da última década do século XIV, continua a ser identificado no cargo, surgindo “Stevam Domingez Priol do Mosteiro de Sam Simhom da Junqueira”, a 12 de Setembro de 1396, em Rates, perante Afonso Martins, juiz de Faria, a solicitar o traslado de uma sentença²⁸¹⁹. A 2 de Outubro de 1398 encontra-se novamente em Rates, perante o então juiz da terra de Faria, Estêvão Anes, a solicitar o traslado de uma carta régia datada de 26 de Agosto de 1398, pela qual D. João I isentava 25 moradores do couto do mosteiro da Junqueira do pagamento de peitas, fintas, talhas, serviços e encargos lançados pelos concelhos²⁸²⁰. Do início do séc. XV conhecemos-lhes novas referências, as quais confirmam a sua presença no cargo, nomeadamente, através de instrumentos de 22 de Agosto de 1402²⁸²¹, 10 de Maio de 1403²⁸²², 15 de Agosto de 1403²⁸²³, 6 de Setembro de 1405²⁸²⁴ e outro de 22 de Outubro deste mesmo ano, sendo, este último, a propósito de uma contenda que envolvia o mosteiro contra Martim da Feira e sua esposa, Maria

para esta transacção (cf. IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 133vº-134).

²⁸¹³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.112vº-113.

²⁸¹⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.113-113vº.

²⁸¹⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 136-137.

²⁸¹⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.121; Ferreira, Monsenhor José Augusto, *Origens do christianismo na Peninsula Hispanica – A villa de Rates, sua igreja e seu mosteiro*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1912, p.100.

²⁸¹⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.121.

²⁸¹⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 134-136.

²⁸¹⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.108.

²⁸²⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.123vº-124vº.

²⁸²¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.166-167.

²⁸²² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.167-168.

²⁸²³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.168-168vº.

²⁸²⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.125vº-126vº.

Martins, acusados de se apoderarem de herdades do mosteiro²⁸²⁵. Existem ainda novas confirmações documentais para os anos subsequentes, mormente instrumentos de 25 de Agosto de 1406²⁸²⁶ e 8 de Agosto de 1407²⁸²⁷, 10 de Maio de 1411²⁸²⁸. O seu governo parece ter-se prolongado até finais de 1417 ou início de 1418, uma vez que do último dia de Fevereiro de 1418 já há notícia da eleição do cônego Gonçalo Fernandes para o priorado vago “per obito Dom Stevam Dominguez da boa memoria que foi ultimo prior do dito moesteiro o qual foi dada sepultura acresiastica em lugar cunvinhavel na clasta do dito moesteiro”²⁸²⁹.

D. Frei Gonçalo Fernandes – Prior do mosteiro de S. Simão da Junqueira. Trata-se de um cônego da instituição já identificado no mosteiro na década de oitenta do séc. XIV²⁸³⁰ e, como já adiantado, é o sucessor de D. Estêvão Domingues no priorado da instituição²⁸³¹. No último dia de Fevereiro de 1418 o convento de S. Simão da Junqueira elegeu “o mui religioso varom Gonçallo Fernandez conigo regrante e professo do dito moesteiro o qual religioso e profeso e discreto em ciencia de letras e vertudes de boa vida e de boos costumes e de boos feitos e tal que emtendemos asas proveitoso para o dito moesteiro e para o reger no spiritual e temporal”²⁸³². A 6 de Setembro de 1420 “Gonçalo Fernandez Priol do Moesteiro de Sam Simom da Junqueira da Terra de Faria” compareceu perante Rodrigo Anes, juiz de Barcelos, junto ao alpendre da igreja, queixando-se que os moradores do couto do mosteiro eram constrangidos a pagar dois reais brancos cada um da talha lançada pelo concelho para obras, quando os moradores estavam isentos de tal prestação por carta régia²⁸³³. A 25 de Junho de 1423 o prior Gonçalo Fernandes encontrava-se em Vila de Conde, local onde foram lavrados dois instrumentos, um referente à compra de bens que o prior fez a Martim Farinha, marinheiro, e a sua mulher, Beatriz Geraldês, e outro respeitante à tomada de posse desses bens²⁸³⁴. A 15 de Setembro de 1427 “ho honrrado Religiosso Dom Gonçallo Fernandez Prior do dito Moesteiro”, juntamente com os cônegos Mateus Martins e Afonso Anes, estabeleceram a dotação de novas rendas para a mesa conventual, em consequência da diminuição das rendas do convento que se vinha a registar por força

²⁸²⁵ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.796.

²⁸²⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 141-142.

²⁸²⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 142-143vº.

²⁸²⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.174vº-176vº.

²⁸²⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.183-184. Curiosamente, há um instrumento datado de 2 de Setembro de 1422 onde surge “Dom Stevam Domingez” como prior do mosteiro da Junqueira, a propósito de uma contenda movida pelo prior e convento contra João Velho e Estêvão Domingues do Castelo, por estes não estarem a dar os 30 soldos de aniversário de Nuno Anes e sua mulher, respeitantes à quinta de Carcavelos (cf. IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.126vº-127vº), mas trata-se forçosamente de uma situação em que a data do traslado foi mal transcrita, podendo dar-se também o caso de o próprio original apresentar um registo incorrecto, uma vez que por essa altura o prior já é Gonçalo Fernandes.

²⁸³⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 132vº-134.

²⁸³¹ Frei Timóteo dos Mártires apresenta uma outra seriação e uma cronologia algo diferente identificando D. Gonçalo Fernandes como prior em 1414 e colocando D. Domingos Pires como prior do mosteiro da Junqueira em 1415 (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152), no entanto a documentação não oferece quaisquer pistas nesse sentido. É provável que o cronista tenha sido induzido em erro por um qualquer documento datado incorrectamente, ou tenha feito uma leitura incorrecta das fontes, é que de facto existe um prior Domingos Pires mas governou o mosteiro cerca de um século antes, de resto Frei Timóteo também o identifica. Seria admissível tratar-se do prior claustral mas, até ao momento, não detectamos qualquer religioso com este nome na instituição por esta altura.

²⁸³² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.183-184.

²⁸³³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.122vº-123vº.

²⁸³⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 130-131vº.

das guerras e pestes que tinham afectado o reino, com reflexo no contínuo decrescer do número de foreiros²⁸³⁵. O prior acordou também com os cónegos que estes passariam a receber as rações a que tinham direito de acordo com a composição que tinha sido feita na altura do prior D. Estêvão Anes²⁸³⁶. O certo é que esta composição não foi cumprida, com as divergências a chegarem à diocese de Braga, opondo os cónegos ao “Religioso Dom Gonçalo Fernandez Priol do Mosteiro de Sam Simhom da Junqueira”, aí representado por Luís Afonso, escolar em Direito Canónico e procurador nas Audiências da Igreja de Braga, culminando com a sentença de João Fernandes, bacharel em Degredos, cónego e vigário geral pelo arcebispo D. Fernando, dada a 19 de Fevereiro de 1429, e favorável ao convento, condenando assim o prior e ameaçando-o, inclusivamente, de excomunhão²⁸³⁷. Na década de trinta “Gonçalo Fernandez priol do dito mosteiro de Sam Simom da Junqueira” continua a ser mencionado no cargo como confirma instrumento de 26 de Janeiro de 1435²⁸³⁸. A 10 de Novembro de 1441, foi proferida sentença favorável ao mosteiro da Junqueira, numa contenda que opunha a instituição a Estêvão Pires, filho do abade de Bagunte, que se apoderou indevidamente de uma pesqueira que o mosteiro tinha no rio Ave, sendo Gonçalo Fernandes prior de S. Simão da Junqueira²⁸³⁹. O seu priorado terminou em 1442, devendo ter falecido antes de 17 de Março desse ano, dia em que o arcebispo, D. Fernando da Guerra, instrui Gil Afonso Leitão para confirmar nesse cargo o abade de S. Cristóvão de Rates²⁸⁴⁰, o que acabou por não suceder²⁸⁴¹.

Fernando Afonso – Prior do mosteiro de S. Simão da Junqueira. Foi investido no cargo a 30 de Setembro de 1442, sendo proveniente do mosteiro agostinho de Vilela, do bispado do Porto²⁸⁴². O seu priorado seria extremamente curto, renunciando nos primeiros meses de 1443²⁸⁴³.

João do Casal – Prior do mosteiro de S. Simão da Junqueira. Frei Timóteo dos Mártires identifica João do Casal como prior da Junqueira, no entanto coloca a sua presença em 1409²⁸⁴⁴. Apesar do arcebispo, D. Fernando da Guerra, ordenar que confirmassem João do Casal no priorado de S. Simão da Junqueira, tal parece só ter ocorrido no segundo semestre de 1443, uma vez que, a 25 de Junho desse ano, ainda não tinha sido confirmado, situação provavelmente relacionada com o facto de João do Casal não ser professo, sendo que uma das condições exigidas pelo arcebispo é que tomasse o

²⁸³⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.114-116.

²⁸³⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.115-115vº.

²⁸³⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.117vº-119.

²⁸³⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.186-188.

²⁸³⁹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.796. Frei Timóteo dos Mártires também referencia D. Frei Gonçalo Fernandes como prior de S. Simão da Junqueira, indicando-lhe o ano de 1414 (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152), data que surge certamente por erro tipográfico por natural confusão com 1441.

²⁸⁴⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.109vº.

²⁸⁴¹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.796-797.

²⁸⁴² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.112; Marques, José, *A propósito dos recomendados de D. Luís da Guerra [1434]*, Separata da Revista “Bracara Augusta”, Tomo XXXI, Fasc. 71-72 (83-84), Janeiro-Dezembro de 1977, Braga, 1977, p.38; *Idem*, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.797.

²⁸⁴³ *Idem*, *Ibidem*, p.797.

²⁸⁴⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152. É provável que o cronista tenha feito, indevidamente, a conversão.

hábito²⁸⁴⁵. A 15 de Março de 1447, o arcebispo D. Fernando autorizou o “Religioso Joham do Casal Priol do Mosteiro de Sam Simom da Junqueira” e o convento a escambarem bens com Fernão Martins, abade da igreja paroquial de S. Pedro de Rates²⁸⁴⁶. Esta permuta revelar-se-ia desvantajosa para o mosteiro, queixando-se o prior João do Casal que o abade de Rates os tinha enganado e que pretendiam mover-lhe demanda, acabando, no entanto, e sob a mediação de Luís Afonso, vigário geral do arcebispo D. Fernando, por chegar a um consenso, a 2 de Dezembro de 1447, com o abade a juntar outros bens ao contratado anteriormente²⁸⁴⁷. Por carta de 1 de Janeiro de 1454, foi-lhe legitimado um filho, de nome João do Casal, monteiro-mor do duque de Bragança, fruto de uma relação do religioso com Beatriz Anes, mulher solteira²⁸⁴⁸. Pouco tempo depois este prior viria a falecer, muito provavelmente no início de Março desse ano, uma vez que, a 14 de Março de 1454, já é referenciado o seu óbito²⁸⁴⁹.

Fernando Rodrigues – Provável prior do mosteiro de S. Simão da Junqueira. Fernando Rodrigues era filho de presbítero e mulher solteira²⁸⁵⁰, bacharel em Decretos e reitor da igreja de Santa Maria de Bagunte, da diocese de Braga²⁸⁵¹. Encontrava-se em Roma onde solicitou, a 14 de Março de 1454, ao papa, Nicolau V (1447-1455), o priorado de S. Simão da Junqueira, entretanto vago por morte de João do Casal, seu último prior. Nesse mesmo dia, é-lhe dada resposta favorável, ordenando o papa que Fernando Rodrigues fosse provido no priorado de “Sancti Symonis de Junqueria, per priorem soliti governari”²⁸⁵², com a condição de aí professar. Apesar da resposta favorável do papa à petição de Fernando Rodrigues é, como adianta José Marques, pouco provável que tenha assumido o priorado desta canónica, uma vez que, em Agosto de 1455, já há notícia do falecimento de Estêvão Ferreira, prior de S. Simão da Junqueira²⁸⁵³.

D. Estêvão Ferreira I – Prior de S. Simão da Junqueira. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, Estêvão Ferreira foi prior do mosteiro da Junqueira, tendo falecido em Roma, em 1455²⁸⁵⁴. Esta informação do cronista agostiniano parece merecer algum crédito, pelo menos no que respeita ao ano está correctíssima. Efectivamente, o priorado de D. Estêvão Ferreira foi extremamente curto. Se tivermos em conta que em Março de 1454 o papa concedia o priorado de S. Simão da Junqueira a Fernando Rodrigues e admitindo até que este nunca o chegou a assumir, sem conhecermos a data em que D. Estêvão Ferreira tomou posse do mosteiro, é certo que o seu governo é extensível a pouco mais de um ano, uma vez que a 2 de Agosto de 1455 já tinha falecido²⁸⁵⁵.

²⁸⁴⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fls.114, 117; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.797.

²⁸⁴⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 137vº-138vº.

²⁸⁴⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 139-140.

²⁸⁴⁸ IAN/TT- Legitimações, Livro 2, fl.20vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1014; Teixeira, Carla Maria de Sousa Amorim, *Moralidade e costumes...*, 1996, p.86.

²⁸⁴⁹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. V (1446-1455), 1972, pp.368-370; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.798.

²⁸⁵⁰ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. V (1446-1455), 1972, pp.369-370.

²⁸⁵¹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. V (1446-1455), 1972, pp.368-370; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.798.

²⁸⁵² *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. V (1446-1455), 1972, p.369 (doc.1724). Este documento encontra-se também publicado por Correia, Francisco Carvalho, *O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588*, Vol. II (Apêndices), Câmara Municipal de Santo Tirso, 2009, pp.304-305 (doc. 221).

²⁸⁵³ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.798.

²⁸⁵⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁸⁵⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.192vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.798.

D. Estêvão Ferreira II – Administrador de S. Simão da Junqueira. O arcebispo D. Fernando da Guerra, perante o falecimento de D. Estêvão Ferreira, incumbiu-o, a 2 de Agosto de 1455, de assegurar a gestão e administração do mosteiro até à nomeação de novo prior²⁸⁵⁶. Esta situação de transitoriedade parece não se ter prolongado por muito tempo, até porque, em Fevereiro de 1458, Rodrigo Álvares já é o prior de S. Simão da Junqueira²⁸⁵⁷, podendo mesmo admitir-se, como adianta Frei Timóteo dos Mártires, que o seu priorado se tenha iniciado ainda em 1455²⁸⁵⁸.

João de Lisboa – Prior do mosteiro de S. Simão da Junqueira. A 9 de Agosto de 1456 foi dada sentença contra “ho honrrado Relligiosso Joham de Lixboa Priol do Moesteiro de Sam Simom da Junqueira” por Luís Afonso, mestre-escola na Sé de Braga, cónego e vigário geral do arcebispo D. Fernando²⁸⁵⁹. O prior da Junqueira surgia como réu neste processo, em virtude da acusação de João Gomes, arcediogo de Vermoim, aí representado por Lopo de Barros, escolar em Direito Canónico, e procurador de número nas Audiências de Braga, que dizia que o prior não lhe tinha pago os três morabitanos e uma teiga de trigo referentes à colheita, bragal e calendário do último ano da igreja de S. Martinho de Outeiro, localizada no arcediagado de Vermoim e, por isso, abrangida pela visitação de João Gomes, e que tinham vencido no S. João Baptista²⁸⁶⁰. Por seu turno, o prior, representado no processo por Diogo Álvares, alegou que não lhe competia pagar nada uma vez que essa igreja pertencia à vestiaría dos cónegos. Sucedia, porém, que uma sentença dada pelo vigário João Fernandes, ao tempo do prior Gonçalo Fernandes, revelava que o prior assumiu o compromisso, por si e para os vindouros priores, de assumir essas obrigações, pelo que lhe competia o pagamento dos três morabitanos e da teiga de trigo²⁸⁶¹. A 22 de Junho de 1461, João de Lisboa disputava o priorado com Rodrigo Álvares, com a questão a ser levada perante o papa Pio II (1458-1464) por Diogo Álvares, procurador e irmão de Rodrigo Álvares²⁸⁶².

Rodrigo Álvares – Prior do mosteiro de S. Simão da Junqueira, da Ordem de Santo Agostinho, da diocese de Braga. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, Rodrigo Álvares foi provido no priorado de S. Simão da Junqueira em 1455, pelo papa Calisto III²⁸⁶³ (1455-1458), informação que, à luz do que vimos e até ao aparecimento de novos elementos que o contradigam, pode aceitar-se como verdadeira. Este prior, recebeu ordens de Epístola, em Braga, no dia 25 de Fevereiro de 1458²⁸⁶⁴. A 22 de Junho de 1461 é representado em Roma, pelo seu irmão Diogo Álvares, clérigo bracarense, a propósito da questão que o opunha a João de Lisboa sobre o priorado de S. Simão da Junqueira²⁸⁶⁵. No dia 19 de Dezembro de 1461 recebe ordens de Evangelho, em

²⁸⁵⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.192vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.798.

²⁸⁵⁷ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 1, fl.3vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp.798,816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.315.

²⁸⁵⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁸⁵⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.119vº-120vº.

²⁸⁶⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.119vº-120.

²⁸⁶¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.120-120vº.

²⁸⁶² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.129vº-130vº.

²⁸⁶³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁸⁶⁴ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 1, fl.3v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.798,816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.315.

²⁸⁶⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.129vº-130vº.

Braga²⁸⁶⁶, e nesta mesma cidade, o “prioll de Sam Simom de Junqueira” recebe, no dia 3 de Abril de 1462, ordens de Missa²⁸⁶⁷. A 11 de Dezembro de 1480 “Dom Rodrigo prior do mosteiro de Sam Simhom da Junqueira”, escambou, juntamente com o convento, umas quebradas que o mosteiro possuía por uma casa térrea que Aldonça Rodrigues tinha em Vila do Conde, junto ao paço do concelho²⁸⁶⁸. A 31 de Julho de 1486 “ho devoto Relligioso Rodrigo Alveres Dom Prior do Moesteiro de Sam Simhom da Junqueira” compareceu em Vila do Conde, às portas do mosteiro de Santa Clara, onde se encontrava o vigário da diocese de Braga, Luís Gonçalves Farto, que aí validou o escambo feito entre o prior da Junqueira e o seu convento, abdicando o prior de duas rações a que tinha direito da ovença da condutoria para que o convento melhor pudesse subsistir²⁸⁶⁹. D. Rodrigo Álvares ainda era prior de S. Simão da Junqueira a 2 de Novembro de 1487²⁸⁷⁰.

D. João Gonçalves – Prior de S. Simão da Junqueira. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, D. João Gonçalves foi prior do mosteiro da Junqueira entre 1476 e 1486, ano em que faleceu²⁸⁷¹, o que à luz do que acabámos de ver é completamente inviável. De resto, o próprio cronista entra logo em contradição ao afirmar que o mosteiro exerceu a jurisdição cível no seu couto até ao reinado de D. Manuel, altura em que o prior do mosteiro era João Gonçalves²⁸⁷². Ora não obstante esta indicação ser naturalmente anacrónica em relação às datas apresentadas pelo cronista, é a que, de facto, corresponde à realidade. Efectivamente, D. João Gonçalves foi o prior de S. Simão da Junqueira no final do século XV, sendo o responsável pela elaboração do tomo das propriedades do mosteiro, iniciado em 1497²⁸⁷³. A 13 de Agosto de 1507, e na sequência de uma queixa apresentada pelo Procurador dos feitos de el-rei, contra o prior D. João Gonçalves, por este usar da jurisdição cível no couto do mosteiro, colocando aí juízes e porteiro, o rei ordenou que o prior e o mosteiro usassem apenas das jurisdições que lhe tinham sido dadas por D. Afonso Henriques, em virtude da prova feita através de uma carta do infante D. Afonso, dada em 1136, referente aos privilégios do mosteiro²⁸⁷⁴. A 23 de Maio de 1508 ainda era o prior do mosteiro, dia em que se procede à demarcação da freguesia do mosteiro de S. Simão da Junqueira²⁸⁷⁵, o tal facto a que alude Frei Timóteo dos Mártires. Nesta demarcação esteve presente “o virtuoso e Relligioso Joam Gunçalves Dom Prior do dito Mosteiro”, bem como o notário apostólico e o abade de Bagunte, este último em substituição do abade de Arcos que,

²⁸⁶⁶ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 6, fl.22; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.798,816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.353.

²⁸⁶⁷ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 9, fl.5; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.798,816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.364.

²⁸⁶⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 140-141.

²⁸⁶⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.131-132vº.

²⁸⁷⁰ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.798.

²⁸⁷¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁸⁷² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.150.

²⁸⁷³ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.801; Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha e, “Memórias para a história das freguesias de S. Simão da Junqueira e de Santo André de Parada”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, Nova Série, Nº 13, Junho de 1994, p.26.

²⁸⁷⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.133-134.

²⁸⁷⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.134-135vº; Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1913, pp.124-126 (doc.7); Freitas, Eugénio de Andrea da Cunha e, “Memórias para a história das freguesias de S. Simão da Junqueira e de Santo André de Parada”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde*, Nova Série, Nº 13, Junho de 1994, p.25.

por não ter sido oficialmente citado, não compareceu, ficando a necessidade da sua presença a dever-se à ausência do abade de Touguinhó que não quis estar presente face à ausência da abadessa de Vairão que, apesar de chamada, não veio²⁸⁷⁶.

Cardeal Alpedrinha - Prior comendatário de S. Simão da Junqueira.

D. Afonso de Guimarães – Provável prior comendatário de S. Simão da Junqueira. Era clérigo de Braga, licenciado em Direito Canónico e Civil e curial prontifício. Solicitou, a 7 de Outubro de 1508, a comenda do mosteiro de S. Simão da Junqueira, entretanto vaga por falecimento do Cardeal Alpedrinha²⁸⁷⁷.

D. Pedro Álvares – Provável prior de S. Simão da Junqueira. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, foi o último prior mor do mosteiro de S. Simão da Junqueira, tendo falecido em 1516²⁸⁷⁸, informação também avançada por D. Nicolau de Santa Maria²⁸⁷⁹ e António Carvalho da Costa²⁸⁸⁰.

D. Diogo Pinheiro – Prior comendatário do mosteiro de S. Simão da Junqueira. Filho do Dr. Pedro Esteves e D. Isabel Pinheiro²⁸⁸¹. D. Diogo Pinheiro foi prior da Colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães e comendatário dos mosteiros de Carvoeiro, S. Simão da Junqueira, Castro de Avelãs, bispo do Funchal e prelado do convento de Tomar²⁸⁸². Além dos inúmeros cargos eclesiásticos que desempenhou, foi também desembargador do paço e, apesar de nomeado e confirmado primeiro bispo do Funchal, pelo papa Leão X (1513-1521), a 12 de Junho de 1514²⁸⁸³, nunca chegou a deslocar-se à Madeira²⁸⁸⁴. Segundo os cronistas agostinhos, o bispo do Funchal foi instituído como prior comendatário de S. Simão da Junqueira por mercê de D. Manuel, em 1516²⁸⁸⁵. Manter-se-ia, por isso, cerca de uma década à frente deste mosteiro regente, vindo a falecer em Tomar, em 1525, data que não tem merecido a aquiescência dos diversos autores, sendo correntemente apontado o ano de 1526 como o do seu óbito²⁸⁸⁶. O certo é que, em termos factuais, tudo evidencia que o seu falecimento tenha ocorrido em 1525,

²⁸⁷⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.134-135vº; Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1913, pp.124-126 (doc.7).

²⁸⁷⁷ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. X, Lisboa, 1991, pp.371-372; Gomes, Saul António, “Os cônegos regentes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, pp.262-263.

²⁸⁷⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁸⁷⁹ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XI, p.322.

²⁸⁸⁰ Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Tomo I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.321.

²⁸⁸¹ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.76.

²⁸⁸² Bellino, Albano, *Archeologia Christã: descripção histórica de todas as igrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*, Lisboa, Empreza da História de Portugal - Sociedade Editora, 1900, p.123.

²⁸⁸³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.696; Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, actualizada pelo P. Artur Roque de Almeida, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.154.

²⁸⁸⁴ Cordeiro, Padre António, *Historia Insulana das ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Occidental...*, Vol.I, Lisboa, Typ. do Panorama, 1866, p.48; Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.696; Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.76.

²⁸⁸⁵ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regentes do Patriarcha Santo Agostinho*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XI, p.322; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁸⁸⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.696.

mais precisamente, e como adianta Felgueiras Gaio, em Julho de 1525²⁸⁸⁷. De resto, e a credibilizar esta informação está um documento enviado pelo monarca ao mosteiro de S. Simão da Junqueira, datado de 7 de Agosto de 1525, onde já se faz referência ao “fallecimento do bispo do Funchal que Deos perdoe”²⁸⁸⁸. Além disso, D. Miguel da Silva, embaixador de D. João III em Roma, solicita a comenda de S. Simão da Junqueira, nesse ano de 1525²⁸⁸⁹, embora, e como veremos, detê-la-á apenas em data posterior. Ainda em relação a D. Diogo Pinheiro importa dizer que este bispo deixou descendência muito ligada a S. Simão da Junqueira, com dois dos seus filhos, D. Rodrigo Pinheiro e D. Pedro Gomes Pinheiro, e um seu neto, Martim Pinheiro, a serem comendatários de S. Simão da Junqueira²⁸⁹⁰.

D. Pedro Gomes Pinheiro – Prior comendatário do mosteiro de S. Simão da Junqueira. Filho do bispo do Funchal e anterior comendatário de S. Simão da Junqueira. Este comendatário intitulava-se Dom Prior e fidalgo da casa d’el rei²⁸⁹¹. Era também capelão do cardeal D. Afonso²⁸⁹². Em Agosto de 1525 D. João III, por ter vagado a comenda do priorado de S. Simão da Junqueira, por falecimento de D. Diogo Pinheiro, “e por quanto atee ser provido de prior hé necessario aver pessoa que nelle estee para ter carreguo da governança dele no espiritual e temporal confiando eu de Pero Gomez Pinheiro capelam do cardeal meu muito amado e prezado Irmam que asi o fará bem, e como cumpre por serviço de Nosso Senhor e da dita casa o envio a ela pera hir residir e têr a governança e a ministraçam dela no espiritual e temporal”²⁸⁹³. Esta nomeação, que era provisória, acabou por se transformar em definitiva. É que o monarca tencionava entregar a comenda do mosteiro ao seu irmão D. Henrique, mas tal pedido não lhe foi concedido recebendo, no entanto, a anuência papal em relação ao nome de Pedro Gomes Pinheiro, como se percebe pela carta gratulatória que o monarca dirige ao papa, a 21 de Novembro de 1527, agradecendo a concessão da benesse ao filho do antigo bispo do Funchal, aí referenciado como seu último detentor²⁸⁹⁴. Desta mesma missiva se depreende que, entre o falecimento de D. Diogo e a nomeação de D. Pedro Gomes Pinheiro, não houve qualquer outro comendatário em S. Simão da Junqueira, ao

²⁸⁸⁷ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.77. Também Noronha, Henrique Henriques de, *Memórias seculares e eclesiásticas para a composição da história da diocese do Funchal na ilha da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, pp. 71,80.

²⁸⁸⁸ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1913, p.126 (doc.8).

²⁸⁸⁹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. XII, Lisboa, 1995, p.533; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.263.

²⁸⁹⁰ Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Tomo IV-Vol. I, 1946, p.162.

²⁸⁹¹ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.77; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁸⁹² Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1913, p.95, diz que era “capellão do Cardeal Infante D. Henrique” e se é indesmentível que este irmão de D. João, ainda hoje, é quem anda quase que mecanicamente associado ao título, o certo é que nessa altura era, um outro seu irmão, D. Afonso, o cardeal, sendo que D. Henrique ainda não tinha atingido o cardinalato, o que só viria a acontecer no consistório de Paulo III, de 16 de Dezembro de 1545 (cf. Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.579).

²⁸⁹³ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1913, p.126 (doc.8); IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.136^v-137.

²⁸⁹⁴ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1913, pp.127-128 (doc.9).

contrário daquilo que vários Autores escreveram. Desde logo, D. Nicolau de Santa Maria e Frei Timóteo dos Mártires que, na listagem dos priores comendatários de S. Simão da Junqueira, colocam D. Pedro Gomes Pinheiro como 4º comendatário, antecedendo-lhe além de D. Diogo, o Doutor Rodrigo Gomes Pinheiro e D. Miguel da Silva²⁸⁹⁵. Esta sequência é-nos dada também por Felgueiras Gaio que explica que D. Miguel da Silva renunciou à igreja de Touguinhó e à comenda de S. Simão da Junqueira, em favor de D. Rodrigo Pinheiro, quando foi eleito bispo de Viseu (1526), tendo D. Rodrigo transferido a comenda para o seu irmão, D. Pedro Gomes Pinheiro, retomando-a com o falecimento deste²⁸⁹⁶. Ora tal confusão, suscitada por este enredo algo rebuscado, foi devidamente clarificada pelo Monsenhor José Augusto Ferreira, no início do século passado, provando que, à luz da documentação, D. Miguel da Silva foi, não predecessor, mas sucessor imediato de D. Pedro Gomes Pinheiro, em 1532, confirmando que D. Rodrigo Pinheiro renunciou a favor do seu sobrinho, D. Martinho Pinheiro, que era abade de Touguinhó²⁸⁹⁷. Desconhecemos se D. Pedro Gomes Pinheiro deixou linhagem mas segundo Alão de Morais, uma das descendentes dos Cavaleiros do Casal, de nome D. Genebra Ferreira, filha de Martim Ferreira e Leonor Pinheiro, “andou de amores com Pedro Gomes Pinheiro que depois foi Comendatario de S. Simão da Junqueira”²⁸⁹⁸.

D. Miguel da Silva – Prior comendatário do mosteiro de S. Simão da Junqueira e de Landim²⁸⁹⁹. Foi também bispo de Viseu e cardeal em Roma²⁹⁰⁰. D. Miguel da Silva foi nomeado comendatário de S. Simão da Junqueira em 1532, mantendo-se pouquíssimo tempo no cargo, que ficaria vago por renúncia deste seu titular, levando à nomeação de D. Rodrigo Pinheiro, em 1534²⁹⁰¹.

D. Rodrigo Pinheiro / Doutor Rodrigo Gomes Pinheiro – Prior comendatário do mosteiro de S. Simão da Junqueira. Filho de D. Diogo Pinheiro²⁹⁰², bispo do Porto e antigo comendatário de S. Simão da Junqueira. D. Rodrigo Pinheiro foi bispo de Angra (1540-1552), tendo sido transferido, a 24 de Agosto de 1552, desta diocese para a do Porto, por solicitação de D. João III, numa altura em que já tinha 70 anos²⁹⁰³, embora nunca tivesse pisado o solo dos Açores²⁹⁰⁴. D. Rodrigo Pinheiro ocupou também o

²⁸⁹⁵ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XI, p.322; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁸⁹⁶ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.77. Esta mesma listagem é também seguida por Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Tomo I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.321.

²⁸⁹⁷ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1913, p.95.

²⁸⁹⁸ Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Tomo IV-Vol. I, 1946, p.204.

²⁸⁹⁹ Tendo em conta que já procedemos a uma análise mais aprofundada desta figura eclesiástica ao falarmos de Landim, remetemos para essa entrada a consulta dos dados respeitantes a D. Miguel da Silva, optando nesta

²⁹⁰⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁹⁰¹ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1913, p.95.

²⁹⁰² Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.77; Paiva, José Pedro, “Os mentores”, in *História Religiosa de Portugal*, Vol. 2 (Humanismos e Reformas), dir. de Carlos Moreira Azevedo, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, p.231.

²⁹⁰³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.648.

²⁹⁰⁴ Cordeiro, Padre António, *Historia Insulana das ilhas a Portugal sugeitas no Oceano Occidental...*, Vol.I, Lisboa, Typ. do Panorama, 1866, p.50. Segundo este Autor este bispo mandou apenas um seu emissário para os Açores, D. Baltasar, seu representante e vigário geral. Também Freire, Anselmo

cargo de governador da Casa do Cível de Lisboa²⁹⁰⁵ e foi abade das igrejas de Santa Maria de Ferreiros e de Touginho²⁹⁰⁶. É, muito provavelmente, o mesmo Rodrigo Gomes Pinheiro que era membro do Conselho Geral do Santo Ofício e que, segundo Alexandre Herculano, em 1543 “corria os distritos de Viseu e de Aveiro em perseguição do judaísmo”²⁹⁰⁷. Frei Timóteo dos Mártires identifica D. Rodrigo Pinheiro e o Doutor Rodrigo Gomes Pinheiro²⁹⁰⁸ como comendatários do mosteiro, o que poderá induzir que estamos perante indivíduos diferentes mas, efectivamente, tal não acontece. Como já tivemos oportunidade de observar, na listagem dos cronistas agostinhos este comendatário surge como sucessor de D. Miguel da Silva e predecessor de D. Pedro Gomes Pinheiro²⁹⁰⁹, o que, como vimos, não é correcto. De facto, D. Rodrigo Pinheiro foi nomeado comendatário de S. Simão da Junqueira em 1534, após renúncia de D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, mantendo-se à frente da comenda até 1555, altura em que renunciou a favor do seu sobrinho, Martim Pinheiro²⁹¹⁰. Mais uma vez aqui se detecta alguma falta de rigor de Frei Timóteo dos Mártires, ou pelo menos uma má interpretação das fontes, uma vez que o cronista diz que este bispo renunciou à comenda de S. Simão da Junqueira em favor do seu sobrinho, em 1573²⁹¹¹. A verdade é que, mesmo que tal renúncia não tivesse ocorrido em 1555, também não se poderia ter concretizado em 1573 uma vez que D. Rodrigo Pinheiro faleceu em Agosto de 1572, com noventa anos de idade²⁹¹². De qualquer modo, e apesar de não ser o comendatário, este bispo continuou a receber os rendimentos do mosteiro de S. Simão da Junqueira, dando ao comendatário, D. Martim Pinheiro, uma pensão de cem mil reais²⁹¹³.

D. Martim/Martinho Pinheiro – Prior comendatário do mosteiro de S. Simão da Junqueira. Filho do segundo casamento de Manuel de Castro Alcoforado com D. Beatriz Pinheiro, filha de D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal e irmã de D. Rodrigo

Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. II, 3ª ed, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p.175, diz que este bispo nunca foi aos Açores.

²⁹⁰⁵ Cordeiro, Padre António, *Historia Insulana das ilhas a Portugal sugeitas no Oceano Occidental...*, Vol.I, Lisboa, Typ. do Panorama, 1866, p.50; Freire, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. II, 3ª ed, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p.175.

²⁹⁰⁶ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.77.

²⁹⁰⁷ Herculano, Alexandre, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Vol. II (Volume 19 de “As melhores obras de Alexandre Herculano”), Círculo de Leitores, 1987, p.116.

²⁹⁰⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

²⁹⁰⁹ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XI, p.322; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152. Esta mesma sequencialidade à frente da comenda de S. Simão da Junqueira encontra-se também presente nos trabalhos de Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.77; Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Tomo I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.321.

²⁹¹⁰ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1913, p.95.

²⁹¹¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.152-153.

²⁹¹² Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.648. Também Felgueiras Gaio lhe atribui o ano de 1572 como o do seu óbito (cf. Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.77). Já Freire, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. II, 3ª ed, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p.175, é ainda mais específico, adiantando como data do seu óbito o dia 13 de Agosto de 1572, data que diverge da que figura num obituário do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia, que regista o falecimento de D. Rodrigo Pinheiro, bispo do Porto e prior comendatário de S. Simão da Junqueira aos 8 idos de Agosto de 1572, portanto dia 6 de Agosto de 1572 (cf. BNL – Secção de Reservados, Nº 215 (“Treslado do livro dos obitos do mosteiro de S. Salvador de Moreira”, s. p.)).

²⁹¹³ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros ...”, 1987, p.175.

Pinheiro, bispo do Porto²⁹¹⁴, ambos anteriores comendatários de S. Simão da Junqueira. Era, por isso, sobrinho do comendatário antecessor e tomou posse do mosteiro justamente por renúncia de seu tio, D. Rodrigo Pinheiro, em 1555²⁹¹⁵. Encontrava-se no mosteiro da Junqueira a 28 de Agosto de 1568, dia em que aí foi efectuada uma visitação²⁹¹⁶. Por instrumento de 30 de Dezembro de 1570, sabe-se que D. Martinho tinha as suas casas de morada junto ao mosteiro²⁹¹⁷. Este prior comendatário foi também governador do bispado da Guarda, por indicação de D. Filipe I que afastou D. João de Portugal (1556-1585), bispo titular dessa diocese, por este ter tomado o partido de D. António do Crato, cargo em que foi sancionado por Gregório XIII (1572-1585), mantendo-se nessas funções até 1585, data em que o rei apresentou D. Manuel de Quadros (1585-1593) para o bispado da Guarda²⁹¹⁸. D. Martinho Pinheiro foi ainda deputado do Santo Ofício da Inquisição de Coimbra²⁹¹⁹. Foi o último comendatário da instituição, falecendo em 1589²⁹²⁰. Segundo Felgueiras Gaio, este prior foi o responsável pelo levantamento de um novo claustro e do dormitório, obras que ficaram, no entanto, por concluir²⁹²¹. Estas informações são validadas pelo inquérito de 1568 que confirma o decurso de importantes obras nessa altura, nomeadamente um novo dormitório situado sobre uma cozinha e um refeitório amplo, bem como a construção de um novo claustro²⁹²². Também António Carvalho da Costa releva os benefícios que este prior trouxe ao mosteiro, atribuindo-lhe a responsabilidade da abertura de uma carreira ou caminho, devidamente arborizado, com uma capela ao fundo²⁹²³.

1.1.17. - São Torcato (c. Guimarães)

D. Durando Anes – Prior do mosteiro de São Torcato. A 27 de Dezembro de 1300 encontrava-se no mosteiro de Souto, onde foi testemunha da procuração que o prior e o convento de S. Salvador de Souto fizeram aos seus cónegos, Domingos Peres e João

²⁹¹⁴ Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Tomo IV-Vol. I, 1946, pp.161-162; Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.78.

²⁹¹⁵ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1913, p.95. Frei Timóteo dos Mártires também diz que D. Martinho obteve a comenda de S. Simão da Junqueira por renúncia do seu tio (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.152-153), embora, e como já tivemos oportunidade de ver, a data que atribui a essa passagem de testemunho é incorrecta.

²⁹¹⁶ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros ...”, 1987, p.174.

²⁹¹⁷ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1913, pp.130-134 (doc.11).

²⁹¹⁸ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.627.

²⁹¹⁹ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.78.

²⁹²⁰ Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1913, p.95. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.153, anota o seu óbito em 1590. Já Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XI, p.322 diz que este prior faleceu em 1594, opinião corroborada por Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.78, bem como por Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Tomo I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.321.

²⁹²¹ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 24, 1940, p.78. O mesmo diz Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XI, p.322.

²⁹²² Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros ...”, 1987, p.174.

²⁹²³ Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Tomo I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.321.

Martins, dando-lhes poderes de representatividade do mosteiro²⁹²⁴. A sua presença à frente de S. Torcato remonta, pelo menos, a 17 de Agosto de 1290, dia em que celebra uma composição amigável com os vários herdeiros de Martim Dias que tinha sido sepultado no mosteiro de Grijó mas tinha legado parte dos bens a “dom Pedro Nunyz que foy priol de San Torcade”²⁹²⁵. Ao longo da última década do séc. XIII, D. Durando surge, em diversos instrumentos, identificado como prior desta instituição²⁹²⁶. Desconhecemos o termo do seu priorado mas, à luz dos elementos conhecidos, deverá ter ocorrido nos primeiros anos do séc. XIV.

D. Paio Anes – Prior do mosteiro de São Torcato. Trata-se de mais um caso de ascensão hierárquica dentro de uma comunidade regente, uma vez que Paio Anes era cónego do mosteiro, surgindo identificado como tal a 11 de Setembro de 1293²⁹²⁷. Sabemos que foi prior da instituição graças à sua lápide funerária que o identifica como prior de S. Torcato, datando o seu óbito a 16 de Maio de 1305 (17 kalendas de Junho da Era de 1343)²⁹²⁸. Até ao momento não conseguimos apurar quaisquer outros dados que nos ajudem a compreender a sua acção governativa, ou sequer a confirmar ou balizar correctamente a cronologia do seu priorado, que terá sido seguramente curto, isto se considerarmos que foi o sucessor de D. Durando Anes. Os elementos disponíveis apenas nos permitem dizer que o seu priorado teve lugar numa cronologia compreendida entre 1301 e 1305. Poderá também dar-se o caso de D. Paio Anes ter resignado ao cargo numa data anterior e, desse modo, o seu falecimento não coincidir com o final do seu priorado, o que permitiria estender a governação de D. Durando por mais alguns anos. De qualquer modo, tendo em consideração que a regra é termos priores vitalícios, pelos indicadores documentais que temos, consideramos, até ao aparecimento de novos elementos, que estamos perante o sucessor de D. Durando Anes.

João Peres – Prior do mosteiro de São Torcato. A 13 de Novembro de 1310 era prior de S. Torcato João Peres²⁹²⁹, dia em que D. Dinis confirmou ao mosteiro os privilégios que lhe haviam sido dados por D. Sancho II, a 28 de Janeiro de 1229²⁹³⁰.

D. Paio Peres/D. Paio Pires – Prior do mosteiro de São Torcato. A 10 de Agosto de 1314 o rei D. Dinis colocou sob a sua encomenda e “defendimento Pay Perez priol do mosteiro de Sao Torcade e seus frades e seu mosteiro e seus homens e seus herdamentos

²⁹²⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 92-93.

²⁹²⁵ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°48. É muito provável que Durando Anes seja o sucessor de Pedro Nunes à frente de S. Torcato, de qualquer modo, e uma vez que o século XIII extravasa o âmbito cronológico deste trabalho, não procedemos à necessária investigação que nos permita afirmar que foi de facto o seu sucessor, no entanto ao percorrermos a documentação detectamos Pedro Nunes como prior do mosteiro já em Julho de 1262 (cf. *Vimaranis Monumenta Historica*, Parte 2, 1931, p.337 (doc. 262), mantendo-se à frente do priorado ainda em Fevereiro de 1268 (cf. AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°34).

²⁹²⁶ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, Ns. 53, 55, 56; *Vimaranis Monumenta Historica*, Parte 2, 1931, p.370 (doc. 283).

²⁹²⁷ Faria, João Lopes de, “Archivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, p.43.

²⁹²⁸ Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol 2: Tomo 2, 2000, pp.1285-1288.

²⁹²⁹ Faria, João Lopes de, “Archivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, p.30.

²⁹³⁰ *Vimaranis Monumenta Historica*, Parte 2, 1931, p.391 (doc. 292).

e sas pocissois”²⁹³¹. Pelo teor da carta régia, é de admitir que esta esteja directamente relacionada com a recente eleição de D. Paio para prior da instituição. Apesar de desconhecermos a data concreta do início do seu governo, é certo que este religioso ocupou o cargo durante mais de uma década, uma vez que ainda era o prior de S. Torcato a 13 de Dezembro de 1326, dia em que Pedro de Osem e Vasco Pires, executores régios, deram seguimento à carta de D. Afonso IV que ordenava a restituição de rendas, que andavam em préstamo, ao prior e mosteiro de S. Torcato²⁹³². Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Pelagius Petri prior Sancti Torcaty” a 12 de Junho, mas sem qualquer indicação do ano em que ocorreu o óbito²⁹³³.

João Martins – Prior do mosteiro de S. Torcato. João Martins surge identificado como prior de S. Torcato a 9 de Maio de 1340, dia em que testemunhou, em Guimarães, um empenhamento feito pela Colegiada de Santa Maria de Oliveira a João Vicente e à sua mulher, do casal da Portela, em Gominhães, freguesias de S. Torcato e Sanfins²⁹³⁴.

Lourenço Martins – Prior do mosteiro de São Torcato. A 2 de Fevereiro de 1349 já surge referenciado como prior do mosteiro de S. Torcato, recebendo da mão de diversos particulares o padroado da igreja de S. Cosme da Lobeira e de S. Romão de Rendufe²⁹³⁵. A 24 de Outubro de 1352 surge, em nome de D. Domingos Domingues, prior de S. Salvador de Souto, a ser empossado no lugar de Paço, freguesia de Santa Maria de Souto, propriedade que tinha adquirido por escambo a João Braga e sua esposa²⁹³⁶. A 11 de Julho de 1356 surge em representação do prior do Souto, mostrando uma carta régia que proibia a usurpação de bens e direitos do mosteiro, perante João Peres que aí exigia e se apoderara indevidamente de direitos²⁹³⁷. A 4 de Setembro de 1360 testemunha, na vila de Guimarães, um instrumento de empenhamento feito pela Colegiada²⁹³⁸. A 12 de Abril de 1362 continua a ser referenciado como “priol de Sam Torcade”, encontrando-se, nesse dia, em Guimarães, figurando entre as testemunhas de uma carta de quitação²⁹³⁹. Em Novembro de 1362 já tinha sido transferido para o priorado do mosteiro de Souto, como prova o registo da eleição de João Martins para prior do mosteiro, eleição feita a 2 de Novembro de 1362²⁹⁴⁰. Tudo indica que tenha reassumido o priorado de S. Torcato, pelo menos, é como detentor desse cargo que surge como emissário do Vigário Geral de Braga, a 4 de Junho de 1368, confirmando o clérigo secular Afonso Peres na igreja de Santo Estêvão das Regadas²⁹⁴¹. De resto, a 18 de

²⁹³¹ *Vimaranis Monumenta Historica*, Parte 2, 1931, p.392 (doc. 294). Este documento encontra-se também sumariado por Faria, João Lopes de, “Archivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, p.30.

²⁹³² AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°133.

²⁹³³ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.102.

²⁹³⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), “Archivo da Collegiada de Guimarães” in *Revista de Guimarães*, Vol. XXII - N° 3-4 (Julho-Dezembro de 1905), p.139.

²⁹³⁵ Faria, João Lopes de, “Archivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, pp.31-32; *Vimaranis Monumenta Historica*, Parte 2, 1931, p.268 (nota 1).

²⁹³⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.55.

²⁹³⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos dos séculos XII-XV relativos ao mosteiro do Salvador de Souto*, Porto, 1896, p.142.

²⁹³⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), “Archivo da Collegiada de Guimarães” in *Revista de Guimarães*, Vol. XXV - N° 1 (Janeiro-Março de 1908), p.19.

²⁹³⁹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°138.

²⁹⁴⁰ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.142-144; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.734.

²⁹⁴¹ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p.86.

Outubro de 1374 o arcebispo de Braga, D. Lourenço (1374-1397) confirma a união das igrejas de Rendufe e da Lobeira ao mosteiro de S. Torcato, após a exibição pelo prior Lourenço Martins do instrumento de anexação que tinha sido emitido²⁹⁴². A 19 de Novembro de 1390 “Lourenço Martinz prior de Sam Trocade” surge entre as testemunhas de um instrumento lavrado em Guimarães, pelo qual Gonçalo Martins e Joana Martins, sua mulher, moradores na freguesia de São João das Caldas, reconheciam que tinham de entregar, anualmente, pela Páscoa, três morabitinos ao mosteiro da Junqueira, referentes ao casal de Mourisco²⁹⁴³. A 7 de Dezembro de 1394 é passada carta de legitimação a Gil Lourenço, morador em Guimarães, filho de Maria Domingues e do prior de São Torcato, e mesmo sem mencionar o seu nome, tendo em conta o apelido, tudo indica tratar-se de um filho de Lourenço Martins²⁹⁴⁴.

João Martins – Prior do mosteiro de S. Torcato. João Martins era cónego professor de S. Torcato tendo sido eleito, a 2 de Novembro de 1362, para o priorado do mosteiro²⁹⁴⁵.

D. João Anes – Prior do mosteiro de São Torcato. Desconhecemos a data concreta da eleição de João Anes para prior de S. Torcato, mas deverá ter ocorrido no segundo semestre de 1403, até porque, a 17 de Novembro de 1403, o monarca, na qualidade de padroeiro do mosteiro, dá o aval a essa eleição²⁹⁴⁶. Trata-se de um religioso da comunidade que consegue alcançar o priorado, surgindo já indicado como membro dessa canónica a 21 de Maio de 1397, dia em que se encontrava em Guimarães onde testemunhou a composição amigável feita entre o prior e o mosteiro de Souto e Afonso Domingues, sapateiro de Guimarães, por causa de umas casas que ambos disputavam nessa vila, acordo que permitiu ao mosteiro ficar em posse dos prédios²⁹⁴⁷. A 14 de Novembro de 1409 João Garcia, escolar e vigário geral do arcebispo de Braga autorizou “Johanne Annes priol do moesteiro de Sam Trocade” a emprazar a João Gonçalves, abade de S. Miguel das Caldas, as casas do Rego que o mosteiro tinha na Rua de Santa Maria, na vila de Guimarães²⁹⁴⁸. A 26 de Abril de 1410, D. João Anes recebeu a visita do arcebispo D. Martinho (1398-1416) ao mosteiro de S. Torcato²⁹⁴⁹. A 11 de Agosto de 1419, João Anes continua à frente do priorado torcatense, altura em que é celebrada uma composição amigável entre o Cabido de Braga e o cabido da Colegiada, alguns mosteiros e igrejas de Guimarães e Montelongo, por causa das rendas e obrigações devidas à Sé bracarense²⁹⁵⁰. No dia 26 de Maio de 1423, o prior João Anes, juntamente com o convento do mosteiro, celebrou um contrato de emprazamento, em três vidas a Mem Sela, de casas que o mosteiro tinha na rua do Gado, em Guimarães, bem como do seu eixido²⁹⁵¹. O seu priorado estendeu-se até ao início do mês de Janeiro de 1424,

²⁹⁴² AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°224; Faria, João Lopes de, “Arquivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, p.33.

²⁹⁴³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 137-137v°.

²⁹⁴⁴ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo I, 2006, p.175; Viegas, Valentino, *Subsidios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*, Heuris, 1984, p.55.

²⁹⁴⁵ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.142-144; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.734.

²⁹⁴⁶ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo 3, 2005, p.296.

²⁹⁴⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.66-67.

²⁹⁴⁸ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°197.

²⁹⁴⁹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°172; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p.735-736.

²⁹⁵⁰ Costa, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.478 (doc.123); Oliveira, A. Lopes de, *Fafe e o seu concelho*, Edição da Câmara Municipal de Fafe, s.d, p.29.

²⁹⁵¹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°216.

altura em que renunciou, através de Rui Dias, arcediogo de Barroso e seu procurador, sendo confirmado como novo prior o cónego Frei Álvaro Martins, a 22 de Janeiro de 1424²⁹⁵².

D. Frei Álvaro Martins - Prior do mosteiro de S. Torcato. Frei Álvaro Martins era cónego regente de S. Torcato tendo sido confirmado no cargo máximo da comunidade a 22 de Janeiro de 1424, após renúncia do último prior²⁹⁵³. Tudo indica que também tenha sido o abade da igreja de Santa Comba de Monte Longo, pois em Agosto de 1419 o abade dessa igreja já era Álvaro Martins²⁹⁵⁴, e caso não estejamos perante um homónimo, deverá tratar-se do religioso de S. Torcato. De resto a corroborar essa ideia, está a súplica de Artur Gonçalves, datada de 21 de Abril de 1427, que solicitava a igreja de Santa Comba de Monte Longo, em virtude de o seu anterior titular ter sido promovido “ad prioratum conventualem sancti Torquati ordinis Sancti Augustini”²⁹⁵⁵. Esta igreja foi anexada ao mosteiro de S. Torcato, a 22 de Janeiro de 1424, mas apenas enquanto durasse o priorado de Álvaro Martins²⁹⁵⁶. A 8 de Fevereiro de 1432 “dom Alvaro Martinz prior do dicto mosteiro” foi à igreja de S. Cosme da Lobeira onde se encontrava o cónego Bernardo Anes, capelão dessa igreja, mostrou uma sentença dada pelo arcebispo de Braga, datada de 20 de Abril de 1425, pela qual ordenou ao prior de S. Torcato para a deter quando esta vagasse²⁹⁵⁷. A 16 de Novembro de 1436 Álvaro Martins continua a ser identificado como prior de S. Torcato, dia em que faz uma nota de empraçamento referente ao casal do Outeiro, localizado na freguesia de S. Torcato, comprometendo-se perante os foreiros a efectuar o prazo sob a forma legal na cúria bracarense²⁹⁵⁸. A 14 de Março de 1442 Álvaro Martins mantinha-se à frente do priorado de S. Torcato, dia em que Lopo de Castro, juiz de Guimarães lhe dá sentença favorável num recurso interposto por moradores de Gonça na sequência de decisão judicial desfavorável que lhes fora decretada a 29 de Novembro de 1441, no processo em que eram acusados pelo prior e convento de S. Torcato de desviarem a água do rio Selho, através da construção de moinhos e represas que impediam a chegada da água às terras do mosteiro²⁹⁵⁹. D. Álvaro Martins deteve o priorado de S. Torcato até Fevereiro de 1450, altura do seu falecimento²⁹⁶⁰.

D. Frei Luís Domingues - Prior do mosteiro de S. Torcato. Proveniente do priorado do mosteiro de S. Salvador de Souto, Frei Luís Domingues foi provido como prior de S. Torcato, pelo arcebispo de Braga, em 28 de Fevereiro de 1450, após o falecimento de Frei Álvaro Martins e numa altura em que já não havia religiosos nesta comunidade²⁹⁶¹.

²⁹⁵² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.1; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.736

²⁹⁵³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.1; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.736.

²⁹⁵⁴ Costa, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.479.

²⁹⁵⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.222.

²⁹⁵⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.1; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.736

²⁹⁵⁷ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°251.

²⁹⁵⁸ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°256.

²⁹⁵⁹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°264; Faria, João Lopes de, “Arquivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, p.41.

²⁹⁶⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.152av.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.736.

²⁹⁶¹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.152ª v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.729,736.

O certo é que também Frei Luís Domingues permaneceria muito pouco tempo no cargo uma vez que, a 24 de Agosto de 1451, o mosteiro de S. Torcato já se encontrava “vacatem per mortem Lodovicus Dominici ultimi rectore ipsius monastery”²⁹⁶². Não podemos deixar de verificar como a memória deste prior e do seu antecessor estavam bem presentes entre alguns dos habitantes das freguesias onde o mosteiro deteve direitos. É que, em 1506, a Colegiada de Guimarães, a solicitação do arcebispo de Braga, elaborou os títulos dos seus benefícios, procedendo-se a uma inquirição sobre as igrejas anexas do antigo mosteiro de S. Torcato, com a curiosidade das testemunhas se lembrarem daqueles priores, como é o caso do lavrador Álvaro Luís “que se acorda de dois priores o primeiro avia nome Alvaro Martinz que foi prior muito tempo e sempre colheo as dictas igrejas e assi outro que depois delle veio que avia nome Luis Dominguiuz”²⁹⁶³.

Frei Vasco Afonso - Prior do mosteiro de S. Torcato. A 9 de Setembro de 1451, e após o falecimento de D. Frei Luís Domingues, o arcebispo D. Fernando da Guerra transferiu Frei Vasco Afonso, cónego do mosteiro de S. Simão da Junqueira, para o mosteiro de S. Torcato de Guimarães²⁹⁶⁴. Isto significa que o arcebispo de Braga não confirmou neste priorado Álvaro Gil, familiar da rainha, que tinha sido proposto para o cargo por D. Afonso V, a 24 de Agosto de 1451²⁹⁶⁵. Tal como o do seu antecessor, também o priorado de Vasco Afonso foi extremamente curto, devendo ter falecido no início de Setembro de 1453, uma vez que o arcebispo D. Fernando confirma, a 10 de Setembro desse ano, novo prior, desta vez um cónego proveniente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra²⁹⁶⁶.

João Afonso – Prior do mosteiro de São Torcato. Trata-se de um cónego regante originário do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, confirmado no priorado por D. Fernando da Guerra, a 10 de Setembro de 1453²⁹⁶⁷. Resignou de sua livre vontade ao priorado de S. Torcato, levando o papa a indicar, a 2 de Agosto de 1459, para seu substituto João de Barros²⁹⁶⁸.

João de Barros / João Álvares de Barros – Prior do mosteiro de São Torcato. O papa Pio II, por letras apostólicas de 2 de Agosto de 1459, encarrega o bispo da Guarda, o abade do mosteiro de Bouro e o prior da Colegiada de Guimarães de conferirem João de Barros no priorado de S. Torcato, vago após a resignação de João Afonso²⁹⁶⁹. João de Barros era cónego e tesoureiro da Sé de Braga²⁹⁷⁰. A 13 de Junho de 1471 João de Barros, cónego de Braga e prior de S. Torcato, solicita, através de um procurador, o traslado da sentença dada, a 13 de Março de 1336, por D. Afonso IV sobre as

²⁹⁶² IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 12, fl.96.

²⁹⁶³ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°370, fl.11.

²⁹⁶⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.165; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, pp.736-737, 799.

²⁹⁶⁵ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 12, fl.96.

²⁹⁶⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.178v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.737.

²⁹⁶⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.178v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.737.

²⁹⁶⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.CCCV; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.737.

²⁹⁶⁹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.CCCV.

²⁹⁷⁰ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.737.

jurisdições do couto do mosteiro²⁹⁷¹. O comendatário vai manter-se à frente da instituição até 6 de Julho de 1474, data em que o papa Sixto IV (1471-1484) passou as letras de extinção do mosteiro de S. Torcato, unindo-o à Colegiada de Guimarães, numa altura em que já ali não havia comunidade monástica²⁹⁷².

²⁹⁷¹ Faria, João Lopes de, “Archivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, pp.28-29.

²⁹⁷² *Galeria das Ordens religiosas e militares*, Tomo I, Porto, 1843, p.98; Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, p.300 (nota 1); Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p. 737.

1.2. Diocese de Lamego

1.2.1. - Santa Maria de Cárquere (c. Resende)

D. Gonçalo Esteves - Prior do mosteiro de Cárquere. Desconhecemos a data do início do seu priorado, de qualquer modo a sua presença à frente da instituição aparece, documentalmente comprovada, em finais de Setembro e inícios de Outubro de 1305, altura em que “don Gonçalo Stevaens”²⁹⁷³ foi constituído procurador do mosteiro, de forma a poder representar a instituição perante o bispo e os vigários de Lamego na questão que opunha o mosteiro a alguns naturais, padroeiros e fregueses da igreja de Santa Maria de Freigil, por causa dos direitos de padroado dessa igreja²⁹⁷⁴. Das suas ligações familiares sabemos apenas que tinha um sobrinho que também seguiu a carreira eclesiástica, de nome João Pires ou João Martins, que foi apresentado, pelo rei, em 1318, para pároco da igreja de Miomães²⁹⁷⁵. Em Dezembro de 1337 ainda ocupava o priorado do mosteiro, altura em que o bispo de Lamego acusava o prior de Cárquere de receber a colheita na igreja de Freigil²⁹⁷⁶, situação que levou à realização de uma inquirição com desfecho favorável ao bispo, à altura, D. Salvado Martins (1331-1349), provando-se que o prior não recebia aí qualquer tributo²⁹⁷⁷. Em 1350 já deveria ter falecido, como se depreende do testamento do conde D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis, lavrado a 30 de Março desse ano e no qual afirma: “...outrosi confesso que eu devo ao Mosteiro de Santa Maria de Carcari mil maravedis velhos de dinheiros portugueses, os quais a mi emprestou D. Gonçalo Esteves prior que foi do dito Mosteiro...”²⁹⁷⁸. Um obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Gonssalvus Stephani priol de Carcarry” a 4 de Agosto, mas sem qualquer indicação do ano²⁹⁷⁹.

D. Fernando Anes - Prior do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. Um obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “domnus Fernandus Johannis prior monasterii Sancte Marie de Carcary” a 13 de Janeiro de 1350²⁹⁸⁰. Já um obituário de S. Vicente de Fora também regista o falecimento de “donus Fernandus prior Sancte Marie de Carcari” mas no dia 29 de Setembro, sem qualquer referência ao ano do óbito²⁹⁸¹. Este mesmo

²⁹⁷³ Saraiva, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Edições Magno, 2003, p.489 (doc.32a).

²⁹⁷⁴ As procurações que lhe concediam esse direito de representatividade foram lavradas a 1 e 7 de Outubro de 1305 (cf. Saraiva, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego na primeira metade de século XIV (1296-1349)*, Leiria, Edições Magno, 2003, pp.489-490; 494-495 (docs. 32a;32f).

²⁹⁷⁵ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I, p.292; Vol.II, p.338. Neste segundo volume aparece João Martins em vez de João Pires.

²⁹⁷⁶ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, pp.542-543.

²⁹⁷⁷ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, pp.542-543; Saraiva, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Edições Magno, 2003, pp.697-698 (doc.163). No documento.

²⁹⁷⁸ Sousa, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Tomo I, Livro I, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1946, p.177. Este empréstimo do prior ao Conde é também referenciado por Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.543 (nota 8).

²⁹⁷⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.26vº.

²⁹⁸⁰ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.33vº.

²⁹⁸¹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.148.

obituário apresenta um outro registo de 4 de Outubro respeitante a “donus Fernandus prior Sancte Marie de Carcari”²⁹⁸², devendo tratar-se do mesmo prior.

D. João Gonçalves - Prior do mosteiro de Cárquere. Esteve presente no sínodo diocesano de Lamego, realizado a 11 de Agosto de 1368²⁹⁸³.

Estêvão Martins - Prior do mosteiro de Cárquere. A 21 de Agosto de 1410 são-lhe legitimados dois filhos: Beatriz Esteves e Nuno Esteves, ambos resultantes de uma ligação que teve com Maria Anes, à altura, mulher solteira²⁹⁸⁴.

D. Afonso Antão/D. Afonso António - Prior do mosteiro de Cárquere. A 17 de Novembro de 1455 D. Afonso V toma sob sua guarda e encomenda “Dom Afonso Antam prior do mosteiro de Santa Maria de Craquere”²⁹⁸⁵. Apesar de não conhecermos com detalhe a sua acção governativa sabemos que o seu priorado terminou no primeiro trimestre de 1458, uma vez que, a 29 de Março de 1458, D. Afonso V e o seu irmão D. Fernando solicitam o priorado de “Sancte Marie de Quarquere” para Pedro Lourenço, cónego de Lamego, licenciado em Decretos, sacerdote e familiar do infante²⁹⁸⁶. Pouco tempo depois, mais concretamente a 13 de Abril de 1458, temos uma nova súplica nos mesmos moldes, em que os mesmos solicitantes pedem o cargo para Pedro Lourenço, revelando-se aí que o prior Afonso António tinha resignado²⁹⁸⁷.

D. Pedro Lourenço – Provável prior do mosteiro de Cárquere. Apesar de existirem duas súplicas do rei D. Afonso V e do seu irmão D. Fernando a solicitarem o priorado de Santa Maria de Cárquere para Pedro Lourenço, datadas de 29 de Março de 1458²⁹⁸⁸ e 13 de Abril de 1458²⁹⁸⁹, não sabemos se foi, de facto, prior da instituição. Pedro Lourenço era familiar do infante D. Fernando²⁹⁹⁰.

D. Rui Vasques da Fonseca - Prior do mosteiro de Cárquere. A 18 de Janeiro de 1460 “Dom Ruy Vaasquez da Fonseca priol de Cacere da hordem de Santo Agostinho do bispado de Lamego” emprazou, juntamente com o convento, o casal que o mosteiro tinha na aldeia de Vinhós, freguesia de Resende²⁹⁹¹. É muito provável que seja irmão de Luís Vaz da Fonseca, escudeiro, morador no couto de Resende, que a 16 de Abril de 1481 emprazou ao tosador João Gonçalves um casal no termo de S. Martinho de Mouros²⁹⁹², o que a confirmar-se atestaria a proveniência local deste prior. Ainda a este

²⁹⁸² Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.151.

²⁹⁸³ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I, p.181; Vol.II, p.543. Na obra *Synodicon Hispanum, II-Portugal*, 1982, p.280, é também referenciada a realização deste sínodo.

²⁹⁸⁴ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 2, 2006, p.226; Viegas, Valentino, *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*, Heuris, 1984, p.113.

²⁹⁸⁵ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 15, fl.45vº.

²⁹⁸⁶ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. VI, 1972, pp.70-72. Também Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.543, diz que o priorado de D. Afonso terminou em 1458.

²⁹⁸⁷ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. VI (1456-1470), 1972, pp.73-74; Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.IV (Renascimento II), Lamego, 1984, p.350.

²⁹⁸⁸ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. VI (1456-1470), 1972, pp.70-72. Também Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.543, diz que o priorado de D. Afonso terminou em 1458.

²⁹⁸⁹ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. VI (1456-1470), 1972, pp.73-74.

²⁹⁹⁰ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.IV, 1984, p.350.

²⁹⁹¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, Nº57.

²⁹⁹² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, Nº69.

propósito, em Janeiro de 1484 surge, entre as testemunhas de um empraçamento efectuado no mosteiro, “Joham da Fonseca sobryno do senhor prioll”²⁹⁹³. A 28 de Agosto de 1463, Rui Vasques aparece novamente a efectuar um empraçamento, desta feita, a João Vasques e a sua mulher, Maria Vasques, o casal do Carvalho, em Freixieiro²⁹⁹⁴. A 22 de Novembro de 1469²⁹⁹⁵, 10 de Março de 1472²⁹⁹⁶, 6 de Fevereiro de 1473²⁹⁹⁷, 15 de Março de 1476²⁹⁹⁸, 8 de Abril de 1476²⁹⁹⁹, 29 de Dezembro de 1479³⁰⁰⁰, 10 de Agosto de 1482³⁰⁰¹ e a 10 de Junho de 1483³⁰⁰² continua a ser referenciado como prior do mosteiro em instrumentos de empraçamento efectuados na, e pela, instituição. Em 1484 D. Rui Vasques da Fonseca mantém-se à frente do priorado do mosteiro de Santa Maria de Cárquere³⁰⁰³, como revelam empraçamentos efectuados no mosteiro, em Janeiro e Outubro desse ano³⁰⁰⁴. O último documento, de que temos conhecimento, em que é interveniente “Roy Vasquez da Fonseca prioll” de Cárquere é o empraçamento que faz, juntamente com o convento, a Diogo da Fonseca, escudeiro fidalgo del-rei, a sua mulher, Joana Martins, e a um filho ou filha de ambos e não havendo, a outra pessoa, a nomear pelo sobrevivente, da quintã da Rapa que o mosteiro tinha no termo de Celorico da Beira, contrato datado de 31 de Março de 1487³⁰⁰⁵.

D. Lucas Cardoso - Prior do mosteiro de Cárquere. Trata-se de um cónego regrante do mosteiro que ascende à cadeira prioral, podendo recuar-se a sua presença entre a comunidade monástica, pelo menos, a 6 de Fevereiro de 1473³⁰⁰⁶. É o sucessor de Rui Vasques da Fonseca, e, apesar de não sabermos quando ocupou o cargo, pode estabelecer-se como balizas para o início do seu priorado Abril de 1487 e 1490, uma vez que, no fim de Março de 1487, D. Rui Vasques ainda era o prior e, em 1490, D. Lucas já surge como titular do mosteiro de Cárquere, como adianta Manuel Gonçalves da Costa, embora o identifique como Luís Cardoso³⁰⁰⁷. Efectivamente, já era prior do mosteiro a 15 de Fevereiro de 1490, data em que passou procuração ao clérigo Diogo Coelho, para que este o representasse em Lamego, perante a cúria diocesana no sentido de validar os empraçamentos do mosteiro³⁰⁰⁸. Há um outro documento, provavelmente de 1490³⁰⁰⁹, que já refere “dom Lucas Cardoso prior”, o qual juntamente com o

²⁹⁹³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º.75. É provável que seja o mesmo João da Fonseca identificado como escudeiro, que testemunha um novo empraçamento no mosteiro a 31 de Março de 1487 (cf. A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º. 77), feito a Diogo da Fonseca que terá certamente ligações familiares com o prior e com o próprio João da Fonseca, assunto que agora não aprofundaremos.

²⁹⁹⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º59.

²⁹⁹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º62.

²⁹⁹⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º63.

²⁹⁹⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º64. Neste instrumento assina “Rodericus prior”.

²⁹⁹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º66.

²⁹⁹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º64.

³⁰⁰⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º68.

³⁰⁰¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º72.

³⁰⁰² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º.74.

³⁰⁰³ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.148; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.264.

³⁰⁰⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, Ns. 75, 76.

³⁰⁰⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º. 77.

³⁰⁰⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º64.

³⁰⁰⁷ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.543.

³⁰⁰⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º. 81.

³⁰⁰⁹ A letra na parte onde se encontra a data está muito apagada, o que inviabiliza a sua correcta leitura, de qualquer modo nas costas do documento surge uma data a indicá-lo como sendo de 1490, o que à partida estará correcto. Neste mesmo pergaminho encontra-se a respectiva carta de validação do empraçamento e

convento, empraça a Martim Lourenço e a sua mulher, Maria Vaz, moradores na aldeia de Mindal, do concelho de Alvarenga, e a um descendente destes, o casal de Mendal³⁰¹⁰. De 1491 conhecem-se dois empraçamentos efectuados por D. Lucas Cardoso e pelo convento do mosteiro: o primeiro datado de 1 de Junho de 1491³⁰¹¹ e o segundo de 24 de Agosto de 1491, constituindo este último o derradeiro diploma em que aparece identificado “dom Lucas Cardoso prior do mosteiro de Sancta Maria de Carquere da Ordem de Sancto Augustinho do bispado de Lamego”³⁰¹². Segundo Manuel Gonçalves da Costa este prior ainda vivia a 2 de Dezembro de 1507, dia em que recebeu um benefício³⁰¹³, mas, de concreto, e no que respeita à documentação de Cárquere, não lhe conhecemos qualquer outra referência a partir de 1491.

D. Diogo Coelho - Prior do mosteiro de Cárquere. A 5 de Janeiro de 1493 “dom Diego Coelho prior e convento de Santa Maria de Carquere da Ordem de Santo Agostinho do bispado de Lamego” juntos em cabido efectuam um empraçamento a Pedro Anes, à sua mulher, Maria Gonçalves, e a um filho destes, respeitante ao meio casal que o mosteiro tinha em S. Romão, concelho de Aregos³⁰¹⁴. Apesar desta ser a primeira referência documental em que surge mencionado como prior da instituição, a sua presença e ligação ao mosteiro de Cárquere é comprovável anteriormente. Trata-se do “Diego Coelho clérigo” que surge como procurador do mosteiro em Lamego para validar junto da cúria diocesana empraçamentos feitos pelo mosteiro a 1 de Junho de 1491 e a 24 de Agosto de 1491³⁰¹⁵. De resto, essa sua presença no mosteiro não será alheia à ligação familiar que D. Diogo Coelho tinha com o prior Lucas Cardoso, sendo, muito provavelmente, seu irmão ou sobrinho, pelo que a saída de cena de Lucas Cardoso se poderá dever ao seu falecimento ou apenas à sua resignação a favor de D. Diogo. A documentação permite-nos conhecer algumas das suas ligações familiares. Sendo irmão do escudeiro João Coelho que aparece com alguma frequência entre as testemunhas de instrumentos lavrados na instituição³⁰¹⁶, também deveria ser seu familiar directo o escudeiro Martim Cardoso, a quem, a 6 de Março de 1494, D. Diogo empraça, juntamente com o convento, uma vinha no lugar de Reboura, a ele e à sua mulher, Maria Anes³⁰¹⁷. Comprovadamente seu sobrinho era “Gonçalo Cardoso” que é identificado como tal em instrumento lavrado em Lamego, a 4 de Maio de 1498³⁰¹⁸. De resto, este prior teve um papel muito proteccionista em relação a elementos da sua linhagem, promovendo-os ou pelo menos fazendo-se rodear na instituição de vários religiosos da sua família com situações, no mínimo, no linear do nepotismo, religiosos esses que daremos conta a seu tempo e no seu respectivo local. Quanto à acção governativa de D. Diogo ela está, felizmente, bastante bem documentada, sobretudo ao nível da gestão do património imóvel da instituição, com a elaboração de diversos

que poderia auxiliar nesta questão, no entanto essa carta é bastante posterior tendo sido passada apenas a 13 de Junho de 1494 por Martim Álvares, tesoureiro da Sé de Lamego e vigário geral pelo bispo D. Fernando Coutinho (1492-1502).

³⁰¹⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º 79.

³⁰¹¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º 81.

³⁰¹² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º 80.

³⁰¹³ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.543.

³⁰¹⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º82.

³⁰¹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, Ns. 80,81,84,86; Gav. 15, M.6, Ns. 91,95.

³⁰¹⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, Ns. 81,82.

³⁰¹⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º83.

³⁰¹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º94. Um outro seu sobrinho, Francisco Coelho, é também referenciado entre as testemunhas de um instrumento de 8 de Setembro de 1498 (cf. A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º98).

contratos enfiteúticos. Esses instrumentos permitem-nos, naturalmente, confirmar a sua presença à frente da canónica, como atestam emprazamentos de 16 de Fevereiro de 1495³⁰¹⁹, 31 de Julho de 1496³⁰²⁰, 21 de Novembro de 1496³⁰²¹, 6 de Janeiro de 1497³⁰²², 22 de Janeiro de 1497³⁰²³, 27 de Janeiro de 1497³⁰²⁴.

A 10 de Março de 1497 “Dom Diogo Coelho prior e convento de Carquere da hordem de Santo Agostinho do bispado de Lameguo” emprazou, juntamente com o convento, a Gonçalo Anes, clérigo de missa, morador em Lavandeira, do couto de Ferreiros, a quinta de Vale Melhorado, situada no concelho de Ferreiros³⁰²⁵. Certificam-no no cargo de prior da instituição documentos de 5 de Janeiro de 1498³⁰²⁶, 10 de Fevereiro de 1498³⁰²⁷, 14 de Fevereiro de 1498³⁰²⁸, 16 de Fevereiro de 1498³⁰²⁹, 26 de Abril de 1498³⁰³⁰, 4 de Maio de 1498³⁰³¹, 7 de Maio de 1498³⁰³², 27 de Junho de 1498³⁰³³, 6 de Agosto de 1498³⁰³⁴, 8 de Setembro de 1498³⁰³⁵, 1 de Março de 1499³⁰³⁶, 18 de Setembro de 1499³⁰³⁷, 15 de Janeiro de 1500³⁰³⁸, 5 de Fevereiro de 1500³⁰³⁹, 12 de Fevereiro de 1500³⁰⁴⁰, 14 de Fevereiro de 1500³⁰⁴¹, 26 de Agosto de 1500³⁰⁴², 21 de Outubro de 1500³⁰⁴³, 5 de Novembro de 1500³⁰⁴⁴, 12 de Novembro de 1501³⁰⁴⁵, 6 de Março de 1502³⁰⁴⁶, 19 de Maio de 1502³⁰⁴⁷, 24 de Outubro de 1502³⁰⁴⁸, 14 de Dezembro de 1503³⁰⁴⁹, 11 de Julho de 1505³⁰⁵⁰, 5 de Janeiro de 1506³⁰⁵¹, 16 de Janeiro de 1507³⁰⁵², 30 de Janeiro de 1507³⁰⁵³, 3 de Março de 1507³⁰⁵⁴, 16 de Março de 1507³⁰⁵⁵, 26 de

³⁰¹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°84.

³⁰²⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°85.

³⁰²¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°86.

³⁰²² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°87.

³⁰²³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°88.

³⁰²⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°89.

³⁰²⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°58.

³⁰²⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°99.

³⁰²⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°97.

³⁰²⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°96.

³⁰²⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°91.

³⁰³⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°95.

³⁰³¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°94.

³⁰³² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°92.

³⁰³³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°93.

³⁰³⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°90.

³⁰³⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°98.

³⁰³⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°101,102.

³⁰³⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°100.

³⁰³⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N° 95.

³⁰³⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N° 93.

³⁰⁴⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N° 91.

³⁰⁴¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N° 96.

³⁰⁴² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N° 92.

³⁰⁴³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N° 94.

³⁰⁴⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N° 97.

³⁰⁴⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N° 98.

³⁰⁴⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, Ns.101, 103, 105.

³⁰⁴⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N° 104.

³⁰⁴⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N° 102.

³⁰⁴⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N° 107.

³⁰⁵⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N° 108.

³⁰⁵¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, Ns.109, 110, 111.

³⁰⁵² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N° 117.

³⁰⁵³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N° 114.

³⁰⁵⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N° 115.

³⁰⁵⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N° 113.

Março de 1507³⁰⁵⁶, 7 de Agosto de 1507³⁰⁵⁷, 9 de Novembro de 1507³⁰⁵⁸, 4 de Dezembro de 1507³⁰⁵⁹ e 10 de Janeiro de 1508³⁰⁶⁰. Esta é a última referência que lhe conhecemos no priorado. De qualquer modo, é admissível que aí tivesse permanecido ao longo de 1508 e grande parte de 1509, embora não seja de excluir que o seu falecimento tenha ocorrido em 1508. O seu óbito tem sido atribuído ao ano de 1510³⁰⁶¹, altura de que datam súplicas a solicitar os seus benefícios eclesiásticos, nomeadamente a comenda do mosteiro de Cárquere³⁰⁶² e a igreja de Cinfães que é solicitada por Pedro Afonso Malheiro nesse ano e que D. Diogo tinha a seu cargo como revela a súplica apresentada ao papa³⁰⁶³. De qualquer modo, se não faleceu deverá ter renunciado à comenda do mosteiro de Cárquere a favor de D. João de Castro, uma vez que era este o seu comendatário à entrada para o último terço de 1509³⁰⁶⁴.

D. João de Castro/D. João de Travanca - Prior comendatário dos mosteiros de Cárquere e de Mancelos. Deverá ter assumido o priorado do mosteiro com o falecimento de D. Diogo Coelho. A 12 de Setembro de 1509 “dom Joham de Castro dom abade de Travanca e administrador perpetu dos mosteiros de Mancellos e Carquere com os coneguos do dicto mosteiro” empraça a Rui Marinho e à sua mulher, Inês Afonso e a terceira pessoa a nomear pelo postumeiro, a quebrada que o mosteiro de Cárquere tinha na Quinta do concelho de Resende³⁰⁶⁵. Esta é a primeira indicação documental que lhe conhecemos como prior de Cárquere, mas este D. João de Castro deverá ser o sobrinho e administrador dos bens de D. Maria de Castro que instituiu uma capela no mosteiro de Cárquere por testamento lavrado em 1473³⁰⁶⁶. A 13 de Setembro de 1510 D. Francisco Zuzarte ou Juzarte acusa-o de se ter apoderado indevidamente do priorado do mosteiro de Cárquere, possuindo-o sem qualquer título e cometendo opressão contra os caseiros e lavradores do mosteiro³⁰⁶⁷. As acusações de Zuzarte deviam-se ao facto de ele próprio ter obtido o benefício em Roma, directamente junto do papa, onde se encontrava como embaixador, e como D. João de Travanca não tencionava abandonar a comenda, a Francisco Zuzarte não restou mais que recorrer ao sumo pontífice que no ano seguinte lança a excomunhão sobre D. João de Travanca, a qual seria executada por João Rodrigues, cónego de Viseu³⁰⁶⁸. Independentemente de ter sido excomungado, o certo é que D. João de Castro viria a falecer em 1513, de resto uma carta de D. Manuel para o embaixador João de Faria, datada de 18 de Setembro de 1513, fala do seu falecimento, dando-se aí conta também de que um cardeal veneziano impetrou praticamente todos os mosteiros e igrejas que eram comenda de D. João de

³⁰⁵⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, Ns.119, 120.

³⁰⁵⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.112.

³⁰⁵⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.116.

³⁰⁵⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.118.

³⁰⁶⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.122.

³⁰⁶¹ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.544.

³⁰⁶² *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo XI, 1898, p.56; Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.544.

³⁰⁶³ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. X, Lisboa, 1991, pp.509-510; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.262.

³⁰⁶⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.123.

³⁰⁶⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.123; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.148vº; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.264.

³⁰⁶⁶ Pinto, Joaquim Caetano, *Resende - Monografia do seu concelho*, Braga, 1982, p.105.

³⁰⁶⁷ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo XI, 1898, p.56.

³⁰⁶⁸ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, p.544.

Castro, com o papa a anuir à sua solicitação e a rejeitar o persistente pedido do monarca português para lhe facultar a nomeação de comendatários nas vagas, acabando D. Manuel por pedir ao embaixador que o papa lhe deixasse ao menos o de Travanca³⁰⁶⁹.

D. Francisco Zuzarte/D. Francisco Juzarte - Prior comendatário do mosteiro de Cárquere. Francisco Zuzarte solicitou ao papa a comenda do mosteiro de Cárquere, pedido em que foi atendido, sendo provido no cargo em 1510³⁰⁷⁰. Quando se preparava para tomar posse, depois de já ter pago os encargos com a comenda e expedidas as bulas foi impedido por D. João, abade do mosteiro de Travanca que se dizia comendatário de Cárquere, situação de posse que, como já tivemos oportunidade de ver, era verídica, e que provocou o inevitável conflito entre os interessados, com o papa Júlio II (1503-1513) a ordenar ao abade de Travanca que abandonasse o cargo em favor de Zuzarte, sob pena de excomunhão³⁰⁷¹. Não sabemos se D. João de Castro abandonou por livre iniciativa ou se foi forçado a fazê-lo, ou se a disputa só terminou mesmo em 1513 com o seu falecimento. De concreto sabe-se que D. Francisco Zuzarte assumiu a comenda deste mosteiro regrante, sendo referenciado no cargo em Abril de 1516, altura em que também era comendatário do mosteiro de Pedroso³⁰⁷². A 12 de Setembro de 1520 “Francisco Juzarte comendataryo do dicto mosteiro” deu poderes especiais ao prior claustral de Cárquere para que este emprazasse um casal a Aires Pinto, escudeiro de Fernão de Melo e de D. Maria de Castro, já falecida³⁰⁷³.

A 6 de Agosto de 1527 é feito um novo emprazamento no cabido do mosteiro, e de novo se nota a ausência do comendatário, surgindo aí um procurador de “Francisco Juzarte perpeto amynistrador do dicto mosteiro de Quarquere per vertude de hua procuraçam” passada a 6 de Julho desse ano pelo tabelião de Penacova, que o autorizava a efectuar emprazamentos em seu nome³⁰⁷⁴. Documentalmente, ou pelo menos da documentação com que nos confrontámos até ao momento, esta é a última indicação que conhecemos de D. Francisco Zuzarte como prior do mosteiro, sendo certo que entre esta data e finais de 1530 este comendatário deixou de deter a tutela da canónica regrante de Cárquere, mas por ora não sabemos se por falecimento ou por renúncia³⁰⁷⁵.

³⁰⁶⁹ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo I, 1862, pp.204-205.

³⁰⁷⁰ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo XI, 1898, p.56; Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.544.

³⁰⁷¹ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.544. Em carta de 13 de Setembro de 1510 D. Francisco Zuzarte queixa-se ao secretário do rei dizendo que “Sua Samtidade me fez graça de hum mosteiro que se chama Santa Maria de Carquere da Ordem de Santo Agostinho do bispado de Lamego que sam de Conegos Regrantes como Sam Vicente de fora, e temdo despedido minhas bullas e pago meus direitos e querendo mandar tomar minha posse, soube como dom Joham de Travamqua estava em pose do dito meu mosteiro sem hum titollo...” (cf. *Corpo Diplomático Português...*, Tomo XI, 1898, p.56).

³⁰⁷² Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.153vº; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.264. A 22 de Março de 1527 “Francisco Juzarte fydallgo da Casa del rey” ainda era comendatário do mosteiro de Pedroso (cf. Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.148vº).

³⁰⁷³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.127.

³⁰⁷⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.128.

³⁰⁷⁵ A este propósito Manuel Gonçalves da Costa diz que foi D. Diogo Ortiz quem lhe sucedeu (cf. Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.544), o que de facto se confirma se nos reportarmos apenas aos priores comendatários porque em termos cronológicos, e no que respeita à sequencialidade dos que governaram o mosteiro estes dois comendatários são intercalados pela gestão de Francisco Coelho.

Francisco Coelho – Prior do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. A 2 de Novembro de 1530 “Francisco Coelho conygo e prior imleyto deste mosteiro por estar vago per mandado espiciall del rey noso senhor com hos outros conygos” empraza a Estêvão Leitão e a sua mulher, Maria Soares, e a um filho de entre ambos, o casal da Babinha, onde já viviam, juntamente com outras propriedades³⁰⁷⁶. Este Francisco Coelho é o cónego do mosteiro que já surge identificado como religioso da comunidade em 1499³⁰⁷⁷ e que acreditámos ser o sobrinho do prior D. Diogo Coelho, referenciado como tal, por exemplo, em documento de 8 de Setembro de 1498³⁰⁷⁸. É certo que sucedeu a D. Francisco Juzarte mas não sabemos quando é que este cónego foi escolhido para o priorado do mosteiro, o certo é que a 17 de Julho de 1531 Cárquere ainda não tinha novo comendatário, surgindo “hi hos devotos padres e relygiosos Filype Coelho prior crasteiro no dicto mosteiro e bem asy Francisco Coelho conygo e capelaa e priol do dicto mosteiro imbestido per espiciall manda del rey nosso senhor” juntamente com o restante convento a efectuar um emprazamento em três vidas³⁰⁷⁹. Desconhecemos até quando governou a instituição mas é presumível que o tenha feito até à entrada do comendatário D. Diogo Ortiz de Vilhegas, situação que, como veremos, deverá ter ocorrido em 1532. De qualquer modo também não se poderá excluir a possibilidade de, entretanto, Francisco Coelho ter falecido, podendo ser esse o facto que motivou a entrada do comendatário D. Diogo, da mesma forma que é admissível que se tenha mantido entre a comunidade regrante de Cárquere por mais alguns anos, mas em relação a estes aspectos a documentação não nos permite extrair quaisquer conclusões.

D. Diogo Ortiz de Vilhegas³⁰⁸⁰ – Prior comendatário do mosteiro de Cárquere. D. Diogo foi comendatário deste mosteiro regrante a partir de 1532³⁰⁸¹, embora a confirmação pontifícia seja posterior, muito provavelmente de 1534³⁰⁸². A 20 de Maio de 1532 D. João III, entre os despachos que entregou a D. Martinho de Portugal, novo embaixador em Roma, dá-lhe indicações para falar com o cardeal Farnese para que este não se oponha ao provimento das igrejas vagas por falecimento de Francisco Juzarte, feito em D. João, filho do conde de Vimioso, lembrando também “que a mercê, que fez a Diogo Ortiz do mosteiro de Carquere, na qual pede ao Santo Padre o confirme, foi com consentimento d’elle”, devendo dar-se, em virtude disso, 125 cruzados de ouro de pensão anual a D. Cristóvão de Castro, fidalgo da sua casa e seu capelão³⁰⁸³. A 13 de Novembro de 1536 “Dom Diogo Ortyz de Vilhegas bispo de Sam Thome do Conselho del rey Nosso Senhor dayam da sua capella comendatario perpetuo do mosteiro de Nossa Senhora de Carquere da Ordem de Sancto Augustinho do bispado de Lamego” juntamente com o prior claustral e os cónegos de Cárquere, empraza o Urraca de

³⁰⁷⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.129. Desse mesmo dia há um outro instrumento, feito nas casas do cabido, pelo qual o mosteiro empraza o casal do Covelo a António Nogueira e a Aldonça, sua mulher, no qual Francisco Coelho também surge identificado como “conygo e prior eleyto” (cf. A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.130)

³⁰⁷⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º100. A biografia deste religioso encontra-se retratada, de forma mais aprofundada, na respectiva entrada que lhe dedicámos na secção respeitante aos cónegos regrantes.

³⁰⁷⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º98.

³⁰⁷⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.132.

³⁰⁸⁰ Trata-se de um homónimo de D. Diogo Ortiz de Vilhegas que foi bispo de Tânger (1491-1500) Ceuta (1500-1504) e nomeado por D. Manuel, a 4 de Maio de 1505, para bispo de Viseu (1505-1519), tendo falecido em Almeirim em 1519 (cf. Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.659).

³⁰⁸¹ *Quadro elementar das relações politicas e diplomáticas de Portugal...*, Tomo X, 1866, pp.383-384.

³⁰⁸² Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II, 1979, p.544.

³⁰⁸³ *Quadro elementar das relações politicas e diplomáticas de Portugal...*, Tomo X, 1866, p.384.

Oliveira e duas outras pessoas a nomear, o casal do Outeiro em São Romão, concelho de Aregos³⁰⁸⁴. Apesar desta intitulação nos revelar praticamente todos os cargos que D. Diogo deteve, ele foi, além de comendatário de Cárquere, bispo das ilhas de S. Tomé (1534-1540) e deão da capela real, também comendatário do mosteiro de S. João de Tarouca³⁰⁸⁵. É aliás, neste mosteiro cisterciense que se encontrava D. Diogo Ortiz de Vilhegas a 3 de Fevereiro de 1537, efectuando aí, devidamente mandatado pelos religiosos de Cárquere, através de procuração para o efeito, o emprazamento do meio casal de S. Paio, que o mosteiro regrante tinha em Vila Boa, termo de Mões³⁰⁸⁶.

D. Diogo Ortiz de Vilhegas ocuparia a comenda do mosteiro de Cárquere até 1540, altura em que resignou, nas mãos do papa, através de Pedro Domingues, seu procurador, sucedendo-lhe D. Duarte, filho de D. João III³⁰⁸⁷. Efectivamente todo o processo foi congeminado pelo monarca que a 3 de Agosto de 1540 enviou a Cristóvão de Sousa, seu representante em Roma, diversas ordens referentes a nomeações para bispados e mosteiros, incluindo-se entre elas a de “dom Diogo Ortyz, bispo que ora he de Sam Thome, dayam de minha capela, mestre em Theologia” e comendatário dos mosteiros de Santa Maria de Cárquere e S. João de Tarouca do bispado de Lamego, pretendendo o monarca que este fosse provido no bispado de Ceuta³⁰⁸⁸. Com essa provisão vagariam esses mosteiros bem como a igreja de Santa Maria de Silgueiros, do bispado de Viseu e outros benefícios detidos por D. Diogo, seguindo juntamente com as cartas a procuração de renúncia aos dois mosteiros por parte do bispo comendatário a favor de D. Duarte, com o monarca a instruir o embaixador para primeiro tratar da passagem dos mosteiros e só depois pedir o provimento de D. Diogo Ortiz no bispado de Ceuta³⁰⁸⁹, diocese que o prelado assumiria entre 1540 e 1544.

D. Duarte - Prior comendatário do mosteiro de Cárquere. Por bula do papa Paulo III (1534-1549), de 30 de Setembro de 1540, D. Duarte, clérigo de Évora, é investido no priorado do mosteiro de “Sancte Marie de Quarquere ordinis Sancti Augustini Canonicorum regularium Lamacensis diocesis³⁰⁹⁰. A 6 de Fevereiro de 1542 D. Duarte, com dezanove anos, foi nomeado administrador do arcebispado de Braga, uma vez que só podia ser sagrado arcebispo quando atingisse os vinte e sete anos³⁰⁹¹ mantendo, no entanto, com a autorização do papa, a comenda de Cárquere³⁰⁹² bem como a de Longos Vales, sendo ainda nomeado coadjutor dos mosteiros de Tibães, Carvoeiro e

³⁰⁸⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.134; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.147vº.

³⁰⁸⁵ Além do documento que aqui trazemos D. Diogo aparece referenciado nesses cargos noutros instrumentos de Abril e Novembro de 1536 (cf. Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.147vº; Coelho, Maria Helena da Cruz, “S. João de Tarouca em tempo de quinhentos” in *Homens, Espaços e Poderes (sécs. XI-XVI) -vol. II – Domínio Senhorial*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p.194; Gomes, Saul António, “Os cônegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.264.

³⁰⁸⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.135.

³⁰⁸⁷ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo XI, 1898, pp.452-455; Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II., pp.544-545.

³⁰⁸⁸ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo IV, 1870, pp.319, 334. Por esta altura correram diversas mudanças nos bispados portugueses, despoletando-se uma autêntica dança de cadeiras, é que o infante D. Henrique renunciou ao arcebispado de Braga para ser aí provido D. Diogo da Silva, bispo de Ceuta que seria substituído nesse bispado por D. Diogo Ortiz, bispo de S. Tomé (cf. *Corpo Diplomático Português...*, Tomo IV, 1870, p.334), vaga que seria preenchida por Frei Bernardo da Cruz.

³⁰⁸⁹ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo IV, 1870, pp.319, 334-335.

³⁰⁹⁰ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo XI, 1898, pp. 452-455.

³⁰⁹¹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, pp. 598-599.

³⁰⁹² Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.545.

Salzedas³⁰⁹³. D. Duarte deteve ainda os mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, S. Miguel de Refoios de Basto e S. Martinho de Caramos³⁰⁹⁴. Entretanto, e inesperadamente, D. Duarte viria a falecer a 11 de Novembro de 1543³⁰⁹⁵ vagando todos esses benefícios.

D. Ambrósio Brandão Pereira - Prior comendatário do mosteiro de Cárquere. A elaboração da sua biografia apresenta algumas dificuldades, encerrando os elementos para a feitura do seu percurso biográfico diversas contradições. Desde logo a sua própria identificação, ao não ser unívoca, suscita dúvidas e permite leituras diferenciadas, é que raramente surge designado pela totalidade do nome, aparecendo indicado como D. Ambrósio Pereira e D. Ambrósio Brandão, sendo esta última mais frequente, sobretudo, entre a documentação do Vaticano³⁰⁹⁶. A sua naturalidade também levanta algumas questões, há quem defenda que D. Ambrósio Pereira era natural do Porto³⁰⁹⁷, do mesmo modo que há quem associe a sua naturalidade ao Cartaxo³⁰⁹⁸. O mesmo sucede com o seu percurso religioso, ou pelo menos com parte dele, havendo quem defenda que tal está intimamente ligado aos cónegos regrantes de Santo Agostinho uma vez que deverá ter sido cónego de Santa Cruz de Coimbra sendo depois enviado para Paris a fim de estudar Artes e Teologia³⁰⁹⁹, da mesma forma que há Autores que dizem tratar-se de um eremita de Santo Agostinho, chegando, inclusivamente, a ser Provincial da Ordem em Portugal³¹⁰⁰. D. Ambrósio foi eleito bispo de Rison ou Rusiona em 1519, e mais tarde nomeado deão da capela real e bispo auxiliar de Lisboa³¹⁰¹, coadjuvando assim o seu titular, o infante cardeal D. Afonso (1523-1540). Nessas funções lançou a primeira pedra do convento da Graça de Lisboa, e sagrou o mosteiro do Carmo, em 1523, bem

³⁰⁹³ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.599. O processo que levou ao provimento de D. Duarte nestes três mosteiros se não é ferido de ilegalidade, é pelo menos muito pouco transparente e ética e moralmente condenável, uma vez que se usaram de certas estratégias como revela o embaixador Cristóvão de Sousa, em carta enviada ao rei a 4 de Agosto de 1541, confessando que conseguiu que um camareiro do papa lhe colocasse as súplicas em cima da mesa onde Paulo III orava de manhã e o papa assinou-as colocando-se posteriormente o nome de D. Duarte, não fazendo o pontífice a mínima ideia a quem concedera os benefícios (cf. *Corpo Diplomático Portuguez...*, Tomo IV, 1870, pp.370-371).

³⁰⁹⁴ Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, redigido em 1748 e publicado in *Boletim de Trabalhos Históricos*- Publicação do Arquivo Municipal “Alfredo Pimenta”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.178.

³⁰⁹⁵ *Galeria das Ordens religiosas e militares*, Tomo I, Porto, 1843, p.98; Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.599. A título de curiosidade dizer apenas que o cronista joanino D. Francisco De Andrada indica o ano de 1540 como o do falecimento de D. Duarte, (cf. *Chronica do muyto alto e muyto poderoso rey destes reynos de Portugal Dom João o III deste nome* dirigida ha C.R.M. D’El Rey Dom Filippe o III composta por Francisco D’Andrada do seu Conselho e seu chronista mor, Parte III, 2ª ed., Coimbra, Na Real Officina da Universidade, 1796, Cap. LXIX, p.326)

³⁰⁹⁶ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.IV (Renascimento II), Lamego, 1984, p.349.

³⁰⁹⁷ Ribeiro, Victor, “Preciosidades archeologicas – I Epigraphia lapidar”, in *O Archeologo Português*, Série I, Vol. 9, Ns. 1-2 (Janeiro-Fevereiro 1904), Lisboa, Museu Ethnographico Português, p.17.

³⁰⁹⁸ A ligação deste bispo ao Cartaxo é inequívoca como confirmam testemunhos epigráficos que dois templos desse concelho ostentam, inscrições que revelam que D. Ambrósio Pereira consagrou a igreja de S. João Baptista do Cartaxo a 31 de Agosto de 1522 e a de Valada a 6 de Janeiro de 1528. A questão é saber se essa ligação perpassa as suas incumbências eclesiásticas (convém não esquecer que estamos a falar de territórios sob a jurisdição eclesiástica da diocese de Lisboa, o que por si só justificaria a sua presença nestas localidades, tendo em consideração que exerceu funções nesse arcebispado) e entra no domínio das ligações familiares?

³⁰⁹⁹ Dias, Augusto, *Santa Maria de Cárquere*, Porto, Edições “Beira e Douro”, 1976, p.62.

³¹⁰⁰ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.IV (Renascimento II), Lamego, 1984, p.349.

³¹⁰¹ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.IV (Renascimento II), Lamego, 1984, p.349.

como o adro da igreja de S. Roque, nessa mesma cidade, em 1527³¹⁰². Em 1538, por comissão de D. Martinho de Portugal, visitou as ilhas da Madeira e de Porto Santo, tendo nesse mesmo ano alcançado a comenda do mosteiro de Santo Antão de Benespera, na diocese da Guarda, cabeça da Ordem em Portugal³¹⁰³. Em 1541, e a pedido de D. João III, D. Ambrósio trocava esta comenda pela do mosteiro agostinho de Cárquere, abdicando assim de ser comendatário dos cônegos de Santo Antão para que os Jesuítas se pudessem instalar em Lisboa no antigo mosteiro que os cônegos aí detinham³¹⁰⁴, tudo isto numa altura em que Cárquere estava em posse do infante D. Duarte³¹⁰⁵. A 4 de Outubro de 1542 D. Ambrósio já tinha entregue as procurações respeitantes à resignação de Santo Antão, aguardando-se que D. Duarte fizesse o mesmo em relação a Cárquere para concluir esse processo de permuta³¹⁰⁶. Não sabemos se D. Duarte chegou a renunciar de qualquer modo com o seu falecimento, em 1543, a questão ficou solucionada, assumindo então D. Ambrósio a comenda. Da sua acção governativa e da sua presença em Cárquere dá-nos notícia um instrumento de 30 de Setembro de 1547, dia em que “ho senhor bispo Dom Ambrosio Barandaom Pereyra perpeto comendatario do dito mosteiro” juntamente com o convento efectuaram um emprazamento na “casa do quabydo do mosteiro de Nosa Senhora de Quarquere Ordem de Santo Agustynho que he termo deste concelho de Resende”³¹⁰⁷. A administração deste comendatário parece ter sido, em termos de beneficiação temporal, positiva para o mosteiro, tendo efectuado intervenções nalgumas instalações, incluindo remodelações na igreja³¹⁰⁸. Também as questões espirituais parecem não ter sido descuradas sendo-lhe atribuídas preocupações e iniciativas reformistas³¹⁰⁹. Apesar da gestão positiva à frente da instituição, a sua conduta moral não era a mais indicada para servir de exemplo aos religiosos do mosteiro, uma vez que tinha duas barregãs como revela D. Francisco Quaresma, bispo eleito de Ceuta, que efectuou visitação ao mosteiro de Cárquere em

³¹⁰² Ribeiro, Victor, “Preciosidades archeologicas – I Epigraphia lapidar”, in *O Archeologo Português*, Série I, Vol. 9, Ns. 1-2 (Janeiro-Fevereiro 1904), Lisboa, Museu Ethnographico Português, pp. 17-18.

³¹⁰³ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.IV (Renascimento II), Lamego, 1984, p.350.

³¹⁰⁴ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, p.331; Cardoso, Jorge, *Agiologio Lusitano*, Tomo I, edição fac-similada com organização, estudo e índices de Maria de Lurdes Correia Fernandes, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p.74. Já Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol. IV (Renascimento II), Lamego, 1984, p.350, coloca esta permuta no ano de 1549.

³¹⁰⁵ Nemésio, Vitorino, *O campo de São Paulo: A companhia de Jesus e o plano português do Brasil (1528-1563)*, Vol. XXIII das Obras Completas de Vitorino Nemésio, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, pp. 155-156; Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.545.

³¹⁰⁶ *Corpo Diplomático Portuguez...*, Tomo V, 1874, p.120.

³¹⁰⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.136. Este documento encontra-se também referenciado nos Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.148.

³¹⁰⁸ Dias, Augusto, *Santa Maria de Cárquere*, Porto, Edições “Beira e Douro”, 1976, pp.47-48.

³¹⁰⁹ Segundo Manuel Gonçalves da Costa, D. Ambrósio teve um papel relevante em termos espirituais à frente desta instituição regente, enveredando por um importante processo de reforma no mosteiro de Cárquere acabando por abdicar do priorado a favor do cônego António Gonçalves, proveniente do mosteiro de Santa Cruz, que o auxiliaria na reforma aí efectuada (cf. Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol. II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.545). Os dados parecem contrariar estas ilações, é que à luz dos factos, e como veremos, parece-nos que a convivência entre estes dois homens no mosteiro deverá ter sido extremamente curta, o que não impede que D. Ambrósio tenha tido um papel reformador junto da comunidade, de resto o facto de aceder à renúncia da comenda, e apesar de não conhecermos, as condições em que esta ocorreu, ou se houve sequer alguma imposição por parte do comendatário, revela abertura e nítida sensibilidade às intenções regentes.

1554³¹¹⁰. A 21 de Setembro de 1555 ainda se encontrava em Santa Maria de Cárquere, ano em que segundo Joaquim Caetano Pinto o comendatário D. Ambrósio renunciou, retirando-se para o mosteiro de Grijó³¹¹¹, constando, efectivamente, num obituário do mosteiro de Moreira da Maia a indicação de que foi cónego de Grijó³¹¹². De facto D. Ambrósio abdicou da comenda, situação que deverá ter ocorrido em 1555 ou 1556, tendo renunciado através de D. Afonso de Lencastre, seu representante, consumando-se essa resignação com a sua entrega em mãos perante o papa Paulo IV (1555-1559) feita presencialmente por um monge cisterciense designado Salvador³¹¹³. A tal acção não deverá ter sido alheia a pressão dos crúzios conimbricenses, que pretendiam a integração deste mosteiro na Congregação como de resto, deixa bem perceber o facto de no priorado de Cárquere, após a renúncia do comendatário, ter sido colocado um cónego de Santa Cruz de Coimbra³¹¹⁴. Quanto a D. Ambrósio deverá ter permanecido na canónica regente de Grijó até Setembro de 1559, altura do seu falecimento³¹¹⁵. Segundo Augusto Dias o seu túmulo encontra-se no mosteiro de Cárquere³¹¹⁶. D. Ambrósio foi assim o último prior comendatário de Cárquere.

D. António Nogueira - Prior do mosteiro de Cárquere. O papa Paulo IV (Maio 1555-Ag.1559) por uma bula datada das 5 kalendas de Fevereiro do Ano da Encarnação de 1556, decorrendo o seu segundo ano de pontificado, instituiu o “dilecto filio Antonio Nogueira prior monasteri per priorem gubernari soliti beate Marie de Carquere Ordini Sancti Augustini Lamecensis diocesis”³¹¹⁷. O cónego António Nogueira era proveniente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e a sua ida para Cárquere é uma nítida estratégia dos crúzios para unirem o mosteiro de Cárquere à Congregação de Santa Cruz. Como já tivemos oportunidade de dizer essa bula fala da resignação do comendatário D. Ambrósio mas também da permissão papal para a transferência do cónego António Nogueira, autorização essa que foi trazida por António Vaz, cónego de Lisboa, para ser executada pelo bispo da Guarda³¹¹⁸. Apesar de António Nogueira ter assumido o

³¹¹⁰ Dias, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal*, Vol. I, 1960, p.75.

³¹¹¹ Pinto, Joaquim Caetano, *Resende - Monografia do seu concelho*, Braga, 1982, p.136.

³¹¹² BNL – Secção de Reservados, N° 215 (“Treslado do livro dos obitos do mosteiro de S. Salvador de Moreira”, s. p.).

³¹¹³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N°.137.

³¹¹⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N°.137.

³¹¹⁵ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.546 (nota 15). João Pedro Ribeiro indica o falecimento do cónego de Grijó aos 6 idos de Setembro de 1559 (cf. Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Tomo V, 1836, p.236), portanto dia 8 de Setembro, data também apontada por Augusto Dias (cf. Dias, Augusto, *Santa Maria de Cárquere*, Porto, Edições “Beira e Douro”, 1976, p.63), de resto um obituário de Moreira da Maia apresenta essa mesma data (cf. BNL – Secção de Reservados, N° 215 (“Treslado do livro dos obitos do mosteiro de S. Salvador de Moreira”, s. p.).

³¹¹⁶ Dias, Augusto, *Santa Maria de Cárquere*, Porto, Edições “Beira e Douro”, 1976, p.58.

³¹¹⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N°.137. Em relação à datação apresentada no documento, tratar-se-á, à partida, do dia 28 de Janeiro de 1557 mas como a conversão das datas do Ano da Encarnação suscitam sempre dúvidas e é dada a diversas interpretações, embora na documentação pontifícia se utilize o cômputo de Florença, que apresenta três meses de atraso em relação ao Ano do Nascimento de Cristo, em detrimento do de Pisa que se antecipa nove meses em relação a 25 de Dezembro (cf. Costa, Avelino Jesus da, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3ª ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra-Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993, pp.23-24), de qualquer modo preferimos colocar aqui apenas os elementos originais, evitando-se assim possíveis erros de datação.

³¹¹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N°.137.

priorado de Cárquere, os crúzios acabariam por não conseguir os seus intentos e o mosteiro seria unido à Companhia de Jesus³¹¹⁹.

Priores cuja cronologia não foi possível estabelecer:

João Esteves – Prior do mosteiro de Cárquere. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Johannes Stephani prior Sancte Marie de Carcari” a 27 de Setembro mas sem referência ao ano do óbito³¹²⁰. Deverá ter sido prior do mosteiro numa fase inicial do séc. XIV, de resto, a dar alguma sustentabilidade a esta ideia está o facto de o registo que antecede o seu no obituário ser referente a D. Estêvão, prior de S. Vicente, que deverá ser o prior D. Estêvão Peres que segundo Frei Timóteo dos Mártires foi eleito em 1248 e faleceu em 1290³¹²¹.

D. Pedro Pais - Prior do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Petrus Pelagii priol de Carcary” a 4 de Agosto, mas sem que seja referenciado o ano³¹²². É muito provável que estejamos na presença do sucessor de D. Fernando Anes, cujo falecimento ocorreu a 13 de Janeiro de 1350³¹²³. Não será de excluir também a possibilidade de D. Pedro Pais ter antecedido D. Fernando no priorado, sendo nesse caso, muito provavelmente o sucessor de D. Gonçalo Esteves, que como vimos deverá ter falecido por volta de 1340, de resto no Obituário que referimos o assento do prior D. Pedro Pais surge justamente a seguir ao registo de D. Gonçalo, o que significa, e isto partindo do princípio que foi respeitada a sequência cronológica, que o seu priorado é posterior ao desse prior³¹²⁴.

Pedro Anes – Prior do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Petrus Johanis prior de Carcary” a 3 de Abril, mas sem qualquer indicação do ano³¹²⁵.

³¹¹⁹ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, p.331; Cardoso, Jorge, *Agiologio Lusitano*, Tomo I, edição fac-similada com organização, estudo e índices de Maria de Lurdes Correia Fernandes, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p.74-75.

³¹²⁰ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.147.

³¹²¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, pp.93-94.

³¹²² BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.26vº.

³¹²³ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.33vº.

³¹²⁴ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.26vº.

³¹²⁵ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.12vº.

1.3. Diocese do Porto

1.3.1 - Santa Maria de Vila Boa do Bispo (c. Marco de Canaveses)

D. Domingos Peres/D. Domingos de Deus (?) – Prior do mosteiro de Vila Boa. Frei Timóteo dos Mártires referencia Domingos Pires como prior do mosteiro por volta de 1290³¹²⁶, data perfeitamente aceitável tendo em conta que o último documento que conhecemos onde é referenciado o seu antecessor, o prior D. Domingos Martins, data de 26 de Julho de 1288³¹²⁷, e a primeira prova documental que atesta a presença de Domingos Peres à frente de Vila Boa é um emprazamento de Novembro de 1296³¹²⁸. Em 1302 aparece identificado como “Domno Dominico de deo Priore Monasterii de villa Boa episcopi”, o que nos faz pressupor que fosse também tratado dessa forma, embora seja a única vez que o detectámos sob tal identificação³¹²⁹. Poderá colocar-se a possibilidade de estarmos perante outro indivíduo mas neste caso parece-nos muito improvável até porque instrumentos lavrados no mosteiro de Vila Boa, em Dezembro de 1306³¹³⁰ e Setembro de 1312³¹³¹ confirmam-nos “Domingos Periz priol” do mosteiro de Vila Boa.

D. Nicolau Martins/D. Nicolau Martins Cabral – Prior do mosteiro de Vila Boa. Governou o mosteiro de Vila Boa do Bispo entre 1316 e 1348³¹³². D. Nicolau Martins era irmão de D. Afonso Martins, abade do mosteiro de São João de Alpendorada e parente directo de Júlio Geraldês, vassalo de D. Fernando e corregedor de Entre Douro e Minho, defendendo alguns autores que era seu irmão³¹³³, e outros que D. Nicolau era pai de Júlio Geraldês e de D. Pedro Gonçalves Cabral³¹³⁴. A primeira indicação que lhe conhecemos como prior de Vila Boa data de 19 de Agosto de 1316, dia em que o bispo do Porto, D. Fernando (1314-1322) concede autorização ao “religioso e amado filho Nicolao Martinz priol do mosteiro de Vila Boa do Bispo” e seu convento para efectuarem emprazamentos e herdamentos do mosteiro³¹³⁵. Significa isto que, e ao contrário do que indica Frei Timóteo dos Mártires, D. Paio Cardiga, não deverá ter sido prior mor do mosteiro de Vila Boa, ou se o foi não poderá ter sido em 1323, cronologia apontada pelo cronista agostiniano³¹³⁶. Este é mais um exemplo de um religioso que ascende hierarquicamente dentro da comunidade uma vez que já era cônego regente de

³¹²⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.161.

³¹²⁷ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.12.

³¹²⁸ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.13.

³¹²⁹ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, p.175.

³¹³⁰ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.14.

³¹³¹ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.15.

³¹³² Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Lisboa, 1668, Livro VI, cap. IV, p.289. Frei Timóteo dos Mártires também referencia este prior mor do mosteiro de Vila Boa, dizendo que faleceu a 25 de Novembro de 1392 (Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162), o que, como prova Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol 2: Tomo 2, 2000, pp.1692-1697, não está correcto, tendo de facto o óbito deste prior ocorrido a 25 de Novembro, mas de 1348.

³¹³³ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Lisboa, 1668, Livro VI, cap. IV, p.289; António, *Raízes histórico-culturais de Vila Boa do Bispo*, Edição do Autor, 1988, p.100.

³¹³⁴ Veja-se, por todos, Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo: tradição e mudança*, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 1990, pp.101-104.

³¹³⁵ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.16.

³¹³⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162.

Vila Boa do Bispo em 1302³¹³⁷. Nicolau Martins faleceu a 25 de Novembro de 1348 como revela a sua epígrafe tumular³¹³⁸, muito provavelmente vítima da peste que então grassava em Portugal, embora também possa ser uma simples coincidência até porque, por esta altura, tudo indica que já fosse de idade avançada.

D. Salvador Pires/ Salvador Peres/D. Salvado Pires/D. Salvado Peres³¹³⁹ – Prior de Vila Boa do Bispo. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, Salvador Pires ou Peres foi o sucessor de D. Nicolau Martins, por eleição do convento³¹⁴⁰. Era descendente dos Milhaços e Peixões e familiar do anterior prior³¹⁴¹. Apesar de não surgir identificado tudo indica que foi um dos intervenientes na apelação que fizeram os abades de Pedroso, Pendorada, Paço de Sousa, e o prior de Vila Boa do Bispo das constituições mandadas publicar em sínodo pelo bispo do Porto a 20 de Fevereiro de 1360, e de que resultou uma rectificação a 27 de Dezembro de 1360³¹⁴². Aparece identificado como prior de Vila Boa a 9 de Janeiro de 1376³¹⁴³. A 24 de Agosto de 1387, participou no conclave

³¹³⁷ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, p.175. Consulte-se também a sua entrada na secção referente aos cônegos regrantes.

³¹³⁸ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Lisboa, 1668, Livro VI, cap. IV, p.289; Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa...*, Tomo I, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.399. A leitura epigráfica desta inscrição tumular tem sido alvo de diversas interpretações, desde logo D. Rodrigo da Cunha que leu “Era de M.C.C.C.LXXX” (cf. Cunha, D. Rodrigo da, *Catálogo e Historia dos Bispos do Porto*, Porto, 1623, II parte, p.432) e recentemente Couto, António, *Raízes histórico-culturais de Vila Boa do Bispo*, Edição do Autor, 1988, pp.97-98, leu “Era MCCCLXXXIII” (Era de 1383, portanto ano de 1345), de resto uma das versões que também figura na monografia de Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo: tradição e mudança*, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 1990, p.100. Ainda no que respeita à datação a versão de Frei Nicolau de Santa Maria foi, ultimamente, corroborada pela leitura de Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422*, Vol 2: Tomo 2, 2000, pp.1692-1697) que nesta mesma obra apresenta, aprofundadamente, o historial desta inscrição. Mas se a datação deste túmulo gerou divergências, as próprias fontes manuscritas também não ajudaram no esclarecimento da questão, antes tendem a agravá-la. É que segundo o cronista Frei Timóteo dos Mártires o falecimento de D. Nicolau Martins data de 25 de Novembro de 1392 (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162). Perante tal informação seria de supor que, à semelhança de Frei Nicolau de Santa Maria, Frei Timóteo também tivesse visto a inscrição e a transcrevesse mal (fazendo a respectiva conversão para a Era de Cristo daria 1354), mas o certo é que este cronista agostiniano parece não ter tido contacto com essa pedra tumular, socorrendo-se sim de outras fontes, mormente dos obituários, isto se tivermos em consideração que um obituário de Moreira da Maia regista o falecimento de “D. Nicolaus Martini Prior Vila Bonna” às 7 Kalendas de Dezembro do ano de 1392 (cf. BNL – Secção de Reservados, N° 215 (“Treslado do livro dos obitos do mosteiro de S. Salvador de Moreira”). Já um obituário de S. Vicente de Fora regista o “obiit Nicolay Martini... de Villa...” a 24 de Maio de (cf. Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.95).

³¹³⁹ Na inscrição epigráfica do seu túmulo aparece “Salvado” sem qualquer sinal de abreviatura (cf. Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol 2: Tomo 2, 2000, p.2025).

³¹⁴⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162. Este cronista agostiniano coloca essa eleição em 1392, o que estando errado, não deixa de seguir uma linha de coerência uma vez que dá esse mesmo ano de 1392 como data de óbito de D. Nicolau Martins, quando é D. Salvador Pires que falece nesse ano.

³¹⁴¹ António, *Raízes histórico-culturais de Vila Boa do Bispo*, Edição do Autor, 1988, pp.102-103, através da análise heráldica dos três túmulos que se encontram em Vila Boa do Bispo (D. Nicolau Martins, seu irmão Júlio Geraldês e do prior D. Salvador Peres) provou a existência de laços de parentesco entre os dois priores. Além de Júlio Geraldês, corregedor de Entre Douro e Minho eram também parentes de D. Afonso Martins, abade de S. João de Pendorada (cf. Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol 2: Tomo 2, 2000, p.2031).

³¹⁴² BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N°704, fl.780; Cruz, António, *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Dissertação de licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1938, p.62.

³¹⁴³ Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol 2: Tomo 2, 2000, p.2031.

que instituiu a celebração de sufrágios entre diversos mosteiros agostinhos e beneditinos das dioceses do Porto e de Braga³¹⁴⁴. É bastante plausível que tenha falecido em 1392, como indicam alguns Autores³¹⁴⁵.

D. Duarte Gonçalves – Provável prior do mosteiro de Vila Boa. Frei Timóteo dos Mártires identifica-o como prior mor do mosteiro de Vila Boa por volta de 1404³¹⁴⁶.

Álvaro Vasques – Prior de Vila Boa do Bispo. A 24 de Setembro de 1413 “Alvaro Vaasquez priol de Villa Boa”, na companhia do seu criado João Martins, encontrava-se junto à quintã de Barros, onde testemunha um subemprazamento efectuado por Margarida Peres a Diogo Álvares, tabelião de Paiva, dos casais de Outeiro e do Forno que trazia do mosteiro de Arouca³¹⁴⁷. Frei Timóteo dos Mártires também alude a este prior, referenciando-o no cargo em 1428³¹⁴⁸, o que é possível.

Vasco Domingues – Provável prior do mosteiro de Vila Boa. A 11 de Agosto de 1423 o rei legitima-lhe dois filhos (Diogo Domingues e Aldonça Vasques), ambos fruto de uma relação que teve com Maria Afonso, mulher solteira à altura do nascimento das crianças³¹⁴⁹. De qualquer modo surge apenas referenciado como “abade de Vila Boa”, intitulação que naturalmente não corresponde aos superiores agostinhos, mas que por vezes era aplicada. Será este o caso? Frei Timóteo dos Mártires não dá qualquer notícia deste prior.

D. Martinho Gonçalves – Provável prior do mosteiro de Vila Boa. Frei Timóteo dos Mártires identifica-o como prior mor do mosteiro por volta de 1436³¹⁵⁰.

D. Rodrigo Gonçalves Barbosa – Provável prior do mosteiro de Vila Boa. O cronista regente Frei Timóteo dos Mártires encontra-o referenciado como prior mor do mosteiro em 1449³¹⁵¹.

D. João de Castro – Prior comendatário do mosteiro de Vila Boa. Segundo Frei Timóteo dos Mártires o mosteiro foi-lhe dado em comenda por D. João II, em 1475³¹⁵². Será este D. João de Castro o mesmo que viria a ser comendatário dos mosteiros de Cárquere e Mancelos? Parece-nos uma possibilidade forte.

D. João de Azevedo – Prior comendatário do mosteiro de Vila Boa. Segundo Frei Timóteo dos Mártires este bispo do Porto (1465-1495) deteve a comenda do mosteiro de

³¹⁴⁴ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N°703, fls. 246-250; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1811, pp. 255-257.

³¹⁴⁵ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Lisboa, 1668, Livro VI, cap. IV, p.289; Costa, António Carvalho da, *Corografia portugueza...*, Tomo I, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.399.

³¹⁴⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162.

³¹⁴⁷ Vigário, Rafael Marques, *O mosteiro de Arouca no século XV (1400-1437) – “A comunidade e o património”*, Coimbra, Dissertação de Mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007, pp. 181-182 (doc.35).

³¹⁴⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162.

³¹⁴⁹ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. IV – Tomo 1, 2006, p.261.

³¹⁵⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162.

³¹⁵¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162.

³¹⁵² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162.

Vila Boa entre 1480 e 1493, ano em que lhe atribui o seu falecimento³¹⁵³, o que não corresponde à verdade. D. João de Azevedo foi também comendatário do mosteiro de S. João de Alpendurada, cargo que já ocupava a 11 de Março de 1485³¹⁵⁴.

D. Pedro Homem – Prior comendatário do mosteiro de Vila Boa. Segundo Frei Timóteo dos Mártires Pedro Homem deteve a comenda do mosteiro de Vila Boa entre 1493 e 1506³¹⁵⁵. Ao que tudo indica trata-se de um cônego do mosteiro que também foi pároco da igreja de S. Lourenço do Douro³¹⁵⁶.

D. Manuel da Silva – Prior comendatário do mosteiro de Vila Boa. Segundo Frei Timóteo dos Mártires D. Manuel atribui-lhe a comenda do mosteiro de Vila Boa do Bispo em 1506³¹⁵⁷.

D. Manuel de Azevedo – Prior comendatário do mosteiro de Vila Boa do Bispo. Frei Timóteo dos Mártires identifica-o como comendatário de Vila Boa do Bispo em 1516³¹⁵⁸. A 13 de Agosto de 1533 foi dada sentença contra D. Manuel de Azevedo, comendatário dos mosteiros de Vila Boa do Bispo e S. João de Alpendorada, pela qual lhe foi retirada a jurisdição nos coutos desses mosteiros, por ser acusado de exceder as suas competências jurisdicionais, intrometendo-se na esfera jurisdicional dos corregedores³¹⁵⁹.

Por breve de 3 de Setembro de 1531 o papa Clemente VII (1523-1534) pede a D. João III que favoreça D. Manuel de Azevedo na comenda do mosteiro de Ancede, entretanto vago, mas parece ter sido aí preterido a favor de D. Manuel de Sousa³¹⁶⁰.

D. Luís de Almeida – Prior comendatário do mosteiro de Vila Boa. Sobrinho do prior mor de S. Miguel de Vilarinho, conseguiu a comenda de Vila Boa por troca³¹⁶¹. Faleceu, segundo Frei Timóteo dos Mártires, a 23 de Abril de 1565³¹⁶².

D. Miguel de Almeida – Prior comendatário do mosteiro de Vila Boa do Bispo. Trata-se do último comendatário do mosteiro. Era filho de D. Luís de Almeida, anterior comendatário de Vila Boa e prior de Vilarinho e de Maria Álvares Freire³¹⁶³. Segundo Frei Timóteo dos Mártires D. Miguel era cônego da comunidade e seu prior claustral, alcançando o priorado da instituição, na qualidade de comendatário, em 1565³¹⁶⁴. Apesar de surgir identificado como “abade professo perpetuo do mosteiro de Villa Boa

³¹⁵³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162.

³¹⁵⁴ Oliveira, Luís Filipe, “O Arquivo dos Condes de Marialva num inventário do século XVI”, in *Elites e redes clientelares na Idade Média*, Edições Colibri, 2001, p.235.

³¹⁵⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162.

³¹⁵⁶ Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo: tradição e mudança*, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 1990, p.497.

³¹⁵⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162.

³¹⁵⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162.

³¹⁵⁹ IAN/TT – Gaveta X, M.9, Doc.14.

³¹⁶⁰ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo XI, 1898, pp. 311-312.

³¹⁶¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162.

³¹⁶² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162.

³¹⁶³ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 2, 1938, p.95.

³¹⁶⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162. É perfeitamente plausível esta data até porque é certo que D. Miguel de Almeida, em 1568, já governava o mosteiro (cf. Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo: tradição e mudança*, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 1990, pp.118,481).

do Bispo³¹⁶⁵ tal designação deixa-nos algumas dúvidas sobretudo porque D. Miguel de Almeida casou com D. Francisca Pereira Coutinho de quem teve uma filha³¹⁶⁶. Este prior comendatário faleceu a 11 de Setembro de 1605³¹⁶⁷, tendo-se mantido à frente da instituição até essa altura, opondo-se sempre às tentativas para a integração plena do mosteiro na Congregação, admitindo inclusivamente à revelia do Prior Geral da Ordem um noviço no mosteiro para ocupar a vaga aberta pelo falecimento de um antigo cônego, quando as instruções eram para que tal não sucedesse³¹⁶⁸.

1.3.2. - Santo André de Ancede (c. Baião)

Santo André de Ancede (c. Baião)

Vasco Martins - Prior do mosteiro de Santo André de Ancede. Filho de Sancha Pires de Chacim e neto de Pêro Nunes de Baião³¹⁶⁹, era natural da região duriense e foi criado por “donna Branca nosa tia rica dona que foy de Bayam”, tendo recebido também grande ajuda material do seu primo Martim Anes, o que lhe permitiu professar na Ordem de Santo Agostinho³¹⁷⁰. O início do seu priorado à frente do mosteiro de Ancede remonta pelo menos a 25 de Fevereiro de 1354, dia em que, em nome do mosteiro, recebeu de sua tia D. Branca Lourenço de Valadares os direitos que esta possuía na igreja de Santa Leocádia de Lágea³¹⁷¹. A 2 de Julho de 1357 o rei emprazou, vitaliciamente, ao prior “Vaasco Martinz” todos os moinhos que tinha na herdade de “Cedernha”, termo de Gondim, no julgado de Penaguião, com todos os seus direitos e direituras, por uma renda anual de 30 libras³¹⁷². Posteriormente foi eleito para prior do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, tendo essa eleição sido confirmada pelo monarca a 6

³¹⁶⁵ Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo: tradição e mudança*, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 1990, p.482.

³¹⁶⁶ Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo: tradição e mudança*, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 1990, p.105. Felgueiras Gaio não indica este casamento nem lhe atribui descendência (cf. Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 2, 1938, p.95).

³¹⁶⁷ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Lisboa, 1668, Livro VI, cap. IV, p.289; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.162; Couto, António, *Raízes histórico-culturais de Vila Boa do Bispo*, Edição do Autor, 1988, p.84.

³¹⁶⁸ Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo: tradição e mudança*, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 1990, pp.118,481).

³¹⁶⁹ Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas - genealogias e estratégias (1279-1325)*, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, Porto, 1999, vol. 1, p.250; Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol 2: Tomo 2, 2000, p.1714; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, pp. 532-533 (nota 107).

³¹⁷⁰ Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ancede (c. Baião): Breves Notas para a História dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, in *Habent Sua Fata Libelli - Colectânea de Estudos em Homenagem ao Académico de Número, Doutor Fernando Guedes no seu 75º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, p.187, 202 (doc.3). A busca da ascendência de D. Vasco Baião tem merecido alguma atenção por parte de vários autores, embora, e até recentemente, com resultados pouco consistentes, situação gerada quer pelas pistas fornecidas pelo próprio D. Vasco Martins ao intitular-se de “Baião” como pela ascendência que lhe atribuiu Frei Nicolau de Santa Maria, dizendo-o filho de Martim Afonso de Sousa (cf. Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, 1668, Segunda Parte, Livro IX, cap. XII, p.243). Toda esta problemática da ascendência e as ligações familiares de Vasco Martins de Baião foi abordada de forma bastante profunda por Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, sobretudo pp. 526-533.

³¹⁷¹ Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens medievais portuguesas - genealogias e estratégias (1279-1325)*, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, Porto, 1999, vol. 1, pp. 250-251 (nota 41).

³¹⁷² *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.21 (Doc. 51).

de Maio de 1362³¹⁷³. Apesar desta confirmação D. Vasco parece não ter assumido a canónica conimbricense, mais a mais se tivermos em conta que o prior de S. Jorge de Coimbra era, em Fevereiro de 1363, D. Afonso Gonçalves³¹⁷⁴, de resto, amplamente documentado a partir daí. Além disso o próprio Vasco Martins aparece como prior de Ancede em datas posteriores, mormente em Abril de 1364, altura em que institui uma capela no próprio mosteiro, dotando também a comunidade conventual de mais rendimentos³¹⁷⁵. Ainda sob o seu governo, a 9 de Fevereiro de 1365, D. Pedro I confirma ao prior e convento do mosteiro de Ancede todos os privilégios, foros, liberdades e bons costumes de que sempre usaram³¹⁷⁶. A 1 de Novembro de 1369 Vasco Martins continua a ser indicado como prior de Ancede, dia em que cerca de quatro dezenas de padroeiros resignam aos direitos que tinham na igreja de S. Bartolomeu de Baião³¹⁷⁷. Novo comprovativo da sua continuidade em Ancede é o instrumento de 26 de Agosto de 1374 pelo qual o prior Vasco Martins e o convento de Ancede arrendam a Domingos Pires e a sua mulher, Clara Martins, as casas que tinham na ribeira de Gaia, que lhes ficaram de Álvaro Gonçalves³¹⁷⁸.

Manteve-se, oficialmente, à frente desta casa monástica até 21 de Outubro de 1377, dia em que é emitida bula que autoriza a renúncia ao priorado de Ancede³¹⁷⁹, para que possa assumir o de Santa Cruz de Coimbra, em permuta com o prior crúzio Afonso Pires³¹⁸⁰. Haveria de manter-se à frente de Santa Cruz de Coimbra até ao seu falecimento, a 17 de Fevereiro de 1393³¹⁸¹, somando a sua gestão no cômputo dos dois mosteiros cerca de 40 anos.

João Domingues – Provável prior de Ancede. A 20 de Maio de 1381 João Domingues, clérigo da diocese do Porto solicita a Clemente VII o priorado de Ancede³¹⁸².

³¹⁷³ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.298 (Doc. 640).

³¹⁷⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Jorge de Coimbra, M.9, Docs.12,13; Fernandes, Aires Gomes, “As relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge de Coimbra em tempos medievos”, in *Lusitania Sacra*, 2ª série, Tomo XVII, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p.354.

³¹⁷⁵ Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ancede (c. Baião): Breves Notas para a História dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, in *Habent Sua Fata Libelli - Colectânea de Estudos em Homenagem ao Académico de Número, Doutor Fernando Guedes no seu 75º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, p.187, 201-205 (doc.3); Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, pp. 532-533.

³¹⁷⁶ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.461 (Doc.985).

³¹⁷⁷ Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, pp. 530-532 (nota 104).

³¹⁷⁸ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.53, 67-68 (Doc.1 do Apêndice).

³¹⁷⁹ A renúncia foi apresentada em Roma pelos procuradores dos priores de Santa Cruz e Ancede, nas mãos de D. João, bispo de Amiens (cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-1 (A Península Ibérica e o Cisma do Ocidente: Repercussão do Cisma na nacionalidade portuguesa do século XIV e XV – Introdução aos vol. III-2 e IV de Súplicas do pontificado de Martinho V), Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, Braga-Porto, Livraria Editorial Franciscana, 1970, p.619).

³¹⁸⁰ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-1, 1970, p.619; Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ancede (c. Baião): Breves Notas para a História dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, in *Habent Sua Fata Libelli - Colectânea de Estudos em Homenagem ao Académico de Número, Doutor Fernando Guedes no seu 75º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, p.188; Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, pp.533,906.

³¹⁸¹ Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, p.534.

³¹⁸² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.156; Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ancede (c. Baião): Breves Notas para a História dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, in *Habent Sua Fata Libelli - Colectânea de Estudos em Homenagem ao*

Desconhecemos se de facto João Domingues chegou ou não a assumir o priorado desta canónica.

D. Fernão Gomes/Fernando Gomes – Prior de Ancede. A sua presença entre a comunidade regrente de Ancede remonta, pelo menos, a Abril de 1364³¹⁸³, tratando-se de um cônego que ascende hierarquicamente na instituição. Desconhecemos a data em que se iniciou o seu priorado mas já ocupava o cargo a 24 de Agosto de 1387, sendo um dos priores que nesse dia esteve presente em Alpendurada, onde foi definido um compromisso de celebração de sufrágios entre diversos mosteiros beneditinos e agostinhos das dioceses do Porto e Braga³¹⁸⁴. Foi este prior quem ordenou a elaboração de um tomo das propriedades do mosteiro, estimando-se a sua elaboração por volta de 1400³¹⁸⁵.

D. Vasco Gonçalves – Provável prior de Ancede. Frei Timóteo dos Mártires diz que Vasco Gonçalves, professo do mosteiro de Santa Cruz e seu antigo prior claustral “era prior da igreja de Santo Andre de Ansede” em 1414³¹⁸⁶, altura em que regressou a Coimbra por solicitação do convento enquanto não se ultrapassava o conflito criado pela eleição de Afonso Martins e Pedro Anes para o priorado de Santa Cruz. Apenas uma análise mais aprofundada da documentação referente a Ansede poderá lançar alguma luz sobre esta questão, embora, e partindo dos elementos analisados até ao momento, nos pareça uma hipótese algo remota.

D. Fernando Afonso – Prior do mosteiro de Ancede. A 28 de Setembro de 1414 já era prior de Ancede, dia em que D. João I deu sentença favorável ao mosteiro a “huum feito per apelação que hera antre Dom Fernand’ Afonso pryor do mosteiro de Sancto André d’Ancede do bispado do Porto e seu convento” contra o procurador do concelho do Porto por não permitirem que não fosse vendido o vinho do mosteiro na cidade, obrigando-os a vender o vinho na barca do mosteiro que estava no rio Douro, como se não fossem vizinhos da cidade³¹⁸⁷. Em Junho de 1427 o prior D. Fernando Afonso envolveu-se em contenda com o concelho do Porto, por causa de roubo e abusos cometido pelas autoridades concelhias do Porto, que na pessoa de João Domingues, procurador do concelho, coadjuvado pelo alcaide menor, João Gonçalves, levaram das casas do mosteiro, em Gaia, sete tonéis de vinho vermelho, que se encontrava aí armazenado para venda noutros locais, causando ao mosteiro um prejuízo avaliado em

Académico de Número, Doutor Fernando Guedes no seu 75º Aniversário, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, p.189.

³¹⁸³ Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansede ...”, p.205 (Doc.3).

³¹⁸⁴ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N°703, fls. 246-250; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1811, pp. 255-257. Alberto Martins diz-nos que D. Fernando Gomes já era prior em 1378 (cf. Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, p.534) mas não conseguimos confirmar essa informação, pelo que poderá tratar-se de um simples lapso com a troca dos dois últimos números o que nos reportaria para a tal data de 1387, de qualquer modo e a verificar-se a presença de D. Fernão Gomes como prior em 1378 automaticamente o hipotético priorado de D. João Domingues fica invalidado.

³¹⁸⁵ Barros, Amândio Jorge Morais, “Tombo do mosteiro de Ancede [séc. XIV]” ..., 2003, pp. 218, 221. O próprio tomo revela que “fezeo Martin Pirez prior clasteiro e notairo per saude da sua alma e per mandado do prior dom Fernam Gomez” (cf. *Tombo do mosteiro de Ancede*, fl.1, 2003, p.221).

³¹⁸⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo I, 1955, pp.71-73. Também citado por Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra...*, 2003, p.906.

³¹⁸⁷ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo” ..., 1998, pp.75-77 (Doc.5).

8400 reais brancos³¹⁸⁸. O prior apelou à justiça régia o reparo não só do furto mas também da desonra e injúria provocadas, com D. João I a dar sentença a 22 de Março de 1428, estando aí presente o prior, compelindo o concelho à restituição dos tonéis de vinho, de igual qualidade, ou ao pagamento do respectivo valor em numerário, a que acrescia uma quantia de 2601 reais brancos referentes às custas que o prior tivera com o processo³¹⁸⁹. A 30 de Junho de 1430 o titular desta canónica, “dom Fernand’Affonso priol do mosteiro d’Ansede”, encontrava-se em Pousada, termo do julgado de Aregos³¹⁹⁰.

João Fernandes - Prior do mosteiro de Ancede. A 19 de Junho de 1451 recebe ordens de Epístola em Braga surgindo aí já designado como “prioll do mosteiro de Santo Andre de Anssede”³¹⁹¹. Praticamente três meses depois, a 18 de Setembro de 1451, encontra-se novamente em Braga, onde recebe ordens de Evangelho³¹⁹², cidade a que regressará ainda antes do Natal para ser investido nas ordens de Missa, cerimónia que terá lugar a 18 de Dezembro de 1451³¹⁹³. A 9 de Fevereiro de 1480 D. Afonso V ordenava a Luís Álvares de Sousa, conselheiro e ouvidor régio e ao seu neto João Fernandes de Sousa para que, na qualidade de detentores da jurisdição do crime no mosteiro de Ancede, não entrassem em confronto com o seu prior que aí detinha a jurisdição cível³¹⁹⁴. O certo é que apesar das recomendações régias o fidalgo João Fernandes de Sousa “por sua propria authoridade pos mãos viollentas em dom João prior que foi do dito mosteiro d’Ansede sabendo muito bem e sendo notorio que o dito prior hera saserdote de missa e o predeio e teve preso em seu poder come seo e mandou meter no rio Doiro...”³¹⁹⁵. Esta descrição é elucidativa das violências que o prior teve de enfrentar, sendo este relato datado de 1493, numa altura em que, como revela o documento, o seu governo já tinha terminado. A 29 de Janeiro de 1484 ainda ocupava o priorado dia em que o concelho de Gaia passa carta de vizinhança, válida por um ano, ao mosteiro e seus representantes para que possam usufruir das isenções nas trocas comerciais, atestando-se aí que “Dom Joam prior do mosteiro d’Ansede he morador no ditto lugar de Gaia, e hi mantem casas, e vezinhança e faz comnosco toda boa vezinhança que o bom vezinho deve fazer e usar, por que vos rogamos quanto rogar podemos que o nom constraiaes delle a vos, nem a cada hum de vos pague nem seus mancebos de suas mercadorias, e averes, que levarem e trouxerem para estes regnos de Portugal, e do Algarve nehua portagem, e usagem, passagem, custumagem por quanto he de tudo livre e escuzo...”³¹⁹⁶. À luz destes dados pode situar-se o final do seu priorado entre 1484 e 1493.

D. João Domingues, cardeal de Trana – Prior comendatário do mosteiro de Ancede. Desconhecemos a data em que João Domingues, cardeal de Trana, obteve a comenda

³¹⁸⁸ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.70-71 (Doc.4).

³¹⁸⁹ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.71-72 (Doc.4).

³¹⁹⁰ *Tombo do mosteiro de Ancede*, fl.19, 2003, pp.262-263.

³¹⁹¹ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.40; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.166.

³¹⁹² A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.47v.; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.172.

³¹⁹³ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.53; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas dos Ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588)*, Tomo I, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 2002, p.177.

³¹⁹⁴ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 32, fl.11vº.

³¹⁹⁵ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.20.

³¹⁹⁶ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.78-79 (Doc.6).

mas no início da década de 30 do séc. XVI o mosteiro já estava em sua posse uma vez que em 1531, juntamente com o papa, recomenda ao rei que coloque à frente de Ancede D. Manuel de Azevedo, situação que não ocorreu³¹⁹⁷. A 21 de Maio de 1532 é enviado um novo breve pontifício a pedir a D. João III que coloque na comenda de Ancede “Joannes Dominicus episcopus Albanensis Sanctae Romanae Ecclesiae cardinalis Tranensis” ou a pessoa indicada por ele ou a quem ele tivesse cedido a comenda³¹⁹⁸. À luz do que conhecemos estas solicitações do papa não foram atendidas pelo monarca português.

D. Manuel de Sousa – Prior comendatário do mosteiro de Ancede. Por breve de 3 de Setembro de 1531 o papa Clemente VII (1523-1534) pede a D. João III que favoreça D. Manuel de Azevedo na comenda do mosteiro de Ancede, entretanto vago, o problema é que o rei já se tinha antecipado e aí colocado D. Manuel de Sousa³¹⁹⁹. Por um novo breve pontifício de 21 de Maio de 1532 o papa insiste com o monarca para que dê provimento na comenda do mosteiro de Ancede ao cardeal João Domingues, ou pessoa indicada por ele³²⁰⁰. Desconhecemos a forma como foi solucionada a questão entre o comendatário e o rei, mas D. João III parece não ter cedido, até porque a 24 de Janeiro de 1433 “Dom Manoel de Souza do concelho d’el Rey Nosso Senhor e abbade do mosteiro de Ancede” encontrando-se no Porto, nas suas casas, na Rua Nova de Santa Catarina das Flores, emprazou, em seu nome e no do mosteiro de Ancede, a Tomé Afonso Correia umas casas que o mosteiro tinha em Gaia³²⁰¹. A 18 de Setembro de 1535 ainda se mantinha na comenda de Ancede, embora decorressem negociações em Roma no sentido do cardeal D. Henrique a obter³²⁰². D. Manuel de Sousa foi também administrador perpétuo do mosteiro de Pedroso, cargo onde é detectável em Dezembro de 1535³²⁰³ e Setembro de 1538³²⁰⁴, tendo igualmente detido a comenda do mosteiro de Travanca a partir de 1537³²⁰⁵. Esta última instituição acabaria por estar pouco tempo em sua posse uma vez que por bula do papa Paulo III, de 23 de Setembro de 1538, o cardeal D. Henrique é instituído como comendatário dos mosteiros beneditinos de Pedroso e Travanca, deixados vagos justamente por Manuel de Sousa³²⁰⁶, nesse mesmo dia eleito como bispo da diocese de Silves³²⁰⁷, onde se manteria até 1545. Quanto ao de Ancede como não é aí mencionado é muito provável que já não estivesse em sua posse, embora e até ao aparecimento de dados concretos, não é de excluir a hipótese de ter abdicado da comenda neste mesmo ano e em virtude da sua nomeação para o bispado algarvio, mas não temos provas dessa resignação. De resto esta última possibilidade parece ganhar mais credibilidade pelo facto do seu sucessor em Ancede ter obtido a comenda logo no princípio do ano seguinte³²⁰⁸.

³¹⁹⁷ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo XI, 1898, pp. 311-312.

³¹⁹⁸ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo XI, 1898, p. 319.

³¹⁹⁹ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo XI, 1898, pp. 311-312.

³²⁰⁰ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo XI, 1898, p. 319.

³²⁰¹ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.84-87 (Doc.9).

³²⁰² *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo III, 1868, p.244.

³²⁰³ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.148.

³²⁰⁴ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.172.

³²⁰⁵ IAN/TT – Gaveta II, M. 5, Doc.26.

³²⁰⁶ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo III, 1868, pp.453-455. Já a 16 de Setembro de 1538 D. Manuel de Sousa tinha resignado a favor do cardeal D. Henrique o priorado da Colegiada de S. Martinho de Cedofeita (cf. *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo III, 1868, pp.450-451).

³²⁰⁷ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo III, 1868, pp.451-452.

³²⁰⁸ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo XI, 1898, pp. 432-433.

Cardeal D. Henrique – Prior comendatário do mosteiro de Ancede. Como vimos atrás, em Setembro de 1535 decorriam negociações em Roma no sentido do cardeal D. Henrique obter a comenda de Ancede³²⁰⁹. Não sabemos quando a conseguiu e em que condições e termos foi investido nela, e se foi de facto nesta altura, de qualquer modo é assente que D. Henrique foi comendatário de Ancede³²¹⁰, mas ainda não conseguimos detectar a data em que tal ocorreu, embora tudo aponte para a segunda metade da década de trinta.

D. Sancho de Noronha – Prior comendatário do mosteiro de Ancede. Segundo a “Biblioteca Lusitana” de Diogo Barbosa Machado, D. Sancho de Noronha, ou de Faro, também comendatário do mosteiro de Pedroso e que foi deão da capela real, era filho de D. Fernando de Noronha, terceiro senhor de Vimieiro e de sua mulher Isabel de Melo³²¹¹. Por bula do papa Paulo III (1534-1549), de 24 de Janeiro de 1539, Sancho de Noronha, clérigo de Évora, é investido no priorado do mosteiro de Santo André de Ancede³²¹². A 13 de Maio de 1545 D. Sancho de Noronha continua a ser identificado como “commendatarium monasterii Sancti Andree de Ansede Ordinis Sancti Augustini Portugalensis diocesis”³²¹³. Neste mesmo ano, por bula de 8 de Junho, o papa Paulo III institui-o como comendatário do mosteiro de Pedroso, aparecendo aí sob a designação de “Sanctio de Noronha clerico Colimbriensi”³²¹⁴.

Trata-se, efectivamente, do último comendatário do mosteiro, tendo ocupado o cargo até meados da década de cinquenta, sendo certo que D. Sancho já tinha falecido a 12 de Julho de 1556³²¹⁵, cronologia que entra em divergência com a data de 1569, avançada por Barbosa Machado, como sendo a do seu óbito.

Priores cuja cronologia não foi possível reconstituir com segurança:

D. Estêvão Martins - Prior do mosteiro de Ancede. É muito provável que tenha ocupado o priorado de Ancede num período de tempo enquadrável na primeira metade do séc. XIV. Um tombo de Ancede, reportável a finais do séc. XIV revela que em Arvins “outrossy a hi o convento huum casal e meo que som das capellas do prior dom Stevam Martinz e rende XV maravedis”³²¹⁶, adiantando noutro local que esses quinze maravedis para missas pelo prior D. Estêvão são por Páscoa e por S. Bartolomeu³²¹⁷.

D. Gomes Lourenço - Prior do mosteiro de Ancede. É muito provável que se trate do antecessor do prior D. Vasco Martins o que colocaria o seu priorado na década ou décadas finais da primeira metade de trezentos. De concreto apenas podemos adiantar

³²⁰⁹ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo III, 1868, p.244.

³²¹⁰ Paiva, José Pedro, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1577*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p.121.

³²¹¹ Machado, Diogo Barbosa de, *Bibliotheca Lusitana...*, Tomo III, 1752, p.673.

³²¹² *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo XI, 1898, pp. 432-433.

³²¹³ IAN/TT – Gaveta XV, M.12, Doc.38.

³²¹⁴ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo XI, 1898, p.513.

³²¹⁵ IAN/TT – Corpo Cronológico, Parte I, M. 98, N. 133. Este documento contraria assim a informação de D. Nicolau de Santa Maria que diz que este comendatário faleceu no início de 1557 (cf. Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.327, data que também foi seguida na *Galeria das Ordens religiosas e militares*, Tomo I, Porto, 1843, p.97). Uma carta, de Abril de 1559, do rei para o embaixador Lourenço Pires de Távora também diz que o mosteiro se encontrava vago por falecimento de D. Sancho seu último comendatário, mas não especifica a data do seu óbito (cf. *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VIII, 1884, pp.124-125).

³²¹⁶ *Tombo do mosteiro de Ancede*, fl.5, 2003, pp.230.

³²¹⁷ *Tombo do mosteiro de Ancede*, fl.27vº, 2003, p.288.

que há referência a este prior num tombo de Ancede dos finais do séc. XIV dizendo-se aí que “o padre do prior Gomez Lourenço mandou a sua partilha e quinhom das dictas casas e o padroado de S. Cibrão” ao mosteiro³²¹⁸. As casas em causa localizavam-se em Pousada, tendo sido construídas por Lourenço Gomes, filho de Catarina Anes e pai do já referido prior Gomes Lourenço, e ao que tudo indica casado com Margarida Fernandes³²¹⁹.

D. Lourenço Julião - Prior do mosteiro de Ancede. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “domnus Larencius Juliani priol de Ansidi” a 10 de Junho mas sem qualquer indicação do ano³²²⁰. Apesar de não termos elementos que nos permitam estabelecer uma cronologia exacta para o priorado de D. Lourenço, temos indicadores que nos levam a acreditar que o seu priorado teve lugar no séc. XIV, muito provavelmente como predecessor ou até como sucessor do prior D. Vasco Martins, cuja cronologia, como já tivemos oportunidade de ver, é estimável entre 1354 e 1377. Na base deste raciocínio está o facto de o seu registo anteceder o do cónego Afonso Martins³²²¹, regrante de Ancede, que supomos ser o cónego que surge nessa canónica em Abril de 1364³²²². Tendo por base este referencial, e a confirmar-se este dado, pode-se enquadrar o seu priorado em datas não muito afastadas desta. Além disso surge a referência a este prior num tombo dos finais de trezentos ou início de quatrocentos em que se diz que o mosteiro recebe em Sequeiros, do casal de João Martins, 13 maravedis por Páscoa que deixou ao mosteiro o “priol dom Lourenço”³²²³, que será certamente o prior D. Lourenço Julião.

Jorge Dias Cabral – Provável prior comendatário do mosteiro de Ancede. Segundo Felgueiras Gayo, Jorge Dias Cabral era filho de Diogo Dias Cabral e foi comendatário de Ancede, tendo-se amancebado com Maria de Macedo de quem teve vários filhos³²²⁴. A confirmar-se esta informação é muito provável que estejamos na presença do primeiro comendatário do mosteiro, o que permitiria que o período do seu governo fosse estimável para o final do séc. XV ou princípio do XVI, surgindo dessa forma como sucessor do prior João Fernandes.

João Parente – Provável prior comendatário do mosteiro de Ancede. Trata-se de uma informação veiculada pelo genealogista Felgueiras Gayo que o identifica como filho de Fernão Álvares Baião e de Mécia Vaz³²²⁵. Em termos cronológicos e sem quaisquer outros elementos específicos que, de momento, nos permitam balizar o seu priorado, ou sequer confirmá-lo no cargo, poderemos apontar a sua governação para o segundo quartel do séc. XVI.

1.3.3. - Santo Estêvão de Vilela (c. Paredes)

Domingos Viegas – Prior do mosteiro de Vilela. Era prior de Vilela em 25 de Julho de 1289, dia em que foi nomeado executor do testamento de Afonso que deixou ao

³²¹⁸ Tombo do mosteiro de Ancede, fl.21, 2003, pp.266.

³²¹⁹ Tombo do mosteiro de Ancede, fl.21-21vº, 2003, pp.266-267.

³²²⁰ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.21.

³²²¹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.21.

³²²² Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansede ...”, p.205 (Doc.3).

³²²³ Tombo do mosteiro de Ancede, fl.27vº, 2003, p.288.

³²²⁴ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 8, 1938, p.13.

³²²⁵ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 5, 1938, p.155.

mosteiro de Vilela herdamentos que tinha no couto de Leomil³²²⁶. A 15 de Julho de 1293 mantinha-se no cargo, dia em que inquiriu o abade de S. Pedro de Gondalães sobre o instrumento que o confirmava nessa igreja de Gondalães³²²⁷.

Lourenço Gonçalves – Prior do mosteiro de Vilela. Já ocupava o cargo de prior mor desta comunidade a 10 de Novembro de 1311³²²⁸. Em 1312 Lourenço Gonçalves, por comissão do bispo do Porto, deu sentença de composição entre o mosteiro de Lordelo e o de Santo Tirso por causa dos direitos de padroado na igreja de Frazão, onde eram copadroeiros em percentagem igual, mas onde Santo Tirso pretendia sobrepor-se³²²⁹.

D. Domingos Martins – Prior do mosteiro de Vilela. É muito provavelmente o sucessor de D. Lourenço Gonçalves, pelo menos é essa a sequência que surge numa listagem dos priores de Vilela³²³⁰.

D. João Domingues – Prior do mosteiro de Vilela. Numa listagem dos titulares do mosteiro de Vilela o seu priorado surge intercalado entre o de D. Domingos Martins e D. Domingos Pires³²³¹.

D. Domingos [Pires] – Prior do mosteiro de Vilela. A 24 de Novembro de 1365 empra a Jorge Anes, a sua mulher, Maria Martins, e a uma terceira pessoa a nomear à morte do último sobrevivente, o casal das Devesas, em Salgueiro³²³². Este documento a que acabamos de aludir apenas refere o nome próprio mas deverá tratar-se de Domingos Pires, isto tendo em consideração a listagem dos priores de Santo Estêvão de Vilela reproduzida por António Nogueira Gonçalves³²³³ e que vimos utilizando.

D. Martim Espiunca – Prior do mosteiro de Vilela. É um dos signatários do compromisso de celebração de sufrágios, que a 24 de Agosto de 1387, se institui entre vários mosteiros beneditinos e agostinhos das dioceses do Porto e de Braga³²³⁴.

D. Martim Pires/Martinho Pires/Martim Peres/Martinho Peres – Prior do mosteiro de Vilela. Não será descabido admitir que este Martim Peres seja o prior atrás referenciado como D. Martim Espiunca mas, de momento, não temos dados que o confirmem. A 14 de Abril de 1393 o bispo do Porto, D. João de Azambuja (1391-

³²²⁶ Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, pp. 12-13 (Doc.5); Gouveia, Jaime Ricardo Teixeira, *Subsídios para a História de Leomil: “A-presentação” e “Re-presentação”*, Leomil, Câmara Municipal de Moimenta da Beira e Casa do Povo de Leomil, 2004, pp. 335-336.

³²²⁷ Vasconcellos, J. Leite de, *Opúsculos*, Vol. 1: *Filologia* (Parte I), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, pp. 302-304.

³²²⁸ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.85; Cruz, António, *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Dissertação de licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1938, p.186 (doc. LXXXIX).

³²²⁹ Mattoso, José; Krus, Luís; Andrade, Amélia Aguiar, “Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias”, in *Paços de Ferreira – Estudos Monográficos*, Vol. I, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, p.230.

³²³⁰ Gonçalves, António Nogueira, “A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)”, 1939, p.7.

³²³¹ Gonçalves, António Nogueira, “A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)”, 1939, p.7.

³²³² Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, pp. 15-16 (Doc.7).

³²³³ Gonçalves, António Nogueira, “A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)”, 1939, p.7.

³²³⁴ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – Nº 703, fls. 246-250; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1811, pp. 255-257.

1398)³²³⁵ confirma a apresentação de Gonçalo Afonso para a Igreja de S. João de Nespereira, que entretanto vagara por falecimento do seu titular, João Amado, apresentação essa feita em conjunto por este prior de Vilela e pelo abade de Bustelo, à altura D. João Domingues³²³⁶. Em Junho de 1400 estes dois religiosos vão indicar um novo clérigo para a igreja de Nespereira, recaindo a escolha em João Lourenço, que é confirmado pelo bispo do Porto, D. Gil (1398-1407)³²³⁷, a 20 de Junho de 1400³²³⁸. Por solicitação do prelado português e com o natural assentimento do prior de Vilela foi erigida, em 1403, uma grande capela no mosteiro dedicada a Santa Maria³²³⁹. O priorado de D. Martim ou Martinho, parece ter sido relativamente longo, ocupando ainda essas funções em 17 de Outubro de 1420, dia em que aparece arrolado como testemunha num documento de composição feito entre a mesa conventual do mosteiro de Bustelo e o escudeiro Gonçalo Vasques e sua mulher, Catarina Gil, por causa das rendas da Quinta da Granja³²⁴⁰. A última notícia que lhe conhecemos data de 22 de Dezembro de 1426, dia em que participou em Braga, na qualidade de representante do clero da diocese do Porto, numa reunião patrocinada por D. Fernando da Guerra contra os vexames que o Clero era vítima por parte do rei³²⁴¹. Tudo indica que deverá ter-se mantido no priorado até ao final de 1427 ou mesmo início de 1428, isto se tivermos em conta que em Fevereiro de 1428 o priorado se encontrava vago, aparecendo a solicitá-lo um cónego de S. Martinho de Caramos e apesar de nessa súplica não ser revelado o nome do anterior prior, tudo indica que seja Martim Pires. Um obituário de S. Vicente de Fora comemora o aniversário de “Martinus Petri prior de monasterio Villele” a 11 de Maio de ano incógnito, mas essa data poderá corresponder a uma comemoração colectiva pelo mosteiro e não ao óbito específico desse religioso até porque nessa data são integrados diversos cónegos de Vilela³²⁴².

Frei Gonçalo Gonçalves – Prior do mosteiro de Vilela. Proveniente do mosteiro de S. Martinho de Caramos. Alcançou o priorado de Vilela através de súplica dirigida à Santa Sé, a 26 de Fevereiro de 1428, altura em que o priorado dessa canónica regrante se encontrava livre³²⁴³. A 13 de Novembro de 1433 “Gonçallo Gonçallvez” continuava à frente deste priorado, dia em que o rei D. Duarte lhe legitimou um filho de nome João Gonçalves, escudeiro e criado de Fernão Vasques da Cunha, fruto de uma relação que teve com Catarina Gonçalves, mulher solteira à altura do nascimento³²⁴⁴.

³²³⁵ Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, actualizada pelo P. Artur Roque de Almeida, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.309.

³²³⁶ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Bustelo*, com introdução, fixação do texto e índice por Fr. Geraldo J. A. Coelho Dias, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, 2007, p.63.

³²³⁷ Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 1994, p.309.

³²³⁸ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Bustelo*, com introdução, fixação do texto e índice por Fr. Geraldo J. A. Coelho Dias, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, 2007, p.64.

³²³⁹ Gonçalves, António Nogueira, “A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)”, 1939, p.2. Este artigo foi posteriormente reeditado numa colectânea de estudos de António Nogueira Gonçalves (*Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, Epartur - Edições Portuguesas de Arte e Turismo, 1980, pp. 143-151).

³²⁴⁰ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Bustelo*, com introdução, fixação do texto e índice por Fr. Geraldo J. A. Coelho Dias, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, 2007, p.81.

³²⁴¹ Ferreira, Monsenhor Cónego José Augusto, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, 1930, pp. 259-260.

³²⁴² Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.91.

³²⁴³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 284-285; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.758.

³²⁴⁴ IAN/TT- Legitimações, Livro 2, fl.210vº; *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo I (1433-1435), 1998, p.71 (Doc.98). Esta legitimação é também referenciada por Teixeira, Carla Maria de Sousa Amorim, *Moralidade e costumes...*, 1996, p.89.

Diogo Martins – Prior do mosteiro de Vilela. Em Junho de 1466 corrobora a apresentação feita pelo abade de Bustelo de Frei Fernando, monge professo de Bustelo para a igreja de S. João de Nespereira que se encontrava vaga, apresentação essa confirmada a 25 de Junho pelo vigário geral do bispo do Porto³²⁴⁵. A 30 de Janeiro de 1467 “dom Diego Martinz prior do mosteiro de Sancto Stevom de Villella da Ordem de Sancto Agustinho” comparece no Porto perante Rui Domingues, bacharel em Degredos, cónego da Sé do Porto, arcediogo da Régua, e vigário geral do bispo D. João de Azevedo, que valida o escambo feito entre o prior, em seu nome e no do mosteiro de Vilela, e o cavaleiro Gonçalo Vasques Alcoforado, por si e pela sua esposa, Inês de Castro, de quem era procurador³²⁴⁶. O prior cedeu o casal de Barrosinha localizado na freguesia e couto do mosteiro de Roriz, e no qual vinham sofrendo vários desaguisados, trabalhos e danos, recebendo em troca a quinta de Frazão, situada na freguesia de Frazão³²⁴⁷ (c. de Paços de Ferreira). A 12 de Janeiro de 1468 D. Afonso V concede carta de perdão a Isabel Afonso, residente na freguesia de Duas Igrejas, por ter sido manceba de “Diogo Martins clerigo e prioll de Villella do bispado do Porto”³²⁴⁸. Segundo a solicitante essa ligação com o prior iniciara-se há catorze ou quinze anos³²⁴⁹, o que, e partindo do princípio que já nessa altura era de facto prior do mosteiro, permite recuar o início do seu priorado a 1453 ou 1454.

D. Diogo Dias Rangel – Comendatário do mosteiro de Vilela. Segundo Nogueira Gonçalves trata-se do último prior-mor do mosteiro mantendo-se no priorado até 1524 ou 1525, altura em que Brás Brandão foi instituído como comendatário da instituição passando D. Diogo a ser referenciado como procurador do comendatário³²⁵⁰, mas devemos estar na presença de um prior-comendatário. Nesse sentido vão as indicações de Alão de Morais e Manuel de Sousa da Silva ao dizerem que este prior resignou a comenda em Brás Brandão³²⁵¹. Deverá ter falecido em 1534, ano em que ainda aparece documentado³²⁵².

Brás Brandão – Prior comendatário do mosteiro de Vilela. Filho de João Sanches e Isabel Brandão³²⁵³, Brás Brandão já era prior do mosteiro de Vilela a 9 de Fevereiro de 1532, como revela um documento referente à aquisição de cerca de meio casal na freguesia de S. Paio de Guimarei a Beatriz de Aguiar³²⁵⁴. De qualquer modo, e pelo que ficou exposto atrás, deverá ter obtido a comenda em meados da década de vinte por resignação de Diogo Rangel³²⁵⁵. Além de comendatário de Vilela parece ter sido o

³²⁴⁵ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Bustelo*, com introdução, fixação do texto e índice por Fr. Geraldo J. A. Coelho Dias, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, 2007, p.95.

³²⁴⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12A, M.7, N°201.

³²⁴⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12A, M.7, N°201.

³²⁴⁸ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 35, fl.105.

³²⁴⁹ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 35, fl.105.

³²⁵⁰ Gonçalves, António Nogueira, “A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)”, 1939, p.7.

³²⁵¹ Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Tomo II - Vol. I, 1944, p.292; Silva, Manuel de Souza da, *Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho*, vol. II, 2000, p.201.

³²⁵² Gonçalves, António Nogueira, “A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)”, 1939, p.7.

³²⁵³ Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Vol. I, 1943, pp.225-226.

³²⁵⁴ Esta informação foi extraída do *Catálogo do Leilão “Biblioteca Eugénio da Cunha e Freitas- Parte II”*, organização de Pedro de Azevedo, leitura paleográfica de Susana Tavares Pedro, Lisboa, Dezembro de 2010, p.98.

³²⁵⁵ Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Tomo II - Vol. I, 1944, p.292; Silva, Manuel de Souza da, *Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho*, vol. II, 2000, p.201; Gonçalves, António Nogueira, “A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)”, 1939, p.7.

último abade de S. Salvador de Mosteiró da Maia³²⁵⁶. Este prior possuía também propriedades na Rua das Flores, no Porto³²⁵⁷. Em 1560 ainda era vivo, ano em que comprou, no Almojarifado do Porto, dez mil reis de juro³²⁵⁸. É provável que seja o mesmo indivíduo que surge num obituário de Moreira identificado como “Basilius Brandam Commendatarius Monasterii de Vilella”, falecido no ano de 1566³²⁵⁹.

D. António Brandão – Prior comendatário do mosteiro de Vilela. Sucedeu a Brás Brandão na comenda do mosteiro de Vilela³²⁶⁰ por renúncia que o seu tio fez nele em 1560³²⁶¹. Efectivamente D. António Brandão era o segundo filho de D. Brites Moutinha e D. António Sanches Brandão, irmão do comendatário Brás Brandão³²⁶². Alão de Moraes diz que foi clérigo, prior de Alenquer e teve uma filha ilegítima enquanto estudante em Coimbra e ainda antes de tomar ordens³²⁶³. A acção governativa de D. António Brandão em Vilela parece ter sido muito profícua, sendo o responsável por diversas obras realizadas no mosteiro³²⁶⁴. D. António Brandão governou a instituição durante cerca de trinta anos, falecendo em 1590³²⁶⁵.

Priores cuja cronologia não foi possível estabelecer:

D. Afonso Esteves - Prior de Vilela. Segundo um obituário de Moreira da Maia este prior faleceu a às 18 Kalendas de Setembro, ou seja a 15 de Agosto, mas de ano que não é aí referenciado³²⁶⁶. Frei Timóteo dos Mártires deverá ter consultado este obituário porque também refere o seu falecimento a 15 de Agosto mas não lhe atribui qualquer cronologia para o priorado³²⁶⁷. Já um obituário de S. Vicente de Fora comemora o aniversário de “donus Alphonsus Stephani prior monasterio de Vilele” a 11 de Maio,

³²⁵⁶ Moraes, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Vol. I, 1943, p.236. Não tivemos oportunidade de validar esta informação de qualquer modo há uma nítida incongruência cronológica na informação veiculada pelo genealogista uma vez que é aí dito que a igreja de S. Salvador de Mosteiró foi unida ao mosteiro das freiras de S. Bento do Porto pelo bispo D. Marcos, com o consentimento de Brás Brandão, o que é anacrónico uma vez que D. Marcos de Lisboa foi bispo do Porto entre 1581 e 1591 e o comendatário de Vilela faleceu em 1566.

³²⁵⁷ Santos, Cândido Augusto Dias dos, *O censual da Mitra do Porto...*, 1973, p.358.

³²⁵⁸ Silva, Manuel de Souza da, *Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho*, vol. II, 2000, p.201.

³²⁵⁹ BNL – Secção de Reservados, Nº 215 (“Treslado do livro dos obitos do mosteiro de S. Salvador de Moreira”). Também Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, Coimbra, 1960, p.126, diz que Brás Brandão faleceu em 1566, no dia 4 de Fevereiro.

³²⁶⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.126; Gonçalves, António Nogueira, “A destruída igreja medieval do mosteiro de Vilela (Porto)”, 1939, p.7.

³²⁶¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.126.

³²⁶² Moraes, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Vol. I, 1943, pp.226-227. Já o genealogista Manuel de Sousa da Silva dá como sua mãe Beatriz Coutinho e não Beatriz Moutinha, embora este seja um pormenor de somenos importância uma vez que essa Beatriz Coutinho era filha de Duarte Moutinho (cf. Silva, Manuel de Souza da, *Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho*, vol. II, 2000, p.198).

³²⁶³ Moraes, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Vol. I, 1943, p.227. Também Frei Timóteo dos Mártires e Manuel de Sousa da Silva dizem que António Brandão foi prior de Alenquer (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, Coimbra, 1960, p.126; Silva, Manuel de Souza da, *Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho*, vol. II, 2000, p.198).

³²⁶⁴ Leal, Augusto Soares d’Azevedo de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno...*, vol.XI, 1876, p.1423.

³²⁶⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, Coimbra, 1960, p.126; Leal, Augusto Soares d’Azevedo de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno...*, vol.XI, 1876, p.1423; Melo, António Maria; Sousa, José J. Rigaud de; Vasconcelos, Flório de, “O mosteiro Santo Estêvão de Vilela em Paredes e os Cônegos Regrantes de St.º Agostinho”, in *Maia, História Regional e Local (Actas do Congresso)*, Câmara Municipal da Maia, 1999, vol.II, p.161.

³²⁶⁶ BNL – Secção de Reservados, Nº 215 (“Treslado do livro dos obitos do mosteiro de S. Salvador de Moreira”, s. p.).

³²⁶⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.126

data que não deverá de facto corresponder ao óbito até porque aí são integrados diversos cônegos de Vilela, de qualquer modo esses registos seguem-se ao que dá conta do falecimento de Vasco Martins, prior de Santa Cruz de Coimbra³²⁶⁸, que deverá ter falecido em 1392³²⁶⁹, pelo que, e partindo do princípio que foi seguida a ordem cronológica nesses assentos, o seu falecimento não deverá ter ocorrido em data anterior a esta.

1.3.4. - S. Salvador de Grijó (c. Vila Nova de Gaia)

D. Domingos Vicente – Prior do mosteiro de Grijó. Segundo Frei Timóteo dos Mártires este prior foi eleito em 1280³²⁷⁰. É inquestionável que foi prior do mosteiro no final do séc. XIII, e sem qualquer pretensão de delimitar aqui o início do seu priorado, podemos avançar que já surge identificado no cargo, pelo menos a 29 de Outubro de 1293³²⁷¹. A presença de “domnum Dominicum Vicentii” à frente da instituição continua a ser corroborada por instrumento de 12 de Março de 1296, dia em que foi dada sentença favorável ao mosteiro de Grijó contra vários cavaleiros, entre eles João do Vale e Fernão Rodrigues Babilão, por causa dos direitos de comedoria, pousada e apresentação na igreja de S. Tiago de Lobão³²⁷². A 14 de Junho de 1299 o prior Domingos Vicente recebeu em seu nome e no do mosteiro de Grijó a doação feita por Maria Pires, viúva de João Arrizado, referente a todos os herdamentos que esta possuía na aldeia de Paços de Brandão³²⁷³. A 30 de Outubro é celebrada uma longa composição entre o prior D. Domingos Vicente, em conjunto com o seu convento e o bispo do Porto sobre os diversos benefícios nas igrejas do seu padroado e respectivas obrigações que tinham para com a entidade episcopal³²⁷⁴.

D. Marcos da Cruz documenta este prior até 1306³²⁷⁵, o que contraria a informação de Frei Timóteo sobre o fim do priorado de D. Domingos Vicente, atribuindo-lhe o óbito a 8 de Fevereiro de 1290. Um obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Dominicus Vicentii prior monasteri Ecclesiole”, a 18 de Fevereiro, anotando-se à margem uma data que supostamente corresponderá ao óbito mas que não se consegue ler com clareza, sobretudo os dígitos respeitantes às unidades, embora nos pareça “Era M.CCC.R.VI”, o que daria o ano de 1308³²⁷⁶.

D. Pedro Anes – Provável prior do mosteiro de Grijó. Segundo D. Rodrigo da Cunha “D. Pedro João prior do mosteiro de Grijó” foi testemunha num instrumento datado de Fevereiro de 1307 pelo qual o bispo D. Geraldo uniu as rendas do mosteiro de Canedo à mesa capitular da Sé do Porto, anexando-lhe também a igreja de Valbom³²⁷⁷. Trata-se

³²⁶⁸ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.90-91.

³²⁶⁹ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Segunda Parte, Livro IX, 1668, p.245.

³²⁷⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Coimbra, Tomo II, Edição da Biblioteca Municipal, 1958, p.150.

³²⁷¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.70.

³²⁷² *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, pp. 303-304.

³²⁷³ IAN/TT- Colecção Costa Basto, Nº6, fls.149-150.

³²⁷⁴ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, pp. 305-312.

³²⁷⁵ BGUC - Manuscrito 640, fl.203.

³²⁷⁶ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.38. Esta de facto foi a primeira leitura que fizemos no contacto com o documento, mas perante os problemas surgidos em relação à cronologia do sucessor de Domingos Vicente é necessário uma reconfirmação desta leitura, o que ajudará seguramente a clarificar a existência ou não do prior Pedro Anes.

³²⁷⁷ Cunha, D. Rodrigo da, *Catálogo e Historia dos Bispos do Porto*, Porto, II parte, 1623, p.115.

de confusão ou leitura incorrecta de D. Rodrigo da Cunha ou então leitura errada ao efectuar-se a transcrição para a publicação do Censual uma vez que aí consta “Petro Iohannis de Palatiolo”³²⁷⁸, portanto Pedro Anes de Paço de Sousa, possibilidade que Frei Assunção Meireles confirma detectando Pedro Anes no abaciado de Paço de Sousa entre 30 de Novembro de 1306 e 26 de Novembro de 1309³²⁷⁹. O cronista D. Marcos da Cruz baseando-se na informação de D. Rodrigo da Cunha considera “D. Pero Annes decimo segundo prior e sexto do nome que teve o mosteiro de Grijó”, advertindo também que não encontrou qualquer memória deste prior no cartório do mosteiro de Grijó, no entanto acrescenta que no documento em referência o prior assina “Petrus Joannis, prior Monasterii de Ecclesiola”³²⁸⁰. Perante isto voltámos a ficar enredados na dúvida, que só mesmo a confrontação com a fonte primária poderá dissipar, contudo e face à probidade historiográfica de D. Marcos da Cruz parece-nos crível que de facto D. Pedro Anes foi prior de Grijó, de resto o cronista adianta que D. Pedro Anes ainda era prior do mosteiro em 1310³²⁸¹. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “domnus Petrus prior Ecclesiole” a 22 de Março mas sem qualquer indicação ao ano do óbito³²⁸². Tratar-se-á de D. Pedro Anes? A confirmar-se que de facto D. Pedro Anes ainda era prior no início de 1310 e o seu sucessor D. Pedro Pires já se encontrava no priorado em Abril desse ano este registo ganha grande credibilidade, podendo assim apontar-se o falecimento de D. Pedro Anes para o início da segunda quinzena de Março de 1310.

D. Pedro Pires/D. Pedro Peres – Prior de Grijó. Frei Timóteo dos Mártires diz-nos que há notícia deste prior em 1310³²⁸³, data que é validada por D. Frei Marcos da Cruz que encontrou um registo desse mesmo ano respeitante ao emprazamento que D. Pedro Peres fez ao cavaleiro Abril Afonso e à sua esposa, Elvira Viegas, do casal do Carvalhal³²⁸⁴. É até bastante provável que o seu priorado se tenha iniciado no final de 1309, uma vez que há uma bula de Clemente V datada de 1 de Dezembro de 1309 e dirigida a D. Dinis para que este favoreça o prior do mosteiro de S. Salvador de Grijó³²⁸⁵, situação que poderá indiciar a existência de um novo prior. O caso de D. Pedro Pires ou D. Pedro Peres parece ser mais um dos muitos em que se verifica uma ascensão hierárquica interna, isto se tivermos em conta a forte possibilidade de se tratar do mesmo religioso de Grijó que surge identificado como cônego deste mosteiro em 1296³²⁸⁶. A 10 de Janeiro de 1312 foi feita uma composição entre D. Pedro Pires, prior de Grijó e D. João Domingues, abade de Pedroso a propósito da contenda que corria entre os dois mosteiros sobre os limites e demarcações do lugar dos Enxudros³²⁸⁷. A 4 de Maio de 1312 há registo de uma nova composição celebrada entre “Dom Pero Pires priol” do mosteiro e respectivo convento de Grijó com Martim Vicente de Negrelos e seus familiares, por causa de herdamentos na aldeia de Figueira do Mato, freguesia de S.

³²⁷⁸ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, p.148.

³²⁷⁹ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Paço de Sousa*, publicadas e prefaciadas por Alfredo Pimenta, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p. 26.

³²⁸⁰ BGUC - Manuscrito 640, fl.204.

³²⁸¹ BGUC - Manuscrito 640, fl.205. Em relação à confrontação com o texto do Censual ainda não nos foi possível fazê-la.

³²⁸² Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.66.

³²⁸³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.150.

³²⁸⁴ BGUC - Manuscrito 640, fl.205.

³²⁸⁵ *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal...*, Tomo 8, 1853, p.305; Abranches, Joaquim dos Santos, *Fontes do direito ecclesiastico portuguez: I – Summa do Bullario Portuguez*, Coimbra, F. França Amado Editor, 1895, p.31.

³²⁸⁶ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, pp. 303-304.

³²⁸⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.107-107vº.

Mamede de Cerzedo³²⁸⁸. De resto a sua acção à frente do priorado encontra-se bem documentada através dos diversos actos de gestão patrimonial³²⁸⁹, de entre os quais se podem destacar o emprazamento de um talho de marinha, no lugar da Toussa, a Gonçalo Anes de Cabanões e à sua mulher, feito a 3 de Janeiro de 1315³²⁹⁰ e um escambo com o mosteiro de Paço de Sousa em Julho de 1315³²⁹¹. Em 1317 o rei D. Dinis confirmou-lhe todos os privilégios que os monarcas antecessores tinham concedido ao mosteiro³²⁹². Ao longo de 1318 ainda aparece referenciado como prior de Grijó³²⁹³, recebendo, inclusivamente, para o mosteiro, a 23 de Novembro desse ano os casais de Cacelas e do Arrabalde, sítios na freguesia de Esmoriz, propriedades doadas à instituição por André Fernandes, cidadão do Porto³²⁹⁴. De qualquer modo e parafraseando o cronista Frei Marcos da Cruz, mesmo sendo esta “a última memória que achamos do Prior D. Per Pires pode ser continuase no priorado the o anno de 1319”³²⁹⁵, data, de resto, também apontada por Frei Timóteo dos Mártires para o seu falecimento³²⁹⁶.

D. Martinho – Prior de Grijó. Segundo Frei Timóteo dos Mártires este prior foi eleito em 1319³²⁹⁷, ano em que de facto já se confirma a sua presença à frente do priorado tendo, a 22 de Outubro de 1319, saldado a dívida à Santa Sé respeitante ao censo anual de dois ducados a que o mosteiro estava obrigado a pagar e que se tinha deixado acumular, perfazendo 25 anos que o mosteiro já não pagava³²⁹⁸. Em 1321 o rei D. Dinis confirmou-lhe todos os privilégios que os monarcas antecessores tinham feito ao mosteiro³²⁹⁹. A 7 de Abril de 1321 é estabelecido um acordo entre o prior de Grijó e o Cabido da Sé do Porto respeitante a contendas sobre a divisão de maninhos e termos da igreja de Perosinho³³⁰⁰. A 24 do mesmo mês e ano há registo de nova contenda com o cabido da Sé do Porto envolvendo novamente propriedades³³⁰¹. A 7 de Janeiro 1322 o prior e o convento fazem prazo a Lourenço Zuzarte, prior de S. Nicolau da Feira, da quinta da Macieira, tendo nesse mesmo dia o mosteiro recebido, por doação de Lourenço Zuzarte, uma propriedade que confrontava com a quinta de Macieira³³⁰².

D. João Pascoal / D. João Pascácio³³⁰³ – Prior de Grijó. Frei Timóteo dos Mártires identifica-o no priorado em 1325, adiantando que a 7 de Maio desse ano D. Afonso IV

³²⁸⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.68-69.

³²⁸⁹ BGUC - Manuscrito 640, fls.205-207.

³²⁹⁰ BGUC - Manuscrito 640, fl.206vº; Oliveira, Padre Miguel de, “A vila de Ovar – Subsídios para a sua história até o século XVI” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol.II, Nº6, 1936, p.113.

³²⁹¹ BGUC - Manuscrito 640, fl.207.

³²⁹² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.144.

³²⁹³ BGUC - Manuscrito 640, fl.207; IAN/TT- Coleção Costa Basto, Nº6, fl.142.

³²⁹⁴ BGUC - Manuscrito 640, fl.207.

³²⁹⁵ BGUC - Manuscrito 640, fl.207.

³²⁹⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.150.

³²⁹⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.150.

³²⁹⁸ BGUC - Manuscrito 640, fl.207vº.

³²⁹⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.144.

³³⁰⁰ Franco, Isabel Maria M. Alves Pedrosa, *Antroponímia e sociabilidade através dos “pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto (século XIV)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2006, p.343.

³³⁰¹ Franco, Isabel Maria M. Alves Pedrosa, *Antroponímia e sociabilidade através dos “pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto (século XIV)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2006, p.343.

³³⁰² BGUC - Manuscrito 640, fl.208.

³³⁰³ Frei Timóteo dos Mártires identifica-o como “Joam Pascazio” (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Coimbra, Tomo II, Edição da Biblioteca Municipal, 1958, pp. 144, 150. O

confirmou a este prior a jurisdição cível do mosteiro nos seus coutos³³⁰⁴. Efectivamente há documentos que o comprovam à frente do mosteiro em 1325, no entanto no documento citado pelo cronista agostinho, ou pelo menos na versão que utilizámos não consta a identificação do prior³³⁰⁵. De qualquer modo nesse ano de 1325 o prior D. João Pascoal, juntamente com o convento escambam bens com D. Senhorinha, viúva do cavaleiro Vasco Martins da Cunha³³⁰⁶. Instrumentos de Março e Maio de 1326 revelam o cuidado do prior na gestão dos bens da instituição na bacia do Vouga, tomando posse da quinta de Macinhata e emprazando um casal no concelho de Sever³³⁰⁷. A 26 de Fevereiro de 1329 o prior e o convento de Grijó obtêm sentença favorável num contencioso que tinham com o prior de Segadães que se recusava a pagar os dízimos das terras que semeava em Travassô³³⁰⁸. Em 24 de Fevereiro de 1332 D. João Pascoal colocou fim a uma quezília entre os religiosos do mosteiro fomentada pela questão das pitanças nas vésperas do Carnaval, considerando o prior claustral que “não parecia bem se dessem estas pitanças a quem andava fora do mosteiro recreandose estando os demais dentro delle”, decidindo o prior que todos os que nos dias de Entrudo saíssem devidamente autorizados tinham direito às pitanças³³⁰⁹.

A 26 de Maio de 1332 foi passada, no mosteiro de Grijó, uma procuração ao prior D. João Pascoal para que pudesse fazer avença, composição, escambos e ordenar juízes alvidros a propósito da demanda que o mosteiro tinha com o cavaleiro Gonçalo Anes de Guim e sua mulher, Maria Fernandes³³¹⁰. Nesse mesmo dia é estabelecido um acordo entre as partes, em Vila Chã, através da permuta de propriedades, com o mosteiro a receber um casal e meio em Serzedelo e Vilar da Seixa, cedendo um casal em Vila Chã³³¹¹, no entanto este escambo acabaria por gerar um novo conflito uma vez que os cavaleiros continuaram a recolher e cobrar serviços e geiras das propriedades que tinham alheado, acabando a questão por se resolver através de sentença de 9 de Julho de 1343³³¹². A 31 de Janeiro de 1333 encontrava-se na vila da Feira onde testemunhou o emprazamento que o mosteiro de Grijó fez, através do seu procurador João Anes, do casal de Vila Chã, sito na freguesia de S. Martinho de Argoncilhe, ao cavaleiro Pedro Esteves do Soveral, à sua mulher Guiomar Anes e a um filho destes, recebendo também para o mosteiro a doação que estes nobres lhe fizeram, para remissão das suas almas, de toda a herdade e maninhos que possuíam nas aldeias de Argoncilhe e Serzedelo, excepto o monte de Pinhão³³¹³. Em 1335 mantinha uma contenda com D. Afonso IV a propósito da posse de metade do lugar de Ínsua, no julgado da Feira, sendo que o desfecho foi favorável ao monarca, surgindo a 18 de Abril de 1335, o representante régio a ser

cronista agostiniano Frei Marcos da Cruz também dá conta desta forma diferenciada de tratamento dizendo, “que na primeira memoria que delle tivemos se cala o nome patronomico e noutra se disera Paschasio comtudo temos a primeira por diminuta e a segunda por viciada e assim D. João Paschoal temos por certo se chamava o decimo quinto prior que em ordem teve o mosteiro de Grijó...” (cf. BGUC - Manuscrito 640, fl.208vº).

³³⁰⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.144. Este documento a que se refere o Autor integra o *Livro Preto*, e ainda que de parca relevância, importa dizer que a data que aí aparece é 6 de Maio de 1325 (cf. IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.37vº).

³³⁰⁵ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.37vº.

³³⁰⁶ BGUC - Manuscrito 640, fls.208vº-209.

³³⁰⁷ BGUC - Manuscrito 640, fl.209.

³³⁰⁸ BGUC - Manuscrito 640, fl.209vº.

³³⁰⁹ BGUC - Manuscrito 640, fl.209vº.

³³¹⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.59-60.

³³¹¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.59-61vº.

³³¹² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.61vº-62vº.

³³¹³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.53-55.

empossado nesses direitos³³¹⁴. A disputa entre o mosteiro e o poder régio pela posse de metade desta localidade já remonta aos reinados anteriores, com registo de sentenças favoráveis a D. Afonso III, de 7 de Março de 1264, e a D. Dinis, de 6 de Outubro de 1322³³¹⁵. A 17 de Setembro de 1337 “Joham Paschoal priol e convento do moesteiro de Igrijoo do bispado do Porto” escambam bens com D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga³³¹⁶. D. João Pascoal ainda surge identificado como prior do mosteiro em instrumento de 8 de Março de 1338, o que invalida que o seu falecimento tenha ocorrido a 24 de Janeiro de 1338 como avança Frei Timóteo dos Mártires³³¹⁷, embora seja muito provável que o seu óbito se tenha registado nesse ano³³¹⁸.

D. João Pires – Prior de Grijó. Segundo Frei Timóteo dos Mártires este prior foi eleito em 1338³³¹⁹. Já D. Marcos da Cruz teve dúvidas em considerá-lo prior-mor, no entanto um instrumento datado de 28 de Março de 1339 respeitante a um arrendamento a Pedro da Mamoá, permitiu identificá-lo no cargo de prior-mor³³²⁰. Trata-se de mais um religioso proveniente da comunidade monástica que ascende ao priorado, surgindo ainda identificado como prior claustral a 14 de Julho de 1337³³²¹. O seu governo à frente de Grijó foi bastante curto, uma vez que em 1342 já surge outro prior³³²². Desconhecemos a data do seu falecimento, acontecimento que Frei Timóteo dos Mártires coloca a 30 de Maio³³²³, sem indicação do ano, mas presumivelmente, de 1342.

D. Martinho da Costa ou Martinho Vicente – Prior de Grijó. Segundo Frei Timóteo trata-se do prior crasteiro de Grijó que alcançou o priorado através da eleição, encontrando-se referenciado como prior mor em 1342³³²⁴. Tudo indica tratar-se do prior que, segundo súplica de 2 de Março de 1344, resignou ao priorado de Grijó para o trocar com o da igreja de S. Salvador de Perosinho, até aí em posse de Frei João Anes³³²⁵. Faleceu a 4 de Maio, sem que conste o ano³³²⁶.

Frei João Anes – Eventual Prior de Grijó. Esteve em posse da igreja de S. Salvador de Perosinho, da qual resignou de forma a poder trocá-la pelo priorado do mosteiro de Grijó, como indica a súplica de 2 de Março de 1344³³²⁷. Significa isto que o seu priorado é posterior a esta data, sendo admissível que tenha permanecido à frente de Grijó até ao final da década de quarenta, embora não tenhamos quaisquer elementos que o possam confirmar, e a este propósito impera o silêncio entre os cronistas agostinianos.

³³¹⁴ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.15vº-16vº.

³³¹⁵ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.15vº-16vº.

³³¹⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 39-40; BGUC - Manuscrito 640, fl.210vº.

³³¹⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.150.

³³¹⁸ Face à ausência do seu nome entre a documentação assim parece suceder, de resto D. Marcos da Cruz diz, a propósito do instrumento de 8 de Março de 1338, que “esta he a ultima memoria com que demos do prior D. João Paschoal sem sabermos do dia de sua morte...” (cf. BGUC - Manuscrito 640, fl.210vº).

³³¹⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.150.

³³²⁰ Face à ausência do seu nome entre a documentação assim parece suceder, de resto D. Marcos da Cruz diz, a propósito do instrumento de 8 de Março de 1338, que “esta he a ultima memoria com que demos do prior D. João Paschoal sem sabermos do dia de sua morte...” (cf. BGUC - Manuscrito 640, fl.210vº).

³³²¹ BGUC - Manuscrito 640, fl.211.

³³²² BGUC - Manuscrito 640, fl.211vº; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.150.

³³²³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.150.

³³²⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.150.

³³²⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.31.

³³²⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.150.

³³²⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.31.

D. Domingos Bartolomeu – Prior de Grijó. Segundo Frei Timóteo dos Mártires há notícia deste prior “pellos annos de 1350”³³²⁸. Tal informação do cronista merece, neste particular, toda a credibilidade, de facto em Março de 1350 já surge referência a “Dominico Bartalomei priore magore”³³²⁹, presença confirmada por instrumento de 9 de Julho de 1351, em que “Dom Domingos Bertolameu priol do dito moesteiro de Grijoo” testemunha uma composição feita entre o escudeiro Lourenço Anes de Pinho e vários lavradores e moradores de Aldris, Ermilhe e Prime, por causa dos danos causados por eles e pelos seus gados na quintã de Ordonhe³³³⁰. A acção de Domingos Bartolomeu à frente de Grijó pode mesmo recuar-se a 1349, sendo que a 13 de Agosto deste ano “Dom Domingos Barthollomeu priol e o convento do mosteiro de Igrijo” andavam envolvidos em contenda com D. Álvaro Gonçalves, prior do Hospital, e Frei Fernando, seu procurador na bailia de Rio Meão por causa de herdades e maninhos³³³¹.

Aparece novamente documentado como prior de Grijó em instrumentos de 11 de Setembro de 1352³³³² e 16 de Fevereiro de 1354³³³³. A 5 de Dezembro de 1354 D. Domingos Bartolomeu estabeleceu uma composição amigável com Rui Coelho escudeiro do termo de Santa Maria da Feira, acusado de se apoderar de éguas do mosteiro que apascentavam entre a foz do Vouga e Cabanões³³³⁴. Em Outubro de 1358 o rei D. Pedro confirmou a este prior todos os privilégios, doações e liberdades que os monarcas antecessores tinham feito ao mosteiro³³³⁵. Surge documentado como prior de Grijó também a 8 de Agosto de 1360³³³⁶, 24 de Abril de 1361³³³⁷ e ainda a 27 de Junho de 1361³³³⁸. Segundo Frei Timóteo dos Mártires o prior D. Domingos Bartolomeu faleceu a 17 de Outubro 1362³³³⁹, data que poderá ser admissível, embora o pedido ao papa para a confirmação de Afonso Esteves, seu sucessor no priorado, date apenas de 21 de Fevereiro de 1363³³⁴⁰, o que, à partida, poderá querer indicar que o seu falecimento possa ter ocorrido um pouco mais tarde.

D. Afonso Esteves – Prior de S. Salvador de Grijó. Segundo Frei Timóteo dos Mártires este prior foi eleito em 1362³³⁴¹, o que nos deixa algumas dúvidas tendo em conta que apenas a 21 de Fevereiro de 1363 é solicitado ao papa Urbano V (1362-1370) a confirmação de Afonso Esteves no priorado do mosteiro, vago por falecimento de D. Domingos Bartolomeu³³⁴². Esse mesmo pedido revela que Afonso Esteves resignou à

³³²⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.151.

³³²⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fl.3vº.

³³³⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.71-73.

³³³¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 44vº-47.

³³³² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.100-101.

³³³³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, M.1, n.11; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.68.

³³³⁴ Oliveira, Padre Miguel de, “A vila de Ovar – Subsídios para a sua história até o século XVI” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol.III, Nº10, 1937, pp.126-128.

³³³⁵ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.131 (Doc. 336); Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.144.

³³³⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 6-6vº.

³³³⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.69-70.

³³³⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.1, n.15; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.68.

³³³⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.151.

³³⁴⁰ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.429.

³³⁴¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.151.

³³⁴² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.429; Costa, António Domingues de Sousa, *O Infante D. Henrique na expansão portuguesa: (do início do reinado de D. Duarte até à morte do Infante Santo)*, Braga, Editorial Franciscana, 1960, p.93. Da sua passagem pelo priorado de Grijó dá-nos conta

igreja de S. Salvador de Perosinho, onde tinha sido colocado em 1351³³⁴³. A 4 de Novembro de 1363 o prior deslocou-se a S. Martinho de Argoncilhe, onde juntamente com o cónego Vasco Peres, chegaram a acordo com o escudeiro Lourenço Martins do Avelal com quem andavam em contencioso por causa da utilização de uma águas³³⁴⁴. Em instrumento de 21 de Dezembro de 1363 é novamente referenciado “Dom Affonse Esteves priol que orra he do dito moesteiro”³³⁴⁵. A 28 de Dezembro de 1365 o prior D. Afonso Esteves e o convento de Grijó fazem um escambo de propriedades com D. Afonso Pires (1359-1372), bispo do Porto³³⁴⁶. Faleceu a 22 de Janeiro 1367³³⁴⁷.

D. Gonçalo Pires Ferreira – Prior de Grijó. Trata-se de um cónego do mosteiro de Grijó, já referenciado em 1356³³⁴⁸, que ascende ao priorado da comunidade. Aparece normalmente designado na documentação por Gonçalo Pires ou Peres embora uma súplica do seu sucessor ao papa, datada de 14 de Junho de 1418, revele que o seu nome completo era Gonçalo Pires Ferreira³³⁴⁹. Provavelmente foi esta discrepância entre os nomes que levou Frei Timóteo dos Mártires a considerar a existência de dois priores, um Gonçalo Pires e um Gonçalo Ferreira, considerando que o primeiro faleceu em 1385, sucedendo-lhe então o segundo³³⁵⁰. Parecendo-nos perfeitamente legítima tal dúvida e reconhecendo a dificuldade na sua aclaração parece-nos, no entanto, quer à luz destes dados quer no seguimento do critério já adoptado em relação a este biografado³³⁵¹, que estamos perante a mesma pessoa. Ainda segundo Frei Timóteo dos Mártires, Gonçalo Pires foi eleito em 1367³³⁵². É crível que de facto tenha ocupado o cargo no final da década de sessenta até porque a 24 de Março de 1370 “Dom Gonçalo Peres” é mencionado como prior de Grijó, dia em que Clara Anes renunciou livremente à razão a que tinha direito no mosteiro bem como aos emprazamentos que trazia de S. Salvador de Grijó, evitando assim um contencioso com o prior e o convento do mosteiro³³⁵³. A sua presença à frente de Grijó é, documentalmente, atestada ao longo das três últimas décadas do séc. XIV figurando o seu nome em diversos documentos referentes à gestão da instituição³³⁵⁴. No dia 24 de Agosto de 1387 esteve presente em Alpendurada, no capítulo que reuniu diversos mosteiros beneditinos e agostinhos das dioceses de Braga e

também o *Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV) – Mosteiro de São Salvador de Grijó*, leitura e transcrição paleográfica de Jorge de Alarcão, revisão do texto, índices e notas de Luís Carlos Amaral, Gabinete de História e Arqueologia de V. N. de Gaia, Câmara de Vila Nova de Gaia, 1986, p.11, bem como Amaral, Luís Carlos, *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV*, Lisboa, Edição Cosmos, 1994, p.148.

³³⁴³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.232.

³³⁴⁴ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.48-48vº.

³³⁴⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.63.

³³⁴⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.81-82.

³³⁴⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.151.

³³⁴⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.1, Docs.12 e 13; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.69.

³³⁴⁹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 85.

³³⁵⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.151.

³³⁵¹ Veja-se o que ficou dito sobre este religioso ao abordarmos a sua passagem por Grijó enquanto cónego do mosteiro.

³³⁵² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.151.

³³⁵³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 9vº-11.

³³⁵⁴ Assim acontece em instrumentos de 1373 (cf. IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.1, Doc.19), em 1377 (cf. IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.2, Doc.2), 1385 (cf. IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.2, Doc.4); Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.69.

Porto³³⁵⁵. A 22 de Junho de 1394 D. Gonçalo Ferreira encontrava-se na igreja de S. Jorge, terra de Santa Maria, onde na companhia de Luís Esteves, cônego e procurador de Grijó, receberam de Domingas Afonso, a título de doação, meio casal em Bertal, freguesia de Lobão³³⁵⁶. Alguns problemas respeitantes a rendas obrigaram este prior a recorrer a Roma, tendo o papa Bonifácio IX, em 1395, colocado sob sua protecção os bens do mosteiro por letras que enviou à Sé do Porto, cujos cônegos foram intermediários no processo³³⁵⁷.

Os registos indicam que o seu priorado se prolongou pelo início do séc. XV, como atestam documentos de 26 de Abril de 1400³³⁵⁸, 1402³³⁵⁹, 1404³³⁶⁰ e 1412³³⁶¹, sendo presumível que tenha falecido por volta de 1413 ou um pouco mais tarde, como adianta Frei Timóteo dos Mártires que coloca o seu falecimento em 1416³³⁶². A este propósito apenas sabemos que D. Gonçalo Ferreira, reunindo em cabido, em Maio de 1405, no Sábado, véspera de Páscoa doou ao mosteiro alguns dos seus bens com a condição de serem celebradas missas de aniversário no dia em que ocorresse o seu óbito³³⁶³.

João Anes – Prior do mosteiro de Grijó. Trata-se de um antigo cônego regrante da comunidade gaiense, que estudou direito canónico durante três anos, e que ocupava as funções de prior claustral antes de ser eleito para o priorado da instituição³³⁶⁴. A sua ascensão ao cargo ocorreu por eleição, na sequência do falecimento do prior Gonçalo Peres Ferreira, tendo o novo prior solicitado ao papa Martinho V, a 14 de Junho de 1418, a confirmação da validade dessa mesma eleição³³⁶⁵, o que parece contrariar a indicação de Frei Timóteo dos Mártires que coloca a sua eleição no ano de 1416³³⁶⁶. De qualquer modo não é de todo inviável a possibilidade de ter sido eleito em 1416 e surgir a solicitar a confirmação dois anos depois, mais a mais tendo em conta o conturbado período que se vivia com o decurso do Concílio de Constança.

A 12 de Junho de 1420 endereçou nova súplica ao papa referente ao mesmo assunto³³⁶⁷. Por súplica de 29 de Outubro de 1421, ficamos a saber que Vasco Peres, anterior cônego de Grijó, e à data prior de Baltar, impetrou o priorado de João Anes, solicitando por isso o prior nova provisão pontifícia a confirmar-lhe a legitimidade do

³³⁵⁵ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N°703, fls. 246-250; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1811, pp. 255-257

³³⁵⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.156-157vº.

³³⁵⁷ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, pp. 55-56.

³³⁵⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.1-2.

³³⁵⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.2, Doc.7; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993, p.69.

³³⁶⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.2, Doc.8; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.69.

³³⁶¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.2, Doc.9; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.69.

³³⁶² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.151.

³³⁶³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.158-160. Também Morais, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana...*, Tomo IV-Vol. 1, 1946, p.200, no seu título de Ferreiras, indica que Gonçalo Ferreira ainda era prior de Grijó pela era de 1443, ou seja ano de 1405.

³³⁶⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.85; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. III (1409-1430), 1969, p.148 (doc.708);

³³⁶⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2 (Súplicas do pontificado de Martinho V), Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, Braga, Livraria Editorial Franciscana, 1982, pp. 85-86.

³³⁶⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.151.

³³⁶⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.274; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.69.

cargo³³⁶⁸. As acusações deste antigo cônego de Grijó para com o novo prior assumem elevado grau de gravidade numa súplica de 18 de Janeiro de 1428, onde o prior de Santa Maria de Baltar volta a pedir o priorado de Grijó acusando João Anes de viver maritalmente com uma concubina no mosteiro há nove anos, de quem tinha filhos, deslocando-se inclusivamente com ela pelas granjas e no exterior do mosteiro³³⁶⁹. Talvez vendo que as suas pretensões não eram atendidas Vasco Peres parece abdicar da intenção de alcançar o priorado-mor do mosteiro, pedindo ao papa, por súplica de 8 de Abril de 1428 o priorado conventual de Grijó³³⁷⁰. O certo é que João Anes, a 26 de Janeiro de 1429 diz que Vasco Peres, conseguiu letras apostólicas no sentido de o privar do priorado, solicitando a nomeação de uma pessoa íntegra para averiguar as acusações de que era alvo³³⁷¹. O certo é que o prior João Anes se manteve à frente do mosteiro até finais de 1442. Além dos diversos episódios de conflituosidade que marcaram o seu governo, o prior viu a sua saúde a degradar-se ao ponto de as dificuldades físicas que sentia o terem levado a solicitar ao papa, a 15 de Novembro de 1442, a nomeação de Martinho Anes, cônego da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães e reitor da igreja de S. Martinho de Sardoura, para o priorado do mosteiro em troca da sua renúncia e de uma pensão anual³³⁷². Tal acabou por não se verificar até porque o prior faleceu no dia 11 do mês seguinte³³⁷³.

D. João Álvares I – Prior de Grijó e Roriz. Foi o sucessor de D. João Anes. Trata-se do primeiro prior comendatário de Grijó, aí colocado por mercê de D. Afonso V de 1442³³⁷⁴. Ainda antes de aceder, em 1443, ao priorado do mosteiro de Grijó já detinha o de S. Pedro de Roriz. O papa Eugénio IV autorizou-o a deter os dois priorados embora se tenha gerado uma forte disputa pela posse de Grijó. Além de Martinho Anes, já indicado pelo anterior prior, surge também envolvido nesta luta o prior de S. Jorge de Coimbra, D. Luís, em virtude de ter sido eleito pelos cônegos de Grijó, solicitando, por súplica de 31 de Agosto de 1443, a confirmação papal dessa eleição³³⁷⁵. Entretanto, e ainda em Julho de 1443 o papa já tinha concedido a D. João Álvares autorização para acumular os dois priorados³³⁷⁶. A sua presença à frente de Grijó está bem documentada. A 1 de Agosto de 1451 o rei concedia ao prior D. João e a dois acompanhantes autorização para que se pudessem deslocar por todo o reino em bestas muars de sela e ferros³³⁷⁷. A sua preocupação em defesa dos direitos e interesses do mosteiro parece-nos inquestionável como facilmente se depreende do pedido que fez para que lhe fossem

³³⁶⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 404-405.

³³⁶⁹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 281-283.

³³⁷⁰ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.293; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.70.

³³⁷¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 370-371.

³³⁷² Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.71.

³³⁷³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.151.

³³⁷⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.151.

³³⁷⁵ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, Grijó, 1993, p.72.

De facto a solicitação da confirmação papal a esta eleição para prior de Grijó é a última notícia que lhe conhecemos. Não sabemos o que sucedeu com este antigo prior de S. Jorge, que já surge à frente do mosteiro conimbricense a 22 de Novembro de 1435 (cf. IAN/TT- Mosteiro de S. Jorge de Coimbra, M.11, Doc.30) e cujo cargo é ainda amplamente documentado no primeiro semestre de 1442 (cf. IAN/TT- Mosteiro de S. Jorge de Coimbra, M.12, Docs.2-4), mas desconhecemos se entretanto abdicou do priorado quando foi eleito para Grijó, se acabou por ficar entre a comunidade gaiense ou se faleceu, o certo é que parece não ter regressado para S. Jorge, uma vez que a 7 de Abril de 1445 o prior de S. Jorge de Coimbra já é D. João Pereira (cf. IAN/TT- Mosteiro de S. Jorge de Coimbra, M.12, Doc.6).

³³⁷⁶ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.72.

³³⁷⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 46, 15^v. Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.65.

dadas cópias de cartas e certidões respeitantes ao mosteiro que se encontravam na Torre do Tombo, e que seriam obtidas a 18 de Junho de 1452 por Vasco Anes, cónego de Grijó, e seu procurador³³⁷⁸ e que constituem o “corpus” daquele que é hoje conhecido por “Livro Preto de Grijó”. A 1 de Junho de 1461 o papa Pio II (1458-1464) incumbiu-o em conjunto com o abade de Santo Tirso e o arcebispo da Sé do Porto de resolverem uma contenda que opunha o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, aos moradores da vila de Viana³³⁷⁹. Também o prior D. João teve de enfrentar problemas no julgado da Feira com o cavaleiro Luís Coelho que cometeu diversos abusos em várias terras do mosteiro, cobrando e apoderando-se indevidamente de produtos dos caseiros do mosteiro de Grijó, acabando por ser julgado à revelia, e obrigado a restituir os bens por sentença proferida por Vasco Gil, juiz do Porto, a 12 de Fevereiro de 1467³³⁸⁰.

A 9 de Dezembro de 1471 encontrava-se no Porto, na companhia de alguns cónegos, onde efectuou um emprazamento de casais no termo da cidade de Coimbra³³⁸¹. Além dos priorados de Grijó e Roriz D. João Álvares também esteve em posse da igreja de S. Martinho de Travanca entre 1472 e 1474, sendo acusado neste último ano pelo cónego Pedro Vasques, pretendente a essa igreja, de estar em posse dela de forma ilegal³³⁸². D. João Álvares renunciou ao priorado de Grijó por súplica de 16 de Agosto de 1476, a favor de João Álvares, clérigo da diocese de Braga, que tinha sido instituído na posse do priorado de S. Jorge de Coimbra, e que ainda não tinha recebido o hábito da Ordem dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, nem sido investido nas Ordens menores³³⁸³. Apesar de resignar a Grijó mantinha em comenda o priorado de S. Pedro de Roriz, no entanto restar-lhe-ia pouco tempo de vida uma vez que nesse mesmo mês de Agosto de 1476 o prior D. João Álvares acabaria por falecer³³⁸⁴.

D. João Álvares II – Prior comendatário dos mosteiros de Grijó, Roriz, S. Jorge e futuro bispo de Silves. João Álvares era bacharel em Decretos e clérigo da diocese de Braga, tendo-lhe sido atribuída a comenda do mosteiro de S. Jorge de Coimbra a 16 de Março de 1475 embora sob a condição de professar na Ordem de Santo Agostinho e ir viver com os cónegos do mosteiro de S. Jorge, situação que acabou por não se verificar³³⁸⁵. Apesar do incumprimento D. João Álvares solicita ao papa, em 1476, que lhe seja atribuída a comenda do mosteiro conimbricense a título vitalício³³⁸⁶. Detinha também em comenda o priorado do mosteiro de S. Pedro de Roriz, da qual abdicou em 1477 a favor do seu irmão Rodrigo Álvares³³⁸⁷. Em Junho de 1480 aparece referenciado como prior e administrador perpétuo dos mosteiros de São Salvador de Grijó e S. Jorge de Coimbra³³⁸⁸, situação que se prolonga até 1486, ano em que é nomeado e confirmado

³³⁷⁸ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.37vº.

³³⁷⁹ Marques José, *Os itinerários do Arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467)*, (Separata da “Revista de História”, Vol. I, Centro de História da Universidade do Porto, 1978), Porto, 1978, p.30.

³³⁸⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.49-52vº.

³³⁸¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.3, Doc.5; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.72.

³³⁸² Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.75.

³³⁸³ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.75. Também o cronista agostiniano diz que este prior renunciou em 1476 (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.151).

³³⁸⁴ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.76.

³³⁸⁵ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, Grijó, Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, 1993, p.78.

³³⁸⁶ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.78.

³³⁸⁷ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.79.

³³⁸⁸ Queirós, Abílio, “Catálogo dos Pergaminhos do Mosteiro de S. Jorge de Coimbra (1264-1578)”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Vols. XXIII e XXIV (2003-2004; 2005-2007),

bispo de Silves³³⁸⁹, acumulando assim, como revela documento de 13 de Setembro de 1486, as funções de bispo com as de prior e administrador perpétuo dos dois mosteiros agostinhos³³⁹⁰. Em 1 de Dezembro de 1486 abdica da comenda do priorado de S. Jorge de Coimbra a favor de D. Fernando Coutinho³³⁹¹ continuando, no entanto, como administrador de Grijó até Abril de 1490, altura em que a comenda deste mosteiro é entregue ao cardeal Alpedrinha³³⁹².

Cardeal Alpedrinha (D. Jorge da Costa) – Prior comendatário do mosteiro de Grijó. Por letras apostólicas de 10 de Abril de 1490 o papa entregava a comenda do mosteiro de Grijó ao cardeal Alpedrinha mas este logo renunciou a favor de Fernando Sequeira, clérigo de Lisboa e seu familiar, ficando a receber uma pensão anual dos rendimentos do mosteiro³³⁹³.

Fernando de Sequeira – Prior do mosteiro de Grijó e futuro bispo de Safim. Tornou-se comendatário de Grijó pela renúncia que o cardeal Alpedrinha fez a seu favor da comenda do mosteiro agostinho³³⁹⁴. Apesar disso era condição que tal benefício só se efectivasse a partir do momento em que Fernando de Sequeira tomasse o hábito dos cônegos regrantes em Grijó, o que viria a suceder, encontrando-se em Setembro de 1491 já em plena posse do mosteiro surgindo aí como prior de Grijó³³⁹⁵. A partir dessa altura aparece referenciado em diversos documentos da instituição, respeitantes às mais diversas vertentes da sua gestão. Em 1499 retirou Diogo Barreto, cônego do mosteiro de Grijó, da ermida de Vagos, colocando no seu lugar Gonçalo Gil, sacerdote da diocese de Coimbra³³⁹⁶. A 4 de Março de 1501 é dada sentença favorável ao mosteiro por Afonso Rodrigues, bacharel em Direito e vigário geral por D. Diogo de Sousa, bispo do Porto, sendo o mosteiro representado pelo procurador geral João do Couto, num processo em que eram Autores o prior do mosteiro de Grijó e o convento contra Álvaro Mendes, lavrador, morador em Mozelos, e filho de Mendo Afonso, clérigo de missa, por causa do casal que o mosteiro emprazou da igreja de Sandim, sendo considerado nulo o contrato por não ter sido feito no mosteiro e o procurador não possuir os necessários poderes para o efectuar³³⁹⁷. Deteve também em comenda a igreja de S. João da Madeira, à qual abdicou em 1505³³⁹⁸. A 27 de Abril de 1506 foi nomeado bispo de Safim³³⁹⁹,

Coimbra, 2007, p.55. A 19 de Outubro de 1485 continua a aparecer “Dom Joham prior e manistrador dos mosteiros de egrejoo do bispado do Porto e do mosteiro de Sam Jorge” (cf. Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.140; Gomes, Saul António, “Os cônegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.262.

³³⁸⁹ Nomeado por bula de 27-01-1486 (cf. Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.80), D. João Álvares ou D. João Camelo, ficaria à frente do bispado de Silves até 1502 (cf. Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, actualizada pelo P. Artur Roque de Almeida, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.296).

³³⁹⁰ Aí surge intitulado: “Dom Joham emleito e confirmado no bispado de Silves e prior e menistrador perpetuu dos mosteiros de Egrijoo e de Sam Jorge” (cf. Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.173vº). Documento também referenciado por Queirós, Abílio, “Catálogo dos Pergaminhos do Mosteiro de S. Jorge de Coimbra (1264-1578)”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Vols. XXIII e XXIV (2003-2004; 2005-2007), Coimbra, 2007, p.59.

³³⁹¹ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.80.

³³⁹² Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.82.

³³⁹³ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.39.

³³⁹⁴ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.39.

³³⁹⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.3, Doc.11; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.82.

³³⁹⁶ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.39.

³³⁹⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fl.110-112vº.

³³⁹⁸ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.83.

mantendo-se na mesma como prior de S. Salvador de Grijó. Nesse mesmo ano de 1506 foi-lhe concedida também a igreja de S. Paulo de Maças de Dona Maria, igreja do padroado do mosteiro³⁴⁰⁰. A 18 de Dezembro de 1509 é efectuada uma permuta entre D. Fernando de Sequeira, prior de Grijó e simultaneamente bispo de Safim e D. Pedro Vaz, prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e bispo da Guarda, passando para o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra propriedades que Grijó possuía em Verride, Coimbra e S. Paulo de Maças de Dona Maria, em troca de propriedades que o mosteiro conimbricense detinha em S. Pedro de Fins e no couto das Aradas³⁴⁰¹. D. Fernando de Sequeira manter-se-ia até ao início de 1512, altura do seu falecimento³⁴⁰², à frente de Grijó, onde seria substituído por D. João Sotil, após solicitação ao papa pelo rei D. Manuel I, em súplica de 26 de Fevereiro de 1512³⁴⁰³. De registar que dois dias após esta súplica o corregedor da Beira, Lopo Fernandes, surge no mosteiro de Grijó por mandado do monarca onde elaborou um inventário referente aos objectos e rendas do mosteiro³⁴⁰⁴.

D. João Sotil - Prior comendatário do mosteiro de Grijó. Por carta de 8 de Março de 1512 João de Faria dá conta ao rei da sua chegada a Roma e da entrevista que já tinha tido com o papa dizendo-lhe que o sumo pontífice acedera ao pedido do rei para que João Sotil fosse empossado no bispado do Safim e no mosteiro de Grijó, faltando apenas passar as respectivas bulas de nomeação e confirmação³⁴⁰⁵. A 21 de Maio de 1516 aparece intitulado “Senhor Bispo Dom Joam Suttill dom prior do dito mosteiro e provedor mor do hospital de Sanctos de Lisboa”, altura em que parece delegar grande parte da gestão do mosteiro no cónego Jorge Correia, uma vez que este é aí identificado como feitor do mosteiro³⁴⁰⁶. Documentos de 1519 continuam a confirmá-lo no cargo³⁴⁰⁷, de resto manter-se-ia como comendatário de Grijó até 1536, ano do seu falecimento, sendo então o mosteiro entregue à Congregação de Santa Cruz, cuja reforma estava em curso por Frei João Brás, mudando-se o mosteiro de sítio, decisão para a qual o papa Paulo VI deu a devida autorização³⁴⁰⁸. O bispo de Safim faleceu em Abril encontrando-se ainda a Sé-Vagante a 26 de Outubro de 1536 porque não se tinha provido qualquer novo prior³⁴⁰⁹.

³³⁹⁹ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.83.

³⁴⁰⁰ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.83.

³⁴⁰¹ Coelho, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, Vol.I, p.57 (nota1); Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, pp. 56, 84-85.

³⁴⁰² Segundo os cronistas agostinianos o óbito de D. Fernando ocorreu no dia 15 de Fevereiro de 1512 (cf. Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, Primeira Parte, Livro VI, cap.III, p.286; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.151).

³⁴⁰³ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, pp. 56, 84-85.

³⁴⁰⁴ IAN/TT- Corpo Cronológico, Parte II, M.30, N.201.

³⁴⁰⁵ *Corpo Diplomático Portuguez...*, Tomo I, 1862, pp.146-148; *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias*, ordenado e composto pelo Visconde de Santarem, continuado e dirigido pelo sócio da Academia Real das Sciencias de Lisboa Luiz Augusto Rebello da Silva, Tomo X – Secção XVII (Relações políticas e diplomaticas entre Portugal e a Curia de Roma), Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1866, p.170.

³⁴⁰⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 101vº-102vº.

³⁴⁰⁷ Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.263.

³⁴⁰⁸ Cardoso, Jorge, *Agilógio Lusitano*, Tomo II, 2002, p.345.

³⁴⁰⁹ Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras...*, edição crítica por Mário Fiúza, Vol.2, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p.552.

1.3.5. - São Salvador de Lordelo (c. Paredes)

D. Martim Pais – Prior do mosteiro de Lordelo. Era o prior da comunidade de Lordelo a 5 de Julho de 1292, dia em que o bispo do Porto, D. Vicente, confirmou o pároco de Frazão apresentado pelo prior de Lordelo e pelo abade de Santo Tirso³⁴¹⁰. Desconhecemos até quando se estendeu o seu priorado mas é admissível que se tenha prolongado pelo início do século XIV.

D. Geraldo Domingues – Prior do mosteiro de Lordelo. Temos poucas informações do seu priorado, sabemos apenas que ocupava o cargo de prior mor no início da segunda década de trezentos como revelam instrumentos de 10 de Novembro de 1311³⁴¹¹ e 26 de Abril de 1312³⁴¹².

D. João Domingos – Prior do mosteiro de Lordelo. Já era “prior do mosteyro de Lordelo da Ordem de Santo Agustinho” a 24 de Novembro de 1329³⁴¹³.

D. Diogo Rodrigues – Prior do mosteiro de Lordelo. Em 1478 este prior fez uma composição com João Gonçalves do Couto, senhor de Pena Maior, sobre os casais de Sirro localizados nessa freguesia, acordo que foi validado por Pedro Anes Machucho, vigário geral do bispo do Porto³⁴¹⁴.

1.3.6. - S. Salvador de Moreira da Maia (c. Maia)

Domingos de Deus – Prior do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia.

Segundo Frei Timóteo dos Mártires, Domingos de Deus foi eleito prior de Moreira da Maia em 1283³⁴¹⁵ conservando-se no cargo durante cerca de vinte anos, embora o seu priorado tenha sido, aparentemente, intercalado pelo de João Pires. Pelo menos é nessa qualidade que este último prior faz uma convenção com o bispo do Porto, D. Sancho Pires (1296-1300), por sinal seu tio³⁴¹⁶, a 5 de Julho de 1298, segundo a qual o mosteiro de Moreira ficava com a apresentação das igrejas de Perafita, Santa Maria de Vila Nova, S. Cosme de Gemunde e S. João de Mindelo, cedendo ao bispo as igrejas de S. Félix e Santa Marinha de Retorta³⁴¹⁷. É muito provável que este João Pires, apesar de referenciado como prior, seja apenas o prior claustral.

³⁴¹⁰ Correia, Francisco Carvalho, *O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588*, Vol. II (Apêndices), Câmara Municipal de Santo Tirso, 2009, p.211.

³⁴¹¹ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.85; Cruz, António, *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Dissertação de licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1938, p.186 (doc. LXXXIX).

³⁴¹² Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.85.

³⁴¹³ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.134; Cruz, António, *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Dissertação de licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1938, p.197 (doc. CXI). Extracto também reproduzido por Correia, Francisco Carvalho, *O mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588*, Vol. II (Apêndices), Câmara Municipal de Santo Tirso, 2009, p.241

³⁴¹⁴ Cunha, D. Rodrigo da, *Catálogo e Historia dos Bispos do Porto*, Porto, 1623, II parte, p. 266; Ferreira, Cónego José Augusto, *Memorias Archeologico-historicas da cidade do Porto (Fastos Episcopaes e Politicos) Séc. VI-Sec. XX*, Tomo II, Braga, Cruz & Companhia-Editores, 1924, pp. 52-53.

³⁴¹⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.24.

³⁴¹⁶ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. II, p.276; Tavares, Maria Otília Nunes, *Mosteiro de Moreira da Maia -Subsídios para a sua história*, Coimbra, 1957, p.24.

³⁴¹⁷ Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Tomo V, Lisboa, 1836, p.24. A propósito desta permuta Santa Maria, D.

De qualquer modo, e não obstante esta possível interrupção, é Domingos de Deus quem está à frente dos destinos do mosteiro no render da centúria e no início do século XIV. De facto, é ele o prior a 24 de Julho de 1295, altura em que corria uma contenda com os moradores do couto de Gemunde³⁴¹⁸, bem como a 10 de Abril de 1300, dia em que o mosteiro de Moreira da Maia e os freires de Leça travam uma contenda com o cavaleiro Fernão Aires do Vale, acusando-o de fazer casa de morada em Cambados, no couto de Moreira³⁴¹⁹. Mas o último registo documental onde é mencionado, e único para o século XIV, data de 17 de Maio de 1302, outra contenda, desta feita com o cavaleiro João Fernandes³⁴²⁰.

Martim Peres – Prior do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia.

O primeiro documento que faz referência a este prior é de 17 de Julho de 1307, altura em que “Maria Periz morador[a] em Vilarinho meteu don Martim Periz priol de Moreyra en posse de todo herdamento que ela avya e de dereito devya a aver en Vilarinho na fregesia de San Pero d’Aveoso”³⁴²¹.

A partir deste ano, e pelo menos até ao início da década de vinte³⁴²², aparece referenciado de forma assídua e ininterrupta³⁴²³ na documentação do mosteiro, embora o seu priorado se estenda até 1327³⁴²⁴. Durante o seu governo teve de superar alguns problemas de carácter económico com que a instituição se debatia tendo, nesse sentido, contraído um empréstimo avultado perante o chantre da Sé do Porto em 1309 “pera mantymto e defendemento do dicto moesteiro”³⁴²⁵. Apesar das dificuldades a sua gestão parece ter sido bastante diligente, preocupando-se com a defesa dos direitos e bens patrimoniais, mesmo que isso tenha implicado o seu envolvimento em várias contendas³⁴²⁶ quer com senhores laicos quer com eclesiásticos. Uma das mais importantes e mais longas foi sem dúvida a que opôs o mosteiro a Maria Anes, mulher do falecido Fernão Aires do Vale, e seus filhos, questão essa que já se arrastava desde os finais do século XIII e que não ficou resolvida no priorado de Domingos de Deus, e de que há registos entre 24 de Agosto de 1310³⁴²⁷ e 13 de Dezembro de 1312³⁴²⁸. Seguiram-se outras contendas, como a que opôs o mosteiro a D. Elvira e ao abade de Santo Tirso, documentada a 15 de Dezembro de 1318³⁴²⁹ e a que envolveu o mosteiro com o mordomo de Azurara e Pindelo em finais do ano seguinte³⁴³⁰. O prior Martim Peres teve, inclusivamente, que enfrentar o bispo do Porto, Fernando Ramires (1314-

Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. II, p.278. Já Cunha, D. Rodrigo da, *Catálogo e Historia dos Bispos do Porto*, Porto, 1623, II parte, p.109, não cita S. Maria de Vila Nova.

³⁴¹⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 9, Doc.50; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 155-156.

³⁴¹⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 9, Doc.55.

³⁴²⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.1.

³⁴²¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.3. Também Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.24, o regista no ano de 1307, embora com o nome de Martinho Paes.

³⁴²² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.21.

³⁴²³ Não encontramos, na documentação que analisámos, qualquer referência ao prior Estêvão Geraldês para os anos de 1309 e 1312 conforme informação de Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.24.

³⁴²⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.28.

³⁴²⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.5.

³⁴²⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Docs. 8;12;13;16 A-1;19;20.

³⁴²⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.8.

³⁴²⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.13.

³⁴²⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.16 A-1.

³⁴³⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.19.

1322), que pretendia destitui-lo do priorado³⁴³¹. Em relação a este conflito entre o bispo e o prior pouco sabemos: desconhecemos quando se iniciou, os motivos que o originaram, qual o seu desfecho e se foi ou não solucionado ainda durante o bispado de Fernando Ramires.

A 8 de Janeiro de 1322 Martim Peres faz doação ao mosteiro de Moreira do seu casal de Vilarinho de Jusão ficando os frades obrigados a cantarem-lhe, anualmente, três missas³⁴³² pela sua alma e pela daqueles que lhe deixaram o casal. Perante esta atitude é provável que Martim Peres já fosse idoso ou então que se encontrasse com algum achaque e pressentisse o aproximar da sua vida terrena, de qualquer modo é curioso verificar-se a ausência de referências ao prior na documentação para o triénio seguinte a esta doação. Assim, e depois de 1322, os primeiros documentos a referenciar o prior de Moreira são de 1325, o primeiro datado de 8 de Julho³⁴³³ e o segundo de 14 de Dezembro³⁴³⁴, surgindo aí novamente Martim Peres como prior do mosteiro. Neste último, aparece-nos o “relegioso e honesto dom Martim Perez priol do moesteiro de Moreira e Martim Perez priol crasteiro” juntamente com o convento, a revogarem todas as cartas de apresentação que o mosteiro tinha concedido³⁴³⁵.

A última referência documental a Martim Peres como prior do mosteiro data de 15 de Outubro de 1327³⁴³⁶, terminando o seu priorado, muito provavelmente, nos primeiros meses de 1328, uma vez que em Maio de 1328 é eleito um novo prior do mosteiro³⁴³⁷. Aqui poder-se-á levantar a questão se este Martim Peres não será o que surge mencionado como prior claustral em 1425? Não deixa de ser uma possibilidade em aberto, até porque não voltamos a encontrá-lo na documentação de Moreira, de qualquer modo também é possível que estejamos perante o mesmo prior que temos vindo a tratar, e é por essa hipótese de trabalho que aqui enveredamos.

Martim de Bem – Provável prior do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia.

A única referência que temos ao prior Martim de Bem é um registo de 21 de Maio de 1328 relacionado com o processo da sua eleição³⁴³⁸. Essa eleição deveria ser recente porque nesse dia os cónegos João Martins e Martim Domingues, em representação do prior crasteiro e do convento, solicitam-lhe que confirme a sua disponibilidade para o cargo de prior, para o qual havia sido eleito³⁴³⁹. Desconhecemos se de facto chegou a assumir o cargo, até porque existe um hiato documental de quase dois anos e meio, o que não nos permite conhecer o desenlace dessa acção. Frei Timóteo dos Mártires não faz qualquer referência a este prior³⁴⁴⁰ o que, naturalmente, não significa que não tenha exercido o cargo, de qualquer modo, e no caso de tal se ter verificado, sabemos que o seu priorado foi, indiscutivelmente, curto, uma vez que a 27 de Outubro de 1330 o prior do mosteiro de Moreira já é Martim Geraldês³⁴⁴¹.

³⁴³¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.20.

³⁴³² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.21.

³⁴³³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.24.

³⁴³⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.25.

³⁴³⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.25.

³⁴³⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.28.

³⁴³⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.29.

³⁴³⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.29.

³⁴³⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.29.

³⁴⁴⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.24-25.

³⁴⁴¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.30.

Martim Geraldês – Prior do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Aparece mencionado pela primeira vez como prior num documento de 27 de Outubro de 1330³⁴⁴², dia em que foram arrendados a Martim Domingues, mercador do Porto, e a sua mulher Margarida Domingues dois casais em Parada, freguesia de S. Martinho de Guilhabreu, por um período de cinco anos³⁴⁴³. É provável que o seu priorado se tenha iniciado ainda em 1328 ou 1329, portanto um ou dois anos antes da data deste primeiro documento, no entanto a documentação não nos permite confirmá-lo. É também admissível que estejamos perante um antigo cónego da comunidade de S. Salvador de Moreira da Maia de que só temos indicações concretas para o início do séc. XIV e que surge referenciado como frade de Moreira em 1302³⁴⁴⁴ sendo posteriormente confirmado como reitor da igreja de São Mamede de Perafita a 28 de Janeiro de 1304³⁴⁴⁵.

O priorado de Martim Geraldês fica indubitavelmente marcado pela perda da jurisdição no couto do mosteiro em 1336³⁴⁴⁶ e por algumas querelas com senhores locais e com a própria comunidade monástica. Por um documento de 7 de Fevereiro de 1334, sabemos que há uma contenda entre o prior e Lourenço Esteves, abade da Labruja, por causa da confirmação dessa igreja³⁴⁴⁷.

Ainda no ano de 1334 é solucionada uma contenda que opunha o mosteiro ao nobre Rui Martins Boi Louro que era acusado de filhar, indevidamente, palha e verças no couto do mosteiro³⁴⁴⁸. Também a 3 de Novembro de 1340 o bispo de Braga sentencia uma contenda que opunha o mosteiro a Fernão Martins Bocado, testamenteiro de Fernão Anes Bocado, por causa de um casal em Freixieiro, com a decisão final ir ao encontro das pretensões de Moreira da Maia³⁴⁴⁹. Também a nível interno este prior teve de enfrentar alguns problemas, como no-lo demonstra um documento de 16 de Novembro de 1341, onde ficaram registadas algumas queixas dos frades, que acusavam o prior de adulterar as rações de pão e vinho a que os cónegos tinham direito³⁴⁵⁰. O conflito é resolvido através de uma composição entre as partes, baseada nos costumes do mosteiro.

As últimas indicações que conhecemos a Martim Geraldês, como prior de Moreira, datam de 1345. A 8 de Janeiro desse ano é testemunha de um acto³⁴⁵¹ e a 21 de Maio empossa, juntamente com o convento, os cónegos João Martins e Domingos Domingues Gontão como procuradores especiais para, entre outras coisas, escambarem alguns bens com a bailia de Leça³⁴⁵².

João Martins – Prior do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. A primeira referência a João Martins como prior mor de Moreira é-nos dada por um documento de

³⁴⁴² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.30. Também Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.25, regista a sua memória no ano de 1330.

³⁴⁴³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.26.

³⁴⁴⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.1.

³⁴⁴⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.2.

³⁴⁴⁶ *Chancelarias Portuguesas - D. Afonso IV*, vol. III, 1992, pp. 97-99; Carvalho, José Vieira de, *O Mosteiro de S. Salvador de Moreira – Instituição Valorizadora da Terra da Maia*, Maia, 1969, pp. 40-42.

³⁴⁴⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.34.

³⁴⁴⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.36.

³⁴⁴⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.40.

³⁴⁵⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.41.

³⁴⁵¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.1.

³⁴⁵² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.2.

11 de Setembro de 1347³⁴⁵³, dia em que o prior comparece perante o juiz da Maia, juntamente com Martim Martins de Guidões, mostrando ao juiz um documento de empraçamento do casal de São João de Guidões feito a 5 de Novembro de 1324, ou seja ainda durante o priorado de Martim Peres. Trata-se de um prior com o percurso religioso feito dentro da comunidade maiata³⁴⁵⁴, surgindo já como cônego de Moreira em 1328³⁴⁵⁵.

A 2 de Julho de 1348 aparece João Martins, juntamente com Domingos Anes, prior crasteiro de Moreira, a empraçarem o casal do Mido, na freguesia de São Mamede de Perafita, a Lourenço Francisco e a Margarida Domingues³⁴⁵⁶.

A 21 de Setembro de 1348, o prior João Martins faz doação ao mosteiro de Moreira de metade do casal de Vila Verde, com a condição de lhe rezarem três missas anuais³⁴⁵⁷. Sendo assim, e face às provas documentais, não poderia ter falecido a 7 de Agosto de 1347 como adianta Frei Timóteo dos Mártires³⁴⁵⁸, tendo provavelmente perecido em finais de 1348 ou já durante o ano de 1349.

O priorado de João Martins foi muito curto, não devendo ter ultrapassado os dois anos, porque a 17 de Setembro de 1349 já aparece como prior Domingos Anes³⁴⁵⁹.

Apesar da fugacidade do seu priorado não conseguiu evitar quezílias com a comunidade monástica, repetindo-se uma situação já verificada durante o priorado de Martim Geraldês. A 28 de Maio de 1348 os frades, liderados pelo prior crasteiro, certamente Domingos Anes, queixavam-se a João de Ponte, vigário geral do bispo D. Pedro Afonso (1343-1357)³⁴⁶⁰, que o prior e os seus homens lhes aguavam abusivamente o vinho quer no lagar quer na cuba³⁴⁶¹ desrespeitando a composição estabelecida entre os frades e o prior Martim Geraldês em 1341³⁴⁶².

Domingos Anes – Prior do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. À semelhança do que terá sucedido com João Martins também Domingos Anes antes de ser prior mor foi prior crasteiro, aparecendo apenas citado uma vez nessas funções, justamente num empraçamento feito no mosteiro de Moreira a 2 de Julho de 1348³⁴⁶³.

É muito provável que tenha sido o arauto dos frades nas queixas apresentadas ao emissário do bispo do Porto contra o prior mor de Moreira a 28 de Maio de 1348, envolvendo as rações a que o mosteiro tinha direito, mas essa é apenas uma forte hipótese que o documento não confirma porque faz apenas referência ao prior crasteiro sem nunca o identificar³⁴⁶⁴.

A 17 de Setembro de 1349 aparece-nos pela primeira vez “Domingos Anes priol do mosteiro de Moreira e o convento do dicto mosteiro juntos em cabido por malhos

³⁴⁵³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.23. Também Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.25, regista a sua memória no ano de 1347.

³⁴⁵⁴ Consulte-se a este propósito os dados biográficos respeitantes a este cônego.

³⁴⁵⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.29.

³⁴⁵⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.5.

³⁴⁵⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.6.

³⁴⁵⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.25.

³⁴⁵⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.9. A leitura da data deste documento levantou-nos algumas dúvidas.

³⁴⁶⁰ Oliveira, P. Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, 1994, p.309.

³⁴⁶¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.4.

³⁴⁶² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.41.

³⁴⁶³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.5.

³⁴⁶⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.4.

tangidos³⁴⁶⁵ em reunião destinada a emprazar a Martim Martins e a sua mulher, Maria Domingues, o casal e o pombal que o mosteiro tinha na aldeia de Perafita³⁴⁶⁶.

A partir de 1349 o nome de Domingos Anes integra frequentemente a documentação respeitante ao mosteiro de Moreira da Maia, surgindo identificado como prior nos inúmeros emprazamentos feitos durante o seu priorado³⁴⁶⁷. De entre estes poder-se-á destacar o contrato de emprazamento feito a 26 de Junho de 1380, respeitante à pitaça de Santa Maria, ao cónego João Anes, instituindo-o de todos os poderes necessários para a demandar e obter em troca de 20 libras anuais, em dinheiros portugueses³⁴⁶⁸.

O seu longo priorado ficou também marcado por algumas contendas, todas elas relacionadas com a defesa dos direitos e interesses do mosteiro. São exemplo disso as relacionadas com a pitaça de Santa Maria, de que se conhecem sentenças de 12 de Abril de 1354³⁴⁶⁹. A 5 de Setembro de 1356 Domingos Anes protesta contra a interferência do bispo do Porto no processo de apresentação do abade para a igreja de Vila Nova³⁴⁷⁰, situação que acaba por se resolver ainda nesse mesmo mês³⁴⁷¹.

A nível interno também se verificam alguns conflitos, mormente com João de Bouças, cónego do mosteiro e abade de S. João de Mindelo, correndo contenda a 5 de Maio de 1380 entre as partes, por causa do incumprimento no pagamento das rendas da vinha do convento que andava emprazada ao cónego³⁴⁷², embora já a 20 de Fevereiro de 1371 existam desentendimentos entre este cónego e o prior³⁴⁷³. O priorado de Domingos Anes fica também marcado pelas numerosas doações e renúncias dos direitos que os naturais e padroeiros de S. Salvador da Maia aí detinham³⁴⁷⁴, embora isso não invalide a ocorrência de conflitos como o registado a 13 de Novembro de 1368, em que Mafalda Martins, que se considerava natural do mosteiro aí penhorou, indevidamente, alguns bens, através do seu procurador Gonçalo Martins³⁴⁷⁵. Esta questão dos abusos dos padroeiros já tinha merecido a intervenção régia com D. Pedro a ordenar a 27 de Maio de 1363, aos juízes da Maia que não consentissem que os padroeiros e naturais do mosteiro de Moreira penhorassem e tomassem para si os direitos, comeduras e coisas do mosteiro³⁴⁷⁶.

O derradeiro documento em que Domingos Anes aparece referenciado como prior de Moreira data de 29 de Dezembro 1382, dia em que empraza, juntamente com o convento, a Domingos Martins de Gontão e a Domingas Peres, sua mulher, e a um filho ou filha, o casal de Gontão³⁴⁷⁷. É provável que o seu priorado se estenda para além do deste ano de 1382, mas independentemente disso, ele é inquestionavelmente o de maior longevidade para o séc. XIV, atravessando três reinados.

³⁴⁶⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.9. Também Mártires, Frei Timóteo dos, Crónica de Santa Cruz, Tomo III, 1960, p.25, refere “a sua memoria pellos annos de 1349”.

³⁴⁶⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.9.

³⁴⁶⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Docs.9,11,12,17,18,19,21,22,23,24,34, 35,41; M. 12, Docs.1,3,4,7,11,12,13,16,19,23,30.

³⁴⁶⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.18.

³⁴⁶⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Docs.31-B, 32.

³⁴⁷⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.39.

³⁴⁷¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.17.

³⁴⁷² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 9-A, Maço 5, nº 232.

³⁴⁷³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.9.

³⁴⁷⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Docs.8,13,15,16,25,26,28,36,37,40, M. 12, Doc.5. A este propósito veja-se as relações entre o mosteiro e os senhores laicos.

³⁴⁷⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.8.

³⁴⁷⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.6.

³⁴⁷⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.23.

D. Domingos Cibrães – Prior do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Trata-se, muito provavelmente, do mesmo religioso que aparece identificado como cónego do mosteiro de Moreira e abade de Vila Nova na década de cinquenta³⁴⁷⁸.

Desconhecemos a data de início do seu priorado, até porque a documentação que nos chega para a última vintena do século XIV, respeitante a esta casa monástica, é relativamente escassa, sendo que entre o final de 1382 e 1389 não temos referência a qualquer prior. É crível que seja o sucessor de Domingos Anes, e que tenha ascendido ao priorado antes de 1389, mas só é documentado pela primeira vez no cargo a 15 de Junho desse ano, dia em que é proferida sentença referente à contenda que opõe o convento ao pitanceiro e cónego do mosteiro João Anes Delgado³⁴⁷⁹. A 25 de Abril de 1391 recebe, no mosteiro de Moreira, Gonçalo Pires, tabelião da Maia, que aí faz o traslado de dois emprazamentos que o mosteiro celebrara com Julião Domingues e sua mulher, Margarida Martins, corria o ano de 1355³⁴⁸⁰.

A 13 de Fevereiro de 1392 empraza, juntamente com o convento, ao cónego Pedro Anes a vinha do convento³⁴⁸¹, vinha essa que tinha estado na origem de uma contenda entre o prior Domingos Anes e o cónego João de Bouças³⁴⁸². A 17 de Novembro de 1392 o prior escamba com os cónegos Vasco Anes, João Anes e Pedro Domingues, o casal da mesa prioral, chamado de casal de Outeiro, situado em Gemunde, pelo casal da Carvalhã que os cónegos tinham na aldeia da Póvoa³⁴⁸³.

Domingos Cibrães continua a aparecer como “priol maior do mosteiro de Moreira”³⁴⁸⁴ até ao início do século XV, sendo documentado como tal a 2 de Julho de 1393³⁴⁸⁵, a 15 de Setembro de 1400³⁴⁸⁶, a 24 de Janeiro de 1403³⁴⁸⁷ e a 21 de Março de 1403³⁴⁸⁸. Nesta última data, que corresponde à derradeira referência documental que lhe conhecemos, “Dom Domingos Cibraez priol” e o seu convento, emprazam, no mosteiro de Moreira, a Álvaro Anes, a sua mulher, Clara Antoninha, e a um filho de ambos, um casal na aldeia de Vila Nova da Telha³⁴⁸⁹. E se não dispomos de elementos que nos permitam traçar com segurança o início do seu priorado o mesmo sucede com o seu término, sendo certo que ocorreu entre Março de 1403 e o início de 1408, uma vez que em Fevereiro de 1408 o prior de Moreira já é Fernão Martins³⁴⁹⁰, embora e a confirmarem-se as indicações de Frei Timóteo dos Mártires que identifica um Pedro Anes como prior do mosteiro em 1405³⁴⁹¹ essa data possa ser automaticamente reduzida.

D. Pedro Anes – Provável prior do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Frei Timóteo dos Mártires identifica Pedro Anes como prior de Moreira, colocando-o, em termos cronológicos, nesse cargo por volta de 1405³⁴⁹², o que sendo perfeitamente plausível, não deixa de nos merecer bastantes dúvidas. Além de não termos encontrado

³⁴⁷⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.10; M. 10, Doc.17

³⁴⁷⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.28. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.25, também regista a referência a este prior em 1389.

³⁴⁸⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.30.

³⁴⁸¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, n.31.

³⁴⁸² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 9-A, Maço 5, n° 232.

³⁴⁸³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, n.32.

³⁴⁸⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, n.33.

³⁴⁸⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, n.33.

³⁴⁸⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, n.35.

³⁴⁸⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 13, Doc.1.

³⁴⁸⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 13, Doc.2.

³⁴⁸⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 13, Doc.2.

³⁴⁹⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.2A.

³⁴⁹¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.25.

³⁴⁹² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.25.

a confirmação através de qualquer prova documental para esta indicação do cronista agostiniano, a curta duração deste presumível priorado parece também levantar algumas dúvidas sobre a sua real existência, mais a mais tratando-se de um religioso, à partida, trazido de uma outra canónica.

D. Fernão (Fernando) Martins – Prior do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. A 25 de Fevereiro de 1408 já “Fernam Martinz priol do moesteiro de Sam Salvador de Moreiira” surge, em conjunto com o seu convento, a celebrar um contrato de emprazamento no mosteiro maiato³⁴⁹³. É muito provável que tenha sucedido a Domingos Cibrães, embora e como já vimos atrás, haja a possibilidade de ter existido um prior intermédio³⁴⁹⁴.

Fernão Martins é, aparentemente, um religioso exterior à comunidade, o que é perfeitamente compreensível se tivermos em conta que Moreira da Maia não mostrou capacidade de regeneração ao longo das décadas antecedentes, surgindo-nos praticamente os mesmos religiosos, o que significa o inevitável envelhecimento da comunidade. A 24 de Abril de 1412 Fernão Martins comprometeu-se a entregar aos cónegos uma teiga de trigo em Soutelo, freguesia de Santa Maria de Vilar, e uma teiga de milho pelo casal de Martim Simões, na freguesia de Mindelo, pão que o prior dava aos cónegos para ajuda da avença do convento³⁴⁹⁵. O seu priorado revelar-se-ia bastante longo, acompanhando praticamente toda a primeira metade de quatrocentos, e apesar de não abundar a documentação para esse período ela é, contudo, segura no que respeita à sua presença na titularidade do cargo. Surge referenciado como tal em 1419³⁴⁹⁶, 1433³⁴⁹⁷, 1434³⁴⁹⁸. D. Fernão Martins ainda era prior de S. Salvador de Moreira da Maia a 2 de Outubro de 1448 como revela um emprazamento feito nesse dia, no claustro do mosteiro de Moreira³⁴⁹⁹.

Fernando Álvares - Prior do mosteiro de S. Salvador de Moreira. “O rellegioso Fernando Alvarez prioll do moesteiro de Sam Salvador de Moreira do bispado do Porto” recebeu, com a respectiva licença do seu vigário, ordens de Epístola no dia 24 de Fevereiro de 1453, em Braga³⁵⁰⁰. Nessa mesma cidade recebe ordens de Evangelho no dia 17 de Março de 1453³⁵⁰¹. Este prior era irmão de João Pires, que ocupava o abaciado de Vilar de Porcos em 1480³⁵⁰², igreja onde o mosteiro tinha o direito de apresentação. Apesar de espaçadas temos indicações documentais que confirmam a presença de Fernando Álvares à frente de Moreira da Maia nas décadas seguintes, indicações essas também extensíveis a alguns dos seus serviços, de onde poderemos destacar, face ao insólito da situação, João da Maia, barbeiro, e criado do prior de Moreira, a quem D.

³⁴⁹³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.2A.

³⁴⁹⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.25.

³⁴⁹⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.3.

³⁴⁹⁶ Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.210.

³⁴⁹⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.7A.

³⁴⁹⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.8.

³⁴⁹⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.9.

³⁵⁰⁰ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 24, fl.32; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.196. Frei Timóteo dos Mártires também referencia este prior, dizendo que há memória da sua presença à frente desta canónica em 1456 (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.25), o que de facto se verifica, sendo agora, à luz destes novos elementos, possível recuar a data de início do seu priorado.

³⁵⁰¹ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 24, fl.39; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.200.

³⁵⁰² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.15a; 16.

Afonso V concedeu carta de perdão, a 7 de Setembro de 1471, em virtude de este ter ferido, propositadamente, no rosto, a Maria Gomes Carneira³⁵⁰³.

Quanto ao prior-mor surge indicado no cargo a 30 de Novembro de 1466, dia em que foi efectuado um emprazamento no mosteiro³⁵⁰⁴, aparecendo nova notícia do prior “dom Fernand’ Alvarez” em 1476³⁵⁰⁵, ou seja cerca de dez anos volvidos. A 4 de Março de 1480 este prior juntamente com o seu convento efectuam dois emprazamentos no mosteiro de Moreira, um a Senhorinha Afonso, ao seu sobrinho, Martim Vasques, e a uma terceira pessoa a nomear do casal do “Marmoural” na freguesia de Mindelo³⁵⁰⁶ e um outro ao lavrador João Pires e a duas outras pessoas a nomear, de dois casais e meio na Aldeia Velha de Real, freguesia de Santa Maria de Vilar³⁵⁰⁷. A sua presença à frente do priorado de Moreira da Maia vai estender-se até à primeira metade da década de noventa, sendo documentado no cargo por instrumentos de 1488³⁵⁰⁸, 1489³⁵⁰⁹, 1490³⁵¹⁰ e 1493³⁵¹¹. Este é, de resto, o último documento que o menciona no lugar, tratando-se de um emprazamento feito em três vidas ao lavrador João Anes, a sua mulher Inês Lopes e a um filho deles, efectuado no mosteiro de Moreira, a 1 de Março de 1493, e referente ao casal da Póvoa, situado na freguesia de Vilar de Porcos onde os foreiros já viviam³⁵¹². Fernando Álvares faleceu entre esta última data e Agosto de 1495, altura em que já surge como prior do mosteiro D. João do Porto³⁵¹³, sendo por isso facilmente aceitável a data apresentada por Frei Timóteo dos Mártires que coloca a ocorrência do seu óbito a 2 de Novembro de 1494³⁵¹⁴.

D. João do Porto - Prior comendatário do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Trata-se muito provavelmente do mesmo “Joham do Porto clerigo de ordens meores” que foi confirmado a 16 de Setembro de 1484 como abade da igreja de Santa Maria de Vila Nova³⁵¹⁵. O cronista agostiniano, Frei Timóteo dos Mártires, diz que João do Porto foi o primeiro comendatário de Moreira, tendo sido aí indigitado por D. João II no início de 1495, tendo inclusivamente professado³⁵¹⁶. De facto a primeira referência que lhe conhecemos como prior de Moreira data de 8 de Agosto de 1495, dia em que D. João do Porto, em conjunto com os cónegos Pedro Martins, André Fernandes e Diogo Vasques, efectuaram dois emprazamentos, um a Luís Anes de Refonteira e a sua mulher Beatriz Gonçalves, e a um filho destes, do casal dos cónegos pertencente à enfermaria³⁵¹⁷, e um outro a Gonçalo André e a sua mulher, Maria Luís, e a um filho destes, do casal da

³⁵⁰³ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 22, fl.10vº.

³⁵⁰⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.20.

³⁵⁰⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.13.

³⁵⁰⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.15a.

³⁵⁰⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.16.

³⁵⁰⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.20.

³⁵⁰⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.22.

³⁵¹⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.23.

³⁵¹¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.24.

³⁵¹² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.24.

³⁵¹³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.25.

³⁵¹⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.25.

³⁵¹⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.18. Esta nossa teoria parece encontrar alguma sustentabilidade nas próprias palavras do cronista agostiniano, Frei Timóteo dos Mártires, que indica João do Porto como clérigo secular (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.25).

³⁵¹⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.25.

³⁵¹⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.25.

Guarda, na freguesia de Moreira³⁵¹⁸. Dois dias depois há registo de dois novos emprazamentos, o que deixa pressupor alguma energia na gestão deste prior³⁵¹⁹. Essa preocupação com a gestão e organização do património da instituição levá-lo-iam a elaborar um tombo do mosteiro em 1497³⁵²⁰. Registos de 5 de Março de 1499³⁵²¹, 9 de Março de 1502³⁵²² continuam a confirmá-lo como prior de Moreira.

Na primeira década de quinhentos continuámos a ver este prior empenhado na recuperação do mosteiro e na defesa dos seus direitos, quer efectuando emprazamentos³⁵²³, ou envolvendo-se em contendas e acções judiciais, como revelam documentos de 1502³⁵²⁴, 1503³⁵²⁵, 1505³⁵²⁶ e 1509³⁵²⁷, todas com solução ou desfecho favorável a S. Salvador de Moreira. Neste particular destaque para as duas últimas, a primeira movida contra Martim Lourenço e Gonçalo Salvado moradores na Póvoa, freguesia de Vilar de Porcos que lavravam bouças localizadas no couto do mosteiro mas entregavam o dízimo à igreja de Santa Marinha de Vilar de Porcos, ordenando Pedro Gonçalves, comendatário do mosteiro de Bustelo e vigário geral do bispo do Porto, D. Diogo de Sousa, por sentença de 7 de Agosto de 1505, que esses direitos fossem entregues ao mosteiro³⁵²⁸. A 16 de Novembro de 1509 é Pedro da Silva, tesoureiro da Sé do Porto e juiz comissário por delegação de Pedro Gonçalves, comendatário do mosteiro de Bustelo e vigário geral do bispo do Porto, D. Pedro da Costa, quem profere sentença favorável ao mosteiro de Moreira da Maia, referente a uma contenda movida pelo prior D. João do Porto e pelos cónegos do mosteiro contra vários caseiros que recusavam pagar o dízimo de propriedades que fabricavam, alegando pertencerem tais direitos à vizinha igreja de Couso, acabando por ser feita prova de que essas propriedades se situavam na freguesia da igreja de Moreira³⁵²⁹. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, João do Porto renunciou à comenda, em 1524, a troco de uma pensão³⁵³⁰.

D. Pedro da Costa – Prior comendatário do mosteiro de São Salvador de Moreira da Maia. Trata-se do bispo do Porto (1507-1534). Segundo Frei Timóteo dos Mártires, D. Pedro da Costa assumiu a comenda de Moreira da Maia em 1524³⁵³¹. Foi durante o seu priorado que o prior claustral, D. Vasco Anes descobriu o Santo Lenho guardado num côncavo da pedra de ara do altar-mor, relíquia da qual D. Pedro da Costa levou metade para Espanha quando para aí foi, em 1526, na qualidade de capelão da rainha D. Isabel³⁵³². D. Pedro renunciou à comenda do mosteiro de Moreira em 1534³⁵³³.

³⁵¹⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.26.

³⁵¹⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.27,28.

³⁵²⁰ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap.II, p.278.

³⁵²¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.31.

³⁵²² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.33.

³⁵²³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.34,35.

³⁵²⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.33.

³⁵²⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.35.

³⁵²⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.36.

³⁵²⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.39.

³⁵²⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.36.

³⁵²⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.39.

³⁵³⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.25.

³⁵³¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.25.

³⁵³² Cardoso, Jorge, *Agiológico Lusitano*, Tomo II, 2002, p.453; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.25-26; Azevedo, Padre Agostinho de, *A Terra da Maia*, 1939, Vol.I, p.182; Tavares, Maria Otilia Nunes, *Mosteiro de Moreira da Maia...*, 1957, pp.84-85; Dias, Geraldo J. A. Coelho, “O Mosteiro de São Salvador...”, 2000, p.33.

³⁵³³ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo III, 1868, pp.126-127. O cronista agostiniano Frei Timóteo dos Mártires diz que este bispo renunciou à comenda em 1544 (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica*

Cardeal D. Henrique – Prior comendatário do mosteiro de São Salvador de Moreira da Maia. D. Henrique foi provido no priorado de Moreira da Maia, bem como nas comendas das abadias beneditinas de S. Salvador de Paço de Sousa e S. Miguel de Bustelo por bula de Paulo III (Out. 1534-1549), de 3 de Novembro de 1534³⁵³⁴, todos vagos por resignação apresentada pelo bispo D. Pedro da Costa a Clemente VII (1523-Set.1534) nesse mesmo ano³⁵³⁵. A 1 de Dezembro de 1536 continua a ser referenciado como comendatário de Moreira³⁵³⁶, o mesmo sucedendo em 1540, ano em que ordenou a elaboração de um tombo da fazenda do mosteiro, obra a cargo de João de Barros³⁵³⁷. Frei Timóteo dos Mártires identifica-o no cargo apenas em 1550, altura em que renunciou, com reserva de regresso, no seu sobrinho D. Fulgêncio³⁵³⁸, embora esta data contraste com a apontada por Frei Nicolau de Santa Maria que coloca D. Fulgêncio como comendatário do mosteiro já em 1549³⁵³⁹.

D. Manuel dos Santos – Prior comendatário do mosteiro de São Salvador de Moreira da Maia. Segundo Frei Timóteo dos Mártires, D. Manuel dos Santos alcançou a comenda de Moreira da Maia em 1544 por renúncia que nele fez o bispo D. Pedro da Costa, numa altura em que era provisor do arcebispado de Lisboa³⁵⁴⁰, resignação essa que como vimos reporta-se a uma década antes, portanto a 1534. Quanto ao início do priorado de D. Manuel dos Santos também é ligeiramente ulterior a 1544, sendo que a 8 de Junho de 1545 o papa Paulo III recomendava ao rei para comendatário de Moreira da Maia, D. Manuel dos Santos, bispo de Targa³⁵⁴¹. Desconhecemos a data concreta da sua provisão mas não deverá ter sido muito posterior a esta indicação uma vez que D. Manuel dos Santos, já é referenciado como comendatário do mosteiro de Moreira em 1546³⁵⁴² e por carta de 30 de Novembro de 1545 o embaixador Baltasar de Faria informava o rei que tinha enviado por Pantalhão de Barros, secretário do arcebispo de Braga, diversas bulas, entre as quais a do mosteiro de Moreira³⁵⁴³, por isso é perspectivável que se trate da bula referente à sua provisão no priorado. D. Manuel dos Santos além de comendatário de Moreira e bispo de Targa viria a ser, posteriormente, e numa altura em que já não detinha a comenda maiata, nomeado Inquisidor de Lisboa por D. Henrique em 1564³⁵⁴⁴. Segundo Frei Timóteo dos Mártires este comendatário foi também abade de Perafita, igreja do padroado do mosteiro de Moreira, mantendo-se

de Santa Cruz, Tomo III, 1960, p.26), certamente descuido ou engano, ou até leitura ou digitação incorrecta ao fazer-se a transcrição e impressão da obra.

³⁵³⁴ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo III, 1868, pp.126-128, 161; *Idem*, Tomo XI, 1898, pp. 340-341; Dias, Geraldo J. A. Coelho, “O Mosteiro de São Salvador...”, 2000, p.34; Polónia, Amélia, *D. Henrique: O cardeal-rei*, 2005, p.83.

³⁵³⁵ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo III, 1868, pp.126-127.

³⁵³⁶ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Paço de Sousa*, 1942, p.358.

³⁵³⁷ Cardoso, Jorge, *Agiolégio Lusitano*, Tomo II, 2002, p.452; Azevedo, Padre Agostinho de, *A Terra da Maia*, 1939, Vol.I, p.183.

³⁵³⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.26.

³⁵³⁹ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap.II, p.278.

³⁵⁴⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.26.

³⁵⁴¹ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo V, 1874, p.427; Dias, Geraldo J. A. Coelho, “O Mosteiro de São Salvador...”, 2000, pp. 34-35.

³⁵⁴² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.14, Doc.30.

³⁵⁴³ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo V, 1874, p.500.

³⁵⁴⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.26. Não tivemos oportunidade de apurar a data em que lhe foi concedido o título de bispo de Targa e o Visconde de Paiva Manso, *Historia Ecclesiastica Ultramarina, Tomo I – Africa Septentrional: Bispados de Ceuta, Tanger, Safim e Marrocos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, pp. 92-95, não o refere na sua lista de bispos titulares de Targa.

muito provavelmente nesse cargo, até à data em que resignou à comenda de Moreira, o que segundo o cronista agostiniano, ocorreu em 1550, altura em que renunciou a favor do cardeal D. Henrique³⁵⁴⁵. D. Manuel dos Santos faleceu em 1570 tendo sido enterrado no mosteiro de S. Vicente de Lisboa³⁵⁴⁶.

D. Fulgêncio de Bragança – Prior comendatário do mosteiro de São Salvador de Moreira da Maia. D. Fulgêncio era filho do duque D. Jaime de Bragança e de sua segunda mulher, D. Joana de Mendonça³⁵⁴⁷. Segundo Timóteo dos Mártires, entre os 11 e os vinte anos esteve no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra³⁵⁴⁸. Segundo Frei Nicolau de Santa Maria já era prior comendatário de Moreira em 1549, sendo o responsável pela elaboração de um tombo das propriedades do mosteiro³⁵⁴⁹. D. Fulgêncio parece ter mostrado algum empenho no governo da canónica maiata, tendo-se efectuado, durante o seu priorado, diversas obras no mosteiro³⁵⁵⁰. Da sua acção material em prol do engrandecimento do mosteiro de Moreira e espaços adjacentes, foi responsável por algumas obras como provam a inscrição referente à construção ou melhoramentos das casas onde supostamente vivia, no espaço da actual Quinta do mosteiro, datada de 1552, ou o cruzeiro no Padrão de Moreira edificado em 1566³⁵⁵¹. D. Fulgêncio, em Dezembro de 1559, estava ausente do reino, encontrando-se, por essa altura, em terras do actual território italiano³⁵⁵².

Em capítulo do mosteiro de Coimbra, de 11 de Dezembro de 1562, o prior de Santa Cruz de Coimbra ordenou que dessem duas vacas a D. Fulgêncio, por este lhas ter pedido aquando da visitação que efectuou ao mosteiro do Salvador do Porto³⁵⁵³. Cerca de um ano depois, mais concretamente a 19 de Novembro de 1563, por decisão capitular, foi dada, a D. Fulgêncio, uma mula que o mosteiro de Santa Cruz tinha em Lisboa³⁵⁵⁴. O comendatário maiata também presenteou o mosteiro de Santa Cruz, em 1567, oferecendo-lhe um pedaço de chifre de unicórnio³⁵⁵⁵.

Foi durante o seu governo que decorreu o processo de integração de S. Salvador de Moreira da Maia na Congregação de Santa Cruz tendo, segundo Frei Timóteo dos Mártires, o comendatário deixado o mosteiro em 1563, o que permitiu que D. Lourenço Leite, prior de Santa Cruz de Coimbra e os seus colegas tomassem posse do mosteiro em Julho desse ano enquanto aguardavam a confirmação pontifícia³⁵⁵⁶. A complexidade

³⁵⁴⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.26.

³⁵⁴⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.26.

³⁵⁴⁷ Crasbeck, Francisco Xavier da Serra, “Catalogo dos Religiosissimos DD. Abades...”, in *Collecçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa, 1726, p.61; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.27; *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* – Vol. XV – S. Salvador de Travanca, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1939, p.13; S. Tomás, Frei Leão de, *Benedictina Lusitana*, Tomo II, notas críticas de José Mattoso, IN-CM, Lisboa, 1974, p.254.

³⁵⁴⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.26.

³⁵⁴⁹ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap.II, p.278. É possível que esta data esteja correcta mas ainda não nos foi possível apurar a cronologia inicial do priorado de D. Fulgêncio, por isso não a podemos confirmar nem rejeitar.

³⁵⁵⁰ Cardoso, Jorge, *Agiolégio Lusitano*, Tomo II, 2002, p.453.

³⁵⁵¹ Azevedo, Padre Agostinho de, *A Terra da Maia*, 1939, Vol.I, p.193. Segundo um manuscrito do mosteiro referenciado por Dias, Geraldo J. A. Coelho, “O Mosteiro de São Salvador...”, 2000, p.35, essa inscrição é datada de 1548.

³⁵⁵² Coelho, Maria Helena da Cruz; Santos, Maria José Azevedo, *De Coimbra a Roma uma viagem em meados de quinhentos*, Coimbra Editora, Limitada, 1990, p.44.

³⁵⁵³ *Actas dos Capítulos do Mosteiro de Santa Cruz*, 1946, p.64.

³⁵⁵⁴ *Actas dos Capítulos do Mosteiro de Santa Cruz*, 1946, pp.67-68.

³⁵⁵⁵ *Actas dos Capítulos do Mosteiro de Santa Cruz*, 1946, p.76.

³⁵⁵⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.27.

do processo fez com que tal não se concretizasse nesse ano, de resto e como revela a acta do capítulo de Santa Cruz de Coimbra, de 10 de Julho de 1566, nessa altura ainda D. Fulgêncio de Bragança aceitava largar a comenda de S. Salvador de Moreira da Maia para a Congregação de Santa Cruz, a troco de uma pensão vitalícia anual de trezentos e cinquenta mil reis³⁵⁵⁷, confirmando-se a união por bulas de 1567 sendo eleito primeiro prior trienal do mosteiro o Padre D. Jorge no final de Julho desse ano³⁵⁵⁸. Situação idêntica haveria de ocorrer também com o mosteiro de S. Salvador de Travanca do qual D. Fulgêncio era igualmente comendatário tendo abdicado por interferência do cardeal D. Henrique, a troco de uma pensão anual de mil cruzados³⁵⁵⁹. Além destes benefícios eclesiásticos ainda foi prior da colegiada de Guimarães e chantre da de Barcelos³⁵⁶⁰.

³⁵⁵⁷ *Actas dos Capítulos do Mosteiro de Santa Cruz*, 1946, pp.71-72.

³⁵⁵⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.27; Cardoso, Jorge, *Agiológico Lusitano*, Tomo II, 2002, p.453.

³⁵⁵⁹ *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Vol. XV – S. Salvador de Travanca*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1939, p.13; S. Tomás, Frei Leão de, *Benedictina Lusitana*, Tomo II, notas críticas de José Mattoso, IN-CM, Lisboa, 1974, p.254; .

³⁵⁶⁰ Crasbeck, Francisco Xavier da Serra, “Catalogo dos Religiosíssimos DD. Abbades...”, 1726, p.61; *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Vol. XV – S. Salvador de Travanca*, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1939, p.13. A este propósito recuperamos para aqui uma pequena passagem de Agustina Bessa-Luís, em que a escritora amarantina alude ao fim da comenda de S. Salvador de Travanca: “Foi Matilde quem revelou a Belchior o possível parentesco com Frei Domingos Teixeira, eleito abade do mosteiro em 1578, quando este foi alforriado pelo cardeal D. Henrique da tutela do comendatário D. Fulgêncio” (cf. Bessa-Luís, Agustina, *O mosteiro*, Lisboa, Guimarães & C.^a Editores, 1980, p.32).

1.4. Diocese de Tui (parte portuguesa)

1.4.1. - Santa Maria de Refóios de Lima (c. Ponte de Lima)

D. Rodrigo Pires – Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. A indicação que lhe conhecemos é-nos dada por Frei Timóteo dos Mártires que o indica como prior desta canónica em 1300³⁵⁶¹.

Lourenço Miguéis – Prior do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. O cronista agostiniano, Frei Timóteo dos Mártires, indica-o como prior do mosteiro “pellos annos de 1329”³⁵⁶² informação que nos parece ter consistência, embora não tenhamos encontrado substrato documental que a possa validar. A sua existência é real e enquadrável nesta cronologia, conhecendo-se-lhe uma intervenção de grande monta, uma vez que participou activamente no processo respeitante às jurisdições no couto do mosteiro, conseguindo anular uma sentença régia muito negativa para Refoios, ao ponto de recuperar algumas das prerrogativas jurisdicionais que exerciam no couto, como comprova sentença de D. Afonso IV, datada de 31 de Agosto de 1341³⁵⁶³.

Lourenço Martins – Prior do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. A 25 de Março de 1345, juntamente com o convento, empraça o casal de Espadanal³⁵⁶⁴.

D. Pedro Pires – Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. Frei Timóteo dos Mártires indica-o como prior entre 1340 e 1348, ano que aponta para o seu falecimento³⁵⁶⁵. Tendo em consideração que em 1340 o prior era Lourenço Miguéis, e partindo do princípio que esta cronologia apresentada pelo cronista está correcta, D. Pedro Pires só poderia exercer as funções de prior claustral nessa data, alcançando posteriormente o priorado, sucedendo assim a Lourenço Martins, situação essa que permitiria enquadrar o seu óbito em 1348. Poderá também dar-se o caso de não ter sido feita a reconversão das datas para o calendário cristão e nessa circunstância o priorado de D. Pedro Pires recairia, tendo em consideração esses elementos apresentados por Frei Timóteo do Mártires, entre 1302 e 1310, sendo nesse caso o sucessor de D. Rodrigo Pires. Como ainda não conseguimos desvendar esta questão ficam aqui as possibilidades que nos parecem ter alguma fundamentação.

João Durães – Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. Frei Timóteo dos Mártires revela que este prior foi eleito em 1348, encontrando-se ainda no cargo em 1352³⁵⁶⁶. Pela sequência apresentada esta informação merece-nos toda a credibilidade mas não encontrámos prova documental que a certifique.

D. Fernando Afonso – Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. É referenciado por Frei Timóteo dos Mártires na sua listagem de priores vitalícios de

³⁵⁶¹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.63.

³⁵⁶² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.63.

³⁵⁶³ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. III (1340-1344)*, 1992, pp.150-154 (Doc. 323); *Valdevez Medieval - Documentos - II: 1300-1479*, 2001, pp. 83-87 (Doc. 36).

³⁵⁶⁴ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv.15, fls.232-232v; 234-234v; 236-236v; *Valdevez Medieval - Documentos - II: 1300-1479*, 2001, pp. 87-88 (Doc. 37).

³⁵⁶⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.63.

³⁵⁶⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.63.

Refoios de Lima, identificando-o no cargo em 1361³⁵⁶⁷. Não encontramos a necessária comprovação documental.

D. Gonçalo – Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. Na ordem estabelecida por Frei Timóteo dos Mártires aparece como sendo o sucessor de D. Fernando Afonso e o antecessor de D. Lourenço Martins, embora o cronista lhe não tenha indicado referência cronológica, revelando apenas que faleceu a 11 de Novembro, de ano incerto³⁵⁶⁸. Não encontramos a necessária comprovação documental.

Lourenço Martins II – Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Refóios. Frei Timóteo dos Mártires indica-o como prior do mosteiro na Era de 1418, o correspondente ao ano de Cristo de 1380³⁵⁶⁹, mas não o conseguimos comprovar.

Gil Vasques – Provável prior de Refoios de Lima³⁵⁷⁰, mas cremos tratar-se antes de um abade do mosteiro de S. Miguel de Refoios de Basto, embora Frei Leão de São Tomás o não inclua no catálogo dos Abades de Refoios de Basto³⁵⁷¹. De qualquer forma concorre para uma maior fundamentação desta hipótese o facto de surgir mencionado nas cartas de legitimação como “abade de Refoyos”³⁵⁷². Um outro indício que parece dar alguma força a esta tese é o facto de Frei Timóteo dos Mártires o não referenciar, o que não sendo conclusivo, merece neste particular alguma atenção porque o cronista agostiniano conhecia muito bem a documentação do cartório de Refóios como ele próprio afirma³⁵⁷³, embora também se lhe detectem diversas falhas na elocução dos priores dessa casa agostiniana. A 19 de Agosto de 1392 o rei legitima-lhe três filhos: um de nome Diogo, filho de uma relação com Clara Geraldês, à altura mulher solteira³⁵⁷⁴ e dois de Maria Esteves, também mulher solteira aquando do nascimento das crianças³⁵⁷⁵.

D. Pedro Pel – Provável prior de Santa Maria de Refóios. Frei Timóteo dos Mártires indica-o como prior do mosteiro por volta de 1400, acrescentando que se tratava de um cônego proveniente do mosteiro de Santa Maria de Landim³⁵⁷⁶, mas não lhe encontramos qualquer referência documental.

³⁵⁶⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.63.

³⁵⁶⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.63.

³⁵⁶⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.63. Apesar de diversas falhas na conversão das datas, o que induz em erro e provoca análises incorrectas, Frei Timóteo dos Mártires não “inventava documentos” por isso e neste caso específico a alusão que faz à Era de 1418 não nos deixa dúvidas quanto à existência deste prior. Na ausência dessa referência poderia colocar-se a possibilidade de se tratar de alguma confusão com o prior Lourenço Martins que surge documentado à frente do mosteiro no final da primeira metade do século XIV. Nesse caso poderíamos estar não na presença de um prior homónimo desse religioso mas sim perante o mesmo indivíduo, situação facilmente explicável pela não conversão da data para a Era de Cristo, o que a verificar-se daria justamente 1342, ou seja uma cronologia perfeitamente consentânea com o início do priorado desse Lourenço Martins.

³⁵⁷⁰ Na obra *Valdevez Medieval - Documentos - II: 1300-1479*, 2001, p.113 (Docs. 64-65), é identificado como tal.

³⁵⁷¹ Segundo o cronista beneditino, por essa altura, era abade de Refoios João Gonçalves (cf. Tomás, Frei Leão de São, *Benedictina Lusitana*, Tomo I, Introdução e notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974, pp. 497).

³⁵⁷² IAN/TT- Legitimações, Livro 2, fl.74vº; Chancelaria de D. João I, Livro II fl. fls.74vº, 90; *Valdevez Medieval - Documentos - II: 1300-1479*, 2001, p.113 (Docs. 64-65).

³⁵⁷³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.61.

³⁵⁷⁴ *Valdevez Medieval - Documentos - II: 1300-1479*, 2001, p.113 (Doc. 64); Viegas, Valentino, *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*, Heuris, 1984, p.46.

³⁵⁷⁵ *Valdevez Medieval - Documentos - II: 1300-1479*, 2001, p.113 (Doc. 65).

³⁵⁷⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.63.

Gil Rodrigues – Prior do mosteiro de “Refoyos de Riba de Lima da Ordem de Santo Agostinho”. Frei Timóteo dos Mártires também o indica ao enunciar os priores vitalícios do mosteiro limiano, embora em cronologia incorrecta³⁵⁷⁷. A 28 de Maio de 1406 o rei legitima-lhe dois filhos: Álvaro Gil e Pedro Rodrigues, ambos fruto da sua ligação com Domingas Eanes, mulher solteira à altura do nascimento das crianças³⁵⁷⁸. Tal ligação parece ainda manter-se por volta de 1412, uma vez que essa é tida como a data em que foi elaborada uma inquirição dos reguengos de Ponte de Lima e seu termo, e no decorrer da minuciosa descrição e identificação de pessoas e bens aparece-nos justamente “Domingas Johanes manceba do prioll de Reffoyos”³⁵⁷⁹. A 25 de Agosto de 1417 mantinha-se à frente do priorado tendo, nesse dia, em conjunto com o seu convento, emprazado um casal, localizado na freguesia do mosteiro, a Lourenço Durão, a sua mulher, Margarida Martins, e a uma terceira pessoa a nomear pelo que vivesse mais tempo³⁵⁸⁰. Em 1422 ainda continuava como prior de Refóios de Lima, numa altura em que já era octogenário e padecia de grande debilidade física, que o impossibilitava de gerir correctamente o mosteiro, segundo alegações de Rodrigo Durães, prior claustral de Refóios, que solicita ao papa, a 6 de Março desse ano o priorado do mosteiro³⁵⁸¹. Dez dias depois, em nova missiva ao papa, Rodrigo Durães, dá conta do falecimento de D. Gil Rodrigues e da sua eleição para o priorado por parte da comunidade conventual, pedindo a confirmação pontifícia dessa eleição³⁵⁸².

Rodrigo Durães/Rui Durães – Prior do mosteiro de Refóios de Lima. Sucede a Gil Rodrigues. Trata-se de um cónego do mosteiro de Refóios que sobe na hierarquia interna da instituição, sendo eleito para o priorado mor em Março de 1422 como facilmente se depreende das duas súplicas enviadas ao papa Martinho V, surgindo a 6 de Março identificado como prior crasteiro³⁵⁸³ e a 16 já como prior mor, altura em que pede ao papa a sua confirmação no cargo³⁵⁸⁴. A 26 de Fevereiro de 1434 o rei, D. Duarte, legitima-lhe três filhos: Mem Rodrigues, Catarina Rodrigues e Beatriz

³⁵⁷⁷ O cronista diz-nos, erroneamente, que Gil Rodrigues foi o último prior mor de Refoios de Lima, eleito canonicamente pela comunidade conventual, situando o seu priorado pelos anos de 1460 (cf. Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Coimbra, Tomo III, Edição da Biblioteca Municipal, 1960, p.64). O erro, ou melhor, o engano, porque o erro foi consequência de um descuido, advém do facto de o cronista não ter feito a necessária conversão da data, o que a acontecer, situá-lo-ia automaticamente em 1422, cronologia que, como teremos oportunidade de verificar, é consentânea com o seu último ano de priorado e de vida.

³⁵⁷⁸ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo I, 2006, p.230; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, p.134 (Doc. 87); Viegas, Valentino, *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*, Heuris, 1984, pp. 101 e 103.

³⁵⁷⁹ Andrade, Amélia Aguiar, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p.230 (Doc. I). Este mesmo documento, e respectiva passagem, encontra-se também reproduzido em *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, p.144 (Doc. 89).

³⁵⁸⁰ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv.14, fl.119; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp. 196-198 (Doc. 141). Em relação a este documento apenas uma chamada de atenção para dizer que nesta publicação a data que se encontra no sumário está incorrecta, uma vez que não foi feita a devida conversão da Era de César para a do Nascimento de Cristo, figurando por isso o ano de 1455 quando o documento se reporta ao de 1417.

³⁵⁸¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2 (Súplicas do pontificado de Martinho V), Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, Braga, Livraria Editorial Franciscana, 1982, p.457.

³⁵⁸² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 461-462.

³⁵⁸³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.457.

³⁵⁸⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 461-462. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.64, também o indica como prior do mosteiro encontrando-lhe referências para 1436, altura em que de facto ainda era prior.

Rodrigues, todos eles fruto da relação deste religioso com Mécia, mulher solteira aquando do nascimento das crianças³⁵⁸⁵. Frei Timóteo dos Mártires detecta-o no priorado em 1436³⁵⁸⁶, cronologia que as fontes confirmam, sendo possível alargar a cronologia do seu governo pelo menos até ao início da década de quarenta, uma vez que a 11 de Setembro de 1440 o prior D. Rui Durães, juntamente com o seu convento, empraça um casal, em Refoios, a João Afonso da Porta e a sua mulher, Branca Dias³⁵⁸⁷.

D. Julião Fernandes – Provável prior do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. É referenciado por Frei Timóteo dos Mártires como sendo prior mor de Refoios de Lima em 1446³⁵⁸⁸, cronologia perfeitamente aceitável à luz dos dados conhecidos, mas não detectámos qualquer documento que o confirme.

D. Gomes Anes – Prior do mosteiro de Refóios de Lima. Frei Timóteo dos Mártires indica-o como prior do mosteiro “pellos annos de 1450”³⁵⁸⁹ o que é perfeitamente plausível. Contudo, em termos documentais apenas lhe encontramos referências para os anos de 1466 e 1467. A 3 de Junho de 1466 estabelece uma composição amigável com os moradores do couto do mosteiro a propósito de alguns direitos devidos ao mosteiro, sobretudo relacionados com dias de serviço e pastagens, acordo que é validado pelo juiz ordinário de Ponte de Lima, a 29 de Abril de 1467³⁵⁹⁰. Em Agosto de 1471 já tinha falecido como se depreende de uma carta de perdão de D. Afonso V a Isabel Gonçalves, acusada de roubar ouro, prata e outras coisas a Gonçalo Anes, prior que “forra do mosteiro de Refoios de Riba de Lima”³⁵⁹¹. A sua morte deverá ter ocorrido em finais de 1467 ou inícios de 1468, isto a confirmar-se a cronologia apontada por Frei Timóteo dos Mártires para o início do priorado do seu sucessor³⁵⁹².

D. Gomes da Rocha – Prior comendatário do mosteiro de Refóios de Lima e administrador perpétuo do mosteiro de S. Martinho de Crasto. Segundo Frei Timóteo dos Mártires foi também prior comendatário do mosteiro de Vila Nova de Muia³⁵⁹³. Trata-se do primeiro prior comendatário do mosteiro, comenda que lhe terá sido dada por D. Afonso V em 1468³⁵⁹⁴. A 20 de Junho de 1476 empraça, no mosteiro de Refoios de Lima, o casal da Granja, situado no couto do mosteiro³⁵⁹⁵, o que por si só inviabiliza a data de 1472 apontada por Frei Timóteo dos Mártires para a sua morte³⁵⁹⁶. É muito provável que Frei Timóteo dos Mártires tenha interpretado a ausência do nome de Gomes da Rocha da documentação monástica de Refoios como uma consequência natural do seu falecimento, mas ao que tudo indica a inexistência de vestígios que o

³⁵⁸⁵ *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo I (1433-1435), 1998, p.280 (Doc.509); *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, p.158 (Doc. 102).

³⁵⁸⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.64.

³⁵⁸⁷ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv. 18, fls.87-88vº; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.168-169 (Doc. 112). Uma das testemunhas presentes neste acto é Vasco Rodrigues, genro do prior, embora não se diga com qual das filhas casou.

³⁵⁸⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.64.

³⁵⁸⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.64.

³⁵⁹⁰ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv.13, fls.152-154; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.223-227 (Doc. 166).

³⁵⁹¹ *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp. 237-238 (Doc. 174).

³⁵⁹² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.64.

³⁵⁹³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.64.

³⁵⁹⁴ - Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.64.

³⁵⁹⁵ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Livro 15, fls.347-347v; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.271-273 (Doc. 198).

³⁵⁹⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.64.

confirmem no priorado a partir de finais da década de setenta ou inícios de oitenta deve-se ao facto de este comendatário ter permutado com D. Rodrigo de Melo a comenda dos mosteiros do vale do Lima pela da abadia de Pombeiro, onde aparece referenciado a partir de 1482³⁵⁹⁷.

D. Rodrigo de Melo/D. Rodrigo de Melo e Lima – Prior comendatário do mosteiro de Refóios de Lima, São Martinho de Crasto e Vila Nova de Muía. Era filho de D. Leonel de Lima, 1º visconde de Vila Nova de Cerveira e de D. Filipa da Cunha. Foi abade comendatário do mosteiro de Pombeiro, comenda que trocou pela do mosteiro de Refóios de Lima³⁵⁹⁸. Segundo Frei Timóteo dos Mártires D. Rodrigo de Lima era abade de Lanheses e arcediogo de Vila Nova de Cerveira³⁵⁹⁹. A 3 de Junho de 1483 D. Rodrigo de Melo já era prior comendatário de Refóios de Lima, dia em que casou nesse mosteiro a sua filha, Joana de Melo, com João Gomes de Abreu, fidalgo da casa do duque de Viseu³⁶⁰⁰. Segundo o genealogista Felgueiras Gayo, a 27 de Junho de 1487 o rei legitimou-lhe D. Joana de Melo, filha bastarda, que casou com João Gomes de Abreu³⁶⁰¹, o que nos parece manifesta confusão do Autor. Efectivamente em 1487 o rei legitima-lhe uma filha, mas aí identificada como Filipa de Melo, filha de Catarina Gonçalves³⁶⁰². De resto D. João II legitimar-lhe-ia uma outra filha a 2 de Abril de 1489, de uma relação com Branca Dias, mulher solteira à altura do nascimento de Teresa da Silva, a legitimada em causa³⁶⁰³. Por esta altura a sua presença à frente deste mosteiro é-nos confirmada por documentos de 1489 e 1493³⁶⁰⁴, de resto D. Rodrigo de Melo seria comendatário até 1497, ano em que renunciou à comenda a favor do seu filho, D. Pedro de Melo³⁶⁰⁵.

D. Pedro de Lima e Melo/D. Pedro de Melo – Prior comendatário do mosteiro de Refóios de Lima, São Martinho de Crasto e Vila Nova de Muía. Era filho de D. Rodrigo, anterior prior comendatário do mosteiro³⁶⁰⁶. Segundo Frei Timóteo dos Mártires foi nomeado, em 1497, pelo rei D. Manuel, comendatário dos mosteiros de Crasto, Refóios

³⁵⁹⁷ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, 1942, p.39.

³⁵⁹⁸ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 17, 1939, p.123.

³⁵⁹⁹ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.64.

³⁶⁰⁰ Carneiro, Bernardino Joaquim da Silva, *Documentos comprovantes de alguns pontos de doutrina dos elementos do direito ecclesiastico portuguez*, 3ª ed. revista e melhorada pelo Dr. José Pereira da Paiva Pitta, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896, pp. 10-11. Aí se diz: “estando presente o senhor D. Rodrigo de Mello, filho do senhor visconde, arcediogo de Cerveira e prior do dito mosteiro de Refojos, e disse que a Deos prazendo, elle tinha tratado de casar Joana de Mello, sua filha com João Gomes d’Abreu, fidalgo da casa do Senhor duque de Viseo...”.

³⁶⁰¹ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 1, 1938, p.63.

³⁶⁰² IAN/TT- Legitimações, Livro 1, fl.223vº-224. Esta carta de legitimação encontra-se sumariada, transcrita e publicada in *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.130-131 (Doc. 82), no entanto a data aí apresentada está incorrecta. Esta legitimação é também referenciada por Teixeira, Carla Maria de Sousa Amorim, *Moralidade e costumes...*, 1996, p.141.

³⁶⁰³ IAN/TT- Legitimações, Livro 2, fl.53; Esta carta de legitimação também se encontra publicada nesse importante repositório de fontes intitulado *Valdevez Medieval- Documentos – II: 1300-1479 (Arquivos de Lisboa)*, coordenação de Amélia Aguiar Andrade e Luís Krus; transcrições de Filipa Silva e João Luís Fontes, Edição da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2001, pp.131-132 (Doc.83), mas à semelhança da anterior apresenta incorrecção na data aí apresentada. Legitimação também mencionada por Teixeira, Carla Maria de Sousa Amorim, *Moralidade e costumes...*, 1996, p.141.

³⁶⁰⁴ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl. 138vº; Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.262.

³⁶⁰⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.175.

³⁶⁰⁶ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 17, 1939, pp.123-124; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.175.

e Vila Nova de Muía, mantendo-se no cargo até 1547, altura em que faleceu³⁶⁰⁷. A cronologia apresentada pelo cronista agostiniano parece querer ganhar mais força e plausibilidade quando afirma que D. Pedro “foy, 50 annos dissipador môr destes mosteiros”³⁶⁰⁸. D. Pedro de Melo deverá ter de facto falecido em finais da década de quarenta ou início de 50, é que por carta de 13 de Fevereiro de 1552, D. Afonso, comendador mor fala ao rei sobre “hos mosteiros que forão de dom Pedro de Mello que tem Domingos de Torres”, dando-lhe conta que este Domingos de Torres lhe deixava para o seu filho o de Refoios de Lima, o que D. Afonso recusou por não saber se essa era a vontade do rei, aconselhando também o monarca a dá-los ao cardeal S. Jorge³⁶⁰⁹. O “Corpo Diplomático Português” integra uma carta régia, datada de Agosto de 1558, dirigida ao cardeal Mignanelo dando-lhe conta de que os mosteiros de S. Martinho de Crasto, Muia e Refóios vagaram pelo falecimento de D. Pedro de Melo, solicitando-lhe que a troca de uma pensão justa aceitasse as pessoas que ele entendesse nomear para esses mosteiros de forma a evitarem-se demandas e litígios³⁶¹⁰. Perante o acima exposto e pelo teor desta missiva parece-nos que a carta não deverá ser desse ano, fazendo mais sentido reportar-se a 1548 ou data aproximada. Além disso o rei parece ter seguido o conselho de D. Afonso porque convém notar que Monsenhor Jerónimo Capodiferro, com o título de cardeal S. Jorge, viria a ser comendatário do mosteiro de Refóios de Lima³⁶¹¹. Independentemente do necessário aprofundamento e clarificação desta questão, é incontornável que o priorado de D. Pedro de Melo foi de grande longevidade, o que permite também validar as informações dadas por Frei Nicolau de Santa Maria que vão, de resto, ao encontro daquilo que diz Frei Timóteo dos Mártires, ao revelar que D. Pedro de Melo emprazou, em 1546, a torre e paços de Refoios a Lopo Malheiro Barriga³⁶¹². O seu priorado ficou também marcado pela afronta que fez ao bispo de Ceuta e ao seu representante, o vigário João Rodrigues, a quem impediu de efectuar a visitação ao mosteiro, a 27 de Janeiro de 1512³⁶¹³. Mais sorte teve Rui Fernandes, corregedor de Entre Douro e Minho, e Marçal Vasques, clérigo de Braga e notário público por autoridade apostólica, emissários régios, que a 9 de Maio de 1515, se deslocaram ao mosteiro para aplicarem a taxação que lhe fora imposta para as novas comendas de Cristo, encontrando-se aí o prior D. Pedro de Melo³⁶¹⁴.

Cardeal D. Henrique – Prior comendatário do mosteiro de Refóios de Lima. Segundo Frei Timóteo dos Mártires foi nomeado comendatário de Refoios em 1547 por D. João III, mantendo-se em posse da comenda por cerca de três anos³⁶¹⁵. Terá de facto sucedido a D. Pedro de Melo? Persiste a dúvida. O cardeal D. Henrique foi também comendatário dos mosteiros agostinhos de Santa Cruz de Coimbra, S. Salvador de Moreira da Maia, S. Martinho de Caramos, Santo André de Ancede e S. Jorge de Coimbra, detendo ainda em comenda os mosteiros de S. Cristóvão de Lafões, Paço de Sousa, S. Miguel de Bustelo,

³⁶⁰⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp. 64,175. Felgueiras Gayo também diz que D. Pedro foi comendatário destes três mosteiros (cf. Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 17, 1939, p.124).

³⁶⁰⁸ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.64.

³⁶⁰⁹ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo VII, 1884, p.116.

³⁶¹⁰ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo VIII, 1884, p.60.

³⁶¹¹ Castro, Padre José de, *Bragança e Miranda (Bispado)*, vol. I, Porto, 1946, p.133.

³⁶¹² Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VIII, p.307.

³⁶¹³ Rodrigues, Teresa de Jesus, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514: Antecedentes e evolução da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2002, p.176.

³⁶¹⁴ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”..., 2002, p.62.

³⁶¹⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, pp.64-65.

Santa Maria de Seíça, S. Miguel de Refóios de Basto, S. Salvador de Travanca, Pedroso e Alcobaça, bem como o priorado da Colegiada de S. Martinho de Cedofeita³⁶¹⁶, embora nem todos em simultâneo.

Domingos de Torres – Prior comendatário dos mosteiros de Refóios de Lima, Crasto e Vila Nova de Muia. A 13 de Fevereiro de 1552 D. Afonso, comendador mor, enviou carta ao rei em que diz que os mosteiros que D. Pedro de Melo tinha em comenda, estavam em posse de Domingos de Torres³⁶¹⁷. Nova carta de D. Afonso, datada de 11 de Abril de 1552, dá conta da contenda entre Domingos Torres e o cardeal de Mignanello, cunhado do cardeal São Jorge, a quem este largara a comenda vacante de Pedro de Melo, fazendo notar mais uma vez o comendatário-mor que Domingos de Torres lhe prometera ceder um dos mosteiros para o seu filho, dizendo inclusivamente que já havia uma sentença mas que entretanto tinha conseguido que o papa suspendesse a declaração dessa decisão, aguardando a chegada do correio com instruções régias sobre o assunto³⁶¹⁸. Desconhecemos o desfecho do processo, ou melhor, não sabemos se foi feito algum acordo entre as partes ou se foi apenas aplicada sentença contra Domingos de Torres, o certo é que ele deixou o mosteiro, provavelmente ainda nesse mesmo ano.

Monsenhor Jerónimo Capodiferro - Prior comendatário do mosteiro de Refóios de Lima³⁶¹⁹. Cardeal diácono representante da Santa Sé em Portugal entre 1536 e 1539³⁶²⁰, embora a sua vinda para Portugal não seja anterior a 17 de Fevereiro de 1537³⁶²¹. A sua presença tornar-se-ia de tal forma incómoda, ao ponto de ser expulso por D. João III, atitude baseada nas divergências do monarca com o papa e com o próprio nuncio em relação à forma como deveria funcionar a inquisição portuguesa³⁶²², bem como à incontrolável animosidade entre Capodiferro com o rei e os inquisidores-mores, mormente com o cardeal D. Henrique³⁶²³. A 20 de Agosto de 1558 o comendador mor, D. Afonso acusa a recepção de carta da rainha datada de 30 de Maio de 1558 para o cardeal S. Jorge sobre o mosteiro de Refóios³⁶²⁴. A 29 de Janeiro de 1559 o comendador mor, D. Afonso escreve à rainha D. Catarina a dar-lhe conhecimento de lhe ter entregue a carta que ela lhe enviara sobre o mosteiro de Refóios ao cardeal S. Jorge mas que este

³⁶¹⁶ Paiva, José Pedro, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1577*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p.121; Soares, Franquelim Neiva, “O infante D. Henrique reformador da Sé de Braga: a visitação de 1537 e a confraria eucarística de 1540”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol.2, Organização do Departamento de Ciências e Técnicas do Património / Departamento de História, Porto, FLUP, 2006, p.119.

³⁶¹⁷ *Corpo Diplomático Portuguez...*, Tomo VII, 1884, p.116.

³⁶¹⁸ *Corpo Diplomático Portuguez...*, Tomo XI, 1898, pp.547-548.

³⁶¹⁹ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.138; Castro, Padre José de, *Bragança e Miranda (Bispado)*, vol. I, Porto, 1946, p.133.

³⁶²⁰ Castro, Padre José de, *Portugal em Roma*, vol. II, Lisboa, União Gráfica, 1939, p.349.

³⁶²¹ Castro, Padre José de, *Portugal no Concílio de Trento*, vol. I, Lisboa, União Gráfica, 1944, p.248.

³⁶²² Coutinho, B. Xavier, “D. João III e a Inquisição em Portugal”, in *Ensaio IV – Apontamentos de História Moderna e Contemporânea*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1976, p.28. Em Outubro de 1539 é o próprio papa que lhe dá instruções para que regresse a Roma (cf. Castro, Padre José de, *Portugal no Concílio de Trento*, vol. I, Lisboa, União Gráfica, 1944, p.248).

³⁶²³ Todo esse processo de intrigas e jogos político-diplomáticos são retratados por Herculano, Alexandre, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Vol. I (Volume 18 de “As melhores obras de Alexandre Herculano”), Círculo de Leitores, 1987, pp.255-289.

³⁶²⁴ *Corpo Diplomático Portuguez...*, Tomo VIII, 1884, pp. 58-59.

não tinha vontade em largá-lo³⁶²⁵. O cardeal São Jorge Capodiferro faleceu a 2 de Dezembro de 1559 vagando assim o mosteiro de Refoios de Lima³⁶²⁶.

D. Carlos Barromeu - Prior comendatário do mosteiro de Refóios de Lima³⁶²⁷. Segundo Frei António da Assunção Meireles foi o antecessor de D. Julião de Alva na comenda de Refoios de Lima³⁶²⁸, a quem concedeu a comenda em troca de uma renda anual de 500 cruzados³⁶²⁹, situação que a documentação confirma. Já Frei Timóteo dos Mártires indica-o como comendatário de Refóios a partir de 1550³⁶³⁰, data que as fontes permitem corrigir, uma vez que, como vimos, o cardeal Capodiferro faleceu a 2 de Dezembro de 1559³⁶³¹, sucedendo-lhe na comenda o cardeal Barromeu, como de resto se prova por carta de Lourenço Pires de Távora, embaixador em Roma, que a 14 de Fevereiro de 1560, dá conta ao rei que o papa tinha concedido o mosteiro de Refoios ao cardeal Barromeu³⁶³². Desse mesmo mês há uma carta régia a solicitar ao embaixador que tente que o papa conceda ao rei o mosteiro de Refoios por uma pensão baixa ou mesmo sem pensão para que possa colocar nele D. Julião, bispo de Portalegre³⁶³³. O rei queixava-se da excessiva pensão que se tinha de pagar pelo mosteiro de Refóios, tratando-se de “mosteiro de tam pouca renda” que consumia todos os seus frutos não sobrando assim nada para o comendatário pelo que solicitava a Lourenço Pires de Távora que trabalhasse no sentido de a diminuir³⁶³⁴. A 15 de Março de 1560 o embaixador escreve a D. Catarina a dizer que Canóbio viria a Portugal com breves do papa para tomar posse dos mosteiros de Pombeiro e Refóios para o cardeal Borromeu³⁶³⁵. A 16 de Maio de 1560 Lourenço Pires de Távora dava conhecimento ao rei que D. Carlos Borromeu estava na disposição de abdicar de Pombeiro e Refóios a troco de uma pensão de três mil escudos, sendo 2500 referentes a Pombeiro e 500 a Refóios, com o papa a nomear comendatário de Pombeiro D. António, tio do rei D. Sebastião, ficando a cargo do monarca a nomeação do comendatário de Refóios³⁶³⁶. Mais uma vez as indicações da Corte portuguesa eram para que o embaixador conseguisse uma diminuição do valor da pensão pretendida até porque se tinha averiguado que o mosteiro de Refóios andava arrendado em 250 mil reis por ano, cifra que não dava sequer para pagar a letra referente à pensão que Lourenço Pires de Távora já tinha entregue ao cardeal Barromeu³⁶³⁷. A 13 de Outubro de 1560 é dada resposta por Lourenço Pires de Távora, relembrando ao rei as dificuldades que tinha tido na realização dos negócios de Pombeiro e Refoios, vincando que não havia possibilidade de baixar o montante das pensões até porque havia interessados que ofereceram ao cardeal Barromeu cinco mil cruzados pelos dois mosteiros, sendo que o cardeal Monte

³⁶²⁵ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo XI, 1898, pp. 575-576.

³⁶²⁶ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VIII, 1884, p.256.

³⁶²⁷ Castro, Padre José de, *Bragança e Miranda (Bispado)*, vol. I, Porto, 1946, p.133.

³⁶²⁸ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p.41.

³⁶²⁹ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VIII, p.311; Vale, Manuel Gonçalves, “Os arquivos do mosteiro de Refoios”, in *Subsídios para a história do convento de Refoios*, Ponte de Lima, Instituto Politécnico de Viana do Castelo-Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, p.103.

³⁶³⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.65.

³⁶³¹ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VIII, 1884, pp.346-347.

³⁶³² *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VIII, 1884, p.256.

³⁶³³ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VIII, 1884, p.360.

³⁶³⁴ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, p.22.

³⁶³⁵ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VIII, 1884, p.398.

³⁶³⁶ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VIII, 1884, p.440.

³⁶³⁷ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, p.25.

Pulcano oferecia 800 cruzados pelo de Refoios quando ele o conseguiu apenas por 500, desvalorizando também o facto de o cardeal Barromeu ficar com direito de regresso nesses mosteiros³⁶³⁸. Avisava nessa mesma carta que as bulas referentes a estes mosteiros ainda não seguiam porque as procurações que lhe foram enviadas não estavam em conformidade³⁶³⁹. Por carta de 2 de Dezembro de 1560 o embaixador insistia que eram necessárias as procurações e as cauções bancárias para resolver a questão dos mosteiros de Pombeiro e Refóios, documentos dos quais enviava as respectivas minutas³⁶⁴⁰. Apesar da persistência e das diligências do representante português o certo é que a 26 de Janeiro de 1561 o processo ainda não estava resolvido, com Lourenço Pires de Távora a dar conta ao rei da pressão que o cardeal Barromeu tem feito para a resolução da questão dos mosteiros de Pombeiro e Refóios, faltando as procurações de D. António e do bispo de Miranda e as respectivas cauções para se concluir o processo³⁶⁴¹. Finalmente, através de carta de 7 de Maio de 1561 Lourenço Pires de Távora dá conta à rainha D. Catarina que tinham já sido expedidas as bulas de Pombeiro e Refóios, respectivamente a favor de D. António e do bispo de Miranda³⁶⁴². Assim, e apesar de detentor e beneficiário da comenda, é provável que D. Carlos Barromeu não tenha sequer tomado posse efectiva da comenda através dos seus representantes, de qualquer forma e durante cerca de ano e meio em que ocorreu todo este processo e o mosteiro não teve comendatário arrendatário, D. Carlos Barromeu surge como comendatário titular de Refóios de Lima.

D. Julião de Alva - Prior comendatário do mosteiro de Refóios de Lima. A comenda foi-lhe concedida por breve papal de 14 de Julho de 1560³⁶⁴³, no seguimento da solicitação do monarca, que como ficou dito acima, em Fevereiro de 1560, instruíu o seu embaixador no sentido de tentar obter do papa o mosteiro de Refoios por uma pensão baixa ou mesmo sem pensão para que aí pudesse colocar o bispo D. Julião³⁶⁴⁴, no entanto, e como vimos, com todas as atribuições do processo, a situação só se oficializou e efectivou no segundo trimestre de 1561 com a emissão da respectiva bula, remetida em Maio desse ano³⁶⁴⁵. D. Julião tinha sido bispo de Portalegre (1549-1560)³⁶⁴⁶ e capelão mor de D. Sebastião³⁶⁴⁷, sendo investido, em 1560, no bispado de Miranda³⁶⁴⁸. Em 1564 abriu mão da comenda do mosteiro de Refóios, passando este para a Congregação de Santa Cruz³⁶⁴⁹, sendo assim D. Julião de Alva o último prior comendatário da instituição.

³⁶³⁸ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, pp.66-68.

³⁶³⁹ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, pp.68-69.

³⁶⁴⁰ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, p.114.

³⁶⁴¹ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, p.159.

³⁶⁴² *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, p.259.

³⁶⁴³ Castro, Padre José de, *Bragança e Miranda (Bispado)*, vol. I, Porto, 1946, p.133. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.65 indica-o como prior comendatário a partir de 1554.

³⁶⁴⁴ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VIII, 1884, p.360.

³⁶⁴⁵ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo IX, 1886, p.259.

³⁶⁴⁶ Oliveira, Padre Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, actualizada pelo P. Artur Roque de Almeida, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.308.

³⁶⁴⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.65

³⁶⁴⁸ Castro, Padre José de, *Bragança e Miranda (Bispado)*, vol. I, Porto, 1946, pp.129-132.

³⁶⁴⁹ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VIII, p.311; Vale, Manuel Gonçalves, "Os arquivos do mosteiro de Refoios", in *Subsídios para a história do convento de Refoios*, Ponte de Lima, Instituto Politécnico de Viana do Castelo-Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, 1988, p.103.

1.4.2. - São João de Longos Vales (c. Monção)

Lourenço Anes³⁶⁵⁰ – Prior do mosteiro de São João de Longos Vales. A 16 de Dezembro de 1312 o prior do mosteiro de São João de Longos Vales empraça o meio casal do Paço a João Peres e a sua mulher, Mor Domingues³⁶⁵¹. Entre as testemunhas arroladas neste instrumento de empraçamento encontra-se Rodrigo Anes, sobrinho do prior³⁶⁵². Este é o único registo que nos permite atestar a sua passagem por esta canónica regrente.

Gil Esteves – Prior do mosteiro de São João de Longos Vales. A 15 de Março de 1377 “Dom Gil Stevez priol do mosteiro de Sam Jhoanne de Longovares ensembra com o convento do dicto mosteiro”, a título de empraçamento, a Martim Gonçalves, à sua mulher, Domingas Anes, e a uma terceira pessoa, a nomear pelo postumeiro, o casal da Portela que o mosteiro tem em Paço, freguesia de Merufe³⁶⁵³. Esta é, de resto, a única referência documental que conhecemos a este prior, e se não dispomos de qualquer outro elemento indicador que nos permita estimar o início do seu priorado, pelo menos sabemos que a sua gestão nesta casa monástica não se deverá ter prolongado por muito mais tempo uma vez que nos primeiros anos da década de oitenta já há indicação de um novo prior na instituição³⁶⁵⁴.

João Rodrigues – Prior do mosteiro de São João de Longos Vales. É muito provavelmente o sucessor de Gil Esteves. A primeira referência que lhe conhecemos na condição de prior deste mosteiro minhoto data de 25 de Março de 1381³⁶⁵⁵, dia em que o tabelião de Monção, Diogo Gonçalves, em seu nome e no da sua mulher, Elvira Gonçalves, de quem era procurador, fez doação post-mortem ao mosteiro do meio casal da Portela, ficando-lhe entretanto a pagar, anualmente, vinte soldos. Em contrapartida, e em reconhecimento dessa doação, o prior João Rodrigues e o convento do mosteiro isentavam-nos do pagamento de 8 libras anuais referentes a rendas de prédios que traziam empraçados e perdoavam-lhes também dívidas antigas³⁶⁵⁶.

Do ano seguinte temos um outro instrumento que o confirma na titularidade do cargo, datado de 18 de Novembro de 1382, dia em que “Joham Rodrigues priol do mosteiro de Sam Hoanne com o convento desse logar sendo anbos juntos per som de canpaa tanjuda” empraçaram a João Esteves e a sua mulher, Maria Afonso, moradores no couto do mosteiro, e a uma terceira pessoa a nomear posteriormente, o casal da Torre³⁶⁵⁷. O seu priorado, e se não estivermos perante um caso de homonímia, foi de grande longevidade surgindo identificado como prior da instituição em instrumento de 30 de Março de 1412³⁶⁵⁸ sendo que a última indicação que lhe conhecemos no cargo é reportável a Setembro de 1415, uma vez que no dia 18 desse mês foi legitimado Vasco

³⁶⁵⁰ A leitura de “Anes” suscitou-nos algumas dúvidas, de qualquer modo a percepção que nos ficou ao ler o documento é de que a palavra em causa é “Eanes” no entanto e como não podemos asseverar grande grau de certeza, fica o registo da dúvida.

³⁶⁵¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°3.

³⁶⁵² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°3.

³⁶⁵³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°6.

³⁶⁵⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav.10, M.1, N°31; Gav. 7B, M.1, N°7.

³⁶⁵⁵ Esta data é a que consta de um traslado inserido num instrumento lavrado a 27 de Dezembro de 1402 (cf. A.U.C. – Pergaminhos, Gav.10, M.1, N°31).

³⁶⁵⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav.10, M.1, N°31.

³⁶⁵⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°7.

³⁶⁵⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10, M.1, N°32.

Rodrigues filho de “Joham Rodriguez prior de Sanhoane de Longavares” e de Maria Anes, mulher solteira à altura do seu nascimento³⁶⁵⁹.

Fernão Rodrigues/Fernando Rodrigues – Prior do mosteiro de São João de Longos Vales. A 21 de Março de 1438 “dom Fernao Roiz priol do moesteiro” de S. João de Longos Vales obtém sentença favorável numa demanda que o opunha ao tecelão Diogo Gomes por este ter vendido vinho para fora do couto do mosteiro e não ter pago o imposto a que estava obrigado, sendo que de cada pipa que se transaccionasse para fora do couto tinha de se dar ou pagar um almude de vinho³⁶⁶⁰.

João Gomes de Abreu – Prior comendatário do mosteiro de São João de Longos Vales. É muito provavelmente o primeiro comendatário do mosteiro. João Gomes de Abreu era filho de D. Diogo Gomes de Abreu (detentor de vários domínios, títulos e honras, nomeadamente senhor de Regalados, Valadares e do Couto de Abreu) e de D. Leonor Viegas³⁶⁶¹. Sendo esta uma importante zona de implantação familiar é natural que as ligações ao mosteiro sejam bastante estreitas, de resto, um “Pero Gomez d’Abreu” que acreditámos ser o irmão de João Gomes de Abreu surge a testemunhar um emprazamento efectuado no mosteiro de Longos Vales em Outubro de 1453³⁶⁶². A presença deste seu familiar na instituição, a ausência de indicação ao prior da instituição no documento, aliado ao facto de nas costas do pergaminho onde foi lavrado o emprazamento a que aludimos estar escrito um pequeno texto, cujo conteúdo não se consegue decifrar por a letra estar demasiado apagada, embora se consiga aí ler, sem grande dificuldade e sem margem de erro: “Joham Gomez d’Abreu”³⁶⁶³, leva-nos a admitir como bastante provável a hipótese de João Gomes já ser o comendatário da instituição, nessa data. De qualquer modo, e em termos concretos, apenas podemos afirmar que “Johannis Gometii de Avreu (...) comendatarii perpetui monasterii Sancti Johannis de Longovares ordinis Sancti Augustini tudensis diocesis” é identificado como tal em bula de Pio II (1458-1464), datada de 11 de Julho de 1461³⁶⁶⁴. De qualquer modo esta prova valida aquilo que disse Felgueiras Gaio, ou seja que “foi João Gomes antes de ser Bispo Comendador de S. João de Longos Valles”³⁶⁶⁵. De facto este comendatário seria eleito bispo de Viseu apenas em 1464. Em princípio, e tratando-se de uma comenda perpétua, tudo fará crer que D. João Gomes de Abreu se manteve como comendatário do mosteiro até 16 de Fevereiro de 1482, data do seu falecimento³⁶⁶⁶. Este bispo deixou vasta descendência, tendo vários filhos da abadessa de Celas, D. Beatriz de Eça³⁶⁶⁷.

Rui Soares – Provável comendatário do mosteiro de São João de Longos Vales. Temos a indicação a “Ruy Soares, que foi, em Roma, Secretario do Papa e foi Comendador de

³⁶⁵⁹ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 3, 2006, p.102.

³⁶⁶⁰ A.D.B. - Fundo Monástico Conventual, Societas Jesu - Colégio das Artes e Universidade de Coimbra, Pasta 30, Doc. 447.

³⁶⁶¹ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 1, 1938, pp. 47,55.

³⁶⁶² A.U.C. – Pergaminhos, Gav.10, M.1, N°33.

³⁶⁶³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav.10, M.1, N°33v°.

³⁶⁶⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav.10, M.1, N°34.

³⁶⁶⁵ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 1, 1938, p.55. Também Soveral, Manuel Abranches de, *Ascendências Viseenses: Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu – Séculos XIV a XVII*, Vol. II, Porto, 2004, p.109, também refere João Gomes de Abreu como comendador de Longos Vales, embora o identifique nesse cargo como comendador da Ordem de Cristo, o que não é correcto.

³⁶⁶⁶ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, 1967, p.521.

³⁶⁶⁷ Freire, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. I, 3ª ed, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p.98.

São João de Longos Vales e teve mais 17 benefícios”³⁶⁶⁸. Apenas lhe conhecemos esta indicação do genealogista Manuel de Souza, de qualquer modo a ser comendatário do mosteiro deveria ser o sucessor de João Gomes de Abreu, o que não sendo impossível, é no entanto questionável, isto se tivermos em consideração que João Soares, o pai de Rui Soares, era “senhor do couto de Linhares, reinando D. Manuel”³⁶⁶⁹.

D. Vasco Marinho – Prior comendatário do mosteiro de São João de Longos Vales. Filho ilegítimo de Álvaro Vaz Bacelar com D. Joana Marinho³⁶⁷⁰. Foi para Roma onde surge como pagem de um cardeal que alcançaria o papado sob o nome de Leão X (1513-1521), ligação que se traduziria na obtenção de diversos cargos³⁶⁷¹ e benefícios eclesiásticos³⁶⁷². De qualquer modo a comenda de Longos Vales é-lhe atribuída por bula de Júlio II (1503-1513), dada em Roma a 22 de Abril de 1505³⁶⁷³. Apesar disso a sua acção não surge muito documentada, de resto uma das primeiras referências que lhe conhecemos como “comendatario do moesteyro de Sam Joham de Longovares” data de 2 de Maio de 1508³⁶⁷⁴, altura em que surge também referenciado como arcediogo de Vermoim, embora nesta data não esteja presente no mosteiro, sendo mesmo, e face às informações anteriores, presumível que se encontrasse ausente do reino, fazendo-se aí representar por Pedro Vaz, escudeiro do arcebispo de Braga e legítimo procurador do “honrado Senhor Vasco Marinho”³⁶⁷⁵. Em documentos de 19 de Agosto de 1513 e 6 de Maio de 1516 além de manter na intitulação estes cargos, junta o de protonotário apostólico³⁶⁷⁶. A 10 de Maio de 1515, Vasco Marinho, protonotário da Santa Sé, e o seu filho, Pedro Marinho, comendatário de Longos Vales recebem no mosteiro os emissários régios que aí foram aplicar a taxaço a que o mosteiro tinha sido sujeito para as comendas novas da Ordem de Cristo³⁶⁷⁷.

A 3 e 16 de Abril de 1520, altura em que era abade da capela de Santa Catarina, surge, na qualidade de comendatário de Longos Vales, em seu nome e no do seu filho “outrosy comendador do dito mosteiro” a efectuar emprazamentos³⁶⁷⁸. Nesse mesmo ano, mais concretamente a 2 de Outubro de 1520, foi efectuado um novo emprazamento no mosteiro mas o comendatário não esteve presente “por passar mal desposto e jazer

³⁶⁶⁸ Silva, Manuel de Souza da, *Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho*, vol. II, 2000, p.364.

³⁶⁶⁹ Silva, Manuel de Souza da, *Nobiliário das Gerações de Entre Douro e Minho*, vol. II, 2000, p.364.

³⁶⁷⁰ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 18, 1939, p.55.

³⁶⁷¹ Segundo António Carvalho da Costa, D. Vasco Marinho “servio ao Papa Leão Decimo; foy seu Secretario, & Confessor, & Protonotario deste Reyno, e nelle se recolheo com hum filho, & duas filhas, que lá tivera: trouxe muitos Beneficios, de que a mayor parte se fizerão Commendas (cf. Costa, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...*, Tomo I, Lisboa, Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p. 212).

³⁶⁷² Entre eles o de Arcediogo de Vermoim, Abade de Melgaço, comendador de S. João de Longos Vales, cónego nas sés de Braga e Santiago de Compostela (cf. Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 18, 1939, p.55).

³⁶⁷³ A.D.B. - Fundo Monástico Conventual, Societas Jesu - Colégio das Artes e Universidade de Coimbra, Pasta 29, Doc. 429.

³⁶⁷⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14, Maço 3, nº 45; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.170vº.

³⁶⁷⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14, Maço 3, nº 45. Como se sabe esta era uma situação algo recorrente nas gestões dos comendatários, de qualquer modo, e neste caso específico surge-nos o prior claustral a assumir a gestão da instituição, de resto temos uma situação similar ocorrida em 1513, tendo o convento efectuado um emprazamento, no mosteiro, no dia 7 de Abril de 1513, procedendo o comendatário à respectiva autorização/validação apenas a 19 de Abril através de carta autografa (cf. A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14, Maço 3, nº 48).

³⁶⁷⁶ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.170.

³⁶⁷⁷ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.62.

³⁶⁷⁸ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.170vº.

em cama na dita villa”³⁶⁷⁹. A 23 de Março de 1523 ainda é referenciado como comendatário de S. João de Longos Vales³⁶⁸⁰, o que significa que a data do seu falecimento tem de ser posterior a esta altura, situação que parece contradizer a data de 1521 que figura no seu túmulo, erigido na capela de S. Sebastião, que foi instituída por D. Vasco Marinho³⁶⁸¹.

Pedro Marinho – Prior comendatário do mosteiro de São João de Longos Vales. Filho bastardo de D. Vasco Marinho, nascido no actual território italiano, na altura em que D. Vasco permanecia em Roma. Como vimos a propósito do priorado D. Vasco Marinho, desde cedo que Pedro Marinho é associado à comenda do mosteiro, sendo identificado como comendatário a 11 de Maio de 1515³⁶⁸².

Em documentação posterior, mormente em instrumentos de 3 e 16 de Abril de 1520, continua associado à comenda do mosteiro, surgindo juntamente com D. Vasco Marinho, também comendatário e seu pai a efectuar emprazamentos³⁶⁸³. Esta situação da posse de uma comenda por dois detentores em simultâneo, mesmo com laços de parentesco tão forte, não sendo certamente caso único, é, pelo menos entre os mosteiros agostinhos pouco, usual. A 11 de Novembro de 1521 Pedro Marinho é referenciado como comendador do mosteiro de Longos Vales e das igrejas de S. Tiago de Pias, S. Salvador de Cambeses e S. Miguel de Sago³⁶⁸⁴. Instrumentos de 31 de Janeiro de 1525 e 29 de Junho desse mesmo ano revelam “Pero Marinho fidalgo da Casa del Rey nosso senhor e comendador do mosteiro de Sam Joam de Longovares” à frente da instituição³⁶⁸⁵. Deverá ter falecido em Dezembro de 1539 como se depreende da sucessão do seu filho na comenda de Longos Vales³⁶⁸⁶.

Vasco Marinho II – Prior comendatário do mosteiro de São João de Longos Vales. Trata-se do filho de Pedro Marinho e neto do comendatário homónimo. A sua ligação ao cargo é simultaneamente polémica e fugaz. Vasco Marinho foi empossado no cargo por pretensa renúncia de seu pai que estaria certamente a viver os últimos momentos terrenos como se infere do facto de a posse do mosteiro lhe ter sido dada em “vertude de huma renumciaçam que ho dito Pero Marynho fezera esta noyte pasada”³⁶⁸⁷. O instrumento de empossamento está datado de 21 de Dezembro de 1539, tendo sido chamado para a sua execução Roque Rodrigues, notário apostólico, que ao perguntar pela carta de renúncia foi-lhe dito que a não tinham porque havia sido feita por um notário de nome Solis que já se encontrava no Reino da Galiza³⁶⁸⁸. Tendo em consideração estes elementos, e através do simples confronto das fontes – não excluindo, desde já, a possibilidade de qualquer falha de registo, anotação, ou qualquer outro erro

³⁶⁷⁹ A.U.C. - Universidade de Coimbra, Fazenda, Documentos Relativos ao Mosteiro de S. João de Longos Vales, Dep. IV, Secção 1ª E, Estante 23, Tab. 4, nº 4.

³⁶⁸⁰ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.140vº.

³⁶⁸¹ A leitura desta data também não tem sido consensual, e se a generalidade dos Autores aponta 1521 (veja-se por exemplo Alves, Lourenço, *Arquitectura religiosa do Alto Minho: Igrejas e capelas no Alto Minho do séc. XII ao séc. XVII*, Viana do Castelo, 1987, p.288), também há quem aponte o ano de 1531 (cf. *Guia de Portugal, Vol- IV – Entre Douro e Minho, Tomo II: Minho*, 3ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p.1089).

³⁶⁸² Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.62.

³⁶⁸³ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.170vº.

³⁶⁸⁴ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.173.

³⁶⁸⁵ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.170vº.

³⁶⁸⁶ IAN/TT - Corpo Cronológico, Parte I, Maço 66, Doc. 61.

³⁶⁸⁷ IAN/TT - Corpo Cronológico, Parte I, Maço 66, Doc. 61.

³⁶⁸⁸ IAN/TT - Corpo Cronológico, Parte I, Maço 66, Doc. 61.

involuntário coevo às fontes, ou uma incorrecta interpretação nossa - a própria data avançada por Vasco Marinho para o falecimento do seu pai não poderá estar correcta, uma vez que o rei a 18 de Dezembro de 1539 já tinha conhecimento de que a comenda estava vaga³⁶⁸⁹, o que significa que a morte do comendatário Pedro Marinho deverá ter ocorrido ainda na primeira quinzena de Dezembro. Independentemente dos indícios que revelam um processo muito pouco transparente com a provável inexistência do instrumento de renúncia, o certo é que os cônegos o investiram no cargo através do cerimonial de obediência e entronização habitualmente prestado aos priores agostinhos³⁶⁹⁰. De qualquer modo o desenrolar imediato dos acontecimentos revela-nos que tal acto não teve a concordância nem da autoridade eclesiástica nem do rei, de resto o monarca apressa-se a enviar a D. Pedro de Mascarenhas, à altura representante junto da Santa Sé, uma missiva-pedido “sobre a vagante do mosteiro de Sam Joam de Longovales em favor de frey Duarte”³⁶⁹¹. O consentimento pontifício não se faz esperar, com Paulo III a emitir bula, datada de 8 de Janeiro de 1540³⁶⁹², concedendo o mosteiro de Longos Vales ao infante D. Duarte, uma vez que este se encontrava vago por falecimento do comendatário Pedro Marinho, freire da Ordem de Cristo³⁶⁹³.

Infante D. Duarte – Prior comendatário do mosteiro de São João de Longos Vales. O papa Paulo III (1534-1549) concedeu-lhe este priorado³⁶⁹⁴, por bula de 8 de Janeiro de 1540³⁶⁹⁵, numa altura em que já detinha as comendas de Caramos e Cárquere³⁶⁹⁶. Entre os diversos benefícios eclesiásticos alcançados pelo infante D. Duarte destaque ainda para as comendas do mosteiro regrante de Santa Cruz de Coimbra e do beneditino de S. Miguel de Refoios de Basto³⁶⁹⁷ tendo sido também coadjutor dos mosteiros de Tibães, Carvoeiro e Salzedas³⁶⁹⁸. Com a sua nomeação para bispo de Braga o papa, por bula de

³⁶⁸⁹ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo IV, 1870, p.263. É o próprio D. Pedro de Mascarenhas, embaixador junto da Santa Sé que, na carta que escreve ao monarca, revela ter recebido, a 8 de Janeiro de 1440, 3 cartas régias levadas por Gonçalo de Resende, entre as quais a referente à vacância de Longos Vales, datada de 18 de Dezembro.

³⁶⁹⁰ IAN/TT - Corpo Cronológico, Parte I, Maço 66, Doc. 61.

³⁶⁹¹ *Corpo Diplomático Português...*, Tomo IV, 1870, p.263.

³⁶⁹² A.U.C. – Pergaminhos, Gav.14, M.3, N°56; *Corpo Diplomático Português...*, Tomo IV, 1870, pp.440-443.

³⁶⁹³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav.14, M.3, N°56. Esta bula encontra-se publicada no *Corpo Diplomático Português...*, Tomo IV, 1870, pp.440-443. No documento original a bula aparece datada do ano da Encarnação de 1539, mas convém recordar que a chancelaria pontifícia utilizava o ano da Encarnação, seguindo o cômputo de Florença, contagem que se iniciava a 25 de Março com um atraso de três meses em relação ao Ano do Nascimento de Cristo (cf. Costa, Avelino Jesus da, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3ª ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra-Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993, pp.23-24).

³⁶⁹⁴ Costa, Avelino Jesus da, “A comarca eclesiástica de Valença do Minho”, in *I Colóquio Galaico-Minhoto*, Vol.I, Ponte de Lima, Associação Cultural Galaico-Minhota, 1983, pp.119; Caldas, João Afonso, *Monografia de S. João de Longos Vales – Monção*, Braga, 1975, pp.45.66.

³⁶⁹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav.14, M.3, N°56; *Corpo Diplomático Português...*, Tomo IV, 1870, pp.440-443. Trata-se de uma bula datada dos 6 idos de Janeiro do ano da Encarnação de 1539.

³⁶⁹⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.133; Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.II (Idade Média: paróquias e conventos), Lamego, 1979, p.545. D. Duarte tinha assumido as comendas destes dois mosteiros em 1538 mantendo-as até ao seu falecimento, em 1543.

³⁶⁹⁷ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.133; Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, redigido em 1748 e publicado in *Boletim de Trabalhos Históricos*- Publicação do Arquivo Municipal “Alfredo Pimenta”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.178.

³⁶⁹⁸ Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, 1968, p.599.

6 de Fevereiro de 1542, autorizou-o a deter a posse dos mosteiros de Cárquere e Longos Vales³⁶⁹⁹. Faleceu a 11 de Novembro de 1543³⁷⁰⁰.

Afonso Esteves – Prior do mosteiro de São João de Longos Vales. Trata-se de um cônego do mosteiro de São João de Longos Vales já referenciado nessa comunidade regrante, a 23 de Abril de 1535³⁷⁰¹. Foi também prior claustral do mosteiro³⁷⁰² e aparece intitulado como prior desta canónica regrante, em instrumento de 8 de Fevereiro de 1548³⁷⁰³, tendo alcançado o cargo através de eleição, realizada em 1546³⁷⁰⁴. Esta situação acabaria por gerar um conflito com D. João III que pretendia dar o mosteiro em comenda, enviando, inclusivamente, como seu emissário, Bartolomeu Fernandes de Araújo, para, em seu nome, tomar posse da instituição, encontrando aí, no entanto a resistência do prior e da comunidade na entrega do mosteiro, conseguindo-se um princípio de acordo a 23 de Novembro de 1547³⁷⁰⁵, com o entendimento entre as partes a ser alcançado a 8 de Fevereiro de 1548, com a cedência por parte do prior³⁷⁰⁶.

Infante D. Henrique – Prior comendatário de Longos Vales. Trata-se do último comendatário da instituição tendo o mosteiro sido unido à Companhia de Jesus por Breve de Júlio III em 1551³⁷⁰⁷, por interferência do próprio D. Henrique. Apesar de não termos provas conclusivas da presença de D. Henrique à frente da comenda deste mosteiro, ela parece inegável conforme se deduz pelo pedido e indicações de D. Paulo Pereira, comendatário de Paço de Sousa, que a 4 de Maio de 1548 dava instruções a Gaspar de Faria, fidalgo da Casa Real e residente em Roma para, no caso do infante renunciar à comenda do mosteiro de Longos Vales, o fazer em seu nome, ou que pelo menos conseguisse que retirasse uma pensão para ele³⁷⁰⁸. Em face daquilo que vimos em relação ao priorado de Afonso Esteves é crível que, resolvida a situação, e estando o mosteiro ao dispor de D. João III, o monarca o tenha entregue ao seu irmão, de qualquer modo e em concreto não sabemos em que data D. Henrique assumiu o priorado, nem em que condições. Sabemos apenas que em Novembro de 1543, a intenção do monarca era “hunar e anexar ao dito colégio o mosteiro de Sam Joam de Longuovares, da diocesi de Bragua, da ordem de conegos regrantes de Santo Agostinho, o qual ora está vago per falecimento de dom Duarte, filho del Rey nosso senhor, e electo arcebispo de Bragua, que o tinha em comenda em sua vida”³⁷⁰⁹. Com o arrastamento do processo de união deste mosteiro ao Colégio dos Jesuítas de Coimbra, é muito provável que o monarca tenha acabado por entregar Longos Vales ao seu irmão até como forma preventiva, evitando assim que o papa aí colocasse outro comendatário e obrigasse o monarca a

³⁶⁹⁹ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo V, 1874, pp.27-29.

³⁷⁰⁰ Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa do Pinho, *Portugal antigo e moderno, dictionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, biographico e etymologico*, vol.IV, 1874, p.437.

³⁷⁰¹ A.D.B. - Fundo Monástico Conventual, Societas Jesu - Colégio das Artes e Universidade de Coimbra, Pasta 37, Doc. 994.

³⁷⁰² IAN/TT - Corpo Cronológico, Parte I, Maço 79, Doc. 128.

³⁷⁰³ IAN/TT - Corpo Cronológico, Parte I, Maço 80, Doc. 29.

³⁷⁰⁴ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VI, 1884, p.59.

³⁷⁰⁵ IAN/TT - Corpo Cronológico, Parte I, Maço 79, Doc. 128.

³⁷⁰⁶ IAN/TT - Corpo Cronológico, Parte I, Maço 80, Doc. 29.

³⁷⁰⁷ Cardoso, Jorge, *Agiologio Lusitano*, Tomo I, edição fasc-similada com organização, estudo e índices de Maria de Lurdes Correia Fernandes, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, p.75.

³⁷⁰⁸ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Paço de Sousa*, publicadas e prefaciadas por Alfredo Pimenta, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, p.53.

³⁷⁰⁹ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo V, 1874, p.246.

retroceder nas suas intenções, mas até ao momento ainda não conseguimos estabelecer, documentalmente, essa transição.

1.4.3. - S. Salvador de Paderne (c. Melgaço)

Pedro Martins – Prior do mosteiro de São Salvador de Paderne. Deverá ter falecido em 1394, isto se tivermos em conta que a 10 de Setembro de 1394, o priorado se encontrava vago, surgindo o cônego de Santa Cruz de Coimbra, João Lourenço, a solicitar o priorado desse mosteiro³⁷¹⁰.

João Lourenço – Provável prior do mosteiro de São Salvador de Paderne. Trata-se de um cônego regular do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, investido com as ordens de presbítero, que, a 10 de Setembro de 1394, suplica ao papa de Roma, Bonifácio IX, o priorado do mosteiro de Paderne³⁷¹¹.

Fernando Afonso – Prior do mosteiro de Paderne. A 18 de Janeiro de 1418 endereça súplica ao papa Martinho V³⁷¹².

D. Vasco Rodrigues – Prior do mosteiro de Paderne. D. Vasco Rodrigues surge referenciado em instrumentos de 1 e 10 de Março de 1469 como “prior do mosteiro de São Salvador de Paderne da Hordem de Santo Agostinho”, instrumentos respeitantes a confirmações régias de privilégios do mosteiro, justamente solicitados por este prior³⁷¹³. Temos poucos elementos relativos ao seu governo, de qualquer modo e a avaliar pelas diligências e preocupações demonstradas em obter a confirmação dos privilégios da instituição tudo indica que deverá ter sido um prior bastante capacitado na gestão e defesa dos interesses do mosteiro.

D. Vasco Rodrigues – Prior comendatário do mosteiro de Paderne. Felgueiras Gaio identifica-o como primeiro comendatário de Paderne³⁷¹⁴. É muito provável que estejamos perante o mesmo prior já identificado atrás, ou então perante um homónimo, mas esta é uma questão que a documentação ainda não nos permitiu clarificar, de qualquer modo perante a denominação de comendatário optámos por considerar esta segunda hipótese.

D. Lopo Mariz / Diogo Lopes de Mariz – Provável prior comendatário do mosteiro de Paderne. A única referência que lhe encontramos como comendatário de Paderne é-nos transmitida pelo genealogista Felgueiras Gaio, dando-lhe por ascendentes Catarina Mariz Pinheiro e Lopo de Mariz Lobo³⁷¹⁵. A confirmar-se esta informação é muito provável que estejamos perante o mesmo Diogo Lopes que foi comendatário dos mosteiros de Caramos e de Pedroso, o que em termos cronológicos nos permite colocá-lo como titular da comenda em finais do séc. XV e inícios do XVI.

³⁷¹⁰ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.388.

³⁷¹¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.388.

³⁷¹² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.52.

³⁷¹³ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 31, fls.15vº-16vº.

³⁷¹⁴ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 18, 1939, p.191. No título de Araújo, Felgueiras Gaio identifica-o não como D.Vasco Rodrigues mas sim D. Diogo de Mogueimas (cf. Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 4, Braga, 1938, p.192).

³⁷¹⁵ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 19, 1939, p.141.

D. Estêvão Rodrigues/D. Estêvão Mogueimas Fajardo – Prior comendatário do mosteiro de Paderne. Segundo os cronistas agostinianos Dom Estêvão Rodrigues era prior do mosteiro de Paderne em 1517³⁷¹⁶, altura em que surgiram dúvidas sobre as jurisdições do couto do mosteiro, que foram esclarecidas e confirmadas pelo Doutor Francisco Cardoso, juiz dos feitos de D. Manuel, por carta datada de 11 de Agosto de 1517³⁷¹⁷. Não sabemos qual a data em que lhe foi atribuída a comenda, de qualquer modo o seu priorado iniciou-se em data anterior a esta, sendo que a 11 de Maio de 1515, dia em que os emissários régios compareceram no mosteiro para receberem os rendimentos em que este tinha sido taxado para as novas comendas da Ordem de Cristo, Estêvão Rodrigues, protonotário da Santa Sé, já era prior de S. Salvador de Paderne³⁷¹⁸.

Este D. Estêvão Rodrigues é certamente o mesmo identificado como D. Estêvão de Mogueimas Fajardo de quem Felgueiras Gaio diz ser filho do prior Vasco Rodrigues e de Guiomar Rodrigues de Araújo, indicando-o também como prior comendatário³⁷¹⁹. De facto a informação do genealogista é correcta como revela o instrumento de empraçamento do casal de Quinteiros efectuado no mosteiro de Paderne a 26 de Agosto de 1525 surgindo aí “Dom Estevão de Mogeymes proto notayro da Santa See Appostolica e dom prior do mosteiro de Sam Salvador de Paderne syto neste condado de Valadares da Ordem de Samto Agostynho”³⁷²⁰. Segundo Felgueiras Gaio este comendatário teve três filhos de Francisca Dias, incluindo-se entre eles um com o mesmo nome do pai: Estêvão de Mogueimas³⁷²¹.

D. Agostinho Mogueimas – Prior comendatário do mosteiro de Paderne. É o terceiro comendatário³⁷²². Foi o sucessor de D. Estêvão. Da sua acção sabe-se que empraçou a Quinta de Pontiselas a Gregório Vaz de Mogueimas³⁷²³

D. Pedro de Sousa – Prior comendatário do mosteiro de Paderne. Frei Timóteo dos Mártires identifica-o como sendo o penúltimo prior comendatário do mosteiro³⁷²⁴. Por carta expedida de Roma, a 30 de Janeiro de 1559, o comendador mor, D. Afonso, dava conta ao rei que o cardeal Carrafa tinha dado o mosteiro de Paderne a Pedro de Sousa³⁷²⁵. Numa carta sem datação, mas presumivelmente de 1559, enviada a Lourenço Pires de Távora, embaixador em Roma, o rei escreve que o mosteiro de Paderne é de apresentação da Coroa e que por isso o marquês de Vila Real aí apresentou D. André de Noronha, bispo de Portalegre (1560-1581), e que Pedro de Sousa lhe movera contenda

³⁷¹⁶ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. IX, p.313; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.109.

³⁷¹⁷ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. IX, p.313.

³⁷¹⁸ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.62.

³⁷¹⁹ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 4, Braga, 1938, p.193; Tomo 18, Braga, 1939, p.191).

³⁷²⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Paderne, M.1, Doc.4.

³⁷²¹ Gayo, Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Tomo 18, 1939, p.191.

³⁷²² Também Costa, António Carvalho da, *Corografia portuguesa...*, Tomo I, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p.258, referencia este facto dizendo: “Passou este Mosteiro a Commendadores, & nelle o forão successivamente dous, ou tres fidalgos do appellido de Mogueymes, & Fajardos, que sendo Gallegos, deixarão muita successão em Portugal...”.

³⁷²³ Silva, Armando Barreiros Malheiro da, *O mosteiro de S. Salvador de Paderne em demanda com os senhores da Quinta de Pontiselas (século XVII): Subsídios para a Genealogia dos “Mogueimas y Fajardo”*, Separata do livro *I Colóquio Galaico Minhoto*, Câmara Municipal de Melgaço, 1983, p.7.

³⁷²⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.110.

³⁷²⁵ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VIII, 1884, p.97.

alegando que houve posse dele primeiro, e que agora este último trabalhava no sentido de o retirar da posse da Coroa, por isso pedia-lhe que encarregasse dessa questão o Doutor António Lopes, seu procurador³⁷²⁶. É também conhecida a resposta de António Lopes que por carta de 4 de Março de 1561, informa o monarca que conseguira reverter a situação, conseguindo que a Cúria desse sentença favorável ao bispo de Portalegre, da qual não era sequer possível apelar, ficando assim este mosteiro “do padroado da coroa liquidamente”, comprometendo-se ainda o embaixador a escrever ao bispo de Portalegre no sentido de este chegar a um entendimento com Pedro de Sousa para se evitar mais questões sobre este assunto³⁷²⁷. Desconhecemos o desenrolar do processo mas, aparentemente, as pretensões do monarca saíram goradas, é que uma carta de Lourenço Pires de Távora para o rei, datada de 1 de Dezembro de 1559, revela que era intenção do rei que o embaixador conseguisse uma permuta entre D. Pedro de Sousa e D. André de Noronha a propósito das comendas de Ganfei e de Paderne³⁷²⁸. Tal plano parece também não ter obtido o êxito desejado, é que o comendatário Pedro de Sousa é quem recebe a 17 de Dezembro de 1561 o emissário régio, Manuel de Almeida, que se apresenta em Paderne, com uma provisão régia, para tomar posse do mosteiro³⁷²⁹. Apesar da animosidade com que foi recebido as ordens do emissário foram obedecidas e foi-lhe entregue o mosteiro no dia seguinte³⁷³⁰.

D. Diogo de Alarcão – Prior comendatário do mosteiro de Paderne. Segundo os cronistas agostinianos trata-se do último prior comendatário do mosteiro de Paderne³⁷³¹, tendo sucedido no cargo a D. Pedro de Sousa³⁷³². Segundo Frei Timóteo dos Mártires o prior D. Diogo de Alarcão faleceu em 1593³⁷³³.

Priores cuja casa religiosa não foi possível identificar:

Domingos Martins – Prior de ?. Um obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Dominicus Martini priol de -----” a 25 de Fevereiro, sem referenciar o ano do óbito³⁷³⁴. Não conseguimos ler a parte respeitante à casa religiosa em causa, isto partindo do princípio que se trata de um mosteiro regrante.

Fernão Gonçalves/Fernando Gonçalves – Prior do mosteiro de ?. Um obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Fernandus Gonsalvi prior monasterii Sancti -----” a 17 de Abril, sem identificar o respectivo ano³⁷³⁵. Não conseguimos ler a parte respeitante à identificação da canónica, embora nos pareça que está um i sobreposto ao sinal de abreviatura o que automaticamente e em termos de terminologia da palavra em latim reduziria as possibilidades para S. Vicente, S. Jorge, S. Pedro, Santo Estêvão ou S. Martinho. Como neste obituário os oragos de Roriz e Vilela são normalmente omitidos

³⁷²⁶ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VIII, 1884, pp.254-255.

³⁷²⁷ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo XI, 1898, pp. 575-576.

³⁷²⁸ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VIII, 1884, p.254.

³⁷²⁹ IAN/TT – Corpo Cronológico, Parte I, M.104, Doc.74.

³⁷³⁰ IAN/TT – Corpo Cronológico, Parte I, M.104, Doc.74.

³⁷³¹ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. IX, p.313; Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.110.

³⁷³² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.110.

³⁷³³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.110.

³⁷³⁴ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.38vº.

³⁷³⁵ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.14.

ou aparecem adstritos à localidade, restam-nos três possibilidades. Do que se consegue ler também não parece S. Jorge e em relação a São Vicente como na listagem de priores fornecida por Frei Timóteo dos Mártires não encontramos nenhum Fernão Gonçalves³⁷³⁶, o que não invalida que se trate de um religioso desta instituição, restam-nos a hipótese que nos parece mais viável que é a de S. Martinho, e aí teremos Mancelos, Crasto e Caramos.

³⁷³⁶ A listagem dos priores do mosteiro de S. Vicente (não contabilizando os comendatários) encontra-se em Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, pp.86-98.

Anexo 2

Biografias de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho

2.1. Diocese de Braga

2. 1.1. - Santa Maria de Landim (c. Vila Nova de Famalicão)

Martim Anes/Martinho Anes – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Martinus Johannis canonicus de Nandim” a 28 de Junho mas sem a respectiva menção ao ano do óbito³⁷³⁷. É muito possível que este religioso integrasse a comunidade regrante de Landim nos primeiros anos do séc. XIV, é que um dos registos que lhe sucede nesse obituário está datado de 1319. O mesmo obituário apresenta um outro assento respeitante a “Martinus Johannis canonicus de Nandim” mas cujo aniversário era celebrado a 7 de Maio também sem qualquer indicação ao ano em que ocorreu o falecimento³⁷³⁸. Estaremos perante o mesmo religioso ou os registos serão respeitantes a indivíduos diferentes? De facto esta última hipótese seria a que mais sentido faria no entanto neste obituário é possível detectar vários casos em que o mesmo religioso é referenciado em datas diferentes. Fica a dúvida.

João Romeu – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Johannes Romeu canonicus de Nandim” a 28 de Junho mas como acontece habitualmente, sem a indicação do ano³⁷³⁹. À semelhança do que sucede com o cónego Martim Anes, é expectável que João Romeu fosse cónego de Landim no princípio do séc. XIV, de resto o seu assento é precedido pelo de Martim Anes e antecede o do óbito de um cónego de S. Vicente que se encontra datado de 1319. Face a estes elementos e partindo do princípio que nesses registos foi respeitada a ordem cronológica, parece-nos bastante provável que ambos fizessem parte da comunidade regrante landinense em parte das duas primeiras décadas de trezentos.

João Peres – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. Um obituário de S. Vicente de Fora menciona o falecimento de “Johannes Petri canonicus de Nandim” a 4 de Julho mas sem qualquer referência ao ano³⁷⁴⁰. A possibilidade de estarmos perante um religioso enquadrável nas primeiras três décadas e meia do séc. XIV parece-nos bastante forte e baseia-se no facto de o seu registo anteceder o do óbito da rainha D. Isabel, mulher de D. Dinis e mãe de D. Afonso IV, facto que ocorreu a 4 de Julho de 1336³⁷⁴¹.

Lourenço Geraldês - Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. A 30 de Agosto de 1317 “Lourenço Giraldiz frade de Nandim” encontrava-se em Santa Maria de Bem a Todos (actualmente Santa Maria de Viatodos, c. Barcelos), surgindo entre as testemunhas do testamento de Pedro Abade, abade dessa freguesia³⁷⁴².

Domingos Geraldês – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. A 30 de Agosto de 1317 figura entre as testemunhas do testamento do abade de Viatodos, sendo aí

³⁷³⁷ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.107.

³⁷³⁸ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.89.

³⁷³⁹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.107.

³⁷⁴⁰ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.110.

³⁷⁴¹ Vasconcelos, António de, *Rainha Santa Isabel*, Vol. 30 da colecção Biografias da História de Portugal, coordenação de José Hermano Saraiva, Matosinhos, Quidnovi, 2004, p.26; Sousa, Manuel de, *Reis e Rainhas de Portugal*, 4ª ed., Mem Martins, Sporpress, 2001, p.50.

³⁷⁴² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.75vº-76.

referenciado como “companhom” de Lourenço Geraldês, cónego de Landim³⁷⁴³. E se essa indicação, isoladamente, poderia suscitar algumas dúvidas quanto a uma correcta identificação deste religioso, um Obituário de S. Jorge de Coimbra parece dissipá-las, registando o falecimento de “Dominicus Geraldî canonicus de Nandim” a 9 de Fevereiro³⁷⁴⁴. É certo que o Obituário não referencia o ano em que ocorreu o falecimento, de qualquer forma, e partindo do princípio que os registos aí efectuados obedecem a uma sequência cronológica, podemos dizer que tal facto não poderá ser posterior a 1346, que é justamente a data do assento subsequente ao de Domingos Geraldês³⁷⁴⁵.

Vicente Martins³⁷⁴⁶ - Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. Foi o procurador do mosteiro no processo de inquirição que D. Afonso IV aí ordenou no sentido de averiguar a quem pertenciam as jurisdições dos coutos de Landim e Palmeira, e da qual resultou sentença de 8 de Fevereiro de 1336 atribuindo apenas a jurisdição cível ao mosteiro³⁷⁴⁷.

João Vicente – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. A 19 de Novembro de 1359 o cónego João Vicente encontrava-se em Braga, na companhia do seu prior e de um outro cónego de Landim, sendo referenciado entre as testemunhas de um contrato de emprazamento que o mosteiro de Roriz celebrou, nessa cidade, perante o vigário geral³⁷⁴⁸.

Silvestre Martins – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. Este religioso surge identificado como sendo cónego do mosteiro de Landim em instrumento de 19 de Novembro de 1359³⁷⁴⁹.

D. Pedro Pel – Provável cónego de Santa Maria de Landim. Trata-se de um possível cónego de Landim que, segundo Frei Timóteo dos Mártires, foi prior de Refoios de Lima, por volta de 1400, o que a confirmar-se, o coloca entre a comunidade landinense pelo menos em parte do último quartel do século XIV³⁷⁵⁰.

Frei Bartolomeu Esteves - Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. A 7 de Maio de 1401 foi confirmado como pároco da igreja de Santo André de Sobradelo³⁷⁵¹.

Vicente Estêvão - Provável cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. Apenas sabemos que foi reitor da igreja de Santa Maria de Ribeiros da terra de Montelongo, tendo falecido em 1405³⁷⁵².

³⁷⁴³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.75vº-76.

³⁷⁴⁴ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.36vº.

³⁷⁴⁵ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.36vº.

³⁷⁴⁶ Poderá ser António Martins como aparece na sentença de 4 de Fevereiro de 1336 referente à jurisdição do Couto do mosteiro de Landim e transcrita em *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV*, Vol. II (1336-1340), 1992, pp.12-15 (Doc.6), onde o procurador do mosteiro é “Anton Martiinz coonigo do dicto monsteiro”.

³⁷⁴⁷ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV*, Vol. II (1336-1340), 1992, pp.164-166 (Doc.72). Apesar de algumas variações os textos são muito idênticos.

³⁷⁴⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, Nº17.

³⁷⁴⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, Nº17.

³⁷⁵⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1960, p.63.

³⁷⁵¹ A.D.B. - Livros de Mostras, Nº1, fl.166; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.740.

Rodrigo Diogo - Provável cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. O arcebispo de Braga D. Martinho confirmou, a 2 de Março de 1405, no mosteiro de Landim, Rodrigo Diogo como reitor da igreja Santa Maria de Ribeiros³⁷⁵³.

Fernando Domingues - Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. A 5 de Janeiro de 1427 já se encontrava no mosteiro como se deduz da súplica que Gonçalo Gonçalves, um clérigo da diocese de Braga, dirige ao papa, pedindo a reitoria da igreja de S. Pedro do Bairro, do arcebispado de Braga, em virtude de esta se encontrar vaga devido ao ingresso de Fernando Domingues, seu último reitor, no mosteiro de cónegos regrantes de Santa Maria de Landim³⁷⁵⁴. É muito provável que o requerente não tenha chegado a assumir a igreja de S. Pedro de Bairro, uma vez que a 2 de Maio de 1430 surge um outro clérigo, João Gonçalves, a solicitar o benefício dessa igreja, indicando como seu último reitor Fernando Domingues que tinha ingressado no mosteiro de Landim, e que incorrera em ilegalidade ao manter-se à frente da paróquia³⁷⁵⁵.

João Gonçalves – Provável cónego do mosteiro de Landim. Filho de monge professo. A 15 de Abril de 1430 recebe ordens de Evangelho em Braga³⁷⁵⁶.

Vicente Martins - Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. A 31 de Julho de 1430 foi confirmado como pároco da igreja de Santo Estêvão de S. Fins³⁷⁵⁷.

Gomes Fernandes – Provável cónego do mosteiro de Landim. Tem dispensa eclesiástica que lhe permite receber, a 19 de Dezembro de 1444, ordens menores em Braga³⁷⁵⁸.

Álvaro Afonso – Provável cónego de Landim e futuro prior do mosteiro. A primeira referência que lhe conhecemos é de 12 de Março de 1446 dia em que recebe ordens de Epístola em Braga³⁷⁵⁹, surgindo aí já na condição de prior do mosteiro, de qualquer modo é muito provável que se trate de um cónego da comunidade que ascende ao priorado.

Gonçalo Pires - Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim e futuro prior da Costa. A 16 de Abril de 1446 este “coonigo do mosteiro de Santa Maria de Nandim da Hordem de Santo Agostinho”, da diocese de Braga, recebe ordens de Missa em Braga³⁷⁶⁰. A 17

³⁷⁵² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.4.

³⁷⁵³ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.4.

³⁷⁵⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp.168-169; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.740.

³⁷⁵⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.531; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.740.

³⁷⁵⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 1, fl.9v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.17.

³⁷⁵⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.27; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.738; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.97.

³⁷⁵⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 6, fl.2.; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.46.

³⁷⁵⁹ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.5v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.68.

³⁷⁶⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.5v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.75.

de Setembro de 1450 vai ser confirmado como prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa³⁷⁶¹.

Jorge Anes - Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. A 23 de Março de 1448 recebe ordens de Evangelho em Braga³⁷⁶².

Fernão Gonçalves – Provável cónego do mosteiro de Landim. Filho de Gonçalo Vasques e de sua mulher Beatriz Eanes da freguesia do couto de Landim. A 24 de Abril de 1451 recebe ordens menores em Braga³⁷⁶³. Esta possibilidade assenta apenas na sua proveniência geográfica.

João Álvares - Provável cónego do mosteiro de Landim. Filho de Álvaro Gonçalves e de sua mulher Maria Gonçalves, moradores na freguesia do mosteiro de Landim. A 28 de Fevereiro de 1461 recebe ordens menores em Braga³⁷⁶⁴. A hipótese de se tratar de um religioso desta casa monástica resulta apenas do pressuposto geográfico.

João Fernandes - Cónego regente do mosteiro de Landim. A 28 de Fevereiro de 1461 recebe ordens de Epístola em Braga³⁷⁶⁵ e a 21 de Março de 1461, com licença do seu prior, recebe ordens de Evangelho, novamente em Braga³⁷⁶⁶. A 4 de Abril de 1461 encontrava-se de novo na cidade bracarense onde lhe são conferidas ordens de Missa, sendo aí referenciado como abade de S. Miguel de Lama³⁷⁶⁷. Este mesmo João Fernandes, continua a ser identificado, em 1475, como cónego de Santo Agostinho e abade de S. Miguel de Lama, altura em que foi a Roma na condição de procurador dos cónegos regentes e conseguiu uma bula do papa Sisto IV (1471-1484) a condenar os abusos e violências contra as liberdades eclesiásticas³⁷⁶⁸.

Fernão de Ferreira – Provável cónego do mosteiro de Landim. Filho de Diogo de Ferreira e de sua mulher Inês Lourenço, moradores na freguesia do mosteiro de Landim. A 21 de Março de 1461 recebe ordens menores em Braga³⁷⁶⁹. Apesar de não dispormos de nenhum elemento comprovativo da sua ligação a esta canónica, a sua origem geográfica leva-nos a considerar tal possibilidade.

Fernão Martins Taveira – Provável cónego e prior do mosteiro de Landim. Filho de Martim Gonçalves Taveira, antigo prior de Santa Maria de Landim, recebeu ordens menores a 29 de Junho de 1461, em Chaves, após a necessária dispensa eclesiástica por

³⁷⁶¹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.159; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.755.

³⁷⁶² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 17, fl.6v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.107.

³⁷⁶³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.36; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.162.

³⁷⁶⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 2, fl.2; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.319.

³⁷⁶⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 2, fl.4; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.320.

³⁷⁶⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 3, fl.4v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.326.

³⁷⁶⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 4, fl.12; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.331.

³⁷⁶⁸ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.949 (nota 892).

³⁷⁶⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 3, fl.1; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.323.

ser filho ilegítimo. Morava, à altura na casa do duque de Bragança³⁷⁷⁰. A 7 de Dezembro de 1465 foi-lhe passada carta de legitimação, confirmando-se a sua filiação de Fernão Martins Taveira e Maria Anes, mulher solteira³⁷⁷¹. Há a probabilidade de Fernão Martins Taveira ter sucedido, durante um curto período de tempo, ao seu pai no governo da canónica landinense³⁷⁷².

João Peres/João Pires – Cónego do mosteiro de Landim e seu prior claustral. “Joham Periz tomou ho abyto e fez profissam no mosteiro de Nandym e hii foy prior crasteyro ate que morreo”³⁷⁷³. Esta informação é-nos dada através do articulado de uma sentença da Sé de Braga a favor do mosteiro de Roriz e contra Pedro de Pedrados, réu no processo, pronunciada a 22 de Junho de 1498³⁷⁷⁴. A questão tinha sido motivada por causa de meio casal que o réu, filho de Gonçalo de Pedrados reivindicava, reacendendo-se uma demanda já originada na geração anterior, uma vez que o referido Gonçalo de Pedrados, morador na aldeia de Pedrados, freguesia de São Tomé de Negrelos, andou em contenda com o mosteiro de Landim por causa desses bens³⁷⁷⁵. O meio casal em causa era de “Joham Periiz coonigo de Samto Agostinho que lhe veo de sua direita herança”, ficando à sua morte para o mosteiro de Landim, onde havia professado, alegando Gonçalo de Pedrados, tio desse cónego, que João Peres lhe tinha deixado o casal em herança o que motivou uma disputa com o prior landinense, à altura D. Álvaro Afonso, cujo desfecho acabou por ser favorável aos regrantes de Landim. Apesar de não termos elementos concretos que nos permitam fixar a cronologia do cónego João Pires, os elementos do processo e o facto de ter sido contemporânea do prior Álvaro Afonso, cuja presença no priorado do mosteiro é documentada entre 1446 e 1481, ajudam-nos a limitá-la com alguma segurança, enquadrando-se por isso a sua presença em Landim num período que certamente não transporá as décadas de cinquenta, sessenta e setenta. O facto de o seu tio apenas ser referenciado pelo apodo toponímico não auxilia à identificação dos seus progenitores e também sabemos apenas qual era a freguesia em que morava Gonçalo de Pedrados podendo ser natural de Landim, ou de uma outra localidade mais próxima do mosteiro. Nesta linha de pensamento detecta-se entre as matrículas de Ordens da diocese de Braga um João Peres, filho de Pedro André e de sua legítima mulher, Inês Álvares, da freguesia de Landim, que recebeu ordens menores, em Braga, a 21 de Fevereiro de 1467³⁷⁷⁶. Será o mesmo João Peres? É possível.

Frei Fernando - Provável cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. A 27 de Setembro de 1481 era abade da igreja de Bente, igreja da apresentação do mosteiro de Landim³⁷⁷⁷. É muito provável que seja o Fernando Anes que surge referenciado como prior de Landim em Abril de 1495³⁷⁷⁸.

³⁷⁷⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 5, fl.8v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.339.

³⁷⁷¹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1015; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.97.

³⁷⁷² A este propósito consulte-se a informação presente na entrada que lhe dedicamos na secção dos priores.

³⁷⁷³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N.º224.

³⁷⁷⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N.º224.

³⁷⁷⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N.º224.

³⁷⁷⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 13, fl.5.

³⁷⁷⁷ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.7.

³⁷⁷⁸ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.8.

Pedro Martins - Cónego do mosteiro de Landim. A 4 de Abril de 1495, surge arrolado entre os membros da comunidade regrante de Landim, dia em que o mosteiro emprazou a quintã da Lama³⁷⁷⁹. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Petrus Martini canonicus de Nandim” a 10 de Fevereiro, mas sem qualquer indicação do ano³⁷⁸⁰. É provável que tal registo seja referente a este cónego. Também um obituário de S. Vicente de Fora refere o passamento de um “Petrus Martini canonicus de Nandim” a 20 de Julho mas sem referenciar o ano do óbito³⁷⁸¹.

Luís Afonso - Cónego do mosteiro de Landim. Aparece citado como tal num documento de 4 de Abril de 1495³⁷⁸².

Afonso Anes - Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. Aparece referenciado no emprazamento que o mosteiro faz da quintã da Lama, a 4 de Abril de 1495, altura em que era também abade da igreja de Sequeiró³⁷⁸³, uma das igrejas anexas do mosteiro de Landim.

Baltasar Correia - Cónego do mosteiro de Landim. Já surge identificado entre os elementos desta comunidade regrante a 4 de Abril de 1495, dia em que, em conjunto com o seu prior, emprazam, a quintã da Lama³⁷⁸⁴. Em Agosto de 1514 os juízes do Porto inquiriram diversas pessoas a propósito da prisão de Maria Luís por parte das justiças do Duque de Bragança e entre os inquiridos encontra-se João Anes, lavrador e morador em Vila Alva, que ao perguntarem-lhe se tinha conhecimento de mais alguma prisão por parte das justiças do Duque disse-lhes que foi presa uma mulher que tinha sido “manceba de Baltazar Corea conigo do mosteiro de Landim”, captura que tinha ocorrido há sete ou oito meses³⁷⁸⁵. Este relato permite-nos, naturalmente, fixar a presença deste religioso no mosteiro de Landim por esta altura. De resto, a sua presença entre a comunidade landinense é comprovável ainda a 26 de Maio de 1515, dia em que os emissários régios aí foram aplicar a taxação a que o mosteiro tinha sido sujeito para as comendas novas da Ordem de Cristo, surgindo aí, entre os cónegos do mosteiro que presenciaram o acto, Baltasar Correia³⁷⁸⁶.

António Martins – Cónego de Santa Maria de Landim. Já integrava a comunidade monástica a 26 de Maio de 1515 sendo um dos cónegos que recepcionaram Rui Fernandes, corregedor de Entre Douro e Minho, e Marçal Vasques, clérigo de Braga e notário público por autoridade apostólica, ambos emissários régios para a aplicação da taxação para as novas comendas de Cristo³⁷⁸⁷. Volvida praticamente uma década, mais concretamente no dia 7 de Março de 1525, participou, juntamente com outros três cónegos do mosteiro, num emprazamento feito a António Gonçalves, a sua mulher,

³⁷⁷⁹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.8.

³⁷⁸⁰ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.37.

³⁷⁸¹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.116.

³⁷⁸² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.8.

³⁷⁸³ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.8.

³⁷⁸⁴ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.8.

³⁷⁸⁵ Duarte, Luís Miguel, *Justiça e criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999, p.712.

³⁷⁸⁶ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.64.

³⁷⁸⁷ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.64.

Constança Barbosa e a um filho ou filha destes, de dois casais que o mosteiro tinha na aldeia de Pereira, freguesia de Esmeriz³⁷⁸⁸.

João Ramalho – Cónego de Santa Maria de Landim. Surge referenciado como monge de Landim a 26 de Maio de 1515, dia em que aí se deslocaram os emissários régios para aplicar a taxaçaõ para as comendas novas da Ordem de Cristo³⁷⁸⁹. Cerca de uma década depois a presença deste cónego entre a comunidade regrante é-nos atestada por instrumento de 7 de Março de 1525, participando na celebração de um contrato de emprazamento entre o mosteiro e António Gonçalves, respeitante a dois casais que Landim possuía na aldeia de Pereira, freguesia de Esmeriz³⁷⁹⁰. Cerca de 18 anos depois João Ramalho continua a fazer parte da comunidade regrante de Santa Maria de Landim, estando presente no emprazamento que o mosteiro faz, a 25 de Setembro de 1543, a Luís Álvares, a sua mulher, Brites Rodrigues, e a uma terceira pessoa, de umas casas no lugar de Penso, freguesia de S. Martinho de Ávidos³⁷⁹¹. Esta é a última indicação documental que lhe conhecemos embora não saibamos quando faleceu, de qualquer modo fica a certeza de que este religioso foi, pelo menos durante três décadas, cónego regrante de Landim.

Fernando Anes – Cónego e prior crasteiro de Santa Maria de Landim. É referenciado pela primeira vez em dois emprazamento feitos no mosteiro no dia 11 de Fevereiro de 1529, um respeitante ao casal de Pereirinhas, na freguesia de S. Tiago de Areias, entregue a João Gil e a sua mulher, Marqueza Afonso, e a uma terceira pessoa³⁷⁹² e o outro também em três vidas referente a moinhos no Rio Pele, feito a Diogo Álvares e Maria Pires, sua mulher e a uma terceira pessoa³⁷⁹³. Nestes instrumentos já surge referenciado como prior claustral, indicação que se repete em documentos posteriores datados de 11 de Fevereiro de 1529 e 25 de Setembro de 1543³⁷⁹⁴. Frei Timóteo dos Mártires ao retratar o mosteiro de Santa Maria de Landim indica entre os seus priores comendatários um D. Fernando Anes, que segundo o cronista ocupou a comenda do mosteiro de Landim em 1556, altura do falecimento do cardeal D. Miguel da Silva³⁷⁹⁵, mas tudo indica tratar-se deste cónego regrante que, não como comendatário mas sim na qualidade de prior claustral, deverá ter assegurado a gestão do mosteiro durante as situações de vacância. Poderá também admitir-se a hipótese de estarmos perante o prior Fernando Anes que governou o mosteiro no final do séc. XV e que com a passagem de Landim para as mãos dos comendatários, nomeadamente com a entrada de Diogo de

³⁷⁸⁸ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.23; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.76.

³⁷⁸⁹ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.64.

³⁷⁹⁰ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.23; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.76.

³⁷⁹¹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.26; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.79.

³⁷⁹² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.20. Este documento está sumariado por Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.77.

³⁷⁹³ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.24. Este documento encontra-se sumariado e transcrito por Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, pp. 78, 149-150.

³⁷⁹⁴ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.26; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.79.

³⁷⁹⁵ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, , Tomo III, 1960, p.45.

Azevedo, tenha passado a exercer o cargo de prior claustral, mas dada a extensão do período temporal em causa tal possibilidade parece pouco crível.

Francisco Álvares – Cónego de Santa Maria de Landim. A 7 de Março de 1525 esteve presente no emprazamento que o mosteiro fez a António Gonçalves, a sua mulher, Constança Barbosa, e a um filho ou filha deles, de dois casais que o cenóbio tinha na aldeia de Pereira, freguesia de Esmeriz³⁷⁹⁶. Alude-se ao seu nome num emprazamento feito a 11 de Fevereiro de 1529, respeitante a uns moinhos que o mosteiro de Landim possuía no rio Pele, e que emprazou a Diogo Álvares, a sua mulher e a uma terceira pessoa, tendo este cónego sido encarregue, juntamente com Pedro de Basto, capelão de Santiago da Carreira, de fazer vistoria aos moinhos de forma a estabelecer o preço da renda que os foreiros deveriam pagar³⁷⁹⁷. A 25 de Setembro de 1543 participa no emprazamento que o mosteiro faz, em três vidas, a Luís Álvares, a sua mulher, Brites Rodrigues, e a uma terceira pessoa, de umas casas no lugar de Penso, freguesia de S. Martinho de Ávidos³⁷⁹⁸.

João Fernandes – Cónego de Santa Maria de Landim. A 7 de Março de 1525 esteve presente no emprazamento que o mosteiro fez a António Gonçalves, a sua mulher, Constança Barbosa, e a um filho ou filha deles, de dois casais situados na aldeia de Pereira, freguesia de Esmeriz³⁷⁹⁹. O seu nome consta da lista de cónegos que emprazaram, a 25 de Setembro de 1543, casas no lugar de Penso, na freguesia de S. Martinho de Ávidos³⁸⁰⁰. João Fernandes foi abade de Guardizela, igreja cuja apresentação competia ao mosteiro de Landim, tendo o “dilecti filii Johanius Ferdinandi” renunciado em data anterior a 6 de Março de 1555, dia em que o papa Paulo IV (1555-1559) confirmou no cargo Mateus Fernandes, estudante em Salamanca³⁸⁰¹. João Fernandes surge novamente referenciado como cónego do mosteiro de Landim num emprazamento, de vários casais, feito a Pantalião Gonçalves a 29 de Junho de 1558³⁸⁰². Manteve-se no mosteiro até à integração de Landim na Congregação de Santa Cruz de Coimbra, sendo, em 1568, um dos cónegos que recebia uma pensão de subsistência por se ter recusado a aceitar essa reforma³⁸⁰³.

Manuel Pires – Cónego de Santa Maria de Landim e seu prior claustral. É referenciado pela primeira vez a 25 de Setembro de 1543, dia em que o mosteiro emprazou a Luís Álvares, a sua mulher, Brites Rodrigues, e a uma terceira pessoa, casas no lugar de Penso, freguesia de S. Martinho de Ávidos³⁸⁰⁴. A 29 de Junho de 1558 já era prior

³⁷⁹⁶ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.23. Este documento encontra-se sumariado por Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.76.

³⁷⁹⁷ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.24; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, pp.149-150.

³⁷⁹⁸ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.26; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.79.

³⁷⁹⁹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.23; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.76.

³⁸⁰⁰ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.26; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.79.

³⁸⁰¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14-A, M.4, N°76.

³⁸⁰² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.28.

³⁸⁰³ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros ...”, 1987, p.172.

³⁸⁰⁴ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.26; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.79.

claustral de Santa Maria de Landim³⁸⁰⁵, funções que deverá ter ocupado até à integração do mosteiro na Congregação de Santa Cruz de Coimbra, em 1567, sendo um dos cónegos que não aceitou essa reforma, atribuindo-se-lhe então uma pensão anual em géneros e dinheiro para sua subsistência³⁸⁰⁶.

Pedro de Banho (?) – Cónego de Santa Maria de Landim. Esteve presente no emprazamento que o mosteiro fez, a 25 de Setembro de 1543, a Luís Álvares, a sua mulher, Brites Rodrigues, e a uma terceira pessoa, de casas no lugar de Penso, freguesia de S. Martinho de Ávidos³⁸⁰⁷.

Pedro Álvares – Cónego de Santa Maria de Landim. É um dos cinco cónegos que integra o convento de Santa Maria de Landim a 29 de Junho de 1558, dia em que é feito um emprazamento no mosteiro³⁸⁰⁸. Foi também um dos cinco religiosos de Landim que abandonou o mosteiro com a sua integração na Congregação de Santa Cruz de Coimbra, ficando a receber uma pensão anual³⁸⁰⁹.

Cristóvão Gonçalves – Cónego de Santa Maria de Landim. É um dos cónegos referenciados no emprazamento que o mosteiro faz, de vários casais, a Pantalhão Gonçalves, familiar do cardeal Farnésio, a 29 de Junho de 1558³⁸¹⁰. Por visita de 27 de Agosto de 1568 sabemos que Cristóvão Gonçalves recebia, anualmente, oito mil reis em dinheiro, além de significativas quantias de trigo, vinho e galinhas para sua subsistência, pensão de que usufruía por não ter aceite a adesão do mosteiro à Congregação de Santa Cruz³⁸¹¹.

Nicolau Ramalho (?) – Cónego de Santa Maria de Landim. É identificado como cónego de Santa Maria de Landim num instrumento lavrado no mosteiro a 29 de Junho de 1558³⁸¹².

Miguel Fernandes – Cónego de Santa Maria de Landim. É um dos cinco religiosos de Landim que não aceitou a reforma monástica levada a cabo na instituição e que culminou com a integração do mosteiro na Congregação de Santa Cruz de Coimbra, em 1567, sendo-lhe então atribuída uma pensão anual de subsistência³⁸¹³. Este cónego trazia emprazada uma vinha do mosteiro³⁸¹⁴.

Cónegos cuja cronologia não foi possível estabelecer:

³⁸⁰⁵ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.28.

³⁸⁰⁶ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros ...”, 1987, p.172. Na transcrição do documento apresentada pelo Autor aparece “Miguel Peres? q. servia de prior castreiro”, por isso parece-nos muito provável que se trate de Manuel Pires, de qualquer modo e como não tivemos oportunidade de confrontar o original fica aqui apenas essa indicação.

³⁸⁰⁷ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.26; Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.79.

³⁸⁰⁸ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.28.

³⁸⁰⁹ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros ...”, 1987, p.172.

³⁸¹⁰ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.28.

³⁸¹¹ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros ...”, 1987, p.172. Este religioso aparece aí referenciado como Cristóvão Fernandes mas deverá ser o mesmo indivíduo que detectamos no documento de 1558.

³⁸¹² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Landim, M.1, Doc.28.

³⁸¹³ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros ...”, 1987, p.172.

³⁸¹⁴ Ferro, Adérito Gomes Ferreira Paulo, “Inquérito à vida dos mosteiros ...”, 1987, p.173.

Domingos Peres/Domingos Pires – Cónego do mosteiro de Landim. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Dominicus Petri presbiter canonicus de Nandim” a 4 de Janeiro mas sem qualquer indicação ao ano do óbito³⁸¹⁵.

Domingos Peres II/Domingos Pires – Cónego do mosteiro de Landim. O seu nome aparece nos registos de um obituário de S. Vicente de Fora anotando-se aí o falecimento de “Dominicus Petri canonicus de Nandim” a 19 de Agosto mas sem qualquer indicação ao ano do óbito³⁸¹⁶. Assumimos tratar-se de um indivíduo diferente do Domingos Peres já identificado uma vez que esse era apresentado como presbítero e cónego, enquanto este é apenas indicado como cónego. Tendo como fonte o obituário de S. Vicente aparece-nos uma outra indicação a um cónego de Landim também designado Domingos Peres, recaindo o seu aniversário a 22 de Agosto³⁸¹⁷. Tendo em consideração a frequência com que este nome surge na Idade Média não será de excluir a possibilidade de também neste caso estarmos perante religiosos diferentes mas até ao aparecimento de provas que o certifiquem optámos por considerar tratar-se de uma duplicação do registo, mais a mais dada a proximidade das datas.

D. Durando – Cónego do mosteiro de Landim. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Durandus de Nandim” a 11 de Outubro mas sem indicação do ano do óbito³⁸¹⁸.

João Martins - Cónego de Santa Maria de Landim. “Johanes Martinii canonicus de Nandim” surge referenciado num Obituário de S. Jorge de Coimbra, registando-se aí o seu falecimento a 12 de Fevereiro, mas sem indicação do ano em que ocorreu o óbito³⁸¹⁹. Ao retratar os priores do mosteiro de Landim já equacionámos a possibilidade deste João Martins ser o mesmo que Frei Timóteo dos Mártires coloca como prior mor em 1445³⁸²⁰, mas por ora não temos elementos que nos permitam validar essa hipótese.

Martim Soares/Martinho Soares – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Martinus Suerii canonicus de Nandim” a 20 de Julho mas sem qualquer referência ao ano do do óbito³⁸²¹.

Martim/Martinho – Cónego do mosteiro de Landim. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Martinus canonicus de Nandim” a 8 de Setembro mas sem referência ao ano do óbito³⁸²². Conhecendo-se apenas o nome próprio acrescem exponencialmente as dificuldades quanto a uma correcta identificação, pelo que poderá tratar-se de um qualquer religioso detentor deste nome, que até possa estar já aqui identificado.

Martim Mendes/Martinho Mendes – Cónego do mosteiro de Landim. “Martinus Menendi presbiter canonicus de Nandim” surge referenciado num obituário de S.

³⁸¹⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.47.

³⁸¹⁶ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.125.

³⁸¹⁷ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.126.

³⁸¹⁸ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.155.

³⁸¹⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.37.

³⁸²⁰ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.43.

³⁸²¹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.116.

³⁸²² Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.135.

Vicente de Fora registando-se aí o seu falecimento a 4 de Outubro mas sem referência ao ano do óbito³⁸²³.

Martim Peres/Martim Pires – Cónego de Landim e prior de Requião. Um obituário do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia regista o falecimento de D. Martim Peres, prior de Requião e cónego de Landim a 17 de Novembro, mas sem indicação do respectivo ano³⁸²⁴. Já um obituário de S. Vicente de Fora indica o falecimento de “Martinus Petri canonicus de Nandim” a 21 de Julho mas sem a respectiva menção ao ano do óbito³⁸²⁵. No registo deste obituário não é feita qualquer alusão ao priorado de Requião. Estaremos na presença do mesmo indivíduo, ou estaremos perante dois religiosos distintos. Será difícil perceber embora esta última possibilidade se nos configure como muito provável, mais a mais quando Martim Peres era um nome extremamente comum na Baixa Idade Média.

Martim Vicente – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Landim. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Martinus Vicentii canonicus de Nandim” a 4 de Julho mas sem a respectiva menção ao ano do óbito³⁸²⁶. A confirmar-se a sua presença em Landim no século XIV ela não deverá ter ultrapassado as duas ou três primeiras décadas desse século.

Domingos Martins - Cónego de Santa Maria de Landim. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Dominicus Martini canonicus de Nandim” a 7 de Fevereiro, sem referenciar o ano do óbito³⁸²⁷.

Domingos Gonçalves - Cónego de Santa Maria de Landim. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Dominicus Gonçalvi canonicus de Nandim” a 21 de Julho mas sem a habitual indicação do ano³⁸²⁸. Neste mesmo obituário encontra-se um outro assento respeitante a “Dominicus Gonçalvi canonicus de Nandim” cujo aniversário recaía a 24 de Maio, mas também neste caso sem qualquer indicação do respectivo ano do passamento³⁸²⁹. A questão peca pela originalidade, mas impõe-se: seria o mesmo indivíduo ou serão registos referentes a cónegos diferentes?

Gonçalo Fernandes - Cónego de Santa Maria de Landim. Sabemos que foi religioso desta casa graças a um Obituário de S. Jorge de Coimbra que regista o falecimento de “Gonsalus Fernandi canonicus de Nandim” a 31 de Agosto, mas sem qualquer indicação do ano³⁸³⁰.

João Esteves - Cónego de Santa Maria de Landim. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Johanes Stephanii canonicus de Nandim” a 11 de Fevereiro, mas sem qualquer alusão ao ano³⁸³¹.

³⁸²³ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.151.

³⁸²⁴ BNL – Secção de Reservados, N° 215 (“Treslado do livro dos obitos do mosteiro de S. Salvador de Moreira”, s. p.).

³⁸²⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.107.

³⁸²⁶ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.109.

³⁸²⁷ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.36v°.

³⁸²⁸ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.116.

³⁸²⁹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.96.

³⁸³⁰ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.30v°.

³⁸³¹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.37.

2.1.2. - Santa Maria de Oliveira (c. Vila Nova de Famalicão)

Vicente Domingues – Cónego do mosteiro de Oliveira. É referenciado como tal em Dezembro de 1311³⁸³².

Martim Domingues/Martinho Domingues – Cónego do mosteiro de Oliveira. Surge identificado como cónego regrante de Santa Maria de Oliveira a 13 de Dezembro de 1311³⁸³³. Um obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Martinus Dominicus canonicus de Ulvarie” a 23 de Fevereiro, sem a habitual indicação do respectivo ano³⁸³⁴. É provável que tal assento seja referente a este religioso.

Pedro Martins – Cónego do mosteiro de Oliveira. É identificado entre a comunidade regrante de Santa Maria de Oliveira a 13 de Dezembro de 1311³⁸³⁵.

Lourenço Esteves – Cónego do mosteiro de Oliveira. Já era cónego de Santa Maria de Oliveira a 13 de Dezembro de 1311³⁸³⁶. Um obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Laurencius Stephani canonicus de Ulvarie” a 26 de Fevereiro³⁸³⁷, sem mencionar o ano do falecimento.

Estêvão Martins – Cónego do mosteiro de Oliveira. Surge identificado como cónego de Santa Maria de Oliveira a 13 de Dezembro de 1311³⁸³⁸.

Domingos Pires do Portal – Cónego do mosteiro de Oliveira. É referenciado como tal em Dezembro de 1311³⁸³⁹.

Pedro Peres – Cónego do mosteiro de Oliveira. A 5 de Julho de 1315 “Petro Perez coonigo” de Santa Maria de Oliveira encontrava-se em Leiria, surgindo entre as testemunhas de um contrato de arrendamento aí lavrado pelo tabelião Aires Lourenço, pelo qual o mosteiro arrendava a João Peres todos os bens que possuía em Leiria e no seu termo³⁸⁴⁰.

Miguel Domingues – Provável cónego do mosteiro de Oliveira. A 24 de Julho de 1318 era abade de Vermoim sendo indicado pelos religiosos do convento de Santa Maria de Oliveira como testemunha na contenda que opunha o convento ao prior da comunidade, por causa das porções a que tinham direito³⁸⁴¹. A participação de Miguel Domingues, bem como de Geraldo Domingues neste processo devia-se ao facto de ambos terem sido “chaveiros per gran tempo no moesteyro d’Ulveyra”³⁸⁴². O facto e ter sido chaveiro do

³⁸³² Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.57. Na altura em que consultámos, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, os pergaminhos medievais referentes ao mosteiro de Santa Maria de Oliveira, o documento referenciado pela Autora, onde consta esta informação, não se encontrava entre os restantes que compunham o maço de documentos deste mosteiro, por isso recorreremos à informação prestada por Maria Rosário da Costa Bastos.

³⁸³³ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.57.

³⁸³⁴ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.38vº.

³⁸³⁵ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.57.

³⁸³⁶ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.57.

³⁸³⁷ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.39.

³⁸³⁸ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.57.

³⁸³⁹ Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.57.

³⁸⁴⁰ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.7.

³⁸⁴¹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.9.

³⁸⁴² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.9.

mosteiro e abade da igreja de Santa Maria de Vermoim, cuja apresentação cabia a Santa Maria de Oliveira, leva-nos a admitir a possibilidade de Miguel Domingues ser cónego da instituição.

Domingos Martins – Provável cónego do mosteiro de Oliveira. A 24 de Julho de 1318 Domingos Martins, abade de Castelões surge, juntamente com Fernão Anes, abade de Pedome, identificado como juiz numa contenda entre o convento e o prior de Santa Maria de Oliveira, celebrando-se nesse dia uma composição entre as partes³⁸⁴³. Segundo Frei Nicolau de Santa Maria, Domingos Martins faleceu em 1346 e foi enterrado no mosteiro de Santa Maria de Oliveira³⁸⁴⁴. Tendo em consideração que a igreja de S. Tiago de Castelões era da apresentação do mosteiro de Oliveira e lhe estava anexa, é provável que fosse cónego da instituição. A confirmar-se as informações do cronista agostiniano, Domingos Martins era detentor de um interessante património, tendo, por volta de 1340, doado ao mosteiro a sua quinta de Vila Pouca e os campos de Real³⁸⁴⁵, situação que por si só nos parece que poderá afastar consideravelmente as hipóteses de estarmos perante um cónego do mosteiro, uma vez que tal doação vai contra as leis de desamortização, mormente a promulgada a 21 de Março de 1291, que impedia a sucessão dos mosteiros nos bens que pertenciam aos seus professos³⁸⁴⁶, embora também se saiba que muitas vezes tais disposições não eram cumpridas, com o próprio monarca a criar e autorizar excepções, havendo também a possibilidade desses bens terem sido adquiridos antes de 1291 o que lhe atribuíra, automaticamente, um outro enquadramento jurídico.

Lourenço Rodrigues – Provável cónego do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. No mosteiro de Landim encontra-se uma tampa tumular cuja inscrição latina referencia Lourenço Rodrigues, abade de São Tiago (Sancti Iacobi) seguindo-se duas palavras que poderão ser interpretadas e desabreviadas como “Monasteri Ulvari”, tendo falecido a 28 de Janeiro de 1329³⁸⁴⁷. Perante tais elementos não será descabido admitir que tal epitáfio possa ser respeitante a um abade de S. Tiago de Castelões, igreja do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. O facto de a tampa tumular se encontrar neste mosteiro e não no de Oliveira, por si só, não significa muito, podendo o cónego ter sido sepultado neste mosteiro ou então a tampa ter sido para aí levada em qualquer altura, mais a mais tendo em conta a proximidade geográfica das instituições em causa³⁸⁴⁸. Uma outra hipótese também admissível é a de se tratar de um religioso de Santa Maria de Landim que exercia funções paroquiais na igreja de S. Tiago de Castelões. Infelizmente não conhecemos os titulares da igreja de Castelões para o princípio do séc. XIV, o que

³⁸⁴³ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.9.

³⁸⁴⁴ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica* ..., Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.318.

³⁸⁴⁵ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica* ..., Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.318; Leal, Augusto Soares d’Azevedo de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno...*, vol.6, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1875, p.254.

³⁸⁴⁶ *Ordenações Afonsinas, Livro II*, 2ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, Título XV, pp. 176-179).

³⁸⁴⁷ Martins, António; Faria, Emília Nóvoa, *Mosteiro de Santa Maria de Landim: Raízes e Memória*, Landim, 2002, p.50. Também Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol 2: Tomo 2, 2000, pp.1529-1531, apresenta a transcrição epigráfica desta lápide bem como algumas hipóteses interpretativas e de identificação.

³⁸⁴⁸ Tomemos como exemplo o caso de uma inscrição funerária, datada de 1274, referente ao prior Pedro Nunes, do mosteiro de S. Torcato que se encontrava no claustro do mosteiro de Santa Marinha da Costa (cf. “Memorias das noticias pertencentes a este mosteiro de Santa Marinha da Costa tiradas do seu Cartorio pello R.mo P. M. D.or Fr. Cristóvão da Crus...”, in *Revista de Guimarães*, Vol. 27, 1910, p.67; Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol 2: Tomo 1, 2000, pp.984-985).

validaria ou apartaria tal possibilidade, documentalmente apenas sabemos que a 24 de Julho de 1318 era seu abade Domingos Martins³⁸⁴⁹, o que, obviamente, não impede que entretanto Lourenço Rodrigues lhe pudesse aí ter sucedido. A obstar ou pelo menos a restringir seriamente essa possibilidade é a informação avançada por alguns Autores, e que necessita de validação, a darem conta que por volta de 1340 Domingos Martins, abade de Castelões, doou ao mosteiro a sua quinta de Vila Pouca e os campos de Real³⁸⁵⁰, situação que a verificar-se colocaria, à partida, Domingos Martins como abade dessa igreja ao longo da década de vinte e trinta, embora, e mesmo a confirmar-se esta cronologia, haja sempre a possibilidade desse abaciado ter sido intercalado, situação que não sendo inédita, surge num remotíssimo grau de probabilidades. Até à confirmação da informação avançada pelo cronista, cuja fonte utilizada desconhecemos e para a qual ainda não encontramos qualquer prova documental, a possibilidade de Lourenço Rodrigues ter sucedido a Domingos Martins parece-nos que continua a ser um cenário perfeitamente admissível.

Vicente Anes – Cónego do mosteiro de Oliveira. Foi o representante do mosteiro no processo de inquirição ordenado por D. Afonso IV às jurisdições que o mosteiro tinha no seu couto, e pelo qual se comprovou, através de sentença de 27 de Fevereiro de 1336, que Santa Maria de Oliveira tinha o direito de exercer aí a jurisdição cível³⁸⁵¹.

Lourenço Viegas – Cónego do mosteiro de Oliveira. A 2 de Agosto de 1348 tomou posse, em nome do mosteiro, de diversos bens na freguesia de S. Mateus de Soalhães, que nesse mesmo dia João Domingues de Vale Melhorado e sua esposa doaram a Santa Maria de Oliveira, bens esses que tinham sido comprados a Gonçalo Martins, e que andavam emprazadas ao clérigo Estêvão Anes³⁸⁵².

Vicente Anes – Cónego do mosteiro de Oliveira. A 22 de Agosto de 1425 o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, encontrando-se no mosteiro de Santa Maria de Oliveira confirmou a igreja de S. Pedro de Pedome a “Vicente Eanes coonigo do dicto moesteiro”, entretanto vaga por renúncia do abade Rui Vasques³⁸⁵³. Surge novamente identificado como cónego de Santa Maria de Oliveira a 13 de Julho de 1441, dia em que foi efectuado um emprazamento em três vidas, a Álvaro Vicente, seu criado, e a duas pessoas a nomear posteriormente, referente à Quinta da Bouça e ao casal e devesa da aldeia da Ponte que lhe andavam unidos³⁸⁵⁴. No início da década de quarenta Vicente Anes continua a ser referenciado como abade de “Pudomem” tendo, juntamente com o cónego Gil Afonso, este na qualidade de procurador do mosteiro, efectuado um emprazamento ao sapateiro Álvaro Anes e a sua mulher, Margarida Gonçalves, de umas casas situadas em Guimarães, na Rua Nova de Muro, que pertenciam em partes iguais ao mosteiro de Oliveira e à igreja de Pedome³⁸⁵⁵.

³⁸⁴⁹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.9. A pesquisa nos obituários medievais, pelo menos os que conhecemos e que consultamos, também não trouxe qualquer acréscimo para a solução deste problema.

³⁸⁵⁰ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.318; Leal, Augusto Soares d’Azevedo de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno...*, vol.6, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1875, p.254.

³⁸⁵¹ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.22-25 (Doc. 11).

³⁸⁵² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.11-b.

³⁸⁵³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.9.

³⁸⁵⁴ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.17.

³⁸⁵⁵ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.16.

Gil Rodrigues – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Oliveira e prior de Mancelos. Foi nomeado para o priorado de S. Martinho de Mancelos por Vasco Rodrigues, chantre da Sé de Braga, após o falecimento do prior João Gonçalves, anterior titular do cargo, acabando por se envolver numa contenda pela disputa do lugar com o religioso Gonçalo Peres, entretanto eleito pela comunidade regrante de Mancelos, surgindo como testemunha primordial desse conflito uma súplica datada de 30 de Dezembro de 1426³⁸⁵⁶. gg

Antoninho Gerales/António Gerales – Cónego do mosteiro de Oliveira. A 2 de Abril de 1433 é referenciado como cónego de Santa Maria de Oliveira, dia em que subscreveu uma procuração em conjunto com Gonçalo Vasques, prior do mosteiro e o cónego Afonso Gonçalves, constituindo como seus procuradores o cónego Gil Afonso, o clérigo João de Sá e Luís Afonso, advogado e procurador na Audiência da Sé de Braga³⁸⁵⁷. Em Julho de 1441 ainda integrava a comunidade regrante de Santa Maria de Oliveira³⁸⁵⁸.

Afonso Gonçalves – Cónego do mosteiro de Oliveira. Já se encontrava entre a comunidade religiosa de Santa Maria de Oliveira a 2 de Abril de 1433, dia em que, em conjunto com o prior do mosteiro e o cónego Antoninho Gerales, passou carta de procuração ao cónego Gil Afonso para que este pudesse, em nome da instituição efectuar o empraçamento do casal do Carvalho, na freguesia de Santa Maria de Oliveira³⁸⁵⁹.

Gil Afonso – Cónego do mosteiro de Oliveira e provável prior claustral. A 2 de Abril de 1433 é-lhe passada procuração para, em nome do mosteiro, efectuar dois empraçamentos: um a João de Sá, abade de S. Mateus³⁸⁶⁰, e outro a Vasco Martins, criado de João Lopes de Azevedo, morador em Vila do Conde³⁸⁶¹. No dia seguinte Gil Afonso “coonigo reglante do moesteiro de Santa Maria d’Ulveira da hordem de Sancto Aguostinho” comparece na Sé de Braga perante Gil Afonso Leitão, arcediago do Couto, onde são concretizados e validados esses contratos³⁸⁶². No início da década de quarenta Gil Afonso surge novamente no desempenho das suas funções de procurador da instituição³⁸⁶³. É um dos cónegos que participa na eleição de Vasco Afonso para prior do mosteiro, realizada a 31 de Julho de 1442, sendo que “Egidium Alfonssi canonicum dicti monasteri per se” e em nome dos restantes religiosos do mosteiro foi quem apresentou o nome do prior Vasco Afonso, à confirmação do arcebispo³⁸⁶⁴, tarefa normalmente desempenhada pelo prior claustral da instituição, pelo que é muito possível que ocupasse o cargo de prior crasteiro por esse tempo. A 21 de Agosto de 1453 acompanhou o prior D. Vasco Afonso e Afonso Pimenta a Braga, onde este último

³⁸⁵⁶ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 162-164; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.762-763.

³⁸⁵⁷ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.14.

³⁸⁵⁸ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.17.

³⁸⁵⁹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.14.

³⁸⁶⁰ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.14.

³⁸⁶¹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.15.

³⁸⁶² IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Docs.14,15.

³⁸⁶³ Surge referenciado nessas funções em Julho de 1441 (cf. IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.17), sendo também o procurador do mosteiro num empraçamento feito, em conjunto com o abade de Pedome, ao sapateiro Álvaro Anes e a sua mulher, Margarida Gonçalves, de umas casas situadas em Guimarães na Rua Nova de Muro, que pertenciam em partes iguais ao mosteiro de Oliveira e à igreja de Pedome (cf. IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.16).

³⁸⁶⁴ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.18.

fez várias doações ao mosteiro de Santa Maria de Oliveira³⁸⁶⁵. O último registo que conhecemos em que o cónego Gil Afonso aparece como interveniente data de 17 de Maio de 1457, dia em que, em conjunto com Diogo Álvares, surge como procurador do mosteiro na Sé de Braga onde Fernando Afonso, licenciado em Leis e vigário geral do arcebispo de Braga dá sentença contra João de Oliveira e seu filho Gonçalo Anes por causa de rendas atrasadas que deviam ao mosteiro de Oliveira referentes a herdades em Joane e Mogege³⁸⁶⁶. É muito provável que nesta altura o seu filho, Diogo Gil, já fosse prior do mosteiro, uma vez que a 20 de Janeiro 1457 o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, dava instruções ao chantre da Sé bracarense para que confirmasse no priorado de Santa Maria de Oliveira o filho do cónego Gil Afonso quando o prior, ainda em funções, renunciasse³⁸⁶⁷. Não sabemos quando é que Gil Afonso ingressou na comunidade nem quando faleceu mas é estimável que pelo menos durante quatro décadas tenha sido cónego regente de Santa Maria de Oliveira.

João de Sá – Provável cónego do mosteiro de Santa Maria de Oliveira. A 3 de Abril de 1433 é identificado como abade de S. Mateus, dia em que o mosteiro de Santa Maria de Oliveira lhe emprazou o casal do Outeiro, localizado nessa freguesia³⁸⁶⁸. É certamente o mesmo “Joham de Saa clerigo criado do dicto priore” de Oliveira que é constituído, em conjunto com o cónego Gil Afonso e o advogado Luís Afonso, procurador do mosteiro a 2 de Abril de 1433³⁸⁶⁹. Não temos nenhum documento que o indique como religioso da comunidade mas dada esta forte ligação ao mosteiro parece-nos uma hipótese a considerar.

Vasco Martins – Cónego do mosteiro de Oliveira e antigo prior do mosteiro de Vilarinho. Vasco Martins era prior do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho obtendo, a 13 de Setembro de 1434, autorização do arcebispo de Braga para permutar com Vasco Martins de Pombeiro o priorado de Vilarinho pela igreja de Santa Lucrécia³⁸⁷⁰. A 5 de Novembro de 1434 já tinha resignado ao priorado de Vilarinho³⁸⁷¹, dia em que foi confirmado na igreja de Santa Lucrécia, havendo a indicação de que foi integrado na comunidade regente de Santa Maria de Oliveira³⁸⁷². Nesse mesmo dia foi também anexada ao mosteiro a igreja de S. Martinho de Cavalões mas apenas enquanto Vasco Martins fosse o abade de Santa Lucrécia³⁸⁷³.

Vasco Afonso – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Oliveira e seu futuro prior. Sabemos apenas que era cónego do mosteiro porque ao ser confirmado como prior de Santa Maria de Oliveira, a 31 de Julho de 1442, é referenciado como sendo *canonicum*

³⁸⁶⁵ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.19.

³⁸⁶⁶ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.20.

³⁸⁶⁷ ADB- Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.198; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp. 744; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.66.

³⁸⁶⁸ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.14; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.64.

³⁸⁶⁹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.14.

³⁸⁷⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.55 vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771.

³⁸⁷¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.34; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.259.

³⁸⁷² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.56 vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771.

³⁸⁷³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.57; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771-772.

*professum dicti monasteri de Ulveira*³⁸⁷⁴. Não sabemos quando ingressou no mosteiro de qualquer modo e tendo em conta que o nome de Vasco Afonso não consta entre o dos três cónegos referenciados num empraçamento feito a 13 de Julho de 1441, onde parece estar identificada toda a comunidade³⁸⁷⁵, podemos equacionar a hipótese de a sua entrada neste mosteiro ter ocorrido entre esta data e a da sua confirmação no priorado, embora o facto de o seu nome não constar nessa lista não implica, obviamente, que o cónego não se encontrasse já entre a comunidade³⁸⁷⁶. Apesar de não o detectarmos em qualquer outro documento anterior ele era, seguramente, cónego regrante do mosteiro e provavelmente até com alguma antiguidade, porque a “experiência” e o reconhecimento dos companheiros eram, normalmente, pré-requisitos tidos em conta para se poder ser eleito prior³⁸⁷⁷.

Diogo Pires – Cónego do mosteiro de Oliveira. No dia 18 de Dezembro de 1445 recebeu, em Braga, ordens de Epístola, surgindo aí referenciado como cónego do mosteiro³⁸⁷⁸. Cerca de trinta anos depois, mais concretamente a 13 de Setembro de 1477 “Diego Pirez e Alvaro Rodriguiz coonigos” do mosteiro de Santa Maria de Oliveira comparecem, juntamente com Pedro Gonçalves, prior do mosteiro, perante o notário público de Guimarães onde celebram uma composição amigável sobre as rendas das igrejas de S. Paio de Figueiredo e Santa Maria de Vermoim das quais os cónegos tinham direito à terça parte, bem como de algumas rações a que tinham direito a receber do prior³⁸⁷⁹.

Diogo Álvares – Cónego do mosteiro de Oliveira. A 17 de Maio de 1457 Diogo Álvares já aparece identificado como cónego e procurador do mosteiro de Oliveira, acompanhando, nesse dia, o cónego Gil Afonso a Braga, onde foi dada sentença favorável ao mosteiro de Oliveira contra João de Oliveira e o seu filho, Gonçalo Anes, por causa do incumprimento de rendas respeitantes a herdades nas freguesias de Joane e de Santa Maria de Mogege³⁸⁸⁰.

³⁸⁷⁴ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, Doc.18.

³⁸⁷⁵ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M. 1, Doc.17; No documento a que aludimos são referenciados os cónegos Gil Afonso, António Gerales e Vicente Anes, bem como o prior D. Rodrigo Esteves.

³⁸⁷⁶ Poder-se-á dar o caso de Vasco Afonso ter a seu cargo alguma igreja paroquial, e por esse motivo se encontrar frequentemente ausente da instituição, da mesma forma que poderia estar no mosteiro mas simplesmente não aparecer a testemunhar os instrumentos aí celebrados, pelo menos aqueles que temos conhecimento. A este propósito importa também dizer que não é igualmente mencionado o cónego Vasco Martins, um antigo prior de Vilarinho que se juntou a Santa Maria de Oliveira em 1434, e embora neste caso seja de equacionar a possibilidade de este religioso já ter falecido por esta altura, servem estes exemplos, e independentemente das suposições que se possam tecer em seu redor, para demonstrar que é difícil contabilizar o número de cónegos existente em cada comunidade, simplesmente porque muitos deles são omitidos pela documentação.

³⁸⁷⁷ Alguns desses requisitos são-nos revelados por Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Segunda Parte, Livro IX, cap. XVI, p.229, que a propósito da eleição de D. Durando para prior de Santa Cruz de Coimbra diz o seguinte: “...se ajuntarão em Cabido, & elegerão em Prior mór a D. Durando Paez, que era prior da claustra do mesmo mosteiro de Santa Cruz, por ter todas as partes requisitas pera o tal cargo, porque além de ser bom Letrado, & Pregador, & de vida aprovada, era de condição muy affavel, & brando e muy amigo dos Cónegos...”

³⁸⁷⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.2; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.65.

³⁸⁷⁹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.23.

³⁸⁸⁰ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.20.

Álvaro Rodrigues – Cónego do mosteiro de Oliveira. A 13 de Setembro de 1477 já era cónego do mosteiro de Santa Maria de Oliveira, dia em que foi celebrada uma composição amigável entre Pedro Gonçalves, prior do mosteiro, e os cónegos Diogo Pires e Álvaro Rodrigues que andavam em demanda por causa das rendas das igrejas de S. Paio de Figueiredo e Santa Maria de Vermoim, bem como de algumas rações a que tinham direito a receber do prior³⁸⁸¹.

Brás Pires – Cónego do mosteiro de Oliveira. Em 1504 explorava dois bacelos do mosteiro³⁸⁸².

Bartolomeu Fernandes – Cónego de Santa Maria de Oliveira. Já integrava a comunidade monástica a 26 de Maio de 1515 sendo um dos cónegos que receberam Rui Fernandes, corregedor de Entre Douro e Minho, e Marçal Vasques, clérigo de Braga e notário público por autoridade apostólica, ambos emissários régios para a aplicação da taxaço para as novas comendas de Cristo³⁸⁸³.

João Anes – Cónego de Santa Maria de Oliveira. Já surge referenciado como monge de Oliveira a 26 de Maio de 1515, dia em que aí se deslocaram os emissários régios para aplicar a taxaço a que o mosteiro tinha sido sujeito para as comendas novas da Ordem de Cristo³⁸⁸⁴.

Pedro Martins – Cónego de Santa Maria de Oliveira. Este religioso surge identificado como monge de Santa Maria de Oliveira a 26 de Maio de 1515³⁸⁸⁵.

Afonso Rodrigues – Cónego de Santa Maria de Oliveira. Segundo os cronistas agostinianos Afonso Rodrigues era o prior claustral em 1556, numa altura em que decorriam obras para a edificaço do novo claustro, sendo o responsável pela descoberta e abertura da sepultura do antigo prior do mosteiro D. Fernando Pires Coelho³⁸⁸⁶.

Cónegos cuja cronologia não foi possível delimitar:

Mateus Peres - Cónego de Santa Maria de Oliveira. Um obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Mateus Petri canonicus de Ulvaria” a 1 de Maio, mas sem qualquer indicaço ao ano. A caligrafia utilizada na anotaço é enquadrável no período cronológico do nosso estudo, o que por si só, e na ausência de quaisquer outros dados, não nos permite delimitar correctamente a sua cronologia³⁸⁸⁷.

³⁸⁸¹ IAN/TT- Mosteiro de Santa Maria de Oliveira, M.1, Doc.23.

³⁸⁸² Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.95.

³⁸⁸³ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.64.

³⁸⁸⁴ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.64.

³⁸⁸⁵ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.64.

³⁸⁸⁶ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. X, p.317 Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.144.

³⁸⁸⁷ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.16.

Domingos Gonçalves - Cónego de Santa Maria de Oliveira. Um obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Dominicus Guncalvi canonicus d’Ulvaria” a 7 de Fevereiro, sem a especificação do ano do óbito³⁸⁸⁸.

Mendo Peres - Cónego de Santa Maria de Oliveira. “Menendus Petri canonicus d’Ulvarie” surge referenciado num obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, fixando-se aí o seu falecimento a 14 de Fevereiro, sem a habitual indicação do ano³⁸⁸⁹.

Martim Pais/Martinho Pais - Cónego de Santa Maria de Oliveira. O obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Martinus Pelagii canonicus de Ulvaria” a 20 de Fevereiro, sem a especificação do ano do óbito³⁸⁹⁰.

João Fernandes - Cónego de Santa Maria de Oliveira. O obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Johanes Fernandi canonicus de Ulvarie” às II kalendas de Março³⁸⁹¹.

2.1.3. - Santa Maria de Vila Nova de Muia (c. Ponte da Barca)

João Durães – Provável cónego do mosteiro de Vila Nova de Muia. Surge a testemunhar um emprazamento efectuado pelo mosteiro de S. Martinho de Crasto no dia 16 de Fevereiro de 1289, aparecendo aí identificado como “clerigo de Vila Nova”³⁸⁹². Face às limitações desta informação e tratando-se do único registo que lhe conhecemos pouco podemos avançar. Além de não podermos afirmar que se trata, efectivamente, de um religioso de Santa Maria de Vila Nova de Muia, não sabemos também até quando se manteve entre a comunidade e isto partindo, naturalmente, do pressuposto que de facto o era.

Estêvão Martins - Cónego do mosteiro de Vila Nova de Muia. A 11 de Maio de 1397 é legitimado Lopo Esteves, filho de Estêvão Martins, “conego que foe do moesteyro de Villa Nova”, e de Marinha Anes, mulher solteira à altura do nascimento³⁸⁹³.

Gonçalo Esteves – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia. Recebe em Coimbra, em 1419, com licença de D. Rodrigo Gonçalves, prior de Santa Maria de Vila Nova de Muia, a ordem de presbítero³⁸⁹⁴. A 16 de Janeiro de 1425 é um dos cónegos que integra a comunidade regrante de Muia³⁸⁹⁵. Foi-lhe legitimada uma filha,

³⁸⁸⁸ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.36vº. O mesmo obituário regista também o óbito de Domingos Gonçalves, cónego de Oliveira, a 13 de Fevereiro (cf. BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.37). É provável que estejamos perante o mesmo indivíduo, havendo uma duplicação do assento.

³⁸⁸⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.37vº.

³⁸⁹⁰ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.38.

³⁸⁹¹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.39. Em termos de conversão significa que o falecimento de João Fernandes ocorreu a 27 ou 28 de Fevereiro dependendo do número de dias desse mês no ano do seu óbito).

³⁸⁹² Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.72-73 (Doc. 19 do Apêndice).

³⁸⁹³ *Chancelarias Portuguesas – D. João I, Vol. II – Tomo 2*, 2005, p.234; Viegas, Valentino, *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*, Heuris, 1984, p.64.

³⁸⁹⁴ Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.210.

³⁸⁹⁵ A. D. B. – Colecção Cronológica, cx. 22, s.n.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.742.

por carta de 29 de Maio de 1442, de nome Inês Vasques, fruto de uma relação deste religioso com Margarida Lopes³⁸⁹⁶.

Gonçalo Anes – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia. Recebe em Coimbra, em 1419, com a respectiva autorização do seu superior hierárquico, ordens de presbítero³⁸⁹⁷. A 16 de Janeiro de 1425 é um dos cónegos que integra a comunidade regrante de Muia³⁸⁹⁸. A 25 de Janeiro de 1445 foi confirmado na igreja de S. João de Vila Chã³⁸⁹⁹, para a qual se encontra novo registo de confirmação a 20 de Novembro de 1458³⁹⁰⁰. É muito provável que seja o pai de Gonçalo Gonçalves, indivíduo que surge identificado como cónego deste mesmo mosteiro de Muia à entrada para a segunda metade do séc. XV.

Vasco Lourenço – Cónego do mosteiro de Vila Nova de Muia e futuro prior da comunidade. Apenas sabemos que era religioso da comunidade pelo facto de aparecer identificado como tal em documentação relacionada com todo o processo que envolveu a sua ascensão ao priorado de Santa Maria de Vila Nova de Muia, e que se concretizaria em Dezembro de 1423³⁹⁰¹.

Afonso Pires – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Vila Nova de Muia. A 16 de Janeiro de 1425 é um dos cónegos que integra a comunidade regrante de Muia³⁹⁰².

Fernando Esteves – Cónego do mosteiro de Muia. A 16 de Janeiro de 1425 era cónego regrante de Santa Maria de Vila Nova de Muia³⁹⁰³.

Rui Gonçalves - Cónego do mosteiro de Vila Nova de Muia. Era cónego regrante deste mosteiro e a 21 de Agosto de 1428 é confirmado na igreja de S. Romão de Nogueira³⁹⁰⁴.

Fernão Gonçalves/Fernando Gonçalves – Provável cónego do mosteiro de Vila Nova de Muia. Filho de Álvaro Gonçalves e de sua mulher, Teresa Anes, da freguesia do mosteiro de Vila Nova de Muia. A 2 de Abril de 1446 recebe ordens menores, em Braga³⁹⁰⁵. Não conseguimos confirmar a ligação deste cónego ao mosteiro, essa

³⁸⁹⁶ IAN/TT – Legitimações, Livro 2, fl.126; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1014.

³⁸⁹⁷ Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.210.

³⁸⁹⁸ A. D. B. – Coleção Cronológica, cx. 22, s.n.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.742.

³⁸⁹⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.128v°; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.744.

³⁹⁰⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.203; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.744.

³⁹⁰¹ A. D. B. – Bulas, cx. 4, s.n.; A. D. B. – Bulas, cx. 3, Doc. 78; *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.562; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.741; Gomes, Saul António, “A chancelaria de um inclito infante português de quatrocentos: D. Fernando (+1443)” in *Estudos – Revista do Centro Académico de Democracia Cristã*, Coimbra, Nova série, Nº8-9, 2007, p.262.

³⁹⁰² A. D. B. – Coleção Cronológica, cx. 22, s.n.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.742.

³⁹⁰³ A. D. B. – Coleção Cronológica, cx. 22, s.n.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.742.

³⁹⁰⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.44v°; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp. 743-744.

³⁹⁰⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.7v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.70.

eventual ligação parece-nos ter alguma viabilidade tendo em conta a sua origem geográfica.

João Vasques - Cónego regrante de Vila Nova de Muia e futuro prior de S. Miguel de Vilarinho. Com a anuência de D. Frei Gil Lourenço, seu prior, “Joham Vasquez coonigo do mosteiro de Villa Nova de Moinha” deixou o mosteiro de Muia para ocupar o priorado de S. Miguel de Vilarinho, tendo sido aí confirmado e instituído a 28 de Abril de 1450 pelo vigário geral da diocese de Braga³⁹⁰⁶. Este é, de resto, o único registo que nos permite associar este religioso ao mosteiro de Muia.

Fernão Afonso/Fernando Afonso - Cónego do mosteiro de Vila Nova de Muia, da diocese de Braga. A 25 de Março de 1447 recebe ordens menores, em Braga³⁹⁰⁷. A 4 de Abril de 1450 recebe, nessa mesma cidade, ordens de Epístola³⁹⁰⁸. A 30 de Maio de 1450 são-lhe conferidas Ordens de Evangelho revelado-se aí que era filho de Afonso Esteves e de Margarida Gonçalves³⁹⁰⁹. A 19 de Setembro de 1450 é referenciado como cónego professo e recebe, em Braga, ordens de Missa³⁹¹⁰.

Gonçalo Gonçalves - Cónego do mosteiro de Vila Nova de Muia. O seu percurso é em todo semelhante ao do cónego Fernando Afonso no que respeita à promoção de ordens sacras. Assim no dia 25 de Março de 1447 recebe ordens menores, em Braga³⁹¹¹ e a 4 de Abril de 1450 obtém, nessa cidade minhota, ordens de Epístola³⁹¹². Encontra-se novamente em Braga a 30 de Maio de 1450 onde lhe são concedidas ordens de Evangelho revelado-se aí o nome dos seus progenitores, sendo filho do cónego Gonçalo Anes³⁹¹³, muito provavelmente o mesmo religioso que já identificámos e que aparece documentado no mosteiro de Vila Nova de Muia entre 1419 e 1458³⁹¹⁴. A 19 de Setembro de 1450 é referenciado como cónego professo e recebe ordens de Missa, em Braga³⁹¹⁵.

Rui Gonçalves – Provável cónego do mosteiro de Vila Nova de Muia. Filho de Gonçalo Anes de Muia e de sua mulher, Margarida Martins, da freguesia do mosteiro de

³⁹⁰⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10-A, M.2, N°36; Dias, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal, (Séculos XVI a XVIII)*, Tomo I – Vol. II, Coimbra, Publicações do Instituto de Estudos Filosóficos - Universidade de Coimbra, 1960, p.483; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.772. De notar que nesta obra do Doutor José Marques aparece identificado como João Gonçalves.

³⁹⁰⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 13, fl.1v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.86.

³⁹⁰⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 21, fl.19; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.135.

³⁹⁰⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.3v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.141.

³⁹¹⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.12; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.146.

³⁹¹¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 13, fl.1v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.86.

³⁹¹² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 21, fl.19; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.135.

³⁹¹³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.3v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.141.

³⁹¹⁴ Sobre este cónego veja-se os dados acima expostos.

³⁹¹⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.12; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.146.

Vila Nova de Muia. A 25 de Março de 1447 recebe ordens menores, em Braga³⁹¹⁶. Apenas o factor geográfico nos faz equacionar a possibilidade de se tratar de um elemento da comunidade regrante de Vila Nova de Muia.

Fernando Afonso II – Provável cónego do mosteiro de Vila Nova de Muia. Filho de Afonso Anes e de sua mulher, Elvira Esteves, moradores na freguesia de Santa Maria do mosteiro de Vila Nova de Muia, da diocese de Braga. A 19 de Setembro de 1450 recebe ordens menores, em Braga³⁹¹⁷. A sua proveniência geográfica faz-nos admitir a possibilidade de se tratar de um cónego de Vila Nova de Muia, no entanto também não será de colocar de parte a hipótese de estarmos perante um engano no registo, o que seria compreensível tendo em conta que nesse mesmo dia um cónego de Vila Nova de Muia, de nome Fernando Afonso recebeu ordens de missa em Braga. Estaremos perante a mesma pessoa ou serão indivíduos homónimos mas distintos? Não sabemos.

Gonçalo Martins - Cónego regrante do mosteiro de Vila Nova de Muia. A 17 de Março de 1453 “Gonçallo Martinz coonigo reglante do moesteiro de Villa Nova de Moynha” recebe ordens de Evangelho em Braga³⁹¹⁸.

João Álvares - Cónego regrante do mosteiro de Vila Nova de Muia. A 19 de Dezembro de 1461 “Joham Alvarez coonigo professo do moesteiro de Santa Maria de Villa Nova de Munha” recebe ordens menores em Braga³⁹¹⁹. A 13 de Fevereiro de 1461 recebe ordens de Epístola na cidade bracarense³⁹²⁰ e nessa mesma cidade, a 22 de Dezembro de 1464, ordens de missa³⁹²¹.

Afonso Álvares - Cónego regrante do mosteiro de Vila Nova de Muia. Recebeu a 19 de Setembro de 1467, em Braga, ordens de missa³⁹²².

João de Coimbra – Cónego do mosteiro de Vila Nova de Muia. A 8 de Maio de 1515 era prior claustral de Vila Nova de Muia, dia em que os delegados régios, Rui Fernandes, corregedor de Entre Douro e Minho, e Marçal Vasques, clérigo de Braga e notário público por autoridade apostólica, compareceram no mosteiro para receberem os rendimentos em que o mosteiro tinha sido taxado para as novas comendas de Cristo³⁹²³.

³⁹¹⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 13, fl.1v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.86.

³⁹¹⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.9v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.144.

³⁹¹⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 24, fl.39; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.201.

³⁹¹⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 6, fl. 20; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.352.

³⁹²⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 8, fl. 8; Marques, Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.356.

³⁹²¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 21, fl. 34v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.424.

³⁹²² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 15, fl. 13; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.814.

³⁹²³ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.62.

2.1.4. - Santa Marinha da Costa (c. Guimarães)

Lourenço Fernandes – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. A 17 de Agosto de 1290 “Lourenço Fernandez coonigo da Costa” surge, juntamente com o prior da sua comunidade, entre as testemunhas de uma composição amigável efectuada entre o prior de S. Torcato e os herdeiros de Martim Dias³⁹²⁴. Não sabemos até quando se manteve neste mosteiro, de qualquer modo é possível que ainda estivesse entre os religiosos desta canónica no século XIV.

Vasco Martins – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Vascus Martini canonicus de Costa” a 12 de Junho mas sem qualquer indicação ao ano em que ocorreu o óbito³⁹²⁵. De qualquer modo parece-nos que deverá ter sido cónego do mosteiro no início do séc. XIV, isto se tivermos em conta que um dos registos que surge a seguir ao seu é o de Paio Peres, prior de S. Torcato, que ainda vivia em Dezembro de 1326³⁹²⁶.

Estêvão Gonçalves – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. No dia 5 de Fevereiro de 1294 encontrava-se no mosteiro de S. Francisco de Guimarães onde testemunhou a elaboração de um traslado em pública forma solicitado por Froilhe Anes Redonda, monja de Arouca, a qual se fazia acompanhar de uma procuração passada pela abadessa Luca Rodrigues que lhe permitia participar activamente na partilha dos bens da sua mãe³⁹²⁷. É bastante provável que a sua presença entre a comunidade regrante no início da centúria de trezentos seja uma realidade mas não temos quaisquer dados que o confirmem.

Paio Domingues – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Em Julho de 1297 e Janeiro de 1298 “Pelagius Dominici canonicus monasterii Sancte Marine Costensis” é mencionado como procurador do mosteiro de Santa Marinha e coadjutor do mosteiro de S. Pedro de Roriz³⁹²⁸.

Gonçalo Domingues – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. A 17 de Agosto de 1299 “Gunçalho Dominguez frade da Costa” surge como testemunha num documento lavrado em Guimarães, respeitante a partilhas de bens que envolviam uma religiosa de Arouca³⁹²⁹.

João Durães – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. A 15 de Janeiro de 1332 “Joham Duraez coonigo e procurador da Costa” conjuntamente com Martim Pires, abade de Barqueiros e procurador dos cónegos da Colegiada de Guimarães, autorizam as pessoas por si nomeadas a dividirem um eixido no Sabugal, pertença das duas instituições³⁹³⁰.

³⁹²⁴ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°48.

³⁹²⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.102.

³⁹²⁶ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°133.

³⁹²⁷ Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco*, Leiria, Edições Magno, 2003, pp.420-421 (doc.118).

³⁹²⁸ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.195.

³⁹²⁹ Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco*, Leiria, Edições Magno, 2003, p.523 (doc.184).

³⁹³⁰ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°94.

Martim de Castro/Martinho de Castro – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. A 29 de Maio de 1333 “Martino de Crasto Canonico Monasterii de Costa” encontrava-se em Braga, onde testemunha um instrumento de emprazamento³⁹³¹.

Estêvão Anes – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. A primeira referência que encontramos a “Stevom Anes coonigo da Costa” data de 30 de Maio de 1333, dia em que surge como testemunha num instrumento lavrado no mosteiro de S. Salvador de Souto³⁹³². O simples facto da sua presença nessa instituição leva-nos a colocar a hipótese de se tratar do mesmo indivíduo que já surge, em 1332, referenciado como homem do prior de Souto³⁹³³, embora tenhamos que reconhecer que tal possibilidade é pouco viável.

João Peres/João Pires – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Em 1336 já é identificado como eclesiástico do mosteiro da Costa, num documento de quitação referente a uma dívida de 600 libras do mercador Pedro Afonso a Gonçalo Boião, antigo mercador de Guimarães de quem João Peres era testamenteiro e familiar³⁹³⁴. A ligação familiar devia-se ao facto de João Peres ser filho de Margarida Anes, esposa de Gonçalo Boião, sendo aí identificados o genro de Gonçalo Boião, João Lopes, casado com Catarina Gonçalves e ainda uma outra filha de nome Margarida Gonçalves, ao que tudo indica meias-irmãs de João Peres³⁹³⁵.

Pedro Martins – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Um instrumento de 10 de Abril de 1351 revela-nos que Pedro Martins já era “coonigo da Costa” indicando também que era irmão de Constança Martins, de quem era testamenteiro, e de Vasco Ciussa³⁹³⁶, ao que tudo indica, cónego do mosteiro de Vilarinho. Na data atrás referida é estabelecido um compromisso entre os dois irmãos, abdicando Vasco Ciussa a favor de Pedro Martins, de toda a herdade de Negrelos e do casal de Pedroselo, no entanto Pedro Martins entrega o casal de Pedroselo a Vasco Ciussa com a condição deste reverter para si no caso de Vasco Ciussa falecer primeiro, mas se Vasco lhe sobrevivesse o casal ficaria para o mosteiro de Vilarinho³⁹³⁷. A 7 de Junho de 1353 Pedro Martins surge como testemunha de um emprazamento que o prior da comunidade, D. Pedro Geraldês, fez, na qualidade de procurador do infante D. Pedro, a Domingos Domingues de um casal na aldeia de Tieiro, propriedade pertencente à Comenda de Oriz³⁹³⁸.

Pedro Domingues – Provável cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Era abade da igreja de S. Lourenço de Calvos a 7 de Junho de 1353, igreja da apresentação do mosteiro da Costa, surgindo como testemunha de um emprazamento efectuado por D. Pedro Geraldês, prior da Costa, na qualidade de procurador do infante D. Pedro³⁹³⁹.

³⁹³¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.57-58.

³⁹³² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.112.

³⁹³³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 107, 108.

³⁹³⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 42-43.

³⁹³⁵ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 42-43.

³⁹³⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.11, Doc.14.

³⁹³⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.11, Doc.14.

³⁹³⁸ Cunha, Maria Cristina Almeida, *A comenda de Oriz da Ordem de Avis*, Separata da Revista “Bracara Augusta”, Vol. XL, Braga, 1989, pp. 61-62.

³⁹³⁹ Cunha, Maria Cristina Almeida, *A comenda de Oriz da Ordem de Avis*, Separata da Revista “Bracara Augusta”, Vol. XL, Braga, 1989, pp. 61-62.

João Paulo – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa e futuro prior. Ascendeu ao priorado da canónica vimaranense através de eleição, sendo essa eleição confirmada, pelo rei D. Pedro, a 26 de Setembro de 1363³⁹⁴⁰.

Bartolomeu Martins – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. A 21 de Dezembro de 1398 este cónego surge entre as testemunhas que integram o testamento de João Anes Enxate, feito em Guimarães³⁹⁴¹. À sua presença não será alheio o facto de o testador deixar 50 libras para o mosteiro da Costa, contemplando também os outros mosteiros crúzios vimaranses, deixando 30 libras para S. Torcato e a mesma quantia para S. Salvador do Souto³⁹⁴².

João Martins – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Integrava a comunidade regrante da Costa em inícios do séc. XV, sendo referenciado, em 1407, como detentor de uma vinha, localizada perto do mosteiro, no sopé da encosta³⁹⁴³.

João Vasques – Provável cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. A 11 de Agosto de 1419 João Vasques era abade da igreja de S. Lourenço de Calvos³⁹⁴⁴. Tendo em conta que o mosteiro apresentava o pároco nesta igreja é crível que estejamos perante um religioso de Santa Marinha da Costa.

Álvaro Gil – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Recebe em Coimbra, em 1419, ordens de presbítero tendo requerido a necessária dispensa de impedimento eclesiástico, uma vez que era filho de presbítero e de mãe solteira³⁹⁴⁵. A 6 de Junho de 1434 Frei Álvaro Gil foi confirmado como pároco de S. Lourenço de Calvos³⁹⁴⁶.

Gil Rodrigues – Cónego e prior claustral de Santa Marinha da Costa. A 5 de Agosto de 1432 foi confirmado como cura da capela do mosteiro de Santa Marinha da Costa, numa altura em que era o prior claustral desta comunidade regrante³⁹⁴⁷.

Diogo Martins – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. A 9 de Abril de 1437 Frei Diogo Martins foi confirmado como pároco da igreja de Santa Eulália a Antiga³⁹⁴⁸.

Bartolomeu Vasques – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. A 9 de Abril de 1437 Bartolomeu Vasques, cónego regrante de Santa Marinha da Costa, foi

³⁹⁴⁰ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, p.382 (Doc. 838).

³⁹⁴¹ Bellino, Albano, *Archeologia Christã: descrição histórica de todas as igrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*, Lisboa, Empreza da História de Portugal - Sociedade Editora, 1900, p.46.

³⁹⁴² Bellino, Albano, *Archeologia Christã: descrição histórica de todas as igrejas, capellas, oratórios, cruzeiros e outros monumentos de Braga e Guimarães*, Lisboa, Empreza da História de Portugal - Sociedade Editora, 1900, p.45.

³⁹⁴³ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo 3, 2005, p.135.

³⁹⁴⁴ Costa, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, p.479 (doc.123).

³⁹⁴⁵ Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.210.

³⁹⁴⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.53; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.755.

³⁹⁴⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.36; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.755.

³⁹⁴⁸ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.73vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.755.

confirmado como capelão da igreja de Santa Eulália de Barrosas³⁹⁴⁹. Só em 1442 é que recebe ordens de presbítero, em Coimbra³⁹⁵⁰. A 29 de Setembro de 1455 Bartolomeu Vasques foi confirmado como pároco de Santa Cristina de Caide com sua anexa de Santa Maria de Atães³⁹⁵¹.

Brás Vicente – Provável cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Era filho de Vicente Afonso e de sua mulher, Aldonça Gil, moradores em Alenquer, do arcebispado de Lisboa, compatriota por cinco anos e mais em Santa Marinha da Costa, do arcebispado de Braga, recebe ordens de Evangelho, em Braga, a 20 de Setembro de 1454³⁹⁵². Aparece referenciado como clérigo morador no mosteiro da Costa, da diocese de Braga, no dia 21 de Setembro de 1454, altura em que recebe ordens de Missa, em Braga³⁹⁵³.

João Gonçalves – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. A 15 de Novembro de 1454 o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, confirmou João Gonçalves na igreja de S. Miguel de Cerzedo que entretanto tinha sido desanexada da igreja de S. Martinho de Candoso³⁹⁵⁴.

Lopo Afonso – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Foi capelão da capela do mosteiro, cargo a que renunciou em 1463³⁹⁵⁵.

Lourenço Álvares – Provável cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Natural da freguesia de Santa Marinha da Costa. Era filho de presbítero e cónego de Santo Agostinho e de mãe solteira. Com dispensa eclesiástica, recebe ordens menores no dia 4 de Abril de 1461, em Braga³⁹⁵⁶. Nessa mesma cidade recebeu, a 21 de Setembro de 1465, ordens de Epístola referenciando-se novamente a necessária dispensa eclesiástica por ser filho de “canonico regulari et soluta”³⁹⁵⁷.

Martim Afonso/Martinho Afonso – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Filho de Afonso Gonçalves e de sua mulher, Margarida Dias, moradores na freguesia de Santa Marinha da Costa, da diocese de Braga. Recebe ordens de Missa no dia 4 de Abril de 1461, em Braga³⁹⁵⁸. Apesar de o seu registo de ordens não dizer que era cónego de Santa Marinha estamos convictos de tal. É que além da proveniência geográfica há um outro forte indício de que estamos perante um religioso de Santa Marinha da Costa que é o facto de Martim Afonso ser irmão de Pedro Afonso que, como veremos, era,

³⁹⁴⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.73vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.756.

³⁹⁵⁰ Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.212.

³⁹⁵¹ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.928 (nota 512).

³⁹⁵² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 30, fl.16; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.229.

³⁹⁵³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 30, fl.23; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.234.

³⁹⁵⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.189; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.756.

³⁹⁵⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.231; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.756.

³⁹⁵⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 4, fl.9v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.330.

³⁹⁵⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 6, fl.21.

³⁹⁵⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 4, fl.12; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.332.

comprovadamente, cónego desse mosteiro vimaranense. É certamente o mesmo Martinho Afonso que a 2 de Outubro de 1463 é confirmado como capelão da capela do mosteiro³⁹⁵⁹.

Pedro Afonso - Cónego regrante do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Filho de Afonso Gonçalves e Margarida Dias, da freguesia de Santa Marinha da Costa. Recebeu a 21 de Setembro de 1465, em Braga, ordens de Epístola³⁹⁶⁰. Era irmão de Martim Afonso, que acreditamos também ser cónego regrante do mosteiro da Costa, de Guimarães. Três meses mais tarde recebeu, novamente em Braga, ordens de Evangelho³⁹⁶¹. No dia 20 de Dezembro de 1466 foram-lhe conferidas, na Sé bracarense, as ordens de missa³⁹⁶².

Fernando Eanes/Fernando Anes - Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Recebe em Coimbra, em 1476, ordens de Evangelho³⁹⁶³.

D. João de Braga - Cónego regrante do mosteiro de Santa Marinha da Costa e seu prior claustral. Foi prior claustral pelo menos entre 1525 e 1527, tendo D. João de Braga, aquando do falecimento do prior comendatário Frei João de Chaves, liderado o mosteiro durante o período em que decorreu o processo de extinção dos Cónegos Regrantes e a integração das instalações na Ordem dos Jerónimos, que se prolongou por cerca de dois anos, sendo um dos três últimos elementos da comunidade regrante desta instituição³⁹⁶⁴. De resto “João de Braga Prior crasteiro do dito moesteiro por si, e com sufficiente Procuração dos outros Conegos do dito Moesteiro da Costa”³⁹⁶⁵ participou activamente nas negociações tendentes à extinção do mosteiro. Segundo Francisco Camelo uma das contrapartidas conseguidas foi uma pensão de 12 mil reis para seu sustento ao abandonar o mosteiro, valor também atribuído ao cónego João Afonso, que também era sacerdote, enquanto Frei Ávares recebeu dez mil³⁹⁶⁶. Esteve presente no mosteiro de Santa Marinha no acto da entrega e tomada de posse do mosteiro pelos Jerónimos no dia 27 de Janeiro de 1528³⁹⁶⁷.

João Afonso - Cónego regrante do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Era um dos três cónegos que se encontravam no mosteiro de Santa Marinha a 23 de Novembro de

³⁹⁵⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.231; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.756.

³⁹⁶⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 6, fl. 21.

³⁹⁶¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 7, fl. 27.

³⁹⁶² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 11, fl. 13; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815.

³⁹⁶³ Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.212.

³⁹⁶⁴ Castro, Domingos Leite de, “Convento da Costa: Extinção da Ordem de Santo Agostinho e sua substituição pela de S. Jeronymo”, in *Revista de Guimarães*, Vol. III - Nº 2 (Abril-Junho de 1886), pp.107-112; Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Prioros, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, redigido em 1748 e publicado in *Boletim de Trabalhos Históricos*- Publicação do Arquivo Municipal “Alfredo Pimenta”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.158.

³⁹⁶⁵ Castro, Domingos Leite de, “Convento da Costa: Extinção da Ordem de Santo Agostinho e sua substituição pela de S. Jeronymo”, in *Revista de Guimarães*, Vol. III - Nº 2 (Abril-Junho de 1886), p.107.

³⁹⁶⁶ Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Prioros, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, redigido em 1748 e publicado in *Boletim de Trabalhos Históricos*- Publicação do Arquivo Municipal “Alfredo Pimenta”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.158.

³⁹⁶⁷ Castro, Domingos Leite de, “Convento da Costa: Extinção da Ordem de Santo Agostinho e sua substituição pela de S. Jeronymo”, in *Revista de Guimarães*, Vol. III - Nº 2 (Abril-Junho de 1886), pp.110-112.

1527, aquando da sentença de extinção desta canónica³⁹⁶⁸. A 27 de Janeiro de 1528 presenciou a entrega do cenóbio de Santa Marinha aos Jerónimos³⁹⁶⁹.

Frei Álvaro Fernandes - Cónego regente do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Era um dos três cónegos de Santa Marinha da Costa aquando da extinção do mosteiro a 23 de Novembro de 1527³⁹⁷⁰. Em resultado do acordo celebrado com o padre Frei Jorge, procurador dos Jerónimos no processo de transacção do mosteiro para a nova Ordem, Frei Álvaro recebeu uma tença inferior (10 mil reis) aos seus dois companheiros em virtude de não ser sacerdote³⁹⁷¹. Assistiu, a 27 de Janeiro de 1528, à entrega do mosteiro vimaranense aos Jerónimos³⁹⁷².

Cónegos cuja cronologia não foi possível estabelecer:

Nicolau Geraldês – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Nicolaus Geraldí canonicus de Costa” a 5 de Julho mas sem referenciar o ano do óbito³⁹⁷³.

Marcos Vicente – Cónego de Santa Marinha da Costa. Um obituário de S. Jorge de Coimbra menciona o falecimento de “Marcus Vicenti canonicus de Costa” a 22 de Fevereiro mas sem qualquer referência ao ano do passamento³⁹⁷⁴.

Pedro Anes de Vitis (?) – Cónego do mosteiro de Santa Marinha da Costa. Em obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora regista-se o passamento de “Petrus Johannis de Vitis canonicus de Costa” a 22 de Junho, não se mencionando aí, no entanto, o ano em que ocorreu o óbito³⁹⁷⁵.

Pedro Fortes – Cónego do mosteiro da Costa. “Petrus Forces canonicus de Costa” surge referenciado num obituário de S. Vicente de Fora, registando-se aí o seu falecimento a 1 de Setembro mas sem qualquer alusão ao respectivo ano³⁹⁷⁶.

³⁹⁶⁸ Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, redigido em 1748 e publicado in *Boletim de Trabalhos Históricos*- Publicação do Arquivo Municipal “Alfredo Pimenta”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.158.

³⁹⁶⁹ Castro, Domingos Leite de, “Convento da Costa: Extinção da Ordem de Santo Agostinho e sua substituição pela de S. Jeronymo”, in *Revista de Guimarães*, Vol. III - Nº 2 (Abril-Junho de 1886), pp.110-112.

³⁹⁷⁰ Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, redigido em 1748 e publicado in *Boletim de Trabalhos Históricos*- Publicação do Arquivo Municipal “Alfredo Pimenta”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.158.

³⁹⁷¹ Camello, Francisco Xavier Pereira, “Tratado Histórico, Catálogo dos Priores, do Real Mosteiro da Costa (Guimarães)”, redigido em 1748 e publicado in *Boletim de Trabalhos Históricos*- Publicação do Arquivo Municipal “Alfredo Pimenta”, Vol. XIX, Ns.1-4, 1957, p.158.

³⁹⁷² Castro, Domingos Leite de, “Convento da Costa: Extinção da Ordem de Santo Agostinho e sua substituição pela de S. Jeronymo”, in *Revista de Guimarães*, Vol. III - Nº 2 (Abril-Junho de 1886), pp.110-112.

³⁹⁷³ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.110.

³⁹⁷⁴ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.38vº.

³⁹⁷⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.104. Ainda suspeitamos que a palavra “Vitis” pudesse ser Vimaraniis, ou seja Pedro Anes de Guimarães, mas o confronto com o original revela que a palavra é mesmo “Vitis” embora pareça ter um sinal de abreviatura já pouco legível e é possível que corresponda a um apodo toponímico mas cuja associação não conseguimos estabelecer. No original este assento encontra-se na fl.33.

³⁹⁷⁶ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.131.

Pedro Peres Verdeal – Cónego do mosteiro da Costa. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Petrus Petri dictus Verdeal canonicus de Costa” a 13 de Outubro mas sem referência ao ano do óbito³⁹⁷⁷.

2.1.5. - São Martinho de Caramos (c. Felgueiras)

Martim Anes – Cónego do mosteiro de Caramos. Segundo D. Nicolau de Santa Maria Martim Anes era cónego de Caramos e prior da igreja de Constantim, para a qual alcançou vários privilégios de D. Dinis³⁹⁷⁸. Se tivermos em conta que o padroado desta igreja foi doado ao mosteiro em 1297³⁹⁷⁹ podemos então enquadrar a presença de Martim Anes no mosteiro em finais do séc. XIII e/ou no primeiro quartel do século XIV.

Frei João Aparício – Cónego do mosteiro de S. Martinho de Caramos e futuro prior-mor. A 28 de Maio de 1417 este cónego era pároco da igreja de Santa Maria de Borbela, anexa ao mosteiro de S. Martinho de Caramos³⁹⁸⁰. Mais de trinta anos volvidos este religioso conseguiria atingir o priorado do mosteiro, sendo que a 1 de Janeiro de 1451 já tinha sido eleito, dando o arcebispo de Braga instruções a Luís Afonso, mestre-escola, para confirmar João Aparício no priorado de Caramos³⁹⁸¹.

Gonçalo Lourenço – Cónego do mosteiro de S. Martinho de Caramos. A 11 de Janeiro de 1428 o cónego Gonçalo Lourenço foi confirmado na igreja de Santa Leocádia de Macieira³⁹⁸².

Gonçalo Gonçalves – Cónego do mosteiro de S. Martinho de Caramos e futuro prior de Vilela. A informação respeitante à sua ligação a este mosteiro é-nos dada através de uma súplica dirigida ao papa Martinho V, a 26 de Fevereiro de 1428, pela qual este cónego solicita o priorado do mosteiro de Santo Estêvão de Vilela³⁹⁸³.

Gonçalo Anes – Provável cónego do mosteiro de São Martinho de Caramos. Era natural da freguesia de São Martinho de Caramos, da diocese de Braga. Filho de cónego professo e de mãe solteira. Recebe ordens menores no dia 6 de Junho de 1444, em Braga³⁹⁸⁴.

Pedro Afonso – Provável cónego de São Martinho de Caramos e futuro prior do mosteiro. A 19 de Fevereiro de 1449 o priorado do mosteiro de Caramos encontrava-se vago e perante a inexistência de elementos suficientes para formar convento e eleger

³⁹⁷⁷ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.156.

³⁹⁷⁸ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VI, p.298.

³⁹⁷⁹ Costa, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol.2, 1959, p.263. Também Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VI, p.298, faz referência a esta igreja dizendo que ela foi doada ao mosteiro de Caramos por D. Afonso Henriques em 1154 e confirmada por D. Dinis em 1321.

³⁹⁸⁰ Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.757.

³⁹⁸¹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.160vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p.758.

³⁹⁸² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.43vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p.1036.

³⁹⁸³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 284-285; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p.758.

³⁹⁸⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.15v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.40.

novo prior o arcebispo de Braga instruiu Nuno Camelo, vigário geral da diocese, para confirmar aí um dos religiosos da comunidade³⁹⁸⁵. Tendo em consideração que o mosteiro voltou a vagar em 1351 por óbito de D. Pedro Afonso, pressupomos que este prior tenha sido o cónego escolhido para o priorado³⁹⁸⁶.

Álvaro Anes – Provável cónego do mosteiro de São Martinho de Caramos. Filho de João Martins e de Leonor Martins, sua mulher, da freguesia de São Martinho de Caramos, são-lhe conferidas ordens de Epístola no dia 30 de Maio de 1450, em Braga³⁹⁸⁷.

Frei Gonçalo – Cónego do mosteiro de Caramos. Com licença de seu maior “Frey Gonçallo coonigo do moesteiro de Caramoros” recebe ordens menores em Braga, no dia 26 de Maio de 1453³⁹⁸⁸.

Rodrigo Anes – Provável cónego do mosteiro de São Martinho de Caramos. Filho de cónego e de mãe solteira, foi exonerado da irregularidade pelo bispo, que lhe concedeu ordens menores, em Tibães, no dia 17 de Março de 1454³⁹⁸⁹.

João de Paris – Cónego do mosteiro de Caramos. A 23 de Abril de 1461 João de Paris foi confirmado como pároco da igreja de S. Cristóvão de Candemil³⁹⁹⁰.

Francisco Anes – Cónego de São Martinho de Caramos e futuro prior de Freixo. Este “coonigo reglante da Hordem de Santo Agostinho do moesteiro de Caramoros” recebeu ordens de Missa no dia 19 de Dezembro de 1461, em Braga³⁹⁹¹. A 11 de Maio de 1467 Francisco Anes foi confirmado como abade da igreja de S. Cristóvão de Lordelo e da sua anexa Santa Maria de Vilar Torno³⁹⁹², cargo a que renunciaria em Dezembro de 1492, altura em que já surge identificado como prior do mosteiro de S. Salvador de Freixo³⁹⁹³.

Gomes Rodrigues – Provável cónego do mosteiro de São Martinho de Caramos. Filho de Rodrigo Afonso e de Maria Martins, sua mulher, moradores na freguesia de São Martinho de Caramos, da diocese de Braga. Recebe ordens menores, em Braga, no dia 18 de Dezembro de 1462³⁹⁹⁴.

³⁹⁸⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.147; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.758.

³⁹⁸⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.160v°; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.758.

³⁹⁸⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.3; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.141.

³⁹⁸⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 26, fl.1v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.207.

³⁹⁸⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 28, fl.8; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.215.

³⁹⁹⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.215v°; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p.759.

³⁹⁹¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 6, fl.23; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.354.

³⁹⁹² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.[253v°]; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.759.

³⁹⁹³ A.D.B. - Registo Geral 330, *Censual de D. Jorge da Costa*, fl.82; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.734.

³⁹⁹⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 8, fl.24; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.373.

Pedro Rodrigues – Provável cónego do mosteiro de São Martinho de Caramos. Segundo D. Nicolau de Santa Maria Pedro Rodrigues era, em 1503, vigário da igreja de Constantim³⁹⁹⁵, do padroado do mosteiro de Caramos, o que por inerência significa, à partida, que se trata de um cónego do mosteiro.

Francisco Vasques – Cónego do mosteiro de São Martinho de Caramos. Encontrava-se entre a comunidade monástica de Caramos em 1528 aquando da visitação de Baltasar Álvares, ordenando-lhe o visitador que deixasse o mosteiro para residir na sua vigairaria, para não ocupar aí o lugar que outro cónego pudesse fazer com mais diligência para o mosteiro³⁹⁹⁶.

Afonso Martins³⁹⁹⁷ – Cónego do mosteiro de São Martinho de Caramos. Era um dos quatro cónegos que integravam a comunidade de Caramos em 1528, numa altura em que já era velho, motivo pelo qual o visitador o dispensou de aprender a cantar³⁹⁹⁸.

2.1.6. - S. Martinho de Crasto (c. Ponte da Barca)

Domingos Esteves – Cónego de S. Martinho de Crasto. Em 1282 surge como procurador do mosteiro na contenda que envolvia o concelho de Santarém, o arcediogo de Viseu, Lourenço Esteves de Feroselhe, e o mosteiro de S. Martinho de Crasto a propósito da lezíria da Atalaia³⁹⁹⁹. Desconhecemos a data do seu falecimento, mas é de admitir que ainda tenha acompanhado a entrada da centúria de trezentos.

Durão Peres⁴⁰⁰⁰ – Provável cónego de S. Martinho de Crasto. Surge referenciado na carta de sentença que D. Afonso IV deu, a 24 de Julho de 1335, respeitante às jurisdições do couto do mosteiro de S. Martinho de Crasto, sendo aí identificado como procurador do mosteiro⁴⁰⁰¹. Apesar de nesse processo de inquirição aparecer somente

³⁹⁹⁵ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. VI, pp.298-299, faz referência a esta igreja dizendo que ela foi doada ao mosteiro de Caramos por D. Afonso Henriques em 1154 e confirmada por D. Dinis em 1321.

³⁹⁹⁶ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, in *Bracara Augusta*, Vol. XLI, Ns. 91/92 (104/105), Anos de 1988-89, pp.133.

³⁹⁹⁷ Ao elaborar a transcrição o Autor deixa em nota que aparece apenas “A” pelo que poderá tratar-se de António ou Álvaro.

³⁹⁹⁸ Soares, Franquelim Neiva, “Os mosteiros da Comarca de Entre Douro e Lima em 1528”, in *Bracara Augusta*, Vol. XLI, Ns. 91/92 (104/105), Anos de 1988-89, pp.133.

³⁹⁹⁹ *O Livro das Lezírias D’El Rei Dom Dinis*, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 125-132; Marques; Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto: Subsídios para a sua história na Idade Média”, in *Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca*, Vol. II, Ponte da Barca, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, 1998, pp.64-70.

⁴⁰⁰⁰ Poderá ser Durão Vaz (“Duram Vaz”), como surge na transcrição do documento que integra a Chancelaria de D. Afonso IV (cf. *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, p.55) mas como o original utilizado nessa edição parece apresentar algumas dificuldades de leitura, será porventura mais fiável seguirmos a pública forma do século XVII, transcrita por Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, p.74 (Doc. 20 do Apêndice), que apesar de algumas variações, não se desvia substancialmente do espírito do texto da *Chancelaria*, sendo que o nome do procurador que surge aí é “Durão Peres”.

⁴⁰⁰¹ Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.74-75 (Doc. 20 do Apêndice).

designado como cónego e apesar de não termos outros dados que possam comprovar a sua ligação religiosa também não podemos deixar de considerar tal possibilidade.

João Afonso – Cónego de S. Martinho de Crasto. Por carta de 31 de Julho de 1357 o embaixador Álvaro Sugério, solicita ao papa Inocêncio VI a dispensa de ilegitimidade do cónego João Afonso, em virtude de este ser filho de monge e mulher solteira, bem como a possibilidade de vir a receber benefícios eclesiásticos⁴⁰⁰².

Gonçalo Martins – Cónego e prior claustral do mosteiro de São Martinho de Crasto. A 14 de Julho de 1419 surge como prior crasteiro do mosteiro de São Martinho de Crasto, figurando como um dos subscritores da procuração que a comunidade conventual de S. Martinho passou ao deão de Braga, Álvaro Martins, para que os representasse na eleição do futuro prior⁴⁰⁰³.

Afonso Anes – Cónego do mosteiro de São Martinho de Crasto. Aparece referenciado como cónego da instituição a 14 de Julho de 1419, passando, juntamente com o restante convento, uma procuração a Álvaro Martins, deão da Sé de Braga, para que este, em seus nomes, assumisse a indigitação do futuro prior⁴⁰⁰⁴.

Afonso Lourenço – Cónego do mosteiro de São Martinho de Crasto. Trata-se de um dos religiosos que a 14 de Julho de 1419 subscreve uma procuração a delegar plenos poderes em Álvaro Martins, deão de Braga, para que este eleja, em nome da comunidade regrante de Crasto, o futuro prior do mosteiro⁴⁰⁰⁵.

Gil Lopes – Cónego do mosteiro de São Martinho de Crasto. Aparece referenciado a 14 de Julho de 1419, sendo um dos subscritores da procuração que a comunidade conventual de S. Martinho passou ao deão de Braga, Álvaro Martins, para que os representasse na eleição do futuro prior⁴⁰⁰⁶.

Gonçalo Fernandes – Cónego do mosteiro de São Martinho de Crasto. Já integrava a comunidade conventual de Crasto a 14 de Julho 1419, sendo um dos cónegos que subscreve a procuração que permite ao deão de Braga, Álvaro Martins, apresentar o próximo prior-mor⁴⁰⁰⁷.

Gonçalo Vasques – Cónego do mosteiro de São Martinho de Crasto. Aparece referenciado a 14 de Julho de 1419, sendo um dos subscritores da procuração que a

⁴⁰⁰² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.319.

⁴⁰⁰³ A.D.B. - Colecção Cronológica, Caixa 21; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.760; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.77-80 (Doc. 23 do Apêndice).

⁴⁰⁰⁴ A.D.B. - Colecção Cronológica, Caixa 21; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.760; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.77-80 (Doc. 23 do Apêndice).

⁴⁰⁰⁵ A.D.B. - Colecção Cronológica, Caixa 21; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.760; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.77-80 (Doc. 23 do Apêndice).

⁴⁰⁰⁶ A.D.B. - Colecção Cronológica, Caixa 21; Marques, José, Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.760; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.77-80 (Doc. 23 do Apêndice).

⁴⁰⁰⁷ A.D.B. - Colecção Cronológica, Caixa 21; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.760; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.77-80 (Doc. 23 do Apêndice).

comunidade conventual de S. Martinho passa ao deão de Braga, Álvaro Martins, para que este os represente na eleição do futuro prior⁴⁰⁰⁸.

Lopo Afonso – Cónego do mosteiro de São Martinho de Crasto. A 14 de Julho de 1419, juntamente com a restante comunidade, constitui Álvaro Martins, deão bracarense, como seu legítimo procurador para apresentar o futuro prior de S. Martinho de Crasto⁴⁰⁰⁹. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Lopus Alfonsi canonicus presbiter de Sancto Martino de Crasto” a 8 de Julho mas sem a habitual indicação do ano⁴⁰¹⁰.

Lourenço Anes – Cónego do mosteiro de São Martinho de Crasto. Aparece referenciado a 14 de Julho de 1419, sendo um dos subscritores da procuração que a comunidade conventual de S. Martinho passou ao deão de Braga, Álvaro Martins, para que os representasse na eleição do futuro prior⁴⁰¹¹.

Frei Gonçalo Nunes de Barros – Cónego regente do mosteiro de São Martinho de Crasto⁴⁰¹². Após a saída do prior Lourenço Esteves para Vila Nova de Muia, foi eleito, em Outubro de 1435, prior do mosteiro de Crasto⁴⁰¹³.

Álvaro Anes – Provável cónego do mosteiro de São Martinho de Crasto. As únicas referências que lhe conhecemos são-nos dadas pelos registo de matrículas de Ordens, onde surge identificado apenas como abade da igreja de S. Romão de Nogueira ou S. Romão da Nóbrega, designação muito linear que não nos permite confirmar a sua ligação ao mosteiro de Crasto, mas somente aventar essa possibilidade assente apenas no facto de essa igreja ser do padroado do mosteiro. Assim, a 22 de Maio de 1445, Álvaro Anes recebe ordens de Epístola, em Braga⁴⁰¹⁴. No ano seguinte, mais concretamente a 12 de Março e a 12 de Abril, são-lhe concedidas, respectivamente, ordens de Evangelho e Missa⁴⁰¹⁵. Deverá ter-se mantido à frente desta paróquia até Abril de 1455, uma vez que no dia 10 desse mês é confirmado Gonçalo Domingues como pároco de S. Romão da Nóbrega⁴⁰¹⁶.

⁴⁰⁰⁸ A.D.B. - Colecção Cronológica, Caixa 21; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.760; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.77-80 (Doc. 23 do Apêndice).

⁴⁰⁰⁹ A.D.B. - Colecção Cronológica, Caixa 21; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.760; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.77-80 (Doc. 23 do Apêndice).

⁴⁰¹⁰ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.111.

⁴⁰¹¹ A.D.B. - Colecção Cronológica, Caixa 21; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.760; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, pp.77-80 (Doc. 23 do Apêndice).

⁴⁰¹² O registo da sua confirmação para prior do mosteiro de S. Martinho de Crasto revela tratar-se de um “coonego reglante do dicto moesteiro” (cf. A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.63v.; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, p.80 (Doc. 25 do Apêndice)).

⁴⁰¹³ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.63v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.761; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, p.80 (Doc. 25 do Apêndice).

⁴⁰¹⁴ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 9, fl.2; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.62.

⁴⁰¹⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fls.6,9; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, pp.68,71.

⁴⁰¹⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.191; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.725.

Gonçalo Domingues – Provável cónego do mosteiro de Crasto. Era cónego do mosteiro de Bravães, quando este foi extinto a 13 de Fevereiro de 1434⁴⁰¹⁷. É muito provável que com a redução do mosteiro de Bravães a igreja secular este religioso tenha sido acolhido no vizinho mosteiro de Crasto. Concorre para este raciocínio o facto de Gonçalo Domingues ter sido confirmado, a 10 de Abril de 1455 como pároco de S. Romão da Nóbrega⁴⁰¹⁸, igreja da apresentação deste mosteiro.

Vasco Gomes – Cónego do mosteiro de São Martinho de Crasto e seu futuro prior. Com o falecimento do prior Gonçalo Nunes de Barros foi eleito e confirmado, em 1453, como prior-mor de S. Martinho de Crasto⁴⁰¹⁹.

Gonçalo Anes – Cónego do mosteiro de São Martinho de Crasto. A 7 de Maio de 1515 era prior claustral de S. Martinho de Crasto, dia em que os delegados régios, Rui Fernandes, corregedor de Entre Douro e Minho, e Marçal Vasques, clérigo de Braga e notário público por autoridade apostólica, compareceram no mosteiro para receberem os rendimentos em que a instituição tinha sido taxada para as novas comendas de Cristo⁴⁰²⁰.

Gomes Gonçalves – Cónego do mosteiro de São Martinho de Crasto. A 7 de Maio de 1515 integrava a comunidade monástica de Crasto, surgindo referenciado como cónego⁴⁰²¹.

Cónegos cuja cronologia não foi possível estabelecer:

Álvaro Esteves – Cónego de S. Martinho de Crasto. Um obituário de S. Vicente de Fora refere o falecimento de “Alvarus Estephanus presbiter canonicus Sancti Martini de Crasto” a 27 de Abril, mas sem a respectiva indicação do ano⁴⁰²².

Álvaro Peres/Álvaro Pires – Provável cónego e prior claustral do mosteiro de S. Martinho de Crasto. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Alvarus Petri prior clastalis canonicus Sancti Martini” a 26 de Abril, mas sem qualquer referência ao ano do óbito⁴⁰²³. Como o mosteiro a que pertencia este religioso é apenas referido pelo orago, significa que poderemos estar na presença de um cónego de Caramos, Crasto ou Mancelos, casas cujo patrono era S. Martinho, embora a possibilidade mais forte nos pareça o mosteiro de Crasto, pelo simples facto de neste Obituário não haver qualquer assento respeitante aos mosteiros de S. Martinho de Mancelos e Caramos, enquanto que para Crasto existem vários registos.

⁴⁰¹⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.49v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.725.

⁴⁰¹⁸ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.191; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.725.

⁴⁰¹⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.180-180v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.761; Marques, Maria Alegria Fernandes, “Mosteiro de S. Martinho de Crasto...”, 1998, p.81 (Doc. 26 do Apêndice).

⁴⁰²⁰ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.62.

⁴⁰²¹ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.62.

⁴⁰²² Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.84.

⁴⁰²³ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.84.

Domingos Colaço – Cónego do mosteiro de Crasto. “Dominicus Colaço canonicus Sancti Martini de Clasto” surge referenciado num obituário de S. Vicente de Fora, registando-se aí o seu falecimento a 29 de Agosto mas sem qualquer alusão ao ano do óbito⁴⁰²⁴.

Fernão Gil/Fernando Gil – Cónego do mosteiro de S. Martinho de Crasto. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o “obiit Fernandus Egydii canonicus Sancti Martini de Clasto” a 10 de Abril mas sem mencionar o ano do falecimento⁴⁰²⁵.

2.1.7. - São Martinho de Mancelos (c. Amarante)

João Martins – Cónego do mosteiro de Mancelos. A 13 de Fevereiro de 1294 é referenciado como cónego de Mancelos, dia em que se encontrava no mosteiro de S. Simão da Junqueira onde testemunhou um empenhamento aí efectuado⁴⁰²⁶. É provável que ainda integrasse a comunidade monástica no início do séc. XIV.

Pedro Martins - Cónego de S. Martinho de Mancelos. A 27 de Abril de 1305 é-lhe passada uma procuração para que pudesse representar o mosteiro numa permuta de propriedades com o rei D. Dinis⁴⁰²⁷. Esse escambo acabou por se realizar a 31 de Agosto de 1305 mas o seu nome não é aí referenciado, sendo o mosteiro representado por um outro cónego, de nome Martim Pires, religioso que também é constituído como procurador no documento que estabelece os representantes do mosteiro com poderes para realizarem este negócio. Não sabemos se entretanto faleceu, se não chegou a viajar, ou se pura e simplesmente o seu nome foi omitido do registo da transacção.

Martim Pires/Martim Peres/Martinho Pires/Martinho Peres - Cónego de S. Martinho de Mancelos. A 31 de Agosto de 1305 encontrava-se em Lisboa, em representação do seu mosteiro, realizando um escambo com o rei D. Dinis, cedendo o mosteiro os herdamentos e o hospital que tinham em Vila Ruiva de Malcabrão, no bispado de Évora, em troca de dois casais que o rei possuía no couto de Vilela e da igreja de S. Nicolau de Cabeceiras de Basto⁴⁰²⁸. A procuração que o nomeava como legítimo representante da instituição neste negócio foi feita no mosteiro de Mancelos, no dia 27 de Abril de 1305⁴⁰²⁹.

Miguel Martins – Provável cónego de S. Martinho de Mancelos. Aparece como testemunha numa procuração que lavrada no mosteiro de Mancelos, a 27 de Abril de 1305, surgindo aí referenciado apenas como “Migueel Martiiz do moesteyro de Mancelos”⁴⁰³⁰. Apesar de ser inequívoca a sua ligação ao mosteiro não temos qualquer

⁴⁰²⁴ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.129.

⁴⁰²⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.77.

⁴⁰²⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.48vº-49; Lira, Sérgio, *O mosteiro de S. Simão da Junqueira*, Vol. II (Colecção Documental), Vila do Conde, Câmara Municipal de Vila do Conde, 2002, p.325 (doc.308).

⁴⁰²⁷ *O Livro das Lezírias D’El Rei Dom Dinis*, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 84-85.

⁴⁰²⁸ *O Livro das Lezírias D’El Rei Dom Dinis*, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 83-87.

⁴⁰²⁹ *O Livro das Lezírias D’El Rei Dom Dinis*, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 84-85.

⁴⁰³⁰ *O Livro das Lezírias D’El Rei Dom Dinis*, transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p.85.

outro elemento que nos possa comprovar que se trata, efectivamente, de um religioso desta canónica embora tal possibilidade nos pareça muito forte.

Martim Martins/Martinho Martins – Cónego do mosteiro de Mancelos. A 9 de Setembro de 1310, uma Quarta-feira, encontrava-se no mosteiro de Arouca onde testemunhou o acordo feito entre D. Maria Esteves, abadessa de Arouca com Vasco Gonçalves e sua esposa a propósito dos bens que ficaram ao mosteiro da parte da monja D. Sancha Gomes⁴⁰³¹.

Gonçalo Lourenço – Cónego e prior claustral de Mancelos. Temos registo da sua acção em Agosto de 1361, logo após o falecimento do prior Afonso Lourenço, dando seguimento às diligências legais e necessárias para o preenchimento da cadeira prioral vagante, avisando o papa da indigitação do novo prior e formulando ao pontífice o pedido da sua confirmação⁴⁰³².

João Martins – Cónego de S. Martinho de Mancelos. Integrava a comunidade de Mancelos em Agosto de 1361⁴⁰³³.

João Durães – Cónego de Mancelos. “Johanne Durandi” fazia parte da comunidade conventual de Mancelos em Agosto de 1361⁴⁰³⁴.

Domingos Anes – Cónego de S. Martinho de Mancelos. É um dos doze elementos que constituíam o convento de S. Martinho de Mancelos em Agosto de 1361⁴⁰³⁵.

Gonçalo Peres – Cónego de S. Martinho de Mancelos. A 24 de Agosto de 1361 “Gunsalvo Petri” já fazia parte da comunidade regrante de Mancelos⁴⁰³⁶.

Vasco Martins – Cónego de S. Martinho de Mancelos. Integrava a comunidade de Mancelos em Agosto de 1361⁴⁰³⁷.

Afonso Anes – Cónego de S. Martinho de Mancelos. “Alphonso Johannis” é referenciado em documento de 24 de Agosto de 1361 como cónego regular de S. Martinho de Mancelos⁴⁰³⁸.

João Afonso – Cónego de S. Martinho de Mancelos. Já se encontrava entre a comunidade regrante de Mancelos em Agosto de 1361⁴⁰³⁹.

João Anes – Cónego de S. Martinho de Mancelos e futuro prior. Era cónego regrante do mosteiro de Mancelos tendo ascendido, em Agosto de 1361, ao cargo de prior principal

⁴⁰³¹ Almeida, Dina Carla Ferreira de Sousa de, *O mosteiro cisterciense de Arouca*, vol. II, 2003, p.230 (Doc. 135 do Apêndice Documental).

⁴⁰³² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I (Súplicas dos pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V), Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, Roma-Porto, Livraria Editorial Franciscana, 1968, pp.399-401.

⁴⁰³³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.400.

⁴⁰³⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.400.

⁴⁰³⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.400.

⁴⁰³⁶ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.400.

⁴⁰³⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.400.

⁴⁰³⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.400.

⁴⁰³⁹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.400.

da comunidade por indicação de Gomes Pais, cónego da Sé de Braga, a quem a comunidade conventual tinha incumbido de indicar o novo prior, sucedendo assim a Afonso Lourenço, último titular do cargo⁴⁰⁴⁰. Aí se diz que o religioso “Johannem Johannis” era “virum utique providum et discretum, in regula sui ordinis eruditum et dicti monasterii expresse professum”⁴⁰⁴¹, ou seja reunia todas as condições para o cargo uma vez que além de cónego professo da instituição era um homem prudente, discreto, sábio e conhecedor da Regra de Santo Agostinho.

Martim Gonçalves/Martinho Gonçalves – Cónego de S. Martinho de Mancelos. Encontra-se entre os doze elementos que constituíam a comunidade conventual de Mancelos em Agosto de 1361⁴⁰⁴².

Afonso Martins – Cónego de S. Martinho de Mancelos. Em documento de 24 de Agosto de 1361 “Alfonso Martini” já surge referenciado como cónego regrante de S. Martinho de Mancelos⁴⁰⁴³.

Martim Martins II/Martinho Martins II – Cónego de S. Martinho de Mancelos. Integrava a comunidade de Mancelos em Agosto de 1361⁴⁰⁴⁴. Apesar de nos parecer muito pouco provável poderá admitir-se a hipótese de se tratar do mesmo cónego já identificado em 1310, o que seria certamente um caso de excepcional longevidade.

João Gonçalves – Provável cónego de Mancelos e futuro prior do mosteiro. Não temos nenhuma prova documental que o coloque entre a comunidade regrante de Mancelos, mas é muito provável que antes de ascender ao priorado fosse um dos religiosos desta comunidade. Sendo esta situação extremamente habitual há ainda um outro indício que poderá entender-se nesse mesmo sentido. É que numa carta de legitimação de 12 de Novembro de 1415, em que lhe são legitimados dois filhos, “Joham Gonçallvez” além de ser identificado como prior do mosteiro surge também a indicação de que este prior era “frade profeso”⁴⁰⁴⁵. Mesmo não surgindo aí qualquer referência ao mosteiro onde professou é presumível que se trate de S. Martinho de Mancelos. De qualquer modo, e comprovadamente, só temos conhecimento da sua ligação a esta instituição na sua qualidade de prior, cargo que João Gonçalves já ocupava em 1398⁴⁰⁴⁶.

Gonçalo Peres – Cónego de Mancelos e futuro prior do mosteiro. Era cónego do mosteiro e com o falecimento do prior João Gonçalves foi eleito canonicamente, para o priorado, no entanto tal eleição não obteve o necessário reconhecimento eclesiástico porque entretanto foi nomeado um cónego de Santa Maria de Oliveira para o priorado, registando-se então uma contenda entre os dois cónegos, disputa de que já há notícia a 30 de Dezembro de 1426⁴⁰⁴⁷.

Pedro Anes – Provável cónego de Mancelos. Era filho de presbítero e natural da freguesia de S. Martinho de Mancelos, da diocese de Braga recebendo, após a

⁴⁰⁴⁰ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, pp.399-401.

⁴⁰⁴¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.399.

⁴⁰⁴² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.400.

⁴⁰⁴³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.400.

⁴⁰⁴⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.400.

⁴⁰⁴⁵ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 3, 2006, p.195.

⁴⁰⁴⁶ *Synodicon Hispanum*, 1982, p.60.

⁴⁰⁴⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 162-164; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.762-763.

necessária dispensa eclesiástica, ordens menores, no dia 15 de Abril de 1430, em Braga⁴⁰⁴⁸.

João Afonso – Cónego de S. Martinho de Mancelos e futuro prior de Oliveira. Sabemos apenas que era cónego do mosteiro de Mancelos através do seu registo de confirmação no priorado de Santa Maria de Oliveira, mosteiro onde foi confirmado por D. Fernando da Guerra, a 20 de Janeiro de 1435⁴⁰⁴⁹.

João Anes – Cónego regrante do mosteiro de Mancelos. A 7 de Março de 1444 encontrava-se em Braga onde recebe as ordens de Epístola⁴⁰⁵⁰. Com autorização do seu maior desloca-se novamente a Braga onde, a 28 de Março de 1444, obtém ordens de Evangelho⁴⁰⁵¹ e a 19 de Setembro de 1444 são-lhe conferidas, nessa mesma cidade, ordens de Missa⁴⁰⁵².

Frei Rodrigo - Cónego do mosteiro de Mancelos da Ordem de Santo Agostinho. A 28 de Março de 1444 recebe ordens menores, em Braga⁴⁰⁵³. Trata-se muito provavelmente do mesmo religioso deste mosteiro que receberá ordens de Epístola em Abril de 1446 mas aí é referenciado como Rodrigo Garcia.

Rodrigo Garcia - Cónego do mosteiro de Mancelos da diocese de Braga. A 2 de Abril de 1446 recebe ordens de Epístola, em Braga⁴⁰⁵⁴. Há grandes probabilidades de estarmos na presença do religioso que recebe ordens menores em Braga a 28 de Março de 1444, no entanto aí aparece apenas identificado como Frei Rodrigo, pelo que, e até ao aparecimento de elementos que permitam esclarecer devidamente a sua identidade, assumimos que estamos perante dois indivíduos diferentes.

Rui Fernandes - Cónego do mosteiro de São Martinho de Mancelos da diocese de Braga. A 9 de Março de 1448 recebe ordens de Evangelho, em Braga⁴⁰⁵⁵. A 21 de Setembro de 1448 são-lhe concedidas, também em Braga, ordens de Missa⁴⁰⁵⁶.

Gonçalo Afonso – Provável cónego do mosteiro de São Martinho de Mancelos. Filho de Afonso Anes e de sua mulher, Isabel Afonso, da freguesia de São Martinho, do mosteiro de Mancelos, da diocese de Braga. A 19 de Março de 1451 recebe ordens

⁴⁰⁴⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 1, fl.1v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.14.

⁴⁰⁴⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.58vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.744; Bastos, Maria Rosário da Costa, *Santa Maria de Oliveira - Um domínio monástico...*, 1996, p.65.

⁴⁰⁵⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.3; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.31.

⁴⁰⁵¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.9; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.35.

⁴⁰⁵² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.23; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.43.

⁴⁰⁵³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.7v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.34.

⁴⁰⁵⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.8; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.70.

⁴⁰⁵⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 17, fl.4; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.104.

⁴⁰⁵⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 18, fl.2v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.815; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.110.

menores, em Braga⁴⁰⁵⁷, cidade onde cerca de seis anos depois, mais concretamente a 11 de Junho de 1457, obteve ordens de Epístola⁴⁰⁵⁸. No dia 21 de Março de 1461, surge novamente em Braga, onde lhe são atribuídas ordens de Evangelho⁴⁰⁵⁹, cidade onde também lhe seriam conferidas, a 4 de Abril de 1461, ordens de Missa⁴⁰⁶⁰.

Vasco Martins – Provável cónego do mosteiro de São Martinho de Mancelos. Filho de Martim Martins e de sua mulher, Margarida Vasques, da freguesia de Mancelos, da diocese de Braga. A 26 de Maio de 1453 recebe ordens menores, em Braga⁴⁰⁶¹ e a 27 de Março de 1456 alcança, também na cidade bracarense, as ordens de Epístola⁴⁰⁶².

João Fernandes – Cónego regrante do mosteiro de Mancelos, da ordem de Santo Agostinho, da diocese de Braga. A 26 de Maio de 1453 recebe, com autorização do seu maior, ordens de Missa, em Braga⁴⁰⁶³.

Gonçalo Vasques – Cónego regrante do mosteiro de Mancelos e prior do mosteiro de Souto. Sabemos que era cónego deste mosteiro porque foi colocado e confirmado, a 17 de Abril de 1454, no priorado do mosteiro de S. Salvador de Souto pelo arcebispo de Braga, em virtude de este se encontrar vago por morte do seu último prior, Pedro Nogueira⁴⁰⁶⁴. É provável que tenha regressado a Mancelos tendo em conta que renunciou ao cargo logo no mês de Junho seguinte⁴⁰⁶⁵.

Gonçalo Fernandes – Cónego professo do mosteiro de Mancelos da Ordem de Santo Agostinho da diocese de Braga. Filho de Fernão Gomes e de sua mulher, Inês Martins, moradores em Resende⁴⁰⁶⁶. A 18 de Setembro de 1456 recebe ordens de Epístola, em Braga⁴⁰⁶⁷. Com a respectiva licença do seu prior é submetido e obtém ordens de Evangelho, em Braga, no dia 16 de Abril de 1457⁴⁰⁶⁸.

⁴⁰⁵⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.19; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.153.

⁴⁰⁵⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.60v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.298.

⁴⁰⁵⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 3, fl.4; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.326.

⁴⁰⁶⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 4, fl.12; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.332.

⁴⁰⁶¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 26, fl.1; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.207.

⁴⁰⁶² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.27-a; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.269.

⁴⁰⁶³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 26, fl.4; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.210.

⁴⁰⁶⁴ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.183; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.730.

⁴⁰⁶⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.184; Marques, José, Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.730.

⁴⁰⁶⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.36.

⁴⁰⁶⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.36; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.278.

⁴⁰⁶⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.56; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.294.

Gonçalo Álvares - Cónego do mosteiro de São Martinho de Mancelos. A 4 de Abril de 1461 recebe ordens menores, em Braga⁴⁰⁶⁹. No dia 30 de Maio de 1461 aparece referenciado como cónego professo do mosteiro de Mancelos e recebe, em Braga, ordens de Epístola⁴⁰⁷⁰. Muito provavelmente recebeu numa outra diocese as ordens de Evangelho, ou pelo menos não o detectamos entre as Matrículas de Braga. Temos notícia sim é da imposição das ordens de missa a este cónego, que ocorreu em Braga, no dia 21 de Dezembro de 1465⁴⁰⁷¹.

Francisco Anes – Cónego do mosteiro de São Martinho de Mancelos. Por carta de 20 de Junho de 1488 foi-lhe legitimado um filho, de nome Gonçalo, fruto de uma relação com Maria Anes, mulher solteira⁴⁰⁷².

João Martins – Cónego e prior claustral do mosteiro de Mancelos. A 2 de Junho de 1500 D. Manuel legitima a João Martins, prior claustral do mosteiro de Mancelos e clérigo de missa, um filho, de nome João Anes, resultante da sua ligação com Senhorinha Martins⁴⁰⁷³.

Gonçalo Martins – Cónego do mosteiro de Mancelos. A 18 de Dezembro de 1492 já era cónego regrante do mosteiro de Mancelos, dia em que foi confirmado na igreja de S. Cristóvão de Lordelo, vaga por renúncia de D. Francisco Anes, prior do mosteiro de S. Salvador de Freixo⁴⁰⁷⁴. Gonçalo Martins ainda se mantinha entre a comunidade regrante de Mancelos a 3 de Junho de 1515, altura em que se deslocaram ao mosteiro os emissários régios para aplicar a taxaço referente às comendas novas da Ordem de Cristo⁴⁰⁷⁵.

Gonçalo Fernandes II – Cónego e prior claustral do mosteiro de Mancelos. A 3 de Junho de 1515 já surge identificado como prior claustral de Mancelos⁴⁰⁷⁶.

Garcia Rodrigues – Cónego do mosteiro de Mancelos. A 3 de Junho de 1515 Garcia Rodrigues é referenciado como cónego regrante de Mancelos⁴⁰⁷⁷.

João Gonçalves – Cónego do mosteiro de Mancelos. João Gonçalves encontrava-se entre a comunidade regrante de Mancelos a 3 de Junho de 1515, dia em que se deslocaram ao mosteiro os emissários régios para aplicar a taxaço referente às

⁴⁰⁶⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 4, fl.9; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.330.

⁴⁰⁷⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 4, fl.16; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.336.

⁴⁰⁷¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 7, fl. 28; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816.

⁴⁰⁷² Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1015.

⁴⁰⁷³ IAN/TT- Legitimações, Livro 1, fl.71; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.1015; Teixeira, Carla Maria de Sousa Amorim, *Moralidade e costumes...*, 1996, p.43.

⁴⁰⁷⁴ A.D.B. - Registo Geral 330, *Censual de D. Jorge da Costa*, fl.82.

⁴⁰⁷⁵ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.65.

⁴⁰⁷⁶ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.65.

⁴⁰⁷⁷ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.65.

comendas novas da Ordem de Cristo, cabendo a este mosteiro o pagamento de 120 ducados de ouro⁴⁰⁷⁸.

Dinis Gonçalves – Cónego do mosteiro de Mancelos. Dinis Gonçalves era um dos religiosos que a 3 de Junho de 1515 integrava o convento de S. Martinho de Mancelos⁴⁰⁷⁹.

2.1.8. - São Miguel de Vilarinho (c. Santo Tirso)

João Lourenço – Cónego e procurador do mosteiro de Vilarinho. Filho de Lourenço Peres, já falecido em 1287⁴⁰⁸⁰. Era natural da região, muito provavelmente da freguesia de S. Fausto, onde, nesse ano de 1287, trazia os casais de Veando e de Lamatida⁴⁰⁸¹. Por causa desta última propriedade viu-se envolvido numa contenda com Domingos Martins correiro, vizinho de Guimarães, conforme revela sentença de 21 de Março de 1296, dada por Fernão Anes, juiz de Guimarães⁴⁰⁸². A partir de 1290 aparece como procurador do mosteiro, surgindo nesse ano, em Guimarães, a receber, em nome da instituição, uma casa na rua Sapateira⁴⁰⁸³. Em 1296 aparece novamente em representação da instituição, numa contenda com os herdeiros de João Martins, antigo clérigo de Vilarinho⁴⁰⁸⁴, que não estavam a cumprir as determinações testamentárias desse clérigo que mandava entregar ao mosteiro, anualmente, um maravedi pelo S. João Baptista⁴⁰⁸⁵. Em documento datado de 19 de Junho de 1300, surge de novo referenciado como procurador do mosteiro⁴⁰⁸⁶. É muito provavelmente o “Johannis Laurencii canonicus de Vilarinho” que é recordado num obituário de S. Jorge de Coimbra, celebrando-se aí o seu aniversário a 22 de Janeiro, não se registando, no entanto, qualquer indicação ao ano do seu falecimento⁴⁰⁸⁷.

Mateus Martins - Cónego do mosteiro de Vilarinho. Mateus Martins é identificado como cónego de S. Miguel de Vilarinho em instrumento datado a 23 de Outubro de 1287⁴⁰⁸⁸. É muito provável que ainda integre a comunidade monástica no início do séc. XIV. Apenas sabemos, através de um registo do Obituário de S. Jorge que “Mateus

⁴⁰⁷⁸ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.65.

⁴⁰⁷⁹ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.65.

⁴⁰⁸⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.24; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.146.

⁴⁰⁸¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.24; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.146.

⁴⁰⁸² IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.34; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.157.

⁴⁰⁸³ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.31; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.152.

⁴⁰⁸⁴ Este clérigo de Vilarinho ainda era referenciado como capelão do mosteiro em Outubro de 1287 (cf. IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.24; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.147).

⁴⁰⁸⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.35; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.158.

⁴⁰⁸⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.40; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.163.

⁴⁰⁸⁷ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.34vº.

⁴⁰⁸⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.24; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.147.

Martini canonicus de Vilarinho” faleceu a 21 de Janeiro, não constando aí o ano do óbito⁴⁰⁸⁹.

Lourenço Soares - Cónego do mosteiro de Vilarinho e seu prior claustral. Em instrumento lavrado a 23 de Outubro de 1287, no mosteiro de Vilarinho, Lourenço Soares surge identificado como prior claustral⁴⁰⁹⁰. Desconhecemos até quando se manteve entre esta comunidade regrante, de qualquer modo deverá ser o religioso mencionado num Obituário de S. Jorge de Coimbra que regista o passamento de “Laurentius Soarii canonicus Vilarino” a 23 de Maio, não havendo aí, no entanto, qualquer referência ao ano do óbito⁴⁰⁹¹.

Martim Esteves – Cónego do mosteiro de Vilarinho. “Martim Stevaens frade de Villarinho” encontrava-se no mosteiro de Roriz a 27 de Março de 1295, onde testemunhou um emprazamento aí efectuado⁴⁰⁹². É provável que se mantenha entre a comunidade de S. Miguel de Vilarinho no início do séc. XIV. Um obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Martinus Stephanii canonicus de Villarino” a 25 de Julho, não sendo, no entanto, aí identificado o ano do óbito⁴⁰⁹³. É bastante provável que tal registo seja respeitante a este religioso.

Domingos Domingues – Cónego e procurador do mosteiro de Vilarinho. A 8 de Outubro de 1308 encontra-se em Guimarães em representação do seu mosteiro, comparecendo perante Pedro Salgado, tabelião de Guimarães para efectuar um escambo. O mosteiro cedeu a Martim Gomes e a sua mulher Margarida Esteves o campo de Bacelar e uma renda anual em géneros, recebendo em troca o campo de Sobre o Outeiro⁴⁰⁹⁴. Em 1310 voltamos a encontrá-lo no exercício das suas funções de procurador, numa contenda, envolvendo direitos de águas, que opôs S. Miguel de Vilarinho ao mosteiro de Santo Tirso⁴⁰⁹⁵. A 12 de Junho de 1328 ainda fazia parte da comunidade regrante de S. Miguel de Vilarinho, testemunhando nesse dia a doação que Domingas Martins de Negrelos fez ao cónego João Anes, religioso desse mesmo mosteiro de Vilarinho⁴⁰⁹⁶. A 4 de Janeiro de 1339 desloca-se à quinta da Ramada, juntamente com D. Martim Vila Nova, prior do mosteiro, e um outro cónego da comunidade, onde é alcançado um acordo com o escudeiro João Rodrigues Ferraz, que não pagava as rendas respeitantes às herdades que o mosteiro tinha nessa quinta⁴⁰⁹⁷. O escudeiro comprometeu-se a abrir mão dessas herdades e o facto é que a 28 de Novembro de 1341, Pedro Esteves, representante de Afonso Domingues, corregedor de Entre Douro e Minho, meteu em posse do prior de Vilarinho, D. Lourenço Esteves, e do convento desse mosteiro, representado por Domingos Domingues, seu cónego e

⁴⁰⁸⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.34vº.

⁴⁰⁹⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.24; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.147.

⁴⁰⁹¹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.18vº.

⁴⁰⁹² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7, Maço Único, nº 19.

⁴⁰⁹³ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.25vº.

⁴⁰⁹⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.6; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.170.

⁴⁰⁹⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.7; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.172.

⁴⁰⁹⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.32; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.187.

⁴⁰⁹⁷ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.42; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.197-199.

procurador, todas as herdades que o mosteiro detinha na Quinta da Ramada⁴⁰⁹⁸. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Dominicus Dominici canonicus Sancti Michaelis de Vilarino” a 13 de Junho mas sem referenciar o ano do óbito⁴⁰⁹⁹.

João Anes – Cónego do mosteiro de Vilarinho e seu prior claustral. O seu nome surge entre as testemunhas de um instrumento de venda, celebrado em Guimarães, a 11 de Agosto de 1318, pelo qual Maria Martins vendeu a Domingas Martins do Ribeiro o herdamento que tinha no Ribeiro, na freguesia de S. Mamede⁴¹⁰⁰. No dia 15 de Janeiro de 1321 encontra-se novamente em Guimarães, onde figura como testemunha de uma outra venda de propriedades localizadas em Pomares, na freguesia de Santa Eulália de Barrosas⁴¹⁰¹. Este religioso recebe a 12 de Junho de 1328 os herdamentos que pertenciam a Domingas Martins de Negrelos, sua prima, localizados Entre Douro e Minho, estipulando-se aí as missas que o prior crasteiro lhe deveria mandar dizer, determinando inclusivamente que só o prior claustral gerisse essas propriedades⁴¹⁰². Esta indicação específica ao cargo é um forte indício de que João Anes já ocupava tal posição no seio da comunidade. De facto um documento datado de 20 de Novembro de 1328 confirma que João Anes era o *priol castreyro*. Trata-se de uma procuração que o convento passou ao prior do mosteiro, também chamado João Anes, dando-lhe poder de representatividade para, em seu nome e no do convento do mosteiro, intervir numa contenda que os opunha a Martim Peres e Gonçalo Peres, testamenteiros de Sancha Gil, que não estavam a cumprir as cláusulas testamentárias e das quais o mosteiro era beneficiário⁴¹⁰³. A 6 de Abril de 1329 João Anes surge novamente como testemunha numa venda de propriedades entre alguns dos seus familiares directos. Desta feita é Martim Mateus, morador em Negrelos, e sua mulher Domingas Domingues, juntamente com João Gonçalves, morador em Arões, e sua esposa, Domingas Mateus, que vendem a Domingas Martins de Negrelos os bens que tinham em Pomares, freguesia de Santa Eulália de Barrosas⁴¹⁰⁴.

Lourenço Martins – Cónego do mosteiro de Vilarinho. A 9 de Julho de 1336 acha-se em Guimarães, nas casas de João Martins, abade de S. Pedro do Monte, local onde se encontrava também, doente, Martim Gonçalves Cinza, abade de S. Romão de Arões, comparecendo aí Francisco Geraldês, tabelião de Guimarães, que leu o testamento do abade de Arões, feito a 29 de Agosto de 1331 e agora confirmado⁴¹⁰⁵.

Fernão Vasques – Provável cónego do mosteiro de Vilarinho. A 27 de Agosto de 1337 surge em Guimarães, onde é testemunha num documento em que o testamenteiro de

⁴⁰⁹⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.1; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.200.

⁴⁰⁹⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.21.

⁴¹⁰⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.22; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.184.

⁴¹⁰¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.26; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.185-186.

⁴¹⁰² IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.32; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.187.

⁴¹⁰³ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.33; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.188-190.

⁴¹⁰⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.34; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.191.

⁴¹⁰⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.38; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.195.

Martim Gonçalves Cinza, abade de S. Romão de Arões, concede a Constança Martins todos os bens que eram desse abade, até que seja cumprido o testamento⁴¹⁰⁶. Apesar de aparecer apenas indicado como cónego sem qualquer indicação da casa monástica é muito provável que seja do mosteiro de Vilarinho, embora não seja descabido admitir tratar-se de um cónego da colegiada de Guimarães.

Domingos Vicente – Cónego do mosteiro de Vilarinho. A 4 de Janeiro de 1339 acompanhou o prior do mosteiro à quinta da Ramada, na freguesia de S. Veríssimo de Riba de Vizela, onde foi solucionado o conflito que opunha o mosteiro de Vilarinho ao escudeiro João Rodrigues Ferraz, que não pagava as rendas respeitantes às herdades dessa quinta que pertenciam ao mosteiro⁴¹⁰⁷. A 10 de Julho de 1342 encontra-se em Braga onde dá a conhecer a D. João Vicente, cónego de Braga e vigário geral do arcebispo D. Gonçalo Pereira, o teor de uma carta que Afonso Domingues, corregedor de Entre Douro e Minho, enviou ao mosteiro de S. Miguel de Vilarinho proibindo que se dessem quaisquer préstimos e direitos aos padroeiros e naturais do mosteiro⁴¹⁰⁸.

Lourenço Esteves – Cónego do mosteiro de Vilarinho e futuro prior do mosteiro. Esteve presente, a 4 de Setembro de 1340, no capítulo provincial dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, realizado em Bragança, no mosteiro de S. Francisco⁴¹⁰⁹. É muito provável que estivesse aí na condição de prior claustral, no entanto o documento apenas o indica como cónego. A 28 de Novembro de 1341 já aparece referenciado como prior do mosteiro de Vilarinho⁴¹¹⁰.

Estêvão Gonçalves – Provável cónego do mosteiro de Vilarinho. Natural do Alto Minho. Pela sua proveniência geográfica poderá admitir-se que tenha sido cónego do mosteiro de S. João de Longos Vales ou de Paderne, no entanto como o documento que o refere está integrado no cartório de Vilarinho parece-nos bastante verosímil a possibilidade de ter pertencido a esta comunidade regrente. De concreto apenas sabemos que a 17 de Setembro de 1350 recebeu por doação de Aparício Domingues, seu tio, todos os bens que este possuía em S. Pedro de Merufe, no concelho de Monção, *para proveimento e mantemento de sas ordees*⁴¹¹¹.

Vasco Ciussa – Provável cónego do mosteiro de Vilarinho. A 10 de Abril de 1351 Vasco Ciussa abriu mão a favor de seu irmão Pedro Martins, cónego de Santa Marinha da Costa, de toda a herdade de Negrelos que tinha sido de sua irmã Constança Martins e de Martim Geraldês Ciussa, bem como do casal de Pedroselo⁴¹¹². Entretanto Pedro Martins faz-lhe doação do casal de Pedroselo com a condição deste reverter novamente para si no caso de Vasco Ciussa falecer primeiro, e se Vasco Ciussa lhe sobrevivesse o

⁴¹⁰⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.39; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.196.

⁴¹⁰⁷ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.3, Doc.42; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.197-199.

⁴¹⁰⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.3; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 203-204.

⁴¹⁰⁹ Martins, Armando Alberto, *O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII-XV - História e Instituição*, Tomo II, 1996, Apêndice Documental (sem paginação).

⁴¹¹⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.1; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.200.

⁴¹¹¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.7; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.205-206.

⁴¹¹² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.11, Doc.14.

casal ficaria, como revela o discurso directo utilizado no documento, “ao vosso convento do mosteyro de Vilarinho”⁴¹¹³, o que faz pressupor que estamos perante um elemento desta comunidade regrante.

Martim Anes – Cónego do mosteiro de Vilarinho e seu prior claustral. Por uma sentença de 10 de Janeiro de 1364 sabemos que foi, em conjunto com João Lourenço, cónego do mosteiro de Vilarinho, o representante do convento numa contenda que os religiosos sustentavam contra o seu prior por causa da adulteração das rações de que estavam a ser vítimas⁴¹¹⁴. A 7 de Setembro de 1366 aparece mencionado como *prior crasteiro*, dia em que, sob a sua supervisão, dois outros religiosos de Vilarinho definem os prazos para liquidação da dívida de 40 libras em que João Lourenço foi condenado a pagar a Afonso Domingues⁴¹¹⁵.

Marcos Domingues – Cónego do mosteiro de Vilarinho. Apenas sabemos que foi religioso de Vilarinho graças a um Obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra que regista o falecimento de “Marcus Dominici canonicus Villarino” às 17 calendas de Setembro da “Era de mil trezentos e noventa e V annos”⁴¹¹⁶, ou seja a 16 de Agosto do ano de 1357.

João Lourenço – Cónego do mosteiro de Vilarinho. Surge como um dos representantes do convento de Vilarinho na contenda em que os religiosos se envolveram com o prior do mosteiro, acusando-o de desrespeitar a quantidade e qualidade das rações a que tinham direito, acabando o arcebispo de Braga, por lhes dar razão, através de sentença de 10 de Janeiro de 1364⁴¹¹⁷. A 7 de Setembro de 1366 este cónego estabelece com Afonso Domingues, também cónego de Vilarinho, os prazos para o pagamento de 40 libras, a que uma sentença do arcebispo de Braga o condenara por causa de um cálice⁴¹¹⁸. Não sabemos em concreto o que aconteceu de qualquer modo a sentença foi bastante pesada. Só voltamos a ter notícias suas a 14 de Julho de 1388, dia em que entrega a Lopo Gil, recebedor do bispo de Braga, 30 libras por serviço do prior de Vilarinho, João Gonçalves, referente ao período que venceu na véspera de S. João Baptista desse ano⁴¹¹⁹.

Afonso Domingues – Cónego do mosteiro de Vilarinho. A primeira vez que temos notícia da sua presença no mosteiro de Vilarinho é através de um documento de 7 de Setembro de 1366, elaborado sob o patrocínio do prior claustral, em que se definiram os prazos para o pagamento de 40 libras a que o monge João Lourenço estava obrigado, por sentença do arcebispo de Braga, para com Afonso Domingues⁴¹²⁰.

⁴¹¹³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.11, Doc.14.

⁴¹¹⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.25; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 215-216.

⁴¹¹⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.20; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.220.

⁴¹¹⁶ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.28.

⁴¹¹⁷ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.25; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 215-216.

⁴¹¹⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.20; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.220.

⁴¹¹⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.43; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.234.

⁴¹²⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.20; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.220.

Gil Anes/Gil Eanes – Cónego do mosteiro de Vilarinho e futuro prior claustral. A primeira vez em que é designado cónego de Vilarinho é a 28 de Julho de 1390, dia em que entregou a Lopo Gil, procurador e recebedor do arcebispo de Braga, 100 libras respeitantes aos vodos de cinco almudes de vinho que o mosteiro tinha vendido, referentes ao período anual que terminara pelo S. João Baptista⁴¹²¹. Este Gil Anes é certamente o mesmo indivíduo que já estava ligado ao mosteiro em 1376, e que entregou a 27 de Setembro desse ano, a João Fernandes, camareiro do arcebispo de Braga, 15 maravedis referentes a préstimos respeitantes aos anos de 1371, 1372 e 1373, sendo mencionado nesse documento como *homem de Joham Gonçalvez priol de Vilarinho*⁴¹²². A 4 de Julho de 1404 já surge identificado como “Gill Anes prioll crasteiro do moesteiro de Vilarinho”⁴¹²³. A 8 de Junho de 1410 é constituído procurador-geral do mosteiro⁴¹²⁴, aparecendo no desempenho dessas funções a 2 de Junho de 1411, comparecendo em Braga perante João Garcia, escolar em direito canónico e vigário geral do arcebispo de Braga, que proferiu sentença contra o escudeiro Afonso Rodrigues Peixoto e sua mulher, Maria Fernandes, acusados de se apoderarem das rendas, foros e sanjoaneiras dos casais da aldeia de Lagoas, situados nas freguesias de Santo Adrião e S. Miguel das Caldas e que pertenciam ao mosteiro de Vilarinho⁴¹²⁵. A 5 de Janeiro de 1435, certamente na sua qualidade de prior crasteiro, embora o documento o refira apenas como *coonigo*, colocou em posse do mosteiro o seu novo prior, D. Vasco Martins, dando sequência à confirmação que o arcebispo de Braga fizera da sua eleição⁴¹²⁶. A 23 de Janeiro de 1437 encontrámo-lo em Godim, na freguesia de S. João da Portela, na qualidade de procurador do mosteiro, acompanhando o seu prior, D. Vasco Martins de Pombeiro, que toma posse de casais que tinham sido adquiridos de forma pouco transparente por D. Vasco Afonso, um anterior prior do mosteiro de Vilarinho⁴¹²⁷. Este é o último documento em que encontramos referências a Gil Eanes, de qualquer forma, e tratando-se efectivamente do mesmo religioso, estamos perante um interessante caso de longevidade.

Álvaro Fernandes – Cónego do mosteiro de São Miguel de Vilarinho. A primeira referência que lhe conhecemos data de 8 de Junho de 1410 dia em que, conjuntamente com outros indivíduos, foi constituído procurador-geral do mosteiro⁴¹²⁸.

Vasco Martins – Cónego regente do mosteiro de Vilarinho e futuro prior. A única informação que possuímos de que era religioso do mosteiro é através da notícia da renúncia do prior D. Vasco Afonso, que abdicou em favor de Vasco Martins, cónego

⁴¹²¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.49; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.235.

⁴¹²² IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.29; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.225.

⁴¹²³ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.153.

⁴¹²⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.20; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 248-249.

⁴¹²⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.20; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 248-252.

⁴¹²⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.34; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.261.

⁴¹²⁷ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.36; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.262-264.

⁴¹²⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.20; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 248-249.

regrante nele residente, datada de 8 de Março de 1429⁴¹²⁹. A 16 de Março de 1429 é confirmado no cargo de prior de Vilarinho⁴¹³⁰.

Vasco Martins(?) II/Vasco Afonso(?)/Vasco Gonçalves(?) – Cónego regrante do mosteiro de Vilarinho. A 19 de Dezembro de 1432 este cónego aparece juntamente com o prior D. Vasco Martins a efectuar um emprazamento em três vidas, a saber, a Afonso Anes, à sua mulher e a um filho ou filha de entre ambos, respeitante aos três casais que o prior e o mosteiro tinham no lugar de Fontão, freguesia de Carvalhosa, do julgado de Aguiar de Sousa⁴¹³¹. A identificação deste religioso levanta-nos algumas dúvidas porque o sobrenome aparece abreviado e não está muito claro, pelo que apesar de termos lido “Martins” poderá ser um outro apelido, provavelmente Afonso. Poderá eventualmente tratar-se de Vasco Gonçalves, um religioso que mais ou menos por esta altura integrava a comunidade monástica de Vilarinho, embora nos pareça, tendo em consideração o carácter em causa, menos provável.

Álvaro Esteves – Cónego do mosteiro de Vilarinho. A 6 de Janeiro de 1437 aparece a testemunhar um documento em que Vasco Afonso, antigo prior do mosteiro, renuncia a propriedades que comprou nas freguesias de S. João da Portela e na freguesia de Santiago de Lustosa, tendo esses casais sido adquiridos em nome do seu pai e com dinheiro do mosteiro na altura em que ele ainda era prior⁴¹³².

Vasco Gonçalves – Cónego regrante do mosteiro de Vilarinho e provável prior do mosteiro. A 24 de Setembro de 1441 foi-lhe passado, no mosteiro, um documento que o instituía como seu legítimo procurador para quaisquer necessidades dando-lhe plenos poderes de representatividade, inclusive para substabelecer novos procuradores⁴¹³³. A 25 de Outubro desse ano já se encontrava na Sé de Braga, onde, na presença de Gil Afonso Leitão, chantre da Sé de Braga e vigário geral do arcebispo, em nome do mosteiro emprazou a João Vasques, a sua mulher, Maria Vicente, e a uma terceira pessoa a nomear, diversas propriedades que o mosteiro possuía na aldeia de Paradela⁴¹³⁴. Trata-se, certamente, do mesmo indivíduo que vai atingir a cúpula hierárquica interna da instituição, aparecendo a governar o mosteiro no início de 1450⁴¹³⁵.

Vicente Pires – Provável cónego do mosteiro de São Miguel de Vilarinho. Filho de Pedro Gonçalves e de sua mulher, Catarina Gil, da freguesia do mosteiro de Vilarinho. Recebe ordens menores no dia 12 de Março de 1446, em Braga⁴¹³⁶.

⁴¹²⁹ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.21; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771.

⁴¹³⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.46 vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.771.

⁴¹³¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10-A, M.2, Nº35.

⁴¹³² IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.36; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.262-263.

⁴¹³³ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.38; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.265-266.

⁴¹³⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.5, Doc.38; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.265-268.

⁴¹³⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10-A, M.2, Nº36; Dias, José Sebastião da Silva, *Correntes do sentimento religioso em Portugal, (Séculos XVI a XVIII)*, Tomo I – Vol. II, Coimbra, Publicações do Instituto de Estudos Filosóficos - Universidade de Coimbra, 1960, p.483.

⁴¹³⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.5; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.67.

João Gonçalves – Provável cónego do mosteiro de São Miguel de Vilarinho. Filho de Gonçalo Esteves e de sua mulher, Senhorinha Anes, moradores na freguesia de Chamoim, da diocese de Braga. Recebe ordens de Evangelho no dia 27 de Março de 1456, em Braga⁴¹³⁷.

João Fernandes - Cónego do mosteiro de Vilarinho. “Joham Fernandez coonigo reglante do mosteiro de Vilarinho da hordem de Santo Agostinho” recebe ordens de Epístola, em Braga, a 27 de Março de 1456⁴¹³⁸. No mês de Maio desse mesmo ano, correndo o dia 22, este cónego encontra-se de novo em Braga onde recebe ordens de Evangelho⁴¹³⁹. É possível que seja o mesmo cónego que cerca de quarenta anos depois ainda aparece integrado na comunidade, referenciado num emprazamento que o prior e o mosteiro de Vilarinho efectuam, em três vidas, celebrado em Guimarães, no dia 22 de Agosto de 1496, respeitante aos casais de Cupido e Barrifalcão situados na freguesia do mosteiro⁴¹⁴⁰.

Álvaro Afonso – Provável cónego do mosteiro de Vilarinho. De concreto apenas sabemos que era capelão do mosteiro de Vilarinho. É assim referenciado a 24 de Setembro de 1489, dia em que o mosteiro emprazou o casal de Touvães em Santiago de Lustosa a Afonso Peres, a sua mulher Maria Anes, e a uma terceira pessoa a nomear⁴¹⁴¹.

Jerónimo(?) Fernandes – Cónego do mosteiro de Vilarinho. A 29 de Novembro de 1495 “1^{mo} Fernandez coonigo do dicto mosteyro de Vilarinho” testemunha o emprazamento que Rodrigo Álvares, prior de Roriz e administrador de Vilarinho faz, a Pedro Anes de Avioso, do casal da Quinta, sito na freguesia de S. Pedro de Avioso⁴¹⁴².

Afonso Nunes – Provável cónego do mosteiro de Vilarinho. Temos notícias dele através de um emprazamento do mosteiro de Vilarinho a Pedro Anes Pinhão, feito em Guimarães a 22 de Agosto de 1496, sendo aí indicado como clérigo de missa e capelão da igreja de Carvalhosa⁴¹⁴³. Sendo esta igreja de apresentação do mosteiro de Vilarinho é muito natural que estejamos perante um cónego do mosteiro.

Fernando Anes – Cónego do mosteiro de Vilarinho. Aparece, em seu nome e no do convento, juntamente com o prior João Fernandes, a emprazar no dia 30 de Maio de 1522 os casais do Telhado e da Ponte, situados na freguesia de Santo Adrião, termo de Guimarães⁴¹⁴⁴, um emprazamento com a duração de três vidas⁴¹⁴⁵. É possível que seja o

⁴¹³⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.28v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.270.

⁴¹³⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.27v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.274.

⁴¹³⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.33; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.274.

⁴¹⁴⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.20; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 290-291.

⁴¹⁴¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.16; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.287.

⁴¹⁴² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N.º218.

⁴¹⁴³ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.20; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 290-291.

⁴¹⁴⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.8A; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 305-307.

⁴¹⁴⁵ Estas três vidas têm a particularidade de não corresponderem às habituais três vidas simples mas sim à vida de dois casais e à de uma terceira pessoa, sendo a primeira a de Maria Pires e seu marido,

mesmo religioso que surge identificado, a 15 de Maio de 1528, como cónego do mosteiro de S. Pedro de Roriz⁴¹⁴⁶.

Manuel Jorge – Cónego do mosteiro de Vilarinho. Juntamente com o prior, D. Luís de Almeida, empraça no dia 8 de Dezembro de 1534 o casal de Penelas, na freguesia de S. Fausto de Riba de Vizela, a Gonçalo Pires, à sua mulher, Inês Pires, e a um filho ou filha de ambos⁴¹⁴⁷. A sua presença entre a comunidade de Vilarinho vai sendo confirmada nos contratos de emprazamento que o mosteiro vai celebrando, aparecendo referenciado como cónego de Vilarinho a 8 de Outubro de 1540⁴¹⁴⁸ e a 6 de Fevereiro de 1545⁴¹⁴⁹.

Francisco Fernandes - Cónego do mosteiro de Vilarinho e seu prior claustral. É mencionado como cónego do mosteiro num documento datado de 12 de Fevereiro de 1538, respeitante ao emprazamento de uma casa que o mosteiro de Vilarinho tinha na freguesia de Lustosa, e que foi emprazada ao alfaiate João Fernandes, a sua mulher Inês Pires e a um filho de ambos, tendo Francisco Fernandes, juntamente com Gonçalo Anes e dois homens bons ajuramentados, feito a avaliação e inventariação dos bens constituintes do prédio bem como as suas confrontações⁴¹⁵⁰. Aparece novamente nas funções de vedor, em contrato datado de 8 de Outubro de 1540, desta feita juntamente com Pedro Mendes, clérigo de missa e capelão da igreja de S. Miguel de Silves, avaliando o casal da Quinta e um quarto do casal da Lágua, localizados na freguesia de S. Miguel de Vilarinho, propriedades essas que foram emprazadas, a Beatriz Anes, viúva de João Gonçalves, que faleceu na altura em que ainda decorria a vedoria, e a duas outras pessoas de linhagem directa a serem nomeadas⁴¹⁵¹. A 6 de Fevereiro de 1545 já é mencionado como prior claustral do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho⁴¹⁵².

Gonçalo Anes - Cónego do mosteiro de Vilarinho. A 6 de Fevereiro de 1545, dia em que o mosteiro de S. Miguel de Vilarinho emprazou, em três vidas a João Gonçalves, a sua mulher, Apolónia Fernandes e a um filho deles, o casal de Godim, situado na freguesia de São João de Codeços, Gonçalo Anes aparece identificado como cónego do mosteiro⁴¹⁵³. Acreditámos que este religioso seja o mesmo Gonçalo Anes que a 12 de Fevereiro de 1538 era capelão da igreja de Santiago de Carvalhosa, surgindo em missão de vedoria a propriedades que o mosteiro de Vilarinho emprazou nesse dia⁴¹⁵⁴.

Cristóvão Álvares, a segunda a do seu filho Cristóvão Álvares e da sua respectiva esposa, Catarina Pires, e a terceira referente a um filho ou filha destes últimos foreiros.

⁴¹⁴⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.11; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.311.

⁴¹⁴⁷ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.18; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 312-315.

⁴¹⁴⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.25; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 319-326.

⁴¹⁴⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.29; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 327-334.

⁴¹⁵⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.22; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 316-318.

⁴¹⁵¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.25; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 319-326.

⁴¹⁵² IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.29; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 327-334.

⁴¹⁵³ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.29; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 327-334.

⁴¹⁵⁴ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.22; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 316-318.

Cónegos cuja cronologia não foi possível estabelecer:

Afonso Rodrigues - Cónego de Vilarinho. Um obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Alfonsus Roderici canonicus de Vilarinho” a 22 de Julho, não sendo aí referenciado o ano⁴¹⁵⁵. De qualquer modo e tendo em consideração que nesse Obituário os dois registos que precedem o seu são datáveis, um porque apresenta de facto a data de 1322 (Era 1360) e o outro porque é respeitante ao prior de Vilarinho, D. Martim Vila Nova⁴¹⁵⁶, cujo falecimento é possível estabelecer pelos anos de 1339 ou de 1340⁴¹⁵⁷, é-nos assim possível perspectivar que o seu falecimento não seja inferior a esta última data. De resto quer o assento referente ao prior Martim Vila Nova, quer o do cónego Afonso Rodrigues parecem, aparentemente, ter sido anotados pela mesma mão, o que, numa análise simplista, poderá indiciar que o óbito deste religioso ocorreu por esta altura, ou seja ainda dentro da primeira metade do séc. XIV.

Domingos Esteves - Cónego do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho. Um obituário de S. Jorge de Coimbra apresenta um assento referente a “Dominicus Stephanii canonicus Villarino”, cuja comemoração do aniversário recaía a 23 de Agosto, não havendo qualquer referência ao ano do óbito⁴¹⁵⁸.

Domingos Martins - Cónego do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho. O obituário de S. Jorge de Coimbra regista o óbito de “Dominicus Martini canonicus de Vilarinho” a 24 de Janeiro, sem indicação ao ano⁴¹⁵⁹.

Estêvão Martins - Cónego do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho. “Stephanus Martinii canonicus Villarino” é referenciado no Obituário de S. Jorge de Coimbra, registando-se aí o seu passamento a 1 de Julho, sem indicação do ano⁴¹⁶⁰.

Fernando Domingues - Cónego do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho. “Fernandus Dominici canonicus de Vilarinho” surge referenciado num Obituário de S. Jorge de Coimbra como tendo falecido de 25 de Janeiro, sem qualquer referência ao ano⁴¹⁶¹.

João Afonso - Cónego do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho. O obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Johanis Alfonsi canonicus Villarino” a 1 de Julho, sem adiantar qualquer ano⁴¹⁶².

João Domingues - Cónego do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho. O obituário de S. Jorge de Coimbra regista o “Obiit Johanes Dominici canonicus Villarino” a 11 de Agosto, sem qualquer indicação ao ano em que tal facto ocorreu⁴¹⁶³.

Lourenço Domingues - Cónego do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho. Um obituário de S. Jorge de Coimbra apresenta um assento referente a “Laurencius Dominici

⁴¹⁵⁵ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.25.

⁴¹⁵⁶ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.25.

⁴¹⁵⁷ Sobre este prior veja-se a respectiva entrada na secção dedicada aos Priores.

⁴¹⁵⁸ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.29.

⁴¹⁵⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.34vº.

⁴¹⁶⁰ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.23vº.

⁴¹⁶¹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.35.

⁴¹⁶² BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.23vº.

⁴¹⁶³ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.27vº.

canonicus Villarino”, cujo óbito aparece anotado a 23 de Agosto, não havendo qualquer referência ao respectivo ano do falecimento⁴¹⁶⁴.

Lourenço Soeiro - Cónego de S. Miguel de Vilarinho. – Num obituário de S. Jorge de Coimbra aparece um registo respeitante a “Laurencii Suierii canonicus de Vilarinho”, anotando-se aí o seu falecimento a 23 de Janeiro mas sem qualquer menção ao ano do passamento⁴¹⁶⁵.

Lourenço Soeiro Pais - Cónego de Vilarinho. O obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Laurentio Sugerii Pelaiz cono de Vilarinho” a 18 de Maio, não sendo aí identificado o ano do óbito⁴¹⁶⁶.

2.1.9. - S. Pedro de Roriz (c. Santo Tirso)

Domingos Durão/Domingos Durando – Cónego do mosteiro de Roriz e seu prior claustral. A 27 de Março de 1295 “Domingos Duram prior crastreyro” do mosteiro de Roriz testemunha uma composição entre partes aí efectuada⁴¹⁶⁷.

Pedro Pais – Cónego do mosteiro de Roriz. Surge referenciado como cónego e procurador do mosteiro a 27 de Março de 1295⁴¹⁶⁸.

Domingos Gonçalves – Cónego do mosteiro de Roriz. A 27 de Março de 1295, juntamente com outros cónegos do mosteiro, integra o rol de testemunhas de um instrumento lavrado em S. Pedro de Roriz⁴¹⁶⁹. “Dominicus Goncalvi canonicus de Rooriz” é referenciado num Obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra como tendo falecido a 27 de Janeiro, não sendo, no entanto, aí apresentado o ano do óbito⁴¹⁷⁰, de qualquer forma supomos tratar-se do mesmo religioso. Também um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Dominicus Gonsalvi canonicus de Rooriz” mas aí é comemorado a 25 de Abril, embora este Necrológio nos forneça um elemento que de alguma forma ajuda a delimitar o seu período de vida, é que o registo imediatamente anterior ao seu aparece datado de 1297⁴¹⁷¹.

Gonçalo Fernandes – Cónego do mosteiro de Roriz. Encontra-se entre os cónegos e procuradores do mosteiro que testemunham um instrumento feito na canónica de Roriz, em Março de 1295⁴¹⁷². “Goncalvuus Fernandi canonicus de Roorici” é referenciado num Obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra como tendo falecido a 3 de Fevereiro, não sendo aí apresentado o ano do óbito⁴¹⁷³.

⁴¹⁶⁴ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.29.

⁴¹⁶⁵ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.34vº.

⁴¹⁶⁶ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.18.

⁴¹⁶⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7, Maço Único, nº 19.

⁴¹⁶⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7, Maço Único, nº 19.

⁴¹⁶⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7, Maço Único, nº 19.

⁴¹⁷⁰ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.35.

⁴¹⁷¹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.83.

⁴¹⁷² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7, Maço Único, nº 19.

⁴¹⁷³ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.36.

Salvador Peres – Cónego do mosteiro de Roriz. Já se encontrava entre a comunidade regrante de Roriz a 27 de Março de 1295⁴¹⁷⁴. A 2 Julho de 1299, juntamente com outros dois religiosos da instituição, é referenciado como testemunha de um acto notarial efectuado nesse mosteiro⁴¹⁷⁵.

Marcos Peres – Cónego do mosteiro de Roriz. É testemunha do compromisso que o cavaleiro Gonçalo Martins Porro assume, a 2 Julho de 1299, de restituir ao mosteiro de Vilarinho um meio casal de que se apoderara indevidamente⁴¹⁷⁶. Um Obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra regista o óbito de “Marchus Petri canonicus de Rooriz” a 28 de Janeiro, mas sem indicação do respectivo ano⁴¹⁷⁷.

Lourenço Gonçalves/Lourenço Gonçalves Bolo – Cónego de Roriz. “Lourenço Gonçalviz” testemunhou, a 2 Julho de 1299, o compromisso que o cavaleiro Gonçalo Martins Porro assumiu para com o mosteiro de Vilarinho de lhe devolver meio casal de que se tinha apoderado⁴¹⁷⁸. É possível que seja o “Laurencius Gunsalvi dicto Bolo canonicus de Rooriz” que aparece num obituário de S. Vicente de Fora, cujo falecimento foi registado a 8 de Setembro mas sem referência ao ano do óbito⁴¹⁷⁹.

Estêvão Anes – Provável cónego do mosteiro de Roriz. Aquando das inquirições dionisinas duas testemunhas dizem que *Esteve Anes frade do dicto moesteyro* foi juiz do couto de Roriz⁴¹⁸⁰. Num obituário de S. Vicente de Fora há um registo, a 11 de Abril (III idus Aprilis), de um *Stephanus Johannis conversus de Roriz*⁴¹⁸¹ pelo que, em princípio, e se partirmos apenas da terminologia usada, deveremos estar perante dois homónimos. Se de facto nos detivermos na nomenclatura é pouco crível tratar-se do mesmo indivíduo de qualquer modo também não podemos excluir tal possibilidade até porque não temos quaisquer outras informações que nos permitam balizar a sua passagem pelo mosteiro de Roriz, embora possámos situá-la nos finais do séc. XIII e inícios do XIV, do mesmo modo que não sabemos se Estêvão Anes chegou, efectivamente, a professar. É que o facto por si só de aparecer a designação de “frade” não pode ser olhada como sinónimo inequívoco de professo, e tem de ser devidamente enquadrada e não será certamente uma extrapolação abusiva admitir que para a generalidade das populações, por muito próximas que estivessem das instituições, aqueles que viviam nos mosteiros eram frades. De resto a própria documentação

⁴¹⁷⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7, Maço Único, nº 19.

⁴¹⁷⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.39; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.162.

⁴¹⁷⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.39; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.162.

⁴¹⁷⁷ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.35.

⁴¹⁷⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.39; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.162.

⁴¹⁷⁹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.135. A caligrafia deste registo é diferente da utilizada nos assentos dessa data e parece-nos, pelas suas características, posterior à primeira metade do séc. XIV, embora tais análises sejam sempre complexas e de fiabilidade relativa, mas independentemente disso, nada invalida a possibilidade de estarmos perante um religioso que deverá ter falecido no primeiro quartel da centúria de trezentos, até porque pode tratar-se de um assento tardio, ou um acrescento posterior motivado pela cópia de registos de um outro obituário.

⁴¹⁸⁰ Madahil, António Gomes da Rocha, “Uma certidão de Fernão Lopes passada ao mosteiro de Roriz em 1451”, in *Revista de Guimarães*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, Vol. XLVII, Ns. 3-4 (Julho-Dezembro de 1937), p.246; Vol. XLVIII, Ns. 1-2 (Janeiro-Setembro de 1938), p.60.

⁴¹⁸¹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora: A comemoração dos que passaram deste Mundo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História (Coleção Documentos Medievais Portugueses – Série II), 2008, p.73.

acentua e faz uso dessa terminologia para designar os conversos, como se pode ilustrar através de um exemplo proveniente do próprio cartório de Roriz em que João Domingues aparece designado, em finais do séc. XIV e inícios do XV, como frade leigo⁴¹⁸².

Martim Gonçalves – Cónego do mosteiro de Roriz e provável futuro prior. A primeira referência que conhecemos a este religioso data de 7 de Janeiro de 1328, dia em que Martim Peres e a sua mulher, Maria Peres, moradores em Bustelo, vendem a Afonso Martins criado de “Martim Gonçalvez frade do moesteyro de Rooriz” toda a herdade que tinham no lugar de Cartemil, freguesia do mosteiro de S. Pedro de Roriz⁴¹⁸³. A 15 de Fevereiro de 1329 é novamente referenciado como um dos elementos constitutivos da comunidade monástica rorizense⁴¹⁸⁴. Em meados da década seguinte temos nova notícia de “Martim Gonçalviz coonigo do dicto moesteyro” surgindo como representante da instituição no processo de inquirição das jurisdições que o rei D. Afonso IV ordenou, e da qual se provou, conforme sentença de 7 de Maio de 1336, dada em Santarém, que o mosteiro tinha o direito de exercer a jurisdição cível no seu couto⁴¹⁸⁵. Apesar de a partir desta data não termos mais referências a este religioso é possível que se trate do mesmo Martim Gonçalves que alcançará o priorado de Roriz em 1359⁴¹⁸⁶.

João Lourenço – Cónego do mosteiro de Roriz. Surge a testemunhar, a 15 de Fevereiro de 1329, um instrumento de venda referente ao quinhão que Maria Viegas e seus familiares possuíam na herdade de Cavagens, na aldeia de Ruivães, e que foi adquirido por Martim Afonso, criado de Afonso Peres, prior do mosteiro de Roriz⁴¹⁸⁷.

Estêvão Gonçalves – Cónego do mosteiro de Roriz e futuro prior. “Stevam Gonçalvez outrosy coonigo” do mosteiro de Roriz aparece entre as testemunhas de um contrato de compra e venda efectuado a 15 de Fevereiro de 1329⁴¹⁸⁸. A 6 de Agosto de 1331 surge novamente identificado como cónego deste mosteiro regrante⁴¹⁸⁹. É muito provável que este religioso venha a alcançar o priorado da instituição uma vez que surge um Estêvão Gonçalves como prior de Roriz na década de cinquenta⁴¹⁹⁰.

Afonso Peres – Cónego do mosteiro de Roriz. “Affonso Perez” é identificado como “frade do moesteyro de Rooriz” em instrumento datado de 15 de Fevereiro de 1329⁴¹⁹¹.

⁴¹⁸² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°173.

⁴¹⁸³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°9. Este documento permite-nos também aferir/confirmar da utilização indiferenciada dos termos “frade” e “cónego” como sinónimos, é que no mesmo pergaminho encontram-se a carta de venda e a carta de empossamento, ambas datadas do dia 7 de Janeiro de 1328, surgindo na primeira “Affonso Martinz criado de Martim Gonçalvez frade do moesteyro de Rooriz” e na segunda “Affonso Martinz criado de Martim Gonçalviz coonigo do moesteyro de Rooriz”

⁴¹⁸⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°10. Neste documento, e apesar de não ser muito legível por as palavras estarem algo apagadas, e por isso de leitura pouco esclarecedora, parece-nos que surge um apelido associado ao nome (poderá, eventualmente, tratar-se do nome de um outro religioso da instituição) e que nos parece “Moca Maa”, ou seja: Martim Gonçalves Moca Má.

⁴¹⁸⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°12; *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.69-72 (Doc. 32); Madahil, António Gomes da Rocha, “Uma certidão de Fernão Lopes passada ao mosteiro de Roriz em 1451”, in *Revista de Guimarães*, Vol. XLVII, Ns. 1-2 (Janeiro-Junho de 1937), Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1937, pp. 95-99.

⁴¹⁸⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°17.

⁴¹⁸⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°10.

⁴¹⁸⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°11.

⁴¹⁸⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°11.

⁴¹⁹⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°14.

⁴¹⁹¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°10.

Nesse dia Martim Afonso, aí referenciado como seu criado, compra a Maria Rodrigues, filha de Rodrigo Durães e de Maria Peres da Guarda, moradores na freguesia de S. Mamede de Negrelos, e a Maria Viegas (esta agindo em nome próprio e no da sua irmã, Esteva Viegas, e do seu cunhado João Gonçalves, na qualidade de procuradora de ambos), e a Maria Anes, filha de Maria Viegas, um quinhão na herdade de Cavagens, situada na aldeia de Ruivães⁴¹⁹². Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Alfonsus Petri canonico de Rooriz” a 15 de Maio mas sem a respectiva indicação do ano do óbito⁴¹⁹³.

Pedro Martins – Cónego do mosteiro de S. Pedro de Roriz. O cónego “Pero Martinz” surge a testemunhar uma procuração que os moradores do couto de Roriz fizeram, a 6 de Agosto de 1331, para que Domingos Peres e Estêvão Pais os representassem na contenda contra o concelho de Refóios⁴¹⁹⁴.

Martim Anes – Provável cónego do mosteiro de S. Pedro de Roriz. Martim Anes surge a testemunhar, a 6 de Agosto de 1331, uma procuração que os moradores e o juiz do couto de Roriz fizeram no mosteiro, para que Domingos Peres e Estêvão Pais os representassem na contenda contra o concelho de Refóios⁴¹⁹⁵. Martim Anes surge aí identificado como “capelam de Sam Mamede”, paróquia da apresentação do mosteiro de Roriz, facto que, associado à sua presença na instituição, nos leva a considerar que devemos estar na presença de um dos elementos desta comunidade regrante⁴¹⁹⁶.

Pedro Lourenço – Provável cónego do mosteiro de S. Pedro de Roriz. “Pero Lourenço abbade d’Aveoso” encontra-se entre as testemunhas da procuração que é feita no mosteiro de Roriz a 6 de Agosto de 1331, pela qual os moradores e o juiz do couto do mosteiro dão poderes a Domingos Peres e Estêvão Pais para que estes os representem na demanda que lhes foi movida pelo concelho de Refóios⁴¹⁹⁷. Apesar de Pedro Lourenço não ser aí identificado como cónego, só a sua presença em Roriz, aliada ao facto da igreja de S. Pedro de Avioso ser do padroado do mosteiro parecem-nos fortes indícios de estarmos perante um religioso desta canónica.

Durão Martins - Cónego de Roriz. A 15 de Março de 1339 “Duram Martinz frade de Rooriz” figura entre as testemunhas de um instrumento lavrado em Vila Nova, respeitante ao empossamento de Domingos Domingues, cónego e procurador do mosteiro de S. Simão da Junqueira, no casal que pertencera a Teresa Gomes, sobre o qual o mosteiro detinha benefícios⁴¹⁹⁸. Um Obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Duram Martinz canonicus de Rooriz” a 31 de Janeiro, mas sem qualquer indicação do ano⁴¹⁹⁹.

Marcos Peres II – Provável cónego do mosteiro de Roriz. A 16 de Setembro de 1354 Marcos Peres era abade de São Pedro de Avioso, igreja da apresentação do mosteiro de Roriz, surgindo entre as testemunhas de um instrumento referente ao empossamento de um casal que o mosteiro tinha na aldeia de Romariz (c. de Santa Maria da Feira), sendo

⁴¹⁹² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°10.

⁴¹⁹³ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.92.

⁴¹⁹⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°11.

⁴¹⁹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°11.

⁴¹⁹⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°11.

⁴¹⁹⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°11.

⁴¹⁹⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 101v°-102.

⁴¹⁹⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.35v°.

presumível que a sua presença aí não seja acidental, fazendo todo o sentido que tenha acompanhado o prior do mosteiro e o cônego e procurador Vasco Martins⁴²⁰⁰.

Vasco Martins - Cônego do mosteiro de Roriz. A primeira indicação a Vasco Martins surge-nos através de um instrumento datado de 16 de Setembro de 1354, aparecendo aí mencionado como procurador do convento de Roriz, acompanhando o seu prior à aldeia de Romariz (c. de Santa Maria da Feira), onde empossam Domingos Domingues no casal que o mosteiro aí possuía⁴²⁰¹. A 19 de Novembro de 1359 “Vaasco Martiinz coonigo do moesteiro de Rooriz do arcebispado de Braga procurador dos religiosos dom Martim Gonçalvez prior e convento do dicto moesteiro per hua procuraçom” compareceu perante D. Martim Domingues, mestre-escola e vigário geral da Arquidiocese de Braga que, por estar em conformidade como atestou João Pinheiro, abade de Guardizela e vedor neste caso, autorizou o empraçamento a Vasco Fernandes, morador na freguesia de Santiago de Lordelo, dos foros, direitos, direituras e geiras de casais que o mosteiro tinha nas freguesias de Guardizela, S. João de Calvos e S. João de Lordelo⁴²⁰².

João Peres/João Pires - Cônego do mosteiro de Roriz e provável futuro prior. A 24 de Julho de 1358 “Joham Perez” é identificado como cônego de Roriz, surgindo entre as testemunhas que constam do traslado, que nesse dia se fez, no mosteiro de Roriz, por Antoninho Afonso, tabelião de Aguiar de Sousa e Refoios, da sentença de D. Afonso IV referente às jurisdições que o mosteiro podia usar no seu couto, trasladada nesse dia,⁴²⁰³. É possível que se trate do mesmo João Peres que surge como prior do mosteiro a 24 de Dezembro de 1394⁴²⁰⁴, mas dado o distanciamento cronológico e a ausência de referências a este religioso durante um longo período de tempo tais probabilidades parecem não ser muito consistentes.

Estêvão(?) Fernandes(?)⁴²⁰⁵ - Cônego do mosteiro de Roriz. Surge referenciado como cônego de Roriz, aparecendo entre as testemunhas do traslado da sentença de D. Afonso IV, feita no mosteiro a 24 de Julho de 1358⁴²⁰⁶.

Martim Domingues - Cônego do mosteiro de Roriz. A 27 de Outubro de 1359 o prior e o convento do mosteiro de Roriz passam procuração a Martim Domingues e a Vasco Martins no sentido de estes efectuarem, em nome da instituição, um empraçamento a Vasco Fernandes, morador na freguesia de Santiago de Lordelo⁴²⁰⁷.

João Peres Barrosas/João Pires Barrosas - Cônego do mosteiro de Roriz e futuro prior. No dia 27 de Abril de 1371 o prior de Roriz, D. Martim Gonçalves, e o convento desse mosteiro, constituíram como seus legítimos procuradores “Vaasco Gil abbade de Santiago de Loordello e Joham Perez Barrosas nosso companhom coonigo do dicto moesteiro”⁴²⁰⁸. Volvidos dois dias Vasco Gil, abade de S. Tiago, fazendo uso dessa

⁴²⁰⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, Ns.14,16.

⁴²⁰¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°14.

⁴²⁰² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°17.

⁴²⁰³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°16.

⁴²⁰⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°25.

⁴²⁰⁵ Apesar de nos parecer Estêvão Fernandes, a leitura do nome em causa deixa-nos muitas interrogações, pelo que poderá tratar-se de um outro indivíduo.

⁴²⁰⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°16.

⁴²⁰⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°17.

⁴²⁰⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°21.

procuração encontra-se na Sé de Braga para efectuar um empraçamento em nome da instituição, mas o cónego João Peres não o deverá ter acompanhado uma vez que não é aí referenciado⁴²⁰⁹. Poderá dar-se o caso de este cónego ser o mesmo João Peres que já identificámos a 24 de Julho de 1358⁴²¹⁰, embora nos pareça que estamos na presença de dois religiosos diferentes, apesar de homónimos e, previsivelmente, contemporâneos. O recurso ao apodo toponímico seria certamente uma forma de os diferenciar, de qualquer modo a dúvida tem toda a legitimidade e persistirá, mais a mais quando este próprio religioso aparecerá, enquanto prior mor, quase sempre designado por João Peres. Este cónego viria a ocupar a cadeira prioral de Roriz pelo menos entre 1394⁴²¹¹ e 1413⁴²¹².

Domingos Martins – Cónego do mosteiro de Roriz. A 19 de Fevereiro de 1399 Domingos Martins já surge identificado como cónego professo do mosteiro de Roriz, dia em que, juntamente com o prior D. João Peres e os cónegos Estêvão Martins, João Martins e Martim Anes, passam procuração a Martim Ferreira, cónego da Sé de Braga e a João Domingues, frade leigo do mosteiro de Roriz, para que estes os pudessem representar⁴²¹³.

João Domingues – Provável cónego regrante do mosteiro de Roriz. A 23 de Fevereiro de 1399 compareceu perante D. Martinho (1398-1416) “Joham Dominguez fraire leigo do moesteiro de Rooriz da Hordem de Santo Agostinho”, na qualidade de procurador do prior e convento do mosteiro de Roriz, para empraçar a António Martins os casais, casas e vinha, que o mosteiro tinha em Canaveses⁴²¹⁴. A procuração que concedia poderes de representatividade a “Joham Dominguez fraire leigo nosso companhom” foi feita no mosteiro de Roriz a 19 de Fevereiro de 1399. “Joham Dominguez frade leigo” surge novamente referenciado a 20 de Dezembro de 1399, desta feita a testemunhar um instrumento lavrado no cabido do mosteiro de Roriz, pelo qual Martim Vicente e a sua mulher renunciaram aos bens que traziam na Quinta de Samoça a favor de Martim Ferreira o Moço, com o prior do mosteiro a autorizar a transacção⁴²¹⁵. Não sabemos se este João Domingues chegou a professar, de qualquer modo tal ainda não tinha sucedido a 1 de Janeiro de 1404, dia em que “Joham Dominguez frade leigo” surge a testemunhar a procuração feita no mosteiro de Roriz pela qual se instituía os cónegos João Martins e Estêvão Martins como seus legítimos procuradores⁴²¹⁶.

João Martins - Cónego do mosteiro de Roriz. A 1 de Janeiro de 1395 o cónego João Martins empossa João Domingues no casal das Quintãs, situado em Virões, o qual pertencia à vestiaría, dando assim seguimento ao empraçamento feito a este foreiro a 24 de Dezembro de 1394⁴²¹⁷. A 2 de Dezembro de 1396 “Joham Martinz coonigo de Rooriz e abbade de Virraaes” surge a testemunhar o testamento de Maria Domingues, moradora na freguesia do mosteiro de Roriz, que manda enterrar o seu corpo nesse mosteiro, deixando por seus testamenteiros, o seu marido, Lourenço Martins e também o cónego João Martins, abade de Virões, a quem deveria ser entregue um maravedi,

⁴²⁰⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°21.

⁴²¹⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°16.

⁴²¹¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°25.

⁴²¹² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, Ns.185.

⁴²¹³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°173.

⁴²¹⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°173.

⁴²¹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°28.

⁴²¹⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°182. Este documento é também referenciado por João Pedro Ribeiro (cf. Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.197v°).

⁴²¹⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°25.

anualmente, enquanto este vivesse⁴²¹⁸. João Martins é um dos cónegos deste cenóbio que, conjuntamente com o restante convento e o prior João Peres, reunidos em cabido, passam procuração a Martim Ferreira, cónego da Sé de Braga e João Domingues, frade leigo do mosteiro de Roriz, para que estes os possam representar⁴²¹⁹. João Martins aparece novamente mencionado como cónego de Roriz em instrumento de 20 de Dezembro de 1399⁴²²⁰.

A 1 de Janeiro de 1404 João Afonso, tabelião do julgado de Refoios de Riba de Ave, lavrou no mosteiro de Roriz uma procuração pela qual o prior D. João Pires e o convento do mosteiro, estando reunidos em cabido, estabeleceram como seus procuradores “Joham Martinz e Stevam Martinz nossos companhoens e coonigos do dicto moesteiro”⁴²²¹. “Joham Martinz” é um dos cónegos que, juntamente com o prior administrador, Álvaro Ferreira, empraza, a 10 de Janeiro de 1425, a Lopo Fernandes de Paços e a Catarina Lourenço sua mulher, e a uma terceira pessoa a nomear, o lugar de Paços, onde já morava o foreiro⁴²²². Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Johanes Martini canonicus de Rorici” a 1 de Fevereiro, mas sem qualquer indicação do ano⁴²²³. Pela confirmação do cónego Gil Martins na capelania de Virões, feita a 11 de Dezembro de 1425 percebe-se que o cónego João Martins faleceu em finais desse ano, encontrando-se a capelania vaga “per morte de Joham Martinz que della foy prestumeiro capellam”⁴²²⁴. Perante estes factos ou o assento que consta no Obituário é referente a um outro cónego de Roriz também chamado João Martins, ou então o óbito deste religioso só foi registado no início do ano seguinte, situação que nos parece mais provável e perfeitamente admissível, isto se tivermos em conta as fases desse processo, por si só já relativamente moroso face à distância entre as duas casas monásticas. E se essa condicionante era, por si só, justificativa para uma pequena discrepância nas datas, não correspondendo o dia do óbito com o da chegada dessas informações, temos de ter em consideração que poderia haver demora na comunicação, e mesmo que esta fosse célere, há a própria questão da anotação, não sendo de descuidar a possibilidade de muitas vezes, estando já o mosteiro destinatário na posse dos elementos haver algum desleixo, esquecimento, ou descuido no registo da informação enviada.

Estêvão Martins/Estêvão Martins Borrego - Cónego do mosteiro de Roriz. A 19 de Fevereiro de 1399 “Stevam Martinz” juntamente com o prior João Peres e os cónegos João Martins, Martim Anes e Domingos Martins constituem como seus legítimos procuradores Martim Ferreira, cónego da Sé de Braga e João Domingues, frade leigo do mosteiro de Roriz⁴²²⁵. A 5 de Setembro de 1412 o “religioso Stevam Martinz coonigo regante do moesteiro de Rooriz da hordem de Sancto Agostinho” compareceu perante o arcebispo de Braga na condição de procurador do mosteiro para aí emprazar a António “Giaez” e a sua mulher, Margarida Anes e a uma terceira pessoa, o casal de S. Miguel, localizado na freguesia de Roriz e um campo situado junto do campo de Fernão Cabreira⁴²²⁶. Este instrumento de prazo conserva o traslado da procuração que permitia a Estêvão Martins actuar em representação da instituição, procuração essa feita no

⁴²¹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, Ns.23,27.

⁴²¹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°173.

⁴²²⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°28.

⁴²²¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°182.

⁴²²² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°166.

⁴²²³ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.35v°.

⁴²²⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°167.

⁴²²⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°173.

⁴²²⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°182.

mosteiro de Roriz a 1 de Janeiro de 1404 e que instituía os cónegos João Martins e Estêvão Martins como seus procuradores⁴²²⁷. A 10 de Janeiro de 1425, dia em que estando no mosteiro “Joham Alvares Ferreira protonotario do papa e aministrador perpetuu do dicto moesteiro” juntamente com Martim Anes, prior claustral e os cónegos Estêvão Martins e João Martins, emprazaram a Lopo Fernandes de Paços e a Catarina Lourenço sua mulher, e a uma terceira pessoa a nomear, o lugar de Paços, onde já morava Lopo Fernandes⁴²²⁸. Temos novamente referência a “Stevom Martinz coonigo” a 23 de Maio de 1425, dia em que surge entre as testemunhas de um acto jurídico⁴²²⁹, o mesmo sucedendo em instrumentos de 4 de Fevereiro de 1426⁴²³⁰ e Dezembro de 1426⁴²³¹. A 18 de Julho de 1429 “Stevom Martynz” ainda se encontrava entre a comunidade monástica de Roriz, emprazando, juntamente com a restante comunidade conventual e Diogo Afonso, sobrinho e procurador do comendatário, a João de Figueiredo propriedades em Ruivães⁴²³². A 30 de Abril de 1432 continua a ser identificado como religioso da instituição tendo, inclusivamente, “Stevam Martinz coonigo reglante do dicto moesteiro” sido dado por vedor no escambo que o mosteiro de Roriz fez com o abade da igreja de Lordelo, de Entre Ambas as Aves, cedendo o canal e o moinho no lugar de Lama de Souto, no rio Vizela, recebendo o campo de Porto de Lobos⁴²³³. Num instrumento datado de 24 de Janeiro de 1436 temos nova indicação a este cónego⁴²³⁴. A 8 de Outubro de 1437 “Estevom Martinz” encontrava-se ainda entre a comunidade rorizense, dia em que o mosteiro emprazou o bacelo do casal Cide⁴²³⁵. A 18 de Agosto de 1438 Estêvão Martins, juntamente com o prior João Álvares e com Martim Anes, prior claustral, emprazam a João Afonso de S. Mamede, à sua mulher e a um filho ou filha de ambos, o casal da Fonte, localizado na freguesia de S. Mamede, casal esse que se encontrava ermo⁴²³⁶. A 9 de Abril de 1442 Estêvão Martins surge arrolado entre as testemunhas de dois instrumentos de emprazamento efectuados no mosteiro⁴²³⁷. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Stephanus Martini dicto Burreco canonicus de Rooriz” a 4 de Abril mas sem qualquer indicação ao ano do óbito⁴²³⁸. Acreditámos tratar-se do mesmo indivíduo embora também não seja de excluir a possibilidade de estarmos perante dois religiosos homónimos, servindo justamente o apelido para os diferenciar.

Gil Martins - Cónego do mosteiro de Roriz. A 11 de Dezembro de 1425 é confirmado como capelão da igreja de S. Paio de Virões, confirmação que encerra a curiosidade de este cónego não reunir os requisitos culturais necessários e exigidos pela Diocese de Braga para tomar sob a sua alçada uma paróquia, o que fez com que o bispo o dispensasse de tais preceitos, uma vez que revelava “seer de honesta e laudavel conversaçom e de boa fama e asaz bem responder aos enclesiasticos juramentos como he theudo”⁴²³⁹. A 4 de Fevereiro de 1426, Gil Martins, juntamente com o cónego

⁴²²⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°182.

⁴²²⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°166.

⁴²²⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°165.

⁴²³⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°168.

⁴²³¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°165.

⁴²³² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°24.

⁴²³³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°170.

⁴²³⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°171.

⁴²³⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°174.

⁴²³⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°175.

⁴²³⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, Ns.176,178.

⁴²³⁸ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.74.

⁴²³⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°167; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.193vº-194.

Estêvão Martins e Diogo Afonso, sobrinho e procurador de D. Álvaro Ferreira, administrador do mosteiro de Roriz, empraça, em conjunto com o convento do mosteiro a latada da Longa a Martim Anes, prior claustral do mosteiro para que este a possua em tempo de sua vida⁴²⁴⁰. Em Dezembro de 1426 “Gill Martinz” continua a ser identificado como cónego de Roriz⁴²⁴¹. A 30 de Maio de 1427 “Gil Martiinz conigo abbade de Viraaes” surge perante Afonso de Agrela juiz do couto de Roriz e perante Afonso Martins, tabelião do julgado de Refoios a solicitar o traslado do testamento de Maria Domingues⁴²⁴². A testadora havia beneficiado o mosteiro de Roriz e João Martins, na sua qualidade de ovençal do convento do mosteiro, zelava pelo seu cumprimento⁴²⁴³.

Martim Anes II - Cónego do mosteiro de Roriz e seu prior claustral. A 19 de Fevereiro de 1399 Martim Anes já surge identificado como cónego professo de Roriz, dia em que o prior e o convento fazem procuração a Martim Ferreira, cónego da Sé de Braga e a João Domingues, frade leigo do mosteiro de Roriz, para que estes os possam representar⁴²⁴⁴. A 5 de Setembro de 1412 é feito, perante o arcebispo de Braga, D. Martinho, um empraçamento do mosteiro de Roriz tendo sido nomeado como vedor do negócio o “religioso Martim Anes coonigo do dicto moesteiro”⁴²⁴⁵. A 10 de Janeiro de 1425, “Martim Annes priol crasteiro” juntamente com o administrador João Álvaro Ferreira e os cónegos Estêvão Martins e João Martins, empraçaram a Lopo Fernandes de Paços e a Catarina Lourenço sua mulher, e a uma terceira pessoa a nomear pelo postumeiro, o lugar de Paços, onde já morava Lopo Fernandes⁴²⁴⁶. “Martim Anes priol do dicto moesteiro” surge entre as testemunhas de um instrumento lavrado a 23 de Maio de 1425⁴²⁴⁷. A 4 de Fevereiro de 1426 Diogo Afonso, sobrinho e procurador de D. Álvaro Ferreira, administrador do mosteiro de Roriz, empraça, em conjunto com o convento do mosteiro, a latada da Longa a “Martim Annes priol do dicto moesteiro” para que este a houvesse em tempo de sua vida⁴²⁴⁸. Em Dezembro de 1426 “Martim Annes priol crasteiro” é referenciado entre as testemunhas de um instrumento feito no cabido do mosteiro de Roriz em Dezembro de 1426⁴²⁴⁹.

A 18 de Julho de 1429 “Martym Anes” prior crasteiro, aparece, juntamente com o representante do comendatário e o convento do mosteiro a empraçar dois lugares em Ruivães, sendo que um era de João Afonso, frade leigo do mosteiro⁴²⁵⁰. A 30 de Abril de 1432 “Martim Annes prior clasteiro” ainda se encontrava entre a comunidade monástica de Roriz⁴²⁵¹. Tendo em consideração as cláusulas constantes do contrato de empraçamento que foi feito a Martim Anes, a 4 de Fevereiro de 1426, referente à latada da Longa, seria dedutível que este tivesse falecido em finais de 1433 ou inícios de 1434 uma vez que a 10 de Fevereiro deste último ano, a latada que ele trazia com carácter vitalício, é novamente empraçada ao prior crasteiro do mosteiro de Roriz, e nos mesmos moldes do contrato anterior, só que nesta altura o prior claustral já era Martim

⁴²⁴⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°168.

⁴²⁴¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°165.

⁴²⁴² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°23

⁴²⁴³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°23

⁴²⁴⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°173.

⁴²⁴⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°182.

⁴²⁴⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°166.

⁴²⁴⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°165.

⁴²⁴⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°168.

⁴²⁴⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°165.

⁴²⁵⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°24.

⁴²⁵¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°170.

Gonçalves⁴²⁵², mas o certo é que “Martim Annes prioll clasteiro” ainda surge a efectuar emprazamentos, juntamente com o prior do mosteiro e o restante convento, a 24 de Janeiro de 1436⁴²⁵³ e a 8 de Outubro de 1437⁴²⁵⁴.

A 18 de Agosto de 1438 Estêvão Martins, juntamente com o prior João Álvares e com “Martim Anes prioll clasteiro”, emprazam a João Afonso de S. Mamede, à sua mulher e a um filho ou filha de ambos, o casal da Fonte, localizado na freguesia de S. Mamede, casal esse que se encontrava ermo⁴²⁵⁵. A 9 de Abril de 1442 Martim Anes surge arrolado entre as testemunhas de dois instrumentos de emprazamento lavrados no mosteiro⁴²⁵⁶.

Martim Gonçalves II - Cónego do mosteiro de Roriz e seu prior claustral. Deverá ter assumido as funções de prior claustral após o falecimento de Martim Anes, embora, e por um qualquer motivo que desconhecemos, a 10 de Fevereiro de 1434 já é referenciado no cargo, uma vez que nesse dia o prior João Álvares empraza a “Martim Gonçalvez prior clasteiro em sua vida” a latada da Longa⁴²⁵⁷. Naturalmente que neste caso, e partindo do pressuposto que a data presente no instrumento está correcta, deverá ter ocupado essas funções a título extraordinário e com carácter esporádico, até porque como vimos não há dúvidas de que Martim Anes foi o prior claustral na generalidade da década de trinta, e se de facto se registou um qualquer interregno, ele acabaria por retomar essas funções na segunda metade do decénio.

João Peres II - Cónego do mosteiro de Roriz. A 18 de Julho de 1429 “Joham Perez coonigo” do mosteiro de Roriz aparece arrolado entre as testemunhas de um instrumento de emprazamento efectuado no mosteiro⁴²⁵⁸.

João Afonso – Provável cónego regrante do mosteiro de Roriz. Um instrumento de emprazamento datado de 18 de Julho de 1429 revela-nos que “Joham Afonso que ora he frade leigo do dicto moesteiro” tinha um lugar em Ruivães, onde antes morava, sendo esse lugar, junto com um outro, situado nessa mesma localidade, emprazados, pelo mosteiro, neste mesmo dia, a João de Figueiredo⁴²⁵⁹. João Afonso encontra-se entre as testemunhas que são enunciadas no contrato, surgindo aí mais uma vez a indicação de que era frade leigo⁴²⁶⁰. Não sabemos quando é que João Afonso chegou a professar, se é que de facto professou, mas um instrumento, datado de 8 de Outubro de 1437, indicia que nessa altura já era cónego regrante. É que nesse dia reuniram-se na crasta do mosteiro “Johane Alverez prioll do dicto moesteiro e Martim Annes prioll crasteiro Estevom Martinz e Johane Affonso todos em cabydoo” para emprazar o bacelo do casal Cide⁴²⁶¹.

⁴²⁵² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°168.

⁴²⁵³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°171.

⁴²⁵⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°174.

⁴²⁵⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°175.

⁴²⁵⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, Ns.176,178.

⁴²⁵⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°168v°.

⁴²⁵⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°24.

⁴²⁵⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°24.

⁴²⁶⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°24.

⁴²⁶¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°174.

João Gil - Cónego do mosteiro de Roriz. Recebe ordens de Missa em Braga, a 6 de Junho de 1444⁴²⁶² sendo aí referenciado como abade de São Lourenço de Romão e “coonigo reglante do mosteiro de Roriz”.

Fernão Peres/Fernão Pires – Cónego do mosteiro de S. Pedro de Roriz. A 27 de Dezembro de 1450 “FERNAM PEREZ CONIGO DO DICTO MOESTEYRO” de Roriz surge a testemunhar um contrato de emprazamento, em três vidas (João Gonçalves, filho de Gonçalo de Covas, e à sua futura esposa e a um filho de ambos, ou pessoa a nomear pelo postumeiro na falta de descendentes), efectuado no mosteiro, referente aos casais de Fundo de Vila, e de Cima, ambos localizados em Virões⁴²⁶³.

Pedro Álvares – Cónego do mosteiro de Roriz. Filho de Álvaro Anes e de sua mulher, moradores na freguesia de Roriz. A 25 de Fevereiro de 1458 recebe ordens menores em Braga⁴²⁶⁴. A 25 de Novembro de 1464 “Pedr’Allvarez coonigo” surge entre as testemunhas de um emprazamento efectuado no mosteiro de Roriz⁴²⁶⁵.

João Fernandes – Cónego do mosteiro de Roriz e provável prior dos mosteiros de Roriz e Vilarinho. Recebe em Coimbra, em 1476, a ordem de presbítero⁴²⁶⁶. A 10 de Julho de 1481 já deveria ocupar o cargo de prior claustral uma vez que é “Joham Fernandiz conigo” quem, nesse dia, empossa e incorpora João Álvares, em representação do comendatário Rodrigo Álvares, nos mosteiros de Roriz e Vilarinho⁴²⁶⁷. A 12 de Novembro de 1482 surge entre as testemunhas de um emprazamento feito no mosteiro de Roriz⁴²⁶⁸, sendo novamente identificado como religioso em documento autógrafo datado de Julho de 1386 em que diz “Eu Joham Fernandez coonygo do moesteiro de Rooriz”⁴²⁶⁹. É muito provavelmente o mesmo religioso que foi prior dos mosteiros de Roriz e de Vilarinho, e que faleceu a 1 de Outubro de 1533, tendo sido sepultado no mosteiro de Roriz, e cujo epitáfio o refere como João Fernandes Farto⁴²⁷⁰.

Pedro Gonçalves – Cónego do mosteiro de Roriz. A 12 de Novembro de 1482 “Pero Gonçallvez” já surge identificado como cónego do mosteiro de Roriz, dia em que aparece arrolado entre as testemunhas de um instrumento de emprazamento feito no mosteiro⁴²⁷¹.

Luís Afonso – Provável cónego regante do mosteiro de Roriz. “Luis Affonso coonego leygo” encontra-se entre as testemunhas de um contrato de emprazamento celebrado no mosteiro de Roriz, a 12 de Novembro de 1482, pelo qual o prior comendatário, Rodrigo Álvares, emprazou a Álvaro Gonçalves de Virões, à sua mulher, Catarina Gonçalves, e a um filho ou filha de entre ambos, o casal da Rola, situado na freguesia de S. Martinho

⁴²⁶² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.19; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.41.

⁴²⁶³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°183.

⁴²⁶⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 1, fl.1; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.313.

⁴²⁶⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°198.

⁴²⁶⁶ Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.212.

⁴²⁶⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°204.

⁴²⁶⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°206.

⁴²⁶⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°210v°.

⁴²⁷⁰ Madahil, António Gomes da Rocha, “Uma certidão de Fernão Lopes passada ao mosteiro de Roriz em 1451”, in *Revista de Guimarães*, Vol. XLVI, Ns. 3-4 (Julho-Dezembro de 1936), Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1936, p.194.

⁴²⁷¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°206.

do Campo⁴²⁷². Não sabemos se Luís Afonso chegou a professar, de qualquer modo em instrumento de 24 de Fevereiro de 1490 ainda é referenciado como “coonygo leygo”⁴²⁷³.

Tomé Gonçalves – Cónego do mosteiro de S. Pedro de Roriz e seu prior claustral. A 17 de Julho de 1486 “Tome Gonçallvez prior crasteyro do mosteiro de Roryz” publicou, assinou e entregou uma nota de sentença em Guimarães, à porta de casa da mulher de Pedro Lopes, indivíduo que estava ausente, há já vários dias, da vila e seu termo, segundo testemunho dos vizinhos⁴²⁷⁴. A 16 de Setembro de 1502 é novamente referenciado “Tome Gonçalviz prior crasteyro” surgindo, juntamente com o convento e o prior do mosteiro, a efectuar um emprazamento em três vidas⁴²⁷⁵.

Pedro Anes – Cónego do mosteiro de S. Pedro de Roriz. A 6 de Julho de 1489 “Pero Anes conigo do dicto mosteyro” surge a testemunhar o emprazamento que Rodrigo Álvares, prior de Roriz e administrador de Vilarinho, fez da quinta do Carreiro e de outras propriedades a João Gonçalves dos Velhos⁴²⁷⁶. É muito provavelmente o mesmo Pedro Anes que surge identificado como criado do prior de Roriz a 3 de Novembro de 1484⁴²⁷⁷. A 7 de Maio de 1498 ainda se mantinha entre a comunidade uma vez que há um emprazamento desse dia que é assinado por alguns religiosos do mosteiro e entre eles encontra-se “Petrus Johanes”⁴²⁷⁸.

Álvaro Fernandes/Alberto(?) Fernandes⁴²⁷⁹ – Cónego do mosteiro de S. Pedro de Roriz. A 26 de Janeiro de 1489 “Albarro(?) Fernandez capellam do dicto moesteiro de Rooriz” surge a testemunhar um emprazamento em três vidas feito no mosteiro de Roriz⁴²⁸⁰. A 7 de Maio de 1498 há uma prova inequívoca da sua presença em Roriz, uma vez que nesse dia foi lavrado um instrumento de emprazamento no mosteiro e assinado por alguns religiosos da instituição, encontrando-se entre as assinaturas a de “Allvaro Fernandez conigo”⁴²⁸¹. A 19 de Setembro de 1504 surge, juntamente com o cónego João Peres como responsável por fazer apregoar a carta de vedoria referente ao casal de Barbeito e a quebrada das Quintãs, bens pertencentes à mesa conventual, e situados na freguesia de Santa Maria de Negrelos, dentro do couto do mosteiro⁴²⁸². Álvaro Fernandes ainda se mantinha entre a comunidade regrante de Roriz a 8 de Junho de 1515, sendo aí novamente referenciado como cónego⁴²⁸³.

João Coelho – Cónego de Roriz e seu prior claustral. “Joham Coelho prior clasteiro” acompanhou, juntamente, com outros cónegos regrantes de Roriz, a 26 de Fevereiro de

⁴²⁷² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°206.

⁴²⁷³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°215.

⁴²⁷⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°210v°.

⁴²⁷⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°200.

⁴²⁷⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°213.

⁴²⁷⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°207.

⁴²⁷⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°223.

⁴²⁷⁹ A leitura do seu nome no instrumento de 26 de Janeiro de 1489 levantou-nos dúvidas, parecendo-nos “Alberto” mas perante o aparecimento de referências posteriores a Álvaro Fernandes parece-nos que a questão fica aclarada, de qualquer modo não enjeitámos a possibilidade de estarmos perante dois religiosos diferentes e termos feito uma leitura incorrecta, suggestionados pelo aparecimento de “Alvaro Fernandes”.

⁴²⁸⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°214.

⁴²⁸¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°223.

⁴²⁸² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°205.

⁴²⁸³ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.65.

1495, o prior Rodrigo Álvares à Sé de Braga para aí se validar o emprazamento que o mosteiro fez de um casal, que pertencia à mesa prioral, situado em S. Salvador de Bente⁴²⁸⁴. Este cónego é certamente o mesmo João Coelho identificado a 26 de Janeiro de 1489 como “capellam da igreja de Carvalhossa”⁴²⁸⁵. Apesar da igreja de Carvalhosa ser do padroado do mosteiro de Vilarinho, convém não esquecer que nesta altura esse mosteiro regrante encontrava-se anexado a Roriz e sob a tutela do prior Rodrigo Álvares, pelo que não seria de estranhar a presença de um cónego de Roriz nessa igreja. Também se poderá considerar a hipótese de João Coelho nessa altura ser cónego de Vilarinho e entretanto ter transitado para o mosteiro de Roriz, mas não detectámos o seu nome entre a documentação de Vilarinho. A 27 de Dezembro de 1495 “Joham Coelho prior crasteyro do dicto mosteyro” juntamente com o restante convento autorizam e validam o emprazamento do casal da Quinta, sito na freguesia de S. Pedro de Avioso, que o prior Rodrigo Álvares, fizera a Pedro Anes de Avioso⁴²⁸⁶.

A 7 de Maio de 1498 este cónego é identificado como prior claustral⁴²⁸⁷, surgindo novamente referenciado entre a comunidade regrante de Roriz a 7 de Fevereiro de 1502, dia em que o prior D. João Fernandes e o convento do mosteiro, emprazaram um pardieiro de casas na Rua do Souto, dentro da cidade do Porto⁴²⁸⁸. Neste documento surge apenas identificado como cónego sendo esta, aliás, a última indicação documental que lhe conhecemos.

João Anes/João Eanes – Cónego de Roriz. “Joham Anes” já surge identificado como cónego do mosteiro de Roriz a 26 de Fevereiro de 1495, dia em que acampanhou o prior Rodrigo Álvares à Sé de Braga para aí se validar o emprazamento que o mosteiro fez do casal de S. Salvador de Bente que era “in solido da mesa do prior”⁴²⁸⁹. A 27 de Dezembro de 1495 “Joham Eannes” aparece novamente referenciado como religioso da instituição, altura em que o convento, reunido em cabido, avalizou o emprazamento que Rodrigo Álvares, prior de Roriz e administrador de Vilarinho fez, a 29 de Novembro de 1495, a Pedro Anes de Avioso, do casal da Quinta, situado na freguesia de S. Pedro de Avioso⁴²⁹⁰.

Afonso Fernandes – Cónego de Roriz. A 26 de Fevereiro de 1495 “Afonso Fernandez” encontrava-se em Braga, na companhia de outros cónegos do mosteiro de Roriz e do seu prior que aí se deslocaram para validar um contrato de emprazamento⁴²⁹¹.

João Pais – Cónego de Roriz. “Joham Paez” foi um dos cónegos regrantes de Roriz que a 26 de Fevereiro de 1495 acampanhou o prior Rodrigo Álvares à Sé de Braga para aí se validar o emprazamento que o mosteiro fez de um casal em S. Salvador de Bente, casal esse que pertencia à mesa prioral⁴²⁹².

Afonso Martins – Cónego de Roriz. A 26 de Fevereiro de 1495 “Afonso Martinz coonigo do dicto moesteiro” foi dado como vedor por Sebastião Lopes, doutor em Decretos, tesoureiro e cónego de Braga, arcediago de Lamego e provisor e vigário geral

⁴²⁸⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°220.

⁴²⁸⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°214.

⁴²⁸⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°218.

⁴²⁸⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°223.

⁴²⁸⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°199.

⁴²⁸⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°220.

⁴²⁹⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°218.

⁴²⁹¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°220.

⁴²⁹² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°220.

pelo arcebispo D. Jorge da Costa, para avaliar o casal que o mosteiro tinha em S. Salvador de Bente⁴²⁹³.

Gonçalo Lourenço – Cónego de Roriz. A 27 de Dezembro de 1495 era um dos religiosos que integrava a comunidade conventual, tendo nesse dia, juntamente com os restantes cónegos, concordado com os termos do contrato que o prior Rodrigo Álvares estabelecera com Pedro Anes de Avioso, a respeito do casal da Quinta, localizado na freguesia de S. Pedro de Avioso⁴²⁹⁴. A 27 de Março de 1504 “Gomçalo Lourenço” continuava a integrar a comunidade monástica de Roriz, dia em que o mosteiro emprazou a António do Couto, escudeiro do arcebispo de Braga, um casal na freguesia da Labruja⁴²⁹⁵. Poderá tratar-se de simples coincidência, mas o facto de este religioso aparecer a testemunhar dois instrumentos de emprazamento referentes a bens localizados na mesma região levam-nos a considerar a hipótese de este Gonçalo Lourenço ser o abade de S. Pedro de Avioso, formulação que ainda não foi possível esclarecer.

Fernão Peres II/Fernão Pires/Fernando Pires/Fernando Peres – Cónego do mosteiro de S. Pedro de Roriz. A 20 de Maio de 1505 aparece como vedor, indicado por carta de Pedro Gonçalves, bacharel em degredos e desembargador na “Corte de Braga”, a propósito do emprazamento que o mosteiro de Vilarinho fez da quebrada de Penelas com todas as suas herdades, localizada na freguesia de S. Fausto, ao escudeiro Fernão Correia, a sua mulher, Mécia Fernandes e a um seu filho ou filha⁴²⁹⁶. A 17 de Fevereiro de 1510 aparece novamente identificado como cónego de Roriz⁴²⁹⁷, o mesmo sucedendo a 12 de 1510, dia em que “Ferna Periz conigo do dyto mosteiro de Roriz” se encontrava na vila Guimarães, onde testemunha um instrumento⁴²⁹⁸. A 28 de Fevereiro de 1513 “Fernando Periz” empraça, juntamente com o restante convento e o prior João Fernandes, o casal de Leiras em três vidas, sendo a primeira a de Brás Martins de Leiras, nomeando este a segunda, e a segunda a terceira⁴²⁹⁹. A 11 de Dezembro de 1515 D. Manuel passa carta de perdão a Isabel Cardoso que foi manceba de Fernão Pires, cónego de Roriz, e com quem teve relações carnis, encontrando-se à data já afastada desse cónego⁴³⁰⁰.

Neste mesmo mosteiro de Roriz identificámos dois outros cónegos denominados Fernão Peres, não sendo de excluir que este seja o mesmo que surge identificado na década de cinquenta do séc. XVI.

João Peres III/João Pires – Cónego do mosteiro de Roriz e seu prior claustral. A 27 de Dezembro de 1495 “Joham Periz” é um dos cónegos que integra a comunidade monástica de Roriz⁴³⁰¹. A 16 de Setembro de 1502 “Joham Periz” em conjunto com D. João Fernandes, prior do mosteiro, e o restante convento, empraça a Gonçalo Fernandes, aí presente no mosteiro, e a sua mulher, Margarida Vaz, não presente, e uma pessoa a nomear pelo derradeiro deles, o casal do Vale, situado na aldeia de Recezinhos,

⁴²⁹³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°220.

⁴²⁹⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°218.

⁴²⁹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°205.

⁴²⁹⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.24; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 294-296.

⁴²⁹⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°218.

⁴²⁹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°220.

⁴²⁹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 18, M.13, N°222.

⁴³⁰⁰ IAN/TT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 38, fl.94v°.

⁴³⁰¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12-A, M.7, N°218.

freguesia de São Mamede de Recezinhos, do julgado de Santa Cruz de Riba Tâmega, termo do Porto⁴³⁰². A 9 de Junho 1503 é novamente identificado como cónego de Roriz, efectuando, nesse dia, juntamente com o prior e o restante convento o emprazamento de um casal que o mosteiro tinha na freguesia de S. Mamede de Vila Chã⁴³⁰³, referência que se repete a 19 de Setembro de 1504⁴³⁰⁴. Este religioso foi encarregado, juntamente, com o cónego Fernão Pires, de efectuar vedoria no emprazamento que o mosteiro de Vilarinho fez da quebrada de Penelas, no dia 20 de Maio de 1505⁴³⁰⁵ aparecendo novamente como vedor, nomeado por João de Coimbra, doutor em degredos, provisor e vigário geral do Arcebispado de Braga, por D. Diogo de Sousa, a 11 de Dezembro de 1505, desta feita para avaliar um casal do mosteiro de Roriz⁴³⁰⁶. Continua a ser identificado como religioso de Roriz em instrumentos de 21 de Dezembro de 1505⁴³⁰⁷, e 9 de Setembro de 1508⁴³⁰⁸.

A 20 de Março de 1509, João Peres surge novamente indicado como vedor, tendo sido incumbido de avaliar o casal de Arcozelo, na freguesia de Cerzedelo que o mosteiro de Vilarinho emprazou nesse dia a João Anes e a sua mulher, Isabel Gonçalves e a um filho de ambos⁴³⁰⁹. A 17 de Fevereiro de 1510 aparece novamente identificado como cónego de Roriz, numa altura em que o mosteiro andava em contenda com lavradores da freguesia de Monte Córdova⁴³¹⁰. A 28 de Fevereiro de 1513 “Joam Periz prior cresteiro” empraza, juntamente com o restante convento e o prior João Fernandes, o casal de Leiras em três vidas⁴³¹¹.

A 8 de Junho de 1515, dia em que se deslocaram ao mosteiro os emissários régios para aplicar a taxaçaõ referente às comendas novas da Ordem de Cristo, João Pires continua a ser identificado como prior claustral de Roriz⁴³¹². A 15 de Maio de 1528 aparece como vedor em novo emprazamento de casais do mosteiro de Vilarinho, desta feita os casais de Outeiro e de Amedo, localizados na aldeia de Paradela, da freguesia do mosteiro de Vilarinho⁴³¹³.

Mestre João – Cónego do mosteiro de S. Pedro de Roriz A 16 de Setembro de 1502 “mestre Joham” é identificado como cónego de Roriz⁴³¹⁴. A 9 de Junho de 1503, é efectuado, no cabido do mosteiro de S. Pedro de Roriz, um emprazamento a João Álvares, a sua mulher, Maria Gonçalves, e a um filho ou filha de entre ambos, e não havendo, a uma pessoa a nomear pelo postumeiro, respeitante ao casal de Cima de Vila onde já morava João Álvares, localizado na freguesia de S. Mamede de Vila Chã, do julgado da Maia, sendo mestre João um dos cónegos presentes na celebração do

⁴³⁰² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°200.

⁴³⁰³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°201.

⁴³⁰⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°205.

⁴³⁰⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.24; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 294-296.

⁴³⁰⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°208.

⁴³⁰⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°207.

⁴³⁰⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°211.

⁴³⁰⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.30; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 297-300.

⁴³¹⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°218.

⁴³¹¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 18, M.13, N°222.

⁴³¹² Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.65.

⁴³¹³ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.11; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 308-311.

⁴³¹⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°200.

contrato⁴³¹⁵. A 27 de Março de 1504 mestre João aparece novamente referenciado como cónego regrante de Roriz⁴³¹⁶, o mesmo sucedendo em Julho de 1506⁴³¹⁷, 15 de Setembro de 1509⁴³¹⁸ e 17 de Fevereiro de 1510⁴³¹⁹.

A 28 de Fevereiro 1513 mestre Joham ainda se mantinha entre a comunidade regrante de Roriz, sendo um dos cónegos presentes na celebração de um contrato de emprazamento do casal de Leiras a Brás Martins de Leiras⁴³²⁰.

Fernando Anes/Fernando Eanes/Fernão Anes/Fernão Eanes – Cónego do mosteiro de Roriz e seu prior claustral. A 16 de Setembro de 1502 “Fernand’Eannes” em conjunto com D. João Fernandes, prior do mosteiro, e o restante convento, reunidos em cabido, emprazam a Gonçalo Fernandes, à sua mulher, Margarida Vaz, e uma terceira pessoa a nomear pelo postumeiro, o casal do Vale, localizado na aldeia de Recezinhos⁴³²¹. Este religioso é certamente o mesmo “Fernand’Yannes” que aparece identificado, como clérigo de missa, entre as testemunhas de um instrumento de emprazamento lavrado no mosteiro a 7 de Fevereiro de 1502⁴³²². Significa que deverá ter professado no tempo que medeia entre estas duas datas. A partir desta altura aparece bem documentado, sendo referenciado como cónego desta instituição monástica através de instrumentos de 9 de Junho 1503⁴³²³, 27 de Março de 1504⁴³²⁴, 21 de Dezembro de 1505⁴³²⁵ e 9 de Setembro de 1508⁴³²⁶. A 27 de Janeiro de 1505 o prior João Fernandes encontrando-se em Roma, e tendo sido provido na igreja de S. Martinho do Campo, instituiu seus procuradores o cavaleiro João de Barros e “Fernandum Johannis canonicum regularem dicti monasterii”, para que estes tomassem, em seu nome, posse da igreja de S. Martinho do Campo⁴³²⁷. A 15 de Setembro de 1509 o prior e o convento do mosteiro de Roriz emprazam ao escudeiro Álvaro Nunes, criado do prior João Fernandes, o casal da Póvoa e o da aldeia de Bustelo, sendo que um dos religiosos presentes na celebração do contrato foi “FERNAM ANNES prior crasteiro do dicto moesteiro de Roriz⁴³²⁸”. Em instrumento de 17 de Fevereiro de 1510 “Fernand’Eannes” volta a ser mencionado como prior claustral da instituição, numa altura em que o mosteiro andava em contenda com lavradores da freguesia de Monte Córdova⁴³²⁹.

Este religioso mantinha-se entre a comunidade regrante de Roriz a 8 de Junho de 1515, dia em que aí se deslocaram os emissários régios para aplicar a taxaçaõ referente às comendas novas da Ordem de Cristo⁴³³⁰. Surge novamente identificado como cónego do mosteiro num instrumento de 15 de Maio de 1528, respeitante ao emprazamento que D. Luís de Almeida, na qualidade de prior de Vilarinho, fez a Fernão Gonçalves, à sua

⁴³¹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°201.

⁴³¹⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°205.

⁴³¹⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°205.

⁴³¹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°212.

⁴³¹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°218.

⁴³²⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 18, M.13, N°222.

⁴³²¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°200.

⁴³²² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°199.

⁴³²³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°201.

⁴³²⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°205.

⁴³²⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°207. Neste instrumento aparece designado “FERNAM ANES”.

⁴³²⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°211.

⁴³²⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°209.

⁴³²⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°212.

⁴³²⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°218.

⁴³³⁰ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.65.

mulher e a um filho ou filha destes, dos casais de Outeiro e de Amedo, localizados na aldeia de Paradela, circunscrição da freguesia do mosteiro de Vilarinho⁴³³¹. Não é de descartar a possibilidade de este Fernando Anes ser o mesmo religioso que é identificado a 30 de Maio de 1522 como cónego do mosteiro de Vilarinho⁴³³². Tendo em conta que as duas casas monásticas eram geridas pelo mesmo prior parece-nos bastante admissível que a circulação de religiosos entre os dois mosteiros fosse uma realidade. Independentemente disso temos nova indicação ao cónego “Fernand’Eanes” a 15 de Maio de 1528, tendo sido dado como vedor em emprazamento de casais do mosteiro de Vilarinho⁴³³³, surgindo aí identificado como cónego de Roriz, o que prova que nesta ainda se encontrava entre essa comunidade regrante.

Álvaro de Brito – Cónego do mosteiro de Roriz. A 9 de Junho 1503, no cabido do mosteiro de S. Pedro de Roriz, estando aí o senhor D. João Fernandes, prior do mosteiro e os cónegos João Peres, mestre João, Fernando Anes e “Allvaro de Brito”, emprazaram a João Álvares, a sua mulher, Maria Gonçalves, e a um filho ou filha de entre ambos, e não havendo, para uma pessoa a nomear pelo postumeiro, o casal de Cima de Vila onde já morava João Álvares, sito na freguesia de S. Mamede de Vila Chã, do julgado da Maia, termo da cidade do Porto⁴³³⁴. A 27 de Março de 1504 “Allvaro de Bryto” continuava a integrar a comunidade monástica de Roriz, dia em que o mosteiro emprazou a António do Couto, escudeiro do arcebispo de Braga, um casal na freguesia da Labruja⁴³³⁵.

João Anes – Cónego do mosteiro de Roriz. Aparece, juntamente, com o cónego João Pires, indicado como vedor no emprazamento que o mosteiro de Vilarinho fez, a 20 de Março de 1509, do casal de Arcozelo, na freguesia de Cerzedelo⁴³³⁶.

Vasco Fernandes – Provável cónego do mosteiro de Roriz. No dia 21 de Janeiro de 1513 aparece entre as testemunhas de um instrumento “Vasco Fernandiz creriguo criado do dicto prior” de Roriz⁴³³⁷. Aparece novamente a testemunhar um emprazamento feito no mosteiro de Roriz a 28 de Fevereiro de 1513, sendo aí identificado como “Vasco Fernandiz creryguo”⁴³³⁸. A 3 de Junho de 1513 surge entre as testemunhas de um emprazamento, em três vidas, que o prior D. João Fernandes faz, referente ao casal de Outeiro, na freguesia de S. Martinho de Penacova, sendo aí identificado como clérigo de ordens de Evangelho e criado do prior de Vilarinho⁴³³⁹.

Gonçalo Anes – Cónego do mosteiro de Roriz. A 15 de Setembro de 1509 o prior, D. João Fernandes, e o convento do mosteiro de Roriz emprazam ao escudeiro Álvaro Nunes, criado do prior, os casais da Póvoa e da aldeia de Bustelo, encontrando-se, entre

⁴³³¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.11; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 308-311.

⁴³³² IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.8A; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 305-307.

⁴³³³ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.11; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 308-311.

⁴³³⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°201.

⁴³³⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°205.

⁴³³⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.6, Doc.30; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 297-300.

⁴³³⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 18, M.13, N°221.

⁴³³⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 18, M.13, N°223.

⁴³³⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.7, Doc.3; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp. 301-302.

os elementos do convento que celebraram o contrato, o cónego “Gonçalo Annes”⁴³⁴⁰. Em instrumento de 17 de Fevereiro de 1510 surge-nos nova indicação ao cónego Gonçalo Anes, confirmando-se assim a sua presença entre os regrantes de Roriz⁴³⁴¹. A 28 de Fevereiro de 1513 “Gonçalo Annes” empraça, juntamente com o restante convento e o prior João Fernandes, o casal de Leiras em três vidas, sendo a primeira a de Brás Martins de Leiras, nomeando este a segunda e a segunda a terceira⁴³⁴².

Graciano Anes⁴³⁴³ – Cónego do mosteiro de Roriz. Graciano Anes encontrava-se entre a comunidade regrante de Roriz a 8 de Junho de 1515, dia em que se deslocaram ao mosteiro os emissários régios para aplicar a taxaço referente às comendas novas da Ordem de Cristo⁴³⁴⁴.

Gonçalo Gonçalves – Cónego do mosteiro de Roriz. A 18 de Julho de 1553 “Gomçallo Gomçalvez prior crestreiro”, juntamente com o restante convento e o prior Luís Fernandes, renovam por mais três vidas o emprazamento respeitante às casas que tinham na rua do Souto, na cidade do Porto, as quais trazia André Anes, clérigo de missa, morador na cidade do Porto, em terceira vida, renovando-lhe eles o contrato por mais três vidas, sendo a 1ª a dele, a 2ª para Catarina, sua criada e filha de Maria Anes, já falecida, e a 3ª vida para quem casasse com ela, e não casando que nomeasse uma outra pessoa⁴³⁴⁵.

Fernão Peres III /Fernão Pires – Cónego do mosteiro de Roriz. Em instrumento de 18 de Julho de 1553 “Fernam Periz” é referenciado como cónego de Roriz⁴³⁴⁶. Não é de excluir a hipótese de se tratar do mesmo religioso já identificado no início do séc. XVI.

Pedro Gonçalves – Cónego do mosteiro de Roriz. A 18 de Julho de 1553 “Pero Gomçalviz”, juntamente com Luís Fernandes, prior do mosteiro e o restante convento, renovam o emprazamento respeitante às casas que tinham na rua do Souto, na cidade do Porto, as quais trazia André Anes, clérigo de missa e morador nessa cidade⁴³⁴⁷.

António Gonçalves – Cónego do mosteiro de Roriz. A 18 de Julho de 1553 “Amtonyo Gomçalviz” era um dos religiosos que compunham a comunidade monástica de Roriz, dia em que, encontrando-se no claustro do mosteiro, o prior e o restante convento renovaram por mais três vidas o emprazamento referente às casas que tinham na rua do Souto, na cidade do Porto, as quais trazia André Anes, morador no Porto e clérigo de missa, já em terceira vida, renovando-lhe assim o contrato por mais três vidas, sendo a 1ª a dele, a 2ª a de Catarina, sua criada e filha de Maria Anes, já falecida, e moradora no Redemoinho e a 3ª vida a de quem casasse com ela, ou de outra pessoa, a nomear, caso ficasse solteira⁴³⁴⁸.

⁴³⁴⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°212.

⁴³⁴¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°218.

⁴³⁴² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 18, M.13, N°222.

⁴³⁴³ Não sendo de rejeitar a existência deste cónego é provável que se trate de Gonçalo Anes, o cónego que surge identificado por esta altura no mosteiro, mas como ainda não consultámos a fonte utilizada pela Autora não podemos retirar qualquer conclusão.

⁴³⁴⁴ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.65.

⁴³⁴⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°199-A.

⁴³⁴⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°199-A.

⁴³⁴⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°199-A.

⁴³⁴⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 17-B, M.12, N°199-A.

Cónegos cuja cronologia não foi possível estabelecer:

Estêvão Peres – Cónego de São Pedro de Roriz. Um Obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra indica o “obiit Stephanus Petri canonicus Rooriz” a 30 de Julho, mas sem especificar o ano do falecimento⁴³⁴⁹.

Martim/Martinho – Cónego do mosteiro de Roriz. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Martinus presbiter canonicus de Rooriz” a 27 de Julho mas sem a respectiva indicação do ano do óbito⁴³⁵⁰. Desconhecemos em que altura viveu, de qualquer modo poderemos restringir a sua presença no mosteiro de Roriz a um período anterior ao último quartel do séc. XIV, isto se considerarmos que o registo que aparece a seguir ao seu está datado de 1370.

Martim Peres/Martinho Peres/MartimPires/Martinho Pires – Cónego de São Pedro de Roriz. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Martinus Petri canonicus de Roorici”, a 2 de Fevereiro, mas sem que seja referenciado o respectivo ano⁴³⁵¹.

Martim Peres II /Martinho Peres/MartimPires/Martinho Pires – Cónego de São Pedro de Roriz. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra integra um assento referente a “Martinus Petri presbiter et canonicus de Rooriz”, recaindo aí a indicação do seu falecimento a 4 de Julho, mas também sem qualquer referência ao ano⁴³⁵². Como vimos, este mesmo obituário apresenta um outro registo respeitante a Martim Peres, no entanto considerámos tratar-se de um outro religioso uma vez que este é identificado como cónego e presbítero e o outro apenas como cónego⁴³⁵³.

Martim Peres Pela – Cónego do mosteiro de Roriz. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Martinus Petri dicto Pela canonicus de Rooriz” a 17 de Agosto mas sem a respectiva referência ao ano do óbito⁴³⁵⁴. Poderá tratar-se de algum dos indivíduos já atrás identificados como Martim Peres. É provável que este religioso tenha algum laço de parentesco com o também cónego de Roriz designado Paio Pais Pela.

Pedro Geraldês – Cónego de São Pedro de Roriz. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Petrus Geraldî canonicus de Rooriz” a 18 de Maio mas sem a respectiva menção ao ano do óbito⁴³⁵⁵. A única pista que nos permite estabelecer uma cronologia para este religioso é o facto de o registo que o antecede ser o de João Peres, prior do mosteiro de Arganil, ou seja do mosteiro regente de S. Pedro de Folques, isto partindo do pressuposto que a ordem seguida no registo dos assentos foi a cronológica.

Paio Pais Pela – Cónego do mosteiro de Roriz. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Pelagius Pelagii dicto Pela canonicus de Rooriz” a 18 de

⁴³⁴⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.26.

⁴³⁵⁰ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.119.

⁴³⁵¹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.10vº.

⁴³⁵² BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.24.

⁴³⁵³ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.10vº.

⁴³⁵⁴ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.124.

⁴³⁵⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.94.

Agosto mas sem a respectiva referência ao ano do óbito⁴³⁵⁶. É provável que tenha algum laço de parentesco com Martim Pais Pela, também cónego do mosteiro de Roriz.

2.1.10. - São Salvador de Banho (c. Barcelos)

Afonso Domingues - Cónego do mosteiro de Banho. A 8 de Outubro de 1394 são-lhe legitimados três filhos (Fernando, Vasco e Gonçalo), fruto de uma relação que manteve com Joana Esteves, mulher solteira⁴³⁵⁷.

Gonçalo Anes – Provável cónego do mosteiro de Banho. Filho de João Fernandes e de sua mulher, Beatriz Eanes, da freguesia de Santa Eulália de Banho, da Terra de Sousa, da diocese de Braga. Recebe ordens menores, em Braga, no dia 8 de Abril de 1451⁴³⁵⁸.

Cónegos cuja cronologia não foi possível estabelecer:

João Peres/João Pires – Cónego do mosteiro de Banho. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Johannes Petri canonicus de Balneo” a 29 de Junho mas sem a respectiva menção ao ano do óbito⁴³⁵⁹. Apesar de não termos nenhum referencial cronológico específico, há fortes probabilidades deste religioso ter integrado a comunidade regrante do Banho, nas primeiras décadas do séc. XIV, ou até em data posterior uma vez que um dos registos que antecede o seu está datado de 1245, seguindo-se entretanto uma série de outros assentos, pelo que é estimável que este religioso seja posterior ao século XIII.

João – Cónego do mosteiro de Banho. “Johanes canonicus de Balneo” é referenciado num Obituário de S. Jorge de Coimbra, anotando-se-lhe a data do óbito a 26 de Junho, mas sem indicação do ano⁴³⁶⁰. Não será de descurar também a possibilidade de este João ser o mesmo que aparece identificado como João Peres no obituário de S. Vicente e que já fizemos referência acima.

João Fagundes – Cónego do mosteiro de Banho. Um Obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Johanes Facundy canonicus de Balneo” a 2 de Agosto, mas sem indicação do ano⁴³⁶¹.

João Gonçalves – Cónego do mosteiro de S. Salvador do Banho. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Johannes Gunsalvi presbiter canonicus de Balneo” a 8 de Setembro mas sem referência ao ano do óbito⁴³⁶².

Soeiro – Cónego do mosteiro de Banho. Um Obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Suerius canonicus de Balneo” a 12 de Junho, mas sem especificar o ano do falecimento⁴³⁶³.

⁴³⁵⁶ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.124.

⁴³⁵⁷ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo I, 2006, p.173; Viegas, Valentino, *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*, Heuris, 1984, pp. 53, 56.

⁴³⁵⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.29; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.158.

⁴³⁵⁹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.107.

⁴³⁶⁰ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.23.

⁴³⁶¹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.26vº.

⁴³⁶² Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.135.

⁴³⁶³ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.21.

2.1.11. - São Salvador de Bravães (c. Ponte da Barca)

Gil Lourenço - Cónego do mosteiro de Bravães. Participou de forma decisiva no processo de inquirição ordenada por D. Afonso IV às jurisdições do mosteiro de Bravães no seu couto. Depois de o prior e o convento se fazerem representar por Domingos Gomes e Durão Pires, aparentemente procuradores leigos, surge este cónego do mosteiro em acção, conseguindo que a instituição conservasse a jurisdição cível no couto como revela a sentença régia de 29 de Agosto de 1336⁴³⁶⁴.

Gonçalo Domingues – Cónego do mosteiro de Bravães. Era cónego do mosteiro quando este foi extinto a 13 de Fevereiro de 1434⁴³⁶⁵. A 10 de Abril de 1455 este religioso é confirmado como pároco de S. Romão da Nóbrega⁴³⁶⁶.

2.1.12. - São Salvador de Freixo (c. Amarante)

Paio Rodrigues – Cónego do mosteiro de São Salvador de Freixo. A 26 de Novembro de 1286 “Paio Rodrigues frade do mosteyro de Freyxeo” surge em Coimbra, no couto de S. Martinho do Bispo, testemunhando um instrumento de partilhas que envolve o mosteiro de Arouca⁴³⁶⁷. No ano seguinte, a 4 de Junho de 1287, o cónego Paio Rodrigues juntamente com João Martins, prior do mosteiro de Freixo, fazem, na qualidade de executores do testamento de Maria Martins de Ataíde, uma procuração ao clérigo Paulo Peres, para que este entregasse ao mosteiro de Arouca os bens que Maria Martins de Ataíde lhe deixara⁴³⁶⁸. A 12 Março de 1290 temos nova referência a “Paio Rodrigues coonigo de Freixo”⁴³⁶⁹, o mesmo sucedendo a 30 de Maio de 1302, dia em que Paio Rodrigues, juntamente com João Martins, surgem identificados, em documento do mosteiro de Arnóia, como religiosos da instituição agostinha⁴³⁷⁰. Em Novembro de 1304 Paio Rodrigues surge como representante do mosteiro de Freixo numa contenda contra o mosteiro de Arouca por causa de metade de um casal nas Quintãs, freguesia de Freixo, acabando o mosteiro e o seu procurador por perderem a causa e serem julgados à revelia por não comparecerem, na data agendada, perante os ouvidores do bispo do Porto⁴³⁷¹.

Lourenço Gonçalves – Cónego do mosteiro de São Salvador de Freixo. A 6 de Março de 1300 “Lourenço Gonçalviz coonigo de Freixo” encontrava-se no mosteiro de Gondar, local onde foi acompanhar o seu prior, que aí se deslocou para confirmar uma doação que a abadessa D. Teresa Anes fizera ao mosteiro de Roriz, surgindo o nome de Lourenço Gonçalves entre as testemunhas elencadas no instrumento de confirmação⁴³⁷².

⁴³⁶⁴ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.105-107 (Doc.49).

⁴³⁶⁵ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.49v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.725.

⁴³⁶⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.191; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.725.

⁴³⁶⁷ Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco*, Leiria, Edições Magno, 2003, p.261 (doc.7).

⁴³⁶⁸ Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco*, Leiria, Edições Magno, 2003, pp.307-309 (docs.84-85).

⁴³⁶⁹ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.118.

⁴³⁷⁰ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.121.

⁴³⁷¹ Almeida, Dina Carla Ferreira de Sousa de, *O mosteiro cisterciense de Arouca*, vol. II, Coimbra, 2003, pp. 119-121 (Doc. N.º 77 do Apêndice Documental).

⁴³⁷² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N.º8.

João Martins – Cónego do mosteiro de São Salvador de Freixo. Apenas lhe conhecemos uma referência para o século XIV, surgindo identificado como cónego do mosteiro de Freixo num instrumento do cartório de Arnóia, datado de 30 de Maio de 1302⁴³⁷³.

Bento Domingues - Cónego do mosteiro de Freixo. Surge como procurador do mosteiro de Freixo no processo de inquirição ordenada por D. Afonso IV, o qual resultaria na perda de toda a jurisdição que o mosteiro exercia no seu couto, de acordo com a sentença régia de 16 de Janeiro de 1337⁴³⁷⁴. Não sabemos se este cónego entretanto faleceu ou se pura e simplesmente foi substituído como representante do mosteiro nesta questão uma vez que surge, já numa fase adiantada do processo, Gonçalo Pires como procurador do prior e convento de S. Salvador de Freixo⁴³⁷⁵.

Frei Fernando – Provável cónego do mosteiro de Freixo. Foi apresentado pelo mosteiro de Freixo para prior da igreja de Santa Cristina de Toutosa, sendo confirmado nesta paróquia pelo arcebispo D. Fernando da Guerra a 6 de Abril 1447⁴³⁷⁶.

Rodrigo Álvares – Provável cónego do mosteiro de Freixo. Era natural da freguesia do mosteiro de Freixo e filho de clérigo e mulher solteira, recebeu, após a necessária dispensa eclesiástica, ordens menores em Braga, a 4 de Março de 1452⁴³⁷⁷.

2.1.13. - São Salvador de Souto (c. Guimarães)

Martim Pais/Martinho Pais – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto e seu prior claustral. A primeira indicação que temos a “Martino Pelagii canonico monasterii de Sauto” data de 11 de Setembro de 1293, dia em que se encontrava em Braga onde testemunhou a composição efectuada, sob a arbitragem da cúria bracarense, entre o prior do mosteiro de S. Torcato e alguns moradores da freguesia desse mosteiro por causa da água da represa do Carvalho e do seu rego⁴³⁷⁸. Este cónego surge novamente como testemunha no testamento do clérigo Domingos Godins, feito a 15 de Agosto de 1309⁴³⁷⁹. A 2 de Outubro de 1324 “Martim Paez” era “priol castreyro”⁴³⁸⁰. Este é, de resto, o único documento que o referencia como prior claustral de S. Salvador de Souto.

Domingos Peres – Cónego do mosteiro de Souto e futuro prior. Em finais de Dezembro de 1300 aparece identificado como “canonicus regularis monasterii de Sauto et procurator” do prior do mosteiro, D. Martim Anes, e do seu convento numa permuta de bens com o reitor da igreja de Vila Nova, também denominado Martim Anes, pela qual o mosteiro cedia os bens que tinha na freguesia de Santa Cristina de Longos em troca das propriedades que a igreja de Vila Nova possuía na freguesia de S. Salvador de

⁴³⁷³ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.121.

⁴³⁷⁴ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.149-151 (Doc.78)

⁴³⁷⁵ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, p.151.

⁴³⁷⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.139; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.733.

⁴³⁷⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 23, fl.1; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.179.

⁴³⁷⁸ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°53; Faria, João Lopes de, “Arquivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, p.42.

⁴³⁷⁹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.29.

⁴³⁸⁰ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.33.

Souto⁴³⁸¹. A procuração que habilita Domingos Peres nas funções de representante do mosteiro data de 27 de Dezembro de 1300⁴³⁸². A sua presença no mosteiro de Souto é documentada ainda na primeira metade da década de 90, surgindo mencionado em documento de 1294⁴³⁸³. Ascendeu ao priorado de Souto, aparecendo já referenciado como prior da comunidade a 13 de Dezembro de 1303⁴³⁸⁴.

... **Domingues** – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto e provável prior. Apesar de não se conhecer o nome próprio, e dada a cronologia em que é referenciado, trata-se muito provavelmente de Martim Domingues, futuro prior de Souto ou de D. Domingos Domingues, seu sucessor no priorado. “---- Domingues caonigo de Souto”⁴³⁸⁵ surge identificado como tal em documento de 21 de Maio de 1302⁴³⁸⁶.

João Martins – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto. A 27 de Dezembro de 1300 foi, juntamente com Domingos Peres, constituído procurador do mosteiro⁴³⁸⁷. É muito provavelmente o mesmo João Martins a quem o clérigo Domingos Godins deixa, em testamento, datado de 15 de Agosto de 1309, duas libras para botas⁴³⁸⁸, embora o documento o não identifique como cónego.

Martim Peres – Cónego do mosteiro de Souto. A primeira referência que lhe conhecemos data de 12 de Novembro de 1306, dia em que ele e o cónego Martim Martins foram ordenados “procuradores lidimos abastossos e geeraes” do mosteiro de Souto⁴³⁸⁹. Este religioso surge identificado em documento de 4 de Março de 1308, dia em que, juntamente com o cónego Martim Martins, foi constituído procurador da instituição⁴³⁹⁰. A 15 de Outubro de 1317, encontrámo-lo novamente a ser nomeado para funções de representação da sua comunidade, outra vez em conjunto com o cónego Martim Martins⁴³⁹¹. Em 1326 ainda se encontrava no mosteiro de Souto, surgindo o seu nome num contrato de emprazamento datado de 26 de Março de 1326, indicando-se aí que, na qualidade de vedor nomeado pela Sé de Braga, ele tinha dado autorização à prossecução de um emprazamento que o mosteiro de S. Salvador de Souto pretendia fazer, declarando que tal negócio era favorável e proveitoso ao mosteiro⁴³⁹². De resto, por um instrumento de escambo de 5 de Maio de 1325, pelo qual o mosteiro deu ao escudeiro Pedro Anes e sua mulher, Fruílhe Peres, o herdamento de Paços, em Regalados, freguesia de Santa Eulália de Sande, recebendo em troca o herdamento de Paço dos cavaleiros, em S. Francisco-o-Velho, já tinha sido incumbido pela Sé de Braga de aferir do proveito para o mosteiro de tal negócio⁴³⁹³.

⁴³⁸¹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.91.

⁴³⁸² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 92-93.

⁴³⁸³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.13. É provável que este Domingos Peres já seja o “Dominico Petri canonico de Sauto” que surge como testyemunha num instrumento datado de 22 de Fevereiro de 1274 (cf. Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.84)

⁴³⁸⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 93-94.

⁴³⁸⁵ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.23.

⁴³⁸⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.23.

⁴³⁸⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 92-93.

⁴³⁸⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.29.

⁴³⁸⁹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 25-26.

⁴³⁹⁰ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.16.

⁴³⁹¹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.99.

⁴³⁹² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.18-19.

⁴³⁹³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.33-35.

Martim Martins – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto. É identificado como cónego do mosteiro em documento de 12 de Novembro de 1306, dia em que ele e o cónego Martim Peres são designados procuradores da instituição⁴³⁹⁴. De 4 de Março de 1308 data um outro instrumento de idêntico teor que lhe permite, a ele e ao cónego Martim Peres, exercerem as funções de procuradores do mosteiro⁴³⁹⁵, funções essas em que o vamos encontrar empenhado em 1308, numa contenda entre esta canónica regrante e o cavaleiro Martim Rodrigues e sua mulher, Sancha Gomes⁴³⁹⁶. Tais encargos obrigam-no a comparecer perante os representantes da Cúria bracarense para emprazar, em nome do mosteiro, a Pedro Peres de Donim e à sua esposa, o casal de S. Salvador de Donim, acto celebrado a 17 de Março de 1310. No testamento do clérigo Domingos Godins, feito a 15 de Agosto de 1309, é referenciado um Martim Martins, a quem deixa duas libras⁴³⁹⁷. É certo que não é aí identificado como cónego mas a ligação do clérigo testador ao mosteiro de Souto, a indicação sequencial de três indivíduos cujos nomes são cronologicamente compatíveis e identificáveis com religiosos desse mosteiro e o facto de todos serem contemplados com 2 libras levam-nos a presumir que estamos perante três religiosos de S. Salvador de Souto. Em 1317 este cónego ainda se encontrava entre a comunidade regrante de Souto como o comprova a procuração feita a 15 de Outubro desse ano, em que o prior e o convento do mosteiro o instituem como seu procurador⁴³⁹⁸, com a particularidade de tais funções serem extensíveis ao cónego Martim Peres⁴³⁹⁹.

Domingos Mendes – Cónego do mosteiro de Souto. A 15 de Agosto de 1309 já era frade do mosteiro de Souto sendo nomeado no testamento de seu tio, o clérigo Domingos Godins, como um dos seus testamenteiros, deixando-lhe duas libras⁴⁴⁰⁰. Tendo em conta que o testamento desse seu tio foi feito na freguesia de S. Salvador de Souto, é muito provável que também este cónego fosse proveniente dessa localidade. A 5 de Julho de 1310 é referenciado como “coonigo de Souto”, ao surgir entre as testemunhas que integram um contrato de venda respeitante às propriedades que João Domingues e Maria Fagundes, bem como Martim Martins e sua mulher, Domingas Fagundes, detinham nas freguesias de Santo Tirso de Prazins e São Salvador de Souto, e que venderam a Domingos Domingues⁴⁴⁰¹. Testemunha também uma procuração feita em Braga, a 27 de Outubro de 1311⁴⁴⁰². A 15 de Novembro de 1322 surge um Domingos Mendes identificado como “clérigo de Souto” a testemunhar uma doação⁴⁴⁰³. Mesmo sendo aí referenciado como clérigo é muito provável que estejamos perante o cónego que temos vindo a retratar.

Estêvão Anes – Cónego do mosteiro de Souto. A 17 de Março de 1310 encontrava-se em Braga, onde certamente acompanhou Martim Martins, cónego e procurador do mosteiro de Souto, testemunhando o contrato de emprazamento do casal que o mosteiro

⁴³⁹⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 25-26.

⁴³⁹⁵ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 15-16.

⁴³⁹⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 25-27.

⁴³⁹⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.29.

⁴³⁹⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.99.

⁴³⁹⁹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.99.

⁴⁴⁰⁰ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 28-29.

⁴⁴⁰¹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 94-95.

⁴⁴⁰² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, 1896, p.97.

⁴⁴⁰³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, 1896, p.31.

tinha em S. Salvador de Donim, aparecendo aí identificado como “canonicus regularis dicti monasterii de Sauto”⁴⁴⁰⁴.

Lourenço Miguéis – Clérigo do mosteiro de S. Salvador de Souto. Em 1314 andava em contenda com o prior do mosteiro por causa das vestes e alimentos a que tinha direito, sendo-lhe dada sentença favorável pela cúria diocesana a 13 de Abril de 1314⁴⁴⁰⁵. A 19 de Outubro de 1317, dá o seu consentimento no emprazamento que o mosteiro fez do seu casal de Estrufe de Paços, a Pedro Anes de Estrufe e a sua mulher Maria Martins⁴⁴⁰⁶.

Pedro Lágea – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto. Surge, a 16 de Janeiro de 1326, como testemunha da quitação de 50 libras que D. Domingos Domingues, prior do mosteiro de Souto, fez a João Pais do Sabugal, respeitante a parte de uma dívida de 150 libras⁴⁴⁰⁷. Em Dezembro de 1340 surge a testemunhar documentos referentes à permuta de propriedades entre Estêvão Martins, abade do mosteiro de S. Martinho de Sande e Margarida Peres de Vides⁴⁴⁰⁸. Em 1355 ainda se encontrava entre a comunidade de S. Salvador de Souto, participando, a 21 de Novembro desse ano, na indigitação de Vasco Domingues para procurador do mosteiro⁴⁴⁰⁹. Surge novamente identificado como cónego do mosteiro a 1 de Dezembro de 1364⁴⁴¹⁰.

João Durães – Cónego do mosteiro de Souto. A 2 de Novembro de 1326 encontrava-se no Porto onde testemunhou a carta de quitação que Fernão Martins da Teixeira, cavaleiro comendador do Alandroal, fez ao prior do mosteiro de Souto de Riba de Ave, respeitante a dez maravedis anuais da herdade de Vila Chã, isentando-o para sempre de tal pagamento a troco de cinco libras que aí lhe foram entregues⁴⁴¹¹. João Durães encontra-se entre as testemunhas que a 20 de Maio de 1332, são elencadas num instrumento de renúncia pelo qual Teresa Domingues de Pombal, da freguesia de S. Torcato, e outros seus familiares descendentes dos Fromarigues, cedem os direitos que detinham na igreja de S. Cláudio e nas ermidas anexas de São Martinho da Gândara e Santa Maria a favor do prior e mosteiro de Souto⁴⁴¹².

Domingos Martins – Cónego do mosteiro de Souto. A 2 de Novembro de 1326 este frade do mosteiro de Souto surge a testemunhar uma carta de quitação que Fernão Martins da Teixeira, cavaleiro comendador do Alandroal, fez ao prior do mosteiro de Souto, referente ao pagamento de cinco libras, respeitantes a obrigações relacionadas com a herdade de Vila Chã⁴⁴¹³.

Martim Lourenço – Provável cónego do mosteiro de Souto. Surge como testemunha num instrumento de renúncia, feito a 14 de Outubro de 1328, pelo qual o escudeiro Álvaro Dias do Rego, reconhecia que não era natural do mosteiro e renunciava a quaisquer direitos que aí tivesse, sendo aí identificado como clérigo do mosteiro de S.

⁴⁴⁰⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.17.

⁴⁴⁰⁵ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 97-98.

⁴⁴⁰⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 99-101.

⁴⁴⁰⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde) *Documentos inéditos...*, 1896, p.101.

⁴⁴⁰⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 49-51.

⁴⁴⁰⁹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.138.

⁴⁴¹⁰ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.61.

⁴⁴¹¹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 37-38.

⁴⁴¹² Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...”, 1993, p.273.

⁴⁴¹³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 37-38.

Salvador de Souto⁴⁴¹⁴. É muito provavelmente o mesmo clérigo que no dia 12 de Novembro de 1306, juntamente com os clérigos Domingos Godins e Estêvão Martins, testemunha uma procuração feita no mosteiro de Souto⁴⁴¹⁵, surgindo novamente como testemunha em documento datado de 1 de Novembro de 1324⁴⁴¹⁶.

Gonçalo Peres – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto. Surge como testemunha na renúncia que o escudeiro Álvaro Dias do Rego faz, a 14 de Outubro de 1328, de todos e quaisquer direitos que tivesse no mosteiro de Souto⁴⁴¹⁷, aparecendo aí apenas mencionado como cónego, sem qualquer indicação da instituição a que pertencia. E se esse documento não nos permite vinculá-lo ao mosteiro de Souto, podendo mesmo admitir-se, e tendo em conta que o documento foi feito em “Guimaraens no concelho”⁴⁴¹⁸, a possibilidade de se tratar de um cónego da Colegiada, um outro documento desse mês de Outubro parece querer corroborar tal hipótese ao identificá-lo como “caonigo de Guimaraens dito de Souto”⁴⁴¹⁹. Trata-se de uma doação que Domingos Esteves, dito Grego, e sua mulher, Marinha Martins, moradores na freguesia de S. Miguel de Gonça, lhe fazem de vários quinhões de propriedades, incluindo o que têm na leira junto da quintã de Outeiro, pertença do cónego Gonçalo Peres⁴⁴²⁰. E se estes documentos suscitam algumas dúvidas quanto à sua vinculação ao mosteiro de S. Salvador de Souto, um outro, de 1355, parece desfazer tais incertezas. É que Gonçalo Peres é um dos frades do mosteiro de Souto presentes na assembleia que instituiu, a 21 de Novembro de 1355, Vasco Domingues como procurador do mosteiro⁴⁴²¹.

Domingos Abade – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto. Aparece arrolado entre as testemunhas de um instrumento de renúncia e doação, datado de 30 de Maio de 1333, pelo qual Lourenço Esteves e sua mulher, Teresa Gil, fazendo-se representar por João Martins de Macieira e Domingos Botão, seus legítimos procuradores, renunciavam a todos os direitos de padroado que tivessem no mosteiro bem como todos os direitos que possuíam no casal de Ferreiros, da freguesia de Santa Eulália de Macieira, que era pertença ao mosteiro de Souto⁴⁴²². Em 20 de Dezembro de 1340 surge a testemunhar um documento de escambo de propriedades entre Estêvão Martins, abade do mosteiro de S. Martinho de Sande e Margarida Peres de Vides⁴⁴²³.

Estêvão Pais – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto. A 10 de Maio de 1332 surge como testemunha da renúncia que Martim Anes, cónego de Guimarães, e outros descendentes dos Fromarigues, faz dos direitos que tinha na igreja de S. Cláudio e nas ermidas anexas de São Martinho da Gândara e Santa Maria a favor do prior e mosteiro de Souto⁴⁴²⁴.

⁴⁴¹⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 102-103.

⁴⁴¹⁵ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 25-26.

⁴⁴¹⁶ Guimarães, J. G. Oliveira (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.32.

⁴⁴¹⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 102-103.

⁴⁴¹⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.103.

⁴⁴¹⁹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.37.

⁴⁴²⁰ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 36-37.

⁴⁴²¹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.138.

⁴⁴²² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 109-112.

⁴⁴²³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 50-51.

⁴⁴²⁴ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...”, 1993, p.274.

Domingos Lourenço – Cónego do mosteiro de Souto. É referenciado a 10 de Maio de 1332, presenciando a renúncia de Martim Anes, cónego de Guimarães, e de outros descendentes dos Fromarigues, residentes na zona de Guimarães, dos direitos que possuíam na igreja de S. Cláudio e nas ermidas anexas de São Martinho da Gândara e Santa Maria a favor do prior e mosteiro de Souto⁴⁴²⁵. Surge novamente mencionado como cónego do mosteiro de Souto a 20 de Julho de 1338, testemunhando o contrato referente à aquisição que Domingos Anes, sobrinho do prior, fez da herdade da Lobeira, na freguesia de S. Cosme da Lobeira, a Gonçalo de Prado, mercador de Guimarães, por três libras e meia⁴⁴²⁶. Em 20 de Dezembro de 1340 surge a testemunhar documentos referentes ao escambo de propriedades entre Estêvão Martins, abade do mosteiro de S. Martinho de Sande e Margarida Peres de Vides⁴⁴²⁷.

Pedro Lourenço – Cónego do mosteiro de Souto. Testemunha, em Guimarães, a 10 de Janeiro de 1336, a doação, com efeitos post-mortem, feita por Afonso Martins e sua mulher, Maria Domingues, do herdamento do lugar do Barral e de todos os herdamentos que tiverem na freguesia de S. Salvador de Souto, ao mosteiro de Souto, surgindo aí referenciado como “frade do dito mosteiro”⁴⁴²⁸.

Pedro Lagarto – Cónego do mosteiro de Souto. Testemunha, em Boiro, freguesia de Sanfins de Gomiães (S. Pedro Fins de Gominhães), a 17 de Junho de 1340, a doação que Maria Fernandes, moradora em Bafaul, freguesia de Santo Tirso de Prazins, fez ao prior e mosteiro de Souto do seu herdamento de Requeixo e Bafaul⁴⁴²⁹. É provável que se trate do mesmo indivíduo já identificado como Pedro Lágea.

Geraldo Domingues – Provável cónego do mosteiro de Souto. Filho de Domingos Martins de Soutelo e sobrinho do prior do mosteiro de Souto. A 29 de Maio de 1353 ocupava as funções de chaveiro do mosteiro, adquirindo nesse dia, por cem libras, em Guimarães, na rua da Sapateira, meias casas que eram de Domingos do Monte e da sua mulher, Teresa Gonçalves⁴⁴³⁰. Essas habitações partiam com casas do mosteiro de Mancelos e com meias casas de Estêvão Gerales, morador em Guimarães e de Constança Anes, sua mulher, pelo que a 18 de Junho de 1353 adquiriu a estes últimos proprietários essas meias casas, desembolsando 75 libras⁴⁴³¹.

André Domingues – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto. É um dos elementos presentes na elaboração da procuração, feita a 21 de Novembro de 1355, que deu poderes de representatividade ao cónego Vasco Domingues⁴⁴³². A 5 de Maio de 1356 encontra-se nas Cortinhas onde testemunha o codicilo que Pedro Gonçalves, abade da igreja de S. Martinho de Gondomar, fez ao seu testamento⁴⁴³³. A 6 de Julho de 1356 surge em Guimarães, acompanhando Lourenço Martins, prior de S. Torcato, que em

⁴⁴²⁵ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...”, 1993, p.274.

⁴⁴²⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 44-45.

⁴⁴²⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 50-51.

⁴⁴²⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.118.

⁴⁴²⁹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp. 47-48.

⁴⁴³⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.8; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.207-208.

⁴⁴³¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.8; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, pp.209-210.

⁴⁴³² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.138.

⁴⁴³³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.59.

representação do prior do Souto, deu conhecimento a João Peres de uma carta régia que proibia a usurpação de bens e direitos do mosteiro, crime de que este último era acusado, comprometendo-se a entregar ao prior tudo aquilo de que se tinha apossado indevidamente⁴⁴³⁴.

Afonso Esteves – Provável cónego do mosteiro de Souto. A 21 de Novembro de 1355, testemunha, juntamente com os escolares Vicente Anes e João Peres, a procuração que o prior e os cónegos de S. Salvador de Souto fizeram ao seu cónego Vasco Domingues para que este os representasse, sendo aí identificado como chaveiro do mosteiro de S. Salvador de Souto⁴⁴³⁵.

João Anes – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto. A primeira vez que surge identificado como religioso de S. Salvador de Souto é a 21 de Novembro de 1355, sendo um dos quatro cónegos do mosteiro que, em conjunto com o seu prior, passam procuração ao cónego Vasco Domingues para que este os represente⁴⁴³⁶. A 14 de Abril de 1361 “Johanne Annes frade do Souto” encontrava-se no mosteiro de S. Simão da Junqueira, surgindo entre as testemunhas de um emprazamento aí efectuado⁴⁴³⁷. A 2 de Novembro 1362 estava presente no mosteiro de S. Torcato onde testemunhou a eleição do novo prior dessa comunidade regrante⁴⁴³⁸. É novamente identificado como cónego do mosteiro de Souto a 1 de Dezembro de 1364⁴⁴³⁹.

Vasco Domingues – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto. “Vaasco Domingues frade do mosteiro de Souto da Ordem de Sancto Agostinho do arcebispado de Braga e procurador dos religiosos priol e convento do dito mosteiro”. Assim nos é apresentado este religioso em documento, celebrado em Braga, a 16 de Dezembro de 1355 e referente ao emprazamento feito a Lourenço Esteves e a duas outras pessoas a nomear, do casal de Loureiro, sito na freguesia de S. Romão de Rendufe⁴⁴⁴⁰. Inserta neste mesmo documento encontra-se a procuração que o prior e o convento de Souto fizeram a 21 de Novembro de 1355, em que lhe dão poderes para efectuar emprazamentos em nome do mosteiro⁴⁴⁴¹. Surge novamente identificado como cónego do mosteiro a 1 de Dezembro de 1364⁴⁴⁴². Em Novembro de 1379 ainda se encontrava entre a comunidade de Souto, é que no dia 2 desse mês o seu nome consta no testamento do cavaleiro Álvaro Lourenço de Mariz, morador na freguesia de Santa Maria de Souto, que lhe devia nove libras⁴⁴⁴³. A 19 de Novembro de 1379 surge, em conjunto com os restantes cónegos do convento e o prior da comunidade, a emprazar ao abade de Santa Eufémia, Vasco Domingues, o campo de “Mozinhos”⁴⁴⁴⁴.

⁴⁴³⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.142.

⁴⁴³⁵ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.138.

⁴⁴³⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.138.

⁴⁴³⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.126-126vº.

⁴⁴³⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.143.

⁴⁴³⁹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.61.

⁴⁴⁴⁰ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.138-140.

⁴⁴⁴¹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.138.

⁴⁴⁴² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.61.

⁴⁴⁴³ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...”, 1993, p.286.

⁴⁴⁴⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.65.

Vicente Anes – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto. Um instrumento datado de 1 de Dezembro de 1364 revela a sua presença entre a comunidade religiosa de S. Salvador de Souto⁴⁴⁴⁵.

João Rodrigues – Cónego do mosteiro de Souto. A 2 de Abril de 1375 acompanhou o seu prior, João Martins, ao souto e devesa dos cavaleiros, na freguesia de Santo Estêvão de Urgezes, propriedades que pertenciam a Fernão Anes, o qual deixara metade desses bens ao mosteiro de Souto e a outra metade aos seus herdeiros, procedendo-se nesse dia à respectiva divisão, surgindo arrolado “Joham Rodrigues caonigo do dito mosteiro de Souto”⁴⁴⁴⁶ entre as testemunhas. Aparece novamente referenciado como frade do mosteiro de Souto a 2 de Novembro de 1379 no testamento do cavaleiro Álvaro Lourenço de Mariz, morador na freguesia de Santa Maria de Souto, que lhe devia 4 libras⁴⁴⁴⁷. Num emprazamento que o mosteiro fez, a 8 de Fevereiro de 1422, a Afonso Vicente, morador em Salamonde, de uma herdade e casas que detinha nessa freguesia, surge a referência ao cónego João Rodrigues, que fora instituído como procurador do mosteiro no mesmo dia em que foi passada procuração ao mercador de Braga, Vasco Afonso, representante da instituição neste contrato⁴⁴⁴⁸, não surgindo no entanto o ano dessa procuração, apenas o dia e mês: 4 de Março. De qualquer forma deveria ser relativamente recente, datando, muito provavelmente de 1320 ou 1321. No dia 26 de Maio de 1423 João Rodrigues, juntamente com o prior do seu mosteiro e o cónego Vasco Gonçalves, também religioso de Souto, encontrava-se no mosteiro de S. Torcato onde testemunha um contrato de emprazamento⁴⁴⁴⁹. Impor-se-á a inevitável questão: será este o mesmo João Rodrigues que já se encontra entre a comunidade monástica em 1375? Não sendo descabido admitir a hipótese de se tratar de um outro cónego mais a mais porque sendo o que já aparece referenciado em 1375 deveria andar perto dos 70 anos, idade que, naturalmente, e pelo menos em termos teóricos, não se coaduna com as funções de procurador, nem com grandes deslocações. De qualquer modo e não excluindo a possibilidade de se tratar de um homónimo parece-nos que estamos, efectivamente, perante o mesmo individuo, até porque temos um outro exemplo de longevidade perpetrado também por outro membro desta comunidade e, cronologicamente coetâneo: Vasco Gonçalves. O certo é que a partir desta última data não encontramos quaisquer outras referências posteriores a João Rodrigues, silêncio que poderá querer indiciar o seu falecimento. Por todos estes motivos e até ao aparecimento de novos dados, ressaltando sempre, evidentemente, as reservas já apresentadas, optámos por considerá-lo como sendo o mesmo religioso que surge no mosteiro no último quartel do séc. XIV.

João Martins(?) – Provável cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto. Aparece referenciado a 19 de Novembro de 1379 surgindo aí entre os elementos da comunidade conventual de Souto, dia em que o prior e o convento emprazaram uma propriedade a Vasco Domingues, abade de Santa Eufémia, e a duas outras pessoas a nomear⁴⁴⁵⁰. O Abade de Tagilde, cuja transcrição documental temos vindo a utilizar, coloca dúvidas na

⁴⁴⁴⁵ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.61.

⁴⁴⁴⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.64.

⁴⁴⁴⁷ Costa, Padre Avelino de Jesus da, “Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto...”, 1993, p.286.

⁴⁴⁴⁸ Guimarães, J. G. Oliveira (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.152.

⁴⁴⁴⁹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°216.

⁴⁴⁵⁰ Guimarães, J. G. Oliveira (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.65.

identificação do apelido deste cónego pelo que poderá, eventualmente, tratar-se do cónego João Rodrigues que já aparece documentado em 1375.

-----? **Peres** – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto. Trata-se de um dos cónegos que integrava a comunidade regrante de S. Salvador de Souto a 19 de Novembro de 1379, conforme revela o instrumento de empraçamento que o mosteiro efectuou nesse dia⁴⁴⁵¹. Para esta altura não encontramos nenhum religioso com o sobrenome Peres, de qualquer modo não será de descartar a possibilidade de se tratar de Estêvão Peres, futuro prior de Souto.

Vasco Gonçalves – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto. A primeira referência que lhe conhecemos data de 19 de Novembro de 1379 surgindo aí entre os elementos constitutivos da comunidade de Souto, dia em que o prior e o convento empraçaram uma propriedade a Vasco Domingues, abade de Santa Eufémia, e a duas outras pessoas, a nomear posteriormente⁴⁴⁵². A 25 de Abril de 1413 Vasco Gonçalves compareceu em Braga, perante o arcebispo D. Martinho, em representação do seu mosteiro para empraçar a Gervaz Geraldês, ao seu filho Domingos Gervaz e à sua futura esposa, o casal de Real, que o mosteiro tinha na freguesia de S. Romão de Sixto⁴⁴⁵³. Este contrato traz inserto o traslado da carta de procuração passada ao cónego Vasco Gonçalves para que este pudesse representar o mosteiro, acto jurídico lavrado no claustro de S. Salvador de Souto no dia 31 de Março de 1410⁴⁴⁵⁴. A última referência que conhecemos a este religioso remonta a 26 de Maio de 1423 dia em que, conjuntamente com o prior Afonso Lourenço, e o cónego João Rodrigues, se encontrava no vizinho mosteiro de S. Torcato⁴⁴⁵⁵.

Álvaro Dias – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Souto. A 4 de Junho de 1432 encontra-se na Sé de Braga em representação do seu mosteiro onde, perante a supervisão de Gil Afonso Leitão, vigário geral do arcebispo D. Fernando, empraça a Afonso Anes dos Poços, morador na freguesia de S. Romão de Rendufe, o casal dos poços e o casal dos pardieiros, ambos pertencentes ao mosteiro de Souto e situados em Rendufe⁴⁴⁵⁶. A procuração que habilitava Álvaro Dias para representar o seu mosteiro encontra-se trasladada nesse documento e foi feita no mosteiro de Souto a 29 de Maio de 1432⁴⁴⁵⁷.

Gonçalo Anes – Cónego regrante do mosteiro de São Salvador do Souto, da Ordem de Santo Agostinho, da diocese de Braga. Recebe ordens de Evangelho no dia 21 de Setembro de 1443, em Braga⁴⁴⁵⁸, sendo-lhe também conferidas, nessa mesma cidade, a 11 de Abril de 1444, ordens de Missa⁴⁴⁵⁹.

⁴⁴⁵¹ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.65.

⁴⁴⁵² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.65.

⁴⁴⁵³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.149-151.

⁴⁴⁵⁴ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.149-150.

⁴⁴⁵⁵ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°216.

⁴⁴⁵⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.156-159; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.729.

⁴⁴⁵⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.157.

⁴⁴⁵⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 3, fl.6v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.23.

⁴⁴⁵⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.14; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.38.

Pedro Nogueira – Provável cónego de São Salvador de Souto e futuro prior. Temos apenas notícia da sua indigitação e confirmação no priorado de S. Salvador de Souto, pelo arcebispo de Braga, a 12 de Março de 1450, ocupando a vaga deixada pela transferência de Luís Domingues⁴⁴⁶⁰, seu anterior titular. É muito provável que fosse um religioso desta comunidade.

João Álvares – Provável cónego regrante do mosteiro de São Salvador do Souto. Filho de Álvaro Anes e de sua mulher, Catarina, moradores na freguesia do mosteiro do Souto, do arcebispado de Braga. Recebe ordens menores no dia 24 de Fevereiro de 1453, em Braga⁴⁴⁶¹. Este é certamente o mesmo João Álvares, da diocese de Braga e escolar em direito canónico que surge, a 10 de Maio de 1466, a solicitar benefícios eclesiásticos, revelando-se nessa mesma súplica que é filho de “Alvarum Johannis” e Catarina Gonçalves⁴⁴⁶².

2.1.14. - São Salvador de Valdreu (c. Vila Verde)

Lourenço Anes – Cónego do mosteiro de São Salvador de Valdreu. Foi o procurador do mosteiro na inquirição ordenada por D. Afonso IV e que redundou na sentença de 27 de Junho de 1336 pela qual foi confirmada a jurisdição cível do mosteiro no seu couto⁴⁴⁶³.

Ascêncio Lourenço – Provável cónego do mosteiro de São Salvador de Valdreu. Era natural da freguesia do mosteiro de S. Salvador de Valdreu e filho de religioso e de mãe solteira. Após dispensa, recebe, em Braga, ordens menores no dia 12 de Abril de 1449⁴⁴⁶⁴. Só quase uma década depois, mais concretamente a 16 de Abril de 1457, é que obteria as ordens de Epístola, também em Braga⁴⁴⁶⁵, cidade onde viria a receber ordens de Evangelho, a 11 de Junho de 1457⁴⁴⁶⁶. Ordenar-se-ia ainda neste mesmo ano de 1457, sendo-lhe concedidas, no dia 24 de Setembro, as respectivas ordens de Missa, também na cidade bracarense⁴⁴⁶⁷.

2.1.15. - São Silvestre de Requião (c. Vila Nova de Famalicão)

Gil Anes / Gil Eanes – Provável cónego do mosteiro de Requião. Em Janeiro de 1316 Gil Eanes era abade de Santa Marinha de Ferreiró, igreja da apresentação conjunta dos mosteiros de Requião e Junqueira, queixando-se ao rei dos abusos aí cometidos por

⁴⁴⁶⁰ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.153v.; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.729.

⁴⁴⁶¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 24, fl.30v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.196.

⁴⁴⁶² *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. VI (1456-1470), 1972, pp.375-376.

⁴⁴⁶³ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.88-89 (Doc.41).

⁴⁴⁶⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 19, fl.1; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.112.

⁴⁴⁶⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.55; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.293.

⁴⁴⁶⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.61; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.298.

⁴⁴⁶⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.70v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.304.

cavaleiros, donas e escudeiros, queixa essa que recebeu resposta favorável de D. Dinis, ordenando, por carta de 19 de Janeiro de 1316, às suas justiças que actuassem em conformidade⁴⁴⁶⁸. Gil Eanes deverá ter falecido por esta altura ou pouco tempo depois, uma vez que o mosteiro de Requião apresentava, a 20 de Fevereiro de 1316, o cónego Julião Martins para reitor da igreja de Santa Marinha de Ferreiró, entretanto vaga, justamente, “per mortem Egidii Johannis”⁴⁴⁶⁹.

Julião Martins – Cónego do mosteiro de Requião. Sabemos que já integrava esta comunidade a 20 de Fevereiro de 1316, dia em que foi proposto para reitor da igreja de Santa Marinha de Ferreiró, em virtude do falecimento do seu anterior titular, o abade Gil Eanes⁴⁴⁷⁰. No entanto entre a data da apresentação e a da confirmação decorreu mais de um ano uma vez que “Julianum Martini canonicum dicti Monasterii de Requiam” só seria confirmado nessa igreja a 26 de Fevereiro de 1317⁴⁴⁷¹.

Afonso Martins – Cónego do mosteiro de Requião. A 7 de Dezembro de 1336 “Alfonsi Martini” é referenciado como cónego regente do mosteiro de Requião⁴⁴⁷².

Domingos Anes Rebelo – Cónego do mosteiro de Requião. Em instrumento de 7 de Dezembro de 1336 “Dominici Johannis Rebello” surge identificado como cónego regente do mosteiro de Requião⁴⁴⁷³.

João Cansoso – Cónego do mosteiro de Requião. A 7 de Dezembro de 1336 “Johannes Cansoso canonicus Regularis dicti Monasterii de Requiam” surge entre as testemunhas de um instrumento lavrado em Braga, pelo qual o arcebispo absolvía de excomunhão o prior do mosteiro de Requião⁴⁴⁷⁴.

Fernão Martins – Cónego do mosteiro de Requião. É referenciado como testamenteiro do prior de Requião a 8 de Março de 1348⁴⁴⁷⁵.

Domingos Miguéis – Provável cónego do mosteiro de Requião. A 4 de Outubro de 1367 foi confirmado na igreja de Santa Marinha de Ferreiró o cónego Estêvão Domingues, religioso do mosteiro de S. Simão da Junqueira, entretanto vaga por falecimento de Domingos Miguéis⁴⁴⁷⁶. Tendo em consideração que esta igreja era da apresentação conjunta de Requião e da Junqueira é muito provável que este abade fosse cónego de Requião até porque não detectamos o seu nome entre a comunidade regente da Junqueira.

⁴⁴⁶⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.74v°.

⁴⁴⁶⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 75-75v°.

⁴⁴⁷⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 75-75v°.

⁴⁴⁷¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 77-78.

⁴⁴⁷² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.114-114v°.

⁴⁴⁷³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.114-114v°.

⁴⁴⁷⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.114-114v°.

⁴⁴⁷⁵ Amaral, António Caetano do, *Para a História da Legislação e Costumes de Portugal, Memória V*, Edição preparada por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Porto, Livraria Civilização, 1945, p.82.

⁴⁴⁷⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.135-135v°.

2.1.16. - São Simão da Junqueira (c. Vila do Conde)

Domingos Gomes - Cónego de S. Simão da Junqueira. A 28 de Novembro de 1286 “Domingos Goomez Coonego deste Moesteiro” surge entre as testemunhas de um instrumento de doação pelo qual Domingos Anes Carpinteiro e a sua mulher, Domingas Simões, moradores no Porto, doam ao mosteiro de S. Simão da Junqueira todos os bens que possuíam em Vila do Conde⁴⁴⁷⁷. A 10 de Novembro de 1288 o prior D. Gonçalo Domingues e o convento constituem como seu legítimo procurador “Dominicum Gometii canonicum regularem nostri Monasterii” para que este possa escambar bens com o cavaleiro Lourenço Martins da Cunha, permuta que se concretizaria no dia 16 desse mês⁴⁴⁷⁸. Estamos certamente perante o mesmo indivíduo que alcançará o priorado de S. Simão da Junqueira ainda na última década do séc. XIII.

Martim Anes - Cónego de S. Simão da Junqueira. “Martinus Johannis frater Sancti Simeonis” surge entre as testemunhas de um instrumento de doação, datado de Maio de 1295, pelo qual Martim Mendes concede ao prior Gonçalo Domingues e ao mosteiro de S. Simão da Junqueira todos os seus bens⁴⁴⁷⁹. Martim Anes surge novamente identificado como frade entre as testemunhas de um instrumento feito a 11 de Janeiro de 1298⁴⁴⁸⁰.

D. Martim Durães – Provável cónego de S. Simão da Junqueira. A 3 de Janeiro de 1308 “Domni Martini Durandi” surge entre as testemunhas de um instrumento de renúncia de padroado que o cavaleiro João Esteves Botelho fez ao mosteiro de S. Simão da Junqueira⁴⁴⁸¹.

Domingos Pires/Domingos Peres - Cónego de S. Simão da Junqueira. A 3 de Janeiro de 1308 “Dominico Petri Canonicus dicti Monasterii” surge entre as testemunhas do instrumento de renúncia de direito de padroado que o cavaleiro João Esteves Botelho fez a favor do mosteiro da Junqueira⁴⁴⁸². Este é muito provavelmente o mesmo Domingos Peres que surge no segundo semestre de 1320 como abade da igreja de S. Cristóvão de Faria⁴⁴⁸³.

Estêvão Domingues - Cónego de S. Simão da Junqueira. Um instrumento datado de 21 de Maio de 1316 identifica “Stephano Dominici canonico Monasterii Sancti Simonis Ordinis Sancti Augustini”⁴⁴⁸⁴. A 3 de Novembro de 1316 “Stevam Dominges conigo do Moesteiro de Sam Simhom”, encontrando-se munido de uma procuração do prior e do convento da Junqueira, e na presença de Lourenço Peres, público tabelião de Rates, Vila do Conde e Póvoa de Varzim, emprazou a Martim Durães, à sua mulher Domingas Miguéis e a uma terceira pessoa a nomear por eles posteriormente, o lugar do Barreiro⁴⁴⁸⁵. “Stephanum Dominici Canonicum Regularem dicti Monasterii” é novamente referenciado em instrumento de 26 de Setembro de 1317, confirmando-se aí

⁴⁴⁷⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl. 69-69vº

⁴⁴⁷⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 77-78vº.

⁴⁴⁷⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 68vº-69.

⁴⁴⁸⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 69vº-70.

⁴⁴⁸¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 36-37.

⁴⁴⁸² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 36-37.

⁴⁴⁸³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 86vº-87vº.

⁴⁴⁸⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 120.

⁴⁴⁸⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 44vº-45vº.

novamente que também exercia as funções de procurador da instituição⁴⁴⁸⁶. A 3 de Maio de 1318 “Steve Domingiz frade do mosteiro e procurador do priol” comparece em Vila do Conde, perante o tabelião Estêvão Anes, onde o cavaleiro Martim Botelho, filho de João Botelho, reconhecia que tinha filhado e penhorado em dois casais pertencentes ao mosteiro, localizados em Vila Chã, no julgado da Maia⁴⁴⁸⁷. A 9 de Maio de 1326 Estêvão Domingues, cónego regrante do mosteiro de S. Simão da Junqueira era também abade da igreja de Santo André de Parada⁴⁴⁸⁸. A 10 de Abril de 1332 continua a ser referenciado “Stephani Dominici Canonici Regularis et Rectoris Ecclesie de Parada”, com esse instrumento a revelar que este cónego se envolvera numa grave questão com Aparício Peres, prior do mosteiro da Junqueira, acabando D. Estêvão Pais, vigário geral pelo arcebispo D. Gonçalo, por absolver de excomunhão o prior do mosteiro⁴⁴⁸⁹. Estes mesmos intervenientes surgem novamente em contenda, como revela um instrumento datado de 19 de Dezembro de 1332, num processo que subiu à Sé de Braga e que tinha por móbil moinhos e pesqueiras de Águas Juntas, no Rio Ave⁴⁴⁹⁰. Estêvão Domingues, a 13 de Maio de 1338, continua entre a comunidade regrante de S. Simão da Junqueira, sendo nesta altura, abade da igreja de Ferreiro⁴⁴⁹¹.

Martim Pais - Provável cónego de S. Simão da Junqueira. A 3 de Novembro de 1316 “Martim Paez capelão do dito Moesteiro de Sam Simhom”, surge entre as testemunhas de um emprazamento que o cónego Estêvão Domingues efectuou na qualidade de procurador da instituição⁴⁴⁹². Apenas lhe conhecemos esta indicação como capelão do mosteiro.

Aparício Peres - Cónego de S. Simão da Junqueira. Surge, em Rates, em representação do mosteiro a 15 de Maio de 1322, comparecendo perante o juiz de Faria a quem mostra uma carta régia pela qual D. Dinis ordenava às suas justiças que defendessem o mosteiro e não permitissem que nenhuns poderosos fizessem mal à instituição ou aos seus bens⁴⁴⁹³. É certamente o mesmo “Aparício” que Frei Timóteo dos Mártires identifica como prior de S. Simão da Junqueira entre 1326 e 1330⁴⁴⁹⁴.

Domingos Fernandes - Cónego de S. Simão da Junqueira. A 18 de Outubro de 1316 Domingos Fernandes, frade do mosteiro de S. Simão da Junqueira, surge entre as testemunhas de um instrumento de desistência, feito no mosteiro da Junqueira, pelo qual João Domingues de Gacim desistia da demanda que tinha com o mosteiro a propósito do casal do Penedo⁴⁴⁹⁵. Instrumentos de 4 de Junho de 1321 certificam Domingos Fernandes como cónego de S. Simão da Junqueira⁴⁴⁹⁶. “Domingos Fernandiz frade do Moesteiro de San Simom de Riba Deste” encontrava-se em Rates, a 10 de Março de 1324, apresentando-se perante Estêvão Peres, juiz de Faria, mostrando a carta de Mem

⁴⁴⁸⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 73-73vº.

⁴⁴⁸⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 81vº-82.

⁴⁴⁸⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.94-95vº.

⁴⁴⁸⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.104-104vº.

⁴⁴⁹⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.108-110vº.

⁴⁴⁹¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl.125vº-126.

⁴⁴⁹² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 44vº-45vº.

⁴⁴⁹³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl. 87-87vº; Ferreira, Monsenhor José Augusto, *A igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos – Santo Agostinho e o mosteiro da Junqueira*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense-Editora, 1913, pp.92, 124.

⁴⁴⁹⁴ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, 1960, p.152.

⁴⁴⁹⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 85-85vº.

⁴⁴⁹⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 88-89vº.

Rodrigues Vasconcelos, meirinho de Entre Douro e Minho, lavrada dois dias antes, pela qual se regulavam os direitos dos padroeiros e naturais do mosteiro de S. Simão da Junqueira⁴⁴⁹⁷.

Martim Geraldês - Cónego de S. Simão da Junqueira. A primeira referência concreta a Martim Geraldês como frade do mosteiro de S. Simão da Junqueira, é reportável a 18 de Outubro de 1316, surgindo identificado dessa forma entre as testemunhas de um instrumento aí lavrado nesse dia⁴⁴⁹⁸. A 4 de Junho de 1321 “Martim Giraldez coonigo Regrante do Moesteiro de Sam Simhom da Ordem de Santo Agostinho” surge perante a Corte de Braga como procurador do prior e do mosteiro por procuração feita em Vila do Conde, a 1 de Maio de 1321, por Estêvão Anes, tabelião de Vila do Conde, vendo aí validado o emprazamento que o mosteiro fez a Lucas Martins e a Pascoal Martins, seu irmão, do casal de Freande, no couto do mosteiro e do moinho de Pedramo, além de outras outras coisas que eles já traziam⁴⁴⁹⁹. “Martinus Geraldus Canonicus Regularis Monasterii Sancti Simeonis”, é apresentado em 1321 para a igreja de S. Martinho de Outeiro, sendo aí confirmado como vigário perpétuo a 29 de Outubro de 1323⁴⁵⁰⁰. A 9 de Fevereiro de 1327 o cónego Martim Geraldês, juntamente com o cónego Pedro Geraldês, é instituído procurador do mosteiro, com o prior e o convento a atribuírem-lhes amplos poderes de representatividade⁴⁵⁰¹. Encontramos uma nova indicação a “Martim Giraldez frade de Sam Simhom” em instrumento de 8 de Março de 1328⁴⁵⁰². É muito provável que seja o mesmo Martim Geraldês que surge em Rates, a 26 de Abril de 1327, na qualidade de procurador do mosteiro⁴⁵⁰³ mas nesse instrumento nunca aparece identificado como cónego. A 4 de Junho de 1328 “Martim Giraldez coonego do dito Moesteiro” aparece em Rates, integrando o rol de testemunhas de dois instrumentos de renúncia que Gil Esteves e sua irmã Teresa Esteves, aí representada pelo seu marido João Lourenço, filhos de Domingos Peres Fariseu e de Inês Peres, fizeram de todo o direito de padroado, comedoria, pousada e testamento que tinham no mosteiro de S. Simão da Junqueira⁴⁵⁰⁴. Poucos dias depois, mais concretamente a 11 de Junho de 1328 detectámo-lo novamente fora do mosteiro, encontrando-se o cónego Martim Geraldês na igreja de Santa Marinha de Ferreiró, surgindo entre as testemunhas de um instrumento aí lavrado⁴⁵⁰⁵. A 1 de Setembro de 1332 “Martim Giraldez coonigo do dito Moesteiro” testemunha, no mosteiro de Rates, um instrumento referente a uma contenda que o mosteiro da Junqueira trazia com o cavaleiro Fernão da Veiga e seus familiares⁴⁵⁰⁶.

A 29 de Junho de 1333 Domingas Domingues filha que foi de Domingas Domingues Negra, doou a “Martim Giraldez coonigo de Sam Simhom” seu primo co-irmão, a metade dos herdamentos que comprou à sua tia Maria Domingues da Costa em Rio Mau, freguesia de S. Cristóvão⁴⁵⁰⁷. Estes elementos permitem-nos, além de conhecer algumas

⁴⁴⁹⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.89-89vº.

⁴⁴⁹⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 85-85vº.

⁴⁴⁹⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl. 88-89vº.

⁴⁵⁰⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.90vº-92.

⁴⁵⁰¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl.94-94vº.

⁴⁵⁰² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl. 91-91vº.

⁴⁵⁰³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 48vº-49vº.

⁴⁵⁰⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 52vº-55vº). Teresa Esteves é aí representada pelo seu marido, João Lourenço, na qualidade de seu legítimo procurador.

⁴⁵⁰⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.92-92vº.

⁴⁵⁰⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.104vº-105vº.

⁴⁵⁰⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.99vº-100.

ligações familiares deste religioso, estabelecer a sua proveniência geográfica uma vez que a doadora vivia em localidade do couto de S. Simão da Junqueira. No entanto, e em termos documentais há uma outra indicação a “Martim Giraldiz coonigo do Moesteiro de Sam Simhom” que recebeu, por doação, de Bartolomeu Martins e da sua mulher, Domingas Domingues, meio herdamento que estes tinham comprado em Rio Mau, freguesia de S. Cristóvão⁴⁵⁰⁸, mas sem uma referência cronológica. A 10 de Junho de 1336 o papa Bento XII (1334-1342) confirma o cónego Martim Geraldês, como vigário perpétuo da igreja de S. Martinho de Outeiro⁴⁵⁰⁹. A 20 de Abril de 1338 “Martim Giraldiz coonigo de Sam Simhom” surge entre as testemunhas de uma carta de venda respeitante a herdamentos transaccionados em Rio Mau, freguesia de S. Cristóvão⁴⁵¹⁰. A 6 de Dezembro de 1341 “Martim Giraldiz Procurador do Convento do dito Moesteiro” acompanhou o prior D. Aparício Peres a Rates a propósito de uma demanda que o mosteiro mantinha com Pedro Esteves do Casal, filho do falecido Estêvão do Casal, e aí representado por Vasco Rodrigues, seu procurador, a propósito da bouça da Pedra de Couto de Pousadoiro, localizada em S. Martinho do Outeiro, acabando as partes por alcançar o entendimento 14 de Dezembro de 1341, com a participação do cónego e procurador Martim Geraldês⁴⁵¹¹.

João Domingues – Provável cónego de S. Simão da Junqueira. A documentação não nos permite confirmar a sua vinculação ao mosteiro da Junqueira, de qualquer modo sabemos que foi abade da igreja de Santo André de Parada, cuja apresentação competia aos mosteiros regnantes de Requião e de S. Simão da Junqueira. Perante tais factos são grandes as possibilidades de estarmos na presença de um cónego de uma destas casas religiosas. Certo é apenas o facto de João Domingues ser o titular dessa igreja onde se mantinha a 21 de Maio de 1316⁴⁵¹².

Pedro Geraldês - Cónego de S. Simão da Junqueira. A 9 de Fevereiro de 1327 o cónego Pedro Geraldês, juntamente com o cónego Martim Geraldês, é constituído procurador do mosteiro, com o prior e o convento a concederem-lhes poder de representatividade num amplo leque de acções⁴⁵¹³. “Pero Giraldiz coonigo do dito Moesteiro” surge entre as testemunhas de um instrumento lavrado em Rates a 13 de Maio de 1327, pelo qual Martim Anes Botelho renunciou a todos os direitos de padroado, pousada e comedoria que detinha no mosteiro de S. Simão da Junqueira⁴⁵¹⁴. A 5 de Agosto de 1327 o cónego Pedro Geraldês, na sua qualidade de procurador do convento e juntamente com o prior da comunidade escambam propriedades com o cavaleiro Mem Gonçalves Camelo e sua mulher Inês Rodrigues⁴⁵¹⁵. A 11 de Junho de 1328 “Pero Giraldiz” surge identificado como cónego de S. Simão da Junqueira surgindo entre as testemunhas de um instrumento lavrado na igreja de Santa Marinha de Ferreiró, onde o capelão dessa igreja confessa e reconhece que Lourenço Peres, morador nessa freguesia, tinha mandado dar pela sua alma 4 soldos anuais da sua vinha da

⁴⁵⁰⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.85. No traslado deste documento a ultima parte da data, correspondente ao ano, não aparece transcrita, surgindo apenas a indicação de que foi “Feita a carta em Sam Simhom dezasete dias de Mayo era de mil e trezentos e ----”.

⁴⁵⁰⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.111vº-112.

⁴⁵¹⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 98vº-99vº.

⁴⁵¹¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 102-103.

⁴⁵¹² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.120. Aí surge referenciado como “Johanni Dominici Rectori Ecclesia de Parada”.

⁴⁵¹³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl.94-94vº.

⁴⁵¹⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 49vº-50vº.

⁴⁵¹⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl.93vº-96.

Praçaria da Regueira ao mosteiro de S. Simão da Junqueira, confissão da qual o prior da Junqueira, Aparício Peres, pediu um instrumento⁴⁵¹⁶. A 8 de Agosto de 1328 este cónego surge novamente arrolado entre as testemunhas de um instrumento de doação feito no mosteiro de S. Simão da Junqueira, respeitante à doação que João Peres de Casal de Pedro e Luzia Fagundes, sua mulher, faziam ao mosteiro de todos os bens que tinham no seu couto⁴⁵¹⁷. A de 5 de Abril de 1329 encontrava-se em Chantada, em casa de Rodrigo Anes, surgindo entre as testemunhas do testamento desse cavaleiro⁴⁵¹⁸. A 3 de Fevereiro de 1338 o cónego Pedro Geraldês encontrava-se em Água Levada, freguesia de Santa Eulália de Fradelos, surgindo entre as testemunhas do acordo que D. Aparício Peres, prior do mosteiro de Requião, fez com os seus irmãos sobre a forma como deveriam ser guardados os bens móveis do seu falecido pai, Pedro Trochem até que fossem feitas as partilhas com a sua mãe Margarida Afonso⁴⁵¹⁹. A 21 de Fevereiro de 1332 o cónego “Petro Giraldiz” surge entre as testemunhas de um instrumento de confissão e reconhecimento em que Pedro do Casal e a sua mulher, Teresa Fernandes confessavam que traziam diversas propriedades do mosteiro nas freguesias de Santa Maria de Bagunte e S. Martinho do Outeiro, entregando desde logo, e como forma de compensação, uma herdade sua ao prior D. Aparício Peres para que pudessem manter e usufruir dessas propriedades enquanto vivessem⁴⁵²⁰. A 8 de Julho de 1333 “Pero Giralcoonigo de Sam Simhom” encontrava-se na igreja de S. Cristóvão de Rates, surgindo entre as testemunhas de um instrumento de venda aí lavrado⁴⁵²¹. A 20 de Abril de 1336 “Pero Giraldez coonigo do Moesteiro de Sam Simhom dantre Ave e Este Procurador dos Religiosos Varoens Martim Serzedelo Priol e do Convento do dito Moesteiro”, encontrava-se em Braga para efectuar um emprazamento, em representação do prior e convento do mosteiro⁴⁵²².

Nicolau Domingues – Provável cónego de S. Simão da Junqueira. A 11 de Junho de 1328 “Nicolao Domingiz creligo de San Simhom” surge entre as testemunhas de um instrumento lavrado na igreja de Santa Marinha de Ferreiro⁴⁵²³.

Martim Pais – Provável cónego de S. Simão da Junqueira. A 11 de Junho de 1328 “Martim Paez capelam de San Simhom” surge entre as testemunhas de um instrumento lavrado na igreja de Santa Marinha de Ferreiro⁴⁵²⁴. A 12 de Abril de 1333 aparece novamente “Martim Pelaiz capellom do dito Moesteiro”, entre as testemunhas de um instrumento, pelo qual Martim Domingues, morador em Chantada e sua mulher, Domingas Domingues se comprometem a entregar anualmente, em censórias dos seus herdamentos do couto do mosteiro e de outros lugares, a Gonçalo Domingues, homem do prior D. Aparício Peres, um morabitino de vinte e sete soldos por dia de S. Martinho em reconhecimento e como pagamento dos 12 morabitinos velhos que este lhes

⁴⁵¹⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.92-92vº.

⁴⁵¹⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 55vº-56.

⁴⁵¹⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 59vº-60vº.

⁴⁵¹⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 98-98vº.

⁴⁵²⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 86-87.

⁴⁵²¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 86-87.

⁴⁵²² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.112-113vº. A procuração que lhe permitia representar a instituição é datada do dia anterior, ou seja 19 de Abril de 1336, e foi feita no mosteiro da Junqueira (cf. IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.112vº-113).

⁴⁵²³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.92-92vº.

⁴⁵²⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.92-92vº.

entregar⁴⁵²⁵. No testamento de Rodrigo Anes, cavaleiro de Chantada há uma referência a “Martim Pelais capelom de Sam Simhom” a propósito de uma besta que o cavaleiro trazia e que pertencia ao capelão⁴⁵²⁶. Apenas lhe conhecemos estas indicações como capelão de S. Simão da Junqueira.

Martim Anes – Cónego de S. Simão da Junqueira. A 5 de Agosto de 1327 “Martim Annes coonigo do dicto Moesteiro” aparece entre as testemunhas de um instrumento referente ao escambo que o mosteiro da Junqueira fez com o cavaleiro Mem Gonçalves Camelo e sua mulher Inês Rodrigues⁴⁵²⁷. A 8 de Março de 1328 “Martim Anes frade” surge entre as testemunhas do instrumento de renúncia que Gonçalo Esteves, filho de Domingos Peres Fariseu e de Inês Peres, fez de todo o direito de padroado, comedoria, pousada e testamento que tinha no mosteiro de S. Simão da Junqueira⁴⁵²⁸. A 8 de Agosto de 1328 aparece arrolado entre as testemunhas de um instrumento de doação feito no mosteiro de S. Simão da Junqueira, respeitante à doação que João Peres de Casal de Pedro e Luzia Fagundes, sua mulher, fizeram ao mosteiro de todos os bens que tinham no seu couto⁴⁵²⁹. Nesse mesmo dia 8 de Agosto de 1328, e na sequência dessa doação “Martim Annes coonigo de Sam Simhom dantre Ave e Este” tomou posse da quintã do Casal de Pedro que trazia João Peres de Casal de Pedro e sua mulher Luzia Fagundes, no entanto e por solicitação dos foreiros o cónego permitiu-lhes que detivessem a posse da propriedade até ao S. Miguel desse ano⁴⁵³⁰. Este cónego é muito provavelmente o mesmo “Martim Joam capelom” que surge entre as testemunhas de um instrumento lavrado a 8 de Março de 1328, no couto do mosteiro de S. Simão da Junqueira⁴⁵³¹. A 1 de Setembro de 1328 “Martim Annes frade do dito Moesteiro” surge em Rates, referenciado entre as testemunhas de dois instrumentos de renúncia pelos quais Mafalda Rodrigues e Aldonça Rodrigues, filhas de Rui Mendes e de Mor Viegas dos Campos abdicaram a favor do mosteiro de todos os direitos de padroado, pousada e comedoria que aí detinham⁴⁵³². A 26 de Julho de 1330 “Martim Annes coonigo do dito Moesteiro” surge entre as testemunhas do instrumento de doação que Pedro Afonso e Marinha Anes, moradores em Casal Gontinho, couto de S. Simão da Junqueira, fizeram ao mosteiro de todos os bens que tinham nesse couto⁴⁵³³. A 23 de Setembro de 1330 “Martim Annes frade coonigo do dito Moesteiro” surge entre as testemunhas do instrumento de partilhas dos bens de Casal de Pedro que tinham sido de Domingos Peres, correndo litígio entre Maria Peres e os seus herdeiros contra o mosteiro⁴⁵³⁴. A 21 de Fevereiro de 1332 o cónego Martim Anes surge entre as testemunhas de um instrumento em que Pedro do Casal e a sua mulher, Teresa Fernandes reconhecem que traziam diversas propriedades do mosteiro situadas nas freguesias de Santa Maria de Bagunte e S. Martinho do Outeiro, chegando a acordo com o prior D. Aparício Peres no

⁴⁵²⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.96-97.

⁴⁵²⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 60.

⁴⁵²⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl.93vº-96.

⁴⁵²⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 51vº-52.

⁴⁵²⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 55vº-56.

⁴⁵³⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.92vº-93.

⁴⁵³¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.91-91vº.

⁴⁵³² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 56vº-59. Aldonça Rodrigues é aí representada pelo seu marido e procurador, o escudeiro Lourenço Anes (cf. IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 56vº-58).

⁴⁵³³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 56vº-59. Aldonça Rodrigues é aí representada pelo seu marido e procurador, o escudeiro Lourenço Anes (cf. IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 62vº-63).

⁴⁵³⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 64vº-66vº.

sentido de manterem essas propriedades em dias de suas vidas dando para tal uma herdade ao mosteiro da Junqueira⁴⁵³⁵.

Martim Peres de Santiagãos – Provável cónego de S. Simão da Junqueira. A 8 de Agosto de 1328 “Martim Peres de Santeghaaos” surge arrolado entre as testemunhas de um instrumento de doação feito no mosteiro de S. Simão da Junqueira, respeitante à doação que João Peres de Casal de Pedro e Luzia Fagundes, sua mulher, faziam ao mosteiro de todos os bens que tinham no seu couto⁴⁵³⁶. Como não aparece diferenciado dos restantes cónegos é de admitir tal possibilidade.

Vasco Esteves de Tabosa – Provável cónego de S. Simão da Junqueira. A 8 de Agosto de 1328 “Vaasco Steves de Tavoosa” surge arrolado entre as testemunhas de um instrumento de doação feito no mosteiro de S. Simão da Junqueira, respeitante à doação que João Peres de Casal de Pedro e Luzia Fagundes, sua mulher, fizeram ao mosteiro de todos os bens que tinham no seu couto⁴⁵³⁷. Como o seu nome surge entre uma sequência de cinco testemunhas com a indicação de cónegos no final não conseguimos destrinçar se são ou não todos cónegos da instituição.

D. Domingos de Covas / D. Domingos Peres – Cónego de S. Simão da Junqueira e antigo Prior. A 8 de Agosto de 1328 “Domingos de Covas coonigo do dito moesteiro” é referenciado entre as testemunhas de dois instrumentos, um lavrado na quintã de Casal de Pedro, no couto de S. Simão da Junqueira⁴⁵³⁸ e o outro no próprio mosteiro⁴⁵³⁹. A sua presença entre os religiosos de S. Simão da Junqueira é atestada por documentos anteriores, nomeadamente uma carta régia de 6 de Abril de 1323, embora aí seja identificado como prior da instituição⁴⁵⁴⁰, pelo que tudo indica que deverá ter renunciado ao cargo. Como já tivemos oportunidade de adiantar na secção que dedicamos ao seu priorado parece-nos que este Domingos de Covas é o mesmo prior que já aparece identificado como Domingos Peres, a 27 de Outubro de 1321⁴⁵⁴¹. De resto, esta suposição parece confirmar-se documentalmente, desde logo através de um instrumento de 5 de Abril de 1329, dia em que Domingos Peres se encontrava em Chantada, em casa de Rodrigo Anes, surgindo entre as testemunhas do testamento desse cavaleiro⁴⁵⁴². “Domingos Peres coonigo do dito Moesteiro” surge novamente entre as testemunhas de um instrumento, desta feita lavrado no mosteiro da Junqueira a 12 de Fevereiro de 1330⁴⁵⁴³. O mesmo acontece num instrumento de compra, feito a 11 de Janeiro de 1333, à porta do mosteiro de S. Simão, surgindo entre as testemunhas “Domingos Perez coonigo do dito Moesteiro”⁴⁵⁴⁴.

⁴⁵³⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 86-87.

⁴⁵³⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 55vº-56.

⁴⁵³⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 55vº-56.

⁴⁵³⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.93.

⁴⁵³⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 55vº-56.

⁴⁵⁴⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.88.

⁴⁵⁴¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.86-86vº.

⁴⁵⁴² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, 1743, fl. 59vº-60vº.

⁴⁵⁴³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 61-61vº.

⁴⁵⁴⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.98vº-99. Trata-se de um instrumento referente à compra que Bartolomeu Peres, filho de Maria Domingues Taroa, e sua mulher, Maria Domingues, fizeram de todos os herdamentos que Domingos Peres, morador nos casais da Ponte de Além Caneiro do julgado da Maia, e sua mulher, Maria Domingues Taroa, tinham em Vilar de Anta, freguesia de Santa Maria de Bagunte.

Pedro Domingues – Cónego de S. Simão da Junqueira. “Pero Domingiz coonigo do dito Moesteiro” encontra-se entre as testemunhas de um instrumento lavrado a 17 de Abril de 1330 referente ao reconhecimento que André Anes fez perante Gonçalo Anes, juiz do couto de S. Simão da Junqueira, da existência de várias propriedades pertencentes ao mosteiro⁴⁵⁴⁵. Em instrumento feito no mosteiro da Junqueira a 8 de Março de 1328 respeitante à renúncia que Gonçalo Esteves, filho de Domingos Peres Fariseu e de Inês Peres, fez de todo o direito de padroado, comedoria, pousada e testamento que tinha no mosteiro de S. Simão da Junqueira⁴⁵⁴⁶. A 16 de Março de 1333 “Pero Domingiz coonigo de Sam Simhom” encontra-se entre as testemunhas de um instrumento lavrado no mosteiro da Junqueira pelo qual João Vilar e sua mulher, Maria Martins, renunciaram ao empraçamento que traziam do mosteiro junto à igreja de Santa Maria de Bagunte⁴⁵⁴⁷.

A 12 de Abril de 1333 aparece novamente identificado como cónego do mosteiro, surgindo entre as testemunhas de um instrumento pelo qual Martim Domingues, morador em Chantada e sua mulher, Domingas Domingues se comprometem a entregar anualmente em censórias dos seus herdamentos do couto do mosteiro e de outros lugares, a Gonçalo Domingues, homem do prior Aparício Peres, um morabitino de vinte e sete soldos por dia de S. Martinho em reconhecimento e como pagamento dos 12 morabitinos velhos que este lhes entregara⁴⁵⁴⁸. Nesse mesmo dia 12 de Abril de 1333 aparece como testemunha num outro instrumento lavrado em Vilar do Sovereiro⁴⁵⁴⁹. A 27 de Junho de 1333 “Pero Domingiz frade do dito Moesteiro” acompanhou o prior D. Aparício a Bagunte, surgindo entre as testemunhas do instrumento de doação que Bartolomeu Peres e sua mulher, Maria Domingues, fizeram, ao mosteiro da Junqueira, de todos os herdamentos que tinham em Vilar de Anta, freguesia de Santa Maria de Bagunte⁴⁵⁵⁰. A 3 de Fevereiro de 1338 o cónego Pedro Domingues encontrava-se em Água Levada, freguesia de Santa Eulália de Fradelos, surgindo entre as testemunhas do acordo que D. Aparício Peres, prior do mosteiro de Requião, fez com os seus irmãos sobre a forma como deveriam ser guardados os bens móveis do seu falecido pai, Pedro Trochem até que fossem feitas as partilhas com a sua mãe Margarida Afonso⁴⁵⁵¹. A 7 de Maio de 1339 “Pero Domingez coonigo de Sam Simhom” surge entre as testemunhas de um instrumento pelo qual D. Teresa Fernandes, viúva do cavaleiro Pedro do Casal e sua testamenteira, ordenava a Vasco Rodrigues, seu criado e morador no Penedo, que desse a 10 de Abril de cada ano, dia do sepultamento desse cavaleiro, um morabitino ao mosteiro de S. Simão da Junqueira, conforme vontade do finado⁴⁵⁵². A última indicação que conhecemos a este cónego data de 3 de Julho de 1341, dia em que, com a autorização do prior do mosteiro, “Pero Dominges coonigo do Moesteiro de Sam Simhom dantre Ave e Este da Ordem de Sante Agostinho” afora a Estêvão Martins e à sua mulher toda a herdade que possuía em Santa Maria de Lousado, com a condição dos foreiros e seus herdeiros entregarem anualmente um maravedi ao prior e mosteiro por dia de S. João Baptista, devendo o prior e convento cantar quatro missas anuais pela alma do cónego, da sua mãe Maria Domingues e de seu irmão João Domingues, familiares de quem tinha herdado os bens agora aforados⁴⁵⁵³.

⁴⁵⁴⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.94vº-95.

⁴⁵⁴⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 51vº-52).

⁴⁵⁴⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 92vº-93.

⁴⁵⁴⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.96-97.

⁴⁵⁴⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 93-93 vº.

⁴⁵⁵⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.98-99vº.

⁴⁵⁵¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 98-98vº.

⁴⁵⁵² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.102vº-103.

⁴⁵⁵³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.103-104.

Domingos Domingues - Cónego de S. Simão da Junqueira. O percurso deste religioso em S. Simão da Junqueira inicia-se na década de trinta do séc. XIV, de resto a primeira referência que lhe conhecemos data de 19 de Abril de 1336, dia em que surge entre as testemunhas de uma procuração lavrada no mosteiro, sendo aí identificado como “Domingos Dominguez Coonigo Novisso do dito Moesteiro”⁴⁵⁵⁴. Este cónego noviço. A 15 de Fevereiro de 1339 o cónego Domingos Domingues foi constituído procurador do mosteiro para que pudesse procurar, pedir e recolher tudo o que deviam ao mosteiro⁴⁵⁵⁵. E é justamente investido nessas funções que “Domingos Dominguez coonigo que se dizia do Moesteiro de Sam Simhom de Riba da Este” se desloca, a 15 de Março de 1339, a S. Tomé da terra de Aguiar de Sousa e de Refoios, às casas onde morou Teresa Gomes, solicitando ao seu filho e testamenteiro, Estêvão Ferreira, o pagamento dos dois morabitos anuais que a sua mãe deixara em testamento ao mosteiro da Junqueira referentes ao casal de Vila Nova⁴⁵⁵⁶. A 18 de Setembro de 1342 encontrava-se em Guimarães, entregando aí, e em nome do prior do mosteiro, a Vasco Domingues, almoxarife de Guimarães, 53 morabitos e nove soldos referente à colheita que o mosteiro tinha de dar ao rei pelas suas vindas Aquém-Douro em 1342⁴⁵⁵⁷. A 22 de Outubro de 1358, surge-nos nova referência ao cónego Domingos Domingues, surgindo, juntamente com o cónego Estêvão Anes e o prior da instituição a celebrar uma composição com Pedro Domingues e sua mulher, Maria Peres, com a anuência do filho destes, Martim Peres, sobre a quintã de “Cençom”⁴⁵⁵⁸.

A 10 de Agosto de 1360 “Domingos Dominguez coonigo de Sam Symhom da Junqueira” encontrava-se no mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia onde testemunhou dois emprazamentos aí efectuados⁴⁵⁵⁹. A 14 de Abril de 1361 “Domingos Dominguez Coonigo de Sam Simhom” surge entre as testemunhas de um emprazamento efectuado no mosteiro da Junqueira⁴⁵⁶⁰. No dia 11 de Outubro de 1363 o cónego Domingos Domingues encontrava-se no Porto, nas casas de Afonso Anes Aranha, onde entregou, a Vasco Gil, tesoureiro do rei, 36 libras de dinheiros portugueses referentes à terça parte da colheita que o mosteiro devia ao rei para o ano compreendido entre o S. João Baptista de 1362 e o de 1363⁴⁵⁶¹.

Domingos Martins – Provável cónego de S. Simão da Junqueira. A 27 de Novembro de 1341 “Domingos Martinz coonigo” e Domingos Pais de Cunha surgem como juizes alvitros numa contenda que opunha Estêvão Domingues, abade de Santo André de Parada, a Martim Anes e sua mulher, Senhorinha Lourença, por causa das águas da enxurrada que o abade se queixava que eles encaminhavam para a seara da igreja de Parada⁴⁵⁶². Apesar de não aparecer aí identificada a instituição a que pertencia este cónego parece-nos bastante plausível estarmos perante um religioso de S. Simão da Junqueira, contribuindo para este raciocínio duas premissas, por um lado o facto de o

⁴⁵⁵⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.112vº-113.

⁴⁵⁵⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 100vº-101.

⁴⁵⁵⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 100vº-101vº. Nesse mesmo dia o cónego é empossado por Domingos Pais de S. Tomé nesse casal de Vila Nova, em que vivia Lourenço Peres (IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 101vº-102).

⁴⁵⁵⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 104vº.

⁴⁵⁵⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 121vº-122vº.

⁴⁵⁵⁹ - IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia, M. 11, Doc.41; M. 12, Doc.1.

⁴⁵⁶⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.126-126vº.

⁴⁵⁶¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 118vº-119.

⁴⁵⁶² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.117vº-118.

abade de Parada ser também cónego regrante de S. Simão e por outro, embora talvez menos relevante, o facto de o instrumento em causa ter sido feito em S. Simão da Junqueira.

Lourenço Anes – Provável cónego de S. Simão da Junqueira. Entre as testemunhas de um instrumento lavrado, a 27 de Novembro de 1341, em S. Simão da Junqueira, surge “Lourenço Annes clerigo de Sam Simhom”⁴⁵⁶³.

Estêvão Anes – Cónego de S. Simão da Junqueira e provável prior. A 29 de Novembro de 1355, o cónego Estêvão Anes é, juntamente com Martim Domingues, abade da igreja de Paradela, constituído procurador do mosteiro⁴⁵⁶⁴. Por força dessa procuração vamos encontrar “Steve Annes Coonigo Regrante do Moesteiro de Sam Simhom dantre Ave e Este da Ordem de Santo Agostinho do Arcebispado de Bragaa e Procurador dos Religiozos Apariço Perez Priol e do Convento do dito Moesteiro”, a 27 de Abril de 1356, na igreja Catedral de Braga, a cuidar de um emprazamento do mosteiro⁴⁵⁶⁵. A 22 de Outubro de 1358 o cónego “Stevam Annes” juntamente com o cónego Domingos Domingues, e o prior do mosteiro da Junqueira estabelecem uma composição com Pedro Domingues e sua mulher, Maria Peres, com a anuência do filho destes, Martim Peres, sobre a quintã de “Cençom”⁴⁵⁶⁶. A 26 de Abril de 1363 “Steve Annes frade do dito Moesteiro” encontrava-se no mosteiro de Rates, onde, em nome do prior, entregou a Estêvão Peres de Abreu, escudeiro do Infante D. Fernando e recebedor das suas colheitas Entre Douro e Minho, 13 morabitinos e a terça de dinheiros portugueses respeitante à colheita a que o Infante tinha a receber por ter vindo Aquém-Douro nesse ano de 1363⁴⁵⁶⁷. A 9 de Maio de 1367 “Steve Annes frade de Sam Simhom” surge entre as testemunhas de um instrumento de escambo lavrado no mosteiro da Junqueira⁴⁵⁶⁸. Trata-se certamente do futuro prior da comunidade.

Estêvão Domingues – Cónego de S. Simão da Junqueira e futuro prior. A 13 de Junho de 1368 já deveria integrar a comunidade uma vez que entre as testemunhas de um instrumento de escambo lavrado nesse dia, no mosteiro da Junqueira, surge um João Domingues mancebo de “Stevam Domingiz Frade”⁴⁵⁶⁹. A 6 de Março de 1375 o prior D. Estêvão Anes e o convento de S. Simão da Junqueira estabelecem por seus certos e avondosos procuradores “Stevam Domingez abbade de Ferreiroo e Martim Fernandez nosos companhoes” para que estes os representem nas mais diversas situações⁴⁵⁷⁰. Significa isto que por esta altura o cónego já tinha a seu cargo a paróquia de Santa Marinha de Ferreiró. É na qualidade de representante do mosteiro que Estêvão Domingues surge em Braga, nos paços do arcebispo, a 14 de Maio de 1376, onde Lourenço Pais, vigário geral do arcebispo de Braga, valida o escambo feito entre o mosteiro da Junqueira e o escudeiro Estêvão Ferreira⁴⁵⁷¹. A 21 de Outubro de 1376 Estêvão Domingues, juntamente com o cónego Martim Fernandes, acompanha Estêvão Anes, prior do mosteiro, a Rates, que perante o tabelião Gonçalo Anes, e Afonso

⁴⁵⁶³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.117vº-118.

⁴⁵⁶⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.124-125. Surge aí identificado como “Steve Annes nosso Companhom Coonigo do dito Moesteiro”.

⁴⁵⁶⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.124-125vº.

⁴⁵⁶⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 121vº-122vº.

⁴⁵⁶⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 120-120vº.

⁴⁵⁶⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 125-125vº.

⁴⁵⁶⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 120vº-121vº.

⁴⁵⁷⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 126vº-127vº.

⁴⁵⁷¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 125vº-128vº.

Martins juiz de Faria, solicita o traslado de uma carta, surgindo os cónegos referenciados entre as testemunhas desse instrumento⁴⁵⁷². A 8 de Junho de 1382 “Stevam Dominguz coonigo do Moesteiro de Sam Simhom”, desloca-se a Rates, na qualidade de procurador do prior Estêvão Anes, onde pede ao juiz de Faria o traslado de uma sentença⁴⁵⁷³. Trata-se do futuro prior do mosteiro.

Martim Fernandes – Cónego de S. Simão da Junqueira. A 6 de Março de 1375 o cónego Martim Fernandes já integrava a comunidade monástica da Junqueira, dia em que o prior D. Estêvão Anes e o convento do mosteiro o constituem, juntamente com o cónego Estêvão Domingues, procurador da instituição⁴⁵⁷⁴. A 29 de Abril de 1375 “Martim Fernandez frade do dito Moesteiro” encontrava-se em Guimarães, onde deverá ter acompanhado o escudeiro Estêvão Ferreira, que em nome do prior da Junqueira, entregou a João Gil, almoxarife por el rei em Guimarães e Ponte de Lima, 44 maravedis velhos referentes a três meias colheitas que o prior devia ao rei D. Fernando respeitantes às três vezes que ele passou Aquém-Douro desde que era rei⁴⁵⁷⁵. A 21 de Outubro de 1376 Martim Fernandes surge novamente identificado como cónego do mosteiro de S. Simão, surgindo entre as testemunhas de um instrumento lavrado em Rates⁴⁵⁷⁶. A 15 de Outubro de 1378 “Martim Fernandez procurador conigo do dito Moesteiro” é empossado no casal do Rodelo pelo escudeiro Estêvão Ferreira, em representação do escudeiro Nuno Gonçalves Camelo e de sua mulher, Inês Peres, moradores em Azóia, termo de Lisboa, que tinham escambado este casal com o prior e mosteiro da Junqueira⁴⁵⁷⁷. A 15 de Setembro de 1386 “Martim Fernandez conigo” encontra-se em Chantada onde acompanhou o prior D. Estêvão Domingues que aí foi tomar posse da quintã que o mosteiro permutou, nesse mesmo dia, com o mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde⁴⁵⁷⁸.

Mateus Martins - Cónego de S. Simão da Junqueira. A 6 de Março de 1375 surge identificado como frade do mosteiro, constando o seu nome entre as testemunhas de uma procuração elaborada no cenóbio da Junqueira e pela qual o prior D. Estêvão Anes e o convento estabeleceram como seus procuradores os cónegos Estêvão Domingues e Martim Fernandes⁴⁵⁷⁹. A 22 de Maio de 1383 o prior D. Estêvão Domingues institui “Matheus Martinz coonigo do dito Moesteiro”, juntamente com Rui Ferreira, sobrinho do prior, como seus legítimos procuradores com poderes para tratar também de assuntos relativos ao mosteiro⁴⁵⁸⁰.

Gonçalo Fernandes – Cónego de S. Simão da Junqueira. A 23 de Julho de 1385 “Gonçalo Fernandez frade do dito Moesteiro”, em representação do prior Estêvão Domingues, entregou a Vasco Gonçalves, procurador e homem do escudeiro Pedro Lourenço de Távora, reposteiro mor do rei, a quem D. João, por carta dada em Guimarães, a 9 de Maio de 1385, concedeu todas as rendas das colheitas de Entre Douro e Minho desse ano, 36 libras de reais de Portugal referente à vinda de D. João aquém

⁴⁵⁷² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.106.

⁴⁵⁷³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.107vº-108.

⁴⁵⁷⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 126vº-127vº.

⁴⁵⁷⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 124.

⁴⁵⁷⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.106.

⁴⁵⁷⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 128vº-130vº.

⁴⁵⁷⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 133vº-134.

⁴⁵⁷⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 126vº-127vº.

⁴⁵⁸⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 130vº-132.

Douro⁴⁵⁸¹. A 26 de Fevereiro de 1399 Gonçalo Fernandes foi constituído procurador do mosteiro de S. Simão da Junqueira⁴⁵⁸². É justamente em representação do mosteiro que a 26 de Março de 1400 se encontra em Braga, nos paços do arcebispo, onde é avalizado um escambo entre os mosteiros de Pombeiro e Junqueira⁴⁵⁸³.

João Domingues – Provável Cónego de S. Simão da Junqueira. A 15 de Setembro de 1386 “Joham Dominges frade” encontra-se entre as testemunhas de um instrumento de escambo efectuado no mosteiro de S. Simão, referente a uma troca de propriedades entre o mosteiro da Junqueira e o de Santa Clara de Vila do Conde⁴⁵⁸⁴.

Gonçalo Esteves – Cónego de S. Simão da Junqueira. A 12 de Setembro de 1396 “Gonçale Stevez conigo do Mosteiro” surge entre as testemunhas de um instrumento lavrado em Rates, local onde acompanhou o prior do mosteiro, D. Estêvão Domingues, que compareceu perante Afonso Martins, juiz de Faria⁴⁵⁸⁵.

Mateus Martins - Cónego de S. Simão da Junqueira. A 15 de Julho de 1417 foi-lhe legitimado um filho, de nome João Mateus, fruto da relação deste religioso com Maria Esteves, mulher solteira à altura do nascimento da criança⁴⁵⁸⁶. A 15 de Setembro de 1427 “Matheus Martinz e Afonso Annes Coonigos Regrantes do dito Moesteiro” fazem uma composição com o prior D. Gonçalo Fernandes do mosteiro tendo em vista o aumento das rendas da mesa conventual e das rações a distribuir aos cónegos em virtude das dificuldades que sentiam face à diminuição das rendas da mesa conventual⁴⁵⁸⁷.

João Afonso – Provável cónego de S. Simão da Junqueira. A 6 de Setembro de 1420 “Joham Afonso creligo de Sam Simom” surge entre as testemunhas de um instrumento feito em Barcelos, junto ao alpendre da igreja, respeitante a um privilégio de isenção de talha que os caseiros do mosteiro de São Simão da Junqueira tinham, e que não estava a ser cumprido levando o prior da instituição a comparecer perante o juiz de Barcelos para que fosse restabelecidos tais direitos⁴⁵⁸⁸. É muito provável que estejamos perante o mesmo indivíduo que aparece identificado como João de Tougues a 15 de Setembro de 1427, e que também surge aí mencionado como clérigo de S. Simão⁴⁵⁸⁹.

Afonso Anes - Cónego de S. Simão da Junqueira. A 15 de Setembro de 1427 Afonso Anes, juntamente com o cónego Mateus Martins, estabelece uma composição com o prior do mosteiro sobre o aumento das rendas da mesa conventual e das rações a distribuir aos cónegos, ficando acordado que estas últimas se distribuiriam pelo acordo estabelecido entre o convento e o prior D. Estêvão Anes⁴⁵⁹⁰. Na sequência do acordo estabelecido com o prior e nesse mesmo dia 15 de Setembro “Afonso Annes Coonigo

⁴⁵⁸¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 132vº-134.

⁴⁵⁸² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 137.

⁴⁵⁸³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quarto, fl. 136vº-138.

⁴⁵⁸⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 132-133.

⁴⁵⁸⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.108.

⁴⁵⁸⁶ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 3, 2006, pp.273-274. O documento refere-se-lhe nestes moldes: “Mateus Martinz conego de Sam Simom da hordem de Sancto Agostinho que he no arcebispado de Bragaa”, não aludindo à Junqueira, facto irrelevante tendo em conta os restantes dados de identificação e que não deixam margem para qualquer dúvida em relação à instituição em causa.

⁴⁵⁸⁷ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.114-116.

⁴⁵⁸⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.122vº-123.

⁴⁵⁸⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.114-116.

⁴⁵⁹⁰ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.114-116.

Regante do Mosteiro de São Simão da Junqueira da dita terra de Faria” desloca-se à aldeia de Moldes, freguesia de S. Miguel dos Arcos, onde em seu nome e no dos restantes cónegos do mosteiro, toma posse do casal do Ribeiro e de todas as suas herdades, casal onde morava Afonso Anes, lavrador e até aí caseiro do mosteiro, que por esse ritual de posse ficou obrigado a pagar as rendas e responder apenas perante os cónegos do mosteiro⁴⁵⁹¹. Ainda a propósito desta composição conhecem-se desenvolvimentos, com o prior da instituição a não cumprir o que foi determinado o que gerou uma contenda entre as partes, sendo o cónego Afonso Anes parte interessada e activa no processo que subirá à Corte Episcopal de Braga, e culminando com sentença favorável ao convento dada a 19 de Fevereiro de 1429⁴⁵⁹².

João de Tougues – Provável cónego de S. Simão da Junqueira. A 15 de Setembro de 1427 “Joham de Tougues crerigo do dito Mosteiro” surge entre as testemunhas de uma composição celebrada entre o prior e o convento de S. Simão da Junqueira a propósito do aumento das rendas da mesa conventual e das rações a distribuir aos cónegos⁴⁵⁹³. Entre as testemunhas deste instrumento encontra-se também Afonso de Tougues, irmão do clérigo⁴⁵⁹⁴.

Como já adiantado anteriormente é de equacionar que estejamos perante o mesmo clérigo que já surge referenciado a 6 de Setembro de 1420, embora aí identificado apenas como João Afonso⁴⁵⁹⁵.

Frei Vasco Afonso - Cónego do mosteiro de S. Simão da Junqueira. A primeira referência que conhecemos ao cónego “Vaasco Affonso” data de 19 de Fevereiro de 1429, dia em que é dada sentença por João Fernandes, bacharel em Degredos, cónego e vigário geral da diocese de Braga pelo arcebispo D. Fernando, na contenda que opunha este e os restantes cónegos do mosteiro ao prior Gonçalo Fernandes por este não cumprir o compromisso estabelecido com o convento a propósito das rendas e rações que os cónegos deveriam receber⁴⁵⁹⁶. A 9 de Setembro de 1451 o arcebispo D. Fernando da Guerra, encontrando-se em Tentúgal, transferiu este cónego de S. Simão da Junqueira para o mosteiro de S. Torcato de Guimarães⁴⁵⁹⁷.

Vasco Martins - Cónego de S. Simão da Junqueira. “Vaasco Martinz” é um dos cónegos que integra o convento de S. Simão da Junqueira no início de 1429 e que se opõe ao prior D. Gonçalo Fernandes por causa do incumprimento de um compromisso assumido entre o prior e o convento a propósito do aumento das rendas da mesa conventual e da atribuição das rações aos cónegos, contenda em que os cónegos vêm ser-lhes dada razão pela Cúria bracarense em sentença de 19 de Fevereiro de 1429⁴⁵⁹⁸.

Vasco Anes - Cónego de S. Simão da Junqueira (?). Filho de João Anes e de sua mulher, Margarida Gonçalves, da freguesia de S. Simão da Junqueira, da diocese de Braga. Recebe ordens menores no dia 21 de Dezembro de 1443, em Braga⁴⁵⁹⁹. Recebe

⁴⁵⁹¹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.116vº-117.

⁴⁵⁹² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.117vº-119.

⁴⁵⁹³ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.114-116.

⁴⁵⁹⁴ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.116.

⁴⁵⁹⁵ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.122vº-123.

⁴⁵⁹⁶ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.117vº-119.

⁴⁵⁹⁷ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.165; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, pp.737, 799.

⁴⁵⁹⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.117vº-119.

⁴⁵⁹⁹ A.D.B. - Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.26.

ordens de Epístola, em Braga, no dia 23 de Dezembro de 1452⁴⁶⁰⁰. Recebe ordens de Evangelho, em Braga, no dia 24 de Fevereiro de 1453⁴⁶⁰¹. Recebe ordens de Missa, em Braga, no dia 17 de Março de 1453⁴⁶⁰².

Estêvão Vasques – Provável cónego de S. Simão da Junqueira. Filho de Vasco Anes e de sua mulher, Maria Afonso, da freguesia de S. Simão da Junqueira. Recebe ordens de Epístola no dia 21 de Dezembro de 1443, em Braga⁴⁶⁰³. Recebe ordens de Missa, em Braga, no dia 19 de Setembro de 1444⁴⁶⁰⁴.

João Nogueira - Cónego regrante do mosteiro de S. Simão da Junqueira da diocese de Braga. Recebe ordens de Epístola no dia 12 de Abril de 1449, em Braga⁴⁶⁰⁵. Recebe ordens de Evangelho, em Braga, no dia 20 de Dezembro de 1449⁴⁶⁰⁶.

João Anes - Provável cónego de S. Simão da Junqueira. Da freguesia de S. Simão da Junqueira, filho de presbítero. Recebe dispensa para obter ordens menores no dia 25 de Fevereiro de 1458, em Braga⁴⁶⁰⁷.

Pedro Afonso - Cónego regrante do mosteiro de S. Simão da Junqueira. Este “coonigo reglante de do moesteiro de Sam Simom da Junqueira” era filho de Afonso Vicente e recebeu ordens menores, em Braga, no dia 18 de Dezembro de 1462⁴⁶⁰⁸.

Pedro Vaz - Cónego regrante do mosteiro de S. Simão da Junqueira, da diocese de Braga. Recebe ordens de Epístola no dia 18 de Dezembro de 1462, em Braga⁴⁶⁰⁹. A 26 de Março de 1463 apresentou-se em Braga para exame a ordens de Evangelho mas não passou⁴⁶¹⁰. De qualquer modo a situação foi superada tendo em conta que este mesmo religioso compareceu novamente em Braga, no dia 4 de Junho de 1463, onde lhe foram atribuídas ordens de Missa⁴⁶¹¹. “Pero Vaaz conego do mosteiro de Sam Simam” foi um dos vedores que consideraram justo e benéfico para o mosteiro, o escambo feito entre o

⁴⁶⁰⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 24, fl.23v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.193.

⁴⁶⁰¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 24, fl.34; Fernandes, Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.198.

⁴⁶⁰² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 24, fl.39v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.201.

⁴⁶⁰³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 4, fl. 3v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.27.

⁴⁶⁰⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.23; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.43.

⁴⁶⁰⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 19, fl. 1v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.112.

⁴⁶⁰⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 21, fl.5; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.124.

⁴⁶⁰⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 1, fl.1; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.313.

⁴⁶⁰⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 8, fl. 26v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.374.

⁴⁶⁰⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 8, fl. 25v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.374.

⁴⁶¹⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 10, fl. 5; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.379.

⁴⁶¹¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 11, fl. 11v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.385.

mosteiro da Junqueira e Aldonça Rodrigues tinha em Vila do Conde, junto ao paço do concelho, e que foi validado por Diego Lourenço, bacharel em Degredos, cónego na Sé de Lamego e vigário geral na Sé de Braga pelo arcebispo D. Luís, a 11 de Dezembro de 1480⁴⁶¹².

João Afonso – Provável cónego do mosteiro de S. Simão da Junqueira. Filho de Afonso Pires e de sua mulher, Maria Luís, moradores na freguesia de S. Simão de Vila do Conde, da diocese de Braga. Recebe ordens de Missa no dia 4 de Junho de 1463, em Braga⁴⁶¹³.

Afonso Rodrigues - Cónego do mosteiro de S. Simão da Junqueira. No dia 28 de Março de 1467, um Sábado, recebeu em Braga, com a respectiva licença do seu prior, as ordens menores⁴⁶¹⁴. A 2 de Abril de 1468 encontrava-se de novo em Braga, onde foi promovido às ordens de Epístola⁴⁶¹⁵. Este *coonigo regrante da Ordem de Sant'Agostinho do mosteiro de Sam Simom da Junqueira* recebeu, na Sé de Braga, a 16 de Abril de 1468, ordens de Evangelho⁴⁶¹⁶. A 11 de Junho desse mesmo ano são-lhe concedidas ordens de Missa⁴⁶¹⁷.

Afonso Pires - Cónego do mosteiro de S. Simão da Junqueira. A 31 de Julho de 1486 “ho devoto Relligioso Afonso Pires Cooniguo do dito Moesteiro” deslocou-se a Vila do Conde, onde, na presença de Luís Gonçalves Farto vigário da diocese de Braga, e na qualidade de representante dos cónegos de S. Simão da Junqueira, escambou com o prior Rodrigo Álvares bens da mesa conventual por outros da abacial ou prioral⁴⁶¹⁸. Através dessa permuta o prior cedeu ao convento um casal que possuía na aldeia de Moldes, freguesia de S. Miguel de Arcos, casal esse que pertencia à igreja de S. Cristóvão, recebendo em troca a parte que os cónegos possuíam num casal junto ao mosteiro, e ainda leiras da Agra da Ascensão e de Barcelaires⁴⁶¹⁹.

Pedro Gonçalves - Cónego do mosteiro de S. Simão da Junqueira. A 25 de Maio de 1515 é identificado como cónego da Junqueira, dia em que os emissários régios aí foram aplicar a taxaço a que o mosteiro tinha sido sujeito para as comendas novas da Ordem de Cristo⁴⁶²⁰.

⁴⁶¹² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Terceiro, fl. 140-141.

⁴⁶¹³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 11, fl. 11; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.384.

⁴⁶¹⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 15, fl. 9vº; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816.

⁴⁶¹⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 17, fl. 7A; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816.

⁴⁶¹⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 18, fl. 15; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p.816.

⁴⁶¹⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 19, fl. 23; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816.

⁴⁶¹⁸ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.131-132vº.

⁴⁶¹⁹ IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Segundo, fl.131-132vº.

⁴⁶²⁰ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.64.

Heitor Álvares - Cónego do mosteiro de S. Simão da Junqueira. Era um dos cónegos que a 25 de Maio de 1515 integrava a comunidade monástica de S. Simão da Junqueira⁴⁶²¹.

Sebastião Vasques - Cónego do mosteiro de S. Simão da Junqueira. A 25 de Maio de 1515 é identificado como cónego de S. Simão da Junqueira, dia em que os emissários régios aí foram aplicar a taxaço a que o mosteiro tinha sido sujeito para as comendas novas da Ordem de Cristo⁴⁶²².

Cónegos cuja cronologia não foi possível estabelecer:

Domingos Gomes II - Cónego de S. Simão da Junqueira. Um obituário de S. Jorge de Coimbra menciona o “obiit Dominicus Gomeci canonicus Saancti Simonis” a 19 de Fevereiro mas sem qualquer referência ao ano do passamento⁴⁶²³. Para o mosteiro de S. Simão da Junqueira já tínhamos identificado um cónego designado Domingos Gomes já presente no convento em finais do século XIII e que viria a alcançar o priorado do mosteiro, por isso dificilmente se tratará do mesmo indivíduo, porque esse seria certamente identificado como prior. Parece-nos por isso estarmos na presença de um homónimo cuja cronologia não conseguimos balizar por falta de elementos objectivos.

2.1.17 - São Torcato de Guimarães (c. Guimarães)

Domingos Domingues – Cónego do mosteiro de São Torcato. Filho do alfaiate Domingos Anes⁴⁶²⁴. A 15 de Janeiro de 1292 este “frade do monesteyro de Sam Torcade” encontrava-se no mosteiro de Arouca, onde serviu de testemunha no testamento de Ouroana Pais⁴⁶²⁵. Não temos quaisquer outras notícias deste religioso, de qualquer forma é muito provável que ainda se mantivesse no mosteiro ao longo dos primeiros anos do séc. XIV. Concorre para este prognóstico o facto de o seu pai ainda ser vivo em 1301⁴⁶²⁶, o que, e partindo do princípio que nada de anormal lhe tenha acontecido, abre grandes perspectivas de Domingos Domingues continuar no mundo térreo e certamente entre a comunidade vimaranense.

Paio Anes – Cónego do mosteiro de S. Torcato e futuro prior da comunidade. A 11 de Setembro de 1293 Durando Anes, prior de S. Torcato e “Pelagium Johannis canonicum eiusdem monasteri”, encontravam-se em Braga, onde, com o patrocínio da cúria bracarense, estabeleceram uma composição amigável com alguns moradores da freguesia de S. Torcato com quem andavam em contenda por causa da água da represa

⁴⁶²¹ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.64.

⁴⁶²² Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.64.

⁴⁶²³ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.38.

⁴⁶²⁴ Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco*, Leiria, Edições Magno, 2003, p.380 (doc.84). Trata-se de um alfaiate de Arouca que aparece referenciado como testemunha num documento feito na vila de Arouca, datado de 3 de Fevereiro de 1292 (cf. Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco*, Leiria, Edições Magno, 2003, p.381 (doc.85).

⁴⁶²⁵ Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco*, Leiria, Edições Magno, 2003, pp. 379-380 (doc.84).

⁴⁶²⁶ De facto “Domingos Eanes alffayate” surge como testemunha num contrato de venda celebrado em Arouca a 3 de Maio de 1301 (cf. Almeida, Dina Carla Ferreira de Sousa de, *O mosteiro cisterciense de Arouca: Comunidade e Património (1300-1317)*, vol. II, pp.25-26 (Doc. 14 do Apêndice Documental).

do Carvalho e do seu rego⁴⁶²⁷. Paio Anes surge aí na qualidade de cónego e procurador do mosteiro. De resto, esta é a única referência documental que conhecemos a Paio Anes na qualidade de cónego, acabando este religioso por alcançar o priorado da instituição no início do século XIV.

João Rodrigues – Cónego do mosteiro de S. Torcato. A 16 de Fevereiro de 1349 André Pais, cónego de Braga e vigário geral do Cabido, por vacância da Sé de Braga, confirma João Rodrigues, cónego do mosteiro de S. Torcato como abade de S. Cosme da Lobeira⁴⁶²⁸. Não podemos afirmar que seja o mesmo João Rodrigues que se mantém à frente desta igreja em 1395⁴⁶²⁹ mas tudo leva a crer que sim, de resto aparece identificado em 1386 como abade de S. Cosme da Lobeira⁴⁶³⁰. Não é de excluir a hipótese de se tratar de um homónimo mas seria de facto muita coincidência a sucessão na mesma igreja de dois indivíduos com o mesmo nome, e provenientes do mesmo mosteiro. É que a 11 de Julho de 1395 surge João Rodrigues, abade de S. Cosme da Lobeira, em representação do arcebispo de Braga, a empossar Martim Anes, cónego regente do mosteiro de São Torcato, como vigário da igreja de S. Romão de Rendufe⁴⁶³¹. Se considerarmos que foram cumpridos todos os pressupostos canónicos no que concerne à ordenação e atribuição dos benefícios eclesiásticos, significa que em 1395 João Rodrigues teria no mínimo setenta anos⁴⁶³², sem dúvida um caso de interessante longevidade.

Estêvão Anes – Cónego e prior crasteiro do mosteiro de São Torcato. Na sua qualidade de prior claustral dirigiu o acto eleitoral que conduziu à eleição de João Martins para prior mor de S. Torcato, a 2 de Novembro de 1362⁴⁶³³. A 2 de Agosto de 1395 ainda é

⁴⁶²⁷ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°53; Faria, João Lopes de, “Arquivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, p.43.

⁴⁶²⁸ Faria, João Lopes de, “Arquivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, pp.31-32. Sobre o cónego Afonso Pais veja-se os dados biográficos compilados em *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*, Lisboa, 2005, pp.234-235, onde de facto se confirma que exerceu as funções de vigário geral em 1349.

⁴⁶²⁹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°183-a.

⁴⁶³⁰ Ferreira, Maria da Conceição Falcão, *Guimarães “Duas Vilas, Um Só Povo”. Estudo De História Urbana (1250-1389)*, Braga, 2010, p.539.

⁴⁶³¹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°183-a. Uma sentença do arcebispo de Braga, datada de 24 de Abril de 1425 confirma que João Rodrigues era cónego do mosteiro de S. Torcato no século XIV, dizendo aí textualmente, a propósito da inquirição sobre a anexação da igreja de S. Cosme da Lobeira que essa igreja estivera anexa ao mosteiro sendo nessa altura prior do mosteiro Lourenço Martins e “Joham Rodriguiz entom coonigo delle” era quem trazia a igreja (cf. AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°224). Naturalmente que estes dados apenas nos confirmam a existência deste cónego de S. Torcato e a sua ligação a S. Cosme da Lobeira, mas dada a aparente longevidade quer do cónego quer do prior não nos permitem cravar informação de modo a fazer uma delimitação cronológica mais concreta.

⁴⁶³² O concílio de Viena (1311-1312) estabelece os 18 anos para as ordens de sub-diaconado, 20 para o diaconado e 25 para ser ordenado presbítero (cf. *Dictionnaire Universel et complet des Conciles...*, Tome Second, Paris, 1847, p.1268) de resto com o Concílio de Trento a idade de 25 anos para a ordenação manter-se-á, com a atribuição de ordens de sub-diaconado e diaconado a subirem, respectivamente, para os 22 e 23 anos (cf. *O Sacrosanto, e Ecumenico Concilio de Trento em Latim, e Portuguez...*, Tomo II, 2ª ed., Lisboa, 1786, pp.186-189). Apesar de esta ser a idade canónica, na diocese de Braga, pelo menos durante o arcebispado de D. Fernando da Guerra, a idade mínima para obter e exercer o sacerdócio eram os 24 anos (cf. Marques, José, Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.922). Deste modo, e admitindo uma conjugação de circunstâncias que tenham permitido a João Rodrigues assumir a igreja de S. Cosme com 24 ou 25 anos, em 1349, a sua idade nunca poderia ser inferior aos 70 anos em 1395.

⁴⁶³³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.143.

referenciado como cónego do mosteiro de S. Torcato, dia em que o prior passa carta de quitação ao cónego Martim Anes, respeitante a diversos pagamentos em géneros e dinheiro⁴⁶³⁴.

Lourenço Gomes – Cónego do mosteiro de São Torcato. Lourenço Gomes é identificado como frade do mosteiro de S. Torcato em instrumento de 2 de Fevereiro de 1349, surgindo entre as testemunhas que presenciaram a entrega, por parte de diversos particulares, dos direitos de padroado que detinham nas igrejas de S. Cosme da Lobeira e S. Romão de Rendufe⁴⁶³⁵. Este religioso ainda integrava a comunidade conventual em 1362, sendo um dos cónegos que no dia 2 de Novembro desse ano participou na eleição de João Martins para prior mor de S. Torcato⁴⁶³⁶.

Martim Anes – Cónego do mosteiro de S. Torcato. Deveria ser natural do Tojal, freguesia de Santa Lucrecia de Sixto, pelo menos a avaliar pelo testamento de Lourenço Anes, morador nesse lugar e irmão de um Martim Anes, a quem faz herdeiro e testamenteiro, e que supomos ser este religioso⁴⁶³⁷. A 2 de Novembro de 1362 participou na eleição de João Martins para prior mor do mosteiro⁴⁶³⁸. A 22 de Maio de 1395 o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente (1374-1397), confirmou o “religiosum Martinum Joahannis canonicum regularum dicti monasteri” de S. Torcato como vigário perpétuo da igreja de S. Romão de Rendufe⁴⁶³⁹, realizando-se o cerimonial de entrega e posse desta igreja no dia 11 de Julho seguinte⁴⁶⁴⁰. Pouco tempo depois, mais concretamente a 2 de Agosto, o prior Lourenço Martins, passou-lhe uma carta de quitação, reconhecendo que este cónego não lhe devia mais nada, no entanto não é aí revelado, em concreto, o que foi saldado⁴⁶⁴¹.

A 30 de Março de 1406 é-lhe legitimado Álvaro Martins, filho nascido de uma relação com Margarida Anes, à altura do nascimento da criança, mulher solteira⁴⁶⁴².

João Martins – Cónego do mosteiro de S. Torcato e futuro prior. A 2 de Novembro de 1362 João Martins, cónego professo de S. Torcato foi eleito para prior mor do mosteiro⁴⁶⁴³.

Bernardo Anes – Cónego do mosteiro de S. Torcato. A primeira indicação que lhe conhecemos data de 19 de Abril de 1392, dia em que “Bernalde Anes coonigo do moesteiro de Sam Torcade como procurador que dizia que era do priol e convento” compareceu perante o tabelião João Anes, a propósito de uma contenda que opunha o

⁴⁶³⁴ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°183-b.

⁴⁶³⁵ Faria, João Lopes de, “Archivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, pp.31-32.

⁴⁶³⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.143.

⁴⁶³⁷ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°183-c. O documento não identifica Martim Anes como cónego de S. Torcato mas tudo indica tratar-se desse mesmo religioso até porque o pergaminho onde se encontra esse texto integra outros dois relacionados com Martim Anes.

⁴⁶³⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.143.

⁴⁶³⁹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°182.

⁴⁶⁴⁰ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°183-a.

⁴⁶⁴¹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°183-b.

⁴⁶⁴² *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo I, 2006, p.185; Viegas, Valentino, *Subsídios para o estudo das Legitimações Joaninas (1383-1412)*, Heuris, 1984, p.102.

⁴⁶⁴³ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.143; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.734. No documento ao fazer-se a elencagem dos religiosos surge aí João Rodrigues, o que deverá ter sido, como observa José Marques, uma falha do redactor do documento (cf. Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.925 (nota 591)).

mosteiro e João Anes, filho de João de Pomares, morador em S. Salvador de Silveiros, por causa de 40 libras respeitantes a direitos sobre os bens que o mosteiro detinha na freguesia de Sixto⁴⁶⁴⁴. A 2 de Agosto de 1395 é novamente referenciado entre a comunidade regrante de S. Torcato⁴⁶⁴⁵. A 7 de Novembro de 1411 este cónego, juntamente com Afonso Martins, também religioso S. Torcato, surge como procurador do mosteiro, apresentando-se no paço de concelho perante Afonso Anes do Castelo, juiz de Guimarães que deu sentença favorável ao mosteiro numa contenda envolvendo direitos de água⁴⁶⁴⁶. Um emprazamento do mosteiro de Souto, feito em Braga, a 25 de Abril de 1413 revela que “Bernalde Annes coonigo regrante do moesteiro de Santorquade e abbade de Sam Romaa de Randufe” foi encarregue pela Sé de Braga para ser o vedor nesse negócio, dando o seu assentimento ao contrato⁴⁶⁴⁷. No início da década de trinta este religioso continuava entre a comunidade de S. Torcato, sendo que a 8 de Fevereiro de 1432 “Bernalde Anes coonigo do dicto moesteiro” era capelão da igreja de S. Cosme da Lobeira⁴⁶⁴⁸.

Afonso Martins – Cónego e prior claustral do mosteiro de S. Torcato. “Affonso Martinz” é um dos quatro cónegos do mosteiro de S. Torcato identificados num instrumento de quitação datado de 2 de Agosto de 1395⁴⁶⁴⁹. A 16 de Julho de 1403 é proferida sentença favorável ao mosteiro de S. Torcato a propósito dos direitos que este detinha sobre a água do rio Selho para regar as suas terras, cujo caudal e correnteza eram perturbados pela construção de moinhos e represas a montante, acção essa interposta por Afonso Martins, prior claustral do mosteiro de S. Torcato, por na altura não haver prior mor⁴⁶⁵⁰. A 7 de Novembro de 1411 este cónego, juntamente com Bernardo Anes surge como procurador do mosteiro⁴⁶⁵¹.

João Anes – Cónego do mosteiro de São Torcato e futuro prior. A primeira referência que confirma a sua ligação ao mosteiro vimaranense é de 21 de Maio de 1397, dia em que se encontrava em Guimarães, onde testemunhou a composição amigável feita entre o prior e o mosteiro de Souto e Afonso Domingues, sapateiro de Guimarães, a propósito de umas casas que ambos disputavam nessa vila⁴⁶⁵². Este documento, no entanto, não nos permite identificar as funções que este religiosos ocupava na comunidade torcatense por essa altura, de qualquer modo é admissível que fosse o prior claustral, até porque no início da centúria de quatrocentos atingiria o priorado do mosteiro, sendo eleito pelos seus cónegos, datando de 17 de Novembro de 1403 o consentimento de D. João I a essa eleição, privilégio que lhe assistia na qualidade de detentor do padroado do mosteiro⁴⁶⁵³.

⁴⁶⁴⁴ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°250.

⁴⁶⁴⁵ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°183-b.

⁴⁶⁴⁶ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°199.

⁴⁶⁴⁷ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.151.

⁴⁶⁴⁸ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°251.

⁴⁶⁴⁹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°183-b.

⁴⁶⁵⁰ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°264; Faria, João Lopes de, “Archivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, p.41.

⁴⁶⁵¹ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°199; Faria, João Lopes de, “Archivo da Colegiada de Guimarães – Tombo dos Coutos”, in *Revista de Guimarães*, Vol.30, 1913, p.42. No sumário de João Lopes de Faria aparece “14 de Novembro da era de 1449”, ou seja 1411 do ano de Cristo, no entanto a leitura que fizemos do dia foi 7 e não 14, e como não tivemos ainda oportunidade de voltar a confrontar o original para esclarecer a dúvida, fica aqui a chamada de atenção, admitindo desde já a eventual falha.

⁴⁶⁵² Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.66-67.

⁴⁶⁵³ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo 3, 2005, p.296.

Gil Esteves – Provável cónego do mosteiro de S. Torcato. A 11 de Agosto de 1419 Gil Esteves era abade de S. Cosme da Lobeira⁴⁶⁵⁴, igreja para a qual tinha sido apresentado pelo prior e convento de S. Torcato, sendo certo que a 24 de Abril de 1425 “Gill Estevez que era della pestumeiro abbade e reitor” já tinha falecido⁴⁶⁵⁵.

Álvaro Martins – Cónego do mosteiro de S. Torcato e seu futuro prior. A 22 de Janeiro de 1424 o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, confirmou a “Alvaro Martinz coonigo reglante do moesteiro de San Torcade da hordem de Sancto Agostinho o dicto moesteiro”⁴⁶⁵⁶.

João Anes Albernaz – Provável cónego do mosteiro de S. Torcato. A 24 de Janeiro de 1425 o arcebispo D. Fernando confirmou “Johanne Annes Alvernaz clerigo d’ordeens meiores” como abade da igreja de S. Cosme da Lobeira por apresentação do prior e convento de S. Torcato⁴⁶⁵⁷. Não encontramos nenhum documento que confirme que se trata de facto de um cónego desta comunidade regrante mas o facto de ser apresentado pelo mosteiro e sendo a regra a apresentação de religiosos da comunidade é uma possibilidade a ter em conta. A obstar a essa hipótese há o facto de se dizer ao arcebispo que a igreja estava anexa ao mosteiro, pelo que foram mandadas tirar inquirições, apurando-se que assim era, só que entretanto como o clérigo João Anes já tinha sido confirmado a igreja só voltaria a adquirir o estatuto que possuía anteriormente quando vagasse, o que faz pressupor que não tenha sido apresentado pelo mosteiro⁴⁶⁵⁸.

Vasco Afonso – Cónego do mosteiro de S. Torcato e futuro prior de Freixo. A 26 de Abril de 1419 já aparece identificado como prior de S. Salvador de Freixo⁴⁶⁵⁹ mas uma súplica datada de 29 de Janeiro de 1425 revela que Vasco Afonso tinha sido cónego do mosteiro de S. Torcato, altura em que obteve a comenda de S. Martinho de Rio de Moinhos por um período de dez anos, data que estava prestes a expirar, surgindo Vicente Peres, clérigo de Lisboa a solicitar o benefício⁴⁶⁶⁰. À luz dos documentos pode-se afirmar que Vasco Afonso abandonou a canónica torcatense numa data situada entre 1415 e 1419, uma vez que nesta última já era titular do priorado de Freixo⁴⁶⁶¹.

Diogo Pires - Cónego do mosteiro de São Torcato. Recebe ordens de Evangelho no dia 8 de Abril de 1447, em Braga⁴⁶⁶². No dia 3 de Junho de 1447 são-lhe conferidas ordens de Missa, novamente em Braga⁴⁶⁶³.

⁴⁶⁵⁴ Costa, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*, Vol. II, 1959, pp.478-479 (doc.123); Oliveira, A. Lopes de, *Fafe e o seu concelho*, Edição da Câmara Municipal de Fafe, pp.29-30.

⁴⁶⁵⁵ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°224.

⁴⁶⁵⁶ A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.1.

⁴⁶⁵⁷ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°224.

⁴⁶⁵⁸ AMAP – Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, Pergaminhos, N°224.

⁴⁶⁵⁹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2 (Súplicas do pontificado de Martinho V), Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, Braga, Livraria Editorial Franciscana, 1982, pp. 165-166.

⁴⁶⁶⁰ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.13.

⁴⁶⁶¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 165-166.

⁴⁶⁶² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 14, fl.2; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.90.

⁴⁶⁶³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 15, fl.3v.º; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.95.

Pedro Vaz – Provável cónego do mosteiro de São Torcato. Filho de Lourenço Vaz e de sua mulher, Violante Vaz, moradores na freguesia de S. Torcato de Guimarães, da diocese de Braga. Recebe ordens menores no dia 12 de Junho de 1462, em Braga⁴⁶⁶⁴. Essa eventual ligação ao mosteiro baseia-se apenas no factor da proximidade geográfica, de qualquer modo são muito diminutas as possibilidades de este indivíduo pertencer a esta casa monástica uma vez que nesta altura já não haveria religiosos em S.Torcato.

Cónegos cuja cronologia não foi possível precisar:

João Martins II – Cónego do mosteiro de S. Torcato. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Johannes Martini canonici Torcaty” a 28 de Abril mas sem qualquer indicação ao ano do óbito⁴⁶⁶⁵. Dificilmente se tratará do cónego João Martins, professo do mosteiro de S. Torcato que foi eleito, a 2 de Novembro de 1362, prior mor do mosteiro⁴⁶⁶⁶, porque nesse caso seria certamente indicado como prior.

⁴⁶⁶⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 8, fl.20v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas dos Ordinandos da Mitra de Braga (1430-1588)*, Tomo I, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, 2002, p.369.

⁴⁶⁶⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.69.

⁴⁶⁶⁶ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, p.143; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.734.

2.2. Diocese de Lamego

2.2.1. - Santa Maria de Cárquere (c. Resende)

Domingos Martins(?) – Cónego regrante do mosteiro de Cárquere. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Dominicus Martini(?) canonicus de Carcary” a 5 de Junho de 1306⁴⁶⁶⁷.

Pedro Durão – Cónego regrante do mosteiro de Cárquere e seu prior claustral. “Pero Duron prior crostreyro do monesteyro de Carquery”⁴⁶⁶⁸ surge, juntamente com o restante convento do mosteiro de Cárquere, a estabelecer como procurador da instituição, por instrumentos de 1 e 7 de Outubro de 1305, o prior D. Gonçalo Esteves como seu representante perante o bispo e os vigários de Lamego na questão que opunha o mosteiro a alguns naturais, padroeiros e fregueses da igreja de Santa Maria de Freigil por causa dos direitos de padroado dessa igreja⁴⁶⁶⁹.

Pedro Anes – Cónego regrante do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. Surge identificado como cónego do mosteiro de Cárquere entre as testemunhas de uma procuração lavrada nesse mosteiro a 1 de Outubro de 1305 e pela qual o prior claustral e o convento de Cárquere nomeavam seu procurador o prior mor da instituição para os representar na contenda que o mosteiro tinha com alguns fregueses e naturais da igreja de Santa Maria de Freigil por causa dos direitos de padroado⁴⁶⁷⁰.

Martim Domingues – Cónego regrante do mosteiro de Cárquere. Aparece identificado como cónego do mosteiro de Cárquere a 1 de Outubro de 1305⁴⁶⁷¹. Um Obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Martinus Dominici canonicus de Carcary” a 17 de Janeiro, mas sem especificação do ano do óbito⁴⁶⁷².

Bartolomeu Pais – Cónego regrante do mosteiro de Cárquere. “Bartolomeu Pays” aparece identificado como cónego do mosteiro de Cárquere entre as testemunhas de uma procuração lavrada nesse mosteiro a 7 de Outubro de 1305⁴⁶⁷³. Cerca de 17 anos depois ainda se mantinha na instituição uma vez que a 22 de Agosto de 1322 “Bartholomeus Pelagii canonicus monasterii de Carcari diocesis Lamacensis” encontrava-se em Coimbra, tendo servido de testemunha, no átrio da igreja de São Tiago, ao traslado de cláusulas do testamento de D. Pedro Martins, chantre da Sé de Coimbra, disposições essas respeitantes ao mosteiro de Celas⁴⁶⁷⁴.

⁴⁶⁶⁷ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.20.

⁴⁶⁶⁸ Saraiva, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Edições Magno, 2003, p.494 (doc.32f).

⁴⁶⁶⁹ Saraiva, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego...*, 2003, pp.489-490; 494-495 (docs. 32a;32f).

⁴⁶⁷⁰ Saraiva, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego...*, 2003, p.490 (doc.32a).

⁴⁶⁷¹ Saraiva, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego...*, 2003, p.490 (doc.32a).

⁴⁶⁷² BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.34.

⁴⁶⁷³ Saraiva, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego...*, 2003, p.495 (doc.32f). Este Bartolomeu Pais é certamente o mesmo religioso de Cárquere que surge identificado como “Bartolomeu Peres” em instrumento datado de 1 de Outubro de 1305 (cf. Saraiva, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego...*, 2003, p.490 (doc.32a).

⁴⁶⁷⁴ Morujão, Maria do Rosário Barbosa, *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (século XIII a XV)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001, p.417 (doc.170).

Pedro Domingues – Cónego regrante do mosteiro de Cárquere. “Pero Domingues coonigo de Carquery”⁴⁶⁷⁵ aparece, a 29 de Setembro de 1305, a servir de emissário do bispo de Lamego, D. Afonso, dando conhecimento a vários indivíduos que eram naturais e padroeiros da igreja de Freigil para que estes, num prazo de 4 dias, respondessem sobre os direitos de padroado dessa igreja, uma vez que eram acusados pelo prior do mosteiro de Cárquere de embargarem e interferirem com os direitos de padroado que o mosteiro aí detinha⁴⁶⁷⁶. “Petro Dominici canonicus de Carcary” faleceu a 18 de Janeiro como revela um Obituário de S. Jorge de Coimbra, sem que conste aí o ano em que ocorreu o óbito⁴⁶⁷⁷.

Domingos Peres – Cónego regrante do mosteiro de Cárquere e provável prior claustral. Surge identificado como cónego do mosteiro de Cárquere entre as testemunhas de uma procuração lavrada nesse mosteiro a 7 de Outubro de 1305 e pela qual o prior claustral e o convento de Cárquere confirmavam como seu procurador o prior D. Gonçalo Esteves para que este os continuasse a representar na disputa em que o mosteiro se envolvia com alguns naturais e padroeiros da igreja de Santa Maria de Freigil por causa dos direitos de padroado⁴⁶⁷⁸. Não excluindo a possibilidade de estarmos perante um homónimo, é muito provável que este Domingos Peres tenha alcançado o cargo de prior claustral como confirma um Obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra que indica o falecimento de “Dominicus Petri prior craustrari Sancte Marie de Carcary” a 15 de Janeiro, mas sem indicação do ano⁴⁶⁷⁹.

Afonso Anes – Cónego regrante do mosteiro de Cárquere. A 22 de Novembro de 1378 já era cónego regrante do mosteiro de Santa Maria de Cárquere⁴⁶⁸⁰. A 15 de Maio de 1383 “Afonso Annes coonigo de Carcare” encontrava-se na cidade do Porto testemunhando um instrumento referente ao mosteiro de Grijó, aí representado pelo seu prior, D. Gonçalo, que vira bens penhorados por causa de uma suposta dívida de trezentas libras de dízima ao rei⁴⁶⁸¹. No final do séc. XIV ainda se mantinha entre a comunidade trazendo “Affonso Eannes conego de Carquere” emprazado do mosteiro de Ancede o casal de Bafoeiras, em Aregos⁴⁶⁸².

Gonçalo Gonçalves – Cónego regrante do mosteiro de Cárquere. A 29 de Novembro de 1378 já é mencionado como cónego de “Sancte Marie Carcarensis ordinis sancti Augustini diocesis Lamecensis”⁴⁶⁸³.

Gonçalo Peres – Cónego regrante do mosteiro de Cárquere. Identificado como cónego regrante de Cárquere em súplica dirigida ao papa Clemente VII, de 29 de Novembro de 1378⁴⁶⁸⁴. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Goncalvus

⁴⁶⁷⁵ Saraiva, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego...*, 2003, pp.490-491 (docs.32b,32c).

⁴⁶⁷⁶ Saraiva, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego...*, 2003, pp.490-492 (docs.32b-32d).

⁴⁶⁷⁷ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.34.

⁴⁶⁷⁸ Saraiva, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego...*, 2003, p.495 (doc.32f).

⁴⁶⁷⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.33vº.

⁴⁶⁸⁰ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II (Súplicas dos pontificados dos papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do papa de Roma Bonifácio IX), Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, Braga, Livraria Editorial Franciscana, 1970, p.56.

⁴⁶⁸¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 46, fls.16vº-19.

⁴⁶⁸² *Tombo do mosteiro de Ancede*, fls. 17,26, 2003, pp.259, 283.

⁴⁶⁸³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.76.

⁴⁶⁸⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.74.

Petri” a 28 de Janeiro, mas sem qualquer indicação do ano⁴⁶⁸⁵. Já um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Gonsalvus Petri canonicus monasterii de Carcari” mas a 25 de Setembro também sem menção ao ano do óbito⁴⁶⁸⁶.

Vasco Peres – Cónego regente do mosteiro de Cárquere. Já se encontrava nesta casa monástica a 29 de Novembro de 1378⁴⁶⁸⁷. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Valascus Petri canonicus monasterii de Carcarii” a 27 de Setembro mas sem indicação do ano do óbito⁴⁶⁸⁸.

João Fernandes – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. Com a devida licença do seu prior recebe ordens de Epístola a 8 de Abril de 1451, em Braga⁴⁶⁸⁹. No ano seguinte, mais concretamente a 23 de Setembro de 1452, são-lhe concedidas ordens de Evangelho, também em Braga, surgindo aí referenciado como cónego regente⁴⁶⁹⁰. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Joanes Fernandy canonicus de Sancta Maria de Quarquere” a 31 de Março, mas sem qualquer indicação do ano⁴⁶⁹¹. Não sabemos se este registo se refere a este religioso ou a um outro cónego de Cárquere, seu homónimo e contemporâneo, de qualquer modo como esse aparece a receber ordens menores numa data posterior, partimos do princípio que estamos perante indivíduos diferentes, mas tratando-se de contemporâneos e sem a existência de qualquer diferença de tratamento é impossível sabermos o que é respeitante a cada um deles.

João Fernandes II – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. Com licença de seu maior recebe ordens menores a 4 de Março de 1452, em Braga⁴⁶⁹². “Joham Fernandez” surge, juntamente com o cónego Gonçalo Fernandes, entre as testemunhas de um emprazamento efectuado no mosteiro, a 28 de Agosto de 1463, referente ao lugar do Carvalho, sito em Freixieiro⁴⁶⁹³. A 6 de Fevereiro de 1473 aparece a testemunhar um outro contrato de emprazamento, lavrado no mosteiro de Cárquere, apondo-lhe, inclusivamente, a sua assinatura⁴⁶⁹⁴. No dia 15 de Março de 1476 encontra-se entre as testemunhas de um emprazamento efectuado pelo mosteiro, em três vidas, respeitante ao casal de Cima de Vila e ao casal do Casalinho, colocando aí mais uma vez a sua assinatura⁴⁶⁹⁵. A 8 de Abril de 1476 surge novamente identificado como cónego de Cárquere testemunhando um emprazamento que o mosteiro faz do lugar da Revoira, a João Gonçalves e a Branca Gonçalves, sua mulher, moradores em Revoira, concelho de Resende, e a um filho ou filha destes, ou pessoa a nomear⁴⁶⁹⁶. A 29 de Dezembro de 1479 “Joham Fernandez” testemunha um emprazamento, em três vidas, efectuado na

⁴⁶⁸⁵ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.35.

⁴⁶⁸⁶ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.146.

⁴⁶⁸⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.76.

⁴⁶⁸⁸ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.147.

⁴⁶⁸⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.30v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.159.

⁴⁶⁹⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 24, fl.21; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.190.

⁴⁶⁹¹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.12.

⁴⁶⁹² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 23, fl.1v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.179.

⁴⁶⁹³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º59.

⁴⁶⁹⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º64.

⁴⁶⁹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º66.

⁴⁶⁹⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º65.

enfermaria do mosteiro, constando aí, inclusivamente, a sua assinatura⁴⁶⁹⁷. A 15 de Agosto de 1481, 10 de Agosto de 1482, 10 de Fevereiro de 1483, 10 de Junho de 1483, Janeiro de 1484, 16 de Outubro de 1484, 31 de Março de 1487 e 24 de Agosto de 1491 o cónego João Fernandes aparece novamente arrolado entre as testemunhas de instrumentos de emprazamento efectuados no mosteiro⁴⁶⁹⁸. Como vimos há um assento num Obituário de S. Jorge de Coimbra referente ao cónego João Fernandes, em que adianta o dia 31 de Março como o do seu óbito⁴⁶⁹⁹, mas tanto poderá ser deste religioso como do seu homónimo.

Álvaro Afonso – Prior claustral do mosteiro de Cárquere. Além de prior crasteiro do mosteiro de Cárquere era também abade da igreja de Alvarenga, do bispado de Lamego, sendo-lhe passada, a 16 de Março de 1453, em Évora, carta de legitimação de Maria Álvares, sua filha, casada com Lopo Folgado, trombeta do rei⁴⁷⁰⁰.

Gonçalo Fernandes – Cónego regrante do mosteiro de Cárquere e capelão do mosteiro. Com a respectiva autorização do seu prior recebe ordens menores a 17 de Março de 1454, em Tibães⁴⁷⁰¹. Gonçalo Fernandes surge, juntamente com o cónego João Fernandes, a testemunhar um emprazamento efectuado no mosteiro, a 28 de Agosto de 1463⁴⁷⁰². A 6 de Fevereiro de 1473 este cónego redige um contrato de emprazamento pelo qual o mosteiro empra a Álvaro Álvares, morador em Nespereira Alta, concelho de Lafões e à sua mulher, Leonor Gonçalves e a um filho destes, a nomear, os casais que o mosteiro tem na aldeia de Vila Franca, constando aí que “Gonçallo Fernandiz quonigo no dicto mosteiro que per mandado e outorgamento dos sobredytos este prazo escrevy he aquy meu sinal fiz que tal he”⁴⁷⁰³. O instrumento além de ser assinado por Gonçalo Fernandes, é-o também pela restante comunidade⁴⁷⁰⁴, o que permite ter uma ideia do nível cultural dos religiosos desta instituição e sobretudo deste cónego. Continua a ser referenciado como cónego de Cárquere ao longo de 1476 surgindo entre as testemunhas de instrumentos elaborados no mosteiro, nomeadamente a 15 de Março de 1476⁴⁷⁰⁵ e 8 de Abril de 1476⁴⁷⁰⁶, colocando, inclusivamente, no primeiro a sua assinatura. A 29 de Dezembro de 1479 aparece novamente referenciado entre as testemunhas de um emprazamento, em três vidas, efectuado na enfermaria do mosteiro, a João Anes e a Branca Anes, moradores em Argemil, e a uma terceira pessoa a nomear, posteriormente, por eles, assinando esse mesmo contrato⁴⁷⁰⁷. A 15 de Agosto de 1481 é da lavra do punho de “Gonçallo Fernandez conigo e notayro do dicto moesteyro” um instrumento de emprazamento, em três vidas, referente à Póvoa do Eixido, da aldeia de Vilar, concelho de Alvarenga⁴⁷⁰⁸, o mesmo sucedendo com contratos feitos no mosteiro de Cárquere a 10 de Agosto de 1482, 10 de Fevereiro de 1483, 10 de Junho de 1483,

⁴⁶⁹⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°68.

⁴⁶⁹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, Ns.72, 73, 74, 75, 76, 77, 80.

⁴⁶⁹⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.12.

⁴⁷⁰⁰ IAN/TT- Legitimações, Livro 2, fl.32; Teixeira, Sónia Maria de Sousa Amorim, *A vida privada entre Douro e Tejo: estudo das legitimações: 1433-1521*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FLUP, 1996, p.232.

⁴⁷⁰¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 28, fl.7v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.215.

⁴⁷⁰² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°59.

⁴⁷⁰³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°64.

⁴⁷⁰⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°64.

⁴⁷⁰⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°66.

⁴⁷⁰⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°65.

⁴⁷⁰⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°68.

⁴⁷⁰⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°70.

Janeiro de 1484 e 16 de Outubro de 1484⁴⁷⁰⁹. A 31 de Março de 1487 continua a ser identificado como cónego do mosteiro, encontrando-se neste caso específico entre as testemunhas de um empraçamento aí efectuado⁴⁷¹⁰. A presença deste cónego entre a comunidade é atestada ao longo da década de noventa, de forma mais intensa até 1497 através de instrumentos datados de 1 Junho de 1491⁴⁷¹¹, 5 de Janeiro de 1493⁴⁷¹², 6 de Março de 1494⁴⁷¹³, 16 de Fevereiro de 1495⁴⁷¹⁴, 31 de Julho de 1496⁴⁷¹⁵, 21 de Novembro de 1496⁴⁷¹⁶, 22 de Janeiro de 1497⁴⁷¹⁷, 27 de Janeiro de 1497⁴⁷¹⁸ e 10 de Março de 1497⁴⁷¹⁹. Nesta última data “Gonçallo Fernandez coneguo do dicto moesteiro” é referenciado entre as testemunhas do empraçamento que o prior e o convento de Cárquere fizeram da quinta de Vale Melhorado, situada no concelho de Ferreiros, a Gonçalo Anes, clérigo de missa, morador em Lavandeira, quinta que trazia o escudeiro João Coelho e a sua mulher Isabel Soares, que nesse dia renunciaram ao empraçamento⁴⁷²⁰. A partir desta altura as indicações a este Gonçalo Fernandes começam a ser mais esporádicas, mas é mencionado em instrumento de 6 de Agosto de 1498⁴⁷²¹, aparecendo “Gonçallo Fernandez” novamente identificado como cónego do mosteiro a 18 de Setembro de 1499⁴⁷²² e 15 de Janeiro de 1500⁴⁷²³. A 12 de Novembro de 1501 aparece a atestar a validade de um empraçamento dizendo: “Gonçalo Fernandiz conigo e capelam do moesteiro de Carquere digo que verdade que eu asigney esta carta” pelo qual o prior D. Diogo Coelho, juntamente com o convento do mosteiro, empraçou a João Gonçalves e a sua mulher, Catarina Anes, moradores no celeiro da honra de Beba, o casal que o mosteiro tinha na aldeia de Vinhós, concelho de Resende⁴⁷²⁴. Por aqui ficámos a saber que era por esta altura o capelão do mosteiro. Surge novamente referenciado como religioso da instituição num outro instrumento lavrado no mosteiro de Cárquere a 25 de Novembro de 1501, aparecendo aí juntamente com os cónegos Pedro Coelho e Francisco Coelho indicados como testemunhas desse acto jurídico⁴⁷²⁵. A 19 de Maio de 1502 testemunha novo empraçamento⁴⁷²⁶ e a 14 de Dezembro de 1503 surge juntamente com o prior D. Diogo Coelho e os cónegos do mosteiro a empraçar a Maria Nunes, mulher solteira e a duas pessoas a nomear, o casal de Cimo de Vila, no lugar de Paços, concelho de Resende, onde esta já vivia⁴⁷²⁷. Deverá ter falecido por esta altura, pelo menos não voltámos a detectar o seu nome entre os regrantes de Cárquere, de qualquer modo e isto partindo do princípio que o cónego aqui identificado é sempre o mesmo, trata-se de um caso de longevidade bastante interessante uma vez que pelo menos cerca de meio século foi cónego regrantre de Santa Maria de Cárquere.

⁴⁷⁰⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, Ns.72, 73, 74, 75, 76.

⁴⁷¹⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°. 77.

⁴⁷¹¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°81.

⁴⁷¹² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°82.

⁴⁷¹³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°83.

⁴⁷¹⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°84.

⁴⁷¹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°85.

⁴⁷¹⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°86.

⁴⁷¹⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°88.

⁴⁷¹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°89.

⁴⁷¹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°90.

⁴⁷²⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°58.

⁴⁷²¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°90.

⁴⁷²² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°100.

⁴⁷²³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N°. 95.

⁴⁷²⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N°. 98.

⁴⁷²⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N°.100.

⁴⁷²⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N°.104.

⁴⁷²⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N°.107.

João Vasques – Cónego de Cárquere, da Ordem de Santo Agostinho, do bispado de Lamego. Era filho de Vasco Afonso e de sua mulher, Maria Anes, da freguesia de S. Miguel de Anreade, do bispado de Lamego⁴⁷²⁸. Com licença de seu maior recebe ordens de Epístola a 17 de Março de 1454, em Tibães⁴⁷²⁹. Recebe ordens de Evangelho a 12 de Abril de 1454, em Braga⁴⁷³⁰, cidade onde lhe são conferidas também ordens de Missa a 20 de Setembro de 1454⁴⁷³¹. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Joanes Valasci canonicus de Sancta Maria de Quarquery” a 31 de Março, mas sem qualquer indicação do ano⁴⁷³². Já um obituário de S. Vicente de Fora acrescenta informação primordial a este respeito dando conta do “obit Johannes Balasti canonicus de Carquare et sepultus est in monesterio Sancti Vincemti Era IIII LRIII” às 18 calendas de Julho⁴⁷³³, ou seja, João Vasques faleceu a 14 de Junho de 1455, isto partindo do princípio que a “Era” referenciada no seu registo é de facto respeitante à Era de César, como tudo indica, e foi sepultado no mosteiro de S. Vicente de Fora.

Pedro Afonso – Cónego regrante do mosteiro de Cárquere. Este “coonigo reglante do moesteiro de Carquere da hordem de Sancto Agostinho do bispado de Lamego” com a respectiva licença do seu prelado recebe, em Braga, ordens de Evangelho a 13 de Março de 1456⁴⁷³⁴.

Lourenço Peres – Provável cónego regrante do mosteiro de Cárquere. A 22 de Novembro de 1469 “Lourenço Periz frade clerigo” surge entre as testemunhas de um emprazamento efectuado no mosteiro de Cárquere, pelo qual o prior e o convento emprazam a João de Sousa e sua mulher, Maria de Chaves e a futuro filho ou filha, a quebrada de Arrabalde de Paços, na freguesia do mosteiro⁴⁷³⁵.

Gonçalo Martins – Cónego regrante do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. A 6 de Fevereiro de 1473 “Gonçallo Martinz” surge entre as testemunhas do emprazamento que o prior e o convento fizeram a Álvaro Álvares, morador em Nespereira Alta, concelho de Lafões, e à sua mulher, Leonor Gonçalves, dos casais que o mosteiro tinha na aldeia de Vila Franca, surgindo a sua assinatura, tal como a dos restantes elementos da comunidade a validar o documento⁴⁷³⁶. É de admitir que este Gonçalo Martins seja o clérigo de missa, que D. João Gomes de Abreu (1464-1482), bispo de Viseu confirma, a 3 de Fevereiro de 1469, como abade da igreja de Santa Maria de Moledo⁴⁷³⁷. No dia 15 de Março de 1476 é o redactor de um instrumento de emprazamento lavrado no mosteiro como expressamente aí se diz: “Gonçallo Martinz conego e notairo do mosteiro este prazo e outro tall esprevy e asynei de meu nome”, pelo qual foi

⁴⁷²⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 30, fl.17; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.230.

⁴⁷²⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 28, fl.9v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.217.

⁴⁷³⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 29, fl.4; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.221.

⁴⁷³¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 30, fl.17; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.230.

⁴⁷³² BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.12.

⁴⁷³³ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.102.

⁴⁷³⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.25; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.266.

⁴⁷³⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º62.

⁴⁷³⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º64.

⁴⁷³⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N.º61.

emprazado a João Vasques de Cima de Vila e a sua mulher Maria Gonçalves e a uma terceira pessoa a nomear, o casal de Cima de Vila e o casal do Casalinho⁴⁷³⁸. A 8 de Abril de 1476 surge novamente identificado como cónego de Cárquere testemunhando um emprazamento que o mosteiro faz a João Gonçalves e a Branca Gonçalves, sua mulher, e a um filho ou filha destes, ou pessoa a nomear⁴⁷³⁹. A 10 de Agosto de 1482 e 10 de Fevereiro de 1483 surge novamente mencionado como cónego de Cárquere aparecendo entre as testemunhas de contratos de emprazamento lavrados no mosteiro, nessas mesmas datas⁴⁷⁴⁰. Volta a testemunhar instrumentos de emprazamento feitos no mosteiro a 10 de Junho de 1483, Janeiro de 1484 e 16 de Outubro de 1484⁴⁷⁴¹.

João Anes – Cónego regente do mosteiro de Cárquere. João Anes é um dos cónegos regentes que integrava a comunidade monástica de Cárquere a 6 de Fevereiro de 1473, dia em que o mosteiro emprazou os casais da aldeia de Vila Franca, situados no concelho de Lafões, tendo o respectivo instrumento sido lavrado pelo cónego Gonçalo Fernandes com o restante convento e prior a colocarem aí as suas assinaturas, de entre as quais consta a de João Anes⁴⁷⁴². A 10 de Agosto de 1482 este religioso surge a testemunhar o emprazamento que o mosteiro fez a Maria Vicente e a dois filhos ou filhas desta, do casal do Mindal, no termo de Alvarenga, bem como a casa situada atrás do paço da vila⁴⁷⁴³. Meio ano depois João Anes aparece novamente referenciado como cónego do mosteiro, encontrando-se entre as testemunhas do contrato de emprazamento aí lavrado a 10 de Fevereiro de 1483⁴⁷⁴⁴. No dia 10 de Junho de 1483 surge, juntamente com o prior Rui Vasques da Fonseca e os cónegos João Fernandes, Gonçalo Martins, Lucas Cardoso e Gonçalo Fernandes, a emprazar a João Lourenço, criado do prior, o casal de Vila Garcia que o mosteiro tinha no couto de Resende, com todos estes elementos a validarem o contrato com as respectivas assinaturas⁴⁷⁴⁵. A última indicação que encontramos ao cónego “Joham Anes” entre os registos de Cárquere é de Janeiro de 1484, dia em que o mosteiro empraza a Martim Gonçalves, morador nos Carreiros, concelho de Alvarenga, e a sua mulher Isabel Álvares e a um filho ou pessoa a nomear pelo postumeiro, o casal do Paço e o casal dos Carreiros⁴⁷⁴⁶. Não sabemos se entretanto faleceu, se mudou de comunidade ou se simplesmente foi confirmado nalguma igreja paroquial, de concreto apenas sabemos que esta é a derradeira notícia que temos dele.

Lucas Cardoso – Cónego regente do mosteiro de Santa Maria de Cárquere e futuro prior. A 6 de Fevereiro de 1473 o cónego Lucas Cardoso surge entre as testemunhas do emprazamento que o mosteiro fez, em três vidas, dos casais tinha na aldeia de Vila Franca, surgindo a sua assinatura, tal como a dos restantes elementos da comunidade, a autenticar o documento embora, e aí assine “Luycas Cardoso abas”⁴⁷⁴⁷ pelo que pressupomos que por esta altura tivesse a seu cargo alguma igreja da apresentação do mosteiro. A 15 de Agosto de 1481 ainda se encontrava entre a comunidade regente de Cárquere, surgindo entre as testemunhas de um instrumento de emprazamento aí

⁴⁷³⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°66.

⁴⁷³⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°65.

⁴⁷⁴⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, Ns.72, 73.

⁴⁷⁴¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, Ns. 74, 75, 76.

⁴⁷⁴² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°64.

⁴⁷⁴³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°72.

⁴⁷⁴⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°73.

⁴⁷⁴⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°74.

⁴⁷⁴⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°75. O documento é posterior ao dia 10 de Janeiro uma vez que se lê o “X” mas não se consegue ler os restantes elementos referentes ao dia do mês.

⁴⁷⁴⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°64.

lavrado “Joham Fernandez e Lucas Cardoso quonigos do dicto mosteiro” com o cónego a assinar o respectivo contrato de emprazamento novamente sob a forma de “Luquass Cardoso abas”⁴⁷⁴⁸. Entre as testemunhas enunciadas nesse instrumento surge Estêvão Cardoso, escudeiro do senhor prior⁴⁷⁴⁹, que terá certamente algum grau de parentesco com o cónego Lucas Cardoso, de resto este indivíduo já surge entre as testemunhas de contratos celebrados no mosteiro em Março e Abril de 1476⁴⁷⁵⁰. A presença de Lucas Cardoso entre a comunidade mariana de Cárquere no início da década de oitenta é comprovada através de instrumentos de 10 de Agosto de 1482 e 10 de Fevereiro de 1483, surgindo o cónego entre as testemunhas aí presentes⁴⁷⁵¹. Continua a ser referenciado como cónego de Cárquere em emprazamentos feitos no mosteiro a 10 de Junho de 1483, Janeiro de 1484 e 16 de Outubro de 1484⁴⁷⁵². Este cónego alcançará o priorado do mosteiro ou nos últimos anos da década de oitenta ou já em 1490, de resto a confirmação documental da sua titularidade no cargo é-nos dada através de instrumento de 15 de Fevereiro de 1490⁴⁷⁵³, mas é possível que já seja o prior nos anos precedentes uma vez que para o biénio de 1488 e 1489 não conseguimos deslindar o nome do prior.

Pedro Fernandes – Cónego regrante do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. No dia 29 de Dezembro de 1479 é o redactor de um instrumento de emprazamento, em três vidas, lavrado na enfermaria do mosteiro como revela esta passagem do documento: “E eu Pero Fernandez conego e notairo do dito mosteiro que este prazo e outro tall fyz”⁴⁷⁵⁴. Pedro Fernandes surge novamente identificado como cónego de Cárquere a 16 de Outubro de 1484, dia em que o mosteiro empraça a Gonçalo Dinis e a sua mulher, Isabel Afonso, moradores em Veiriz e a um filho ou filha, ou na ausência de descendentes, a uma pessoa a nomear pelo postumeiro, o casal de Nozelhães e o de Veiriz, sendo que a assinatura deste cónego é uma das que está aposta no final do contrato⁴⁷⁵⁵. A 1 de Junho de 1491 aparece arrolado entre as testemunhas de um instrumento lavrado no mosteiro⁴⁷⁵⁶. Segue-se um hiato temporal em que não temos qualquer referência documental a este religioso e que coincide com praticamente a primeira década da governação do prior D. Diogo Coelho, altura em que raramente aparecem identificados cónegos da instituição. Essa ausência temporal prolonga-se por mais de oito anos, surgindo, a 18 de Setembro de 1499, novamente a indicação a “Pero Fernandez” cónego do mosteiro de Cárquere, encontrando-se entre as testemunhas de um instrumento aí efectuado⁴⁷⁵⁷. Face a tão prolongado vazio documental poderá colocar-se a possibilidade de este Pedro Fernandes ser um outro religioso, homónimo daquele que temos vindo a retratar, mas acreditámos ser o mesmo indivíduo até porque

⁴⁷⁴⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°70. Num instrumento de 10 de Fevereiro de 1483 aparece novamente a assinar «Luquass Cardoso abas» (cf. A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N° 73), situação que se repetirá em diplomas de 10 de Junho de 1483, e Janeiro de 1484 (cf. A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, Ns. 74, 75).

⁴⁷⁴⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°70.

⁴⁷⁵⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, Ns° 65, 66.

⁴⁷⁵¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, Ns.72, 73.

⁴⁷⁵² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, Ns. 74, 75, 76.

⁴⁷⁵³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N° 81.

⁴⁷⁵⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10B, M.3, N°68.

⁴⁷⁵⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°76. Actualmente só se conseguem ler as assinaturas de Gonçalo Fernandes e Pedro Fernandes porque o pergaminho foi guilhotinado, mas à semelhança do que acontece com outros instrumentos também este diploma deveria ter as assinaturas dos restantes religiosos de Cárquere.

⁴⁷⁵⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°81.

⁴⁷⁵⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°100.

a sua presença na instituição não se parece alongar pelo século XVI, uma vez que a derradeira referência que conhecemos a “Pero Fernandez”, e que o identifica inequivocamente, data de 15 de Janeiro de 1500⁴⁷⁵⁸. É certamente o mesmo cónego do mosteiro de Cárquere designado “Petrus Fernandi” que aparece registado num obituário de S. Jorge de Coimbra cujo falecimento foi anotado no dia 25 de Fevereiro mas sem qualquer referência ao ano do passamento⁴⁷⁵⁹.

Fernando Eanes/Fernando Anes/Fernão Eanes/Fernão Anes – Cónego regrante do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. A 17 de Maio de 1492 Martim Gonçalves e a sua mulher, Constança Anes, entregaram a “Fernand’Eanes coneguo de Carquere” várias herdades que eram de herança comum mas das quais o cónego nunca usufruíra, tendo estado sempre a totalidade desses bens em posse deles, entregando-lhos agora “pera sy e pera quem lhe haprouver”⁴⁷⁶⁰.

João Gomes – Cónego regrante do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. O cónego “Joam Gomez” já surge identificado como religioso de Cárquere em instrumento de 1 Junho de 1491, surgindo, juntamente com os cónegos Gonçalo Fernandes e Pedro Fernandes a testemunhar um emprazamento efectuado no mosteiro⁴⁷⁶¹.

Rui Cardoso – Cónego regrante do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. Entre as testemunhas de um emprazamento efectuado no mosteiro de Cárquere a 5 de Janeiro de 1493 encontra-se o cónego “Ruy Cardoso”⁴⁷⁶². É novamente identificado como cónego de Cárquere a 6 de Março de 1494, surgindo o seu nome entre o das testemunhas de um instrumento de emprazamento feito neste cenóbio regrante⁴⁷⁶³. Trata-se certamente de um familiar do prior Lucas Cardodo.

Pedro Gonçalves – Cónego regrante do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. Surge identificado como cónego do mosteiro num emprazamento efectuado a 12 de Novembro de 1501, pelo qual o prior D. Diogo Coelho, juntamente com o convento do mosteiro, emprazou a João Gonçalves e a sua mulher, Catarina Anes, moradores no celeiro da honra de Beba, o casal que o mosteiro tinha na aldeia de Vinhós, concelho de Resende⁴⁷⁶⁴. A 24 de Outubro de 1502 o cónego Pedro Gonçalves é novamente citado entre as testemunhas de um instrumento de emprazamento efectuado na casa do cabido do mosteiro de Cárquere⁴⁷⁶⁵. Surge juntamente com os cónegos Gonçalo Fernandes e Pedro Coelho a testemunhar um novo emprazamento lavrado na mesma instituição a 19 de Maio de 1502⁴⁷⁶⁶. A 14 de Dezembro de 1503 aparece, juntamente com o prior D. Diogo Coelho e os cónegos do mosteiro, a emprazar a Maria Nunes, mulher solteira e a duas pessoas a nomear, o casal de Cimo de Vila, no lugar de Paços, concelho de Resende, onde ela já vivia⁴⁷⁶⁷.

⁴⁷⁵⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º 95.

⁴⁷⁵⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.38v.º.

⁴⁷⁶⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.126.

⁴⁷⁶¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º81.

⁴⁷⁶² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º82.

⁴⁷⁶³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N.º83.

⁴⁷⁶⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º 98.

⁴⁷⁶⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.102.

⁴⁷⁶⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.104.

⁴⁷⁶⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.107.

Francisco Coelho – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Cárquere, prior claustral e futuro prior mor. A 18 de Setembro de 1499 “Francisquo Coelho” já aparece identificado como cónego do mosteiro de Cárquere, encontrando-se entre as testemunhas de um instrumento aí efectuado⁴⁷⁶⁸. A 12 de Novembro de 1501 surge a testemunhar um contrato de empraçamento feito no mosteiro de Cárquere, referenciando-se aí novamente o seu estatuto de cónego⁴⁷⁶⁹, identificação que é reafirmada em documento datado de 25 de Novembro de 1501⁴⁷⁷⁰. É possível que estejamos na presença do Francisco Coelho que surge identificado como sobrinho do prior e testemunha instrumentos no mosteiro de Cárquere a 8 de Setembro de 1498⁴⁷⁷¹ e 1 de Março de 1499⁴⁷⁷², o que significaria que deveria ter professado entre esta data e 18 de Setembro do mesmo ano. A 9 de Fevereiro de 1502 foi incumbido por Fernão Gonçalves, cónego da Sé de Lamego e ouvidor em lugar de Simão Gomes, bacharel e vigário geral da diocese pelo bispo D. Fernando Coutinho (1492-1502)⁴⁷⁷³, de ir com dois homens ajuramentados sob os Santos Evangelhos ao casal de Vinhós para fazer a avaliação das rendas desse casal⁴⁷⁷⁴. Na resposta “Francisco Coelho abade de Sam Cybraão” diz que concluíram que o casal “estava bem afforado e mays a proveyto da Ordem que do emprazador”⁴⁷⁷⁵. Por aqui ficamos a saber que Francisco Coelho era abade da igreja de S. Cipriano. A 24 de Outubro de 1502 o cónego Francisco Coelho é novamente referenciado entre as testemunhas de um instrumento de empraçamento lavrado na casa do cabido do mosteiro de Cárquere⁴⁷⁷⁶. A 14 de Dezembro de 1503 surge juntamente com o prior D. Diogo Coelho e os cónegos do mosteiro a empraçar a Maria Nunes, mulher solteira e a duas pessoas a nomear, um casal que o mosteiro tinha no lugar de Paços, concelho de Resende⁴⁷⁷⁷. A 5 de Janeiro de 1508 Francisco Coelho e o cónego João de Braga empossam João de Barbedo no casal das Vinhas e nas pesqueiras que o mosteiro lhe havia empraçado⁴⁷⁷⁸. Francisco Coelho viria a ocupar o cargo de prior claustral, posto em que já é detectado a 12 de Setembro de 1520, surgindo, em nome de Francisco Juzarte, prior comendatário, que lhe passou procuração para o efeito, a empraçar um casal a Aires Pinto, escudeiro de Fernão de Melo e de D. Maria de Castro, já falecida⁴⁷⁷⁹.

Pelo menos entre Novembro de 1530 e 17 de Julho de 1531 foi prior eleito do mosteiro de Cárquere, altura em que o priorado desta canónica se encontrava vago⁴⁷⁸⁰. Tendo em consideração que não voltámos a ter indicações a este cónego, pese a

⁴⁷⁶⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°100.

⁴⁷⁶⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N° 98.

⁴⁷⁷⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N°100.

⁴⁷⁷¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°98.

⁴⁷⁷² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 11, M.4, N°101,102.

⁴⁷⁷³ O bispo D. Fernando Coutinho permutou, a 24 de Janeiro de 1502, o bispado de Lamego pelo de Silves com D. João Camelo da Silva (cf. Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I, p.238), no entanto é provável que por esta altura ainda não se tivesse consumado a troca, o que explicará a indicação ao bispo D. Fernando nessa data, ou então trata-se de um simples vício de norma.

⁴⁷⁷⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N°98. O texto do cónego da Sé a ordenar a vedoria bem como a resposta de D. Francisco Coelho encontram-se numa folha em papel apensa e cozida ao pergaminho que encerra o empraçamento do casal em causa.

⁴⁷⁷⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N°98.

⁴⁷⁷⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N°102.

⁴⁷⁷⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N°107.

⁴⁷⁷⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N°110.

⁴⁷⁷⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N°127.

⁴⁷⁸⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, Ns.129, 130, 132.

escassez das fontes documentais para este período concreto, é possível que tenha falecido por esta altura.

Pedro Coelho – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. A 12 de Novembro de 1501 Pedro Coelho é identificado como cónego desta instituição⁴⁷⁸¹. Surge novamente referenciado como religioso de Cárquere num outro instrumento lavrado no mosteiro de Cárquere a 25 de Novembro de 1501, aparecendo aí juntamente com os cónegos Gonçalo Fernandes e Francisco Coelho indicados como testemunhas desse acto jurídico⁴⁷⁸². A 24 de Outubro de 1502 o nome do cónego Pedro Coelho é novamente citado entre o dos confirmantes de um instrumento de emprazamento efectuado na casa do cabido do mosteiro de Cárquere⁴⁷⁸³, o mesmo sucedendo a 19 de Maio de 1502⁴⁷⁸⁴. A 14 de Dezembro de 1503 surge, juntamente com o prior D. Diogo Coelho e os cónegos do mosteiro, a emprazar a Maria Nunes, mulher solteira e a duas pessoas a nomear, o casal de Cimo de Vila, no lugar de Paços, concelho de Resende, onde ela já vivia⁴⁷⁸⁵.

João de Braga – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. A 12 de Novembro de 1501 integrava a comunidade monástica de Cárquere, surgindo arrolado, juntamente com os restantes elementos do convento, entre as testemunhas de um instrumento de emprazamento aí efectuado⁴⁷⁸⁶. A 24 de Outubro de 1502 é novamente identificado como cónego do mosteiro aparecendo novamente entre as testemunhas de um instrumento efectuado na instituição⁴⁷⁸⁷. A 14 de Dezembro de 1503 surge juntamente com o prior D. Diogo Coelho e os cónegos do mosteiro a emprazar a Maria Nunes, mulher solteira e a duas pessoas a nomear, o casal de Cimo de Vila⁴⁷⁸⁸. A 5 de Janeiro de 1508 “Francisco Coelho e Joam de Braga coneguos de Carquere” empossam João de Barbedo no casal das Vinhas e nas pesqueiras que o mosteiro lhe havia emprazado, a ele, à mulher e a um filho de entre ambos⁴⁷⁸⁹.

João de Braga ainda integrava a comunidade regrante de Santa Maria de Cárquere a 14 de Outubro de 1536, dia em que o prior D. Diogo Ortiz de Vilhegas e o convento do mosteiro de Cárquere autorizam Maria Nunes a escambar o casal de Cimo de Vila por um outro casal do mosteiro que trazia João Gonçalves⁴⁷⁹⁰.

Rui Ferreira – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. Apenas lhe conhecemos uma referência. Trata-se de um instrumento datado de 6 de Março de 1502, em que “Ruy Ferreira conego da dicta casa” surge entre as testemunhas de um emprazamento que D. Diogo Coelho, prior do mosteiro, devidamente autorizado pelo seu convento, faz a João Anes e a sua mulher, Inês Gomes, do meio casal junto à aldeia de Vilar de Corvos, no concelho de Alvarenga, tendo o contrato sido celebrado nas casas da igreja de Santa Cruz de Alvarenga⁴⁷⁹¹. Não será de excluir a possibilidade deste cónego ocupar, por esta altura, a paróquia de Alvarenga, o que poderá ajudar a explicar

⁴⁷⁸¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º. 98.

⁴⁷⁸² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.100.

⁴⁷⁸³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.102.

⁴⁷⁸⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.104.

⁴⁷⁸⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.107.

⁴⁷⁸⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º. 98.

⁴⁷⁸⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.102.

⁴⁷⁸⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.107.

⁴⁷⁸⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.110.

⁴⁷⁹⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.107b.

⁴⁷⁹¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.101.

a ausência do seu nome entre o dos cónegos que vão sendo citados na documentação produzida no mosteiro.

João Coelho – Provável cónego do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. A 24 de Outubro de 1502 o mosteiro de Cárquere empraça a Pedro Afonso e à sua mulher, Maria Álvares, moradores no termo de Aveiro, o casal de Bedoído, lavrando-se o respectivo instrumento de empraçamento na casa do cabido do mosteiro de Cárquere, surgindo arrolados entre as testemunhas “Joam Coelho e Francisco Coelho e Pero Coelho e Pero Gonçalvez e Joham de Bragaa coneguos do dicto mosteiro”⁴⁷⁹². Perante isto suscitamos duas dúvidas, se João Coelho era ou não cónego da instituição e quem era este João Coelho? A primeira dúvida só é originada pela posição que o seu nome ocupa nessa listagem, e se é certo que não há qualquer regra pré-definida ou rígida para a enunciação dos religiosos que constituem o respectivo convento, a documentação dos diversos mosteiros deixa perceber o seguimento de uma hierarquia, ainda que involuntária, onde a ancianidade e a relevância dos cargos assumem, normalmente, primazia, pelo que não deixa de ser estranho que um cónego que nunca é referenciado entre a comunidade seja o primeiro a ser citado. Quanto à sua identidade poderá colocar-se a hipótese de este João Coelho ser o irmão do prior D. Diogo Coelho e que surge amiudadamente referenciado na documentação do mosteiro mas nunca, até esta data, identificado como cónego. Terá entretanto professado? É possível mas parece-nos pouco provável. Acreditamos tratar-se antes de um seu familiar e homónimo, situação que nos parece fazer mais sentido, provavelmente filho ou sobrinho. Um documento datado de 30 de Janeiro de 1507 parece trazer elementos que ajudam a excluir ou pelo menos a diminuir essa possibilidade de se tratar do irmão do prior, é que entre as testemunhas de um instrumento, datado desse dia, surge identificado um “genro de Joam Coelho irmaao do dicto Senhor prior”⁴⁷⁹³. Caso tivesse de facto professado é provável que a referência a João Coelho fosse noutros moldes. Quanto à existência real deste cónego não temos nenhuma prova que no-la certifique, de qualquer modo num instrumento datado de 29 de Março de 1503 apresenta mais indícios nesse sentido, surgindo “Johannes Coelho” a assinar a procuração que o convento passou ao prior, dando-lhe poderes para, em seu nome, efectuar um empraçamento⁴⁷⁹⁴. É certo que também aí não aparece identificado inequivocamente como cónego mas considerando que se trata de uma procuração feita pelo convento, e aparecendo o seu nome entre os signatários da autorização, tudo indica que o integrasse.

Pedro Anes – Provável cónego regente do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. Não temos qualquer prova que nos permita afirmar que se trata de um religioso da instituição mas a documentação permite-nos seguir parte do seu percurso eclesiástico. Assim, a 26 de Março de 1507 “Pedro Annes cleryguo d’Avangelho criado do dicto prior” surge entre as testemunhas de instrumentos de empraçamento feitos no mosteiro de Cárquere⁴⁷⁹⁵. No início de 1508 Pedro Anes já era sacerdote surgindo agora identificado como “clerego de missa criado do senhor prioll”⁴⁷⁹⁶. Esta ligação ao prior e o facto de se ter ordenado presbítero levam-nos a aventar a possibilidade de Pedro Anes ter ingressado no mosteiro.

⁴⁷⁹² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.102.

⁴⁷⁹³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.114.

⁴⁷⁹⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.106.

⁴⁷⁹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, Ns.119, 120.

⁴⁷⁹⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.122.

Luís Vasques – Cónego regrante do mosteiro de Santa Maria de Cárquere. Luís Vasques era bacharel em Decretos e em 1523 deu entrada com uma acusação na Cúria arquiépiscopal de Lisboa contra alguns inimigos que o difamaram⁴⁷⁹⁷.

Filipe Coelho – Cónego de Santa Maria de Cárquere e seu prior claustral. A 2 de Novembro de 1530 “Filype Coelho pryor crasteyro do mosteiro de Nosa Senhora de Carquere da Ordem de Santo Agostinho dos conygos regrantes do bispado de Lamego sytuado neste concelho de Resende” juntamente com Francisco Coelho, prior eleito, e com o restante convento, empraza a Estêvão Leitão e a sua mulher, Maria Soares, e a um filho de entre ambos, o casal da Babinha⁴⁷⁹⁸. Não sabemos quando este religioso entrou na instituição mas é mais um dos elementos do clã que dominou o mosteiro de Cárquere na última década do séc. XV e primeiras do XVI: os Coelhos. Trata-se certamente do “Filype Coelho” que aparece arrolado entre as testemunhas de um instrumento lavrado na casa do cabido do mosteiro, a 30 de Janeiro de 1507, e aí identificado como sobrinho do prior D. Diogo Coelho⁴⁷⁹⁹. A 12 de Setembro de 1509 Filipe Coelho encontra-se novamente no cenóbio regrante de Cárquere testemunhando aí um instrumento de emprazamento, aparecendo então referenciado como escudeiro e criado de D. João de Castro, à altura o prior comendatário da instituição⁴⁸⁰⁰. Documentalmente só voltámos a ter notícias dele através desse instrumento de 2 de Novembro de 1530, que já referenciamos, numa altura em que já era o prior claustral da comunidade⁴⁸⁰¹. A 17 de Julho de 1531 Filipe Coelho é novamente identificado como prior claustral de Cárquere⁴⁸⁰², mantendo-se ainda entre os regrantes desta canónica a 14 de Outubro de 1536 uma vez que “Felipe Coelho” é um dos religiosos que assina um instrumento aí efectuado pelo convento e pelo prior comendatário, D. Diogo Ortiz de Vilhegas, embora nessa altura já não fosse o prior crasteiro da comunidade monástica⁴⁸⁰³.

Diogo Coelho – Cónego de Cárquere. Em instrumento de emprazamento, lavrado no cabido do mosteiro de Santa Maria de Cárquere, a 17 de Julho de 1531, Diogo Coelho surge identificado como cónego desse mosteiro⁴⁸⁰⁴. Ao que tudo indica estamos perante outro membro da família que mais proeminência tinha por esta altura na canónica de Cárquere, é que convém não esquecer que nesta data Francisco Coelho era prior mor e Filipe Coelho prior claustral.

Gil Coelho – Cónego de Santa Maria de Cárquere. A 17 de Julho de 1531 Gil Coelho já integrava a comunidade monástica de Cárquere surgindo identificado como cónego desse mosteiro em instrumento de emprazamento aí lavrado nesse dia⁴⁸⁰⁵. A 14 de Outubro de 1536 mantinha-se como cónego da instituição⁴⁸⁰⁶. Presumivelmente mais

⁴⁷⁹⁷ Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.277.

⁴⁷⁹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.129.

⁴⁷⁹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.114.

⁴⁸⁰⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.123.

⁴⁸⁰¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.129. De resto desse mesmo dia há um outro emprazamento que o mosteiro faz do casal do Covelo a António Nogueira e à sua mulher, Aldonça, no qual também surge identificado como prior claustral (cf. A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.130).

⁴⁸⁰² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.132.

⁴⁸⁰³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.107b.

⁴⁸⁰⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.132.

⁴⁸⁰⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.132.

⁴⁸⁰⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.107b.

um elemento da linhagem dominante no mosteiro de Santa Maria de Cárquere ao longo das quatro primeiras décadas do séc. XVI.

Belchior de Sequeira – Cónego de Santa Maria de Cárquere e seu prior claustral. A 17 de Julho de 1531 “Belchior Siqueyra” já integrava a comunidade regrante de Santa Maria de Cárquere sendo aí referenciado como cónego⁴⁸⁰⁷. A 14 de Outubro de 1536 “Melchior de Syqueira pryor” aparece novamente identificado entre os religiosos da instituição, ocupando inclusivamente o cargo de prior claustral conforme revela a sua assinatura autografa, que aqui transcrevemos, e que se encontra aposta num instrumento, lavrado nesse dia, pelo qual o prior comendatário, D. Diogo Ortiz de Vilhegas, e o convento autorizaram Maria Nunes a escambar o casal de Cimo de Vila por um outro casal do mosteiro que andava emprazado a João Gonçalves⁴⁸⁰⁸.

A 30 de Setembro de 1547 “Ballchyor de Sequeyra pryor crasteiro” é um dos cónegos que integrava o convento de Cárquere, dia que em conjunto com o prior D. Ambrósio Brandão Pereira, emprazaram o casal de cima de Resende ao carpinteiro João Gonçalves, à sua mulher, Catarina Anes, e a um filho ou filha de entre ambos⁴⁸⁰⁹.

Diogo Velho – Provável cónego de Santa Maria de Cárquere. A 13 de Novembro de 1536 Diogo Velho e Diogo de Braga são identificados como “clerygos de missa”, surgindo arrolados entre as testemunhas de instrumento de emprazamento efectuado no mosteiro de Cárquere⁴⁸¹⁰. Tendo em consideração que, a 30 de Setembro de 1547, Diogo de Braga fazia parte da comunidade conventual de Cárquere,⁴⁸¹¹ parece-nos perfeitamente admissível que Diogo Velho possa também ter professado, mas não temos qualquer prova documental que o confirme.

Diogo de Braga – Cónego de Santa Maria de Cárquere. A 30 de Setembro de 1547 “Dioguo de Bragua” é um dos cónegos que integrava o convento de Cárquere, dia que em conjunto com o prior D. Ambrósio Brandão Pereira, emprazaram o casal de cima de Resende ao carpinteiro João Gonçalves, à sua mulher, Catarina Anes e a um filho ou filha de entre ambos⁴⁸¹². É com grande grau de certeza o mesmo Diogo de Braga que surge identificado como clérigo de missa entre as testemunhas de um instrumento de emprazamento efectuado no mosteiro de Cárquere a 13 de Novembro de 1536⁴⁸¹³. A confirmar-se a identidade deste religioso ele terá, obviamente, ingressado como professo no intervalo destas duas datas.

Francisco(?) Marques – Cónego de Santa Maria de Cárquere. A 30 de Setembro de 1547 “Francisco(?) Marquez” é identificado como cónego da comunidade monástica de Cárquere, tendo nesse dia, o prior D. Ambrósio Brandão Pereira, conjuntamente com o convento, emprazado o casal de cima de Resende ao carpinteiro João Gonçalves, à sua mulher, Catarina Anes e a um filho ou filha de entre ambos⁴⁸¹⁴.

Brás/Brás de Noronha(?) – Cónego regrante de Santa Maria de Cárquere. A 30 de Setembro de 1547 “Bras” é um dos cónegos que integrava o convento de Cárquere, dia

⁴⁸⁰⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.132.

⁴⁸⁰⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15, M.6, N.º.107b.

⁴⁸⁰⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.136.

⁴⁸¹⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.134.

⁴⁸¹¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.136.

⁴⁸¹² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.136.

⁴⁸¹³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.134.

⁴⁸¹⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.136.

que, em conjunto com o prior D. Ambrósio Brandão Pereira, emprazaram o casal de cima de Resende em três vidas, nomeadamente a João Gonçalves, carpinteiro, a Catarina Anes, sua mulher, e a um filho ou filha destes⁴⁸¹⁵. Neste instrumento surge apenas o nome próprio mas deverá tratar-se de Brás de Noronha, é que segundo a *Historia Insulana* “Braz de Noronha, que primeiro foi Frade Franciscano da Observancia, e depois por Bulla Apostolica foi Conego Regrante no Mosteiro de Cárquere em Portugal, e emfim se foi para o Brasil”⁴⁸¹⁶. A confirmar-se a sua presença ou passagem por Santa Maria de Cárquere é muito provável que tenha de facto ocorrido nas duas últimas décadas da primeira metade do século XVI, ou seja pouco antes da passagem do mosteiro para os Jesuítas⁴⁸¹⁷.

Cónegos cuja cronologia não foi possível estabelecer:

Afonso Gonçalves – Cónego de Santa Maria de Cárquere. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Alfonsus Gundisalvi canonicus de Carcare” a 15 de Maio mas sem a respectiva indicação do ano do óbito⁴⁸¹⁸. Apesar de não haver aí nenhum indicador cronológico específico podemos colocar o falecimento deste religioso em data posterior a 15 de Fevereiro de 1329, uma vez que nesta data Afonso Peres, cónego de Roriz ainda era vivo⁴⁸¹⁹, e é justamente o registo desse religioso o que precede o de Afonso Gonçalves no obituário de S. Vicente. Tal ilação parte do pressuposto que as anotações no obituário seguiram a espontânea ordenação temporal.

Diogo Gonçalves – Cónego do mosteiro de Cárquere. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Didacus Gonsalvi canonicus de Carcari” a 22 de Setembro mas sem referência ao ano do óbito⁴⁸²⁰.

Domingos Gil ou Domingos Viegas – Cónego de Santa Maria de Cárquere. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Dominicus Egee canonicus Sancte Marie de Carcari”, a 18 de Março mas sem que seja referenciado o ano⁴⁸²¹.

Domingos Lourenço – Cónego de Santa Maria de Cárquere. “Dominicus Laurencii canonicus de Carcary” é referenciado num Obituário do mosteiro de S. Jorge de

⁴⁸¹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.136.

⁴⁸¹⁶ Cordeiro, Padre António, *Historia Insulana, das ilhas a Portugal sujeitas no Oceno Occidental*, Vol. II, Lisboa, Typ. do Panorama, 1866, p.16. Brás de Noronha era o quarto filho de Álvaro Martins da Câmara e de Brites de Noronha. Esta situação de transferência de Ordem não era muito comum de qualquer modo há alguns exemplos de indivíduos provenientes de Ordens Mendicantes que acedem aos regrantes como é o caso de D. Pedro da Póvoa, que era dominicano e foi cónego de S. Jorge de Coimbra (cf. Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.277), ou o próprio Frei João Verba, frade dominicano e confessor do infante D. Pedro que alcançou o priorado do mosteiro de S. Jorge de Coimbra em 1423 após súplica do infante D. Pedro, datada de 18 de Fevereiro desse ano (cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.487 (doc.673).

⁴⁸¹⁷ Tendo em consideração que o seu sobrinho, D. Antão Martins da Câmara, casou com D. Joana, dama de D. Isabel, esposa do infante D. Duarte, filho de D. Manuel I (cf. Cordeiro, Padre António, *Historia Insulana*, Vol. II, 1866, p.16) a sua cronologia não se poderá afastar muito deste período.

⁴⁸¹⁸ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.92.

⁴⁸¹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N.º10.

⁴⁸²⁰ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.144.

⁴⁸²¹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.10vº.

Coimbra como tendo falecido a 21 de Janeiro, não sendo aí apresentado o ano do óbito⁴⁸²².

Estêvão Martins – Cónego regante do mosteiro de Cárquere. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Stefanus Martini canonicus de Sancta Maria de Carcary” a 28 de Janeiro, mas sem qualquer indicação do ano⁴⁸²³.

Gonçalo Domingues - Cónego de Santa Maria de Cárquere. Um Obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra regista o óbito de “Goncalvus Dominici canonicus de Carcary” a 20 de Janeiro, mas sem indicação do respectivo ano⁴⁸²⁴.

João Lourenço – Cónego de Santa Maria de Cárquere. Um Obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Johanes Laurencii canonicus Sancte Marie de Carcary” a 19 de Janeiro, mas sem especificar o ano do óbito⁴⁸²⁵.

Mateus Anes – Cónego de Santa Maria de Cárquere. Um Obituário do mosteiro de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Mateus Johanis canonicus de Sancta Maria de Carcary” a 26 de Janeiro, mas sem qualquer indicação do ano⁴⁸²⁶.

⁴⁸²² BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.34vº.

⁴⁸²³ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.35.

⁴⁸²⁴ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.34.

⁴⁸²⁵ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.34.

⁴⁸²⁶ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.35.

2.3. Diocese do Porto

2.3.1. - Santa Maria de Vila Boa do Bispo (c. Marco de Canaveses)

Nicolau Martins – Cónego de Vila Boa do Bispo e futuro prior do mosteiro. A 2 de Novembro de 1302 aparece “Nicholao Martini monacho seu canonico regulari Monasterii de ville bone”, entre as testemunhas de um instrumento efectuado no mosteiro de Tuias, encontrando-se aí na companhia do seu superior hierárquico⁴⁸²⁷. Este Nicolau Martins é o mesmo religioso que alcançará o priorado do mosteiro na segunda década do séc. XIV⁴⁸²⁸.

Fernando – Cónego de Vila Boa do Bispo. Surge entre os confirmantes de um emprazamento efectuado no mosteiro de Vila Boa, em Dezembro de 1306, pelo qual é emprazado a João Anes e a Vidal Anes e às suas futuras legítimas esposas um herdamento na vila de Meixide⁴⁸²⁹.

Egas – Cónego de Vila Boa do Bispo. Conhecemos-lhe apenas uma referência datada de Dezembro de 1306⁴⁸³⁰.

Gonçalo – Cónego de Vila Boa do Bispo. Apenas lhe conhecemos o nome próprio, surgindo “Gonçallo” a confirmar instrumentos efectuados no mosteiro em Dezembro de 1306⁴⁸³¹ e Setembro de 1312⁴⁸³².

Pedro – Provável cónego de Vila Boa do Bispo. Surge a redigir dois emprazamentos efectuados no mosteiro em Dezembro de 1306⁴⁸³³ e Setembro de 1312⁴⁸³⁴.

Martim Geraldés/Martinho Geraldés – Cónego de Vila Boa. A 12 de Agosto de 1308 encontra-se no mosteiro de Arouca onde aparece arrolado como testemunha num documento em que a monja Inês Fernandes de Cambra reconhece que fez partilhas com as suas irmãs⁴⁸³⁵. É certamente o Martinho que aparece a roborar documentos feitos no mosteiro em Dezembro de 1306⁴⁸³⁶ e Setembro de 1312⁴⁸³⁷.

Estêvão – Cónego de Vila Boa do Bispo. Integra os confirmantes do emprazamento efectuado pelo mosteiro, em Setembro de 1312, de um casal situado no julgado de Arouca, a Pedro Peres e a sua mulher⁴⁸³⁸.

João – Cónego de Vila Boa do Bispo. A primeira e única referência que lhe conhecemos é de Setembro de 1312⁴⁸³⁹.

⁴⁸²⁷ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, p.175.

⁴⁸²⁸ A biografia deste religioso encontra-se mais desenvolvida na respectiva entrada da secção dedicada aos priores das comunidades.

⁴⁸²⁹ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.14.

⁴⁸³⁰ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.14.

⁴⁸³¹ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.14.

⁴⁸³² IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.15.

⁴⁸³³ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.14.

⁴⁸³⁴ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.15.

⁴⁸³⁵ Almeida, Dina Carla Ferreira de Sousa de, *O mosteiro cisterciense de Arouca*, vol. II, 2003, p.170 (Doc. Nº 106 do Apêndice Documental).

⁴⁸³⁶ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.14.

⁴⁸³⁷ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.15.

⁴⁸³⁸ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.15.

Afonso Esteves – Cónego de Vila Boa do Bispo. A 14 de Abril de 1373 encontrava-se em Coimbra, testemunhando um emprazamento que o mosteiro de S. Jorge celebrou com Fernão Martins, nas casas de Martim Lourenço, deão da Sé⁴⁸⁴⁰.

Pedro Afonso – Cónego regrante da Ordem de Santo Agostinho do mosteiro de Vila Boa do Bispo, do bispado do Porto. Com a respectiva licença do seu prelado, obtém a 21 de Dezembro de 1443, em Braga, ordens de Missa⁴⁸⁴¹. Em 1467 ainda se encontrava entre a comunidade regrante de Vila Boa do Bispo testemunhando aí um emprazamento⁴⁸⁴².

Nuno Gonçalves – Cónego do mosteiro de Vila Boa do Bispo. Com licença do seu maior, obtém a 4 de Março de 1447, em Braga, ordens de Epístola⁴⁸⁴³ e nessa mesma cidade recebe, no dia 25 de Março de 1447, ordens de Evangelho⁴⁸⁴⁴. A 8 de Abril de 1447 encontra-se novamente em Braga onde lhe são conferidas ordens de Missa⁴⁸⁴⁵.

Pedro Gonçalves – Provável cónego do mosteiro de Vila Boa do Bispo. Filho de Gonçalo Anes e de Branca Lourenço, sua mulher, moradores na freguesia de Vila Boa do Bispo da diocese do Porto. Com licença do seu prelado, obtém a 16 de Abril de 1457, em Braga, ordens de Missa⁴⁸⁴⁶.

Gonçalo Álvares – Cónego do mosteiro de Santo Agostinho de Vila Boa do Bispo. Com a devida autorização do seu superior desloca-se a Braga onde lhe são concedidas, a 26 de Maio de 1464, ordens menores⁴⁸⁴⁷. Viria a receber nessa mesma cidade, a 22 de Setembro de 1464, ordens de Epístola⁴⁸⁴⁸ e no final desse mesmo ano de 1464 recebe, no dia 22 de Dezembro, novamente em Braga, ordens de Evangelho⁴⁸⁴⁹. Em 1467 mantinha-se entre a comunidade regrante de Vila Boa testemunhando aí um emprazamento⁴⁸⁵⁰.

⁴⁸³⁹ IAN/TT – Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo, M. 1, Doc.15.

⁴⁸⁴⁰ IAN/TT- São Jorge de Coimbra, M. 9, n.º 39.

⁴⁸⁴¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 4, fl.6; Fernandes, Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.28.

⁴⁸⁴² Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras...*, edição crítica por Mário Fiúza, Vol.2, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p.42; Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo: tradição e mudança*, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 1990, p.112.

⁴⁸⁴³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 12, fl.1v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.84.

⁴⁸⁴⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 13, fl.3; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.87.

⁴⁸⁴⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 14, fl.2v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.91.

⁴⁸⁴⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.57; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.294.

⁴⁸⁴⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 19, fl.22; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.413.

⁴⁸⁴⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 20, fl.27; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.418.

⁴⁸⁴⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 21, fl.33; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.423.

⁴⁸⁵⁰ Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras...*, edição crítica por Mário Fiúza, Vol.2, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p.42; Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo: tradição e mudança*, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 1990, p.112.

João Anes – Cónego regente do mosteiro de Santo Agostinho de Vila Boa do Bispo. No dia 26 de Maio de 1464 recebe, em Braga, ordens de Evangelho⁴⁸⁵¹ e a 22 de Setembro de 1464 são-lhe conferidas, nessa mesma cidade, ordens de Missa⁴⁸⁵². Em 1467 há referência a um João Anes, cónego leigo⁴⁸⁵³, e apesar de não fazer muito sentido que se trate do mesmo religioso temos, mesmo assim, que considerar essa possibilidade.

Rodrigo Anes – Cónego do mosteiro de Vila Boa do Bispo. Em 1467 é referenciado como cónego de Vila Boa testemunhando aí um emprazamento⁴⁸⁵⁴.

Martim Lopes – Provável cónego do mosteiro de Vila Boa do Bispo. Em 1467 é referenciado como capelão no mosteiro de Vila Boa⁴⁸⁵⁵.

João – Cónego do mosteiro de Vila Boa. Recebe em Coimbra, em 1476, as ordens menores⁴⁸⁵⁶.

2.3.2. - Santo André de Ancede (c. Baião)

Fernão Lourenço/Fernando Lourenço – Prior claustral de Ancede. É nessa função que surge referenciado em Abril de 1364, altura em que o prior D. Vasco de Baião aí instituiu uma capela⁴⁸⁵⁷. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Fernandus Laurentii canonicus de Ansidi” a 13 de Maio, mas sem a respectiva indicação do ano, de qualquer modo essa data também não nos parece que corresponda ao óbito específico deste cónego, mas antes a uma comemoração colectiva pelo mosteiro, uma vez que no mesmo assento são mencionados diversos religiosos do cenóbio de Ancede⁴⁸⁵⁸, embora este mesmo mosteiro de S. Vicente de Fora reservasse o dia 17 de Junho para “comemoracio fratrum de Ansedi”⁴⁸⁵⁹.

Afonso Fernandes – Cónego do mosteiro de Ancede. Surge referenciado como “notarius” em Abril de 1364 sendo da sua lavra o documento que nos permite saber que nessa altura o prior D. Vasco de Baião aí instituiu uma capela⁴⁸⁶⁰. Afonso Fernandes era filho de Fernão Pires e de Diega Martins e irmão de Fernão Gonçalves, também cónego em Ancede, tudo indicando que eram provenientes da região, provavelmente naturais de

⁴⁸⁵¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 19, fl.23v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.415.

⁴⁸⁵² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 20, fl.29; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.419.

⁴⁸⁵³ Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras...*, edição crítica por Mário Fiúza, Vol.2, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p.42.

⁴⁸⁵⁴ Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras...*, edição crítica por Mário Fiúza, Vol.2, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p.42; Monteiro, Emília, *Vila Boa do Bispo: tradição e mudança*, Câmara Municipal de Marco de Canaveses, 1990, p.112.

⁴⁸⁵⁵ Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidario das palavras...*, edição crítica por Mário Fiúza, Vol.2, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1966, p.42.

⁴⁸⁵⁶ Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.212.

⁴⁸⁵⁷ Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ancede (c. Baião): Breves Notas para a História dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, in *Habent Sua Fata Libelli - Colectânea de Estudos em Homenagem ao Académico de Número, Doutor Fernando Guedes no seu 75º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, p.204 (Doc.3). Doravante referenciaremos este estudo da seguinte forma: Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ancede ...”

⁴⁸⁵⁸ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.91-92.

⁴⁸⁵⁹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.103.

⁴⁸⁶⁰ Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ancede ...”, p.204 (Doc.3).

Bafoeiras, local em que o mosteiro tinha meio casal em que à altura morava Gonçalo Domingues e que era do mosteiro “por razom de Affonso Fernandez e Fernam Gonçalvez nosos conigos filhos de Diega Martinz e de Fernam Piriz”⁴⁸⁶¹. Estes cónegos tinham também propriedades em Anreade das quais o mosteiro há-de haver “dous quinhois o quinhom d’Affomso Fernandiz e o de Fernam Gonçallvez nosos conigos”⁴⁸⁶². Esta informação conserva-se num tomo de Ancede, dos finais do séc. XIV, e pela utilização da forma verbal poderemos conjecturar que nessa altura os dois religiosos ainda vivessem. “Alfonso Fernandi” é também identificado num obituário de S. Vicente de Fora mas sem qualquer especificação da data do seu óbito, surgindo o seu nome integrado num rol de cónegos de Ancede, naquilo que deverá ser interpretado como uma celebração colectiva de sufrágios do mosteiro de S. Vicente pelo de Ancede e que recaía a 13 de Maio⁴⁸⁶³.

Fernão Gonçalves/Fernando Gonçalves – Cónego do mosteiro de Ancede. As informações que dispomos sobre este religioso são recolhidas num tomo de Ancede, datável dos finais do séc. XIV, e que nos permite saber que Fernão Gonçalves, além de ser cónego de Ancede era filho de Fernão Pires e de Diega Martins e irmão de Afonso Fernandes, também cónego regrante no mosteiro de Ancede, detendo estes religiosos património em Bafoeiras e em Anreade⁴⁸⁶⁴. Apesar de não termos nenhuma indicação cronológica concreta a este religioso, a sua presença no mosteiro duriense é estimável, grosso modo, para as últimas quatro décadas do séc. XIV, uma vez que é contemporâneo do seu irmão e, aparentemente, ainda era vivo á altura da elaboração do tomo que referenciamos. Um obituário de S. Vicente de Fora regista a celebração do aniversário de “Fernandus Gundisalvi canonicus de Ansidi” a 13 de Maio, mas sem a respectiva indicação do ano, dia que também não deverá corresponder ao falecimento deste cónego mas sim a uma comemoração colectiva que era celebrada pelo mosteiro, uma vez que nesse registo são mencionados diversos religiosos de Ancede⁴⁸⁶⁵.

Estêvão Gil – Cónego do mosteiro de Ancede. Trata-se de um dos nove cónegos que em Abril de 1364 constituíam a comunidade conventual de Ancede⁴⁸⁶⁶.

João Martins – Cónego do mosteiro de Ancede. É um dos subscritores da carta pela qual, entre outras disposições de interesse para a comunidade, o abade do mosteiro aí instituiu uma capela, em Abril de 1364⁴⁸⁶⁷. O nome do cónego “Johanes Martini” é um dos que surgem referenciados numa listagem de religiosos de Ancede que integra um assento do obituário de S. Vicente de Fora numa celebração colectiva de sufrágios pelo mosteiro duriense que S. Vicente de Fora celebrava a 13 de Maio⁴⁸⁶⁸.

Domingos Lourenço – Cónego do mosteiro de Ancede. Integrava a comunidade regrante desta canónica duriense no início de Abril de 1364⁴⁸⁶⁹. A 26 de Agosto de 1374 Domingos Lourenço surge entre as testemunhas do instrumento de arrendamento que o prior Vasco Martins, juntamente com o convento de Ancede, fizeram a Domingos Pires

⁴⁸⁶¹ Tombo do mosteiro de Ancede, fl.25vº, 2003, p.282.

⁴⁸⁶² Tombo do mosteiro de Ancede, fl.25vº, 2003, p.282.

⁴⁸⁶³ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.91-92.

⁴⁸⁶⁴ Tombo do mosteiro de Ancede, fl.25vº, 2003, p.282.

⁴⁸⁶⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.91-92.

⁴⁸⁶⁶ Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ancede ...”, p.204 (Doc.3).

⁴⁸⁶⁷ Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ancede ...”, p.204 (Doc.3).

⁴⁸⁶⁸ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.91-92.

⁴⁸⁶⁹ Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ancede ...”, p.204 (Doc.3).

e a sua mulher das casas que tinham na ribeira de Gaia⁴⁸⁷⁰. Um obituário de S. Vicente de Fora confirma-nos a existência de um cônego de Ancede chamado “Dominicus Laurencii”⁴⁸⁷¹.

Afonso Martins – Cônego do mosteiro de Ancede e seu prior claustral. Surge referenciado em Abril de 1364 como cônego da instituição, sendo um dos subscritores de um documento aí elaborado⁴⁸⁷². A 26 de Agosto de 1374 Afonso Martins ocupava o cargo de prior crasteiro de Ancede, tendo sido ele a redigir o contrato de arrendamento que nesse dia o prior Vasco Martins, juntamente com o convento de Ancede, fez a Domingos Pires e a sua mulher das casas que tinham em Vila Nova de Gaia⁴⁸⁷³. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “donus Alfonsus Martini canonicus de Ansidei” a 10 de Junho, mas sem qualquer indicação do ano⁴⁸⁷⁴. Também um obituário de S. Vicente de Fora refere o cônego de Ancede “Alfonsus Martini”, surgindo o seu nome integrado numa lista de religiosos de Ancede, recaindo a celebração desse sufrágio colectivo a 13 de Maio⁴⁸⁷⁵.

Fernão Gomes/Fernando Gomes – Cônego do mosteiro de Ancede e seu futuro prior. Surge entre a comunidade regrante de Ancede, encontrando-se o seu nome apostado na carta feita no mosteiro, em Abril de 1364, e pela qual o prior D. Vasco manda dizer diversas missas por intercessão de familiares, beneficia o convento e institui uma capela⁴⁸⁷⁶. A 26 de Agosto de 1374 Fernão Gomes encontra-se entre as testemunhas do instrumento de arrendamento que o prior Vasco Martins, juntamente com o convento de Ancede, fez a Domingos Pires e a sua mulher das casas que tinham na ribeira de Gaia⁴⁸⁷⁷. Este Fernando ou Fernão Gomes é certamente o mesmo que virá a ocupar o priorado da comunidade à entrada para a última década do séc. XIV, estando documentado no cargo em Agosto de 1387⁴⁸⁷⁸.

João Anes – Cônego do mosteiro de Ancede. É um dos nove cônegos que em Abril de 1364 integrava a comunidade conventual de Santo André de Ancede⁴⁸⁷⁹. A 26 de Agosto de 1374 “Joanne Annes” mantinha-se entre a comunidade regrante de Ancede, testemunhando o contrato de arrendamento que nesse dia o mosteiro fez das casas que tinha em Gaia⁴⁸⁸⁰. “Joham Eanes” também testemunhou a doação que Maria Rodrigues, mulher que foi de Gonçalo da Ramada, fez ao mosteiro de toda a sua herdade em Minhoso, com a condição do marido dar anualmente 20 soldos para missas e quando este falecesse, transitaria a posse efectiva da herdade para o mosteiro⁴⁸⁸¹.

⁴⁸⁷⁰ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.67-68 (Doc.1).

⁴⁸⁷¹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.92.

⁴⁸⁷² Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansidei ...”, p.205 (Doc.3).

⁴⁸⁷³ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.67-68 (Doc.1).

⁴⁸⁷⁴ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.21.

⁴⁸⁷⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.91-92.

⁴⁸⁷⁶ Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansidei ...”, p.205 (Doc.3).

⁴⁸⁷⁷ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.67-68 (Doc.1).

⁴⁸⁷⁸ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – N°703, fls. 246-250; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1811, pp. 255-257.

⁴⁸⁷⁹ Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansidei ...”, p.205 (Doc.3).

⁴⁸⁸⁰ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.67-68 (Doc.1).

⁴⁸⁸¹ Barros, Amândio Jorge Morais, “Tombo do mosteiro de Ancede”..., 2003, p.270.

João Afonso – Cónego do mosteiro de Ancede. Surge entre a comunidade regrante de Ancede em Abril de 1364⁴⁸⁸². A 26 de Agosto de 1374 João Afonso é identificado entre as testemunhas do contrato de arrendamento que nesse dia o prior Vasco Martins e o convento de Ancede fizeram a Domingos Pires e a sua mulher, Clara Soares, das casas que tinham em Vila Nova de Gaia⁴⁸⁸³. “Joham Affonso” surge juntamente com o cónego João Anes a testemunhar a doação que Maria Rodrigues fez ao mosteiro de toda a sua herdade em Minhoso⁴⁸⁸⁴. Este cónego era proprietário de uma ramada na Castanheira que trazia emprazada João Gil por quatro libras⁴⁸⁸⁵. É possível que este cónego seja irmão de Martim Afonso, também cónego de Ancede, suportando-se tal hipótese no facto de possuírem bens em comum⁴⁸⁸⁶. O nome do cónego “Johanes Alfonsi” consta num rol de religiosos de Ancede que integram um registo do obituário de S. Vicente de Fora, o que deixa perceber que se celebrava aí, a 13 de Maio, uma comemoração colectiva pelo mosteiro de Ancede⁴⁸⁸⁷.

Martim Pires/Martim Peres – Cónego e prior claustral de Ancede. A 26 de Agosto de 1374 Martim Pires já integrava a comunidade monástica de Ancede, sendo um dos seis regrantes que testemunham o contrato de arrendamento que o mosteiro fez das casas de Vila Nova de Gaia⁴⁸⁸⁸. A 24 de Agosto de 1387 ocupava o cargo de prior crasteiro de Ancede. Nesse dia esteve presente em Alpendurada, na assembleia onde se determinou a celebração de sufrágios entre diversos cenóbios beneditinos e agostinhos das dioceses de Braga e do Porto, aparecendo, inclusivamente, como escrivão do documento⁴⁸⁸⁹. Foi também o Autor do tombo de Ancede, feito por volta de 1400 como aí se revela: “Fezeo Martin Pirez prior clasteiro e notairo per saude da sua alma e per mandado do prior dom Fernam Gomez”⁴⁸⁹⁰.

Gomes Anes – Cónego de Ancede. Apenas se sabe que foi cónego de Santo André de Ancede pelo seu voto de obediência em que declara: “Eu Gomes Eanes conigo do mosteiro d’Ansede prometo e juro a <Santos Evangelhos> que nonca seja contra ho prior del e convento e nem contra cousa que ser seja mas sempre em hora e defendemento deelle e por desto ser desto certos assinei aqui por minha mao”⁴⁸⁹¹.

⁴⁸⁸² Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansede ...”, p.205 (Doc.3).

⁴⁸⁸³ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.67-68 (Doc.1).

⁴⁸⁸⁴ *Tombo do mosteiro de Ancede*, fl.22, 2003, p.270.

⁴⁸⁸⁵ *Tombo do mosteiro de Ancede*, fl.24, 2003, p.277.

⁴⁸⁸⁶ *Tombo do mosteiro de Ancede*, fls.25-25vº, 2003, pp. 280, 282.

⁴⁸⁸⁷ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.91-92.

⁴⁸⁸⁸ Barros, Amândio Jorge Morais, “Por ser de sua lavra e cutelo”..., 1998, pp.67-68 (Doc.1).

⁴⁸⁸⁹ BGUC – Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – Nº703, fls. 246-250; Ribeiro, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, Tomo II, Lisboa, 1811, pp. 255-257

⁴⁸⁹⁰ Barros, Amândio Jorge Morais, “Tombo do mosteiro de Ancede [séc. XIV]”, in *Douro: Estudos & Documentos*, Ano 8, Nº16, Porto, Edição do GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto), 2003, p.221.

⁴⁸⁹¹ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.12vº. Este documento encontra-se transcrito e publicado por Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ansede (c. Baião): Breves Notas para a História dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, in *Habent Sua Fata Libelli - Colectânea de Estudos em Homenagem ao Académico de Número, Doutor Fernando Guedes no seu 75º Aniversário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004, pp. 194-200 (doc.1); *Idem* “Trado me ipsum...” – Registos medievais de traditio monástica entre os cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol. IV, organização do Departamento de Ciências e Técnicas do Património / Departamento de História, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 345-348. Doravante referenciaremos apenas a transcrição que integra este último trabalho.

Apesar de este voto não estar datado, como nenhum dos aí inscritos, este ainda oferece um maior grau de dificuldade, em termos de identificação cronológica uma vez que nem sequer menciona o nome do prior, de qualquer modo, e como observa o Doutor Saul Gomes, os votos de profissão que se inserem nas costas deste pergaminho são, pela análise caligráfica, reportáveis ao final do séc. XIV e século XV⁴⁸⁹². Parece-nos também, pela similitude gráfica com a letra de outros votos presentes nesse documento, que a sua profissão tenha ocorrido numa das duas últimas décadas do séc. XIV.

Frei Gomes – Cónego de Ancede. Temos conhecimento do seu voto de profissão, onde surge apenas o nome próprio, no entanto aí é revelado o nome do prior a quem promete obediência: D. Fernando⁴⁸⁹³, que acreditamos tratar-se de D. Fernando ou Fernão Gomes que ocupou o priorado de Ancede, pelo menos, no final da década de oitenta do séc. XIV, comprovado documentalmente em 1387⁴⁸⁹⁴, por isso parece-nos perfeitamente enquadrável nesse período cronológico.

Frei João – Cónego do mosteiro de Santo André de Ancede. No seu voto de profissão é omitido o patronímico tal como na própria assinatura autografa que acompanha esse voto, onde promete obedecer ao prior D. Fernando e aos seus sucessores⁴⁸⁹⁵. De acordo com aquilo que acima dissemos é admissível que tenha professado na última quinzena do séc. XIV ou no início do XV.

Martim Afonso – Cónego do mosteiro de Santo André de Ancede. No tombo de Ancede, elaborado no final do sec. XIV ou início do séc. XV diz-se que o mosteiro tem duas herdades em Donim que traz Domingos de Donim e que estão em posse do mosteiro por “parte do prior dom Fernam Gomez e da parte de Joham Affonso e Martim Afonso nosos conegos”⁴⁸⁹⁶. De resto parece-nos bastante provável que estes dois cónegos fossem irmãos, até porque são novamente mencionados como coproprietários de parte da quinta que foi de Lourenço Gomes e de Margarida Fernandes, ficando o mosteiro com os quinhões que eles aí detinham⁴⁸⁹⁷.

Gonçalo Anes – Cónego do mosteiro de Santo André de Ancede. Deverá ter professado no mosteiro de Ancede em finais do séc. XIV ou no início do XV, isto tendo em conta que no seu voto de obediência é referido o prior D. Fernando⁴⁸⁹⁸.

Diogo Martins – Provável cónego de Ancede. Foi pároco da igreja de Santa Maria de Gove, da qual saiu, por permuta, provavelmente em 1428, para assumir a igreja de S. Bartolomeu de Baião⁴⁸⁹⁹, ambas do padroado do mosteiro de Ancede. A 1 de Abril de 1437 mantinha-se à frente desta última igreja dia em que o rei legitimou dois filhos, de “Diego Martinz clerigo de misa abade de Sam Bertolameu de Bayam” ambos de uma

⁴⁸⁹² Gomes, Saul António, “Trado me ipsum...” – Registos medievais de traditio monástica entre os cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, 2006, p.340.

⁴⁸⁹³ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.12vº; Gomes, Saul António, “Trado me ipsum...” – Registos medievais de traditio monástica entre os cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, 2006, p.347.

⁴⁸⁹⁴ Sobre este religioso remetemos para a respectiva entrada.

⁴⁸⁹⁵ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.12vº; Gomes, Saul António, “Trado me ipsum...” – Registos medievais de traditio monástica entre os cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, 2006, p.348.

⁴⁸⁹⁶ *Tombo do mosteiro de Ancede*, fl.25, 2003, p.280.

⁴⁸⁹⁷ *Tombo do mosteiro de Ancede*, fl.25vº, 2003, p.282.

⁴⁸⁹⁸ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.12vº; Gomes, Saul António, “Trado me ipsum...” – Registos medievais de traditio monástica entre os cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, 2006, p.348.

⁴⁸⁹⁹ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.20.

relação com Maria Anes, mulher solteira à altura do nascimento das crianças⁴⁹⁰⁰. A sua permanência como reitor de S. Bartolomeu parece ter sido longa, isto a acreditarmos na informação de que ele “ouve a posse della e a pesuio para perto de quarenta anos”⁴⁹⁰¹, o que, a comprovar-se, significa que o seu falecimento deverá ter ocorrido em finais da década de sessenta.

Vasco Fernandes – Cónego do mosteiro de Ancede. A 25 de Março de 1447 recebe ordens de Epístola em Braga⁴⁹⁰².

Pedro Anes – Cónego do mosteiro de Ancede. Professou no mosteiro de Santo André de Ancede, havendo registo desse acto pelo qual “Petrus Joanes” se comprometeu a obedecer à regra dos cónegos regrantes de Santo Agostinho e ao prior do seu mosteiro, D. João⁴⁹⁰³.

Afonso Anes de Ancede – Provável cónego do mosteiro de Ancede. Filho de João Anes de Sequeiros e Maria Martins, moradores na freguesia de Santo André de Ancede. A 19 de Setembro de 1450 recebe ordens de Epístola em Braga⁴⁹⁰⁴. A 19 de Dezembro de 1450 são-lhe conferidas ordens de Evangelho, também em Braga⁴⁹⁰⁵, cidade onde, de resto, também lhe seriam consagradas, a 19 de Março de 1451, ordens de Missa⁴⁹⁰⁶.

Gonçalo Afonso – Cónego do mosteiro de Ancede. Gonçalo Afonso fez o seu voto de profissão e obediência no mosteiro de Ancede perante o prior João⁴⁹⁰⁷. A 19 de Dezembro de 1450 recebe ordens menores em Braga⁴⁹⁰⁸. A 18 de Setembro de 1451 encontra-se novamente em Braga, onde recebe ordens de Epístola⁴⁹⁰⁹, acompanhando certamente o seu prior que nesse mesmo dia também aí recebe ordens sacras. O mesmo sucede a 18 de Dezembro de 1451, altura em que o prior de Ancede, D. João Fernandes é investido, na cidade bracarense, em ordens de Missa, enquanto Gonçalo Afonso recebe ordens de Evangelho, surgindo aí referenciado como “coonigo professo do mosteiro de Santo Andre de Ancede do bispado do Porto da Hordem de Santo

⁴⁹⁰⁰ *Chancelarias portuguesas - D. Duarte*, Vol. I – Tomo 2 (1435-1438), edição organizada por João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos - Universidade Nova de Lisboa, 1998, pp.120-121 (Doc.833).

⁴⁹⁰¹ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.20.

⁴⁹⁰² A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 13, fl.1; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.86.

⁴⁹⁰³ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.12vº; Gomes, Saul António, “Trado me ipsum...” – Registos medievais de traditio monástica entre os cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, 2006, p.348.

⁴⁹⁰⁴ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.10; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.145.

⁴⁹⁰⁵ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.17; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.150.

⁴⁹⁰⁶ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.20v.; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.157.

⁴⁹⁰⁷ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.12vº; Gomes, Saul António, “Trado me ipsum...” – Registos medievais de traditio monástica entre os cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, 2006, p.348.

⁴⁹⁰⁸ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.15; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.147.

⁴⁹⁰⁹ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.44; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.170.

Agostinho”⁴⁹¹⁰. Este cónego regrante foi, finalmente, investido nas ordens de Missa a 20 de Dezembro de 1455⁴⁹¹¹.

João Vasques – Cónego do mosteiro de Ancede. Filho de Vasco Gil e de Catarina Vasques⁴⁹¹². Trata-se certamente do mesmo “Jhoanes Valacy” de quem há o registo de ter professado no mosteiro perante o prior João⁴⁹¹³. A documentação permite-nos acompanhar o seu percurso sacerdotal. Assim, a 18 de Dezembro de 1451 recebe ordens menores em Braga⁴⁹¹⁴, cidade a que regressa a 24 de Fevereiro de 1453 para receber ordens de Epístola, aparecendo aí referenciado como “coonigo professo do moesteiro de Anssede da Hordem de Sancto Agostinho do bispado do Porto”⁴⁹¹⁵. Só a 20 de Setembro de 1455 é que lhe são concedidas ordens de Evangelho, novamente em Braga⁴⁹¹⁶, para a 20 de Dezembro, desse mesmo ano de 1455, receber ordens de Missa na cidade bracarense, na companhia de Gonçalo Afonso, outro cónego de Ancede⁴⁹¹⁷.

Fernando Afonso – Cónego professo do mosteiro de Santo Agostinho de Ancede. Com a devida autorização do seu prior deslocou-se a Braga, onde recebeu, a 17 de Dezembro de 1463, ordens menores⁴⁹¹⁸.

Lopo Nunes – Provável cónego de Ancede. Filho de Nuno Gonçalves e de Leonor Anes moradores na freguesia de Santo André de Ancede do bispado do Porto. Com a necessária licença do seu prelado recebeu ordens menores em Braga, a 20 de Junho de 1464⁴⁹¹⁹.

Gonçalo Anes – Cónego do mosteiro de Santo André de Ancede. “Gonsallus Joanes” professou no mosteiro de Santo André de Ancede, sendo prior da instituição D. João, como revela o seu voto de obediência⁴⁹²⁰. A sua entrada nesta comunidade monástica deverá ter ocorrido na primeira metade da década de sessenta, uma vez que a 25 de Fevereiro de 1464 “Gonçallo Anes coonigo do moesteiro de Santo Andre de Anssede” recebe ordens menores em Braga⁴⁹²¹.

⁴⁹¹⁰ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.52; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.176.

⁴⁹¹¹ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.19; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.261.

⁴⁹¹² A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.49v.; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.175. Neste registo atribui-se o mosteiro de Ancede ao bispado de Lamego.

⁴⁹¹³ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.12vº; Gomes, Saul António, “Trado me ipsum...” – Registos medievais de traditio monástica entre os cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, 2006, p.348.

⁴⁹¹⁴ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.49v.; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.175.

⁴⁹¹⁵ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 24, fl.32; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.197.

⁴⁹¹⁶ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.11; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.255.

⁴⁹¹⁷ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.19; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, pp. 260-261.

⁴⁹¹⁸ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 13, fl.17; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.391.

⁴⁹¹⁹ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 18, fl.28; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.409.

⁴⁹²⁰ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.12vº; Gomes, Saul António, “Trado me ipsum...” – Registos medievais de traditio monástica entre os cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, 2006, p.348.

⁴⁹²¹ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 14, fl.1; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.395.

João Álvares – Provável cónego de Ancede. Filho de Álvaro Fernandes e de sua mulher, Margarida Luís, moradores na freguesia de *Sant'Andre d'Ansede do bispado do Porto*, recebeu com licença do seu prelado, ordens menores, em Braga, em 1465⁴⁹²². A 19 de Setembro de 1467 recebe, também em Braga, ordens de Epístola⁴⁹²³.

Rui Pires – Provável cónego de Ancede. Aparece referenciado numa sentença de 7 de Agosto de 1493, respeitante a um processo de disputa do padroado da igreja de S. Bartolomeu de Baião, entre o fidalgo João Fernandes de Sousa e o mosteiro de Ancede, tendo o prior e o convento apresentado para abade dessa igreja “Ruy Periz cleriguo d'ordens menores da dita diocese do Porto”⁴⁹²⁴.

António Anes – Cónego do mosteiro de Santo André de Ancede. A 6 de Agosto de 1527 “Antony'Annes conygo do mosteiro d'Amssede” encontrava-se no mosteiro de Cárquere, testemunhando aí um instrumento de emprazamento em três vidas⁴⁹²⁵. É certamente o mesmo António Anes que fez voto de profissão perante o prior João⁴⁹²⁶, muito provavelmente o prior João Fernandes que geriu os destinos de Ancede, grosso modo, a partir da viragem para a segunda metade do século XV e até cerca de 1490, cronologia perfeitamente compatível com a existência deste cónego.

Gonçalo Monteiro – Cónego regrante e prior crasteiro de Ancede. Era *priol crasteyro do moesteiro d'Ansede* a 12 de Junho de 1556, dia em que deu conhecimento ao rei que o mosteiro se encontrava vago por morte do comendatário D. Sancho, tendo inclusive já conseguido arrematar as rendas do mosteiro por 550 mil réis, faltando apenas o consentimento régio para a concretização do negócio⁴⁹²⁷. Frei Nicolau de Santa Maria referencia-o ainda neste cargo em 1557⁴⁹²⁸. Deverá ter falecido entre esta data e 1560 uma vez que o seu nome não consta na lista de religiosos que integravam a comunidade monástica a 11 de Agosto de 1560. Nessa altura o prior claustral já é Diogo Monteiro, muito provavelmente um seu familiar, embora também não se possa excluir a hipótese de estarmos perante o mesmo indivíduo, e ter havido uma qualquer confusão com o registo do seu nome no documento. De qualquer forma, e em termos metodológicos, admitimos estar perante duas pessoas diferentes.

Pedro Anes – Cónego regrante de Ancede. Frei Nicolau de Santa Maria indica-o como sendo um dos cinco elementos que constituía a comunidade conventual de Ancede em 1557⁴⁹²⁹. Surge identificado como cónego do mosteiro no documento de 11 de Agosto de 1560 em que o padre frei Estêvão Leitão, professo da Ordem dos Pregadores de São Domingos de Lisboa, toma, corporalmente, posse do mosteiro de Ancede que tinha sido anexado ao de S. Domingos⁴⁹³⁰.

⁴⁹²² A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 3, fl.11.

⁴⁹²³ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 14, fl.11.

⁴⁹²⁴ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.20.

⁴⁹²⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 15-A, M.7, N.º.128.

⁴⁹²⁶ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.12vº; Gomes, Saul António, “Trado me ipsum...” – Registos medievais de tradição monástica entre os cónegos regrantes de Santo Agostinho em Portugal”, 2006, p.348.

⁴⁹²⁷ IAN/TT- Corpo Cronológico, Parte I, M. 98, n.133.

⁴⁹²⁸ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.327.

⁴⁹²⁹ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.327.

⁴⁹³⁰ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.21.

Bastião Afonso – Cónego regrante de Ancede. É um dos cinco cónegos que constituíam a comunidade monástica do mosteiro de Ancede, em 1557⁴⁹³¹. Este religioso é novamente referenciado como membro da comunidade a 11 de Agosto de 1560, dia em que o mosteiro duriense foi, efectivamente, entregue ao de São Domingos de Lisboa⁴⁹³². Entre as funções que este cónego desempenhava na comunidade encontrava-se a de sacristão do mosteiro⁴⁹³³.

Gaspar Fernandes – Cónego regrante de Ancede. Frei Nicolau de Santa Maria indica-o como sendo um dos cinco elementos da comunidade conventual de Ancede em 1557, sendo inclusivamente o cura da freguesia do mosteiro⁴⁹³⁴.

João Francisco – Cónego regrante do mosteiro de Ancede. É um dos religiosos desta canónica agostinha referenciados em 1557⁴⁹³⁵, constando novamente o seu nome entre o dos cónegos de Ancede que figuram no documento de 11 de Agosto de 1560⁴⁹³⁶.

Diogo Monteiro – Cónego regrante e prior claustral de Ancede. O facto de o seu patronímico ser “Monteiro” e de surgir como prior claustral do mosteiro e numa data muito próxima àquela em que encontramos Gonçalo Monteiro no exercício dessas mesmas funções deixa-nos forçosamente intrigados e leva-nos a considerar a possibilidade de estarmos perante o mesmo religioso. De qualquer forma e, de momento, sem outro elemento que nos permita esclarecer a questão, resta-nos, além de admitir esse cenário no campo hipotético, dizer que Diogo Monteiro era o prior crasteiro quando o mosteiro foi anexado a S. Domingos de Lisboa, em 1560⁴⁹³⁷.

António Domingues – Cónego regrante de Ancede. O seu nome surge entre o dos cónegos que se encontravam em Ancede quando, no dia 11 de Agosto de 1560, frei Estêvão Leitão, em nome do mosteiro de São Domingos de Lisboa, tomou posse de Santo André de Ancede⁴⁹³⁸.

Cónegos cuja cronologia não foi possível estabelecer com rigor:

Domingos Vicente – Cónego de Santo André de Ancede. Um Obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Dominicus Viceenti canonicus de Ansidi” a 18 de Julho mas sem qualquer indicação do ano⁴⁹³⁹.

Vicente Domingues – Cónego de Santo André de Ancede. Um obituário de S. Vicente de Fora regista a celebração do aniversário de “Vincentius Dominici canonicus de Ansidi” a 13 de Maio, mas sem a respectiva indicação do ano, dia que de resto também não deverá corresponder ao falecimento deste cónego mas sim a uma comemoração colectiva que era celebrada pelo mosteiro lisboeta, uma vez que nesse registo são

⁴⁹³¹ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.327.

⁴⁹³² IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.21.

⁴⁹³³ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.21.

⁴⁹³⁴ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.327.

⁴⁹³⁵ Santa Maria, D. Nicolau de, *Chronica ...*, Primeira Parte, Livro VI, cap. XII, p.327.

⁴⁹³⁶ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.21.

⁴⁹³⁷ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.21.

⁴⁹³⁸ IAN/TT- Mosteiro de Ancede, M.1, Doc.21.

⁴⁹³⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.24vº.

mencionados diversos religiosos de Ancede⁴⁹⁴⁰. Apesar de não haver aí nenhum elemento cronológico identificativo, o nome deste religioso surge a encabeçar a listagem dos cónegos de Ancede, cuja generalidade dos nomes é possível, através da confrontação das fontes, enquadrar na segunda metade do séc. XIV e início do XV, por isso é estipulável que Vicente Domingues tenha sido regrante de Ancede no final da primeira metade do séc. XIV.

Lourenço Gil – Cónego de Santo André de Ancede. Um obituário de S. Vicente de Fora refere “Laurentius Egee canonicus de Ansidii” encontrando-se o seu registo a 13 de Maio, mas sem a respectiva indicação do ano de falecimento, de qualquer modo essa data também não nos parece que corresponda ao óbito específico deste cónego, mas antes a uma comemoração colectiva pelo mosteiro, uma vez que no mesmo assento são mencionados diversos religiosos de Ancede⁴⁹⁴¹. A presença de Lourenço Gil entre a comunidade monástica de Ancede não deverá ser anterior às duas últimas décadas da primeira metade do séc. XIV, sendo até possível que tenha sido regrante da instituição apenas na segunda metade do séc. XIV, isto se tivermos em conta que o seu nome é precedido pelo do cónego Fernando Lourenço que ainda era monge de Ancede em Abril de 1364⁴⁹⁴².

Vasco Esteves – Cónego de Santo André de Ancede. Um obituário de S. Vicente de Fora identifica “Velasus Stephani” como cónego regrante de Ancede⁴⁹⁴³, e apesar de não haver aí nenhum referencial temporal concreto, o seu nome surge entre o de diversos religiosos que é possível detectar na comunidade regrante de Ancede na segunda metade do séc. XIV, pelo que, e partindo do princípio que existe alguma disposição cronológica nesse assento, é crível que também Vasco Esteves tenha sido cónego do mosteiro dentro desse período.

Vasco Afonso – Cónego de Santo André de Ancede. Trata-se de um dos cónegos de Ancede referenciado num registo do obituário de S. Vicente de Fora, surgindo o nome de “Velasus Alfonsi” entremeadado com o de outros religiosos da instituição⁴⁹⁴⁴, cuja cronologia é possível estabelecer para a segunda metade de trezentos, por isso é admissível que este religioso também tenha sido cónego de Ancede nessa mesma altura.

Vasco Esteves do Porto – Cónego de Santo André de Ancede. “Velasus Stephani de Portu” surge identificado como cónego de Ancede num obituário de S. Vicente de Fora, onde aparece agrupado com cerca de uma dúzia de religiosos da instituição⁴⁹⁴⁵, cuja maioria é possível enquadrar na segunda metade do séc. XIV. Tal cronologia deverá ser extensível a este religioso, de resto o recurso ao apodo toponímico leva-nos a acreditar que seria contemporâneo do cónego Vasco Esteves, sendo esta a forma de diferenciação encontrada.

Martim Lourenço – Cónego de Santo André de Ancede. O nome de “Martinus Laurencii” surge numa extensa lista de religiosos do mosteiro de Ancede que integram um assento necrológico do mosteiro de S. Vicente de Fora e que é composta por:

⁴⁹⁴⁰ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.91-92.

⁴⁹⁴¹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.91-92.

⁴⁹⁴² Gomes, Saul António, “Acerca do Mosteiro de Santo André de Ancede ...”, 2004, p.204 (Doc.3).

⁴⁹⁴³ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.91-92.

⁴⁹⁴⁴ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.92.

⁴⁹⁴⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.91-92.

Vicente Domingues, Fernando Lourenço, Lourenço Gil, Fernão Gonçalves, Domingos Lourenço, João Martins, Vasco Esteves, Vasco Afonso, Afonso Fernandes, Afonso Martins, João Afonso, Vasco Esteves do Porto e Martim Loureço, todos cónegos de Ancede, referenciando-se aí ainda frei Domingos e frei Gonçalo, conversos do mosteiro de Ancede⁴⁹⁴⁶. Não conseguimos estabelecer uma cronologia concreta para a presença de Martim Lourenço nesta canónica regrante, de qualquer modo e tendo em consideração a cronologia relativa ou aproximada que estabelecemos para a generalidade dos outros religiosos que vimos mencionando, parece-nos que este cónego também se poderá enquadrar na segunda metade do séc. XIV.

2.3.3. - Santo Estêvão de Vilela (c. Paredes)

Pedro Peres – Cónego do mosteiro de Vilela. A 20 de Julho de 1287 “Pero Peres coonigo de Vilela” encontrava-se na cidade do Porto onde testemunhou um instrumento respeitante a direitos de padroado do mosteiro de S. Salvador de Tuias⁴⁹⁴⁷. Não sabemos até quando se manteve entre a comunidade regrante de Vilela.

Geraldo Vicente – Cónego do mosteiro de Vilela. Aparece referenciado, juntamente com outros dois cónegos do seu mosteiro, como testemunha num testamento datado de 25 de Julho de 1289, em que o beneficiário era o mosteiro de Santo Estêvão de Vilela⁴⁹⁴⁸. A 15 de Julho de 1293 surge identificado como procurador do mosteiro⁴⁹⁴⁹.

Geraldo Peres – Cónego do mosteiro de Vilela. Figura, como testemunha, num testamento datado de 25 de Julho de 1289⁴⁹⁵⁰.

Martim Gonçalves – Cónego do mosteiro de Vilela. Aparece, juntamente com outros dois religiosos do mosteiro de Vilela, como testemunha num testamento datado de 25 de Julho de 1289, em que o testador, de nome Afonso, deixa os seus bens ao mosteiro de Santo Estêvão de Vilela⁴⁹⁵¹.

Fernando Afonso - Cónego de Vilela, do bispado do Porto. A 30 de Setembro de 1442 é investido no cargo de prior mor de S. Simão da Junqueira⁴⁹⁵².

⁴⁹⁴⁶ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.91-92.

⁴⁹⁴⁷ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, p.173.

⁴⁹⁴⁸ Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, pp. 12-13 (Doc.5); Gouveia, Jaime Ricardo Teixeira, *Subsídios para a História de Leomil: “A-presentação” e “Re-presentação”*, Leomil, Câmara Municipal de Moimenta da Beira e Casa do Povo de Leomil, 2004, pp. 335-336.

⁴⁹⁴⁹ Vasconcellos, J. Leite de, *Opúsculos*, Vol. 1: *Filologia* (Parte I), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, p.303.

⁴⁹⁵⁰ Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, pp. 12-13 (Doc.5); Gouveia, Jaime Ricardo Teixeira, *Subsídios para a História de Leomil: “A-presentação” e “Re-presentação”*, Leomil, Câmara Municipal de Moimenta da Beira e Casa do Povo de Leomil, 2004, pp. 335-336.

⁴⁹⁵¹ Santos, Maria José Azevedo; Veloso, Maria Teresa, *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, pp. 12-13 (Doc.5); Gouveia, Jaime Ricardo Teixeira, *Subsídios para a História de Leomil: “A-presentação” e “Re-presentação”*, Leomil, Câmara Municipal de Moimenta da Beira e Casa do Povo de Leomil, 2004, pp. 335-336.

⁴⁹⁵² A.D.B. - Registo Geral 329, *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra*, fl.112; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.797.

Gonçalo Martins - Cónego do mosteiro de Vilela. É identificado como religioso deste mosteiro do bispado do Porto entre os registos de ordinandos da diocese de Braga, tendo aí recebido, com a respectiva autorização do seu prior, ordens menores no dia 23 de Setembro de 1447⁴⁹⁵³. A 15 de Junho de 1454, novamente em Braga, são-lhe conferidas ordens de Missa⁴⁹⁵⁴.

João Álvares - Cónego do mosteiro de Santo Estêvão de Vilela. Munido da necessária licença de seu maior recebe ordens de Evangelho no dia 17 de Fevereiro de 1448, em Braga⁴⁹⁵⁵, cidade onde viria também a receber ordens de Missa, a 9 de Março de 1448⁴⁹⁵⁶.

Frei Afonso - Cónego de Vilela, do bispado do Porto, de licença do prior do seu mosteiro, recebe ordens de Evangelho no dia 19 de Março de 1451, em Braga⁴⁹⁵⁷.

Frei Gonçalo - Cónego de Vilela, da Ordem de Santo Agostinho, do bispado do Porto, recebe ordens de Epístola no dia 19 de Março de 1451, em Braga⁴⁹⁵⁸.

Lopo Fernandes - Cónego regente do mosteiro de Santo Estêvão de Vilela. Filho de Fernando Álvares e de sua mulher, Catarina Anes, da freguesia de Santo Estêvão de Vilela, do bispado do Porto, recebe ordens menores, com licença do seu prior, no dia 8 de Abril de 1451, em Braga⁴⁹⁵⁹. A 27 de Março de 1456 obtém ordens de Epístola, também em Braga⁴⁹⁶⁰, cidade onde lhe são, igualmente, concedidas ordens de Evangelho, a 18 de Dezembro de 1456⁴⁹⁶¹. No primeiro semestre de 1457, mais concretamente a 16 de Abril, recebe ordens de Missa, em Braga, aparecendo aí referenciado como “coonigo professo do mosteiro de Santo Estevam de Villella”⁴⁹⁶². A 28 de Maio de 1466 o seu nome integra uma lista de três clérigos que Diogo Martins, prior de Vilela, propunha apresentar para a igreja de S. João de Nespereira que se encontrava vaga. No entanto nem ele, nem Gonçalo Afonso, nem Pedro Martins, os outros dois nomes pensados pelo prior chegaram a ocupar o lugar, uma vez que acabou

⁴⁹⁵³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 16, fl.1; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.97.

⁴⁹⁵⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 30, fl.10; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.227.

⁴⁹⁵⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 17, fl.2; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.100.

⁴⁹⁵⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 17, fl.4v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.104.

⁴⁹⁵⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.19; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.153. Este mesmo religioso é também identificado por Passos, Estela Ângela Leite de Barros Vilela, *A casa de Paço de Vides: História da Família – Os Vilela Passos*, 2005, p.98, embora não possa ser o Frei Afonso que surge aí indicado como monge beneditino do mosteiro de S. Miguel Refojos de Basto.

⁴⁹⁵⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.19v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.153.

⁴⁹⁵⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.29v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.159.

⁴⁹⁶⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.27-a; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.269.

⁴⁹⁶¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.41; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.282.

⁴⁹⁶² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.57; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.295.

por ser aí colocado Frei Fernando, monge professo de Bustelo, indicado pelo copadroeiro abade de Bustelo⁴⁹⁶³.

João Fernandes – Provável cónego de Vilela. Filho de Fernão Martins e de sua mulher, Maria Álvares, da freguesia de Santo Estêvão de Vilela, do bispado do Porto, recebe ordens de Epístola, no dia 18 de Setembro de 1451, em Braga⁴⁹⁶⁴.

Cónegos cuja cronologia não foi possível estabelecer:

Afonso Gonçalves – Cónego de Vilela. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Alfonsus Gonsalvi canonicus Villele” a 11 de Maio, mas sem a respectiva indicação do ano, de qualquer modo essa data poderá corresponder a uma comemoração colectiva pelo mosteiro e não ao óbito específico deste religioso até porque nessa data são mencionados diversos cónegos de Vilela⁴⁹⁶⁵. Apesar de não existirem aí quaisquer indicações precisas quanto à data do falecimento, o facto de este registo ser antecedido pelo do prior de Santa Cruz, Vasco Martins, que faleceu na última década do séc. XIV e pelo do prior de Vilela, D. Martim Peres, que deverá ter falecido no início do segundo quartel do séc. XV, e partindo do princípio que os assentos foram feitos por ordem cronológica, permite-nos enquadrar a presença deste cónego no mosteiro, grosso modo, na primeira metade do séc.XV⁴⁹⁶⁶.

Diogo Afonso – Cónego do mosteiro de Vilela. Temos indicação deste religioso através de um obituário de S. Vicente de Fora que regista o falecimento de “Didacus Alfonsi canonicus Vilele” a 11 de Maio, mas sem a habitual indicação do ano⁴⁹⁶⁷. E se esta fonte nos permite saber que Diogo Afonso foi cónego de Vilela, já a data do seu óbito nos merece grandes reservas e dificilmente corresponderá a esse dia, uma vez que nessa data foram incorporados os nomes de diversos religiosos de Vilela, sendo por isso mais provável tratar-se de uma comemoração colectiva pelo mosteiro. De qualquer modo e apesar da inexistência de elementos cronológicos concretos referentes a este religioso nesse obituário, é possível estabelecer uma cronologia relativa, podendo apontar-se a primeira metade do séc.XV, como a data provável da sua passagem pelo mosteiro de Vilela, isto tendo em consideração que o seu registo surge na sequência do de D. Vasco Martins, prior de Santa Cruz, falecido em 1392⁴⁹⁶⁸ e pelo do prior de Vilela, D. Martim Peres, que deverá ter falecido por volta de 1427⁴⁹⁶⁹.

Diogo Esteves – Cónego do mosteiro de Vilela. Um obituário de S. Vicente de Fora permite-nos associá-lo ao mosteiro de Vilela, registado-se aí o óbito de “Didacus Stephani canonicus Vilele” a 11 de Maio, mas sem qualquer alusão ao ano⁴⁹⁷⁰. A própria data em que se celebra aí o seu aniversário poderá não corresponder ao seu

⁴⁹⁶³ Meireles, Frei António da Assunção, *Memórias do mosteiro de Bustelo*, com introdução, fixação do texto e índice por Fr. Geraldo J. A. Coelho Dias, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, 2007, p.95.

⁴⁹⁶⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.45; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.171. Há, inevitavelmente, alguma falha neste registo ou num posterior referente a João Fernandes, uma vez que aparece a receber ordens menores, a 26 de Maio de 1453, em Braga, e trata-se efectivamente do mesmo indivíduo, uma vez que lhe são dados os mesmos progenitores (cf. A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 26, fl.1; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.207).

⁴⁹⁶⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.91.

⁴⁹⁶⁶ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.90-91.

⁴⁹⁶⁷ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.91.

⁴⁹⁶⁸ Santa Maria, Frei Nicolau de, *Chronica ...*, Segunda Parte, Livro IX, 1668, p.245.

⁴⁹⁶⁹ Sobre este prior veja-se a respectiva entrada que lhe é dedicada na secção dos priores.

⁴⁹⁷⁰ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.91.

falecimento, uma vez que no assento desse dia surgem diversos religiosos de Vilela, mormente os priores Martim Peres e Afonso Esteves e os cónegos Afonso Gonçalves, Diogo Afonso e Diogo Esteves⁴⁹⁷¹, pelo que poderá ser interpretado como uma comemoração colectiva pelo mosteiro. Como vimos já em relação aos outros cónegos aqui referenciados, os elementos internos desse registo permitem-nos calcular com algum grau de fiabilidade a presença deste cónego no mosteiro de Vilela na primeira metade do séc. XV.

Martim -----/Martinho ----- Cónego do mosteiro de Vilela. Um obituário de S. Jorge de Coimbra menciona o falecimento de “Martinus ----- canonicus de Avillela” a 26 de Fevereiro mas sem qualquer referência ao ano do passamento⁴⁹⁷².

2.3.4. - S. Salvador de Grijó (c. Vila Nova de Gaia)

Francisco Domingues – Cónego do mosteiro de Grijó e seu prior claustral. A 24 de Outubro de 1290 já era “Prior claustrali Domno Francisco Dominico”, surgindo entre as testemunhas de um instrumento de doação feita ao mosteiro pelo clérigo Lourenço Anes de Paramos⁴⁹⁷³. Não sabemos se no início do século XIV ainda permanecia como religioso de Grijó, embora tal possibilidade se afigure pouco provável, isto se considerarmos que em 1301 o prior claustral do mosteiro já é Estêvão Simões⁴⁹⁷⁴.

Martim da Costa – Cónego do mosteiro de Grijó. Surge referenciado como cónego do mosteiro de Grijó a 14 de Janeiro de 1296, dia em que lavrou um instrumento pelo qual o prior do mosteiro de Grijó escambou com a abadessa de Arouca propriedades que detinha no concelho de Arouca por outras que o mosteiro cisterciense tinha no julgado da Feira⁴⁹⁷⁵. No dia 14 de Março de 1311 Martim da Costa encontrava-se na igreja de S. Salvador de Perosinho onde foi lavrado o instrumento de doação pelo qual Maria Domingues, moradora em Curveiros, doou ao mosteiro de Grijó todos os bens que tinha no couto do mosteiro⁴⁹⁷⁶. Em instrumento de 4 de Maio de 1312 Martim da Costa é identificado como “preposto do moesteiro de Grijó”⁴⁹⁷⁷. Em 1317 surge como procurador do mosteiro de Grijó numa composição feita com o prior do Hospital a propósito dos limites e divisões da quintã da Torre, numa altura em que Martim da Costa era também “priol de Pedrozinho e preposto de Igrijoo”⁴⁹⁷⁸.

Pedro Peres – Cónego do mosteiro de Grijó e seu provável prior mor. Surge referenciado como cónego do mosteiro de Grijó a 12 de Março de 1296, dia em que surge como juiz alvidro na questão que opunha o mosteiro a vários cavaleiros que alegavam deter direitos na igreja de S. Tiago de Lobão, igreja pertencente ao padroado

⁴⁹⁷¹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.91.

⁴⁹⁷² BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.38vº.

⁴⁹⁷³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.43-43vº.

⁴⁹⁷⁴ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.87vº.

⁴⁹⁷⁵ Rêpas, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco*, Leiria, Edições Magno, 2003, pp.463-464 (doc.146).

⁴⁹⁷⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 5-5vº.

⁴⁹⁷⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.69.

⁴⁹⁷⁸ IAN/TT- Colecção Costa Basto, Nº6, fl.140.

de S. Salvador de Grijó⁴⁹⁷⁹. Deveremos estar perante o mesmo indivíduo que durante a segunda década do séc. XIV surge à frente dos destinos do mosteiro de Grijó⁴⁹⁸⁰.

Estêvão Simões – Cónego e prior claustral do mosteiro de Grijó. Este cónego já se encontrava entre a comunidade regrante de Grijó a 29 de Outubro de 1293⁴⁹⁸¹ e aí se mantinha no final da década de noventa, constando o seu nome entre o das testemunhas de um instrumento datado de 14 de Junho de 1299, dia em que acompanhou o prior Domingos Vicente à aldeia de Paços de Brandão, para este aí receber, em seu nome e no do mosteiro de Grijó, a doação feita por Maria Pires, viúva de João Arrizado, referente a todos os herdamentos que esta possuía⁴⁹⁸². A 25 de Agosto 1301 Estêvão Simões já surge identificado como “priol crasteiro” desta canónica regrante⁴⁹⁸³.

Estêvão Anes – Cónego do mosteiro de Grijó. É identificado como cónego de Grijó em instrumento lavrado pelo tabelião da Feira, João Martins, a 14 de Junho de 1299, surgindo entre as testemunhas que integram o instrumento de doação pelo qual Maria Pires, viúva de João Arrizado, doou ao prior e mosteiro de Grijó todos os bens que possuía em Paços de Brandão⁴⁹⁸⁴. A 27 de Março de 1311 Estêvão Anes surge identificado como cónego e procurador do mosteiro de Grijó, encontrando-se em Lobão, em representação do mosteiro, onde recebe, em doação, de Paio Martins, escudeiro de Lobão e de sua mulher, Maria Martins, vários bens para o mosteiro emprazando-lhe em troca o casal da barregã enquanto vivos⁴⁹⁸⁵. É novamente identificado como cónego de Grijó em instrumento respeitante a uma doação ao mosteiro de Grijó, datado de 22 de Junho de 1311⁴⁹⁸⁶, surgindo também entre as testemunhas de uma composição que o mosteiro fez com Martim Vicente de Negrelos, a 4 de Maio de 1312⁴⁹⁸⁷. A 8 de Fevereiro de 1314 ainda surge identificado como cónego da instituição, dia em que comparece perante Afonso Martins, tabelião de el rei na Vila da Feira, na qualidade de procurador do mosteiro de Grijó, a solicitar o traslado de uma carta de D. Dinis, datada a 23 de Janeiro de 1314⁴⁹⁸⁸.

João Pais – Cónego e prior claustral do mosteiro de Grijó. Em 1305 é referenciado como prior crasteiro de Grijó e seu procurador⁴⁹⁸⁹. É possível que seja o mesmo “Joham Paaez” que aparece indicado, em carta régia de 6 de Outubro de 1322, como procurador do mosteiro na contenda que opôs Grijó ao rei D. Dinis por causa de metade de um herdamento na Ínsua, no julgado da Feira⁴⁹⁹⁰, contudo o facto de neste intermédio temporal surgir a indicação a pelo menos um outro prior claustral leva-nos a considerar que estamos perante dois indivíduos diferentes. E se é certo que o cargo de prior

⁴⁹⁷⁹ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, pp. 303-304, 637.

⁴⁹⁸⁰ Consulte-se a respectiva entrada na secção referente aos priores.

⁴⁹⁸¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.70.

⁴⁹⁸² IAN/TT- Colecção Costa Basto, N°6, fls.149v°. Fac-simile deste documento encontra-se reproduzido em Rocha, Padre Joaquim Correia da, *Recordar 900 anos de Paços de Brandão* – I volume, Junta de Freguesia de Paços de Brandão, 1995, pp.292-294.

⁴⁹⁸³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.87v°.

⁴⁹⁸⁴ IAN/TT- Colecção Costa Basto, N°6, fls.149v°.

⁴⁹⁸⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.155-156.

⁴⁹⁸⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 5v°-6.

⁴⁹⁸⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.68-69.

⁴⁹⁸⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 45, fls. 24v°-25v°.

⁴⁹⁸⁹ Franco, Isabel Maria M. Alves Pedrosa, *Antroponímia e sociabilidade através dos “pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto (século XIV)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2006, p.598.

⁴⁹⁹⁰ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.16.

claustral não se reveste do mesmo carácter vitalício do priorado-mor também não deixa de ser verdade que essa é, tendencialmente, a situação verificada.

João Domingues – Cónego de S. Salvador de Grijó. A 14 de Março de 1311 surge identificado como frade do mosteiro de Grijó, testemunhando, juntamente com o cónego Martim da Costa, a doação que Maria Domingues, moradora em Curveiros, fez ao mosteiro de Grijó de todos os bens que tinha no couto do mosteiro⁴⁹⁹¹. No final da década de vinte ainda se mantinha entre a comunidade monástica, uma vez que a 17 de Agosto de 1328 “Joam Domingues coonigo e proffeoço do moesteiro de Igrijoo”, na qualidade de procurador do prior e do convento, surge em Eirol, onde, na presença de Rui Mendes, juiz da Terra de Vouga, e Fernão Pires meirinho nessa mesma circunscrição, solicita a Silvestre Pires, tabelião por el-rei na terra de Vouga e de Figueiredo, o traslado de documentos referentes à questão com o bispo de Coimbra por causa da jurisdição na capela de Eirol, incluindo uma apelação feita para o rei⁴⁹⁹². Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Johannes Dominici presbiter canonicus Ecclesiole” a 26 de Setembro mas sem referência ao ano do óbito⁴⁹⁹³.

João Anes – Cónego do mosteiro de Grijó e seu prior claustral. A 6 de Setembro de 1310 João Anes é identificado como cónego e procurador do mosteiro, surgindo em Ordonhe, em representação do seu instituto monástico onde recebe de Florença Anes a doação, post-mortem, das searas e casas que esta possuía em Mozelos e que tinham sido de Fernão Raimundo, em reconhecimento do casal pequeno de Ordonhe que trazia emprazado do mosteiro⁴⁹⁹⁴. João Anes já é referenciado a 27 de Março de 1311 como “priol crasteiro de Eigrijoo”, surgindo entre as testemunhas de um instrumento lavrado em Lobão, pelo qual o cónego Estêvão Anes, na qualidade de procurador do mosteiro recebe de Paio Martins, escudeiro de Lobão e de sua mulher, Maria Martins, vários bens em doação para o mosteiro emprazando-lhe o casal da barregã enquanto vivos⁴⁹⁹⁵. A 8 de Junho de 1318 continua a ser identificado como “priol crasteiro” do mosteiro de S. Salvador de Grijó⁴⁹⁹⁶.

João da Costa – Cónego do mosteiro de Grijó e seu prior claustral. A 22 de Junho de 1311 surge identificado como cónego de Grijó, testemunhando um instrumento de doação feito no mosteiro, pelo tabelião de Gaia, Nicolau Eanes, referente à doação que Adão Lourenço e sua mulher, Joana Domingues, fizeram ao mosteiro de todos os bens que possuíam em Curveiros e no couto de Grijó⁴⁹⁹⁷. A 4 de Maio de 1312 “Joam da Costa priol crasteiro” surge entre as testemunhas de um instrumento de composição celebrado entre o mosteiro de Grijó e Martim Vicente de Negrelos e alguns dos seus

⁴⁹⁹¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 5-5vº.

⁴⁹⁹² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.170-172.

⁴⁹⁹³ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.146.

⁴⁹⁹⁴ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 103-103vº.

⁴⁹⁹⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.155-156.

⁴⁹⁹⁶ IAN/TT- Colecção Costa Basto, Nº6, fl.142.

⁴⁹⁹⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 5vº-6. A data que consta do traslado do documento é bastante curiosa pela precisão apontada, dizendo que o instrumento foi lavrado uma Quarta-feira, véspera de S. João, nove dias por andar do mês de Junho. Perante estes dados e sem estarmos a confirmar a conjugação de tais elementos, a véspera terá de ser entendida como data aproximativa, até porque se fosse o dia 23 então seriam oito dias por andar, uma vez que a contagem era feita tendo em conta o dia de origem e o de destino (cf. Costa, Avelino Jesus da, *Normas gerais de transcrição...*, 3ª ed., pp.25-26).

familiares a propósito de herdamentos na aldeia de Figueira do Mato, freguesia de S. Mamede de Cerzedo⁴⁹⁹⁸.

Martim Anes do Vale – Provável cónego do mosteiro de Grijó. A 22 de Junho de 1311 “Martim Annes do Valle Steve Eanes e Joam da Costa coonegos de Egrijoo surgem a testemunhar um instrumento de doação feito no mosteiro, respeitante à doação que Adão Lourenço e sua mulher, Joana Domingues, fizeram a S. Salvador de Grijó de todos os bens que possuíam em Curveiros e no couto do mosteiro de Grijó⁴⁹⁹⁹. É possível que este Martim Anes do Vale seja apenas um elemento da nobreza local.

Pedro Domingues – Provável cónego do mosteiro de Grijó. A 22 de Junho de 1311 surge identificado como abade de Mozelos, integrando o rol de testemunhas que assistem, no mosteiro de Grijó, à doação feita ao mosteiro, dos bens que Adão Lourenço e sua mulher, Joana Domingues, detinham em Curveiros e no couto de Grijó⁵⁰⁰⁰. A 8 de Junho de 1318 continua a ser identificado como “abbade de Moozelos” surgindo entre as testemunhas de uma composição celebrada entre D. Estêvão Vasques, prior do Hospital e o prior e mosteiro de S. Salvador de Grijó⁵⁰⁰¹. Tendo em consideração que a igreja de Mozelos era da apresentação do mosteiro de Grijó e que entre as testemunhas deste instrumento se encontram diversos religiosos do mosteiro é muito provável que Pedro Domingues também fosse cónego deste mosteiro.

Francisco Geraldês – Cónego do mosteiro de Grijó. A 4 de Maio de 1312 o cónego Francisco Geraldês é um dos religiosos que surge entre as testemunhas de um instrumento de composição celebrado entre o mosteiro de Grijó e Martim Vicente de Negrelos e sua mulher, Gontinha Anes, e seus filhos e respectivos cônjuges, a propósito de herdamentos na aldeia de Figueira do Mato, freguesia de S. Mamede de Cerzedo⁵⁰⁰². Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Franciscus Geraldî presbiter canonicus Ecclesiole” a 16 de Outubro mas sem referência ao ano do óbito⁵⁰⁰³. Já num obituário de S. Jorge de Coimbra o falecimento de Francisco Geraldês, cónego de Grijó, aparece entre os assentos registados a 17 de Agosto, sem identificação do ano do óbito⁵⁰⁰⁴. É provável que exista algum grau de parentesco entre este cónego e João Geraldês.

Vicente Domingues – Cónego do mosteiro de Grijó. É identificado como cónego de Grijó em instrumento de 4 de Maio de 1312⁵⁰⁰⁵.

João Martins – Cónego regente do mosteiro de Grijó. João Martins é um dos cónegos de Grijó que a 4 de Maio de 1312 surge arrolado entre as testemunhas de um

⁴⁹⁹⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.68-69.

⁴⁹⁹⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 5vº-6. A data que consta do traslado do documento é bastante curiosa pela precisão apontada, dizendo que o instrumento foi lavrado uma Quarta-feira, véspera de S. João, nove dias por andar do mês de Junho. Perante estes dados e sem estarmos a confirmar a conjugação de tais elementos, a véspera terá de ser entendida como data aproximativa, até porque se fosse o dia 23 então seriam oito dias por andar, uma vez que a contagem era feita tendo em conta o dia de origem e o de destino (cf. Costa, Avelino Jesus da, *Normas gerais de transcrição...*, 3ª ed., pp.25-26).

⁵⁰⁰⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 5vº-6.

⁵⁰⁰¹ IAN/TT- Colecção Costa Basto, Nº6, fl.142.

⁵⁰⁰² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.68-69.

⁵⁰⁰³ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.157.

⁵⁰⁰⁴ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.28vº.

⁵⁰⁰⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.68-69.

instrumento de composição celebrado entre o mosteiro de Grijó e Martim Vicente de Negrelos e seus familiares, a propósito de herdamentos na aldeia de Figueira do Mato, freguesia de S. Mamede de Cerzedo⁵⁰⁰⁶. A 14 de Novembro de 1328 “Johanes Martini canonicus monasterii Ecclesiole” surge como representante do mosteiro de Grijó numa contenda com o bispo de Coimbra, D. Raimundo Ebrard (1325-1333) acerca da ermida de Eirol, a qual estava na directa dependência da igreja de S. Miguel de Travassô, e por isso do isento de Grijó, defendendo, por sua vez, o bispo que esta era independente e não sujeita ao mosteiro⁵⁰⁰⁷.

Vicente Esteves – Cónego do mosteiro de Grijó. A 4 de Maio de 1312 o cónego Vicente Esteves é um dos religiosos que surge entre as testemunhas de um instrumento de composição celebrado entre o mosteiro de Grijó e Martim Vicente de Negrelos e seus familiares, a propósito de herdamentos na aldeia de Figueira do Mato, freguesia de S. Mamede de Cerzedo⁵⁰⁰⁸.

João Pascoal – Cónego do mosteiro de Grijó e seu futuro prior. A 8 de Junho de 1318 é identificado como cónego do mosteiro de Grijó, surgindo entre as testemunhas de uma composição celebrada entre o prior do Hospital e o mosteiro de Grijó, feita em Paços de Brandão por João Marcos, tabelião da Feira⁵⁰⁰⁹. A 7 de Abril de 1321 surge novamente referenciado como cónego e procurador de Grijó, sendo parte activa no acordo que é estabelecido entre o prior de Grijó e o Cabido da Sé do Porto respeitante a contendas sobre a divisão de maninhos e termos da igreja de Perosinho⁵⁰¹⁰.

Domingos Bartolomeu – Cónego do mosteiro de Grijó e seu futuro prior. A 17 de Agosto de 1328 “Domingos Bertholameu coonigo do moesteiro de Eigrijoo” encontrava-se em Almiara onde protestou contra a intenção de Rodrigo Mendes, juiz de Vouga, fazer inquirição sobre as igrejas de Eirol e Travassô, as quais o cónego defendia serem isentas de toda a jurisdição episcopal⁵⁰¹¹.

João Pais (II) – Cónego e prior claustral do mosteiro de Grijó e seu futuro prior mor. “Joham Paez” surge identificado, em instrumento de 6 de Outubro de 1322, como cónego e procurador do mosteiro, intervindo como seu representante na contenda que opôs Grijó ao rei D. Dinis por causa de metade de um herdamento na Ínsua, no julgado da Feira⁵⁰¹². Um instrumento datado de 5 de Abril de 1323 já referencia “Joam Pais priol crasteiro do dito mosteiro”⁵⁰¹³. Como já adiantado anteriormente, há a possibilidade de estarmos na presença do mesmo cónego que em 1305 é referenciado como prior claustral de Grijó e seu procurador⁵⁰¹⁴, no entanto o facto de entretanto surgir outro prior claustral na instituição leva-nos a considerar que estamos perante

⁵⁰⁰⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.68-69.

⁵⁰⁰⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.170-172.

⁵⁰⁰⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.68-69.

⁵⁰⁰⁹ IAN/TT- Colecção Costa Basto, N°6, fl.142.

⁵⁰¹⁰ Franco, Isabel Maria M. Alves Pedrosa, *Antroponímia e sociabilidade através dos “pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto (século XIV)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2006, pp.343, 599.

⁵⁰¹¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.125vº-126.

⁵⁰¹² IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.16.

⁵⁰¹³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.61vº.

⁵⁰¹⁴ Franco, Isabel Maria M. Alves Pedrosa, *Antroponímia e sociabilidade através dos “pergaminhos” do Cabido da Sé do Porto (século XIV)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, 2006, p.598.

religiosos diferentes. Além disso a sua presença como prior conventual é inequívoca apenas para a década de trinta, surgindo identificado como “prior crasteyro deste mosteyro” a 14 de Julho de 1337⁵⁰¹⁵, tendo sido, segundo Frei Timóteo dos Mártires, eleito prior mor em 1338⁵⁰¹⁶. O seu governo à frente da instituição também seria bastante curto uma vez que a 9 de Julho de 1343 já tinha cessado funções, dia em que “Joam Paes seu priol crasteiro e seu procurador” se apresenta em Vila Nova de Gaia onde Afonso Anes, corregedor do Meirinhado da Beira dá sentença à contenda que opunha o mosteiro ao cavaleiro Gonçalo Anes de Guim e sua mulher, Maria Fernandes, por estes cobrarem os serviços e geiras de um casal e meio que tinham escambado com Grijó⁵⁰¹⁷. Naturalmente que aqui se levanta a dúvida se de facto estamos perante o mesmo indivíduo, que terá resignado ao priorado, ou se este João Pais que surge entre a comunidade de Grijó na década de quarenta é um outro religioso homónimo do identificado no início do século e daquele que foi prior mor, e que, coincidentemente, também ocupou o cargo de prior claustral. Ainda não temos dados que o possam confirmar mas parece-nos mais crível estarmos perante o mesmo religioso que ocupou a cadeira prioral. Ainda enquadrável no campo das hipóteses, embora revestindo-se de um elevado grau de plausibilidade, até porque o enquadramento cronológico assim o indicia, este João Pais deverá ser o mesmo indivíduo que surge identificado como “Joham Peres priol crasteiro” em instrumento de 17 de Janeiro de 1330⁵⁰¹⁸.

Domingos Pires/Domingos Peres – Cónego de S. Salvador de Grijó. A 17 de Agosto de 1328 “Domingos Pires coonigo do dito mosteiro de Igrijoo” encontrava-se no Barreiro de Eirol, surgindo entre as testemunhas de um instrumento aí lavrado, tendo, certamente, acompanhado nessa deslocação o cónego João Domingues que, na qualidade de procurador do mosteiro, aparece a tratar de assuntos respeitantes à instituição⁵⁰¹⁹. Entre os cónegos de Grijó detectamos um Domingos Pires referenciado em instrumento de 29 de Outubro de 1293⁵⁰²⁰ mas face à distância temporal entre os dois registos e à ausência de referenciais intermédios, dificilmente se tratará do mesmo religioso. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Dominicus Petri presbiter canonicus Ecclesiole” a 26 de Setembro mas sem referência ao ano do óbito⁵⁰²¹.

Francisco Martins – Cónego do mosteiro de Grijó. A 17 de Janeiro de 1330 é identificado como frade de Grijó, testemunhando um instrumento lavrado em Cerzedo, granja do mosteiro de Grijó⁵⁰²².

Frei João Anes / João Anes (II) – Cónego do mosteiro de Grijó e futuro prior. Em instrumento de 17 de Janeiro de 1330 “Johani Annes”, já aparece identificado como frade de Grijó⁵⁰²³. É certamente o mesmo “Johannes Johannis canonicus monasterii de Egrijoo Portugalensis diocesis” que se encontra entre as testemunhas de um instrumento da Colegiada de S. Tiago de Coimbra, lavrado nessa cidade a 18 de Julho de 1322⁵⁰²⁴.

⁵⁰¹⁵ BGUC - Manuscrito 640, fl.211.

⁵⁰¹⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.150.

⁵⁰¹⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.61vº-62vº.

⁵⁰¹⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.51-52.

⁵⁰¹⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.170-172.

⁵⁰²⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.70.

⁵⁰²¹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.146.

⁵⁰²² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.51-52.

⁵⁰²³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.51-52.

⁵⁰²⁴ Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.264vº

Tal situação, a confirmar-se, permite-nos, naturalmente, recuar a presença deste religioso no mosteiro pelo menos para o início da década de vinte do século XIV. A dúvida na sua identificação prende-se com a existência de um homónimo que surge referenciado como prior claustral na segunda década da centúria, e que ainda ocupava o cargo em 1318. É admissível até que se trate do mesmo indivíduo embora tal situação nos pareça pouco provável, sobretudo porque na documentação posterior aparece apenas referenciado por cónego, o que por si só reforça a possibilidade de estarmos perante um outro João Anes, de resto esta foi a hipótese de trabalho que seguimos por considerarmos mais viável. De qualquer modo, e tratando-se de religiosos diferentes há grandes possibilidades de ainda terem coabitado na instituição. A 31 de Janeiro de 1333 “Johane Annes coonigo do mosteiro de Eigrijoo e reytor da Egreja de Pedrozinho e procurador do Relligiosso varam Dom Joam Paschoal priol e convento do dito Moesteiro” surge, na vila da Feira, devidamente mandatado por procuração feita no mosteiro de Grijó a 29 de Janeiro desse ano, onde efectua um emprazamento ao cavaleiro Pedro Esteves do Soveral, à sua mulher Guiomar Anes e a um filho destes, respeitante ao casal que o mosteiro tinha em Vila Chã, freguesia de S. Martinho de Argoncilhe⁵⁰²⁵. Nessa mesma altura recebeu também deste cavaleiro e da sua mulher, para remissão das suas almas, toda a herdade e maninhos que eles possuíam nas aldeias de Argoncilhe e Serzedelo, excepto o monte de Pinhão⁵⁰²⁶. Esteve em posse da igreja de S. Salvador de Perosinho da qual resignou de forma a poder trocá-la pelo priorado do mosteiro de Grijó, como indica a súplica de 2 de Março de 1344⁵⁰²⁷.

Lourenço Anes – Cónego do mosteiro de Grijó. Surge como testemunha de um documento lavrado na Ínsua, no julgado da Feira, a 18 de Abril de 1335 e pelo qual Martim Quaresma em nome do rei e do almoxarife do Porto foi empossado em metade do lugar da Ínsua, onde se provara que o rei detinha metade da localidade e por isso o respectivo direito a metade de todos os rendimentos dos casais e herdades desse lugar⁵⁰²⁸.

A 9 de Julho de 1351 “Lourence Annes frade de Igrijoo” surge novamente em local afastado do mosteiro, encontrando-se na quinta de Ordonhe, onde, na presença de Francisco Anes, tabelião régio na vila da Feira e Cabanões, foi feita uma composição entre o escudeiro Lourenço Anes de Pinho e vários lavradores e moradores de Aldris, Ermilhe e Prime, por causa dos danos causados por eles e pelos seus gados na quintã de Ordonhe, surgindo o cónego arrolado entre as testemunhas desse instrumento⁵⁰²⁹. A 11 de Setembro de 1352 este cónego encontrava-se em Perosinho, surgindo o seu nome entre o das testemunhas de um instrumento aí lavrado⁵⁰³⁰. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Laurencius Johannis presbiter canonicus Ecclesiole” a 28 de Outubro mas sem a respectiva indicação do ano do óbito⁵⁰³¹.

Pedro de Sousa – Cónego do mosteiro de Grijó. “Pero de Sousa coonigo de Igrijoo” surge, a 1 de Abril de 1332, juntamente com Gonçalo Martins, como procuradores do mosteiro numa demanda com o cavaleiro Gonçalo Anes de Guim por causa de abusos em várias localidades do mosteiro no julgado da Feira e que levou D. Afonso IV a

⁵⁰²⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.53-55.

⁵⁰²⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.53-55.

⁵⁰²⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.31.

⁵⁰²⁸ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.15vº-16vº.

⁵⁰²⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.71-73.

⁵⁰³⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.100-101.

⁵⁰³¹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.162.

ordenar que se procedesse a vistoria e inquirições⁵⁰³². Ainda no seguimento destas desavenças Pedro de Sousa vai acompanhar o prior do mosteiro a Vila Chã a 26 de Maio de 1332, onde é feita uma composição através do escambo de propriedades com o cavaleiro Gonçalo Anes de Guim e sua mulher, Maria Fernandes, pondo-se assim fim à contenda⁵⁰³³. Foi o procurador do mosteiro em 1339, durante o processo geral de averiguação de jurisdições levado a cabo por D. Afonso IVE que culminou com o reconhecimento do monarca, por carta de 3 de Junho de 1339, dos direitos e jurisdições do mosteiro sobre os seus coutos⁵⁰³⁴.

Martim Vicente/Martinho Vicente – Cónego do mosteiro de Grijó. A 27 de Março de 1329 é identificado como cónego do mosteiro de Grijó⁵⁰³⁵. Este religioso deverá ter falecido em Março de 1350, uma vez que no dia 13 desse mês o cónego Afonso Esteves é apresentado para reitor da igreja de S. Salvador de Perosinho, entretanto vaga, devido ao falecimento de Martinho Vicente, seu último titular⁵⁰³⁶.

Gonçalo Martins – Provável cónego do mosteiro de Grijó. Em instrumento de 17 de Janeiro de 1330 Gonçalo Martins, juntamente com João Peres, prior claustral de Grijó, surge como procurador do prior D. João Pascoal e do convento do mosteiro numa contenda com Martim Vicente, almoxarife da rainha, por causa de uma herdade⁵⁰³⁷.

A 1 de Abril de 1332 aparece novamente identificado como procurador do mosteiro, desta feita, juntamente com Pedro de Sousa, cónego de Grijó, representando a instituição numa demanda com o cavaleiro Gonçalo Anes de Guim⁵⁰³⁸. Um obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de Gonçalo Martins, cónego de Grijó, ocorrido a 6 de Setembro mas sem mencionar o ano do falecimento⁵⁰³⁹.

Francisco Anes – Cónego e prior claustral do mosteiro de Grijó. A 9 de Julho de 1351 “Francisque Annes frade de Igrijoo” surge, juntamente com diversos religiosos do mosteiro de Grijó, entre as testemunhas de um instrumento lavrado na quinta de Ordonhe referente a uma composição entre o escudeiro Lourenço Anes de Pinho e vários lavradores e moradores de Aldris, Ermilhe e Prime, por causa dos danos causados por eles e pelos seus gados na quintã de Ordonhe⁵⁰⁴⁰. A 2 de Fevereiro de 1366 Francisco Anes já era prior crasteiro do mosteiro⁵⁰⁴¹.

Afonso Esteves – Cónego do mosteiro de Grijó e futuro prior. A 13 de Março de 1350 Afonso Esteves, cónego professo de Grijó, é apresentado para reitor da igreja de S.

⁵⁰³² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.55vº-59.

⁵⁰³³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.59-61vº.

⁵⁰³⁴ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.1vº, 5; *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV, Vol. II (1336-1340)*, 1992, pp.266-269 (Doc.166); *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, pp.26-28 (Doc. 62). Este documento encontra-se também referenciado e sumariado nos *Índices e sumários...do Arquivo Municipal do Porto*, 1916, p.115.

⁵⁰³⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fl.119.

⁵⁰³⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.3vº-4vº.

⁵⁰³⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.51-52.

⁵⁰³⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.55vº-59.

⁵⁰³⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.31.

⁵⁰⁴⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.71-73.

⁵⁰⁴¹ *Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV) – Mosteiro de São Salvador de Grijó*, leitura e transcrição paleográfica de Jorge de Alarcão, revisão do texto, índices e notas de Luís Carlos Amaral, Gabinete de História e Arqueologia de V. N. de Gaia, Câmara de Vila Nova de Gaia, 1986, p.14; Amaral, Luís Carlos, *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV*, Lisboa, Edição Cosmos, 1994, p.162 (nota 9).

Salvador de Perosinho que vagara por morte de Martinho Vicente, também cónego de Grijó e seu último titular⁵⁰⁴². A 31 de Julho de 1351 *Alfonso Stephani* era confirmado no priorado da igreja de S. Salvador de Perosinho, em virtude desta se encontrar vaga devido ao falecimento do seu último titular⁵⁰⁴³. Este cónego vai conservar o priorado desta igreja até ao início de 1363, altura em que assume o priorado-mor do mosteiro de Grijó⁵⁰⁴⁴. Aparece novamente referenciado como cónego de Grijó entre as testemunhas de um instrumento lavrado em Perosinho, a 11 de Setembro de 1352⁵⁰⁴⁵. “Affonse Esteves coonigo e procurador do moesteiro d’Igrijoo” compareceu perante D. Afonso IV, que se encontrava na cidade do Porto, a 9 de Agosto de 1356, mostrando e solicitando o traslado de uma carta de D. Dinis, datada de 12 de Janeiro de 1318, que defendia o mosteiro dos abusos cometidos por fidalgos e poderosos contra os bens do mosteiro, ordenando-se aí, inclusivamente, às justiças régias que agissem, uma vez que eram acusadas de passividade⁵⁰⁴⁶.

Domingos Martins – Provável cónego do mosteiro de Grijó. Trata-se do abade da igreja de S. Martinho de Mozelos, já identificado como seu titular a 7 de Julho de 1338⁵⁰⁴⁷. A 9 de Julho de 1351 Domingos Martins aparece referenciado como abade de Mozelos, surgindo entre as testemunhas de uma composição celebrada entre o escudeiro Lourenço Anes de Pinho e vários lavradores e moradores de Aldris, Ermilhe e Prime, por causa dos danos causados por eles e pelos seus gados na quintã de Ordonhe⁵⁰⁴⁸. Tendo em consideração que a igreja de Mozelos era da apresentação do mosteiro de Grijó é admissível que estejamos perante um religioso da comunidade regrente de Grijó⁵⁰⁴⁹.

Gonçalo Pires/Gonçalo Ferreira/Gonçalo Pires Ferreira – Cónego do mosteiro de Grijó e futuro prior mor. Filho de religioso e mulher solteira⁵⁰⁵⁰. A sua presença entre a comunidade de Grijó encontra-se documentada, com segurança, a partir da década de cinquenta, sendo identificado como cónego de Grijó em instrumentos de 15 de Fevereiro de 1356⁵⁰⁵¹ e 7 de Junho de 1356⁵⁰⁵². É, muito provavelmente, o mesmo indivíduo que surge indicado como vestiário do mosteiro em Dezembro de 1354⁵⁰⁵³. Em 1357 Gonçalo Pires surge como procurador do mosteiro de Grijó, curiosamente em dois processos que envolvem a jurisdição cível do mosteiro. O primeiro é suscitado pelos

⁵⁰⁴² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.3vº-4vº.

⁵⁰⁴³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.232. Esta confirmação é reafirmada a 23 de Novembro de 1351 (cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.238).

⁵⁰⁴⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.429.

⁵⁰⁴⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.100-101.

⁵⁰⁴⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 46, fls. 55vº-56vº.

⁵⁰⁴⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.104vº-105vº.

⁵⁰⁴⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.71-73.

⁵⁰⁴⁹ Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Dominicus Martini quondam prior claustralis Ecclesiole” a 15 de Agosto mas sem a respectiva indicação do ano do óbito (cf. Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.122), no entanto este cónego e prior claustral parece-nos, face à posição em que se encontra lançado no registo, que deverá ser anterior ao século XIV, situação que a confirmar-se, exclui qualquer possibilidade de estarmos perante o mesmo indivíduo.

⁵⁰⁵⁰ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.429.

⁵⁰⁵¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.1, Doc.12; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.69.

⁵⁰⁵² IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.1, Doc.13; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.69.

⁵⁰⁵³ Oliveira, Padre Miguel de, “A vila de Ovar – Subsídios para a sua história até o século XVI” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol.III, Nº10, 1937, p.128.

juizes de Gaia que acusam o prior e o convento de colocarem, indevidamente, almotacés e jurados no seu couto⁵⁰⁵⁴. O segundo envolve novamente a justiça régia, em que são contestados e, por sentença de 4 de Novembro de 1357, retirados os direitos jurisdicionais que o mosteiro detinha no couto da Abrunheira e Verride, termo de Montemor-o-Velho⁵⁰⁵⁵. Naturalmente que o facto de surgir aqui como procurador do mosteiro, mais a mais numa questão tão melindrosa, faz-nos supor que já deveria ter alguma experiência no cargo, o que implicaria uma idade condizente, e por isso expectável entre os 20 e os 30 anos⁵⁰⁵⁶. A 10 de Março de 1359 é novamente constituído procurador do mosteiro juntamente com o cónego Domingos Gonçalves e ainda três homens do mosteiro, a saber, Vasco Anes, João Anes e Vasco Vicente⁵⁰⁵⁷. Este cónego surge entre as testemunhas do testamento de D. Guiomar Eanes, moradora em Vila Chã e viúva de Martim de Soveral, feito a 29 de Maio de 1361⁵⁰⁵⁸ sendo que nessa altura Gonçalo Ferreira já era “priol da sobredita igreja de Sam Martinho de Dargoncilhe” solicitando, a 30 de Maio de 1361, dois instrumentos ao tabelião de Gaia relacionados com uma doação que foi feita a essa igreja. Partindo do princípio que estamos perante o mesmo religioso que aparece como prior do mosteiro de Grijó em 1373⁵⁰⁵⁹ e que ainda vive em 1412⁵⁰⁶⁰ trata-se de um caso de grande longevidade. E se adoptámos esta possibilidade como hipótese de trabalho não podemos, obviamente, desconsiderar a possibilidade de estarmos perante duas pessoas diferentes. De qualquer modo e assumindo que se trata do mesmo indivíduo importa ainda dizer que “Gunsalvo Petri” foi reitor da igreja de S. Miguel de Argoncilhe, da qual resignou em 1363 para assumir o priorado da igreja de S. Salvador de Perosinho, entretanto vago pelo facto de o seu titular, o cónego Afonso Esteves, ter sido eleito para prior de Grijó, abdicando de Perosinho⁵⁰⁶¹. E se este cónego foi o sucessor de Afonso Esteves nesta paróquia, essa linha sucessória também se repercutiria no mosteiro de Grijó, assumindo o seu priorado em 1367⁵⁰⁶².

Lourenço Martins – Cónego do mosteiro de Grijó A 23 de Dezembro de 1357 Lourenço Martins, cónego do mosteiro de Grijó, foi confirmado pelo bispo do Porto como reitor da igreja de S. Martinho de Mozelos, após apresentação do prior e convento de Grijó⁵⁰⁶³. É muito provavelmente o mesmo “Laurentius Martini presbiter canonicus

⁵⁰⁵⁴ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.4vº; *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, pp. 25-28 (Doc. 62).

⁵⁰⁵⁵ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, 1984, pp. 67-69 (Doc. 177).

⁵⁰⁵⁶ A idade mínima legal para poder ser constituído procurador era a de catorze anos (cf. *Livro das Leis e Posturas*, Prefácio de Nuno Espinosa Gomes da Silva, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971, p.217; *Ordenações Del-Rei Dom Duarte*, Edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p.147; *Ordenações Afonsinas, Livro I*, 2ª ed. (Edição “fac-simile” da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra no ano de 1792), nota de apresentação de Mário Júlio Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, p.90).

⁵⁰⁵⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 6vº-7vº.

⁵⁰⁵⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.74-75.

⁵⁰⁵⁹ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.1, Doc.19; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.69.

⁵⁰⁶⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.2, Doc.9; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.69.

⁵⁰⁶¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, p.429. Frei Timóteo dos Mártires também regista a passagem deste cónego pelo priorado da igreja de S. Salvador de Perosinho (cf. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Coimbra, Tomo II, Edição da Biblioteca Municipal, 1958, p.151).

⁵⁰⁶² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.151.

⁵⁰⁶³ Silva, Maria João Oliveira e, *A Escrita na Catedral...*, 2010, p.361.

Ecclesiolo” que é lembrado num obituário de S. Jorge de Coimbra, celebrando-se aí o seu aniversário a 22 de Janeiro, não se registando aí qualquer indicação ao ano do seu falecimento⁵⁰⁶⁴.

Lourenço de Loureiro – Provável cónego do mosteiro de Grijó. “Lourenço de Loureiro frade confesso” surge assim identificado entre as testemunhas de um instrumento respeitante a uma sentença favorável ao mosteiro de Grijó, dada a 1 de Setembro de 1360⁵⁰⁶⁵.

Vasco Peres – Cónego de Grijó. A 4 de Novembro de 1363 “Vaasco Peres coonego do dicto moesteiro”, na qualidade de representante do convento, encontrava-se na igreja de S. Martinho de Argoncilhe, na companhia do prior de Grijó, onde foi estabelecida uma composição amigável entre o mosteiro e o escudeiro Lourenço Martins do Avelal a propósito da forma como deveriam ser repartidas umas águas⁵⁰⁶⁶.

Curiosamente, a 5 de Abril de 1364 foi-lhe dado o priorado da igreja de S. Martinho de Argoncilhe, vago desde que Gonçalo Pires o deixou para assumir o priorado da igreja de S. Salvador de Perosinho em 1363⁵⁰⁶⁷.

Domingos Gonçalves - Cónego do mosteiro de Grijó. “Domingos Gonsalvis coonigo proffeço do moesteiro de Eigrijoo” protestou contra Pedro Esteves, clérigo do rei e prior de Almoester e João Pires, tabelião de Abiul, que se diziam inquiridores do rei e pretendiam efectuar inquirição nas terras que o mosteiro tinha no julgado do Vouga, protesto esse registado a 14 de Março de 1331⁵⁰⁶⁸. A 28 de Maio de 1358 Domingos Gonçalves é identificado como “vestiario” e procurador do mosteiro de Grijó, surgindo perante os juízes da vila da Feira em representação do mosteiro⁵⁰⁶⁹. A 10 de Março de 1359 é constituído procurador do mosteiro juntamente com o cónego Gonçalo Ferreira e Vasco Anes, João Anes e Vasco Vicente, todos homens do mosteiro⁵⁰⁷⁰, surgindo, a 1 de Setembro de 1360, na qualidade de procurador da instituição e no uso dos poderes concedidos por essa procuração, perante Francisco Martins, juiz do couto de Grijó, em representação do mosteiro numa demanda com Martim de Curveiros que acusava o prior, D. Domingos Bartolomeu, de lhe ter tirado gado por conta da renda de um casal que ele trazia em Curveiros, acabando o juiz por dar razão ao mosteiro, com o foreiro a ver o contrato cessar e a ser despejado do casal⁵⁰⁷¹.

Em 1365 ainda era “coonigo do dicto moesteiro”⁵⁰⁷². É provável que seja o Domingos Gonçalves identificado como prior da igreja de Argoncilhe, em 1364⁵⁰⁷³.

⁵⁰⁶⁴ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.34vº.

⁵⁰⁶⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.8.

⁵⁰⁶⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.48-48vº.

⁵⁰⁶⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. I, 1968, p.475.

⁵⁰⁶⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 46, fls. 27-28.

⁵⁰⁶⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.67vº-68.

⁵⁰⁷⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 6vº-7vº.

⁵⁰⁷¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 6-8.

⁵⁰⁷² *Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV) – Mosteiro de São Salvador de Grijó*, leitura e transcrição paleográfica de Jorge de Alarcão, revisão do texto, índices e notas de Luís Carlos Amaral, Gabinete de História e Arqueologia de V. N. de Gaia, Câmara de Vila Nova de Gaia, 1986, p.14; Amaral, Luís Carlos, *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV*, Lisboa, Edição Cosmos, 1994, pp. 152-153.

⁵⁰⁷³ Amaral, Luís Carlos, *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p.54 (nota c).

Lourenço Domingues – Cónego do mosteiro de Grijó e seu prior claustral. Em Março de 1350 “Laurentio Dominici prior claustrali” surge, juntamente com o prior mor, D. Domingos Bartolomeu, a apresentar o cónego Afonso Esteves para prior da igreja de S. Salvador de Perosinho⁵⁰⁷⁴. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Laurencius Dominyci canonicus Ecclesiole” a 28 de Maio mas sem qualquer indicação ao ano do óbito⁵⁰⁷⁵.

Gonçalo Domingues Sobrinho – Frade converso do mosteiro de Grijó e provável cónego. A 13 de Março de 1350 “Gonsalvo Dominici dicto Soverinho fratre converso dicti monasterii” testemunhou a tomada de posse da igreja de S. Salvador de Perosinho por parte do cónego Afonso Esteves⁵⁰⁷⁶. Não sabemos se terá professado ou se apenas se manteve como converso.

Gonçalo Gonçalves – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o “obiit domnus Gonsalvus Gonsalvi canonicus Ecclesiole” a 19 de Março mas sem qualquer indicação ao ano do óbito⁵⁰⁷⁷. É provável que se trate do Gonçalo Gonçalves que em 1376 foi destituído pelo bispo do Porto da paróquia de Santa Marinha de Cortegaça e substituído por Vasco Gonçalves⁵⁰⁷⁸, mas não temos documento que confirme a ligação inequívoca deste abade ao mosteiro de Grijó.

Vasco Anes/Vasco Anes do Loureiro – Cónego do mosteiro de Grijó. A 18 de Março de 1364 “Vaasqu’Eannes do Loureiro procurador do priol e convento do moesteiro d’Igrijoo” compareceu na casa do concelho de Gaia, e perante Pedro Anes, juiz dessa vila, mostrou uma carta de D. Pedro, datada de 15 de Julho de 1357, segundo a qual o rei ordenava às suas justiças que protegessem os interesses do mosteiro, incluindo duas azémolas que faziam o carreto de bens provenientes das terras longínquas de Além Douro e de Riba Vouga, animais que já alguns poderosos tinham desviado para transportar as suas cargas, solicitando aí o cónego o traslado desse instrumento⁵⁰⁷⁹. A 5 de Junho de 1364 deslocou-se à Lavandeira, onde, na qualidade de procurador do mosteiro, foi empossado numa vinha do mosteiro que Gonçalo Esteves trazia sonogada⁵⁰⁸⁰.

Em 26 de Maio de 1388 Vasco Anes “conego de Igregoo” encontrava-se em Lisboa, aparecendo como testemunha numa composição feita entre os mais altos representantes do Estudo Geral e Gil Esteves, prior da igreja de Sacavém, cujas rendas revertiam para a Universidade⁵⁰⁸¹.

Fernão Gonçalves/Fernando Gonçalves – Cónego do mosteiro de Grijó. A 27 de Junho de 1369 já aparece identificado como cónego e procurador do mosteiro⁵⁰⁸². A 24 de Março de 1370 Fernão Gonçalves, na qualidade de cónego e procurador do mosteiro recebe de Clara Anes a renúncia à ração que ela tinha no mosteiro bem como aos

⁵⁰⁷⁴ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.3vº-4vº.

⁵⁰⁷⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.97.

⁵⁰⁷⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.3vº-4vº.

⁵⁰⁷⁷ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.65.

⁵⁰⁷⁸ Oliveira, Padre Miguel de, “Cortegaça e a “Ribeirinha” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol.IX, Nº36, 1943, p.270.

⁵⁰⁷⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 46, fls. 10-11.

⁵⁰⁸⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 15-15vº.

⁵⁰⁸¹ *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, apresentação de Manuel Augusto Rodrigues e transcrição de Maria Teresa Nobre Veloso, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992, p.128 (doc.24).

⁵⁰⁸² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 45, fls.115vº-116.

emprazamentos que trazia de S. Salvador de Grijó, tendo recebido de indemnização oitenta libras⁵⁰⁸³. Novas indicações a “Fernam Gonsalves coonigo d’Igrijo” datam de 15 de Maio de 1383⁵⁰⁸⁴ e 10 de Dezembro de 1395, surgindo, neste último caso, novamente referenciado como cónego de Grijó e procurador do mosteiro, dia em que Vasco Martins, ouvidor do bispo do Porto dá sentença favorável ao mosteiro de Grijó e ao seu prior, D. Gonçalo, numa contenda com um carnicheiro de Matosinhos que ficara com um penhor do mosteiro alegando que Grijó tinha de pagar portagem do pescado que nesse mesmo mês de Dezembro tinha comprado em Matosinhos⁵⁰⁸⁵.

A 21 de Dezembro de 1400 é identificado como cónego, vestiário e procurador do mosteiro, empossando na igreja de S. Martinho de Travanca, o clérigo João Nicolas aí apresentado e confirmado pelo prior D. Gonçalo e pelo mosteiro, em virtude do falecimento de João Domingues, seu último reitor⁵⁰⁸⁶. A 4 de Setembro de 1403 ainda se mantinha entre a comunidade monástica de Grijó, encontrando-se nesse dia em Vila Chã, freguesia de S. Martinho de Argoncilhe, onde testemunhou o testamento do escudeiro Lourenço Martins do Avelal, aí residente, e pelo qual o mosteiro de Grijó foi beneficiado com a doação da quintã de Pousadela⁵⁰⁸⁷.

Rui Gonçalves – Cónego do mosteiro de Grijó. A 12 de Novembro 1370 “Roy Gonçalves coonigo do moesteiro de Igrijoo” surge como procurador de Afonso Anes de Freitas a empossar o prior de Grijó, D. Gonçalo, na quinta de Silgueiros, sita na freguesia de Perosinho, no seguimento de um escambo efectuado entre Afonso Anes e o mosteiro de Grijó⁵⁰⁸⁸. No dia 30 de Maio de 1376 encontrava-se em Vila Nova de Gaia, juntamente com o cónego Gonçalo Esteves, testemunhado ambos a doação que Gil Esteves de Outiz fez ao mosteiro de Grijó de bens que tinha em Mozelos⁵⁰⁸⁹.

Gonçalo Esteves – Cónego do mosteiro de Grijó. “Gonçallo Steves” e Rui Gonçalves, cónegos de Grijó surgem, a 30 de Maio de 1376, em Vila Nova de Gaia, onde testemunham a doação que Gil Esteves de Outiz fez ao mosteiro de Grijó de bens que possuía em Mozelos⁵⁰⁹⁰. Gonçalo Esteves, prior de Figueiró e cónego do mosteiro de Grijó representou o mosteiro perante o bispo de Coimbra, queixando-se do grande mal que advinha aos privilégios do mosteiro a citação que o arcepreste do Vouga fizera a dois moradores da freguesia de S. Miguel de Travassô, reconhecendo o bispo, D. João Cabeça de Vaca (1378-1384), a 24 de Novembro de 1378, que assistia toda a razão ao mosteiro de Grijó em virtude dessa igreja ser da jurisdição e isento de Grijó⁵⁰⁹¹.

D. Martinho – Provável cónego do mosteiro de Grijó. Segundo Frei Timóteo dos Mártires este cónego dirigiu-se a Roma para tratar de negócios da Ordem e acabou por acompanhar o “anti-papa” Clemente VII para Avinhão, sendo nomeado para bispo de Lisboa em 1384, sendo-lhe dado assento cardinalício em 1389⁵⁰⁹². Acabou por falecer em Avinhão a 9 de Setembro⁵⁰⁹³.

⁵⁰⁸³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 9vº-11.

⁵⁰⁸⁴ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 46, fls. 16vº-19.

⁵⁰⁸⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 46, fls. 43-44.

⁵⁰⁸⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls. 67vº-68.

⁵⁰⁸⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 43-44vº.

⁵⁰⁸⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl. 92vº-93.

⁵⁰⁸⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl. 104.

⁵⁰⁹⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl. 104.

⁵⁰⁹¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls. 124vº-125.

⁵⁰⁹² Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.147.

⁵⁰⁹³ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.147.

Vasco Martins – Cónego regrante do mosteiro de Grijó e seu prior claustral. Vasco Martins, prior claustral de Grijó, testemunha um instrumento feito em S. Jorge, julgado e termo da Feira, feito a 21 de Abril de 1390⁵⁰⁹⁴. A 9 de Janeiro de 1399 “Vasco Martins coonigo do dicto nosso moesteiro e comendador da nossa ermida de Santa Maria de Vaagos” empossou, em nome do prior e do mosteiro de Grijó, o cónego Gil Afonso como reitor da igreja de S. Miguel de Travassô⁵⁰⁹⁵. Curiosamente Vasco Martins deveria ser o anterior responsável por essa mesma igreja de Travassô, sendo identificado como seu prior a 2 de Março de 1394⁵⁰⁹⁶.

A 26 de Abril de 1400 Vasco Martins “prior claustreiro e coonigo do dito nosso moesteiro” foi encarregue de empossar o cónego João Rodrigues na igreja de S. Martinho de Argoncilhe⁵⁰⁹⁷.

Luís Esteves – Cónego do mosteiro de Grijó. A 22 de Junho de 1394 foi lavrado um instrumento na igreja de S. Jorge, terra de Santa Maria, por Gonçalo Anes, tabelião del rei na vila da Feira, pelo qual D. Gonçalo Ferreira, prior de Grijó, e Luís Esteves, cónego e procurador desse mesmo mosteiro, receberam de Domingas Afonso, em doação, meio casal em Bertal, freguesia de Lobão, com a condição de dizerem no mosteiro duas missas de aniversário pela sua alma⁵⁰⁹⁸.

Gil Afonso – Cónego do mosteiro de Grijó. A 9 de Janeiro de 1399 o prior D. Gonçalo Ferreira instituiu como capelão, reitor, regedor e administrador da igreja de S. Miguel de Travassô o “honesto religioso Gil Affonço coonigo regrante e expressamente professo do dicto nosso moesteiro de Sam Salvador de Eigrejoo”⁵⁰⁹⁹.

João Rodrigues – Cónego regrante do mosteiro de Grijó. A 26 de Abril de 1400 “Joam Rodrigues coonigo regrante e expreçamente professo do dito nosso moesteiro” foi indicado e confirmado pelo prior de Grijó para capelão, reitor e administrador da igreja de S. Martinho de Argoncilhe⁵¹⁰⁰.

João Domingues – Provável cónego do mosteiro de Grijó. Apenas sabemos que foi abade da igreja de S. Martinho de Travanca, tendo já falecido a 21 de Dezembro de 1400, dia em que aí foi apresentado o novo titular⁵¹⁰¹. A eventual ligação ao mosteiro de Grijó advém, justamente, do facto de esta igreja ser da apresentação de Grijó.

João Nicolas – Cónego do mosteiro de Grijó. A 21 de Dezembro de 1400 foi investido como abade da igreja de S. Martinho de Travanca⁵¹⁰². “Joam Niculas coonigo que foi do dicto mosteiro posuhio a dita igreja de Travanca como prior confirmado em ella per o modo sobredito por spaço de trinta annos”⁵¹⁰³.

⁵⁰⁹⁴ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fl.165vº.

⁵⁰⁹⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.127vº-128.

⁵⁰⁹⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 45, fls.112vº-113vº.

⁵⁰⁹⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fl.1vº.

⁵⁰⁹⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.156-157vº.

⁵⁰⁹⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.127vº-128.

⁵¹⁰⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fl.1vº.

⁵¹⁰¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.67vº-68.

⁵¹⁰² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.67vº-68.

⁵¹⁰³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.76-76vº.

João Anes (III) – Cónego regrante do mosteiro de Grijó. Foi prior claustral da comunidade de S. Salvador de Grijó tendo sido eleito prior mor após o falecimento de Gonçalo Peres Ferreira⁵¹⁰⁴. De resto a legitimidade de tal eleição levantou-lhe algumas duvidas pelo que solicitou ao papa a confirmação dessa eleição, por petição de 14 de Junho de 1418⁵¹⁰⁵.

João Gomes – Cónego do mosteiro de Grijó. A 4 de Setembro de 1403 encontrava-se, juntamente com o cónego Fernão Gonçalves, em Vila Chã, freguesia de S. Martinho de Argoncilhe, onde testemunhou o testamento do escudeiro Lourenço Martins do Avelal, e pelo qual o mosteiro de Grijó foi contemplado com a quintã de Pousadela, que tinha sido de Inês Afonso, mulher do testador⁵¹⁰⁶.

Vasco Peres – Cónego regrante do mosteiro de Grijó. Em súplicas datadas de 4 e 7 de Abril de 1418 Vasco Peres, presbítero e cónego regular de Grijó, solicita ao papa, Martinho V, o priorado do mosteiro de Santa Maria de Baltar que se encontrava vago por morte de Rodrigues Álvares, seu último prior, e que entretanto tinha sido ocupado por João Rodrigues⁵¹⁰⁷. Por súplica de 29 de Outubro de 1421, ficamos a saber que Vasco Peres já estava à frente do priorado de Baltar, sendo acusado pelo prior de Grijó, João Anes, de ter levantado dúvidas relacionadas com a sua eleição para o priorado de S. Salvador de Grijó, solicitando por isso uma provisão ao papa a confirmar-lhe a legitimidade do cargo⁵¹⁰⁸.

Gonçalo Martins (II) – Cónego regrante do mosteiro de Grijó. Em Maio de 1405 já integrava a comunidade monástica de Grijó, uma vez que a carta de doação que o prior de Grijó, D. Gonçalo Ferreira, fez ao mosteiro nessa altura foi “scrita por maam de Gonçallo Martins coonego do dito moesteiro”⁵¹⁰⁹. Surge, em 1425, em representação do prior e do convento do mosteiro de Grijó na contenda que os opunha a Gonçalo Rodrigues por causa de rendas⁵¹¹⁰. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Gonçalvus Martini presbiter canonicus Ecclesiole” a 12 de Outubro mas sem qualquer referência ao ano do óbito⁵¹¹¹. Será este assento correspondente ao religioso em questão?

Gonçalo Picão – Cónego regrante de S. Salvador de Grijó. Assumiu as funções de prior claustral por volta de 1421, lugar anteriormente ocupado por João Anes, antes de ser eleito prior-mor⁵¹¹². A 12 de Outubro de 1429 solicita ao papa a sua recondução no cargo de prior claustral⁵¹¹³. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o “obiit Gonçalvus Picam canonicus Ecclesiole” a 9 de Março mas sem qualquer menção ao ano em que ocorreu o falecimento⁵¹¹⁴.

⁵¹⁰⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.85; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. III (1409-1430), Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1969, p.148 (doc.708); Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.151.

⁵¹⁰⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2 1982, pp. 85-86.

⁵¹⁰⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 43-44vº.

⁵¹⁰⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp.64, 66-67.

⁵¹⁰⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 404-405.

⁵¹⁰⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.159vº-160.

⁵¹¹⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.6, Doc.11; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.69.

⁵¹¹¹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.170.

⁵¹¹² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.462.

⁵¹¹³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, p.462.

⁵¹¹⁴ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.60.

João Gonçalves – Cónego regrante de Grijó. A 5 de Outubro de 1429 solicita a igreja de S. Salvador de Perosinho, da apresentação do mosteiro de Grijó, que se encontrava vaga por morte de Vasco Martins, seu último possessor⁵¹¹⁵. Este é certamente o mesmo cónego que esteve também à frente de uma outra igreja do padroado de Grijó: a de S. Martinho de Argoncilhe, sendo certo que já tinha falecido no início da década de oitenta surgindo como reitor dessa igreja o cónego, Gomes Anes, havendo referência a João Gonçalves como seu predecessor no cargo⁵¹¹⁶. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Johannes Gunsalvi presbiter canonicus Ecclesiole” a 18 de Outubro mas sem referência ao ano do óbito⁵¹¹⁷. Será este assento referente a este cónego? Não o podemos afirmar.

Vasco Martins – Provável cónego regrante de Grijó. Na qualidade de prior da igreja de S. Salvador de Perosinho, é quase certo que se trata de um cónego de Grijó, uma vez que a apresentação pertencia ao mosteiro. A única certeza que temos é que a 5 de Outubro de 1429 já tinha falecido, uma vez que nesse dia João Gonçalves surge a solicitar essa igreja por se encontrar vaga por morte de Vasco Martins⁵¹¹⁸.

Afonso Gonçalves – Cónego do mosteiro de São Salvador de Grijó. Recebe em Coimbra, em 1431, a ordem de subdiácono⁵¹¹⁹.

D. Álvaro de Abreu/D. Álvaro Lopes – Provável cónego do mosteiro de Grijó. Parece ter saído do mosteiro de Grijó para a Corte para educar os filhos do infante D. Pedro⁵¹²⁰, o que levanta algumas dúvidas se tivermos em conta que pelo menos entre 1410 e 1417 Álvaro Gonçalves de Abreu foi cónego e deão da Sé de Évora⁵¹²¹. Entre 1419 e 1421 foi bispo de Lamego, sendo transferido a 26 de Junho de 1321 para o bispado de Silves, por permuta com D. Garcia de Meneses⁵¹²². Em Fevereiro de 1429 foi nomeado bispo de Évora⁵¹²³. Em 1433 foi orador na cerimónia de investidura de D. Duarte e esteve presente, em 1437, na conquista de Tânger⁵¹²⁴. Após a batalha de Alfarrobeira partiu com os filhos de D. Pedro para a Flandres e depois para Roma⁵¹²⁵. Foi legado do papa Calixto III (1455-1458) e governador do arcebispado de Lisboa por delegação do seu arcebispo⁵¹²⁶ D. Jaime (1455-1459), o primogénito do infante D. Pedro. Em 1457 esteve no mosteiro de Grijó onde conseguiu que o bispo do Porto e a câmara chegassem a um

⁵¹¹⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 454-455.

⁵¹¹⁶ Costa, António Domingues de Sousa, Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.80.

⁵¹¹⁷ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.158-159.

⁵¹¹⁸ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. IV, 1970, pp. 454-455.

⁵¹¹⁹ Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.211.

⁵¹²⁰ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I (Idade Média: A Mitra e o Município), Lamego, 1977, p.193.

⁵¹²¹ Vilar, Hermínia Vasconcelos, *As dimensões de um poder: A diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, pp.144,317.

⁵¹²² Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I (Idade Média: A Mitra e o Município), Lamego, 1977, p.194.

⁵¹²³ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I (Idade Média: A Mitra e o Município), Lamego, 1977, p.195.

⁵¹²⁴ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I (Idade Média: A Mitra e o Município), Lamego, 1977, p.195.

⁵¹²⁵ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I (Idade Média: A Mitra e o Município), Lamego, 1977, p.195.

⁵¹²⁶ Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.147.

acordo para levantamento do interdito⁵¹²⁷. Em 1467 foi novamente provido na diocese de Évora, bispado que ocuparia até 1473, ano do seu falecimento, registado nessa cidade, a 8 de Maio⁵¹²⁸.

João Martins – Provável cónego regrante do mosteiro de Grijó. A 7 de Março de 1444 “Joam Martinz abbade da igreja de Santiago de Silvalde do bispado do Porto” recebe, em Braga, ordens de Epístola⁵¹²⁹. Ainda nesse mesmo mês de Março A 28 de Março são-lhe dadas ordens de Evangelho⁵¹³⁰ e a 11 de Abril de 1444 são-lhe concedidas as ordens de Missa⁵¹³¹.

Lourenço Vasques – Provável cónego regrante do mosteiro de Grijó. Em Setembro de 1445 Lourenço Vasques é identificado como abade de S. Miguel de Milheirós recebendo, nesse mês, em Braga, ordens de Epístola⁵¹³². A 18 de Dezembro de 1445 foram-lhe concedidas ordens de Evangelho⁵¹³³ e a 12 de Março de 1446 ordens de Missa⁵¹³⁴.

Pedro Gil - Cónego regrante do mosteiro de Grijó, do bispado do Porto. Recebeu ordens menores, em Braga, no dia 2 de Abril de 1446⁵¹³⁵. No ano seguinte recebe, a 4 de Março de 1447, ordens de Epístola, também em Braga⁵¹³⁶, cidade de resto, onde lhe foram ministradas as ordens de Evangelho no dia 25 de Março de 1447⁵¹³⁷. Pouco tempo depois, mais concretamente a 8 de Abril de 1447, encontrámo-lo novamente em Braga, onde lhe são ministradas ordens de Missa⁵¹³⁸. Pediu ao papa, por súplica de 7 de Julho de 1467, para ser provido na ermida de Santa Maria de Vagos, argumentando que essa ermida deveria ser administrada por um cónego de Grijó, o que não acontecia uma vez que nos últimos oito anos se encontrava em posse de João Lourenço, reitor paroquial da igreja de Vouga e arcepreste de Aveiro⁵¹³⁹. É de acreditar que os intentos deste cónego não foram satisfeitos, isto se tivermos em conta que no ano seguinte Pedro

⁵¹²⁷ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I (Idade Média: A Mitra e o Município), Lamego, 1977, pp.195-196.

⁵¹²⁸ Costa, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e cidade de Lamego*, Vol.I (Idade Média: A Mitra e o Município), Lamego, 1977, p.196. Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo II, 1958, p.147, indica 8 de Maio de 1486 como data do seu falecimento.

⁵¹²⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.2vº; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.30.

⁵¹³⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.9; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.34.

⁵¹³¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 5, fl.14; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.38.

⁵¹³² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 10, fl.2; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.63.

⁵¹³³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.3; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.66.

⁵¹³⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.7; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.69.

⁵¹³⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.7v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.70.

⁵¹³⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 12, fl.1v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.84.

⁵¹³⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 13, fl.3; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.87.

⁵¹³⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 14, fl.2v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.91.

⁵¹³⁹ Costa, António Domingues de Sousa, Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.74.

Gil solicita novo benefício, desta feita, e por súplica de 17 de Abril de 1468, o “dilectum filium Petrum Egidii canonicum monasterii de Igrijo dicti Ordinis Portugalensis diocesis” pede o priorado do mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, entretanto vago por falecimento do prior João Vasques⁵¹⁴⁰. Não sabemos se Pedro Gil chegou a assumir o priorado desse mosteiro, mas se o fez terá sido uma passagem ligeira, e regressaria, posteriormente, a Grijó, onde é detectado a 9 de Dezembro de 1471⁵¹⁴¹, mantendo-se ainda a 16 de Novembro de 1486 entre a comunidade regrente gaiense⁵¹⁴².

António Vasques - Cónego do mosteiro de Grijó, do bispado do Porto. Com licença do seu maior, recebe ordens de Epístola no dia 2 de Abril de 1446, em Braga⁵¹⁴³. Encontrava-se novamente em Braga a 4 de Março de 1447, dia em que obteve ordens de Evangelho⁵¹⁴⁴, recebendo nesta mesma cidade, no dia 25 de Março de 1447, ordens de Missa⁵¹⁴⁵.

Vasco Anes – Cónego do mosteiro de Grijó. Aparece por diversas vezes em funções de representação do mosteiro ou do prior. Assim sucede a 2 de Fevereiro de 1450⁵¹⁴⁶ e a 17 do mesmo mês⁵¹⁴⁷. A 28 de Julho de 1451 aparece novamente referenciado como procurador de D. João, prior de Roriz e de Grijó, encontrando-se em Lisboa onde recebe os traslados dos documentos respeitantes ao mosteiro de Roriz⁵¹⁴⁸, solicitados a D. Afonso V, em 1449, e requeridos ao guarda-mor da torre do tombo, o cronista Fernão Lopes. Idêntico processo, mas desta vez respeitante a certidões e cartas do mosteiro de Grijó, levá-lo-ia novamente a Lisboa, onde, a 18 de Junho de 1452, “Vaasqu’Eannes coonigo e procurador do dicto moesteyro de Egrejoo requireo ao dicto Fernam Lopez que lhe desse o treslado em pubrica forma como tynha em costume e el visto seu requerimento lhe deu em trinta e sete folhas deste livro scriptas asynado per el e seelado com o seello dos nossos contos”⁵¹⁴⁹.

A 12 de Janeiro de 1454 surge no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em representação do mosteiro de Grijó, onde é celebrado um contrato com um morador de Verride⁵¹⁵⁰. No dia 24 de Fevereiro de 1459 “Vasquuo Annes coonigo de Higrijoo” encontrava-se no mosteiro de Roriz, onde testemunha um emprazamento aí efectuado

⁵¹⁴⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10-A, M.2, N°37; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.74.

⁵¹⁴¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.3, Doc.5; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.78.

⁵¹⁴² IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.3, Doc.9; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.81.

⁵¹⁴³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.8; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.71.

⁵¹⁴⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 12, fl.2; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.84.

⁵¹⁴⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 13, fl.3v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.87.

⁵¹⁴⁶ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.2, Doc.18; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.72.

⁵¹⁴⁷ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.2, Doc.19; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.72.

⁵¹⁴⁸ Madahil, António Gomes da Rocha, “Uma certidão de Fernão Lopes passada ao mosteiro de Roriz em 1451”, in *Revista de Guimarães*, Vol. XLVIII, N. 4 (Outubro-Dezembro de 1938), Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, 1938, p.266.

⁵¹⁴⁹ IAN/TT- Livro Preto de Grijó, fl.37v.º.

⁵¹⁵⁰ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.55.

pelo prior D. João Álvares⁵¹⁵¹, a quem certamente foi acompanhar uma vez que era prior dos dois mosteiros. A 20 de Fevereiro de 1460 “Vaasco Annes conego reglante”, na qualidade de procurador do mosteiro aforou a Mendo Afonso, clérigo de missa e capelão da igreja de Sandim, do mosteiro de Vila Cova, o casal da igreja de Sandim, couto do mosteiro de Vila Cova⁵¹⁵².

A 16 de Janeiro de 1467 “Vasqu’Eanes clerigo de missa conigo do dito moeesteiro de Grijoo” é confirmado pelo bispo da Guarda, D. João (1459-1476), como prior da igreja de Santa Maria Madalena de Portalegre, entretanto vaga por falecimento de João de Lisboa, seu anterior titular e cónego professo do mosteiro de São Jorge de Coimbra, instituição, aliás, a quem cabia a apresentação desta igreja⁵¹⁵³.

João Gonçalves – Provável cónego regrante do mosteiro de Grijó. A 17 de Março de 1453 João Gonçalves recebeu, em Braga, ordens de Epístola⁵¹⁵⁴, sendo-lhe também aí conferidas, no dia 31 desse mês, ordens de Evangelho⁵¹⁵⁵. A 26 de Maio de 1453 recebeu ordens de Missa⁵¹⁵⁶.

João Pires/João Peres – Cónego regrante do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Johannes Petri presbiter canonicus Ecclesiole” a 14 de Março mas sem qualquer indicação ao ano do óbito⁵¹⁵⁷. É possível que o cónego em causa seja o João Pires que em Abril de 1454 era abade de Santa Marinha de Cortegaça, e a quem foram administradas nesse mesmo nesse mesmo mês, ano, em Braga, as ordens Ordens de Evangelho e de Missa, respectivamente nos dias 12 e 21⁵¹⁵⁸. O único senão é que não temos comprovativo de que de facto este João Peres fosse cónego do mosteiro, baseia-se esta nossa associação no facto da igreja de Cortegaça ser da apresentação do mosteiro mas ainda não encontramos prova documental que o ateste.

Pedro Nogueira - Cónego regrante do mosteiro de Grijó, da Ordem de Santo Agostinho, da diocese do Porto. Com licença do seu prior, recebe ordens menores no dia 12 de Março de 1457, em Braga⁵¹⁵⁹.

João Carvalho - Cónego regrante do mosteiro de Grijó, do bispado do Porto, da Ordem de Santo Agostinho. Com licença do seu prior, recebe ordens de Epístola no dia 12 de Março de 1457, em Braga⁵¹⁶⁰ e aí se deslocaria novamente no mês seguinte, sendo-lhe

⁵¹⁵¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 12, M.6, N°192.

⁵¹⁵² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fl.111. A 4 de Março de 1501 esse contrato seria anulado.

⁵¹⁵³ IAN/TT- Mosteiro de S. Jorge de Coimbra, M.13, Doc.12.

⁵¹⁵⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 24, fl.38; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.200.

⁵¹⁵⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 25, fl.4; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.204.

⁵¹⁵⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 26, fl.4; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.209.

⁵¹⁵⁷ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.63.

⁵¹⁵⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 29, fl.4v°; Pasta I, Caderno 30, fl.5; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, pp.221, 225.

⁵¹⁵⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.44; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.284.

⁵¹⁶⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.45; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.285.

conferidas ordens de Evangelho no dia 2 de Abril de 1457⁵¹⁶¹. Ser-lhe-iam também ministradas ordens de Missa na arquidiocese bracarense, a 11 de Junho de 1457⁵¹⁶².

Pedro Anes - Cónego regente do mosteiro de Grijó, da Ordem de Santo Agostinho, do bispado do Porto e seu prior claustral. Com licença do seu prior recebe ordens de Epístola no dia 12 de Março de 1457, em Braga⁵¹⁶³. Nessa mesma cidade recebe ordens de Evangelho no dia 2 de Abril de 1457⁵¹⁶⁴ e é contemplado com ordens de Missa no dia 24 de Setembro de 1457, também em Braga⁵¹⁶⁵. Em 1485 ocupava o cargo de prior claustral do mosteiro de Grijó⁵¹⁶⁶, função onde continua a ser mencionado em 1486⁵¹⁶⁷ e 1487 a propósito de emprazamentos que efectua com o prior D. João Álvares e o restante convento⁵¹⁶⁸. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Petrus Johannis presbiter canonicus de Ecclesiole” a 24 de Abril mas sem qualquer indicação ao ano do óbito⁵¹⁶⁹, pelo que é possível tratar-se deste religioso. Já um obituário de S. Jorge de Coimbra anota o falecimento de Pedro Anes, cónego de Grijó, a 12 de Abril, sem especificar o ano⁵¹⁷⁰.

Aires Gonçalves - Cónego professo do mosteiro de Grijó, da Ordem de Santo Agostinho, do bispado do Porto. Com licença do seu prior, recebe ordens de Epístola no dia 12 de Março de 1457, em Braga⁵¹⁷¹. A 24 de Setembro de 1457 foram-lhe conferidas, novamente em Braga, as ordens de Missa⁵¹⁷². Paroquiou as igrejas de S. Salvador de Perosinho e a de Castelo Viegas na primeira metade da década de 70, surgindo em Maio de 1474 uma súplica do cónego Pedro Vasques, também do mosteiro de Grijó em que acusava Aires Gonçalves de deter ilegalmente a igreja de S. Salvador de Perosinho, em virtude de a possuir em conjunto com a de Castelo Viegas sem a necessária autorização eclesiástica⁵¹⁷³. Cerca de dez anos depois, mais concretamente a 22 de Outubro de 1485 este cónego surge novamente como reitor da igreja paroquial de S. Salvador de Perosinho, solicitando ao papa a concessão vitalícia dessa igreja, o que

⁵¹⁶¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.51; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.290.

⁵¹⁶² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.63; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.299.

⁵¹⁶³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.45; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.285.

⁵¹⁶⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.51; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.291.

⁵¹⁶⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.70; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.303.

⁵¹⁶⁶ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.81.

⁵¹⁶⁷ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.3, Doc.7; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.79; Costa, Francisco Barbosa da, S. Félix da Marinha: Notas monográficas, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia-Junta de Freguesia de S. Félix da Marinha, 2000, pp.83-84.

⁵¹⁶⁸ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.3, Doc.10; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.81.

⁵¹⁶⁹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.52.

⁵¹⁷⁰ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.13vº.

⁵¹⁷¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.45v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.285.

⁵¹⁷² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.70; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.303.

⁵¹⁷³ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.74. A 9 de Dezembro de 1471 já era titular da igreja de Castelo Viegas (cf. Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.78).

acabou por suceder um ano depois⁵¹⁷⁴, aparecendo ainda referenciado como prior da igreja de Perosinho a 24 de Setembro de 1491⁵¹⁷⁵.

João Rodrigues - Cónego professo do mosteiro de Grijó, da Ordem de Santo Agostinho, do bispado do Porto e prior de S. Jorge de Coimbra. Com a devida autorização do seu prior recebeu ordens de Epístola no dia 12 de Março de 1457, em Braga⁵¹⁷⁶. Nessa mesma cidade foram-lhe concedidas as ordens de Evangelho, a 2 de Abril de 1457⁵¹⁷⁷, e as de Missa no dia 24 de Setembro de 1457⁵¹⁷⁸. Em Dezembro de 1465 encontrava-se em posse do priorado de S. Jorge de Coimbra, cargo também pretendido por João Lisboa, monge de S. Jorge de Coimbra e por frei Afonso de Lorvão, da Ordem de S. Domingos⁵¹⁷⁹. João Rodrigues manteve-se no priorado da canónica conimbricense até ao início de 1475, altura em que renunciou⁵¹⁸⁰.

Pedro Vasques - Cónego do mosteiro de Grijó. Este cónego do mosteiro de Grijó, da Ordem de Santo Agostinho, da diocese do Porto, recebeu, com a devida autorização do seu prior, em Braga, no dia 28 de Fevereiro de 1461, as ordens de Evangelho⁵¹⁸¹. No mês seguinte, mais concretamente a 21 de Março de 1461, foi empossado nas ordens de Missa, também em Braga⁵¹⁸². Devidamente habilitado a exercer o sacerdócio, vamos encontrá-lo a solicitar, por súplica de 2 de Dezembro de 1473 a igreja de S. Vicente da Beira, igreja do padroado do mosteiro de S. Jorge de Coimbra⁵¹⁸³. No entanto não deverá ter sido provido nessa igreja uma vez que surge na posse da igreja paroquial de S. Salvador de Perosinho em Maio de 1474, igreja de apresentação do mosteiro de Grijó, sucedendo no cargo a um outro religioso dessa canónica, de nome Aires Gonçalves, a quem acusava de ter exercido ilegalmente a administração dessa igreja por mais de quatro anos em virtude de ter acumulado também a de Castelo Viegas, freguesia do bispado de Coimbra⁵¹⁸⁴. Este cónego solicitou, também em Maio de 1474, a igreja de S. Martinho de Travanca, na qual foi provido, sucedendo aí a D. João Álvares, prior de Grijó⁵¹⁸⁵, acumulando assim a sua administração com a de Perosinho.

Fernão Anes – Provável cónego do mosteiro de Grijó. A 17 de Dezembro de 1457 Fernão Anes surge identificado como abade de Santa Maria de Gulpilhares, recebendo

⁵¹⁷⁴ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, pp.79-80.

⁵¹⁷⁵ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.3, Doc.11; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.82.

⁵¹⁷⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.45v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.285.

⁵¹⁷⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.51; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.290.

⁵¹⁷⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.70; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.303.

⁵¹⁷⁹ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.77.

⁵¹⁸⁰ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, pp. 76,78.

⁵¹⁸¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 2, fl.5v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.321.

⁵¹⁸² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 3, fl.5; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.326.

⁵¹⁸³ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.75.

⁵¹⁸⁴ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.74.

⁵¹⁸⁵ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.75.

nesse dia, em Braga, ordens de Evangelho⁵¹⁸⁶. A 25 de Fevereiro de 1458 recebeu, na cidade bracarense, Ordens de Missa⁵¹⁸⁷.

Pedro Martins - Cónego professo do mosteiro de S. Salvador de Grijó, da Ordem de Santo Agostinho, do bispado do Porto. Com licença do seu prelado, recebe ordens menores no dia 22 de Dezembro de 1464, em Braga⁵¹⁸⁸.

Fernão Lopes - Cónego regente do mosteiro de Grijó. Recebe em Braga, a 30 de Março de 1465, ordens de missa⁵¹⁸⁹.

João Gil – Cónego do mosteiro de São Salvador de Grijó. Em Agosto de 1467 foi confirmado pelo papa como titular da igreja de Santa Maria de Tropeço, da diocese de Lamego, local onde o mosteiro de Grijó não exercia qualquer direito de apresentação⁵¹⁹⁰. A 1 de Setembro de 1468 solicitava a renovação desse benefício eclesiástico, pedindo inclusivamente que lhe fosse outorgado a título vitalício⁵¹⁹¹.

Fr. Tomé Afonso – Cónego do mosteiro de São Salvador de Grijó. Recebe em Coimbra, em 1476, as ordens de Evangelho⁵¹⁹².

Pedro Afonso – Cónego do mosteiro de São Salvador de Grijó. A 13 de Maio de 1478 encontra-se no mosteiro de S. Jorge de Coimbra onde testemunha um aforamento aí efectuado⁵¹⁹³.

Gomes Anes – Cónego do mosteiro de São Salvador de Grijó. A 15 de Outubro de 1485 encontrava-se à frente da igreja de S. Miguel de Arcozelo, havendo no entanto algumas dúvidas referentes à validade da sua apresentação, o que levou o cónego a requerer ao papa essa confirmação⁵¹⁹⁴. Essas dúvidas decorriam do facto de Gomes Anes já deter a igreja de S. Martinho de Argoncilhe, levando o religioso a solicitar, por súplica de 1 de Janeiro de 1486, a respectiva dispensa para acumular as duas igrejas⁵¹⁹⁵, ambas da apresentação do mosteiro de Grijó. A 1 de Fevereiro de 1496 Gomes Anes, clérigo de missa, continuava como prior da igreja de S. Martinho de Argoncilhe, dia em que o rei D. Manuel deu carta de perdão a Maria Anes, moradora no couto de Grijó, por ter andado amancebada com Gomes Anes⁵¹⁹⁶. Em 1517 Gomes Anes ainda era vivo, tendo

⁵¹⁸⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.75vº; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.308.

⁵¹⁸⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 1, fl.5; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.316.

⁵¹⁸⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 21, fl.30v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.421.

⁵¹⁸⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 4, fl.19.

⁵¹⁹⁰ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.74.

⁵¹⁹¹ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.74.

⁵¹⁹² Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.212.

⁵¹⁹³ Queirós, Abílio, “Catálogo dos Pergaminhos do Mosteiro de S. Jorge de Coimbra (1264-1578)”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Vols. XXIII e XXIV (2003-2004; 2005-2007), Coimbra, 2007, p.55.

⁵¹⁹⁴ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.80.

⁵¹⁹⁵ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.80.

⁵¹⁹⁶ IAN/TT – Chancelaria de D. Manuel I, Livro 32, fl.99vº.

renunciado à igreja paroquial de S. Martinho de Argoncilhe em favor do cónego Jorge Correia⁵¹⁹⁷.

Diogo Barreto – Cónego do mosteiro de Grijó. Paroquiou a ermida de Vagos, cessando funções em 1499 por iniciativa do prior de Grijó, D. Fernando de Sequeira, que colocou à frente dessa ermida Gonçalo Gil, sacerdote da diocese de Coimbra⁵¹⁹⁸. A 1 de Dezembro de 1506 o “honesto relligiozo e conego regrante Diogo Barreto” foi confirmado por Fernando de Sequeira, bispo de Safim e prior do mosteiro de Grijó, como prior e reitor da igreja de S. Salvador de Perosinho, em virtude da renúncia apresentada por Pedro Gomes, seu último reitor⁵¹⁹⁹.

Pedro Álvares – Cónego do mosteiro de Grijó. Em Maio de 1503 o papa Alexandre VI (1492-1503) investiu “Petro Alvari canonico monasterii Sancti Salvatoris de Grijoo ordinis Sancti Augustini” como prior da igreja de S. Miguel de Travassô, da diocese de Coimbra⁵²⁰⁰. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “domnus Petrus Alvari canonicus Ecclesiole” a 23 de Maio mas sem qualquer indicação ao ano do óbito⁵²⁰¹. De qualquer modo é bastante possível que este registo não seja respeitante ao cónego aqui identificado.

Fernando Anes – Cónego do mosteiro de Grijó e prior claustral. A 27 de Abril de 1504 é indicado como prior claustral de Grijó no emprazamento que o mosteiro faz de dois casais situados na aldeia de Nogueira de Regedreira⁵²⁰². Em 11 de Fevereiro de 1511 o prior D. Fernando de Sequeira autorizou a permuta que Fernandi’Annes conigo regrante expressamente professo do dito nosso moesteiro” fez com o cónego Diogo Teixeira, renunciando às igrejas de S. Martinho de Anta e S. Mamede de Gândara para assumir a de S. Miguel de Travassô com a sua anexa de Santa Eulália de Eirol, até aí tuteladas por Diogo Teixeira⁵²⁰³. No seguimento desta permuta e da sua provisão pelo prior do mosteiro, veio a confirmação papal dessa provisão, a 3 de Outubro de 1511, por bula de Júlio II (1503-1513), que assim o instituía na igreja de S. Miguel de Travassô⁵²⁰⁴. A 6 de Junho de 1515 continua a ser identificado como cónego do mosteiro de Grijó⁵²⁰⁵. Em Junho de 1530 Fernando Anes já tinha resignado à igreja de Travassô, com o papa Clemente VII (1523-1534) a confirmar aí Domingos Rodrigues, clérigo da diocese de Coimbra, em virtude da vacância desta igreja face à resignação do cónego de Grijó⁵²⁰⁶. A 7 de Dezembro de 1531 “Fernande’Annes priol crasteiro do dito mosteiro” ainda se mantinha entre os regrantes desta canónica nortenha⁵²⁰⁷, de resto essa presença é documentada ainda para 1536, continuando a ser identificado como prior claustral⁵²⁰⁸.

⁵¹⁹⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.4vº; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.87.

⁵¹⁹⁸ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, pp.39,83.

⁵¹⁹⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.4vº-5vº.

⁵²⁰⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.128vº-129.

⁵²⁰¹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.96.

⁵²⁰² IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.3, Doc.19; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.83.

⁵²⁰³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.129vº-130vº.

⁵²⁰⁴ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.130vº-132vº; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.86.

⁵²⁰⁵ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.65.

⁵²⁰⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.133-133vº.

⁵²⁰⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.106.

⁵²⁰⁸ “Uma chronica inedita”, in *O Instituto: Jornal Scientifico e litterario*, Vol. XIII, 1866, p.289.

João Pinto – Cónego do mosteiro de Grijó. Em Dezembro de 1506 “Joam Pinto conigo do dito mosteiro” empossou e investiu o cónego Diogo Barreto como reitor da igreja de S. Salvador de Perosinho⁵²⁰⁹. Em 1536 continua a integrar a comunidade conventual de Grijó⁵²¹⁰.

Jorge Correia - Cónego regrante do mosteiro de Grijó. A 19 de Julho de 1508 é instituído como reitor da igreja paroquial de Mozelos⁵²¹¹, abandonando-a em 1517, em troca da reserva dos seus proventos, sendo substituído no serviço pastoral por Simão Sanches, também cónego de Grijó⁵²¹². A 21 de Maio de 1516 é identificado como “conego do mosteiro e abbade de Mozelos e feitor do dito mosteiro de Grijoo pello dito Senhor Dom Joham bispo de Çaffim Dom prior do dito mosteiro”⁵²¹³. Jorge Correia deixou a igreja de Mozelos para assumir a reitoria da igreja de S. Martinho de Argoncilhe, entretanto vaga por resignação do cónego Gomes Anes, no entanto questões jurídicas fizeram com que a sua efectivação no cargo fosse adiada, datando a bula de Leão X (1513-1521), a autorizar a sua confirmação, de 2 de Setembro de 1517⁵²¹⁴ sendo que “Georgium Correa canonicum regullarem professum de numero canonicorum predicti Monasterii de Igrijoo” só viria a ser empossado em Argoncilhe a 11 de Janeiro de 1518 por Afonso de Melres, notário apostólico⁵²¹⁵. Jorge Correia manter-se-ia à frente desta igreja até 1536 altura em que apresentou a resignação, sendo aí confirmado, a 2 de Junho de 1536, como seu sucessor Carlos Foubert, cónego da Sé de Lamego⁵²¹⁶. A 7 de Dezembro de 1531 Jorge Correia é, além de cónego do mosteiro, identificado como feitor e procurador do prior D. João, bispo de Safim⁵²¹⁷, que lhe passou procuração a 13 de Novembro de 1531 para que este pudesse, especificamente, efectuar um escambo com João Álvares Pereira, senhor de Fervedo⁵²¹⁸. É provável que seja o mesmo Jorge Correia, identificado apenas como notário e cónego regular do Porto, que esteve presente na elaboração da composição amigável entre o mosteiro e Carlos Foubert, a 21 de Outubro de 1545, um acordo referente aos direitos de Grijó na igreja de Argoncilhe⁵²¹⁹.

Diogo Teixeira - Cónego regrante do mosteiro de Grijó. Em 11 de Fevereiro de 1511 o prior D. Fernando de Sequeira avalizou a permuta entre Diogo Teixeira “conigo do dito mosteiro” e Fernando Anes, também cónego de Grijó, com o primeiro a renunciar às igrejas de S. Miguel de Travassô e à sua anexa de Santa Eulália de Eirol, para assumir as de S. Martinho de Anta e S. Mamede de Gândara, até aí geridas por Fernando Anes⁵²²⁰. A confirmação do seu provimento como reitor nestas igrejas é datada 18 de Fevereiro de 1512⁵²²¹. Este “Didaco Teixeira canonico regulari monasterii Sancti Salvatoris de Greyjo” não aceitou as reformas levadas a cabo na instituição, pelo que foi

⁵²⁰⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.5vº-6.

⁵²¹⁰ “Uma chronica inedita”, in *O Instituto: Jornal Cientifico e litterario*, Vol. XIII, 1866, p.289.

⁵²¹¹ Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.84.

⁵²¹² Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.87.

⁵²¹³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 101vº-102vº.

⁵²¹⁴ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fl.2-4vº.

⁵²¹⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.4vº,7vº-8.

⁵²¹⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.8-10.

⁵²¹⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls.105vº-106.

⁵²¹⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.107vº.

⁵²¹⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fls.14-16vº.

⁵²²⁰ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.129vº-130vº.

⁵²²¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Salvador de Grijó, M.4, Doc.3; Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.86.

solicitada ao papa a atribuição de uma pensão para este cónego, pedido que foi atendido pelo papa Pio IV (1559-1565) em Fevereiro de 1561⁵²²². É que além da integração na Congregação de Santa Cruz, e no seguimento dessa mesma integração os próprios regrantes estabeleceram um novo estatuto jurídico no que respeitava ao serviço paroquial, estabelecendo que as igrejas anexas ao mosteiro passariam a ser servidas por clérigos seculares e não pelos cónegos do mosteiro, estatuto que seria validado e confirmado pelo papa Júlio III (1550-1555) através de bulas de 1552 e 1553⁵²²³.

Gaspar Fernandes – Cónego regrantante do mosteiro de Grijó e seu prior claustral. Em Dezembro de 1506 “Gaspar Fernandes conigo proffeco do dito mosteiro” registou o cerimonial de investidura do cónego Diogo Barreto como reitor da igreja de S. Salvador de Perosinho⁵²²⁴. Em instrumento datado de 21 de Maio de 1516 Gaspar Fernandes surge identificado como “conego do dito mosteiro de Grijó e escrivam em elle”, sendo da sua lavra o diploma em causa⁵²²⁵. A 11 de Janeiro de 1518 Gaspar Fernandes já é referenciado como “prior crasteiro do dito moesteiro” encontrando-se na igreja de S. Martinho de Argoncilhe onde assistiu ao empossamento do cónego Jorge Correia como seu reitor⁵²²⁶.

Gonçalo Rodrigues – Cónego do mosteiro de Grijó. Gonçalo Rodrigues surge entre a comunidade regrantante de Grijó a 6 de Junho de 1515, dia em que se deslocaram ao mosteiro os emissários régios para aplicar a taxaçaõ referente às comendas novas da Ordem de Cristo, cabendo a este mosteiro o pagamento de 750 ducados de ouro⁵²²⁷. A 21 de Maio de 1516 “Gonçallo Rodrigues conego do mosteiro de Grijó” encontra-se na aldeia de Crasto onde dá cumprimento a uma sentença que regulamenta a distribuição da água do monte de S. Bartolomeu pelos caseiros das aldeias de Muar e Crasto, ordenando que se restabeleça e refaça o rego antigamente utilizado para servir os caseiros de Muar⁵²²⁸. A 7 de Dezembro de 1531 Gonçalo Rodrigues ainda integrava a comunidade conventual de Grijó⁵²²⁹.

António Pinto – Cónego do mosteiro de Grijó. António Pinto é referenciado como cónego regrantante de Grijó a 6 de Junho de 1515⁵²³⁰. Em 1536 continua a ser mencionado como cónego da instituição⁵²³¹.

Simão Sanches – Cónego regrantante do mosteiro de Grijó Este religioso já se encontrava entre a comunidade regrantante de Grijó em 1517, altura em que assumiu a igreja de Mozelos por renúncia que o cónego Jorge Correia fez a seu favor⁵²³².

⁵²²² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.159-160vº.

⁵²²³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.149vº-159.

⁵²²⁴ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.5vº-6.

⁵²²⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 101vº-102vº.

⁵²²⁶ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 44, fl.8.

⁵²²⁷ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.65.

⁵²²⁸ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 101vº-102vº.

⁵²²⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.106.

⁵²³⁰ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.65.

⁵²³¹ “Uma chronica inedita”, in *O Instituto: Jornal Scientifico e litterario*, Vol. XIII, 1866, p.289.

⁵²³² Costa, António Domingues de Sousa, *O mosteiro de S. Salvador da vila de Grijó*, 1993, p.87.

Bastião Gonçalves – Cónego regrante do mosteiro de Grijó. A 7 de Dezembro de 1531 Bastião Gonçalves já é mencionado como cónego regrante do mosteiro de S. Salvador de Grijó⁵²³³. No dia 27 de Abril de 1532 é lavrado um instrumento de compra e venda respeitante à aquisição de umas casas na aldeia de Ervilhaca, couto de Grijó, por “Bastiam Gonçalves conigo de Grijó” pelas quais desembolsou três mil e quinhentos reis⁵²³⁴.

Sebastião Pires – Cónego regrante do mosteiro de Grijó. A 7 de Dezembro de 1531 “Sebastiam Pires” integrava a comunidade regrante do mosteiro de S. Salvador de Grijó⁵²³⁵. Em 1536 continua a ser identificado como cónego da instituição⁵²³⁶.

Manuel Rebelo – Cónego regrante do mosteiro de Grijó. A 7 de Dezembro de 1531 Manuel Rebelo já é mencionado como cónego de S. Salvador de Grijó⁵²³⁷. Em 1536 ainda é referenciado como religioso da instituição⁵²³⁸.

António de Almeida – Cónego do mosteiro de Grijó. “Antonio d’Almeida” é um dos religiosos que a 7 de Dezembro de 1531 integrava a comunidade conventual de Grijó, dia em que o mosteiro escambou bens com João Álvares Pereira, fidalgo da Casa Real e senhor de Fervedo, filho de Rui Pereira⁵²³⁹. Em 1536 continua a ser mencionado como cónego da instituição⁵²⁴⁰.

António Fernandes – Cónego do mosteiro de Grijó. Foi abade da igreja de S. Miguel de Travassô, tendo já falecido a 29 de Outubro de 1539, dia em que o rei ordenava às suas justiças das comarcas de Aveiro e do Porto para que fossem diligentes sempre que o prior de Grijó solicitasse quaisquer serviços relacionados com a provisão e confirmação dos clérigos nas igrejas anexas ao mosteiro de Grijó que entretanto vagassem, como acontecia nessa altura com a de S. Miguel de Travassô⁵²⁴¹. “Antonio Fernandi clerico colimbriensis” foi confirmado como reitor de S. Miguel de Travassô em Junho de 1529, e tudo indica que nessa altura ainda não era cónego de Grijó, pelo menos surge apenas identificado como clérigo⁵²⁴².

Cónegos cuja cronologia não foi possível estabelecer:

Domingos Lourenço – Cónego do mosteiro de Grijó. Sabemos que foi prior da igreja de Travanca e que a 17 de Abril de 1315 já tinha falecido, tendo deixado bens ao mosteiro, o que fez com que nesse dia o prior D. Pedro Pires e o convento estipulassem que “se dicese cada anno por sua alma huma capella de missas”⁵²⁴³.

Júlio Peres/Júlio Pires – Cónego do mosteiro de Grijó. Em termos cronológicos não podemos delimitar com a desejável exactidão a sua presença no mosteiro, mas deverá reportar-se ao início do séc. XIV, no entanto, e de concreto apenas sabemos, a partir de

⁵²³³ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.106.

⁵²³⁴ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fls. 32vº-33vº.

⁵²³⁵ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.106.

⁵²³⁶ “Uma chronica inedita”, in *O Instituto: Jornal Científico e litterario*, Vol. XIII, 1866, p.289.

⁵²³⁷ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.106.

⁵²³⁸ “Uma chronica inedita”, in *O Instituto: Jornal Científico e litterario*, Vol. XIII, 1866, p.289.

⁵²³⁹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 43, fl.106.

⁵²⁴⁰ “Uma chronica inedita”, in *O Instituto: Jornal Científico e litterario*, Vol. XIII, 1866, p.289.

⁵²⁴¹ IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.7vº-8.

⁵²⁴² IAN/TT- S. Salvador de Grijó, Livro 48, fls.135vº-139vº.

⁵²⁴³ BGUC - Manuscrito 640, fl.207.

um obituário de Santa Cruz de Coimbra, que “domnus Julianus Petri canonicus Ecclesiole” faleceu a 4 de Agosto⁵²⁴⁴.

Domingos Diogo – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Dominicus Didaci canonicus de Ecclesiole” a 8 de Julho mas sem referenciar o ano do óbito⁵²⁴⁵.

Domingos Fernandes – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Jorge de Coimbra menciona o falecimento de Domingos Fernandes, anotando-se o seu assento no dia 27 de Maio, sem qualquer alusão ao ano⁵²⁴⁶.

Fernão Carvalho/Fernando Carvalho – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de Fernão de Carvalho, cónego de Grijó, a 12 de Abril, sem identificar o respectivo ano⁵²⁴⁷.

João Esteves – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Johannes Stephani presbiter canonicus Ecclesiole” a 6 de Abril mas sem qualquer indicação ao ano do óbito⁵²⁴⁸. Deverá ser o mesmo João Esteves, cónego de Grijó, a quem um obituário de S. Jorge também regista o falecimento a 6 de Abril⁵²⁴⁹, um sincronismo assinalável pela raridade da coincidência dos registos dos diferentes obituários, embora no obituário de S. Jorge este cónego não seja identificado como presbítero.

João Esteves II – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Jorge de Coimbra menciona o falecimento de “Johannes Stephani presbiter canonicus Ecclesiole” a 20 de Janeiro, mas sem qualquer alusão ao ano em que ocorreu a morte⁵²⁵⁰.

João Geraldês – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Johannes Geraldî presbiter canonicus Ecclesiole” a 16 de Outubro mas sem referência ao ano do óbito⁵²⁵¹. É provável que exista algum grau de parentesco entre este cónego e Francisco Geraldês.

Lopo Anes – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Jorge regista o falecimento de Lopo Anes, cónego de Grijó, a 12 de Abril, sem especificar o ano⁵²⁵².

Lourenço Anes (II) - Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Jorge de Coimbra apresenta um assento referente a “Laurenço Johannî canonicus Ecclesiole”, cujo óbito aparece anotado a 1 de Janeiro, não havendo aí qualquer referência ao respectivo ano do falecimento⁵²⁵³.

⁵²⁴⁴ Gomes, Saul António, *Fragmentos codicológicos de um obituário primitivo do mosteiro de Santa Cruz*, Separata da Revista *Humanitas*, 56, 2004, p.395.

⁵²⁴⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.111.

⁵²⁴⁶ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.19vº.

⁵²⁴⁷ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.13vº.

⁵²⁴⁸ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.75.

⁵²⁴⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.12vº.

⁵²⁵⁰ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.34.

⁵²⁵¹ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.157.

⁵²⁵² BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.13vº.

⁵²⁵³ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.32.

Lourenço Anes (III) - Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Laurencius Johannis canonicus Ecclesiole” a 30 de Janeiro⁵²⁵⁴. Não será de excluir a possibilidade de estarmos perante o mesmo indivíduo já referenciado acima.

Marcos Esteves – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Marcius Stephani presbiter canonicus de Ecclesiole” a 21 de Abril mas sem qualquer indicação ao ano do óbito⁵²⁵⁵.

Martim Abade/Martinho Abade – Cónego do mosteiro de S. Salvador de Grijó. Este cónego é identificado como cónego de Grijó num obituário de S. Jorge de Coimbra, cujo óbito é aí referenciado a 29 de Agosto, sem que conste aí qualquer alusão ao ano passamento⁵²⁵⁶. É provável que exista algum grau de parentesco entre este cónego e João Geraldês.

Martim Anes/Martinho Anes – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “donus Martinus Johannis canonicus Ecclesiole” a 30 de Maio mas sem qualquer indicação ao ano do óbito⁵²⁵⁷.

Martim Anes II/Martinho Anes – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Jorge de Coimbra menciona o falecimento de “Martinus Johannis presbiter canonicus Ecclesiole” a 13 de Janeiro mas sem qualquer referência ao ano do passamento⁵²⁵⁸. Na linha do método que vimos seguindo diferenciámos este Martim Anes do anterior com base na indicação de que este era presbítero.

Martim Esteves/Martinho Esteves – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Domnus Martinus Stephani canonicus Ecclesiole” a 2 de Março, sem referenciar o ano do óbito⁵²⁵⁹. Já num obituário de S. Vicente de Fora o falecimento de “Martinus Stephani canonicus Ecclesiole” é anotado a 4 de Março, mas também sem qualquer indicação do ano do passamento⁵²⁶⁰. É provável que este Martim Esteves seja o mesmo que em Janeiro de 1300 foi confirmado como reitor da igreja de Santa Marinha de Cortegaça, onde se manteve, pelo menos, até 1315⁵²⁶¹, mas essa é apenas uma possibilidade, é que por um lado não temos a certeza de que este reitor fosse cónego de Grijó e mesmo a sê-lo, não podemos, obviamente, asseverar que se trate do mesmo indivíduo.

Martim Pais – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Martinus Pelagii canonicus Ecclesiole” a 15 de Outubro mas sem referência ao ano do óbito⁵²⁶².

⁵²⁵⁴ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.35vº.

⁵²⁵⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.51.

⁵²⁵⁶ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.30.

⁵²⁵⁷ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.98.

⁵²⁵⁸ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.33vº.

⁵²⁵⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.39vº.

⁵²⁶⁰ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, pp.56-57.

⁵²⁶¹ Oliveira, Padre Miguel de, “Cortegaça e a “Ribeirinha” in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol.IX, Nº36, 1943, p.270.

⁵²⁶² Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.157.

Paio Anes – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Pelagius Johannis canonicus Ecclesiole” a 25 de Abril mas sem qualquer indicação ao ano do óbito⁵²⁶³.

Paio Anes II – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Jorge de Coimbra indica o falecimento de “Plagius Johannis”, presbítero e cónego de Grijó, a 25 de Março sem mencionar o ano em que ocorreu a morte⁵²⁶⁴. Optámos por considerar este Paio Anes como sendo um outro religioso, porque aquele que já aparece anteriormente surge apenas referido como cónego enquanto neste caso estava também habilitado com ordens de missa.

Pedro Peres II – Cónego do mosteiro de Grijó e seu provável prior mor. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Petrus Petri presbiter canonicus Ecclesiole” a 1 de Outubro mas sem qualquer indicação ao ano do passamento⁵²⁶⁵. Tendo em consideração que o registo que vem imediatamente a seguir nesse Obituário está datado de 1338, e partindo do princípio que os assentos seguem a ordem cronológica, o que como se sabe nem sempre acontece, é possível balizar o termo máximo da sua vida por essa data. Não será de excluir a hipótese de se tratar do cónego designado Pedro Peres que já é detectável no mosteiro em 1296⁵²⁶⁶, mas ao considerá-lo como sendo o religioso que mais tarde atinge o priorado da instituição inviabilizámos essa possibilidade porque sendo o prior o assento não o referiria como cónego. De qualquer modo parece inegável terem coexistido dois indivíduos com o mesmo nome no mosteiro de Grijó, num período que se poderá restringir com bastante segurança à primeira metade de trezentos e que poderá, inclusivamente encurtar-se sem grande margem de erro para o primeiro quartel do séc. XIV.

Pedro Martins - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Grijó. Um obituário de S. Jorge de Coimbra regista o falecimento de “Petrus Martini canonicus de Ecclesiole” a 24 de Fevereiro mas sem qualquer referência ao ano⁵²⁶⁷. Apesar de já termos identificado um cónego de Grijó com este mesmo nome parece-nos pouco provável que estejamos perante o mesmo religioso uma vez que esse é detectado em 1464⁵²⁶⁸, enquanto que este Pedro Martins face à posição em que surge no assento do Obituário não deverá ser posterior à primeira metade do séc. XIV, de resto um outro indicador cronológico para o balizarmos é o do próprio registo que o antecede uma vez que se encontra datado de 1282⁵²⁶⁹. Apesar desses indícios em contrário, não se pode excluir a hipótese de estarmos perante o cónego referenciado no séc. XV.

Roberto ---- de Vale – Cónego do mosteiro de Grijó. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Robertus ...us de Vale canonici Ecclesiole” a 24 de Maio mas sem qualquer indicação ao respectivo ano⁵²⁷⁰.

⁵²⁶³ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.68.

⁵²⁶⁴ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.11.

⁵²⁶⁵ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.149.

⁵²⁶⁶ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, pp. 303-304, 637.

⁵²⁶⁷ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.38vº.

⁵²⁶⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 21, fl.30v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.421.

⁵²⁶⁹ BPMP – Santa Cruz de Coimbra, Ms.81, fl.38vº.

⁵²⁷⁰ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.96.

2.3.5. - São Salvador de Lordelo (c. Paredes)

Estêvão Fernandes – Provável cónego do mosteiro de Lordelo. A 2 Julho de 1299 “Stevam Fernandez clerigo de Loordello” encontra-se entre as testemunhas de um instrumento efectuado no mosteiro de S. Pedro de Roriz⁵²⁷¹.

Pedro Gomes – Cónego do mosteiro de Lordelo. Recebe em Coimbra, em 1476, as ordens de presbítero⁵²⁷².

2.3.6. - S. Salvador de Moreira da Maia (c. Maia)

Gil Domingues - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Surge a 5 de Julho de 1298 a testemunhar a composição feita entre o bispo do Porto e o mosteiro de Moreira sobre as igrejas de S. Félix da Marinha e de Retorta⁵²⁷³. É provável que permaneça na instituição no início do séc. XIV mas não lhe conhecemos qualquer outra referência.

Domingos Mendes - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. “Dominicus Menendi” testemunha a 5 de Julho de 1298 a composição feita entre o bispo do Porto e o mosteiro de Moreira sobre as igrejas de S. Félix da Marinha e de Retorta⁵²⁷⁴. É de admitir que este cónego regular se encontre entre a comunidade maiata no início de trezentos mas não dispomos de elementos que o confirmem.

Martim Geraldês - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Surge referenciado como frade de Moreira a 17 de Maio de 1302⁵²⁷⁵. A 28 de Janeiro de 1304 é confirmado como reitor da igreja de São Mamede de Perafita por Martim Soares, cónego da Sé do Porto e vigário geral do bispo do Porto⁵²⁷⁶.

Martim Domingues de Bougado (?) - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Surge referenciado como “frade de Moreyra” a 18 de Março de 1309⁵²⁷⁷. É muito provavelmente o mesmo “Martim Dominguez” que surge identificado a 6 de Maio de 1321 como pitanceiro da pitação de Santa Maria⁵²⁷⁸ e a 8 de Janeiro de 1322, como chaveiro do mosteiro⁵²⁷⁹. A 21 de Maio de 1328 aparecem João Martins e “Martinus Dominici canonici dicti monasterii” em representação do prior crasteiro e do convento, envolvidos no processo da eleição de Martim de Bem para prior de Moreira⁵²⁸⁰.

Domingos Domingues Gontão – Provável cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. A primeira indicação que lhe conhecemos data de 18 de Março de 1309, dia em que testemunha um instrumento celebrado no mosteiro de Moreira, sendo

⁵²⁷¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.2, Doc.39; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.162 (doc.34).

⁵²⁷² Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.212.

⁵²⁷³ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, p.76.

⁵²⁷⁴ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, p.76.

⁵²⁷⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.1.

⁵²⁷⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.2.

⁵²⁷⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.4.

⁵²⁷⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.21.

⁵²⁷⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.21.

⁵²⁸⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.29.

aí identificado como “Domingos Dominguez dicto Gontom clerigo desse logar”⁵²⁸¹. A 8 de Janeiro de 1322, Domingos Domingues de Gontão é referenciado como clérigo do prior⁵²⁸². A 21 de Maio de 1345 o prior do mosteiro, D. Martim Geraldês, e o convento de Moreira constituem como seus procuradores especiais os cónegos Domingos Domingues Gontão e João Martins para que possam efectuar um escambo com o mosteiro de Leça do Balio⁵²⁸³.

Pedro Santos - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. A 24 de Agosto de 1310 “Pero dos Sanctos coonigo” de Moreira aparece como testemunha num instrumento feito em Azurara⁵²⁸⁴. É certamente o mesmo Pedro dos Santos que surge, a 19 de Dezembro de 1319, como procurador do mosteiro de Moreira numa contenda contra Aparício Anes, mordomo de Azurara e Pindelo, que acusava o prior, os frades e os ovençais do mosteiro de comprarem peixe em Pindelo e Azurara e não pagarem a respectiva portagem do pescado e que foi julgada por Lourenço Anes, juiz da Maia⁵²⁸⁵. A 27 de Março de 1327 Pedro dos Santos aparece identificado como abade da igreja de Vila Nova, empossando Domingos Martins Carvalhido, frade de Moreira e provedor da pitaça de Santa Maria, na herdade de Cabanelas que foi doada ao mosteiro pelo frade Silvestre Anes⁵²⁸⁶. A 27 de Outubro de 1330 testemunha um instrumento lavrado no mosteiro de Moreira da Maia sendo aí referido como abade de Vila Nova⁵²⁸⁷.

Salvador Geraldês de Refonteira - Frade do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Surge-nos pela primeira vez identificado como frade de Moreira a 28 de Junho de 1333 surgindo como testemunha do instrumento de renúncia que Afonso Martins de Fornelos e sua mulher, Teresa Gonçalves, fizeram a favor do mosteiro, dos direitos de padroado que detinham no mosteiro de Moreira⁵²⁸⁸. De qualquer forma há uma referência anterior na documentação do Cartório de Moreira a Salvador Geraldês de Refonteira, aparecendo citado entre as testemunhas de um emprazamento efectuado no mosteiro, embora sem qualquer outra especificação, a 15 de Outubro de 1327⁵²⁸⁹.

Lourenço Fernandes - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Surge referenciado como cónego de Moreira a 13 de Outubro de 1312⁵²⁹⁰.

Martim Peres - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia e prior claustral. Aparece identificado como cónego de Moreira a 13 de Outubro de 1312⁵²⁹¹. A 22 de Janeiro de 1323 Martim Peres surge identificado como “priol crasteiro de Moreira” dia em que recebeu, em nome do mosteiro de Moreira, de Gonçalo Martins Espiunca de Freixieiro, em seu nome e no de Maria Anes, sua mulher, a arroteia de

⁵²⁸¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.4.

⁵²⁸² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.21.

⁵²⁸³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.2.

⁵²⁸⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.8.

⁵²⁸⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.19.

⁵²⁸⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.27.

⁵²⁸⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.30.

⁵²⁸⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.33.

⁵²⁸⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.11.

⁵²⁹⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.11.

⁵²⁹¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.11.

Belmonte⁵²⁹². A 14 de Dezembro de 1325 Martim Peres surge novamente referenciado como prior crasteiro de Moreira⁵²⁹³.

Domingos Martins Carvalhido - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia e prior claustral. A primeira referencia que lhe conhecemos data de 8 de Janeiro de 1322, dia em que o prior Martim Peres doou ao convento de Moreira um casal que tinha em Vilarinho de Jusão, freguesia de S. Pedro de Avioso, surgindo Domingos Martins “dicto Carvalhido”, identificado como clérigo do prior⁵²⁹⁴. A 21 de Janeiro de 1327 “Domingos Martiinz ovençaal dos frades do dicto moesteyro” solicita a Martim Peres, prior do mosteiro, que lhes entregue os direitos que tinham, por testamento de Fernão Rodrigues Babilão, no casal de Arões, Vila Verde, onde morava Pedro Casado⁵²⁹⁵. A 27 de Março de 1327 Domingos Martins Carvalhido surge identificado como frade de Moreira e provedor da pitação de Santa Maria, recebendo, nesse dia, para essa ovença a herdade de Cabanelas que foi doada ao mosteiro pelo frade Silvestre Anes⁵²⁹⁶. A 28 de Junho de 1333 testemunha a renúncia que Afonso Martins de Fornelos e sua mulher, Teresa Gonçalves, fizeram a favor do mosteiro, dos direitos de padroado que aí detinham⁵²⁹⁷. No dia 26 de Abril de 1351 Domingos Martins, cónego de Moreira, encontrava-se em Gaia, onde acompanhou Bento Pires, procurador do mosteiro surgindo entre as testemunhas de dois instrumentos aí lavrados, um à porta da igreja de Santa Marinha e outro à porta da casa do concelho, pelos quais os escudeiros Gonçalo Martins e Diogo Gil abdicavam de todos os direitos patronais que detinham no mosteiro de Moreira⁵²⁹⁸. A 8 de Agosto de 1351 Domingos Martins Carvalhido surge referenciado como prior crasteiro do mosteiro⁵²⁹⁹, sendo identificado nessas mesmas funções num emprazamento feito em Moreira da Maia a 12 de Novembro de 1351⁵³⁰⁰. No dia 27 de Dezembro de 1351 “Beento Perez e Domingos Martinz Carvalhido coonigos de Moreira” tomam posse, em nome do mosteiro, de meio casal em Parada, freguesia de São Martinho de Guilhabreu⁵³⁰¹. A 8 de Agosto Domingos Martins Carvalhido, mais uma vez identificado como prior claustral do mosteiro, encontrava-se em Nogueira onde é lavrado um instrumento de renúncia do escudeiro Rui Peres do Avelar a todos os direitos que possuía no mosteiro de Moreira⁵³⁰². No ano seguinte, a 22 de Julho, aparece em Parada, freguesia de S. Martinho de Guilhabreu onde é testemunha num instrumento similar ao anterior, pelo qual Teresa Peres cede a S. Salvador de Moreira da Maia todos os direitos que aí detinha⁵³⁰³. A 25 de Outubro de 1353 desloca-se a Gaia, onde é feita, na igreja de Santa Marinha, a carta de renúncia de Paio Bugalho aos direitos de natural e padroeiro do mosteiro de Moreira, aparecendo aí designado como “Domingos Martinz priol que se dizia do dicto moesteyro”⁵³⁰⁴, situação e intitulação que não são muito comuns quando se trata do prior claustral mas que aqui surge embora estejamos perante o prior crasteiro.

⁵²⁹² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.22.

⁵²⁹³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.25.

⁵²⁹⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.21.

⁵²⁹⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.16A-2.

⁵²⁹⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.27.

⁵²⁹⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.33.

⁵²⁹⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Docs.15; 16-A.

⁵²⁹⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.17.

⁵³⁰⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.18.

⁵³⁰¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.20.

⁵³⁰² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.25.

⁵³⁰³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.26.

⁵³⁰⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.28.

Silvestre Anes – Frade converso do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. A 27 de Março de 1327 “Silvestre Johanes frade confesso de Moreira” fez doação ao prior e frades do mosteiro da herdade de Cabanelas (fr. de S. Salvador de Lavra) e seu termo, pela sua alma e pela de Domingas Silvestre, que foi sua mulher, com a condição de manter o usufruto e as rendas enquanto fosse vivo⁵³⁰⁵.

João Martins - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia, prior claustral e futuro prior. A 21 de Maio de 1328 João Martins, juntamente com Martinho Domingues, ambos cónegos do mosteiro, e em representação do prior crasteiro e do convento, intercedem junto do prior Martim de Bem para que ele aceite a eleição para o priorado⁵³⁰⁶. É provável que este cónego seja o mesmo João Martins que surge mencionado a 14 de Dezembro de 1325, como raçoeiro do mosteiro⁵³⁰⁷. Em 1335, “Johan Martinz coonigo Reglante do dicto Monsteiro seu procurador”⁵³⁰⁸, aparece a representar o mosteiro no processo referente à inquirição de D. Afonso IV sobre as jurisdições no couto de Moreira e da qual resultou, por sentença de 13 de Novembro de 1335, a sua perda total⁵³⁰⁹. A 4 de Julho de 1337⁵³¹⁰ é novamente referenciado como procurador do mosteiro tal como em 21 de Maio de 1345⁵³¹¹, desta feita juntamente com Domingos Domingues Gontão. Em 25 de Janeiro de 1342 “Joham Martins coonigo de Moreira” testemunha a doação que o cavaleiro Estêvão Rodrigues de Chantada e a sua mulher, Sancha Anes, fizeram ao mosteiro de S. Simão da Junqueira⁵³¹². A 28 de Novembro de 1345 aparece-nos “Joham Martinz priol crasteiro do moesteiro de Moreira”, na qualidade de procurador do mosteiro a receber o casal de Igarei⁵³¹³. A 11 de Setembro de 1347 João Martins já surge como prior mor de Moreira⁵³¹⁴, corolário lógico do seu percurso ascendente a nível da comunidade monástica.

Francisco Martins - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Francisco Martins surge identificado como cónego do mosteiro de Moreira e seu procurador a 3 de Novembro de 1340, dia em que se desloca a Freixieiro (fr. de S. Mamede de Perafita), para tomar posse de um casal que tinha sido doado ao mosteiro por Fernão Anes Bocado e que o seu testamenteiro, Fernão Martins Bocado, se recusava a entregar, chegando a contenda ao arcebispo de Braga, que pronunciou sentença favorável ao mosteiro⁵³¹⁵. A 8 de Janeiro de 1345 surge novamente referenciado como frade da canónica regrante de Moreira da Maia⁵³¹⁶.

Afonso Martins - Frade do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Um instrumento lavrado a 8 de Janeiro de 1345 identifica-o como frade do mosteiro de Moreira⁵³¹⁷.

⁵³⁰⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.27.

⁵³⁰⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.29.

⁵³⁰⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.25.

⁵³⁰⁸ *Chancelarias Portuguesas - D. Afonso IV*, Vol. III, Lisboa, INIC, 1992, p.98.

⁵³⁰⁹ *Chancelarias Portuguesas - D. Afonso IV*, Vol. III, Lisboa, INIC, 1992, p.98.

⁵³¹⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.38.

⁵³¹¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.2.

⁵³¹² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Primeiro, fl. 80-81vº.

⁵³¹³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.3.

⁵³¹⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.23. Também Mártires, Frei Timóteo dos, *Crónica de Santa Cruz*, Tomo III, p.25, regista a sua memória no ano de 1347.

⁵³¹⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.40.

⁵³¹⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.1.

⁵³¹⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.1.

Martim de Arões – Provável frade do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Surge a testemunhar um instrumento lavrado junto à porta do mosteiro de Moreira no dia 8 de Janeiro de 1345 sendo aí identificado como frade⁵³¹⁸ embora sem a referência à casa monástica, mas pelo local onde foi feito o documento e tendo em conta que surge entre as testemunhas logo a seguir ao prior do mosteiro de Moreira tudo indica tratar-se de um religioso dessa instituição.

Martim Domingues - Frade do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Surge referenciado como frade a 21 de Maio de 1345, surgindo entre as testemunhas que integram um instrumento de procuração feito pelo prior do mosteiro, D. Martim Geraldês, aos cônegos Domingos Domingues Gontão e João Martins para que possam efectuar um escambo com o mosteiro de Leça do Balio⁵³¹⁹. Não é de excluir que se trate do cônego Martim Domingues que surge documentado entre a comunidade regante de Moreira da Maia na década de vinte.

Domingos Anes - Cônego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia e seu prior claustral e futuro prior-mor. Deveria ser cônego do mosteiro de Moreira, no entanto a primeira referência que lhe conhecemos entre a comunidade maiata identifica-o como prior claustral. Trata-se de um empraçamento feito, a 2 de Julho de 1348, por João Martins prior mor de Moreira, “Domingu’Eanes priol crasteiro” e o restante convento, a Lourenço Francisco e a sua mulher Margarida Domingues, moradores em Freixieiro, do casal do Mido (fr. de S. Mamede de Perafita)⁵³²⁰. Poderá ser o “Domingos Iohanes” que surge como procurador do mosteiro de Moreira por volta de 1335, na inquirição de D. Afonso IV sobre as jurisdições do mosteiro no seu couto⁵³²¹, mas aí é apenas identificado como procurador. A 17 de Setembro de 1349 Domingos Anes já é mencionado como prior mor de S. Salvador de Moreira da Maia⁵³²².

Domingos Cibrães - Cônego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia e futuro prior. A 12 de Junho de 1350 “Domingos Cibraes conigo de Moreira” testemunha um acordo feito entre o abade de Vila Nova e Martim Abril respeitante a cedência de águas⁵³²³. A 7 de Setembro de 1356 é confirmado como reitor de Vila Nova “Dominicum Cipriani canonicum dicti monasterii e expresse proffessi”⁵³²⁴. É muito provavelmente o mesmo indivíduo que surge no final da década de oitenta como prior de Moreira, no entanto o hiato documental de mais de trinta anos entre estas datas levamos forçosamente a admitir a possibilidade de estarmos perante um homónimo, o que neste caso e tendo em conta que não se trata de um sobrenome muito frequente, parece-nos pouco provável.

Bento Pires - Cônego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. No dia 26 de Abril de 1351 Bento Pires surge como procurador do mosteiro encontrando-se na vila de Gaia, onde são lavrados dois instrumento de renúncia, pelos quais os escudeiros Gonçalo Martins e Diogo Gil abdicavam de todos os direitos patronais que detinham no

⁵³¹⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.1.

⁵³¹⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.2.

⁵³²⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.5.

⁵³²¹ *Chancelarias Portuguesas - D. Afonso IV*, Vol. III, Lisboa, INIC, 1992, p.97.

⁵³²² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.9.

⁵³²³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.10.

⁵³²⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 10, Doc.17.

mosteiro de Moreira⁵³²⁵. A 27 de Dezembro de 1351 surge identificado como cónego de Moreira, dia em que juntamente com o cónego Domingos Martins Carvalhido, tomam posse para o mosteiro de meio casal em Parada, freguesia de São Martinho de Guilhabreu⁵³²⁶. A 5 de Outubro de 1360 o prior passa-lhe uma carta de procuração para tratar de negócios do mosteiro, procuração extensível a mais quatro cónegos da comunidade⁵³²⁷.

João Domingues - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. A 25 de Outubro de 1353 surge-nos pela primeira vez a referência a “Joham Dominguez coonigo do dicto moesteiro” dia em que acompanhou o prior claustral, Domingos Martins Carvalhido, a Gaia, aparecendo aí a testemunhar a carta que Paio Bugalho fez a renunciar aos direitos de natural e padroeiro que tinha no mosteiro de Moreira⁵³²⁸. A 12 de Abril de 1354 João Domingues, surge identificado como cónego e procurador do mosteiro, estabelecendo nesta última qualidade um acordo com Domingos Peres de Avioso, juiz da Maia, com quem o mosteiro estava em contenda por causa de uma quarta de trigo que o prior e o convento deviam ter, anualmente, para pitança de Santa Maria, de uma herdade que tinha sido de Nicolau de Vilar de Souto⁵³²⁹. A 5 de Outubro de 1360 Domingos Anes, prior do mosteiro de Moreira constitui João Domingues e mais quatro cónegos do mosteiro como legítimos procuradores da instituição para poderem tratar de assuntos relacionados com os bens do mosteiro⁵³³⁰. “Joham Dominguez conigoo do dicto moesteiro” aparece justamente como procurador de Moreira no dia 9 de Maio de 1361, deslocando-se a Gaia, na companhia de Afonso Domingues e Leonardo Fernandes, dois homens seus, para receber de Vasco Peres de Ferreira o documento de renúncia a todos os direitos que este detinha no mosteiro maiato⁵³³¹.

João Domingues de Vilar - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. A primeira referência que conhecemos a “Joham Villar coonigo do Moesteiro de Moreira” data de 29 de Novembro de 1355, dia em que este religioso surge entre as testemunhas de uma procuração feita no vizinho mosteiro de S. Simão da Junqueira⁵³³². No dia 12 de Julho de 1359 “Joham de Vilar coonigo e procurador do prior e convento” do mosteiro de Moreira, recebe, em nome da instituição, a renúncia e doação do escudeiro Rui Martins de todos os direitos que este aí possuía⁵³³³. Este mesmo cónego aparece também referenciado como “Joham Dominguez dicto Vylar”⁵³³⁴, certamente uma forma eficaz de o diferenciar do seu homónimo João Domingues que parece ser mais antigo na comunidade. É sob essa designação que aparece, a 1 de Abril de 1361, novamente no exercício de procurador do mosteiro, comparecendo perante o juiz da Maia por causa de uma contenda que existia entre o mosteiro e Vicente Neto de Cabanelas, respeitante a trigo que este devia à pitança de Santa Maria⁵³³⁵. Instrumentos de 10 de Julho de 1372 e

⁵³²⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Docs.15; 16-A.

⁵³²⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.20.

⁵³²⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.2.

⁵³²⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.28.

⁵³²⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.31-B.

⁵³³⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.2.

⁵³³¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.5.

⁵³³² IAN/TT - Tombo do Real Mosteiro de São Simão da Junqueira, Livro Quinto, fl.124-125.

⁵³³³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.40.

⁵³³⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.2.

⁵³³⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.21.

30 de Novembro de 1373⁵³³⁶ revelam-nos que João de Vilar continuava a fazer parte da comunidade regrante de Moreira da Maia⁵³³⁷. A 10 de Abril de 1378 surge entre as testemunhas do instrumento de reconhecimento e validação do testamento de Domingos Vilar de Avioso⁵³³⁸. A última referência que temos a “Joham Vilar coonigo de Moreira” dista temporalmente desta última uns escassos três dias, surgindo entre as testemunhas que integram o testamento de Estêvão Mateus de Refonteira, lavrado a 13 de Abril de 1378⁵³³⁹.

Domingos Domingues - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Integrava a comunidade regrante de S. Salvador de Moreira a 5 de Outubro de 1360, dia em que, juntamente com outros cónegos, é constituído procurador da instituição⁵³⁴⁰.

Vasco Anes - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. A primeira indicação que lhe conhecemos data de 5 de Outubro de 1360, dia em que o prior de Moreira, D. Domingos Anes, o institui como procurador do mosteiro⁵³⁴¹. A 13 de Novembro de 1368 encontra-se no Porto em representação do seu cenóbio, recebendo sentença favorável do juiz do Porto numa contenda que opunha os regrantes de Moreira a Gonçalo Martins, homem do escudeiro Vasco Gil, que se apoderara de bens do mosteiro em nome dos seus padroeiros⁵³⁴². A 29 de Dezembro de 1382 o cónego Vasco Anes surge entre as testemunhas de um emprazamento feito em S. Salvador de Moreira da Maia⁵³⁴³. A 17 de Novembro de 1391 Vasco Anes, juntamente com os cónegos João Anes e Pedro Domingues escambam com o prior Domingos Cibrães o casal da Carvalhã, na aldeia da Póvoa, freguesia de Santa Marinha de Vilar de Porcos, pelo casal do Outeiro, em Gemunde⁵³⁴⁴. A 13 de Fevereiro de 1392 o prior de Moreira, Domingos Cibrães, juntamente com o convento, emprazaram ao cónego Vasco Anes a vinha do convento⁵³⁴⁵. A última referência que temos a Vasco Anes é de 2 de Julho de 1393, dia em que surge como testemunha num emprazamento efectuado no mosteiro de Moreira⁵³⁴⁶.

João de Bouças - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. “Joham de Bouças cooniigo regrante do dicto moesteiro” já se encontrava entre a comunidade maiata a 20 de Fevereiro de 1371, dia em que o prior da instituição, Domingos Anes, constitui seus procuradores João Lourenço do Feal e João Lourenço⁵³⁴⁷. A 30 de Novembro de 1373 este cónego surge a testemunhar um emprazamento efectuado no mosteiro⁵³⁴⁸. A 5 de Maio de 1380 o prior e o convento de Moreira exigem a João de Bouças, abade de Mindelo e cónego do mosteiro, o pagamento das rendas referentes à vinha do convento que lhe tinha sido emprazada, sob pena de não lhe revogarem o contrato⁵³⁴⁹.

⁵³³⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.11.

⁵³³⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.10.

⁵³³⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.14.

⁵³³⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.20.

⁵³⁴⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.2.

⁵³⁴¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.2.

⁵³⁴² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.8.

⁵³⁴³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.23.

⁵³⁴⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.32.

⁵³⁴⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.31.

⁵³⁴⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.33.

⁵³⁴⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.9.

⁵³⁴⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.11.

⁵³⁴⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 9-A, Maço 5, nº 232.

Pedro Domingues – Cónego do mosteiro de Moreira da Maia. Surge-nos pela primeira vez referenciado entre as testemunhas de uma procuração feita no mosteiro de Moreira da Maia a 20 de Fevereiro de 1371, e pela qual o prior, Domingos Anes, constituiu seus procuradores João Lourenço do Feal e João Lourenço⁵³⁵⁰. É provável que se trate do mesmo Pedro Domingues que aparece indicado como “mancebo do dicto moesteiro”, num instrumento lavrado no cenóbio maiato a 12 de Novembro de 1351⁵³⁵¹.

A 10 de Julho de 1372 “Pero Dominguis” surge novamente identificado como cónego do mosteiro⁵³⁵², o mesmo sucedendo em instrumentos de 30 de Novembro de 1373⁵³⁵³, 29 de Dezembro de 1382⁵³⁵⁴, 25 de Abril de 1391⁵³⁵⁵, 17 de Novembro de 1392⁵³⁵⁶, 2 de Julho de 1393⁵³⁵⁷, 24 de Janeiro de 1403⁵³⁵⁸ e 21 de Março de 1403⁵³⁵⁹. A 25 de Fevereiro de 1408 o cónego Pedro Domingues ainda se mantinha entre a comunidade regrante de S. Salvador de Moreira da Maia⁵³⁶⁰, e mesmo sendo esta a última referência documental que lhe conhecemos é provável que tenha entrado na sua quinta década como religioso desta casa monástica.

João Anes / João Delgado / João Anes Delgado - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. Nas últimas três décadas do século XIV aparece-nos entre a documentação de Moreira da Maia várias referências ao(s) cónego(s) João Anes e João Delgado. Assim a 20 de Fevereiro de 1371 João Anes já surge identificado como cónego do mosteiro de Moreira⁵³⁶¹. A 10 de Julho de 1372 “Joann’Eannes” aparece novamente referenciado como cónego do mosteiro⁵³⁶². A 26 de Junho de 1380 o prior de Moreira, Domingos Anes, e o convento, emprazam a pitaça de Santa Maria, tal como todos os poderes necessários para a demandar e obter, ao cónego João Anes, que lhes tinha de dar de renda e pensão, anualmente, 20 libras em dinheiros portugueses⁵³⁶³. João Anes vai usar estes poderes de forma reiterada e enérgica, empenhando-se tenazmente no seu cargo de pitanceiro de Moreira, quer a receber doações para a pitaça de Santa Maria⁵³⁶⁴, quer a pedir traslados de testamentos⁵³⁶⁵ e doações⁵³⁶⁶ e a solicitar a sua respectiva validação, ou envolvido em contendas com os incumpridores⁵³⁶⁷, mormente testamenteiros⁵³⁶⁸, chegando inclusivamente a querelar-se com o próprio mosteiro⁵³⁶⁹. Em instrumentos de 23 de Fevereiro de 1385⁵³⁷⁰, 5 de Setembro de

⁵³⁵⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.9.

⁵³⁵¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 11, Doc.18.

⁵³⁵² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.10.

⁵³⁵³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.11.

⁵³⁵⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.23.

⁵³⁵⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.30.

⁵³⁵⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.32.

⁵³⁵⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.33.

⁵³⁵⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 13, Doc.3.

⁵³⁵⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.2.

⁵³⁶⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.2A.

⁵³⁶¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.9.

⁵³⁶² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.10.

⁵³⁶³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.18.

⁵³⁶⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.29.

⁵³⁶⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.20.

⁵³⁶⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.21.

⁵³⁶⁷ Neste particular, destaque para os filhos de Vicente Neto (cf. IAN/TT- Convento de S. Salvador de Moreira da Maia, M. 12, Docs.24, 26).

⁵³⁶⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Docs.23,27.

⁵³⁶⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.28.

⁵³⁷⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.24.

1388⁵³⁷¹, 17 de Julho de 1390, João Anes aparece identificado como pitanceiro da pitaça de Santa Maria⁵³⁷² enquanto que em documentos de 27 de Março de 1382⁵³⁷³, 24 de Novembro de 1382⁵³⁷⁴, 8 de Abril de 1386⁵³⁷⁵, 25 de Abril de 1391⁵³⁷⁶, 20 de Fevereiro de 1392⁵³⁷⁷ e 17 de Novembro de 1392⁵³⁷⁸ João Anes é simplesmente identificado como cónego de Moreira.

Por sua vez aparecem-nos referências a 30 de Novembro de 1373 ao cónego João Delgado que surge a testemunhar um emprazamento efectuado no mosteiro⁵³⁷⁹. “Joham Delgado cooniigo” encontra-se novamente mencionado entre as testemunhas de um emprazamento lavrado no cenóbio maiato a 28 de Dezembro de 1379⁵³⁸⁰, surgindo identificado dessa mesma forma no legado que Afonso da Lagea faz ao mosteiro de Moreira a 12 de Julho de 1380⁵³⁸¹. A 13 de Fevereiro de 1389 “Joham Delgado coonigo do moesteiro de Moreira” empraça a Salvador Gonçalves e a sua mulher Maria Afonso, moradores em Avioso, um casal em Cabanelas, freguesia de São Salvador de Lavra⁵³⁸². A 2 de Julho de 1393 João Delgado é novamente referenciado como cónego de Moreira⁵³⁸³. Inicialmente tudo indiciava estarmos perante dois indivíduos diferentes, no entanto o facto de nunca os detectarmos em simultâneo na documentação levantou-nos algumas dúvidas, que parecem definitivamente solucionadas por um documento datado de 15 de Junho de 1389, dia em que Afonso Martins, deão e vigário geral do bispo do Porto dá sentença sobre uma contenda que opunha “Johann’ Eanes Delgado coonigo regrante do moesteiro de Sam Salvador de Moreira da Ordem de Sancto Agostinho terra da Maya do dicto bispado do Porto come pitanceiro da pitaça de Sancta Maria do dicto moesteiro” ao prior e convento de Moreira⁵³⁸⁴. Portanto João Anes e João Delgado são apenas um só: João Anes Delgado. A partir de 1393 não voltamos a encontrar qualquer referência a João Delgado, aparecendo apenas a indicação ao cónego João Anes que ainda se encontrava entre a comunidade monástica de Moreira da Maia a 24 de Janeiro de 1403⁵³⁸⁵, a 21 de Março de 1403⁵³⁸⁶ e a 25 de Fevereiro de 1408, dia em que surge, em conjunto com o seu prior e o restante convento, a celebrar um contrato de emprazamento no mosteiro de Moreira com Afonso Gonçalves do Paço de Lagielas, respeitante ao casal do lugar do Paço, na freguesia de Aveleda⁵³⁸⁷.

Martim Martins – Provável frade converso de S. Salvador de Moreira da Maia. Surge identificado como frade leigo entre as testemunhas de um emprazamento efectuado no mosteiro de Moreira a 14 de Outubro de 1375⁵³⁸⁸.

⁵³⁷¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.26.

⁵³⁷² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.29.

⁵³⁷³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.20.

⁵³⁷⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.21.

⁵³⁷⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.25.

⁵³⁷⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.30.

⁵³⁷⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.31.

⁵³⁷⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.32.

⁵³⁷⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.11.

⁵³⁸⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.16.

⁵³⁸¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.17.

⁵³⁸² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.27.

⁵³⁸³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.33.

⁵³⁸⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.28.

⁵³⁸⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 13, Doc.3.

⁵³⁸⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.2.

⁵³⁸⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.2A.

⁵³⁸⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.12.

Leonardo Martins - Cónego do mosteiro de Moreira. Surge mencionado como cónego de Moreira a 29 de Dezembro de 1382, dia em que testemunha um emprazamento, em três vidas, feito no mosteiro e referente ao casal de Gontão⁵³⁸⁹. Apesar de escassamente documentado sabemos que “Leonardi Martini canonici regularis et professi monasterii Sancti Salvatoris de Moreira” foi abade de Santa Maria de Vila Nova⁵³⁹⁰, provavelmente ao longo da última década do século XIV. O seu falecimento ocorreu, muito provavelmente, no início do mês de Setembro de 1400, uma vez que a 15 de Setembro desse ano Gil Pires é confirmado como novo pároco dessa igreja, entretanto vaga pelo falecimento de Leonardo Martins⁵³⁹¹.

Gil Pires - Cónego do mosteiro de Moreira. A primeira referência que lhe conhecemos remonta a 15 de Setembro de 1400, dia em que o bispo do Porto, D. Gil Alma (1398-1407), confirmou “Egidii Petri canonicum et expresse possessum dicti monasterii de Moreira” para abade da igreja de Santa Maria de Vila Nova⁵³⁹². A 24 de Janeiro de 1403 ainda exercia funções paroquiais nesta igreja, surgindo “Gil Periz abade de Vila Nova” entre as testemunhas de um instrumento de emprazamento efectuado nesse dia no mosteiro de Moreira⁵³⁹³.

Estêvão Domingues – Cónego de S. Salvador de Moreira. O cónego Estêvão Domingues já integrava a comunidade monástica de Moreira da Maia a 24 de Janeiro de 1403⁵³⁹⁴. Um instrumento de 21 de Março de 1403 volta a confirmar-nos a presença de “Stevam Dominguz” entre os regrantes da canónica maiata⁵³⁹⁵. A 25 de Fevereiro de 1408 é novamente referenciado como cónego do mosteiro de Moreira da Maia, dia em que foi aí efectuado um emprazamento a Afonso Gonçalves do Paço de Lagielas, à sua esposa e a um seu filho, a nomear posteriormente⁵³⁹⁶.

Álvaro Martins - Cónego do mosteiro de Moreira. A 25 de Fevereiro de 1408 já era cónego regrante de S. Salvador de Moreira da Maia⁵³⁹⁷. Surge novamente identificado como cónego de Moreira em documento de 18 de Outubro de 1434, referente a um emprazamento, lavrado no mosteiro, onde surge arrolado como testemunha⁵³⁹⁸.

João Pais – Cónego do mosteiro de Moreira da Maia. Recebe em Coimbra, em 1419, com a respectiva autorização de D. Fernando, prior de São Salvador de Moreira da Maia, a ordem de diácono⁵³⁹⁹.

Afonso Gonçalves - Cónego do mosteiro de Moreira. A 18 de Outubro de 1434 o cónego Afonso Gonçalves testemunhou um emprazamento feito no mosteiro de Moreira⁵⁴⁰⁰. Existe uma referência a um “Afonso frade leigo” que testemunhou um

⁵³⁸⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.23.

⁵³⁹⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.35.

⁵³⁹¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.35.

⁵³⁹² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 12, Doc.35.

⁵³⁹³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 13, Doc.1.

⁵³⁹⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M. 13, Doc.3.

⁵³⁹⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.2.

⁵³⁹⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.2A.

⁵³⁹⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.2A.

⁵³⁹⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.8.

⁵³⁹⁹ Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.210.

⁵⁴⁰⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.8.

empresamento efectuado no mosteiro de Moreira, no dia 21 de Março de 1403⁵⁴⁰¹. Será o mesmo indivíduo que entretanto terá professado?

Pedro Rodrigues - Cónego do mosteiro de Moreira. A 4 de Março de 1447 recebe ordens de Epístola, em Braga⁵⁴⁰². No dia 25 de Março de 1447 encontra-se novamente na cidade bracarense, onde lhe são conferidas ordens de Evangelho⁵⁴⁰³ e a 8 de Abril de 1447 são-lhe concedidas ordens de Missa, novamente em Braga⁵⁴⁰⁴. No dia 2 de Outubro de 1448 encontrava-se no mosteiro de Moreira onde surge entre as testemunhas de um empresamento efectuado no claustro do cenóbio maiato⁵⁴⁰⁵.

Martim Anes - Cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia. A 23 de Setembro de 1447 recebe ordens de Epístola em Braga⁵⁴⁰⁶. No dia 17 de Fevereiro de 1448 obtém ordens de Evangelho, novamente em Braga⁵⁴⁰⁷, cidade a que voltaria para receber ordens de Missa, ordens que lhe foram dadas no dia 9 de Março de 1448⁵⁴⁰⁸.

Gonçalo Rodrigues – Provável cónego do mosteiro de Moreira. Filho de Rodrigo Afonso e de sua mulher, Branca Esteves, moradores na freguesia do mosteiro de Moreira do bispado do Porto. Recebe, com licença do seu maior, ordens de Evangelho, em Braga, no dia 19 de Setembro de 1450⁵⁴⁰⁹ e ordens de Missa, também em Braga, no dia 19 de Dezembro de 1450⁵⁴¹⁰.

Pedro Martins – Cónego do mosteiro de Moreira da Maia. A 30 de Novembro de 1466 já surge identificado como cónego do mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia, dia em que foi efectuado um empresamento no mosteiro⁵⁴¹¹. Teve um filho de nome Gonçalo Pires, que testemunhou instrumentos efectuados no mosteiro de Moreira a 8 e a 10 de Agosto de 1495⁵⁴¹². Os diversos documentos do Cartório de Moreira que nos chegaram respeitantes às duas últimas décadas do século XV registam a sua presença entre a comunidade religiosa, aparecendo devidamente identificado como cónego de S. Salvador de Moreira da Maia em empresamentos de 4 de Março de 1480⁵⁴¹³, 18 de Fevereiro de 1486⁵⁴¹⁴, 19 de Março de 1489⁵⁴¹⁵, 15 de Janeiro de 1490⁵⁴¹⁶, 1 de Março

⁵⁴⁰¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.2.

⁵⁴⁰² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 12, fl.1v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.84.

⁵⁴⁰³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 13, fl.3; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.87.

⁵⁴⁰⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 14, fl.2v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.91.

⁵⁴⁰⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.9.

⁵⁴⁰⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 16, fl.1v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.97.

⁵⁴⁰⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 17, fl.2; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.100.

⁵⁴⁰⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 17, fl.4v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.104.

⁵⁴⁰⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.11; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.145.

⁵⁴¹⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 22, fl.18; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.150.

⁵⁴¹¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.20.

⁵⁴¹² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.25,28.

⁵⁴¹³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.15a; 16.

⁵⁴¹⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.18A.

⁵⁴¹⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.22.

de 1493⁵⁴¹⁷, 8 de Agosto de 1495⁵⁴¹⁸ e 10 de Agosto de 1495⁵⁴¹⁹. A 29 de Setembro de 1498 o bispo do Porto, D. Diogo de Sousa, confirmou Pedro Martins em abade e reitor da igreja de Santa Marinha de Vilar de Porcos, após renúncia de Diogo Álvares, abade de Veiriz, e na sequência da apresentação do seu nome por parte do prior do mosteiro⁵⁴²⁰. De qualquer modo a sua presença à frente desta igreja seria extremamente curta uma vez que a 5 de Março de 1499 o bispo do Porto confirmou como abade de Vilar de Porcos Diogo Álvares, clérigo de missa e abade de Veiriz, com autoridade papal para acumular os dois benefícios, reconduzindo-o assim novamente no cargo⁵⁴²¹. Em dois emprazamentos efectuados no mosteiro de Moreira, datados de 3 de Outubro de 1502⁵⁴²² e 8 de Junho de 1503⁵⁴²³ Pedro Martins ainda surge como cónego regente de S. Salvador de Moreira da Maia.

João Afonso – Cónego do mosteiro de S. Salvador Moreira da Maia. A única referência que lhe conhecemos é através de uma carta, datada de 17 de Abril de 1471, pela qual D. Afonso V perdoa a Margarida Anes, moradora na freguesia de Mindelo, termo da cidade do Porto, o pecado de ter vivido em mancebia com “Joham Afonso conigo de Moreira e ouvera delle filhos e filhas”⁵⁴²⁴.

André Fernandes – Cónego do mosteiro de S. Salvador Moreira da Maia. Recebe em Coimbra, em 1476, as ordens de Epístola e Evangelho⁵⁴²⁵. A 4 de Março de 1480 surge, juntamente com o prior e os cónegos Pedro Martins e Diogo Vasques, a efectuar dois emprazamentos no mosteiro de Moreira⁵⁴²⁶. A 18 de Fevereiro de 1486 aparece novamente na companhia dos mesmos religiosos a efectuar um novo emprazamento nos paços do mosteiro de Moreira⁵⁴²⁷. A sua presença entre a comunidade maiata está bem documentada até ao início da primeira década de quinhentos, sendo atestada por instrumentos de 19 de Março de 1489⁵⁴²⁸, 15 de Janeiro de 1490⁵⁴²⁹, 1 de Março de 1493⁵⁴³⁰, 8 de Agosto de 1495⁵⁴³¹, 10 de Agosto de 1495⁵⁴³², 3 de Outubro de 1502⁵⁴³³ e 8 de Junho de 1503⁵⁴³⁴.

Diogo Vasques – Cónego do mosteiro de Moreira da Maia. Recebe em Coimbra, em 1476, as ordens de Epístola⁵⁴³⁵. A 4 de Março de 1480 o cónego “Dyego Vasquiz” é um dos religiosos que integra a comunidade conventual de Moreira da Maia, dia em que são

⁵⁴¹⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.23.

⁵⁴¹⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.24.

⁵⁴¹⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.25,26.

⁵⁴¹⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.27,28.

⁵⁴²⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.30.

⁵⁴²¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.31.

⁵⁴²² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.34.

⁵⁴²³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.35.

⁵⁴²⁴ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 16, fl.75.

⁵⁴²⁵ Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.212.

⁵⁴²⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.15a; 16; Martins, Ana Maria, *Documentos Portugueses...*, 2001, p.280 (doc. 93).

⁵⁴²⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.18A.

⁵⁴²⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.22.

⁵⁴²⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.23.

⁵⁴³⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.24.

⁵⁴³¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.25,26.

⁵⁴³² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.27,28.

⁵⁴³³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.34.

⁵⁴³⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.35.

⁵⁴³⁵ Gomes, Saul António, “Clérigos Regulares nas Ordenações Sacras da Sé de Coimbra”, 2005, p.212.

celebrados dois contratos de empraçamento no mosteiro⁵⁴³⁶. A 2 de Abril de 1481 o bispo do Porto, D. João de Azevedo, encontrando-se no mosteiro de S. João de Pendorada, confirmou “Diogo Vaasquez clerigo de missa e conigo” do mosteiro de Moreira como abade e reitor da igreja de S. Cosme de Gemunde⁵⁴³⁷. A 18 de Fevereiro de 1486 o seu nome continua a aparecer entre o dos religiosos de Moreira da Maia⁵⁴³⁸, referencia que se mantém em registos de 19 de Março de 1489⁵⁴³⁹, 15 de Janeiro de 1490⁵⁴⁴⁰, 1 de Março de 1493⁵⁴⁴¹, 8 de Agosto de 1495⁵⁴⁴², 10 de Agosto de 1495⁵⁴⁴³, 3 de Outubro de 1502⁵⁴⁴⁴ e 8 de Junho de 1503⁵⁴⁴⁵.

Leonel de Oliveira – Cónego do mosteiro de S. Salvador Moreira da Maia e futuro prior da Costa. Temos apenas a indicação de que Leonel de Oliveira era cónego professo do mosteiro de Moreira da Maia através da sua confirmação no priorado de Santa Marinha da Costa, a 10 de Janeiro de 1491⁵⁴⁴⁶.

Pedro Álvares – Cónego do mosteiro de S. Salvador Moreira da Maia. Surge referenciado entre a comunidade regrante de Moreira da Maia a 3 de Outubro de 1502, dia em que foi efectuado um empraçamento de dois casais na aldeia de Arões a João Lopes, a sua mulher Maria Dinis, e a um seu filho⁵⁴⁴⁷. A 8 de Junho de 1503 o seu nome volta a integrar a listagem dos cónegos que constituíam a comunidade conventual, que em conjunto com o seu prior, empraçaram, em três vidas, o casal da Póvoa a Martim Lourenço, a sua mulher Inês Lourenço, que trazia este mesmo casal por morte do seu marido, João Anes, e ao qual renunciara, e ainda a um futuro filho dos novos foreiros⁵⁴⁴⁸.

João Gonçalves – Cónego do mosteiro de S. Salvador Moreira da Maia. João Gonçalves encontrava-se entre a comunidade regrante de Moreira da Maia a 8 de Junho de 1515, dia em que se deslocaram ao mosteiro os emissários régios para aplicar a taxaçaõ referente às comendas novas da Ordem de Cristo, cabendo a Moreira o pagamento de 215 ducados de ouro⁵⁴⁴⁹.

⁵⁴³⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.15a; 16; *Documentos Portugueses...*, 2001, p.280 (doc. 93).

⁵⁴³⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.17.

⁵⁴³⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.18A.

⁵⁴³⁹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.22.

⁵⁴⁴⁰ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.23.

⁵⁴⁴¹ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.24.

⁵⁴⁴² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.25,26.

⁵⁴⁴³ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Docs.27,28.

⁵⁴⁴⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.34.

⁵⁴⁴⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.35.

⁵⁴⁴⁶ A.D.B.- Registo Geral nº 331, fl. 46; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.928 (nota 509).

⁵⁴⁴⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.34.

⁵⁴⁴⁸ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.13, Doc.35.

⁵⁴⁴⁹ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.65.

2.4. Diocese de Tui (parte portuguesa)

2.4.1. - Santa Maria de Refóios de Lima (c. Ponte de Lima)

Estêvão Lourenço – Provável cónego regente do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. Em 1292 era abade da igreja de Santa Eulália de Refóios, local que escolheu para última morada, mandando aí construir o seu túmulo⁵⁴⁵⁰. Desconhece-se a data do seu óbito. O facto de se tratar de uma igreja de apresentação do mosteiro limiano levamos a considerar a hipótese de estarmos perante um religioso da comunidade.

Gonçalo Fernandes – Cónego regente do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. Por uma sentença de D. Afonso IV, datada de 25 de Janeiro de 1340, referente às jurisdições do mosteiro, sabemos que foi o procurador da instituição no processo de inquirição⁵⁴⁵¹.

Lourenço do Sobrado – Provável cónego do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. A 25 de Março de 1345 surge a testemunhar um emprazamento feito no claustro do mosteiro, sendo aí identificado como “chaveiro do dito mosteiro”⁵⁴⁵².

Gonçalo Esteves – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. A 13 de Julho de 1381 exerce as funções de procurador do mosteiro, comparecendo perante o juiz do couto, na sequência de um processo que opunha o mosteiro ao tabelião Estêvão Domingues a propósito de verbas respeitantes a missas de aniversário⁵⁴⁵³.

João Afonso (I) – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. É referenciado num emprazamento que o mosteiro de Refoios fez, a 25 de Agosto de 1417, a Lourenço Durão e a sua mulher, Margarida Martins, e a uma terceira pessoa a nomear pelo que vivesse mais tempo⁵⁴⁵⁴.

Estêvão Lourenço da Arada – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. A indicação da sua ligação religiosa ao convento de Refóios é-nos dada através de um emprazamento em três vidas, feito no mosteiro, a 25 de Agosto de 1417, tendo por destinatários Lourenço Durão, Margarida Martins, sua mulher, e uma terceira pessoa a nomear posteriormente⁵⁴⁵⁵.

Rodrigo Esteves – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. É nessa condição que surge, juntamente com o prior da comunidade e mais quatro religiosos, a efectuar um emprazamento a 25 de Agosto de 1417, a Lourenço Durão, a Margarida Martins, sua mulher, e a uma terceira pessoa, que o sobrevivente nomeará posteriormente⁵⁴⁵⁶. Encontra-se novamente referenciado a 11 de Setembro de 1440,

⁵⁴⁵⁰ Barroca, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa...*, Vol 2: Tomo 1, 2000, pp.1088-1089.

⁵⁴⁵¹ *Chancelarias portuguesas - D. Afonso IV*, Vol. III (1340-1344), 1992, pp.83-86 (Doc. 288); *Valdevez Medieval - Documentos - II: 1300-1479*, 2001, pp. 80-83 (Doc. 35).

⁵⁴⁵² *Valdevez Medieval - Documentos - II: 1300-1479*, 2001, p.88 (Doc. 37).

⁵⁴⁵³ *Valdevez Medieval - Documentos - II: 1300-1479*, 2001, pp. 100-101 (Doc. 49).

⁵⁴⁵⁴ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv.14, fl.119; *Valdevez Medieval - Documentos - II: 1300-1479*, 2001, p.197 (Doc. 141).

⁵⁴⁵⁵ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv.14, fl.119; *Valdevez Medieval - Documentos - II: 1300-1479*, 2001, p.197 (Doc. 141).

⁵⁴⁵⁶ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv.14, fl.119; *Valdevez Medieval - Documentos - II: 1300-1479*, 2001, p.197 (Doc. 141).

também num acto de gestão patrimonial do mosteiro, dando a sua autorização ao prior D. Rui Durães, para que possa, em seu nome e no do convento, emprazar um casal, em Refoios, a João Afonso da Porta e a sua mulher, Branca Dias⁵⁴⁵⁷.

Álvaro Anes – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. A sua presença no mosteiro é-nos revelada pelo documento de 25 de Agosto de 1417, referente ao emprazamento em três vidas, feito no mosteiro, tendo por destinatários Lourenço Durão, Margarida Martins, sua mulher, e uma terceira pessoa a nomear posteriormente⁵⁴⁵⁸. A 1 de Fevereiro de 1444 D. Afonso V legitima-lhe um filho de nome Rodrigo Álvares, fruto da sua ligação a Inês Esteves, mulher solteira à altura do nascimento da criança, embora nesta altura pareça já ter falecido uma vez que o instrumento se lhe refere como “conigo que foy do moesteyro d’Arrefoyos”⁵⁴⁵⁹.

Gonçalo Afonso – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. Aparece referenciado pela primeira vez num emprazamento que o mosteiro de Refoios fez, a 25 de Agosto de 1417, a Lourenço Durão e a sua mulher, Margarida Martins, e a uma terceira pessoa a nomear pelo postumeiro⁵⁴⁶⁰. Após um hiato de cerca de vinte anos voltámos a ter notícias da sua presença no mosteiro limiano. Naturalmente que poderá tratar-se de um outro indivíduo até porque Gonçalo Afonso é um nome extremamente comum na Idade Média. De qualquer modo e tendo em consideração a ordem que ocupa nesse documento ao fazer-se a elencagem dos elementos do convento, sendo o último a ser mencionado, e isto partindo do princípio de que é plausível admitir-se uma hierarquia na ordenação desses elementos, poderá admitir-se que a sua inclusão na comunidade possa ter ocorrido em 1417 ou em data próxima desse ano. A indicação da sua presença no mosteiro por volta de 1436, está subjacente numa carta de de D. Afonso V, datada de 30 de Julho de 1446, em que diz que “Gonçalo Affonso coonego de Refoyos de Lima podera aver dez annos” que comprou bens de raiz a um mercador de Ponte de Lima. Como os religiosos não podiam possuir bens de raiz, o rei confiscou-os para si e estava agora a dá-los a Afonso Malheiro, escudeiro da casa do Infante D. Pedro⁵⁴⁶¹, com evidente prejuízo para Gonçalo Afonso.

Aparece novamente referenciado a 11 de Setembro de 1440, dia em que o mosteiro empraza um casal, em Refoios, a João Afonso da Porta e a sua mulher, Branca Dias, e a duas pessoas a indicar posteriormente⁵⁴⁶².

João Rodrigues – Provável cónego de Refóios de Lima. Era escolar na diocese de Tui e filho de cónego regrante de Santo Agostinho e presbítero, solicitando ao papa, a 11 de Outubro de 1419, a igreja de Santa Eulália de Refóios⁵⁴⁶³, igreja da apresentação do mosteiro de Santa Maria de Refoios.

⁵⁴⁵⁷ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv. 18, fls.87-88vº; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, p.168 (Doc. 112).

⁵⁴⁵⁸ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv.14, fl.119; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, p.197 (Doc. 141).

⁵⁴⁵⁹ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 24, fl.37.

⁵⁴⁶⁰ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv.14, fl.119; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, p.197 (Doc. 141).

⁵⁴⁶¹ *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, pp.178-179 (Doc. 124).

⁵⁴⁶² IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv. 18, fls.87-88vº; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, p.168 (Doc. 112).

⁵⁴⁶³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 290-291.

Rodrigo Durães – Cónego professo e futuro prior do mosteiro de Refóios de Lima. Por súplica que dirige ao papa, datada de 6 de Março de 1422, ficamos a saber que Rodrigo Durães era prior claustral de Santa Maria de Refóios de Lima, pedindo nesse dia o priorado desse mosteiro, argumentando com a idade e o estado em que se encontrava o prior Gil Rodrigues⁵⁴⁶⁴. O certo é que a 16 de Março Rodrigo Durães já tinha sido eleito prior, solicitando ao papa a necessária confirmação⁵⁴⁶⁵.

Afonso Esteves – Cónego regrante do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. A 27 de Julho de 1423 D. João I legitima-lhe Branca Gonçalves, filha que teve de Margarida Afonso, à altura mulher solteira⁵⁴⁶⁶. Nessa carta de legitimação é identificado como cónego de missa.

Estêvão Lourenço – Provável cónego do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. A 17 de Julho de 1432 Estêvão Lourenço era abade de Santa Eulália de Refoios de Lima, dia em que lhe foi legitimada Leonor Esteves, fruto da relação que tivera com Maria Anes, mulher solteira ao tempo do nascimento da criança⁵⁴⁶⁷. É provável que este Estêvão Lourenço seja o mesmo cónego que surge referenciado em 1417 como Estêvão Lourenço da Arada, embora também se possa colocar a hipótese de estarmos perante dois homónimos servindo justamente o recurso ao apodo toponímico para os distinguir. Seguindo este raciocínio optámos por considerar tratar-se de dois indivíduos diferentes.

João Afonso II – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. A 11 de Setembro de 1440 surge entre os elementos da comunidade conventual que, em conjunto com o prior do mosteiro, emprazam um casal, em quatro vidas, a João Afonso da Porta e a sua mulher, Branca Dias, e a duas pessoas a nomear posteriormente, localizado em Refoios⁵⁴⁶⁸. Não sendo de descartar a possibilidade de se tratar do mesmo indivíduo referenciado no emprazamento de 25 de Agosto de 1417, parece-nos mais plausível antes de um homónimo. Esta ilação decorre apenas da posição que ocupam na enunciação dos elementos constitutivos do convento nos dois documentos, surgindo um João Afonso a encabeçar a listagem no de 1417 e aparecendo mencionado em último lugar no de 1440. De resto um documento de 1466 refere João Afonso “priol crastreiro”, indicação que parece reforçar esta nossa teoria de que estamos perante indivíduos diferentes. Parece-nos perfeitamente admissível que ele tenha chegado ao convento em finais da década de 30, ascendendo na hierarquia interna, ocupando por isso, com naturalidade, o cargo de prior claustral a 3 de Junho de 1466⁵⁴⁶⁹.

Álvaro Anes – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. Era filho de Álvaro Anes e de Beatriz Rodrigues, moradores na freguesia de Santa Maria de Refóios, diocese de Tui, apresentando-se, com a respectiva licença do seu prelado, em Braga, a 28 de Fevereiro de 1461, onde obteve ordens menores⁵⁴⁷⁰.

⁵⁴⁶⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.457.

⁵⁴⁶⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 461-462.

⁵⁴⁶⁶ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. IV – Tomo 1, 2006, p.260; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, p.148 (Doc. 93).

⁵⁴⁶⁷ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. IV – Tomo 2, 2006, p.270.

⁵⁴⁶⁸ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv. 18, fls.87-88vº; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, p.168 (Doc. 112).

⁵⁴⁶⁹ IAN/TT – Conventos de Viana do Castelo, Santa Maria de Refoios de Lima, Lv.13, fl.152; *Valdevez Medieval - Documentos – II: 1300-1479*, 2001, p.224 (Doc. 166).

⁵⁴⁷⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 2, fl.1; Fernandes, Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.319.

Pedro Fernandes – Provável cónego do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. Era filho de Fernando Sobrinho e de Beatriz Rodrigues, moradores na freguesia de Santa Maria de Refóios, da diocese de Braga, recebendo, na cidade bracarense, as ordens menores, a 18 de Dezembro de 1462⁵⁴⁷¹.

Gomes Aires – Cónego do mosteiro de Santa Maria de Refóios de Lima. A 9 de Maio de 1515 é identificado como cónego do mosteiro, dia em que os emissários régios aí compareceram para receberem os rendimentos em que este tinha sido taxado para as novas comendas da Ordem de Cristo⁵⁴⁷².

2.4.2. - São João de Longos Vales (c. Monção)

João Esteves – Provável cónego regente do mosteiro de São João de Longos Vales. Em instrumento de emprazamento lavrado no mosteiro de S. João de Longos Vales, a 15 de Março de 1377, surge a referência a “Joham Estevez clerigo”⁵⁴⁷³, pelo que nos parece legítimo colocar a possibilidade de se tratar de um religioso da instituição, no entanto não dispomos de quaisquer outros elementos que validem esta possibilidade.

Domingos Martins – Cónego regente do mosteiro de São João de Longos Vales. A 1 de Abril de 1381 já era cónego do mosteiro⁵⁴⁷⁴, surgindo nesse dia, bem como a 9 de Abril desse mesmo ano a pedir um benefício sobre a colação do prior do mosteiro de S. Vicente de Fora⁵⁴⁷⁵. A 20 de Maio de 1381 surge novamente a solicitar benefícios eclesiásticos ao papa Clemente VII⁵⁴⁷⁶.

João Martins – Cónego regente do mosteiro de São João de Longos Vales. A 20 de Maio de 1381 surge a solicitar, ao papa Clemente VII, benefício eclesiástico no bispado de Tui⁵⁴⁷⁷.

João Mouro – Provável cónego regente do mosteiro de São João de Longos Vales. Entre as testemunhas de um emprazamento efectuado no mosteiro de S. João de Longos Vales, a 18 de Novembro de 1382, aparece a indicação a “Joham Mouro crerigo”⁵⁴⁷⁸.

Domingos Lourenço – Cónego regente do mosteiro de São João de Longos Vales. A 27 de Dezembro de 1402 “Domingos Lourenço conigo procurador do dicto mosteiro” encontrava-se em Monção, em representação do seu mosteiro, solicitando autorização para que lhe lavrassem o traslado de um instrumento de doação de bens ao mosteiro, doação feita por Diogo Gonçalves, tabelião de Monção e sua mulher Elvira Rodrigues,

⁵⁴⁷¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta II, Caderno 8, fl.24; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.373.

⁵⁴⁷² Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.62.

⁵⁴⁷³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°6.

⁵⁴⁷⁴ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.153.

⁵⁴⁷⁵ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II (Súplicas dos pontificados dos papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do papa de Roma Bonifácio IX), Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, Braga, Livraria Editorial Franciscana, 1970, p.154.

⁵⁴⁷⁶ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.155.

⁵⁴⁷⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, 1970, p.155.

⁵⁴⁷⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 7B, M.1, N°7. A palavra “crerigo” não é de leitura inequívoca uma vez que se encontra numa parte do documento que está esburacada e a palavra tem uma parte amputada mas os elementos que persistem indiciam à leitura/reconstituição dessa palavra.

autorização concedida pelo alcaide da vila de Monção, Gonçalo Martins, que autorizou o tabelião Estêvão Anes a efectuar o respectivo traslado⁵⁴⁷⁹.

Pedro Anes – Provável cónego do mosteiro de São João de Longos Vales. Surge, a 30 de Março de 1412 entre as testemunhas de um instrumento de emprazamento, lavrado no mosteiro de Longos Vales, identificado como clérigo. Não lhe conhecemos qualquer outra referência que possa validar a possibilidade de estarmos perante um religioso desta casa monástica⁵⁴⁸⁰.

Rui Lourenço – Provável cónego do mosteiro de São João de Longos Vales. Surge, a 30 de Março de 1412 entre as testemunhas de um instrumento de emprazamento, lavrado no mosteiro de Longos Vales, sendo aí identificado como clérigo⁵⁴⁸¹.

João Esteves – Provável cónego do mosteiro de São João de Longos Vales. “Joham Estevez” aparece juntamente com Rui Lourenço e Pedro Anes, identificado como clérigo em instrumento de 30 de Março de 1412⁵⁴⁸². O facto de este acto notarial ser lavrado no mosteiro e de surgirem estes três elementos colocados sequencialmente entre as testemunhas, aparecendo aí apenas designados como “clerigos” leva-nos a crer que estamos perante três religiosos da instituição, de qualquer modo é uma hipótese que carece da necessária confirmação.

João Martins de Paradela – Cónego regrante do mosteiro de São João de Longos. A 18 de Janeiro de 1418 “Johanni Martini de Pradella, canonico regulari monasterii Sancti Johannis de Longovares ordinis Sancti Augustini Tudensis diocesis” endereça súplica ao papa Martinho V⁵⁴⁸³.

João Rodrigues – Cónego professo do mosteiro de São João de Longos Vales, da Ordem de Santo Agostinho, do bispado de Tui. Com licença de seu maior recebe ordens menores no dia 13 de Março de 1445, em Braga⁵⁴⁸⁴. Nessa mesma cidade recebe ordens de Epístola a 18 de Dezembro de 1445⁵⁴⁸⁵. Cerca de meia ano depois deslocar-se-ia novamente a Braga, recebendo aí, no dia 11 de Junho de 1446, ordens de Evangelho⁵⁴⁸⁶, sendo-lhe, finalmente, ministradas ordens de Missa a 8 de Abril de 1447, também em Braga⁵⁴⁸⁷. Em Outubro de 1453 “Joham Rodriguez coonigo do moesteiro de Sayoane de Longovares e capellam da capella de Santa Catallina” sita no próprio mosteiro, empra a João Mouro e à sua mulher, Inês Esteves, a herdade pertencente a essa mesma capela, conjuntamente com os bens que lhe andavam anexos⁵⁴⁸⁸.

⁵⁴⁷⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav.10, M.1, N°31.

⁵⁴⁸⁰ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10, M.1, N°32.

⁵⁴⁸¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10, M.1, N°32.

⁵⁴⁸² A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 10, M.1, N°32.

⁵⁴⁸³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.52.

⁵⁴⁸⁴ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 7, fl.1; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.53.

⁵⁴⁸⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.2; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.66.

⁵⁴⁸⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.12-a; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.77.

⁵⁴⁸⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 14, fl.2v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.91.

⁵⁴⁸⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav.10, M.1, N°33.

Estêvão Anes – Cónego do mosteiro de São João de Longos Vales, da Ordem de Santo Agostinho. Com licença de seu maior recebe ordens de Epístola, no dia 16 de Abril de 1446, em Braga⁵⁴⁸⁹. Encontrava-se novamente nesta cidade a 11 de Junho de 1446, dia em que aí lhe são consignadas ordens de Evangelho⁵⁴⁹⁰, recebendo, também em Braga, cerca de um ano depois, as ordens de Missa, ordenando-se no dia 3 de Junho de 1447⁵⁴⁹¹.

Gil Lourenço – Provável cónego do mosteiro de São João de Longos Vales. Filho de Lourenço Anes e de Constança Pires, sua mulher, da freguesia de São João de Longos Vales, do bispado de Tui. Com licença de seu maior recebe ordens menores no dia 7 de Junho de 1449, em Braga⁵⁴⁹². Encontrámo-lo novamente entre os registos de matrículas da arquidiocese de Braga em virtude de aí lhe terem sido conferidas ordens de Epístola, no dia 21 de Março de 1450⁵⁴⁹³.

Gonçalo Lourenço – Cónego do mosteiro de São João de Longos Vales. Apenas lhe conhecemos uma referência, e que apenas nos permite afirmar que foi religioso da instituição e que deverá ter falecido antes de Outubro de 1453 uma vez que nessa altura o identificam como “Gonçallo Lourenço que foy capellam da dicta capeella” de Santa Catarina⁵⁴⁹⁴.

Vasco Mouro – Cónego do mosteiro de São João de Longos Vales. Surge identificado como “coonigo” entre as testemunhas de um emprazamento efectuado no mosteiro de S. João de Longos Vales em Outubro de 1453, pelo qual o cónego João Rodrigues emprazou a herdade pertencente à capela de Santa Catarina e os bens que lhe estavam associados a João Mouro, à sua mulher, Inês Esteves, e a duas pessoas depois deles, por uma renda anual de 45 reis brancos a entregar na Páscoa⁵⁴⁹⁵. Apesar de não termos elementos que permitam afirmá-lo é muito provável, e isto apenas com base nos apelidos, que exista algum grau de parentesco entre este cónego e o foreiro a quem é feito o contrato.

João Rodrigues – Provável cónego do mosteiro de São João de Longos Vales. Apenas sabemos que era natural da freguesia de São João de Longos Vales, do bispado de Tui e filho de presbítero e mãe solteira recebendo, com a respectiva licença do seu prelado, ordens menores, em Braga, no dia 24 de Setembro de 1457⁵⁴⁹⁶.

Estêvão Anes de Moulães – Cónego do mosteiro de São João de Longos Vales e seu prior claustral. A única referência que conhecemos a este religioso data de 2 de Maio de 1508 dia em que “Esteb’Eannes de Moullaes prioll castreiro do dicto moesteiro”

⁵⁴⁸⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.10; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.74.

⁵⁴⁹⁰ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.12-a; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.77.

⁵⁴⁹¹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 15, fl.3v.º; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.95.

⁵⁴⁹² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 20, fl.1; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.115.

⁵⁴⁹³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 21, fl.14; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.131.

⁵⁴⁹⁴ A.U.C. – Pergaminhos, Gav.10, M.1, N.º33.

⁵⁴⁹⁵ A.U.C. – Pergaminhos, Gav.10, M.1, N.º33.

⁵⁴⁹⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 33, fl.66; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.301.

juntamente com o restante convento, afora ao escudeiro Gonçalo Vaz de Angedas e a sua mulher, Aldonça Vaz, moradores na vila de Monção, e a dois filhos deles, o casal do Vinhal situado na aldeia da Portela, concelho e julgado de Valdevez⁵⁴⁹⁷.

João Pinheiro – Cónego do mosteiro de São João de Longos Vales. “Joham Pinheiro” é um dos cónegos que se encontra reunido em cabido a 16 de Abril de 1520 para emprazar a Rui Fernandes da Costa e a sua mulher, Catarina Pires, moradores no couto do mosteiro de S. João de Longos Vales, e a duas pessoas depois deles, uma leira que pertencia à Capela de Santa Catarina⁵⁴⁹⁸.

Gonçalo Pais – Cónego do mosteiro de São João de Longos Vales. A primeira referência que conhecemos a este religioso data de 16 de Abril de 1520 dia em que “Gonçalo Paez” juntamente com o comendatário do mosteiro, o prior claustral e o cónego João Pinheiro emprazam uma leira pertencente à Capela de Santa Catarina⁵⁴⁹⁹. Volvidos quinze anos este religioso ainda se mantinha no mosteiro participando, juntamente com o comendatário Pedro Marinho, o prior claustral Heitor Álvares, e os cónegos Vasco Pires e Afonso Esteves, na reunião realizada no cabido do mosteiro, a 23 de Abril de 1535, em que os foreiros João Fernandes da Pedra e a sua mulher, Catarina Pires renunciaram ao prazo do lugar da Bouça⁵⁵⁰⁰.

Heitor Álvares – Cónego do mosteiro de São João de Longos Vales e seu prior claustral. A 16 de Abril de 1520 o comendatário D. Vasco Marinho “com outorgamento de Eitor Alvarez pryoll crasteiro do dicto mosteiro e de Joam Pinheiro e Gonçalo Paez conegos do dito mosteiro” é um dos cónegos que se encontra reunido em cabido para emprazar a Rui Fernandes da Costa e a sua mulher, Catarina Pires, moradores no couto do mosteiro de S. João de Longos Vales, e a duas pessoas depois deles, uma leira que pertencia à Capela de Santa Catarina⁵⁵⁰¹. A 2 de Outubro de 1520 já surge identificado como prior claustral⁵⁵⁰². Volvido cerca de um ano, mais concretamente a 11 de Novembro de 1521, “Eytor Alvarez prior crasteyro” do mosteiro de São João de Longos Vales é o único religioso da comunidade, dia em que, conjuntamente com Pedro Marinho, comendatário da instituição, efectuam um emprazamento⁵⁵⁰³. A 23 de Abril de 1535 ainda se mantinha nessas mesmas funções, surgindo entre os elementos da comunidade religiosa que nesse dia aceitaram a renúncia e trespasse do lugar da Bouça que andava emprazado a João Fernandes da Pedra e a sua mulher, Catarina Pires⁵⁵⁰⁴.

João Pires – Cónego do mosteiro de São João de Longos Vales. João Pires era um dos dois religiosos que compunham a comunidade conventual do mosteiro de Longos Vales a 2 de Outubro de 1520, dia em que emprazaram a Lançarote Falcão e à sua mulher, D.

⁵⁴⁹⁷ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14, Maço 3, nº 45.

⁵⁴⁹⁸ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14, Maço 3, nº 50.

⁵⁴⁹⁹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14, Maço 3, nº 50.

⁵⁵⁰⁰ A.D.B. - Fundo Monástico Conventual, Societas Jesu - Colégio das Artes e Universidade de Coimbra, Pasta 37, Doc. 994.

⁵⁵⁰¹ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14, Maço 3, nº 50.

⁵⁵⁰² A.U.C. - Universidade de Coimbra, Fazenda, Documentos Relativos ao Mosteiro de S. João de Longos Vales, Dep. IV, Secção 1ª E, Estante 23, Tab. 4, nº 4.

⁵⁵⁰³ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14, Maço 3, nº 51; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.173.

⁵⁵⁰⁴ A.D.B. - Fundo Monástico Conventual, Societas Jesu - Colégio das Artes e Universidade de Coimbra, Pasta 37, Doc. 994.

Joana Marinho, o casal de Jusã no lugar de Moulães, situado no couto do mosteiro⁵⁵⁰⁵. João Pires deverá ter falecido entre esta data e 11 de Novembro de 1521, uma vez que nessa altura já só havia um cónego em Longos Vales, justamente Heitor Álvares, o outro religioso que aparece referenciado nesse emprazamento⁵⁵⁰⁶.

Afonso Esteves – Cónego do mosteiro de São João de Longos Vales, seu prior claustral e futuro prior-mor. A 23 de Abril de 1535 já surge entre a comunidade regrante minhota, sendo aí identificado como cónego⁵⁵⁰⁷. É muito provável que tenha ascendido ao cargo de prior claustral após o falecimento de Heitor Álvares, de qualquer modo é inequívoco que, pelo menos em parte da segunda metade da década de quarenta, exerceu essas funções surgindo, a 23 de Novembro de 1547, referenciado como “prior crasteiro” do mosteiro de S. João de Longos Vales⁵⁵⁰⁸. Numa carta enviada ao rei, a 8 de Fevereiro de 1548, intitula-se “prior do mosteiro de Sam Joham de Longovares”⁵⁵⁰⁹, situação que poderíamos considerar normal se tivémos em conta que a partir do momento em que os priores-mores são substituídos pelos comendatários o prior claustral ganha uma maior visibilidade dentro da comunidade, tornando-se no seu principal referencial, o problema é que Afonso Esteves foi eleito, ou fez-se eleger, pelos cónegos como prior mor da comunidade em 1546, surgindo assim um conflito com D. João III que reclamava a comenda desse mosteiro⁵⁵¹⁰.

Vasco Pires – Cónego do mosteiro de São João de Longos Vales. Aparece-nos identificado como religioso do mosteiro num instrumento aí lavrado a 23 de Abril de 1535⁵⁵¹¹.

2.4.3. - S. Salvador de Paderne (c. Melgaço)

Vasco Rodrigues – Provável cónego regrante do mosteiro de Paderne. Era natural da freguesia de S. Salvador de Paderne, do bispado de Tui e recebeu, com a devida licença do seu maior, ordens de Epístola no dia 13 de Março de 1445, em Braga⁵⁵¹². Ser-lhe-iam conferidas ordens de Evangelho, a 12 de Março de 1446, também em Braga⁵⁵¹³. A confirmar-se a sua ligação ao mosteiro é muito provável que se trate do mesmo Vasco Rodrigues que em 1469 surge identificado como prior da instituição⁵⁵¹⁴.

Lopo Fernandes – Cónego do mosteiro de São Salvador de Paderne, da Ordem de Santo Agostinho, do bispado de Tui. Com licença do seu maior, recebe ordens de

⁵⁵⁰⁵ A.U.C. - Universidade de Coimbra, Fazenda, Documentos Relativos ao Mosteiro de S. João de Longos Vales, Dep. IV, Secção 1ª E, Estante 23, Tab. 4, nº 4.

⁵⁵⁰⁶ A.U.C. – Pergaminhos, Gav. 14, Maço 3, nº 51; Manuscritos da BGUC – Ms. 636, fl.173.

⁵⁵⁰⁷ A.D.B. - Fundo Monástico Conventual, Societas Jesu - Colégio das Artes e Universidade de Coimbra, Pasta 37, Doc. 994.

⁵⁵⁰⁸ IAN/TT - Corpo Cronológico, Parte I, Maço 79, Doc. 128.

⁵⁵⁰⁹ IAN/TT - Corpo Cronológico, Parte I, Maço 80, Doc. 29.

⁵⁵¹⁰ *Corpo Diplomatico Portuguez...*, Tomo VI, 1884, p.59.

⁵⁵¹¹ A.D.B. - Fundo Monástico Conventual, Societas Jesu - Colégio das Artes e Universidade de Coimbra, Pasta 37, Doc. 994.

⁵⁵¹² A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 7, fl.2; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.53.

⁵⁵¹³ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 11, fl.6; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.68.

⁵⁵¹⁴ IAN/TT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 31, fls.15vº-16vº.

Epístola no dia 21 de Abril de 1454, em Braga⁵⁵¹⁵, cidade onde lhe são concedidas ordens de Evangelho no dia 15 de Junho de 1454⁵⁵¹⁶.

Francisco – Reitor e cónego regular do mosteiro de S. Salvador de Paderne, do bispado de Tui, da parte de Portugal. Com licença do seu maior, recebe ordens de Epístola no dia 15 de Junho de 1454, em Braga⁵⁵¹⁷.

Francisco Rodrigues – Cónego do mosteiro de Paderne, do ministrado de Tui. Com licença do seu maior, recebe ordens de Evangelho no dia 20 de Setembro de 1454, em Braga⁵⁵¹⁸. Obtém, novamente na cidade bracarense, ordens de Missa no dia 21 de Setembro de 1454⁵⁵¹⁹. É muito possível que se trate do mesmo religioso que surge apenas identificado como Francisco em 1454.

Antão Lourenço – Provável cónego de Paderne. Natural da freguesia do mosteiro de Paderne, da administração de Tui e filho de pais solteiros, recebeu, a 11 de Junho de 1468, ordens menores⁵⁵²⁰.

Martim Gonçalves/Martinho Gonçalves – Cónego e prior claustral de S. Salvador de Paderne. A 11 de Maio de 1515 é identificado como cónego do mosteiro, dia em que os emissários régios compareceram no mosteiro para receberem os rendimentos em que este tinha sido taxado para as novas comendas da Ordem de Cristo⁵⁵²¹.

A 26 de Agosto de 1525 Martinho Gonçalves surge referenciado como “prior crausteyro e conigo do dito moesteiro”, dia em que, em conjunto com o restante convento e o prior comendatário, emprazam o casal dos Quinteiros⁵⁵²².

João Afonso – Cónego de S. Salvador de Paderne. A 11 de Maio de 1515 é identificado como cónego do mosteiro, dia em que aí se deslocaram os emissários régios para receberem os rendimentos em que este tinha sido taxado para as novas comendas da Ordem de Cristo⁵⁵²³.

Henrique Pinto – Cónego de S. Salvador de Paderne. Integrava a comunidade monástica de S. Salvador de Paderne a 26 de Agosto de 1525, dia em que o convento e o prior comendatário emprazaram a Rodrigo Esteves e a sua mulher, Maria Afonso, o casal de Quinteiros, na aldeia de Real, freguesia de S. Paio, no termo da vila de Melgaço⁵⁵²⁴.

⁵⁵¹⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 30, fl.3; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.224.

⁵⁵¹⁶ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 30, fl.9; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.226.

⁵⁵¹⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 30, fl.8; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.226.

⁵⁵¹⁸ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 30, fl.16; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.229.

⁵⁵¹⁹ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 30, fl.23; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, p.234.

⁵⁵²⁰ A.D.B.- Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 19, fl.19vº.

⁵⁵²¹ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.62.

⁵⁵²² IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Paderne, M.1, Doc.4.

⁵⁵²³ Silva, Isabel Luísa Morgado de Sousa e, “As comendas novas da Ordem de Cristo no Entre-Douro-e-Minho”, 2002, p.62.

⁵⁵²⁴ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Paderne, M.1, Doc.4.

Fernando Álvares – Cónego de S. Salvador de Paderne. Trata-se de um dos três religiosos que compunham a comunidade monástica desta canónica regrante a 26 de Agosto de 1525⁵⁵²⁵.

Cónegos Regrantes de Santo Agostinho cuja filiação não foi possível identificar:

Afonso Manuel; Afonso Vasques; André Domingues; Gonçalo Peres são todos referenciados como frades entre as testemunhas de um documento feito em Amarante mas sem a indicação da respectiva ordem ou casa monástica. Tendo em conta que o documento é feito em Amarante, é provável que sejam do mosteiro de Freixo ou de Mancelos, embora os intervenientes no documento sejam do mosteiro da Costa e, provavelmente, de Vilarinho. Trata-se de um documento efectuado a 10 de Abril de 1351 pelo qual Vasco Ciussa abriu mão a favor de seu irmão Pedro Martins, cónego de Santa Marinha da Costa, de toda a herdade de Negrelos que tinha sido de sua irmã Constança Martins e de Martim Geraldês Ciussa, bem como do casal de Pedroselo⁵⁵²⁶. Entretanto Pedro Martins faz-lhe doação do casal de Pedroselo com a condição deste reverter novamente para si no caso de Vasco Ciussa falecer primeiro, e se Vasco Ciussa lhe sobrevivesse o casal ficaria para o mosteiro de Vilarinho⁵⁵²⁷.

Vasco Martins - Encontra-se como representante de sua mãe, Aldonça Martins, na partição das vinhas do cavaleiro, a 26 de Março de 1375 e 2 de Abril de 1365⁵⁵²⁸, mas não surge aí a identificação do mosteiro a que pertence, apenas é mencionado como “caonigo”. Poderá tratar-se de um cónego regrante ou então de um cónego de alguma colegiada ou cabido diocesano.

João de Sousa – Cónego regrante de Santo Agostinho. Era reitor da Igreja de S. Salvador de Real, na diocese de Braga, abandonando essa igreja com intenção de ingressar na Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, lugar que foi solicitado ao papa, a 19 de Maio de 1418, por Fernando Afonso, clérigo de Viseu⁵⁵²⁹. A 13 de Setembro já tinha professado mas não surge a indicação do mosteiro. De resto esta informação é-nos dada por uma súplica de Lourenço Gonçalves, clérigo de Lisboa, que solicitava, nessa data, a igreja de Real em virtude do falecimento do clérigo viseense, Fernando Afonso⁵⁵³⁰.

João Rodrigues – Cónego regrante de Santo Agostinho. Era porcionário perpétuo na igreja de Ferreira, da diocese do Porto, tencionando entrar na Ordem de Santo Agostinho, solicita ao papa, a 16 de Janeiro de 1419 a dispensa do impedimento de legitimidade, de forma a conseguir obter as diversas dignidades num qualquer mosteiro agostinho⁵⁵³¹.

⁵⁵²⁵ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Paderne, M.1, Doc.4.

⁵⁵²⁶ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.11, Doc.14.

⁵⁵²⁷ IAN/TT – Mosteiro de S. Salvador de Moreira, M.11, Doc.14.

⁵⁵²⁸ Guimarães, J. G. Oliveira, (Abade de Tagilde), *Documentos inéditos...*, 1896, pp.63-64.

⁵⁵²⁹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.77.

⁵⁵³⁰ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 112-113.

⁵⁵³¹ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, p.134.

João Rodrigues – Escolar na diocese de Tui. Era filho de cónego regrante de Santo Agostinho e presbítero. Solicita ao papa, a 11 de Outubro de 1419, a igreja de Santa Eulália de Refóios⁵⁵³².

Frei Afonso Lourenço – Provável cónego de Santo Agostinho. Sacerdote secular da diocese de Tui, após ter passado pelos Dominicanos, Mercedários e Ordem da Santíssima Trindade, pede ao papa, a 6 de Fevereiro de 1424, a absolvição por qualquer irregularidade em que tivesse incorrido bem como a autorização para ingressar na Ordem de Santo Agostinho ou vestir o hábito de Santo Antão⁵⁵³³.

João Nogueira – Cónego do mosteiro de Santa Maria de ?. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Johannes Nugeira canonicus de Sancta Maria de...” a 2 de Março mas sem qualquer indicação ao ano do óbito⁵⁵³⁴. Entre os cónegos regrantes apenas detectamos um João Nogueira, de que há notícia em 1449, mas esse religioso é de S. Simão da Junqueira⁵⁵³⁵, o que invalida essa possibilidade. Através da leitura da reprodução que utilizámos, do Obituário, não nos foi possível fazer qualquer clarificação quanto ao mosteiro em causa.

João Gonçalves de Castelo Mendo – Cónego regrante de Santo Agostinho. A 6 de Julho de 1456 trazia a igreja de S. Vicente de Castelo Mendo, solicitando o rei de Navarra ao papa a união das igrejas de Santa Maria de Vilar e Santa Maria de Leomil à de Castelo Mendo. João Gonçalves é aí descrito como sacerdote, bacharel em Teologia e cónego regrante de Santo Agostinho⁵⁵³⁶, mas sem a identificação da casa a que pertencia.

Gonçalo Gonçalves - Cónego regrante de Santo Agostinho. Apesar de não aparecer a identificação da casa monástica a que pertencia, trata-se de um mosteiro da diocese do Porto, conforme revela o seu registo de matrícula na diocese bracarense. Recebeu ordens de Missa, em Braga, a 11 de Junho de 1468⁵⁵³⁷.

Sebastião Esteves – Cónego regrante de Santo Agostinho. Em 1524 renunciou a duas igrejas do arcebispado de Braga, as quais D. António de Azevedo Coutinho, comendatário do mosteiro de Mancelos pretendia unir a esse mosteiro⁵⁵³⁸. No ano seguinte solicitou a união de diversas igrejas ao mosteiro de Mancelos⁵⁵³⁹.

Álvaro Peres/Álvaro Pires – Cónego e prior claustral do mosteiro de S. Martinho. Um obituário de S. Vicente de Fora regista o falecimento de “Alvarus Petri prior clastalis

⁵⁵³² *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 290-291.

⁵⁵³³ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2, 1982, pp. 565-566.

⁵⁵³⁴ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.58.

⁵⁵³⁵ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta I, Caderno 19, fl. 1v.º; Pasta I, Caderno 21, fl.5; Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, 1988, p.816; Fernandes, M. Antonino, *Matrículas...*, Tomo I, 2002, pp.112, 124.

⁵⁵³⁶ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. VI (1456-1470), 1972, pp.36-37.

⁵⁵³⁷ A.D.B. - Livros de Matrículas de Ordens, Pasta III, Caderno 19, fl.23.

⁵⁵³⁸ Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, 2004, p.264.

⁵⁵³⁹ Gomes, Saul António, “Os cónegos regrantes de Santo Agostinho em tempos de Reforma: 1500-1530”, i2004, p.264.

canonicus Sancti Martini” a 26 de Abril, mas sem a respectiva indicação do ano⁵⁵⁴⁰. Como o mosteiro a que pertencia é apenas referido pelo orago, significa que poderemos estar na presença de um religioso de Crasto, Caramos ou Mancelos, embora nos inclinemos para S. Marinho de Crasto, onde, de resto o colocámos, como provável religioso, uma vez que o Obituário em causa não apresenta qualquer assento respeitante aos outros dois mosteiros.

⁵⁵⁴⁰ Santos, Maria José Azevedo, *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora...*, 2008, p.84.